



Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

O Ensino Colonial em Moçambique: As missões religiosas no sul de  
Moçambique como instituições de habilitação para Africanos (1911-1975)

Irene Maria Lousada Banze

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em Estudos Africanos

Orientador:

Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho Piçarra  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Fernando José Pereira Florêncio  
Departamento de Ciências da Vida, FCTUC

Novembro, 2019





Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

O Ensino Colonial em Moçambique: As missões religiosas no sul de Moçambique  
como instituições de habilitação para Africanos (1911-1975)

Irene Maria Lousada Banze

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em Estudos Africanos

Júri

Presidente:

Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar com Agregação do ISCTE – Instituto  
Universitário de Lisboa

Vogais:

Doutor Eric Morier-Genoud, Senior Lecturer, School of History, Anthropology,  
Philosophy and Politics, Queen's University, Belfast

Doutora Antónia Maria Belchior Ferreira Barreto, Professora Coordenadora do Instituto  
Politécnico de Leiria

Doutora Maria Paula Meneses, Investigadora Coordenadora do Centro de Estudos Sociais  
da Universidade de Coimbra

Doutor João Miguel Almeida, Investigador Integrado do Instituto de História  
Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de  
Lisboa

Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho Piçarra, Professora Auxiliar do ISCTE-  
Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2019



## **AGRADECIMENTOS**

Os meus agradecimentos em primeiro lugar à FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo financiamento que me foi concedido para a realização do projeto SFRH/BD/79625/2011.

Expresso os meus agradecimentos à minha orientadora e ao meu coorientador, respetivamente Professora Doutora Clara Carvalho e Professor Doutor Fernando Florêncio, pela confiança que depositaram em mim ao assumirem a orientação do meu projeto.

Agradeço à minha instituição de ensino, o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, aos respetivos professores do curso de doutoramento em Estudos Africanos, à equipa da unidade de investigação CEI-Instituto Universitário de Lisboa, e às funcionárias da Escola de Sociologia e Políticas Públicas, pelo contributo que deram para a minha formação e orientação de processos académicos.

Os meus agradecimentos à SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa pelo apoio dado pelos seus funcionários, Helena Grego e José Silva, na localização da legislação colonial naquela instituição.

Para além destas instituições portuguesas, expresso a minha gratidão aos funcionários do Arquivo Histórico de Moçambique da Universidade Eduardo Mondlane por me terem facultado a bibliografia para esta tese durante a minha pesquisa de terreno.

Agradeço a colaboração das igrejas Metodista, Metodista Livre, Presbiteriana, Nazarena, Católica e dos seus membros na indicação de potenciais informantes, a maioria dos quais pude entrevistar.

O meu agradecimento à filha do professor Mário Beca por ter disponibilizado o espólio do seu pai, do qual selecionei fontes primárias para esta tese.

Agradeço aos meus filhos, Cláudio e Estevão, pela ajuda na utilização dos programas informáticos. Agradeço também ao Leonel Cruz que, na ausência dos meus filhos, foi prestável nesta área.

O meu agradecimento muito especial aos 45 informantes por me terem concedido as entrevistas.



## RESUMO

Com enfoque no ensino para Africanos no sul de Moçambique, a presente tese descreve e analisa o funcionamento das missões protestantes e católicas no Ensino para Africanos durante a colonização. Conquanto o foco da análise esteja entre 1933 e 1974, por ser este o período a que as narrativas dizem respeito, a tese inicia com uma abordagem histórica sobre as missões em África no século XIX. Descreve-se, na abordagem, a expansão da ação católica, realizada pelas ordens religiosas, e o lançamento da obra protestante liderada pelas sociedades missionárias anglófonas, anglo-germânicas e anglo-saxónicas. A missionação em África encontra eco na Conferência de Berlim, em 1884-85, onde foi deliberado que o ensino para Africanos seria missionário. A industrialização da África do Sul, que atinge o pico com a descoberta do ouro, em 1886, catalisa fluxos laborais de africanos da África Austral para África do Sul, e a aglomeração de missionários, que ganham convertidos africanos nas zonas rurais e industriais, afirmaram, assim, os alicerces da missionação na região. O Tratado Luso-Britânico, de 1891, ao ratificar a incumbência, consignada na Conferência de Berlim, de serem os missionários a *civilizar* os africanos através de educação para o trabalho e moralização, impulsionou o lançamento da ação missionária protestante no sul de Moçambique entre 1880 e 1910, uma ação conjunta dos missionários na África do Sul e convertidos africanos. A partir de 1911 toda a missionação ficou sujeita à legislação portuguesa até que, com a Concordata de 1940, a Igreja Católica ficou desvinculada e as missões protestantes aprisionadas. A tese baseou-se em 45 entrevistas a atores da época colonial, designadamente, professores, enfermeiros, liceais, prestadores de serviços.

**Palavras-chave:** missão, circunscrição, conversão, civilização, ensino rudimentar.

## ABSTRACT

Focusing on African education in Southern Mozambique, the thesis describes and analyses the role of Protestant and Catholic missions in African education during the colonial regime. Notwithstanding that the focus of the analysis is on the years between 1933 and 1974 since that is the period covered in the interviews, the thesis begins with an historical account of missions in Africa during the 19th century. The historical account details the expansion of the Catholic missions by religious orders, and the Protestant move towards missionization by the Anglophone, Anglo-German and Anglo-Saxon Missionary Societies. Africa's missionization was given a go-ahead by the 1884-85 Berlin Conference, as it ruled that African education be missionary. The industrialization of South Africa that attained its peak in 1886 with the discovery of gold, had a catalyzing effect on the influx of African labor migrants from Southern Africa to South Africa where the missionary clusters converted the African migrants in the rural and industrial areas; thus, setting the foundations of missionization in the region. The 1891 Portuguese-British Treaty, by ratifying the role assigned to the missionaries at the Berlin Conference, whereby missionaries should, through education and moralization *civilize* Africans, propelled the joint participation of missionaries based in South Africa and their African converts to set-up protestant missions in Southern Mozambique, between 1880 and 1891. From 1911 onwards, all missionary work in Mozambique was subject to Portuguese legislation until the signing of the 1940 Concordat that released the Catholic Church and left the Protestant missions bound. The thesis has been compiled through data from 45 interviewees, who played key roles in the colonial regime namely, teachers, nursing staff, college students and workers of the public and private sectors.

**Keywords:** mission, native territory, conversion, civilization, rudimentary education.



## ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE QUADROS.....</b>	<b>ix</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>xi</b>
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>xiii</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
Questões Metodológicas de Pesquisa.....	9
Objetivos da pesquisa.....	9
Abordagens da pesquisa.....	16
Estrutura da tese .....	18
<b>I PARTE – HISTÓRIA DA MISSIONAÇÃO COLONIAL EM ÁFRICA .....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 1 – EXPANSÃO MISSIONÁRIA CATÓLICA E PROTESTANTE .....</b>	<b>25</b>
1.1 Delimitação de vicariatos apostólicos .....	31
1.2 Esclavagismo e atividade missionária.....	33
1.3 Sociedades missionárias levam o Protestantismo para África .....	41
1.4 Politização de missionários e vocação religiosa.....	51
<b>CAPÍTULO 2 – ENSINO NAS COLÓNIAS DA ÁFRICA AUSTRAL .....</b>	<b>57</b>
2.1 Sistemas de administração portuguesa, francesa e britânica .....	57
2.2 Relação do modelo de ensino português com o dos ensinos britânico e francês .....	60
2.3 O Colonialismo civilizador: a “alavancagem” britânica da economia africana .....	61
2.4 Análise dos sistemas de administração portuguesa, francesa e britânica.....	66
2.5 A noção de superioridade cultural sobre o ‘Outro’ .....	70
2.6 Servilismo e moralização como motores da <i>civilização</i> .....	72
2.7 Ensino “nativo” na Rodésia do Norte (Zâmbia).....	74
2.8 Ensino “nativo” na África do Sul.....	79
2.9 Origens e reformas na política de segregação racial no ensino da África do Sul.....	83
<b>CAPÍTULO 3 – IMPACTO DA REVOLUÇÃO MINEIRA NA ÁFRICA AUSTRAL .....</b>	<b>87</b>
3.1 Criação de uma “Europa além-mar” .....	87
3.2 Expansão missionária de centros de evangelização multiétnicos.....	91
3.3 Preparação dos convertidos moçambicanos para professores e evangelistas.....	96
3.4 Designação/Deslocação de convertidos para fundação de Missões em Moçambique .....	98
3.5 Tratado Luso-Britânico de 1891 .....	102
<b>II PARTE – HISTÓRIA DA MISSIONAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>106</b>
<b>CAPÍTULO 4 – TRABALHOS DE MISSÕES ESTABELECIDAS ATÉ 1910.....</b>	<b>109</b>
4.1 Missionários da Missão <i>Romande</i> /Missão Suíça .....	110
4.1.1 Henri-Alexandre Junod .....	111
4.1.2 Trabalho da equipa de saúde chefiada por Dr. Sécheyé – 1909-1914 .....	117
4.1.3 Projeto agrícola de Frank Pallard visando minorar o impacto da política indígena....	122

4.1.4 Protagonismo de Pierre Loze na educação de 1907 a 1930 .....	126
4.1.5 Preparação feminina/masculina e escotismo juvenil.....	138
4.2 Igreja Anglicana – Lourenço Marques, Gaza e Inhambane .....	139
4.3 American Board - Inhambane .....	142
4.4 Igreja Metodista Livre – Inhambane .....	147
4.5 As peripécias de Erwin Richards .....	149
4.6 Igreja Metodista Episcopal – Inhambane .....	155
4.7 Igrejas missionárias estabelecidas após 1910.....	158
4.8 Relação entre Igreja Católica e Missões protestantes (em Inhambane) .....	162
4.9 Relações entre Protestantes e autoridades (Inhambane).....	163
4.10 Igreja Católica Apostólica Romana.....	180
4.10.1 O lugar da Igreja perante o Estado monárquico.....	182
4.10.2 Criação das missões laicas .....	183
4.10.3 Missões civilizadoras laicas com estatuto e objetivos definidos.....	190
4.10.4 Igreja recupera o estatuto e privilégios .....	192
4.10.5 Expansão das Missões Católicas no sul de Moçambique .....	195
<b>CAPÍTULO 5 – DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO PARA AFRICANOS</b>	
<b>197</b>	
5.1 Política Indígena.....	200
5.2 Fundação das Igrejas protestantes dos entrevistados .....	206
5.3 Cooperação das Missões do CCM .....	209
5.3.1 Valência de educação da juventude e ensino de crianças .....	212
5.3.2 Valência do ensino primário .....	213
5.3.3 Valência do ensino secundário.....	216
5.3.4 Valência do magistério primário .....	217
5.3.5 Valência do ensino profissional (agricultura e artes e ofícios) .....	219
5.3.6 Valência da evangelização .....	223
5.3.7 Valência da saúde.....	224
5.4 Sistema Educacional .....	233
5.4.1 Ensino primário.....	233
5.4.2 Programas de ensino .....	241
5.4.3 Métodos de avaliação.....	248
5.4.4 Conteúdo de exames .....	258
5.5 Classificação habilitacionais dos professores.....	261
5.5.1 Professores com diploma .....	268
5.5.2 Professores sem habilitação .....	275
5.5.3 Interação do Governo e das Missões.....	283

5.5.4 Perspetiva comparativa do ensino das missões .....	292
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>303</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>309</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>CCCXV</b>
Anexo A – Progressão académica dos entrevistados .....	CCCXV
Anexo B – Carreira profissional dos entrevistados .....	CCCXVII
Anexo C – Lista das Missões Católicas no Sul de Moçambique .....	CCCXXI
Anexo D – Entrevistas .....	CCCXXIV



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 – Portaria n.º 476 - equiparação do ensino indígena com o ensino do Ultramar .....	131
Quadro 4.2 – Ensino primário geral vs. Ensino primário rudimentar .....	135
Quadro 4.3 – Missões Católicas fundadas no Sul de Moçambique entre 1892 e 1910	179
Quadro 5.1 – Relação e caracterização dos entrevistados .....	199
Quadro 5.2 – Nível intelectual das crianças europeias (portuguesas) e indígenas em relação à idade .....	236



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1 – Campa de Henri-Alexandre Junod (1863-1934) em Ricatla, Moçambique .....	117
Figura 4.2 – Lápide dos Missionários da Igreja Metodista de Chicunque .....	165
Figura 4.3 – Igreja Metodista de Chicunque .....	165
Figura 4.4 – Lápide comemorativa de Centenário (1890-1990) da Igreja Metodista de Chicunque .....	166
Figura 4.5 – Igreja Metodista de Cambine .....	167
Figura 4.6 – Mapa de Moçambique (1891-1910) .....	168
Figura 4.7 – Missões em África antes da colonização de 1885 a 1890: Hastings, 1996 .....	169
Figura 4.8 – Divisão Administrativa de Moçambique em 1962 .....	170
Figura 4.9 – Protestantismo em Moçambique em 1964 .....	171
Figura 5.1 – Ata do exame final do ensino primário rudimentar dos alunos do prof. Jacinto Mário Beca (1940) .....	252
Figura 5.2 – Manuscrito de A.D. Clerc aos missionários do CCM sobre encerramento de escolas da Missão Suíça .....	291
Figura 5.3 – Deslocação à Administração dos professores Mário Beca e James Banze, a 10 de janeiro de 1956, para conhecimento da nota do Governo sobre proibição de ter nas escolas professores-ajudantes .....	291
Figura 5.4 – Acampamento de professores do CCM na Missão Nazarena, em agosto de 1956, sob a presidência .....	292





## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABCFM – American Board of Commissioners for Foreign Missions

ABFM – American Board for Foreign Missions

ABM – American Board of Missions

ACCEBTA – Advisory Committee for the Colonial Education in British Tropical Africa

ACMS – Anglican Church Missionary Society

BFBS – British Foreign Bible Society

BL – Berlim Lutheran

BMS – Baptist Missionary Society

BSAC – British South Africa Company

C – Capuchins

CAME – Comité Americano para as Missões Estrangeiras

CCM – Conselho Cristão de Moçambique

CIPi – Comité da Igreja Presbiteriana de Inglaterra

CS – Church of Scotland

EHPIJC – Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral»

FCS – Free Church of Scotland

FM- Free Methodist

GMS – Glasgow Missionary Society

HG – Holy Ghost Fathers

IPM – Igreja Presbiteriana De Moçambique

J – Jesuits

L – Lazarists

L – Lutheran

LCNR – Legislative Council of Northern Rhodesia

LMS – London Missionary Society

M – Moravian

M – Trappists/Marianhill

MELL – Missão Evangélica Luterana de Leipzig

NEFC – New Education Fellowship Conference

OMI – Oblates of Mary Immaculate

PEM – Paris Evangelical Mission

S – Scheut Fathers

SAGM – South African General Mission  
 SBAME – Sociedade Baptista Americana das Missões Estrangeiras  
 SDM – Sociedade Dinamarquesa das Missões  
 SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa  
 SM – Swiss Mission  
 SMA – Society of African Missions  
 SMB – Sociedade das Missões Basileia  
 SMB – Sociedade das Missões de Berlim  
 SMB – Sociedade Missionária Baptista  
 SMEIELEUAN – Sociedade das Missões Estrangeiras da Igreja Evangélica Luterana dos Estados Unidos da América do Norte  
 SMEL – Sociedade das Missões Evangélicas de Lausanne  
 SMEP – Sociedade das Missões Evangélicas de Paris  
 SMH – Sociedade das Missões Holandesas  
 SMIAO – Sociedade Missionária da Igreja para a África e Oriente  
 SMIE – Sociedade Missionária da Igreja Episcopalense  
 SML – Sociedade Missionária de Londres  
 SMMW – Sociedade Missionária Metodista Wesleyana  
 SNM – Sociedade Norueguesa de Missões  
 UMCA – Universities’ Mission to Central Africa  
 VF – Verona Fathers  
 W – Wesleyan  
 WF – White Fathers  
 WNLA – Witwatersrand Native Labour Association

## INTRODUÇÃO

Subordinado ao tema *O Ensino Colonial em Moçambique: as missões religiosas no sul de Moçambique como instituições de habilitação para Africanos (1911-1975)*, a presente tese tem como foco de análise o Ensino para Africanos nas missões do sul de Moçambique durante a administração colonial portuguesa. No contexto colonial, constituem o sul de Moçambique os distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane<sup>1</sup>. A delimitação espacial circunscrita ao sul prende-se com fatores étnicos, socioeconómicos e políticos.

No que diz respeito aos fatores étnicos, no artigo “Divisão da Província de Moçambique”, Jayme Pimentel refere que os grupos étnicos do sul de Moçambique constituem quase que uma raça com mesmos costumes (Pimentel, 1905: 154). Segundo Thomas Henriksen, na obra *Mozambique: A History*, os grupos Ronga, Tonga, Tswa, Chopi e Shangane são os que habitam este território (Henriksen, 1978). Permito-me salientar que as línguas locais faladas nestas três atuais províncias são semelhantes, daí a comunicação ter sido uma mais-valia para a autora, que nasceu e conviveu na região.

Quanto aos fatores políticos, em finais do século XIX Portugal esteve no centro de disputas internacionais, devido à pretensão de colonizar os territórios entre a costa ocidental e a costa oriental de África, por direito das Descobertas. A negação dessas pretensões na Conferência de Berlim, em 1884-1885, potenciou a luta de Portugal pela ocupação da zona estratégica marítima do sul de Moçambique, região conquistada em 1895.

Relativamente aos fatores socioeconómicos, o sul de Moçambique foi o reservatório de mão-de-obra sul-africana (Meneses, 2010: 75). Segundo Henriksen, “os fluxos migratórios de Moçambique para a África do Sul datam de 1860; tendo em 1960 atingido a cifra anual de 250.000, incluindo uma estimativa de 100.000 ilegais. Apesar do interesse de Portugal na região da Baía da Lagoa datar do início do século XIX, foi com a ‘concorrência europeia’ que esse interesse cresceu. A descoberta do ouro em 1886 e a construção da ferrovia iniciada no mesmo ano, entre a República Bóer e Lourenço Marques, apontavam para a importância geoestratégica do sul de Moçambique no desenvolvimento do país” (Henriksen, 1978: 87).

A criação de cinco circunscrições civis no distrito de Lourenço Marques (decreto provincial de António Enes n.º 78-A, de dezembro de 1895), sendo Lourenço Marques a capital da Província em 1897, foi uma medida decretada logo após a conquista da região. A iniciativa marca a introdução de uma política de governação que veio abranger todo o país. No âmbito

---

<sup>1</sup> Atualmente províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.

dessa política, Moçambique ficou dividido em distritos – inicialmente, Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique – e os distritos divididos em concelhos e circunscrições (Diário do Governo n.º 119, de 23 de maio de 1907). O diploma descrito designa por “circunscrições/circunscrições civis” as subdivisões territoriais que abrangem a população indígena de territórios dominados e capitânias-mores e comandos militares que circunscrevem as áreas da população indígena não dominada ou avassalada, e por “concelhos” as áreas destinadas ao comércio, indústria e habitação da população branca.

Foi também em 1907 que Freire de Andrade regulamentou a criação de escolas para indígenas, os requisitos para o cargo de professor de escolas indígenas e o funcionamento das missões (portarias n.ºs 730 e 731, de 4 de dezembro de 1907). O governante determinou, ainda, a Direcção-Geral da Educação dos Indígenas da Província como organismo que tutela o ensino indígena. A regulamentação foi justificada pelo “grande número de escolas de diferentes comunhões religiosas que nesta província estão estabelecidas com o fim de ministrar a instrução aos indígenas; e tendo em vista a doutrina consignada no artigo 10.º do tratado de 11 de junho de 1891”; e acrescenta:

“Considerando que, embora seja garantida a tolerância religiosa e a liberdade de todos os cultos e ensino religioso nos territórios da África Oriental, de que trata o convénio de 11 de junho de 1891, a verdade é que o sistema atualmente empregado pelas diferentes seitas na propaganda religiosa é menos conveniente para a melhor educação dos indígenas, por isso que elas se digladiam entre si, empregando processos que, no conjunto, podem não conduzir ao louvável fim que têm em vista: o de elevar o espírito do indígena pela instrução religiosa e pelo trabalho;”

A portaria n.º 732 estabelece que, de modo a facilitar o cumprimento do estipulado nas portarias anteriores, n.ºs 730 e 731, “na Escola Distrital de Lourenço Marques será aberto um curso gratuito de língua portuguesa para frequência dos que se destinam ao ensino dos indígenas da Província”. A portaria n.º 476, de 14 de julho de 1908, estabelece que “o ensino aos indígenas nas escolas de todas as profissões religiosas da Província seja ministrado em conformidade com o programa” definido na mesma portaria.

Enquanto o citado decreto n.º 78-A, de 1895, faz referência a apenas cinco circunscrições do distrito de Lourenço Marques, em 1908 já eram no total dez as circunscrições deste distrito e estavam criadas doze no distrito de Inhambane. A informação consta do “Regulamento das circunscrições civis dos distritos de Lourenço Marques e Inhambane” (portaria n.º 671-A, de 12 de setembro de 1908) que determina como uma das funções do administrador de

circunscrição civil, “auxiliar por todos os modos os missionários (...) exercer vigilância sobre as suas propriedades (...)”.

Até 1908 estavam criadas apenas as circunscrições de Lourenço Marques e Inhambane, dado que, no citado Diário do Governo de 1907, não constavam as circunscrições dos distritos de Quelimane, Tete e Moçambique, facto que, eventualmente, estaria relacionado com as campanhas militares, que estariam ainda em curso. No que concerne ao distrito de Quelimane, esta hipótese é comprovada através da informação contida na revista “Anuário de Moçambique – 1940”, onde consta que a circunscrição de Pebane foi criada em março de 1925, a de Nhamarrói foi criada em dezembro de 1928 e a de Milange foi criada na mesma altura, falhada a primeira tentativa de ocupação em 1900 e extintos os prazos de Lugela e Boror. Assim, é de presumir que durante grande parte da década de 1920 estariam também a decorrer campanhas militares nos distritos de Tete e Moçambique.

A legislação de 1930 determina o estabelecimento de escolas para Africanos, designadas por Escolas de ensino primário rudimentar, nas circunscrições, e das Escolas de ensino primário elementar para Europeus, mestiços e assimilados, nos concelhos e sedes de circunscrições (portaria n.º 222, de 12 de abril de 1930). No mesmo ano, é promulgada uma lei estabelecendo que o Ensino primário rudimentar, a ser ministrado com a colaboração da ação católica e missões estrangeiras por professores indígenas preparados em Escolas de habilitação de professores indígenas, “destina-se a civilizar e nacionalizar os indígenas da Colónia, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses” (diploma legislativo n.º 238, de 17 de maio de 1930).

O ano de 1933 é marcado pela nomeação dos primeiros diplomados pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas, através da Direção dos Serviços de Instrução Pública, que foram distribuídos pelas escolas do ensino primário rudimentar das circunscrições de Inhambane (B.O. n.º 1, 2.ª série, de 7 de janeiro de 1933). Em 1934 é promulgada a lista das escolas de ensino primário rudimentar nas circunscrições de todos os distritos de Moçambique (despacho de 15 de dezembro de 1934).

O facto de na Reforma Administrativa Ultramarina, de 1933, promulgada em Moçambique em 1934, constarem as circunscrições dos distritos do sul a norte de Moçambique, leva a crer que, quando Salazar assume o cargo de presidente do Conselho de Ministros (decreto n.º 22:472, de 20 de maio de 1933), a maioria dos distritos já estariam dominados. Daí considerar que a criação tardia das circunscrições justifica também a delimitação da pesquisa ao sul de Moçambique.

Considerando que o tema da tese é o ensino das missões, importa conhecermos a interpretação atribuída à palavra “missão”. Na definição de Sampayo Mello, citando o governante Eduardo Ferreira da Costa (1865-1906), “missão religiosa/missão” significa uma instituição que funciona simultaneamente como igreja, escola, oficina e dispensário (Mello, 1910). O decreto n.º 233, de 22 de novembro de 1913, determina que só é uma missão religiosa quando as valências de escola primária, escola agrícola ou profissional estão ao serviço dos africanos e não dos europeus. Permito-me assinalar que “missão” e “indígena” são conceitos estabelecidos no século XIX, durante as conferências sobre a colonização de África. “Civilização” e “indígena” são, também, conceitos recorrentes neste trabalho e que durante o colonialismo assumiram interpretações evolucionistas. “Missões”, “circunscrições” e “indígenas” são termos correlacionados, porquanto as suas atividades se complementam. Conforme dito, para além do serviço religioso, as missões oferecem serviços sociais à população das circunscrições, designadamente, escolas e postos sanitários.

A ação dos governos ocidentais sobre o *modus operandi* das missões em África antes da Conferência de Berlim seria limitada e desconcertada. Nesse contexto, a autoridade da Santa Sé sobre o ordenamento da Igreja em África era quase inquestionável. Os missionários protestantes, desprovidos de uma estrutura administrativa central, missionavam sob a orientação das respetivas sociedades missionárias, como a LMS- London Missionary Society, ou a ACMS – Anglican Church Missionary Society. O rumo modifica-se com a colonização, uma vez que os governos dos Estados colonizadores passaram a exercer o poder legislativo sobre as missões nas suas colónias. O que se verificou em Moçambique foi que, inicialmente, a legislação portuguesa colidia com o ordenamento da Santa Sé e relativamente às Missões protestantes/estrangeiras violava os princípios consignados nas Conferências de Berlim e Bruxelas e no Tratado Luso-Britânico. Como sublinham Miguel Jerónimo e Hugo Dores no artigo “As Missões do Império: Política e Religião no Império Colonial Português”, Portugal defendia o “predomínio português religioso em toda a parte onde conserva ou adquire predomínio civil e comercial”, reivindicando da Santa Sé o reconhecimento, a legitimação e a preservação do “grande interesse colonial religioso”. Portugal alegava que as “modificações do império civil”, quanto ao ajustamento das fronteiras pela Conferência Berlim, em nada deveriam interferir com os direitos do Padroado do Oriente atribuídos a Portugal na Concordata de 1886. A Santa Sé recusou-se a reconhecer as pretensões portuguesas (Jerónimo e Dores, 2013: 119-156). Das contrariedades gerou-se um clima de tensão, marcado por confronto de argumentos e protestos, que caracterizou as relações entre o Estado e a Igreja Católica durante a I República; uma crispação que se apaziguou durante o Estado Novo. A assinatura da

Concordata em 1940, entre a Santa Sé e o Estado, ao confiar o ensino para africanos às missões católicas, marca o fim do antagonismo. Segundo Amélia Souto, na obra *Caetano e o Ocaso do “Império”: Administração e guerra colonial em Moçambique, durante o Marcelismo, 1968-1974*, de 2007, a Igreja Católica passava a usufruir do direito e primazia de dirigir o ensino institucionalizado do “indígena” e reforçar a educação já existente, que separava os africanos dos europeus (Souto, 2007: 383-392). Segundo as narrativas recolhidas, a Concordata de 1940 fez com que algumas das missões católicas, por anuição ou por induzimento, adotassem uma postura de aliadas do Estado no combate contra as missões protestantes, que nos anos 1940 e 1950 veem as escolas encerradas por não serem de construção de alvenaria e por alegada falta de professores habilitados. De acordo com Souto, estes foram, em grande parte, os obstáculos que impediram a expansão das missões protestantes para além do sul de Moçambique.

Relativamente à implementação de missões protestantes, a deliberação das Conferências internacionais que determinava a entrada livre e a fixação de missionários europeus em África, independentemente do credo ou nacionalidade, e sem restrições dos Estados-nação (Sampayo e Mello, 1910), foi, desde o início da colonização, o epicentro da crispação entre o Governo, a Igreja Católica e as missões protestantes. Foi neste sentido que o jornal do Porto, “A Voz Pública”, em 1894, na crítica a Henri-Alexandre Junod, se referiu aos missionários suíços em Moçambique como “agentes secretos da Inglaterra” (Butselaar, 1987). A aversão aos missionários protestantes é também assinalada por Alf Helgesson na obra *Church, State and People in Mozambique: An Historical Study with Special Emphasis on Methodist Developments in the Inhambane Region*, de 1994, que, citando o comissário régio Mouzinho de Albuquerque, refere que “A Conferência de Bruxelas nos obriga a tolerar no território português estas Missões protestantes, constituídas sempre por estrangeiros e que no geral se opõem ao nosso domínio. É um mal necessário para o qual não temos remédio, mas que deve ser atenuado quanto mais for possível”. Segundo Helgesson, o aspeto crucial da discórdia é que a Conferência de Bruxelas, também conhecida por Conferência Anti-Escravidão, serviu durante muito tempo como fundamento legal para as missões protestantes reivindicarem o direito de trabalhar nas colónias portuguesas. Por seu lado, os dirigentes católicos nacionalistas que criticavam este posicionamento sentiam-se impotentes na ação contra a “Propaganda Protestante” (Helgesson, 1994: 53).

Segundo Braga da Cruz, na obra *O Estado Novo e a Igreja Católica*, de 1992, em 1911 inicia-se um novo ciclo de relações da Igreja Católica com o regime da I República, cuja política foi contrária à da Monarquia que durante quase todo o século XIX manteve um vínculo com a Igreja. A razão deve-se ao facto de a Lei de Separação do Estado das Igrejas, de 1911, aplicada

nas colónias africanas ao abrigo do Decreto n.º 233, de novembro de 1913, ter estado no centro da controvérsia entre o Estado, a Igreja Católica e os Estados como Viena, Áustria e Alemanha, que protestavam contra a expulsão dos seus missionários de Moçambique (Braga da Cruz, 1992: 12). A contrariedade é afirmada por Jerónimo e Dores, ao referirem que a controversa Lei da Separação do Estado das Igrejas estabelecia que nas colónias seria implementada por “decretos especiais” (...) “sem prejuízo do exato cumprimento das obrigações assumidas por Portugal em convenções internacionais” (Jerónimo e Dores, 2013:119-156).

A promulgação, em 1911, da regulamentação da Escola de Enfermeiros Indígenas de Lourenço Marques (portaria n.º 292, de 17 de julho de 1911), marca o início do Ensino de Enfermagem para Africanos. Todavia, segundo Henriksen, só após a II Guerra Mundial e iniciada a guerra em Angola é que são implementadas em Moçambique reformas significativas na saúde e educação para africanos, contudo, com níveis que ficavam aquém dos programas das áreas correspondentes de ensino britânico, francês e sul-africano (Henriksen, 1974: 143).

Pese embora o foco deste estudo ser o sul de Moçambique e o período colonial em análise datar de 1911, há que recuar até épocas anteriores para nos situarmos na origem dos acontecimentos e compreendermos a evolução que caracterizou a política colonial dentro da qual o Ensino para Africanos ficou inserido. Para esta análise demarcaria o período compreendido entre o início no século XVIII, em que a escravatura foi um flagelo, e a primeira década do século XX. Segundo Arlindo Correia, no artigo “A Escravatura”, Portugal aboliu a escravatura em 1878 (Correia, 2007), contudo, com o apoio do Estado, a prática manteve-se até 1961/1962 (Keese, 2013:223-249). Citando o relatório de Edward Ross à Sociedade das Nações, intitulado “Report on Employment of Native Labor in Portuguese East Africa”, Jerónimo, Miguel e José Monteiro, no artigo “Das ‘Dificuldades de levar os indígenas a trabalhar’: ‘o sistema’ de trabalho nativo no império colonial português”, sublinham que durante o império colonial, a legalização e legitimação do trabalho forçado, uma forma de “servidão” ao Estado, “sem remuneração, foi a forma eficaz encontrada por Portugal para suprimir o tradicional sistema de escravatura ou tráfico de escravos (Jerónimo e Monteiro, 2013: 159-96). Michel Cahen no artigo “*Indigenato* Before Race? Some proposals on Portuguese forced labour law in Mozambique and the African Empire (1926-62)” salienta que a prática de escravatura suscita várias interpretações, dependendo da região em análise e do seu espaço temporal, nomeadamente; as Caraíbas francesas antes de 1848, o Brasil antes de 1888, os arquipélagos crioulos de Cabo Verde, São Tomé, ou as colónias continentais do Império português, antes de 1878 (Cahen, 2012: 149-171).



É de salientar a convergência dos Estados-nação, durante o século XIX, quanto à necessidade de *civilizar* gente ‘do outro lado’ do universo, conforme sublinha Maria Paula Meneses, citando Boaventura Santos. A autora salienta que, a partir do século XIX, a *civilização*, lema da colonização europeia, preconizava uma série de pressupostos que justificavam a supremacia da cultura portuguesa face aos povos colonizados, descritos como incapazes de se governar. Considerava-se, assim, que estes se desenvolveriam ao entrar em contacto com os europeus. Citando Mello e Castro, Meneses realça o consumo e o fabrico de produtos ocidentais como vitais para a difusão da *civilização* nas colónias (Meneses, 2010).

Segundo Adrian Hastings, na obra *The Church in Africa – 1450-1950*, de 1994, o século XVIII é caracterizado pela consciencialização dos protestantes para a importância da missionação em África, através da criação de sociedades missionárias anglófonas, anglo-germânicas e anglo-saxónicas. A descoberta do ouro, em 1886, foi determinante para a criação de escolas para Africanos no sul de Moçambique por missionários que vinham evangelizando e alfabetizando os africanos nas zonas rurais e industriais da África do Sul (Hastings, 1994). Da ação missionária em Moçambique destaca-se a *Missão Romande/Missão Suíça*, pelo protagonismo de Henri Junod na meteorologia, botânica, entomologia e antropologia (Harries, 2007). Segundo José Gonçalves, na obra *Protestantismo em África*, 2.º, de 1960, a *Missão Romande* destacou-se no ensino, na etnografia, na geografia e nas ciências naturais e linguísticas, facto que foi reconhecido pelo Governador (Gonçalves, 1960: 158-160). Segundo Alda Saúte, na obra *O Intercâmbio entre os Moçambicanos e as Missões Cristãs e a Educação em Moçambique*, de 2005, a ação missionária protestante no sul de Moçambique teve início antes da colonização, nos anos 1880 (Saúte, 2005: 42).

É importante analisarmos o impacto que a política da África do Sul, enquanto União Sul-Africana, teve sobre Moçambique. Primeiro, pela partilha de interesses económicos da Grã-Bretanha e Portugal naquela região. Segundo, pela dependência laboral que a África Austral manifestava perante as indústrias da União Sul-Africana, nas províncias do Cabo, Natal, Estado Livre de Orange e Transval. É a industrialização da União que vai promover o protestantismo na África Austral, através da difusão da Bíblia, literatura cristã e material didático em línguas regionais. Hans Vermeulen, na obra *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, de 2001, citando Anderson (1991), associa “a importância da língua com a padronização das línguas vernáculas, e com o desenvolvimento da imprensa e do capitalismo editorial” (Vermeulen, 2001: 89).

Quanto à política da União, na obra *The Native Problem in África*, de 1928, Raymond Buell descreve que no Natal e Transval os nativos devem ser portadores do passe de

identificação e caderneta do trabalho nas deslocações para fora do território de residência e para o trabalho nos municípios. Na caderneta do trabalho constam as impressões digitais e o historial. No Estado Livre de Orange a falta do passe é punível com detenção. No Cabo, os opositores ao modelo francês de assimilação do nativo instruído argumentam que não é a educação que irá contribuir para o bem-estar dos nativos em geral, mas sim o melhoramento e desenvolvimento natural de todos. Defendiam que, apesar de haver probabilidade de o nativo instruído ser *civilizado*, o seu grupo se manteria *incivilizado*. Segundo os opositores, é o facto de um setor da população estar num estágio mais primitivo de evolução social que justifica a adoção de uma política enquadrável para cada grupo, uma política que deverá implicar “a separação de raças, tanto quanto for possível”, e sendo que o objetivo é evitar a degeneração da raça, preservar a integridade racial, e dar a oportunidade a cada um de criar e desenvolver seu modo de vida racial”. Num discurso ao Conselho Nativo da União, Smithfield, primeiro-ministro, defendeu que nos territórios nativos deve ser ministrado um bom ensino, supervisionado por um europeu, mas que tal ensino deverá ter como objetivo preparar o nativo para orientar a sua vida dentro do seu território. A razão dever-se-ia ao facto de que “o nativo está ainda na fase infantil do seu desenvolvimento; pelo que devemos protegê-lo uma vez que ao protegermo-lo, estamos a proteger a civilização europeia” (Buell, 1928: 132-134). James Frazer, um teórico dos estádios de desenvolvimento humano, citado por John Beattie na obra *Other Cultures: Aims, Methods and Achievements in Social Anthropology*, de 1964, refere que as sociedades “primitivas”, como os bosquímacos africanos e os aborígenes australianos, representam “as fases rudimentares, a primeira infância e a infância da sociedade humana”, porém, se deixados sós, acabam por se desenvolver e atingir as fases de desenvolvimento europeu (Beattie, 1964: 4).

Partindo da análise de 45 narrativas, o presente trabalho realça a política de ensino colonial como sendo a alavanca das desigualdades sociais assentes na política do indigenato. No respeitante ao Ensino para Africanos, o paradigma das desigualdades sociais em Moçambique, que tem como suporte os conceitos de *indígena* e *civilização*, foi aparentemente idêntico ao da política das colónias britânicas da África do Sul. O paralelismo estabelece-se porque, segundo Alexander Keese no artigo “Bloqueios no sistema: elites africanas, o fenómeno do trabalho forçado e os limites de integração no Estado colonial português”, citando Vannutelli, a importância da “ação missionária” avaliava-se através dos “resultados comerciais e políticos” e digo que obtidos através da mão-de-obra indígena. O autor acrescenta que a política portuguesa se identificava mais com a da Rodésia do Sul, do Sudoeste Africano e da África do Sul, territórios cuja administração se preocupava com os colonos europeus que habitavam nos centros urbanos e trabalhavam no setor público (Keese, 2013: 223-249). Na

colónia portuguesa de Moçambique e nas colónias britânicas vizinhas, o entrelaçamento dos conceitos de raça, civilização e inteligência foi o mote que sustentou as desigualdades sociais.

Nesta tese justifica-se o apoio e proteção dados pelos governos coloniais aos missionários quanto à função que lhes é reconhecida, de *conversão* e *civilização*, partindo da convicção colonial de que os indígenas convertidos obedecem sem contestação às autoridades colonizadoras e respetivos agentes. Este trabalho contempla duas perspetivas: a da implementação do ensino missionário em África, com particular atenção para o caso moçambicano e a prática do ensino nas missões em Moçambique, bem como a integração dos profissionais moçambicanos ligados ao ensino missionário (professores e enfermeiros) nas estruturas do Estado colonial. A ação missionária católica é destacada na tese pelo facto de, em 1975, a Igreja Católica controlar cerca de 98% das escolas de ensino primário para africanos, para além das respetivas escolas de habilitação de professores africanos (Pinheiro, 1975).

## **Questões Metodológicas de Pesquisa**

### **Objetivos da pesquisa**

O objetivo geral da tese define-se nos seguintes termos:

O que define e caracteriza o Ensino para Africanos tal como este foi implementado pelo Estado Novo através das Missões no sul de Moçambique?

Os objetivos específicos são os seguintes:

1. Enquadrar, historicamente, o ensino missionário em Moçambique.
2. No contexto do ensino colonial, definir os modelos de ensino para Africanos;
3. Descrever o contributo das missões no ensino e profissionalização dos africanos, realçando as áreas em que o papel dos missionários foi mais perceptível;
4. Salientar o *modus operandi* das missões protestantes para afirmação da sua unidade e identidade;
5. Avaliar o ensino das missões com base nas carreiras e funções dos informantes;
6. Analisar como a política de classificação de grupos sociais nas colónias britânicas na África Austral influenciou a governação de Moçambique, partindo do pressuposto de que a União Sul-africana, colónia britânica, entre 1902-1961, e Moçambique, colónia portuguesa, entre 1891-1975, partilhavam interesses económicos;
7. Descrever a relação entre o Estado e as missões católicas e protestantes no que toca ao Ensino para Africanos.

Relativamente às motivações que me levaram a trabalhar este tema, saliente-se primeiramente a motivação científica. Beattie salienta que em África, na maioria das atuais

comunidades ‘nativas’, dirigentes políticos, residentes estrangeiros, missionários e viajantes, desempenharam no passado papéis importantes na vida das comunidades. Por esta razão, defende o autor que uma pesquisa social que omita uma referência a estes atores sociais está condenada a distorcer a realidade (Beattie, 1964: 81). Importa realçar a articulação, neste estudo, dos missionários com os dirigentes políticos, não somente em relação a questões legais, mas no âmbito da cooperação. Por exemplo, o trabalho meteorológico de Junod, que consta do artigo da Sociedade de Geografia de Lisboa “Observations Météorologiques faites a Ricatla” (District de Lourenço Marques) em 1889, 1889 et 1891 (Junod, 1891: 499-519). Outro exemplo, entre muitos outros, é a nomeação do missionário Manuel da Cruz Boavida como secretário da Comissão de Estudos e Codificação dos Costumes dos Indígenas do Distrito de Lourenço Marques (portaria n.º 613 de 12 de maio de 1914).

A partir de finais dos anos 1970, os estudos sobre missionários têm merecido uma análise diferente daquela que anteriormente via o missionário enquanto agente da administração colonial, tal como refere Paulo Valverde no artigo “O Corpo e a Busca de Lugares de Perfeição: escritas missionárias da época colonial” (Valverde, 1997). Um exemplo disso nas colónias britânicas é referido por Jean Comaroff e John Comaroff que, citando Robert Moffat, na obra *Of Revelation and Revolution. Christianity, Colonialism, and Consciousness in South Africa*, mencionam dois missionários que assumiram funções diplomáticas e que acabaram por ser agentes secretos da administração colonial (Comaroff and Comaroff (1991). Para Valverde, a nova imagem do missionário tem suscitado interesse na academia em projetos sobre a evangelização missionária como forma de entender as perceções e representações dos missionários e das comunidades das missões sobre o corpo. A nova imagem do missionário tem também permitido articular estudos sobre missionários com temas que, na atualidade, dominam o debate antropológico, nomeadamente a corporalidade, o homem, as várias formas de procedimento e de comunicação, questões desassociadas dos conceitos tradicionais de *cultura* e *sociedade*. Os missionários tinham como objetivo a “colonização do corpo e da mente” pela transformação do indivíduo, do seu ambiente e da sua forma de viver no mundo. Citando Jean Comaroff, Valverde salienta que o radicalismo religioso praticado pelos missionários foi tão bem-sucedido que, em alguns casos, volvidas décadas após guerras e críticas ao colonialismo, a sua influência e hegemonia mantêm-se inalteráveis. Valverde define como iniciativa da esfera missionária a criação e gerência de obras sociais na saúde e educação, isto para além da sua missão tradicional de conversão (Valverde, 1997). Dentro das áreas descritas como sendo de interesse para as pesquisas antropológicas, a presente análise está centrada nas iniciativas missionárias na saúde, educação e, obviamente, na evangelização.

Seria importante que este trabalho suscitasse o interesse de académicos e do público em geral para o facto de ter privilegiado entrevistar indivíduos que, pela sua idade e/ou carreira profissional decorrida no período colonial, possuem histórias de vida que se entrecruzam com as políticas coloniais e os interesses das missões protestantes e católicas no que diz respeito ao ensino nas colónias. Podemos citar como exemplos dos entrevistados o Cardeal de Moçambique, o Procurador-Geral jubilado, funcionários públicos e professores. Destacam-se entre os últimos, pela idade, Eugénio Simbine, de 93 anos, professor das missões católicas, o qual me expressou as boas-vindas do seguinte modo: “muitíssimo obrigado. Primeiramente agradeço a sua vinda aqui na minha casa. Eu agradeço essa confiança que depositou, muito mais ao padre Mutimukulu que é ele que indicou a mim porque eu não sabia que tenho história, porque muitos desprezam os velhos. Pela vez primeira na história receber uma pessoa de grande carácter como a senhora, entretanto eu vou tentar então explicar aquilo que eu fui”. A seleção de anciãos - quatro na casa dos 90 anos e um bom número deles na faixa etária dos 80 anos - é defendida por Beattie ao destacar a importância de histórias de vida e narrativas verbalizadas por idosos e indivíduos com experiência reconhecida. Dá como exemplo o facto de nas sociedades ditas ‘primitivas’, sem escrita, ser das narrativas dos velhos que os pesquisadores conseguem recolher informação privilegiada não encontrada em bibliotecas ou em arquivos. Daí que, segundo o autor, ao longo da primeira metade do século passado, período em que a literatura era escassa, a história escrita limitada e a tecnologia simples, os antropólogos puderam produzir trabalhos sobre culturas e sociedades através de dados recolhidos em primeira mão (Beattie, 1964).

Em segundo lugar, destaco a motivação pessoal que deriva da minha ligação materna e paterna com as missões Metodista e Nazarena. A minha avó materna, Raquel Macaúze, natural de Morrumbene, casou pela Igreja Metodista em Cambine com José Nhavoto. Após a sua viuvez, a missão da Igreja Metodista de Chicunque cuidou da minha avó e dos seus três filhos: Leonardo, o primogénito com quatro anos, Helena e *Xica*, a minha mãe. A minha avó exerceu o cargo de capelão no hospital desta missão. As filhas fizeram a instrução primária como internas da “Hartzell Girls’ Boarding School”, sob a direção de Ruth Northcott<sup>2</sup>. Leonardo, habilitado pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas, foi professor da Missão Metodista em Chicunque e, posteriormente, contínuo da Escola Comercial em Lourenço Marques. Helena, habilitada pela Escola de Enfermeiros e Enfermeiras Indígenas, em Lourenço

---

<sup>2</sup> Ver foto Missionary RUTH NORTHCOTT, at the Girls’ Boarding School at Chicunque, with one of her students (Helgesson, 1994).

Marques, trabalhou para o Estado. *Xica*, habilitada pela Escola Singer para o ensino de corte e bordados, foi professora na Missão Nazarena, em Tavane. O contacto que tive com estas missões na infância, na adolescência e durante as férias, permitiu-me manter a minha ligação com as famílias que viveram nas referidas missões. Por esse motivo, volvidas quatro décadas, quando iniciei a pesquisa, alguns dos contactos que me foram referenciados e indivíduos que abordei eram pessoas que me conheceram através dos meus pais e familiares de quem foram alunos, ou de quem simplesmente já tinha ouvido falar.

Importa referir que, para além da influência que o vínculo com a igreja, que os meus avós e pais tiveram, em Moçambique, ter contribuído para o meu sucesso na pesquisa de terreno, considero ter sido um fator adicional para a agilização desta pesquisa e das anteriores, o meu próprio vínculo com a igreja onde me encontro. Por exemplo, quando em 2013 fui a Moçambique para a pesquisa de terreno, levei uma credencial da igreja da qual sou membro em Portugal, a Terceira Igreja Evangélica Baptista de Lisboa. A credencial, com o carimbo e assinatura do pastor António dos Santos, um português de origem, recomendava às igrejas em Moçambique que me recebessem e me apoiassem no que fosse necessário, como membro do corpo de Cristo. Diz-me respeito, o seguinte excerto de uma carta de 24 de maio de 1983 do secretário europeu da World Council of Churches, Uffe Gjerding, em Genebra, à secretaria administrativa regional de África, cópia para o Revd. I. da Silva Cunha, em Portugal:

“Dear Ms Shaw,

I have received your letter of 9 May which refers to the case of the son of Mrs. Irene Paquete, who is now at a special school in Portugal. Unfortunately, CICARWS does not have any funds available for the medical aid to individual persons. We are therefore not in the position of being able to give direct help to the family in question. However, we understand the situation of the family and admire the great efforts which the mother of Silas is undertaking to help her son in the best way possible. We will therefore try to contact a few agencies in Europe with which we are in contact in order to see if we can raise a sum of US1, 000 which could help to cover the fees to the special school which Silas is now attending in Portugal (...) As to the role of the Portuguese churches in the given case, we will have to await their response. But since the WCC member churches there are rather small and poor in material terms, I think their contribution might be more in terms of practical and pastoral support (...)”

Silas é meu filho e trouxe-o para Portugal devido a danos cerebrais sofridos à nascença. O meu vínculo com a igreja em Moçambique viabilizou, na Europa, uma mobilização para a

recolha de dólares e escudos portugueses que cobriram as despesas do colégio do Silas, em Lisboa.

No que toca às pesquisas que realizei anteriormente em Portugal, nas igrejas e famílias cristãs, bastou-me identificar, por telefone ou por contacto direto, a minha igreja e o nome do meu pastor para que os potenciais informantes me agendassem as entrevistas. Foi assim que no curso de Pós-graduação em Migrações, Minorias Étnicas e Transnacionalismo, no âmbito da cadeira lecionada pelos Professores Lucinda Fonseca e Jorge Malheiros, “O Espaço das Migrações: da integração local aos arquipélagos migratórios”, em 2006, a minha pesquisa em casa de uma família cristã, que desconhecia, mereceu a classificação de 16 valores. A mesma estratégia apliquei, como colaboradora, na distribuição e recolha de 100 inquéritos por questionário, em menos de dois meses, nas igrejas em Lisboa e em Coimbra, para os investigadores do extinto Centro de Migrações e Minorias Étnicas da F.C.S.H. – Universidade Nova de Lisboa, em 2005.

Aliada à motivação pessoal foi a descoberta, no início da pesquisa, de que meu pai, James Madindane Mbanze<sup>3</sup>, que fora professor do ensino primário rudimentar do Estado nos anos 1930, professor das missões católicas nos anos 1940 e professor da Missão Nazarena nos anos 1950, tinha o seu nome referenciado vezes sem conta no Boletim Oficial da Colónia de Moçambique. De assinalar que o meu pai foi professor do Estado por acreditação da sua formação no colégio protestante da Missão Suíça. O facto de meu pai ter concluído o “ensino primário geral”, de cinco anos de escolaridade (portaria n.º 1:527 de 5 de junho, de 1920), tem um significado importante uma vez que, segundo fontes legislativas, a inscrição dele e de seus colegas como professores da instrução primária foi com base no diploma do ensino primário geral e no certificado de competências atribuído pelo governo para o exercício da função. Como se tal não bastasse, fiquei bastante admirada com a descoberta do remanescente de documentação e espólio fotográfico familiar que ignorava e que a minha mãe tinha deixado ao abandono, com outros pertences, numa dependência devoluta em Maputo. Longe estava de imaginar que iria encontrar naquele espaço um envelope protegido com documentos e fotografias da família, incluindo as das atividades escolares do meu pai. Entretanto, a filha de um colega do seu pai facultou-me o acesso ao espólio do seu pai, ele próprio também professor, autorizando a recolha de tudo o que seria útil para a presente investigação e sem quaisquer

---

<sup>3</sup> *James Madindane Mbanze* é o nome que consta dos boletins oficiais das nomeações do meu pai como professor do ensino primário rudimentar. *Jamesse Banze* é o nome aporuguesado que consta do meu registo como filha.

reservas em citar o seu nome neste trabalho: Jacinto Mário Beca, mais conhecido por Mário Beca. Do espólio do professor Mário Beca recolheu-se um caderno dos seus apontamentos na Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral». Do caderno constam também transcrições de atas e de resultados de exames dos seus alunos realizados na presença dos administradores de circunscrição. Incluiu-se aqui igualmente a cópia de uma carta manuscrita de 1955 sobre o encerramento de escolas protestantes, remetida pelo missionário responsável do pelouro da educação aos missionários da aliança missionária protestante. Parte deste espólio constitui as fontes primárias utilizadas para a elaboração desta tese. Permito-me assinalar o contributo acrescido do espólio do prof. Jacinto Mário Beca enquanto professor da escola do ensino primário rudimentar na circunscrição de Milange, distrito da Zambézia, na década de 1940. A transcrição da Ata (1940) (N.º 3) com a assinatura do administrador da circunscrição dá-nos a noção do processo de avaliação dos alunos no exame final da Instrução Primária Rudimentar.

A compilação destes diferentes materiais inéditos, que constituem fontes primárias para a história do ensino missionário e do ensino indígena colonial em Moçambique, foi um passo essencial para a presente investigação e para o contributo que ela pode prestar à história do ensino em Moçambique. A investigação incluiu igualmente uma recolha de registos fotográficos, de legislação, de documentos oficiais e de escritos originais.

No que diz respeito à seleção dos informantes, estabeleci os seguintes critérios:

Primeiro, a naturalidade, privilegiando indivíduos nascidos no sul de Moçambique. Esta escolha visa captar informação descrita em português e em línguas locais;

Segundo, indivíduos com escolarização e/ou habilitações adquiridas nas missões ou com o apoio das mesmas, preferencialmente os que estudaram entre a entrada em vigor do Diploma Legislativo n.º 238, de 17 de maio de 1930, que cria o ensino primário destinado aos indígenas, e a promulgação da Reforma do Ensino Primário Elementar a ministrar nas Províncias Ultramarinas, ao abrigo do Decreto-lei n.º 45 908, de 24 de setembro de 1964, que uniformiza o ensino primário. Este critério visa recolher informação em primeira mão;

Terceiro, indivíduos com domínio relativamente à história das missões, por observação dos acontecimentos, por inserção no meio africano ou pelas funções exercidas no seio dos africanos.

Quarto, filhos de progenitores que foram alunos das missões ou que trabalharam para as missões ou para o Estado, tendo como finalidade recolher informação que sustente a legislação e literatura sobre missões e habilitação de africanos antes do Estado Novo.



Quinto, indivíduos que, com escolarização primária e/ou profissão adquirida nas missões, prosseguiram os seus estudos e carreiras profissionais até à descolonização em 1975, com ou sem o apoio das missões, de modo a avaliar o nível de conhecimentos assimilado no tempo colonial.

Os critérios de seleção definidos sugerem que os informantes teriam de ser indivíduos com idade mínima de sessenta anos e idade máxima sem definição, dependendo do seu estado físico e grau de lucidez que lhes permitisse dar entrevistas. Para além dos critérios descritos, há que ter em conta a caracterização psicológica dos potenciais informantes. Nesta perspetiva, Juan Pujadas Muñoz, no livro *El método biográfico: El uso de las historias de vida en ciencias sociales*, define como critérios para a escolha de bons informantes os indivíduos que demonstrem interesse em serem entrevistados; que conheçam o tema ou que provem a sua integração no contexto estudado; que demonstrem honestidade pela consistência no que dizem; indivíduos capazes de comunicar com clareza, de forma descontraída; indivíduos com capacidade de autocritica, de raciocínio e de análise de afirmações e, por último, indivíduos dispostos a levar a entrevista até ao fim (Pujadas Muñoz, 1992).

Quanto à condição social dos entrevistados, apenas um, com 80 anos de idade, referiu que seu pai foi assimilado, razão pela qual, para frequentar a 3.ª classe elementar, o entrevistado foi para uma escola de ensino primário elementar. Relativamente aos restantes entrevistados, à exceção do marista português que foi professor da Escola de Habilitação de Professores Indígenas, e duas senhoras que entrevistei em Portugal, relataram as suas histórias de vida como indígenas. No que toca à condição dos professores e enfermeiros, que constituem um terço dos entrevistados, cumpre-me assinalar que, de acordo com a lei, se não fossem indígenas não teriam sido habilitados em escolas para indígenas; e no caso dos professores, não teriam sido nomeados para prestar serviço nas “escolas de ensino primário rudimentar”. A legislação que consta do B.O. n.º 1, 2.ª série, de 7 de janeiro de 1933, aplicável aos primeiros graduados da Escola de Habilitação de Professores Indígenas nomeados para exercerem funções nas escolas de ensino primário rudimentar, é clara sobre este aspeto. Esta situação é alterada quando o indigenato é abolido, em 1961. Por esta altura, o bilhete de identidade começou a ser emitido, na maioria dos casos através de um processo que, por vezes, tinha como preço o *chibalo* (trabalho forçado), conforme irei descrever mais adiante, a partir da narrativa do funcionário colonial do Registo Civil.

No que concerne o tema de assimilação, chamo a atenção para a citação de Alexander Keese ao assinalar que “Nos primeiros anos a seguir 1975, era quase um tabu discutir a anterior participação dum indivíduo dentro do estado colonial”. “Pelo contrário, em Portugal, a mesma

questão era duma importância crucial devido ao prestígio desses indivíduos após a independência das colónias portuguesas” (Keese, 2013: 223-249). Com esta observação pretendo salientar que para a comunidade científica portuguesa seria de interesse que de entre os entrevistados fossem identificados os assimilados, contudo, enquanto moçambicana não iria colocar aos entrevistados uma questão que seria o mesmo que eu solicitar a manifestação de quem se identificou com o regime colonial. A situação seria diferente se entrevistasse indivíduos que, com o estatuto de assimilado durante a colonização, desertaram de Moçambique para ir participar na guerra de libertação. Para esses, a participação na guerra colonial, para além de ser um ato heroico na sociedade, desvinculava-os de qualquer participação no regime colonial.

### **Abordagens da pesquisa**

Este trabalho baseia-se em diferentes abordagens que são características do método qualitativo. Foi realizada uma pesquisa documental sobre a história das missões e do ensino missionário em África, que é abordada na primeira parte do presente trabalho, e sobre o ensino missionário em Moçambique, com particular foco nas missões protestantes. A investigação sobre o ensino nas missões e o percurso dos seus alunos constitui o estudo desta tese. A pesquisa baseou-se na recolha de entrevistas a diversos informantes, como será explicitado mais à frente. Os entrevistados pertencem às missões da igreja Católica, Missão Suíça, Missão Metodista, Missão Metodista Livre e Missão Nazarena, pelo que o principal suporte para a análise de dados destas missões são as narrativas. Os trabalhos de outras igrejas terão como suporte a literatura e a legislação.

Sublinhe-se o facto de ter sido realizada uma abordagem teórica que privilegiou a Igreja Católica e a Missão Suíça, de entre todas as congregações religiosas ativas no período colonial. Esta falha deve-se, entre outras, à desconfiança do Estado Novo sobre as missões protestantes. O regime de inspiração marxista-leninista que vigorou após a independência, de 1975 até à realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, condenava as igrejas sob a acusação de terem colaborado com o colonialismo. Esta atitude limitava os investigadores que não teriam a coragem necessária para realizar pesquisas sobre a religião. A guerra civil que assolou Moçambique 1977 e 1992 também limitou as investigações no país. Olhando para a bibliografia, constata-se que após um interregno que se seguiu à independência, é durante a década de 1990 que em Moçambique surgem publicações de pesquisas realizadas no terreno sobre educação, política, religião e história, como sinal de mudança de regime. Refiro-me aos trabalhos de Cruz e Silva, Mazula, Penvenne, Liesegang e Newitt que foram publicados nesta década. Saliento que se na literatura da época colonial constatamos que o Estado Novo

privilegiou o Catolicismo em detrimento do Protestantismo, na literatura pós-colonial são destacados os protestantes que, sob a liderança e protagonismo da Igreja Presbiteriana de Moçambique e dos seus missionários, surgem como revolucionários que conduziram a luta armada para a independência, contra a política colonial e o posicionamento da Igreja Católica. Neste contexto, permito-me sublinhar que a atenção especial dada no período pós-colonial à Igreja Presbiteriana de Moçambique, designada no período colonial por Missão Suíça, e a outras igrejas protestantes e à Igreja Católica, é um assunto analisado neste trabalho pelo académico e investigador, Eric Mourier-Genoud no seu artigo “Arquivos, Historiografia e Igrejas Evangélicas em Moçambique”, 2002.

Conforme referi, citando Beattie, a presente pesquisa enquadra-se nos estudos sobre sociedades ditas ‘primitivas’ e, acrescentaria, sociedades em que a comunicação é face a face, constituindo a agricultura e a pastorícia o meio de subsistência das famílias e de socialização do indivíduo no seu grupo, na comunidade e na sociedade em geral. Assinalo o facto de a caracterização descrita das sociedades ditas “primitivas” dizer respeito ao período vivido pelos entrevistados enquanto alunos ou ativos durante a colonização. Trata-se de sociedades que, em Moçambique, a colonização transformou, quer através das atividades exercidas pelos administradores, missionários, comerciantes e agricultores nas circunscrições, quer pelo contacto dos europeus que, citando Meneses, as civilizaram (Meneses, 2010).

A pesquisa enquadra-se também no estudo sobre organizações, visto que temos em análise as missões como foco da investigação e os alunos dessas missões como objetos de estudo. Alan Bryman, na obra *Social Research Method*, define como pesquisa sobre organizações ou comunidades quando a amostragem é composta por indivíduos dessas instituições (Bryman, 2012).

A pesquisa de terreno iniciou-se com a realização de entrevistas exploratórias, uma vez que, aquando da partida para o terreno, em Moçambique, não havia ainda uma pergunta de partida fechada. Esta iniciativa assentou na teoria de Raymond Quivy e Campenhoudt, na obra *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, segundo a qual as entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho (Quivy e Capenhoudt, 1998). Uma vez chegada a Maputo, procurou-se localizar potenciais informantes, neste caso nas igrejas que haviam tido missões durante o período colonial, pois como salienta Steven Potter na obra *Doing Postgraduate Research*, o local mais evidente para encontrar informantes é o contexto que estudamos (Potter, 2002). Realizadas as entrevistas iniciais, a maioria das que se seguiram foram selecionadas através de um procedimento semelhante à pesquisa “snowball

sampling research”, em que o entrevistado me indicava o nome e contacto de outro potencial entrevistado.

As questões abordadas nas entrevistas diziam respeito ao período colonial e ao período pós-colonial. Relativamente ao período colonial, os temas foram maioritariamente da iniciativa dos entrevistados, que descreveram a sua infância, o seu percurso escolar e a atividade profissional. Contudo, as questões destacadas tiveram em consideração o nível de instrução e área profissional de cada um. Por exemplo, os professores e enfermeiros realçaram a diferenciação dos sistemas de ensino primário e profissional. Os liceais, ao centrarem os discursos na sua persistência em prosseguir os estudos, vinculavam a ideia de que, pese embora a política do indigenato, querer é mesmo poder. Os prestadores de serviços destacaram os constrangimentos originados pela pobreza familiar, que os impediram de ter uma escolaridade assídua, de modo a que terminassem os estudos no nível que pretendiam. Importa referir que subjacente a todas as temáticas abordadas pelos entrevistados estava a problemática do indigenato. Foram da minha iniciativa as questões relativas ao período pós-colonial dos entrevistados. Coloquei como questão fundamental saber como, em particular os professores, os enfermeiros e os liceais, foram integrados nos novos quadros do Moçambique independente e qual o balanço que faziam do ensino colonial das missões.

### **Estrutura da tese**

Esta tese está dividida em duas partes. Em termos de conteúdo, na Parte I, procurei cruzar missionação e politização. As motivações políticas e comerciais dos fluxos migratórios europeus que, iniciados no século XV e com destino a África, prosseguem nos séculos posteriores para as Américas, vão legitimar o escravagismo como parte inerente da missionação. Como sublinha Hastings, “sem dúvida, a maioria do clero possuía escravos e alguns participavam ativamente no comércio de escravos em Angola e noutras partes. É dos rendimentos do escravagismo que quase todo o clero português depende para sustento nas expedições exploratórias e comerciais” (Hastings, 1996[1994]: 124). A missionação, católica e protestante, a escravatura e/ou a exploração da força de trabalho são questões recorrentes nesta tese. Esta I Parte é subdividida em três capítulos. No Capítulo 1 são abordados os dois fatores que conduziram à redefinição dos conceitos “civilização” e “conversão”. Estes dois conceitos enquadram os objetivos da colonização. No Capítulo 2, em que se refere o ensino das colónias da África Austral, são comparados os sistemas de administração e ensino português, francês e britânico. No Capítulo 3 é descrito o impacto da revolução mineira na África Austral que não apenas sustenta as economias dos países da região, como também reforça a atividade missionária e prepara os convertidos moçambicanos para professores e evangelistas.

Quanto aos conceitos que aqui se aplicam de “colonização europeia” e “missão”, é pertinente clarificar que “missão” significa uma instituição colonial missionária ao serviço dos nativos com templo, escola, oficina e dispensário (Mello, 1910). Stephen Castles e Mark Miller consideram como variáveis do “colonialismo europeu” os fluxos migratórios, temporários ou permanentes, de marinheiros, soldados, agricultores, comerciantes, padres e administradores inicialmente com destino a África, Ásia, às Américas e Oceânia (Castles & Miller, 2003).

Na II Parte é abordado o Ensino para Africanos em Moçambique, composto pelos capítulos 4 e 5. No Capítulo 4 refere-se o trabalho das missões estabelecidas até 1910. Neste mesmo capítulo são detalhados os momentos altos e baixos da interação entre o Estado e a Igreja Católica durante os regimes monárquico e republicano. Isto, porquanto após um relacionamento amistoso durante a monarquia, e ultrapassada a vitimização dos Jesuítas, no regime republicano a Igreja Católica deixa de ser a religião do Estado, perdendo as prerrogativas que vinha usufruindo. A função dos missionários católicos é neutralizada com a criação de missões laicas na Guiné, Angola, Moçambique e Timor, às quais é atribuída a designação de missões civilizadoras. Comprovada a ineficácia das missões laicas no desempenho de funções na educação e civilização, o Governo republicano reverte a sua posição, criando, em 1926, o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor, que passa a reconhecer o missionário como empregado do Estado. No âmbito do Estatuto, a Santa Sé e a República Portuguesa assinam, em 1940, a Concordata e o Acordo Missionário. Com a assinatura destes documentos a Igreja Católica não somente recupera os bens confiscados ao abrigo da Lei de Separação da Igreja do Estado de 1913, e as dotações orçamentais antes alocadas ao prelado, como também vê a sua autoridade reforçada ao ser confiada às missões católicas a tutela de todo o ensino destinado aos indígenas.

O capítulo 5 aborda a definição e implementação do Ensino para Africanos e efetua uma análise crítica das narrativas dos 45 entrevistados. As 45 entrevistas, transcritas em formato de um texto com 365 páginas, estão em anexo ao presente trabalho.

É de mencionar que, ao nível da substância, ressaltam os discursos dos professores, enfermeiros, liceais e seminaristas habilitados na época colonial nas missões protestantes e católicas.

Conclui-se da articulação do conteúdo que a missionação entre os séculos XV e XX se caracterizou por ter sido pioneira nos contactos mais aprofundados entre africanos e europeus, tendo sido essencial para o lançamento das bases daquilo que foi o ensino missionário em Moçambique.

## I PARTE – HISTÓRIA DA MISSIONAÇÃO COLONIAL EM ÁFRICA

Antes de mais, importa definir os termos “missionário” e “catequese”, que serão recorrentes neste trabalho. A Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura define *missionário* como sendo “um agente da atividade missionária da Igreja entre os gentios ou pregoeiro do Evangelho”. Sublinha a Enciclopédia que a capacitação para missionário supõe uma vocação especial e uma espiritualidade característica. Ser missionário exige uma formação especializada nos domínios espiritual, moral, doutrinal e apostólico, ministrada em institutos capacitados para preparar indivíduos em grupos para o exercício da função. “A estruturação de todos os agentes de missão, quer especialistas, quer cooperadores, é uma exigência de unidade”. *Catequese*, palavra que deriva do catecismo, ou vice-versa, é, segundo a Enciclopédia, o “ensino oral ou o anúncio da mensagem da salvação de modo a provocar a adesão feita de fé vida e dinâmica”. A *catequese* abrange três fases: a *conversão*, que é ouvir e aceitar a revelação divina; a *instrução*, que é inteirar-se da verdade da revelação divina; e a *adesão*, que é a submissão a um modo de vida pautado pelos princípios da fé professada. “A catequese não é só para quem necessita de instrução, é para todas as idades e condições sociais. Desde o uso da razão até à morte, todos os que aspiram à vida sobrenatural têm de viver *convertidos* para Deus, ouvindo a Sua Mensagem e aderindo a Ela, encarnando, a cada momento, na própria vida, a resposta afirmativa que Deus espera” (Enc. Luso-Brasileira). Hastings salienta que o modelo de perguntas e respostas que incorporava o catecismo era algo fácil de usar; contudo, e avaliando o seu conteúdo, tal leva a crer que não se adaptava aos africanos por ser um conjunto de textos doutrinários sem histórias. Outro aspeto negativo é que o catecismo não tinha tradução de um único livro bíblico dos evangelhos (Hastings, 1994).

O segundo aspeto é o que Stephen Castles e Mark Miller argumentam que a missionação em África se insere no projeto da colonização europeia de África, realizada a partir do século XV como parte integrante da construção e (ou) afirmação dos Estados-Nação, através de fluxos migratórios para a região (Castles & Miller, 2003).

Adrian Hastings, autor da obra *The Church in Africa 1450-1950*, de 1994, é um dos autores a descrever a história das missões em África a partir do século XV. Segundo o autor, a missionação em África inicia no século XV com os portugueses no Congo, de onde prosseguem as viagens de exploração pelo oriente, ilhas, centro e sul. Nas ilhas de Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, o lançamento da obra missionária portuguesa partiu da diocese do Funchal, que tinha sob sua tutela as Missões do império português no Ultramar. Em finais do século XVI é fundada a Missão dos Agostinhos de São Tomé. No mesmo século, o jesuíta Gonçalo Silveira

estabeleceu-se em Sofala. O clima ameno da Zambézia proporcionou aos Dominicanos e Jesuítas a abertura da Missão do vale do Zambeze, que se manteve em funcionamento até 1759 quando, em Moçambique e Angola, os Jesuítas foram presos por ordem do marquês de Pombal. Em 1770 foi fundada em São Tomé a Missão dos Capuchinhos. Em meados do século XIX a criação de vicariatos, designadamente o Vicariato Apostólico para o Cabo, o Vicariato Apostólico para o Egito e o Vicariato Apostólico para a África Central, conduziu à fundação de congregações e sociedades religiosas na Europa com a missão de enviarem missionários para África. A França enviou para o Natal os Oblatos da Maria Imaculada. A Irlanda enviou para o Cabo Oriental os padres seculares. A Sociedade das Missões Africanas enviou missionários para a costa ocidental africana. Em 1868 foi fundada a Sociedade Missionária da Nossa Senhora de África, que enviou para a Argélia os missionários *White Fathers* e para Cartago as missionárias *White Sisters* (Hastings, 1994). O envolvimento de missionários, incluindo o Papa, no tráfico transatlântico de escravos constituiu o grande senão da ação missionária em África. É ao longo do século XIX que, ao abrigo da Convenção de Viena de 1815, a abolição da escravatura é decretada e implementada gradualmente pelos Estados europeus. Por conseguinte, em 1818 Portugal revoga parcialmente a escravatura, e em 1878 inteiramente (Correia, 2007).

A presente tese descreve como o catecismo constituiu a principal ferramenta de evangelização católica e a Bíblia o instrumento de evangelização protestante, razão pela qual a prioridade da obra missionária protestante ter sido a tradução da Bíblia em línguas locais africanas. Tal como refere Hastings, “a ideologia do movimento missionário do século XIX começou com um simples individualismo evangélico baseado na Bíblia primeiro e por último”. Foi para este fim que, no século XIX, foi fundada em Inglaterra a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (Hastings, 1994).

De igual modo, pretende-se descrever aqui o impacto que a revolução mineira teve na Europa e na África Meridional, resultante da descoberta dos diamantes e do ouro na África do Sul no terceiro quartel do século XIX. A perspetiva vislumbrada de uma África do Sul como zona de potencial económico torna-se uma realidade em finais do século XIX, quando a África do Sul se transforma numa região estratégica de missionação através da emigração em massa de missionários que se vão aglomerar preferencialmente nas zonas rurais, onde estabelecem Missões. Com a geopolítica a colocar a África do Sul na cena internacional, os países ocidentais estabelecem como imperativo definir quais dos territórios africanos ocupados pertencem a que países e regulamentar os fluxos migratórios dos seus cidadãos. Estes foram os objetivos subjacentes à realização da Conferência de Berlim entre 1884-1885. Sublinhe-se que, até à

realização da Conferência de Berlim, a emigração para a África, de missionários ou de outras classes de profissionais, não estava abrangida por qualquer tratado internacional.

A Ata da Conferência de Berlim teve como signatários a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Itália, os Países Baixos, Portugal, a Rússia, a Suécia, a Noruega e o Império Otomano.

As resoluções referentes ao acolhimento e trabalho dos imigrantes europeus nos territórios de ocupação europeia em África constam dos artigos 5.º e 6.º da Ata da Conferência de Berlim, nos quais se lê que visando “regulamentar a liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Niger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África” determina-se o seguinte:

“Os estrangeiros gozarão indistintamente, quanto à proteção de suas pessoas e de seus bens, da aquisição e da transmissão de suas propriedades mobiliárias e imobiliárias, e quanto ao exercício das profissões, do mesmo tratamento e dos mesmos direitos que os nacionais. Todas as Potências que exercem direitos de soberania ou uma influência nos referidos territórios, comprometem-se a velar pela conservação das populações aborígenes e pela melhoria de suas condições morais e materiais de existência e (...) favorecerão, sem distinção de nacionalidade ou de culto, todas as instituições e empresas religiosas, científicas ou de caridade, criadas e organizadas para esses fins ou que tendam a instruir os indígenas e a lhes fazer compreender e apreciar as vantagens da civilização. Os missionários cristãos, os sábios, os exploradores, suas escoltas, haveres e acompanhantes serão igualmente objeto de proteção especial. A liberdade de consciência e tolerância religiosa são expressamente garantidas aos aborígenes como nos nacionais e aos estrangeiros. O livre e público exercício de todos os cultos, o direito de erigir edifícios religiosos e de organizar Missões pertencentes a qualquer culto não serão submetidos a nenhuma restrição nem entrave<sup>4</sup>”.

Sublinhe-se que as resoluções acima citadas são reiteradas na Ata da Conferência de Bruxelas realizada em 1890, subscrita por dezassete Estados. No Capítulo 1, artigo 2.º da Ata da Conferência de Bruxelas lê-se que *proteger, sem distinção de culto, as Missões já estabelecidas ou que venham a se estabelecer*. É de assinalar que a Conferência de Bruxelas de 1890 decorre no ano anterior à assinatura do tratado assinado por Dom Carlos, Rei de Portugal, e a Rainha da Grã-Bretanha, o Tratado Luso-Britânico de 1891, que reconhece o domínio de Portugal na África oriental e delimita os territórios que fazem fronteira com Moçambique. No

---

<sup>4</sup> [https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf\\_berlim.pdf](https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf)



Tratado é mantido o princípio da Conferência de Berlim que consagra aos missionários de todos os territórios abrangidos a liberdade de missionar.

Aquando da realização da Conferência de Berlim, estavam estabelecidas no sul e oriente de África as Missões protestantes ABC – American Board for Foreign Missions; CS – Church of Scotland; FCS – Free Church of Scotland; L – Lutheran; LMS – London Missionary Society; M – Moravian; PEM – Paris Evangelical Mission; UMCA – Universities’ Mission to Central Africa; W – Wesleyan; SM – Swiss Mission” (em Spelonken e Ricatla). Existia um aglomerado de Missões desde a Cidade do Cabo ao centro de África e até Tanganhica.

Em 1890 a Igreja Católica tinha estabelecido pela costa ocidental e oriental africana as Sociedades Missionárias: C – Capuchins; HG – Holy Ghost Fathers; J – Jesuits; L – Lazarists; M – Trappists/Mariannhill; OMI – Oblates of Mary Immaculate; S – Scheut Fathers; SMA – Society of African Missions; VF – Verona Fathers; WF – White Fathers; os Jesuítas e na África do Sul duas na província do Cabo (Hastings, 1994).

Entretanto, durante o período intermédio das conferências, e através do contacto com os missionários na África do Sul, os migrantes moçambicanos provenientes das zonas rurais de Moçambique exploram as oportunidades para os missionários estabelecerem missões em Moçambique. Este estudo descreve como o desenrolar das iniciativas de ensino e evangelização empreendidas em Moçambique por tais migrantes moçambicanos culminaram com a fixação em Moçambique dos missionários protestantes, que fundaram as Missões pioneiras descritas mais adiante na Parte II desta tese.

Existe uma articulação entre a Parte I e a Parte II focada nas Missões em Moçambique devido à importância de conhecermos a génese, a doutrina e as regras de funcionamento das igrejas matrizes ocidentais e que estão explicitadas nesta Parte I. De tal modo que, relativamente a Moçambique, poderemos comparar o nível de aplicação ou de subtração desses dogmas e regras na interação dos missionários ocidentais com as comunidades que tutelam em Moçambique.



## CAPÍTULO 1 – EXPANSÃO MISSIONÁRIA CATÓLICA E PROTESTANTE

Pese embora o facto de a missionação ser da iniciativa dos portugueses no século XV, dois fatores me levam a definir o século XIX como início da pesquisa sobre a obra missionária em África antes da colonização de África. O primeiro fator prende-se com o facto de na História da Grã-Bretanha, da França e de Portugal, o século XIX ser caracterizado pela construção dos Estados-Nação, dos impérios e dos ideais do nacionalismo. O segundo fator resulta da atenção que nesta época é dada à ocupação dos territórios africanos pelos europeus. Estes fatores conduziram à redefinição ou interpretação dos conceitos “civilização” e “conversão” de modo a se enquadrarem nos objetivos da colonização. Dado que vezes sem conta os dois termos serão aplicados nesta tese, permito-me, antes de mais, procurar defini-los conforme concebidos antes e no início da colonização.

De acordo com Hastings, em meados do século XIX, *Cristianismo* e *Civilização* estavam interligados e, sempre que a ocasião proporcionasse, adicionavam-se os conceitos *Comércio* e *Cultura*. Os ‘Cs’ representavam valores populares da época vitoriana, incluindo a ciência, dado que ‘Civilização e Ciência’ poderiam facilmente ser articulados com ‘Civilização e Comércio’. A articulação entre Cristianismo e Civilização está relacionada com a conversão das tribos do norte europeu durante a chamada *Idade das Trevas* e que serviu como mote para as conquistas portuguesas no Ultramar durante o século XVI. Contudo, para os Protestantes, a palavra *civilização* só surge na língua inglesa no século XVIII e era indicativa do *Iluminismo*. Hastings cita a publicação de Daniel Defoe *A Plan of the English Commerce* (1728), na qual este autor afirmou que “A Região Selvagem (da África ocidental) poderia estar muito mais civilizada (...) e o povo a aprender como viver, como se vestir e a receber da Europa muita coisa que atualmente necessita. Por conseguinte, a conduta e estilo de vida da Região Selvagem iriam ser modificados pelo consumo dos produtores europeus”. Citando Adam Ferguson na sua preocupação com a evolução da espécie humana do ‘grosseirismo à civilização’, conforme consta da obra *An Essay on the History of Civil Society* (1767), Hastings salienta que Ferguson considerava a *civilização* como algo complexo, simultaneamente político, intelectual e comercial. A opinião generalizada era que o comércio tinha muito a ver com a difusão da *civilização*, sendo que a perspectiva que os Iluministas estariam longe de conceber era a da relação entre Cristianismo e *Civilização* (Hastings, 1994).

George Stocking Jr., no artigo “The Idea of Civilization Before the Crystal Palace (1750-1850)” da sua obra *Victorian Anthropology*, salienta que, sendo verdade que o desenvolvimentismo progressista entrou em declínio no século XIX, é de admitir que, em

meados do século anterior, o Palácio de Cristal publicou um corpo de textos (incluindo sobre o utilitarismo) com enfoque no *progresso da civilização*. Para além de que, quer a tradição britânica, quer as tradições continentais, que influenciavam os britânicos, incorporavam correntes de pensamento que condicionavam a conceção do termo *progresso da civilização*. Entre as correntes de pensamento encontramos representações acerca dos *selvagens* não europeus que atribuíam um sentido oposto ao termo *civilização*; representações sobre a natureza física do homem e a diferenciação da espécie humana que levantavam a questão da universalidade; reproduções acerca da ordem social que definiam as especificidades da *civilização*; e contributos sobre a metodologia adequada ao estudo da história e da vida humana que poderiam ser incorporados na rubrica das ciências naturais. A convicção de Stocking é de que a maioria destas questões, que se inspiram no Romantismo alemão, assenta na ideia do Iluminismo. Contudo, as correntes de pensamento sobre *civilização* produzidas no início do século XIX desenvolveram-se sob a sombra de outras forças de transformação histórica mais poderosas: a Revolução Industrial, a alteração das estruturas de classe, o reavivamento do Cristianismo tradicional e a Revolução Francesa. Foi cada uma destas forças que condicionou a prossecução e a afirmação da *civilização*, uma vez que tiveram como impacto a introdução de descontinuidades que conduziram à universalização de processos de redefinição de conceitos, a ponto de, em 1850, cada povo europeu ter a sua interpretação do conceito de *civilização* diferente daquele concebido durante o Iluminismo (Stocking, 1987). Aliás, alguns dos conceitos com origem espaço-temporal são estabelecidos por acontecimentos históricos, como as palavras *protestantismo*, *nacionalismo*, *difusionismo*. Daí que na Encyclopaedia Britannica, ao comparar-se o impacto das descontinuidades do século XIX, alguns críticos questionam se tal não implica uma mudança abrupta e catastrófica. Contudo, analisando-se o impacto que as invenções extraordinárias do carvão, do ferro, dos têxteis, das máquinas a vapor, dos canais, das ferrovias, das máquinas industriais e da eletricidade têm sobre as sociedades e os povos, conclui-se que as transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XIX no âmbito da Revolução Industrial contribuíram para a criação de uma nova sociedade; daí o termo *revolução industrial* da autoria do francês Arnold Toynbee não ser sintomático de produção de violência (Encyclopaedia Britannica 12: 308). Como assinala Hastings, as ferrovias facilitaram a acessibilidade dos europeus e dos seus bens; possibilitaram aos africanos percorrer longas distâncias à procura de trabalho, e aos camponeses transportar os seus produtos obtendo algum retorno. Os meios de comunicação estavam ao serviço do governo, do africano comum e das Missões (Hastings, 1994), mas com o inconveniente de, como refere Malinowski na obra *Freedom and Civilization*, “o desenvolvimento de uma tecnologia moderna e dos sistemas

internacionais de comunicação, da economia e do comércio tornarem o mundo num só” (Malinowski, 1964: 293), que é a *globalização* da moeda e do comércio ocidental que coloca os países africanos na dependência dos europeus.

Hastings refere que a *civilização* era a menor preocupação do movimento missionário. A sua classe trabalhadora, os fundadores da Igreja Livre, estava interessada na divulgação da fé e da piedade, e não nos frutos quer do Iluminismo, quer do comércio britânico. Em 1815 a Comissão Missionária Metodista escrevia para os missionários que “na qualidade de homens de Deus e embaixadores de Cristo não se envolvam de qualquer modo no comércio”. Foi o grupo de intelectuais evangélicos Anglicanos da classe média alta com ligações comerciais fortes, os Clapham, que, consciente ou inconscientemente, fez o que a maioria dos cristãos atentos procura fazer em todas as épocas: adaptar a ideologia secular corrente aos valores cristãos. Neste contexto, o grupo defendia que o comércio legitimado seria muito mais rentável para todos, tanto para os africanos quanto para os mercantes de Liverpool, do que o comércio escravagista, e que iria produzir um maior impacto no progresso da *civilização* e, simultaneamente, difundir o Cristianismo. Esta perspetiva da década de 1780, que pouco teve a ver com Missões, constituiu o fundamento para o povoamento em Freetown e a constituição da *Sierra Leone Company*. Fundada em 1791, a primeira diretiva da empresa aos trabalhadores foi de que estes deveriam reger-se pelos ‘princípios reguladores do Comércio’ e a cláusula adicional foi de que deveriam fomentar a ‘divulgação do Cristianismo e da Civilização’. Aqui temos, em finais do século XVIII, a afirmação dos ‘Três Cs’.

Hastings acrescenta que a ideologia do movimento missionário do século XIX se iniciou com um evangelismo individualista com enfoque exclusivo na Bíblia. Conforme vimos, a este evangelismo cedo se juntou uma tendência mais secular simplesmente designada por *civilização*, uma componente adicional indefinida, rejeitada expressamente por uns tantos, contudo constituindo questão central para outros. A *civilização* pareceu ser a estratégia plausível de convencer os laicos do contributo dos missionários para o bem-estar da sociedade. Servia também para justificar a intensa e multifacetada atividade ‘secular’ decorrente nas Missões, inexplicável em termos estritamente evangélicos. O enquadramento de componentes seculares nas Missões parecia algo natural para um evangelista esclarecido, e para uma minoria tornava-se a questão central por a encararem como forma de combater a escravatura; implicava a luta por direitos políticos para outros; interessava aos que viam as componentes seculares como forma de melhorar as condições de vida; e alguns encaravam a *civilização* como benéfica na constituição de alianças com o comércio ocidental e o acesso ao mercado mundial (Hastings, 1994: 283-292).

Para o autor do artigo *The Clash of Civilizations*”, Samuel Huntington, a palavra *civilização* significa uma entidade cultural com características distintas de outras culturas ou povos, podendo a *civilização* determinar uma vila, uma região, um grupo étnico ou uma nação (Huntington, 1993). A *civilização* pode ser caracterizada tanto em termos de elementos partilhados como a língua, a história, a religião, os costumes, as instituições – ou seja, pela etnicidade (Barth, 1998), por assentar em características objetivas – como poderia a *civilização* ser descrita em termos subjetivos? – quando caracterizada por identidades situacionais (Vermeulen, 2001). Huntington cita como um exemplo o facto de um habitante de Roma se poder considerar tanto romano como italiano, europeu, católico, cristão ou ocidental. Outro exemplo é o de um indivíduo da região de Owerri ou Onitsha, no Estado de Ibo, na Nigéria, que é simplesmente considerado, ou se considera, Ibo quando está na cidade de Lagos, mas em Londres considera-se um nigeriano, e em Nova Iorque um africano. Por outras palavras, a partir das identidades objetivas dos habitantes de ambos os países que são a língua, o país de origem, ou a religião, recriam-se identidades circunstanciais ou espaciais às quais se acomodam no ambiente ou na situação em que se encontram, de modo a usufruírem dos seus benefícios ou a rejeitarem os respetivos estereótipos. Por esta razão, Huntington considera que as civilizações são dinâmicas pois tanto emergem como desaparecem, tanto separam como unem. Exemplo disso é a volatilidade identitária do italiano e do nigeriano, fatores que, segundo o autor, enfraquecem os estados-nação que são os berços das identidades nacionais. Huntington sublinha que cada civilização tem a sua própria conceção sobre a relação entre Deus e Homem; entre indivíduos e grupos; entre cidadãos e Estado; entre pais e filhos; entre marido e mulher, como também a sua própria perspetiva sobre a importância dos direitos e deveres; da liberdade e autoridade; da igualdade e hierarquização. Tratam-se de perspetivas enraizadas durante séculos e que, em certos casos, superam as diferenças que possam existir entre as ideologias e os regimes políticos de uma civilização. Tais diferenças não significam, na essência, que haja conflitos, nem os conflitos implicam necessariamente a violência; porém, são as diferenças que, ao longo dos séculos, têm gerado conflitos mais violentos de níveis micro e macro, e continuarão a gerá-los, sendo uma das razões, o facto de o mundo se estar a tornar cada vez mais pequeno. Conflitos de nível micro têm ocorrido sobre aspetos que distinguem as civilizações. Ao nível macro ocorrem conflitos pelo facto de as civilizações nacionalistas, cujo empenho assenta na afirmação da sua política, procurarem conquistar um poder militar e económico mais abrangente através da luta pelo controlo das instituições internacionais de primeira instância, dos quais exemplifico a ONU, o FMI, ou a NATO, promovendo de forma competitiva os seus interesses políticos e valores religiosos que defendem. Por conseguinte,

nota-se cada vez mais uma interação entre os povos de diferentes civilizações. Trata-se de uma aproximação que reforça a noção de *civilização*, e da consciencialização das diferenças e convergências que as civilizações representam nos países com culturas diferentes (Huntington, 1993).

David van Dyk, na sua palestra *The Contact between the Early Tribal African Education and the Westernized System of Missionary Education* (van Dyk, 1967), referiu que à medida que a civilização espalhava a sua influência no modo de vida camponês dos africanos, se abriam novos horizontes aos olhos da população, criando-lhes novas ideias e indispensabilidades. Da aglomeração dos primeiros missionários, vindos de várias igrejas e sociedades religiosas, iniciou-se no mundo africano um trabalho que tinha como objetivo-chave a *conversão*. Enquadrado o ensino missionário na interpretação do conceito de *conversão*, os missionários tinham como objetivo ensinar os africanos a ler, a escrever e a contar. Citando a tese de Lekhela, subordinada ao tema *The Development of Bantu Education in North Western Cape, 1840-1947*, van Dyk salienta que “(...) conversão e ensino nativo eram sinónimos. As duas palavras eram interdependentes. Fossem quais fossem as iniciativas tomadas pela Igreja na conversão estas implicavam em certa medida a educação, e fossem as que fossem as medidas tomadas no âmbito do ensino pressupunham a conversão (...). O ensino nativo era o Cristianismo e o Cristianismo era a educação” (van Dyk, 1967: 9). Podemos afirmar que enquanto ministrar o ensino secular é algo que um professor habilitado pode executar, quando o ensino escolar tem como objetivo fundamental a conversão é necessária a adoção de uma estratégia que permita conciliar os dois objetivos. De acordo com Valverde, a missionação tinha como objetivo estratégico instaurar a disciplina e a contenção nas palavras, nos gestos e na sexualidade. O autor acrescenta que, para alcançar esse objetivo, a estratégia adotada pelos missionários era a de conceberem o “corpo” do dito primitivo como uma espécie de tábula rasa, que necessitava de ser manipulado, moldado e destruído para ser redimido por conversão, que é o caminho para o encontro com Deus. Isto porque o “corpo” era considerado o lugar onde o paganismo e o Cristianismo se entrecruzavam, daí a necessidade de os missionários salvarem as almas agindo sobre os corpos dos “primitivos” - através da educação, da medicina e da eliminação de vícios morais que os impediam de serem produtivos, transformando-os em indivíduos com um estilo de vida que satisfizesse as necessidades materiais dos administradores coloniais (Valverde, 1997). Atingido o patamar da transformação do modo de vida adequado à perspetiva colonial, tal indivíduo era considerado “convertido”.

Brendan Carmody, na obra *Education in Zambia: Catholic Perspectives*, argumenta que a palavra *conversão* assume diferentes interpretações consoante a época, sendo uma delas a

mudança de uma religião tradicional ou de uma outra denominação cristã para o Catolicismo. Citando a teoria de Robin Horton sobre a *conversão africana*, Carmody refere que a cosmologia africana tradicional integra dois patamares: o microcosmo e o macrocosmo. O microcosmo é referente aos cultos, aos rituais e às crenças populares da aldeia local, e o enfoque do macrocosmo são os espíritos entendidos como reguladores da vida local. Por outro lado, o macrocosmo abrange a sociedade coletiva em que a autoridade do ser supremo se sobrepõe à dos espíritos locais. No passado, a reação inicial ao Cristianismo e ao Islão dependia da orientação cosmológica do grupo aquando do seu contacto com a nova religião. Neste contexto, Carmody sublinha que indivíduos com enfoque no microcosmo tinham a tendência de não aceitar as novas religiões; por outro lado, aqueles com visão microcósmica reagiam de forma mais positiva. Isto porque quer o Cristianismo, quer o Islão ministravam crenças universais que apresentavam uma explicação mais coerente da vida em situações de grande mudança social, o que fazia com que ambas as religiões fossem consideradas mais como catalisadores do que causadores de uma nova perspetiva mundial. Citando Humphrey Fisher, Carmody sublinha que o Cristianismo ou o Islão não são meros catalisadores de mudanças, mas sim criadores de uma nova mentalidade resultante da *conversão*, que se processa através da *separação*, *assimilação* e *mudança*.

A *separação*, segundo Carmody, ocorre face à presença de muitos missionários cristãos ou de muçulmanos numa região com pouca ou nenhuma população local convertida. A *assimilação* constitui a fase inicial da *conversão*. Fisher designa por *adesão* a tendência dos convertidos de se “agarrarem” simultaneamente à religião tradicional e à nova religião, o que poderá fazer com que o convertido esteja na igreja ou na mesquita de manhã, e à tarde procure um curandeiro tradicional. O autor sublinha que no Islão a *mudança* ocorria na forma de *Jihad*, quando se buscava uma maior pureza, com a alfabetização a desempenhar um papel importante no processo, uma vez que, através da leitura e da aprendizagem do Alcorão, os convertidos descobriam as diferenças entre as suas religiões e as práticas tradicionais que o livro lhes transmitia. O mesmo acontecia com o Cristianismo concebido pelas numerosas igrejas independentes (Carmody, 1999).

O autor do artigo “Emotions and Identity: a theory of ethnic nationalism”, Thomas Scheff, na obra *Social Theory and the Politics of Identity*, comentando a hipótese de Shibutani, sublinha que a *conversão* tem menos a ver com ideologias e interesses e está mais ligada a relacionamentos interpessoais. Scheff assinala que a *conversão* ocorre quando a interação no seio da família ou da vizinhança é negativa e no culto ou movimento em que o indivíduo se associa é positiva. O autor salienta que esta hipótese é sustentada por todas as conversões que



o próprio conhece, para além de ser a que parece conduzir a um ponto de partida para a compreensão dos processos de criação de pequenos grupos identitários na busca da autoestima e do reconhecimento, visando a transmissão e afirmação ao exterior dos valores morais que os próprios defendem (Scheff, 1996 [1994]: 284).

### **1.1 Delimitação de vicariatos apostólicos**

Segundo Hastings, foi na primeira década do século XIX que se assistiu a uma viragem do movimento missionário católico no rumo seguido a partir do século XVI. A viragem resulta da criação, em Roma, no início do século XVII da Congregação de *Propaganda Fide* (Congregação para evangelização dos povos). Seguidos até finais do século XVIII, os princípios da *Propaganda Fide*, o novo rumo sofreu o impacto da Revolução Francesa e das Guerras Napoleónicas, acontecimentos que culminaram com o encerramento de casas religiosas e seminários em várias partes da Europa. Daí a Sociedade de Jesus ter sido reconstituída em 1814 e criadas novas congregações missionárias, nomeadamente em Marselha, os Oblatos da Maria Imaculada, em 1816, e Pauline Jaricot fundou em Lyon a Obra para a Propagação da Fé, em 1822. Sediada em Paris, a organização de Jaricot destinava-se a angariar fundos em todo o mundo católico, visando financiar o novo empreendimento missionário em desenvolvimento. Contudo, devido à carência do clero na Europa, pela sua indispensabilidade nos novos países do Atlântico, sobretudo nos Estados Unidos, só nos anos 1840, durante o pontificado de Gregório XVI, de 1831 a 1846, é que mais uma vez foi dada atenção à obra missionária em África. O Papa Gregório, na Carta Apostólica *In Supremo Apostolatus* publicada em 1839, condenou o comércio de escravos, numa altura em que esta atividade tinha o apoio de muitos países católicos. Em 1837, o mesmo papa criou o Vicariato Apostólico para o Cabo da Boa Esperança; em 1842, o Vicariato Apostólico para as “Duas Guínés”, isto é, para toda a Costa Ocidental a norte de Angola; em 1844, o Vicariato Apostólico para o Egito e em 1846, o Vicariato Apostólico para o Sudão ou para a África Central. Em França, a criação da congregação “Os Missionários do Sagrado Coração de Maria”, em 1840, e sua subsequente fusão com uma das mais antigas congregações, mas quase extinta, a “Congregação do Espírito Santo”, sediada em Paris, foi o acontecimento que mais impacto teve no reavivamento do Catolicismo durante a primeira metade do século XIX. O grupo reconstituído tinha a África como seu alvo, porém os Jacobinos fixaram-se em Massawa, em 1839, e um grupo de Jesuítas notáveis liderado pelo polaco Maximilian Ryloos ascendeu ao Alto Nilo em 1847. O clero secular irlandês foi enviado para o Cabo oriental e os Oblatos (franceses) da Maria Imaculada para Natal. Em 1850 o Cabo oriental e Natal estavam separados por Vicariatos Apostólicos. Padres seculares irlandeses foram enviados para o Cabo oriental e os franceses da Maria

Imaculada para Natal. Em 1854, uma nova sociedade para a África foi fundada em Lyon, onde estava sediada a Associação para a Propagação da Fé. A Sociedade das Missões Africanas (SMA) foi criada por Melchior de Marion-Bresillac, um antigo missionário e bispo da Índia. A SMA sucedeu à Ordem dos Padres do Espírito Santo, que tinha sob sua tutela o centro da Costa ocidental africana. Bresillac e o seu primeiro grupo de missionários morreram de febre-amarela em 1859, poucas semanas após sua chegada a Freetown, na Serra Leoa. No entanto, em 1861 um segundo grupo de missionários liderado pelo italiano Francesco Borghero fixou-se na localidade de Ouidá, no Benim, na Costa de Daomé. Porém, o grupo assemelhava-se ao dos mestiços católicos portugueses que anteriormente se dedicavam ao comércio de escravos. A população de Ouidá estava suficientemente cristianizada para acolher o Catolicismo e seus rituais e não se opunha à escolarização dos filhos. Em 1847, Jean-Remi Bessieux, fundador da Congregação do Espírito Santo na Costa ocidental e Vigário Apostólico das Duas Guiné, publicou em Amiens a gramática em língua Pongué e um dicionário Pongué-Francês, um ato ilustrativo do crescente empenhamento dos Católicos em línguas africanas sem subestimar o dos Protestantes contemporâneos. No século XIX, duas outras sociedades missionárias Católicas foram fundadas em África por Daniel Comboni, padre italiano do Seminário de Verona. A intenção do padre era reforçar os Jesuítas e os Franciscanos da Missão do Alto do Nilo, onde a taxa de óbitos era particularmente alarmante. Infelizmente, dos cinco missionários chegados da Eslovénia em 1851, quatro morreram em quatro meses. Face à fatalidade brusca dos europeus, Comboni pensou em desenvolver uma obra dirigida por africanos, tendo, para esse fim, submetido em 1864, ao Papa, um plano para ‘Regeneração de África por Africanos’ uma vez que tanto os missionários vindos da Europa morriam em África, como os africanos enviados para formação na Europa quase sempre morriam, e a minoria que sobrevivia na Europa até à formação raramente estava disposta a regressar a África. De acordo com o ‘Novo Plano’ de Comboni, era essencial delegar a conversão de África aos africanos, preparados dentro de África nas zonas mais temperadas. Foi neste contexto que em 1867 foram criadas duas instituições no Cairo, uma para rapazes e outra para raparigas, tendo sido solicitado apoio financeiro através de uma petição ao Concílio do Vaticano em 1870. Infelizmente, as escolas não foram bem-sucedidas, isto porque o ‘Novo Plano’ de Comboni foi invertido através da fundação de duas sociedades missionárias de Verona: uma para os padres e outra para as freiras. Do lado ocidental, Charles Lavigerie, que foi nomeado Arcebispo de Argel em 1867, provou ser o estratega missionário católico mais destacado do século XIX. Em 1868 fundou a Sociedade Missionários da Nossa Senhora de África, que em breve adotou a designação de *White Fathers* em virtude da roupa branca típica dos Árabes que estes padres vestiam. Em

seguida foi criada a sociedade das *White Sisters*. Excluindo a teologia, Lavigerie insistia na adaptação do vestuário, da língua e da gastronomia locais. Os Padres Brancos fixaram-se de livre vontade em Argel e em Cartage. Com estas iniciativas estava em curso um novo assalto de missionários Católicos a África. Enquanto isso, os Protestantes, cuja ação estava mais dependente da iniciativa de multidões de comissões de leigos, não tinham até esta data definido uma estratégia de assalto a África (Hastings, 1994).

## **1.2 Escravagismo e atividade missionária**

A associação que o comércio de escravos teve com a obra missionária e as transformações causadas na vida social dos povos em que este fenómeno ocorreu tornam relevante a abordagem da questão da escravatura no continente africano neste trabalho. Isto, para além de o clero ter tido alguma parte ativa no escravagismo. Convém, antes de mais, referir que nos territórios de África a modalidade de escravatura adotada não foi linear, quer em virtude dos interesses dos conquistadores europeus, quer pela influência que as autoridades nativas exerciam sobre os seus súbditos.

Stephen Castles & Mark Miller, sublinham que a escravatura, que nas sociedades pré-capitalistas já existia, assumiu novos contornos com a colonização. O elemento que a impulsionou foi o surgimento de impérios mundiais que tinham como objetivo criar mercados mundiais, dominados pelo capital mercantil. Neste contexto, traficantes especializados transportavam a longas distâncias escravos que eram vendidos como mercadorias e bens económicos. Os escravos eram tratados de forma cruel de modo a maximizar-se o seu potencial. A maioria deles trabalhava nas plantações de produtos para exportação. O comércio escravagista estava organizado em torno do notório “comércio triangular”: navios carregados de produtos manufacturados, tais como espingardas ou utensílios domésticos, partiam de portos como Bristol, Liverpool, Bordeaux e Havre, para o litoral da África Ocidental. Aqui, os africanos eram capturados ou comprados dos chefes locais ou dos traficantes em troca de produtos. Posteriormente, os navios seguiam para as Caraíbas ou para o Norte da América do Sul, onde os escravos eram vendidos por dinheiro. O trabalho escravagista foi crucial para o domínio político e económico da Grã-Bretanha e da França – os Estados dominantes do século XVIII – tendo a Espanha, Portugal e a Holanda participado no comércio escravagista de forma significativa (Castles, Stephen. & Mark Miller, 2003: 52-53).

O artigo de Arlindo Correia ‘A Escravatura’<sup>5</sup> descreve que, na Europa, a escravatura se iniciou séculos antes da era cristã como forma de os heróis de guerra angariarem mão-de-obra

---

<sup>5</sup> <http://arlindo-correia.com/200507.html>

gratuita junto dos povos subjugados, ao invés de os matar. Foi neste contexto que, nas batalhas ganhas contra os “mouros”, Portugal capturou muitos escravos que, mais tarde, foram dados como resgate dos cristãos portugueses aprisionados no norte de África. O autor sublinha que a escravatura em África ocorre a partir dos Descobrimentos, empreendimento pré-industrial cujo “início” se pode situar após Gil Eanes ter passado o Cabo Bojador em 1434, quando, em viagens posteriores de regresso a Portugal, os navegadores começaram a transportar consigo dezenas de escravos, um quinto dos quais como servos do Infante D. Henrique. Consumada a conquista de Angola, iniciada por Diogo Cão em 1483 através da foz do rio Congo, este território passou a ser a proveniência de milhões de escravos ao serviço do Ocidente. Falhada a tentativa, após a descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500, de os colonizadores portugueses empregarem nas plantações da cana-de-açúcar os escravos índios do Brasil, a alternativa encontrada pelos fazendeiros brasileiros foi a importação de escravos da costa africana. Foi assim que se expandiu de forma exponencial o tráfico negreiro no Atlântico. Correia refere que, em 1600, a população negra no Brasil seria na ordem de 13.000 a 13.500, dos quais 70% trabalhava em 130 plantações de açúcar. Acrescenta o facto de ter sido a crescente procura do açúcar nos mercados da Europa que contribuiu para que o produto constituísse a principal riqueza do Brasil e Portugal na época. Por outro lado, em Portugal, as famílias ricas empregavam escravos como serviçais e, sob esta condição, haveria em meados do século XVI muitos escravos (Correia, 2007).

De acordo com Hastings, o comércio de escravos na Zambézia, que se inicia no século XVII, surgiu, em parte, da expectativa de que haveria minas de ouro na região e também da necessidade de reforçar o fornecimento de escravos da Costa ocidental, numa altura em que a economia do Brasil, em expansão, não possuía escravos suficientes. Foi a partir deste período que o comércio de escravos pela travessia do Atlântico, partindo do vale da Zambézia, esteve ativo até ao século XIX. A pretensão inicial de Portugal, ligada ao escravismo em África, era a de controlar as rotas entre Lisboa e a Ásia; mas a partir de meados do século XVII passou a ser fundamental para Portugal fornecer escravos ao Brasil, a única economia florescente do império. Constituindo o comércio de escravos uma tarefa primordial do Império português, a Igreja Católica tinha a obrigação de participar. Neste contexto, sendo Luanda o principal ponto de embarque de escravos, cabia à Igreja Católica assegurar que os escravos fossem batizados antes de embarcarem. Hastings realça que a maioria do clero detinha escravos e que, em Angola e noutras regiões, haveria membros do clero ativos nesta atividade, porquanto todo o clero português obtinha o seu sustento essencialmente dos proveitos do comércio escravagista. A

única travessia de, ou para, Angola era feita por navio negreiro e foi assim que Jerónimo Lobo, em 1636, regressou a Portugal vindo da Etiópia.

Os Capuchinhos, que sempre contestaram a associação da expansão comercial ao tráfico de escravos no século XVII, intensificaram os protestos contra o escravagismo até a Santa Sé os ouvir em 1680. Porém, Hastings assinala que a atenção dada pelo Papa aos missionários não constituiu novidade, pois sempre atendera as reclamações dos missionários. O cerne do problema eram os governos de Portugal e Espanha, dos quais toda a estrutura eclesiástica dependia diretamente, e que sempre barravam os protestos contra a escravatura. Dito pelo Núncio Apostólico de Lisboa, sem escravos o desenvolvimento agrícola no Brasil seria impensável. Durante todo o século XVIII os escravos, alguns deles comprados, estavam ao serviço dos papas como cargueiros. Não foram apenas os Capuchinhos que protestaram à Santa Sé contra o escravagismo, mas também os Católicos africanos, que eram em grande número no Brasil, em Angola e no Congo em meados do século XVII. Alguns destes Católicos africanos estavam organizados em confraternidades de oração e de assistência mútua. Em Angola, um dos seus líderes, Lourenço da Silva, presumivelmente natural do Brasil, intitulava-se procurador-geral da Congregação dos Negros e Mulatos da Nossa Senhora do Rosário e membro da família real do Congo e de Angola. Em 1684, Lourenço encontrou-se com o Papa e condenou a prática sistemática de escravizar os cristãos negros e a barbaridade das crueldades que lhes eram infligidas. Ao protesto aderiram os Capuchinhos. Lourenço fica para a história pela sua coragem e determinação de ir a Roma na qualidade de defensor do seu povo na luta contra a escravatura, mas também por espelhar a expansão do Cristianismo entre os africanos dos dois lados do Atlântico em finais do século XVII.

Em Angola, as injustiças sociais criadas pela escravatura eram claras, como também o eram os seus efeitos nefastos. A organização escravagista na África Ocidental era tal que, tanto nas comunidades como nos Estados ao longo da costa, a rentabilidade do negócio era visível. A razão principal era que, somente nesta região, os brancos conseguiam penetrar no interior à procura de escravos capturados direta e coercivamente, ao invés de comprá-los dos traficantes africanos ou das autoridades locais ao longo da costa. Muita gente morreu em consequência da violência infligida no ato da captura, pese embora o facto de, no século XVIII, quando o comércio escravagista atingiu o seu apogeu, o interior já estar dominado por traficantes negros. Estima-se que 40% dos escravos que atravessaram o Atlântico eram originários da região Angola-Congo (Hastings: 1994).

Paul Lovejoy, na obra *Transformations in Slavery*, refere que a verdadeira expansão do tráfico de escravos teve início após 1650 e, a partir desta altura, o tráfico estendeu-se às outras

regiões africanas para além do Congo. O número total de escravos que atravessou o Atlântico entre os anos 1600 e 1800 foi na ordem de 8 milhões, e, no início do século XVII, a África Ocidental Central era a região que mais exportava milhares de escravos para as Américas por ano, consolidando a tendência iniciada no século anterior. A Senegâmbia e Benim participaram no mercado de forma relativamente modesta, exportando cada país cerca de mil escravos por ano. Durante os últimos cinquenta anos do século XVII houve um crescimento no número de escravos vendidos aos europeus na Costa atlântica, em relação aos dois séculos anteriores. Tal fenómeno deveu-se à necessidade de fornecimento de escravos nas plantações das Américas (Lovejoy, 2012: 47-48).

John Cinnamon, no artigo “American Presbyterian Missionaries, Enslavement, and Anti-Slavery in Nineteenth-Century Gabon”, refuta a afirmação dos historiadores Walter Rodney e Nicolas N’Nah segundo a qual, durante o escravagismo, a região equatorial africana, que veio a ser o Gabão, sofreu um impacto demográfico e cultural severo. Sendo esta região de uma densidade populacional baixa, o comércio ocidental de escravos foi desastroso, se considerarmos que apenas no século XVIII foram traficados do Gabão entre 125.460 e 164.000 escravos, excluindo os mortos nas razias ligadas ao tráfico e o número elevado de óbitos ocorridos durante a viagem até à costa. Em termos culturais, porquanto resultando do impacto que teve a entrada de produtos europeus, desencadearam-se processos que minaram os alicerces das sociedades gabonesas. Cinnamon argumenta com as conclusões de Thornton, desenvolvidas numa pesquisa mais aprofundada sobre a escravatura antes de 1800, assinalando que os dois aspetos, cultura e demografia, criaram posteriormente uma dependência das sociedades locais do mercado europeu, sobretudo da França. A razão é a de que os produtos locais como vestuário, sal ou utensílios de ferro, outrora comercializados em troca das importações, passaram a ter uma produção mais baixa ao longo do tempo devido à falta de tecnologia de inovação, das razias do comércio escravagista e do povoamento europeu. Embora o autor admita que o escravagismo teve um impacto demográfico negativo, considera, contudo, que não foi tão prejudicial para as economias africanas como descrevem os historiadores referenciados, uma vez que os produtores africanos sustiveram a concorrência da Europa pré-industrial. Cinnamon contesta a perspetiva de que o comércio de escravos funcionou como um ‘fator externo autónomo na história de África’, realçando que a escravatura foi obra dos povos africanos que controlavam a embarcação dos escravos em navios cargueiros.

Cinnamon adianta que, quando os missionários americanos chegaram a jusante do Gabão em 1842, caminharam para um mundo em plena transformação, marcado por um comércio ativo de bens, pela contração do comércio escravagista e pelo prelúdio da colonização. Salienta que

o Gabão nunca chegou a ser a proveniência principal de escravos, comparado com a foz do rio Níger, com o Noroeste, o Congo, Angola e com o Sul. A evolução do comércio escravagista que se verificou no Gabão a partir de 1760 fora tardia, em parte devido à baixa densidade populacional no interior florestal. Todavia, a partir de meados do século XVIII e até meados do século XIX, o comércio evoluiu em resposta à procura nas Américas. Os africanos que obtiveram a maior fatia desta transação comercial foram os agentes do litoral, em particular do Mpongwe e Urungu, que normalmente recebiam o dobro da quantidade de mercadorias por cada escravo comprado aos parceiros comerciais do interior. Não obstante a Grã-Bretanha abolir a escravatura em 1807, o tráfico de escravos da costa do Gabão aumentou em princípios do século XIX: de 1800 a 1815 entre 1.000 a 1.500 escravos por ano, e de 1815 a 1830 na proporção de vários milhares por ano. Após 1815, os escravos eram transportados da costa para as ilhas portuguesas de São Tomé e Príncipe em pequenos barcos e, mais tarde, transferidos para o Brasil, tendo o Gabão atingido no século XIX o apogeu da escravatura local. Nesta altura, os escravos e as mulheres, a principal mão-de-obra agrícola, acompanhavam os seus senhores nas deslocações transacionais ao interior, desempenhando funções diversificadas. Os escravos serviam de moeda de troca parcial para dotes de casamento e para o ressarcimento de danos causados por assassinatos e litígios criminais. Os escravos eram sacrificados em funerais de dirigentes e de chefes locais. No interior do Gabão, as dívidas, os crimes, as capturas em tempo de guerra, a feitiçaria e os desvios à norma de conduta, eram comportamentos suscetíveis de conduzir o indivíduo à escravidão. Alguns escravos viviam com os povos vizinhos como serviçais domésticos, outros eram vendidos ao longo do rio em troca de bens importados. Cinammon assinala que, no estuário do Gabão, os missionários protestantes vieram a presenciar a intensa atividade escravagista impulsionada por britânicos, americanos, alemães, portugueses, espanhóis e africanos, embora o litoral do Gabão nunca tenha sido a principal fonte de escravos quando comparado com a bacia do rio Níger (Cinammon, 2013).

Considero merecer desenvolvimento a temática da escravatura conforme desenvolvida por Michel Cahen no artigo ‘Indigenato’ e ‘escravatura’, estas são as questões centrais analisadas por Michel Cahen no seu artigo “*Indigenato Before Race? Some Proposals on Portuguese Forced Labour Law in Mozambique and the African Empire (1926-62)*”, 2012.

O autor afirma que, durante a primeira fase da colonização, o tráfico de escravos era praticado através de alianças firmadas entre os colonizadores e alguns estados africanos, com vista a capturar escravos noutros estados. Árabes e Suaílis participaram também nesta atividade comercial. Sublinha que para analisar a questão da escravatura transcontinental é essencial saber se nas regiões onde foi praticada, a respetiva economia era, ou não, a de plantação. Sabe-

se que no sul dos Estados Unidos da América, no Brasil, nas Caraíbas francesas e na Ilha da Reunião, a plantação entrou em declínio acelerado, expirados os prazos sucessivos dadiamentos concedidos aos domínios senhoriais para obrigar os escravos ‘libertos’ a ficarem. Com as especificidades das diferenças regionais, a maioria dos escravos libertos não ficava, na expectativa de virem a ser operários industriais, nas cidades; pequenos proprietários nas zonas de relevo acidentado; e até camponeses sem terra, o que originou uma enorme classe de plebeus, alheia ao sistema de produção capitalista. Pelo que parece, tal cenário não se verificou em São Tomé e Príncipe – a ilha das ‘Caraíbas’ de Portugal na África equatorial – onde um sistema fechado de escravatura, numa economia de plantação - as roças de cacau - se prolongou até à Segunda Guerra Mundial. A explicação deriva da especificidade histórica da origem da sociedade crioula que, por não aceitar que os nativos são-tomenses (os filhos da terra, ou forros) fizessem o trabalho compelido, acabou importando mais e mais uma força de trabalho escravagista, os serviçais, a partir de finais do século XIX. Contudo, as dificuldades crescentes em manter a escravatura devido à insularidade, pequenez do arquipélago, assim como a violência dentro de um estado colonial de capitalismo metropolitano, levaram à ‘criminalização’ da prática. Isto porque, a partir da década de 1950, o envio de indígenas de Moçambique ou Angola para São Tomé a fim de preencherem a lacuna de mão-de-obra braçal, sob a alegação de que os são-tomenses não aceitavam o trabalho compelido, passou a não ser considerado trabalho forçado, mas penitenciário.

Para Cahen, as políticas do trabalho forçado e indigenato na África colonial portuguesa não visaram a manutenção das plantações (ou das minas); dado que, exceção à colónia de São Tomé, até finais da Segunda Guerra Mundial havia poucas minas e plantações. A escravatura, financiada por capital estrangeiro ou metropolitano, tirando algumas exceções, os seus traficantes anteriores ao Império – Europeus, mestiços ou Africanos – não se dedicava à plantação. Alguns associavam-se às pequenas elites urbanas – em Luanda, Benguela ou Moçâmedes em Angola, ou Quelimane, Moçambique, ou Ilha do Ibo. Todavia, a generalidade das companhias de plantação não lhes pertencia. À exceção de Mossuril, onde existiam as chamadas *terras firmes*, e poucas localidades no interior de Luanda, a escravatura orientada pelos Portugueses e Suaílis nestas áreas era doméstica, destinada à exportação. Evidentemente que este tipo de escravatura abrangia alguns trabalhadores das quintas, mas que, devido às questões militares, não chegou a proporcionar a criação de uma economia de plantação idêntica à da África portuguesa continental, destinada à América Latina. A razão prendeu-se com a vontade de subjugar determinados Estados africanos, uns pequenos e outros maiores, para o



desenvolvimento de plantações e, por isso, seria muito mais rentável exportar escravos (Cahen, 2012).

O autor considera que as políticas do trabalho forçado e indigenato na África colonial portuguesa não visaram a manutenção das plantações (ou das minas); dado que, exceção à colônia de São Tomé, até finais da Segunda Guerra Mundial havia poucas minas e plantações. A escravatura, financiada por capital estrangeiro ou metropolitano, tirando algumas exceções, os seus traficantes anteriores ao Império – Europeus, mestiços ou Africanos – não se dedicava à plantação. Alguns associavam-se às pequenas elites urbanas – em Luanda, Benguela ou Moçâmedes em Angola, ou Quelimane, Moçambique, ou Ilha do Ibo. Todavia, a generalidade das companhias de plantação não lhes pertencia. À exceção de Mossuril, onde existiam as chamadas *terras firmes*, e poucas localidades no interior de Luanda, a escravatura orientada pelos Portugueses e Suaílis nestas áreas era doméstica, destinada à exportação. Evidentemente que este tipo de escravatura abrangia alguns trabalhadores das quintas, mas que, devido às questões militares, não chegou a proporcionar a criação de uma economia de plantação idêntica à da África portuguesa continental, destinada à América Latina. A razão prendeu-se com a vontade de subjugar determinados Estados africanos, uns pequenos e outros maiores, para o desenvolvimento de plantações e, por isso, seria muito mais rentável exportar escravos. Acrescenta que a ocupação efetiva em Moçambique foi bem tardia, tendo ocorrido no preciso momento em que a escravatura estava em processo de abolição, no período entre a Conferência de Berlim e a Primeira Guerra Mundial (Cahen, 2012: 149-171).

Cinammon refere que resultante da abolição da escravatura atlântica pela Grã-Bretanha, em 1807, pelos Estados Unidos, em 1808, e pela França, em 1818, ingleses, americanos e franceses monitorizavam a Costa ocidental africana para prevenir a atividade, mas Portugal e Espanha ainda mantinham a compra e transporte de africanos escravizados. As patrulhas francesas de monitorização, segundo Cinammon, abriram caminho para a eventual colonização. Foi em 1839 que o oficial francês da Marinha, Edouard Bouet-Willaumez, assinou um acordo com o chefe do clã Mpongwe, Anthcouwe Kowe Rapontchombo (c. 1780-1876). No âmbito do acordo, e em troca do comércio esclavagista, foi concedido à França o território da foz do Gabão e o chefe Rapontchombo ordenado a cessar o comércio. Contudo, Rapontchombo não cessou a atividade, continuado a manter escravos como serviçais na sua aldeia de 700 a 800 habitantes. O número de habitantes da região aumentou para 14.000 na década de 1840, metade dos quais eram serviçais domésticos, porquanto os residentes mantinham um comércio clandestino de escravos de quem dependiam para a agricultura. Citando Bucher, Cinammon assinala que “todos os clãs Mpongwe e vários europeus continuaram a dedicar-se de uma forma ou de outra

ao comércio de escravos até meados do século XIX, porque o chefe local Rapontchombo «líder do comércio escravagista», seria com quem a França procurava afirmar relações diplomáticas e políticas, razão pela qual os franceses não poderem eliminar o servilismo”. No Cabo Lopez, a sul, o comércio de escravos foi ativo até 1870 entre o estuário dos Camarões e Loango, no reino de Orungo. Após 1875, com a queda do reino de Orungo, resultante do abrandamento do comércio escravagista, do florescimento da atividade comercial europeia ao longo do rio Ogowé e da conquista pela França do reino do Loango, ao sul, “tinha chegado ao fim a era do escravagismo, legal ou ilegal” (Cinnamon, 2013: 93-122). Correia refere que nesta década de 1870 chega também ao fim o comércio de escravos nos domínios portugueses em África, após um gradual e seletivo processo de abolição iniciado pelo Marquês de Pombal ao abrigo do alvará de 19 de setembro de 1861. Nos termos do alvará, o Brasil, e não Portugal, passaria a ser o destino dos escravos das conquistas africanas. No Tratado de Aliança e Amizade de 1810, celebrado entre Portugal e Inglaterra, um avanço para a eliminação da escravatura é introduzido por D. João VI na seguinte declaração:

“Obriga-se a que não se permitirá aos seus vassalos continuar o comércio de escravos em qualquer parte da Costa de África que atualmente não pertença aos Seus domínios e onde esse comércio já haja sido interrompido e abandonado pelas Potências e Estados da Europa; reservando, contudo, para os seus próprios vassalos o direito de comprar e de negociar escravos nos domínios da coroa de Portugal.”

A Convenção de Viena de 1815 ratifica a posição anteriormente tomada por Portugal, colocando ao critério de cada país a data exata de abolição da escravatura, pelo que, ao abrigo do Decreto de 26 de janeiro de 1818, Portugal revoga o comércio escravagista a norte do Equador, contudo, mantendo-o a sul. Por Decreto do Marquês de Sá da Bandeira, de 10 de dezembro de 1836, a escravatura é abolida completamente em todo o reino português, bem como o seu comércio. Nos termos do Decreto, são determinadas medidas punitivas para os infratores, tais como o degredo, as multas e a proibição de prestar serviços nacionais ou públicos. Num tratado luso-britânico celebrado em 1842, as tropas navais dos dois países passam a patrulhar a costa e a inspecionar suscetíveis navios negreiros para garantir o cumprimento da revogação total do tráfico de escravos. Foi em 1856 que Portugal aboliu a escravatura numa parte da região de Angola, nomeadamente em Ambriz e nos territórios de Cabinda e Melinde. A 29 de abril de 1858 Portugal fixou um prazo de vinte anos para a abolição da escravatura, e em 25 de fevereiro do ano seguinte Portugal ordena a abolição da prática de escravatura em todo o domínio português, assumindo os antigos escravos o estatuto de libertos,

e determinando-se a obrigação destes servirem os seus senhores por dez anos até 29 de abril de 1878 (Correia, 2007).

De acordo com Cahen, a ocupação efetiva em Moçambique foi bem tardia, tendo ocorrido no preciso momento em que a escravatura estava em processo de abolição, no período entre a Conferência de Berlim e a Primeira Guerra Mundial. A primeira lei contra a instituição da escravatura foi o decreto do Marquês de Sá da Bandeira, de 1836, ordenando o fim do comércio transatlântico. Porém, o decreto só produziu efeitos a partir de 1850 quando o Brasil promulgou uma lei idêntica. Sublinhe-se que o decreto no papel não ditou o fim do comércio transatlântico de escravos. Entre 1854 e 1858, Sá da Bandeira promulgou várias leis ao abrigo das quais alguns escravos eram libertos, apontando o ano de 1878 como data-limite da escravatura. Em 1869, os escravos foram declarados *libertos* e, em 1875, os *libertos* anteriores tinham de permanecer ao serviço dos seus senhores por mais dois anos (1876-78). Os vinte anos seguintes foram considerados em Lisboa o período de revogação gradual e transição ordeira da escravatura para o trabalho livre. A expectativa do governo português era de que decretado o fim de exportação de escravos, estes iriam ficar com os seus senhores, desenvolveriam plantações, o que lhes permitiria transformar o seu modo de vida escravagista em jornaleiros. Na maioria dos casos, as novas plantações iriam substituir os antigos latifúndios. Ao contrário do Brasil, ou das colónias francesas das Caraíbas, o período intermédio estabelecido em Lisboa não se destinava a dar tempo aos proprietários de plantações que tinham os escravos ao seu serviço, mas, sim, a permitir uma transição para uma nova economia capitalista. Um elemento importante a ter em conta é que, de acordo com as leis de 1875, 1878 e 1899, a proibição de ‘trabalho forçado’ – referente à escravatura anterior – foi decretada simultaneamente com a lei da vadiagem ao abrigo da qual, um africano ‘não-produtivo’ podia ser considerado vadio e obrigado a prestar serviços. A medida equivaleu à criação de uma escravatura moderna (Cahen, 2012: 149-171).

### **1.3 Sociedades missionárias levam o Protestantismo para África**

Gonçalves aponta como uma das diferenças do *modus operandi* entre o Catolicismo e o Protestantismo, o facto de enquanto a universalidade do Cristianismo é o que mais caracterizou o Catolicismo durante a expansão, tal não foi em relação ao Protestantismo que, não obstante também invocar a sua vocação universalista, a sua ação missionária veio a ser fortemente marcada pelo etnocentrismo nas suas relações entre brancos e europeus, entre colonizadores e colonizados em África, sobretudo na Igreja Reformada Holandesa da União da África do Sul. O Protestantismo teve momentos altos e momentos baixos desde o século XVI, resultantes quer

das reformas internas, designadamente a reforma humanista e a reforma pietista, quer pela afirmação do Catolicismo. Enquanto Portugal e Espanha, os pioneiros da evangelização fora da Europa, se empenhavam em ‘dilatar a Fé e o Império’, nos países predominantemente protestantes, o proselitismo religioso limitava-se à Europa e sem manifestação de vocação missionária. Só em finais do século XVIII e inícios do século XIX é que, consolidado o Protestantismo na Europa, os protestantes puderam instalar-se em países tradicionalmente católicos, tendo conseguido projetar-se em maior ou menor grau em países descobertos pelos portugueses fora da Europa. Portanto, o desinteresse inicial dos protestantes em propagar a fé não é surpreendente se levarmos em conta que a expansão ultramarina coube aos países católicos com o apoio do Papa (Gonçalves, 1960: 30-48). Considero a disponibilidade de recursos humanos para a missionação ser outra das diferenças. Isto porque em relação aos Católicos, pese embora o facto de estarem organizados em ordens religiosas, cabe ao proponente missionário decidir se quer ou não ir missionar longe da sua terra-natal. O mesmo não acontece em relação aos protestantes que, ainda que estejam integrados em sociedades missionárias, tal decisão compete ao casal que, não raras vezes, tem de pensar no futuro dos filhos.

A missionação protestante de proveniência do novo mundo para África esteve, inicialmente, a cargo de indivíduos ligados às igrejas e não a sociedades missionárias que ainda estariam em fase de organização. É assim que descreve John Cinammon ao referir que os primeiros missionários protestantes a se fixarem a título permanente em África, concretamente no Gabão, em junho de 1842, foram os Presbiterianos e os Congregacionalistas americanos. John Wilson, presbiteriano oriundo da Carolina do Sul, fundou uma missão em Libreville, outrora Gabão, onde trabalhou de 1842 a 1851. Robert Nassau, presbiteriano natural de New Jersey, trabalhou na Guiné Equatorial, no Gabão e nos Camarões, de 1861 a 1906. Estes missionários entraram num mundo no qual os britânicos, americanos e franceses se empenhavam em abolir a escravatura enquanto a colonização pela França estava em curso. Os missionários citados tinham como objetivos fundar igrejas, escolas e expandir atividades inerentes, e inculcar aos africanos a obediência, o temor de Deus e a monogamia, pese embora a carência de recursos financeiros e humanos que enfrentavam (Cinnamon, 2013).

Hastings refere que a Sociedade Missionária Batista (BMS), fundada em 1792, foi a primeira que muito cedo se redobrou. Inspirada pelo sapateiro inglês William Carey, aquando da inauguração, a BMS reuniu na localidade de Kettering cerca de uma dúzia de pessoas. Enquanto isto, na véspera de Natal do mesmo ano, os *Monrobianos* fixaram-se na Cidade do Cabo em Baviaanskloof, tendo os *Novos Escoceses* lançado as bases de uma missão junto dos

nativos da África Austral. Alguns clérigos sem filiação denominacional, inspirados pelo entusiasmo dos Batistas, em 1795 fundaram a Sociedade Missionária de Londres (LMS) que foi inaugurada em Aldersgate. É de salientar que o movimento missionário protestante iniciado na Grã-Bretanha teve como precursores indivíduos da classe média como William Carey, sem quaisquer ligações com as universidades, com os ricos ou com a Igreja Anglicana, que é a igreja do Estado (Hastings, 1994).

Ruth Tucker, na obra *Missões até os Confins da Terra: uma história biográfica*, descreve que William Carey nasceu em Northampton em 1761 numa família humilde. Aos 16 anos foi aprendiz de sapateiro, profissão que exerceu até aos 28 anos. Convertido na adolescência, quando ainda solteiro associou-se a um grupo de dissidentes Batistas, dedicando os seus tempos livres ao estudo da Bíblia e das missões. Em 1785, já casado, Carey foi convidado a pastorear uma pequena Igreja Batista onde serviu até ser convidado a dirigir uma igreja maior em Leicester, ainda que durante a função pastoral tivesse que trabalhar para o sustento de sua família. Foi no decurso do pastorado que a filosofia de Missões começou a ganhar forma na vida de Carey, ao ficar convencido que a responsabilidade principal da Igreja eram as missões no estrangeiro, uma ideia revolucionária já que a maioria dos cristãos do século XVIII estava convicta de que cabia aos apóstolos a conversão dos *pagãos*. Em 1792, Carey publicou um livro de 87 páginas com impacto de longo alcance na história do Protestantismo, equiparável ao das 95 teses de Martinho Lutero. O livro intitulado *Uma Inquirição sobre a Responsabilidade dos Cristãos em usarem Meios para a Conversão dos Pagãos* descrevia com clareza a pertinência das missões no estrangeiro e procurava refutar os argumentos quanto ao não envio de missionários a terras longínquas (Tucker, 1986: 120-121).

Hastings assinala ter sido após o inquérito de Carey que, em 1792, foi fundada a precursora das missões modernas, a Sociedade Missionária Batista (BMS), tendo sido fundadas sociedades missionárias em Edinburg e em Glasgow em 1796. A recusa do grupo Clapham em ser excluído da classe alta dos Anglicanos conduziu à fundação, em 1799, da Sociedade Missionária de Igrejas (CMS). Muito importante foi a fundação, em 1804, da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (BFBS), com a missão específica de tradução e impressão da Bíblia. Em 1810 foi criado nos Estados Unidos um conselho de Comissários de Missões Estrangeiras (ABCFM), a American Board of Commissioners for Foreign Missions. Em 1813, os Metodistas wesleyanos criaram a sua sociedade na Inglaterra. No ano seguinte, foram fundadas as primeiras sociedades alemãs na Basileia e, um pouco mais tarde, em Berlim e Paris, Leipzig e Brema. Na verdade, todas estas sociedades eram individuais e dirigidas por leigos, uma vez que os bispos tinham pouco interesse em associar-se. Foi graças ao empenho de Wilberforce durante meses

que o arcebispo de Canterbury, eventualmente, consentiu a criação da CMS, decisão que conduziu alguns bispos a integrar-se como vice-presidentes. Em 1841, o arcebispo de Canterbury aceitou desempenhar, por inerência do cargo, uma função na CMS-Church Missionary Society, patrocinada por todos os bispos que dantes não viam com bons olhos o facto de a *Church of England*, enquanto igreja do Estado, fosse ao mesmo tempo uma igreja missionária. Tomada tal decisão, não havia retorno, uma vez que a iniciativa do clero britânico não apenas tinha catalisado uma onda de entusiasmo espiritual populista, como também era o reflexo da sensação apelativa da hegemonia e responsabilidade mundial confiada não apenas à Grã-Bretanha, como também ao Protestantismo anglo-saxónico. A visão missionária mundial ia ao encontro das aspirações da Grã-Bretanha que, nesta altura, tinha sob o seu domínio o melhor território na Índia, as Índias ocidentais, a Austrália, o Canadá, a Colónia do Cabo, apenas para citar alguns. A cada ano que passava crescia a noção de que Londres era a capital imperial e intelectual do mundo. Numa época de efervescência evangélica, era conveniente que a Inglaterra assumisse também um protagonismo religioso no mundo. Importa assinalar que o movimento missionário pioneiro não era de inspiração imperialista, pelo menos conscientemente - foi o que se verificou em países não britânicos como na Noruega e América, onde a adaptação não foi necessária. A maioria dos missionários britânicos que vinha de igrejas independentes não pertencia à classe trabalhadora. Para a LMS-London Missionary Society era indiferente enviar para a colónia do Cabo um pioneiro da sua sociedade que fosse holandês ou escocês como Philip, Moffat e Livingstone, ou ser a CMS que posteriormente enviasse para a mesma colónia luteranos ou alemães. Era algo natural que o movimento missionário liderado por britânicos tivesse funcionários alemães, escoceses, franceses, escandinavos ou americanos sem direta ligação à Igreja, em virtude do espírito de união prevalecente na divulgação do Evangelho protestante. Os Metodistas britânicos, os Luteranos alemães, os Anglicanos, inspirados pelo erastianismo do teólogo Thomas Erastus, que defendia que o Estado se sobrepunha à Igreja em questões religiosas, aceitavam de bom grado a participação no regime colonial, apesar de os valores que defendiam serem mais seculares e congregacionalistas do que cristãos. Embora os evangélicos fundadores da CMS fossem anglicanos provenientes da elite política, faltava-lhes, porém, a vocação missionária, e esta atitude influenciou os anglicanos da classe baixa a ponto de ser impossível arrolar missionários dentro do clero. O facto de os alemães de Basileia e de Berlim demonstrarem dedicação e melhor capacitação missionária contribuiu para o seu arrolamento como missionários ao serviço da CMS. Após 1820, a CMS, ciente da incompatibilidade de ser uma sociedade missionária anglicana a difundir o Cristianismo através dos Luteranos, aumentou o número de missionários ingleses. Em 1825 foi

criado um instituto de formação de missionários em Islington, na Grã-Bretanha, mas foram os alemães que mais demonstraram interesse em cumprir a função missionária. É questionável o porquê de, na grandiosa Missão da CMS em Buganda e Karagwe, na África Oriental, haver apenas um jovem britânico da Marinha, sendo que do grupo inicial de sete missionários o único clérigo anglicano era um jovem australiano. O chefe da Missão era um leigo calvinista escocês, muito desconfiado da Igreja oficial da Inglaterra.

Na década de 1840, quando se tornavam evidentes os primeiros sinais de sucesso no Protestantismo em África, foi quebrada a unidade na indiferença quanto à divulgação da fé por leigos não filiados a denominações. Quatro aspetos terão conduzido a este posicionamento: primeiro, a ênfase na teoria e na *civilização* por um lado, e a promoção de uma missiologia mais adaptável ao contexto, por outro. Salienta-se o facto de, na década de 1830, *Civilização e Cristianismo* terem constituído o mote expresso por todos na Grã-Bretanha, incluindo ministros e a Coroa que, menos interessados em dar um impulso às missões, tinham como preocupação apresentar ao missionário, de forma persuasiva, informação detalhada sobre o empreendimento mundial britânico. O missionário John Philip, citado por Hastings, explicou em 1833 a sua perspetiva referindo o seguinte:

“A civilização do povo com o qual trabalhamos em África não é nosso objetivo primordial; mas tal objetivo nunca pode ser conseguido e mantido permanentemente entre o povo sem que esteja civilizado. A civilização é para a religião cristã aquilo que o corpo é para o espírito ... As bênçãos da civilização são algumas das bênçãos que a religião cristã dispersa no seu progresso para a imortalidade; contudo elas têm de ser reconhecidas para o benefício do povo como para o nosso” (Hastings, 1994: 285).

O segundo aspeto que terá conduzido à revisão do *modus operandi* das Missões protestantes é a convicção da necessidade de preparar pessoal africano, incluindo clérigos, em virtude da crescente evolução da Igreja na Serra Leoa, após o desfecho fatal da expedição do Níger em 1841, que reforçou o alerta sobre a alarmante taxa de mortalidade de missionários na África ocidental (Hastings, 1994). É oportuno resumir os contornos desta expedição. Segundo Onwa Dike, sendo o rio Níger a via de contato com o interior, na época, e em resposta ao apelo da CMS, o governo britânico enviou três barcos: *Wilberforce*, *Albert* e *Sudan*, que entraram no Níger em agosto de 1841, visando explorar e localizar os rios Níger e Benue. As preparações para a expedição estiveram desde o início a cargo da CMS, liderada pelo Reverendo J. Schon, um alemão linguista que, com a comitiva e Crowther, um jovem catequista e escravo liberto da

linhagem Yoruba, entraram no Níger. Dentro de poucas semanas uma malária endêmica dizimou 162 homens da expedição, 54 dos quais morreram antes da chegada a Fernando Pó do navio *Albert* em outubro de 1841, o único a chegar ao destino (Dike, 1962).

O terceiro fator negativo ligado ao *modus operandi* dos Protestantes foi a proliferação de sociedades missionárias que fomentava cristações e fações à medida que iam sendo fundadas igrejas. Na colônia de Natal, a ABM-American Board of Missions, empenhava-se em estabelecer vários postos missionários enquanto os Luteranos noruegueses estavam iniciando o mesmo trabalho na Zululândia. A criação de bispados anglicanos na Cidade do Cabo, em Freetown e noutras regiões tornou imperativo o reconhecimento pela Igreja Anglicana dos bispos titulares e o dever de lhes atribuir poderes acrescidos, algo que inevitavelmente criou um confronto entre a ética e a Igreja, entre os Anglicanos de uma localidade e os Anglicanos de outra (Hastings, 1994). Conforme salienta Henry Mbaya no artigo “A “Native Ministry” for God’s “Step-Children?””, com a nomeação em 1853 de John Colenso como primeiro bispo de Natal, após tentativas falhadas de evangelizar o colonato da Cidade do Cabo desde 1835, a Igreja Anglicana em Natal desvinculou-se da diocese da Cidade do Cabo, criando a sua própria diocese (Mbaya, 2015: 363).

De acordo com Hastings, a tradução da Bíblia em línguas locais constituiu a prioridade dos missionários durante a década de 1840. Por conseguinte, em Kuruman, onde David Livingstone se fixara em 1847, concretamente em Kolobeng, a norte da província do Cabo, Moffat, seu sogro, concluiu em 1840 a tradução do Novo Testamento em língua Sechuana. O alemão Johan Krapf, o primeiro missionário protestante da época moderna que chegou a Zanzibar, na África Oriental, era natural de Württemberg e formado pela Universidade de Basileia; Krapft e outros missionários alemães estavam ao serviço da ACMS-Sociedade Missionária da Igreja Anglicana e a sua permanência na Etiópia por cinco anos, na expectativa de estabelecer em Shoa um posto missionário para toda a África, valeu-lhe a expulsão da Etiópia. Posteriormente, durante os trinta anos de permanência em Mombasa, Krapf e Rebman, seu colega e sucessor, aprenderam as línguas do litoral, o que os capacitou para traduzir o Novo Testamento em Suahili e iniciar o mesmo trabalho em línguas Nyika, Kamba e outras. Ao mesmo tempo, J. F. Schön, outro graduado da Universidade de Basileia ao serviço da CMS, realizava o mesmo trabalho de tradução do Novo Testamento na Costa ocidental, em línguas Hausa e Igbo, enquanto o seu colega Samuel Crowther, acabado de ser ordenado pelo bispo de Londres, trabalhava sobre o Novo Testamento em língua Yoruba da Nigéria. Ao longo da costa dos Camarões, na Missão Batista de Jamaica, que se iniciara em 1843, o jamaicano Joseph Merrick tinha traduzido o Evangelho de S. Mateus em língua Isubu ao fim de quatro anos, e em



1848 Alfred Saker, um missionário inglês, acabou de traduzir o Evangelho de S. Mateus em língua Duala.

No ocidente africano, a primeira missão do interior a norte do Equador foi fundada em 1846 por Henry Townshend e Crowther. Estas iniciativas demonstram a penetração em África, na década de 1840, de um contingente de missionários com uma dedicação sem precedentes. Não obstante a incompetência de alguns missionários, a rabugice de outros e o falecimento de muitos, já se via uma luz ao fundo do túnel. Enquanto na geração anterior os missionários seriam no Ocidente objeto de sarcasmo, de desconfiança ou encarados como figuras de uma classe baixa de fanáticos religiosos, começavam agora a serem vistos como heróis de proeza religiosa e secular (Hastings, 1994). A descrição de Gonçalves das seguintes sociedades missionárias, quase todas com interesses em África, ilustra a nova figura do missionário na Europa do século XVIII a XIX:

“Sociedade Missionária Baptista (1792); Sociedade Missionária de Londres (1795); Sociedade Missionária da Igreja para a África e Oriente (1799); Sociedade de Missões Holandesa (1797); Comité Americano para as Missões Estrangeiras (1810) Sociedade Missionária Metodista Wesleyana (1813); Sociedade Baptista Americana das Missões Estrangeiras (1814); Sociedade das Missões Basileia (alemã 1815); Comité das Missões Estrangeiras da Igreja Metodista Episcopal (Estados Unidos, 1819); Sociedade Missionária da Igreja Episcopalense (Estados Unidos, 1820); Sociedade Dinamarquesa das Missões (1821); Sociedade das Missões Evangélicas de Paris (1822); Sociedade das Missões de Berlim (1824); Sociedade das Missões Evangélicas de Lausana (1826) Missão Evangélica Luterana de Leipzig (1836); Sociedade das Missões Estrangeiras da Igreja Evangélica Luterana do Estados Unidos da América do Norte (1841); Sociedade Norueguesa de Missões (1842) Comité da Igreja Presbiteriana de Inglaterra (1847)” (Gonçalves, 1960: 61).

Hastings considera como aspeto mais marcante em África, nos anos 1850, a distribuição, pela primeira vez, de cópias do Novo Testamento, hinários e livros de louvor e adoração. Esta literatura viria a constituir não somente a ferramenta imprescindível para cada fluxo migratório de futuros missionários, assim como o único instrumento de cristianização de grande impacto tanto no meio europeu como no africano. Perante a falta de literatura alternativa na época, a leitura cristã tornou-se popular e um instrumento de modernização; daí o movimento missionário protestante ter ganho em África uma dinâmica criativa, por ser um elemento inovador e revolucionário, mental e materialmente, sendo algo que, quer as próprias sociedades africanas, quer os antigos missionários católicos, os comerciantes e os consulados europeus não

tinham sido capazes de proporcionar. O que terá contribuído para tal dinamismo não é fácil de descortinar, uma vez que a pós-reforma protestante não teve qualquer interesse quer em missões, quer em evangelizar povos pagãos. Com exceção de poucos países, incluindo a América do Norte, a *Sociedade de Divulgação do Evangelho no Estrangeiro*, fundada na Inglaterra em 1701 e a menos interessada para a função, limitava-se a apoiar o clero inglês no ultramar (Hastings, 1994). O governo colonial britânico só apoiava os missionários e sociedades que lhes convinha. A recusa do governo britânico em 1818 em enviar para a África do Sul o missionário Joseph William da LMS – Sociedade Missionária de Londres, como sucessor de um falecido missionário, optando por indigitar John Brownlee da GMS – Sociedade Missionária de Glasgow para fundar uma Missão (Dyk, 1967: 13), revela a sobreposição dos interesses do governo colonial britânico sobre os dos seus missionários. Hastings realça que nenhuma organização ou movimento protestante ter-se-ia, de alguma forma, comprometido com a missão de evangelizar os povos pagãos antes dos Monrobianos da Alemanha no século XVIII, constituído por apenas um pequeno grupo de comunitários piedosos. Contudo, foi daqui, e posteriormente, que a Inglaterra despertou a consciência missionária em finais do século XVIII. O impacto, quer do *Movimento Evangélico*, quer dos contatos mais abrangentes com o mundo não ocidental, em particular através da Grã-Bretanha, terá contribuído para tal viragem. Todavia, tal como qualquer movimento espiritual ou cultural, a resposta permanece não clarificada quanto ao que realmente despertou, na época, a consciência dos protestantes para iniciativas missionárias e a celeridade com que essas iniciativas foram concretizadas.

Na década de 1880, a tendência negativa que vinha assumindo o movimento protestante alterou-se, tendo em conta que, até meados do século XIX, este movimento era liderado a nível internacional por leigos sem vínculo com a Igreja. A LMS, que liderava o movimento, tinha sob sua tutela a totalidade de escoceses bem preparados. O foco do movimento protestante era a Bíblia, a pregação personalizada, o testemunho pessoal do pecador e do convertido. Dentro do Presbiterianismo renovado, liderado e patrocinado por uma comissão sediada na Europa, os missionários passaram a desempenhar a função de clérigos e os africanos convertidos a função de leigos. Contudo, a elevada taxa de mortalidade branca, os custos de financiamento de um grande número de missionários, a maioria dos quais casada, e os problemas de comunicação em línguas locais, conduziram à necessidade de se criar o que se veio a designar de “agências nativas”, que menos tinham a ver com a teologia (Hastings, 1994).

Por conseguinte, faltando uma direção centralizada equiparável à Congregação de *Propaganda Fide*, o impacto internacional de qualquer sociedade protestante, incluindo a LMS e a CMS, foi sendo fraco ao longo do século XIX. Um dos problemas recorrentes com os

protestantes era a sua impreparação em trabalhar em equipas, uma vez que, ao contrário das ordens religiosas católicas, cuja formação exigente os preparava para a vivência ou para o trabalho em comunidade, quer estivessem na Europa, quer estivessem em África, o movimento protestante preparava casais para serem missionários, embora houvesse um número considerável de missionárias solteiras. Razão pela qual Hastings assinala que “o modelo central para a missão protestante foi efetivamente o de um casal de missionários em que marido e mulher eram vistos como colegas de trabalho”. A proliferação não planificada de sociedades religiosas, que se sobrepunham no terreno, transformava as mesmas no que poderemos apelidar de organizações individualistas em competição, cada uma empenhada em agregar na sua igreja ou missão o maior número possível de adeptos para interação. Exemplo disso é a transformação na década de 1880 da região entre Transkei, Drakensberg e Zululândia em postos missionários de Metodistas e Anglicanos britânicos, presbiterianos escoceses, Congregacionalistas americanos, Calvinistas franceses e Luteranos noruegueses. Sobre este contexto, Livingstone alertara em 1843 que na Colónia do Cabo “o número de missionários oriundos de várias sociedades era tão desproporcional em relação à população que surpreendia a todos” e que continuava a crescer. Como exemplo, entre 1844 e 1877 foram abertos cerca de setenta e cinco postos missionários em Natal, Pondoland e Zululândia, e em 1880 trabalhavam nove sociedades diferentes em Natal e Zululândia. Sublinhe-se que em nenhuma outra região do mundo, exceto na Nova Zelândia, haveria nesta época uma densidade populacional de missionários tão elevada. Inevitavelmente, a consequência deste cenário foi óbvia: maior europeísmo e menor africanismo. Por um lado, foi a carência de missionários europeus na Costa ocidental de África e os problemas de saúde que ali enfrentavam os missionários que incentivou a ordenação de um grande número de clérigos africanos na região. Por outro lado, o aglomerado de missionários europeus na África Austral e as boas condições de saúde de que usufruíam condicionavam o aumento de clérigos africanos. A questão não era apenas numérica, mas também estratégica. Em nenhum outro mundo cristão prevaleceu por tanto tempo a palavra *estação* ou *posto* missionário como propriedade de uma missão religiosa, quer maior, quer menor, e onde os africanos aceitavam o domínio missionário e a transformação da comunidade local de acordo com os princípios missionários.

Com o avanço da vaga migratória de europeus para o subcontinente, da qual resultava o desmantelamento das comunidades autóctones através da apropriação de grande parte das suas terras, o ressentimento era evidente. Não eram raras as vezes em que, quando as autoridades coloniais concediam parcelas de terras às missões, as comunidades locais pura e simplesmente iam-se embora. Contudo, à medida que a alienação de terras prosseguia, muitos africanos viam-

se obrigados a procurar emprego, segurança e habitação num ambiente relativamente estável, idêntico ao de um posto missionário. Esta prática bem cedo evidenciou a grande diferença entre os africanos que habitavam nas missões e aqueles que viviam noutra ambiente. Em toda a África este contraste foi mais evidente entre o povo Xhosa que, durante gerações, permaneceu dividido em dois grupos: os *Red Xhosa* e os *School Xhosa*, querendo os primeiros dizer os Xhosa iletrados e os últimos os Xhosa letrados. Enquanto a comunidade Cristã africana aumentava, mas em condições essencialmente impertinentes, de excessiva dependência e de servitude à comunidade missionária branca que, por si só, constituía parte integrante da sociedade colonial.

Contudo, o aumento das missões servia apenas para mascarar o subdesenvolvimento de uma Igreja africana modesta. No essencial, as missões geriam com eficiência propriedades com cerca de dezenas de hectares que circundavam as casas dos missionários e as escolas. Muitos africanos sentiam-se realizados com as pequenas terras para cultivo concedidas pelas missões e por outros pequenos privilégios que usufruíam. A população das missões não era local, mas de etnias diferentes. O Cristianismo conferia à população uma identidade comum, sendo através dela que se desenvolvia a consciência do Africanismo. Daí, Hastings referir que nas missões se criavam supra tribos, os *Kholwa* – Crentes. Não obstante as perções e constrangimentos divergentes, Hastings considera que a comunidade das missões se sentia realizada pois tinha escolas para seus filhos, utensílios agrícolas, arados, sementeiras, searas e casas. Um missionário americano relatou em 1864 que, na estação missionária de Mvoti (África do Sul), a comunidade tinha ao seu dispor 48 casas, 22 enxadas e 14 arados. No ano seguinte, um grupo da comunidade abriu a sua própria fábrica de açúcar – “um verdadeiro triunfo do Cristianismo e Civilização”, conforme descreveu o missionário, assinalando que “Homens de cor negra que há anos atrás eram rapazes nus ... estão atualmente a competir com o branco no fabrico do açúcar de cana e da sua cultura, na sua própria fábrica a vapor, e sem qualquer supervisão laboral”. O evangelho do açúcar para os *Kholwa* na África do Sul foi tão eficaz como o evangelho do cacau para os cristãos Yoruba, na Nigéria.

Os missionários, independentemente da sua origem, cedo se conformavam com a dinâmica e mentalidade do sistema colonial, como o fizeram os americanos e os escandinavos após inicialmente terem agido como anti-imperialistas, atitudes que na África do Sul raramente prevaleciam, como foi o caso de Henry Callaway, o missionário anglicano de competência e compreensão excepcionais. Este, após ter manifestado, inicialmente, grande interesse em conhecer a cultura e a religião africanas, acabou por impor a didática europeia de evangelização que, até ao século XIX, se opunha à ordenação de clérigos africanos (Hastings, 1994).

Embora os portugueses não tenham estabelecido missões na África do Sul durante a exploração comercial, segundo o académico Richard Pattee, membro da Sociedade de Geografia e autor da obra publicada pela Junta de Investigações do Ultramar, *África do Sul vizinha de Portugal* (1971), aqui, o Cristianismo foi introduzido pelos portugueses quando o rei D. João II envia duas expedições, em 1487, para exploração das terras do Preste João, próximo da atual região de Port Elizabeth. Ao desembarcarem as expedições no ilhéu de Santa Cruz, foi celebrado pela primeira vez o sacrifício da missa. Não obstante, o autor considera que a verdadeira implantação do Cristianismo na África do Sul se deve à iniciativa dos holandeses em 1652, que conceberam o Calvinismo aquando da Reforma dos Países Baixos. O autor realça o impacto que a doutrina calvinista concebida pelos holandeses teve na coesão e solidariedade da pequena comunidade do extremo de África. Pattee acrescenta ter sido a partir do século XVIII que várias sociedades missionárias começaram a ser ativas na África austral, das quais se destaca a London Missionary Society, e também John Philip (1775-1781), dirigente da Sociedade no apostolado do Cabo e mais tarde defensor dos direitos dos nativos. Robert Moffat (1795-1883), sogro de David Livingstone e a quem inspirou a vocação missionária, fixou-se na terra dos Matabeles. Em 1814 a Sociedade Missionária Metodista lançou a obra no Cabo, tendo-se fixado alguns dos seus membros no rio Orange em 1834. Chegados de Glasgow em 1818, os missionários presbiterianos fundaram nos territórios dos Xhosa a escola de Lovedale em 1841. Sob a direção de James Stewart (1831-1905), que trabalhara com Livingstone, a escola de Lovedale desenvolveu-se até ser das escolas missionárias mais prestigiadas de África. A Sociedade Evangélica de Paris concentrou a sua atividade na Basutolândia. Pattee salienta que a obra dos primeiros missionários americanos no seio dos Matabele em 1835 não foi bem-sucedida, razão pela qual os seus missionários se fixaram posteriormente no seio dos Zulus do Natal, perto de Durban. Pattee salienta que os missionários pioneiros na África do Sul se inquietavam com a usurpação crescente das suas terras pelos europeus, tendo a situação atingido o ponto de alguns missionários proporem aos europeus a sua permanência com os nativos dentro das suas terras, algo que não agradava à maioria dos proprietários, sobretudo na colónia de Natal, onde a mão-de-obra para plantação da cana-de-açúcar era necessária (Pattee, 1971: 180-187).

#### **1.4 Politização de missionários e vocação religiosa**

Na Serra Leoa, assim como na Colónia do Cabo, a expectativa dos governadores britânicos era a de terem missionários como seus agentes, tanto dentro como fora das fronteiras (Hastings, 1994). Perspetiva idêntica mantinham os governadores britânicos em relação aos antropólogos britânicos. Citado por Henrika Kuklik, sempre que os antropólogos fossem para as colónias

para realizar o seu trabalho, as autoridades coloniais locais olhavam-nos com muita desconfiança – uma atitude que levava os antropólogos a temer que as autoridades governamentais locais fossem espiões, uma vez que, antes de partirem para o terreno, os antropólogos tinham de ser autorizados pelo Ministério da Colónia e pela administração do território no qual iriam trabalhar e essas diligências decorriam sempre sob um clima de desconfiança mútua (Kuklik, 1991: 204-205). Relativamente aos missionários britânicos, Hastings sublinha que, embora, na maioria das vezes, não aceitassem colaborar com as autoridades em matérias políticas, às vezes acabam por se submeter com relutância. Os missionários de outras nacionalidades recusavam identificar-se com o regime colonial. Recapitulando a afirmação de Paulo Valverde, o missionário estava conotado com o agente da administração colonial (Valverde, 1997). Inserido no contexto de missionários com duplo papel está David Livingstone que, embora não se declarasse como político, a sua carreira como missionário revela uma estreita ligação com o governo britânico. De acordo com Tucker, a imagem de Livingstone é a mais prestigiada nos anais da lenda missionária. Em Inglaterra, Livingstone é considerado o herói da época vitoriana. Nascido na Escócia, Livingstone foi criado numa família humilde, mas contrariando o seu sogro Moffat, Livingstone era um homem inteligente e com a ambição de alcançar uma posição social cimeira. Os seus longos dias de trabalho numa fábrica de tecelagem, das seis horas da manhã às oito horas da noite, desde os dez anos, não o impediram de estudar. Com o ordenado da sua primeira semana de trabalho comprou uma gramática de Latim e prosseguiu os estudos à noite. Depois de se converter ao Cristianismo na adolescência, teve a intenção de estudar para se formar em medicina e vir a ser missionário na China. Contudo, problemas familiares impediram-no de continuar a estudar até 1836, quando tinha 23 anos. Posteriormente prosseguiu os estudos na Faculdade Anderson, em Glasgow, e nas épocas de verão trabalhava na tecelagem. Conciliou medicina com teologia e em 1840, com 27 anos de idade, estava capacitado para iniciar a sua ambição missionária. Aceito pela LMS em 1839, Livingstone navegou para África em dezembro de 1840 e, durante o percurso de treze semanas, estudou a língua local a bordo do navio, chegando ao Cabo em março de 1841, onde permaneceu um mês antes de prosseguir a viagem até Kuruman, onde iria prestar assistência até que o casal Moffat regressasse. Foi em Kuruman que Livingstone desenvolveu a paixão por África, tendo descrito a viagem por terra como “uma forma prolongada de distrair”. Durante a sua estadia em Kuruman, a percepção que Livingstone teve do trabalho missionário na Cidade do Cabo foi bastante negativa, avaliando que o aglomerado de missionários numa área circunscrita não oferecia aos nativos oportunidades de liderança. A imagem que concebia de uma África de “mil povoações” contrastou com a realidade que viu

de uma região dispersamente povoada. O que mais o chocou foram os atritos entre missionários, citando no seu relato que “Os missionários no interior, sinto dizer, são um grupo lamentável... Ficarei contente quando seguir para a região além – longe de sua inveja e calúnias”. A sua presença em Kuruman causou desconforto à maioria dos missionários, desejosa que ele “partisse para a região além”. Livingstone criticou a presunção segundo a qual não “havia mais afeto cristão entre a maioria dos ‘irmãos’ (para não dizer entre todos)”. Enquanto aguardava o regresso do casal Moffat, Livingstone viajou de carroça em direção a norte. Em 1843 fixou-se em Mabotsa, onde construiu uma cabana e, em janeiro de 1845, casou-se com Mary, a filha mais velha de Moffat que, aos 23 anos, acabara de regressar com os pais de Inglaterra. Durante sete anos em África, o casal viveu uma vida seminômada, porquanto algumas vezes Livingstone deixava em casa a mulher com os filhos, e noutras viagens eram estes que acompanhavam o pai/marido peregrino. Em 1852 Livingstone concluiu que viagens de exploração não eram apropriadas para uma mãe com filhos pequenos: “É uma aventura levar mulher e filhos a um país onde a febre – a febre africana – prevalece. Mas quem, crendo em Jesus, se recusaria a enfrentar essa aventura para um tal Capitão?”. Não podendo mais suportar as críticas dos seus sogros e de outros, em março de 1852, Mary e os filhos partiram da Cidade do Cabo rumo a Inglaterra, onde viveram cinco anos na ausência do marido/pai.

Depois de se despedir da mulher e dos quatro filhos, Livingstone fez a sua mais longa expedição partindo para o norte. Passando por Kuruman, Livingstone seguiu para a sua tribo favorita, os *Makokolos*, onde alistou muitos deles para o acompanhar na expedição. Da África central foram para o nordeste até Luanda, uma viagem muito arriscada em que tiveram de enfrentar ameaças contínuas de tribos inimigas e o perigo da febre fatal. Não obstante ser explorador, Livingstone não chegou a abandonar a evangelização. Na sua bagagem carregava uma “lanterna mágica” com fotografias que mostravam cenas bíblicas. A semente para o trabalho missionário protestante em África estava lançada. Passados seis meses, Livingstone e os seus homens fizeram história ao chegarem, à costa, sãos e salvos. De volta a Inglaterra em dezembro de 1856, ao fim de quinze anos em África, Livingstone foi aclamado herói nacional (Tucker, 1986: 155-160).

Hastings refere que, feita a travessia de Luanda a Quelimane, David Livingstone (1813-1873) chega a Inglaterra em finais de 1856, após uma permanência na África austral ao serviço da LMS. Após proferir uma comunicação na Sociedade de Geografia Real e outra na LMS, as universidades de Oxford e Glasgow conferiram a Livingstone graus de doutoramento, elegendo-o como *Fellow*. A personalidade de Livingstone, a sua constituição física resistente e a sua aptidão de observação minuciosa dos aspetos climáticos, botânicos e antropológicos até

então desconhecidos sobre África, e a perspectiva alucinante que Livingstone tinha sobre as grandes ambições religiosas e humanitárias, revolucionaram a visão missionária que, após 1856, deu um novo impulso às missões. Causou a Livingstone imensa frustração o facto de, enquanto missionário da LMS em África, ter estado confinado ao mesmo terreno missionário. Como missionário convencional, Livingstone sentiu-se amargurado em África por ver os seus pares e os fazendeiros Boers do Transval infligirem injustiças brutais aos seus vizinhos africanos. Bem cedo ficara convicto de que o Cristianismo progrediria melhor havendo menos missionários e mais “agentes nativos”. Todavia, a sua experiência em incutir esta perspectiva não fora bem-sucedida. Em África, de médico não realizado virou-se para explorador de todo o continente. Até então, grande parte da região central de África a norte de Kolobeng não tinha sido explorada. Durante a sua viagem ficou convencido de que esta região não era inacessível conforme transparecia, pois era habitada por gente hospitaleira que tinha como fator desestabilizador o comércio de escravos.

Em junho de 1840, enquanto jovem, Livingstone tinha assistido em Exeter Hall à celebração do primeiro aniversário da “Sociedade para a Extinção do Comércio de Escravos e para a Civilização de África”, em que estiveram presentes o Príncipe Albert, Sir Robert Peel, Sir Gladstone e um aglomerado de bispos. A ocasião servira de reunião preparatória para a malograda Expedição do Níger do ano seguinte. A sua mensagem sobre Cristianismo e Civilização assente no comércio reavivou a sua memória em Inglaterra passados dezassete anos em África. Desvinculou-se da LMS para assumir o cargo de cônsul britânico, explorador profissional, defensor da abolição da escravatura e, acima de tudo, patrono honorário e conselheiro do campo missionário. Desde então a frase *agência nativa* teve menos influência nos simpatizantes de Livingstone, cujas narrativas tinham como enfoque “o manuseamento de matérias-primas dos fabricantes europeus em África” como meio de “difusão abrangente das bênçãos da civilização em concomitância com o empenhamento espiritual e educacional”. O objetivo subjacente à malograda expedição do Níger de 1841 foi algo que, em 1860, Livingstone quis levar avante na Zambézia. Durante um ano ao serviço do governo britânico, Livingstone liderou a Expedição da Zambézia na qualidade de cônsul. Foram fundadas duas novas missões da LMS e também foi lançada a fundação de uma nova sociedade missionária, “Missão das Universidades da África Central” (UMCA). A expedição da Zambézia quase teve um desfecho trágico devido a constrangimentos na navegação ao longo de Cabora Bassa, mas a descoberta do rio Chire e do seu curso até ao lago Niassa evitou a tragédia. Infelizmente, a liderança quer da missão da LMS, quer da UMCA não foram eficientes, razão pela qual o governo britânico suspendeu a expedição após seis anos, em resultado de consideráveis perdas



humanas e sem que Livingstone realizasse o seu sonho de estabelecer um empreendimento comercial na África central. O último contributo de Livingstone foi reavivar a luta contra a escravatura e promover a exploração comercial, por considerar estas iniciativas indissociáveis do empreendimento missionário. Nesta fase de meados do século era no Oriente africano, e não no Ocidente, que os missionários mais se empenhavam na luta contra a escravatura. Em 1857, na sua despedida em Cambridge, proferiu ao Senado as seguintes palavras: “Peço que dirijais a vossa atenção para a África. Sei que dentro de poucos anos estarei longe deste país que se encontra hoje aberto. Não o deixeis fechar-se de novo! Volto à África para tentar manter aberta uma via para o comércio e para o Cristianismo. Continuai a obra que eu comecei. A vós a entrego” (Neill, Stephen, 1989: 324; Hastings, 1994: 250-252).

O insucesso de Livingstone, manifestado pela falha em concretizar os seus objetivos, causou apreensão ao movimento missionário quando se veio a comprovar que, em termos práticos, Livingstone não era um dirigente honesto. Porém, foi a sensação suscitada na sua morte em 1873, nomeadamente o acontecimento inexplicável do transporte do seu corpo pelos seus serviçais do centro do continente até Bagamoyo, na costa, e o seu sepultamento na Abadia de Westminster, que desencadearam uma nova vaga de missões em toda a África, Oriental e Central, que eventualmente definiram o mapa geográfico eclesiástico em África (Hastings, 1994: 252-253).

Hastings acrescenta que a ideologia do movimento missionário do século XIX iniciou-se com um evangelismo individualista com enfoque exclusivo na Bíblia. Conforme vimos, a este evangelismo cedo se juntou uma tendência mais secular simplesmente designada por *civilização*, uma componente adicional indefinida, rejeitada expressamente por uns tantos, contudo constituindo questão central para outros. A *civilização* pareceu ser a estratégia plausível de convencer os laicos do contributo dos missionários para o bem-estar da sociedade. Servia também para justificar a intensa e multifacetada atividade ‘secular’ decorrente nas missões, inexplicável em termos estritamente evangélicos. O enquadramento de componentes seculares nas missões parecia algo natural para um evangelista esclarecido, e para uma minoria tornava-se a questão central por a encararem como forma de combater a escravatura; implicava a luta por direitos políticos para outros; interessava aos que viam as componentes seculares como forma de melhorar as condições de vida; e alguns encaravam a *civilização* como benéfica na constituição de alianças com o comércio ocidental e o acesso ao mercado mundial (Hastings, 1994: 283-292).

De facto, alguns missionários encaravam a civilização como uma componente indissociável da evangelização. É o que se pode concluir do subtítulo ‘Relação entre Evangelho

e Civilização Ocidental” do artigo de Sarah Johnson, “Free Methodist Mission in South Africa, 1891-1960: Social conformity or prophetic challenge?”, no qual lemos que os missionários da Igreja Metodista Livre chegaram a África do Sul em finais do século XIX cientes de que vinham de uma civilização cristã, pelo que divulgavam o Cristianismo e a civilização. Daí o bispo Selley no relatório da Igreja em 1905 ter escrito em letras maiúsculas que “estes povos inferiores necessitam de ser evoluídos”, e que “a *civilização* cristã deve ser introduzida de modo a acautelar o conjunto dos interesses políticos e socioeconómicos globais”. Segundo Johnson, a salvaguarda de tais interesses ignorava a noção das diferenças culturais, pois que a conversão ao Cristianismo significava a aceitação da cultura *civilizadora* por parte do africano (Johnson, 2000: 2015-16).

## **CAPÍTULO 2 – ENSINO NAS COLÓNIAS DA ÁFRICA AUSTRAL**

### **2.1 Sistemas de administração portuguesa, francesa e britânica**

Após rever a literatura existente sobre a educação nas colónias portuguesas, francesas e britânicas da África subsariana, cheguei à conclusão que a via para a compreensão dos sistemas de ensino em África é o conhecimento dos modelos de administração colonial praticados nos territórios conquistados ou ocupados. Da leitura sobre a matéria, concluí que os primeiros contactos em África, entre os europeus e os africanos, foram os que mais determinaram a formulação das políticas de administração em cada espaço territorial. É pelos motivos explicitados que, embora o foco deste capítulo seja a educação colonial, o capítulo inicia com a descrição dos modelos de administração. A minha descrição terá como foco o período compreendido entre o final do século XIX e a década de 1930 e o meu destaque vai para as administrações portuguesa e britânica, embora a política da administração francesa seja também referenciada. As razões prendem-se com o seguinte:

A viragem do século XIX é marcada pela Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, e o Tratado Luso-Britânico, de 1891, que definem os projetos de governação dos territórios a povoar ou a conquistar. A década de 1930 é a que mais espelha a política de administração colonial portuguesa em África nos termos da Carta Orgânica do Império Colonial Português, que entra em vigor a 1 de janeiro de 1934<sup>6</sup>. É também na década de 1930 que é institucionalizado o Ensino para Africanos em Moçambique. A Grã-Bretanha, para além de ser a maior potência colonizadora na África Subsariana, foi o país que dominou os territórios à volta de Moçambique e com a qual Portugal manteve contactos políticos, económicos e de vizinhança, contactos esses que tiveram impacto direto na vida dos moçambicanos. O distanciamento espacial de Moçambique em relação às colónias francesas, leva-me a considerar que as políticas da administração francesa não influenciaram a vida dos moçambicanos. Relembro que um dos objetivos específicos desta tese é perceber em que medida é que a política de segregação racial nas colónias da Grã-Bretanha, país com o qual a colónia portuguesa de Moçambique partilhava interesses económicos, terá influenciado a governação de Moçambique.

O artigo de Ana Isabel Madeira intitulado “Portuguese, French and British Discourses on Colonial Education: Church-State Relations, School Expansion and Missionary Competition in

---

<sup>6</sup> Suplemento ao Boletim Oficial de Moçambique, n.º 51, 1.ª série, de 28 de dezembro de 1933, pp. 826-848).

Africa, 1890-1930”<sup>7</sup>, de 2005, aborda temas que pretendo analisar cruzando perspectivas de outros autores. Visando este fim, nos primeiros três subtítulos faço a descrição da análise da autora e nos últimos três subtítulos estabeleço a comparação.

No subtítulo ‘Sistemas coloniais e expansão do ensino: a interação das estratégias de governação e os modos de implementação’, Madeira sublinha que o debate sobre quão semelhantes foram as políticas de administração colonial francesa e britânica, ou que diferenças significativas tiveram, tem tradicionalmente produzido uma vasta literatura comparativa das políticas das duas potências colonizadoras, como forma de conhecermos os sistemas de ensino de cada uma delas. A maioria dos debates gira em torno da comparação dos dois modelos de colonialismo, estereotipando o da política francesa, como sendo um sistema assimilacionista e centralizado, e considerando o sistema britânico de administração indireta, semelhante ao do *laissez-faire*, que manifestava preferência pela restauração do poder político às autoridades nativas. A tendência é a de retratar a administração francesa como sendo assimilacionista, centralizada, burocrática; dando a aparência de que uma só política abrange a França e seus territórios coloniais; a submissão dos interesses dos indígenas à missão civilizadora da “Grande França”; a assimilação de pelo menos a elite instruída aos valores, à moral e aos hábitos franceses, constituem, em síntese, os aspetos fundamentais da política francesa.

Na perspectiva da autora, do debate sobre as políticas de administração colonial e da análise comparativa das conclusões, tem-se formulado um tema em torno do qual se tem produzido uma imagem estereotipada dos sistemas políticos coloniais, apesar das afirmações de que as diferenças não eram tão marcantes como o discurso colonial pretendia, pelo menos onde as unidades de comparação eram selecionadas. Maurice Delafosse, um antigo administrador colonial da Costa do Marfim e do Sudão, procurou, diversas vezes, contrariar a ideia de que a administração indireta foi tipicamente um sistema colonial britânico. Autores como Wilfred Cartey e Martin Kilson, têm alertado para o facto de, em territórios africanos onde o poder político tradicional não existiu, os britânicos obstaram implementar o modelo de administração indireta, desenvolvendo padrões de uma administração centralizada. Cartey and Kilson subscrevem a afirmação num excerto da obra *The Africa Reader: Colonial Africa*, de 1970, intitulado “England’s indirect-rule in its African colonies”, ao assinalarem que o modelo de *indirect-rule* visava delegar poderes legislativos às estruturas tribais e tradicionais existentes, desde que os oficiais ingleses estivessem ausentes e exercessem o direito de veto. Todavia, em

---

<sup>7</sup> Paedagogica Historica, Vol. 41, Nos. 1 & 2, February 2005, pp. 31-60, Routledge, Taylor and Frances Group.

territórios sem estrutura tradicional reconhecida, os britânicos nomeavam alguém para desempenhar a função de “chefe” (Cartey and Kilson, 1970).

Imagem contrária à política francesa, segundo Madeira, é retratada no discurso colonial britânico proferido no período entre as duas guerras, conforme consta do *Dual Mandate* (1922), a “bíblia” da política colonial britânica. No contexto do célebre discurso, a política de ‘indirect-rule’ defendia que a descentralização, a adaptação às condições locais e o respeito pelas autoridades nativas constituíam a verdadeira forma de educar os africanos para a autodeterminação. No *Dual Mandate*, Lord Lugard escreveu: “A educação em África deve ter em vista preparar o indivíduo comum para ocupar uma atividade útil no seu ambiente... e garantir que o indivíduo genial invista as suas habilidades no progresso da comunidade, e não em detrimento da mesma, ou para subversão da autoridade constituída”.

A autora argumenta que estudos históricos, assentes numa análise comparativa, revelam claramente que, na área da educação, a política colonial francesa teve como influência as políticas britânicas e que os princípios reguladores da administração indireta desempenharam um papel na administração colonial francesa, particularmente na África ocidental, onde a política de administração dificilmente era consistente com os objetivos assimilacionistas. Madeira adianta que se introduzirmos nesta análise as políticas de administração colonial portuguesas, concluímos que interpretações e ideias semelhantes dominaram, em parte, a ideologia colonial da época, apesar das diferenças significativas dos sistemas de educação, dos resultados que tais sistemas produziram e da expansão do ensino nos diferentes territórios do Império colonial português.

Relativamente aos primórdios da administração colonial portuguesa, Madeira sublinha que, em 1901, António Cabreira, secretário do Instituto Real de Lisboa, assinalou que “O problema colonial português consiste (...) em analisar como o *progresso moral e económico* das nossas colónias será realizado de modo a torná-las lucrativas. Portanto (...) as soluções em vista irão depender em duas iniciativas a serem implementadas simultaneamente: uma na Metrópole e outra nas próprias colónias. A primeira iniciativa consiste em preparar devidamente todo o pessoal que irá trabalhar nos territórios ultramarinos; a segunda iniciativa consiste em promover “a *assimilação dos indígenas à civilização nacional*”. Porém, estas duas expressões - “progresso moral e económico” e “promover a assimilação à civilização nacional” - revelam que, tanto pelos discursos dos britânicos, como pelos discursos dos franceses, a apresentação das iniciativas é reconstruída pelo português para legitimar uma doutrina ‘nacional’ original da colonização. Contudo, a questão em causa não tem a ver com as lógicas das políticas subjacentes a este tipo de discursos, nem diz respeito à clarificação dos conceitos

que lhes estão associados, tais como, ‘administração indireta’, ‘assimilação’, ‘centralização ou ‘adaptação’. Para a autora seria mais importante analisar a aplicação destes conceitos e o seu impacto na produção de determinadas realidades, entendidas aqui como sendo os fenómenos sociais que manifestam um determinado grau de autonomia.

## **2.2 Relação do modelo de ensino português com o dos ensinamentos britânico e francês**

Ana Madeira faz uma análise comparativa dos discursos sobre as políticas do ensino colonial português em relação às políticas do ensino colonial francês e britânico. A demarcação temporal do estudo abrange um período crucial da colonização europeia em África. Moçambique, no Sudeste Oriental de África, circundado por territórios sob o domínio britânico, é o foco deste estudo relativamente ao império colonial português. A autora aborda três temáticas: primeiro, o aumento das escolas públicas e privadas; segundo, as relações entre Estado e Igreja, comparando essas relações dentro da Europa e nas colónias; terceiro, a competição missionária, comparando as estratégias implementadas pelos Protestantes e Católicos no que concerne à educação.

A abordagem da autora é socio-histórica, por adotar uma perspetiva histórica na análise dos discursos sobre educação, quanto à formulação dos sistemas, aos critérios de inscrição escolar e à escolarização, procurando apreender até que ponto os Estados, ou os grupos da sociedade ou dos religiosos, intervêm na aplicação da regulamentação definida. A autora reconhece estar a quebrar uma longa tradição de análise comparativa, que parte do pressuposto de que os Estados-Nação, e respetivas colónias periféricas, são um grupo homogêneo, ao explorar o tema comparando a forma como os discursos difundidos são concebidos por cada colónia e pelo conjunto delas. Madeira refere ser, nesta perspetiva, contrária à visão que considera as colónias como unidades culturais homogêneas e ramificações dos ideais e padrões ocidentais, que procura focar nas relações simbióticas entre os impérios e as respetivas metrópoles. Daí que os discursos transespaciais sobre educação sejam aqui concebidos como consequência das significativas disparidades coloniais internas, no que concerne à expansão e aos sistemas de ensino e à implementação dos programas, rejeitando a ideia de que os sistemas de ensino colonial são locais, porém definidos pelas sedes metropolitanas.

Noutra análise, a autora associa a forma como os discursos transespaciais sobre educação mexem com os princípios que fundamentam a construção das teorias coloniais sobre educação e com o modo como os problemas são classificados e formulados nos programas de execução. Na mesma linha de pensamento daquilo que Michel Foucault considerou ser a “governamentalização do Estado”, a autora sublinha que governar à distância implica inventar e montar todo o conjunto de tecnologias que coordena as previsões e as estratégias

desenvolvidas pelos centros de decisão política para os milhares de localidades distribuídas no espaço. Por essa razão é que a autora classifica de episódios, as construções discursivas, de modo a não se limitar a descrever as múltiplas contradições, oposições e justaposições, mas sim compreender o “excessivo ruído” em torno de algumas construções conceituais, enquanto outras permanecerem acríticas. Madeira considera que, de formas diferentes, estes episódios foram difundidos e apropriados posteriormente, através de discursos sobre educação que apresentavam dados estatísticos conceituais e de debates sucessivos realizados entre finais do século XIX e inícios do século XX.

Por conseguinte, a autora argumenta que a análise dos discursos é aqui conjugada com a sobreposição dos discursos globais e locais, um processo pelo qual a noção das relações de poder se desenvolve lado a lado com a das tecnologias de “governança à distância”. Madeira considera ser este o aspeto-chave na história da educação colonial, uma vez que possibilita a identificação de algumas redes de noção do poder sobre temas como ideologias de educação, currículos e perspetivas globais sobre o ensino indígena. Para a autora, a informação sobre a ocorrência de conflitos entre governos, pedagogos e políticos, quanto ao modelo de ensino nas colónias, é limitada, e muito menos relativamente à importância desses discursos na reformulação de políticas de ensino nas sedes metropolitanas. Assim, Madeira defende que se o objetivo for incorporar novas abordagens históricas da antropologia e teorias pós-coloniais num quadro comparativo, há que aprofundar a investigação, considerando as colónias como locais de conflito e de negociação entre o colonizador e colonizado, onde existe sempre um confronto e reformulação de ideias e práticas sobre o modo como os africanos se devem sujeitar aos processos de “civilização”. Portanto, na comparação dos discursos dos portugueses, britânicos e franceses sobre o ensino colonial, a autora pretende realçar duas ideias: a primeira, a existência de descontinuidades entre ideologias sobre o ensino oficial das metrópoles e as estratégias do sistema local e de expansão do ensino nas colónias; segundo, o ensino de outras colónias das periferias dos impérios foi, mais do que se pensa, um ponto crucial dos discursos sobre a educação colonial.

### **2.3 O Colonialismo civilizador: a “alavancagem” britânica da economia africana**

Madeira salienta que entre o início do século XIX e meados da década de 1880, a cooperação entre as missões britânicas e os governos centrais e locais, na área de educação, era significativa. O Estado incentivava a construção e o aumento de oportunidades de Ensino para Africanos, com custos suportados pelas missões. A ideia assentava em projetos traçados pelos governos coloniais: a criação de uma cultura africana audaz e a instituição de uma igreja africana que incluísse a formação de elites crioulas de missionárias, professores e padres. Esta cooperação

entre Estado e Igrejas protestantes deu um impulso à obra missionária na África Ocidental Britânica e na África do Sul, com o protagonismo das sociedades missionárias mais destacadas, designadamente, a London Missionary Society (LMS), a Church Missionary Society (CMS) e a Wesleyan Methodist Missionary Society (WMMS). Na África Ocidental, a presença de missionários britânicos, franceses e americanos na Serra Leoa, Libéria e Senegal, tinha sido diminuta durante gerações; isto para não mencionarmos a presença missionária portuguesa em toda a África, que data do século XV.

A autora adianta que o período entre 1870 e a I Guerra Mundial foi de particular importância, por outra razão. Num momento em que as potências europeias estavam afinando as estruturas dos seus governos coloniais, o reavivamento religioso na viragem do século, a propagação missionária no estrangeiro, em particular, estava condicionada às reformas sociais. Ainda que intrinsecamente ligada ao ensino, a obra missionária da Igreja Católica na educação tinha como foco a conversão, enquanto que os Protestantes viam na missionação no Ultramar uma janela de oportunidade para a implementação de reformas sociais destinadas ao progresso social e humano da sociedade. A conjugação da ideologia do progresso do Estado com o Evangelho missionário social constituiu uma ferramenta poderosa no início da expansão do ensino. A “atividade curricular” assente em aptidões agrícolas e manuais era fundamentada pela ideia de que “o ensino para o preto deveria ser adaptado para satisfazer as necessidades do seu ambiente, de modo a espelhar as condições socioeconómicas e políticas em que ele vive”. O ensino vocacional era justificado também em termos “de capacitação espiritual visando a mobilidade ascendente” e “formação do carácter”, desempenhando uma “função civilizadora”. O zelo missionário em desenvolver um ensino vocacional era, assim, considerado pelo Estado como um modelo prático de investimento, uma vez que essa ideologia, consonante, prática e consistente, evitava que o governo central despendesse em demasia do orçamento na educação colonial.

Madeira considera que olhar para as missões como uma mera ramificação da administração colonial é uma lógica completamente simplista. Os missionários não-conformistas foram os protagonistas imperiais e os ideológicos mais ativos, porém, dentro do terreno colonial, eram entidades subordinadas aos governantes e considerados por seus compatriotas como “amigos e protetores dos nativos”. Simultaneamente, os missionários eram os portadores da Ética protestante da época capitalista – os transmissores dos ideais da disciplina e do aperfeiçoamento individual – e da consciência do colonismo britânico e de seus críticos morais. Por outro lado, os Protestantes, em contraposição ao governo colonial, eram



muito firmes quanto à separação da Igreja e Estado. Tal como os britânicos, os Protestantes olhavam para a África como um deserto para a cultura e a expansão colonial do Cristianismo.

Era apelativo, na medida em que a África lhes proporcionava vislumbrar o seu próprio império espiritual, o Império de Deus. Este império espiritual precisava de professores africanos, catequistas, clérigos, leigos e outros, e a única forma de obtê-los seria abrir escolas e ensinar os africanos.

O modelo ocidental de educação não teve sucesso imediato. No início, e não poucas vezes, os missionários enfrentavam desinteresse. Por exemplo, no Congo, os chefes de aldeia exigiam um pagamento para que os seus filhos frequentassem escolas missionárias, caso contrário, dedicavam-se à venda de escravos “libertos”. No início do século XX, a percepção dos africanos sobre a educação mudou, revertendo a situação anterior. Muito embora o modelo de ensino fosse centrado na religião, e crítico quanto à maioria das práticas tradicionais, tais como a poligamia, a escravatura doméstica e a feitiçaria, tanto as Missões Católicas como as Protestantes começaram a ter uma avalanche de crianças que queriam aprender a ler e a escrever. Este desejo desenfreado de escolarização primária é interpretado por alguns autores como um meio para adquirir um estatuto social e bens materiais e não como interesse em aquisição de conhecimentos. Ao sucesso das escolas de ensino básico missionário seguiram-se os apelos da população, às missões, para que estas abrissem escolas de ensino secundário, porquanto os africanos considerarem ser este o nível de ensino que ofereceria melhores oportunidades para mobilidade social ascendente e trabalho. Na realidade, esta acumulação de exigências é vista como um dos principais fatores que contribuiu para a formação de elites na África britânica, mais do que na África Ocidental francesa ou mesmo na colónia portuguesa de Moçambique.

Na maioria dos territórios da África Central e Ocidental britânica, ao ritmo da expansão escolar, as relações Igreja-Estado começaram a mudar, na viragem do século XIX. A partir de meados da década de 1880 rompia um clima de hostilidade contra o progresso dos africanos, em consequência do sucesso do Darwinismo social, no seio do público “informado” ocidental. Discursos sobre segregação racial eram igualmente promovidos por teorias científicas raciais, que sobrepunham a supremacia Europeia à emancipação do Africano instruído. Conceitos como “tribos intocadas” ou “dirigentes naturais” começavam a evidenciar mudanças de atitude para com os africanos do interior, enaltecidos em relação aos seus compatriotas instruídos dos territórios do litoral ocidental (Serra Leoa, Costa de Marfim ou Nigéria). Os ideais iniciais de emancipação, que se seguiram após a abolição da escravatura, eram substituídos por uma crescente sensação de dominação e subordinação. A partir dessa altura, a perspectiva de

“administração indireta” ganhou força contra a inicial ideologia paternalista derivada da “experiência da África Ocidental”. Esta visão paternalista foi, mais tarde, incorporada nos discursos científicos que incentivavam a instrução, não como um fim em si, mas “aprendizagem através da prática” como meio de combinar a instrução com hábitos de trabalho. A ‘administração indireta’ fora, então, uma estratégia sutil de assegurar o domínio sobre a população através dos seus dirigentes nativos, transformando-os em entidades governamentais, sendo que, na maioria das vezes, tal transformação incluía diretivas assimilacionistas. O processo de mudança assumiu uma forma progressivamente institucionalizada, através da criação de departamentos de educação na Costa do Marfim (1887), no sul da Nigéria (1903), na Serra Leoa (1911), onde a nova ideologia do ensino, assente no “ensino de adaptação”, procurava confinar o grupo dos africanos instruídos a um pequeno grupo de empregáveis, de modo a evitar a criação de um movimento nacionalista subversivo.

À medida que as políticas governamentais sobre o ensino para africanos mudavam, as relações entre a Igreja e Estado ficavam assentes em termos de objetivos, iniciativas e apoio às instituições de ensino privadas. Em 1928, a Comissão Consultiva de Educação Indígena, da qual o Lord Lugard, Governador-Geral da Nigéria durante a I Guerra Mundial, era membro influente, traçou as diretrizes do sistema de ensino para a África Ocidental britânica. O memorando reconhecia o crescente interesse da participação do governo no ensino para africanos, que “até bem pouco tempo estava confiado às sociedades missionárias”. O memorando iniciava com a recomendação de subordinar as Sociedades Missionárias à supervisão das Direções Consultivas de Educação coadjuvadas pelas Comissões Provinciais de Educação. O memorando propunha, ainda, que houvesse uma cooperação entre o governo e as entidades ligadas à educação (quadros de funcionários dos departamentos de Medicina, Agricultura e Obras Públicas), porém a participação dos departamentos das áreas relacionadas com qualificações técnicas e vocacionais deveria ser reforçada pelos departamentos de Saúde, Obras Públicas, Caminhos de Ferro e Agricultura. O ‘ensino de adaptação’, como filosofia geral, foi encapsulado no memorando, que cita o seguinte:

“Sendo o agente de desenvolvimento e de evolução, o ensino deve ser adaptado às mentalidades, às atitudes, às ocupações e às tradições dos variados povos, preservando-se quanto mais possível todos os elementos sensatos e saudáveis, essenciais para a construção do seu modo de vida social; adaptando-os onde for necessário a mudanças circunstanciais e ideais progressivos. O ‘ensino de adaptação’ deve visar tornar o indivíduo mais eficiente no seu modo de viver... e promover o progresso de toda a comunidade, através de uma agricultura mais produtiva, do desenvolvimento de indústrias nativas, da melhoria da saúde,

da capacitação da população para decidir sua vida, inculcando ideais verdadeiros de cidadania e de serviço”.

O conceito de ‘ensino de adaptação’, difundido também nos manuais e programas escolares e no curso de habilitação de professores, defendia o seguinte:

“O conteúdo e método de ensino de todas as disciplinas, a História e a Geografia em particular, deverá ser adaptado às condições de África. Os manuais preparados para o ensino em escolas inglesas, sempre que necessário, devem ser substituídos por outros melhor adaptáveis ao contexto africano no que se refere às ilustrações e ao ambiente. Os professores de escolas das aldeias deverão, quanto possível, ser designados de alunos que pertencem à tribo e ao distrito; que conheçam a língua, as tradições e os costumes do meio”.

O que parecia ser uma tentativa de colocar o ensino sob a tutela do governo, na realidade significou uma clara redistribuição de tarefas, no âmbito da qual a Igreja assumiu grande parte da responsabilidade. Enquanto o ensino vocacional tinha que ser sob a exclusiva responsabilidade do governo, em todas as escolas – governamentais, subsidiadas ou missionárias - a formação do carácter tinha que ser reforçada. “O que, segundo as crenças tradicionais, for bom e condenável, deve ser reforçado; e o que for aberrante deve ser escambado. Portanto, deve ser atribuída grande importância ao *ensino da religião e à instrução moral*. Quer nas escolas, quer nos colégios de habilitação, *as disciplinas seculares deverão merecer tratamento idêntico*”.

A orientação do governo não foi casual, dado que “a manutenção dos bons aspetos da tradição” significava a erradicação da superstição como principal característica do “tradicionalismo” e a sua substituição por uma ética racional, boa, civilizada, formada por um espírito do capitalismo moderno.

Madeira salienta que o objetivo subjacente, “a manutenção dos bons aspetos da tradição”, sem dúvida, era o espírito inerente nos membros da Comissão Consultiva, para quem “uma formação industrial genuína, masculina, predisposta para serviço social e cooperação disciplinada, é a essência do carácter”. Em 1953, num outro memorando da Comissão Consultiva da Política Educacional na África Tropical Britânica, a regulamentação do ‘ensino de adaptação’ mereceu aplausos, tendo constituído o suporte ideológico da Lei da Educação Nativa na República da África do Sul, de 1953, designada por “Bantu Education Act”. O impacto da lei sobre as colónias africanas britânicas, encarada com muita resistência, estendeu-se para outras partes da África. Resta saber como a regulamentação do ‘ensino de adaptação’ foi implementada em outras colónias, como também entendermos de que modo a

regulamentação foi contestada pelos administradores coloniais, pelos missionários e filantropos, junto dos governos coloniais, ou inviabilizada, quer por depressões económicas cíclicas, quer por fatores específicos, tais como pelas autoridades tradicionais e religiosas, ou mesmo pela resistência da população africana. Apesar de grande parte destas questões continuarem sem resposta, há críticos que argumentam que o ‘ensino de adaptação’ foi mais um exemplo de um jargão educacional do que propriamente um sistema de ensino praticado em toda a África Ocidental britânica. Na realidade, esta filosofia colonial só pode ser entendida num quadro mais alargado de interação e que inclui as relações do Governo britânico com as Missões cristãs e as Associações de filantropos americanos (tais como o Fundo Phelps-Stokes, a Fundação Carnegie e a Fundação Rockefeller) bem como com a “International Institute at Teachers College, Columbia University” (Madeira, 2005: 31-60).

#### **2.4 Análise dos sistemas de administração portuguesa, francesa e britânica**

Do artigo de Ana Madeira tenho a assinalar que na coexistência de duas potências coloniais na mesma região, que é a África Ocidental, prevalecem as políticas sociais da potência mais forte, que é a Grã-Bretanha, sobre a política francesa. Exemplo paralelo é a influência da Grã-Bretanha na África Austral sobre a política portuguesa em Moçambique. No caso da África Ocidental, vimos a França assimilacionista, a alinhar com a Grã-Bretanha, como sublinha Michel Crowder na obra *West Africa under Colonial Rule*, de 1968. De acordo com o autor, a França e a Grã-Bretanha viam a introdução da educação nas suas colónias como essencial para a prossecução da sua política de exploração na África Ocidental, por considerarem que sem educação ocidental não haveria escriturários e técnicos para preencher as funções administrativas e comerciais não lucrativas, ou não viáveis para os europeus. Por esta razão, durante o colonialismo poucas crianças tiveram acesso à instrução primária, e muito menos ao ensino secundário (Crowder, 1968: 177). Todavia, no artigo “Indirect Rule: French and British Style”, *Africa*, de 1964, Crowder admite que, ao contrário da administração britânica, a administração francesa adotou a assimilação para os nativos das suas colónias, mas foi apenas no Senegal que a assimilação em sentido lato se repercutiu. Citando Lucy Mair nos anos 1930, Crowder sublinha a base da política de assimilação francesa como sendo a seguinte:

“A conceção que rege toda a política francesa sobre o desenvolvimento do nativo é de que a civilização francesa é de facto a melhor, e deve ser exposta ao africano inteligente para adotá-la. Uma vez adotada, não deve ser vedado ao africano qualquer caminho. Se ele demonstrar capacidade para assimilar o ensino francês, ele pode entrar em qualquer profissão, poderá ascender ao cargo dignitário de Subsecretário das Colónias, e será

recebido como um igual pela sociedade francesa. Esta atitude para com o nativo qualificado cria um sentimento amargo de inveja para o seu homólogo nas colónias britânicas vizinhas.

Tal conceção suscitou um sentimento de “inveja” nos britânicos que, nos anos 1920 e 1930, se opunham taxativamente à formação de uma classe europeizada de africanos, sobretudo no nível da administração colonial central. Os governantes franceses no Senegal, apoiantes da política de Luggard, estariam a favor do modelo de governação através de instituições de representação nas quais uma minoria qualificada representaria os interesses da maioria. Isto partindo do pressuposto que tal minoria iria defender os interesses da maioria que bem conhecia, com quem comunicava através da mesma língua e com a qual partilhava os usos e costumes (Luggard, 1926: 193).

Ao legitimar a doutrina ‘nacional’ da colonização europeia e portuguesa, António Enes, citado por Mário Moutinho na obra *O Indigenato no Pensamento Colonial Português (1895-1961)*, de 2000, assinala o seguinte: “Precisamos dele (do indígena) para a economia da Europa e para o progresso da África. A nossa África Tropical não se cultiva senão com africanos. O capital que se prestar a explorá-lo, e que tão preciso lhe é, há de pedir trabalho para as nossas explorações, trabalho abundante, barato, resistente; e esse trabalho em tais condições nunca lograrão fornecer-lho as emigrações europeias que o impaludismo dizima” (Moutinho, 2000: 195).

Sobre a política de administração portuguesa em África, Alexander Keesee descreve que “tradicionalmente” o império colonial português seguia um conceito que (em teoria) considerava um grupo crescente dos habitantes africanos do império como futuros “assimilados” que podiam vir a ser membros dos serviços imperiais. Antes do fim do século XIX, esta “política” tornou-se mais uma necessidade, daí que, durante grande parte deste século, o discurso assimilacionista ter constituído a retórica importante. De acordo com o autor, foi o entusiasmo, em Portugal, criado pela ideologia da República Francesa, após a queda da monarquia, em 1910, que permitiu que políticos e oficiais elaborassem uma política do tipo “assimilacionista”, de “missão civilizadora”. Contudo, o autor assinala que o facto de essa ideologia contrariar o “povoamento” dos europeus nas colónias ultramarinas, que era o “objetivo tradicional” da política colonial, e também o imperativo de empregar os colonos no setor público, foram fatores que limitaram as oportunidades dos africanos, quer no âmbito da assimilação, quer no que toca à empregabilidade (Keesee, 2013: 223-249).

Foi ao abrigo da portaria n.º 317, de 9 de janeiro de 1917, que foi publicada em Moçambique a primeira lei que definia o estatuto de não-indígena. Importa assinalar que antes

da promulgação desta lei a distinção entre *indígena* e *não-indígena* não teve idêntica interpretação nas colónias portuguesas. Por exemplo, na obra *O Estatuto do Indigenato – Angola: a legalização da discriminação na colonização Portuguesa*, de 2005, Elizabeth Cruz cita o relatório de Ferreira Diniz, em “Negócios Indígenas – Relatório do Ano 1913-1914”, que propõe que seja considerado indígena o preto ou o mulato nascido na província, que não fala português corretamente e mantém hábitos e costumes indígenas (Cruz, 2005: 29). Porém, no que diz respeito ao sistema de ensino colonial em Moçambique, a lei de 1917 só vai produzir efeitos em 1930, quando são criadas escolas de ensino e habilitação para os não assimilados.

A política de administração colonial britânica nunca foi linear. Quem o diz é Lord Hailey, autor da obra *Native Administration in the British African Territories*, de 1951, dividida em quatro Partes. A Parte I analisa os territórios da África oriental: Uganda, Quênia e Tanganhica; a Parte II é sobre Zanzibar e dois territórios da África central: Niassalândia e Rodésia do Norte; a Parte III descreve os territórios da África ocidental: Nigéria, Costa do Marfim, Serra Leoa e Gâmbia; e na Parte IV o autor faz uma abordagem geral, que tem a ver com as conclusões da pesquisa. Saliento o facto de o termo ‘nativo’ ser recorrente na obra do autor.

Lord Hailey sublinha que a implementação da Administração Nativa nas colónias britânicas assumiu variadas formas consoante os territórios, acrescentando que a diversidade se deveu não apenas às circunstâncias históricas em que a colonização britânica se constituiu na África Ocidental, Oriental e Central, mas também pelas características das instituições políticas tradicionais que estavam estabelecidas e pela necessidade de se criar uma estrutura social à qual o poder político tradicional se adaptaria. Lord Hailey salienta o facto de a relação dos britânicos com os territórios da África Ocidental ser das mais antigas, referindo que a extensão da soberania britânica ao interior do litoral da África Ocidental se deveu à concorrência francesa e alemã pela conquista desse espaço. Na Costa do Marfim, a expansão da política administrativa ficou condicionada, durante muito tempo, à sobrevivência da tradição que tinha conferido às chefaturas Akan e Fanti o estatuto de Estados de Aliança, tendo sido há poucos anos que o sistema de governo local assumiu uma forma semelhante à de outros territórios. Nas províncias ocidentais da Nigéria, as relações com algumas das principais chefaturas do Yorubaland foram, desde o início, reguladas pela mesma tradição, até que, em 1914, o poder tradicional nestas áreas passou a ser implementado seguindo as normas da Nigéria do Norte, que consideravam as chefaturas como parte integral da administração, apesar de se observar o estatuto tradicional dos chefes Emir e Hausa. Em Serra Leoa foi mais pela relativa falta de interesse no interior da colónia que se ficou a dever o intervalo entre a declaração do Protetorado e a implementação de uma política de administração nativa.

Refere o autor que a expansão da soberania nos territórios da África Central e Oriental teve características diferentes, porquanto não ter representado um desdobramento da jurisdição para o interior, que necessitava de monitorização, a fim de salvaguardar os interesses concentrados nos antigos assentamentos do litoral. Os fatores determinantes em cada área derivaram de circunstâncias extraordinárias. Na Rodésia do Norte, a expiração do alvará da British South Africa Company colocou o território sob a alçada da Coroa, em parte para prossecução da política imperialista, mas sobretudo para a expansão do empreendimento comercial. A declaração de Nyasaland como Protetorado teve como objetivo parcial ditar o fim das ambições expansionistas dos concorrentes à colonização do Continente e também monitorizar as depravações dos traficantes árabes de escravos. Os casos do Quênia e Uganda ficaram a dever-se às mesmas razões, muito embora a decisão final de estabelecer um Protetorado no Uganda ter partido da insistência do público britânico que defendia que os conflitos internos no reino do Buganda não deveriam obrigar as Sociedades Missionárias a abandonar o trabalho realizado ao longo de muitos anos.

Lord Hailey salienta que as circunstâncias diferenciadas, da forma como os britânicos introduziram a sua administração em África, servem para comprovar como o modelo de administração das colónias britânicas não foi linear no início da governação colonial. O modo de implementação e desenvolvimento das políticas iniciais britânicas não obedeceram a quaisquer princípios da política colonial. Sublinhe-se que a aplicação do modelo estava na incumbência dos vários governos e administradores coloniais até ao início da segunda década do século passado, quando a questão de um sistema de governação britânica foi objeto de consideração, em resultado do Memorando político de Lord Lugard, de 1916, que explicava as linhas orientadoras da política adotada pelo próprio no Norte da Nigéria, entre 1900 e 1906. Do Memorando de 1916 seguiu-se a publicação da obra *The Dual Mandate in Tropical Africa*, em 1922 (Hailey, 1951: 6-8).

Relativamente à ideologia assimilacionista no Cabo, Raymond Buell, no subtítulo 9.1 “A Política do Cabo”, refere que, na prática, todas as autoridades nativas e a maioria dos brancos residentes na província do Cabo apoiavam a chamada política do Cabo, assente na máxima: “direitos iguais para todos os civilizados ao sul do Zambeze”. Houve quem atribuisse ao significado da máxima que não deveria haver diferenciação entre africanos e brancos, simplesmente na base racial, e que ambos os grupos deveriam seguir as mesmas diretrizes políticas, económicas e sociais. Buell considera a ideologia assimilacionista do Cabo como um protótipo da teoria francesa de assimilação, fundamentada na crença de que um africano é um branco potencial, que poderá vir a sê-lo após poucos anos de instrução literária (Buell, 1928:

131-133). Por outras palavras, diria que, enquanto em relação ao branco o seu potencial é inato, ao africano é necessário que o potencial seja desenvolvido através de uma aprendizagem de longa duração. É neste contexto que Maria Meneses, no subtítulo “O republicanismo e a ideologia colonial”, citando Marnoco e Sousa, salienta que “É desejável que os indígenas adquiram o desenvolvimento social necessário para que não haja distinção alguma entre eles e os colonos (...) Isto, porém, constitui um ideal que só depois de muito tempo se pode realizar” (Meneses, 2010).

## **2.5 A noção de superioridade cultural sobre o ‘Outro’**

A descrição e motivações subjacentes à formulação de um ensino destinado ao ‘Outro’ são as temáticas desenvolvidas pelos subscritores deste capítulo. Designado o ‘Outro’ também como o ‘nativo’, Arjun Appadurai, no artigo “Putting Hierarchy in its Place” da obra *Cultural Anthropology*, de 1988, define nativos como sendo indivíduos ou grupos originários de espaços distantes do Ocidente Metropolitano que, de alguma forma, vivem encarcerados ou confinados a esses espaços. É para estes espaços que se deslocam, do Ocidente, os exploradores, os administradores, os missionários e, eventualmente, os antropólogos, considerados por excelência itinerantes, observadores e sábios. Segundo Appadurai, o encarceramento dos nativos extravasa a sua esfera espacial para o circuito moral e intelectual, ao ser interpretado como característico de indivíduos com saber limitado e orientados pela lógica e crenças; fazendo-os “prisioneiros da forma de pensar”. O encarceramento está também associado à limitação dos recursos materiais e tecnológicos que o ambiente lhes oferece (Appadurai, 1988: 36-49). Na linha de pensamento de Maria Meneses, foi devido à incompatibilidade da vivência dos encarcerados com as normas, com a ciência e com as tecnologias do ‘velho mundo’ que a colonização europeia definiu como prioridade a ‘civilização’ (Meneses, 2010). Considero que a ‘civilização’ se realizaria incutindo nos encarcerados a noção da superioridade da cultura europeia e desenraizando as suas culturas e costumes incompatíveis com a ‘civilização’.

A conceção da superioridade da cultura europeia é também veiculada por Antoniette Errante, no artigo “White Skin, Many Masks: Colonial Schooling, Race, and National Consciousness among White Settler Children in Mozambique, 1934-1974”, de 2003. O estudo da autora tem como foco a análise das histórias de vida de indivíduos sobre os quais não foram encontrados registos nos arquivos históricos deixados pelos regimes coloniais europeus que os representavam. Trata-se de indivíduos que, de facto, foram silenciados porque não tinham acesso ou controlo dos meios de produção e de difusão de conhecimentos, embora os seus nomes constassem em textos escritos por autores representantes dos regimes coloniais. A autora justifica a realização do estudo pela falta de informação sobre a socialização dos filhos dos



colonos, daí a inclusão nas narrativas da história colonial, com destaque para a educação. Com enfoque sobre Moçambique, a autora analisa o modo como as escolas criaram um sentimento de racismo e nacionalismo nos filhos dos colonos Europeus, entre 1934 e 1975. O estudo tem como suporte documentos em arquivo, 15 histórias de vida recolhidas junto de Moçambicanos Europeus e 40 histórias de vida recolhidas junto de Moçambicanos Africanos e de origem asiática. Os Europeus entrevistados são os que permaneceram em Moçambique após a independência de Portugal, em 1975.

Errante, citando Franz Fanon, descreve que a noção de “Pele Escura, Máscaras Brancas” motivou gerações de investigadores a analisar como a hegemonia colonial estimulava nos africanos sintomas patológicos que os faziam ter apetência e admiração por seres europeus (Errante, 2003). Se bem que farei a análise das narrativas num capítulo próprio, permito-me enquadrar na afirmação da autora a citação de um meu entrevistado n.º 7, de 85 anos, identificado no Quadro 5.1 por IOJ, quando referiu que “o estatuto de indígena afetou porque nós não podíamos ter direitos de igual ao branco, até eu no meu tempo cheguei a ter na mente de que a coisa boa era ser branco”.

No subtítulo ‘Situando a infância colonial e as experiências escolares na reconceitualização do colonialismo como cultura compartilhada’, Errante refere que as escolas coloniais e a infância desempenharam parte ativa na construção, reprodução e contradição do mito de onipotência colonial. Foi em finais do século XIX que os Estados Europeus coloniais consolidaram “o domínio do Ocidente para definir o poder”, ao assumirem o controlo dos contextos que definiam, produziam e/ou difundiam o conhecimento oficializado, tais como, as escolas, os museus, os jornais e os relatórios comerciais e missionários. Esta medida viabilizou as nações colonizadoras ocidentais a construir o mito de onipotência colonial, através do qual, não somente se imaginou a percepção dos ocidentais sobre a África e os Africanos, como também tal percepção foi feita de modo a legitimar a supremacia ocidental e a inferioridade africana. As narrativas coloniais classificaram as noções concebidas sobre o que é bom e progressivo e o que não é, em torno de um conjunto de dicotomias conceituais que representam o poder, tais como ciência/superstição, civilizado/incivilizado, instruído/idiota, inteligente/retardado e, por último, Branco/Preto. Da combinação destas classificações conceituais criavam-se identidades nacionais e raciais, sendo que o eixo das quais era a “pureza cultural Branca”, transmitindo-se a ideia de que havia uma forma de ser Branco pela maneira de ser, de vestir, de se comportar, pelo aspeto físico e que estas eram as características que tornavam o indivíduo superior e evoluído. Caso o indivíduo não fosse branco pela cor, só poderia evoluir ao longo do tempo, branqueando-se culturalmente. A pureza cultural Branca,

por sua vez, incorporava o mito da onipotência colonial em relação às identidades nacionais europeias. As escolas coloniais eram as instituições analistas de transmissão da pureza cultural Branca e reprodutoras do privilégio e da superioridade do Branco europeu (Errante, 2003).

Convém referir que a superioridade da cultura europeia foi disputada entre os europeus aquando da corrida para a ocupação dos territórios africanos. Não é necessário irmos tão longe para lembrar que o Ultimato Inglês, em 1890, foi consequência direta da disputa da superioridade da cultura britânica sobre a portuguesa e sobre a qual, segundo Errante, Portugal teria de escolher entre retirar-se dos territórios disputados ou enfrentar a armada britânica. Isto, para além da negação, em sede da Conferência de Berlim (1884-1885), dos direitos históricos de Portugal de colonizar os territórios descobertos (Errante, 2003). Como argumenta Mahmood Mamdani na obra *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, de 1996, ao referir que a Grã-Bretanha foi o primeiro país europeu a deferir a cultura dos Africanos por considerar que a sua dominação hegemónica passava pela capacidade de subordinar os usos e costumes locais ao projeto colonial britânico. A estratégia assentava em três iniciativas distintas. Primeiro, classificar os costumes como tribos com culturas e usos e costumes distintos. Segundo, integrar em todos os aspetos da vida social os usos e costumes, incluindo o acesso e uso da terra. Numa ação conjunta da força armada do governo central e autoridades nativas, sistematizar e regulamentar os usos e costumes. Concluído este processo, desde que o uso da força fosse aplicado em consonância com a tradição, daí que, sempre que possível, às autoridades tradicionais cabia aplicar o uso da força sobre os camponeses que contrariassem as políticas coloniais de desenvolvimento. Como assinala Mamdani, na linguagem do poder colonial, o consuetudinário passou a representar a força e o estandarte da política de um despotismo centralizado (Mamdani, 1996). Permito-me referir que a sistematização e regulamentação dos usos e costumes como justificação para o uso da força foi uma medida tomada em Moçambique ao abrigo da portaria n.º 613 de 12 de maio de 1914, ao determinar como objetivo “estudar e codificar os usos e costumes dos indígenas do distrito de Lourenço Marques e organizar a administração da sua justiça em harmonia com os mesmos usos”.

## **2.6 Servilismo e moralização como motores da civilização**

A missão, dirigida pelas Sociedades Missionárias protestantes a partir do século XIX, com destaque para a África Austral, incluindo Moçambique, é um tema que Adrian Hastings, Patrick Harries, autor da obra *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa*, c. 1860-1910, 1994; e Alf Helgesson analisam detalhadamente. Os três autores a convergirem na afirmação de que a revolução mineira foi a alavanca da

economia dos territórios da região da África austral, incluindo Moçambique, para além de ter constituído a força motriz do ensino e evangelização dos Africanos da região.

Jerónimo e Monteiro, no subtítulo ‘Uma transição civilizada’ do seu artigo “Dificuldades de levar os indígenas a trabalhar”, consideram o decreto de 9 de novembro de 1899 como tendo sido uma medida importante, destinada a legalizar o trabalho forçado e a legitimar a ideologia civilizacional, humanitária e económica, que fundamentava a criação e reprodução do “sistema” de trabalho nativo, assente em várias formas de coerção, definidas na política indígena que prevaleceu até quase ao final do império. A leitura dos argumentos de António Enes, um dos quais referenciei citando Moutinho (Moutinho, 2000: 195), não coloca dúvidas de que a lógica da lei era preservar a escravatura, ao elaborar um sistema político-económico que garantisse os “hábitos de trabalho”. Uma legislação que observasse “o código e a moral”, o “bom senso” e que assegurasse as “necessidades económicas” das companhias coloniais e do empreendimento colonizador e civilizador. O objetivo fundamental do empreendimento colonizador seria elevar o “grémio da civilização” do nativo, sendo que o trabalho era o instrumento privilegiado para tal operação: “o trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar os sertões (aldeias) ínvios (intransitáveis), a única polícia que há de reprimir o escravismo, a religião que rebaterá (rechaçará) o maometanismo, a educação que conseguirá metamorfosear brutos em homens. O selvagem que pegou no trabalho, rendeu-se cativo à civilização, ela que o discipline”. Assinalava o governante que somente a imposição do trabalho na forma de escravatura podia “obliterar caracteres de raça e neutralizar influxos climatéricos e do meio social”, ao contrário dos que defendiam e atribuíam esse papel aos educadores ou aos religiosos (Jerónimo e Monteiro, 2012: 163-169; Moutinho, 2000: 195).

A ideia de construir um império protestante é subscrita por Allister Sparks, na obra *The Mind of South Africa*, de 1990, ao salientar que foi a doutrina de predestinação do reformista protestante suíço, John Calvin, que serviu de inspiração para os americanos protestantes assumirem a postura de raça-mestre, assente na crença de que eles eram os Eleitos de Deus, perspectiva defendida por Max Weber (Sparks, 1990: 22-23).

Na realidade, os missionários protestantes eram intransigentes quanto à intromissão do Estado nas suas atividades, em nome da separação da Igreja e Estado e dos direitos de missionação ratificados em sede dos tratados internacionais sobre a colonização. Neste contexto, Miguel Jerónimo e Hugo Dores assinalam que a “missão católica na África” era tomada como “principal meio de civilizar aquelas populações”, contudo, a ação missionária nas

colónias portuguesas estava condicionada pelo poder político, devido ao facto de estar sob a alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Jerónimo e Dore, 2013: 119-156).

## **2.7 Ensino “nativo” na Rodésia do Norte (Zâmbia)**

Segundo Brendan Carmody, autor da obra *Education in Zâmbia* (1994), a primeira missão na Zâmbia foi fundada pelos missionários *White Fathers*, chegados à localidade de Mambwe em 1891. O insucesso da primeira missão em Mambwe levou os *White Fathers* sob a liderança do padre Joseph Dupont a abrir, em 1895, aquela que foi a primeira instância europeia de Bembeland, a Missão de Kayambi. O padre Dupont posteriormente fundou missões nas localidades de Chilubula, em 1898; Chilonga, em 1899, Chilumbi, em 1903, Ngumbo, em 1905 e Chibote em 1909. O estabelecimento de uma escola primária em regime de internato para o ensino e formação de catequistas em Kayambi constituiu uma estratégia de alcançar o sucesso anteriormente conseguido pelos *White Fathers* em outras localidades.

As primeiras missões católicas no território de Bembaland foram geridas como pertencendo ao Vicariato do Niassa, supervisionado pelo bispo Dupont de Chilubula. Após a aposentação de Dupont, o território ficou dividido em dois novos vicariatos: o Vicariato de Niassa e o Vicariato de Bangweulu, supervisionado em 1913 pelo bispo Etienne Larue. Sob a tutela do Vicariato de Niassa, em 1903 os *White Fathers* estabeleceram a primeira missão em Kachebere. Em 1905 já estavam batizados 1.000 indivíduos. No mesmo ano chegaram a Chikuni, ao sul da Zâmbia, os Jesuítas franceses, os padres Joseph Moreau e Jules Torrend. Refira-se que em 1879 os Jesuítas tinham sob a sua tutela a Missão da Zambézia que abrangia o território a partir do rio Limpopo, ao norte do Congo, atualmente a República Democrática do Congo.

Em 1910, os Jesuítas que trabalhavam em Moçambique, a maioria polacos, viram-se obrigados a fugir à perseguição encetada pelo novo regime republicano (B.O. n.º 49, de 3 de dezembro de 1910, página 613), emigrando para a Rodésia do Norte onde fundaram missões, designadamente em Kapoche em 1910, Katondwe em 1911 e Chingombe, no vale de Luangwa, em 1914. Seguindo o seu *modus operandi* os Jesuítas criaram escolas em Chingombe, Kasisi e Katondwe, onde abriram centros de habilitação de catequistas. Por influência do padre Torrend, em 1921, Kasisi foi designado a sede dos Jesuítas da região. Em 1924 haveria 7,000 católicos na órbita jesuíta que se estendia desde Livingstone até à fronteira da atual República do Congo.

Uma coisa é o empenho das ordens religiosas na Rodésia do Norte, que data de 1891, outra é o papel da administração colonial britânica neste protetorado. Sobre a matéria, Carmody salienta o facto de ter sido em 1890 quando a concessionária BSAC - *British South Africa Company* assumiu o controlo da Rodésia do Norte. Porém, durante trinta e quatro anos pouco

ou nada a BSAC fez no campo educativo, excetuando o facto de ter criado a escola distrital *Barotse National School* que, embora entregue aos missionários, era alvo de interferências pela BSAC quanto à nomeação dos professores, conforme referido pelo jesuíta de Katondwe em 1915:

“O Governo está fazendo o seu melhor para tornar a escolaridade impossível a fim de manter a população nas trevas do paganismo e ignorância. Um “professor nativo” é a pessoa que designamos de “catequista”. O Governo não providencia qualquer ajuda financeira quer aos catequistas quer na construção de suas casas, porém, tem a coragem de se legitimar para julgar se um catequista é a pessoa ideal e merecida para ensinar.”

Em 1918, através da BSAC, o Governo introduziu uma lei que obrigava o registo de todas as escolas. A lei que deu poder aos magistrados e comissários nativos para inspecionar as escolas teve como consequência o motim de Chilembwe, na Niassalândia, onde era claramente evidente que professores e indivíduos habilitados pelas missões tinham desempenhado um papel preponderante. Embora a BSAC tivesse pouco interesse em promover o Ensino para Africanos, a maioria dos antigos dirigentes de várias missões considerava que a BSAC deveria partilhar com as missões parte dos encargos com a educação no território. As críticas à lei que se generalizaram levaram o Alto-Comissário a ordenar que o administrador solicitasse aos representantes das missões modificações à lei. Foi na Conferência Missionária de 1919 que a lei foi debatida em pormenor, e as conclusões deram origem à *Lei das Escolas para Africanos*, de 1918. Na Conferência de 1921, os representantes das missões reiteraram a sua exigência de o governo subsidiar o ensino das missões. Estas diligências coincidiram com a criação, em 1923, do Comité Consultivo do Departamento Colonial de Educação na África Tropical Britânica. Este organismo convidou o Comité Phelps-Stokes para realizar um levantamento de tudo quanto estava sendo feito nas colónias africanas. Respondendo ao convite, o Comité visitou a Rodésia do Norte em 1924, onde se reuniu com a Conferência Ecuménica Missionária em Kafue (Carmody, 1994: 4-7).

O desinteresse do governo em participar nos encargos com o Ensino para Africanos é justificado pelo antropólogo Dan O’Brien na obra *The Struggle for Control of Education in Zâmbia*, ao descrever que o governo colonial do Norte da Rodésia era composto por um grupo de africanos, antigos agricultores sul-africanos, mineiros europeus e missionários, sendo que, na maioria dos casos, as autoridades governativas eram os antigos agentes da BSAC que estavam mais ligados aos interesses do governo da Rodésia do Sul (Zimbabué) do que aos do governo sediado em Livingstone, ou aos interesses dos africanos desta colónia britânica da

Rodésia do Norte. Economicamente, o governo da Rodésia do Norte dependia das empresas mineiras, dos colonos fazendeiros e dos impostos dos nativos<sup>8</sup>. O'Brien define como vigência da administração colonial britânica na Rodésia do Norte o período de 1924 até 1964, quando cessa a administração da BSAC.

O'Brien salienta que, havendo tomado posse o Gabinete Colonial do governo do território da Rodésia do Norte, o primeiro discurso proferido pelo Comité Consultivo de Educação nas Colónias foi sobre a introdução do *Ensino de Adaptação* destinado a inserir o africano num mundo moderno compatível a todos, sem, contudo, o desenraizar por completo do seu modo de vida africano. O *Ensino de Adaptação*, que havia sido implementado pelos Estados Unidos no Hampton-Tuskegee Institute, foi revisto pelo inglês Dr. Thomas Jesse Jones, com vista a introduzir alterações pontuais ao currículo de *educação industrial* em África. Com o financiamento do Phelps-Stokes Institute e apoio do Governo britânico, uma comissão liderada por Jones visitou a África oriental e central entre 1922 e 1924. Os relatórios da Comissão consubstanciaram o discurso proferido pelo Governador em 1925, aquando da abertura do Conselho Legislativo da Rodésia do Norte.

No seu discurso, o Governador salientou que o programa do *Ensino de Adaptação* tinha como base as propostas de Jones, a quem consultou, tendo sido as mesmas que apresentou na cerimónia de abertura do Conselho Legislativo. Segundo Jones, os motivos para adesão ao *Ensino de Adaptação* estariam associados ao projeto do governo da Rodésia do Norte de criar um ensino adequado às condições dos nativos, de modo a evitar-se uma adesão subserviente ao ensino europeu, embora o modelo europeu deva ser considerado o melhor. Jones propôs a criação de escolas periféricas nas aldeias para preparação de professores, e que a alfabetização e educação feminina fossem encaradas como prioridade para a aquisição de conhecimentos e formação do carácter. Sugeriu que fosse dada atenção especial à economia, agricultura, criação de gado, saúde e saneamento. Por último, Jones recomendou que os professores itinerantes habilitados se deslocassem de escola em escola, com a finalidade de apoiar os professores titulares.

A ênfase colocada no discurso de Jones era de um ensino tendencialmente agrícola ou industrial para todos os aldeãos, mas sem detrimento dos valores tradicionais. É de referir que na Rodésia do Norte cada comunidade tinha o seu próprio conceito de *Ensino de adaptação*.

---

<sup>8</sup> De acordo com Carmody, o imposto de palhota introduzido em 1904 exacerbou a política de emigração que, desde 1890, prosseguia normalmente pela necessidade constante de ganhar dinheiro para pagar o imposto (p. 19).

Para uns era um programa com que os alunos estavam familiarizados. Para os defensores do movimento Phelps-Stokes, o *Ensino de adaptação* implicava ministrar aos africanos um modelo de ensino idêntico ao dos afroamericanos do sul dos Estados Unidos. Os colonos da África central viam o *Ensino de adaptação* não apenas como forma de manter o africano no patamar inferior, como também para torná-lo consciente da noção da sua inferioridade. Os missionários viam no *Ensino de adaptação um meio de salvar os africanos dos seus pecados e da ignorância*.

As divergências entre colonos e o governo, assentes nas interpretações do conceito de *ensino de adaptação*, proporcionaram aos africanos um espaço mais alargado para tentarem aproximar as diferenças. Isto porque as entidades governamentais acreditavam que o Ensino para Africanos, se implementado com lentidão, iria produzir agricultores e artesãos qualificados que os conduziria a adaptarem-se à democracia ocidental, os régulos iriam aprender gradualmente, fator que capacitaria as suas comunidades para uma eventual maior participação no governo. A educação iria formar pequenos proprietários e agricultores qualificados, que teriam acesso à economia do mercado mundial através da exportação de matérias-primas. A perspectiva dos missionários era de que o Ensino para Africanos iria contribuir para incutir um Cristianismo sem mácula, evitando que os erros cometidos na Europa no passado não viessem a repetir-se. Os colonos defendiam que o Ensino para Africanos deveria ser restrito de modo a formar bons trabalhadores, e assim propunham o estabelecimento de granjas para fins agrícolas e industriais nas escolas, incluindo nas escolas dos mineiros. Os colonos tinham como objetivo produzir uma força de trabalho humilde com pouca instrução. Estes aspetos foram focados no discurso sobre o *Ensino de Adaptação*.

Com o evoluir da década, O'Brien refere que a temática sobre o *Ensino de Adaptação* deixou de ser entusiasmante por força das contradições inerentes ao discurso assinaladas por antropólogos e pedagogos. Gradualmente foi ficando evidente que a mentalidade dos africanos estava a mudar e que era imperativo proporcionar uma educação adequada. Como resultado, foi do discurso em 1930 sobre o ensino técnico que mais tarde se introduziu o *Ensino Primário para Todos* e se incutiu a consciencialização de que o ensino das raparigas era importante. Porém, entre as décadas de 1920 e 1930, havia falta de artesãos, pelo que se tornou necessário criar uma escola equipada e com instrutores qualificados. A escola foi aberta em 1934, todavia, findos dois anos, foram poucos os artesãos capacitados para diplomas. O *Ensino Primário para Todos* não pôde ser implementado neste período por falta de escolas e de professores suficientes para incentivar os pais a levarem os filhos à escola. O ensino feminino também falhou por não terem sido equacionadas as questões culturais relativas à intransigência das famílias em enviar

as raparigas à escola, preferindo que estas trabalhassem. Sublinhe-se que o ensino primário se iniciava aos sete anos de escolaridade até que, mais tarde, se introduziu o oitavo ano para permitir aos rapazes uma qualificação técnica ou profissional (O'Brien, 2006: 19-99).

Carmody salienta que, após a entrada dos Capuchinhos na Barotseland, não tardou a que fossem abertas escolas. Em 1937 os Capuchinhos mantinham seis escolas subsidiadas e vinte e nove não subsidiadas, tendo aberto na Missão de Lukulu uma escola de habilitação de professores em 1938. Em 1955, no seu relatório sobre a Missão dos Capuchinhos, o diretor do Ensino para Africanos escreveu o seguinte:

“Há vinte anos tive o privilégio de orientar as negociações que conduziram à sua entrada no campo missionário em Barotseland e duas das condições acordadas foram de que deveriam começar seu trabalho de educação em “espaços vazios” que não estivessem ao mesmo tempo a ser desenvolvidos por outras agências e que a qualidade apenas, e não a quantidade, deveria ser a chave do seu trabalho. A fim de preencher a segunda condição, acordaram em empregar apenas pessoal qualificado para todo o seu trabalho de educação – a gestão e o ensino. Estas condições têm sido preenchidas escrupulosamente e como resultado, não tem havido proliferação de “escolas de mato” e nem concorrência predatória com as sociedades protestantes, mas apenas uma expansão bem planificada de escolas de boa qualidade. Tendo em conta a sua entrada tardia no terreno, o seu trabalho em Barotseland tem sido verdadeiramente notável” (Carmody, 1999: 49).



## 2.8 Ensino “nativo” na África do Sul

Em jeito de apresentação do quadro sociopolítico e económico no início da colonização da África do Sul, o académico Richard Pattee, autor da obra *África do Sul Vizinha de Portugal*, de 1971, assinala o facto de, no início da administração do Cabo, o regime britânico ter favorecido uma política que defendia a supremacia dos Europeus sobre os Africanos, de modo a resolver o difícil problema de mão-de-obra abolida, a escravatura. Referindo-se à fundação da London Missionary Society em 1795, da Wesleyan Society em 1815 e da Glasgow Society em 1821, o autor salienta que estas sociedades e outros organismos britânicos, por razões humanitárias, demonstravam interesse em trabalhar numa economia africana em desenvolvimento, porém junto dos nativos. A Revolução Industrial na Inglaterra colocou no desemprego milhares de homens que, não conseguindo adaptar-se à nova realidade, tiveram de emigrar para os Estados Unidos, Canadá e para África. À emigração feita neste contexto, Pattee dá o nome de *trek* que é uma “palavra africânica - *Afrikaans*? - que significa mudança, migração, levar ou mudar de um lugar para outro” não apenas de um fluxo, mas de múltiplos. Segundo o autor, a região do Natal já era conhecida pelos *trekers* e alguns exploradores ingleses como William Anderson, Thomas Hodgson, Robert Scoon e Henry Flynn. Ao longo do caminho de Natal, trajeto regular dos *trekers*, residiam alguns missionários anglicanos e comerciantes ingleses. O projeto *trek*, conforme originalmente concebido, não definia o território de destino dos *trekers*, cabendo às famílias, assim que chegassem além do rio Orange, escolher a terra em que se iriam fixar: Transval ou Natal. A sede da atual África Austral é fruto daquilo que, em 1839, foi uma pequena colonização dos territórios de Natal, Transval e Estado Livre de Orange que, em 1870-1875, se transformou em três colónias britânicas (Pattee, 1971).

David van Dyk descreve que, no início, os missionários criaram um sistema de educação centralizado, visando a perpetuação de um programa de ensino livresco, mas que veio a ser modificado. Os primeiros programas de ensino indígena introduzidos pelos missionários tinham as componentes psicológica e pedagógica dos séculos XVIII e XIX, designadamente o formalismo e o racionalismo, característicos do ensino europeu da época inspirado sobretudo pelos pedagogos John Locke, Rousseau e Basedow. Para Locke, o processo de aprendizagem era mais importante que a matéria aprendida, uma vez que “nascemos com faculdades e capacidades para quase tudo que nos leva para além da nossa imaginação; porém é somente o exercício dessas faculdades que nos capacita para seja o que for. O que está incorporado no corpo está na mente: a prática é que o faz”<sup>9</sup>. Rousseau argumentava que a educação não deve

---

<sup>9</sup> Of the Conduct

ter como objetivo instruir, mas pura e simplesmente permitir que as tendências naturais se desenvolvessem de forma natural, fisicamente, intelectual e moralmente. Foi a partir destas teorias que, no século XIX, se elaborou a *nova educação* cujas componentes teórica e prática assentavam em pressupostos psicológicos e sociológicos, tendo o modelo de educação de Rousseau sido ensaiado pelos missionários, os filantropos.

Van Dyk refere que a primeira escola em território sul-africano foi aberta em Ngqika, em 1799, pelo Dr. van der Kemp, ao serviço da LMS. Em 1816, o Reverendo Williams fundou a Missão *Kat River* e uma escola para a comunidade local. Em 1818, William Thompson, John Bennie e John Ross fundaram uma missão em Chumie e outra em Incehra, localidade que mais tarde se chamou Lovedale. Estas iniciativas marcam, na viragem do século XVIII e início do século XIX, o arranque do estabelecimento de escolas para os africanos. O autor realça o facto de ter sido o empenho destes primeiros missionários nas zonas rurais do interior da África do Sul britânica que a África do Sul começou a preparar as comunidades para o desempenho de funções de relevo lado a lado com indivíduos de outras raças, visando o desenvolvimento do país que partilhavam.

Na avaliação do currículo escolar, van Dyk afirma que o ensino inicialmente introduzido nas chamadas comunidades tribais era produtivo. Tinha como objetivo preparar o indivíduo para a vida adulta, capacitando-o a dirigente e a membro da sua comunidade. Na realidade, a partir do momento em que a criança deixasse de ser amamentada e até à iniciação, procurava-se imbuir nela as habilidades e conhecimentos adequados à fase etária. As habilidades destinavam-se ao domínio próprio, à força, à resistência física, à confiança e, por último, à procriação. Porém, o ensino era ministrado numa atmosfera de tamanha afeição e respeito em relação aos seus objetivos que a dimensão psicológica constituía apenas uma forma de incutir a obediência, a disciplina e o bom comportamento para a futura inserção do noviço na comunidade.

As escolas para raparigas correspondiam às dos rapazes. As mães assumiam a responsabilidade de ajudar as filhas a ultrapassarem os problemas relacionados com a puberdade, orientavam-nas a desenvolverem as suas capacidades psicológicas e o seu futuro de uma vida de independência económica pautada pelos ensinamentos e doutrina da igreja. Na sua formação, as raparigas aprendiam a cantar em harmonia hinos cujas palavras transmitiam conhecimentos dignos para a edificação moral da criança. A disciplina nestas escolas era rígida, pelo que a componente pedagógica era mais exigente no que toca à sensação de separação das noviças, à designação de pessoal para o seu cuidado e à preparação das aulas, incluindo a

vertente económica. Dava-se atenção especial ao respeito pelos adultos, à delicadeza, à prestação de assistência, sobretudo aos velhos, e ao papel de mãe.

David van Dyk sublinha que, ao introduzirem o ensino indígena, os missionários enfrentavam obstáculos no combate aos costumes, às práticas rituais, à poligamia, ao dote e à promoção do sistema de ensino. A reação dos africanos foi de resistir ao ensino, o que retardou o progresso, frustrando as expectativas dos missionários em difundir os valores do Cristianismo e em promover uma civilização ocidental. Constituíam uma antítese introduzir o Evangelho e o Ensino Missionário. Por outras palavras, a verdade cristã, a fé e a literacia confrontavam-se com a educação do indígena africano. Citando um clérigo africano, van Dyk salienta que “os primeiros missionários não se preocupavam em conhecer as origens dos indígenas por não considerarem ser importante que os filhos dos seus ‘pagãos’ convertidos as conhecessem ...”. A perspetiva de van Dyk é de que a educação nunca deve ser dissociada do ambiente cultural, pois é a cultura que imprime significado à educação. Como tal, os problemas de ensino devem ser sempre avaliados em relação ao ambiente social – à casa de habitação e à comunidade, algo que os missionários nunca levaram em conta quando introduziram um sistema de educação incompatível com o modo de vida e as tradições do passado das comunidades.

Os missionários acreditavam que era possível desvincular um indivíduo da sua sociedade e implantá-lo noutra, e que esta iniciativa, se implementada em grande escala, poderia produzir bons resultados. Ignoravam que, dentro do sistema de ensino europeu, a criança não podia ser colocada em confronto com as suas raízes, mas devia sim aprender a aplicar os conhecimentos adquiridos na escola, em sua casa e no ambiente. As crianças viam-se obrigadas a dar um grande salto aos níveis cultural, comunitário e de dependência familiar, a fim de atingirem o patamar de uma independência evoluída de orientação individual. Tal implicava negligenciar muitos dos ensinamentos incutidos na sua família e comunidade. Consequentemente, as sanções familiares e os tabus ficavam condenados ao esquecimento. À convivência em comunidade e à disciplina familiar impunha-se um estilo de vida independente e individualista.

O autor adianta que a *conversão* dos iletrados ao Cristianismo e a aceitação de um sistema educativo ocidental dificultavam cada vez mais o funcionamento das instituições sociais tradicionais, tais como a família e a comunidade. Cada vez mais havia um confronto entre a educação formal e informal, incutida na comunidade e na família, e o ensino missionário ministrado pelas missões, algo que causava frustração uma vez que as crianças tinham de escolher entre desvincular-se das suas tradições ou serem rejeitadas por aqueles que se recusavam a abraçar uma cultura alheia.

Do lado dos missionários, a educação alimentava as expectativas de um padrão de vida elevado, de novos anseios culturais, e estimulava a sua realização à medida que fosse progredindo. Aos olhos dos missionários era possível estabelecer numa aldeia tribal um posto missionário e uma escola missionária, apesar de a escola missionária impedir que os convertidos regressassem à sua comunidade de origem. Citando o Reverendo Mokitimi da Igreja Metodista na África do Sul, van Dyk assinala que “para o novo convertido, a igreja era um local de desvelo que proporcionava uma nova comunhão, razão pela qual à volta da pequena Igreja de palha, aglomeravam-se muitas pequenas casas (...) Uma ‘aldeia igreja’ constituída”. Muitos convertidos deixavam as suas aldeias tribais para se fixarem na estação missionária. Por um lado, havia comunidades que consideravam a filiação religiosa e a literacia como algo exterior ao seu modo de vida e, por conseguinte, um alto preço a pagar pelo truncamento dos laços familiares (van Dyk, 1967: 8-12).

Não obstante os missionários colocarem ênfase nos ideais essencialmente religiosos subjacentes à conversão e à integração de seus convertidos nas missões, Duminy e Guest, na obra *Natal and Zululand from Earlier Times to 1910*, relatam a existência de outras forças em jogo. Do seu inquérito a 177 residentes nas missões, 12% declararam serem cativados pela religião, 26% pelas perspectivas de trabalho, 15% incutidos por familiares, e 14% pela sua ligação com um missionário transferido de uma outra Missão. Existiam 33% de refugiados, incluindo 3% que tinham sido acusados de feitiçaria e 10% que queriam evitar casamentos indesejáveis. Para Duminy e Guest as conclusões gerais a tirar destas estatísticas é que existem três fatores significativos que influenciaram o Cristianismo africano no início da colonização de Natal. O primeiro é que as Missões cativavam estranhos que eram atraídos pelas perspectivas materiais ou que tinham sido afugentados de suas casas devido aos acontecimentos turbulentos do século XIX. O segundo motivo é que os indivíduos residentes nas missões tinham acesso à terra, uma vez que os missionários dispunham de vários hectares de terras em propriedades agrícolas e ‘reservas missionárias’ concedidas pelo governo, no âmbito da *Mission Reserves Act* de 1903. A terceira razão é que os indivíduos que se sentiam inseguros, forasteiros ou perseguidos nas suas comunidades de origem poderiam ser acolhidos sem reservas nas missões. É caso para se dizer que as missões funcionavam como centros de abrigo para indivíduos criminosos, para os indiciados da prática de feitiçaria, para os noivados forçados e para indivíduos com perturbações psíquicas.

Duminy and Guest acrescentam que o Governo de Natal agiu de forma a conter as tendências de autonomia entre os *kholwa* (convertidos) através do controlo da educação e das reservas missionárias. Foi neste contexto que ao abrigo da *Mission Reserves Act* de 1903,

aplicável às missões, o Governo revogou o direito à propriedade privada instituindo rendas, metade das quais iriam ser pagas às Missões e outra metade ao Governo. Isto após um relatório do Comité Especial ao Conselho de Educação em 1902 ter criticado as missões por darem demasiada educação aos indígenas, como se pode ler a seguir:

Enquanto nós somos a favor da educação dos nativos (...) nós ainda consideramos ser desnecessário que os nativos obtenham um nível de ensino elevado (...) O Nativo (...) se orientado para um nível elevado, pode se encontrar isolado porquanto, enquanto não ser capaz de se associar com os europeus, devido à sua cor, ser incapaz de se associar com os seus próprios compatriotas, devido ao seu nível de conhecimento elevado. Seria melhor contentar-se com a obtenção de um nível relativamente inferior. Nenhum subsídio deve ser atribuído para conhecimentos além de uma determinada classe a não ser no caso dos nativos que estejam a ser habilitados a ensinar” (Duminy and Guest, 1989).

Em 1888 os subsídios eram atribuídos aos africanos com a condição de que fossem eliminados os últimos três anos ascendentes, com exceção para os alunos do Ensino Normal. Outra diretiva do Governo era no sentido de os alunos serem instruídos em trabalho manual não qualificado durante seis horas por dia, no mínimo (Duminy and Guest, 1989: 283-298).

## **2.9 Origens e reformas na política de segregação racial no ensino da África do Sul**

Michael Cross, na obra *Imagery of Identity in South African Education -1880-1990*, no subcapítulo “As origens da política de segregação racial na Educação, 1860-1924”, salienta que têm sido atribuídos vários significados e objetivos à política de segregação racial na África do Sul, conhecida também como sendo uma variante do *apartheid*. O autor descreve a origem da segregação racial na África do Sul como sendo a seguinte, e passo a citar:

“A segregação funciona a níveis de ideologia, do controlo social, da reprodução do trabalho, em diante. No entanto, se há um fio que liga estes significados é quanto ao imperativo de separação dos polos territoriais/residenciais como centro de atividades dos pretos e brancos, na África do Sul, em conjugação com a ideia de que os pretos e os brancos têm pretensões e necessidades diferentes no âmbito das esferas sociais, culturais e políticas. Os que têm a segregação encontram a sua origem na fixação dos brancos, quando van Riebeeck tentou erguer uma cerca que separava os brancos dos Khoisan. Outros veem a segregação, ou para ser mais preciso, o *apartheid*, como produto do pensamento nacionalista do Afrikaner, particularmente a partir dos anos 1930. Argumentaria que o período crucial da formulação da política de segregação foi entre a Guerra da África do Sul, 1900-1902, e a I Guerra Mundial” (Cross, 1999).

No subtítulo “Intervenção do Estado e o entrenchamento da segregação na educação, 1902-1910”, Cross sublinha que, na África do Sul, o ensino formal para africanos iniciou-se em princípios do século XIX, com os missionários como componente do modelo de cristianização, implementado nas várias escolas do Cabo e do Natal. Por essa altura, não havia segregação racial, razão pela qual algumas das crianças brancas frequentavam as mesmas escolas que as crianças africanas. A segregação limitava-se aos dormitórios e refeitórios. Este modelo manteve-se até à segunda metade do século XIX, graças à ideologia assimilacionista. A segregação seletiva foi institucionalizada no Natal, em 1884, através da criação de escolas subsidiadas pelo governo, tendo como critério de seleção a “civilização”. Cross acrescenta que, no mesmo ano, um comunicado do Conselho de Educação do Natal declarava que as “as escolas públicas e as subsidiadas pelo governo estavam abertas para todas as classes, porém as crianças de cor (africanas) devem se conformar com todos os aspetos dos hábitos e costumes dos europeus”.

Segundo o autor, as medidas de maior impacto na implementação de uma política de segregação racial abrangente surgiram em finais do século XIX. Foi em 1892 que a política de igualdade racial no Colégio de Lovedale e noutras instituições do Cabo receberam um duro golpe noticioso, quando o Diretor-Geral de Educação, Lord Thomas Muir, estatuiu que os formandos de educação do Lovedale não podiam realizar o exame. Em 1896, catorze dos formandos que no final do ano se apresentaram para exames foram ordenados a sair da sala por ordem de Lord Muir. As ordens de Lord Muir tiveram como propósito limitar, embora não totalmente, contactos inter-raciais íntimos entre os alunos das escolas do Cabo. Contudo, no Transval e no Estado Livre de Orange não havia lei concreta que proibisse a frequência multirracial. Por exemplo, em 1898, algumas das escolas privadas, em Joanesburgo, eram frequentadas por crianças africanas e brancas (Cross, 1999: 58-60). Numa breve síntese sobre a colonização britânica na atual África do Sul, gostaria de assinalar que até maio de 1902, quando a Grã-Bretanha e a então República da África do Sul (Transval) assinaram o Tratado de Vereeniging, o Cabo e o Natal eram as únicas colónias britânicas da região. Com o Tratado de Vereeniging passa a ser reconhecida a soberania britânica sobre o Estado de Orange e o Transval, o que confere à Grã-Bretanha a soberania sobre o Cabo, Natal, Estado de Orange e Transval. Contudo, como Richard Pattee refere, tal reconhecimento dividiu os Bóer, entre os que só aceitariam submeter-se à Grã-Bretanha perante garantias e os que, ainda que derrotados, vislumbravam o republicanismo. Por esta razão é que se viveu um clima de indefinição do poder político até 1909, quando, com a aprovação pelo parlamento britânico da lei *South Africa Act*, assinada pelo rei Edward VII, se decidiu que a lei entraria em vigor 31 de maio de 1910, cuja

data marca a criação da União Sul-africana, sob o domínio colonial britânico até 1961 (Pattee, 1971: 74-77).

Cross adianta que foi em finais da Segunda Guerra Bóer, entre 1899 e 1902, que as autoridades decidiram intervir na institucionalização gradual da política de segregação racial nas escolas, ao tomarem iniciativas importantes em 1903. A primeira iniciativa foi a regulamentação preliminar do Ensino para Africanos, que precedeu o que veio a ser a política nacional “do ensino nativo”. A medida realçava a necessidade de se reforçarem as profissões manuais no currículo escolar dos africanos. Todo o africano com direito a subsídios do governo deveria inscrever-se no Departamento de Educação. A segunda iniciativa foi a criação de escolas separadas para mestiços. A primeira dessas escolas foi criada entre 1897 e 1902, sob o patrocínio do Reverendo Charles Philips. Leis posteriores foram promulgadas entre 1905 e 1908 no Cabo, no Transval e na colónia do rio Orange. A lei de 1905 estatuiu sistemas diferenciados de ensino: um para os Europeus e outro para os Africanos. A lei de 1907 estabelecia que “nenhuma criança ou pessoa de cor será admitida ou autorizada a permanecer como aluno(a) ou membro de qualquer escola ou instituição” de crianças europeias.

Em 1903, a nomeação do Reverendo W.E. Clarke para o cargo de inspetor instituidor no Transval e na Colónia do rio Orange, significou uma viragem da política do Ensino para Africanos. Após a nomeação de Clarke, não tardou que ele elaborasse uma lista das escolas missionárias. Propôs que o ensino secular para os Africanos dependesse da iniciativa de diferentes entidades religiosas, que teriam como tarefa cristianizar os alunos e aprimorar o seu estado moral. Foi assim que propôs ao governo “aceitar a estrutura existente de Escolas para Africanos dirigidas por missionários, de modo a criarem um curso de instrução elementar e industrial, a ser subsidiado e monitorizado através de um sistema de subsídios trimestrais”. As iniciativas e propostas de Clarke foram cruciais para a formulação do primeiro programa de Ensino para Africanos introduzido nas duas colónias, em janeiro de 1904, bem como na formulação das propostas de ensino da Comissão dos Negócios Indígenas da África do Sul.

Tal como no Cabo e no Natal, uma das propostas defendia que as escolas primárias deviam promover: para os rapazes, os trabalhos manuais, como a jardinagem, o fabrico de tijolos e a tecelagem de esteiras; e para as meninas, a costura e os trabalhos domésticos. Foi dada particular atenção ao ensino da língua inglesa, seguindo a política governamental do Ensino para Africanos que impunha o inglês “como meio de comunicação entre o empregador branco e o trabalhador nativo”. Um novo programa, a formação de professores, foi elaborado em 1905. O requisito de admissão era o Standard III (assinalo que feita a pré-primária, de dois anos). A preparação industrial tornou-se obrigatória para qualificação de professores para o

ensino de artes nas Escolas para Africanos. De modo a incentivar a aplicação do novo currículo, o Estado decidiu alocar fundos a cinco instituições de formação, designadamente, Botshabelo (Berlin Mission), GraceDieu (Católica), Pietersburg (Anglicana), Kilnerton (Wesleyana) e Lemana (Missão Suíça). Em 1909, a Comissão Clark, no Natal, propôs recomendações idênticas. Conformidade, subserviência e produtividade do trabalho africano nas fazendas dos proprietários europeus e na indústria, constituíram os objetivos a alcançar com a intervenção do Estado no Ensino para Africanos (Cross, 1999: 46-63).



## **CAPÍTULO 3 – IMPACTO DA REVOLUÇÃO MINEIRA NA ÁFRICA AUSTRAL**

### **3.1 Criação de uma “Europa além-mar”**

Foi a partir de meados do século XIX que a África do Sul se foi tornando o motor do desenvolvimento industrial e económico da África meridional. A aceleração do desenvolvimento na região manifestou-se na viragem do século, quando de uma economia familiar e de troca direta assente na caça e agricultura para subsistência, os homens se inseriram numa economia estatal monetária e produtora de excedentes. Segundo Malyn Newitt, embora a cultura da cana-de-açúcar no Natal, iniciada na década de 1850, fosse uma atividade assalariada, foi com a descoberta de jazidas de diamantes no rio Vaal em 1867; do ouro em Lydenburg em 1869; e com o progresso das escavações de diamantes em Kimberley, no início da década de 1870, e do filão de ouro no Witwatserand em 1886, que a África do Sul iniciou uma industrialização multifacetada, que abrangeu “transportes, construções, fábricas de dinamite e minas de carvão e desenvolvimento de todas as indústrias de serviços e de consumo necessárias à comunidade mineira”. Com a industrialização, a África do Sul criou uma economia regional na qual o sul e o centro de Moçambique passaram a ser a principal fonte de mão-de-obra. Por outro lado, o Governo britânico ambicionava, como via de unificação das políticas de administração britânica e portuguesa, o desenvolvimento da baía de Lourenço Marques para exportação do minério e de outros produtos (Newitt, 1997: 300), aspetos que vieram a influir na economia da administração colonial em Moçambique.

Pattee, citando Walter Fitzgerald, geógrafo conceituado, chama a atenção para o facto de ser ilusório analisar a geografia da África do Sul isolando os aspetos físico e económico dos países vizinhos, por estes, no seu conjunto, designadamente a Rodésia, o Sudoeste e Moçambique, constituírem a mesma região geográfica (Pattee, 1971-8). Daí Patrick Harries associar o desenvolvimento verificado em meados da década de 1880 em Inhambane e Lourenço Marques à economia da África do Sul, sendo a África do Sul o destino dos fluxos migratórios dos moçambicanos após a depressão provocada pela queda do preço de açúcar da colónia britânica do Natal. Harries justifica a mudança da trajetória migratória à quebra do preço do açúcar de £27 para £17 por tonelada, o que conduziu à contração de trabalhadores. Se bem que a contração da mão-de-obra açucareira tenha levado à redução de salários de 17 xelins em 1882 para 11 xelins em 1886, o novo rumo dos fluxos migratórios de moçambicanos para as minas do ouro quadruplicou. O autor acrescenta que, até meados de 1870, os Thonga se deslocavam com relativa facilidade de Lourenço Marques para as minas de Kimberley e Transvaal como carregadores, contudo não permanecendo mais de três meses no destino inicial,

mudando-se posteriormente para Kimberley ou para Natal. Assim que estes potenciais trabalhadores se familiarizassem com a trajetória e os riscos que a deslocação migratória comportava, prosseguiram até à colónia do Cabo onde auferiam até £4 mensais, sujeitando-se à disciplina rígida dos portos e dos caminhos-de-ferro. A emigração regulamentada de Moçambique para a África do Sul inicia-se em 1876 com a viagem de barco a vapor de Inhambane com destino às plantações de cana sacarina da colónia de Natal. Ao ancorar o barco no porto de Durban, o primeiro fluxo laboral de moçambicanos das etnias Thonga e Chopi foi aclamado *pioneiro*. Em 1878, cerca de 30% dos 8.000 homens nas minas de Kimberley eram da etnia Shangane, um número acima do dos construtores de ferrovias e portos no Cabo e ao das plantações e indústria açucareira na colónia do Natal. Nas minas de Kimberley, o grosso dos africanos imigrantes vivia em acampamentos dos seus empregadores, em terrenos adquiridos como parte da propriedade em exploração.

Foi particularmente nas minas de Kimberley em 1872 que os africanos começaram a adotar, perante a polícia, nomes europeus aquando da sua chegada, no âmbito da lei laboral que impunha que os contratados fossem registados com nomes europeus. Citando Harries, os recém-chegados eram designados com nomes como Sixpence, Shilling, Cape Smoke, Pontac, Bloody Fool, God Damn. Como sustenta Harries, “somos tentados a considerar como absurdos estes nomes aos quais associamos as práticas racistas dos brancos que procuram infantilizar os negros e legitimar a sua exploração” (Harries, 1994). Não vendo como obstáculo relevante a lei que determinava a identificação de trabalhadores por nomes europeus, porém, podemos considerar negativo que a identificação que lhes era atribuída fosse de nomes excêntricos e pejorativos como Bloody Fool e Black Fool.

Pattee sublinha que qualquer indivíduo com noção mínima de economia está ciente de que o desenvolvimento económico de uma nação depende de seus recursos naturais, da sua tecnologia, da mão-de-obra e do capital disponível para pôr em marcha as suas empresas de exploração de riquezas. O autor sublinha o facto de ter sido a combinação destes três fatores que permitiu à África do Sul atingir um patamar elevado de desenvolvimento, superado no mundo apenas pela Europa e os Estados Unidos. O fenómeno que no século XX contribuiu para a elevação do nível da economia da África do Sul foi a “conversão de uma sociedade tradicional e pré-capitalista (...) da dependência quase exclusiva da agricultura e criação de gado para uma atividade industrial, com empresas corolários de extração das riquezas minerais”, fatores que fizeram da região *uma nova Europa além-mar* (Pattee, 1971: 135-136). De acordo com Max Weber, o desenvolvimento económico é inviável em sociedades pré-capitalistas, pois sendo a sua economia tradicional, o tradicionalismo na sua essência orienta o indivíduo a trabalhar de

modo a satisfazer apenas as suas necessidades quotidianas e não para fazer poupanças que venham a permitir investimentos em atividades que o tornem rico. Esta tendência tradicional contraria o espírito do capitalismo moderno, que tem como propulsores a “valorização racional do capital no quadro da *empresa* e a organização capitalista do trabalho” destinados à acumulação de lucros (Weber, 1996: 42-43). Lucros esses que, destinados à produção e venda de bens e serviços para consumo em grande escala, Anthony Giddens, citando Karl Marx, sublinha que só são realizáveis num sistema económico capitalista em que os trabalhadores, operários, indivíduos sem bens e desempregados constituem a maioria da população e os detentores do capital, o patronato (Giddens, 2000: 27).

Pattee acrescenta que a transformação da economia na África do Sul foi fruto da descoberta e exploração do minério mais valioso na Europa e no mundo. A extração do ouro iniciou-se no Transval nas regiões de Pietersberg, Pilgrims Rest e Barbeton, na província de Transval, antes da descoberta de outros jazigos nesta província e no Estado Livre de Orange. Em 1867 foi descoberto o primeiro diamante em Hopetown e, dois anos mais tarde, o famoso diamante “Estrela de África” entre os rios Orange e Vaal. Outros minérios, “desde a andaluzia ao zircão”, embora não ocupem lugares cimeiros, impulsionaram a transformação da economia do país. Esses minérios são a platina, o urânio, o carvão, o ferro, o manganês, o asbesto e antimónio, a prata, o tungsténio, a mica, o chumbo, e que, no conjunto, representam 43% da produção nacional da África do Sul.

Assinalámos o facto de os detentores do capital serem os motores de desenvolvimento de uma economia capitalista. No contexto da África do Sul, Pattee sublinha que tais motores são (ou foram) sobretudo as empresas Anglo-American Corporation of South Africa; Anglo-Transvaal Consolidated Investment Co.; General Mining and Finance Corporation: Gold Fields of South Africa, Johannesburg Consolidated Investment Company; Rand Mine e Union Corporation (Pattee, 1971: 154).

O terceiro motor do desenvolvimento de uma economia é a força do trabalho e, neste caso, a mão-de-obra moçambicana nas minas, não obstante, antes da revolução mineira, o destino dos migrantes laborais moçambicanos terem sido as plantações da cana-de-açúcar na colónia de Natal. Segundo o estudo do Centro de Estudos Africanos – UEM, em Maputo, intitulado “O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane”, a emigração para a indústria mineira assentava no sistema de cooperação entre as potências coloniais portuguesa e britânica. Se bem que, antes da conquista militar portuguesa do sul de Moçambique, os moçambicanos já emigravam para o Natal e para as minas de diamantes de Kimberley, foi com o início da extração do ouro que os governos dos dois países

regulamentaram a migração laboral para a África do Sul. Do lado da África do Sul, pesaram os interesses dos detentores do capital mineiro para o Estado intervir, por forma a viabilizar o fornecimento de mão-de-obra barata que pudesse garantir uma rápida acumulação de riqueza. Foi assim que, segundo o estudo acima referido, a África do Sul e o Governo colonial português em 1897 regulamentam o envio da força de trabalho de Moçambique para as minas da África do Sul. Como contrapartida, o governo colonial auferia receitas e lucros provenientes direta e indiretamente da força migratória (como lucros indiretos assinalo o imposto de palhota pago inicialmente em ouro à chegada às minas), fator que incentivou o Estado colonial a alargar o comércio da mão-de-obra. Os investigadores do estudo, citando a teoria de Karl Max da obra *O Capital*, segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo resultou de um processo puramente histórico de criação da classe operária, salientam que foi deste modo que “foi criada uma classe de pessoas que estava totalmente separada dos meios de produção e que, para sobreviver, era compelida a converter a sua força de trabalho em mercadoria (UEM-CEA, 1998). Sobre a maximização dos impostos indiretos arrecadados pelo Governo, Mário Moutinho na obra *O indígena no pensamento colonial português* (2000), depois de afirmar que o imposto era, na altura, pago em libras, salienta a perspicácia do governo em apropriar-se de todo o dinheiro que os mineiros trouxessem, justificando a afirmação com a citação do relatório do Governador de Inhambane em 1909 (Moutinho, 2000: 165-166) - “Ainda há quem, com bastante autoridade aparente, afirme que cada indígena regressado do Transval importa nesta província uma média de £40; eu provei, com provas materiais, que neste distrito a média era de £15 por indígena, o que representava um total de £180 000, que por si só chegava e sobejava para pagar o imposto de palhota que depois do aumento de 1908 monta a £4140 000 anuais”.

Mansell Protero, autor do artigo “Foreign Migrant Labour for South Africa” realça que, com as descobertas do minério, se foram criando mecanismos de controlo da migração para a África do Sul em virtude da constante e crescente carência de mão-de-obra não qualificada, à medida que se desenvolvia a exploração mineira em zonas não tradicionalmente densamente habitadas por africanos (Protero, 1974). Segundo J. Harington e outros, autores do artigo “A Century of Migrant Labour in the Gold Mines of South Africa”, as normas de contratação de trabalhadores sempre seguiram a regulamentação industrial aplicável aos trabalhadores locais e estrangeiros. Tanto os mineiros de ouro como os mineiros de diamantes eram alojados em acampamentos segregados por etnias dos seus territórios de origem segundo a seguinte composição: homens oriundos da própria África do Sul; homens oriundos dos antigos protetorados britânicos: Botswana, Lesotho e Suazilândia – sempre tratados por sul-africanos honorários – e trabalhadores de territórios estrangeiros, a maioria de Moçambique; e os

restantes de Angola, Zâmbia e Tanzânia (Harrington et al, 2004: 65). Os trabalhadores eram recrutados nos seus países de origem através dos centros de recrutamento da WNLA-Witwatersrand Native Labour Association, fundada em 1896. Havia na década de 1930 centros de recrutamento na Bechuanalândia (Botswana), Niassalândia (Malawi), Rodésia do Norte (Zâmbia), Sudoeste Africano (Namíbia), Angola e Moçambique (Prothero, 1974: 383-386).

### **3.2 Expansão missionária de centros de evangelização multi-étnicos**

Foi na convivência nos acampamentos mineiros que os africanos tiveram o seu primeiro contacto com os missionários, enquanto estes desenvolviam os seus trabalhos nas estações missionárias estabelecidas nas zonas rurais, às quais se deslocavam regularmente para divulgação do evangelho e acompanhamento espiritual dos convertidos mineiros. Na pregação aos mineiros, os missionários colocavam ênfase numa irmandade universal cristã, desvinculada dos laços de parentesco e da lealdade aos chefes das suas comunidades e aos seus subordinados; porém procurando reforçar o sentimento coletivo de pertença à sua identidade étnica (Harries, 1994: 48, 63). Aliás, a *conversão* torna-se mais eficiente quando difundida a um coletivo unido pela língua do grupo étnico, do que quando concebida por um indivíduo isolado.

O reforço da pertença étnica implica a valorização da etnicidade, um conceito que Frederik Barth considera ser uma construção social aplicável a indivíduos de um grupo ou grupos que, em virtude de partilharem uma língua, história, crença e outros aspetos culturais comuns, quer atuais quer ancestrais, se consideram ter uma origem comum (Barth, 1969: 5). Importa neste contexto assinalarmos que a pregação dos missionários visava a *conversão* dos africanos face aos cultos, memórias e práticas de seus antepassados e, como dissemos, a sua desvinculação dos relacionamentos familiares por serem considerados pedras de tropeço para os convertidos. Olhando os missionários para Kimberley e Witwatersrand como centros de difusão do Evangelho para os territórios vizinhos, a afirmação do sentimento de pertença entre os trabalhadores das etnias principais do sul de Moçambique, *Rhonga*, de Lourenço Marques, *Tswa*, de Inhambane, era necessária por ser uma das vias pela qual se iriam desbravar campos missionários em Lourenço Marques e Inhambane.

As minas eram locais onde a identificação étnica se criava e se reforçava, dado que as condições laborais assim o exigiam. Dito por Thomas Eriksen, autor da obra *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*, de 1993, indivíduos que emigram para as cidades ou centros regionais, ao entrarem em contato com povos de costumes, línguas e identidades diferentes, normalmente veem-se compelidos a estabelecer relações políticas e laborais concorrenciais como forma de procurar projetar a sua identidade e as redes de vizinhança das suas origens no novo contexto. Trata-se de uma estratégia que no novo contexto, urbano ou

regional, conduz à criação em ambientes laborais de espaços sociais e políticos demarcados por grupos identitários diferenciados (Eriksen, 1993: 9). Sobre este contexto Frederick Barth sugere que exploremos as causas prováveis que levam à demarcação de tais grupos em espaços laborais.

Barth refere que a classificação dos habitantes em grupos sociais segregados constitui um fator que conduz à regulamentação de normas de trabalho consoante os grupos e em função daquilo que os empregadores avaliam como sendo as virtudes (ou deficiências) do grupo em questão, e não das aptidões reais dos trabalhadores. Convém termos em mente que estamos a falar de empregadores numa África do Sul de política racial em desenvolvimento capitalista e cujas relações de produção entre os capitalistas e os trabalhadores, segundo Godelier, impõem que os últimos se sujeitem aos empreendedores, que são os detentores do investimento, das tecnologias de produção e da massa salarial, não obstante os vínculos familiares, políticos ou religiosos que possam existir entre trabalhadores e empreendedores (Godelier, 1974: 156).

Como consequência da segmentação, Barth assinala que aos trabalhadores classificados por grupos identitários poderão ser alocadas normas de trabalho diferenciados, e quanto maiores forem as diferenças laborais mais constrangimentos implica a interação identitária (Barth, 1998: 17-18). Tais constrangimentos derivam do fosso de segmentação entre “nós” e “eles”, que cria uma pressão constante dentro dos grupos categorizados, na maioria das vezes por estereótipos, de se autoestimarem na tentativa de superarem os obstáculos que lhes são conotados ou de reforçarem os seus atributos. Citaria como exemplo que o destacamento dos Muchopes (ou Chopi) para os serviços sanitários de Lourenço Marques constituiu, durante o colonialismo, uma segmentação laboral assente na etnicidade. Dito por Penvenne, “nos primeiros anos de trabalho sanitário da cidade os Muchopes eram o único grupo que não morria nem desertava enquanto trabalhava nas brigadas sanitárias sob o *chibalo* «trabalho forçado»”. Perante a administração colonial, a caracterização dos Muchopes era vantajosa por ser sugestiva da imunidade da etnia contra doenças como também da sua lealdade para com o patronato. Por conseguinte, “os Muchopes tornaram-se então os trabalhadores de *chibalo* preferidos para serviços sanitários, e como grupo eles foram capazes de moldar a situação, tornando-a vantajosa para si próprios”, realizando a sua tarefa com mais celeridade, prática que lhes proporcionava horas extras para se dedicarem à jardinagem e à manufatura de cestas e artigos artesanais os quais vendiam (Penvenne, 1993: 23). Ao incrementarem o seu salário, os Muchopes tiravam proveito da estigmatização socio-laboral.

De acordo com Harries, as crenças da primeira vaga de trabalhadores moçambicanos assentavam no parentesco e no poder tradicional, sendo que a sua visão sobre a minoria dos

portugueses encapsulados em Lourenço Marques e Inhambane era limitada. Os primeiros migrantes laborais enfrentavam nas minas duas culturas opostas: a europeia capitalista e a africana pré-capitalista. Durante os primeiros seis meses, os mineiros eram orientados de forma a adaptarem-se ao novo ambiente geográfico e cultural através de apropriação, mobilização, forjamento e seleção de diversos símbolos e características identitárias e culturais, visando a criação de um ambiente que lhes fosse mais familiar e seguro. Os valores culturais da sua origem eram reforçados aquando da chegada dos seus compatriotas e renovados no seu regresso a casa (Harries, 1994: 49).

Enquanto isto, havia um aglomerado de estações missionárias e de igrejas em todas as colónias britânicas da África do Sul. Porém, segundo Pattee, a Igreja Reformada, uma igreja que se autonomizou desvinculando-se dos britânicos aquando da colonização, é a que se estende à costa de Moçambique e estando presente até na Nigéria. A Igreja Reformada da África do Sul conseguiu autorização para se estabelecer em Moçambique em 1916, e em 1922 tinha já quatro postos missionários. Trata-se de uma igreja independente, cujos membros e associados trabalham em prol de uma religião reformada de inspiração calvinista (Pattee, 1971: 182-183).

Harries sublinha que, em 1883, a Igreja Congregacional tinha nas minas de diamantes duas capelas, uma liderada por um africano e outra por um europeu. Para os Metodistas que tinham sete pastores, dois dos quais europeus, Kimberley oferecia oportunidades excelentes para o lançamento do Evangelho nas tribos de toda a região. Das três igrejas Anglicanas nas minas, duas eram frequentadas por uma maioria Africana. As igrejas Luterana, Reformada Holandesa e Católica estavam também ao serviço das congregações africanas. Quanto à divulgação do Cristianismo, os trabalhadores africanos concebiam uma visão europeísta sobre o mundo, uma vez que os dirigentes religiosos, quer brancos quer negros, pregavam um conjunto de princípios universais que extrapolavam a diversidade cultural. A doutrina cristã opunha-se sempre aos valores culturais defendidos pelos trabalhadores, inculcando neles a crença dos seus empregadores. Contudo, os pronunciamentos da Igreja sobre os malefícios da preguiça, do alcoolismo, do roubo de diamantes, da poligamia, da acumulação do dote e da propensão para salários elevados nem sempre eram aceites pelos trabalhadores migrantes. Os princípios doutrinários inculcados nas minas eram igualmente difundidos nas estações missionárias das zonas rurais, onde os missionários apontavam para as minas como *nichos de Satanás* ou *terras de Sodoma* (Sodoma foi a cidade que Deus destruiu com fogo por causa da perversão dos homens – Gênesis 19), pois a maioria dos convertidos regressava a casa com diamantes roubados e com apetência para bebidas alcoólicas (Harries, 1994:61). Ora, analisando a conduta do cristão à luz da teoria de Weber na obra *Ética Protestante e o Espírito*

do *Capitalismo*, aspirar à riqueza é um perigo por ser da riqueza que emanam várias tentações. A poligamia é condenável porque as relações sexuais deverão ser apenas no contexto do casamento e para a glória de Deus. A preguiça é condenável uma vez que cada hora que se perde é um roubo ao trabalho que contribui para a glória de Deus (Weber, 1996: 124-125).

Harries refere que, nos acampamentos, as várias igrejas organizavam convívios de chá para angariarem fundos destinados à promoção das atividades missionárias e à criação de espaços de lazer sem bebidas alcoólicas. Nestes convívios, os assuntos abordados pelos missionários eram sobre poupanças, vestuário, cuidados com a família e outras questões omissas nas reuniões de culto. Se, por um lado, os empregadores incentivavam os missionários a promoverem o seu trabalho nas minas por considerarem ser a forma de incutir nos trabalhadores um sentido de responsabilidade e de colaboração, o alvo dos missionários eram os acampamentos dos mineiros, os *compounds*, onde difundiam as virtudes da industrialização e do respeito e ensinavam a alfabetização.

Harries adianta que nas minas de diamantes De Beer, em Kimberley, cujo acampamento funcionava como escola durante a semana, muitos trabalhadores iam às aulas noturnas. Por conseguinte, os *compounds* cedo se transformaram em escolas do ensino de alfabetização e evangelização de toda a África Austral. Só no último semestre de 1888, 3.000 trabalhadores de quatro *compounds* de Bultfontein compraram 535 Bíblias e Novos Testamentos, livros de adoração, hinários, em línguas Xhosa, Sotho, Tswana, Zulu, Holandês e Inglês. Em 1889 dois terços dos trabalhadores do maior *compound* em Bultfontein sabiam ler. Os imigrantes que aguardavam nos *compounds* a renovação dos contratos, tinham o privilégio de ir às escolas dos bairros suburbanos onde, em finais de 1890, havia um bom número de adultos e crianças do ensino diurno e noturno. Na Cidade do Cabo, a mina De Beers adquiriu para revenda nos *compounds* livros em línguas nativas, dos quais, segundo a Sociedade Bíblica da África do Sul, as Bíblias chegaram a exceder a oferta. Como os livros vendidos imprimiam um cunho ético sustentado pela religião, a alfabetização era considerada crucial para a difusão do Evangelho em toda a África austral, pois dela é que os trabalhadores aprendiam “a serem pacientes independentemente das circunstâncias que encarassem na expectativa de serem compensados no mundo vindouro”. Em 1892, os Metodistas davam aulas no acampamento De Beers West End quatro vezes por semana, subsidiadas por um fundo da indústria mineira para a escolarização (Harries, 1994: 76-77).

Nas minas de Witwatersrand, as igrejas funcionavam como centros comunitários de lazer e de promoção de atividades sociais recreativas que ligavam os trabalhadores ao mundo exterior às minas. O Cristianismo, aqui, também proporcionava aos trabalhadores uma estabilidade



financeira e bagagem intelectual. Os Metodistas, ao preverem um horizonte brilhante, fruto do desenvolvimento da indústria aurífera, decidiram estabelecer a sua sede de evangelismo na região. Como resultado desta iniciativa, em meados da década de 1890, os Metodistas tinham sessenta e cinco evangelistas voluntários que trabalhavam nos bairros de Johannesburg, Jeppestown, Krugersdorp e Boksburg; e nas minas de Langlaagte, Simmer and Jack, New Primrose e George Goch. Contudo, as precauções do Metodismo saturaram os radicais como A. W. Baker, que se desvinculou da Igreja para criar a *South African Compounds Mission*. Mangena Mokone, que não via oportunidades de progressão de evangelistas africanos, também se desvinculou da Igreja Metodista para fundar a primeira Igreja etíope independente. Não sendo Mokone o primeiro líder dissidente de uma Igreja a criar outra, é-lhe atribuído o mérito pela ousadia de ter conseguido atravessar o Atlântico para estabelecer ligações com as Igrejas dirigidas por Afro-americanos. As igrejas Anglicana, Católica e outras fixaram-se também em Witwatersraand e, conseqüentemente, em meados de 1896, dos 14.150 africanos residentes em Johannesburg um terço eram cristãos (Harries, 1994: 119-120).

Harries sublinha que nas minas de Kimberley os trabalhadores provenientes de Moçambique convertiam-se, reforçando deste modo a sua identidade étnica. Nas minas de Witwatersraand, estes trabalhadores, por vezes, identificavam-se como cristãos, membros de um grupo étnico e por fim, moçambicanos.

Em Kimberley os evangelistas locais olhavam para a pobreza como um problema moral que os trabalhadores deveriam combater adotando um estilo de vida marcado pela frugalidade, sobriedade, disciplina, pontualidade, providência e obediência, qualidades realçadas pelos missionários tendo em conta a sua experiência com as classes trabalhadoras na Europa, onde as reformas sociais eram conciliadas com a fé (Harries, 1994: 160, 162). Citando Weber, trata-se de um estilo de vida assente na ética profissional do protestantismo ascético inspirado pelo Calvinismo (Weber, 1996).

### **3.3 Preparação dos convertidos moçambicanos para professores e evangelistas**

Harries defende que o papel que as igrejas desempenharam nas minas não foi característico de um sector espiritual do capitalismo industrial, uma vez que, ao colocar recursos inovadores à disposição de uma classe de trabalhadores oriundos do mundo rural no qual as manifestações culturais se limitavam à comunicação oral, aos gestos e à visão, criava-se um ambiente que proporcionava uma convivência em comunidade (Harries, 1994: 62). Os emigrantes regressavam a casa vindos da África do Sul com uma bagagem de conhecimentos literários indispensáveis que, em articulação com os chefes locais, lhes permitiam abrir escolas, realizar cultos, pregar, batizar, converter amigos e familiares - iniciativas que ergueram os pilares do Cristianismo protestante aqui e acolá. Tratam-se de pilares dispersos que, aquando da colonização, os missionários protestantes chegados a Moçambique da Europa, ou através da África do Sul, unificaram para edificar as estruturas das suas Igrejas. O facto de a palavra escrita ser a que falava mais alto, desde a obtenção da documentação para migrar aos procedimentos burocráticos inerentes à contratação, incluindo a aquisição de senhas para refeições e outros produtos, as Igrejas proporcionavam aos seus discípulos mineiros um ensino que os capacitava com uma mobilidade ascendente e espacial não circunscrita às minas. Foi deste modo que, do ensino de alfabetização e do cálculo dentro ou fora das minas, alguns moçambicanos adquiriram qualificações que lhes permitiram exercer funções de liderança dentro das igrejas locais de origem e, eventualmente, arranjar trabalhos como escriturários, tradutores, ou missivistas seculares. Como exemplo, Harries resume a história de vida de Robert Mashaba, o fundador africano dos Metodistas na região de Lourenço Marques referindo o seguinte:

Após sucessivos trabalhos de remuneração não satisfatória em Durban, Mashaba arranhou trabalho como encarregado na estação dos caminhos-de-ferro de Point, em Durban. O seu trabalho era tocar a campainha para entrada e saída de trabalhadores e pesar as rações alimentares. Neste trabalho, Mashaba aprendeu o cálculo do tempo e do peso, o que o incentivou a matricular-se numa escola de alfabetização missionária da localidade em regime de ensino noturno. Buscando uma melhoria salarial e melhores oportunidades de estudo, em 1875 Mashaba mudou-se para Port Elizabeth, no Cabo Oriental. Enquanto frequentava a Igreja Metodista, Mashaba converteu-se ao Cristianismo. Após ter amealhado algum dinheiro, em 1879 Mashaba começou a frequentar a escola presbiteriana de Lovedale, em Alice, e durante as férias regressava a Port Elizabeth para juntar algum dinheiro. Com as suas poupanças e mais uma bolsa de estudos, Mashaba conseguiu ingressar num instituto onde fez um curso de três anos. Concluído o curso em 1882, e considerado pelo diretor como aluno perseverante e estudioso, Mashaba e alguns colegas do curso de Lovedale conseguiram um contrato de

trabalho de dois anos nos correios de Kimberley. O seu colega de Lovedale, Sol Plaatje, referiu-se à experiência da escola como tendo sido importante para seu desenvolvimento intelectual.

Em 1885 Mashaba regressou a Moçambique para iniciar o ensino e evangelização perto da Baía de Delagoa (Harries, 1994: 34). Bem cedo pôde contactar um chefe local que lhe permitiu abrir uma escola para ensino noturno, mas por ser um protestante instruído por missionários britânicos não teve o apoio dos portugueses, pelo que, assim que as suas poupanças se esgotaram, teve de regressar a África do Sul para procurar trabalho. Com o dinheiro amealhado, em 1888 Mashaba regressa de novo a Moçambique, podendo já ensinar com regularidade sessenta e seis crianças. Ao fim de três anos, Mashaba tinha como assistentes três evangelistas, cinco monitores e duzentos discipulados. Construiu uma igreja em Nkasana, nove postos ao longo do rio Tembe, quatro dos quais eram escolas de ensino diurno. A dedicação de Mashaba ao ensino e à evangelização antes da colonização de Moçambique valeu-lhe o reconhecimento, em 1890, pelos Metodistas como pastor da sua Igreja e os seus discípulos batizados foram integrados no distrito da Igreja Metodista sediada no Transvaal.

A trajetória académica e evangelística de Mashaba leva-nos a concluir que a Igreja Metodista em Moçambique, conhecida como tendo sido fundada por missionários europeus, resulta afinal da obra lançada pelo professor evangelista africano Robert Mashaba, não obstante não haja dúvidas de que a sua preparação foi fruto do trabalho dos missionários estrangeiros na África do Sul.

Mashaba não foi o único a regressar a Moçambique, vindo da África do Sul, para realizar um projeto de ensino e evangelização. Andreas Honwana foi outro dos regressados que abriu uma escola-capela ao longo do rio Tembe, e Isaac Mavilo o terceiro que, embora sem sucesso, tentou introduzir o Cristianismo na capital do rei regente, Maputo. (Harries, 1994: 106).

Entre os migrantes regressados houve quem difundisse o Cristianismo de forma voluntária por ter sido instruído pelos missionários na religião e alfabetização. O empreendimento de outros migrantes regressados, como Jim Ximungana, derivou de um contexto relativamente diferente. Fluente em inglês e português, após ter trabalhado durante anos no Natal onde aprendera a ler e a escrever, mas sem se converter ao Cristianismo, no regresso à sua terra em Tembe, Ximungana investiu as suas poupanças no comércio de bebidas espirituosas. Converteu-se ao Cristianismo no decurso da gestão do seu negócio, após ter lido o *buku* / 'book' (Bíblia) e uma coleção de hinos e excertos bíblicos do Novo Testamento, traduzidos e compilados pelos missionários suíços no Norte de Transval. Mais tarde, em 1882, Ximungana adquiriu uma casa em Lourenço Marques que disponibilizou como capela aos missionários suíços que o ordenaram pastor.

Não obstante, Harries sublinha que o Cristianismo protestante de iniciativa africana, que se evidenciou pelas transformações sociais na região em 1887, não pôde subsistir à chegada à localidade de Ricatla/Ricatla, em Lourenço Marques, do primeiro missionário estrangeiro, Paul Berthoud. Segundo Adolphe Linder, autor da obra *Os Suíços em Moçambique* (2001), Paul Berthoud, o quarto dos sete filhos do pastor Henri Berthoud, nasceu na Suíça em 1847. Estudou Línguas Clássicas e Teologia na Escola Superior da Igreja Livre em Lausanne, tendo posteriormente seguido uma formação médica de dois anos em Edimburgo e seis meses em Paris (Linder, 2001: 163). Harries refere que, à chegada a Moçambique, Berthoud quis subordinar os catequistas provenientes do Transvaal, cujo conceito de Cristianismo havia sido concebido pela população local em Moçambique, através da correção das aberrações da doutrina que lhes tinha sido ministrada. A tentativa de Berthoud teve como consequência a deserção de muitos fiéis, a maioria dos quais se identificava com a Igreja Metodista fundada por Robert Mashaba.

Porém, Harries é perentório ao afirmar que a expansão do Cristianismo em Moçambique é produto da semente lançada por moçambicanos que conceberam o Evangelho na África do Sul e o ramificaram em Moçambique, integrando novos convertidos que, por sua vez, o enraizaram e difundiram como evangelistas independentes. O autor acrescenta que parte significativa da obra realizada pelos missionários da Missão Suíça, da Metodista independente e dos Anglicanos recém-chegados teve como propósito enraizar as ideias trazidas à terra pelos moçambicanos emigrantes e monitorizar as atividades das comunidades cristãs dispersas, criadas pelos emigrantes regressados da África do Sul (Harries, 1994: 105-161). A afirmação de Harries é corroborada por Malyn Newitt ao assinalar que os moçambicanos abraçaram o Protestantismo enquanto emigrantes na África do Sul e que a emergência, em Moçambique, de igrejas africanas cristãs semelhantes às da África do Sul e Rodésia se deveu à iniciativa desses emigrantes e das suas famílias (Newitt, 1997: 380-381).

### **3.4 Designação/Deslocação de convertidos para fundação de Missões em Moçambique**

Sobre a chegada à África do Sul, em 1872, de Ernest Creux e Paul Berthoud, os primeiros missionários do Cantão de Vaud, Hastings refere que foram acolhidos por três indivíduos da tribo *Sotho* e dois evangelistas *Pedi*, tribo vizinha dos *Tsonga*, na localidade de Spelonken, ao Norte do Transvaal. Numa altura em que a maioria da população *Tsonga* habitava na costa de Moçambique, de onde emigrava para o Transval, estes, os missionários suíços, ministraram o primeiro batismo em 1876, tendo, em 1878, batizado os antigos mineiros Yosefa e Yacob Mhalthala, a quem posteriormente deram aulas de alfabetização. Durante a viagem temporária à Suíça de Paul Berthoud e seus filhos, aquando da morte da sua mulher, Creux

decidiu enviar à costa de Moçambique Yosefa e alguns companheiros para explorarem a viabilidade da abertura de um posto missionário. Ao receber, em abril de 1882, uma resposta favorável, Creux consagrou Yosefa segundo o ritual com que ele próprio fora consagrado na Suíça (Hastings, 1994: 441).

Jan Butselaar, na obra *Fundadores da Igreja Presbiteriana de Moçambique* (1987), considera o domingo de 23 de abril de 1882 uma data célebre na igreja dos Spelonken, por ter sido o dia que Yosefa Mhalthala foi consagrado primeiro missionário da costa de Moçambique. Na cerimónia presidida por Creux em Elim, no Transval, estiveram presentes cristãos de todos os postos missionários. Na cerimónia Yosefa foi consagrado evangelista/pastor da nova Missão junto da aldeia do Chefe Magudzu (Magude, Magudu). O ritual prescrito para a consagração de Yosefa, conforme facultado a Paul Berthoud pelo Conselho da Missão em Lausanne na Suíça, em 1884, é o descrito abaixo:

“A consagração dada pela conferência a um catequista indígena para autorizá-lo a batizar, a celebrar a Santa Ceia e a abençoar casamentos não terá senão carácter temporário e local. Esta consagração não se efetuará pela imposição das mãos, mas apenas por oração em assembleia solene da Igreja em que o candidato será apresentado. Uma declaração da cerimónia verbal, explicando claramente a natureza do mandato conferido aos catequistas escolhidos, será para cada caso entregue aos arquivos da Conferência missionária” (Butselaar, 1987).

Butselaar considera improvável que, em 1882, Creux tivesse consagrado Yosefa nos termos definidos pelo Conselho da Missão em Lausanne em 1884 (Butselaar, 1987: 45-46), reiterando-se assim a afirmação de Hastings segundo a qual Creux consagrou Yosef mediante o ritual com que o próprio fora consagrado na Suíça. Para o litoral dos Tsonga, Creux enviou como evangelistas Yosefa, sua mulher e filha, e também Lois Xintomane, irmã de Yosefa, o seu marido, Eliachib Mandlakusasa e a filha de ambos, Ruti Holene, após o batismo destes. O casal Eliachib e Lois e sua filha Ruti fixaram-se em Ricatla, onde a Igreja começou a crescer muito mais do que a de Antioka/Antioca que estava a cargo de Yosefa (Hastings, 1994: 442). De acordo com Harries, “no interior, em Antioka, a escola iniciada por Yosefa Mhalthala atraía jovens cristãos tanto de Ricatla como de Katembe”. Citando van Butselaar, Harries sublinha que a pregação entusiasmante e sem constrangimentos desta família bem cedo desencadeou um reavivamento típico de “um movimento africano que se desenvolve no contexto da cultura africana, usando os costumes africanos”. O autor sustenta a sua afirmação com o facto de, na interpretação dos conceitos religiosos, dos tabus e dos cumprimentos, o

grupo familiar ter adaptado os costumes. O grupo inventou códigos gestuais, éticos e de vestimentas que os unia com a população à qual ministrava, criando deste modo uma estrutura hierárquica alheia à dos chefes locais e missionários brancos. Yosefa Mhalthala era quem dirigia a Igreja; a sua mulher, Lois, era uma das muitas profetisas e Jim Ximungana, que comprara uma casa em Lourenço Marques para servir de capela, era o *mufundisi* - pastor (Harries, 1994: 106). Hastings afirma ter eclodido um reavivamento em torno de Lois, de Ruti e de outra jovem de nome Mareta, todas alfabetizadas. As três mulheres trabalhavam usando os excertos bíblicos e a coleção de hinos compilados do *Buku* impresso em *Tsonga*. Consequentemente, não tardou que Ricatla/Ricatla se transformasse num centro espiritual de conversões e exorcismo, que cativava os participantes que por lá permaneciam por períodos prolongados, nunca lhes faltando comida graças à abundante produção agrícola a cargo de Lois. Para ministrar a alfabetização e pregar a mensagem do *Buku*, Lois dividia os participantes em grupos de vinte a quarenta. O ensino de alfabetização constituía parte do currículo. Contudo, se a observação do domingo como dia sagrado era algo importante, os usos e costumes como a poligamia e o dote inaceitáveis em Spelonken, eram aceites aqui em Ricatla.

O cumprimento desta missão exploratória, com vista ao lançamento da obra da *Missão Suíça* em Moçambique por um grupo composto, na íntegra, por africanos, quatro anos após a data do batismo e consagração de Yosefa, marcou a história missionária em Moçambique como um acontecimento de grande significado. Refira-se que, após a partida da missão para Moçambique, a igreja em Spelonken enviou Yacob, irmão de Yosefa, à costa para se inteirar do desenvolvimento dos trabalhos, tendo este relatado, no regresso, uma informação bastante positiva. No ano seguinte, Henri Berthoud, irmão de Paul Berthoud, foi enviado ao litoral com a mesma finalidade, tendo mais uma vez recolhido uma informação positiva sobre o crescimento da igreja nas diferentes localidades ministradas por Yosefa.

A liderança de Yosefa, o único que celebrava os batismos, não chegara a ser contestada, mas a autoridade das mulheres Lois, Ruti e Mareta era, essa sim, desafiada, atendendo ao contexto do Cristianismo missionário contemporâneo. Ruti e Mareta tinham a particularidade de reivindicarem o poder para expulsar demónios, porém havia “linhas” que, na perspetiva dos missionários, não seriam aceitáveis de pisar – como esta questão da expulsão de demónios. Por exemplo, quando, num culto, uma jovem possuída por demónios se exprimiu com a voz da mãe de Jesus, ela foi imediatamente silenciada (Hastings, 1994: 441-442). Harries, citando Berthoud, justifica a confrontação referindo que “os instintos emocionais das mulheres empurravam a igreja para direções indesejadas e a exagerada imaginação e sensibilidade das mulheres contradizia a modéstia e a reflexão requerida aos convertidos” (Harries, 2007: 85).

Não obstante a apreensão de alguns missionários nesta altura, em particular de Henri Berthoud, a Conferência Missionária decidiu que era necessário haver na costa um missionário permanente e, neste sentido, foi escolhido Paul Berthoud, que regressara com a esposa do seu segundo casamento. Contudo, Paul Berthoud que, em julho de 1887, chegara a Ricatla de Spelonken com outro grupo de evangelistas, não granjeou a simpatia de muitos, algo que conduziu à crispação e à diminuição do número de fiéis (Hastings, 1979). Isto porque, a partir de Ricatla, Berthoud tentou impor aos núcleos cristãos ao longo do litoral de Moçambique preceitos dogmáticos e litúrgicos que lhes eram alheios, descritos por Harries da seguinte forma:

“As críticas de Berthoud sobre a Igreja no litoral faziam eco deste e doutros assuntos sobre os quais a Igreja tinha construído a sua teologia. Mas estas críticas também incorporavam uma pitada de racismo quando ele condenava a perspetiva “infantil” de cristandade assumida pelos convertidos negros e quando sublinhava a necessidade de um longo período de supervisão missionária que conduzisse a Igreja nativa à idade adulta. Berthoud acreditava que a Missão não podia introduzir em África o “Presbiterianismo puro” da Igreja mãe na Suíça, com os seus consistórios e sínodos sem espelhar “desordem e confusão”. Ao mesmo tempo ele estava convencido de que o crescimento do Cristianismo no litoral não podia ser alcançado sob a orientação apenas de um missionário branco. A partir de Ricatla, Berthoud tentou impor aos pequenos grupos de crentes ao longo da costa uma conformidade dogmática e litúrgica que era estranha à sua Igreja (...) A tensão entre as duas comunidades fez com que o número de cristãos em Ricatla e Tembe caísse abruptamente. Paul Berthoud respondeu a esta situação de deterioração proibindo Lois Xintomane, a sua filha Ruti e outras mulheres de assumirem posições de liderança na Igreja. Apesar de lhes ser permitido que orientassem grupos de estudos bíblicos, as mulheres não podiam mais pregar. Ao mesmo tempo, Berthoud pediu às congregações que substituíssem a exteriorização de emoções durante os cultos por uma nova compostura (...) Paul Berthoud alargou ainda mais esta divisão no campo missionário, quando recusou os serviços de um evangelista que lhe foi enviado pela Missão do Spelonken. Ao mesmo tempo, introduziu um sistema de pagamento aos evangelistas do litoral em géneros, algo que contrastava radicalmente os salários anuais de £12 pagos aos seus colegas no interior (...)” (Harries, 2007).

A tentativa de impor a mensagem do Evangelho na perspetiva de Berthoud foi levada a cabo através de Matsivi, um dos convertidos em Spelonken, que acabara de regressar de Morija onde tinha recebido o nome de Calvin Mapopé. A *correção* da dinâmica do Cristianismo africano no litoral teve como consequência a deterioração das relações entre os missionários e

os cristãos africanos, fator que conduziu Berthoud a proibir Lois, sua filha Ruti e outras mulheres a assumirem cargos de liderança na Igreja como pregar, embora ainda lhes fosse permitido orientar os grupos de estudos bíblicos (Harries, 2007: 88-89).

As críticas à obra africana estenderam-se a Henri-Alexandre Junod quando este quis impor que os evangelistas africanos fizessem também trabalho manual, distinguindo-os, assim, dos missionários brancos dos quais não se esperava a execução de tais tarefas. Esta medida opunha-se à prática iniciada pelos missionários de trazer pedreiros e carpinteiros da Suíça para realizar as obras, o que proporcionava aos missionários residentes, deste modo, tempo para se dedicarem inteiramente ao trabalho evangélico e linguístico. Consequentemente, os evangelistas africanos opuseram-se à ideia, ameaçando uma greve por terem de executar trabalhos manuais para além dos seus deveres como professores e tradutores. Não tendo surtido efeito quer a ameaça, quer a greve, Yonas Makhunye resignou. Após longas conversações, os restantes evangelistas concordaram em colaborar nas tarefas pela manutenção dos edifícios nos diferentes postos da Igreja (Harries, 2007: 95).

Com o regresso de Yosefa a Spelonken no fim da sua missão, a conduta espiritual dos crentes no litoral teve de se conformar com a dos crentes do Transval, sendo a convicção de Paul Berthoud de que, para tal, seria necessário manter a presença missionária branca por muito tempo (Hastings, 1994). Foi neste sentido que Arthur Grandjean chegou a Ricatla em julho de 1888; Berthoud mudou-se para Lourenço Marques, e assim estava assegurado o controlo dos missionários suíços da Missão Suíça *Romande*. Quando Henri-Alexandre Junod chegou a Ricatla poucas semanas após a chegada de Grandjean, este mudou-se para Antioka (Antioca). Foi deste modo que os missionários suíços asseguraram o controlo das três principais comunidades de crentes africanos (Harries, 2007: 88-95). Porém, Hastings sublinha que o cisma foi algo inevitável, não obstante Lois Xintomane, ‘a profetisa de Ricatla’, ter sido fiel para com os missionários até à sua morte em março de 1894, uma morte que causou grande emoção. É caso para argumentar que Ricatla, mais do que outro lugar, recebera um ‘Cristianismo africano’ instantâneo antes da chegada de Paul Berthoud, mas sem que pudesse evoluir até ser independente. Prevaleceu em Ricatla o sentido de continuidade entre catequista e profeta, missionário branco e clarividente negra, pese a reposição do controle da evangelização africana (Hastings, 1994: 443).

### **3.5 Tratado Luso-Britânico de 1891**

As negociações da Conferência de Berlim, em 1884, e as do Tratado Luso-Britânico, em 1891, representaram um golpe no imaginário nacional português ao reverterem o protagonismo assumido pelos portugueses como heróis dos Descobrimentos e pioneiros do ensino e



evangelização em África. O primeiro golpe perante a Conferência de Berlim é dado no decorrer dos trabalhos que vieram a ditar a partilha de África – Portugal vê ser-lhe negada a soberania sobre os territórios que ocupava em África desde os Descobrimentos, por via de exploração ou de missionação. Isto porque quando se dá a Conferência de Berlim, Portugal tinha entrepostos comerciais entre o litoral ocidental do Atlântico e a costa oriental do Índico, estabelecidos aquando da expansão comercial no âmbito dos Descobrimentos. Porém, segundo Miguel Patrício no seu artigo “Do Ultimatum de 1890 ao Tratado luso-britânico de 1891”<sup>10</sup> a Ata Geral da Conferência de 26/2/1885 substitui o *princípio da legitimidade histórica* por um *princípio de ocupação efetiva* que desfavorece a Portugal.

Patrício sublinha que a Conferência de Berlim decorre numa altura em que Portugal e a Inglaterra estariam a negociar o Tratado de Lourenço Marques de 30 de maio de 1879 e o Tratado de Londres de 26 de fevereiro de 1884, sendo que este último previa o reconhecimento da soberania portuguesa sobre uma parte do então Zaire, atual Congo, que incluiria Cabinda e Molembo. Ou seja, Portugal defrontava-se com a frente internacional para o reconhecimento dos seus direitos históricos em África, e com a frente regional para o reconhecimento dos seus direitos históricos contestados pela Grã-Bretanha. Enquanto isto, é convocada a Conferência Internacional Colonial que delibera, entre outros pontos, a criação do Estado Livre do Congo como propriedade do rei Leopoldo II da Bélgica, por inclusão da margem esquerda do rio e do interior do Congo, atribuindo à França o direito preferencial no caso de a propriedade do rei vir a ser alienada. Nesta conferência internacional é reiterada a liberdade de culto e missionação em todas as áreas de influência colonial em África, conforme ditado no Ato Geral da Conferência de Berlim, como também o *princípio da ocupação efetiva*, mas somente em relação às *zonas costeiras*. Este princípio de ocupação efetiva, que apenas abrange as regiões da costa, vai suscitar uma disputa internacional sobre o direito de soberania da região litoral do oriente até ao Cabo. Isto porque a pretensão dos britânicos, da iniciativa de Cecil John Rhodes, era de incluir sob a esfera de influência britânica os territórios desde a costa litoral do Egito à costa marítima do Cabo. Numa altura em que, segundo Liesegang (1884-1890), Portugal luta contra o reino de Gaza para concretizar o princípio da ocupação efetiva no sul de Moçambique (Liesegang, 1987) e mantém ativas as suas possessões do interior da África oriental até à costa de Lourenço Marques. A Grã-Bretanha, segundo Patrício, tira proveito do *princípio de ocupação efetiva* conquistando a Bechuanalândia em 1885; a Rodésia do Sul em 1888; e a Rodésia do Norte em 1889. A Grã-Bretanha, querendo ocupar à força as posições históricas

---

<sup>10</sup> [https://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/10/2013\\_10\\_11371\\_11413.pdf](https://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/10/2013_10_11371_11413.pdf)

portuguesas em África, em 1890 lança o *Ultimatum* contra Portugal; Portugal, sem capacidade militar para enfrentar a aproximação das forças navais inglesas a Moçambique, vê-se obrigado a fazer cedências, nos termos do Tratado de 20 de agosto de 1890. Neste tratado, Portugal declara abdicar da região entre Chire e Zambézia, ficando com o planalto de Manica, com a Baía de Maputo (Lourenço Marques) e com apenas uma parte de Angola. A Grã-Bretanha e Portugal consentem a liberdade de navegação nos rios Zambeze e Chire, incluindo o direito de a Grã-Bretanha escoar mercadorias dos seus territórios do interior até ao porto da Beira. É reiterada neste tratado a liberdade de culto e de ensino religioso nos territórios de ambos os domínios.

Patrício adianta que a Grã-Bretanha encara com satisfação o Tratado de 20 de agosto por ver dilatadas as esferas da sua influência nas regiões que lhe interessavam, e abdicar a favor de Portugal as regiões que não lhe interessavam. Do lado português, a rejeição pelo Parlamento do Tratado de 20 de agosto conduziu à queda do Governo em 16 de setembro de 1890, exigindo nova negociação. Face ao último desenvolvimento, o *Tratado de 1891 relativo a esferas de influência em África e a relações de amizade*, é assinado a 11 de junho, tendo os seguintes pontos:

Liberdade de navegação nos rios Zambeze, Chire e suas ramificações. Portugal perde as regiões mais ricas dos distritos de Manica e Sofala, da borda ocidental do Lago Nyassa, das regiões do Chire e de Machona e dos territórios a oeste do Zumbo. É definida a soberania portuguesa das regiões do leste do Lago Niassa, abdicando Portugal do sudoeste do Lago Niassa a favor da Grã-Bretanha, que fica assim com o Malawi e a Rodésia. Portugal rejeita a delimitação ao sul do Zambeze, fixando-a entre o meridiano de 33.º de latitude com o paralelo 18º e 30º sul. Portugal compromete-se a construir uma ferrovia e linha telegráfica na área de influência britânica num prazo de quatro anos. É garantida a liberdade de trânsito aos territórios da província da Ilha de Moçambique, condicionada ao pagamento de direitos aduaneiros por 15 anos com eventuais prorrogações. Portugal declara não alienar, sem consentimento do Governo britânico, territórios que lhe foram reconhecidos no âmbito do Tratado. É concedido o arrendamento de terrenos no Chinde por 99 anos, aos indivíduos indicados pelo Governo britânico. A Grã-Bretanha reconhece a soberania de Portugal a sul da Baía de Maputo. É consentida a liberdade de trânsito de mercadorias condicionada ao pagamento de 3% do valor durante 25 anos, podendo a Inglaterra reduzir esse período para cinco anos, findos os quais ficará isenta de qualquer imposto sobre mercadorias. É definido um mecanismo arbitral para resolução de conflitos. Fica garantido que as tarifas do caminho-de-ferro da Beira a Umtali (Rodésia) sejam em conformidade com as dos outros caminhos-de-ferro africanos. Garante-se

também a proibição por ambos os países de importarem bebidas alcoólicas por via dos rios Zambeze e Chire. Liberdade de qualquer dos dois países entrar com as suas tropas no outro em caso de guerra ou de instabilidade. É mantido o artigo definido na Conferência de Berlim que consagra *a liberdade de missionar em todos os territórios da África oriental e central abrangidos*.

Em reação aos termos do Tratado, Patrício sublinha que “este Tratado de 1891 impõe condições ainda mais penosas para a política colonial portuguesa, e que representa o fim do mito do Mapa cor-de-rosa” (Patrício, 2013). É com este Tratado que são definidas as fronteiras dos países vizinhos de Moçambique, na altura Tanganhica, Niassalândia, Rodésia do Sul, República da África do Sul e Suazilândia. Porém, a Inglaterra é a potência colonizadora que sai mais beneficiada porque, para além dos territórios portugueses que, através das negociações, consegue reverter a seu favor, vê a consolidação e expansão do seu domínio na África Austral através da proclamação da União Sul-Africana em 1910, ao abrigo da qual ficam incorporados no Governo britânico os territórios do Cabo da Boa Esperança, Natal, Transval e Estado Livre de Orange, partilhadas até então entre os bóeres e os ingleses<sup>11</sup>. De acordo com Charles Dundas e Edmund Hushton na obra *Problem territories of Southern Africa: Basutoland, Bechuanaland Protectorate, Swaziland*, a Inglaterra beneficia também dos territórios da Basutolândia (Lesoto), Bechuanalândia (Botswana) e Suazilândia, declarados como seus protetorados (Dundas e Ashton: 1952).

O segundo beneficiário das convenções é a Bélgica e o seu rei, Leopold II, a quem foi concedido o território do Congo. Leopold II surge como beneficiário pelo facto de, em 1906, o monarca ter assinado com o Vaticano a Concordata que definiu a Igreja Católica como oficial, privilegiando a preponderância de missionários belgas no país. Desta Concordata fortaleceu-se o Partido Católico, que tudo fez para manter os termos da Concordata irrevogáveis. Consequentemente, durante a colonização belga do Congo, apenas as escolas católicas eram subsidiadas pelo Governo até que, em 1946, após a II Guerra Mundial, as escolas protestantes também começaram a beneficiar de privilégio idêntico (Hastings, 1979: 19).

---

<sup>11</sup> The Union of South Africa Act, 1909. <https://law.wisc.edu/gls/cbsa1.pdf>

## II PARTE – HISTÓRIA DA MISSIONAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Importa referir que muito antes da Conferência de Berlim ter aberto as portas à missionação em África, a atividade missionária evangelística vinha sendo desenvolvida no seio dos africanos, sobretudo nas zonas industriais do Cabo e Natal, até à ativação da indústria mineira no Transval. Elias Massicane subscreve esta afirmação no seu artigo, “In search of Ecumenism that is Live-giving and Healing”. Numa síntese, o artigo de Massicane descreve a história do Cristianismo em Moçambique, a essência do Cristianismo e a influência que a Igreja Católica e as Igrejas Protestantes tiveram em Moçambique até ao século XX.

A narrativa de Massicane sobre a história do Cristianismo em Moçambique tem como suporte a obra de Simão Chamango, teólogo moçambicano e membro da Comissão Central do Conselho Mundial de Igrejas. Citando Chamambo, Massicane salienta que os Moçambicanos convertidos ao Cristianismo na África do Sul, Suazilândia, Maláui, Zâmbia e Zimbabué, foram entre os primeiros missionários a trazer as boas novas ao seu país, quando regressavam a casa como evangelistas. “À procura de sustento para as suas famílias, estes Moçambicanos traziam dos países vizinhos uma riqueza inesgotável que é a palavra de Deus, o Evangelho” (...) “uma autêntica revolução global e estrutural” que transformou as estruturas existentes “deste mundo antigo numa novação e alegria de Deus que reina sobre tudo” (Massicane, 2001: 409-415).

Sobre a iniciativa evangelística dos Moçambicanos mineiros, o Reverendo John Wesley Haley, autor da obra *Life in Mozambique and South Africa*, considera que em 1902 já estava realizado o trabalho pioneiro mais difícil, porquanto havia sete evangelistas, formandos e simpatizantes. Em 1905, o número tinha ascendido a mil. Os evangelistas eram, na maioria, homens que se tinham convertido nas minas de ouro quando ouviram o Evangelho. À noite, estudavam nas escolas noturnas até que soubessem ler a Bíblia. Era nas reuniões dos acampamentos que aprendiam a pregar. No regresso a casa, entravam em contacto com os missionários que os nomeavam para o exercício de funções de evangelistas-professores (Haley, 1926: 22).

Massicane salienta que a colonização de Moçambique foi uma iniciativa dos portugueses, no século XV, acrescentando que assim como na maioria dos países africanos, colonização e evangelização foram processos ocorridos em articulação. A Igreja Católica Romana foi a igreja pioneira estabelecida em Moçambique onde funcionou como única igreja cristã até ao século XIX, quando as sociedades missionárias se começaram a estabelecer nas regiões do centro e sul de África. O jornal *O Comércio de Lourenço Marques*, na altura escreveu o seguinte:

“O tempo deve dar uma solução imediata face o que está acontecendo em Lourenço Marques [atualmente Maputo]. Todos os tipos de religiões e seitas estão a difundir a sua propaganda, enquanto a nossa Igreja Católica permanece parada, ou até entra em retrocesso.”

Segundo a Conferência Episcopal da Igreja Católica Romana em Moçambique, o insucesso da Igreja Católica Romana entre os séculos XV e XIX, foi devido ao facto de as suas atividades pastorais terem tido como principais destinatários os colonos portugueses. A influência do Protestantismo foi sentida a partir de finais do século XIX e durante o século XX, através do número crescente de sociedades missionárias e igrejas protestantes (Massicane, 2001: 409-415).

G. Harry Agnew, os Reverendos W. W. Kelly, E. H. Richards e Wilcox e Ousley estão entre os missionários oitocentistas, cujos trabalhos pioneiros, descritos nesta Parte II, marcam em Moçambique a história das Igrejas/Missões American Board, Metodista Episcopal e Metodista Livre. Com datas de chegada diferenciadas, certo é que foram os primeiros missionários a lançarem as primeiras pedras daquilo que veio a ser o maior empreendimento missionário durante o colonialismo português e que abrangeu todo o distrito de Inhambane. Em termos sociais, o empreendimento incluiu hospitais com escolas de enfermagem, ensino primário, ensino secundário e ensino técnico e profissional.

Sublinhe-se que entre um dos maiores desafios que estes missionários e seus sucessores enfrentaram foi a aprendizagem da comunicação em língua nativa local, Xitshwa (ou outra). A este problema, acresceu o problema da invenção da escrita da língua nativa local e a sua transcrição em língua escrita. Relativamente a este aspeto, Hogue, Wilson and Edward Hart na obra *G. Harry Agnew, a Pioneer Missionary (1904)*, salientam que quando Agnew e o casal Kelley chegaram pela primeira vez a Inhambane, em 1885, encontram pessoas que não tinham língua escrita. O Reverendo W. C. Wilcox da *American Board of Foreign Missions* tinha traduzido em língua Gitonga apenas dezoito versículos do primeiro capítulo de Génesis e quatro dos cinco hinos (Hogue e Hart, 1910).

JonnaLynn K. Mandelbaum, na obra *The Missionary as a Cultural Interpreter*, refere que quando os primeiros missionários identificaram Xitshwa, os registos linguísticos dos sons, ritmos e dos tons ainda não estavam sistematizados. Acrescentando que B. F. Ousley, que tinha analisado em pormenor este problema quando trabalhava a língua Xitshwa, acabou por optar pelo “Alfabeto Padrão de Lepsius” em idiomas africanos. Contudo, achou necessário inventar caracteres adicionais de modo a registar fenómenos característicos da língua Xitshwa.

Mandelbaum descreve os métodos que os missionários utilizaram na aprendizagem da língua Xitshwa, explicitando o modo como estes transformaram a língua falada em língua escrita (Mandelbaum, 1989).

## CAPÍTULO 4 – TRABALHOS DE MISSÕES ESTABELECIDAS ATÉ 1910

Relativamente à educação, recordemos que foram também os moçambicanos na África do Sul que, antes da ocupação efetiva de Moçambique, prepararam o terreno para a estruturação da obra missionária na educação e evangelização. Conforme dito, foi Robert Mashaba que, com o dinheiro amealhado na África do Sul, construiu em Nkasana, no litoral de Moçambique, uma igreja e nove postos, quatro dos quais escolas de ensino diurno, com 66 crianças. Referimos também que, convertido na Igreja Metodista de Port Elizabeth em 1891, Mashaba foi oficialmente reconhecido em Moçambique como pastor da Igreja Metodista sediada na África do Sul.

Em 1893 Mashaba publicou o manual da sua autoria, *Shironga Vocabulary*, e mais tarde o livro *First Shironga Reader*. Segundo Harries, o facto de Mashaba ter posteriormente publicado outros livros, incluindo uma coleção de canções em *Ronga/Shironga* não agradou aos missionários suíços e aos seus catequistas que, no noroeste do Transval, utilizavam como idioma da sua igreja a língua *Gwamba* semelhante a *Ronga*. Junod, alarmado pelo sucesso dos seus rivais Metodistas, que a todo o custo queria travar, reagiu publicando o seu primeiro livro de leitura *Ronga* em 1894 e uma gramática *Ronga* em 1896. No ano seguinte Junod publicou uma coleção de contos e canções, e em 1898 a monografia (Harries, 1994: 160, Harries, 2007: 101-102). A monografia de Junod, publicada em 1898, a obra preliminar da monografia que veio a ser publicada em 1912-13. De qualquer modo, a atitude que parece colonizadora e redutora de Junod, a de relativizar a obra dos percursos africanos, não passou despercebida na história, tal como o próprio Junod veio a reconhecer mais tarde. A este respeito Jan Butselaar escreveu o seguinte:

“A missão da Igreja dos Spelonken constitui um facto digno de ser assinalado na história da Igreja em África. Certamente que não é a única missão duma Igreja africana no século XIX. Poderíamos mencionar outras tantas. Mas o que é notável nesta iniciativa, é que tão cedo, oito anos depois da evangelização dos Spelonken, seis anos depois da chegada dos missionários suíços, cinco anos depois dos primeiros batismos, a própria Igreja tsonga torna-se também ela uma Igreja missionária. Além disso convém sublinhar que esta missão foi desde o início uma missão de toda a Igreja. Embora os missionários suíços já tivessem pensado na possibilidade de estender sua obra até ao litoral, foi um membro preto da Igreja, que levou toda a Igreja, incluindo o missionário branco, para a obra que se almejava. É toda a Igreja que financia o estabelecimento junto de Magude (...) As frequentes visitas de grupos de cristãos dos Spelonken provam a relação íntima que existe entre a Igreja dos

Spelonken e a obra no litoral. Convém ainda notar que Creux consagrou Yosefa Mhambahala como evangelista e pastor, dando-lhe toda a responsabilidade do trabalho em Moçambique. Nada mostra que esta consagração seja diferente daquela que o próprio Creux recebeu na Suíça. Se se compara este facto com as hesitações de algumas outras Missões em matéria de consagração pastoral de Africanos, convém sublinhar que Creux não hesitou em confiar plenamente no seu colaborador africano, cuja formação estava muito longe de ser completa. Parece que Paul Berthoud, que não estava presente nos Spelonken na ocasião da organização desta primeira missão, tenha lamentado um pouco o entusiasmo de seu colega; conforme vimos, foi ele quem pediu ao Conselho da Missão em Lausanne que precisasse *a posteriori* o valor exato da consagração de Yosefa. O Conselho decide que ela é bem diferente da plena consagração pastoral; a influência de Paul Berthoud nesta decisão é bem clara. Aliás ele escreverá em 1896: “Havia talvez optimismo demais na forma de considerar a missão de Yosefa”. Seja como for, o missionário negro Yosefa Mhambahala levou o Evangelho à sua terra, enviado por uma Igreja africana. Ora, conforme H. A. Junod escreverá mais tarde: “Embora os Europeus digam possuir o Evangelho, não foram eles que o deram a conhecer nesta região. Não veio do mar com a civilização e com os grandes barcos: desceu do interior longínquo e desconhecido, trazido por um evangelista negro ignorante” (Butselaar, 1987: 47-49).

#### **4.1 Missionários da Missão Romande/Missão Suíça**

De acordo com Adolphe Linder, o fluxo dos missionários suíços para Moçambique inicia-se após a colonização em 1891, aquando da chegada do primeiro médico missionário, Georges Liengme, na companhia da sua esposa. Em 1893 chegou o casal Pierre Loze. Alice Gerber foi a primeira educadora a chegar, assim como Louise Perrenoud, uma costureira e enfermeira-parteira que, entre 1909 e 1910, tinha estado em Portugal de férias para aprender a língua portuguesa.

A instalação da equipa de saúde num momento em que decorriam as campanhas de ocupação no sul de Moçambique é marcada pelo confronto que os missionários suíços tiveram com as autoridades portuguesas por estas alegarem que Liengme e os seus compatriotas apoiavam o rei de Gaza. Sublinhe-se que na chegada de Liengme a Lourenço Marques, a primeira igreja (Khovo) contava com 725 cristãos, incluindo batizados e catequistas, dos quais 641 pertenciam às localidades de Lourenço Marques e Tembe; 65 provinham das localidades de Ricatla e Messane, e 19 eram da região de Antioka/Antioca. A crispação dos missionários com as autoridades portuguesas teve origem no contacto do médico com Ngungunhane em Mandlakazi após a sua chegada; Liengme pretendia negociar com o monarca o estabelecimento de uma missão com serviços de saúde e de evangelismo a norte da vila real, próximo de Bilene.



Concedida ao médico a autorização em 1892, a equipa de saúde construiu as suas próprias habitações com os recursos florestais locais e dois machados. Uma vez que o médico acolhia um enorme fluxo de doentes, é provável que a equipa missionária tenha sido apoiada pela população na construção das suas habitações.

#### **4.1.1 Henri-Alexandre Junod**

Entretanto Henri-Alexandre Junod, com a colaboração da enfermeira Clara Jacot e da educadora Maria Teuscher, assumiu em 1894 a direção da Missão em Lourenço Marques quando Paul Berthoud foi à Suíça de férias. No mesmo ano, Junod fundou uma igreja autónoma, fruto do seu apelo aos crentes da comunidade para que, naquele período em que havia escassez de evangelistas, eles pudessem trabalhar em união. Para concretizar o seu objetivo, Junod distribuiu os membros da paróquia de Lourenço Marques por várias zonas, tendo cada uma delas escolhido como seu representante um ancião, de modo a evitar a sobrecarga dos evangelistas e missionários. Por outro lado, Junod encarregou-se de preparar jovens para evangelistas. Pierre Loze veio substituir Junod em Ricatla, numa altura em que Grandjean estava em Antioka, e a enfermeira Louise Perrenoud e o médico George Liengme junto da corte de Ngungunhane (Linder, 2001: 124-125).

Foi em 1894, durante a eclosão da guerra entre os portugueses e Ngungunhane, que, nos arredores de Lourenço Marques, Mabjaza, ao querer ser independente de seu chefe, Mahazule, obteve o apoio dos portugueses para uma guerra que envolveu a população do Sul e da qual resultou o saque e incêndio dos postos missionários de Tembe, Ricatla e Antioka. Com os reforços vindos de Portugal, Mahazule e os seus aliados foram derrotados em fevereiro de 1895, tendo Ngungunhane, que os abrigou, recusado entregá-los aos portugueses. O Dr. Liengme e Junod, que mantinham uma relação de interesse com Ngungunhane, procuraram sem sucesso intervir para uma solução pacífica. Após a batalha da conquista definitiva em Coolela, que culminou com a prisão de Ngungunhane a 6 de novembro de 1895, e cientes os missionários que se encontravam entre a espada e a parede, Liengme preocupou-se em garantir a retirada segura da sua família de Gaza, de carro, com parte dos seus pertences e com o ouro e o marfim do rei de Gaza. Ainda assim, porque o carro estava demasiado pesado para carregar todos os haveres, o médico teve de descarregar uma parte da carga e percorrer o resto do caminho a pé até Lourenço Marques, cuidando ao mesmo tempo dos feridos de guerra ao longo da viagem. A convicção dos portugueses era a de que tinham sido os missionários suíços a provocarem a agitação de Ngungunhane contra as autoridades e a fornecer-lhes as armas (Linder, 2001: 125-126).

Butselaar descreve que o confronto entre os missionários suíços e as autoridades portuguesas chegou a ser noticiado em Lisboa pelo jornalista e funcionário da administração colonial Eduardo Noronha, numa brochura intitulada “A rebelião dos indígenas em Lourenço Marques”. Dirigindo-se a António Ennes, Junod responde que “Nossa obra, fundada e mantida pelas Igrejas da Suíça, absolutamente estranhas a toda a ideia política (elas são independentes do Estado, mesmo na Suíça) é uma empresa puramente religiosa, humanitária, cristã, tendo por fim ensinar aos pagãos a verdade que está em Jesus Cristo, depois de os educar na moral evangélica e de os instruir nos conhecimentos elementares”. Junod acrescenta no seu depoimento que crê na igualdade de todos perante Deus, embora nunca tenha pregado a igualdade das raças e como tal, “admite que os Brancos têm ainda a responsabilidade de dirigir os Negros, mas com justiça e bondade” (Butselaar, 1987: 181-182). A afirmação de Junod, segundo a qual não assume a igualdade das raças, é justificada por Patrick Harries ao referir que Junod conformava-se mais com a noção de evolução de Lamarck, que defendia que uma sociedade fraca ou inferior podia mudar, adaptar-se e fortificar-se, concorrendo e competindo. Harries refere ainda que, tal como Henry Drummond, Junod estava convicto de que os seres humanos, em particular os missionários, tinham um dever moral de intervir ao lado dos fracos na luta desigual pela sobrevivência. Acreditava Junod que os africanos podiam fortificar-se a si mesmos, adotando os hábitos de trabalho dos seus empregadores brancos e, em especial, se aceitassem a fé e a prática do Cristianismo. Por outro lado, Junod defendia que os africanos precisavam de adotar a racionalidade científica e a lógica trazida para África pelos europeus. Para Junod, “a fundamental diferença entre as mentes europeia e bantu” era que os europeus tinham o *espírito científico* e os bantus a *conceção mágica da natureza* (Harries, 2007: 162).

Ainda em relação à crispação entre as autoridades portuguesas e os missionários suíços, em 1894, quando o jornal do Porto *A Voz Pública* se referiu aos missionários suíços em Moçambique como “agentes secretos da Inglaterra”, o Conselho da Missão Suíça respondeu ao Governo português através da sua representação diplomática em Berna. Em resposta, o ministro de Portugal subscreve as notícias referentes ao comportamento dos missionários: a neutralidade que o Governo português entende não evitou que os missionários impedissem os cristãos de se juntarem às tropas dos chefes africanos. “Este missionário (Junod) poderia muito bem recomendar-lhes submissão às autoridades legítimas que são as autoridades portuguesas”, conforme a Bíblia exorta submissão às autoridades. (Butselaar, 1987: 182-183).

O clima de tensão culmina com a ordem de expulsão pelas autoridades portuguesas de Liengme com Junod, interditos por muito tempo da atividade missionária em Mandlakazi (Manjacaze) e no Bilene. Durante a estadia no Transvaal, Liengme desenvolveu a sua atividade

como médico missionário, fundando em 1889 um hospital em Elim (Linder, 2001: 126). Recordo que Elim foi a localidade onde decorrera a consagração de Yosefa Mhalamhala como primeiro missionário da costa de Moçambique. Segundo Butselaar, quem efetivamente saiu primeiro de Moçambique após a expulsão foi o médico, pois Junod ainda resistiu, apresentando em tribunal a defesa de sua honra e a dos seus compatriotas. Quanto ao que se sabe sobre o depoimento de Junod em tribunal, através do seu arquivo de correspondência, o missionário procurou provar que quer ele, quer Liengme não assumiram qualquer responsabilidade na revolta contra os portugueses. Embora Junod se desassocie de Robert Mashaba, porém o reconhece como homem sério e cuja obra é boa. A defesa de Junod é tão convincente que o tribunal não consegue deduzir provas sobre a cumplicidade dos suíços com os africanos. Em plena sessão, Mouzinho de Albuquerque, furioso, aproxima-se de Junod para lhe perguntar onde exatamente Liengme se encontrava, ao que Junod responde “no Natal”. Perante esta notícia, rancoroso e com os olhos fixos sobre Junod, Albuquerque diz “Ah! Se tivéssemos enviado cavaleiros em perseguição dos fugitivos em Mandlhakai e se o tivessem encontrado, bem poderia ter sido fuzilado”. Junod questiona “Como! Senhor! Teria então fuzilado um servo de Deus porque permaneceu em seu posto de acordo com a voz de sua consciência?”

Dias mais tarde, Junod não vê alternativa que não fosse embarcar de barco rumo a Natal. Só que em maio do mesmo ano, após o Governo português ter notificado o Conselho da Missão que Junod era *persona non grata*, ele vê-se obrigado a deixar Natal indo de férias para a Suíça, de onde só regressa na véspera de 1907. De nada serviu a intervenção da Confederação Suíça para reverter a decisão de Albuquerque, que se opunha veementemente ao regresso a Moçambique do médico e de Junod. A oposição de Albuquerque chegou ao fim quando o governante foi destituído do poder e substituído por João Franco em 1898, uma medida que conduziu Albuquerque a regressar a Portugal, o qual acabou por colocar termo a sua vida em 1901 (Butselaar, 1987: 211-222). Por conseguinte, em 1906 Junod regressa a Ricatla da Suíça, retomando o seu trabalho de formação de evangelistas e abre uma escola de evangelização (Linder, 2001: 133).

Junod desenvolveu uma profunda admiração pelos nativos em virtude do seu talento de observação e classificação do sistema indígena. Tinha muita consideração pela forma com que os nativos utilizavam as plantas como medicina, magia, ornamento, nutrição, alimento e bebida. Via com perplexidade a forma com que os nativos associavam as árvores com as divindades e os espíritos, e a utilização de plantas em rituais como objetos tabus ou formas de adivinhação. Numa época em que os biólogos evitavam citar nomes e trabalhos de seus colaboradores

nativos, Junod fazia questão de identificá-los, como o fez numa ocasião ao fotografar os seus três principais coletores, chamando a atenção para sua colaboração.

No seu trabalho no campo da botânica, Junod concluiu que o conhecimento dos nativos derivava de “uma pura observação e num certo sentido científico no seu domínio”, não obstante ser “mais generalizada” em relação ao dos camponeses europeus da época. Especulava Junod que o conhecimento dos nativos seria talvez o mesmo “dos nossos antepassados de há duzentos ou trezentos anos, antes de a botânica se ter tornado numa ciência verdadeira”. Dizia Junod que até as crianças nativas conheciam as plantas curativas, algo que o deixava feliz perante a pressão que a Missão Suíça *Romande* exercia sobre ele para “demonstrar a utilidade, o valor explanatório e os benefícios didáticos dos seus estudos entomológicos e botânicos”. Uma razão para tal pressão pode ter sido o facto de o tempo despendido na botânica e entomologia em nada ter a ver com a vocação de um missionário médico, professor, tutor...

Uma das conclusões que, no desenrolar de seus trabalhos científicos, Junod pôde retirar do seu contacto direto com os nativos foi de que os europeus tinham muito a aprender com os indígenas sobre a utilidade das plantas. No diálogo com os informantes no seu museu, Junod dava-lhes moedas em troca da informação sobre a localização das plantas e da sua utilidade. Junod reconheceu que a eficácia dos *adivinhos* em prever o futuro e dos *gobelas* em expulsar os maus espíritos advinha do seu conhecimento aprofundado sobre a utilidade de animais e das plantas no exercício das suas profissões. Junod tinha uma especial admiração para com as mulheres idosas e os *nyangas*, ou curandeiros especialistas, pela sua habilidade em classificar, ainda que de forma inculta, as propriedades das plantas medicinais, nutricionais e mágicas. Não obstante ser missionário, Junod, eventualmente, admitiu que os *nyangas* tinham noção das “drogas reais e poderosas” com que curavam os seus pacientes, ao mesmo tempo que lhes administravam as práticas terapêuticas. Junod reuniu uma “Farmacopeia *Ronga*” no museu etnográfico em Neuchâtel.

Não obstante, acima de tudo Junod sobrepôs a eficácia da religião no estudo da natureza aos benefícios comerciais advindos deste estudo. Foi na qualidade de missionário convicto, crente em Deus, que Junod em 1893 afirmou ter visto “a infinita sabedoria de Deus” por detrás da sabedoria da Natureza. “A Natureza é um livro, tanto em África como na Europa” escreveu Junod; e um meio de louvar “a beleza e o poder do Criador”. Perante uma audiência em Neuchâtel, quatro anos mais tarde, descreveu a História Natural como um meio “de admirar o magnífico trabalho do Criador no planeta maravilhoso em que habitamos”. Aquando da sua aposentação, deixou em dois grandes armários cheios de borboletas e escaravelhos a seguinte inscrição na sua casa em Genebra: “A terra está cheia das Tuas riquezas”.

A década que Junod passou entre a Suíça e o Transvaal permitiu-lhe estudar exaustivamente a botânica de toda a região da Baía de Delagoa. O facto de os portugueses terem enviado um oficial para recolher plantas durante a sua estadia de quatro meses de pesquisa nesta área de Rudolf Schlechter e a chegada de um indivíduo de renome, futuro professor de Botânica na Universidade de Berlim, foi uma concorrência que Junod considerou desleal, o que o desmotivou da botânica, incentivando-o a especializar-se em antropologia, iniciativa que levou adiante até afirmar-se em antropologia. Não obstante, após ter ganho a reputação internacional em antropologia, Junod resumiu com entusiasmo o seu trabalho em botânica tendo recolhido apenas 100 exemplares de plantas durante as horas livres (Harries, 2007: 148-158).

A reputação internacional de Junod em antropologia emerge na segunda década do século XX, aquando da publicação em Neuchatel, na Suíça, em 1912-1913 da sua obra *The Life of a South African Tribe*. Segundo Linder, Junod teve a iniciativa de escrever a monumental obra “Usos e costumes dos Bantu” (1.<sup>a</sup> edição em inglês 1912-13, 2.<sup>a</sup> em 1927, 3.<sup>a</sup> edição portuguesa, 4.<sup>a</sup> edição Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique – Documentos 3, 1996), após um historiador escocês o ter convencido de quão valioso teria sido para a ciência se os Romanos tivessem anotado os usos e costumes dos Celtas antes da conquista da Inglaterra, sugerindo-lhe assim que seria a altura certa para Junod registar a vida dos africanos antes de ser transformada pelos europeus. Na obra que, segundo Linder, parece também existir uma edição portuguesa de 1917 intitulada “A vida de uma tribo sul-africana”, Junod analisa a vida dos *Ronga* e *Thonga/Tsonga* de Moçambique e do norte do Transvaal (Linder, 2001: 165). Segundo Harries, na monografia que Junod escreveu em 1898, o autor caracterizava os *Ronga* como sendo um grupo culturalmente homogéneo, facilmente distinguível dos Gwamba do Transval e dos Thonga ao norte do rio Incomati; porém mais tarde, provavelmente nesta obra publicada em 1912-1913, o autor alargou a tribo *Thonga* para incluir os *Ronga*, os quais inicialmente identificara como sendo os clãs do norte do Transvaal (Harries, 1994: 161). Aliás, segundo o académico Gonçalves Pereira, os *Ronga* são uma sub-etnia dos *Tonga* (Pereira, 1931: 316). De acordo com o meu conhecimento originário de Moçambique, tem o mesmo significado dizer ou escrever *Thonga*, *Tonga* e *Tsonga*. Na obra de 1912-1913 Junod dá particular atenção à vida dos nativos nas regiões em que viveu, quer no Transvaal, quer na costa de Moçambique. Consistindo a obra de Junod em dois volumes, no primeiro volume Junod descreve e analisa a vida social da tribo. No segundo volume descreve e analisa a sua vida psíquica, a literatura, a música, a religião, a magia e a moralidade. Descreve também neste volume o impacto da transição do povo de uma economia agrícola para uma economia industrial, tendo em conta as transformações introduzidas pela *civilização*. Retomando o conceito de *civilização* em voga

nos meados do século XIX, Junod expõe como bênçãos da *civilização* a eliminação da fome, o uso de vestuário modesto (que considerou como sendo faca de dois gumes), o acesso às sementeiras de melhor qualidade, aos utensílios agrícolas e à evolução de ideias. Não obstante, Junod considera que na África do Sul em particular, as ‘maldições da civilização’ ultrapassam de longe as bênçãos, citando como primeira maldição a ‘falta de interesse político e de sentido de responsabilidade’.

Outras temáticas analisadas por Junod na obra são a alimentação, a bebida, a criação de animais, a pesca, a caça, a cultura material: o artesanato, os ornamentos, os utensílios, as habitações, a olaria, a cestaria, a escultura. Junod desenvolve a gramática, criando um sistema de classificação dos substantivos, dos pronomes pessoais, dos verbos e dos advérbios. Segundo Freire de Andrade, citado por José Gonçalves, das 56 obras literárias publicadas entre 1880 e 1909 pelos missionários da Missão *Romande* em Tonga, Ronga, português e francês, são da autoria de Junod os manuais *Gramática*, *abecedário* n.º 1 e n.º 2, *Sciência (Butibi)*; *Contos dos Batongas*, em Ronga (1960: 159). Torre do Valle, um tradutor contemporâneo de Junod, autor dos dicionários Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga (Ronga), inclui entre as obras de Junod os seguintes manuais escolares:

Shipele sha shironga, 1894;  
Butibe”, encyclopedia científica, 1904;  
Contos em Ronga”, 1898;  
First Tonga reader”, 1892;  
Second Tonga Reader”, 1893, R. Ndevu Mashaba.

Para além dos manuais escolares, Valle refere que o Reverendo Junod publicou as seguintes obras evangélicas (Valle, 1906: 1-12):

Buku dya tinsimo”, 1895 e 1904 (*hinário*);  
Evangelii ya Johan”, 1896 (*Evangelho de João*);  
Buku da Mpsalma”, 1905 (*Livro dos Salmos*);  
A testamente le’ dintsha”, 1903 (*Novo Testamento*).

Na sua obra de 1912-1913, Junod sistematizou a numeração e a aritmética em língua nativa; os provérbios, o folclore, as adivinhas, a poesia, os contos, as piadas, as cantigas, a sátira. Como diz Marcel Mauss, citado por Levi-Strauss uma “antropologia”, quer dizer, “um sistema de interpretação que desse simultaneamente conta dos aspetos físico, fisiológico, psíquico e sociológico de todas as condutas” (Mauss, 1950: 23). O incidente de expulsão de Junod como *persona non grata* do Governo de Moçambique redundou no reconhecimento do Estado do seu contributo na ciência e na educação e, como veremos mais adiante, os seus manuais constam no programa de ensino introduzido por Freire de Andrade.

Por último, os restos mortais de Junod encontram-se em Ricatla para onde foram transladados da Suíça, conforme a imagem seguinte tirada *in loco* pela autora desta tese.

**Figura 4.1 – Campa de Henri-Alexandre Junod (1863-1934) em Ricatla, Moçambique**



#### **4.1.2 Trabalho da equipa de saúde chefiada por Dr. Sécheye – 1909-1914**

O Dr. Adrién Sécheye chegou a Lourenço Marques em 1900 para ocupar o posto deixado vago por Dr. Liengme. Poucos dias após iniciar a sua função, o médico escreveu o seguinte:

“Tenho uma sala à disposição onde posso pôr a salvo os meus utensílios e medicamentos. As consultas são feitas na varanda com a ajuda de Jeanne Jacot. Temos de fazer principalmente ligaduras, extrair dentes, e dar medicamentos. Mas ainda falta muito para se poder prestar um bom serviço. Principalmente uma sala onde os pacientes possam ser observados convenientemente, pois não é higiénico deixar despir as pessoas na sala onde se guardam os instrumentos e medicamentos; mas também é impróprio fazer os exames ao ar livre. Depois seria necessário ter uma sala de operações. De momento estendemos um oleado na varanda, sobre o qual pomos uma mesa emprestada da escola e tudo é escondido por uma cortina. Finalmente, precisamos de umas simples palhotas de zinco para os doentes

acabados de operar. Agora ainda os posso aceitar na enfermaria; ficam deitados nas pequenas barracas de zinco que eles mesmo arrumaram e limparam antes da operação. Todas as manhãs os estudantes evangelistas de Jeanne Jacot fazem uma oração com eles, assim com os outros doentes que esperam por mim.”<sup>12</sup>

Os doentes, descreve Linder, eram na maioria os convertidos ou aqueles que já tinham ouvido o Evangelho. Porém, a ambição de Séchehayé para alcançar os perdidos era exercer a medicina em zonas onde o Evangelho ainda não estava implantado. Após uma visita conjunta de Aristide Eberhardt, Charles Châtelain e Adrien Séchehayé ao Bilene, no regresso de Séchehayé com Henri Guye em 1904, o Governador de Gaza solicitou ao médico que abrisse um posto missionário no Bilene para onde, três anos mais tarde, se mudou de Antioka onde trabalhava. Após a chegada a Moçambique do Dr. Henri Guye em 1905, para substituir o Dr. Séchehayé, foi construído um hospital que teve uma grande afluência de africanos e brancos.

Os médicos Guye e Séchehayé trabalharam juntos em Antioka até Guye tomar conta da “comunidade paroquial” que abrangia um raio de cerca de 180 kms, deslocando-se de burro ou de boleia, os únicos meios de transporte de então (Linder, 2001). O Dr. Séchehayé abriu um posto médico em Chicumbane, onde cuidava dos mineiros convertidos que, trimestralmente, chegavam das minas num local próximo de Antioka; era para aqui que o médico levava de mula e burro um carregamento de livros e material de leitura para os crentes, cujo número aumentou de 70 para 300. Os domingos eram dias muito preenchidos: oração de manhã, missa com comunhão, reuniões privadas de aconselhamento, extração de dentes, casamentos, reuniões com os evangelistas e no final do dia a missa noturna. Em 1908 o Dr. Séchehayé instalou-se em Chicumbane (a 188 km de Maputo), onde trabalhou com a enfermeira Emma Porta no hospital construído pelo próprio.

Num relatório que o Dr. Séchehayé escreveu em 1921 sobre a sua estadia em África (1909-1914), o médico realçou a satisfação de a equipa ter conseguido realizar o seu sonho de médicos missionários. Na descrição do hospital construído no Bilene, o médico referiu que a instalação tinha a sala de operações, farmácia e laboratório; uma sala para consultas e ligaduras especiais. As enfermeiras Emma Porta e Emile Custer administravam os medicamentos na varanda grande onde também tratavam os abscessos. O hospital tinha um quarto para os brancos, seis quartos para os doentes cirúrgicos de outras raças e uma aldeia com muitas palhotas que eram as instalações da equipa médica. No relatório, Séchehayé encara o dominar a desconfiança e os preconceitos dos africanos como tendo sido a fase mais difícil no início do trabalho da

---

<sup>12</sup> Séchehayé no BM, 1900: 326.



missão médica, ao notarem que os doentes que iam ao hospital eram indivíduos sedentários, quer por serem já velhos ou que, por serem escravos com idade avançada, eram enviados ao hospital para servirem de cobaias. O facto de a equipa médica ter aprendido com rapidez a língua nativa inverteu as suspeitas dos africanos, que ficaram convencidos das boas intenções da equipa de saúde ao ver os doentes curados, mas também constituiu uma oportunidade para a equipa de saúde demonstrar a eficácia da sua arte curativa em relação à feitiçaria. Consequentemente, os africanos começaram a encarar como tratamentos milagrosos da medicina o quinino, os purgantes, os vermícidias, o vomitório para a disenteria, a eliminação de tumores volumosos e as centenas de operações de cataratas que diziam substituírem o olho doente por um olho novo. Ao assinalar quão importante é conciliar a profissão de médico com a evangelização, Séchehayé escreve no seu relatório o seguinte:

“E o médico não necessita de procurar os seus ouvintes: são os doentes que vêm ter com ele, muitas vezes de longe e acompanhados pelos seus. E como escutam o seu médico! A sua atenção vai crescendo à medida que a cura confirma as suas palavras, de ser o espírito do Deus vivo e não os espíritos dos mortos quem dá a vida. Os resultados do ponto de vista do missionário mostram o poderoso poder de penetração da missão médica em círculos pagãos; mesmo os chefes idosos, embora enraizados nas suas superstições e não abdicando dos seus rituais, já tinham uma outra imagem da Missão e não proibiam a visita da escola às suas crianças; quanto aos jovens vieram mujitos para nós através da doença, passando depois por iniciativa própria do hospital para a escola, e da escola para a igreja, onde se tornaram membros e convictos!”

Na conclusão do relatório, Séchehayé considera ter sido um privilégio para a sua equipa missionária dedicar a sua vida à causa da saúde e tendo sido com muita tristeza que a equipa teve de abandonar (Linder, 2001: 127-135), não referindo as causas para o abandono. Sublinhe-se que a ausência de pessoal médico da Missão Suíça foi temporária, uma vez que, segundo Linder, entre os missionários que vieram a Moçambique até 1940 os médicos permaneciam por cerca de 15.5 anos e os enfermeiros e enfermeiras por 20 anos. A autora acrescenta que, na ausência de um médico, as enfermeiras é que dirigiam o serviço, exemplificando a enfermeira Emma Porta que chefiou durante alguns anos o hospital de Chicumbane, embora tal não tenha sido certamente o procedimento aquando da retirada da equipa de Séchehayé. Linder refere que as policlínicas de Manjacaze, Antioka e Matutuine eram dirigidas por enfermeiras, tendo a policlínica de Manjacaze a particularidade de receber a visita do médico mensalmente com as enfermeiras Clara Badertscher e Aline Favre a cargo dos serviços. Em 1960 a Missão Suíça

tinha um hospital em Lourenço Marques, construído em 1941 e ampliado em 1949, e outro em Chicumbane reconstruído em 1952. Este hospital que tinha a seu serviço um médico, 4 enfermeiras e 20 auxiliares africanos, tratava por ano 10 000 doentes de todas as raças, incluindo 500 nascimentos (Linder, 2001: 153)

Sobre as causas prováveis de abandono da equipa de saúde chefiada por Dr. Séchehayé após a estadia em Moçambique de 1909 a 1914 permito-me formular uma ou mais hipóteses. A primeira é a de que, coincidindo o período do seu trabalho com a criação pelo Estado de escolas de enfermeiros e enfermeiras indígenas, a medida pode ter sido encarada pela equipa como ameaçando a prossecução do seu trabalho. Sobre este contexto lê-se na Portaria Provincial n.º 693 promulgada a 4 de agosto de 1909 pelo Governador-geral, Freire de Andrade o seguinte:

1.º Junto dos hospitais de Lourenço Marques e Inhambane, serão organizadas escolas de enfermeiros e enfermeiras, cujo fim será ministrar aos indígenas princípios rudimentares de terapêutica e profilaxia gerais;

2.º Cada um dos chefes de circunscrição enviará à escola do respetivo distrito dois indígenas com o fim de ali receberem instrução, sendo eles escolhidos, tanto quanto possível, de acordo com os régulos, aos quais se fará compreender as vantagens que devem resultar dessa aprendizagem.

§ Único. É concedida a cada uma das Missões a faculdade de enviar à escola do respetivo distrito igual número de indígenas.

3.º Além dos indígenas já indicados, serão admitidos a frequentar estas escolas, gratuitamente, todos os indígenas que assim quiserem, tendo-se em atenção as acomodações e recursos existentes e sendo preferidos os que souberem ler e escrever.

4.º A escola será, em cada distrito, dirigida por um médico de Serviço de Saúde.

5.º Os alunos serão, durante os primeiros dois anos, alimentados pela escola, recebendo 150 réis por dia em Lourenço Marques, e 100 réis em Inhambane.

6.º O regulamento e programa da escola de enfermeiros e enfermeiras indígenas será organizado pelo chefe do Serviço de Saúde, com a possível brevidade, e submetida à aprovação deste Governo-Geral (...)

O “Regulamento da Escola de Enfermeiros Indígenas de Lourenço Marques”, promulgado pela Portaria de Freire de Andrade n.º 1:052 a 3 de novembro de 1909, determina que o ano escolar do curso de enfermeiros indígenas inicia a 1 de abril terminando a 30 de novembro, compreendendo o ensino teórico e o ensino prático. Atendendo a que a duração do curso é de dois anos, o grupo dos primeiros alunos do curso iniciou a 1 de abril de 1910 e concluiu em 1911 após o estágio hospitalar conforme prescrito nos artigos de 3.º a 6.º e passagem de curso no exame, segundo o artigo 8.º. Quanto à colocação dos diplomados, assinala-se a Portaria do Alto-comissário, Azevedo e Silva n.º 202 de 17 de julho de 1911 que

sob o capítulo “Escola de Enfermeiros Indígenas: Instruções regulamentares” preceitua o seguinte:

1.º Os enfermeiros indígenas que obtiverem os diplomas de que trata o n.º 2 do artigo 9.º do regulamento de 3 de novembro de 1909 serão, principalmente, destinados a prestar o serviço da sua especialidade nas sedes das circunscrições (...) bem como nas povoações indígenas do interior.

2.º Salvo nos casos previstos no artigo 17.º do mesmo regulamento, podem exercer livremente a sua profissão nas áreas das circunscrições (...).

3.º Poderão ser admitidos nas enfermarias de indígenas dos hospitais da Província e das ambulâncias do interior, quando se reconhecer a necessidade dos seus serviços e eles aceitem por sua livre vontade, recebendo, como contratados, quando prestem serviços nos hospitais, o vencimento de 18\$000 réis mensais e nas ambulâncias de 12\$000 réis.

4.º Os enfermeiros que exercem a sua profissão livremente nas povoações do interior poderão receber, dos indígenas a quem prestem os seus serviços, uma remuneração, conforme os costumes e usos cafreas dessas localidades.

5.º À medida que nas povoações do interior se forem estabelecendo enfermeiros indígenas, os administradores e capitães-mores providenciarão de forma a fazer desaparecer a influência dos curandeiros, proibindo a estes o exercício da sua profissão quando a assistência fique assegurada pelos enfermeiros habilitados.

A possível causa precipitante que conduziu ao abandono da equipa do Dr. Séchehayé em 1914 terá sido a Portaria n.º 2:200 de 13 de novembro de 1914, que determina a exclusividade da escola de enfermeiros indígenas para o sexo masculino e cria uma escola de enfermeiras-parteiras. Recorde-se que a primeira legislação ao abrigo da Portaria provincial n.º 693 de 4 de agosto de 1909 contemplava o ensino de enfermagem em regime co educacional. No contexto da Portaria n.º 2:200 do Governador-geral, J. Machado, lê-se o seguinte:

1.º A escola de enfermeiros indígenas em Lourenço Marques, criada por Portaria de 4 de agosto de 1909, será exclusivamente destinada ao sexo masculino.

2.º Junto do hospital Miguel Bombarda é criada uma escola de enfermeiras-parteiras, destinada a ministrar às indígenas, além dos conhecimentos gerais de enfermagem, o ensino e prática indispensáveis ao exercício de parteiras e os princípios elementares de higiene e clínica infantil.

3.º Esta escola será dirigida por um médico do Serviço de Saúde, que receberá a gratificação de 40\$ mensais (...).

É de pressupor que a equipa missionária de saúde, ao analisar o conjunto de leis que de certa forma reduzia a sua margem de ação, tenha decidido deixar Moçambique para reflexão. A reflexão na Suíça terá contribuído para uma mudança de estratégia a adotar no terreno quanto à formação de enfermeiros auxiliares indígenas. Convém assinalar que a habilitação de enfermeiros ou de enfermeiras indígenas foi das áreas que a generalidade das Missões ignorou

aquando da sua fixação: a sua ação circunscreveu-se à habilitação de professores e catequistas do género masculino. Para a marginalização da qualificação de enfermeiros terá contribuído, em parte, o facto de na Europa a enfermagem ter sido uma profissão que só suscita interesse a partir da segunda metade do século XIX através de Florence Nightingale (1820-1910), fundadora da St. Tomas' Hospital e da Nightingale Training School for Nurses, que se dedicou à causa dos pacientes afligidos pelo conflito na Crimeia.

Retomando a afirmação de Richard Pattee de que Moçambique e seus países vizinhos são parte integrante de uma região geográfica dominada pela Grã-Bretanha, não é surpreendente que a política de saúde da Grã-Bretanha tenha retardado a iniciativa dos missionários neste campo. No artigo “Organizing monies: the reality and creativity of nursing on a hospital ward in Ghana” da obra *Markets of Well-being: navigating health and healing in Africa*, Christine Böhmig descreve que quando a medicina foi institucionalizada na Grã-Bretanha em 1878, as enfermeiras ainda eram muito poucas. Consequentemente, os médicos precisavam de gente para lhes dar assistência no banho e alimentação dos doentes, como também no curativo das feridas. Só que o estatuto de uma enfermeira era baixo, para além de que a prática da medicina em si não era algo atraente porque a sociedade ainda a desconhecia. A enfermagem era considerada um trabalho servil e desadequado. Perante esta visão, alistar candidatos à enfermagem foi uma dor de cabeça a tal ponto que o Dr. Henderson, diretor hospitalar, chegou a referir que ‘nenhum nativo de inteligência gostaria de ser enfermeiro porque o salário é baixo e as condições de serviço não são boas’. Böhmig refere que levou muito tempo até que o olhar negativo sobre a enfermagem revertisse para uma profissão dignificante e compensatória, acrescentando que, relativamente ao Gana, foi após 45 anos da chegada das primeiras enfermeiras que a enfermagem se tornou atraente e a escolha preferencial das mulheres depois de concluírem a escolaridade. Perspetiva idêntica foi assumida nas colónias britânicas do Uganda e Zâmbia sem quaisquer adaptações culturais (Dekker, 2010: 46-78). Posto isto, justifica-se que, até meados da década de 1920, quando a enfermagem se afirma nas colónias africanas britânicas, incluindo na Zâmbia (Rodésia do Norte), vizinha de Moçambique, que os missionários protestantes em Moçambique ainda não tivessem um projeto definido orientado para a qualificação de enfermeiras indígenas.

#### **4.1.3 Projeto agrícola de Frank Pallard visando minorar o impacto da política indígena**

A vida das famílias em Moçambique não agradava aos missionários, que a consideravam uma afronta com a doutrina cristã que atribui ao homem, como chefe da família, a autoridade que na terra representa Cristo como cabeça da igreja que é a família. Não obstante, Harries, citando Junod, considerou a posição da mulher do migrante de excessiva inferioridade, uma vez

que cabia à mulher cultivar a terra, cozinhar, cuidar dos filhos e no fim, “ser a mulher que sustenta seu marido” (Harries, 1994: 91). Isto porque, segundo Linder, alguns homens eram forçados a ausentar-se de suas casas durante meses por causa do *chibalo*, e viam-se obrigados a deixar as suas famílias por períodos prolongados para a capital, para as minas do Transvaal ou para as plantações de cana-de-açúcar do Natal, de modo a ganharem dinheiro para virem pagar o imposto de palhota e regressarem de novo após uma estadia breve. Pese embora o facto de a igreja prestar auxílio às mulheres na ausência de seus maridos e haver uma permuta de missionários de Moçambique para as minas, que acompanhavam a vida espiritual dos maridos migrantes em cooperação com outras missões que lá estavam ativas, a Igreja considerava imperioso encontrar um mecanismo que permitisse aos homens permanecerem com as suas famílias, evitando assim o drama familiar que Frank Pallard descreve no seu relatório do seguinte modo:

“Onde é que encontram este dinheiro? Até agora tinham de o procurar nas cidades. Passavam dois ou três anos em Johannesburg, Pretoria ou Kimberley, vinham a casa para casarem e viajavam de novo 6 meses mais tarde. Conheço muito poucos que tenham ficado um ano em casa. Em Antioka são três, todos eles meus empregados permanentes. São numerosos que se perdem nas cidades. Rodeados por colegas não cristãos caem na tentação e ficam com medo de se mostrarem ao missionário. Dos membros da Igreja aqui registados, 20% estão fora desde há anos e eu duvido que regressem. Além do mais, os africanos vivem permanentemente com medo de serem apanhados para trabalhos forçados, descarregar navios durante seis meses na cidade não lhes agrada nada, mesmo que o trabalho seja pago desde o ano passado. Outros têm medo do serviço militar e de fevereiro até maio quase todos os jovens vão para o Transval de modo a evitarem o recrutamento. Como oficial que gostava do serviço militar, não via isso com bons olhos. Os soldados eram bem tratados na tropa em Moçambique, tinha alguns batizados na tropa e escreviam sempre que lhes agradava. Mas também ali as tentações eram grandes. Aqui qualquer africano pode ser proprietário e fica assim livre de qualquer trabalho forçado, principalmente do serviço militar ou policial obrigatório e trabalho forçado em geral, e também não é recrutado para trabalhar nos navios ou no porto. Deste modo os nossos africanos podem ser proprietários da terra, a qual pode ser herdada pelos filhos, não precisando assim de ter medo de serem tirados das suas famílias e trabalho. Do outro lado do Incomati há uma enorme área fértil, desabitada desde há 10 anos por causa da peste. Juntei os homens da nossa estação e propus-lhes comprarmos juntos 33 hectares de terra. A compra foi feita em meu nome, e eu entregar-lhes-ia parcelas de 8 hecates ou mais, pelo preço de compara, aproximadamente

£120. Fizemos quotas de 4, 8 e 12 libras. Arranjei cerca de 10 compradores, e precisava de mais (...)"

Numa reunião de acionistas foi decidido que poderia ser proprietário quem reunisse as seguintes condições:

"Ser cristão; 2) acatar os regulamentos elaborados pela assembleia geral; 3) construir sua casa com tijolos; 4) todo o homem obriga-se a trabalhar.

Já entreguei o meu pedido de compra ao governo e fiz o pagamento inicial de £40 com dinheiro que amigos na Suíça me tinham dado. Os meus planos são: 1) promover a agricultura; 2) começar com uma pequena olaria (...)"

Infelizmente, a recusa do Governo em não permitir que os africanos fossem proprietários de terras impossibilitou o avanço do projeto do missionário Paillard que, entretanto, encontrou uma saída. A saída está descrita no relatório de Pierre Loze após a sua visita a Antioka em 1914 na companhia de André-Daniel Clerc, em que se lê o seguinte:

"O que posso contar sobre Antioka? Frank Paillard empenhou-se duma maneira fora do vulgar. Introduziu algo que aparentemente é muito apropriado para a evangelização desta terra; é a Missão prática, agricultura, pedreira, fabrico de tijolos, construção de casas, pecuária; e também escola e catequese (...); tem uma bomba para puxar a água do Incomati até às colinas. De lá é possível encaminhar a água para as casas e hortas. Os legumes crescem muito bem.

É necessário atravessar o rio; Frank Paillard fez aí a sua maior obra. Uma aldeia inteira estava além, com escola, na qual também tem lugar a missa da tarde ao mesmo tempo que do outro lado do rio em Antioka, cujo sino chama as duas comunidades ao mesmo tempo."

Por ironia do destino, o empreendimento teve de ser suspenso sem proveitos após um período de seca seguido de cheias e, por último, o próprio estado de saúde de Paillard que, em 1921, o obrigou a regressar ao seu país. Não obstante, em 1928 Alfred Bertrand abriu em Ricatla uma escola de operários com a duração de três anos, e que se iniciou com três aprendizes. Porém, Bruno von Rohr, ao verificar em 1950 que a Igreja não dispunha de operários para a construção do novo hospital de Chicumbane, decidiu qualificar os crentes da Missão local, que os empregou como operários de construção (Linder, 2001: 137-140).

Realça-se que, enquanto a emigração para o Natal, Kimberley e Witwatersrand antes da colonização era voluntária e de natureza económica, após a conquista de Gungunhana a migração, quer externa quer interna, passou a ser encarada mais como sendo uma válvula de

escape do que um meio económico. Citando a observação dos administradores, Harries refere que aos primeiros sinais de rusgas, muitos jovens procuravam refúgio nas florestas ou em zonas áridas. A migração para as minas de ouro era outra tábua de salvação em período de alistamento, como o administrador de Guijá chegou a salientar - “é muito difícil encontrar meia dúzia de homens robustos para o serviço militar sobretudo nesta altura quando se aproxima a época de recrutamento”. Junod chegou a comentar após as rusgas de 1908 que “este sistema de alistamento obrigatório é muito prejudicial”, acrescentando que “neste momento toda a população masculina dorme nos pântanos para evitar serem presos e há muitos que vão para o Transval”. Por outro lado, a Igreja assumia o dever de prestar auxílio às mulheres dos maridos ausentes, sob pena destas ficarem sob a custódia dos chefes de povoação – os quais Junod, citado por Harries, designa por “cavalheiros”, “senhorios do gado”, “os homens eminentes da comunidade” classificados “quase como “vice-chefes” (Harries, 1994: 91-170).

Por último, é verídico que “os soldados eram bem tratados na tropa em Moçambique”, deduzindo do “Regulamento para o recrutamento das forças indígenas”, ao abrigo da Portaria n.º 2:279 promulgada pelo governador-geral, J. Machado, a 7 de dezembro de 1914. Dos artigos 131.º a 134.º da citada Portaria lê-se o seguinte:

“Os comandantes das unidades devem evitar cuidadosamente, na medida do possível, todas as causas que provoquem o desagrado dos indígenas pelo serviço militar, e, compenetrando-se bem das marcadas diferenças entre os hábitos dos europeus e indígenas, não devem sujeitar estes últimos a um regime que lhes seria absolutamente intolerável, por ser contrário aos seus usos e costumes e até as suas necessidades.

Os comandantes deverão tratar sempre as praças indígenas com bastante moderação, muita paciência e a máxima equidade e justiça, interessando-se pelo seu bem-estar e proporcionando-lhes os possíveis confortos, norteando o seu procedimento pelo conhecimento que cuidadosa e minuciosamente procurarão adquirir dos usos e costumes das praças que comandarem.

Os comandantes das unidades, tendo sempre bem presente que pela sua inferior mentalidade não tem dos deveres militares a mesma noção que os europeus, deverão ser benevolentes na apreciação das infrações por eles cometidas e permitir-lhes que por qualquer forma e por qualquer via eles aleguem em sua defesa e exponham a justiça que julgam assistir-lhes.

As praças indígenas, além da instrução militar que lhes será ministrada em harmonia com os respetivos regulamentos, poderão ser empregados em trabalhos em estabelecimentos ou obras militares, sob a direção dos respetivos graduados. Estes trabalhos deverão ser graduados em harmonia com os hábitos e aptidões dos indígenas, procurando evitar sempre

a fadiga e o enfado e deixando-lhes em todos os casos largos intervalos para preparação das suas refeições e necessários descansos.”

#### **4.1.4 Protagonismo de Pierre Loze na educação de 1907 a 1930**

Nascido em 1867 em La Chaux-de-Fonds NE, na Suíça, antes de ir para Moçambique em 1893, Pierre Loze foi aluno na Faculdade de Teologia da Universidade de Neuchâtel e durante nove meses estudou na Escola Médica de Londres. Assistido durante grande parte de sua estadia em Moçambique de 1904 a 1931 pelo pastor colega e amigo, o africano Calvin Mapope, Loze foi diretor da Missão de Lourenço Marques. A personalidade de Loze mereceu admiração e amizade do Governador, que colocou à sua disposição um professor a fim de preparar os professores da Missão para o exame de habilitação em português. Com a colaboração de Louise Molina, mais tarde sua segunda esposa após viuvez, Loze prestava assistência aos candidatos a professor, imprimindo vários manuais de introdução do português para uso nas escolas africanas (Linder, 2001: 159). Da obra de Júlio Gonçalves, *Protestantismo em África*, constam como publicações de P. Loze em língua portuguesa três manuais escolares: *Elementos de Leitura – I*; *Elementos de Leitura II* e *Vocabulário* (Gonçalves, 1960: 159). Linder salienta que o Governo prestigiou o empenho de Loze na educação ao elegê-lo como membro do Conselho de Educação, não obstante ele não ser católico e ser o único estrangeiro. Foi da coautoria de Loze e de um missionário metodista a tradução da Bíblia para a língua Ronga. Numa das suas viagens para Suíça, e em trânsito por Lisboa, Loze visitou o Presidente da República Portuguesa a cujo pedido enviou o último relatório anual da Missão Suíça. Em 1931, aos 64 anos, em vez de gozar a reforma que já a merecia, Loze sentiu a chamada de Deus para servi-Lo na Beira, onde tinha ligações de longa data através do seu discípulo em Moçambique, pastor Tapera Nkomo.

Pese embora o facto de a presente tese estar circunscrita ao sul de Moçambique, gostaria de resumir o trabalho realizado por Loze na Beira. De acordo com Linder, a permanência de Loze em Manica e Sofala permitiu-lhe aprender o dialeto *Ndau Chichanga*, tendo como primeiro objetivo traduzir partes do Novo Testamento e cânticos e, posteriormente a Bíblia completa. Infelizmente, o seu requerimento ao Governo para estabelecer uma missão em Manica e Sofala foi indeferido pela razão de não serem consentidos missionários não católicos. Em 1939, quando tinha 72 anos, Loze e a esposa mudaram-se para Umtali, no Zimbabué, devido a problemas de saúde da esposa causados pela inadaptação ao clima de Manica e Sofala. Não obstante a mudança, Loze visitava a Beira todos os meses, o que lhe permitiu acabar a tradução



do Novo Testamento em Shona. Loze morreu em 1947 aos 82 anos na sua casa em Umtali, (Linder, 2001: 162).

A fim de aprendermos o papel desempenhado no ensino por Loze durante a sua estadia em Moçambique, proponho circunscrever a sua influência nas reformas de ensino de 1907 a 1930, isto é, antes da sua partida para Manica e Sofala em 1931. A atividade de Loze resume-se em dois dos seus depoimentos que descrevo e analiso. O primeiro depoimento é relativo a um relatório de 1922 em que Pierre Loze descreve o seguinte:

“Quem pensa em Missões pensa também em escolas, principalmente quando se trata de Missões protestantes. As duas pertencem uma à outra como o ovo e a galinha. Uma das prioridades do missionário, após chegar ao seu destino, é juntar as crianças e adultos para os ensinar. É necessário dar-lhes a conhecer a palavra de Deus, a Bíblia, por isso tem de aprender a ler; depois disso, escrever e contar é apenas mais um passo; e de repente temos uma escola primária. Quantos missionários querem parar neste ponto! “Nós viemos para difundir o Evangelho, ponto. O governo deve-lhes o resto”. “Ah! Ótimo, onde estão este e outros governos, interessados sinceramente no desenvolvimento dos mais fracos? Vêm mais tarde, depois de constatarem que algo já foi feito e estes “incultos” se podem desenvolver. Mas até aí é dever dos missionários, os quais abriram o coração e a inteligência dos africanos, satisfazer as necessidades e aspirações dos mesmos.

A Missão Suisse Romande no distrito de Lourenço Marques reconheceu os seus deveres desde o início e esforçou-se por cumprir dentro das suas capacidades. Infelizmente não tem a vantagem de outras Missões na África Austral, onde as autoridades civis já abriram os olhos e reconheceram dever ajudar financeiramente os professores dos africanos. O Governo português ainda não está preparado para tal, apesar de alguns funcionários superiores da colónia terem depois de repetidos encontros, expressado o desejo de imitar os países vizinhos. Não vamos perder a coragem e quem sabe, talvez aqui também reconheçam em breve que a Missão é um dos mais importantes instrumentos da civilização. Entretanto temos de assegurar que os Tsonga não fiquem muito atrasados em relação aos outros povos do sul do continente. Ainda não chegámos ao ponto de termos escolas superiores como aquelas de Lovedale e Morija, Kilnerton ou Lemana na África do Sul; mas porque não tentar? As nossas pessoas não são menos inteligentes, tanto quanto eu sei, que os Bantu e Zulu; estão atrasados, só isso; e não desejam mais que seguir aqueles que vão à sua frente. Mas que fazer para os ajudar? É esta a pergunta que a nossa Missão se põe desde anos.

Depois da escola primária estar organizada, viu-se necessário formar professores evangelistas e a nossa escola em Ricatla fez tudo ao seu alcance para os conseguir.

Estamos-lhe muito reconhecidos quando vemos os numerosos ajudantes de todas as idades que se ocupam das crianças nas nossas Missões e postos exteriores; quem dera termos sempre mais. Mas não nos podemos dar por satisfeitos, principalmente em Lourenço Marques, onde os africanos estão em contacto direto com a civilização europeia e vêem mais claramente do que aqueles que vivem no mato, aquilo que lhes falta. Aqui a nossa Missão também se esforça por não ficar atrás e servir um governo, que apesar de não pagar nada, gosta de mandar. E tivemos um êxito assinalável, graças às professoras que se juntaram a nós, depois de bem preparadas na Suíça e alguns meses de estadia em Portugal. Um bom número dos nossos pequenos africanos passou com êxito os exames estatais do primeiro e segundo grau, os mesmos prescritos para os brancos na cidade, e naturalmente em língua portuguesa. Menciono as diferentes disciplinas: Leitura comentada, Gramática, Contas, Geometria, História de Portugal, Geografia de Portugal e colónias, rudimentos da Ciência e Agricultura e a Constituição da República Portuguesa.

Devemos ainda referir algo essencial para qualquer missão, isto é, que as lições de religião na língua africana são parte fundamental do nosso horário escolar, e na realidade a maior parte dos nossos evangelistas e professores da Missão e postos exteriores vem da nossa cidade. Outros trabalham nos bancos, casas comerciais ou com advogados, também nos escritórios da administração, onde o seu serviço é muito apreciado.

Houve dois acontecimentos no ano passado que nos obrigaram a rever a organização das nossas classes superiores. Por um lado, as professoras que tanto contribuíram para o sucesso das nossas escolas, foram impedidas de continuar; e por outro lado, a Missão Wesleyana Metodista, a qual não podia até então dirigir escolas, reconheceu que deveria fazer algo nesta área e propôs trabalharmos juntos para continuar a formação dos nossos estudantes mais avançados. Houve encontros entre missionários das duas Missões, às quais se juntaram representantes da Igreja Anglicana, e foram feitas propostas para a abertura duma escola superior. Primeiro parecia que o governo estava disposto a apoiar-nos, com a recomendação do inspetor escolar, indicando um professor de português para a escola. Mas pelos vistos ainda é cedo para isso. As Missões acordaram entre si empregar um jovem professor acabado de chegar de Portugal, e disposto a servir a nossa Missão” (Linder, 2001: 141-143).

O segundo depoimento é sobre o seu discurso, citado por Mário Ferreira, aquando da Inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas, na Manhiça, a 18 de maio de 1930:

“O discurso do Sr. Padre Lose, da Missão Suíça

Ex.<sup>m</sup> Sr. Governador-Geral da Colónia de Moçambique e membros do Conselho da Instrução Pública

Quero primeiramente agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> em nome da Missão Suíça e das Missões Evangélicas trabalhando na Colónia de Moçambique, o convite para assistir à inauguração da Escola de Habilitação de Professores Indígenas.

Chegado a esta Colónia há perto de 40 anos, tive ocasião de ver tudo o que foi feito para a educação dos indígenas, e posso dizer que vejo hoje a realização do que sempre esperei para os nativos deste país: Um estabelecimento onde um certo número de indígenas possa receber uma instrução bastante para os ajudar a ensinar o seu povo, de maneira a desenvolvê-lo, colocando-o a par dos povos das colónias vizinhas.

Desde o princípio, o desejo das Missões evangélicas tem sido ajudar o governo da Colónia a atingir este objetivo. A razão primária da nossa presença nesta Colónia é naturalmente religiosa: Nós somos discípulos de Cristo e por isso acatamos a sua ordem: “Ide, ensinai todas as nações”. E também cremos que é sempre verdadeira a palavra do sábio antigo: “O temor do Senhor é o princípio da ciência: os loucos desprezam a sabedoria e a instrução”. Tal foi o desejo dos portugueses quando Bartolomeu Dias e Vasco da Gama descobriram o caminho marítimo para a Índia, pois foram acompanhados de missionários. Mas o que sabemos é que o Cristianismo incita o indígena a desejar desenvolver-se, e que é necessário ajudá-lo neste objetivo, sob pena de o ver voltar atrás. É por isso que sempre temos tido o desejo de ver o desenvolvimento da escola permitir que o indígena seja capaz de trabalhar duma maneira inteligente e útil à *humildade*.

Foi por isso que, em dezembro de 1907 vimos com prazer a publicação das Portarias 730 e 731, e que temos feito todos os nossos esforços para cooperar com as autoridades portuguesas na preparação dos programas e dos livros necessários para os indígenas. Aqueles esforços não foram inúteis desde que hoje, logo que foram publicados os diplomas 167 e 168, exigindo a inscrição dos professores indígenas no registo da Instrução Pública, as Missões Evangélicas foram capazes de mandar os nomes de mais de 60 professores indígenas possuidores de certificados de 2.º grau, além dum grande número de homens que trabalham na cidade tendo o mesmo diploma.

Cremos que temos feito o nosso dever, mas concordamos com as autoridades ao dizer: “É necessário fazer mais”. Para isso é necessário obter uma educação pedagógica mais completa. Temos muito prazer em ver que nos programas da escola se fala do ensino prático, de agricultura, carpintaria, e não somente de instrução livresca, de maneira que o indígena seja instruído para ser cidadão útil ao país sob todos os aspetos. Fazemos votos pelo desenvolvimento da Escola de Habilitação e afirmamos a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Governo da Colónia o nosso desejo de cooperar com V. Ex.<sup>a</sup> para o melhor bem dos indígenas de toda

a Colónia. Não queremos ser considerados como “estrangeiros”, mas como amigos e colaboradores.

No tempo atual somos os primeiros a ver as influências nefastas que penetram entre os indígenas, e cremos na urgência de os educadores se unirem para acharem o melhor meio de combater estas influências más. As Missões evangélicas estão prontas a ajudar o Governo neste assunto. Há certos pontos que devem ser examinados para se obter este desenvolvimento de nós esperamos que V. Ex.<sup>a</sup> não tardará a permitir que aqueles pontos sejam discutidos lealmente entre os educadores dos indígenas da Colónia de Moçambique. Mais uma vez agradecemos a V. Exa.<sup>a</sup> em nome das Missões Evangélicas e fazemos os melhores votos para o êxito da Escola da Manhica” (Ferreira, 1933: 18-20).

Quando Loze se refere às professoras suíças que, após estadia em Portugal, foram dar aulas na Missão Suíça, o que terá contribuído para o êxito dos alunos nos exames do Estado, é realidade que as professoras estrangeiras vinham a Portugal aprender a língua para se habilitarem ao ensino da língua portuguesa nas Missões em Moçambique. Apesar de não dispor de nomes de professoras da Missão Suíça em Moçambique, que até à data do relatório de Loze terão passado por Portugal, na “Relação dos indivíduos autorizados no exercício particular do ensino missionário” promulgada no boletim oficial em 1937, pode ler-se que estiveram para o curso de férias na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra as senhoras Elizabeth Morgenthaler, Cristina Ries, Julie Fallet, Daisy Benoit Edith e Madalaine Delimoge, diplomadas pela Escola Normal das universidades da Suíça. Na data da promulgação da lista oficial, as professoras estariam a dar aulas nas escolas da Missão Suíça em Ricatla, na Machaquene, em Chicumbane e numa escola cuja localidade não está identificada. Na mesma lista oficial constam também nomes de outras senhoras, supostamente inglesas, que passaram pela Universidade de Coimbra e estavam a prestar serviço nas escolas da Missão Anglicana em Moçambique. Da cópia do cartão de estudante de Madeleine DeLimoges emitido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra referente ao ano de 1926, deduzimos que o curso de férias tinha a duração de dois meses (Linder, 2001: 143).

É oportuno contextualizar os dois depoimentos de Loze sobre as reformas de ensino entre 1907 e 1930, até porque, para melhor entendermos e analisarmos o segundo depoimento, que diz respeito à reforma de 1930, é necessário que conheçamos as reformas antecedentes. O ponto de partida para tal contextualização é a afirmação de Linder segundo a qual Loze “conseguiu com muito esforço a reorganização das escolas missionárias depois do Governador-geral ter assinado em 1907 a lei que prescrevia o Português como língua escolar, e a obrigação de todos os professores terem um diploma estatal” (Linder, 2001: 159).

A lei de 1907 a que se refere Linder consta da Portaria n.º 730, de 4 de dezembro de 1907 em que Freire de Andrade promulga o seguinte:

2.º Nos primeiros três anos, a contar da publicação desta Portaria, será a instrução ministrada em português ou na língua indígena do país, e no ensino serão unicamente empregados os livros que tenham sido oficialmente aprovados.

a) Depois daquele período a instrução só poderá ser ministrada na língua portuguesa.

3.º A nenhum indivíduo branco ou de côr, que não fale bem a língua do país e tenha conhecimento da língua portuguesa, será permitido o ensinar nas escolas da Província.

6.º A nenhum indivíduo será permitido ser professor numa escola indígena sem ter sido submetido a um exame perante o governador do distrito, administrador de circunscrição, capitão-mor, comandante militar ou outra autoridade local, e pelo qual prove que conhece bem a língua do país onde pretende abrir a escola e tem conhecimento da língua portuguesa.

a) Depois do exame a que se refere o presente artigo serão sempre passados certificados de habilitação, e remetidos ao Conselho Inspetor de Instrução Pública os duplicados.

Consequentemente, Freire de Andrade promulga a Portaria n.º 476 a 14 de julho de 1908, na qual define o programa de ensino indígena a ser seguido pelas escolas de todas as confissões religiosas da Província, abrangendo as classes seguintes:

**Quadro 4.1 – Portaria n.º 476 - equiparação do ensino indígena com o ensino do Ultramar**

<b>Classes do ensino indígena na Colónia</b>	<b>Correspondência com as classes do Ultramar</b>
1.º Grau	1.ª Classe – 1.ª Seção e 2.ª Seção 2.ª Classe, 3.ª Classe
2.º Grau	4.ª Classe

O ensino de *Lições de cousas* na língua nativa da região, bem como o estudo e leitura da cartilha em livros escritos em língua indígena, integram a disciplina de Português da 1.ª classe – 1.ª Seção e 2.ª Seção – e da 2.ª classe. Podemos inferir que *Lições de cousas* seja uma compilação da tradução dos trechos seletos de Junod, prescritos ao abrigo da Portaria de 7 de novembro de 1907, promulgada no Diário do Governo n.º 260 por Francisco Felisberto Dias Costa, Secretário-geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, no âmbito do programa provisório da 6.ª cadeira da Escola Colonial. Em 1909 é editado em Lourenço Marques, pela “Comissão dos Livros Escolares para Indígenas”, o manual de trinta páginas, *Lições de coisas para uso das escolas indígenas ao sul do Save*, que é uma tradução de conversação de português para Tsonga, destinado aos alunos da 1.ª e 2.ª classe das escolas indígenas. É de supor que este manual tenha sido produzido a partir da *Grammatica, Manual*

*de conversação e Diccionario da língua Ronga*, pelo padre Junod (um volume, encadernado) – Preço 600 réis, e que consta das “Obras á venda na Imprensa Nacional de Moçambique”. Da lista das obras à venda consta também o manual *Diccionarios shironga-portuguez e portuguez-shironga*, por E. Torre do Valle – Preço 2\$000 réis.

As restantes disciplinas prescritas no programa ao abrigo da Portaria n.º 476 são: ensino da escrita, cópia, ditado, composição, aritmética, educação cívica, moral e religiosa, ginástica e música, desenho elementar, noções de corografia da Província e continente português, noções da história de Portugal europeu, operações com números inteiros e decimais, problemas e sistemas métrico decimal, história de Portugal, gramática portuguesa e desenho, e noções práticas de agricultura e elementos de artes e ofícios. Porém, chamo a atenção para o facto de em abril de 1909 constarem sob “Obras á venda na Imprensa Nacional de Moçambique” como “Leituras escolares para uso das escolas indígenas”, os seguintes manuais:

Livro de Leitura;  
Lições de Coisas;  
Noções de Agricultura;  
Noções de História de Portugal;  
Noções de Chorographia da província de Moçambique;  
Quadros complementares de leitura (collecção de oito, em pano).

Ao abrigo da Portaria n.º 692 de 2 de agosto de 1909, Freire de Andrade determina que o exame da 2.ª classe (2.º grau) compreenderá as seguintes disciplinas:

Rudimentos de gramática portuguesa; ii) Rudimentos de história e de corografia portuguesa; iii) Aritmética e elementos de geometria com aplicação à indústria; iv) Primeiras noções de agricultura e de economia rural; v) Explicação de catecismo e doutrina cristã para os alunos da religião católica.

§ único. Os alunos do sexo feminino terão mais trabalhos de labores.

Ao abrigo da Portaria n.º 1:062 de 19 de novembro de 1909, Freire de Andrade determina que o exame da 1.ª classe (1.º grau) compreenderá as seguintes disciplinas:

Para os alunos do sexo masculino:

i) Leitura; ii) Escrita; iii) As quatro operações aritméticas em números inteiros e fracionários; iv) Explicação e exercícios sobre o sistema de pesos e medidas; v) Explicação do catecismo e doutrina cristã para os alunos da religião católica.

Para as alunas:

i) Leitura; ii) Escrita; iii) As quatro operações aritméticas em números inteiros e fracionários; iv) Explicação do catecismo e doutrina cristã para as alunas da religião católica; v) Trabalhos de labores.

O artigo 7 da Portaria anterior determina as classificações de passagem de exame da instrução primária do 1.º e 2.º grau, descrito na Portaria n.º 476 de “aprovado com distinção”, “aprovado” e “esperado”. É de crer que *esperado* significa *chumbado*.

A 7 de novembro de 1919 é publicado o Decreto n.º 6: 203 que entra em vigor em Moçambique ao abrigo da Portaria n.º 1:527 promulgada por Manuel Moreira da Fonseca, Governador-geral interino, a 5 de junho de 1920. Lê-se na Portaria que “Visando uniformizar, na parte aplicável, os programas do ensino primário geral de Moçambique, com os da Metrópole (...) O ensino primário geral compreenderá cinco classes ascendentes, e cada classe corresponderá a um ano letivo de frequência”. Sublinhe-se que as classes dos “Programas do Ensino Primário Geral” são designadamente, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe, 4.ª classe e 5.ª classe. Rege o artigo 18 do *ensino primário geral* que cabe aos professores da 5.ª classe avaliar as provas de seus alunos que habilitem a concessão ou não do diploma do ensino primário geral.

Os diplomas legislativos n.ºs 167 e 168 de 3 de agosto de 1929 promulgados pelo Governador-geral, José Cabral, visam reforçar a Portaria n.º 730, de 4 de dezembro de 1907 promulgada por Freire de Andrade. Assinale-se que nos dois diplomas como na Portaria n.º 730, referenciada por Loze, realça-se a obrigatoriedade de os professores ensinarem em língua portuguesa, sendo permitido o uso de línguas nativas somente na aula de catequese. Em ambos os diplomas legislativos, é realçada a obrigatoriedade de inscrição dos professores no Governo. É assim que determina o art.º 2.º do Diploma Legislativo n.º 167 que “Em todas as Missões religiosas a língua oficial na catequese, e bem assim nas outras relações com os indígenas, é a língua portuguesa”; subscrevendo sob o § único do mesmo diploma que “Transitoriamente, enquanto se não vulgarizar entre os indígenas o conhecimento da língua portuguesa, é permitido na catequese o uso da língua indígena falada, porém sendo proibido o emprego de quaisquer escritos nesta língua”. De igual modo preceitua o Diploma Legislativo n.º 168 que “A nenhum indivíduo, branco ou de cor, português ou estrangeiro, é permitido ensinar nas escolas particulares para indígenas, sem estar inscrito na Inspeção de Instrução Pública como professor”.

Analisando-se os programas de ensino descritos, bem como os manuais escolares à venda pela Imprensa Nacional, concluímos que algumas das disciplinas ministradas pelas escolas missionárias entre 1907 e 1919 estavam destinadas aos indígenas. Este quadro altera-se com a

introdução do ensino primário geral em 1920 que, ao procurar uniformizar o programa de ensino, parece não haver disciplinas destinadas especificamente às crianças negras. Outra novidade introduzida pelo ensino primário geral é a eliminação da estrutura do ensino em 1.º e 2.º grau, uma vez que os anos de escolaridade passam a ser por ordem ascendente da 1.ª classe à 5.ª classe. A uniformização do ensino muda em 1930 quando o ensino primário é dividido em dois sistemas: ensino primário rudimentar e ensino primário elementar. É no âmbito da *Organização do ensino indígena na Colónia de Moçambique* que se enquadra o ensino primário rudimentar da Portaria do Governador-geral, José Cabral, n.º 238 de 17 de maio de 1930. Segundo o artigo 7.º da Portaria, “O ensino primário rudimentar destina-se a civilizar e nacionalizar os indígenas da Colónia, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses”. O quadro seguinte apresenta uma comparação entre o programa do ensino primário geral e o programa do ensino primário rudimentar.



**Quadro 4.2 – Ensino primário geral vs. Ensino primário rudimentar**  
**Programa do ensino Primário Geral – 1920\***                      **Programa do Ensino Primário Rudimentar – 1930**

Português	Língua portuguesa: conversação, leitura e escrita
Conhecimentos da terra portuguesa	Aritmética e sistema métrico: as quatro operações com números inteiros e decimais
Preparação da criança para a vida individual e coletiva	Corografia e história de Portugal: conhecimento da terra portuguesa, especialmente da Colónia de Moçambique; descobrimentos e conquistas, episódios da História da Pátria
Geometria	Desenho, geometria e trabalhos manuais
Aritmética	Educação física e higiene
Ciências naturais	
Zoologia e botânica, da 3. <sup>a</sup> a 5. <sup>a</sup> classe	
Física, da 3. <sup>a</sup> a 5. <sup>a</sup> classe	
Química, 4. <sup>a</sup> e 5. <sup>a</sup> classe	
Mineralogia e geologia, 4. <sup>o</sup> e 5. <sup>a</sup> classe	

\*Disciplinas sem contar as artísticas, tais como trabalhos manuais, música e canto coral, ginástica e jogos educativos.

Outra das vertentes da *Organização do ensino indígena na Colónia de Moçambique* é o *Ensino normal* que, de acordo com o artigo 25º da Portaria citada n.º 238, tem como objetivo “habilitar professores indígenas para as escolas rudimentares”. Ministrado numa escola de habilitação de professores indígenas, em regime de internato e externato, lê-se no artigo 27.º que no curso que terá a duração de dois anos serão lecionadas as seguintes disciplinas:

- a) Língua portuguesa;
- b) Aritmética e sistema métrico;
- c) Geografia e história;
- d) Elementos de ciências físico-químicas e naturais;
- e) Desenho e trabalhos manuais;
- f) Pedagogia;
- g) Educação moral e cívica;
- h) Música.

§ único. Para a prática pedagógica dos alunos haverá anexa uma escola rudimentar para indígenas.

A criação de um sistema de instrução primária que separa as crianças negras das brancas acontece aquando da promulgação, a 25 de outubro de 1930, da Portaria n.º 1:205 pelo Governador-geral, José Cabral que estabelece o ensino primário elementar. Refira-se que para além de o sistema separar as crianças indígenas das brancas, a estrutura do ensino desta Portaria é a mesma que a do período anterior a 1920 no que toca à composição do 1.º e 2.º grau. De acordo com o diploma referente à Portaria n.º 1:205, o ensino primário elementar tem como objetivo “harmonizar, tanto quanto possível as disposições como as que vigoram na Metrópole”. Para efeitos de contextualização dos textos de Loze, irei citar os artigos dos diplomas referentes aos depoimentos:

Artigo 1.º O ensino primário elementar divide-se em dois graus, sendo o primeiro constituído pelas classes 1.ª, 2.ª e 3.ª e o segundo pela 4.ª.

Artigo 2.º A aptidão para a passagem de cada aluno duma classe para a seguinte, ou para a saída do ensino primário elementar, por meio de exames, que têm, reespetivamente, as designações de exame do 1.º e do 2.º grau do ensino primário elementar, é legalmente verificada:

- a) Da classe 3.ª para a 4.ª ou na saída do ensino primário elementar, por meio de exames, que têm, respetivamente, as designações de exame do 1.º e do 2.º grau do ensino primário elementar;
- b) Da 1.ª classe para a 2.ª, ou desta para a 3.ª, por meio de provas de passagem.

Relativamente às provas, o artigo 16.º preceitua que os exames do 2.º grau constam de provas escritas, práticas e orais, citadas no art.º 17 como sendo as seguintes:

- a) Um ditado de dez a doze linhas de um trecho contido em um livro de leitura, oficialmente aprovado para a 4.ª classe;
- b) Um pequeno exercício de redação, de tema escolhido pelo júri;
- c) Resolução de um problema que não exija mais de duas operações, e execução de uma operação aritmética, com a respetiva prova pela operação inversa.

Artigo 18.º As provas práticas são as seguintes:

- a) Cópia das três primeiras linhas do ditado, como prova caligráfica;
- b) Exercício de desenho, cópia do natural, de objeto de forma simples;
- c) Exercício de pesagem ou medição;
- d) Exercício de trabalhos manuais para os examinandos do sexo masculino e de labores para os do sexo feminino.

Artigo 24.º As provas orais constam de interrogatórios sobre todas as disciplinas que constituem o ensino primário elementar.

Artigo 33.º (...)

2.º Considera-se reprovado o examinando cujas provas sejam qualificadas com a nota de *mau* pela maioria dos membros do júri;

3.º Considera-se aprovado o examinando cujas provas sejam qualificadas com a nota de *muito bom* pela maioria dos membros do júri, se houverem obtido maioria de notas de *bom* no ditado e na prova escrita de aritmética.

Artigo 34.º Aos alunos aprovados é conferido um diploma.

§ 1.º Os diplomas são assinados pelo inspetor do círculo e autenticados pelo Inspetor de Instrução Pública.

Sobre o segundo depoimento de Loze, que é respeitante ao discurso proferido a 18 de maio de 1930, aquando da inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas, é possível tecer os seguintes comentários:

Loze terá sido convidado como orador da cerimónia, sobretudo na qualidade de membro do Conselho de Educação. Por outro lado, Loze terá visto na sua participação uma ocasião oportuna para exprimir os anseios e preocupações das escolas missionárias protestantes perante os ilustres oradores. Segundo o artigo de Mário Ferreira sobre o evento, terão também participado como oradores, sem dúvida, o Governador-geral, Coronel José Pereira Cabral, cujo nome mais tarde foi atribuído à Escola de Preparação de Professores Indígenas; o diretor dos Serviços de Administração Civil, Mário Malheiros; o administrador da Circunscrição de Manhica, Francisco Rodrigues Cardoso; o diretor-geral dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, Major Pinto Teixeira; e o diretor da Escola, Ângelo das Neves Gaveta.

O segundo aspeto que importa assinalar é a data do evento, que é no dia a seguir à promulgação da Portaria n.º 238 de 17 de maio de 1930, que determina a criação do *Ensino normal* para indígenas. Isto é, quando José Cabral promulga a Portaria, estava tudo a postos para dar início ao funcionamento do curso de Preparação de Professoras Indígenas. O facto de o despacho da Direção dos Serviços de Instrução Pública de 8 de janeiro de 1933, que nomeia professores de ensino rudimentar diplomados pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas findos dois anos prescritos para o curso, conforme consta do artigo 27.º da Portaria, sustenta a afirmação. Os portugueses sempre conciliaram os Descobrimentos e as explorações comerciais com a missionação, daí Loze fazer referência aos “históricos” portugueses Bartolomeu Dias e Vasco da Gama. Isto porque “Portugal tinha o dever histórico de impor às “raças inferiores” os valores da civilização ocidental e do cristianismo (...)” (Castelo, 1998:

86). Terá sido em cumprimento do artigo 2.º da Portaria n.º 730 de 1907 que estatui que a instrução deve ser ministrada em português que P. Loze publica em língua portuguesa três manuais escolares: *Elementos de Leitura – I*; *Elementos de Leitura II* e *Vocabulário* (Gonçalves, 1960: 159); daí referir-se aos esforços das Missões em cooperar com as autoridades. No tocante aos diplomas legislativos n.º 167 e 168 de 3 de agosto de 1929, sobre os quais existem duas listas, os documentos são referentes à inscrição de professores e catequistas na Repartição de Instrução Pública. Na primeira lista da Repartição Central de Instrução Pública, que data de 4 de março de 1936, constam os nomes “dos professores e catequistas das Missões estrangeiras estabelecidos na Colónia” com a indicação da localidade de inscrição do titular; qualidade de serviço que presta: professor, professor e catequista, catequista; e missão a que pertence: Missão Suíça, Missão Metodista Livre, Missão Metodista Episcopal ou outras. A segunda lista da Repartição Central de Instrução Pública de 14 de agosto de 1937 é referente aos “catequistas das Missões estrangeiras” Suíça, Metodista, Metodista Episcopal ou outras. Na identificação dos catequistas, que é por concelhos e circunscrições em que foram inscritos, consta também a missão a que pertencem.

Quando Loze refere que as missões protestantes enviaram para inscrição mais de 60 nomes de professores indígenas na posse de diplomas do 2.º grau, poderão constar entre os professores descritos indivíduos que foram abrangidos no âmbito da reforma anterior a 1920 quando, ao abrigo da Portaria n.º 730 de 4 de dezembro de 1907, o indivíduo com bom conhecimento da língua portuguesa se habilitava a professor certificado feito um exame. Loze também poderá referir-se a indivíduos que, tendo sido habilitados a professor pela Missão Suíça na escola de Ricatla, tiveram de ser acreditados pelo Estado. Sobre este último contexto Liesegang sublinha que foi em Ricatla que tiraram o curso de professor os pastores Elias Mucambe, Aaron Mucambe, Naftali Mbanze, da Missão Metodista, e Gabriel Macavi, da própria Missão Suíça. O historiador acrescenta que, perante a ausência de trabalhos sobre a escola de professores em Ricatla “Seria igualmente importante estudar o funcionamento dos cursos de formação de professores de Ricatla nos anos 20, e o seu impacto. Essa investigação permitiria estudar a geração dos pais dos nacionalistas dos anos 60. Uma fonte indispensável para esses estudos seriam os arquivos das Missões protestantes, neste caso Metodistas e da Mission de La Suisse Romande” (Liesegang, 1990: 114). É evidente na conclusão do seu discurso que Loze fala em representação das Missões protestantes.

#### **4.1.5 Preparação feminina/masculina e escotismo juvenil**

Linder descreve o período de 1929 em diante como tendo sido o mais penoso para a Missão Suíça devido ao encerramento das Missões-satélite e à redução do limite da idade

escolar. Porém, após consulta à legislação, a idade de acesso escolar das crianças é dos 7 aos 12 anos, quer ao abrigo da reforma anterior que introduziu o ensino primário geral, como no âmbito do ensino primário rudimentar. Linder refere que Amelia Schaller reunia na localidade de Mali, perto de Ricatla, um grupo de meninas que prestavam assistência mútua e visitavam idosos e colegas insubordinados. Elisabeth Randin abriu um lar para estudantes do género feminino em Lourenço Marques e outro em Chicumbane com capacidade para 60 meninas, não obstante não haver em Chicumbane uma escola secundária. No decurso do ensino primário as jovens aprendiam trabalhos caseiros, costura, malha e cultivo da terra com métodos modernos. As jovens eram preparadas para serem enfermeiras ou boas donas-de-casa. Foram também abertos em Chicumbane internatos para rapazes para a aprendizagem da agricultura após o horário escolar. O facto de os jovens fora das missões terem de se sujeitar ao modo de vida tradicional, e que incluía os ritos de iniciação, levou a Missão Suíça a pensar como resgatar estes jovens que corriam o perigo de morte perante a circuncisão. Foi a pensar no presente e no futuro dos jovens aldeãos que Linder sublinha que, em 1931, André-Daniel Clerc em Lourenço Marques organizou os *mintlawas*, palavra que significa “grupos” identitários que se reúnem em torno de objetivos comuns, que no caso dos *mintlawas* seriam jovens com escolaridade relativamente avançada. Em Lourenço Marques, Abrão Aldasse, um professor que vivia em Chamanculo, era quem reunia os alunos durante os tempos livres para a realização de atividades de *mintlawas*. As atividades incluíam exercícios corporais, jogos e canto. Em Maússe, próximo de Manjacaze, Natala Sumbane congregava muitas meninas que, após a missa do domingo, visitavam as aldeias em trabalhos de evangelização. Em 1938 Eduardo Mondlane era chefe dos *mintlawas* em Lourenço Marques. Não tendo conhecimento de que o Governo se tenha oposto à atividade dos *mintlawas*, leva-me a crer que o motivo foi de que a sua organização era semelhante à do escotismo de Baden Powell que o Governo chegou a incentivar. Aliás, foi a 19 de setembro de 1934 que Carlos Alberto Lopes Moreira, diretor dos Serviços de Instrução Pública, emitiu uma “Circular aos inspetores escolares e diretores dos estabelecimentos de ensino primário elementar, oficial, particular e missionário e professores do mesmo grau de ensino” que dizia: “os professores deverão promover entre os seus alunos a organização do escotismo, segundo o sistema de Baden Powell, no que esta instituição tem de intensamente proveitoso ao avigoramento moral e físico da criança”.

#### **4.2 Igreja Anglicana – Lourenço Marques, Gaza e Inhambane**

No subtítulo “Desenvolvimento económico e expansão missionária”, Patrick Harries, autor da obra *Junod e as Sociedades Africanas: Impacto dos missionários na África Austral*, refere que a criação formal de uma diocese anglicana independente em Moçambique surgiu

com o desenvolvimento de Lourenço Marques como porto estratégico para as minas de Witwatersrand. Em 1853, foi criada uma Igreja anglicana na colónia de Natal para servir colonos e africanos. Nessa altura, a comunicação entre ingleses, que reivindicavam o sul da Baía de Lagoa como seu território, e os chefes africanos independentes dos territórios de Lourenço Marques e Inhambane, era pacífica.

Para o autor, a expansão do anglicanismo para o interior de África foi fruto do trabalho de moçambicanos que aderiram à Igreja Anglicana enquanto trabalhavam na colónia inglesa do Cabo. Em 1861, na Cidade do Cabo, quatro intérpretes provenientes de escravos moçambicanos libertos, participaram na funesta expedição do Bispo MacKenzie às terras do Shire. Outros tinham participado na exploração do centro e leste da África austral. No início da década de 1890, Bernard Mizeki, proveniente de Inhambane, que há vinte anos chegara ao Cabo à procura de trabalho, fundou a Missão de Mashonaland (Harries, 2007). Permito-me assinalar que as terras Mashonaland, Matabeleland, Zululand, Basutoland são designações coloniais que identificam a etnia e a língua falada pelos povos dessas regiões. Shona, como língua, é falada por 57% da população de Manica e por 37% da população de Sofala (Mazula, 1995: 125) e também no Zimbabué.

Harries adianta que a questão da criação de uma diocese anglicana em Lourenço Marques foi levantada pela primeira vez em 1875, tendo sido novamente debatida em 1879 pelos ingleses após terem conquistado os zulus de Natal, ao reivindicarem o controlo parcial de Lourenço Marques. Aquando do tratado fronteiriço de 1891, a região a sul do rio Zambeze ficou incorporada no campo missionário anglicano e o rio Save foi definido como fronteira entre as dioceses dos Libombos e Mashonaland.

Quando, em 1889, o Bispo Douglas Mackenzie fez um levantamento da extensão de Lourenço Marques, concluiu que dificilmente a maioria dos regressados convertidos na África do Sul poderia continuar firme sem que houvesse uma diocese ativa e organizada. Foi a pensar no acompanhamento espiritual destes convertidos que a expansão da Igreja Anglicana e de outras estabelecidas na África do Sul, para o sul de Moçambique, foi encarada como um imperativo.

Por conseguinte, após a consagração de Edmund Smyth como Bispo dos Libombos, em 1893, foram estabelecidos postos missionários anglicanos em Lourenço Marques e Inhambane e, dez anos depois, no território dos Chopi. O passo seguinte foi evangelizar, nos subúrbios de Lourenço Marques, um grupo de deslocados Chopi que tinham fugido do seu território de modo a escapar às razias constantes a que estavam sujeitos os Chopi que viviam entre o Limpopo e Inhambane. Na procura de um leigo capacitado para interpretar e escrever em língua Chopi, a

Igreja recorreu à comunidade Chopi nas minas de Witwatersrand, onde encontrou um grupo que pertencia à Igreja de São Cipriano de Joanesburgo. Um deles, o sacristão John Matthews Nyoko, aceitou deixar o seu trabalho numa joalheria para realizar trabalho missionário na costa de Moçambique, com o financiamento da comunidade Chopi de Joanesburgo. Nyoko mudou-se para Hlamankulu (Chamanculo), bairro de residência dos Chopi, onde ele e o Bispo Smyth produziram a primeira edição de gramática, vocabulário e leitura em língua Chopi (Harries, 2007: 96-97). Saúte refere que John Matthew deixara o seu trabalho em Joanesburgo, onde auferia um salário de 150 libras por ano, em troca de 25% daquele valor como catequista anglicano (Saúte, 2005: 120).

A autora adianta que no mesmo ano, 1893, “o Sínodo Sul-africano dos Bispos, estabeleceu a Diocese Anglicana dos Libombos que se tornou a nona diocese da Província da África do Sul”. A Diocese abrangeu as províncias de Maputo (Lourenço Marques), Gaza e Inhambane. O facto de em finais do século XIX os Bispos T.E. Wilkinson, West Jones e Douglas Mckenzie, respetivamente de Cape Town e Metropolitan e Zululand, terem afirmado que havia milhares de anglicanos que se tinham convertido ao cristianismo enquanto nas minas de Kimberley e Witwatersrand, a Igreja via como necessidade acompanhar as “ovelhas perdidas” Chopi, Shangana, Tswa e Ronga, quando estas regressassem a Moçambique.

Relativamente à obra anglicana em Inhambane, Saúte refere que foi em 1894 que o Bispo Smyth e o Padre Salfey chegaram à localidade de Gikkuki (Chicuque) onde, quatro anos mais tarde, batizaram Mbitsh Kambule, o seu primeiro convertido, com o nome de Josefa (Saúte, 2005: 119-120). De acordo com Helgesson, foi em Cambine que o Bispo Smyth, da Igreja Anglicana, se hospedou quando chegou a Inhambane, em 1894, e Chicuque foi onde a Missão Anglicana esteve estabelecida até junho de 1889 (Helgesson, 1994).

Saúte adianta que, em 1895, a Sra. Agnes Saunders abriu uma escola para raparigas e rapazes, em Chalambi. No mesmo ano, foi aberta em Matsova, que dista 12 milhas de Lourenço Marques, a primeira filial da Missão Anglicana da Baía de Delagoa no seio dos Chopi deslocados. Em outubro, foi aberta a primeira filial da Missão Anglicana de Lourenço Marques. Em 1897, foi aberta a segunda filial da Igreja de Lourenço Marques, no Chamanculo, onde havia um grande número de cristãos convertidos em Durban, Joanesburgo, Barbeton e outras cidades.

Em 1903, a Sociedade para a Propagação do Evangelho fez um donativo de 1000 libras para a obra na região Chopi. John Matthew, um teólogo, nesta altura, tinha iniciado o trabalho nas terras Chopi em Nhocoene-Chongoene.

O número de igrejas fruto do trabalho dos moçambicanos estava a expandir-se, atingindo dezoito igrejas em 1913, mas sem nenhum padre. Face à situação, foram enviados para Maciene, em Gaza, os missionários Harp e Hughes. Após seis meses, problemas de saúde obrigaram Harp a deixar Maciene, sendo substituído por Gibbings. Até esta altura, Lourenço Marques era a sede do bispado. Os principais centros diocesanos de Lourenço Marques eram Chamanculu e Namaacha; de Gaza, Maciene; de Inhambane, Chamboni e Chalambe.

Segundo a autora, a presença anglicana em Moçambique não se confinava ao sul de Moçambique. Em 1881 os missionários haviam estabelecido uma Missão entre o Lago Niassa e o rio Shire. Porém, o trabalho que em 1893 iniciara, com a fundação da Diocese dos Libombos, no sul de Moçambique, não tinha qualquer relação com o do Norte até 1958, quando Stanley Pickard foi nomeado Bispo dos Libombos. Desta nomeação resultou a unificação do Norte e do Sul com a criação da Diocese dos Libombos (Saúte, 2005: 120-122).

Considero que a presença da Igreja Anglicana, que data de 1853 no Cabo e de 1861 no Natal, poderá estar associada à ambição dos britânicos de dominar o interior e o litoral de África, como mais tarde se revelou ser o projeto de Cecil John Rhodes de anexação do Egito ao Cabo.

#### **4.3 American Board - Inhambane**

Alda Saúte, no subcapítulo 2.1, “O renascimento cristão do século XIX”, considera o movimento de renascimento cristão o primeiro desenvolvimento na história do Cristianismo do sul de Moçambique. Citando Hastings<sup>13</sup>, a autora refere que “O movimento de renascimento cristão era uma renascença em termos pastorais, missionários e institucionais. As velhas ordens religiosas foram revigoradas e centenas de novas – especialmente ordens de ensino e enfermagem – foram fundadas”. A renascença cristã suscitou o interesse dos cristãos ocidentais, conduzindo a fluxos migratórios de padres, pastores e cristãos da Europa e América do Norte para África e regiões ditas ‘pagãs’. Foi no sul de Moçambique que, em 1879, a American Board of Commissioners for Foreign Missions (ABCFM)<sup>14</sup> tomou a iniciativa de lançar mãos à obra nas terras de Gaza, reino de Muzila. O americano Myron Pinkerton, que trabalhava na Missão Zulu na África do Sul, após ter-lhe sido proposto que visitasse o rei Muzila, faleceu, em 1880, antes de cumprir a proposta. Foi em outubro de 1881 que o americano Erwin H. Richards,

---

<sup>13</sup> Adrian Hastings, “Catholic History from Vatican I to John Paul,” in Adrian Hastings, eds., *Modern Catholicism: Vatican II and After* (London, 1991), 1.

<sup>14</sup> Patrick Harries designa por Associação Americana dos Missionários da Missão Estrangeira, in Harries, Patrick, *Junod e as Sociedades Africanas: Impacto dos missionários suíços na África Austral*, 2007, p. 97.



colega de Pinkerton na Missão Zulu, chegou à sede de Muzila (Saúte, 2005: 44-45). No seu relatório da viagem ao rei Muzila à American Board, Richards disse que o rei queria que cinco famílias missionárias iniciassem o trabalho no seu território (Saúte, 2005: 45; Harries, 2007: 98). Saúte, citando o missionário da Metodista Episcopal, Alf Helgesson, sublinha que, dois anos mais tarde, Muzila enviou emissários ao Natal para perguntar a Richards o motivo de os missionários não terem chegado. Citando Helgesson, Saúte acrescenta que o convite de Muzila tinha sido adiado por divergências de visão dos candidatos americanos a missionários no reino de Muzila quanto à estrutura da missão proposta. Enquanto a visão de Erwin Richards era de investir na capacitação de bons cristãos africanos que pudessem ensinar aos seus conterrâneos, a visão de William C. Wilcox era de investir em equipamentos e utensílios para a fundação de uma futura missão e compra de gado. Porém, Richards e Wilcox justificaram como causa do adiamento o facto de não terem encontrado um indivíduo zulu que aceitasse ir com eles para o lançamento da obra.

Relativamente à proposta de Wilcox à American Board, para que este abrisse uma missão em Inhambane, a mesma foi aceite. Por conseguinte, Wilcox e a esposa, Ida, fixaram-se em Coche, perto da Baía de Inhambane, em junho de 1883. Em agosto, Wilcox informou que já tinha coligido cerca de 800 palavras da língua Tonga. Após uma breve visita ao Natal, em 1884, Wilcox e a família estabeleceram-se em Mongoé na companhia de Richards e da sua esposa Mittie, do casal zulu, Cetewayo Goba, e da Dalita Isaacs, também zulu. Isto embora o governador de Inhambane ter proibido a American Board de estabelecer uma missão em Inhambane.

O ensino de alfabetização foi o ponto de partida para o lançamento da obra em Mongoé. A sra. Dalita Isaacs ensinava as crianças na aldeia do Chefe Tinga, e o sr. Cetewayo e esposa fundaram uma escola em Jógô, ao lado da foz do rio Nhanombe. O casal Wilcox alfabetizava os trabalhadores de construção e de limpeza dos terrenos da Missão. Aos domingos, Wilcox pregava sermões do outro lado da Baía de Inhambane e Richards exortava os jovens a irem às aldeias circundantes convidar gente para vir cultivar em Mongoé. Apesar de inicialmente os Tonga manifestarem algum interesse pelo trabalho dos missionários, mais tarde a maioria das crianças tinha abandonado a escola por achar que os benefícios materiais que lhes eram concedidos, incluindo roupas, não satisfaziam as suas expectativas. Quem assistia aos cultos eram os trabalhadores contratados, que assumiam ser um dever inerente às suas funções. Saúte, citando Helgesson, interpreta esta atitude como uma recusa da população em aceitar a mensagem do Evangelho. Outro pormenor salientado pela autora, citando Helgesson, é que

após fixação dos missionários da American Board, o padre católico local, Gaspar de Sousa, vetou a presença de americanos para “ensinar outra religião” (Saúte, 2005; Helgesson, 1994).

Alf Helgesson, no subcapítulo 2.4 “o Avanço dos Protestantes em Moçambique”, lembra que o ano de 1884 marca o estabelecimento devido da missão protestante em Mongoé, na Baía de Inhambane. Após a chegada do casal Benjamin e Henrietta Ousley<sup>15</sup>, no final de 1884, o ano de 1885 caracteriza um avanço da obra da American Board em Inhambane. Wilcox levou Ousley a acompanhá-lo nas viagens exploratórias ao interior de Inhambane, com o objetivo de encontrar localidades propícias para novos postos missionários (Helgesson, 1994). De acordo com Patrick Harries, Benjamin Ousley era um antigo escravo (pertencente ao irmão de Jefferson Davis, Joseph) que nos anos a seguir à guerra civil, na América, tinha conseguido estudar nas Universidades de Fiske e Oberlin. Foi com a ajuda de John Pohleni e Cetewayo Goba que Ousley e Wilcox estabeleceram novos postos missionários a oeste de Inhambane. Harries acrescenta que Richards ficara em Mongoé a trabalhar na transcrição do Tonga, uma língua escrita pela primeira vez por Sigismund Koelle em Freetown, na África ocidental, nos quarenta anos anteriores (Harries, 2007: 98).

Segundo Helgesson, Wilcox confessou que se sentia cansado de estar em Mongoé por ser um lugar muito exposto à população, tendo acrescentado o seguinte:

“Penso ser agora que iremos encontrar um lugar onde, como ponto de partida, seremos nós a gerir... onde iremos afastar a bebida e a cachaça... sem ter de realizar no sábado trabalhos desnecessários e onde os homens irão ter somente uma mulher, esse seria quase o ideal”.

Não tardou que duas novas localidades ficassem inseridas no mapa missionário: Cambine, que dista cerca de 15 km a noroeste de Mongoé, e Mocodoene, a cerca de 10 km de Cambine. Embora estas localidades não fossem distantes de Mongoé ou de Inhambane, 30 km, onde a língua Tonga é o meio de comunicação, a língua falada nestas duas localidades é Tswa. Em 1885, com a autorização do chefe Magarimani, de Cambine, o casal Ousley ergueu as primeiras construções no local. No ano seguinte, o chefe Mangezi concedeu autorização a Wilcox para se fixar em Mocodoene, tendo este iniciado um empreendimento agrícola, na perspetiva de criar oportunidades de trabalho e, possivelmente, gerar meios de subsistência para a Missão. A 29

---

<sup>15</sup> “Benjamin Ousley era um antigo escravo (pertencente ao irmão de Jefferson Davis, Joseph) que tinha conseguido obter uma educação nas Universidades de Fiske e Oberlin, nos anos a seguir à guerra civil”, Patrick Harries, *Junod e as Sociedades Africanas: impacto dos missionários suíços na África Austral* (2007), p. 98.

de agosto de 1885, findos três meses, Wilcox escreveu uma carta relativamente ao progresso da obra, em que dizia o seguinte:

“Estou admirado com a quantidade de trabalho de que podemos beneficiar desta gente. Todas as nossas dependências, quatro, foram construídas pelos nativos sem eu ter de levantar uma palha, exceto colocar duas portas e duas janelas. Para além de um excelente galinheiro e quintal que fizeram. Construíram currais para o gado, porcos e cabras; comedouros bonitos, prateleiras e barracas para o meu estábulo de cavalos. Um jovem fez todo o teto da minha casa. O mesmo jovem pavimentou e cimentou o chão da nossa cozinha e a varanda traseira ... Num forno queimaram 8.000 tijolos que fizeram, e só trabalhei por algumas horas para dar início ao trabalho. De um modelo que eu tinha cortado, um jovem fez várias configurações para a nossa escola. O mesmo jovem é agora o nosso alfaiate ... Os rapazes construíram uma capela bonita, colocando mesas e bancos para a sala de aulas ...”

Wilcox juntou na carta várias amostras de páginas imprimidas, mostrando a primeira escrita em língua Tonga; bem como um conjunto de perguntas e respostas que compõem o primeiro catecismo. Na última página do catecismo, impresso em Tswa, língua da população local, estava escrito que o manual era um guião para “Eu aceitar Jesus”. Também em língua Tswa estava escrita a oração de Jesus, o Pai Nosso, que ainda é recitado nos cultos em Tswa, na sua versão original. Todos os trabalhadores tinham aulas de alfabetização e evangelização durante algumas horas do dia. “Temos atualmente 44 pessoas ao nosso serviço”, escreveu Wilcox a Smith, em 1885, “não contando com dois órfãos que os levámos para criar, o que perfaz 46. Estamos desenvolvendo um bom trabalho no campo e na aula”.

Entretanto, o casal Ousley, em Cambine, dedicava-se à aprendizagem da língua, à construção de habitações e à planificação de estratégias de aproximação à população. A preocupação do missionário era dar à população a impressão errada de que iria trabalhar e estudar, pelo que decidiu não ter nenhum dos trabalhadores a frequentar o ensino diurno. Os trabalhadores que quisessem aprender a ler teriam de ir frequentar uma classe especial na casa de Ousley, à noite.

É evidente que todo o missionário tinha como objetivo difundir a mensagem cristã à população ao seu redor, segundo os princípios congregacionais da América. Esta perspetiva fez com que os missionários encarassem a aprendizagem de línguas nativas e a alfabetização como prioridades, além do mais, há uma clara evidência em como a população entendia que os missionários eram diferentes da maioria dos brancos, particularmente por serem indivíduos que

oram. Elias Mucambe, citando Munene Sikobele, em cuja casa hospedou Ousley quando este chegou a Cambine, disse ao chefe de aldeia que os visitantes eram indivíduos que “cantavam canções bonitas e fechavam os olhos para orar antes de se deitarem”. Tanto Ousley como Wilcox relataram ter uma participação regular nos cultos de domingo, embora, para além dos seus trabalhadores assalariados, eram maioritariamente mulheres e crianças. Levou algum tempo até que a população entendesse o significado da mensagem dos missionários. Muti Munene Sikobele, filho mais novo do casal Munene Sikobele, que mais tarde se desvinculou tornando-se um pastor independente da Igreja Metodista independente, referiu o seguinte:

“Durante a semana, tudo bem numa boa, pois que todos sabiam que da segunda à sábado trabalhavam para ganhar dinheiro. Contudo, relativamente ao domingo diziam que: ‘Somos obrigados a trabalhar sem dinheiro ao cantarmos canções e permanecermos em silêncio num espaço a ouvir o que só eles propriamente entendem; após isso, saímos sem receber nadinha!’”.

Contudo, o acolhimento de frutos espirituais não tardou. Cinco meses após Wilcox ter chegado a Mocodoene, relatou que “o número dos que professam seguir Jesus daquilo que têm conhecimento, chega aos 29. Este número não inclui meninas que ainda não há”. Adiantou, assinalando que “não sei que dizer sobre estes convertidos, se é que os posso designar por tal. Eles afirmam terem deixado de ingerir bebidas fortes, fumar maconha e de se terem desassociado dos seus amigos pagãos com todos os seus hábitos, e não intencionando a voltarem a associar-se com eles. Aparentam ter disposição de querer viver na luminosidade que recebem”.

Reuniões de oração eram uma atividade regular na altura. Na véspera de Natal, em 1885, mais de 100 pessoas das três missões, na maioria jovens, mas também algumas mulheres, reuniram em Mongoé. Segundo Erwin Richards, “muitos declararam de uma vez por todas renunciar todo o tipo de pecado, todos os costumes duvidosos, e dando testemunho de uma melhor dedicação no futuro” (Helgesson, 1994: 54-57).

Da leitura dos dois textos acima desenvolvidos, da autoria de Saúte e Helgesson, concluímos que a American Board of Commissioners for Foreign Missions (ABCFM), foi uma das sociedades missionárias pioneiras no estabelecimento de missões em Moçambique antes da colonização, concretamente em Inhambane. Do que foi descrito, a obra missionária realizada em Coche, o ponto de chegada do casal missionário William Wilcox, foi somente a coleção de 800 locuções em língua Tonga. Na localidade de Jógô, Dalita Isaacs, Cetewayo e esposa fundaram uma escola onde Isaacs ensinava as crianças e o casal Wilcox alfabetizava os

trabalhadores. Em Mongoé, Cambine e Mocodoene foi onde os casais Ousley e Wilcox se fixaram, estabelecendo as missões da American Board. Da literatura colonial e depoimento dos entrevistados, Cambine foi a sede da Igreja Metodista Episcopal e Mocodoene sua filial. Não havendo narrativas sobre a American Board coloca-se a questão de saber quando é que o trabalho da American Board terá terminado nestas localidades, questão que iremos adiante explorar.

#### **4.4 Igreja Metodista Livre – Inhambane**

David Kendall, na revista “Methodist World Missions Pulse – January-March”, 2017, refere que foi após cinco anos de tentativas de missionação em África que a Igreja Metodista Livre conseguiu estabelecer as primeiras missões no sul de África. Chegados de barco em 1885, G. Harry Agnew e outros missionários fundaram as primeiras missões na África do Sul e na costa marítima de Moçambique. Evangelização e alfabetização foram articulados na missionação destes missionários pioneiros (Kendall, 2017).

Segundo Saúte, a chegada a Moçambique do casal missionário da Igreja Metodista Livre da América do Norte, W. W. Kelly, e do missionário G. Harry Agnew, foi a resposta a um convite do missionário representante da American Board of Commissioners for Foreign Missions (ABCFM), Erwin H. Richards, para que estes missionários, vindos do Natal, iniciassem a obra em Inhambane. Chegados a Inhambane a 17 de junho de 1885, o casal Kelly e o missionário Agnew fixaram-se, inicialmente, na localidade de Komeni, mais a sul de Inhambane, onde trabalharam junto dos Tswa, Tonga e Chopi (Saúte, 2005: 47, Hogue and Hart, 1905: 42). Todavia, Richards foi repreendido severamente pelo Dr. Judson Smith, secretário da Home Board, por ter convidado para a região reivindicada pela American Board missionários de outra denominação, neste caso da Metodista Livre - Free Methodist. Isto porque a Home Board, em Boston, tinha decidido que toda a região do reino de Gaza – incluindo os territórios portugueses da costa – já lhes pertencia, no que dizia respeito à ação missionária. Sem meias-palavras, numa carta o Dr. Smith escreveu o seguinte:

“Neste momento, escrevo particularmente para colocar a Missão em alerta contra a usurpação dos direitos de ocupação dentro dos limites que consideramos ser da nossa Missão na África oriental e central, sem plena consideração e sem receber pareceres sobre esses Espaços ...”.

A liderança da American Board ficou perturbada pelo ato, que considerou ter sido intrusão de uma outra denominação no território que reclamava como sendo seu. O Dr. Smith referiu que já tinha notificado por carta os dirigentes da Igreja Metodista Livre, aguardando

pela aceitação de que os seus missionários tinham também violado as regras. Porém, este atenuou o seu argumento, ao colocar o ónus da responsabilidade no missionário que tinha tomado uma decisão que seria da esfera da Home Board, ao escrever o seguinte:

“Não digo que a ocupação do território entre o Limpopo e o mar até ao norte do rio Zambeze seja do âmbito da Missão na África oriental e central, ou que o território seja limitado para que os representantes de outra sociedade missionária não possam trabalhar em harmonia com esta Missão. A questão que coloco é de como fazê-lo...”.

Contudo, nada sugere que este incidente tenha afetado as relações entre Erwin Richards e a Home Board, como também em nada alterou o trabalho dos missionários da Metodista Livre, a não ser os inconvenientes resultantes do clima de Inhambane e as febres. Não tardou a que a senhora Kelly tivesse uma malária grave, tendo o casal deixado Inhambane para o Natal, sem nunca regressar. Sozinho em Komeni ficou o jovem Agnew, enfrentando os obstáculos da língua, dos problemas de saúde e da falta de dinheiro que o levaram a depender, em grande parte, de Richards e dos seus colegas, para aconselhamento, convívio e ajuda material (Hegelsson, 1994: 58-59).

No subcapítulo “Iniciativas de evangelização nos acampamentos dos mineiros”, Helgesson descreve que o advogado Albert Wir Baker, fundador da “South African Compound Mission”, em 1896, foi o primeiro a perspetivar as oportunidades de evangelização nos acampamentos. Embora nunca tenha aprendido uma língua local de Moçambique, o contributo de Baker nos mineiros moçambicanos, durante as primeiras três décadas do século passado, foi excecional. Baker instruiu e financiou homens convertidos para serem mensageiros do Evangelho em todos os acampamentos. Grupos de convertidos saíam todos os domingos a pregar e a testemunhar nos vários acampamentos do troço mineiro. Baker não estava só. Alguns missionários da American Board que vieram para Joanesburgo, do Natal, entraram em contacto com muitos trabalhadores moçambicanos através do trabalho evangelístico nos acampamentos. Durante alguns anos, Baker apoiou o missionário Harry Agnew, da Igreja Metodista Livre, até que este decidiu estabelecer as minas como seu principal campo de trabalho, de modo a impactar a situação em Inhambane. Das minas, Agnew fazia viagens consecutivas a Inhambane, a fim de estabelecer contactos para designar um pastor local, e não tardou que dos Estados Unidos chegassem missionários da Metodista Livre que se estabeleceram em Inharrime (Helgesson, 1994: 132).

De acordo com Júlio Gonçalves, a *Igreja Metodista Livre da América do Norte*, estabelecida em 1885 em Inhamachafu, Inharrime, possui uma sucursal em Massinga, duas

escolas em Inhamachafu, uma para o ensino elementar, outra para o ensino rural. Possui outra sucursal em Nhaloio, fundada em 1933, porém não há registo que nesta sucursal houvesse escolas (Gonçalves, 1960(2): 151-152).

#### **4.5 As peripécias de Erwin Richards**

Hegelsson descreve o Reverendo Erwin Richards como pioneiro do desenvolvimento missionário em Inhambane e elemento-chave de quem iria depender a continuidade do trabalho nesta região. Segundo o autor, Richards permaneceu alguns meses nos Estados Unidos, onde a sua esposa, Mittie, estava a recuperar de doença grave, após o casal ter deixado Inhambane, de férias. Nos Estados Unidos, entre final de 1889 e início de 1889, Richards visitou muitas sociedades de igrejas, prestando informações relativamente ao seu trabalho em Inhambane. Porém, em março de 1890 a atividade de Richards foi abruptamente suspensa, após entre ele e o secretário da Home Board, Dr. Judson Smith, ter havido uma troca de correspondência que culminou na apresentação da carta de demissão de Richards da American Board, em junho. A razão para esta crise foi, mais tarde, expressa pelo Dr. Smith do seguinte modo:

“Determinados factos relacionados com as suas (sr. Richard) relações com uma mulher nativa contratada pela Missão, chegaram ao nosso conhecimento, ... e após plena comunicação com ele nos pareceu que a sua ligação connosco deveria cessar”.

A vontade do Dr. Smith dar boas referências para que o Erwin Richards exercesse uma atividade cristã no país natal, ou, em alternativa, uma nova atividade noutra região do continente sob novas condições, é uma clara indicação em como o condenava o desvario temporário de Richards, mas não a pessoa em si.

A questão em causa estava relacionada com uma relação de intimidade, em algumas ocasiões, entre Richards e sua assistente zulu, a sra. Dalita Isaacs. Recordo que o nome desta senhora, africana da Zululândia, foi previamente citado, em relação à fixação em Mongoé, em 1884, de Wilcox e a família; Richards e a sua esposa, Mittie; o casal zulu, Cetewayo Goba e Dalita Isaacs. Helgesson acrescenta que quando Richards deixou Inhambane, em agosto de 1889, Dalita regressou à sua terra. Tanto ela como Richards tinham estado cientes, desde cedo, que a sua relação era moralmente condenável e contra os princípios da igreja, tendo Richards confessado plenamente e “num espírito de arrependimento genuíno e contrito”. Richards não se coibiu de confessar que a sua relação com ela era bastante íntima, que “a acariciava”, insistindo que não a tinha violado.

A troca de correspondência no início do 1890 alimentou a expectativa de Richards, no fim gorada, de que ele iria ser perdoado e regressaria a Inhambane – ainda que “com metade do

salário e sem qualquer direito de se pronunciar na Missão”. Richards apelou, inclusive, em nome da mulher, “que tanto gosta de Inhambane ... e está quase que destruída por ter que deixar assim seu trabalho que ela tanto gosta.” Não tendo recebido aprovação dos missionários colegas do Natal, por estes terem afirmado que a conduta do missionário deve estar acima de qualquer suspeita em relação aos africanos, o Dr. Smith não teve outra alternativa que não fosse solicitar a Richards a carta de demissão. Para além da questão moral, a raça era certamente o cerne do problema, uma vez que as relações íntimas entre brancos e negros não eram aceitáveis. Além do mais, o missionário era visto como “pai” dos africanos com os quais trabalhava.

Para Richards, o fardo da sua falha moral e a falta de perdão, apesar de ter expresso um verdadeiro e sincero arrependimento, era um jugo difícil de suportar. A sua vergonha, descrita em muitas cartas, terá atingido o ponto de ele expressar sentimentos de suicídio. Não tardou a que, depois do despedimento do casal da American Board, Richards comesse a explorar outras oportunidades de trabalho em África. Em finais de 1890, o “Sr. Richards se apresentou aos Secretários da Igreja Metodista Episcopal, e através deles ao Bispo Taylor; tendo sido tão bem-sucedido que na véspera de Natal recebeu do bispo o mandato para angariar fundos e prosseguir para a África oriental”. Conhecido por “Bispo de África”, o Bispo Taylor tinha jurisdição exclusiva de todas as missões da Metodista Episcopal em África. Após ter recebido o mandato, Richards terá começado a angariar fundos para regressar à África oriental e trabalhar nas Igrejas metodista, porém, as suas ligações com a Igreja Metodista Episcopal não eram sólidas. Ao que parece, Richards aceitou trabalhar pela Igreja Metodista por mera necessidade, de tal modo que em 1891 pediu sua reintegração à American Board, mas o pedido foi-lhe recusado. Aliás, o Dr. Smith tinha-o aconselhado a não trabalhar sob as ordens do Bispo Taylor, ao referir o seguinte:

“Pessoalmente, como seu amigo e da sra. Richards, devo dissuadi-los de tal decisão. Havendo muito a reconhecer do Bispo Taylor, e o seu trabalho sendo em alguns aspetos marcante, temos provas credíveis de que estando na África ocidental ele ainda não entendeu as causas do problema e que seria um grande risco para si assumir um trabalho lá”.

A primeira prova de que Richards tinha finalmente aceitado a ideia de trabalhar sob a supervisão do Bispo Taylor é uma carta de 26 de agosto de 1892, em que o Bispo o mandatava para abrir uma nova missão em Mashonaland, mas que “ficaria inteiramente ao meu critério demarcar esta área”. Em resposta, Richards fez uma afirmação surpreendente, dizendo que se lhe for permitido “ficará muito grato em largar qualquer outro trabalho e regressar a American Board... seja por cinco anos ou por 500 anos”. Assim, seis meses mais tarde, o casal Richard



começou a fazer as malas para regressar a África oriental, porém, o empreendimento americano em Inhambane enfrentava outro tipo de desafios, entre eles, a incerteza da continuidade. Do ponto de vista da American Board ficou claro que os acontecimentos entre 1890-1892 auguravam o fim do Protestantismo em Inhambane (Hegelsson, 1994).

Segundo Helgesson, uma grande incerteza quanto ao futuro da obra em Inhambane pairava em Benjamin Ousley após o seu regresso de férias, em setembro de 1891, ao ver o seu trabalho e ele próprio suspenso. O que Richards considerava ser avanços pouco significativos dos trabalhos dos colegas, na sua ausência de férias, fizeram-no ficar arrependido de ter regressado à Missão. Nancy Jones, que assumira o trabalho na ausência de Ousley, tinha-o conduzido numa linha diferente de Ousley ao “contratar alunos para a escola”. O batismo, por Wilcox, em maio desse ano, dos oito convertidos de Ousley “deveria ter sido adiado”. O que agravou a situação é que “eles tinham sido batizados por imersão de modo a agradar a sra. Jones... Penso que foi um erro imergi-los... Imergir alguns e aspergir outros pode confundir os convertidos”. É de lamentar não haver prova dos nomes dos oito convertidos, contudo, é de prever que Muti Sikobele, que mais tarde veio a assumir um papel de relevo no crescimento da Igreja, tenha sido um dos batizados.

Outros fatores constrangeram a continuidade do trabalho. “Um padre português iniciou um trabalho não longe da missão em Bembe”, sendo que até as atividades seculares sofriam o impacto daquilo que Ousley considerava ser uma agressividade católica. Foi-lhe dito que o indivíduo que trabalhava para uma empresa de Jesuítas francesa tinha ordens restritas para não ajudar de qualquer modo os protestantes. “Existem rumores de que a Inglaterra fez uma proposta de aquisição de toda a possessão na Costa oriental. Considero haver esta possibilidade” (...) “A influência portuguesa é toda prejudicial no que toca aos nativos”. O casal Bennett tinha regressado aos Estados Unidos em 1891, tendo Ousley sentido o peso de toda a responsabilidade e o abandono. O futuro era sombrio para Ousley, que já era o único missionário da American Board em Inhambane. Ele estava ciente das mudanças propostas pelos colegas do Natal sobre o encerramento definitivo do trabalho em Mongoé e Bembe, bem como da transferência para Mashonaland, e, segundo entendia, o facto de ser um negro americano parecia ser o motivo pelo qual não foi convidado para a nova localidade. “A outra conclusão que tiro é de que não sou desejado como membro da nova Missão. A tendência dos acontecimentos é que eu permaneça onde estou, sem perspectiva de qualquer reforço, a não ser que sejam encontrados Negros afro-americanos dispostos a vir para este campo”. Sou da opinião de que Ousley estava correto ao sentir um certo preconceito racial entre os seus colegas, propondo que a obra em Inhambane fosse deixada para “os de cor”.

Em fevereiro de 1893, a Prudential Committee em Boston decidiu suspender o trabalho em Cambine e Mocodoene, encerrando, deste modo, toda atividade missionária em Inhambane, tendo cessado a primeira tentativa da American Board fundar uma missão em Inhambane. Várias famílias da American Board no Natal e a sra. Nancy Jones estavam a preparar-se para o novo empreendimento missionário em Monte Selinda. Em Inhambane, algumas das muitas sementes que tinham sido plantadas desde 1883 tinham germinado e desenvolvido (Helgesson, 1994). Menciono “sementes” referindo-me ao trabalho iniciado. A questão colocada por Helgesson foi: qual seria o futuro dos cristãos abandonados em Cambine e Mocodoene? Será que o futuro cabia ao casal posto à prova, Richards, nesta altura, 1893, de regresso a África? (Helgesson, 1994: 89-94).

Assinalo que o desenvolvimento aqui descrito diz respeito à ação missionária protestante iniciada em Inhambane no período anterior à ocupação definitiva do território, em 1891. Lendo as datas de chegada a Inhambane dos primeiros missionários da American Board e Metodista Livre, concluímos que as mesmas coincidem com o evento da Conferência de Berlim, 1884-1885, o que pressupõe o conhecimento prévio das sociedades missionárias sobre quais seriam as prioridades de trabalho dos seus missionários em África. Tendo em consideração que o período marca o arranque dos trabalhos, justifica-se que para além da evangelização, a missionação se tenha limitado à preparação dos espaços e à escolarização. O que verificámos é que tirando o trabalho da American Board, na reta final, a intervenção do governo no funcionamento dos missionários esteve quase ausente. Tanto a reivindicação territorial da American Board, que se insurge contra a fixação na localidade de Komeni do casal W. W. Kelly e do missionário G. Harry Agnew, como também o domínio exclusivo do Bispo Taylor de todas as missões da Metodista Episcopal em África, revelam a dinâmica das disputas territoriais centradas em África no funcionamento das sociedades missionárias. Como vimos, as missões da American Board acabaram por encerrar em todas as localizações. Notamos também que a África do Sul funciona como a sede regional das sociedades missionárias ocidentais.

No subcapítulo 5.3 “Reinício do Protestantismo”, Helgesson lembra que o Protestantismo já não estava nos seus melhores dias quando a American Board suspendeu os seus trabalhos em 1893, tendo os missionários partido em maio do mesmo ano. Porém, três semanas mais tarde, chegou a Inhambane o casal Richards a caminho de Mashonaland, ao serviço do Bispo William Taylor. O autor sublinha que há quem considere a chegada de Richards uma coincidência feliz e outros que a veem como revelação divina para o trabalho missionário em Inhambane. É evidente que Richards tinha tomado conhecimento da intenção dos seus antigos colegas em deixar Inhambane, contudo, não existe prova das duas sociedades missionárias quanto à

transferência dos seus missionários de Inhambane. O casal Richards estava comprometido com a deslocação ao seu novo campo em Mashonaland, através de contribuições de muitos americanos para o Zambezia Fund do Bispo Taylor, destinado à nova Missão. Por outro lado, existe uma forte convicção de que a vontade de Richards era de regressar a Inhambane. Surgiu um obstáculo que impediu o casal de avançar e permanecer em Inhambane, que foi a instabilidade no território dos Matabele, aliado ao facto de que a construção da via-férrea da Beira para o Zimbabué estar a avançar lentamente, e por essa razão os carregadores iriam cobrar preços exorbitantes.

Entretanto, o casal Richards fixou-se na vila de Inhambane a convite de Harry Agnew, da Igreja Metodista Livre, que o recebeu em sua casa. Não há indicação sobre qualquer diretiva eclesiástica ou secular que na altura impedisse o plano do casal. Richards poderá ter ficado empolgado por encontrar a sua antiga máquina de imprensa na casa de Agnew. O jovem solitário da Igreja Metodista Livre que tinha comprado a máquina de imprensa dos colegas da American Board antes da sua partida já tinha imprimido alguns hinos que traduziu. Logo após a chegada em Inhambane, a esposa de Richards abriu uma escola para raparigas, que muito cedo revelou ser um sucesso. Richards manteve um contacto próximo e criativo com Tizora Navesse e o jovem Muti Sikobele (lembro que Muti é o filho mais novo de Munene Sikobele que hospedou Ousley quando este chegou a Cambine), que se tinham destacado como dirigentes temporários da Missão abandonada de Cambine. Tizora e Muti ficaram contentes com a chegada de Richards, a quem auxiliavam na obtenção de peles de animais, arcos, flechas e escudos, para venda e exportação. Richards também explorou o potencial mercado para o seu talento e equipamento fotográfico e achou que os portugueses manifestavam grande interesse nas fotografias que ele produzia. É desses recursos que Richards dependia para seu sustento.

Richards enfrentou uma tragédia em Inhambane. Após apenas três meses da chegada do casal, a malária atacou novamente a Sra. Richards, que faleceu em dois dias. Abalado, Richards culpabilizou-se por ter permanecido na vila ao invés de atravessar a Baía para uma localidade mais saudável. Ficou “totalmente desolado”, doente, e não tardou que sentisse a necessidade de deixar Inhambane para recuperar a sua paz de espírito. Foi para a casa dos seus antigos colegas, o casal Wilcox (com quem iniciara a obra em Coche e Mongóé), que na altura estava no Natal, na localidade de Mapumulo.

Enquanto recuperava no Natal, ocorreram-lhe dois objetivos, aparentemente contraditórios. O primeiro foi estabelecer Inhambane como seu campo de trabalho. O segundo foi apresentar um pedido de reintegração como missionário da American Board, tendo escrito ao Dr. Judson Smith a seguinte missiva:

“Planeávamos chegar a Mashonaland, porém quanto mais perto nos aproximávamos, menos expectativas víamos ao nosso horizonte, e considerando que outras sociedades missionárias se antecipavam, achámos desnecessário seguir em frente. Atendendo a que Inhambane está ao abandono, e nossos corações ansiosos de realizar este trabalho, achámos melhor permanecer aqui por alguma temporada, pelo menos ...

Assim sendo, solicitei fundos para readquirir todas as propriedades da Missão. Minha intenção é reaver estas casas para habitação dos cristãos nativos, e desde que esteja vivo, irei acautelar seus interesses.”

É provável que Richards tenha preferido evitar fazer mais um apelo ao Dr. Smith para a sua reintegração como missionário da American Board, uma vez que na carta que escreveu não consta o nome do Doutor. De qualquer modo, meses mais tarde, os seus antigos colegas da American Zulu Mission no Natal encorajaram-no a escrever aos missionários da East Central Africa Mission, em Monte Selinda, a solicitar a reintegração naquela irmandade.

No regresso a Inhambane, Richards iniciou negociações com os donos das antigas missões de Cambine e Mocodoene. Na altura, Cambine era uma localidade comercial e Mocodoene um posto militar. Passadas algumas semanas, Richards informou que ambas as propriedades estavam de novo na posse da Missão. Na mesma altura, em meados de 1894, Harry Agnew ao decidir ir para os Estados Unidos de férias, vendeu a sua casa a Richards. Relativamente a Mongoé, escreveu o seguinte: “um dia fiquei surpreendido ao me ser entregue pelo coletor de impostos uma fatura para pagamento das dívidas em atraso desde 1890. Este ato nos confere o direito à propriedade, e não me irei arrepender em pagar todo o valor da fatura.”

A casa em Mocodoene tinha sido habitada uma vez por Tizora Navesse e a família. Como voluntário, Navesse esteve a liderar em Mocodoene um grupo crescente de cristãos. A casa em Cambine tinha servido de residência temporária do anglicano Bishop Smyth, quando chegou a Inhambane pela primeira vez, em finais de 1894. Aliás, o Bispo manifestou a esperança de comprar Cambine para a sua Missão. Porém, não tardou a que comprasse Chicucue, onde a Missão Anglicana ficou localizada até junho de 1898.

Na altura, em Mongoé estava a nova Missão Católica, muito embora Richards tinha encontrado “um grupo de doze que preferia o Evangelho ao invés da ginástica vocal da Virgem Maria”. Ainda se reuniam para adoração Mabumbi ou Neli Kuambani, segundo a identificação da própria, que havia regressado após quatro anos de estudos em Inanda, no Natal. Richards enviou Mabumbi à sua casa em Mongoé para iniciar uma escola no beiral da Missão Católica. Após seis meses, Richards informou que Mabumbi tinha duas sessões de aulas por dia, uma

hora para a Bíblia e o maior número possível de aulas de leitura, costura e música para as crianças, rapazes e raparigas.

Com as quatro missões em Inhambane sob a alçada da Missão Metodista Episcopal, e o trabalho gradualmente a reativar, Richards alimentava a esperança de ser reintegrado na American Board. Foi em janeiro de 1895 que Richards finalmente recebeu uma resposta positiva dos missionários da American Board, que estavam dispostos a “tanto perdoar como a esquecer”. A única questão que faltava era acordarem como e onde Richards deveria continuar seu trabalho. Suspirando de alívio, Richards escreveu ao Dr. Smith sobre a questão, dizendo que “o meu desejo é permanecer nesta fortaleza e dar continuidade ao trabalho realizado pela Board, promovendo o crescimento do trabalho em tudo o que for possível”. Nunca mais se veio a falar do assunto.

Ao mesmo tempo que o objetivo de Richards era dar andamento ao trabalho realizado, os Anglicanos, de certo modo, davam continuidade ao trabalho realizado previamente pelos missionários brancos e africanos da American Board. Em 1895, durante a visita na Zululândia, o Bispo Smyth escreveu o seguinte:

“Ficará feliz em saber que com a ajuda de um dos alunos de uma antiga missionária americana, sra. Ousley, que tem noções da língua Zulu, tenho estado a traduzir excertos do nosso Livro de Oração e o catecismo diocesano de Zulu para Xitswa. O nosso Novo Testamento em Tonga revela também que nos corações dos Zulu existe a inspiração missionária; foi o trabalho de uma jovem zulu que foi a Inhambane para dar apoio aos primeiros missionários americanos na sua atividade escolar” (Hegelsson, 1994: 102-106). Lembro que Dalita Isaacs foi a jovem Zulu que, juntamente com os casais Richards, Cetewayo Goba e a família Wilcox, se fixaram em Mongoé, em 1884.”

#### **4.6 Igreja Metodista Episcopal<sup>16</sup> – Inhambane**

Sob o subtítulo “Mineiros convertidos regressam com o Evangelho”, Hegelsson assume de forma convicta que até cerca de 1910, os missionários da Igreja Metodista Episcopal não consideravam como prioridade missionar nas minas. Muito embora acompanhassem a crescente mobilidade da população, nos seus relatórios e correspondência de trabalho pouco ou nada escreviam. Consequentemente, os missionários metodistas mantiveram-se distantes das minas, concentrando sua atividade na região de Inhambane. Todavia, os Metodistas tiravam proveito das iniciativas dos Protestantes nos acampamentos do Transval. Em 1901, Chicuke, Cambine

---

<sup>16</sup> Metodista Unida, desde 1968

e Mocodoene eram os únicos postos missionários da Igreja Metodista Episcopal. Porém, em 1910, o número atingiu 68 em quase todo Inhambane, com evangelistas ao serviço da Igreja – um número surpreendente, resultante das iniciativas dos mineiros recém-convertidos quando regressavam a casa.

É evidente que o crescimento acelerado, que dependia de um grande número de indivíduos sem formação evangelística, trazia alguns problemas, tal como Erwin Richards escreveu no seu relatório, em 1907:

“Ficamos constantemente espantados com o entorpecimento de todos os sintomas de sabedoria espiritual dos convertidos no Rand que não tem vida a não ser nas minas. Contudo, alguns destes homens estão agindo de forma espetacular. Todos necessitam de ensinamento num país, na companhia de mulher, para que sejam dirigentes dignos de confiança no nosso meio.”

A ocupação territorial foi acompanhada de um aumento acelerado de cristãos membros, revelador da capacitação dos evangelistas mineiros na difusão do Evangelho. Mais surpreendente foi a reação dos Chopi, habitantes da região entre Inhambane e o rio Limpopo, considerados pelos missionários como sendo os “mais brilhantes, mais diligentes de todas as tribos do nosso distrito, mas também os mais selvagens e os mais supersticiosos”. Os pioneiros cristãos Chopi foram o jovem Jorge Makupulani e Filipe Guambe “convertidos por Baker”. Houve um acordo entre a Missão Metodista Wesleyana, sediada na África do Sul, e a Missão Metodista Episcopal em confiar oito das suas estações missionárias à Missão Metodista Episcopal. Sem dúvida que a determinação dos convertidos em evangelizar e iniciar a alfabetização nas aldeias foi um fator decisivo para o desenvolvimento acelerado do cristianismo, aliado à produção de literatura em línguas locais: em Tswa que se começava a difundir nas minas do Witwatersrand. Mais importante foi a tradução, em 1905, do Novo Testamento em língua Tswa, que os trabalhadores traziam nas malas quando regressavam para Inhambane; sendo que a Bíblia completa em língua Tswa foi impressa em 1911 (Helgesson, 1994: 133-134).

Outro elemento importante com impacto sobre o avanço da Igreja Metodista Episcopal foi a renovação de missionários de uma nova geração, dois anos antes da implantação da República. Quando o Reverendo Erwin Richards foi de férias em 1908 foi substituído pelo Reverendo William C. Terril, um jovem com um ano de experiência, que veio a trabalhar com os pastores africanos Tizora Navess e Muti Sikobele (Helgesson, 1994: 134). Segundo Harries, “Tizora Neves, o editor tornado pregador carismático, e Muti Sikobele, um do crescente número

de graduados que regressavam das universidades da Associação Americana do Natal” (Harries, 2007: 100). Mais tarde, chegou um grupo de quatro suecos missionários, um dos quais, Josef A. Persson, que veio a ser o promotor da literatura Tswa. Quando o casal Richards se ausentou por um ano, a “Missão Americana”, Missão Metodista Episcopal, passou a ser representada oficialmente por quatro suecos e um britânico, Terril, com esposa americana. Acontece que, segundo os registos, Terril não considerou a metodologia de trabalho e de organização da Igreja proposta por Richards como sendo “verdadeiramente Metodista”. O principal ponto de discórdia era a autonomia de cada Congregação local, praticada pelos evangelistas das aldeias, enquanto os novos missionários Metodistas defendiam uma forte ligação entre as Congregações locais e uma disciplina conjunta supervisionada pelo Bispo e o seu Superintendente distrital. O sistema de rotatividade, outra característica do Metodismo, introduzido mais tarde, mas encarado com resistência, defendia que a cada dois ou três anos cada pastor deve ser transferido para uma nova localização. A chegada de Pliny Keys, em finais de 1909, fez Terril suspirar de alívio ao considerá-lo sua alma gêmea. Com a bênção do Bispo, Joseph C. Hartzell, os dois iniciaram com grande aspiração um processo longo de reorganização da Missão na África oriental em linha com os padrões metodistas. Tão forte era a convicção dos dois na reorganização do trabalho que se insurgiram contra o regresso dos Estados Unidos a Moçambique, de férias, de Richards e sua esposa. Por conseguinte, embora Richards tivesse pela frente muitos anos para trabalhar em Moçambique como missionário, a verdade é que não chegou a regressar, tendo permanecido nos Estados Unidos ao serviço da Igreja Metodista Episcopal como promotor da Missão. A renovação de missionários em Inhambane coincidiu com a introdução da legislação sobre o funcionamento das missões religiosas e suas implicações (Hegelsson, 1994: 139-140). Considero que a portaria n.º 730, de 4 de dezembro de 1907, aplicável ao ensino das missões religiosas, foi a primeira legislação com impacto negativo sobre a ação missionária protestante que se vinha desenvolvendo desde os anos 1880. No art.º 8, um resumo dos artigos anteriores, lemos o seguinte:

“As autoridades administrativas, logo que tiverem conhecimento da existência de alguma escola sem a necessária autorização, ou de que em escolas autorizadas o ensino e educação religiosa são ministradas aos indígenas em língua cujo uso por esta portaria não é permitido, ou por um indivíduo que não possui certificado de habilitação, mandarão intimar o respetivo director para, em acto contínuo, a encerrar, sob pena de desobediência”.

Da minha análise à lei em referência, considero ser o pedido de autorização requerido aos missionários estrangeiros para que ministrem aulas aos africanos e o facto de as aulas terem de

ser em português, os principais obstáculos enfrentados pelas missões protestantes. Até à data da promulgação do diploma, pelo que parece, tais requisitos não lhes eram requeridos.

Do que foi descrito, Hegelsson assinala que antes de 1910 havia três missões protestantes ativas em Inhambane: os Anglicanos, sob a liderança do Bispo Smyth na vila de Inhambane; os Metodistas Livres, perto de Inharrime, a 100 km de Inhambane; e a Missão Metodista Episcopal, que em 1910 ocupava quase todo o distrito de Inhambane. Em 1910, as principais sedes da Missão Metodista Episcopal eram Chicunque, na Baía de Inhambane, que passou a Missão Metodista em 1898, e Cambine, cerca de 30 km no interior. O pioneiro da Missão Metodista em Inhambane foi o Reverendo Erwin H. Richards (Hegelsson, 1994: 137).

Segundo Gonçalves, a Igreja Metodista Episcopal estabeleceu, em 1883, a Missão Metodista Episcopal em Cambine (Inhambane) como sede; porém só é reconhecida pelas autoridades em 1909. Em 1890 a Igreja Metodista Episcopal estabeleceu a Missão Metodista Episcopal em Chicunque, mas só em 1926 é que pôde iniciar as suas atividades regulares sob a liderança de missionários estrangeiros. Segundo Gonçalves, a Missão de Cambine é provida por americanos auxiliados por portugueses, sendo o estudo antropológico realizado por Barreto aos 503 alunos do Colégio de Cambine, já citado, um exemplo da assistência dada pelos portugueses à Missão de Cambine. Como Barreto declara no Boletim da Sociedade de Geografia, “Aproveitando a oportunidade que se nos deparou no desempenho das funções de professor do ensino secundário na Missão Metodista Episcopal de Cambine (...), mensuramos 503 alunos que frequentavam o ensino de adaptação do Colégio Metodista Episcopal da mesma Missão”. Gonçalves acrescenta que a Missão de Cambine é ativa quer em Moçambique, quer nas minas do Transvaal, o destino de seus fiéis à busca de sustento. Em 1959 a Missão Metodista Episcopal de Cambine tinha uma escola de artes e ofícios, uma escola primária, uma escola agrícola e dez missões satélites com professores e catequistas e, mais tarde, a escola secundária na qual Barreto foi professor (Gonçalves, 1960).

#### **4.7 Igrejas missionárias estabelecidas após 1910**

Antes de mais, assinalo que dada à secundarização do papel que mereceram algumas das igrejas, refletido pela pouca informação sobre o seu trabalho na literatura colonial, tendo em conta que a minha tese abrange o período colonial, a título de exceção decidi incluir o trabalho realizado por essas igrejas no período pós-colonial com elementos do artigo da autoria de Éric Mourier-Genoud.

Relativamente ao período colonial, Júlio Gonçalves refere que a Igreja do Nazareno, conhecida por *Missão Nazarena/Americana*, pertence às chamadas *Holiness Organizations*, *Perfectionist Churches* ou ainda às *Holiness Churches*. Estabeleceu-se em Moçambique na



década de 1920, porém só em 1930 a Igreja do Nazareno teve a autorização do Governo para iniciar as suas atividades como Missão, instalando a sua sede em terreno cedido a título de empréstimo pela Igreja Metodista Episcopal em Tavane, circunscrição dos Muchopes. Foi em Tavane que a Igreja Metodista Episcopal inicialmente se fixou antes de se mudar para Cambine. A Igreja exerceu atividade em Lourenço Marques colaborando com a Missão Suíça. Gonçalves refere que a *Missão Nazarena de Tavane* tinha em 1940 dez missionários dos quais oito americanos e dois portugueses (um médico, Dr. Sousa Ribeiro, e uma professora). Da lista oficial de 1937 consta que a igreja tinha dezoito catequistas nas circunscrições dos Muchopes e Chibuto. Em 1959 prestavam serviço nesta Missão nove missionários estrangeiros, três professores indígenas e cinco enfermeiras indígenas. De acordo com António Aresta, a Missão Americana de Tavane tinha ao seu serviço os missionários: Oscar Stockwell, superior da Missão; Marjorie Stockwell, Pauline Doll, Mary Cooper, Lorraine Schultz, Evelyn Mewes; e as enfermeiras Leona Youngblood e Virginia Benedict (Aresta, 1969: 31).

A data da fundação da Missão Baptista Escandinava não é conhecida. Segundo Gonçalves, citando fontes de alguns *administradores*, a Missão terá sido criada entre 1924 e 1932, porém só em 1937 que terá sido legalizada. Tratou-se de uma missão sueca e que tinha ao seu serviço missionários desta nacionalidade. Sediada em Lourenço Marques a missão manteve uma escola de instrução primária com professora diplomada. Não existem fontes que indiquem que a missão mantinha assistência médico-social (Gonçalves, 1960: 144).

Eric Mourier-Genoud no seu artigo “Arquivos, historiografia e igrejas evangélicas em Moçambique”, 2002, refere que a década de 1990 marca em Moçambique o empenhamento dos investigadores em realizar debates sobre a essência do cristianismo, o que distingue o cristianismo do catolicismo e a sua interação com os Africanos e o Estado colonial. Todavia, o facto de as pesquisas se terem centrado na Igreja Católica e nas Igrejas protestantes *liberais* designadamente, a Missão Suíça, a Igreja Congregacionista, a Igreja Anglicana e a Igreja Metodista Unida, fez com que ficassem marginalizadas as Igrejas protestantes *evangélicas* Baptista, Adventista, Metodista Livre e *Dutch Reformed Church*. Refere o autor que as alegadas semelhanças entre as Igrejas protestantes *evangélicas* e as igrejas protestantes *liberais*, não são motivo que justifique a segregação a que as Igrejas protestantes *evangélicas* foram sujeitas, pois que o facto de as suas diferenças serem tão importantes quanto numerosas leva-nos a questionar se estaríamos corretos em agregar os dois grupos.

Na perspetiva teológica, a diferença entre os protestantes *liberais* e os protestantes *evangélicos* é que, enquanto os primeiros são “pós- ou a-milenaristas” os últimos são pré-milenaristas. Os *liberais* defendem que a Bíblia deve ser lida numa perspetiva crítica, enquanto

a visão dos *evangélicos* é que a Bíblia deve ser lida no seu contexto geral e, primeiramente, numa interpretação literal. Mourier-Genoud considera que os protestantes *evangélicos* não têm consideração pelas outras confissões, chegando até a hostilizar o Catolicismo e o Islão. É através da TV, internet, rádio e ensino à distância, que os protestantes *evangélicos* difundem com veemência o Evangelho. Os protestantes *liberais*, assumindo-se tradicionais, defendem a unidade de todas as Igrejas cristãs. No campo sociopolítico, os protestantes *liberais* são reformistas, revolucionários e fazem uma apreciação crítica sobre o mundo e o Estado. Os protestantes *evangélicos* são conservadores e, ainda que críticos à corrupção do mundo e do Estado, são tolerantes.

A ideia de que as Igrejas protestantes não *liberais* em Moçambique não têm projeção não justifica a sua marginalização, pois que elas são das mais antigas. Citando a Igreja Metodista Livre que chegou a Moçambique em 1885; a Missão de Nauela que se estabeleceu em 1913; a Missão Baptista, fundada em 1920 e a Igreja do Nazareno, constituída em 1921. Não só, antes da independência as igrejas protestantes *evangélicas* tinham tantos fiéis quanto as igrejas protestantes *liberais*, como também abrangiam territórios extensos e, muitas delas, a norte do Zambeze onde a presença das igrejas protestantes *liberais* se verificou apenas de 1960 em diante. Segundo o académico, vislumbra-se um futuro promissor para as igrejas protestantes *evangélicas* tendo em conta o seu crescimento de há alguns anos para cá, fruto das doações e da chegada de muitos missionários estrangeiros no âmbito dos projetos de evangelização *Caleb*, *Joshua*, ou *Ad 2000*, também conhecidos por *Ad2000 & Beyond*, que datam da década de 1980.

Por conseguinte, considerando não ser devido à falta de interesse ou de reputação a ausência de literatura científica sobre as igrejas protestantes *evangélicas* em Moçambique, o autor considera que a lacuna só pode ser explicada pela “dupla marginalidade” a que foram sujeitas estas igrejas em Moçambique. Isto, em virtude de os protestantes *evangélicos*, tal como as outras correntes protestantes, terem enfrentado a hostilidade do Estado colonial, à qual após a independência se juntou uma marginalização caracterizada por uma repressão ordenada pelo partido no poder, convicto de que antes da independência alguns pastores e igrejas protestantes tinham colaborado com o regime colonial, com a polícia secreta e com o “imperialismo americano”. Foi a partir da década de 1980 que o Estado moçambicano tomou a iniciativa de se relacionar com as igrejas protestantes *liberais* às quais estaria vinculada a maioria dos seus ministros ou mantinha relações de proximidade.

Numa altura em que o Estado moçambicano procurava melhorar as suas relações com as igrejas, a investigação científica estava direccionada à política, razão pela qual a realização de pesquisas sobre igrejas com historial colonial manchado seria desadequada. O investigador

assinala que as investigações científicas durante esse período estavam centradas no nacionalismo e suas origens, temáticas que conduziram o partido no poder a encorajar pesquisas sobre as igrejas protestantes *liberais* e sendo que a Igreja Católica, assumida como liberal pró-nacionalista, era vista como opositora dos protestantes. Esta é mais uma razão que terá contribuído para a marginalização das igrejas protestantes *evangélicas* aquando do início das pesquisas pós-coloniais sobre a historiografia do cristianismo em Moçambique.

O autor sugere que se tome em consideração os laços de longa data entre a academia e as igrejas protestantes *liberais*, acusadas pelos evangélicos de “racionalismo”, como também que se leve em conta a vontade manifestada pelas igrejas protestantes *liberais* em ceder os seus arquivos para consulta. Refere que a realização de pesquisas sobre as igrejas protestantes *evangélicas*, para além de visar o preenchimento da falta de literatura que existe, iria enriquecer a historiografia, uma vez que a teologia destas igrejas e a sua linha de orientação sociopolítica difere da das igrejas protestantes *liberais*. As pesquisas permitiriam desfocar a ótica que encara o protestantismo como sendo essencialmente liberal, e cuja desfocagem conduziria a estudos comparativos sobre as várias denominações protestantes, o que, certamente, daria uma perspetiva complexa e sofisticada do Protestantismo e Cristianismo.

Mourier-Genoud considera que o facto de em Tete e na Zambézia terem funcionado igrejas num contexto socioeconómico e político diferente do dos protestantes *liberais* e *evangélicos* do Sul, a análise das igrejas protestantes *evangélicas* permitiria a descentração desse contexto, o que contribuiria para a afirmação, publicação ou o aperfeiçoamento das teses sobre as Igrejas protestantes estabelecidas no sul de Moçambique. Atendendo à entrada massiva em Moçambique de novas instituições evangélicas e pentecostais, bem como o aumento elevado de crentes de igrejas anteriormente, as pesquisas neste âmbito impulsionariam à elaboração de um quadro histórico que conduzisse à noção dos progressos atuais e à apreensão socio-teológica do que é mais pertinente. Isto, tendo em conta que os debates nos jornais e meios políticos acerca da Igreja Universal do Reino de Deus nos permitiria entender o seu *modus-operandi* e, em particular, o posicionamento desta igreja face aos meios de comunicação e ao dinheiro.

O autor descreve a evolução das igrejas Nazareno, no sul de Moçambique, Missão de Nauela, na Zambézia, que tem a particularidade de ser uma instituição anterior à independência. Esta Missão tem sido dirigida por várias missões estrangeiras nomeadamente, pela *South African General Mission* (SAGM), a *Scandinavian Independent Baptist Union*, a *African Evangelical Fellowship* (AEF) e a *Society for International Missions* (SIM).

A União Baptista, em Moçambique, é descrita como sendo um movimento constituído pela Convenção Baptista e União Baptista, sendo a última, a igreja mais antiga e a mais reconhecida, produto da obra missionária sueca da *Scandinavian Independent Mission*, cujos missionários se fixaram em Gaza em 1921; e, posteriormente, em Lourenço Marques (Maputo) e Inhambane.

Se bem que as missões e igrejas supracitadas fixaram-se em Moçambique antes da independência, não é o caso da *Open Doors* e da *African Inland Mission* (AIM). A última, após a tentativa não-sucedida de fixação em Moçambique em 1974, a partir do Quênia, a AIM conseguiu o seu objetivo em 1986, instalando-se na Beira. Quanto ao movimento religioso, *Open Doors*, que, através do “contrabando da Bíblia” missiona formando pastores nos “países fechados” (ao cristianismo) pelo comunismo e pelo Islão, a *Open Doors* entrou em Moçambique em finais dos anos 1970, por via das zonas libertadas pela Renamo. É a partir do início da década de 1980 que a *Open Doors* trabalha como instituição religiosa legalizada (Mourier-Genoud, 2002: 137-154).

#### **4.8 Relação entre Igreja Católica e Missões protestantes (em Inhambane)**

No subcapítulo 2.4 “Católicos e Protestantes em Inhambane por volta de 1910”, Helgesson descreve que a primeira Missão Católica na região de Inhambane, “Missão de São S. José de Mongoé”, inaugurada em 1890 na localidade de Bembe, mudou de localização em 1893. Durante toda a primeira década do século passado, Mongoé foi a sede da obra missionária católica na região. A partir de 1904, o trabalho era dirigido pelos Franciscanos, juntamente com outras ordens religiosas. Contudo, foi na segunda metade da década que se assistiu a um conflito entre a liderança clerical na Ilha de Moçambique (a sede da Prelazia foi na Ilha de Moçambique, enquanto capital do território da África oriental portuguesa) e os missionários locais. Barroso, Bispo residente, defendia a localização de uma missão numa zona mais estratégica, o que o levou a querer encerrar a Missão de Mongoé, relegando-a a “estação missionária”. Tal ação implicava ter em funcionamento apenas uma escola, com um único missionário residente. Por outro lado, os vários missionários dirigentes tudo fizeram para reabilitar os edifícios e a estrutura de Mongoé, e também para desenvolver as áreas da educação e trabalho. Porém, o espaço era limitado e os recursos financeiros parcos durante anos, ainda que o número de alunos tivesse quase duplicado, de 39 em 1906 a 76 em 1910. Alimentando a expectativa de um futuro melhor da Missão de Mongoé – além de uma escola primária, uma escola de artes e ofícios – os missionários continuaram o seu empreendimento através de empréstimos garantidos pelos próprios. O facto de em 1908 as contas terem encerrado com um déficit, levou a que o Bispo chegasse à conclusão que seria necessário transferir a Missão de Mongoé para outra localidade.

Um relatório de Mongoé, datado de 1907, declarava satisfação dos católicos pelo encerramento de “algumas escolas ligadas a estas Missões protestantes e dirigidas por nativos. Estas escolas têm sido um autêntico flagelo nesta área ...”. Contudo, é surpreendente verificar que em 1903 se tinha tomado a decisão de criar uma missão sucursal em Mongoé para preparação de agricultores, *perto da estação Metodista de Cambine*. Helgesson adianta que ignorando as querelas entre os missionários de Mongoé, o Bispo da Igreja Católica em Moçambique e o Governador de Inhambane concordaram que a localização de Mongoé não era propícia, sendo necessário encontrar outra localização em Inhambane. Assim, decidiram-se por Homoine, a cerca de 30 km de Maxixe. Deste modo, foi criada a *Missão de S. Francisco de Assiz em Mocumbi*, na região de Inharrime; e a *Missão de S. João de Deus em Homoine*, por decretos eclesiásticos, respetivamente de 2 de janeiro de 1909 e 7 de dezembro de 1910. Mongoé foi declarado uma “estação missionária” com um missionário (Helgesson, 1994: 136-137).

O estado da Missão de Mongoé era preocupante para os missionários, que notavam a influência dos protestantes caracterizada pelo crescimento da Missão Metodista de Chichuque, a apenas 15 km de distância da estrada para Inhambane, e a presença da Missão Anglicana em Chambone, próximo de Mongoé.

A Igreja Católica portuguesa prestava serviço missionário junto dos mineiros moçambicanos na África do Sul. A carta escrita por um padre católico ao Curador português em fevereiro de 1910, a solicitar apoio moral e financeiro para as aulas dos seus trabalhadores africanos da colónia portuguesa é o primeiro indicador de uma missão católica nos acampamentos do Transval. A carta, segundo consta, foi da iniciativa do padre. No seu apelo, o padre José Vicente do Sacramento adverte para as consequências prováveis de uma resposta negativa ao seu apelo, dizendo o seguinte:

“Os nossos nativos que estão tão satisfeitos com as suas aulas aqui (nos acampamentos), teria de os deixar, embora com um coração dorido, nas mãos dos Protestantes que, beneficiando de descontos das suas Sociedades Bíblicas, estão aqui a manter ativo um fogo contra nós, descrestianizando e desnacionalizando os nossos nativos. A sua ação combinada em Moçambique e no Transval será a causa da nossa perda daquela rica colónia”.

Lamentavelmente, não foi possível concluir se, de facto, o empreendimento missionário do Padre José Vicente chegou a ser permanente (Helgesson, 1994: 133).

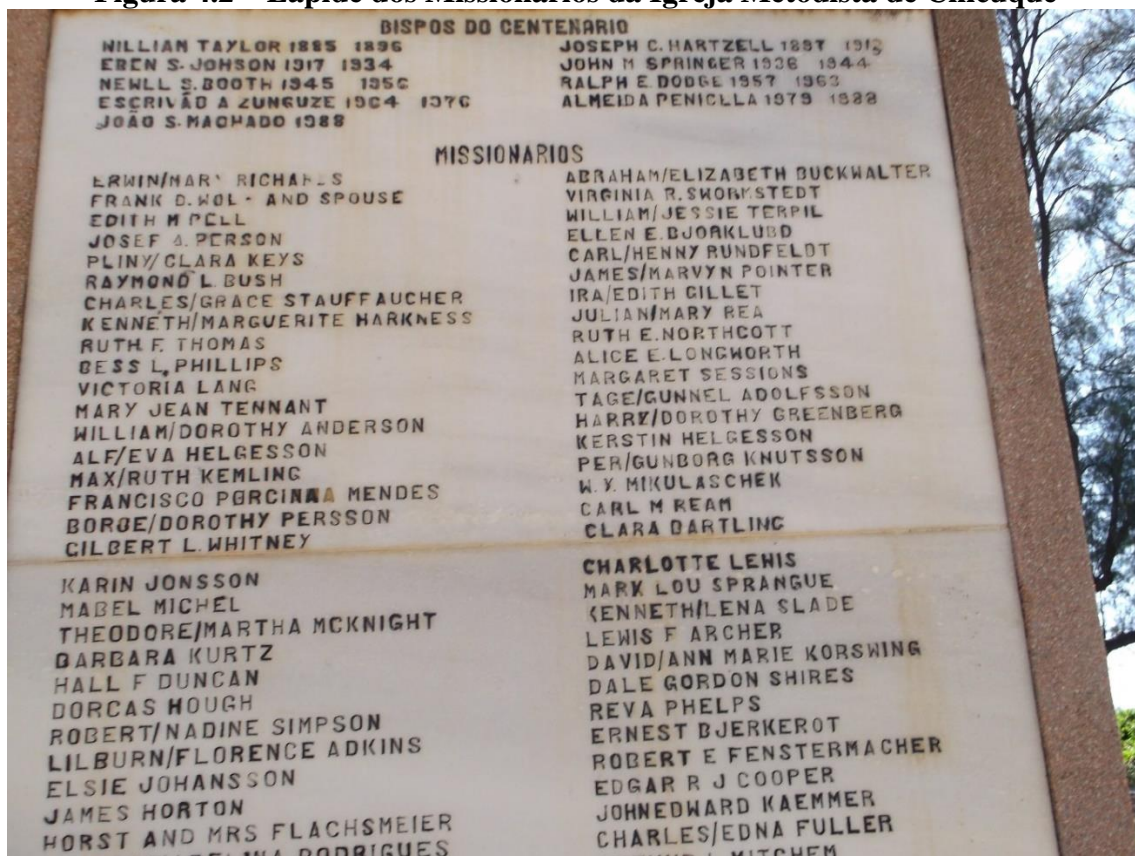
#### **4.9 Relações entre Protestantes e autoridades (Inhambane)**

Segundo Helgesson, Richards afirmava ter mantido boas relações com as autoridades coloniais de 1887 a 1889. Aliás, Richards recebia em Mongoé, para refeições, o governador e outras autoridades públicas. Segundo Richards, citado por Helgesson, após o estabelecimento do posto militar em Mongoé, os contactos com as entidades oficiais fortaleceram-se, a ponto de os soldados frequentarem a Igreja protestante, algo que ele via com satisfação. Por vezes, a Missão de Mongoé servia como hospital de socorros para os soldados, sob a supervisão da esposa de Helgesson. Em determinadas situações, era concedido apoio material às autoridades, por exemplo, na impressão de passaportes e na redação de contratos de trabalho para o Governo (Helgesson, 1994: 72-73). Lembro que Richards tinha uma máquina impressora.

Em jeito de conclusão, permito-me assinalar que pese o protagonismo da Missão Suíça no distrito de Lourenço Marques, Inhambane foi a região pioneira de fluxos migratórios laborais de Moçambique para a África do Sul. É por essa razão que descrevi com profundidade a atividade missionária desta região. Conforme Patrick Harries refere que o envio de mão-de-obra permitiu também aos trabalhadores Chopi e Ronga da região de Inhambane para entrar no Natal, uma vez que a sua mobilidade por terra estava bloqueada em Gaza. O Governador de Inhambane incentivava o envio de trabalhadores para o Natal, devido às receitas que o próprio e a tesouraria local recebiam. Em fevereiro de 1876, o primeiro grupo dos Tonga-Chopi desembarcou em Durban, onde foi aclamado de “pioneiro” (Harries, 1994: 25). Por conseguinte, os Tswa (61%), os Bitonga/Tonga (16.6%) e os Chopi (17.4%) (Mazula, 1995: 125), foram os primeiros a receber o Evangelho quando os missionários se estabeleceram na África do Sul.

Vimos que Erwin Richards, apesar da peripécia, foi perdoado (tal como o filho pródigo da Bíblia), reintegrado e acabou por ser um personagem influente das Missões American Board, Free Methodist e Methodist Episcopal Church. Aliás, confirma-se que Richards é o fundador da Missão Metodista Episcopal em Moçambique, dado que seu nome surge em primeiro lugar na lista de missionários da lápide da Igreja Metodista, em Chicunque, cuja fotografia, figura 2, foi tirada por mim, conforme consta na figura 3. Também é acrescentada a Igreja Metodista de Cambine, de acordo com a figura 5. Alf Helgesson, autor de referência neste capítulo e ao longo deste trabalho, integra a lista dos missionários da Igreja Metodista, bem como os missionários Josef Person, William Terril, Pliny Keys, Ruth Nortcott e o Bispo Josef Hartzell, nomes identificáveis na Lápide, figura 2 e 4.

**Figura 4.2 – Lápide dos Missionários da Igreja Metodista de Chicique**



**Figura 4.3 – Igreja Metodista de Chicique**





**Figura 4.4 – Lápide comemorativa de Centenário (1890-1990) da Igreja Metodista de Chicupe**

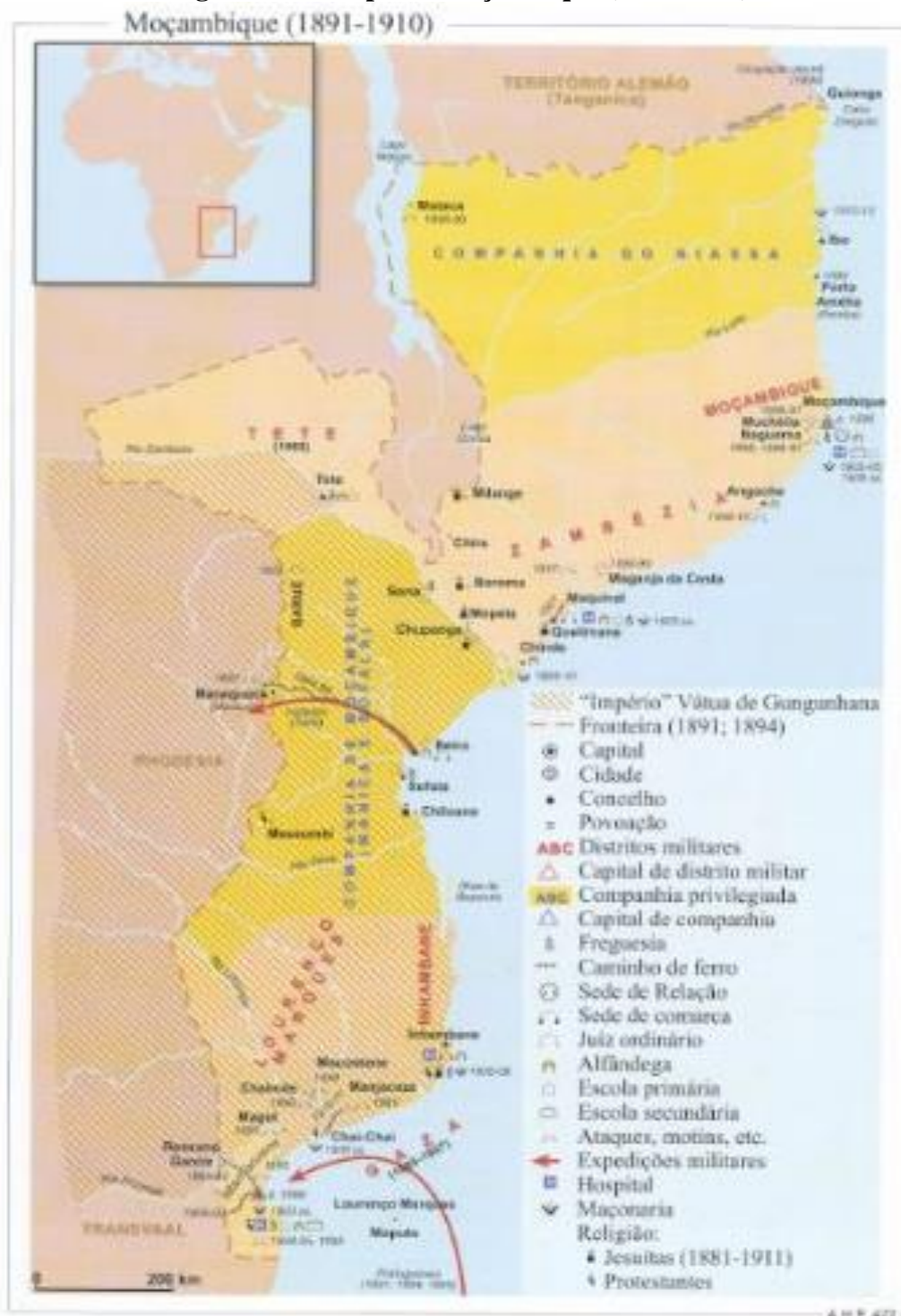




**Figura 4.5 – Igreja Metodista de Cambine**



**Figura 4.6 – Mapa de Moçambique (1891-1910)**



**Fontes e bibliografia principais:** Henrique Galvão e Carlos Selvagem, *Império Ultramarino Português (Monografia do Império)*, volume IV, Moçambique, Índia, Macau, Timor, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953; *Anuário Commercial de Portugal*, anos diversos; *Estatística dos Caminhos de Ferro das Colónias Portuguezas de 1888 a 1911. Documentos principais e gráficos*, Lisboa, Direcção Geral das Colónias, 4ª Repartição - Caminhos de Ferro e Portos, 1913; Olga Iglesias Neves, "Moçambique", in *O Império Africano, 1890-1930*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, "Nova História da Expansão Portuguesa", direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, Lisboa, Estampa, 2001, pp. 470-584; A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vols. I e II, Lisboa, Delta, 1986.

# Figura 4.7 – Missões em África antes da colonização de 1885 a 1890: Hastings, 1996

618

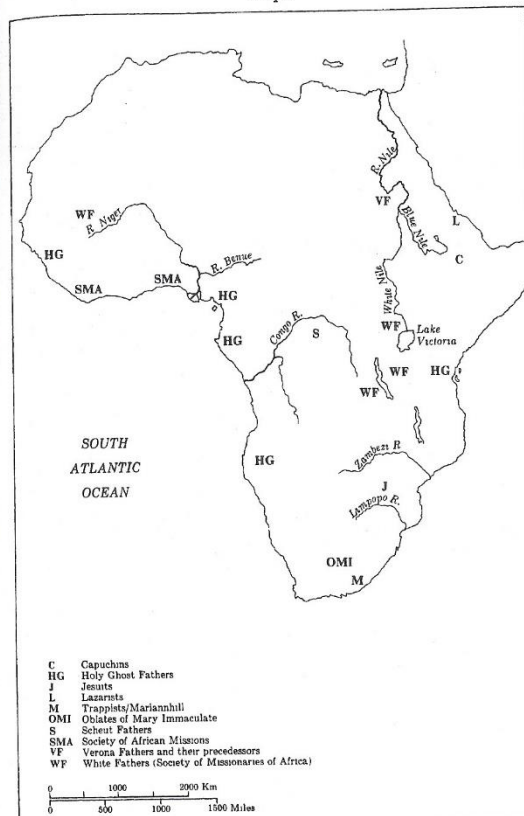
Appendix 2



Map 6. Protestant missions in South and East Africa established by 1885. This includes only a small proportion of those in Cape Colony and Natal

Maps

619



Map 7. The principal Catholic missionary societies at work in Africa between 1850 and 1890



**Figura 4.8 – Divisão Administrativa de Moçambique em 1962**

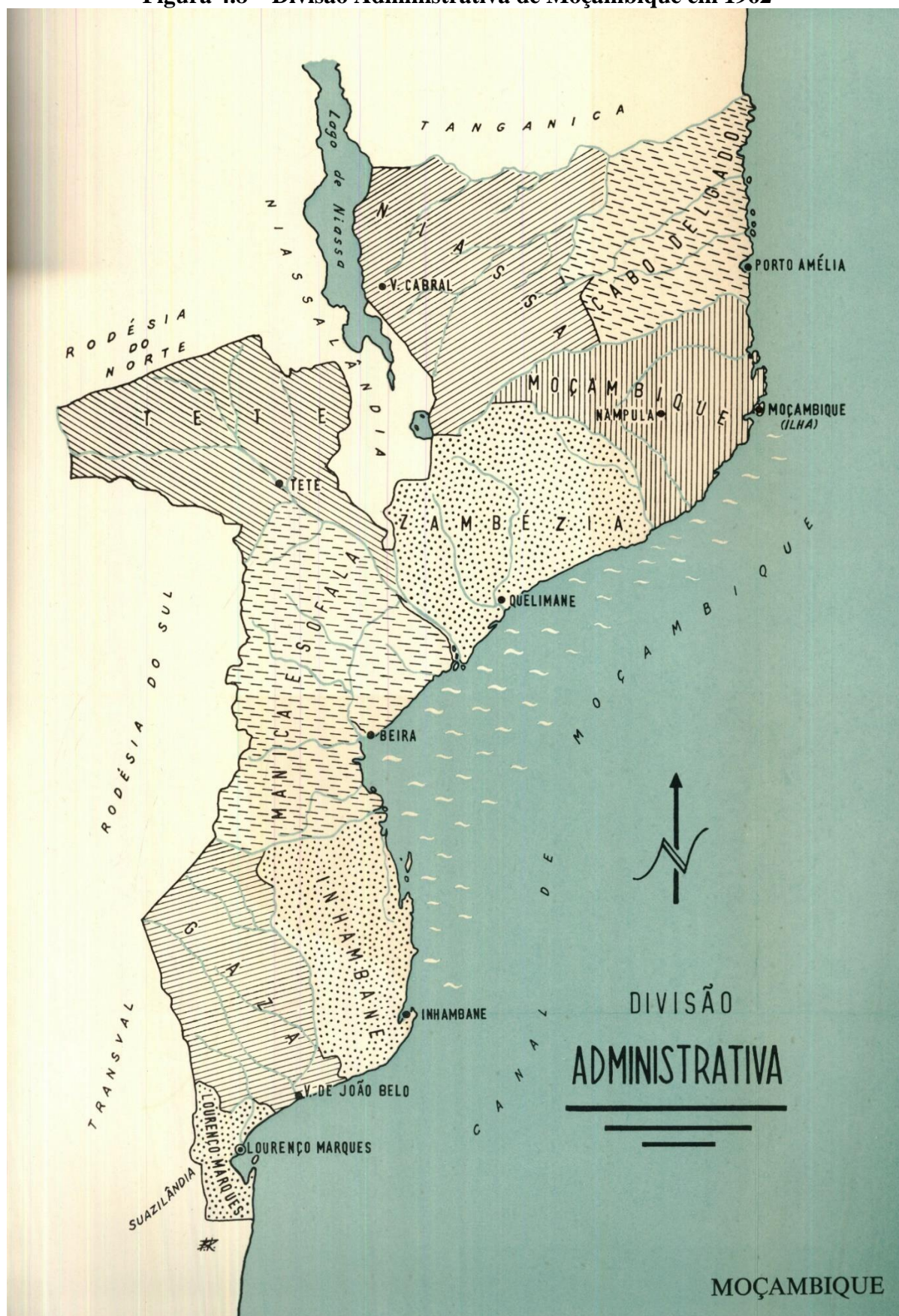




Figura 4.9 – Protestantismo em Moçambique em 1964



Edmund Leach defende que “todo o pesquisador precisa de ter alguma perspectiva da infraestrutura básica da sociedade que está a estudar” (Leach, 1982: 26). Desta forma, e perante o Mapa de Moçambique (1891-1910) – Figura 4.6, é possível concluir que a administração nos distritos de Lourenço Marques, Inhambane, Zambézia, Tete e Moçambique é militar, e nos territórios da Companhia do Niassa e da Companhia de Moçambique (Manica e Sofala) é indireta. A implementação da administração militar consiste na criação de uma estrutura provincial composta por distritos militares, com exceção dos concelhos, e que, sob a tutela de capitães-mores, comandantes militares e postos militares vão garantindo a estabilidade política assegurada por via da administração indireta. Este modelo, segundo Fernando Florêncio, implica a “incorporação das chefaturas, pequenas unidades políticas locais, mais ou menos autónomas, numa estrutura centralizada” (Florêncio, 2005: 90). Apesar de estas microestruturas políticas locais estarem distribuídas por toda a Província, para efeitos de implementação da administração indireta são as microestruturas políticas dos territórios das companhias privilegiadas do Niassa e Moçambique que foram incorporadas na estrutura administrativa. Procedendo à leitura do mapa, verifica-se a ocorrência de expedições militares no distrito militar de Lourenço Marques e na Companhia de Moçambique, e de motins nos distritos militares de Lourenço Marques, Zambézia, Moçambique e na Companhia do Niassa, o que evidencia a incapacidade do Governo de pôr em marcha as suas políticas sem apoio externo fiável. Como Malyn Newitt refere, “as concessões atribuídas às companhias obrigavam à pacificação, ao desenvolvimento económico e à administração dentro da área das suas concessões”. Terá sido a previsibilidade de uma instabilidade prolongada que contribuiu para a dilatação dos prazos de concessão que, segundo Newitt, para a Companhia do Niassa foi de 1894 a 1929, e para a Companhia de Moçambique de 1891 a 1941 (Newitt, 1995:328, 339).

No mapa pode identificar-se a existência de ferrovias que ligam a Província com o exterior, nomeadamente entre o porto da Beira e a Rodésia, e entre Lourenço Marques e Ressano Garcia. A linha férrea do porto de Lourenço Marques a Ressano Garcia foi a que mais contribuiu para a robustez da economia da Província, ao abrigo do “Regulamento para Engajamento dos Indígenas na Província de Moçambique para o Trabalho na República Sul-Africana (Transval)” promulgado em 1897 (Covane, 1987: 81). Isto porque, segundo Patrick Harries, os moçambicanos engajados em Lourenço Marques e Inhambane começaram, a partir de dezembro de 1893, a fazer seu trajeto para as minas de ouro através da linha férrea Lourenço Marques-Ressano Garcia. O transporte dos engajados estava assegurado pela “Chamber of Mines”. A vitalidade da ferrovia Lourenço Marques-Ressano Garcia viria a ser reforçada com a transferência da capital da Província em 1902 da Ilha de Moçambique para Lourenço

Marques, na sequência do desenvolvimento verificado na África meridional (Newitt, 1995: 340). Verifica-se um troço de ferrovia de 34 km em direção a Manjacaze e que, posteriormente, se estendeu até Chicomo, perfazendo um total de 91 km do Chai-Chai a Chicomo. A ferrovia de Chai-Chai (Xai-Xai) a Chicomo é a que facilita o escoamento dos trabalhadores provenientes das povoações das circunscrições dos Muchopes, em Gaza, até Xai-Xai, prosseguindo daqui a sua viagem com destino a Lourenço Marques, onde se faz ligação pela via-férrea até à África do Sul. Esta via-férrea de 91 km é a que também, segundo as narrativas dos entrevistados, fora o seu trajeto para realização de exames nas escolas oficiais em Manjacaze e Xai-Xai, de acordo com os termos da Portaria n.º 241, de 4 de Novembro de 1916 que preceitua, no artigo 12.º, que “Os alunos propostos para exames e seus professores têm passagem gratuita, de ida e volta, nos caminhos-de-ferro do Estado desde a estação mais próxima da residência dos mesmos até a sede dos exames onde tenham de comparecer para esse fim, competindo aos respetivos professores fazer a requisição das passagens aos chefes das estações, mediante guia da autoridade do lugar em que tiverem de efetuar o embarque”. A ferrovia entre o porto da Beira e a Rodésia viria a ser vital para o impulso da economia da Província, por ser através dela que os africanos de Tete partiam para a Rodésia, ao abrigo do acordo “Acerca do engajamento no distrito de Tete de trabalhadores indígenas para a Rodésia”, promulgado através da Portaria provincial n.º 2:078 de 29 de setembro de 1914.

A presença maciça de mineiros de Moçambique, quando Portugal ainda lutava pela pacificação do território, veio a proporcionar a implantação e expansão da atividade missionária junto dos mineiros do Witwatersrand, uma presença que, segundo Harries, se revelou eficaz logo na viragem do século pelo facto de os mineiros provenientes de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane poderem então ler literatura cristã nas suas próprias línguas (Harries, 1995: 216).

No que toca à utilidade da literatura cristã, no capítulo V do artigo “Meios e Métodos Catequéticos de que se socorrem os Protestantes nas Províncias Portuguesas do Continente Negro”, José Gonçalves valoriza o papel da imprensa, especificamente, dos livros, folhetos, jornais e panfletos como meio importante de difusão dos ideais do Protestantismo. Por esta razão, salienta o autor, é que não nos deve surpreender o facto de os Protestantes expandirem a sua literatura religiosa, especialmente a Bíblia, através de *sociedades bíblicas*, *centros de estudos de documentações*, *sociedades de edições missionárias*, nem o facto de terem publicações periódicas próprias, tais como anuários, revistas, boletins, jornais. Gonçalves adianta que a produção da literatura protestante é confiada aos *comités*, *juntas*, *assembleias*, *diretórios*, o que leva o autor a concluir que a literatura protestante tem como destinatários os países com tradição missionária e outros, em geral. Refere que numa análise sucinta sobre os

objetivos que visam a literatura protestante na África Portuguesa, se pode afirmar que, em grande parte, a literatura é objetiva e sem suscetibilidade a conflitos. Analisando a influência da literatura protestante em Angola e Moçambique é possível observar o seu efeito transformador, que contribui para a formação de sociedades protestantes africanas modelares, moderadas na linguagem, nas atitudes, no traje e na forma de pensar. A literatura tem servido de guião de conduta social, religiosa e, até certo ponto, política, para os Africanos angolanos e moçambicanos (Gonçalves, 1960).

Os missionários fixados em Moçambique tiravam proveito do acolhimento dos mineiros que trabalhavam na África do Sul para se protegerem da censura e perseguição do regime colonial português em Moçambique contra os missionários estrangeiros, prolongando a sua presença na África do Sul e até identificando-se como sendo missionários sediados na África do Sul. Um exemplo são os Estatutos da *Mission Suisse dans l'Africa do Sud*, que também era a Missão Suíça em Moçambique - segundo o artigo 3.º do diploma “A Associação toma a nova denominação de Mission Suisse dans l'Afrique du Sud” (B.O. n.º 39, 1.ª série, de 26 de setembro de 1934, páginas 619-620).

Quanto à obra missionária na Província, destaca-se no mapa a presença da Companhia de Jesus em Inhambane, Chupanga, Mopeia, Boroma e Milange, cuja atividade viria a ser encerrada pelo governo em 1910. É notada a presença de protestantes em Lourenço Marques, Inhambane e no território da Companhia de Moçambique. Os protestantes assinalados poderão incluir os missionários das Missões Suíça, Anglicana, Metodista Livre e Metodista Episcopal que, segundo Júlio Gonçalves, entre 1883 e 1893 se fixaram em Lourenço Marques, Gaza, Inharrime e Inhambane (Gonçalves, 1960: 119).

Relativamente às escolas, observa-se uma escola primária e uma secundária no distrito de Lourenço Marques; uma escola primária no distrito da Zambézia; uma escola primária e uma escola secundária no distrito de Moçambique; uma escola primária e uma escola secundária no distrito de Tete e, por último, uma escola primária no território da Companhia do Niassa. É possível observar quatro hospitais, designadamente em Lourenço Marques, em Inhambane, em Quelimane e na Ilha de Moçambique. Considera-se que a aparente ausência de uma escola primária no concelho de Inhambane é incompatível com o funcionamento de um hospital nesse concelho.

Após a leitura e análise do mapa, é pertinente analisar as “Informações dos Distritos” do Boletim Oficial de 1894, referente ao período iniciado em 1893, e “Informações dos Distritos” do Boletim Oficial de 1904. Os mesmos facultam elementos complementares e comprovativos dos dados do mapa. Os boletins oficiais retratam a Província dividida em comandos militares,



sob tutela de chefias militares das patentes capitães-mores e comandantes, havendo um número reduzido de administrações de concelho e de circunscrição. A informação preenchida pelas chefias militares e governadores é sob as rubricas “Tranquilidade pública; Estado sanitário; Estado alimentício; Agricultura; Comércio; Indústria; Obras do governo; Movimento marítimo; Nascimentos; Batismos; Óbitos; Batizados; Casamentos; Registo civil; Administração de prazos; Ocorrências extraordinárias; Instrução pública”. Destas rubricas começa-se por analisar a ‘Instrução pública’ visando uma comparação com as escolas que constam do mapa. Sob esta rubrica, os comandantes militares de Mocimboa, Goengue, Chilomo, Chicomo e Inharrime preencheram que “não há escolas”. O comandante militar de Nhangele comenta que “nada adianta por não haver professores”. Em jeito de apelo, o comandante militar de Sungo assinala que “Seria conveniente que houvesse aqui uma escola lecionada pelo oficial superior aqui destacado nas condições das que existem em alguns dos comandos, a fim de melhor se familiarizarem os indígenas”. Comprova-se a localização de escola no Comando Militar Superior de Tete. No comando militar de Massangano “não há escolas”. Contudo, existem escolas na administração do concelho de Moçambique, no governo de distrito de Cabo Delgado, no governo do distrito da Zambézia, e no Governo de distrito de Inhambane. Resumindo, em “Informações dos Distritos” de 1894 são contabilizadas no Boletim Oficial cinco escolas de ensino primário nos distritos da Província, com exceção de Lourenço Marques. Este número de escolas primárias é idêntico ao das escolas primárias constatadas do mapa e que excluem o distrito de Inhambane. O facto de a informação ser proveniente dos comandantes militares comprova o modelo de administração militar da Província identificado no mapa. Embora não relacionado com as escolas, é relevante olharmos para as receitas, com destaque para o imposto de palhota ou o *mussoco*. Neste período constam apenas as receitas deste imposto nos prazos do comando militar de Chicoa e no comando de Inharrime.

No que concerne as rubricas Agricultura, Estado alimentício e sanitário, Comércio, Indústria e Obras, as mesmas foram preenchidas com regularidade e sem nada de extraordinário. Em relação aos óbitos, aos nascimentos, aos casamentos e aos batismos, regista-se no comando militar de Chilomo apenas um óbito e no distrito de Cabo Delgado o óbito de um indivíduo natural de Bombaim. No comando militar de Angoche registam-se três óbitos do sexo feminino. Na Capitania-Mor das Terras da Coroa de Moçambique registaram-se vários nascimentos. No comando militar de Milange houve sete batismos e, por último, no comando militar de Massinga há registo de óbito de um indivíduo devorado por um jacaré. A escassa informação sobre nascimentos, casamentos, batismos e óbitos cria apreensão quanto às causas, as quais são relevantes de procurar explorar. A primeira causa provável poderá prender-se com

a falta de serviços competentes, designadamente os registos civis e dispensários, entidades que, neste contexto, seriam responsáveis pelo registo e coordenação de informação sobre a ocorrência de três dos quatro fenómenos, uma vez que à Igreja cabe o cerimonial do batismo. A informação do comandante militar de Nhangele que na rubrica ‘Registo civil’ assinala que “não há missionário e, por conseguinte, nada consta no comando”, justifica a escassa informação como também aventa a hipótese de que nos distritos/concelhos onde existam os serviços de registo civil os mesmos estariam sob a tutela da Igreja Católica. Aliás, o Decreto n.º 233, de 22 de dezembro de 1913 conduz à afirmação da hipótese, ao preceituar no artigo 5.º que “Nas províncias onde ainda não está em execução o registo civil obrigatório, subsiste o registo paroquial, mas sob a superintendência imediata das secretarias dos governos respetivos (...)”.

Uma segunda causa para a informação escassa poderá ser encontrada nas teorias dos antropólogos clássicos sobre a matéria. Radcliffe-Brown e Forde, na introdução “Sistemas Africanos de Parentesco e Casamento”, argumentam que “Os casamentos como os nascimentos, mortes, ou iniciações da puberdade, são reajustamentos constantes de estrutura que se verificam em qualquer sociedade; eles representam os momentos do processo social contíguo regulado pelo costume; são as formas institucionalizadas de tratar aqueles acontecimentos”. No contexto do casamento descrevem o seguinte (Radcliffe-Brown e Forde, 1950: 63- 64):

“O casamento aqui não é um assunto que interesse ao Estado ou às autoridades políticas; é um ajuste entre dois grupos de pessoas, os parentes da mulher que dão a sua filha em casamento a um homem, e os seus parentes que se responsabilizam pelo cumprimento dos termos do contrato. O noivo e os seus parentes devem prometer realizar um pagamento, o ‘pagamento do casamento’.”

A citação sugere que a ocorrência de cerimónias africanas como o casamento não seria, nesta época, comunicada às autoridades coloniais por estas não as reconhecerem ou mesmo por as considerarem supersticiosas e até práticas a combater. Aponta também para a necessidade de os governos europeus reconhecerem os casamentos segundo os costumes dos povos colonizados, uma medida que Portugal veio a enquadrar após o estudo e codificação dos usos e costumes dos indígenas de Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique, ao abrigo dos diplomas de 16 de maio e 29 de agosto de 1914, citados num capítulo anterior.

Sobre a mesma questão, Martin Segalen define o batismo, a iniciação, o casamento e a morte como sendo as principais etapas de indivíduos de qualquer sociedade, acrescentando que a transição de uma etapa para outra é institucionalizada através de realização de rituais próprios

e que são os *ritos de passagem*. Citando Van Gennep, Segalen refere que o simbolismo dos ritos de passagem prende-se com a separação do indivíduo do estatuto social que vinha assumindo para, após um breve período de isolamento, assumir em público um novo estatuto social. Este processo engloba as fases de *separação, margem e agregação*, sendo que a entrada para um novo estatuto social se realiza sempre com apreensão do perigo que possa resultar, dada à indefinição daquilo que o estatuto possa comportar. A autora dá como exemplo o receio pela vida concebido pelos jovens aquando das cerimónias de iniciação, as quais têm de facto conduzido a mortes (Segalen, 2000: 36).

Fernando Florêncio, do seu estudo realizado entre os vaNdau, cita a afirmação de um outro antropólogo, Franz Boas, retirada do estudo realizado por este em 1920 junto do mesmo povo de Manica e Sofala, assinalando o seguinte (Florêncio, 2005: 110).

“(...) o indivíduo é constituído por duas partes: o corpo, *muvi*, e o espírito, *bvuli*. Após a morte só o *bvuli* é que se mantém vivo e transforma-se num espírito, *murungo*. O *murungo* tem o carácter e a forma do falecido. O *murungo* não fica no túmulo, como o corpo, mas fica a viver com a família, é imortal (...) Se o *murungo* já não tem família, ou esta não lhe propicia um acolhimento favorável, passa a vaguear livremente (...)”

A perspetiva de Sigmund Freud é de que a morte nas sociedades primitivas é “tabu”, isto é, algo “sagrado”, “consagrado” ou “misterioso”, “perigoso”, “proibido”, “impuro” acrescentando o seguinte (Freud, 1999: 28, 66):

“... os selvagens consideram o nome de uma pessoa morta como parte de sua personalidade e o tornem sujeito a um tabu pertinente. Assim, também, pronunciar o nome de uma pessoa morta é claramente um derivado de manter contato com ela (...) através do que os próprios selvagens enlutados nos contam, porque não disfarçam o facto de terem medo da presença ou do retorno do espírito do morto e de realizarem um grande número de cerimónias para mantê-lo à distância ou expulsá-lo de vez. Sentem que pronunciar seu nome equivale a invocá-lo, o que seria seguido de sua presença. Disfarçam-se de maneira que o fantasma não os reconheça, mudam o seu nome ou o deles próprios; ficam furiosos com estrangeiros descuidados que, pela pronúncia do nome do espírito, incitam-no contra os sobreviventes”.

Considerando os argumentos expostos, a sacralização do morto e da morte são motivos que explicam a excecionalidade do registo de óbitos: a morte do indivíduo devorado por jacaré foi declarada provavelmente por se tratar de um incidente alarmante; a do estrangeiro e das três mulheres, provavelmente por serem europeus.

No que concerne as “Informações dos Distritos” de 1904, optou-se por circunscrevê-las ao sul de Moçambique. Como primeiro aspeto a assinalar, salienta-se que foi ao abrigo do Decreto provincial do comissário António Enes n.º 78-A de Dezembro de 1895 que o distrito de Lourenço Marques ficou dividido em cinco circunscrições, de 1.ª a 5.ª; sendo atribuída a cada circunscrição uma sede e povoações, ficando as povoações que não compunham nenhuma das circunscrições sob tutela do distrito militar de Gaza. Como segundo aspeto, o facto de a informação que consta em “Informações dos Distritos” dos Boletins Oficiais de 1894 e 1904 ser preenchida, na prática, mensalmente, havendo, contudo, situações em que a informação de um ou mais distritos é facultada após dois ou três meses. Com isto pretende-se chamar a atenção para o facto de algumas das rubricas serem preenchidas com mais recorrência, nalguns casos com informação inalterada e noutros com informação repetida, mas acrescida de novos elementos. Como exemplo, sob a rubrica “Obras públicas” no boletim do mês de janeiro é possível constatar que, no comando militar de Chibuto, está em curso a construção de estradas e no de setembro, sob a mesma rubrica, constatar-se que está em progresso a construção de estradas e de uma ponte. O procedimento neste caso é, relativamente ao mês de setembro, anotar somente a nova informação, que é a construção da ponte, e identificar o boletim em referência. Seguiu-se um procedimento idêntico em relação às escolas, em que se registou o funcionamento de uma escola conforme consta do primeiro boletim e ignorou-se referenciar as vezes em que a escola é identificada nos boletins posteriores. Dito isto, apresenta-se a seguir a localização e identificação das escolas em funcionamento e em vias de funcionamento, sublinhando que, excetuando a administração da 2.ª circunscrição, se regista nas restantes administrações de circunscrição a cobrança do imposto de palhota.

No comando militar do Bilene, inserido no distrito militar de Gaza: a escola na Missão de S. Paulo, em Messano. Na administração da 1.ª circunscrição cuja sede é Marracuene: as escolas de S. José de Lhanguene, Marracuene, Bobocuana e Matola, frequentadas por 268 alunos; a escola Andrade com a frequência de 56 alunos; as escolas protestantes da missão *Romande* na Machava, Infulene, Machetene, Ricatla e Mahota, frequentadas por 124 alunos; e as escolas da Missão Wesleyana em Chamanculo e Namaacha, com a frequência de 58 alunos. Na administração da 2.ª circunscrição com sede na Manhica: a escola da Paróquia de S. Miguel de Arcanjo, frequentada por 20 alunos. Na administração da 3.ª circunscrição cuja sede é Sabié: a escola da Missão *Romande* na Mabila. Na administração da 4.ª circunscrição com sede em Magude: as escolas da missão *Romande*, em Antioca. Na administração da 5.ª circunscrição com sede em Maputo (não Lourenço Marques). Acresce-se uma nova escola na povoação do régulo Cumbeza, de Magude, administração da 4.ª circunscrição, sede em Magude, com o

professor indígena destacado pela Missão de S. Paulo em Messano, distrito militar de Gaza. Na povoação de Catembe: as escolas de Luís Filipe e António Ennes, frequentadas por 69 indígenas dos quais 39 na primeira classe e 30 na segunda classe. As escolas nas povoações de Chissano, Chimicho e Camluza, sucursais da missão de S. Paulo em Messano, no distrito militar de Gaza. Uma barraca de palha em construção destinada a escola na povoação do régulo Massabana, distrito militar de Gaza. Em funcionamento na administração da 5.ª circunscrição, sede em Maputo, as escolas católicas em Macassene, Maxia, Salamanga e Catembe e as escolas da Missão Suíça em Makulane, Kathuane, Djawende e Massala. Em funcionamento uma escola na povoação do régulo Chimangane, na Magude, administração da 4.ª circunscrição. Na administração da 5.ª circunscrição, no Maputo (não Lourenço Marques), a escola de S. Roque de Matutuine, com a frequência de 55 alunos. Em funcionamento uma escola na povoação do régulo Massahanhana e em construção duas escolas na povoação de Chimicho, no comando militar de Bilene.

Da leitura das “Informações dos Distritos” de 1904 pode concluir-se que nas circunscrições de Lourenço Marques haveria nesta altura escolas missionárias e particulares para a população indígena. Nota-se também a expansão das escolas para o interior das circunscrições durante o ano.

Recordando que a “missão deve ser, ao mesmo tempo, templo, escola, oficina e hospital” (Mello, 1910: 24), segue-se a relação das Missões e paróquia-Missões católicas fundadas até 1910, no sul de Moçambique, compilada pela Acção Missionária Portuguesa em Moçambique na obra da autoria do cônego Francisco Maria Pinheiro intitulada *Na Entrega do Testemunho - 1975: Acção Missionária Portuguesa em Moçambique*.

#### **Quadro 4.3 – Missões Católicas fundadas no Sul de Moçambique entre 1892 e 1910**

Paróquia-Missão de S. José de Lhanguene, L. Marques, fundada 1892	Paróquia-Missão de S. Miguel (Manhiça), L. Marques, fundada 1900	Missão de S. Roque de Matutuine (Bela Vista), L. Marques, fundada 1900
Missão de S. Jerónimo de Magude, L. Marques, fundada 1909	Missão da Nossa Senhora das Mercês (Catembe), L. Marques, fundada 1909	Missão de S. Paulo – Messano (Macie) João Belo, fundada 1901.
Missão da N. Senhora de Lurdes (Chongoene), João Belo, fundada 1906	Missão de Santa Rosa de Viterbo de Maleice (Chibuto), fundada 1909	Missão de S. Benedito (Muchopes, Manjacaze), João Belo, fundada 1910

Nas Missões acima referidas funcionam as escolas S. José de Lhanguene, S. Miguel de Arcanjo, S. Roque de Matutuine e S. Paulo de Messano, referenciadas anteriormente em “Informações dos Distritos” de 1904.

#### **4.10 Igreja Católica Apostólica Romana**

Quando o Estado Oriental de África deu lugar à Província de Moçambique em 1891, a Igreja continuou a conduzir as suas atividades em conformidade com os princípios básicos estabelecidos no denominado Padroado Português no Oriente de 1514, no qual o Papa concede ao rei de Portugal e às igrejas católicas nos territórios da África oriental portuguesa benefícios eclesiásticos. Durante os regimes monárquicos posteriores a 1514, os privilégios papais foram sendo consignados em Concordatas estabelecidos entre a Santa Sé e o rei de Portugal, tais como a Concordata de 21 de fevereiro de 1857 e a Concordata de 23 de junho de 1886.

No início do período colonial, uma das principais prerrogativas usufruída pela Igreja Católica foi o funcionamento do *Governo Eclesiástico de Moçambique*, com poderes autónomos para deliberar e promulgar leis sobre a Igreja, as suas Missões e missionários. É o caso da Portaria n.º 80 do Bispo de Siene, prelado de Moçambique, na qual o Governo Eclesiástico determina a promoção à categoria de Missão da estação missionária de Infulene, filial de S. José de Lhanguene, no distrito de Lourenço Marques, sem intervenção do Governo administrativo. O diploma do Governo Eclesiástico de 10 de setembro de 1907, ao colocar como requisito para o ensino e evangelização o conhecimento de línguas regionais, vai contrariar o espírito da República advinda. Sobre o requisito de conhecimento das línguas locais o diploma do Governo Eclesiástico determina o seguinte:

“Considerando que a melhor maneira de atrair o indígena é falar-lhe na própria língua, e nesta língua ir-lhe dando as primeiras noções de educação cívica e cristã, até que este ensino se possa fazer em vantagem na nossa língua;

Considerando que este efeito não pode realizar-se eficazmente sem que o missionário saiba falar a língua daqueles a quem tem de instruir e chamar ao convívio da civilização cristã;

Considerando que, aprendida pelo missionário a língua do indígena, novo período começará para a nossa obra missionária (...);

Havemos por bem determinar o seguinte:

1.º Tanto os missionários em gozo de licença no reino, como os que vierem de novo para a Província, serão obrigados ao estudo da língua da região onde tiverem de missionar, tendo de demorar-se, sem prejuízo das respetivas cóngruas, em Lourenço Marques ou Moçambique (a capital), sem colocação definida, enquanto não forem dados como habilitados pelos respetivos professores;

2.º À proporção que uns se forem habilitados, irão substituir outros missionários, já em serviço, para por sua vez, se entregarem ao mesmo estudo, quando não provem perante pessoa competente que estão devidamente habilitados com o conhecimento da língua em que têm de missionar;

3.º Os missionários que se mostrarem mais habilitados no conhecimento da língua e revelarem melhores qualidades de prudência e boa administração, seja qual for o tempo de serviço que contem na Província, serão preferidos para os lugares de párocos e superiores de Missões.”

Constitui também uma das prerrogativas usufruída pela Igreja Católica o pagamento, pelo Governo administrativo, de salários e despesas de manutenção à Câmara Eclesiástica da Prelazia de Moçambique, ao abrigo do Decreto de 29 de outubro de 1909. Na lista dos encargos assumidos pelo Governo no citado diploma consta o pagamento de despesas com a chancelaria, com o escrivão da Câmara Eclesiástica, com o vigário geral provisor da Prelazia, com os vigários da vara, com o secretário da Prelazia, com o contador, com o tesoureiro.

Porém, as Concordatas nem sempre tiveram a força suficiente de impedir que os governos de Portugal assumissem, por vezes, posições contrárias ao espírito que conduzira à sua assinatura. Um exemplo são as leis aplicadas em 1759, 1767 e 1834 que serviram de base para o encerramento da Companhia de Jesus e das instituições e atividades religiosas pelo Governo Provisório da República, conforme se descreve abaixo:

Artigo 1.º Continua a vigorar como lei da República Portuguesa a de 3 de setembro de 1759, promulgada sob o regime absoluto, e pela qual os jesuítas foram havidos por desnaturalizados e proscritos, e se mandou que efetivamente fossem expulsos de todo o país e seus domínios “para nele mais não poderem entrar”.

Artigo 2.º Continua também a vigorar como lei da República Portuguesa a de 28 de agosto de 1767, igualmente promulgada sob o regime absoluto, que, “explicando e ampliando” a referida lei de 3 de setembro de 1759, determinou que os membros da chamada Companhia de Jesus, ou jesuítas, fossem obrigados a sair imediatamente para fora do país e seus domínios.

Artigo 3.º Continua também a vigorar com força de lei na República Portuguesa o Decreto de 28 de maio de 1834, promulgado sob o regime monárquico representativo, o qual extinguiu em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes e domínios portugueses, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra.

Artigo 4.º É declarado nulo, por ser contrário à letra e ao espírito dos mencionados diplomas, o Decreto de 18 de abril de 1901, que disfarçadamente autorizou a constituição de congregações religiosas no país quando pretendessem dedicar-se exclusivamente à instrução em beneficência, ou à preparação da fé e civilização no ultramar.

Artigo 5.º Em consequência e de harmonia com o disposto nos artigos 1.º a 3.º e nos diplomas aí referidos serão expulsos do território da República todos os membros da chamada Companhia de Jesus, qualquer que seja a denominação sob que ela ou eles se disfarcem, tanto estrangeiros ou naturalizados, como nascidos em território português, ou de pai ou mãe portugueses.

Artigo 6.º Os membros das demais companhias, congregações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares serão também expulsos do território da República, se forem estrangeiros ou naturalizados, e, se forem portugueses, serão compelidos a viver vida secular ou pelo menos a não viver em comunidade religiosa.

#### **4.10.1 O lugar da Igreja perante o Estado monárquico**

Não obstante a vitimização dos Jesuítas, o Governo colonial não encerrou as paróquias, mantendo-se algumas das prerrogativas eclesiásticas de que a Igreja Católica gozava, embora com a sua posição indefinida até o Ministro das Colónias, a 17 de agosto de 1912, determinar o seguinte:

Artigo 1.º Cessa o direito dos bispos, vigários capitulares e governadores das dioceses ultramarinas e do prelado de Moçambique, à ajuda de custo estabelecida pelo Decreto de 14 de dezembro de 1885, por motivo da saída do lugar da sua residência oficial para visitarem as igrejas das respetivas dioceses e prelazias.

Artigo 2.º Cessa também em todas as províncias ultramarinas, com exceção da de Macau, o abono de gratificação de exercício ao eclesiástico que substituir qualquer prelado, quando ausente da Província.

Artigo 6.º Deixam de constituir encargo do Estado as despesas de culto em todas as províncias ultramarinas, que nas respetivas tabelas orçamentais eram designadas como de guisamentos e festividades, despesas da fábrica e vestes sagradas. (...).

Cessa também a prerrogativa que a Igreja Católica vinha exercendo ao abrigo do Decreto de 7 de dezembro de 1836, que estabelecia a constituição de Conselhos do Governo da qual fazia parte a Igreja Católica Romana em cada uma das províncias ultramarinas. É neste sentido que é promulgada a Lei de Separação do Estado das Igrejas nos termos do Decreto n.º 62 de 28 de julho de 1913, no qual Manuel de Arriaga determina o seguinte:



Com o advento do glorioso da República deixou de ser religião do Estado a católica romana e na metrópole foi meses mais tarde legislada a separação do Estado das igrejas, que ficaram permitidas como simples agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político nacional. Idêntica separação não pode ser ainda efetivada nas colónias, mas aí mesmo é sem dúvida oportuno e urgente que as autoridades eclesiásticas ainda subsistentes limitem as suas atribuições e prerrogativas à ação espiritual que lhes é própria, abandonando de vez qualquer ingerência na administração civil e política do território onde servem. (...).

Artigo 1.º Nenhuma autoridade eclesiástica fará, no futuro, parte do Conselho de Governo de qualquer colónia.

Segundo Alves Correia, Procurador-geral das Missões do Espírito Santo, no seu artigo “As Missões perante a Lei Republicana”, a lógica por detrás da Lei da Separação de Igreja e Estado ao abrigo do Decreto n.º 62 de 28 de julho de 1913 era transferir para os fiéis os encargos do sustento das missões e missionários, como havia sido a prática das Missões protestantes e até católicas em países onde imperava a separação entre Igreja e Estado. Porém, Correia considera que os católicos portugueses não estariam à altura de assumir a responsabilidade dos custos inerentes ao apostolado. Por conseguinte, cessando a presença de missionários portugueses nas colónias por falta de subsistência, criar-se-ia um espaço para a invasão de missionários estrangeiros, o que constituiria uma ameaça política. Correia refere que, cientes de tal perigo, os Republicanos decidiram intervir “pagando aos missionários e fazendo-os empregados do Estado”.

#### **4.10.2 Criação das missões laicas**

Correia argumenta que esta intervenção dos Republicanos consta dos Decretos n.º 233 de 22 de novembro de 1913, n.º 5.239 de 8 de março de 1919, e n.º 5.778 de 10 de maio de 1919. Estes diplomas introduzem de forma gradual as modalidades de pagamentos aos missionários, equiparados a funcionários públicos (Correia: 11-21). O Decreto n.º 233 do Ministro das Colónias e de Instrução Pública, Rodrigues Gaspar, define a posição das Missões religiosas perante o Estado e a criação de Missões civilizadoras compostas por leigos nos seguintes termos:

“Embora nada decidido quanto à conservação ou extinção do padroado do Oriente, por ser assunto já submetido à apreciação do Congresso e ainda pendente, é de inadiável necessidade definir a situação das Missões religiosas nos domínios de além-mar, e instituir Missões laicas, na esperança de que a influência civilizadora destas venha a acentuar-se

eficazmente num futuro próximo em favor das raças indígenas e dos mais altos interesses políticos da nação.

Artigo 1.º A República Portuguesa reconhece e garante a plena liberdade de crenças a todos os cidadãos e súbditos das suas colónias, incluindo os estrangeiros que nelas residam ou transitem.

Artigo 3.º A partir do 1.º de julho de 1914, nenhum cargo ou benefício eclesiástico nas províncias de África e Timor será provido por nomeação ou confirmação do Governo ou dos seus representantes, e deixam de ser considerados função do Estado nas mesmas províncias o exercício do culto público e o do ensino de qualquer religião, assim como a administração ou sustentação dos respetivos serviços.

§ Único. A todo o pessoal que naquela data estiver no efetivo e legítimo desempenho destes serviços, ou dele impedido, permanente ou temporariamente, por motivo justificado, são mantidos, quanto a vencimentos, passagens, aposentação e outros benefícios materiais, os direitos reconhecidos na legislação até agora em vigor.

Artigo 4.º O clero (excetuado os prelados) e mais pessoal empregado nos serviços eclesiásticos, incluindo os do ensino religioso, que deixarem de prestar esses serviços sem contudo perderem o direito a vencimentos e mais benefícios materiais poderão, pelo Governo ou pelos governadores de província, ser encarregados do exercício de funções públicas, para que sejam física e moralmente idôneos, recebendo como gratificação, além do seu ordenado ou cóngrua, qualquer excesso de vencimentos atribuídos por lei ao novo cargo, se os houver.

Artigo 13.º A partir de 1 de Janeiro de 1915, o culto público e o ensino de qualquer religião em templos ou outros edifícios do Estado nas províncias de África e Timor só serão exercidos se alguma corporação administrativa ou outra associação civil, constituídas segundo a lei portuguesa, ou alguma missão religiosa formada exclusivamente por portugueses, tiver assumido os encargos correspondentes, incluindo os da conservação dos edifícios e os da conservação e renovação dos objetos mobiliários que os guarnece.

Artigo 16.º Nas províncias da Guiné, Angola, Moçambique e Timor podem os governadores conceder gratuitamente terrenos vagos a Missões religiosas que ali queiram estabelecer-se entre indígenas, em local designado pelos mesmos governadores, e que se obriguem a ministrar o ensino na língua portuguesa.

Artigo 18.º Para os efeitos deste Decreto, são consideradas Missões religiosas os institutos formados por um ou mais ministros de qualquer religião, em número não superior a três, com sede em determinado local, e exercendo habitualmente o ensino primário, o agrícola ou o profissional das populações indígenas, prestando-lhes educação e assistência, e contribuindo assim para o seu melhoramento material e moral.

§ Único. O ensino meramente religioso e o de filhos de europeus não se consideram incluídos neste artigo.

Artigo 19.º É autorizada nas províncias da Guiné, Angola, Moçambique e Timor, a criação de Missões civilizadoras, compostas só por leigos (...).

Artigo 20.º As Missões religiosas podem ser criadas pelo Governo, ou pelo governador da respetiva província com voto do Conselho do Governo, sendo no primeiro caso as suas despesas consideradas de soberania e no segundo próprias da colónia interessada. A nomeação para Missões civilizadoras só pode recair em indivíduos que satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:

- 1.º Idade não inferior a vinte e cinco nem superior a quarenta e cinco anos;
- 2.º Ter exercido na metrópole o magistério oficial primário, com boas informações durante, pelo menos, três anos;
- 3.º Ter frequentado com aproveitamento:
  - a) O curso trimestral de ensino secundário na Escola de Medicina Tropical;
  - b) Um tirocínio de seis meses no Jardim Colonial, com as lições dos respetivos chefes de serviço, como está estabelecido para os regentes agrícolas.

§ Único. Em igualdade de circunstâncias constituem motivo de preferência, por sua ordem:

- a) Ser casado, fazendo-se acompanhar pelo cônjuge respetivo;
- b) O curso da Escola Colonial;
- c) A frequência como aluno livre, da 1.ª, 4.ª e 5.ª cadeira dessa escola;
- d) O conhecimento da língua ou línguas indígenas da colónia a que o candidato se destina.

Artigo 23.º Cada missão civilizadora será constituída, em regra, por um professor habilitado nos termos dos artigos precedentes, e três auxiliares, livremente escolhidos por aquele de entre indivíduos que exerçam algum ofício ou mester, designadamente o de pedreiro, carpinteiro, serralheiro ou agricultor.

Artigo 27.º As Missões religiosas e as civilizadoras são consideradas pessoas morais, para o efeito que lhes aproveitarem ou ficarem sujeitas, quaisquer que sejam os missionários que as compõem.

Artigo 28.º Tanto as Missões religiosas como as civilizadoras podem ser extintas por quem as tiver autorizado ou criado, quando:

- 1.º Na sua constituição e serviços deixem de manter as características definidas por este Decreto;
- 2.º Se tornem incompatíveis com as populações indígenas da região, onde se instalaram;
- 3.º A sua presença e funcionamento sejam inteiramente destituídos da ação civilizadora;
- 4.º A sua permanência se torne demonstradamente nociva aos interesses da soberania nacional.”

A primeira observação que se pode fazer do diploma citado é que o governo recua na posição assumida ao abrigo do Decreto de 17 de agosto de 1912, descrita anteriormente, que determina a cessação de ajudas do Estado às despesas de culto em todas as províncias

ultramarinas (...). Isto porque apesar de deixarem de ser considerados como serviços do Estado o exercício do culto público e do ensino de qualquer religião nas províncias ultramarinas, são mantidas como despesas do Estado os vencimentos, as passagens, a aposentação e outros benefícios materiais ao pessoal que, por força do Decreto anterior, suspendeu a sua atividade. A segunda observação é a equiparação do exercício das funções das missões civilizadoras com a das missões religiosas, cujos titulares dos cargos são provenientes de mundos opostos. Isto porque as missões civilizadoras são constituídas por casais e as missões religiosas católicas são compostas por celibatários. Podemos colocar em dúvida a afirmação do artigo 27.º do Decreto n.º 233 já citado, ao determinar que quer as missões religiosas, quer as civilizadoras “são consideradas pessoas morais (...) quaisquer que sejam os missionários que a compõem”. A primeira dúvida reside no ambiente em que cada grupo se preparou e no qual convive ao exercer a sua atividade. É nos conventos, um mundo isolado, que os padres, monges e freiras adquirem a preparação para missionários, comprometendo-se pelos votos de castidade, obediência e pobreza. Os votos a que se comprometem os missionários religiosos são extensíveis ao mundo em que irão prestar serviços estando já fora dos conventos. O mesmo não acontece em relação aos meros agentes civilizadores, daí ser difícil conceber, no contexto do diploma, que os missionários religiosos sejam tão morais quanto os agentes civilizadores. Podemos inferir se as missões religiosas tiveram idêntica percepção ao verem-se equiparados a missionários civilizadores. A análise que Mircea Eliade faz na sua obra permite-nos ter uma melhor percepção ao comparar-se o incomparável. Da sua obra, *O Sagrado e o Profano: A essência das Religiões*, o autor sublinha o seguinte:

“Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. “Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés, descalça as sandálias; porque o lugar onde te encontras é uma terra sagrada.” (Êxodo 3:5). Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência “forte”, significativo – e há espaços não sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência (...) Mais ainda; para o homem religioso esta não-homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é *real*, que existe *realmente* – e tudo o resto, a extensão informe que o cerca (...). É a rotura operada no espaço que permite a constituição do mundo, porque é ela que descobre o “ponto fixo”, o eixo central de toda a orientação futura. Quando o sagrado se manifesta por uma qualquer hierofania, não só há rotura na homogeneidade do espaço, mas também *revelação de uma realidade absoluta*, que se opõe à *não-realidade* da imensa extensão envolvente.

A revelação de um espaço sagrado permite que se obtenha um “ponto fixo”, e permite, portanto, a orientação na homogeneidade caótica, o “fundar o mundo” e viver realmente. Pelo contrário, a experiência profana mantém a homogeneidade e, portanto, a relatividade do espaço. Já não é possível nenhuma *verdadeira* orientação, porque o “ponto fixo” já não goza de um estatuto ontológico único; aparece e desaparece segundo as necessidades diárias. A bem dizer, já não há “Mundo”, há apenas fragmentos de um Universo fragmentado, massa amorfa de uma infinidade de “lugares” mais ou menos neutros onde o homem se move, forçado pelas obrigações de toda a existência integrada numa sociedade industrial” (Eliade, 2002: 35-37).

Partindo desta citação é possível afirmar que o *ponto fixo* é o referencial ético ou a conduta definida para a interação e convivência em locais sagrados. No contexto da presente investigação, os conventos e os seminários onde o celibato é a condição *sine qua non* para formação de missionários católicos, são locais do mundo sagrado onde convivem apenas indivíduos que se identificam com Jesus Cristo. Integram-se também no mundo sagrado a generalidade das missões religiosas cristãs, católicas ou protestantes, pois em cada uma delas existem regras assentes em pressupostos bíblicos sobre a conduta dos alunos e/ou trabalhadores no que toca ao vestuário, ao lazer, ou ao comportamento. Quando o autor refere que um *ponto fixo* permite orientação na homogeneidade caótica, quer dizer que o indivíduo inserido no mundo sagrado se mantém fiel à conduta ética definida para a convivência em tal mundo sagrado, mesmo perante confrontação quer de origem exterior, quer de origem interna. A convivência do mundo sagrado contrasta com a do mundo profano, onde, conforme refere o autor, não existe uma verdadeira orientação pela ausência de um código de conduta estável. Darei como exemplo as instituições públicas e privadas onde, em determinados momentos, é banido no trabalho o uso de minissaias e, ao fim de um ano ou dois, a mesma regra é revogada ou permissivelmente violada; daí o autor referir que, no mundo profano, o *ponto fixo* aparece e desaparece segundo as necessidades diárias.

O Decreto do Ministério das Colónias n.º 5:239 de 8 de março de 1919 tem como tema central a nacionalização e financiamento, em todas as colónias, dos institutos abrangidos pelos tratados internacionais ratificados pelas leis 20 de julho de 1885, 27 de junho de 1891 e 24 de março de 1892. Neste contexto, o Ministro das Colónias decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os institutos a que se referem os artigos 5.º e 6.º do tratado do 26 de fevereiro de 1885, ratificado por lei de 20 de julho de 1885, o artigo 10.º do tratado de 11 de junho de 1891, ratificado por lei de 27 de junho de 1891, e artigo 2.º do tratado de 2 de julho de

2890, ratificado em 24 de março de 1892, poderão ser subsidiados pelas províncias ultramarinas quando se conformarem, na medida do seu objeto, com os seguintes preceitos:

- 1.º Submeterem à aprovação do governo da colónia os seus estatutos;
- 2.º Obrigarem-se a ter um diretor português europeu, e a ministrar o ensino em língua indígena ou em português (...).

No dia 10 de maio de 1919 é promulgado o Decreto n.º 5:778 criticando a substância do Decreto anterior n.º 5:239 de 8 de março, por considerar “esse diploma nacionalizar e subsidiar os institutos a que se referem os tratados de 26 de fevereiro de 1885, de 11 de junho de 1891 e 2 de junho de 1890”. As bases de sustentação da crítica são, primeiro, e relativamente ao Ato Geral de Berlim, os artigos 5.º e 6.º do Decreto garantem a liberdade de entrada e fixação de missões estrangeiras de qualquer confissão. Segundo, a Convenção Luso-Britânica instituiu o princípio de tolerância religiosa e liberdade de todas as confissões religiosas sob a proteção dos países signatários. Terceiro, porque a Conferência de Bruxelas declara “proteger sem distinção de cultos as Missões fundadas ou que venham a fundar-se” como forma de impedir e combater a escravatura. Ora, o legislador do Decreto 5:778 argumenta que os tratados internacionais sempre condicionam a soberania dos países nos pontos a que lhes dizem respeito e, como tal, nesta matéria cabe ao Estado português salvaguardar a sua soberania, garantindo às missões estrangeiras a livre entrada e o estabelecimento das respetivas missões, porém sem conceder-lhes benefícios que poderiam ser atribuídos às missões nacionais. A razão é simples: “como pode o Estado conceder o direito de aposentação, pensões de sangue, passagens, terrenos e até os edifícios do Estado às missões estrangeiras enquanto as nacionais estão lutando pela sobrevivência”? Outro ponto de controvérsia do Decreto n.º 5:239 recai no n.º 2 do artigo 1.º, que determina como opção o ensino das missões em língua indígena ou em português. O legislador expõe os seus argumentos do seguinte modo:

“É doutrina assente nos centros colonizadores que o melhor meio de propaganda e a base elementar da obra da nacionalização das colónias é o ensino da língua pátria, em substituição e eliminação dos dialetos indígenas. A língua é o traço indelével que fica da passagem da civilização das nações, prendendo para sempre os naturais à mãe-pátria. O Brasil é para nós um exemplo vivo e eloquente. (...). É de presumir que nenhuma das Missões estrangeiras ensinaria a língua portuguesa, preferindo-lhe qualquer dos inúmeros e fáceis dialetos do interior da África (...) Para depois os indígenas lerem a história de Portugal! Não pode continuar uma tal situação; não se pode esperar nem pedir aos estrangeiros que façam a nacionalização portuguesa das nossas colónias; não se lhes pode

pedir que criem na alma do preto o amor da Pátria, que façam enfim de cada indígena um português!”

Citando as palavras dum governador de Moçambique, o legislador lembra o seguinte:

“Não devemos esquecer o procedimento das Missões alemãs da margem do Cunene, em Njiva, Yeque, Ompanda e Namacunde, nem as perturbações que trouxeram à nossa província de Moçambique, em 1907, as célebres Missões de Wesleianas, recusando obediência às leis portuguesas e provocando a intervenção diplomática do seu país. E é para estes missionários a prodigalidade do Decreto n.º 5:239! É a estas Missões, em serviço mercenário, que aquele diploma pretende confiar a civilização das nossas colónias e a defesa do prestígio do nome português! (...) Sem dúvida (...) se impõe à nossa imediata intervenção. Mas como portugueses e com Missões portuguesas.”

Da leitura do texto do Decreto 5:778 de 10 de maio de 1919 parece emanar a aversão das autoridades portuguesas às missões estrangeiras e ao seu trabalho, bem como a necessidade premente de o Estado rever as relações truncadas com a Igreja e missões católicas. Assim sendo, é de prever que o Estado irá doravante procurar cicatrizar as feridas abertas pela Lei de Separação do Estado das Igrejas ao abrigo do Decreto n.º 62 de 28 de julho de 1913. Por outro lado, o Decreto n.º 6:322 de 24 de dezembro de 1919, cuja crítica recai sobre o Decreto n.º 5:778 de 10 de maio de 1919, demonstra o esforço tendente a normalizar as relações quebradas entre o Estado e a Igreja Católica. Daí o procurador-geral das Missões do Espírito Santo considerar que se “viveu, então, de 1913 a 1919, num regime de compromissos, de ensaios, de ilogismo e de apalpadelas” (J. Correia: 1930). Eis o conteúdo do Decreto n.º 6:322 de 10 de 24 de dezembro de 1919:

Art.º 1.º As Missões portuguesas nos nossos domínios ultramarinos, organizadas no Instituto de Missões Coloniais com indivíduos ali diplomados e outros que forem julgados idóneos, e as religiosas, dum e outro sexo, denominar-se-ão Missões civilizadoras.

Art.º 2.º A constituição e existência das Missões civilizadoras laicas e das Missões religiosas que se conformem com o Decreto n.º 5:778, serão reguladas pelas disposições daquele diploma e pelas deste regulamento.

Art.º 3.º A República forma por sua iniciativa, nos termos do citado Decreto n.º 5:778, as Missões civilizadoras a que se refere a primeira parte do artigo 1.º aceitando e subsidiando as Missões religiosas apenas como elementos de ação civilizadora e nacionalizadora e acatam as instituições vigentes e as autoridades do país.

Art.º 4.º São consideradas Missões civilizadoras portuguesas, para os efeitos do artigo 14.º do Decreto n.º 5:778, de 10 de maio de 1919, as Missões religiosas que têm recebido subsídios do Estado ou das respetivas províncias, atualmente existentes, ou que encerradas depois da publicação do Decreto de 22 de dezembro de 1913, se reconstituam no prazo de um ano.

§ único. Em cada uma das referidas Missões continuará a ser considerado chefe para os sobreditos efeitos, aquele que o era antes de publicado o Decreto n.º 5:778, enquanto não for escolhido chefe pelos membros da missão respetiva, nos termos do artigo 15.º do referido Decreto.

Art.º 8.º As atuais Missões religiosas portuguesas constituirão os seguintes grupos (omito as que não abrangem Moçambique):

- a) As da África oriental que sempre estiveram confiadas a missionários formados no sobredito Colégio;
- b) As de Quelimane, Coalane, Chupanga, Angonia, Boroma e Zumbo, na África Oriental, e constituídas com o seu pessoal respetivo.
- c) As da Beira, Homoine, Inharrime e Chongoene, na mesma província;

Art.º 9.º Cada grupo de Missões será representado, para os efeitos do mencionado Decreto e do presente regulamento:

- a) Na capital da respetiva província, por um procurador provincial, que para quaisquer efeitos do mesmo diploma tratará com o Governo e repartições da mesma província (...).

Art.º 10.º Os procuradores a que se refere o artigo antecedente serão constituídos por procuração dos chefes das suas Missões.

#### **4.10.3 Missões civilizadoras laicas com estatuto e objetivos definidos**

Salienta-se que em toda a legislação subsequente à criação das missões civilizadoras, compostas só por leigos, art.º 19 do Decreto n.º 233 de 22 de novembro de 1913, as suas funções estão articuladas com as das missões religiosas. O Diploma Legislativo n.º 42 de 7 de fevereiro de 1925 é que vai efetuar a separação, designando as seguintes funções às missões civilizadoras, agora especificamente designadas por missões civilizadoras laicas:

Artigo 1.º As Missões civilizadoras laicas, criadas por Decreto n.º 233, de 22 de novembro de 1913, e já estabelecidas nesta Província, terão como objetivo:

- 1.º O ensino literário elementar que versará sobre as matérias da primeira e segunda classe da Escola Primária;
- 2.º O desenvolvimento da moral e cultura física;
- 3.º O ensino especializado de uma ou mais profissões ou ofícios;



4.º A preparação dos seus alunos para trabalhos agrícolas

5.º A propagação dos mais indispensáveis conhecimentos de enfermagem.

Artigo 2.º As Missões civilizadoras laicas têm ainda por fim:

1.º Promover o prestígio da civilização europeia e principalmente o prestígio da civilização e soberania portuguesa;

2.º Promover a vulgarização da língua portuguesa;

3.ª Criar e desenvolver entre os indígenas, pelo exemplo e pelo conselho, o gosto e amor pelo trabalho;

4.º Dar assistência médica às crianças e adultos e promover entre umas e outros, a difusão de conhecimentos acerca da transmissão de doenças pelo contágio;

5.º Colecionar dados botânicos, zoológicos e etnográficos, para serem remetidos às repartições competentes da Província.

Artigo 3.º Para o sexo feminino, o ensino de que trata o n.º 3 do artigo 1.º, constará de:

a) Costura, remendagem, corte e confeção de vestuário simples;

b) Serviços caseiros e higiene doméstica;

c) Assistência e cuidado com as mulheres grávidas, recém-nascidos e crianças na primeira infância.

Artigo 4.º As Missões civilizadoras laicas constituem um ramo de serviço público subordinado à Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas, sendo o mesmo superiormente fiscalizado e orientado pelo Governador-Geral.

Artigo 5.º Pertence exclusivamente ao Instituto de Missões Coloniais o encargo da preparação do pessoal destinado às Missões civilizadoras laicas e suas sucursais (...)

No que toca às funções atribuídas às missões civilizadoras laicas é possível fazer três “reparos”. Em primeiro lugar, e relativamente ao artigo 1.º-1.º., pode questionar-se sob que programa de instrução primária está destinado o ensino elementar a ser ministrado pelas Missões civilizadoras laicas sobre as matérias da primeira e segunda classe da Escola Primária? A resposta é pertinente pois se, por um lado, o programa de ensino em vigor aquando da promulgação do Diploma Legislativo n.º 42 em 1925 é o do *Ensino Primário Geral* com cinco classes ascendentes, por outro lado o programa de ensino da década anterior, referido na Portaria n.º 476 a 14 de julho de 1908, é dividido em 1.ª classe do ensino no Ultramar que corresponde a três classes ascendentes, e a 2.ª classe que corresponde à 4.ª classe. Só com o conhecimento preciso sobre o programa de ensino a ser seguido pelas Missões religiosas laicas poderemos saber se os respetivos missionários preparavam os seus alunos para uma instrução primária completa ou parcial, e que seria a 1.ª classe e 2.ª classe do *Ensino Primário Geral*.

Porém, avaliando os proveitos que o Governo tirava das crianças destas escolas como grupo-alvo para as mensurações antropológicas e para a recolha de espécies botânicas e zoológicas (Junod referiu que as crianças conheciam distinguir as plantas), leva a crer que o ensino das Missões civilizadoras laicas se limitava à 2.<sup>a</sup> classe do *Ensino Primário Geral*. Um outro aspeto a salientar é que as missões religiosas laicas estavam sob direta supervisão da Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas. Por último, que as missões civilizadoras laicas terão tido pouca influência e sustento esta afirmação a partir da obra da Igreja Católica em Moçambique, *Na Entrega do Testemunho – 1975*, na qual, entre dezenas de missões no sul de Moçambique, apenas a Missão de S. Isabel Rainha de Portugal, Taninga, na Manhiça, “foi fundada como missão laica e entregue à Direção das Missões em 9 de dezembro de 1927” (Pinheiro, 1992: 89). Este fator pode ser sugestivo do grau de aceitação que os missionários laicos tiveram junto das populações locais.

#### **4.10.4 Igreja recupera o estatuto e privilégios**

A década de 1920 parece marcar a inversão da posição assumida pelo Estado na década anterior contra a Igreja Católica e que mais adiante conduzirá à promulgação do *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor*. É no sentido de inversão que, citando Correia, ao abrigo do Decreto de Rodrigues Gaspar, de 26 de agosto de 1921, o Estado encarou de forma mais realística a posição dos missionários católicos que vinham sendo equiparados a funcionários públicos, passando a exercer a função de agentes de civilização, porém subordinados à Igreja e à sua disciplina. Referindo-se ao Decreto, Correia acrescenta que “Em cada Colónia, reza o artigo 2.º do Decreto notabilíssimo e definitivo, haverá um diretor de Missões, que será o «superior hierárquico dos missionários», a quem compete a orientação geral e administração superior das Missões, a nomeação, a colocação, transferência e exoneração de todo o pessoal”.

Correia sublinha que a 22 de abril de 1924, o Ministro das Colónias submeteu a um referendo o Decreto n.º 104, que determinava a cessação dos procuradores como representantes dos diretores de Missões, nomeadamente os chefes hierárquicos e os Bispos das colónias, designando o Governo apenas um Procurador-geral para os missionários de todas as colónias. Uma das competências do Procurador-geral seria a escolha dos seus representantes e fiscais nas jurisdições de cada Prelazia do Ultramar. O autor acrescenta que o Decreto não agradou aos três diretores das Missões em funções: o Prelado de Moçambique, o Bispo de Macau (diretor das Missões de Timor) e o Vigário Capitular de Angola, por o considerarem cismático e anticanónico, e inviabilizando os missionários de continuarem católicos. Face à contestação, o estadista João Belo convocou à Metrópole os diretores das Missões ultramarinas para a

elaboração conjunta de um código definitivo sobre o funcionamento das Missões no Ultramar, revogado o citado Decreto n.º 104. Do trabalho resultou a promulgação, a 13 de outubro de 1926, do *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor*, ao abrigo do Decreto n.º 12.486, que define o estatuto do missionário perante o Estado para o qual trabalha, pelo qual é remunerado e a sua formação financiada em instituições designadas para o efeito. O Decreto determina a atribuição de fundos para a obra missionária, não obstante a sujeição do missionário à hierarquia eclesiástica, à disciplina e à doutrina da Igreja. Entre as disposições do Decreto de 1926 citarei o que Correia descreve ser a definição do estatuto das missões religiosas e seus objetivos:

“– As Missões católicas portuguesas, reza o art.º 5.º, constituem pessoas morais, com capacidade jurídica, e são legitimamente representadas pelos prelados e seus delegados, que são os vigários gerais, os superiores distritais de Missões, os superiores destas, os párocos e quaisquer procuradores, com os poderes que os prelados lhes conferiram”.

– Missionários, esclarece o art.º 31.º, são os sacerdotes que, inteiramente subordinados aos prelados portugueses, vão para as colónias consagrar-se exclusivamente à civilização e engrandecimento da sua população; e auxiliares são os que, não sendo sacerdotes, com eles cooperam na realização do mesmo objetivo, a que absolutamente se consagram”.

Referindo-se ao Decreto da criação do *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor*, no art.º 36.º que “estabelece-se com toda a clareza que não são funcionários burocráticos os ministros da Igreja, de quem o Estado utiliza a eficiência civilizadora e que, fora do serviço da Igreja, perdida a auréola de obreiros de um ideal, o Estado não cobrirá com a sombra da sua proteção financeira, nem como pensionistas sequer”, Correia salienta o seguinte (Correia, 1930: 11-21):

“Os missionários e auxiliares gozam de benefícios e das vantagens concedidas ao funcionalismo público, mas não são funcionários do Estado; são considerados como pessoal em serviço especial de utilidade nacional, inteiramente dependentes dos diretores de Missões e só gozam das vantagens que este Decreto lhes concede enquanto conservarem no exercício do seu ministério, ou quando, terminado o tempo necessário para a pensão vitalícia, devidamente autorizados, regressarem à Metrópole.

Ao pessoal missionário não é permitido aceitar qualquer comissão de serviço ou encargo alheio ao serviço das Missões, sem especial autorização do diretor das Missões.”

A iniciativa do governo de José Cabral de conceder um crédito especial no valor de 72.000\$00 destinado ao pagamento de vencimentos a doze professores indígenas das Missões

católicas, ao abrigo do Diploma Legislativo n.º 367 de 4 de março de 1933, é uma medida que antevê a assinatura de dois acordos cujo impacto se irá refletir no funcionamento das escolas indígenas durante todo o colonialismo: a Concordata e o Acordo Missionário, ambos acordos assinados entre a Santa Sé e a República Portuguesa na Cidade do Vaticano a 7 de maio de 1940. No âmbito da Concordata de 1940, o Estado português não só restaura a liberdade e a autoridade que a Igreja Católica gozava até à Lei de Separação de 1913, como também devolve a propriedade da Igreja retida aquando do encerramento dos conventos, colégios, associações, entre outros. Os direitos descritos estão consagrados nas cláusulas seguintes:

Art.º 2 – É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade; na esfera da sua competência, tem a faculdade de exercer os atos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento.

Art.º 6 – É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais com seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaías e outros objetos afetos ao culto e religião católica (...).

No âmbito do Acordo Missionário de 1940, os missionários católicos portugueses e respetivas sociedades missionárias passam a receber do Estado subsídios de formação e de manutenção das casas de formação do clero indígena. É-lhes também concedida a liberdade de expandir os seus campos de ensino, evangelização e saúde, conforme estipulado nas cláusulas seguintes:

Art.º 9 – As corporações missionárias reconhecidas, masculinas e femininas, serão, independentemente dos auxílios que receberem da Santa Sé, subsidiadas segundo a necessidade pelo Governo da Metrópole e pelo Governo da respetiva colónia. Na distribuição dos ditos subsídios, ter-se-ão em conta não somente o número dos alunos das casas de formação e o dos missionários nas colónias, mas também as obras missionárias, compreendendo nelas os seminários e as outras obras para o clero indígena (...).

Art.º 15 – As Missões católicas portuguesas podem expandir-se livremente para exercerem as formas de atividade que lhes são próprias e nomeadamente a de fundar e dirigir escolas para os indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundário e profissional, seminários, catecumenatos, ambulâncias e hospitais (...).

#### **4.10.5 Expansão das Missões Católicas no sul de moçambique**

O Acordo Missionário, estabelecido entre o Estado português e a Santa Sé, permitiu à Igreja Católica em Moçambique expandir as instituições criadas de 1892 até 1910, e já apresentadas num quadro, circunscritas ao distrito de Lourenço Marques e incluindo a Vila de João Belo. No final desta tese é apresentado um quadro com a lista das Missões estabelecidas até 1975 nos distritos contemporâneos de Lourenço Marques, Vila de João Belo e Inhambane. Tendo em conta o preceituado no § único do artigo 18.º que “o ensino meramente religioso e o de filhos de europeus não se consideram incluídos neste artigo”, retirou-se da lista o ensino nas paróquias e colégios pois, de acordo com a lei, estariam destinados a prestar serviço aos europeus dos concelhos.



## CAPÍTULO 5 – DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO PARA AFRICANOS

Uma vez que a presente dissertação possui como objetos de estudo 45 entrevistados, foram elaboradas três tabelas com a caracterização dos entrevistados. Subordinadas ao título “Relação de entrevistas da tese *O Ensino Colonial em Moçambique*”, na primeira tabela encontra-se a informação relativa aos seguintes subtítulos: n.º de entrevista, identificação do informante, idade, data da entrevista, local da entrevista, duração da entrevista (em minutos), escola primária, habilitações em 1975, profissão em 1975 e profissão atual. A segunda tabela tem como subtítulo “Progressão académica dos entrevistados”. A terceira tabela tem como subtítulo “Carreira profissional dos entrevistados”. A relevância da primeira tabela prende-se com o facto de os dados permitirem uma leitura rápida da caracterização de cada informante. O facto de os dados da segunda tabela focarem o percurso escolar foi o que facilitou a formulação da maioria dos tópicos analisados neste trabalho. A informação que consta do percurso profissional dos entrevistados é a que nos permite apreender a transição dos entrevistados de funcionários ao serviço da administração colonial portuguesa para os serviços do Estado moçambicano. Das três tabelas, apenas a primeira irá constar antes do desenvolvimento das temáticas, sendo que as restantes se encontram nos anexos, após a bibliografia.

A identificação pessoal de cada informante é apresentada por ordem de sequência das entrevistas, iniciais da entrevistadora e do entrevistado, idade e nome do entrevistado. Para exemplificar: se a nossa amostra fosse constituída por 49 indivíduos, o informante 49-IMA-96 seria o 49.º elemento entrevistado por Irene, de seu nome Marques António, com 96 anos de idade. Considerou-se este modelo de identificação como sendo o mais viável por duas razões: a identificação numérica permite localizar o nome do entrevistado nas listas descritivas das características dos entrevistados, e a idade desperta uma maior atenção na leitura de fenómenos históricos sempre que estes são relatados por pessoas de maior idade. A todos os professores diplomados no tempo colonial, ao critério de identificação definido, acrescentou-se o título *prof.* e o nome do docente. A título exemplificativo, 47-IAM-73, prof. António Martins. Dado que no período colonial em Moçambique, *professor* era um título vitalício, aplico o título a todos os professores diplomados da época colonial, independentemente dos cargos que após a independência vieram a desempenhar ou se já se encontram ou não aposentados. Os enfermeiros estão também identificados por títulos e as mulheres geralmente por nomes próprios, como critério de uniformização, por considerar que apenas uma minoria se identificava com os

apelidos dos maridos. Fazem parte do elenco de professores alguns indivíduos que exerceram o cargo ao serviço das missões católicas, porém não habilitados. Estes designam-se aqui por *professores das Missões Católicas* para distinguir entre professores com diploma e professores sem diploma - embora os últimos tenham vindo a habilitar-se após a independência, em virtude de o foco da nossa análise ser o contexto colonial é conveniente fazermos a demarcação.



**Quadro 5.1 – Relação e caracterização dos entrevistados**

Relação de entrevistas da tese <i>O Ensino Colonial em Moçambique</i>									
N.º	Id.	Idade	Data da entrevista	Local da entrevista	Min.	Escola primária	Hab. 1975	Profissão 1975	Prof. atual
1	IMN	79	07.02.13	Maputo	40	M. Nazarena	4.ª classe	Escriturário	S/atividade
2	IEM	73	17.02.13	Maputo	40	M. Nazarena	4.ª classe	Prof.ª monitora	Doméstica
3	IESN	81	17.02.13	Maputo	28	M. Nazarena	4.º classe	Enfermeiro	Reformado
4	IOM	80	18.02.13	Maputo	28	Oficial	4.ª classe	Alfaiate	Com.Olímp
5	IPAZ	72	22.02.13	Maputo	49	Missão Suíça	Liceu	Candidato Fac.	Jurista
6	IVS	71	25.02.13	Maputo	28	M. Nazarena	4.ª classe	Cooperativa	Reformado
7	IOJ	85	26.02.13	Maputo	40	M. Católica	4.ª classe	Técnico Saúde	Reformado
8	IERM	70	28.02.13	Maputo	16	M. Nazarena	4.ª classe	Enfermeira	Ativa e ref.
9	IHM	80	01.03.13	Maputo	49	M. Nazarena	4.ª classe	Enfermeiro	Ativo
10	IHP	71	19.07.13	Lisboa	12	Ensino elementar	5.º ano	Estado	Reformada
11	IAM	72	19.07.13	Lisboa	17	Ensino elementar	Liceu	Estado	Reformada
12	IMN	92	09.01.13	Chicucue	62	M. Metodista	4.ª classe	Prof. monitor	Reformado
13	ICM	71	10.01.14	Chicucue	40	M. Nazarena	4.ª classe	Catequista	Doméstica
14	IMM	81	10.01.14	Chicucue	41	M. Nazarena	3.ª classe	Enfermeira	Reformada
15	IELH	84	15.01.14	Maputo	42	Missão Suíça	4.ª classe	Enfermeira	Reformada
16	IEML	79	31.01.14	Maputo	43	M. Católica	4.ª classe	Enfermeira	Ativa e ref.
17	IAM	81	31.01.14	Moamba	44	Missão Suíça	2.º Liceu	Registo Civil	Reformado
18	IEC	83	12.02.14	Maputo	45	Missão Suíça	4.ª classe	CTT-Correios	Reformado
19	IMC	90	13.02.14	Maputo	46	Missão Suíça	4.ª classe	CTT e Pastor	Reformado
20	IAC	89	13.02.14	Maputo	47	M. Metodista	2.º Esc.Com	Câmara Com.	Reformado
21	IT	86	27.02.14	Maputo	48	M. Católica	4.ª classe	Carpinteiro	Faleceu 2015
22	IMR	83	05.05.14	Maputo	49	M. Metodista	4.ª classe	União Fabril	Doméstica
23	ISN	71	07.05.14	Maputo	50	M. Metodista	7.º Liceu	Candidato Fac.	PGR jubilado
24	IVM	81	07.05.14	Maputo	22	M. Católica	2.ª classe	Hotelaria	S/atividade
25	ISM	84	20.05.14	Cambine	70	M. Metodista	5.º Liceu	Prof.diplomado	Reformado
26	IAC	85	21.05.14	Cambine	45	Católica-Metod.	1.º Liceu	Prof. monitor	S/atividade
27	INP	68	22.05.14	Maxixe	29	M. Católica	4.º Liceu	Prof.diplomado	Reformado
28	ICM	78	22.05.14	Maxixe	21	M. Católica	5.º Liceu	Prof.diplomado	Reformado
29	IPS	91	02.07.14	Maputo	43	Nazarena e Suíça	4.ª+Std. IX	Revisor CFM	Reformado
30	IAG	80	02.07.14	Maputo	52	M. Católica	4.ª classe	Topógrafo	S/atividade
31	IJT	69	03.07.14	Maputo	26	Portugal	Pedagogia	Colégio Pio XII	Marista
32	IBDL	87	15.07.14	Xai-Xai	37	M. Católica	Seminário	Sacerdote	Cardeal 2015
33	IES	93	16.07.14	Xai-Xai	52	M. Católica	4.º classe	Prof. monitor	Professor
34	IEC	77	17.07.14	Xai-Xai	11	M. Nazarena	3.ª classe	Enfermeira	Reformada
35	IAS	76	17.07.14	Xai-Xai	56	M. Católica	1.º ciclo	Prof.diplomado	Reformado
36	IAG	61	18.07.14	Chongoene	41	M. Católica	4.ª classe	Prof.ª monitora	Reformada
37	IAL	76	18.07.14	Xai-Xai	32	M. Católica	4.ª classe	Prof.diplomado	Reformado
38	IJ	64	19.07.14	Manjacaze	13	M. Católica	4.ª classe	Prof. monitor	Escultor
39	IESM	74	19.07.14	Manjacaze	15	M. Nazarena	4.ª classe	Enfermeira	Ativa e ref.
40	IZ	68	20.07.14	Xai-Xai	43	M. Nazarena	4.ª classe	Prof. monitor	Reformado
41	IVU	69	21.07.14	Xai-Xai	52	M. Católica	4.ª classe	Prof.diplomado	Reformado
42	ILG	78	28.07.14	Maputo	28	M. Nazarena	4.ª classe	Marceneiro	Reformado
43	IEN	77	28.07.14	Maputo	26	M. Metodista	4.ª classe	Enfermeira	Enfermeira
44	ICM	69	29.07.14	Maputo	41	Metodista Livre	4.ª classe	Doméstica	Doméstica
45	IM	68	03.08.14	Maputo	25	Católica-M.Livre	4.ª classe	Arquivista	Desconhecida

## 5.1 Política Indígena

A política indígena nas colónias portuguesas em África é um tema sobre o qual a academia muito se tem debruçado. Apesar de não representar uma novidade, é importante convocar esta temática para a presente dissertação pelo facto de a política indígena constituir a problemática do ensino colonial. Falar do ensino missionário na África colonial é o mesmo que falar do ensino indígena ou de “native education”, cujo pilar é precisamente a política indígena. De acordo com os autores da obra *Portugal - do Minho*, Vasco Marques e Aníbal Borges, o discurso proferido por Oliveira Salazar em 1 de junho de 1933, perante a I Conferência de Governadores Coloniais, não deixou margem para dúvidas sobre a firmeza e pretensão de Salazar em implementar os ideais do que veio a ser o seu modelo de governação, contidos na Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1933. Recorde-se que foi em 1933 que Salazar assume o poder como Presidente do Conselho de Ministros. Apresenta-se aqui um excerto do discurso de Salazar proferido na Conferência de Governadores Coloniais:

“(…) sem distinções de situação geográfica que nós consideramos, admitimos, dirigimos as colónias portuguesas. Tal como o Minho ou a Beira, é, sob a autoridade única do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia. Somos uma unidade jurídica e política, e desejamos caminhar para uma unidade económica, tanto quanto possível completa e perfeita, pelo desenvolvimento da produção e intensa permuta das matérias-primas, dos géneros alimentícios e dos produtos manufaturados entre umas e outras partes deste todo. Os regimes económicos das colónias têm de ser estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e as legítimas conveniências da Metrópole e do Império Colonial”.

Economia e desenvolvimento são as linhas mestras da política de Salazar em relação a Angola e Moçambique, assumindo que estes territórios estavam sob a autoridade jurídica e política do Estado único que é Portugal. Daí a recorrência no discurso dos termos *economia* e *desenvolvimento* sob as expressões “unidade económica”, “regimes económicos das colónias”, “desenvolvimento da produção”, “necessidades do desenvolvimento”. Segundo os autores, embora os conceitos de *império* e *colónia* mencionados na Carta Orgânica do Império Colonial tenham, na reforma de 1952, sido substituídos por Nação e Províncias, tais alterações, meramente “cosméticas”, em nada modificaram o princípio de manter as colónias integradas na Nação que é Portugal (Marques e Borges, 2008: 320).

O excerto de Marques e Borges salienta o quão imperioso considerou Salazar reforçar o indigenato, introduzido em 1917 como forma de atingir os ideais do seu discurso. Para a implementação de uma economia de reciprocidade com os países vizinhos, uma das medidas com impacto sobre a vida dos africanos em Moçambique foi a “Revisão das cláusulas da Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul”, de 1934. A Convenção tem origem no “Regulamento para engajamento dos Indígenas da Província de Moçambique para o trabalho na República Sul-Africana”, de 1897 (Covane, 1987). Outra medida com impacto significativo foi o “Regulamento de identificação indígena”, de 1942, que obrigava o africano a exibir a Caderneta Indígena com os seus dados pessoais atualizados, incluindo o pagamento do imposto domiciliário e o averbamento da licença de circulação, sempre que estivesse fora da sua circunscrição, sob pena de ser recrutado para o trabalho forçado. Estas duas disposições são as que mais influenciaram o modo de vida dos entrevistados, condicionando a sua progressão.

No quadro da política indígena está o *indigenato* e a escravatura, questões analisadas por Michel Cahen no seu artigo “*Indigenato Before Race? Some Proposals on Portuguese Forced Labour Law in Mozambique and the African Empire (1926-62)*”. Uma vez que na I Parte deste trabalho foi desenvolvido o pensamento de Cahen sobre a escravatura, o indigenato é a temática que iremos contextualizar nesta II Parte.

Cahen começa por definir a interpretação atribuída, durante a colonização, aos conceitos de *indígena* e *nativo*; descrevendo como a definição é caracterizada pela cor da pele. No desenvolvimento, percebe-se que os conceitos foram elaborados visando a construção de categorias sociais que colocam num patamar inferior os indivíduos de pele escura, os Africanos colonizados, conotados por gente ‘não civilizada’; e num patamar superior os indivíduos de pele branca, nomeadamente, os colonos Europeus, descritos por ‘civilizados’. Entende-se que a ideia subjacente ao posicionamento dos *indígenas* na categoria inferior pretendia prolongar a prática de escravatura que, embora banida por sucessivas leis, constituía a fonte principal de trabalho para o florescimento da economia capitalista. Em Moçambique e Angola, os indígenas autóctones eram compelidos ao trabalho forçado. Já em São Tomé, eram os indígenas de Moçambique e Angola, condenados ao degredo, a executar este trabalho, porque os autóctones de São Tomé se recusavam a prestar esse serviço.

Segundo o autor, o fundo da questão sobre o *indigenato* não é saber se a política colonial portuguesa era ou não racista, uma vez que a lei estabelecia apenas a discriminação social. A legislação colonial sobre o indigenato não deixa dúvidas de que o indigenato era uma política racista. Visando o preenchimento da força de trabalho compelido, a política do indigenato fez

da raça o seu instrumento ideológico para definir quem era nativo e quem o não era. Isto é, a cor da pele era o critério que distinguia o nativo do não nativo. Neste contexto, indivíduos de pele escura, com exceção dos poucos *assimilados*, eram classificados por nativos ou ‘não civilizados’, e indivíduos de cor branca, ainda que iletrados, classificados sempre por ‘civilizados’ e *nunca nativos*.

Cahen pergunta se será correto traduzir-se o termo *indígena*, em português, e por *nativo*, em inglês (em particular no inglês das ciências sociais americanas). O problema que se coloca é que *um indígena*, em português, é tanto um substantivo como um adjetivo, enquanto ‘indigenous’, um *autóctone*, é somente um adjetivo; significando que *indígena* é ‘um nativo’ no sentido lato. Todavia, atendendo a que nas antigas colónias portuguesas em África havia Europeus e mestiços, ou Africanos de descendência portuguesa, o autor questiona se estes seriam ‘nativos’, uma vez que aos olhos de todos não eram *indígenas*, mas ‘Angolanos’ ou ‘Moçambicanos’. Querendo isto dizer que eram de cor branca, mestiços, ou Portugueses de pele escura naturais de Angola e Moçambique, contudo, não *indígenas*. Quanto aos Africanos de descendência portuguesa, o autor questiona se, no sentido inglês, estes não seriam nativos. Aliás, no Império colonial português, *indígena*, aplicou-se a um estatuto jurídico, no quadro da dualidade imposta aos colonizados (*indígenas*, ou ‘não civilizados’ versus *cidadãos*, ou ‘civilizados’). Nesse sentido, *indígena* pode ser traduzido por ‘dominado [colonial]’, mas sendo assim, abrangeria toda a população colonizada; enquanto os *assimilados* eram cidadãos portugueses de pleno direito, assim como os Indianos de Goa e os Chineses de Macau – e os Cabo-verdianos que não eram *indígenas* ou cidadãos *assimilados*, gozavam de um estatuto intermédio. Cahen define o adjetivo *indígena* por ‘nativo’, referindo a condição jurídica (‘política indígena’, ‘Código Indígena’), e ‘indigenous’, *autóctone*, com referência à pertença *histórica* ao lugar (‘costumes e hábitos *autóctones*’). Isto significa que um europeu ou goês não é um *autóctone* quando nasce no estrangeiro.

Muito embora o substantivo *indígena* tenha sido utilizado para designar os povos africanos (*cafres*, *gentios*, *selvagens*, *pagãos*), é recente a interpretação genérica dada ao termo para designar os povos colonizados nos territórios da África portuguesa. A generalização ficou associada à tentativa de Lisboa sistematizar a lei do seu novo império, a partir do início do último quartel do século XIX e, particularmente, após 1885. É neste contexto que Cahen considera as designações *indígena* e *indigenato* como classificações jurídicas mais ou menos contemporâneas à implementação do capitalismo colonial, razão pela qual, no capitalismo colonial, todos os indivíduos de pele escura eram designados *indígenas*, salvo se se autoexcluísem da sua raça; refiro que no quadro da *assimilação*. O autor acrescenta que se

pode dizer que *indígena* e *indigenato* são conceitos que foram criados a partir da conceção da vitória do abolicionismo, associado indiretamente à expansão do capitalismo. Também se pode dizer que o *indigenato* e o trabalho forçado substituíram a escravatura (Cahen, 2012: 149-171).

A percepção segundo a qual com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 43 893 de 6 de setembro de 1961, que revoga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, de 1954, os africanos dessas províncias passaram a ser cidadãos, com direito à identificação portuguesa - o bilhete de identidade, é errada. Tal visão contraria a experiência dos entrevistados conforme os relatos seguintes:

Valente Siteo, 6-IVS-71, refere que *em 1962 trazíamos uma guia com aquela caderneta indígena, é um livrinho assim, leva fotografia tinha escrito aqui caderneta indígena. Então, exibia em qualquer sítio porque na altura não se podia andar à noite sem documentos; então através daquela caderneta vão ver se esta pessoa vem donde, onde está a guia, tinha que ir trabalhar com a guia*. Penvenne assinala que “entre 1950 e 1962, 12% de toda a força de trabalho urbana registada trabalhou pelo menos um período no *chibalo* por transgressão de normas de trabalho municipal” (Penvenne, 1993: 162). Ambas as afirmações revelam que em 1962 ainda imperava em Moçambique a condição social de *indígena*.

Augusto Mondlane, 17-IAM-81, funcionário do Registo Civil, sugere que em 1962 o *chibalo* funcionou como moeda de troca para a cidadania decretada em 1961:

Eu já era aspirante do regime colonial, portanto conheço Moamba de ponta a ponta porque andei em casa dos régulos. Reuniam-se em casa do régulo ou onde há aglomeração de pessoas por exemplo, nas machambas onde há muita gente, aproveitavam, é a mão-de-obra que não vai dispersar. Vai dizer que *vou trabalhar, vou tirar B.I.*, primeiro registávamos, passávamos cédula pessoal e passávamos o B.I., quando sai depois então “está aqui acabou entra no trabalho *chibalo*”.

O prof. Vitorino Uamusse, 41-IVN-69, salienta que em 1964 a identificação do indígena era o cartão de identidade, um documento provisório que confere ao indivíduo um estatuto intermédio entre indígena e cidadão, conforme a narrativa seguinte:

Salazar, nas suas leis dizia, *cumpra-se como nele se contém* então há aqueles que desrespeitam as leis. A caderneta funcionou; 1964 ainda havia caderneta de identidade, houve insistência, acabou desaparecendo a caderneta de identidade ficou o B.I. para todos os cidadãos, mas viam que ninguém era chamado para ir cumprir o serviço militar porque ainda não é conhecido na conservatória, tem que ser registado no tempo de *chibalo*,

trabalho forçado. Para ir à tropa é apanhar na rua pronto; vai para a escola de formação militar, mas porque é indígena então é agarrado mesmo depois da extinção da assimilação.

Face aos depoimentos, a pergunta que se coloca é: quando é que efetivamente o *indígena* deixou de o ser? A esta questão o professor dá a seguinte pista para a resposta:

A extinção do indigenato data de 1961, mas a sua publicação foi em 1963 o Decreto é o 44.916 de 14 de março. Com efeitos a partir de 14 de setembro de 1961, já não há indigenato na caderneta indígena; um único bilhete de identidade para todos; mas o falecido presidente Samora falava da Ultradireita com esta extinção do indigenato: aqueles que não concordavam com ideias de Salazar, que era o presidente do Conselho de Ministros, introduziram a caderneta de identidade para este indígena não chegar a ter direito ao bilhete de identidade.

Analisando os excertos, conclui-se que o *indígena* só deixava de o ser no dia em que lhe fosse emitido o bilhete de identidade, com os constrangimentos que o processo de aquisição do documento comportava para a maioria dos indígenas - exceto para uma minoria aludida no Decreto e que são os trabalhadores do Estado. É que o citado Decreto n.º 44.916 estabelece que “o tempo de serviço prestado ao Estado e aos corpos administrativos em regime de assalariamento, até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 43 893, de 6 de setembro de 1961, pelos indivíduos que perderam a condição de *indígena* com a publicação do citado diploma é contado para efeitos de aposentação, independentemente do pagamento de quotas para aquele efeito”. Esta lei beneficiou os alunos do ensino noturno do prof. Artur Semende, 35-IAS-76, que, segundo o próprio, *em 1961 continuei a dar o ensino noturno para os funcionários e esses puderam se avaliar para a 4.ª classe, fazer exame extraordinário porque para entrar para o aparelho do estado tinha que ter 4.ª classe, mas já havia muitos funcionários que já trabalhavam, todavia eram considerados serventes. Para mudar disso e ser cidadão português de facto tinha que ter 4.ª classe.*

O ensino rudimentar, sistema que consubstancia o estatuto do *indígena*, vigorou muito além da data da sua revogação. Exemplos constam do relatório de Aresta sobre “A educação em Moçambique no ano de 1969”, no qual se constata uma escola de ensino primário rudimentar em Inharrime, sob tutela do governo, e cerca de dez escolas de ensino primário rudimentar no centro e norte de Moçambique, sob tutela das Missões católicas. A questão do indigenato é tão complexa que não deve ser pela leitura desta ou daquela lei que podemos asseverar que o estatuto de *não-indígena* passou da letra para a prática a partir de determinada data. Lawrence Hirschfeld, autor da obra *Race in the Making: Cognition, Culture, and the*

*Child's Construction of Humankind*s, fornece pistas para a complexidade deste problema. Citando o artigo “Racial theory and racial thinking”, a questão que Hirschfeld coloca é: se partirmos do pressuposto de que são as condições políticas, económicas e culturais que constroem e moldam a ideologia do racismo, por que razão é que o racismo persiste quando ocorrem mudanças no contexto cultural e material que sustentam a ideologia? Hirschfeld considera a pergunta pertinente pois existem provas suficientes em como não há relação causa-efeito entre a ideologia racial e a situação política e económica imperante. O autor defende a sua perspetiva referindo que a ideologia do racismo tem como origem as condições históricas da escravatura nas colónias britânicas da América do Norte; mas uma vez abolida a escravatura na América do Norte, o que se verificou foi que o racismo e os seus estereótipos pouco ou nada se desvaneceram. Hirschfeld argumenta que perante transformações sociopolíticas ou culturais, o mais recorrente na história das ideologias sobre o racismo é o deslocamento impercetível dos estereótipos para novas situações, permitindo a continuidade da manipulação das vidas de homens e mulheres (Hirschfeld, 1996: 37).

Contextualizando a assimilação cultural na ideologia racial reforçada durante o Estado Novo, não nos deve surpreender que a revogação do estatuto do *indígena* não tenha passado do papel à prática nas datas em que as leis referentes foram promulgadas. Importa sublinharmos que *raça* e *civilização* são conceitos que predominaram nas administrações coloniais assentes no modelo de administração direta. Em Moçambique, o Diploma Legislativo n.º 228 em execução do Decreto n.º 15:241, de 24 de março de 1928, o Código Administrativo da Colónia de Moçambique, estatui a administração direta para sete distritos de Moçambique, “a par da administração direta e assimiladora ou mesmo tutelar do indígena, uma administração indireta por integração nela dos chefes indígenas, enquanto os indígenas não são assimilados por uma lenta ação civilizadora” (Osório e Rodrigues, 1940: 545-561). Contudo, como Florêncio questiona no seu artigo “Autoridades Tradicionais vandaus em Moçambique: o regresso do *indirect rule* ou uma espécie de *neo-indirect rule*?”, com a promulgação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de 1929, e da Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, a administração colonial portuguesa adotou formalmente a política de *indirect rule*, ainda que sem especificar (Florêncio, 2008: 371). Sobre a implementação da administração direta, Adriano Moreira, na obra *Política Ultramarina* refere o seguinte:

“O poder metropolitano exerce-se diretamente sobre o território e a população, sobre os quais não se encontra por isso, qualquer poder político originário que fosse limitado embora, mas aproveitado, pelo colonizador quem desempenha todas as tarefas da

administração e detém o poder. O território da colónia é considerado como fazendo parte do território do Estado colonizador, e este esquema seria até a única forma possível de organizar a colonização dos povos que não exibem qualquer elemento apreciável de civilização (Moreira, 1960: 31)”.

Sublinhe-se que alguns anos antes da revogação do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique em 1961, Adriano Moreira, na obra *Administração da Justiça aos Indígenas*, referiu que “uma longa experiência, acolhida pela melhor doutrina, aconselha que o trabalho seja a pena especialmente usada para os indígenas” (Moreira, 1955: 141). Das teorias descritas que fundamentam a segregação racial com a civilização no contexto cultural, entendem-se os porquês da dilatação da entrada em vigor da revogação do estatuto do *indígena*, conforme os depoimentos dos informantes acima citados. É que a implementação extemporânea do estatuto de *não-indígena* desembocaria em revoltas entre a minoria branca que, por um lado, não aceitaria conviver com os negros, e por outro, ficaria privada de mão-e-obra.

Importa assinalarmos que, de acordo com a perspetiva colonizadora, as etnias africanas não têm representatividade nacional como a têm os países colonizadores; daí que, segundo Hans Vermeulen na obra *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*, as identidades nacionais ocidentais se sobrepõem às identidades étnicas africanas, classificadas num processo de longa duração com a colaboração dos administradores coloniais, missionários, chefes e trabalhadores migrantes (Vermeulen, 2001: 96). A classificação das identidades étnicas coloniais em Moçambique foi iniciativa do Governo da I República, conforme consta da Portaria do Governador-geral, J. Machado, n.º 613 de 12 de maio de 1914. O estigma social criado através da identificação étnica conduziu à perda de autoestima dos povos colonizados, uma vez que da sua subordinação se criou “uma autoimagem negativa ou até uma identidade negativa” (Vermeulen, 2001: 26). Um exemplo aplicável em Moçambique da autoimagem negativa foram os requisitos do Estatuto de não-indígena que Obadias Jeje, 7-IOJ-85, afirma *o estatuto de indígena afetou porque nós não podíamos ter direitos de igual ao branco, até eu no meu tempo cheguei a ter na mente de que a coisa boa era ser branco*. Isto porque o desvio comportamental de ‘Eles’ e ‘Nós’ transforma o discurso culturalista num discurso identitário, que constitui um fundamento essencial para a exclusão do grupo subordinado.

## **5.2 Fundação das Igrejas protestantes dos entrevistados**

A fundação de quase todas as igrejas que constam neste subtítulo foi descrita com base na literatura no capítulo anterior. Contudo, o facto não dispensa a necessidade de cruzarmos a



informação anterior com a das narrativas, aliás a análise de conteúdo visa a verificação das teorias. Dito isto, não deve ser encarada como redundância a repetição de elementos que já foram descritos. Neste subtítulo constituem objeto de análise as Missões Suíça, Metodista, Metodista Livre e Misão Nazarena pelo facto de as narrativas serem sobre estas missões.

Em relação à Missão Suíça, o seu pastor aposentado, Amos Zita, 5-IPAZ-72, assinala o seguinte:

“Chegaram cá em 1887, veja em Portugal ainda era monarquia, o rei Magude é independente; dependia em grande parte do Ngungunhane. Ricatla foi logo escolhido pelo missionário Henri-Alexandre Junod como um centro de educação, isso porque Junod foi expulso pelo governo colonial juntamente com o Dr. Liengme, o médico que estava com Ngungunhane em Manjacaze, mas passado algum tempo ele consegue fixar-se na África do Sul, desenvolve o seu trabalho de evangelização e alfabetização em Shiluvane, Shiluvane é uma zona onde habitam muitos Tsonga, parte daquilo que se chamou no tempo de apartheid que é Gazankulu. Então ele abriu escola de evangelistas, professores, enfim tal. Nos primeiros anos, lá na África do Sul, a Missão Suíça fez muito para a educação, só depois é que entregou tudo quando o governo disse que esse trabalho lhe pertence e então estragou tudo por causa do colégio de Lehmann lá para o norte; e então o missionário Dr. Junod fez esse trabalho. Mas passado algum tempo, há de ser em 1907, já consegue ter autorização de vir fixar-se cá em Moçambique. Quando chega aqui em Ricatla forma os professores, forma evangelistas, isso a partir de 1907, não quero com isso dizer que antes não houvesse formação porque mal chegaram aqui em 1887 deram-se ao trabalho de formação. Muitos velhos começaram a escrever naquela altura. Então Junod desenvolve esse tipo de educação.”

Ao excerto de Zita, que confere com o que foi descrito por Linder e por Butselaar, há que acrescentar a proeminência do reino de Magude descrita por Heidi Gengenbach no artigo “What my heart wanted: Gendered stories of early colonial encounters in Southern Mozambique” em que diz Magude foi a primeira região no sul de Moçambique a conceber a conversão dos missionários suíços como também foi a última a ser dominada pelos portugueses, apesar de, durante as primeiras décadas da colonização, o encontro da população de Magude com os europeus ser marcado pela ação de grupos de personalidades de resistência de pólos opostos. Num núcleo estariam os políticos obstinados, os migrantes laborais clandestinos e os infratores de impostos. No pólo oposto estariam os aliados políticos, designadamente os régulos, soldados, sipaios e o clero africano (Gengenbach, 2002: 20).

Relativamente à Missão Metodista Livre, temos os depoimentos de Celeste, 44-ICM-69, e de Martinho, 45-IM-68, os únicos que foram alunos da Missão Metodista Livre em Inhamachafu. Celeste sublinha o seguinte:

“Essa instituição da Igreja Metodista Livre é uma das instituições que entrou muito cedo aqui em Moçambique porque chegou aqui em 1885 e tinha como uma missão muito relevante ensinar o evangelho, fazer com que as pessoas soubessem, mais ou menos, ler e escrever, sobretudo evangelizar as pessoas, mas viram que era necessário ter umas aulas que dá para as pessoas também ter uma preparação como o ensino académico. Não posso precisar neste momento em que ano eles começaram a dar essas preparações às pessoas que deviam estudar pelo menos de pré-primária até 2.º grau, mas estou certa que a partir dos anos 1885 começaram por evangelizar e depois conseguiram também abrir o acesso para a escolaridade que se chama alfabetização. Eles começaram a dar ensino académico a partir da década 40 porque os meus pais estiveram lá como estudantes no curso bíblico. Ele, o meu pai, foi para lá tinha 3.ª classe, conseguiu fazer 3.ª elementar lá mesmo porque teve acesso à escolaridade deles lá.”

Martinho, 45-IM-68, assinala o seguinte:

“Foi em Inhamachafu, que era a missão da Metodista Livre na altura, estabelecida em 1885 pelos missionários que vieram dos Estados Unidos, e o propósito da vinda deles neste território moçambicano era incorporar o evangelho; e no âmbito dessa incorporação encontraram meios de fazer isso: um era através do ensino primário, estabeleceram lá a escola primária de Inhamachafu para ensinar crianças não somente o a, b, c, e 1 + 1, mas também a palavra de Deus. Havia lá professores qualificados pelo governo português que faziam bom trabalho. Nisso eu fui um dos alunos lá; e a escola primária de Inhamachafu era de ensino básico de 1.ª classe até 4.ª classe, 4 anos.”

Facto é que a Missão Metodista Live (de Inhamachafo) foi fundada em 1885, conforme relata Martinho. Esta afirmação confere com a anteriormente referenciada por David Kendall, na revista *online* “Methodist World Missions Pulse – January-March”, 2017, por Saúte na sua obra e por Gonçalves. Permito-me reiterar que designo por atividade escolar a ação desenvolvida pelos primeiros missionários na alfabetização, que, conforme descrevi anteriormente, foi a iniciativa que esteve ao alcance dos missionários que chegaram durante ou depois da realização da Conferência de Berlim. Assim sendo, a referência feita por Celeste ao ano de 1940 só me faz sentido se relacionada com a afirmação subscrita por Gonçalves de que

entre 1940 e 1959 a Missão Metodista Livre esteve sob a direção de um missionário que acabaria por ser expulso.

No que toca à fundação das Missões Nazarena e Metodista, o enfermeiro Henrique Muzima, 9-IEM-80, sublinha que *Tavane nessa altura, ali onde se chama Missão Americana hoje em dia, ou Missão Nazarena, era onde estava sediada a Missão Metodista no tempo do pastor Harkness é ele que supervisionava de Chicunque até Manjacaze.*

A informação do enfermeiro é em parte corroborada por Gonçalves, ao afirmar que Tavane foi onde inicialmente se estabeleceu a Missão Metodista que cedeu o seu terreno e instalações à Igreja do Nazareno, antes de se transferir para Cambine, que passou a ser a sede da Igreja Metodista. Acrescento que o nome Harkness, cujo nome, Kenneth Harkness, consta da lápide da Igreja Metodista de Chicunque, vem referenciado na biografia de Lucas Manhique (1890-1967), escrita pelo missionário da Igreja do Nazareno, Paul S. Dayhoff, no ‘Dicionário Biográfico de Cristãos da África’<sup>17</sup>. Escreve Dayhoff que “em 1917 Manhique foi para Joni (Joanesburgo) onde se converteu. Ao regressar tornou-se pastor da Igreja Metodista, não obstante que a sede da igreja ficasse já em Cambine. Junto com o Rev. Harkness, Lucas Manhique estabeleceu as bases para a missão em Tavane, localizada a uns 30 km de Manjacaze (...). Consequentemente, com a retirada em 1930 dos missionários metodistas, a missão em Tavane foi comprada pela Igreja do Nazareno”.

### **5.3 Cooperação das Missões do CCM**

Em virtude de o período do Estado Novo ser o nosso foco de investigação, é sobre este período que iremos centrar a análise das narrativas sobre a cooperação entre as Missões protestantes, conforme os depoimentos seguintes:

Marcos Nhatumbo, 12-IMN-92, *havia boas relações entre as igrejas protestantes. Aqui havia a Metodista, era então essa Presbiteriana que são esses da Missão Suíça, depois havia os Nazarenos e havia a Free Metodista. Eles tinham boas relações de trabalho religioso.*

Eugénio Chivite, 18-IEC-83:

“Havia uma relação entre a igreja Missão Suíça, Nazarena e as Metodistas e aqui onde estamos aqui é pousada. Esta pousada aqui foi preparada através deles e aqui à frente aqui era Conselho Cristão, reunia o Conselho Cristão. Esse Conselho Cristão era dessas cinco Missões que são as igrejas fundadoras do Conselho Cristão: Missão Suíça, Metodista,

---

<sup>17</sup> <https://dacb.org/pt/stories/mozambique/manhique-lucas/>

Metodista Episcopal, Metodista Livre, Igreja Nazarena, Igreja Wesleyana, são as que eu lembro; e depois a Igreja Anglicana só no último tempo da transição da luta armada já entrou porque dantes não era, mas as fundadoras são essas cinco; mas quem impulsionou foi a Missão Suíça porque tinha instalação e como podemos trabalhar em conjunto e assim criaram, construíram aqui o Lar Khovo, Khovolar e lá em Cambine, lá em Inhambane uma escola de enfermagem também.”

Enfermeira Nosta, 43-IEN-77: *Conselho Cristão é Metodista, é Nazareno, é Metodista Livre é Missão Suíça. Essas quatro igrejas eram igrejas irmãs.*

Celeste, 44-ICM-69:

“A nossa igreja, Free Metodista, teve mais relação com a Igreja Nazarena; muito mais também como tal com a Igreja Metodista Unida, mas com a Igreja Presbiteriana não era assim tão, tão relevante. Como disse que os nossos missionários da Igreja Free Metodista não abriram tanto aquela questão de cooperação com as outras comunidades, com as outras igrejas. Tinham aquela limitação de não querer que as pessoas conhecessem mais algo lá à frente, está a ver? Muitas pessoas que passaram daquela instituição vieram desenvolver após a saída lá porque eles lá não tinham o alvo de pôr as pessoas em nível superior porque tinham medo que talvez podiam ser mais do que eles, esse é que era o problema deles. Sabiam muito bem que se uma pessoa quando tem mais conhecimento às vezes se não tiver preparação gosta de se colocar como que eu tenho mais condições do que outra pessoa, eles tinham esse medo de nós não podemos pôr o africano ter mais matéria se não ainda pode se orgulhar perante nós que trouxemos o evangelho ou seja a civilização para aqui.”

Não obstante as Missões não terem todas encarado a cooperação com o mesmo dinamismo, como foi o caso da Missão Metodista Livre, onde a cooperação não terá dado frutos em virtude do manifesto laço entre colonialismo e racismo dos seus missionários, que viam no progresso dos seus educandos uma ameaça à sua reputação como europeus, a ideia geral que se tira dos depoimentos é que, de facto, as quatro missões sob o vínculo do Conselho Cristão de Moçambique dirigiram os seus trabalhos em cooperação. O objetivo de tal cooperação é descrito por Teresa Cruz e Silva na obra “Educação, Identidades e Consciência Política: A Missão Suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)”, em que segundo a autora, o que incentivou a criação do CCM - Conselho Cristão de Moçambique, em 1948, foram as políticas de ensino introduzidas pelo Estado Novo nos anos 1930, nomeadamente um ensino demarcado pela segregação racial e a relação privilegiada da Igreja Católica. Acrescenta a autora que o CCM emergiu da Associação Evangélica Missionária, ativa desde 1930 (Teresa e Silva, 1998). Para

Júlio Gonçalves, o CCM, fruto de uma “aliança missionária”, “acabou por constituir uma importante alavanca missionária e ainda um decisivo instrumento político, que ousaríamos rotular de incómodo, mas por cuja criação somos os principais responsáveis pois sempre criticámos, nós, Portugueses, os Protestantes por se apresentarem em África desunidos e dando um triste exemplo aos aborígenes” (Gonçalves, 1960: 132).

Referenciados nos depoimentos como associados à cooperação os locais ‘Khovo’, ‘Khovolar’, ‘Cambine’ e ‘escola de enfermagem’ em Inhambane, exploremos de seguida as esferas de cooperação desenvolvidas nestes locais.

Como ponto de partida, a cooperação do CCM, que designaremos por denominacional, tem como potenciais beneficiários jovens adultos em idade escolar a quem são concedidas bolsas de estudo – sendo que um bolseiro da cooperação seria o jovem que, com financiamento da sua Missão, vai estudar ou habilitar-se numa Missão diferente da sua. Este conceito de bolseiro da cooperação denominacional não se aplica ao jovem financiado para deslocar-se à outra localidade da sua Missão. As partes promotoras da cooperação são duas: a Missão requerente, que solicita à outra o acolhimento ou o patrocínio do seu jovem que tenciona prosseguir os estudos ou a formação, e a Missão acolhedora. A permuta de jovens constitui uma das práticas da cooperação nos domínios de ensino e formação de jovens. Tal aconteceu com Maria Rebeca, 22-IMR-83, segundo a qual *de Chicique mandaram-me para Chicumbane em 1948, fui estudar 3.ª classe elementar, rudimentar fiz em Chicique. Era troca nesse tempo quando duas meninas vão para Chicumbane duas meninas iam para Chicique na enfermagem, porque esses da Missão Suíça ainda não tinham na missão a enfermagem só tinha escola. O mesmo se passou com a enfermeira Marta, 14-IMM-81, ao referir que para Ricatla mandavam três meninas para ensinar jovens de cada distrito e nós aqui éramos três na saúde.*

Outro dos critérios da cooperação denominacional é o regresso do bolseiro à sua Missão para prestar serviços durante as férias, findo os estudos ou a formação. Conforme descrito pelo enfermeiro Henrique Muzima, 9-IEM-80, *após a formação a obrigação é voltar para a missão que tinha enviado para Ricatla. O prof. James Banze voltou para Tavane onde estava sediada a Missão Metodista no tempo do pastor Harkness. Os outros que eram enviados pelos presbiterianos regressavam para os seus lugares.* O regresso nas férias aplicou-se também ao PGR jubilado, 23-ISBN-71, embora fora do contexto de bolseiro da cooperação denominacional, uma vez que a bolsa foi concedida para o 2.º ciclo do liceu numa instituição católica, o Colégio de Nossa Senhora de Fátima, em Inhambane. Sublinha o magistrado que *a nossa missão, a nossa igreja, tinha essa contrapartida: eles davam bolsa, mas na altura das férias o bolseiro tinha que voltar para a missão, era um mês praticamente, prestar serviços ali na missão para*

*manter aquela ligação. Então fazíamos isso durante o ano, estávamos lá, mas depois quando fechavam as aulas tínhamos que voltar, ou estávamos em Chicunque ou estávamos em Cambine.*

Por experiência idêntica como bolseiro da cooperação denominacional passou o prof. Sebastião Matimula, 25-ISM-84, que diz *na altura a bolsa era paga, como? O aluno tinha que voltar para vir ensinar, era para pagar aquela bolsa; por isso quando eu fiz o 1.º ciclo em 1955 tive que voltar para Cambine continuar a ensinar todo o ano de 1955 a 1956 e depois daí tive a 2.ª bolsa para ir continuar então fui continuar 1957, 1958, e 1959 isso para fazer 3.ª, 4.ª, 5.ª.*

A educação é das primeiras áreas em que a cooperação denominacional se evidenciou a vários níveis, às quais chamaremos valências, designadamente a valência de educação da juventude e ensino de crianças em idade escolar; a valência do ensino primário; a valência do ensino secundário; a valência do magistério primário, a valência do ensino profissional (agricultura e artes e ofícios), a valência da evangelização (lembramos que educação e evangelização estão interligados) e por último, a valência da saúde (habilitação de enfermeiras). Analisemos de seguida as narrativas enquadradas nestas valências.

### **5.3.1 Valência de educação da juventude e ensino de crianças**

Esta valência protagonizada pela Missão Suíça enquadra-se no curso de habilitação de instrutores para a educação da juventude e ensino de crianças. De acordo com Eugénio Chivite, 18-IEC-83, *o curso era próprio da Missão, mas o governo colonial não o reconhecia. Lá ensinavam pedagogia, psicologia e toda a metodologia de ensinar. Chicumbane é onde começou o curso de instrutores para a educação da juventude e também para ensinar nas escolas. Mais tarde como já tinham fechado Ricatla para os professores, saiu de Chicumbane para estar em Ricatla.*

O projeto da Missão Suíça, “*mintlaw*”, desempenhou um papel crucial na alfabetização de crianças e jovens. Segundo Zimbico, 40-IZ-68, *nos “mintlaw” ensinavam aqueles estudos para jovens, mas também a escrever. Tinham livrinhos chamados ‘Shipele’ de onde podiam ensinar. Havia centros e instrutoras formadas em Ricatla para ensinar nos mintlaw e alguns sabiam ler a Bíblia, sabiam ler o hinário, cantar nas igrejas através de mintlaw e os que tinham possibilidades já podiam ir para a escola.*

Segundo Celeste, 44-ICM-69, *era em Ricatla que davam esse curso de instrutores e mesmo lá na nossa Igreja Metodista Livre davam esses cursos de instrutor. Eu ainda me recordo que um senhor que era amicíssimo do meu tio foi mandatado para vir fazer esse curso aqui em Ricatla saiu com o curso de instrutor voltou para Inhamachafu para trabalhar com crianças e com a juventude só, não com outras pessoas.*

Os “*mintlawá*” e a habilitação de instrutores não faziam parte do programa de ensino do governo. Tratam-se de modelos de ensino da autoria da Missão Suíça e que foram adotados pelas igrejas do CMM. Como anteriormente mencionado, foi André-Daniel Clerc, diretor das escolas da Missão Suíça, que, ao substituir Pierre Loze quando este deixou Lourenço Marques em 1930, introduziu os “*mintlawá*” em 1931.

### 5.3.2 Valência do ensino primário

De acordo com o pastor aposentado, Amos Zita, 5-IPAZ-72, *Ricatla era o único sítio onde as Missões protestantes tinham o colégio para formação da 4.ª classe em colaboração com a Missão Suíça, já havia um entendimento entre a Missão Suíça e a Nazarena e a Metodista de Chicunque que nasce de Cambine, a Escola Kiss. Tiravam a 4.ª classe aqui em Ricatla depois é que requeriam para ir para o Alvor.*

Paulo Sueia, 29-IPS-91:

“Quem foi para Ricatla fui eu e o José e lá vimos que você ia logo na 3.ª classe elementar – A; 2.º ano, 3.ª classe elementar - B e passava e agora estava pronto e fazia 2.º grau logo. Mas, acontece que por causa disso os portugueses descobriram que ali ensinavam muito mais os suíços e o que fizeram? Em 1940 (*ri-se*) veio um grupo, quer dizer, é batalhão de tropa de cavaleiros para apanhar qualquer aluno que seja encontrado ali porque diziam que os alunos ali estudam mais e são políticos. Eh pá, sorte os missionários souberam isso disseram que *amanhã vocês tenham cuidado quando a gente tocar campainha vocês fogem*. A nossa sorte é que Ricatla é redondo assim e o resto é uma mata grossa. E então aconteceu ao meio-dia quando a gente saía das aulas e quando começamos a comer ouvimos a campainha. Eu mesmo que falo saltei pela janela; saltámos pelas janelas e fugimos, entrámos no mato, quando chegaram os cavalos ali, “onde estão os alunos”? *Ah eles viram vocês vindo dali porque é planície ali pode se ver bem e eles fugiram logo*. “Bom, está bem”. Tiraram papelinhos, colaram em todas as casas, *ENCERRADO*.”

Sueia terá sido dos últimos bolseiros do ensino primário acolhidos pela Missão Suíça de Ricatla. Bolseiro da Missão Nazarena, onde tinha estudado e concluído o ensino rudimentar, o seu objetivo foi inicialmente frustrado devido ao encerramento da escola, e só pôde ser concretizado posteriormente, como o próprio relata:

“E depois viemos cá em Khovo aqui na Missão Suíça. Bom, eles nos arranjaram uma escola particular para a gente acabar o 2.º grau e, de facto, conseguimos acabar. Conseguimos acabar aqui, mas eles descobriram de que nós íamos fazer exame aqui nós que fugimos de Ricatla e o exame eh, eh! Era tão pesado, tão pesado que eu não sei! E o

que aconteceu? Nós todos vindos de Ricatla passámos, todos. Chumbou muita gente nesse ano e foi em 1942, Eish!”

Lázaro Gumende, 42-ILG-78, após ter frequentado a Missão Nazarena, onde fez o exame da 3.<sup>a</sup> classe elementar em Manjacaze, transferiu-se para a Missão Metodista de Cambine onde concluiu o ensino primário, conforme descreve: *a minha escolarização começou da 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte, 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe elementar. Tinha concluído na Missão Nazarena a 3.<sup>a</sup> elementar e como éramos da Igreja Metodista, foi em Cambine em 1953 que chegando lá fui concluir a 4.<sup>a</sup> classe.*

A Missão Suíça em Ricatla foi, de facto, a única escola que preparava os alunos para o exame do 2.º grau (4.<sup>a</sup> classe) do ensino primário oficial. A este respeito retomo um excerto do relatório de Pierre Loze de 1922, descrito anteriormente em que se lê que “aqui um bom número dos nossos pequenos africanos passou com êxito os exames estatais do primeiro e segundo grau, os mesmos prescritos para os brancos na cidade, e naturalmente em língua portuguesa” (Linder, 2001).

Quando o pastor Amos Zita, 5-IPAZ-72, sublinha que *em colaboração com a Missão Suíça, já havia um entendimento entre a Missão Suíça e a Nazarena e a Metodista de Chicuke*, significa que a cooperação entre estas Igrejas só se terá iniciado a partir de certa data. Ora, tendo a Igreja do Nazareno se fixado em 1930, não é possível que a mesma tenha colaborado com a Missão Suíça na década anterior. Para termos a noção das missões que antes de 1930 mantinham laços de cooperação, retomemos um excerto do relatório de 1922 no qual Pierre Loze escreve o seguinte:

“Houve dois acontecimentos no ano passado que nos obrigaram a rever a organização das nossas classes superiores. Por um lado, as professoras que tanto contribuíram para o sucesso das nossas escolas, foram impedidas de continuar; e por outro lado, a Missão Wesleyana Metodista, a qual não podia até então dirigir escolas, reconheceu que deveria fazer algo nesta área e propôs trabalharmos juntos para continuar a formação dos nossos estudantes mais avançados. Houve encontros entre missionários das duas Missões, às quais se juntaram representantes da Igreja Anglicana, e foram feitas propostas para a abertura duma escola superior. Primeiro parecia que o governo estava disposto a apoiar-nos, com a recomendação do inspetor escolar, indicando um professor de português para a escola. Mas pelos vistos ainda é cedo para isso. As Missões acordaram entre si empregar um jovem professor acabado de chegar de Portugal, e disposto a servir a nossa Missão” (Linder, 2001: 141-143).



O excerto sugere que a cooperação inicial, até à viragem da década de 1920, abrangeu a Missão Suíça, a Missão Wesleyana Metodista e a Igreja Anglicana.

Em relação ao encerramento da escola primária de Ricatla pela cavalaria, importa referir que o incidente ocorre num clima de tensão na década de 1940, numa altura em que as relações entre as missões protestantes e o Estado já não eram amistosas, uma década após a receção e convívio de Pierre Loze com as entidades oficiais na cerimónia da inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas a 18 de maio de 1930, conforme mencionado anteriormente.

Um aspeto a salientar é que Paulo Sueia, 29-IPS-91, e os seus colegas de Ricatla que foram frequentar o 2.º grau na Missão Suíça do Khovo, fizeram-no em regime de ensino particular, conforme o próprio assinala: *depois viemos cá em Khovo, aqui na Missão Suíça. Bom, eles nos arranjam uma escola particular para a gente acabar o 2.º grau e de facto conseguimos acabar, conseguimos acabar aqui.*

Se bem que Marcelino Chirindza, 19-IMC-90, não está abrangido no critério de cooperação denominacional definido, o entrevistado merece referência no que toca ao regime de ensino particular no Khovo onde foi aluno. Dito pelo próprio, *acabei o rudimentar do meu pai fui a Lourenço Marques onde como disse o diretor era Clerc, fui aluno do Clerc, mas a ele também obrigaram a fechar a 4.ª classe por que motivo não sei. A escola da Missão Suíça já não tinha 4.ª classe, tínhamos até elementar que era o máximo, quando conseguirmos fazer 4.ª classe era fora da Missão Suíça assim como aconteceu comigo.*

Alfredo Chamusse, 20-IAC-89, bolseiro da cooperação denominacional, veio para Lourenço Marques com a 3.ª classe elementar feita na Missão Metodista de Cambine, a fim de se matricular numa escola católica como aluno do ensino particular da Missão Suíça do Khovo. Como relata o próprio: *eu saí antes de tirar a 4.ª classe, mas quando cheguei aqui em 1951 fui-me matricular. Nessa altura admitiam você arranjar um professor para te ensinar, ou então matricular na escola para fazer exame. Assim matriculei-me para tirar a 4.ª classe na Escola de Santo António aqui na Malhangalene. Vinha à escola, mas na Missão Suíça era particular, era um daqueles alunos que vinham de Cambine, a escola tinha que aprender aqui.*

As experiências de Chirindza e Sueia, 19-IMC-90 e 29-IPS-91, que, com idades aproximadas, não puderam fazer a 4.ª classe como alunos da Missão Suíça, sugerem que o encerramento do ensino primário em Ricatla ditou igualmente a suspensão do ensino da 4.ª classe na Missão Suíça do Khovo, em Lourenço Marques. Um aspeto que parece relevante é que a Missão Suíça do Khovo, em consequência do impedimento de ensinar a 4.ª classe, estabelece acordos com escolas oficiais para que estas aceitem a inscrição dos alunos desta

Missão em regime de ensino particular, de modo a que os mesmos possam realizar os exames em escolas oficiais. Tais acordos estendem-se a professores do ensino oficial autorizados a dar aulas em regime de ensino particular. Exemplo disso é o depoimento de António Cumbe, 26-IAC-85, da Missão Metodista, que diz *tiveram que me mandar a Lourenço Marques onde fui ficar na Missão Suíça em Khovo e vinha ali um professor oficial deles dar-nos aulas da 4.ª classe; esse professor era António Baltazar. Tive essas aulas por algum tempo e chegou a vez e requeri os exames da 4.ª classe também. Nos exames fiquei bem, passei por 15 valores.*

### **5.3.3 Valência do ensino secundário**

Esta valência teve como principal, talvez única, entidade acolhedora a Missão Suíça do Khovo. Teresa Silva refere que a Missão Suíça, inicialmente orientada para o ensino e formação da instrução primária, mudou de rumo após a revogação do indigenato em 1961, direcionando a sua ação educativa para o ensino secundário e superior através de concessão de bolsas de estudo. Acrescenta a autora que a recolha de fundos, gerida por Clerc para as bolsas de estudo, foi da iniciativa do próprio André- Daniel Clerc e de Eduardo Mondlane, o último enquanto nos Estados Unidos. Posteriormente, foi constituída a Comissão de Bolsas de Estudo, com várias subcomissões, entre elas as bolsas evangélicas destinadas ao financiamento de estudos de ensino superior em Moçambique e no estrangeiro (Teresa Silva, 2014: 76). Quanto ao funcionamento da valência citada, Eugénio Chivite, 18-IEC-83, descreve o seguinte:

“Construíram aqui o Lar Khovo e foi na década de 1960 ou 1970. Os Metodistas eram enviados para estarem aqui em Khovo para poderem estudar continuando no Colégio Pedro Nunes que tinha o ensino secundário até ao 5º ano, porque não podiam entrar nas escolas lá no Liceu porque tinham mais de 12 anos. No Liceu só se entra com 12 anos, quem faz 4.ª classe com 12 anos e é uma das causas que só poucos que entravam lá. A maioria quando já tem 14 anos, 15 anos, 16 anos até 18 e depois, esses iam para o Colégio Pedro Nunes e quem pagava era o fundo do Conselho Cristão; quem sabia e administrava as coisas era o Dr. André Daniel Clerc que era o diretor de todas as Missões da Missão Suíça. É ele que educou o Eduardo Mondlane desde 1932 ou 1933 e esteve cá a tomar conta das Missões.”

Como beneficiário da valência do ensino secundário, o prof. Sebastião Matimula, 25-ISM-84, descreve o seguinte:

“Então em 1953 a Missão deu-me bolsa para ir continuar onde? Em Lourenço Marques, na Missão Suíça, aí no Khovo. Então tive lá 1953, 1954, 1955 e fiz o 1.º ciclo a estudar no Colégio Pedro Nunes. O Colégio Pedro Nunes era ali onde estão todos os alunos, vamos

lá dizer, a maior parte dos alunos africanos aproveitavam ir estudar naquele Colégio porque era um colégio que recebia o preto. A maior das escolas lá era para os assimilados ou os próprios filhos dos colonialistas que era o Liceu Salazar; e depois havia os Irmãos Maristas, havia Instituto Portugal, mas a maior parte dos africanos frequentava no Colégio Pedro Nunes é lá o único que recebia qualquer moçambicano. Então foi ali que eu estudei, frequentei ali até fazer o 1.º ciclo, como disse, em 1955.”

Refira-se que, numa primeira fase, Sebastião Matimula, da Missão Metodista de Cambine, fez o 1.º ciclo, e posteriormente o 3.º, 4.º, 5.º ano do liceu. Conforme assinala que *depois daí tive a 2.ª bolsa para ir continuar então fui continuar 1957, 1958, e 1959 isso para fazer 3.ª, 4.ª, 5ª então em 1959 fiz o 5º ano.*

#### **5.3.4 Valência do magistério primário**

Se bem que esta valência é das mais antigas, é, porém, aquela que nos dá a percepção da sua curta duração, uma vez que a inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas a 18 de maio de 1930 ditou o fim da preparação de professores no Colégio Ricatla. Relativamente ao papel do Colégio Ricatla na formação de professores, o enfermeiro Henrique Muzima, 9-IEM-80, salienta o seguinte:

“Sobre a formação dos professores, daquilo que eu sei, os professores primeiro foram formados pelos presbiterianos em Ricatla. Alguns professores que eu recordo os nomes é James Banze, Naftali Banze, prof. Maciel e o prof. Nhacale. Os padres, o Governo português não gostou que os professores para ensinar a população indígena fossem formados pelos estrangeiros; ele manda encerrar a escola de Ricatla para abrir a escola de Manhica chamada Escola de Habilitação para os Professores Indígenas em Alvor, não posso precisar o ano em que foi encerrado Ricatla. De princípio os professores eram mandados pelas Missões, o caso concreto do prof. James Banze foi enviado para Ricatla pela Metodista Episcopal.”

A afirmação de que Ricatla formava professores na década de 1920 é descrita por Pierre Loze no seu relatório de 1922, no qual escreve que “depois da escola primária estar organizada, viu-se necessário formar professores evangelistas e a nossa escola em Ricatla fez tudo ao seu alcance para os conseguir”. É possível deduzir do discurso de Loze que esta formação seria no âmbito da cooperação denominacional, discurso esse realizado aquando da inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas no qual fala em nome das Missões Evangélicas de Moçambique, referindo que estas Missões tinham enviado para inscrição no Governo mais de sessenta professores com certificados do 2.º grau.

A legislação e a literatura facultam nomes de professores que terão sido habilitados no Colégio Ricatla. A *lista dos professores e catequistas das Missões estrangeiras estabelecidas na Colónia*, publicada em 1936 e sobre a qual já foi feita referência, indica a Missão à qual os professores pertencem, mas não a instituição que os habilitou. Porém, o facto de ser o governo a solicitar às Missões os nomes dos seus professores antes da inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas, em maio de 1930, significa que o governo desconhecia quem eram, subentendendo-se que os nomes da lista de professores enviada ao governo teriam, na maioria, sido habilitados pela Missão Suíça. Daí Loze ter dito no seu discurso que “logo que foram publicados os diplomas 167 e 168, exigindo a inscrição dos professores indígenas no registo da Instrução Pública, as Missões Evangélicas foram capazes de mandar os nomes de mais de 60 professores indígenas possuidores de certificados de 2.º grau”. Da citada lista de 1936 constata-se que, por ordem de inscrição, a Missão Suíça tem o maior número de professores, 41, cerca de metade dos quais com a dupla função de professor e catequista. Na segunda ordem de inscrição surge a Missão Metodista Episcopal, simplesmente Missão Metodista, com 12 professores: Tizore Navesse, Tomas Jeque, Alexandre Maculebe, James Mbanze, Naftali Mbanze, Simon Navess, Ernesto Meigos, Alfabeto Velemo, Enoque Mahesse, Luka Mubalo, Natanel Navesse e Eliasi Mucambi (Elias Mucambe). Na terceira ordem de inscrição está a Missão American Board com 2 professores: Pedro Manucusavi e Luca Nhatumbo. Na quarta ordem de inscrição está a Missão Anglicana com 1 professor, Andreu Mhlope. Segue-se a Missão Wesleyana com 5 professores: Bento Nalepa Mutaca, Ernesto Pedro Rodrigues, Emílio Gardino Madeira, Januário Acuva Matura e Duarte Nacarari e, por último, a Missão Escocesa com 3 professores: Gabriel, Rodrigo Muluaracamo, Daniel. Não podendo garantir a precisão na contagem, pelo facto de a lista do Boletim Oficial estar imprensa com letras pequenas e sem espaço entre linhas, o importante é assinalar que o total de 64 professores que contabilizo corresponde aos *mais de 60 professores* que, segundo Loze, as Missões submeteram à Repartição Central de Instrução Pública, ao abrigo dos Diplomas Legislativos n.ºs 167 e 168. É mais um elemento de prova de que, até 1930, a Missão Suíça preparou professores em cooperação com as Igrejas até então estabelecidas.

Um pormenor que suscitou interesse em conferir é a informação de Alfredo Chamusse, 20-IAC-89 e a do historiador Liesegang. Chamusse salienta que *em 1942 quando fui à escola da Missão de Cambine, o Naftali Mbanze já era professor oficial e o Elias Mucambe*. Esta afirmação é corroborada pelo facto de que os dois nomes constam da lista da Repartição Central de Instrução Pública, muito embora o termo “professor oficial” seja discutível, uma vez que Cambine era uma escola de ensino particular. Retomando a afirmação de Liesegang no tópico

anterior intitulado “Missão Metodista Episcopal”, o autor refere que, em 1938, Mucambe era professor da “escola portuguesa” primária que preparava os alunos para o exame do 2.º grau e, em 1942-43, foi autorizado pelo Governo a reabrir a escola de ensino elementar na Missão Metodista de Cambine, onde passou a lecionar (Liesegang, 1990: 111). A questão que daqui ressalta é: qual a lei que determinou a colocação do professor indígena, Elias Mucambe, na “escola portuguesa” e, posteriormente, a autorização para que ele fosse regente da escola de ensino elementar? Será que, por essa altura, Mucambe teria adquirido habilitações adicionais equiparáveis ao magistério primário elementar?

Com o encerramento da escola de preparação de professores em Ricatla, uma das estratégias adotadas com vista à manutenção da interação de professores e de missionários foi a criação, sob a égide do Conselho Cristão, de um núcleo de professores protestantes do sul de Moçambique, presidido por missionários. Retomando a citação de Gonçalves que a “aliança missionária” “acabou por constituir uma importante alavanca missionária e ainda um decisivo instrumento político (...)”, pois nas reuniões distritais do CCM incutia-se o nacionalismo africano que desembocou na criação dos movimentos pró-independência. Como salienta Marcos Nhatumbo, 12-IMN-92, que *quando falei da preparação de jovens é aquilo que nós chamamos patrulha, não patrulhamento da guerra, são patrulhas em que ensinávamos os jovens, além de jovens também os superiores para poderem ver, analisar o nosso presente político e o nosso futuro, e assim iniciou-se a revolução em Cambine*. Teresa Silva, na obra *Zedequias Manganhela*, salienta que, no final dos ensaios da juventude, cantava-se a canção *Hosi Katekisa Africa - Deus abençoe África* - (Teresa Silva, 2014: 149), que é o hino nacional de África, ainda hoje cantado.

### **5.3.5 Valência do ensino profissional (agricultura e artes e ofícios)**

Ao contrário do protagonismo evidenciado pela Missão Suíça no ensino livresco, no ensino agrícola e das artes e ofícios foi a Missão Metodista de Cambine a que se posicionou na vanguarda. A lacuna da Missão Suíça não se deveu à falta de iniciativa, mas sim à sua incapacidade de projetar a viabilidade dos seus projetos, sobretudo na agricultura. Por exemplo, em relação aos ofícios, Linder refere que foi em 1928 que a Missão Suíça em Ricatla abriu uma escola de operários, com a duração de três anos, cujo curso foi, ao longo dos anos, preenchido por muitos aprendizes. Porém, em 1950, quando Bruno von Rohr procurou operários na Missão para construir o novo hospital de Chicumbane, não encontrou nenhum. A alternativa encontrada foi a qualificação para a obra de crenes de Chicumbane. Em relação à agricultura, Linder descreve que, após o falhanço, em 1914, do projeto lançado em Antioka por Frank Paillard, devido às cheias de 1936, Charles Jacot, um especialista em agricultura, relançou o

projeto agrícola que incluía a componente teórica de agricultura. O sucesso da iniciativa incentivou os crentes de outros postos missionários à cultura de grandes áreas. Com a aquisição de arados foi possível aumentar a produção de tal forma que, aquando da visita do Ministro das Colónias, o Governo ordenou aos agricultores da Missão que desfilassem ao longo da estrada por onde o Ministro iria passar com os arados e animais de tiro (Linder, 2001: 141). Face a este sucesso, o expetável seria que, no contexto do CCM, a Missão Suíça assumisse também o protagonismo na agricultura e artes e ofícios, o que não foi necessariamente o caso segundo os seguintes depoimentos:

Eugénio Chivite, 18-IEC-83, sublinha que *os que tinham a 4.<sup>a</sup> classe iam também a Cambine para tirar curso de catequista e prática agrícola. Para Cambine iam também os da Missão Suíça que queriam ser carpinteiros, pedreiros. No meu tempo mandavam para Chicumbane porque lá estava o von Rohr um mestre da igreja Presbiteriana que fez escolas e o hospital de Chicumbane; e depois ele ensinava carpintaria, serralharia e muita coisa.*

Marcelino Chirindza, 19-IMC-90:

“Cambine não tinha nada de rudimentar. Era a escola profissional da Missão, era a escola de artes, escolhi agricultura e curso bíblico. Não era somente a agricultura, serralharia, carpintaria. Entravam mesmo no começo e cada um escolher aquilo que quer seguir para estudar desde o início. Havia alunos, até que cheguei a ser professor lá (ri-se) porque tinham alunos que mesmo começavam a estudar. Todos ali aprendíamos, todos! A primeira coisa era a agricultura, éramos grandes agricultores! E depois disso é que ali o aluno escolhe eu quero ser carpinteiro, eu quero ser serralheiro, eu quero ser o quê, havia outra coisa ... já não me lembro outra coisa ... Pedreiros sim, mas especialmente carpinteiros e pedreiros e serralheiros; esses cursos todos começavam por agricultura. Praticamente para ser agricultor tinha que tratar do jardim, os jardins eram da cultura, couves, etc., e tinha que saber tratar os animais, ensinar os animais a trabalhar. Ensinar bois, eu era grande treinador dos bois, eu gostei muito! Treiná-los, primeiro curar, saber curar e saber como que são pastoreados, se comem bem e que tipo de comida e isso tudo, e como é que estão doentes, se não está bom tratarmos. Tinha um médico espécie de um especialista em medicina. Treinávamos os bois para a charrua ou para a carroça, era o meio de transporte, cultura, era isso tudo. A agricultura era de três anos e quando concluir o curso davam certificado e depois ou há de andar aí, ou ele vai iniciar o trabalho dele, ou vai se empregar em qualquer sítio. Os outros que entravam na carpintaria, pedreiro e serralharia, eram três anos também ou mais, conforme o aluno, mas lá de Cambine há muitos carpinteiros aqui; muitos, muitos, muitos que foram formados em Cambine e não só aqui, em toda a

Província. Bom se o Estado reconhecia esse certificado não sei porque eu tive esse certificado, mas já não sei onde está e onde apresentava. Quem ensinava eram americanos, mudavam de diretor. Saí de Cambine como catequista e agricultor. Na Missão Suíça deram-me o trabalho, esse de demonstrar aquilo que aprendi, a mim fui dado, exerci durante dois anos. No meu tempo éramos 250 internos, todos os grupos de alunos.”

António Cumbe, 26-IAC-85:

“A Igreja é que se ocupava em tentar acomodar os seus alunos em vez de reduzir porque mesmo que avançassem para longe não apanhavam quase nada e assim a Missão é que suportava em fazer elevar a vida dos alunos aqui. Eram escolas profissionais porque não havia só uma escola, havia marcenaria, serralharia, alfaiataria e até pedreiros. Havia carpintaria, agricultura também davam, e até o Presidente Mondlane veio tirar o curso de agricultura aqui, eu conheci o presidente aqui. Havia tecelagem, faziam algodão, aqui faziam fios e teciam panos, tecelagem que se chamava, havia carpintaria. Dedicavam-se muito os missionários, os missionários aqui vieram para trabalhar; era mato trabalharam muito. Davam bolsas para os alunos estudarem e chegavam a tirar a 4.<sup>a</sup> classe então os missionários lhes davam bolsas iam para L.M. continuar com os estudos, os meus filhos foram lá.”

Lázaro Gumende, 42-ILG-78:

“Em Cambine havia, a serralharia, a carpintaria e a agricultura. Mais tarde enquanto estávamos em Cambine entrou a questão de dactilografia porque essa coisa você sai tem 4.<sup>a</sup> classe, mas não sabe escrever à máquina como era recebido na função laboral eles queriam a pessoa saber escrever à máquina assim é que havia curso de carpintaria, havia curso de dactilografia, havia curso de serralharia e são estes três cursos grandes que fazia lá independentemente da questão teológica isso era outro ramo, assim conclui a carpintaria-marcenaria e voltei para a casa.”

Recordo que a Missão Metodista de Cambine foi uma instituição de referência para o Governo colonial promover a prática da agricultura nas escolas da Colónia. Descrito por Adelino de Almeida no artigo “Moçambique e o seu ensino específico: as escolas de artes e ofícios, 1878 – 1974”, foi a avaliação feita pelo Governo sobre a experiência bem-sucedida do ensaio agrícola no Colégio Metodista de Cambine que levou a Repartição de Instrução Pública a declarar as granjas agrícolas como “escolas práticas de trabalho e educação, destinadas a famílias indígenas” (Almeida, 1988). A diretiva nesse sentido consta do artigo 17.º da Portaria n.º 677 do Regulamento das Escolas Masculinas de Artes e Ofícios da Colónia de Moçambique de 8 de fevereiro de 1928. Estabelece o diploma a necessidade de em cada escola de artes e

ofícios haver “uma granja agrícola integrada no funcionamento do estabelecimento escolar”, de modo a que seja “um meio de educação em trabalhos agrícolas e um valioso auxiliar da manutenção da escola”.

Na tese subordinada ao tema *Missões Religiosas e Ensino Indígena*, proferida perante o 3.º Congresso Nacional em 1930, Fountoura defendeu um ensino indígena com duas componentes: o *ensino profissional agrícola* e o *ensino das artes e ofícios*. Sobre a primeira componente referiu que “o ensino agrícola aos indígenas deve ser uma das preocupações mais instantes de todos que tenham por missão educar o preto e criar-lhe hábitos de trabalho. É nesse sentido que devem orientar o seu esforço as Missões religiosas”. Relativamente à segunda componente, Fontoura defendeu que “o ensino aos indígenas se bem que deve ter por fim o ensino agrícola, fazendo-os fixar à terra, criar amizade à sua cultura (machamba), e fornecendo-lhes elementos para fazer face ao seu sustento e da família, pode, contudo, derivar para muitos outros ramos. O indígena aprende com a maior facilidade os ofícios, havendo hábeis pedreiros e carpinteiros, e adapta-se com facilidade aos serviços das grandes indústrias” (Fountoura, 1934).

A duração de três anos dos cursos de agricultura, carpintaria, serralharia, marcenaria, e outros, conforme descreve Marcelino Chirindza, 19-IMC-90, está em conformidade com a Portaria n.º 2:154 de 1933, que, na revisão do Regulamento das Escolas Distritais de Artes e Ofícios de 1928, estabelece no art.º 2.º que “o curso das escolas de artes e ofícios terá, em regra a duração de três anos (...)”.

Terá sido em cumprimento da diretiva do Governo de 1928 que, retomando a afirmação de Gonçalves no tópico “Missão Metodista Episcopal”, a Missão Metodista Episcopal de Cambine tinha, em 1959, uma escola de artes e ofícios, uma escola primária, uma escola agrícola e várias outras, conforme relatado por António Cumbe, 26-IAC-85.

Durante a entrevista realizada ao carpinteiro Taela 21-IT-86 (com idade avançada e cujo discurso foi repetitivo, e a quem por consideração o tratei por *vovô* Taela), foi possível constatar as leis comuns do funcionamento das escolas de artes missionárias e do Estado. Não sendo a sua formação no âmbito da cooperação denominacional, ele era o único habilitado nas artes e ofícios numa escola oficial. Eis o essencial do discurso do *vovô* Taela:

Disse ter nascido em 1928 em Zavala onde fez a 1.ª classe, 2.ª, 3.ª e 4.ª classe. Referiu ter tido “um professor muito bom que tinha curso de professorado nesses tempos e nos ensinou da maneira que o colono queria” e que quando ouviu que iriam abrir a Escola de Artes e Ofícios em Inhamússua, distrito de Inhambane, gostou “e meti um requerimento porque era preciso requerer ao Governador-Geral de Moçambique, a pedir-lhe para que seja admitido para estudar



na Escola de Artes e Ofícios. Demorou, mas veio o requerimento deferido e fui para lá na Escola de Artes e Ofícios em Inhambane. Lá ia, mas você já escolheu qual é o ofício que quer. Ensina carpintaria, serralharia, carpintaria, mecânica poucos queriam, muito, muito era carpinteiro, serralheiro e eu rezei para a escola de carpintaria”. Foi aprender carpintaria que é o que queria, “e ali tem 1.º ano, 2.º ano, 3.º ano, 4.º ano e pronto acaba o curso. Ou passa no 3.º ano acabou ou no 3.º ano vai embora não se aproveita nada. Se você acabar esses anos sem saber nada está reprovado, reprovou. Se reprovar não repete mais, vai, não há repetição, vai embora não se aproveita nada. Carpintaria, sou carpinteiro, eu sou carpinteiro”.

Retomando as designações descritas no B.O. n.º 33, 1.ª série, de 19 de agosto de 1933, páginas 422-423, o nome oficial da escola de artes e ofícios que *vovô* frequentou é Escola de Artes e Ofícios «Freire Andrade». No programa de 1930 das escolas de artes ofícios para indígenas do sexo masculino, está previsto o ofício de carpinteiro. O art.º 6.º da já citada Portaria n.º 2:154 de 1933, na sua revisão do Regulamento das Escolas Distritais de Artes e Ofícios de 1928, determina que a admissão dos alunos é requerida “ao Governador de distrito, que deferirá com prévia informação do professor regente da escola, e no distrito de Lourenço Marques ao Diretor dos Serviços de Instrução Pública”. O art.º 9 estabelece que “não poderá continuar na escola o aluno que demonstre falta de aproveitamento durante dois anos seguidos ou durante três interpolados”.

Da citada legislação se conclui que a duração dos cursos da Escola de Artes e Ofícios da Missão Metodista de Cambine e das Escolas de Artes e Ofícios do Estado é a mesma: três anos. Quanto ao requisito de admissão, deferido o requerimento ao Governador-geral, seriam as Missões protestantes a submeter ao Governador-Geral a lista dos requerentes, verificada a sua conduta de lealdade aos princípios doutrinários da Igreja.

### **5.3.6 Valência da Evangelização**

O proselitismo religioso, bandeira do ensino missionário, não foi apenas característica das Missões protestantes em África, mas de igual modo, das Missões católicas. Em relação à Igreja Católica, e retomando a citação de Hastings na obra *The Church in Africa – 1450-1950*, o catecismo foi o instrumento dos mestres e dos padres sem o qual pouco ou nada se poderia ter realizado (Hastings, 1994), pois a catequese ter como objetivo a *conversão* - “todos os que aspiram à vida sobrenatural têm de viver *convertidos* para Deus”, repetindo a citação da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Relativamente às missões protestantes, retoma-se o excerto do discurso de Pierre Loze aquando da inauguração da E.H.P.I., em que salienta o seguinte:

“A razão primária da nossa presença nesta Colónia é naturalmente religiosa: Nós somos discípulos de Cristo e por isso acatamos a sua ordem: “Ide, ensinaí todas as nações”. E também cremos que é sempre verdadeira a palavra do sábio antigo: “O temor do Senhor é o princípio da ciência: os loucos desprezam a sabedoria e a instrução”. Tal foi o desejo dos portugueses quando Bartolomeu Dias e Vasco da Gama descobriram o caminho marítimo para a Índia, pois foram acompanhados de missionários.”

A criação, em 1958, do Seminário Unido para formação de pastores, iniciativa conjunta da Igreja Presbiteriana de Moçambique e de outras Igrejas protestantes (Linder, 2001: 123, 156), destinou-se à cooperação de nível médio por ter como requisito de admissão o 1.º ano. O Seminário visava proporcionar uma formação de nível acima dos catequistas, cujos nomes constam da “Lista de catequistas das Missões estrangeiras”, publicada em 1937, e em relação aos católicos, da obra do cônego Pinheiro. Segundo Júlio Gonçalves, a formação pastoral do clero indígena no Seminário Unido no âmbito do Conselho Cristão de Moçambique, era ministrada por missionários protestantes, inclusive portugueses do Seminário de Carcavelos. A duração do curso era de quatro anos letivos: um de estudos gerais (cultura geral) e três de teologia (Gonçalves, 1960: 135-2.º).

A constituição do Seminário Unido alarga a esfera da cooperação evangelística, visando a participação de bolseiros e teólogos provenientes das Missões locais e de Igrejas internacionais. Neste estudo foi possível localizar os seguintes bolseiros do Seminário Unido: Eugénio Chivite, 18-IEC-83, da Missão Suíça; Marcelino Chirindza, 19-IMC-90, da Missão Suíça; e António Cumbe, 26-IAC-85, da Missão Metodista. Eugénio Chivite sublinha que “eu fui dos primeiros 14 alunos para abrir aquele curso de formação de pastores no Seminário Unido em Ricatla, de 1958 a 1962, quatro anos, e depois trabalhei como pastor e também trabalhei como funcionário público”. Marcelino Chirindza refere que “fomos obrigados a entrar no ensino, 1.º ano, para podermos seguir aqueles cursos do seminário. Vieram portugueses, tivemos um professor português que tornou a ensinar aquele grupo. Aqui só quem realmente consegue o 1.º ano é que vai no seminário e quem não consegue não vai”. António Cumbe esteve em Portugal tencionando “estudar aulas religiosas em Carcavelos ao mesmo tempo continuando com os meus estudos”. Infelizmente, após internamento de seis meses no Hospital Curry Cabral devido a meningite, os médicos recomendaram que regressasse a Moçambique.

### **5.3.7 Valência da saúde**

Na cooperação na área da saúde, destaca-se a qualificação de enfermeiras e não de enfermeiros. Neste contexto há que salientar que, ao contrário da habilitação de professores

indígenas, cuja iniciativa partiu dos missionários protestantes sob o protagonismo da Missão Suíça, constituiu iniciativa do governo a criação de “escolas de enfermeiros indígenas” em Lourenço Marques e Inhambane, em 1909, à qual os protestantes só aderiram mais tarde sob a liderança da Missão Metodista. Estando razoavelmente documentado na literatura o trabalho realizado pela Missão Suíça na habilitação de professores indígenas, é escassa a informação quanto à preparação de enfermeiros nas missões protestantes, fator que dificulta a realização da análise nesta matéria com suporte teórico. Porém, o facto de a legislação conter informação sobre os cursos de enfermagem no Estado é útil para a recolha de informação que funcione de suporte na análise das narrativas dos informantes enfermeiros, cinco do género feminino qualificadas nas Missões protestantes; dois enfermeiros e uma enfermeira habilitados nas escolas do Estado.

Linder refere que a Missão Suíça tinha o hospital de Chamanculo, construído em 1941 e ampliado em 1949, e o hospital de Chicumbane, reconstruído em 1952, onde havia um médico, quatro enfermeiras e vinte auxiliares africanos. Foi descrito anteriormente, citando a autora, que na escola primária de Chicumbane, fundada pela professora Randin, “as jovens eram preparadas para a aprendizagem como enfermeiras ou para se tornarem boas mães e donas-de-casa”. Linder faz referência, em 1967, a uma escola para preparação de ajudantes de enfermeiras na Missão Metodista de Chicunque e cujos graduados recebem o diploma reconhecido pelo governo em 1971. Da lista de Linder do pessoal de saúde (estrangeiro) na Missão Suíça entre 1951 e 1959 constam nomes de nove enfermeiras, incluindo uma portuguesa, um enfermeiro e um médico (Linder, 2001: 151, 275).

Gonçalves destaca o funcionamento de hospitais da Missão Suíça bem apetrechados com enfermeiras brancas e algum pessoal africano, mas que, a partir de 1945, quando o Estado reestruturou os serviços de saúde em Lourenço Marques, os missionários relegaram para o segundo o sistema de saúde, fator que teve como consequência o declínio do nível de prestação de serviços médico-cirúrgicos. Não obstante, o autor acrescenta que, em 1959, a Missão ainda mantinha a seu serviço um médico e seis enfermeiras, embora para os casos de grandes cirurgias enviasse os doentes para os hospitais e casas de saúde do Estado. Porém, o autor previa que, assim que os serviços médico-sanitários estivessem bem estruturados, a Missão Suíça iria cessar a assistência hospitalar em Lourenço Marques e nas redondezas. Por razões idênticas se justifica o declínio na prestação de serviços do hospital de Chicumbane, que nos trinta anos anteriores tinha um cirurgião de renome que fez do hospital o mais famoso em Moçambique nas duas décadas prévias. Segundo Gonçalves, estando previsto para breve o funcionamento do hospital de João Belo, era de antever que parte dos serviços que granjeavam

o prestígio do hospital de Chicumbane fossem transferidos para o hospital de João Belo (Gonçalves, 1960: 157, 163).

Conforme assinalou Gonçalves, a prestação de serviços hospitalares da Missão Suíça começa a declinar em 1945, precisamente quando o Estado promulga a reorganização dos serviços de saúde do Império Colonial, ao abrigo do Decreto n.º 34 417 de 21 de abril de 1945. Esta reorganização dos serviços de saúde tem como lei precedente o Despacho da Direção dos Serviços de Saúde, de 1936, e como lei subsequente o Regulamento da Escola Técnica dos Serviços de Saúde, de Sarmento Rodrigues, ao abrigo da Portaria n.º 15 994, de 1962. Das três leis, designadamente o Despacho dos Serviços de Saúde, de 1936; a reorganização dos serviços de saúde, de 1945; e o Regulamento dos serviços de saúde, de 1962, o aspeto comum que importa salientar são as categorias dos enfermeiros de cada uma das leis. Da reorganização de 1945 é relevante conhecermos os locais e áreas de prestação de serviços de saúde e hospitalares.

Relativamente à questão comum, o despacho de 1936 classifica os enfermeiros por a) Enfermeiros-mores; b) Enfermeiros de 1.ª e 2.ª classes; c) Enfermeiras de 1.ª e 2.ª classes; d) Ajudantes de enfermeiros; e) Ajudantes de enfermeiras; f) Enfermeiros indígenas; g) Ajudantes de enfermeiros indígenas. As cláusulas de § 1.º a § 4.º do art.º 109.º do Decreto de 1945 estabelecem que existem dois cursos de enfermagem: primeiro, o curso normal para a qualificação de enfermeira ou de enfermeiro. O requisito de ingresso para o curso normal é o 1.º ciclo do liceu ou habilitação equivalente; segundo, o curso para a qualificação de enfermeiras e enfermeiros auxiliares. O requisito de ingresso para este curso é a instrução primária e 18 anos é a idade mínima de ingresso para ambos os cursos. A Portaria de 1962 define no art.º 1.º cursos técnicos de saúde e cursos de enfermagem, mas como o foco desta análise são os enfermeiros e enfermeiras, os restantes cursos técnicos citados na Portaria não são aqui referidos. Assim: “curso a) Normal de enfermagem, com a duração de três anos; curso b) Elementar de enfermagem, com a duração de dois anos; curso c) De enfermeira-parteira auxiliar, com a duração de dois anos (...) curso h) De enfermeiro de saúde pública, com a duração de um ano; curso i) De auxiliar de enfermeiro de saúde pública, com a duração de um ano”. O requisito para o curso normal de enfermagem era o 1.º ciclo dos liceus ou equivalente e para os restantes cursos a 4.ª classe.

A única questão em análise no âmbito da reorganização dos serviços de saúde assenta em vários artigos. Sob o capítulo “Das disposições fundamentais”, o art.º 7.º estatui que “os serviços de saúde estabelecerão estreita ligação com as Missões religiosas, a fim de, respeitando a autonomia garantida pelos acordos com a Santa Sé, procurarem obter a maior coordenação e o melhor rendimento de todos os serviços de assistência aos indígenas”; do que

se pode concluir que a articulação entre o Estado e as missões católicas é bastante estreita. Sob o capítulo “Rede sanitária geral”, o art.º 28.º estabelece que “em cada colónia a rede de estabelecimentos de assistência sanitária será constituída por hospitais centrais, hospitais regionais, centros de saúde e postos sanitários (...)”. Refere o art.º 29.º que os hospitais centrais são os estabelecimentos que prestam serviços policlínicos nas capitais das colónias e nas sedes de concelhos densamente povoadas, e que dispõem de um mínimo de 200 camas. Estatui o art.º 30.º que os hospitais regionais são estabelecimentos que prestam serviços médico-cirúrgicos e que dispõem de um “mínimo de cem camas, (...) e, pelo menos, um laboratório de análises clínicas (...)”. Rege o art.º 33.º que “o Centro de saúde é o núcleo de instalações e serviços de uma delegacia ou subdelegacia, destinado a permitir a eficácia da ação profilática do médico sanitário e ao internamento dos casos de urgência, dos casos insuscetíveis de tratamento ambulatorio, dos doentes que exijam isolamento ou dos que aguardem transporte para os hospitais”. Determina o art.º 34.º que os postos sanitários fixos se destinam à consulta externa, aos primeiros socorros, à assistência pré-natal e a parturientes, podendo dispor de instalações para um pequeno número de pacientes com doenças de contágio e infecciosas e os que estejam em estado crítico ou que aguardem o transporte para os hospitais. O § único do art.º 34.º estabelece que “os postos sanitários fixos estarão a cargo de um enfermeiro e, se as circunstâncias o permitirem, de pessoal auxiliar de enfermagem, especialmente uma parteira-enfermeira auxiliar, devendo ser visitados regularmente pelo delegado ou subdelegado de saúde, a fim de ser feita a observação clínica dos doentes com as respetivas prescrições terapêuticas”.

Sob o capítulo “Cursos de enfermagem e de assistência social”, o art.º 106.º preceitua que “o ensino de enfermagem poderá ser ministrado a) Em escolas técnicas de enfermagem; b) Em institutos de serviço social; c) Em cursos de enfermagem ministrados nos hospitais centrais”. Estatui o art.º 107.º que “os professores da escola poderão ser médicos, mas, sempre que possível, deverão ser enfermeiras, portuguesas ou estrangeiras (...)”. Rege o art.º 109.º que “poderão ser criados cursos de enfermagem junto dos hospitais centrais e regionais, ministrados, sempre que possível, por enfermeiros e por enfermeiras diplomadas coadjuvados por médicos”. O art.º 110.º determina que “os alunos dos cursos de enfermagem desempenham, como praticantes nos hospitais, os serviços e trabalhos práticos que lhes sejam designados pelos professores, dentro dos estabelecimentos, sujeitos à disciplina interna, com direito a alojamento e alimentação ou subsídio (...)”.

Após este enquadramento, seguem-se as narrativas das enfermeiras entrevistadas, qualificadas no âmbito da cooperação denominacional, com o objetivo de analisar o seu conteúdo no contexto da legislação e informação literária acima descrita.

Concluída a 3.<sup>a</sup> classe elementar, a enfermeira Lisete, 15-IELH-84, fez o curso de enfermagem de três anos no hospital da Missão em Lourenço Marques, sob a direção de Dr. Edgar Pinto Ribeiro. “Entrei no hospital da Missão Suíça no dia 6.1.1949 e comecei ali”.

Feita a 3.<sup>a</sup> classe elementar, a enfermeira Marta, 14-IMM-81, deixou a Missão Nazarena em 1955 para ir frequentar o curso de enfermagem na Missão Metodista de Chicique. “Como começámos em 1955, quase no fim do ano, terminámos no dia 23 de março. No dia 1 de março, dia 1 domingo em 1959, fomos à igreja para marchar. No dia 2, segunda-feira voltamos para a Missão Americana de Tavane. No dia 3 é que comecei a trabalhar na Missão Americana de Tavane”.

Feita a 3.<sup>a</sup> classe elementar, a enfermeira Carlota, 34-IEC-77, deixou a Missão Nazarena em 1955 e foi “a Chicique. Fui ficar lá frequentar o curso da enfermagem, 1955 até 1959. Voltei para a Missão em 1959 e trabalhei no hospital de Machulane com os missionários”.

Concluída a 4.<sup>a</sup> classe, a enfermeira Sara, 39-IESM-74, em 1959 foi tirar o curso de enfermagem na Missão Metodista de Chicique. “Lá fomos apanhar outras vindas de outras Missões, éramos uma turma de 24. A duração do nosso curso foi de três anos e isso entrámos no dia 28 de fevereiro de 1959 e a graduação de sermos ditos enfermeiras-parteiras foi no dia 4 de março, 1962”.

Concluída a 3.<sup>a</sup> classe elementar, a enfermeira Nosta, 43-IEN-77, deixou a Missão Nazarena em 1955 para o curso de enfermagem na Missão Metodista de Chicique. “1955 comecei o meu curso de enfermagem que fiz em 1955, 1956, 1957, 1958; 1959 conclui o meu curso, voltei para Machulane na missão e trabalhei”.

Com exceção da enfermeira Lisete, da Missão Suíça, 15-IELH-84, que tirou o curso no Hospital da Missão Suíça, as restantes enfermeiras, da Missão Nazarena, habilitaram-se na Missão Metodista como bolseiras. Porém, esta cooperação cessa com o início, em 1966, do curso de enfermagem na Missão Nazarena do qual a enfermeira Rute, 8-IERM-70, foi estreada. Como refere a própria, “em 26 de fevereiro de 1966 estávamos a iniciar a escola de enfermagem, posso dizer que os fundadores com que começámos éramos quatro e o nosso curso de enfermeira-parteira foi de 3 anos”. Posto isto diríamos que a enfermeira Sara, 39-IESM-74, que concluiu o curso em 1962 foi a última bolseira da cooperação entre a Missão Nazarena e a Missão Metodista de Chicique.

No que respeita à classificação legislativa dos hospitais missionários, o relatório do Dr. Alcide Beuchat, referente ao ano 1957-1958, sugere que o Hospital de Chicumbane, no concelho de Gaza, fosse uma policlínica; porém, segundo Gonçalves, tem serviços cirúrgicos e de obstetrícia e um laboratório, portanto é um hospital regional. A partir do relatório “A Educação em Moçambique no ano de 1969”, de António Aresta, outro hospital regional é o da Missão Metodista Episcopal de Chicunque, concelho de Inhambane que, segundo o autor, tem ao seu serviço uma garrafaria, o médico Dr. Robert Simpson e a enfermeira Victoria Lang (Aresta, 1969: 34). Não obstante não haver registo de deslocação regular de um delegado de saúde para observar os doentes, conforme estabelece o art.º 34.º do Decreto n.º 34 417 de 1945, são característicos de um posto sanitário os serviços prestados na Missão Nazarena, em Tavane, circunscrição dos Muchopes, pelas enfermeiras Leona Youngblood e Virginia Benedict (Aresta, 1969: 31).

Atendendo ao art.º 109.º da reorganização dos serviços de saúde de 1945, que atribui competências aos hospitais regionais para criarem cursos de enfermagem ministrados preferencialmente por enfermeiros e enfermeiras diplomados assistidos por médicos, seria nestes termos que o hospital da Missão Suíça, sob a direção do Dr. Edgar Ribeiro, habilitou a enfermeira Lisete, 15-IELH-84, que concluiu o curso em 1952. Nos termos do mesmo artigo terão sido habilitadas entre 1955 e 1962 as quatro enfermeiras da Missão Nazarena na Missão Metodista de Chicunque.

Embora não tivesse sido possível encontrar uma enfermeira habilitada na Missão Metodista Livre, localizaram-se outros dois informantes que estudaram naquela instituição, cujos relatos contribuem para explorar o âmbito de cooperação na saúde que terá existido entre a Missão Metodista Livre e suas Missões parceiras do Conselho Cristão de Moçambique. Celeste, 44-ICM-69, refere que “o que eles tinham de mais era a enfermagem porque tinha hospital lá. Muitos enfermeiros e enfermeiras que saíram daquela instituição foram formados lá. Bastava uma aluna ou aluno ter 4.<sup>a</sup> classe era logo alinhar para o curso de enfermagem, caso não quisesse continuar. Por mês vinha um médico oficial para assistir os doentes”. Martinho, 45-IM-68, salienta que “o outro meio de incorporar o evangelho era através de um programa da escola de enfermagem e hospital ao mesmo tempo. Os missionários viram que os africanos sofriam de várias doenças e na altura não havia nenhum médico naquela área então os missionários procuraram meio de trazer um médico e estabeleceram a escola de enfermagem em Inharrime e Inhalei”, no concelho de Inhambane, respetivamente nas circunscrições de Inharrime e Massinga.

A próxima questão a analisar é a da certificação da categoria oficial de *ajudantes de enfermeiras*, descrita por Linder, que o Governo atribuiu às profissionais de saúde graduadas no hospital da Missão Metodista de Chicunque em 1971. E, também, tentar perceber em qual categoria ou categorias oficiais se enquadram os enfermeiros e as enfermeiras restantes abrangidas neste estudo. Outra questão é saber quando exatamente a Missão Metodista de Chicunque abriu a escola de enfermagem, visto que quatro das enfermeiras bolseiras da Missão Nazarena afirmam terem iniciado o curso entre 1955 a 1959, isto é, antes de 1967 – ano em que Linder refere que a Missão Metodista de Chicunque iniciou o curso de preparação de ajudantes de enfermeiras.

A partir da consulta de legislação, nomeadamente das categorias descritas no despacho de 1936 da Direção dos Serviços de Saúde, a categoria “g) ajudantes de enfermeiros indígenas”, a última da tabela, é a que corresponde à de ajudantes de enfermeiras da Missão Metodista de Chicunque. A este respeito sublinhe-se que na classificação de a) a g) do mesmo despacho existem apenas duas categorias femininas, a categoria “c) enfermeiras de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes” e a categoria “e) ajudantes de enfermeiras”. Atendendo ao contexto colonial, nenhum africano teria acesso a estes cursos intermédios, pelo que *as ajudantes de enfermeiras* da categoria e) são europeias. Outro aspeto que releva para a afirmação de que a categoria das *ajudantes de enfermeiras* de Chicunque corresponde à de *ajudantes de enfermeiros indígenas*, isto é, de profissionais do sexo masculino, é o facto de Penvenne assinalar que “até à década de trinta as mulheres não eram admitidas, tendo-se a primeira formado apenas em 1936”, precisamente no ano de publicação do despacho da Direção dos Serviços de Saúde. Salienta-se que com a reorganização dos serviços de saúde do Império Colonial, ao abrigo do Decreto n.º 34 417 de 21 de abril de 1945, criaram-se apenas dois cursos de enfermagem: um normal com o requisito de admissão do 1.º ciclo e destinado à profissão de *enfermeiro* ou de *enfermeira*; outro com o requisito de admissão da 4.<sup>a</sup> classe, destinado à preparação de *enfermeiras e enfermeiros auxiliares*. Este Decreto faz, assim, uma clara divisão entre profissionais de saúde brancos e profissionais de saúde indígenas, uma vez que, por esta altura, seriam muito poucos os assimilados com o 1.º ciclo. Assim sendo, *enfermeiro auxiliar* ou *enfermeira auxiliar* seria a categoria de qualquer indígena qualificado neste período. Importa acrescentar que dos currículos que constam da Portaria de Sarmento Rodrigues de 1962, isto é, após a revogação do indigenato, a última categoria e que é a categoria “i) auxiliar de enfermeiro de saúde pública”, só poderia ser atribuída a um africano pois na disciplina “Etnologia sanitária moçambicana” estuda-se o curandeiro, o adivinho, o feiticeiro, os ritos de iniciação e ritos de



passagem, os povos patrilineares e povos matrilineares, povos em transição cultural, entre outros.

A categoria de *auxiliar de enfermeiro* foi a que o Governo atribuiu aos pais das duas moçambicanas entrevistadas em Portugal, conforme relata Hilda, 10-IHP-71, em relação ao pai que “com o chamado enfermeiro europeu tiraram o curso juntos, mas quando exerciam funções eram auxiliares de enfermeiro e os outros eram enfermeiros”. Ana, 11-IAM-72, por sua vez sublinha que “o estatuto de auxiliares de enfermagem durou muito tempo, mas depois quando começou a luta armada em Angola, e depois em Moçambique eles então começaram a se mexer, faziam requerimentos por aqui por acolá e nos requerimentos eles alegavam então porque é que nós com o mesmo tempo, com o mesmo curso, ministrado pelos mesmos professores saímos como auxiliares e outros como enfermeiros? Mais tarde, nos anos 1968-1970 rectificaram isso”. Deduzindo da categoria de *ajudantes de enfermeiras* atribuída em 1971 às cursantes da Missão Metodista de Chicuke, tal rectificação terá ocorrido mais tarde, o que leva a concluir que todos os profissionais de enfermagem deste estudo, incluindo os preparados pelo Governo, exerceram funções de ajudantes de enfermeiros/enfermeiras ou de auxiliares de enfermeiros/enfermeiras. Esta afirmação deriva de ser este o estatuto atribuído ao cursante do Governo, Samuel Ngulele, 3-IESN-81, que relata o seguinte:

“Quando eu fui fazer enfermagem, eu fiz enfermagem em dois anos, os meus colegas europeus fizeram em dois anos, tinham como condição de entrada 4.<sup>a</sup> classe, eu também tinha 4.<sup>a</sup> classe para entrar. Fiz o meu curso em dois anos chamava-se curso elementar de enfermagem, e para eles chamou-se curso geral de enfermagem, e ganhavam muito mais do que eu porque então eu era considerado ajudante, não sentávamos na mesma cadeira, mas mesmo assim as nossas aulas eram à tarde e os outros também tinham aulas à tarde, mas noutra sala que é para nós não vemos o que estudavam, mas nós como crianças eles eram crianças brancas nós éramos crianças pretas, nós trocávamos os apontamentos, o que é que eles estão a estudar mais do que nós? Era a mesma coisa, mas no fim do curso você é enfermeiro auxiliar o outro é enfermeiro.”

O depoimento do enfermeiro Henrique Muzima, 9-IEM-80, habilitado no hospital de Lourenço Marques em 1958, refere o seguinte relativamente à diferença salarial assente na política indígena entre os praticantes de enfermagem do Estado:

“Há um pequeno pormenor que eu vou contar aqui para o caso da enfermagem para o indígena porque também a enfermagem era para os indígenas. No B.O. de 1956, não me recorde, é publicado que o aluno da enfermagem passa a receber 1.800\$00 e 400\$00 para

alimentação. Machel e Aurélio Manave quando viram aquele B.O., nós os indígenas com eles não temos esse vencimento como aluno, foram procurar um advogado para poder reivindicar esse direito, esses vencimentos, é o Dr. Sobral Cabral. O diretor provincial nessa altura disse ‘senhor advogado, vai descansar porque estes não são pagos pela verba do Estado são pagos pela verba que compra medicamentos; tanto que quando a gente fala do enfermeiro estamos a referir um branco, não aos indígenas, esses não estão contemplados pelo Estado, estão incluídos como se tivéssemos comprado medicamentos’.

A duração do curso de enfermagem no Estado e nas missões protestantes é outro aspeto a analisar. Na Missão Metodista e Missão Nazarena era de quatro anos, conforme descrito nas narrativas e também por Linder em relação ao curso iniciado na Missão Metodista em 1967. No Estado, em Lourenço Marques, era de dois anos. Três anos terá sido a duração do curso da enfermeira Lisete, 15-IELH-84, no hospital da Missão Suíça, em Lourenço Marques. Não se sabe se as habilitações para o ingresso no curso terão pesado, mas é possível salientar que três das quatro bolseiras da Missão Nazarena entraram para o curso de enfermagem com a 3.<sup>a</sup> classe elementar. Por último, após analisar os dados aqui expostos, não foi possível encontrar informação que permita afirmar quando, efetivamente, terá a Missão Metodista de Chicuke iniciado o curso de enfermagem, mantendo a convicção de que, sendo o hospital regional, alguma coisa terá sido feita no sentido de preparar enfermeiras após a promulgação do Decreto de reorganização dos serviços de saúde do Império Colonial Português, em 1945.

Importa assinalar que o Governo moçambicano integrou automaticamente, após a independência, os enfermeiros habilitados pelo Estado colonial. Esses enfermeiros são Samuel Ngulele, 3-IESN-81; Henrique Muzima, 9-IHM-80 e Maria, 16-IEML-79. As enfermeiras habilitadas pelas missões tiveram todas de fazer um curso de reciclagem para integração nos quadros nacionais moçambicanos. Essas enfermeiras são Rute, 8-IERM-70; Marta, 14-IMM-81; Lisete, 15-IELH-84; Carlota, 34-IEC-77; Sara 39-IESM-74 e Nosta, 43-IEN-77.

Merece também realce o mérito atribuído pelo governo moçambicano e pela sociedade aos enfermeiros habilitados no tempo colonial, apesar de, conforme já desenvolvido, a categoria que lhes foi atribuída na altura foi a de enfermeiros e enfermeiras auxiliares. Constitui evidência desse mérito, à exceção do enfermeiro Samuel Ngulele, 3-IESN-81, com uma deficiência na perna que o levou a aposentar-se cedo, e a enfermeira Carlota, 34-IEC-77, o enfermeiro e as enfermeiras formalmente aposentados estarem a prestar serviços em regime de contrato. É o caso da enfermeira Rute, 8-IERM-70, que faz horas num consultório médico; do enfermeiro Henrique Muzima, 9-IHM-80, que trabalha no centro de saúde de um sindicato de trabalhadores; da enfermeira Marta, 14-IMM-81, que dá apoio à maternidade do Hospital de

Chicuque; da enfermeira Lisete, 15-IELH-84, que durante algumas horas trabalha para uma empresa privada; da enfermeira Maria, 16-IEML-79, que trabalha numa clínica privada; da enfermeira Sara, 39-IESM-74, que trabalha num projeto do Estado; e da enfermeira Nosta, 43-IEN-77, ao serviço da Comunidade de Santo Egídio onde dirige o projeto de H.I.V. do *Centro Dream*, uma instituição fundada pela própria após a aposentação.

Por último, permito-me assinalar que, aquando da partida para o terreno, não previa a inclusão da temática da saúde neste trabalho. Porém, o facto de o número de enfermeiros se sobrepor ao dos professores, e tendo em conta que as habilitações de ambos foram adquiridas em escolas, são fatores que me levaram a incluir o desenvolvimento desta temática sobre saúde, embora tal não seja uma área em que estou especializada. Por essa razão, para os investigadores interessados no tema de preparação de enfermeiros e enfermeiras indígenas em Moçambique, aconselharia os trabalhos de investigadores deste campo ou daqueles que realizaram pesquisas nesta área.

## **5.4 Sistema Educacional**

### **5.4.1 Ensino primário**

Que sistemas de ensino e quais seriam as diferenças? As respostas a estas questões assentam nas narrativas dos professores Narciso Pedro, 27-INP-68, Carlos Mourana, 28-ICM-78 e Vitorino Uamusse, 41-IVN-69.

Prof. Narciso Pedro, 27-INP-68:

“O ensino primário estava dividido em três categorias: havia o ensino primário oficial, que estava reservado para os filhos dos colonos, mas dos portugueses, dos mestiços, dos muçulmanos e mais tarde, dos assimilados. Os assimilados estes tinham o privilégio de entrar na 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e a 4.<sup>a</sup> classe, diretamente. Mas, por outro lado, havia o ensino que era administrado pelo próprio Estado e, por outro lado, havia o ensino oficializado, o ensino primário oficializado. O ensino oficializado tinha sido responsabilizado à Igreja Católica, às Missões. O ensino oficializado já não começava da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> classe, começava da pré-primária, que diziam que é uma questão de adaptação à expressão. Expressão porque como as escolas situavam-se nas zonas rurais onde as pessoas falavam as suas línguas era necessário, portanto, que houvesse um ensino de adaptação que é a pré-primária. Não falei do ensino particular. O ensino particular era lecionado nas igrejas, nas Missões católicas e nas Missões não católicas. Aqui na província de Inhambane, dava o ensino primário particular a Missão Anglicana em Chambone. Nós tínhamos Cambine, dava o ensino primário particular. Aqui em Chicuque era o ensino primário particular. Se não me engano a Missão Suíça Khovo Lar era o ensino primário particular. Além disso havia o ensino

secundário chamavam também particular, mas que eram os colégios; todos os colégios eram o ensino particular, mesmo os colégios que estivessem sob a responsabilidade dos portugueses era o ensino particular. Por exemplo, aqui nós tínhamos o Colégio Nossa Senhora da Conceição, era o ensino particular. Tínhamos aqui onde funciona a Escola Secundária 29 de Setembro que nessa altura nós chamávamos Colégio da Nossa Família da Maxixe, era o ensino particular. Então o ensino particular era lecionado nas escolas missionárias católicas e não católicas também.”

Prof. Carlos Mourana, 28-ICM-78:

“No tempo colonial o ensino estava dividido em três: havia o ensino oficial dedicado aos brancos, aos mistos e aos assimilados. Quem eram os assimilados? Eram os negros que tinham uma certa posição social e a esses concedia-lhes o estatuto de assimilados; esses é que frequentavam as escolas oficiais com programas idênticos aos de Portugal. Depois havia o ensino oficializado que era ministrado nas Missões católicas, ensino oficial ministrado pelas igrejas, Igreja Católica e o ensino particular que era ministrado nas igrejas protestantes. É só ver que tanto o ensino particular como o ensino oficializado só davam até a 3.<sup>a</sup>, chamada 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. Os alunos ministrados nas igrejas protestantes, mesmo quando era para fazer o exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar tinham que ir à escola oficial, enquanto no ensino oficializado da Igreja Católica eram mesmo examinados lá, tinham esse privilégio, não sei se está a ver a diferença? Esta aqui que é a Direção de Saúde era essa escola. Portanto, vinham de Chicucue, vinham daqui de Chambone, da Missão Anglicana, e faziam o exame aqui porque eram do ensino particular, enquanto no ensino oficializado na própria escola onde estudou é onde se fazia exame.”

Prof. Vitorino Uamusse, 41-IVN-69:

“O ensino no tempo colonial foi dividido em duas partes: a linha A ensino primário oficial; a linha B ensino primário para os indígenas. Desta divisão considera-se fruto de um acordo entre o Governo português e a Igreja Católica em Portugal, acordo que ficou conhecido na história por A Concordata. O Governo português celebrou um acordo no dia 28 de maio de 1940 concedendo a gestão do ensino para os indígenas à Igreja Católica em Portugal. Portugal, Metrópole, não tinha esse ensino, só as chamadas províncias ultramarinas. Dizia o acordo, o Governo português foi representado por S. Exa. o Presidente do Conselho de Ministros e Primeiro-ministro português, Prof Doutor António de Oliveira Salazar. A Igreja Católica em Portugal foi representada por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Como já disse, o Acordo estabeleceu que a gestão do ensino para os indígenas é confiada à Igreja Católica em todos os territórios ultramarinos portugueses. O ensino pretendia, falo do ensino rudimentar, ensino de

adaptação, isto quer dizer indígena ou autóctone ou nativo, famílias que não têm como língua materna o Português. Então, sentarem-se na mesma carteira crianças brancas que falam português em casa que é língua materna com esta criança indígena que não fala, atrasa a criança branca. Então, era preciso separar, mas o ensino em si é o mesmo, só que esta criança que não fala português em casa leva mais tempo para concluir o ensino primário. De 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> são quatro classes para os brancos e assimilados, estava-me a esquecer: ensino para os indígenas tem que repetir as classes. Vamos ver: 1.<sup>a</sup> parte que nem se chamava classe, 1.<sup>a</sup> parte mais tarde se chamou pré-primária, tinha o Português e a língua local moçambicana se é Shangana é Shangana se é Macua é Macua *ave, ave vo, nyanyana nyanyana yahaha*, assim então já sabendo ler passa para a 1.<sup>a</sup> classe, o novo livro, o livro de leitura, 1.<sup>a</sup> classe só Português já. Desta 1.<sup>a</sup> classe passa para a 2.<sup>a</sup> classe. Daqui para frente só Português, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, que quer dizer de adaptação, tem que se adaptar à língua, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar; a seguir 3.<sup>a</sup> classe elementar para complementar esta, ou seja completar, 4.<sup>a</sup> classe, então são seis anos para o indígena para fazer 4.<sup>a</sup> classe, para ficar maduro. Feita a 4.<sup>a</sup> classe, já no liceu, na escola industrial, na escola comercial podem-se matricular no 1.<sup>o</sup> ano na mesma carteira branco e preto. Como eles diziam, porque já tem 4.<sup>a</sup> classe fala português. Neste sistema, antigo sistema, tanto para o branco como para o português havia convergência, o ponto de convergência que é depois da 4.<sup>a</sup> classe para ingressar no liceu, escola secundária, liceu, escola comercial, escola industrial, tinha que passar por um exame chamado de admissão ao ensino secundário.”

De acordo com 42-ILG-78, Lázaro Gumende, “o contexto de particular provém de toda a escola que era dada pelas missões o colonialismo considerava isso particular. O oficial era toda a escola dada pela missão católica, essa é que é oficial. Claro que todas as escolas dadas pelas Missões eram particulares”.

As narrativas descrevem o funcionamento de quatro sistemas de ensino primário durante o Estado Novo designadamente, o ensino oficial, o ensino oficializado, o ensino rudimentar e o ensino particular. Todavia, sublinhe-se que esta classificação nada tem a ver com autonomia administrativa que apenas as escolas de ensino oficial usufruem e, em certa medida, as escolas do ensino oficializado.

O Diploma Legislativo n.º 42 de 7 de fevereiro de 1925, em que o Estado revoga a equiparação com as Missões civilizadoras, ao atribuir funções distintas às Missões civilizadoras, especificamente designadas então por Missões civilizadoras laicas, foi mencionado no capítulo anterior. Entretanto, segundo António Augusto, antigo inspetor escolar, no artigo “O ensino primário em Moçambique”, as Missões civilizadoras laicas são

extintas em 1926, o que leva o Governo a confiar às Missões católicas o ensino indígena ao nível do ensino primário. O ano de 1926 também marca a afluência nas escolas de ensino oficial de crianças brancas, assimiladas e indígenas. Não obstante as crianças africanas soubessem falar português e o seu número fosse insignificante relativamente à população da Colónia, a sua proporção numérica no cômputo das escolas ultrapassava as crianças brancas. Outro inconveniente apontado por Augusto é o facto de os testes cognitivos das crianças africanas revelarem baixos níveis de aprendizagem e, conseqüentemente, um rendimento escolar baixo em comparação com as crianças portuguesas, conforme discriminado no quadro abaixo que apresenta as estatísticas de um estudo realizado nos anos 1920:

**Quadro 5.2 – Nível intelectual das crianças europeias (portuguesas) e indígenas em relação à idade**

<b>Crianças europeias</b>	<b>Crianças indígenas</b>
43,2 (9 anos)	40,1 (9 anos)
53,1 (9 anos)	47,6 (9 anos)
57,0 (9 anos)	52,3 (10 anos)
66,8 (10 anos)	53,0 (11 anos)

Com base no quadro que assenta no pressuposto de que as crianças indígenas não são inteligentes, o inspetor propõe a introdução de um sistema de ensino que separe as crianças brancas das crianças negras (Augusto, 1957). O conceito de *inteligência* na aceção de Ana Balmonte na obra *Hereditariedade, Meio e Educação* encaixa no pressuposto do inspetor. Segundo a autora, “de certo modo, entende-se por inteligência o rendimento na aprendizagem, a capacidade de assimilação de uma cultura oficial e publicamente admitida como universal”, acrescentando que a questão se torna problemática em contextos onde coexistem duas línguas, designadamente quando a língua da escola é a oficial e a predominante ser a da comunidade do meio (Balmonte, 1979: 20). Ora, sendo o Português e sua cultura universal, é evidente que a criança vinda de um meio em que não se falava português tinha dificuldades na aprendizagem; daí o prof. Vitorino Uamusse, 41-IVU-69 referir que “então, era preciso separar, mas o ensino em si é o mesmo, só que esta criança que não fala português em casa leva mais tempo para concluir o ensino primário”. Porém, Balmonte considera a escola como sendo um ambiente com influência no desenvolvimento da inteligência, uma vez que, para que a inteligência se desenvolva corretamente são necessárias algumas ferramentas como a linguagem, a orientação no espaço ou as aptidões motoras. (Balmonte, 1979). Para as crianças de uma comunidade cujo meio de comunicação é diferente do da escola, ser aluno é desafiante, conforme dito por Balmonte - a questão torna-se problemática em contextos onde coexistem duas línguas, designadamente quando a língua da escola é a oficial e a predominante ser a

língua da comunidade do meio. Porém, é do desafio que a inteligência se desenvolve, podendo igualar ou até superar os níveis das crianças cuja comunicação seja em língua oficial. Para citarmos alguns exemplos do desenvolvimento intelectual acima da média ao nível de equiparação das crianças portuguesas temos o PGR jubilado, 23-ISM-71, o prof. Sebastião Matimula, 25-ISM-84, o revisor dos Caminhos de Ferro de Moçambique, 29-IPS-91.

Orlando Santana, no artigo “História e evolução do ensino primário missionário no distrito da Huíla” considera o Estatuto Orgânico das Missões de África e Timor como instrumento precursor do Estatuto Missionário promulgado a 5 de abril de 1941, um documento com grande impacto na civilização e ensino dos povos africanos ultramarinos. Salienta o autor que o Estatuto Missionário reúne num só diploma a Concordata e o Acordo Missionário, assinados a 7 de maio de 1940 entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Da seleção do aplicável no Estatuto Missionário, citam-se as seguintes cláusulas:

“Art.º 66.º – “O ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser confiado inteiramente ao pessoal missionário e aos auxiliares. Os governos acordarão com os prelados das dioceses e das circunscrições missionárias a passagem do ensino indígena do Estado para o das Missões publicando as Portarias que se tornem necessárias para regular essa passagem.

§ único – nos locais onde as Missões ainda não «estivessem» estabelecidas ou que não pudessem desde já exercer as funções que pelo presente artigo lhes «eram» cometidas, «continuará» a cargo do Estado o mesmo ensino indígena, mas apenas até que dele «pudessem» tomar conta.

Art.º 67.º – Os governadores regularão, mediante Portaria, a prestação de provas finais de habilitação de indígenas que tiverem frequentado as escolas do ensino indígena das Missões para a passagem do respetivo diploma e atribuir-lhe-ão a validade que se mostre conveniente”.

O art.º 70 prevê a preparação de professores, regentes, mestres ou monitores indígenas em “colégios missionários ou escolas designadas pelos Prelados de acordo com os governadores das colónias.” (Santana, 1969: 80-82).

Brazão Mazula cita o art.º 68.º do Estatuto Missionário que estatui que “O ensino indígena obedecerá à orientação doutrinária estabelecida pela Constituição Política (...). Aqueles planos e programas terão em vista a perfeita nacionalização e moralização dos indígenas e a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais, compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades

e encargos sociais”. O artigo limita o ensino indígena ao “saber ler, escrever, contar e falar a língua portuguesa, tornando-o essencialmente nacionalista, prático e conducente ao indígena poder auferir meios para o seu sustento e de sua família, levando em conta o estado social e a psicologia das populações a que se destina” (Mazula, 1995: 85).

A Portaria do Governador-geral José Cabral, nº 222 de 12 de abril de 1930, estabelece que as escolas rudimentares sejam instaladas no interior das circunscrições e lecionadas por professores indígenas. O art.º 1.º determina que sejam criadas escolas do ensino primário elementar em todas as sedes das circunscrições e o art.º 2.º estabelece que as escolas do ensino primário elementar sejam identificadas por nomes de portugueses ilustres que tenham prestado serviços relevantes à Colónia. Analisando estes artigos, constata-se três aspetos discriminatórios. O primeiro é relativo à localização das escolas rudimentares no interior das circunscrições, ou seja, no mato, em oposição à localização das escolas de ensino elementar que é nas zonas urbanas, sejam elas cidades, concelhos ou vilas. O segundo aspeto é a especificação de que os professores das escolas do ensino rudimentar deverão ser indígenas. O terceiro elemento tem a ver com a inclusão do ensino profissional destinado aos indígenas no contexto do ensino destinado aos brancos, conforme vem publicado na Portaria do Governador-geral, nº 2:030 de 19 de agosto de 1933. Nesta lista, em que as escolas de ensino elementar estão identificadas por nomes de portugueses notáveis, em seguimento da Portaria nº 222, de 1930, estão também identificadas por nomes de portugueses ilustres a Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral»; a Escola de Artes e Ofícios «António Enes», em Moamba, distrito de Lourenço Marques; a Escola de Artes e Ofícios «Freire de Andrade», em Inhamússua, distrito de Inhambane; e a Escola de Artes e Ofícios «Baltasar Pereira do Lago», em Moçambique, distrito de Moçambique. O fator que gera apreensão na lista é o porquê da não inclusão do magistério primário e das escolas profissionais indígenas no elenco subsequente das escolas do ensino rudimentar, publicada por despacho do diretor dos Serviços de Instrução Pública, de 15 de dezembro de 1934? Neste elenco, as escolas distritais estão publicadas por ordem numérica de N.º 1 até à última escola da circunscrição. Por exemplo, no distrito de Lourenço Marques constam as escolas “Concelho de Gaza – N.º 1, nos arredores da Vila de João Belo; Circunscrição de Marracuene - N.º 2, em Chipamanine; n.º 3, na Matola (...); Circunscrição do Guijá – N.º 50, no Pafuri”. Quanto à questão colocada, uma possível resposta está no art.º 68 do Estatuto Missionário, que defende “a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais que é a orientação doutrinária estabelecida pela Constituição Política” e como tal, apenas um corpo docente de colonos merece a confiança do Estado para cumprir os objetivos



traçados para as instituições de habilitação profissional. Daí a razão de as escolas de ensino elementar e de ensino profissional indígena serem identificadas com nomes próprios e as do ensino rudimentar como objetos quantificáveis.

Sublinhe-se que, à data da promulgação da citada Portaria n.º 222 de 12 de abril de 1930, o ensino rudimentar não estava regulamentado, o que só acontece no mês seguinte quando é publicada a “Organização do ensino indígena na Colónia de Moçambique” ao abrigo do Diploma Legislativo n.º 238, de 17 de maio de 1930. Este Diploma determina no art.º 2 que “O ensino indígena é oficial e particular. É oficial o ministrado em estabelecimentos mantidos, dirigidos ou subsidiados pelo Governo da Colónia; é particular o dirigido por indivíduos ou coletividades e o ministrado no seio da família”. No art.º 3.º o diploma estabelece três *ramos* de ensino indígena, designadamente “ensino primário rudimentar”, “ensino profissional” e “ensino normal”. O art.º 15.º preceitua que “O Governo regulamentará o ensino primário rudimentar. O particular reger-se-á pelo Diploma Legislativo n.º 168, de 3 de agosto de 1929”. Os Diplomas Legislativos n.ºs 167 e 168, promulgados na mesma data, compilam o que se pode chamar “Manual do ofício de missionário protestante”, pois os artigos citados, dez em relação ao Diploma Legislativo n.º 167 e dezasseis relativamente ao Diploma Legislativo n.º 168, consistem em restrições à atividade das missões e dos missionários estrangeiros, embora da sua leitura não encontremos a distinção entre Missões católicas e Missões protestantes, facto que na prática se veio a verificar. Para exemplificar, o art.º 7 do Diploma Legislativo n.º 168 preceitua que “os professores de ensino elementar indígena são obrigados a enviar mensalmente à autoridade administrativa da região onde as escolas funcionarem, mapas de frequência escolar, utilizando para isso o modelo oficialmente aprovado”. Da análise das narrativas dos entrevistados, conclui-se que após a entrada em vigor do ensino primário rudimentar, a disposição em referência não chegou a ser aplicável às Missões protestantes cujo ensino se limitou à 3.ª classe rudimentar.

O Despacho de 4 de setembro de 1941 do Arcebispado de Lourenço Marques que, ao abrigo do art.º 1.º da Portaria n.º 4:469, de 13 de agosto de 1941, admite ao serviço das Missões católicas cerca de setenta professores do ensino primário rudimentar, pode ser considerado o gesto da oficialização do ensino missionário. Sublinhe-se que os professores do ensino rudimentar admitidos pelo Arcebispado estariam ao serviço do Governo até o ano letivo de 1939-1940. A oficialização do ensino missionário é reiterada no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 41 472 de 23 de dezembro de 1957, ao determinar que “no Ultramar somente é oficial o ensino ministrado em estabelecimentos fundados e mantidos pelas províncias, ou pelos corpos administrativos nos termos em que a lei o permitir, e bem assim o confiado por lei às Missões

católicas, incluindo neste a preparação do respetivo pessoal”. A desvinculação das Missões católicas do ensino particular é também assinalada na Portaria de Sarmento Rodrigues n.º 2287, de 25 de setembro de 1962, ao determinar no art.º 1.º – 1 que “Considera-se *ensino particular* aquele que não é ministrado em estabelecimentos de ensino pertencentes ao Estado ou, tratando-se do ensino de adaptação, às Missões Católicas”. Mazula classifica o ensino das Missões católicas *oficializado* na apresentação do quadro do “Número de alunos matriculados no Ensino Oficializado (Missionário) e no Ensino Oficial + Particular, no período letivo de 1966 a 1971”, referente aos alunos da 1.ª classe a 4.ª classe (Mazula, 1995: 89).

Rui Gomes, no artigo “Percursos da educação colonial no Estado Novo (1950-1964), sublinha que o art.º 68.º do Estatuto Missionário prevê o que em finais dos anos 1950 veio a ser a introdução do ensino de adaptação ou rural (Gomes, 1996). De acordo com Henrique Rema, na obra *História das Missões Católicas da Guiné*, a designação *ensino de adaptação*, uma expressão menos “rude”, foi atribuída em 1954 às até então escolas de *ensino rudimentar* face ao surgimento de campanhas contra o colonialismo (Rema, 1982: 737). A referência ao ensino de adaptação é mencionada na Portaria n.º 11 433, art.º 64.º, § 3.º do Regulamento do Ensino Primário Oficial de 1956 ao determinar que “os indígenas serão admitidos ao exame da 3.ª classe desde que provem a aprovação no exame final do ensino de adaptação (...)”. O ensino de adaptação estaria em pleno vigor em 1960, conforme alude a Portaria n.º 15 971, de 31 de março de 1962, ao considerar necessário “normalizar em novas bases o ensino de adaptação estabelecidas pelo n.º 7.º da Portaria n.º 17 883, de 5 de agosto de 1960, que aplicou às províncias ultramarinas o Decreto-lei n.º 42 994, de 28 de maio de 1960.” No art.º 1.º a Portaria n.º 15 971 estatui que o ensino de adaptação visa “colocar o aluno em condições de se servir suficientemente da língua portuguesa e de adquirir os requisitos indispensáveis para frequentar o ensino primário comum”, daí ser “autorizado no ensino de adaptação o emprego dos idiomas como instrumento de ensino da língua portuguesa”.

Os dois primeiros anos da década de 1960 caracterizam o período de implementação de reformas no ensino, quer aquelas introduzidas por Decretos na década anterior, mas que aguardavam promulgação em Portarias para entrarem em vigor, quer as promulgadas a tempo útil. O excerto seguinte do discurso do Governador-geral, Sarmento Rodrigues, em “Presença de Moçambique na vida da Nação” apresenta o retrato da situação escolar dos dois primeiros anos da década de 1960:

“Funcionaram na Província, em 1960/61, 174 escolas do ensino primário comum, com 538 turmas. Ao longo desse ano foram criadas mais 3 escolas, para entrada em funcionamento

no ano imediato. Porém a esse número teremos de adicionar mais cerca de 133 escolas primárias, agora criadas, entrando em funcionamento todas aquelas que já têm instalações previstas e as que for possível instalar até ao início do ano letivo de 1961/62, ou mesmo até ao princípio do segundo período escolar, em 1 de fevereiro de 1962. Se a estas acrescentarmos cerca de 2 903 escolas do ensino de adaptação, oficiais das Missões Católicas, chegaríamos à conclusão de que o Estado tem feito, e faz, tudo o que é possível para a erradicação do analfabetismo.” (Sarmiento Rodrigues, 1961-2).

A expressão *ensino primário comum* alude à instrução primária em vigor ao abrigo da “Reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas”. Rege o Decreto-lei referente n.º 45 908, de 1962, que o ensino primário elementar é obrigatório, geral e comum a todos os portugueses.

#### **5.4.2 Programas de ensino**

O facto de o ensino colonial em estudo comportar a dicotomia ensino rudimentar-ensino elementar conduz a que se centre este capítulo no período com início em 1930, por ter sido neste ano que passam a coexistir os dois principais sistemas de ensino e também por ser o sistema de ensino primário rudimentar que abrangeu os informantes e não o ensino primário geral anteriormente em vigor até 1929.

Relativamente ao programa do ensino primário rudimentar, destinado a crianças indígenas dos 7 aos 12 anos, a Portaria n.º 1:115 de 1930 estabelece três anos de escolaridade, designadamente I classe, II classe, III classe. Constituem as disciplinas do programa a Língua portuguesa (linguagem oral, leitura e escrita); aritmética e sistema métrico; Corografia e História de Portugal; Desenho; Geometria e trabalhos manuais; Trabalhos para escolas do sexo feminino; e Educação física e higiene. O modelo de avaliação deste sistema consta dos artigos 29.º e 30.º da Portaria n.º 2:170 de 1934 que determinam que “no fim do ano letivo o professor fará a passagem à classe imediata dos alunos da 1.ª e 2.ª classe que estiverem para isso habilitados; acrescentando que os alunos da 3.ª classe serão sujeitos a um exame final feito pelo professor na presença do inspetor escolar ou do seu delegado, que será de preferência o professor do ensino primário elementar da circunscrição”.

Em relação ao ensino primário elementar, a Portaria n.º 1:205, de 1930 estatui que o ensino primário elementar está dividido em dois graus, dos quais o primeiro grau é constituído pela 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe; o segundo grau pela 4.ª classe. Do Regulamento do Ensino Primário Elementar, Portaria n.º 2:316 de 1934 constam serem disciplinas do ensino primário elementar a Língua materna; aritmética e sistema métrico; Geometria; Desenho e trabalhos manuais; Ciências físico-naturais e noções de agricultura e jardinagem; História de Portugal e

corografia do Império Colonial Português; Educação moral e cívica; Higiene e educação física; Canto coral. A idade de frequência inicia aos 7 anos e termina com a aquisição do diploma do 2.º grau até aos 14 anos. O modelo de avaliação deste sistema consta do art.º 122.º a) e b) em que se lê o seguinte: “da classe 1.ª para a 2.ª, desta para a 3.ª e da 3.ª para a 4.ª, por meio de provas de passagem. Da saída do ensino primário elementar, por meio de exames, que têm a designação de exames do 2.º grau do ensino primário elementar”. Rege o art.º 132.º que “os alunos das escolas particulares podem efetuar a passagem da 3.ª para a 4.ª classe na escola onde receberam o ensino, perante o professor proponente inscrito, com a assistência do inspetor escolar ou do seu delegado”. O § único deste artigo estatui que “os alunos de ensino doméstico fazem essas provas de passagem nas escolas oficiais, conjuntamente com os alunos destas escolas”. Estabelece o art.º 1 que este ensino se destina a crianças brancas e assimiladas.

Da legislação relativa ao ensino primário rudimentar, existem aspetos contraditórios à experiência dos informantes. O primeiro é que a lei contempla apenas três classes para o ensino primário rudimentar. “Três classes ascendentes, correspondendo cada uma um ano letivo de frequência” é o que rege o art.º 5.º da Portaria n.º 1:114, de 1930. Ora, tendo o ensino primário elementar também uma 3.ª classe, parece existir só uma 3.ª classe em ambos os sistemas de ensino. Tal não corresponde à realidade porque a 3.ª classe do ensino primário rudimentar está num nível abaixo da 3.ª classe do ensino primário elementar. A lei qualifica de 2.º grau do ensino elementar o ensino concluído numa escola de ensino primário elementar, referindo em relação ao ensino rudimentar que a cada indivíduo aprovado será conferido um diploma do exame de ensino primário rudimentar, assinado pelo professor e autenticado pelo inspetor escolar.

Relativamente à Educação moral e física, Cordélia, 13-ICM-71, sublinha o seguinte:

“A hora disso era 11 horas até meio-dia, mas ensinavam a todos os alunos porque, na verdade, até pregações nesses tempos ali tínhamos. Tínhamos os missionários que era o trabalho deles. Eles faziam isso para os alunos saber Jesus Cristo, serem cristãos. Sabíamos ir ao altar o aluno ou aluna confessar os pecados e começar mesmo enquanto ainda é aluna o trabalho de evangelizar, de ensinar outros. Acerca da fisioterapia tínhamos o Sr. prof. Marinho, era ele que ensinava. Marchávamos, marchávamos até nós gostarmos muito (ri-se). Fazíamos assim (*demonstra*) o prof. Marinho explicar o aluno o que entende por *sentido* já era para começar a marchar. Ele dizia assim: *cabeça levantada*, quando dizer isso, *cabeça levantada*, *o peito para frente*, *barriga para dentro* e já gostávamos isso, era mesmo fisioterapia. O professor ali dava-nos a força-motor, éramos fortes, meninos e meninas porque mesmo hei! Era ginástica forte, forte!”

A enfermeira Marta, 14-IMM-81, descreve o seguinte em relação à Educação física e canto:

“No intervalo não era só sair para fora brincar só, é na hora de intervalo que fazíamos a educação física. Como era missão nós estudávamos também cantar. Tínhamos o nosso prof. Banze, oh esse homem trabalhou! O pouco que temos na cabeça é graças a ele: notas, cantar de cor não é olhar no papel assim é por isso que ainda estão na cabeça porque era de cor. A educação física que nós fazíamos era correr, correr, tocar batuque, marchar, irmos aí na bandeira a cantar os hinos que é necessário. Conseguíamos correr porque deixavam uma pessoa aqui outra ali, nós ficamos em duas linhas. Esta linha são meninas essa linha são rapazes e depois tínhamos que levar a bandeira ao rapaz, leva a bandeira à menina a correremos, ir circular ali, circular a correr, vem dar a outra pessoa. A menina podia ir e voltar enquanto o rapaz ainda vai, porque fazíamos a educação física, mas não ir na escola estudar para vir tirar o uniforme e voltar outra vez só para educação física, nós fazíamos tudo.”

No respeitante aos dois excertos, cita-se António Barradas no artigo “Instrução Indígena”, ao sublinhar que “é que para a inteligência do indígena, mais dada a concretizações do que a abstrações, os exercícios de ler, escrever e contar são coisas complicadas de mais quando não andem ligados a exercícios de velocidade, resistência, agilidade, destreza, força e tenacidade, tão do agrado do preto e tão necessários no trabalho. Neste sentido terão as Missões que orientar o seu esforço para dele obterem maior rendimento” (Barradas, 1946-47). Na realidade, são “tão do agrado do preto” que cada uma das informantes expressava os exercícios de forma emotiva, gesticulando com sorrisos e com certa nostalgia de um passado que com muita tristeza nunca irá reviver.

A narrativa do prof. Sebastião Matimula, 25-ISM-84, ajudará a perceber as estratégias adotadas pelas Missões visando cumprir o programa de ensino primário rudimentar:

“Tínhamos ali a 1.<sup>a</sup> classe, essa 1.<sup>a</sup> classe levava tanto tempo, dava tanta ginástica para poder então fazer o exame porque podia se fazer a 1.<sup>a</sup> classe num ou em 2 anos ou mais não é, porquê? Nós primeiro aqui em Cambine era uma mistura de línguas não é, aprendíamos Xitshwa e Português quem entrasse no internato vinha sem saber o, quer dizer sem saber nada, nada de Português, então aprendia-se Xitshwa lá nas aldeias ou nas povoações de onde vínhamos e quando íamos para o internato então o exame que se fazia para entrar no internato era perguntava-se assim se sabia ler Xitshwa ou o Novo Testamento e se soubesse ler e depois perguntava-se contar por exemplo os animais não é, quadrúpedes não é, enumerar pelos seus nomes até 15 ou 20, nomes de animais que conhece, em Xitswa, e

depois o nome de aves também, o nome de plantas e isso para poder ingressar no internato. Então uma vez aprovado não é nesses simples conhecimentos então começam as aulas, começavam no mês de Setembro e o internamento era um pouco antes não é, era no mês de agosto que se entrava ali e depois era um meio de preparação antes do início das aulas porque as aulas podiam começar no dia 1 de setembro portanto todo aquele mês de agosto era preparação para poder entrar nas escolas então em Setembro começavam as aulas então os professores selecionavam os alunos segundo aqueles que sabiam ler, aqueles que sabiam ler Xitshwa então aqueles que sabiam qualquer coisa então entravam na classe da 1.<sup>a</sup> classe e outros eram da classe preparatória não é, então passava-se da preparatória para a 1.<sup>a</sup> depois da 1.<sup>a</sup> sabia ensinavam aquelas contas não é simples não é, e depois havia livros de português, começavam da 1.<sup>a</sup> classe não é, então o professor ensinava e depois fazia-se a leitura, a escrita, então uma vez a partir daquilo chegava periodicamente fazia umas pequeninas provas então para ver o andamento do aluno e no fim do ano fazia-se o exame de passagem. Aqueles que conseguissem então passavam para a 2.<sup>a</sup> classe então aqueles que não conseguissem ficavam. Entrava-se na 2.<sup>a</sup> classe apanhava outro professor da 2.<sup>a</sup> classe, então é claro que os livros naquela altura eram bons porque ensinavam tudo aí não é, havia lições de moral e havia lições que ensinavam muita coisa ao mesmo tempo, cada lição tinha o seu ensinamento e tal, acontecia então que passar, se chegasse a 3.<sup>a</sup> classe então já havia a prova final; quem vinha examinar era um examinador mandado pelo Governo. No caso de Cambine, às vezes era um professor, mas professor branco não é, que vinha examinar em Cambine e havia como naquela altura o ensino católico, a missão católica tinha voz no Governo não é, em relação às Missões protestantes não é, então às vezes o examinador quando não fosse o examinador oficial mandado pelo Governo então tinha que ser o da escola Católica um padre ou quê que vinha examinar.”

O prof. Carlos Mourana, 28-ICM-78, refere que “os programas, tanto uns, o ensino oficializado ou o ensino particular, eram os de Portugal, só programas de Portugal de tal maneira que os alunos conheciam mais a geografia e a história de Portugal do que da sua própria terra. O aluno aqui na 3.<sup>a</sup> classe cantava a História de Portugal, viajava através das vias-férreas de Portugal estando aqui, ignorando até onde é que fica, por exemplo o rio Limpopo aqui, dava mais valor ao ensino de Portugal.”

Paulo Sueia, 29-IPS-91, ao estabelecer uma comparação entre o programa de ensino primário rudimentar e o programa de ensino primário elementar assinala o seguinte:

“Nós os indígenas começávamos na *Cartilha Maternal*, João de Deus, Primeira parte e era durante um ano; depois no outro ano você ia na *Cartilha Maternal*, Segunda parte, já é que então podia começar na 1.<sup>a</sup> classe. Enquanto os brancos começavam logo na 1.<sup>a</sup> classe. Isto

significa que quando começar juntamente com um branco ele já estaria à frente, enquanto nós íamos na 1.<sup>a</sup> classe ele já ia na 3.<sup>a</sup> classe. Ia na 3.<sup>a</sup> classe porque ele começava logo 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e nós era 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte é quando vais na 1.<sup>a</sup> classe; e quando passar a 1.<sup>a</sup> classe ia para a 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, para nós aqui o rudimentar é mais um atraso. Quando passar a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar é que ia na 3.<sup>a</sup> classe elementar.”

Não obstante a convergência geral das disciplinas do ensino primário rudimentar e do ensino primário elementar, convém assinalar que em relação ao programa de ensino primário rudimentar existem lacunas, a mais significativa das quais é a omissão das línguas locais como instrumento de ensino. Sublinhe-se que o artigo 69.º do Estatuto Missionário, de 1941, previa a língua nativa apenas no ensino da religião, de modo a evitar que, citando o Decreto n.º 5:778 de 10 de maio de 1919, “depois os indígenas lerem a História de Portugal! É de presumir que nenhuma das missões estrangeiras ensinaria a língua portuguesa, preferindo-lhe qualquer dos inúmeros e fáceis dialetos do interior da África”. Como salienta David Hedges na obra *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961* que como forma de promover a difusão da língua portuguesa, a lei de 1929-1930 proibiu o uso de línguas locais nas escolas indígenas, exceto na disciplina de Moral (Hedges, 1999: 47). A realidade é que, mesmo com a proibição, os missionários chegaram a ensinar a História de Portugal em língua nativa; quem o diz é Augusto Mondlane, 17-IAM-81, ao salientar que “eu estudei a História de Portugal em Ronga; a professora dava a história de Portugal em Ronga, portanto havia coisas ali que ela explicava que nós víamos era fácilimo”. Só em 1962 o uso de línguas locais começa a ser permitido nas escolas, conforme a Portaria n.º 15 971, artigo 1.º § único, que estatui que “é autorizado no ensino de adaptação o emprego dos idiomas nativos como instrumento de ensino da língua portuguesa”. Esta lei permitiu que os alunos de todas as missões, católicas e protestantes, iniciassem formalmente a escolarização com a leitura de manuais em língua local. Como sublinha o prof. André Langa, 37-IAL-76, que foi aluno da Missão Católica que “aqui aprendia-se a falar Português e traduzido na própria língua nesse caso para mim era Chopi. Eu aprendi Português e Chopi, Shipele (Spelling) 1.<sup>a</sup> parte, isso durante um ano depois disso então começava a chamada 1.<sup>a</sup> classe. Saía-se dessa 1.<sup>a</sup> parte para uma 1.<sup>a</sup> classe onde já podia pegar nalguma coisa para escrever, mas fundamentalmente no chão. Aprendi a escrever as primeiras letras no chão”. Augusto Mondlane, 17-IAM-81, da Missão Suíça, aprendeu a aritmética em língua nativa do seguinte modo:

“A minha escola ensinava a contar de uma maneira: 1, 2, 3 *watinonga* (paus), 4, 5, 6, *watinonga*, 7, 8, 9 *watinonga*, 10 *watinonga tamina* (meus paus) ou uma dezena *watinonga*, nós aprendíamos assim. Quer dizer, isto era cantar pura e simplesmente como papagaios,

muitas vezes nem sabíamos, mas íamos aperfeiçoando, íamos sabendo, depois íamos ao abecedário e por aí fora. Mas eu aprendi, comecei a estudar em Shangane. Eu li, havia aqueles livros que chamavam *Shipele*, *peleta*, a, b por aí fora e depois passava para *Buku yava Hlayi* (livro de contos), significa que esta pessoa já sabe ler então quando vou para a escola, a escola missionária em Maússe comecei logo a ler Português, porque Shangane já sabia ler.”

O manual *Buku ya Vahlayi* pode ser considerado a congénere da *Cartilha Maternal* de João de Deus. Tanto um como outro são manuais de introdução à leitura e ao cálculo. Do catálogo das Bibliotecas da Universidade de Lisboa consta *Buku ya Vahlayi A*, author Swiss Mission. O manual em Tsonga, *Buku ya Vahlayi III*, Swiss Mission, 1950, possui narrativas e imagens de personagens históricas como George Washington, Manukosi, Shaka, a colonização da *Portuguese East Africa* e personagens bíblicas como Gideão e Rute, e questões no final de cada narrativa, sendo apropriado para os alunos alfabetizados. Posto isto, o *Buku ya Vahlayi A* corresponder a primeira e segunda parte da *Cartilha Maternal* de João de Deus. O facto de a criança que já aprendeu *Shipele*, em Xitswa, Chopi, quer do *Buku ya Vahlayi*, quer de outro manual em língua nativa estar apta para ingressar na 1.<sup>a</sup> classe e adaptar-se à leitura do Português, é a razão pela qual podemos considerar *Buku ya Vahlayi A* um livro de alfabetização de nível idêntico ao da *Cartilha Maternal* de João de Deus. A falta de professores nas missões levava a que o ensino de alfabetização fosse ministrado por catequistas e monitores, como diz Ana Gabriel, 36-IAG-61, professora das missões católicas, “falava-se Shangane e o professor que está a dar aulas não é um professor preparado até chamávamos monitor ou catequista, neste caso nas Missões”.

A utilidade da *Cartilha Maternal* de João de Deus como manual do ensino português ficou gravada na memória da maioria dos entrevistados, para quem a prova de que o aluno sabe ler e escrever a língua portuguesa é conhecer essa obra oitocentista. Foi o que aconteceu com Obadias Jeje, 7-IOJ-85, ao assinalar que “quando chego na missão de Tavane estava o prof. Vicente, denominado M porque batia, quando perguntava alguma pergunta não saber tinha que bater. Quando cheguei lá disseram «ah coitado vais sofrer com o prof. M!» Mas eu tive sorte porque apresentei o meu livro, *Cartilha Maternal* como base e eu tinha que mostrar o a, b, c, d, tudo, quando cheguei a a, e, i, o, u, abriram e disseram «não este aluno é outro aluno», então fiquei lá na 1.<sup>a</sup> classe”. Informação relacionada foi facultada pelo enfermeiro Samuel Ngulele, 3-IESN-81, ao salientar que “como éramos indígenas não estamos familiarizados com o português; tínhamos a 1.<sup>a</sup> parte, *Cartilha Maternal*, a 2.<sup>a</sup> parte, é a continuação da *Cartilha Maternal*, depois tínhamos a 1.<sup>a</sup> classe”. O conteúdo do manual de João de Deus ficou também



gravado na memória de Eugénio Simbine, 33-IES-93, professor das missões católicas, ao assinalar o seguinte:

“Ora, quando eu entrei na escola para começar então a ensinar havia um livro grande na altura chamava-se *Cartilha Maternal*, com letras grandes, tinha cavalete para então encostar esse livro e tinha o livro da 1.<sup>a</sup> Parte. Primeira Parte o que ensinava? É *Cartilha Maternal*, a Primeira Parte. Então vinha então a Segunda Parte. Essa Segunda Parte tem as letras já para quem sabia ler e escrever o abecedário. A primeira coisa ensinava o abecedário e as vogais, tinha que saber escrever bem e escrever o seu nome. Porque é que o branco, ou o português tinha criado então esse sistema? Ele preparava bem um indivíduo, um aluno ou um preto para poder compreender quando ele manda o trabalho, para trabalhar a gente compreender o português, preparava muito bem, as primeiras classes. Eu aprendi Primeira Parte, *Cartilha Maternal*, feito por João de Deus, e depois da Segunda Parte era as primeiras leituras, chamávamos primeiras leituras; depois das primeiras leituras íamos para a 2.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe para nós o preto era 2.<sup>a</sup> classe já que tinha caducado na parte dos portugueses. Deixavam para a gente aprender com aquele livro moral, educação.”

Refiro que a *Cartilha Maternal* de João de Deus fez parte do programa da Escola de Habilitação de Professores do Alvor, conforme consta dos seguintes manuscritos do prof. Mário Beca, do dia 13 de março de 1935:

“O método de João de Deus: é um método da leitura por soletração porque partimos das letras para formar sílabas e destas para formar as palavras. Na primeira lição ensinam-se as vogais (o som aberto e as suas combinações). Devem os alunos conhecê-las, distingui-las e pronunciá-las com toda pressa bem como aos ditongos que com elas se formam. Para isto ligar-se-á a forma de cada vogal com um objeto que eles conhecem. Exemplo: para se lhes ensinar a vogal (a) mostra-se-lhes a semelhança que esta letra tem como a roda; o (i), será um palito com um pontinho sobreposto superiormente. Nesta lição explica-se que o (a) no fim das palavras vale geralmente o (a) mudo. Com as letras móveis combinam-se duas vogais para os alunos lerem esses ditongos. Escreve-se depois as vogais manuscritas, e ensinam-se a distinguir umas as outras. Os alunos devem escrevê-las frequentes vezes na lousa para facilmente conhecê-las. Empregamos assim o método lego-gráfico (método simultâneo da leitura e escrita). Nesta lição podemos também ensinar os alunos a contar e escrever os algarismos até cinco e a fazer adição e subtração mentalmente até este número. Nas lições seguintes este método apresenta as combinações de consoantes de um só valor com as vogais, apresentando a particularidade de se poderem distinguir as sílabas de cada palavra pela diferente tonalidade na cor das letras. Em cada uma das lições ensina-se a

dispor os órgãos fonadores que dão o som da consoante e rapidamente pronunciarem a vogal ou ditongo que se lhes seguir.

As consoantes do som simples ou de um só valor são: *ve, fe, de pe, le, me* etc. Nas várias palavras que se formam com estas consoantes devemos sempre indicar o objeto ou coisa se possível for ou fazendo-lhes compreender e empregando a língua Nativa. Em seguida inicia-se a letra, digo, a leitura com os ditongos *au eu ui ia oi*; uma lição serve para mostrar que o (o) no final das palavras tem o som de (u), e outra a seguir que o (e) final sem acento vale (e) mudo. As letras com particularidade (mudança de valores segundo as suas combinações ou relações com vogais ou com outras letras vão aparecendo em lições sucessivas conforme as dificuldades) *q c g r s t x z*, que se devem pronunciar com todos os seus valores. Os sons nasais das vogais, ou com til (~) ou com (m), ou com (n) que em seguida encontramos, são de fácil compreensão para os alunos que nesta altura já vão tendo um apreciável desenvolvimento mental. Os sons resultantes dos grupos *nh ch e lh*, também são de fácil compreensão.

No final deste método, depois de nos apresentar os alfabetos maiúsculos e minúsculos, encontram-se lições com palavras esdrúxulas que aproveitamos para lhes ensinar os vários acentos e a pronúncia que fazem em ter as vogais sobre que esteja colocado. A transição para a leitura ou frases começa-se a fazer agora sempre tendo em vista que a criança compreende o que lê, quer dizer, a significação das palavras e o sentido das frases. Este método pode e deve ser acompanhado com o ensino das escritas cujas letras se vão ensinando a fazer conforme sucessão das lições bem como a escrita de palavras cujas significações conhecem intuitivamente.

O conhecimento dos algarismos e números até cem (100), vai se ensinando conjuntamente, bem como operações mentais até esse limite, concretizando-as sempre com objeto. O desenho nestas, e em todas as classes, deve também merecer especial atenção (...).”

### **5.4.3 Métodos de avaliação**

A avaliação tratada neste capítulo não é a que compete ao professor para a passagem do aluno de uma classe para outra, mas sim a respeitante aos exames da classe que confere o diploma. Segundo os informantes, até determinada altura os exames dos alunos das escolas de Gaza eram corrigidos em Inhambane. Esseline, 2-IEM-73, relata que “quando fosse a exame o exame nós fazíamos na cidade ali em Manjacaze, Escola Coronel Galhardo; a nossa missão não tinha direito de nos fazer exame, tínhamos que fazer lá na cidade então eles carregavam-nos os exames mandavam para Inhambane”. O pastor aposentado Amos Zita, 5-IPAZ-72, justifica o envio a Inhambane das provas dos alunos de Gaza dizendo que “o distrito de Gaza, distrito de Inhambane formavam um todo, mas a sede de tudo era Inhambane, só aos poucos é que grande

parte de Gaza passou para Lourenço Marques. Lá nas nossas Missões, nas circunscrições, faziam os exames, por exemplo de 3.<sup>a</sup> rudimentar e depois tudo era mandado para Inhambane, as provas iam para Inhambane”. O que se pode afirmar a partir dos diplomas do espólio familiar é que em 1948 o “diploma de habilitação no ensino primário complementar (4.<sup>a</sup> classe)” do aluno que fez exame em Gaza, era emitido em Inhambane pelo Chefe da Repartição Provincial de Instrução. Uma década depois, para os alunos de Gaza o “diploma de habilitação no ensino primário elementar (3.<sup>a</sup> classe)” e o “diploma de habilitação no ensino primário complementar (4.<sup>a</sup> classe)” passaram a ser emitidos na Vila de João Belo. Sublinhe-se que o Diploma Legislativo n.º 228 de 1930 incorporava Gaza no distrito de Lourenço Marques nas questões administrativas, porém a instrução primária de Gaza estava sob tutela da Repartição Provincial de Instrução de Inhambane. Repartição Escolar Distrital de Inhambane é a designação descrita pelo prof. Narciso Pedro enquanto docente.

Desde 1930 até às reformas que conduziram à Reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas de 1964, as regras de avaliação assentavam nos dois sistemas de ensino diferenciado: o ensino primário rudimentar e o ensino primário elementar. Embora as regras de avaliação de ambos os sistemas estivessem contempladas na lei, na análise das narrativas é o modo de avaliação dos alunos do ensino primário rudimentar que surge destacado. Rege o art.º 34.º da Organização do ensino indígena na Colónia de Moçambique, de 1930 que “no fim do ano letivo passarão à classe imediata os alunos da primeira e segunda classe que estiverem para isso habilitados; e os da terceira classe serão sujeitos a um exame final feito pelo professor na presença do inspetor escolar ou de quem o represente”. Convém sublinhar que, para o aluno aprovado no exame da 3.<sup>a</sup> classe do ensino primário rudimentar, a única opção para prosseguir os estudos é o ensino profissional nas escolas de artes e ofícios, para indígenas do sexo masculino (Portaria n.º 1:116, de 16 de maio de 1930) ou para as escolas profissionais para indígenas do sexo feminino (Portaria n.º 1:117, de 17 de maio de 1930). Esta afirmação deve-se ao facto de, por esta altura, a 4.<sup>a</sup> classe ser o requisito para ingresso dos homens ao magistério primário indígena e a enfermagem destinada também aos homens indígenas, como anteriormente descrito por Penvenne, provavelmente requereria a 4.<sup>a</sup> classe para ingresso. Quanto às regras de avaliação do ensino primário elementar, os artigos 1.º e 2.º da Portaria n.º 1:205 regem o seguinte:

Artigo 1.º O ensino primário elementar divide-se em dois graus, sendo o primeiro constituído pelas classes 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> e o segundo pela 4.<sup>a</sup>.

Art.º 2.º A aptidão para a passagem de cada aluno duma classe para a seguinte, ou para a saída do ensino primário elementar, é legalmente verificada:

- a) Da classe 3.<sup>a</sup> para a 4.<sup>a</sup> ou na saída do ensino primário elementar, por meio de exames, que têm, respetivamente, as designações de exame do 1.º e do 2.º grau do ensino primário elementar;
- b) Da 1.<sup>a</sup> classe para a 2.<sup>a</sup>, ou desta para a 3.<sup>a</sup>, por meio de provas de passagem.

Das regras expostas há que recapitular que a 3.<sup>a</sup> classe do ensino primário elementar não é do nível da 3.<sup>a</sup> classe do ensino primário rudimentar, razão pela qual o aluno aprovado na 3.<sup>a</sup> classe do ensino rudimentar que quisesse ou que pudesse prosseguir os estudos do ensino elementar, teria de fazer o segundo exame da 3.<sup>a</sup> classe, o chamado exame da 3.<sup>a</sup> classe do ensino elementar para depois fazer o exame do 2.º grau.

Apesar de a amostra deste estudo ser constituída, grosso modo, por indivíduos que, concluído o ensino rudimentar, prosseguiram os estudos do 2.º grau do ensino primário elementar, é pertinente analisar os dois modelos de avaliação. Porém, convém assinalar que o modo de avaliação e, por vezes, as próprias regras dependiam do sistema de ensino da escola. Por exemplo, tratando-se de escolas de ensino rudimentar, se a escola analisada é oficial, oficializada ou particular. Sob o mesmo prisma será analisado o modelo de avaliação das escolas do ensino primário elementar.

Seria um modelo de avaliação dos alunos de uma escola rudimentar sob tutela do Estado, e não das Missões católicas, as duas cópias de transcrição nas páginas seguintes, referentes à ata manuscrita de exames dos alunos de Jacinto Mário Beca, professor da escola rudimentar da localidade do Molumbo, circunscrição de Milange, distrito da Zambézia. Se recordarmos que o Regulamento do Ensino Primário Rudimentar, Portaria n.º 2:170 de 1934, determina para o exame final, conduzido pelo professor, a presença do inspetor escolar ou do seu delegado, a leitura que fizemos da ata é da presença no exame do Excelentíssimo Senhor Administrador Amadeu Pacheco Amorim, cujo cargo como administrador da circunscrição de Milange pode ser confirmada no “Anuário de Moçambique – 1940”, página 761. Outros elementos que constam da ata do exame em referência incluem a identificação numérica dos examinandos, de 15 a 20. Relativamente à identificação, após verificação das atas posteriores e subsequentes, a mesma corresponde ao número de alunos que o professor Beca examinou desde que foi colocado na escola de Molumbo. Por exemplo, na ata que data de 1937, constam como examinandos nomes de alunos identificados de 1 a 11. Na ata de 1938 constam como examinandos nomes de alunos identificados de 12 a 14. É por não haver ata relativa ao ano de 1939 que, na ata de 1940, constam como examinandos nomes de alunos identificados de 15 a

20. Na última ata de 1942 constam como examinandos nomes de alunos identificados de 21 a 27. A identificação dos alunos por nomes, filiação, data de nascimento e naturalidade é extensível não só a todos os sistemas de ensino do passado e do presente, mas também como modelo de identificação de indivíduos em todas as instituições. Porém, relativamente à época e no caso de Molumbo, os professores recolhiam tais elementos oralmente junto dos pais ou dos familiares. As classificações *Bom*, *Muito Bom*, *Distinto* e *Suficiente*, que consta das outras atas, constituem ainda a referência de classificação de notas no nosso meio académico. A estas classificações acrescentam-se na legislação contemporânea *Mediocre* e *Mau*.

**Figura 5.1 – Ata do exame final do ensino primário rudimentar dos alunos do prof. Jacinto Mário Beca (1940)**

PROCEDENTE DE					110		
					Saída		
Data da saída	Quantidade e qualidade dos volumes	DESTINO	PEZOS		Número dos despachos	Volumes que ficam existindo	Assinatura
			Bruto	Líquido			
		<p><i>Extrato do P. n.º 3440</i></p> <p><i>Ata (1940) (N.º 3)</i></p>					
		<p><i>Aos vinte e dois dias do mês julho de mil novecentos e quarenta, nesta localidade do Molumbo, Circunscrição Civil de Milange, onde se achava presente o Excelentíssimo Senhor Administrador Amadeu Pacheco de Amorim, comigo Jacinto Mário Beca, professor rudimentar desta localidade, foram submetidos à exame final do Instituto Primário Rudimentar e aprovados os seguintes alunos:</i></p>					
		<p><i>15. Albano Gustavo Mongessa, filho de Mongessa e de Mordelêla, nascido no ano de mil novecentos e vinte e seis, natural do Molumbo da Circunscrição de Milange, concluiu as provas do exame final e foi aprovado com a classificação de - Bom -</i></p>					
		<p><i>16. Carlos Romão Muachande, filho de Muachande e de Muna, nascido no ano de mil novecentos e vinte e seis, natural do Molumbo da Circunscrição de Milange, concluiu as provas do exame final e foi aprovado com a classificação de -</i></p>					
		<p><i>17. César Paulo Muachande, filho de Muachande e de Prilene, nascido no ano de mil novecentos e vinte e seis, natural do Molumbo da Circunscrição de Milange, concluiu as provas do exame final e foi aprovado com a classificação de - Bom (Distinto) -</i></p>					



## PELO NAVIO

Contra marca

Entrada pelo bilhete nº. 3 de 22 de Julho de 1940

Numeros	Marcas	Quantidade e qualidade dos volumes	DESIGNAÇÃO DAS MERCADORIAS	Valores e peso por unidade	
				PEZOS	
				Bruto	Líquido
18			Domingos, Augusto Julias, filho de Julias e de Haicho, nascido no ano de mil novecentos e vinte e cinco, natural do Moçumbo, Circunscrição de Milange, concluiu as provas do exame final e foi aprovado com a classificação de (Boim)		
19			Emilio Moreira Nandere, filho de Nandere e de Archene, nascido no ano de mil novecentos e vinte e seis, natural do Moçumbo, Circunscrição de Milange, concluiu as provas do exame final e foi aprovado com a classificação de (Boim)		
20			Américo Basilio Nicudo, filho de Eussiba e de Quilane, nascido no ano de mil e vinte e quatro, (1924) natural do Moçumbo, Circunscrição de Milange, concluiu as provas do exame final e foi aprovado com a classificação de (Boim)		
<p>N.B. Para constar mandou o Excelentissimo Senhor Administrador laurar em duplicado a presente Acta que assina comigo Jacinto Mario Pica que a escreve.</p> <p>O Professor <i>Jacinto Mario Pica</i></p> <p>O Administrador <i>Amador de Amorim Pica</i></p>					

No que toca aos alunos das escolas oficializadas, lembremos que são oficializadas as escolas das Missões católicas, porém a localização da escola também influi sobre o modelo de avaliação a adotar. A apreensão do conceito de *missão* também nos ajuda a prever em que situações as escolas oficializadas implementam este ou aquele modelo de avaliação. Sublinhe-se que o Decreto n.º 233 de 22 de novembro de 1913 rejeita a aplicação do conceito de *missão* quando o ensino se destina aos filhos de europeus (B.O. n.º 52, de 27 de dezembro de 1913). Exemplos do que poderíamos designar por missões, porém não os são, são os colégios Pio XII, D. Bosco, Santa Maria na arquidiocese de Lourenço Marques; o Colégio Nossa Senhora do Rosário, na diocese de João Belo; o Colégio da Sagrada Família, na diocese de Inhambane. Para ser mais esclarecedor, na obra emblemática da Igreja Católica constatamos a existência de dezenas de escolas católicas espalhadas pela diocese, sob tutela de uma missão distanciada. A este respeito é elucidativa a narrativa de Vasco Mucambe, 24-IVM-81, da Escola de Mabunganine. Mucambe salienta que “Mabunganine não era missão, era uma escola. Havia missão, Missão Maleice, que estava lá o padre Joaquim Boavida, é lá onde você quando quer tirar 4.<sup>a</sup> classe ia lá para frequentar. O padre só vinha de vez em quando, às vezes uma vez ou duas vezes por ano, porque a missão é Missão Maleice. Eu deixei a escola antes de eu fazer 4.<sup>a</sup> classe”. Refira-se que a Escola de Mabunganine é uma das 33 escolas que pertencem à Missão de Santa Rosa de Viterbo de Maleice, com sede no Chibuto (Pinheiro, 1992: 117-118). Joel, 38-IJ-64 refere que “estudei na Escola de São João Baptista de Banguza, Zavala”, assinalando que “era escola, missão era Missão Mavila”. De facto, a Escola de Banguza é uma das 24 escolas da Missão de Santo António em Mavila – Zavala.

Apesar de se manter a designação de *missão* a cada escola religiosa frequentada pelos entrevistados, no que concerne às avaliações importa verificar se o modelo de avaliação nas escolas católicas fora das missões corresponde ao modelo de avaliação das respetivas Missões. Posto isto, e em relação às escolas oficializadas, atente-se na narrativa do prof. Narciso Pedro, 27-INP-68, que é a seguinte:

“A avaliação estava fundamentalmente reservada para as Missões até um determinado período, até 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. Eu fiz 3.<sup>a</sup> classe rudimentar aqui na igreja como se chama? Na Escola Paroquial da Maxixe, quem me examina foi o padre Joaquim Pereira que me examinou a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar para elementar; o exame da 3.<sup>a</sup> classe quase que era automático, era automático, mas feito nas Missões. Elementar foi um exame interno, mas feito também pelos padres. O exame da 4.<sup>a</sup> classe fiz na escola oficial. É isso que estou a dizer dependeu dos períodos; nós como tínhamos aquilo que era o ensino particular, o ensino particular dependeu das fases sim, porque conforme estou a dizer, houve uma fase



em que havia o ensino pré-primário, mas houve uma fase que já não existia a pré-primária; houve uma fase em que havia 1.<sup>a</sup> adiantado, 3.<sup>a</sup> adiantado, mas isso já se extinguiu, dependeu das fases. Por exemplo, aquilo que estou a dizer é que eu fiz 3.<sup>a</sup> classe rudimentar na missão, até o meu examinador ainda me lembro dele, Joaquim Pereira, que respondia pela Missão de Mongué, nessa altura.”

O prof. Carlos Mourana, 28-ICM-78, refere que “no ensino oficializado os alunos estudavam até a 3.<sup>o</sup> rudimentar e faziam o exame ali mesmo ao passo que os outros eram obrigados a ir fazer o exame no ensino oficial”. Os tais *outros* a que o professor se refere são os alunos das escolas particulares, designadamente as protestantes. Porém, a afirmação do prof. Carlos Mourana não coincide com a experiência de António Cumbe, 26-IAC-85. Cumbe salienta o seguinte:

“Em Inhambane, quase fora da cidade, Salela era escola dos padres. É ali onde comecei a estudar e quando chegou a vez de fazer o exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar, *a escola era rural não sei quê*, contavam assim. Tinha lá um professor africano que acabava de sair da escola de formação, e já não podia fazer exame lá. Tiveram que levar as propostas para Inhambane, para o exame tivemos que descer para a cidade. Depois da 3.<sup>a</sup> rudimentar fiz exame em Inhambane, mas numa escola dos padres.”

A enfermeira Maria, 16-IEML-79, que estudou na Missão de S. Benedito de Mangunze, diocese de Gaza, sublinha que “nós estudávamos em Mangunze então quando fosse exames íamos fazer em Manjacaze ou então vínhamos para o Xai-Xai fazer os exames”. Porém, foi na referida Missão que Paulo Sueia, 29-IPS-91, da Missão Nazarena fora examinado na década de 1930, conforme descreve: “nós fomos os primeiros a fazer o exame na Missão Católica em Mangunze”. Joel, 38-IJ-64, que estudou numa escola da diocese de Gaza, descreve que “para as provas de exame abaixo da 3.<sup>a</sup> classe vinha o professor examinar aquelas classes que ele estava a dar aulas ali, ficava ali na sala e nós estávamos foram. O exame da 3.<sup>a</sup> classe, não obstante eu estudasse na escola de S. Boaventura de Ferrão, fiz na Missão de Mangunze e fiquei reprovado era um professor enviado africano enviado pelos padres, só a 4.<sup>a</sup> classe é que fomos examinados nas escolas europeias, foi professor branco que vinha de Xai-Xai”. Ana Gabriel, 36-IAG-61, professora das missões católicas, estudou na Missão de Nossa Senhora de Lurdes – Chongoene, diocese de Gaza, ao abrigo da Reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas, de 1964. Refere que “eu aprendi a 1.<sup>a</sup>, mas a 1.<sup>a</sup> o exame eram os professores daqui; a 2.<sup>a</sup> classe era mesmo exame, aquilo parece que vinha do ministério mesmo

porque abria um envelope ali; a 3.<sup>a</sup> classe também era mesma coisa. Depois a 4.<sup>a</sup> classe os examinadores vinham de Lisboa, o exame só podia se realizar numa escola oficial”.

Da análise destas narrativas, o que se pode concluir é que o exame da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar tanto poderia ser feito nas escolas como nas missões, mas em ambos os casos sob a supervisão do padre e não de um professor do ensino rudimentar. O exame da 3.<sup>a</sup> classe elementar, se não fosse na missão, supervisionado pelo padre, era na escola oficial. Por último, os exames da 4.<sup>a</sup> classe das escolas oficializadas eram na escola oficial. Aliás, se recordarmos que o art.º 67.º do Estatuto Missionário estabelece que “os governadores regularão, mediante Portaria, a prestação de provas finais de habilitação de indígenas que tiverem frequentado as escolas do ensino indígena das missões para a passagem do respetivo diploma (...)” concluímos que apenas numa ou noutra circunstância as missões estariam autorizadas a realizar exames.

Relativamente ao modelo de avaliação das escolas protestantes, concretamente da Missão Nazarena, distrito de Gaza, Valente Siteo, 6-IVS-71, relata o seguinte:

“Internamente, na 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte o diretor da escola é que tinha capacidade de distribuir exames, só quando chegasse na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, então tinha que fazer em Manjacaze. Em várias escolas espalhadas por aí, na altura não chamava províncias, chamava distritos porque província era Província de Moçambique. Então lá onde nós chamamos província agora era distritos; então várias escolas espalhadas pelos distritos tinham que ir fazer em Manjacaze ou Missão Mangunze, aquelas eram católicas, controlavam o seu estudo através dessa Igreja Católica, esses já iam fazer em Mangunze; a escola oficial então tinha que fazer em Manjacaze.”

O enfermeiro Henrique Muzima, 9-IEM-80, relata o seguinte:

“Tenho a acrescentar que nessa altura nós para fazer exame tínhamos que requerer em Inhambane, porque o ensino para o indígena estava supervisionado, ou a Direção era um inspetor que vinha de Inhambane supervisionar todo o distrito de Gaza, porque isto era uma colónia de Moçambique tinha quatro províncias: Colónia de Moçambique tinha 4 províncias: é distrito de Lourenço Marques, distrito de Gaza e Inhambane. Na escola submetia-se a Inhambane é lá onde eu tirei o meu primeiro diploma de ensino rudimentar. Foi emitido em Inhambane porque é lá onde era supervisionado o ensino rudimentar. O exame fazia na Escola Coronel Galhardo que era oficial.”

Quanto aos dois depoimentos, denote-se que nos termos da Portaria n.º 2:030, de 19 de agosto de 1933, estão inseridas no concelho de Gaza, região incorporada no distrito de Lourenço Marques, a Escola Mouzinho de Albuquerque, em Vila de João Belo; a Escola “Coronel

Galhardo”, em Manjacaze, circunscrição dos Muchopes; e a Escola “Gomes da Costa”, no Chibuto, circunscrição do Chibuto. Em qualquer destas escolas oficiais, os alunos de Manjacaze podiam ser avaliados, sendo que para os alunos da Missão Nazarena a Escola Coronel Galhardo, em Manjacaze, que dista 23 km de Tavane e cujo trajeto é de comboio, seria a escola oficial mais próxima. Com efeito, qualquer das três escolas seria circunstancialmente ideal para um aluno da Missão Nazarena realizar exames, como aconteceu com a enfermeira Sara, 39-IESM-74, que descreve o seguinte:

“Depois de ter feito a 1.<sup>a</sup> fiz a 2.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> examinadores são os meus professores lá em Tavane então entrei na 3.<sup>a</sup> rudimentar e a 3.<sup>a</sup> rudimentar tive que vir fazer aqui em Manjacaze, sede na escola Coronel Galhardo com os professores portugueses. Voltei para continuar com o ensino, fiz a 3.<sup>a</sup> classe elementar e vim fazer o mesmo exame aqui na escola Coronel Galhardo em Manjacaze com os examinadores portugueses e voltei para continuar com 4.<sup>a</sup> classe e a 4.<sup>a</sup> classe fui fazer na escola que não me lembro do nome, em Xai-Xai, com os examinadores portugueses.”

Por vezes o governo podia destacar para as Missões protestantes um professor para conduzir os exames, conforme relata Zimbico, 40-IZ-68: “o exame era feito lá na Missão, mas para a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e 4.<sup>a</sup> classe era feito em Manjacaze ou Xai-Xai quando não, eles podiam de vez em quando destacar um professor do Estado para vir lá fazer trabalho na Missão, examinar lá”. Por experiência idêntica passou Alfredo Chamusse, 20-IAC-89, da Missão Metodista em Cambine, ao referir o seguinte:

“Eu que estou a falar, em 1945 tirei 3.<sup>a</sup> rudimentar e para fazer o exame era preciso vir um examinador de fora vir fazer o exame, nesse caso vinha de Inhambane, Inhambane Ceu (sede) que dava e fazia a prova. Então no andar dos tempos a igreja tentou ver se tinha 3.<sup>a</sup> classe elementar reconhecido e disseram que podiam dar, mas até 12 pessoas o ensino doméstico. Então foi assim que eu aproveitei entrar nesse ensino para conseguir tirar 3.<sup>a</sup> classe elementar e fazer o exame tinha que ir numa missão católica ou Inhambane Céu. Eu fui fazer numa missão em Mocodoene.”

A análise que se pode fazer das narrativas descritas é que, para avaliação da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e 3.<sup>a</sup> classe elementar, os alunos das Missões protestantes submetiam-se quer às Missões católicas, quer às escolas oficiais. No caso de Chamusse, fez a travessia, de barco à vela, de Maxixe a Inhambane para o exame da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar na escola oficial; e deslocou-se a pé até à Missão de Santa Maria - Mocodoene para o exame da 3.<sup>a</sup> classe elementar.

A experiência de Augusto Mondlane, 17-IAM-81, é representativa do modelo de avaliação aos alunos do ensino primário elementar matriculados nas escolas católicas ou oficiais em Lourenço Marques em regime de ensino particular, sob o patrocínio da Missão Suíça do Khovo ou a nível individual. “Para fazer a 4.<sup>a</sup> classe, frequento a escola católica durante um ano, vamos ao exame porque também estes da escola católica não tinham autorização de fazer os exames de 4.<sup>a</sup> classe; vamos a uma escola oficial para fazer exame. Eu fiz exame, em 1952, naquela Escola Correia da Silva antigamente”.

#### **5.4.4 Conteúdo de exames**

No que toca ao ensino primário rudimentar, ambos os regulamentos, designadamente as Portarias n.ºs 1:114 de 1930 e 2:170 de 1934, nada regem sobre o conteúdo dos exames, omissão que é de estranhar neste período em que se introduz este sistema de ensino. Na ausência de regulamentação, e face à necessidade de se analisar a apreciação feita pelos informantes quanto ao conteúdo dos exames, será aqui utilizado como referencial a matéria dos exames do 2.º grau do ensino elementar sobre a qual os entrevistados se pronunciaram. A matéria aplicável serão os artigos 16.º e 17.º da Portaria n.º 1.205, de 25 de outubro de 1930 (B.O. n.º 43, 1.ª série, 25 de outubro de 1930). Os artigos preceituam o seguinte:

Art.º 16.º Os exames do 2.º grau constam de provas escritas, (...) e orais.

Art.º 17.º As provas escritas são as seguintes:

- a) Um ditado de dez a doze linhas de um trecho contido em um livro de leitura, oficialmente aprovado para a 4.<sup>a</sup> classe;
- b) Um pequeno exercício de redação, de tema escolhido pelo júri;
- c) Resolução de um problema que não exija mais de duas operações, e execução de uma operação aritmética, com a respetiva prova pela operação inversa.

Se bem que a narrativa de Cordélia, 13-ICM-71, não descreve as questões teve de responder no exame, porém a preparação descrita para a prova de exame de aritmética permite ter a noção do conteúdo das questões. Cordélia descreve o seguinte:

“A aluna deve trabalhar e também os nossos professores como o prof. James Banze e o prof. Jacinto Beca, quando a aluna ou aluno não conseguir fazer multiplicação e divisão não ia no exame até eles conseguirem fazer, porque ali já tinham confiança que este aluno mesmo vai fazer qualquer coisa no exame. Nesses tempos ensinavam a leitura, ensinavam matemática; a matemática antiga era adição, subtração, multiplicação. A pessoa deveria aprender primeiro duas parcelas de adição, depois três parcelas, continuar quatro a cinco parcelas; e ali na adição, a aluna deveria saber bem fazer a prova, a prova dos nove e a

prova real sobre adição, subtração, multiplicação e divisão. Tínhamos de fazer duas provas para a aluna saber que mesmo esta conta está certa ou não. Prova real quando fazer não sair ela própria vai saber que esta conta está mal. Prova dos nove pode tentar, mas prova real é ali que a aluna deve saber mesmo, deve tentar e acertar ali. Subtração era normal, mas subtração tínhamos dois números: o primeiro um número e depois dois números, três números, quatro números até seis pode fazer; isso é subtração. Multiplicação e divisão também é assim mesmo. Pode utilizar é o numerador e denominador ou dois denominadores, três a quatro. Já nós quando já conseguíamos fazer facilmente para nós era melhor termos quatro números a mais de divisão, para nós já era fácil (ri-se), era muito fácil, mas multiplicação hei, ali era difícil!”

A narrativa de Ana Gabriel, 30-IAG-61, professora das missões católicas, é mais abrangente em termos de conteúdos do exame. Porém é de assinalar que a entrevistada, que é a mais jovem de todos dos entrevistados, frequentou o ensino ao abrigo da reforma do ensino primário elementar de 1964 a ministrar nas províncias ultramarinas. Ana Gabriel descreve o seguinte:

“O examinador vindo de Portugal com aquela pronúncia dele que nem habituaste, mas tens que ouvir estando atento e poder saber que a palavra Cuimbra é Coimbra, aquilo que o professor andou a ditar é Co-imbra para facilitar a escrita ali, mas ele vai dizer Cuimbra e vais escrever Cuimbra? Chumbas porque 1 erro vale 2; 1 erro, falta do ponto do i ou de um acento é erro e vale 2. Para passar o máximo é 2 erros. Se já tens 4 não me diga que 6 erros ah não tens nada. E depois o ditado não é aquele de duas frases não, é meio texto, é escrever. E a história, são esses D. Dinis, só que ali na história, na história e geografia não era para escrever não, era oral. Eu recordo-me que nesse ano, no exame da 4.<sup>a</sup> classe fui calhar com o texto D. Isabel de Aragão. Não tardou de me perguntar D. Isabel era filha de quem? Eu ali sem esperar, nunca ouvi porque isso não vinha ali no livro da história se era filha de quem, só sabíamos que D. Isabel de Aragão é mulher de D. Dinis, o rei Lavrador, agora lá de que é filha de quem, isso não sabia, mas tive que apalpar minha irmã, é filha do Aragão (rí-se) porque não tinha outra coisa a responder, mas nem sei se é isso se não é, não sei até hoje não sei, e passei. Depois dali ah, eu sempre eu sabia de antemão que ali ia sair com 20 valores no ditado. Não era escrever aquilo, eu escrevia, eu escrevia ai, eu saía com 20. Eu sabia que assim é agudo, assim é grave, esses acentos, aqui é eu sabia de tudo isso. A matemática aquilo não era nada para mim. O que saía na matemática é o complexo e um complexo ali nas horas ali havia jogo e problemas porque problemas podiam tirar um problema que exige 3 a 4 operações agora se a cabeça não está bem não joga bem ou pode fazer uma operação e sair e depois aquelas operações devem estar bem arrumadas e se

colocas a operação que primeiro não tem demonstração ali que tipo de operação vais resolver aqui se é a segunda operação você vais chumbar por isso.”

Das duas narrativas pode constatar-se que ambas as raparigas dominavam a matemática, concretamente a aritmética, que era a disciplina da altura; aliás, é surpreendente que Cordélia, a mais velha, seis décadas depois, ainda se lembre das fórmulas aritméticas como a prova real e a prova dos nove, o que nos leva a concluir que a prova da aritmética não constituiu problema. Analisando as narrativas seguintes concluímos que o foco do problema era o ditado, que servia como filtro de retenção do aluno uma vez que o examinador lia o ditado com uma acentuação alheia à população da região. Foi o ditado que reteve Obadias Jeje, 7-IOJ-85, segundo o relato a seguir:

“O primeiro exame de 1950, eu chumbei. Porque é que chumbei? Nós sabíamos de que as palavras devem-se escrever de acordo com as palavras conforme está no livro, mas no exame, na escola Coronel Galhardo de Manjacaze, porque todos os alunos tinham que ir lá não se podia fazer os exames em Tavane, tínhamos que ir à escola oficial na administração, eu fui calhar com um examinador português do Alentejo. Quando dizia, quando no livro dele está escrito *vamos* ele dizia *bamos*. Eu disse ‘Hei, mas como esse *bamos*, nunca li! Mas a pronúncia é esta e eu tive que escrever *bamos* onde se falava do *v* foi o azar que me fez não passar, então chumbei e voltei; mas depois tive a atenção de que há portugueses que a pronúncia não é tal como os outros portugueses, os de Alentejo não sei de onde, há outros da Madeira também, a linguagem não é igual, naquela altura não sei agora, então eu chumbei.”

O prof. Sebastião Matimula, 25-ISM-84, sublinha que “como o exame era primeiro ditado, às vezes eram dois ditados não é, era um ditado da lição do livro da leitura e um outro ditado de palavras escolhidas, palavras escolhidas difíceis para escrever, então tudo isso para quê? Para fazer reprovar os alunos, portanto sofremos muito”. Segundo António Cumbe, 26-IAC-85, “o ditado limitava-nos, basta apanhar 5 erros, excluído. Você podia fazer quase tudo, quase todas as disciplinas, mas ali no ditado, ditado 5 erros não podia ir para frente, chumbava”. Refere o prof. Carlos Mourana, 28-ICM-78, que “desde o momento que ele soubesse passava. Só que muitas vezes ficava por causa da pronúncia nos ditados que havia. Habitados à pronúncia dos negros quando vinha aquele era examinado pelos brancos e chumbava no ditado por causa da pronúncia, mas passavam porque os respetivos professores preocupavam-se muito e queriam ver os seus alunos a brilhar, pois é”. O prof. André Langa, 37-IAL-76 sublinha o seguinte:

“Quando chegasse a vez de fazer o exame da 4.<sup>a</sup> classe era lá que eram submetidos ao exame da 4.<sup>a</sup> classe com professores oficiais que sabiam falar, eram portugueses, então aqui havia problemas sérios porquê? Eu, professor natural, a minha forma de falar, a minha pronúncia, audição e tudo é natural, mas quando passa para ali para aquele professor tem a pronúncia dele, a audição dele, e a primeira atividade que tinham que fazer no exame é ditado; então muitos dos nossos filhos, nossos alunos chumbavam porquê? Por causa da audição, o professor lá, o júri ditava, pronunciava à maneira dele, ou o aluno aqui passava mal não percebia quando tentava perguntar já era atrasado tinha que avançar para frente, apanhava muitos erros, chumbava por isso. Apesar de ter muitos conhecimentos bastava ter cinco erros no ditado desculpa, acabou todo o ano até no ano seguinte.”

Assinale-se que fazer do ditado uma rasteira para reter os alunos violava a lei. É isto que podemos entender de ‘As instruções gerais para a execução do serviço de exames’ (B.O. n.º 31, 2.<sup>a</sup> série, de 2 de agosto de 1939) que no art.º 14 estatui que “o texto que constitui a prova de ditado deve ser lido pelo examinador com extremo cuidado: voz clara, pronúncia correta e pausas convenientes. Não deve, porém, o examinador silabar, ou proceder de qualquer outra forma que sugira a resolução das dificuldades ortográficas”.

### **5.5 Classificação habilitacionais dos professores**

Pese embora o facto de serem quatro sistemas de ensino primário, a preparação para os professores limita-se a professores do ensino elementar e professores do ensino rudimentar. Tratando-se de sistemas de ensino do Estado Novo, é relativamente a este período que iremos tratar este capítulo.

Depoimento do prof. Narciso Pedro, 27-INP-68:

“Não tenho muita base científica para dizer que a Escola de Habilitação de Professores Indígenas construída pelo Estado e entregue mais tarde aos missionários tivesse sido em 1936. Então lá eram preparados os professores, chamavam professores de adaptação, para adaptar o indígena ao ambiente, tinham de adaptar o indígena. Diziam *preparar* um professor indígena dotado de uma psicologia indígena que facilmente poderia compreender a psicologia do indígena que é o aluno e não o branco, para ensinar o preto. Então era a escola de adaptação, eram 3 anos de ensino. Inicialmente estava com o Estado esta escola de formação de professores; tardiamente entregaram a escola aos irmãos maristas, aos padres. Com o processo de evolução, a década de 60 foi uma década de grandes transformações sociopolíticas a nível internacional, mas concretamente no continente africano, é quando retiram Escola de Habilitação de Professores Indígenas do Alvor e põem Escola de Habilitação do Professor do Posto Escolar, isso em 1964. Então

quem fosse para a Escola de Habilitação ia com 4.<sup>a</sup> classe, fazia o 3.<sup>o</sup> ano e voltava para ensinar da 1.<sup>a</sup> até 4.<sup>a</sup> classe. O nosso caso, eu entrei em 1963 com 4.<sup>a</sup> classe para ficar 4 anos para lecionar da 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> classe o nosso tempo já tinha sido aumentado uns anos, mas a passagem para professor do posto escolar foi em 1964.”

O prof. Carlos Mourana, 28-ICM-78, salienta que “a formação de professores estava a cargo da Igreja Católica, havia só uma única escola para formação de professores, Escola de Habilitação de Professores Indígenas no Alvor, na Manhiça; e isso estava a cargo da Igreja Católica. Essa escola era orientada pelos padres da Igreja Católica. Eu entrei lá em 1952, era dois anos de formação, em 1954 eu saí e comecei a lecionar”.

O irmão marista, João Torcato, 31-IJT-69, refere o seguinte:

“Eu trabalhei na escola de preparação de professores para o ensino primário, nós preparávamos em Alvor, Manhiça, professores para o ensino primário das Missões. Foi a primeira escola desse tipo que existiu em Moçambique para preparar professores para os indígenas; aí também há histórias. Dizem que o Governador-geral, naquele tempo era José Cabral e vinham professores de Portugal para começar a trabalhar; e ele, um belo dia com os seus auxiliares “não é justo com isto estamos a destruir a cultura do povo para impor a cultura de lá”; e aquilo que estava destinado para uma escola de artes e ofícios, construções várias dispersas. Ele disse “se já temos em Moamba uma escola dessas é bom fazer aqui uma escola de professores indígenas, preparar pessoal do povo, para ensinar o povo, para mantermos a cultura”. Dizem que teve como prémio foi transferido, política! Era daqueles que já estavam agarrados à terra como em Angola tivemos o Norton de Matos agarrado à terra, queria evoluir aquilo com que ideias não sabemos, mas foi assim que nasceu a primeira escola de professores indígenas, em 1930. A escola primeiro foi dirigida pelo Estado de 1930 até 1938. De 1938-1939 a escola foi transformada em quartel por causa do perigo alemão que vinha do Tanganhica, os alemães vinham invadindo Moçambique chegaram até Mocuba e então como é uma estrada nacional e principal, o governo transformou aquilo em quartel e a escola ficou fechada para recomeçar em Maleice, 1938-39 e um ano depois passou para São Paulo de Messano, em Macia, e com o fim da guerra, o governo devolveu as instalações que eram agora quartel à Igreja Católica e ficou sob a direção dos padres da Missão Católica. Ai desculpa, estamos a trocar ideias. A escola fechou em 1938 por causa da guerra, 1939-1945 aí, e agora eu estou a falar que depois voltou em 1945 de novo entregue agora à Igreja Católica, entregue aos padres, sacerdotes da Igreja Católica; e vendo que a coisa não andava como devia ser, como já expliquei os sacerdotes católicos preparavam mais catequistas que professores e então em 1959 devido à ação que já tínhamos aqui no Colégio Pio XII Sua Eminência o Cardeal Teodósio



Clemente de Gouveia, chamou os irmãos maristas, especialistas em ensino e educação. Eu gosto desse título que nos dão que é pura realidade, somos especialistas em ensino e em educação, temos carta aberta em todo o mundo! Chamou-nos Sua Eminência o Cardeal em 1959 e tomámos aqui o Alvor, Manhica, a escola que já existia para preparar professores para as missões para o ensino primário. Em princípio era só para o pessoal indígena porque iam para as missões e até 1964-65 estavam dependentes completamente da Igreja Católica. E então aí como disse, renovámos o pessoal e os edifícios, pusemos mais condições humanas.”

O primeiro elemento a constatar é que o magistério primário indígena esteve sob tutela do Governo durante apenas oito anos, designadamente de 1930 a 1938. O segundo aspeto é o encerramento desta escola normal entre 1939 e 1945, período em que serviu de fortaleza contra as invasões alemãs. Quer isto dizer que a passagem da tutela das escolas de ensino indígena para as missões católicas, ao abrigo do Acordo Missionário, foi simbólica em relação a este magistério primário que se encontrava encerrado. Segundo o irmão João Torcato, foi entre “1943-1944 e quando se viu que o perigo alemão já tinha saído, a tropa foi embora, o governo reentregou os edifícios à escola, mas nas mãos da Igreja Católica por causa da última Concordata entre o Governo português e Roma”. A afirmação de que os sacerdotes católicos preparavam mais catequistas que professores é também assinalada por Eugénio Simbine, 33-IES-93, professor das missões católicas, quando diz “dedicavam-se mais ao ensino da doutrina à população e estavam mais virados aos casamentos, aos batismos, crismas, etc., etc., isso os padres não falhavam e assim faziam muitos batismos, muitos crismas, muitos casamentos e pouco produziam na matéria da 4.<sup>a</sup> classe”. Importa destacar a obra realizada pelos Maristas na remodelação das instalações e renovação do pessoal docente, conforme refere o irmão Torcato que “eu estou a falar que fizemos limpeza não só dos alunos os professores até lá eram todos maristas nós os maristas mudamos o pessoal e veio pessoal já um primeiro que veio foi um irmão que trabalhava em Lisboa no grande externato Marista deixou veio para aí e depois vieram outros já categorizados porque essa escola como outras aquilo que não servia para os colégios, gente branca, vai para o Alvor”.

De facto, os Maristas são *especialistas em ensino e em educação*, conforme podemos concluir da leitura da citação abaixo do artigo “1954-1975 – Início e expansão da presença marista em Angola”<sup>18</sup>, sobre o trabalho dos Maristas em Angola alguns dos quais estiveram em Moçambique com o irmão Torcato:

---

<sup>18</sup> <http://maristas.org.br/angola/1954-1975-inicio-e-expansao-da-presenca-marista-em-angola>

“Foi na cidade de Sá de Bandeira (atual Lubango), no ano de 1954, o marco inicial da presença Marista no território de Angola. Os Irmãos pioneiros na Missão assumiram o Internato Diogo Cão, tradicional escola da região, mas que passava por uma profunda crise administrativa e moral. À época com 200 alunos internos, o edifício era um velho casarão do Governo que funcionava como internato desde 1927, a cargo de funcionários públicos que faziam às vezes de prefeito de estudos e de disciplina. Foi necessária uma reestruturação completa não apenas no prédio, mas também no regulamento do educandário. Ainda no final de 1953, o Irmão Cordeiro instalou-se em Sá de Bandeira para acompanhar a reforma do edifício e deixar tudo pronto para a inauguração, marcada para março de 1954. Os Irmãos chegaram à cidade em 17 de março de 1954, e as aulas iniciaram no dia 1.º de abril. O Irmão Rolando Amorim veio deslocado do Alto Molócué, em Moçambique, com larga experiência educacional. O Irmão Alfredo Caetano Damian, ou Irmão Celso, como era conhecido, foi nomeado diretor e, mesmo com a pouca experiência e desconhecimento do ambiente da África, foi incansável e, em pouquíssimo tempo, conquistou a comunidade escolar. O Irmão José Antenor Hartmann (conhecido como Irmão Justino), que permaneceu três anos no local, também teve grande importância na construção de um novo paradigma educacional. Deve-se recordar, também, a importante participação do Ir. Amando Cordeiro, que era diretor do Colégio Pio XII, em Moçambique, e foi o primeiro Irmão a visitar os espaços em Angola, fazendo um levantamento das necessidades de reformas no prédio e ter trabalhado arduamente nas adequações do espaço. Logo, a obra social e religiosa ganhou o respeito da comunidade. O espírito de família, tão característico dos maristas, logo se fez presente, na união dos objetivos e dos sentimentos.”

Alto Molócué, na Zambézia, foi a terceira escola fundada pelos Maristas, conforme relata o irmão Torcato que “tanto nós tivemos na Beira, aqui, e depois a 3.ª fundação foi no Molócué exatamente também numa escola para preparar professores para as Missões. Ainda de acordo com a narrativa do irmão Torcato, um dos grandes irmãos que trabalhou aqui faleceu há pouco tempo faz hoje dez anos que ele faleceu, irmão Justino Hartman ele foi a Brasil a férias (...).”

Num outro desenvolvimento, o irmão João Torcato, 31-IJT, relata o seguinte:

“Quando eu fui para ali comecei a ver as coisas, não! Isto não serve. Isto não forma pessoas; o professor tem que ter um nível um bocadinho acima do povo para poder educar, tanto na maneira de viver, maneira de se alimentar, maneira de estar em casa. Fechámos a escola em dezembro de 1967, uma limpeza total! Ao reabrir um ano depois, em janeiro de 1969, apenas metade dos alunos foi readmitida. Basta dizer eu quando me lembro bem há

três semanas que tivemos uma reunião na Manhiça, o nosso fundador até foi um padre francês, fomos festejar o dia dele e daqui de Maputo foram nada mais que nada menos 12 antigos alunos nossos desta escola do Alvor ou da escola do Alto Molocué, falamos disso e eles dizem que o que nos valeu foi aquela revolução que o irmão João fez na escola. Desculpe, isto não havia condições de formar gente. Basta ver que já existia um programa novo em 1964, um novo programa que transformava a escola de preparação que eram 3 anos para 4 anos e nenhuma escola do país ainda tinha admitido esse programa, que era um lindo programa, aqui fala-se disso. Então, começámos aqui, mas os professores que até lá iam eram pertença da Igreja Católica e depois igrejas protestantes. Foi como eu lhe disse, a Igreja Metodista de Cambine é a primeira, foi uma escola oficializada onde os professores voltavam para as Missões, mas já dependiam do governo, já não dependiam diretamente dos padres apenas acabavam o curso são professores do governo. De 1967 as escolas à medida que punham o programa em execução eram, nós dizemos, *oficializadas*, o salário automaticamente dos 500\$00-600\$00 passou para 2.000\$00 que era o salário de um professor primário. Essas cadeiras que estão aqui está a ver? Prática de higiene, socorrismo, agricultura, atividades sociais, medicina, maturidade portuguesa, metodista, física, canto coral, estudo dirigido, tudo isto estava no programa. Como diz aqui ao programa seguido em 4 anos da escola de professores, seguiu-se o programa do ciclo unificado equivalente ao 2.º ano do liceu, no papel. Desculpe dizer no papel, eles queriam continuar a explorar, mas aos poucos uns quantos conseguiram e abriram o caminho para todo o lado. Eles iam ensinar um ou dois anos e depois pernas para a catequese, vamos evoluindo e é assim que a escola mudou. Estou contente com aquele trabalho que fiz, estou satisfeito por ver estes homens com 40 e 50 60 anos entusiasmados pelo que aprenderam connosco pela abertura que os Maristas deram à escola porque inclusive, eu estou a falar que fizemos limpeza não só dos alunos, os professores até lá eram todos Maristas, nós os Maristas mudámos o pessoal e veio pessoal. Um primeiro que veio foi um irmão que trabalhava em Lisboa no grande externato marista deixou, veio para aí e depois vieram outros já categorizados porque essa escola como outras aquilo que não servia para os colégios, gente branca, vai para o Alvor. Tínhamos um problema qualquer num colégio, “vai para o Alvor”, era um refugio.”

Na realidade, no âmbito da Reforma do Ensino Primário Elementar a Ministar nas Províncias Ultramarinas, Decreto-lei n.º 45 908, de 24 de setembro de 1964, o curso de professores de posto escolar passou a ter a duração de quatro anos e não três, conforme tinha sido regulamentada a preparação dos professores para o ensino de adaptação, ao abrigo da Portaria n.º 15 971, de 31 de março de 1962. Também consta dos artigos 52.º a 54.º do citado Decreto-lei n.º 45 908 que, em todas as escolas de habilitação, haveria um médico assistido por

um enfermeiro ou enfermeira, para dar assistência aos alunos, ao pessoal e dirigir as atividades de higiene e saúde pública, socorrismo, como também haveria práticas de agricultura e puericultura.

Saliente-se que a designação da Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral» não foi a primeira atribuída ao magistério primário indígena, pois não está referenciada na Portaria da “Organização do ensino indígena na Colónia de Moçambique”, de 1930. O que vem descrito na Portaria referente n.º 238, de 1930 é o *ensino normal* de dois anos que “será ministrado numa «escola de habilitação de professores indígenas» com a finalidade de habilitar professores indígenas para as escolas rudimentares”. Escola de Preparação de Professores Indígenas é a designação que Mário Ferreira atribui no seu artigo “A Inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas”, no qual reúne os discursos proferidos pelos oradores aquando da inauguração da instituição a 18 de maio de 1930. Ferreira cita o Sr. Ângelo das Neves Gaveta como diretor da Escola de Preparação de Professores Indígenas, na Manhica. A designação “Escola de Habilitação de Professores Indígenas” consta pela primeira vez do artigo 1.º do Diploma Legislativo n.º 312 de 1926 como uma das três instituições de ensino indígena a serem criadas. Rege o artigo que “São criadas na Província, para instrução e educação dos indígenas, a Escola de Artes e Ofícios de Lourenço Marques e a Escola de Habilitação de Professores Indígenas, e a Granja de Chobela para ministração de conhecimentos práticos de agricultura e pecuária”. Presumindo que esta observação seja correta, o nome “Escola de Habilitação de Professores Indígenas” consta pela segunda vez da Portaria n.º 1:907 de 25 de maio de 1933, que determina ser objetivo da escola preparar em três anos “professores para ministrarem o ensino primário rudimentar aos indígenas da Colónia de Moçambique, tanto nas escolas oficiais como nas particulares, incluindo as das Missões religiosas nacionais ou estrangeiras”, ressaltando-se “os direitos consagrados às Missões católicas portuguesas pelo Estatuto Orgânico das mesmas Missões, no que respeita a seminários, colégios ou casas de formação do respetivo pessoal”. Acredita-se também que a designação “Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral»” é usada pela primeira vez na Portaria n.º 2:030, de agosto de 1933, já citada, referente à designação das escolas de ensino elementar com nomes de portugueses ilustres. Na lista das escolas de ensino elementar, à Escola de Habilitação de Professores Indígenas é adicionado o nome «José Cabral», daí a designação Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral», Manhica – Alvor ser o título do artigo do diretor da Escola, António Jardim (1938). Segundo Alda Saúte, na obra *Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral» (1926-1974)*, o magistério primário indígena, criado ao abrigo da citada Portaria n.º 312 de 1926, funcionou a partir de 1930 sob tutela do Governo

com o nome de Escola de Habilitação de Professores Indígenas. «José Cabral» até 1941, quando a escola é confiada à Igreja Católica (Saúte, 2004: 19). O cónego Pinheiro refere que a Escola de Habilitação de Professores do Posto Escolar – Alvor – Manhiça, foi fundada em 1 de maio de 1926 com o nome de Escola «José Cabral». “Entregue, desde o início, a direção ao clero secular e, ultimamente, à Congregação dos Irmãos Maristas. Internato para rapazes, com o curso de ensino do Magistério” (Pinheiro, 1992:55).

A designação oficial atribuída aos professores indígenas é atualizada consoante a reforma do ensino em vigor. O procedimento da atualização efetua-se pela provisão, na reforma de ensino, de uma lei que integra os professores em efetividade da reforma anterior no quadro dos professores da nova reforma. É nestes termos que, ao abrigo das Portarias n.ºs 238 e 1 907, respetivamente de 1930 e 1933, temos os professores de ensino rudimentar, diplomados para o magistério de ensino primário indígena nas escolas oficiais, particulares, incluindo católicas e protestantes. Ao abrigo da Portaria n.º 15 971 de março de 1962, os professores do ensino rudimentar em efetividade passam a pertencer o quadro de “professores de ensino de adaptação”, diplomados para o magistério de ensino de adaptação. Uma inovação que a Portaria n.º 15 971 introduz é a inclusão do género feminino no magistério de ensino de adaptação, conforme consta do art.º 41.º que “a preparação do pessoal docente para as escolas de ensino de adaptação é feita em escolas próprias a tal destinadas, masculinas e femininas, integradas na organização escolar da respetiva diocese”. Ao abrigo da “reforma de ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas”, Decreto-lei n.º 45 908, de 1964, os professores do ensino de adaptação, em efetividade, passam a integrar o quadro de “professores de posto escolar”, diplomados para o ensino elementar, ministrado em ambientes rurais, designados por postos escolares, bem como em escolas primárias, oficiais, oficializadas e particulares. O art.º 6.º do citado Decreto-lei determina que as escolas primárias funcionem como escolas centrais e as de posto escolar, nas zonas circunvizinhas, como escolas rurais. O art.º 30.º preceitua que “as atuais escolas do magistério de adaptação ou rural, a cargo das Missões católicas portuguesas, ou por estas criadas, são reconhecidas como escolas de habilitação de professores de posto escolar (...)”. É igualmente no contexto de atualização das reformas de ensino indígena que as escolas são designadas, por exemplo: a “Escola de Habilitação de Professoras de Posto Escolar – Magude”, confiada às Irmãs da Apresentação da Maria (Pinheiro, 1992: 56).

Analisando-se o lugar dos docentes do ensino primário durante o Estado Novo, conclui-se que os professores habilitados pelo magistério primário oficial se sobrepõem pela presença em todos os sistemas e modalidades de ensino. Por exemplo, ao nível do ensino rudimentar,

quem prepara os professores da Escola de Habilitação de Professores “são indivíduos diplomados pelas escolas do magistério primário da Metrópole, ou missionários (...)”. Ao nível do ensino primário oficial, rege o art.º 120.º da Portaria n.º 11 433, de 1962, que são admitidos aos concursos de provimento de professores os “diplomados com exame de Estado para o magistério primário, ou equivalente”. A Portaria que regulamenta o ensino de adaptação, n.º 15 971, de 1962, prioriza a colocação de “professores diplomados para o magistério primário oficial ou aos professores diplomados para o magistério de ensino de adaptação”, admitindo-se a integração de monitores do ensino como coadjuvantes. A “Reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas”, de 1962, determina que nas escolas centrais só podem ser colocados “professores de ensino primário elementar os diplomados pelas correspondentes escolas do magistério”. Como salienta Rema, no «posto escolar» leciona, “por via de regra, o «monitor» e o «professor de posto»; nas «escolas centrais» só deveriam lecionar «Professores de ensino primário»” (Rema, 1982: 736-765).

### **5.5.1 Professores com diploma**

Este capítulo tem como finalidade identificar, à luz da legislação, quais dos entrevistados possuem o título de professor no conjunto daqueles que, tendo no período colonial exercido a função docente, não lhes chegou a ser outorgada a categoria de professor. Visando atingir este objetivo, a primeira parte deste capítulo é dedicada à legislação aplicável à função de professor e, posteriormente, contextualizar-se-á a carreira de cada um dos docentes na legislação elaborada.

O § 1.º do art.º 9 do Diploma Legislativo n.º 168, de 1929, determina que “para ser inscrito como professor indígena é preciso requerê-lo ao Inspetor de Instrução Pública, instruindo o requerimento com a certidão de idade, certidão de aprovação no exame de instrução primária e, a partir de 1 de janeiro de 1931, diploma passado pela escola de habilitação de professores indígenas e atestado de bom comportamento moral e civil, passado pelo administrador do concelho ou circunscrição”. Foi nestes termos que exerceram funções os professores das Missões acreditados pelo Governo até ao início de 1930, antes da abertura da Escola de Preparação de Professores Indígenas.

As nomeações ao abrigo da Carta Orgânica do Império Colonial Português, promulgada em Moçambique a 28 de dezembro de 1933, estariam em vigor até às reformas de ensino que se iniciaram na segunda metade da década de 1950. A Carta Orgânica estabelece dois regulamentos para nomeação de professores: um que se destina aos professores do ensino rudimentar e outro para os professores do ensino elementar. Rege o art.º 38.º do Regulamento do ensino primário rudimentar de 17 de janeiro de 1934 que “as escolas de ensino primário

rudimentar serão providas definitivamente por indivíduos diplomados com o curso da Escola de Habilitação de Professores Indígenas”. Preceitua o art.º 48.º do Regulamento do ensino primário elementar, de 1 de setembro de 1934 que “todos os professores cuja nomeação respeita a determinada escola constituem o quadro geral do ensino primário elementar da Colónia”. O art.º 126.º “Dos funcionários coloniais”, art.º 126.º determina que as nomeações para os quadros do funcionalismo colonial podem ser “interinas, provisórias e definitivas”. O § 1.º do artigo 126.º estatui que “as nomeações interinas serão feitas pelos governadores-gerais ou de colónia (...). As nomeações interinas só conferem ao funcionário direito ao vencimento e só durante a efetividade de serviço”. O § 2.º do mesmo artigo estabelece que “as primeiras nomeações para qualquer cargo público terão carácter provisório durante cinco anos independentemente do posto a que respeitarem. A nomeação inicial será por 2 anos; se o funcionário tiver boas informações será reconduzido por mais 3. Se no fim de 5 anos o merecer será nomeado definitivamente na forma da lei”.

Determinadas nomeações eram mediante concurso, conforme consta da Portaria da Repartição de Instrução Pública de 30 de janeiro de 1936, em relação aos professores de ensino rudimentar na qual se lê que “São nomeados, precedendo concurso, nos termos do artigo 38.º do regulamento do ensino primário rudimentar, aprovado pela Portaria n.º 2:456, de 27 de março de 1935, do § 2.º do artigo 126.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, professores das escolas do ensino primário rudimentar dos distritos de (...), que respetivamente vão designados, os seguintes professores diplomados: (...)”. Estabelece a Portaria n.º 11 433, art.º 116.º do “Regulamento do Ensino Primário Oficial”, de 1956, que o corpo docente das escolas primárias oficiais é composto por “professores do quadro do ensino primário oficial”; “professores do ensino primário dos quadros do Ministério da Educação Nacional, nomeados em comissão de serviço” e “professores de serviço eventual”. O art.º 118.º determina que “Os professores do serviço eventual são de duas espécies: a) Interinos; b) Assalariados”. De acordo com o § 1.º do artigo “São professores interinos os nomeados para substituição dos professores do quadro e dos nomeados em comissão de serviço, nos seus impedimentos legais. Segundo o § 2.º do artigo são professores assalariados os admitidos (...) para prover às necessidades de serviço que não possam ser satisfeitas pelos professores do quadro, pelos professores nomeados em comissão de serviço e pelos interinos”.

Ao abrigo da reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas, Decreto-lei n.º 45 908 de 1964, o quadro de docentes compreende os professores do ensino primário elementar; os professores de posto escolar; e os monitores escolares.

Segue-se a contextualização nas leis citadas das narrativas dos docentes deste estudo:

Sebastião Matimula, 25-ISM-84, professor do ensino particular da Missão Metodista de Cambine.

“Foi no Colégio Pedro Nunes que eu estudei até fazer o 1.º ciclo. Quando fiz o 1.º ciclo em 1955 tive que voltar para Cambine continuar a ensinar então ensinei todo o ano de 1955 a 1956 e depois daí tive a 2.ª bolsa para ir continuar 1957, 1958, e 1959, para fazer 3.ª, 4.ª, 5º. Fiz o 5º ano, voltei para continuar a ensinar, já requerendo o diploma do ensino particular para o Inspetor Superior lá em Portugal, era passado lá e depois vinha ser reconhecido aqui. Então tive esse diploma de professor do ensino particular. Bem como eu estive aqui em Cambine, porque sempre fui professor aqui em Cambine não é, 1959-60-61-62-63, então requeri outro diploma de diretor porque na altura já houve um impedimento de que quem não tivesse o diploma de professor ou não tivesse tirado o curso quê, quê, não podia ser professor nas Missões, portanto dificultavam as Missões; por isso que a escola de Cambine, mesmo outras escolas protestantes não é, não tinha professores suficientes autorizados para poderem ensinar, só podiam às vezes recorrer aos professores das Missões católicas porque só a missão católica é que tinha a autorização de ensinar, tinha escola de formação de professor não é, as escolas protestantes não tinham a escola de formação de professor. Portanto, a Missão Católica que tinha escola de formação de professor produzia professores então esses professores para ensinar nas escolas das Missões católicas, agora as Missões protestantes só podiam pedir não é à sua maneira ou combinasse com um professor da escola católica para virem ensinar na Missão mediante um pagamento tal. Por isso, foi um tempo difícil para as Missões protestantes para conseguirem professores. Então, eu com aquele diploma do ensino particular precisava de fazer um outro requerimento para conseguir ter o diploma de diretor da escola da missão, então foi assim que fiz, requeri o diploma de diretor do ensino particular então com essa autorização ou com esse diploma já podia ser diretor da escola da missão. Então por isso em 1963 consegui esse diploma de diretor chamavam diploma de diretor de ensino de adaptação (*ri-se*) era diretor do ensino de adaptação, quando mudaram o ensino rudimentar o nome do ensino rudimentar passou a ser ensino de adaptação.”

Importa assinalar que Sebastião Matimula inicia a sua carreira docente não como diplomado, mas ao abrigo do art.º 46.º a) do Regulamento do ensino primário rudimentar, revisto nos termos relativamente idênticos no art.º 40.º a) do Regulamento do ensino primário rudimentar de 1934. O citado art.º 40.º da Portaria n.º 2 169 estabelece que “poderão ser assalariados para prestar serviço provisoriamente serviço nas escolas de ensino primário rudimentar os indígenas nas condições seguintes: a) Os que tiverem o 2.º ano do curso em alguns destes estabelecimentos portugueses de ensino: liceus, escolas industriais, colégios de



Missões, seminários e escolas complementares; (...)”. Pelo que após ter concluído o 1.º ciclo no Colégio Pedro Nunes de 1955 a 1956 Matimula foi professor em regime provisório na Missão Metodista de Cambine. Porém, para exercer o professorado definitivamente numa instituição de ensino particular, Matimula necessita de um diploma de professor de ensino particular, daí ter requerido o diploma de professor de ensino particular ao inspetor superior. É nesse contexto que o art.º 5.º do Decreto-lei n.º 41:472 dos Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional, de 1958, estatui que “o funcionamento de institutos de ensino particular no Ultramar depende de habilitação nos termos que as leis e regulamentos especiais estatuírem, e o magistério particular, segundo os planos oficiais portugueses, só pode ser exercido por pessoas diplomadas pela competente estação do Ministério da Educação Nacional”. A função de diretor do ensino particular está prevista no “Regulamento do ensino particular da Província de Moçambique” de Sarmento Rodrigues n.º 2287 de 25 de setembro de 1962. Preceitua o art.º 32.º que “os estabelecimentos de ensino particular só podem ser dirigidos por indivíduos habilitados com o diploma de diretor (...)”. No art.º 37.º que “a concessão de diplomas de diretor de estabelecimento de ensino particular na Província depende de requerimento, feito pelo interessado e dirigido ao Governador-Geral (...)”. O § 1.º do art.º 37.º determina que “a concessão dos diplomas mencionados no corpo deste artigo depende de o requerente estar já devidamente diplomado para o exercício do magistério particular do mesmo ramo e grau de ensino”. Cumpridos os três requisitos, perante a lei portuguesa Matimula é professor diplomado.

De facto, em 1963, quando o prof. Sebastião Matimula adquire o diploma de diretor de ensino particular, o ensino primário ainda era de adaptação e, como já referido, ministrado em postos escolares nas zonas rurais e em escolas primárias nos centros urbanos. Por outro lado, o art.º 12.º da Reforma do Ensino Primário Elementar a ministrar nas províncias ultramarinas, Decreto-lei n.º 45 908, de 1964, contempla o funcionamento de escolas de ensino primário elementar particular em zonas rurais como Cambine, desde que as escolas e docentes estejam munidos dos respetivos diplomas de ensino particular. A escola primária protestante em Cambine é promovida à categoria de escola de ensino primário elementar através do “génio indígena de renome” que passou o exame da 3.ª classe elementar com 18 valores, ultrapassando os alunos das Missões católicas, e passado sozinho o exame da 4.ª classe. Quem não terá gostado de ver o seu prestígio e o dos professores europeus ameaçado por um africano regente de uma escola oficial foi o governador Sarmento Rodrigues, que promulga a Portaria n.º 16 330 de 15 de setembro de 1962, determinando para o ano letivo de 1962-1963 a abertura da

escola primária oficial de Cambine, a escassos metros da escola primária da Missão Metodista que tem como diretor o prof. Sebastião Matimula.

Narciso Pedro, 27-INP-68, católico, professor diplomado pela Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar de Homoine, 1963-1967, fez a sua carreira colonial como professor interino, professor assalariado, professor eventual e professor do ensino primário dos quadros. Da leitura do excerto da sua narrativa abaixo, é caso para se concluir que o professor exerceu funções ao abrigo da Portaria n.º 11 433, art.º 118.º, de 1956, que determina os quadros de professor interino, professor eventual, professor assalariado e professor do quadro, numa altura em que estava em vigor a reforma do ensino primário elementar, de 1964, a ministrar nas províncias ultramarinas.

“Fui incorporado no serviço militar obrigatório em 1967, saio no dia 1 de novembro de 1970, e volto para a sala de aulas como docente em 1971. No dia 2 de fevereiro de 1971, segundo trimestre, sou transferido. Era considerado professor eventual, assalariado, idôneo. Passei por essas fases quando dei aulas na Escola Oficial Caldas Xavier, em Inharrime. Para regente fui responder pela 3.ª classe do curso noturno, então depois disso fui enviado para a Escola primária oficial de Homoine, quase que no mesmo ano letivo 1971-72. Cheguei lá afinal ia substituir as turmas de uma professora que era esposa do chefe dos correios. Quando veio de Portugal acabou o emprego e disseram-me assim “o Sr. Narciso, procure da sua transferência na Repartição Escolar Distrital”.

Prof. Carlos Mourana, 28-ICM, católico, diplomado pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral» do Alvor, 1952-1954:

“Eu comecei a lecionar primeiro para lá mesmo na Manhiça durante um ano, depois fui transferido para a minha terra que é aqui numa escola que fica depois de Chicuke chamada Nhamachacha. Estive lá 9 anos a formar alunos desde a 1.ª até à 4.ª classe e depois em 1963 eu interrompi para uma outra formação, o Instituto de Formação de Professores do Magistério Primário em Lourenço Marques. Sim, tinham acesso os negros que completassem, ou que fizessem o 5.º ano dos liceus nesse tempo, ou que tivessem, já não me recordo bem, quantos anos de formação nas Missões, por regra eram admitidos todos que tivessem o 5.º ano dos liceus ou uma exceção, ou os professores formados na missão com, não sei se eram 5 ou 10 anos de experiência, já não me recordo bem, isso era uma exceção. Eu fiz essa formação de dois anos porque tinha o 5.º ano que fiz aqui mesmo na Maxixe. Aqui com uma tropa portuguesa, uma tropa portuguesa quando baixasse à disponibilidade, tinham instalações aqui, eles gratuitamente davam aulas noturnas: 1.º

ciclo e o 2.º ciclo e eu com a formação de professores que tinha beneficiei dessa formação, gratuitamente aqui no quartel tropa portuguesa, é isso.”

O primeiro aspeto a analisar é que professor de ensino rudimentar foi a primeira categoria do prof. Carlos Mourana em virtude da formação adquirida na E.H.P.I. “José Cabral”, de 1952 a 1954. Trabalhou como professor do ensino rudimentar até à introdução do ensino de adaptação, quando passa à categoria de professor do ensino de adaptação ao abrigo da Portaria n.º 15 971 que estabelece no art.º 35.º que “os atuais professores diplomados para o ensino que se chama rudimentar passam, sem mais formalidades, à classe de professores do ensino de adaptação”. Porém, como professor do ensino de adaptação transitado automaticamente do ensino rudimentar, a sua categoria no quadro docente do ensino de adaptação é do segundo nível. A razão é, citando o art.º 33.º da Portaria referenciada n.º 15 971 de 1962 que “O pessoal docente nas escolas de ensino de adaptação é constituído por professores diplomados para o magistério primário oficial” ou “por professores diplomados para o magistério de ensino de adaptação”. O que significa que o primeiro grupo de professores está na primeira categoria pois, segundo o art.º 48.º da Portaria n.º 2:316 de 1934 que regulamenta o ensino primário elementar, “Todos os professores cuja nomeação respeita a determinada escola constituem o quadro geral do ensino primário elementar da Colónia”. É caso para salientar que, se em 1963 ele não tivesse interrompido a função de professor de ensino de adaptação, com a entrada em vigor da Reforma do ensino elementar de 1964 a ministrar nas províncias ultramarinas, Decreto-lei n.º 45 908, o professor permaneceria na segunda categoria do quadro docente e que é a de *professor de posto escolar*, uma vez que a primeira categoria é atribuída aos *professores do ensino elementar*, conforme consta do art.º 15.º do Decreto. Ora, o 5.º ano do liceu é o requisito para o curso de professor do ensino elementar que até 1963 é ministrado em Lourenço Marques pelo Instituto de Formação de Professores do Magistério Primário. Salienta-se que o requisito de 5.º ano consta também da Portaria n.º 2:316 “Regulamento do ensino primário elementar” de 1934 que na Seção “Dos quadros e das inscrições para o exercício temporário do magistério” preceitua no § 1.º do art.º 51.º que “As habilitações a que se refere a alínea g) deste artigo não poderão ser inferiores à aprovação no exame do 5.º ano dos liceus ou do curso das extintas escolas primárias superiores ou equivalentes”.

Prof. Artur Semende, 35-IAS-76, católico, diplomado pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral» do Alvor, 1952-1955, esteve ao serviço das missões católicas conforme a descrição seguinte:

“Quando acabei enviaram-me para aqui para a Escola Paroquial João Belo. Isso foi um trabalho grande, uma discussão grande com o padre Martinho porque ele já me queria para professor em Zavala mas como os sacerdotes tem um carácter muito difícil, muito diferente mais justo, o arcebispo aquilo que tomasse como decisão ninguém mais podia travar, para vir até ao Xai-Xai quase um mês nós começávamos as aulas em setembro quando chega a altura de eu tomar a minha turma ou a minha escola fui à Zavala, à Mavila, falo com o padre, ‘Sr. padre eu quero a minha escola para dar aulas’, diz que *ainda não veio a nomeação*. ‘Como é porque já nos tinham dito que até dia x vão estar nomeados’? As aulas na altura começavam dia 10 de setembro de cada ano. Esse setembro eu não tive turma, então tive que correr para o Alvor novamente perguntar ao diretor, o diretor disse *não, a tua nomeação saiu você vai para Xai-Xai*. ‘Ah sim’? *Sim, vai para o Xai-Xai não é para a Zavala não*. Então vim arrumar as pastas, corri para o Xai-Xai e o que é que acontece? Eu tive este atraso: cheguei no Xai-Xai no dia 23 de setembro de 1955 e quando chego aqui os padres receberam muito bem, infelizmente morre o intendente que dirigia. Numa quarta-feira caiu na casa de banho mortalmente e então não pude iniciar as aulas porque era a cidade que estava de luto então depois fizemos o enterro do intendente na sexta-feira. Eu peguei aquela cruz acompanhado de calções, ainda não tinha calça, mas com o fardamento do Alvor fui enterrar o intendente, voltei. O padre não diz nada, eu pergunto, ‘Sr. Padre onde está a minha escola’? *Não, você há de começar a trabalhar na 2.ª feira*. Passa o domingo, segunda-feira então quando eu vou de manhã disse *a tua escola é esta*. Era numa mangueira uma barraca que tinham feito. Eu então eu substitui o padre que dava aula da 3.ª classe elementar e 4.ª classe da Missão daqui de João Belo. Eu recebi das mãos do padre o ensino da 3.ª classe elementar e 4.ª classe, veja lá isso?”

Prof. André Langa, 37-IAL-76, católico, diplomado em 1956 pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral» no Alvor, esteve ao serviço das Missões católicas. Refere que foi para a Escola Beato Nuno, em Inhamissa, sucursal da Paróquia de S. João de Baptista em João Belo, que só lecionava até à 3.ª classe rudimentar. Posteriormente, esteve na Paróquia de João Belo, sede da Missão, a substituir o professor da 3.ª classe elementar e 4.ª classe.

Prof. Vitorino Uamusse, 41-IVN-69, católico, diplomado em 1964 pela Escola de Habilitação de Professores do Posto Escolar no Alvor. Embora tivesse sido encaminhado pelo padre para o Alvor, a sua carreira foi mais de polícia do que de professor, conforme o relato seguinte:

“Depois do cumprimento do serviço militar, em 1971, não voltei mais para o ensino. Trabalhei uns meses nas brigadas do registo civil como eventual, mas já tinha concorrido

para guarda-fiscal, chamam polícia aduaneira só que são ramos, tudo é polícia; e então não fui colocado na polícia aduaneira, ou seja, guarda-fiscal como eles chamavam, fui colocado na PSP com o vencimento do professorado. Com diuturnidade de 5 anos tinha direito a 1.100\$00 contra 3.800\$00 já na polícia. Então a luta é pela melhoria salarial e sai da função pública não por mal; da docência não por mal, mas para melhoria salarial. Trabalhei na PSP até a independência.”

### **5.5.2 Professores sem habilitação**

Os professores não diplomados exercem, nas escolas, funções como ajudantes de professores, professores-monitores ou monitores, indivíduos não habilitados para a função de professor ou sem habilitações equiparáveis ao ensino. Se bem que o art.º 70 preveja a preparação de professores, regentes, mestres, monitores indígenas em “colégios missionários ou escolas designadas pelos Prelados de acordo com os governadores das colónias”, no que toca ao sul de Moçambique, Alvor, mais tarde Magude e Homóine foram as instituições destinadas à preparação de professores do ensino primário indígena. Consta da Portaria n.º 1:907 de 25 de maio de 1933 que a preparação na Escola de Habilitação de Professores Indígenas abrange indivíduos das escolas de ensino particular, incluindo as Missões católicas. Apesar de o art.º 40.º a) da Portaria n.º 2170 do Regulamento do Ensino Primário Rudimentar, de 1934, determinar que podem ser assalariados como professores, em regime provisório, indivíduos com o 2.º ano do curso de estabelecimentos como liceus e seminários, os indivíduos que utilizaram o seminário como “trampolim” para o professorado não teriam o direito à nomeação definitiva. De facto, houve aproveitamento da lei que atribuía equivalência ao professorado aos indivíduos que tinham entrado para o seminário sem vocação sacerdotal. Dito por Sua Eminência, D. Júlio Duarte Langa, 32-IBDL-87, que “por exemplo, esse meu companheiro que depois ia com ele à Missão ele também foi para o seminário, mas ele saiu para professor lá na Missão. Lá no seminário o aluno desistia de continuar o ensino do seminário. Foram vários quer dizer, todos que foram meus companheiros depois foram professores”. Afirmação idêntica é descrita pelo prof. Narciso Pedro, 27-INP-68, ao referir que “seminário católico sim, quer dizer, advogavam aqueles que iam para lá que era para serem padres, mas a preocupação fundamental era a formação porque não tinham outra coisa. Lá não se pagava tanto para a formação de professor, tanto para escola de habilitação professor de posto escolar como para o seminário, não se pagava nada tudo estava à responsabilidade dos missionários”. Há também que ter em conta que a preparação nos seminários se destinava ao ensino da catequese, pelo que um seminarista não estava capacitado a ministrar o ensino

escolar. Citando o irmão João Torcato, 31-IJT-69, “os sacerdotes católicos preparavam mais catequistas que professores”.

A Igreja Católica tinha a noção de que os professores das suas missões não estavam habilitados, daí as iniciativas que a própria Igreja tomava visando minorar este entrave. É o que se pode entender da afirmação de Sua Eminência: “além dessas escolas do Estado que receberam e que eram poucas, tinham as Missões escolas próprias com catequistas que não tinham grande formação. Por exemplo, eu quando cheguei a Maleice o padre que encontrei e trabalhei com ele disse mesmo que «eu de noite passei aqui a ensinar os catequistas para ver se vão ensinar lá fora». Ele é que formava ali os poucos, não havia gente formada, não havia escolas por isso é que a escola de Alvor foi a primeira a formar professores. Daí que quando o Governo pediu professores, alunos para a escola do Alvor, então o meu pai também foi; o padre Fonseca alistou-lhe para ir para o Alvor para ir aperfeiçoar o professor”. Não obstante o pai de Sua Eminência ter ido ao Alvor, o seu profissionalismo não evitou que tivesse de designar, para serem professores-ajudantes, alguns dos seus alunos, conforme o relato seguinte:

“500 alunos, um professor; então o quê que fazia? A maior parte dos iniciados estavam em baixo de uma árvore com uma *Cartilha Maternal* grande. Era um livro, mas grande, então punham assim num cavalete ali e todos podíamos ler, mesmo de longe podia-se ler. Também havia cartilhas maternas pequenas, mas aquele para o caso ali de tantos alunos era grande. Então eu aprendi, aprendi a brincar porque como era ali em casa e ver ali os meus conterrâneos da mesma idade era para mim uma brincadeira. A *Cartilha Maternal* continha o abecedário, depois umas palavras. Era uma cartilha que tinha sido feita por um, aquele o João de Deus que era famoso, com palavras seleccionadas, mas que realmente davam para a gente aprender a língua portuguesa. O que é que acontecia? O meu pai como professor ele estava ocupado com a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> classe, aqui os alunos mais adiantados é que vinham ajudar os iniciados.”

A seguir as narrativas de indivíduos não diplomados que exerceram a função de docente:

Marcos Nhatumbo, 12-IMN-92, professor-monitor da Missão Metodista:

“Eu falei como aluno e falei como professor. Como disse, ensinar para nós começa logo que passa a 1.<sup>a</sup> classe. Se tem o dom, eles conseguem descobrir o seu dom de professorado lá a partir da 2.<sup>a</sup> classe começa a dar a 1.<sup>a</sup>, da 3.<sup>a</sup> classe começa a dar a 2.<sup>a</sup> classe. Trabalhei muito em Cambine, além de continuar também a estudar em Cambine e na área de

Morrumbene e outros lados já comecei a ir muito longe a dar as aulas e a criar outras escolas para o ensino rudimentar, elementar mais tarde.”

Sebastião Matimula, 25-ISM-84, professor-monitor da Missão Metodista de Cambine:

“Os missionários acompanhavam o nosso ensino não é, aquele que fosse esperto então podia então, eles viam que este dá para professor então eu comecei quando ainda aluno a mostrar que bom ou era inteligente ou tinha sorte não é, (*ri-se*) então não me vou orgulhar nisso não é, porque comecei em 1946 a ser professor e eu ainda não tinha a 4.<sup>a</sup> classe não, nem tinha a 3.<sup>a</sup> classe feita não, mas só porque ou era esperto ou era a minha sorte não sei como hei de dizer, deram-me uma escolinha nos arredores de Cambine, zona de Nhinguine, então ali era um sítio que Cambine visitava e viu que podia haver uma escola ali, uma escolinha, então escolheram-me para eu ir começar a reunir aquelas crianças lá que estavam. Então e num cajueiro eu comecei a ensinar àquelas crianças lá e às tantas fizeram uma barraquinha e tive um bom número de alunos que podia estimar até 30. Então a outra escolinha que havia ao pé dessa era aquela de Machecane, então o professor António Cumbe é que era o professor dessa escolinha e eu era da escola de Nhinguine, isso em 1946. Comecei então a gostar; não me chamavam professor, chamavam-nos monitores. Bom, foi assim, começando e aquelas escolinhas nos arredores de Cambine então prestavam conta na Missão, quer dizer, ao fim do mês sempre levavam muitos alunos para a sede da missão não é. Faziam programas e tal e então, portanto eu comecei a dar aulas em 1946 e 1947, fiz o meu exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar não é, passei e continuei a dar aulas nessa escolinha. 1948, fiz exame da 3.<sup>a</sup> classe elementar, como disse lá para Mocodoene, e talvez com aquela nota que eu disse que (*ri-se*) então tive 18 valores a missão viu que eu de facto era um aluno inteligente e continuo para fora como monitor mas lá naquela escolinha de Nhinguine; então em 1949 então fiz exame da 4.<sup>a</sup> classe em Inhambane, éramos 6 alunos de Cambine enviados para fazer exame ali da 4.<sup>a</sup> classe, àquela 4.<sup>a</sup> classe clandestina não é do ensino doméstico, só que eu tive sorte de passar sozinho então daí a missão viu que ah este era um aluno muito inteligente; então continuei já a ser professor em vez daquela escola lá de Nhunguini; já com 4.<sup>a</sup> classe podia dar aulas aqui na missão, então já dos 4 anos que tive de 1946, 1947 e tal já tinha alguma prática não é, então fui continuando só que com a 4.<sup>a</sup> classe já estava limitado. E para continuar então só fiquei como professor-monitor aqui em Cambine desde 1950, 1951, 1952, 1953 a dar aulas como professor-monitor em Cambine.”

O depoimento de Sebastião Matimula é referente ao período da sua mobilidade académica, que o conduziu a professor diplomado e diretor de ensino particular, e o seu

currículo parece ser o único que se coaduna quer como professor-monitor, quer como professor diplomado.

Depoimento de António Cumbe, 26-IAC-85, professor-monitor da Missão Metodista de Cambine:

“Ah nesse exame já sai bem, 3.<sup>a</sup> elementar com 16 valores, até escreveram *distinção*. Devia ser lá para 1949, então a missão optou por bem, acharam assim que eu podia praticar ser professor. Da 4.<sup>a</sup> classe nos exames também fiquei passei com 15 valores. Voltei para a Missão, eu já dava aulas naquela altura. Quando entrou a Frelimo nacionalizou as escolas e teve que vir nacionalizar a nossa escola aqui que era particular, chamava-se Escola particular rudimentar. Depois escolheram-me também para ir tirar o curso em Homoine, curso de professor que é um ano e eu já tinha feito o 1.º ciclo liceal. Depois quando fiz aquilo continuei como professor, professor já com diploma.”

Abel Guambe, 30-IAG-80, professor das missões católicas:

“Em setembro de 1951 fui nomeado pelo professor Filipe António Macauze que vinha da EHPI do Alvor, em Manhiça, para ensinar a 4.<sup>a</sup> classe. Então em 1952 no mês de junho fiz exame da 4.<sup>a</sup> classe do ensino primário complementar. Os padres tomaram conhecimento de mim porque estava no internato vieram-me pôr como professor do ensino primário rudimentar em Mujowoti e mandaram requerimento ao auxiliar do arcebispo D. Teodósio Clemente de Gouveia e a minha nomeação veio em novembro de 1952.”

Eugénio Simbine, 33-IES-93, professor das Missões católicas:

“Fui professor em Bahule, fui professor em Nhandimo, fui professor em Nhachaquene, fui aqui em Inhamissa, no tempo dos padres, no tempo de D. Teodósio Clemente que era arcebispo de Lourenço Marques porque as escolas eram oficiais de 1926 a 1940. Através da Concordata da Santa Sé passaram em 1940 para as Missões. Eu aprendi doutrina em 1940-41-42-43, 4 anos, estávamos homens já dos seus 18 anos, 17 anos, então fui batizado em 1943 no dia 27 de novembro. Quando eu comecei a ensinar em 1944 só tinha 3.<sup>a</sup> rudimentar. Estudei 3.<sup>a</sup> classe elementar com os meus alunos, 4.<sup>a</sup> classe com os meus alunos, exames com os meus alunos, eles tiveram os seus valores e eu com os meus valores. Tive 18 valores na 3.<sup>a</sup> classe elementar e 16 valores na 4.<sup>a</sup> classe. Eu fui o primeiro aqui no Xai-Xai a ensinar a 4.<sup>a</sup> classe, do ensino rudimentar. Fui elogiado na era colonial pela minha maneira de ensinar, se for buscar eu posso-lhe mostrar o diploma de honra. Eu não cheguei a tirar o curso de professor só que fui aperfeiçoando, até cheguei a ter vocação porque é preciso ter vocação quando não tem vocação não vale nada, não vale a pena ser professor é preciso ter vocação.”



A Escola de Bahule e a Escola de Nhandimo pertencem à Missão do Menino Jesus – Chidenguele, fundada pelo Cardeal Teodósio Clemente de Gouveia em 1943. Já a Escola de Nhachaquene e a Escola Inhamissa pertencem à Paróquia de S. João Baptista – João Belo, fundada em 1948 pelo Cardeal Teodósio Clemente de Gouveia (Pinheiro, 1992: 109, 115).

Ana Gabriel Chiluvane, 36-IAG-61, professora das missões católicas na Missão de Nossa Senhora de Lurdes – Chongoene, diocese de João Belo (Pinheiro, 1992: 110). A sua nomeação como professora da 1.<sup>a</sup> classe, aos 18 anos, quando acabava de concluir a 4.<sup>a</sup> classe, foi uma “espécie” de prémio à sua boa conduta após um fim-de-semana em que a polícia, por indicação do padre, deteve na Loja Fonseca as raparigas da Missão que estavam a tocar, beber e a dançar com moços e homens. Essas raparigas foram todas levadas para a maternidade para serem observadas pelas parteiras. Sublinha que “eu a dar a 1.<sup>a</sup> classe ali na escola e ao longo do tempo aperfeiçoei-me naquilo que aprendi durante o tempo que dei aulas. Então trabalhei ali até aquela época da revolução (...)”.

Joel, 38-IJ-64, professor das missões católicas:

“1965 fui batizado na Missão Santo António de Mavila, Zavala, 1966 fui crismado estudando e então comecei lá na nossa terra, Zavala, freguesia Banguza, Zavala, saí em 1966 para cá Manhique, em Gaza, comecei a estudar também com os meus irmãos já tinham saído da Escola de Habilitação de Professores de Alvor, em Manhica eles já começaram a ser professores, fiquei com eles. Em 1966 andava na 3.<sup>a</sup> classe, 1967 reprovei a 3.<sup>a</sup> classe continuei, 1968 dispensei a 3.<sup>a</sup> classe, 1969 fiz a 4.<sup>a</sup> classe. Então o meu irmão era professor em 1970 eu fiquei na escola de São Boaventura de Ferrão Manhique, como auxiliar, eu dava aula da 3.<sup>a</sup> classe e ele dava 4.<sup>a</sup> classe, 1971 foi chamado à tropa fiquei a substituir, fiquei a substituir o lugar dele como professor então comecei a dar aulas na Escola de Chilumbele, 6 de fevereiro de 1968 até eu reformar e andei em várias escolas.”

Zimbico, 40-IZ-68, professor-monitor da Missão Nazarena. Em 1964 com a 4.<sup>a</sup> classe concluída, é integrado no quadro docente como monitor escolar ao abrigo do D.L. n.º 45 908 de 1964, art.º 15.º c) Monitores escolares. Salienta o seguinte:

“Fui professor na escola primária da Missão Nazarena em Machulane, Tavane, minha missão, minha igreja. Eu estudei lá até concluir o nível da 4.<sup>a</sup> classe; e então no mesmo ano que conclui a 4.<sup>a</sup> classe houve uma lei do governo de que os professores que estavam nas Missões incluindo a nossa missão que tinham só 3.<sup>a</sup> classe ou 3.<sup>a</sup> classe elementar não deviam continuar a dar aulas e que deviam só arranjar aqueles que têm o nível da 4.<sup>a</sup> classe. Então foi sorte porque nós acabávamos de concluir eu próprio foi através do diretor Jacinto

Mário Beca ele falou comigo e me enquadró no grupo. Comecei a trabalhar no dia 9 de setembro de 1965, era o começo do ano letivo no tempo colonial e até junho-julho era o fim do ano, tempo dos exames. Depois de começar a trabalhar, houve uma seleção, pediram-nos documentos, entregamos esse diploma da 4.<sup>a</sup> classe e outros que eram necessários e depois mandaram para a repartição escolar em Xai-Xai é daí então onde fomos inscritos já como professores. Eu vi no documento até 1967 já estava inscrito como professor-monitor na escola primária de Machulane.”

A categoria de professor-ajudante/professora-ajudante, criada ao abrigo da Portaria de 2 de julho de 1913 (B.O. n.º 27, de 5 de julho de 1913, página 444), foi banida ao abrigo da Portaria n.º 499 de 7 de julho de 1917 (B.O. n.º 27, 1.<sup>a</sup> série, de 7 de julho de 1917). Porém, nas Missões católicas e protestantes, subsistiu o motivo que conduziu à criação da categoria revogada: o elevado número de alunos para um único professor, como, por exemplo, no caso das escolas distritais de Lourenço Marques, onde haviam duas turmas entre os 70 e 120 alunos. A Portaria n.º 499 que revoga a função de professor-ajudante justifica a lei, determinando o seguinte:

“Tendo em conta o elevado n.º de escolas, o aumento da frequência escolar e que nalgumas das escolas tem excedido o prazo legal a presença de professores-ajudantes, cargo banido na metrópole com o de monitores, determina-se que “Os lugares atualmente vagos de professores de instrução primária em toda a Província, nas escolas camarárias e institutos subsidiados pelo Estado serão postos a concurso no prazo de trinta dias a contar da data deste diploma. “Serão admitidos a concurso somente os candidatos que forem diplomados pelas escolas normais, ou de escolas de habilitação para o magistério primário e definidas posteriormente à reforma do ensino primário de 24 de Dezembro de 1901”.

Uma das vantagens da designação de professores-ajudantes era auxiliar na identificação dos alunos na escola, tarefa impossível para um único professor. Dito por Sua Eminência, cujo pai era professor de 500 alunos, conforme já referido, “quando eu fui me apresentar ao meu pai para fazer o exame das primeiras leituras ele estranhou porque não sabia que eu estava na escola”. A designação de professores-ajudantes para aliviar o trabalho dos professores, confrontados com um número desproporcional de alunos, é também testemunhada por Marcos Nhatumbo, 12-IMN-92, ao sublinhar o seguinte:

“Veja só que um professor a partir das 7h00 até às 17h00 ensinar 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e depois sozinho! O que é e como é que podia fazer? O professor dava a doutrina além do ensino académico, era a mesma pessoa. O que a gente fazia? Então quando tenho essas 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>,

quando estou então aqui na 2.<sup>a</sup> classe, nesses da 2.<sup>a</sup> classe escolho alguns melhores para ajudar a dar doutrina e outra coisa. Nos da 1.<sup>a</sup> classe aos da 1.<sup>a</sup> classe. Esses da 3.<sup>a</sup> ajudavam também para dar estes da 2.<sup>a</sup> classe e ele o professor supervisionava.”

A indigitação de alunos para professores-ajudantes, professores-monitores e monitores foi prática generalizada em todas as missões, quer as católicas, quer as protestantes. Aliás dois terços dos entrevistados foram indigitados para uma das funções enquanto ainda alunos. Com o prenúncio da entrada em vigor do ensino de adaptação, a situação é invertida em finais da década de 1950, conforme descreve Valente Siteo, 6-IVS-71:

“1959 é quando tirei a 4.<sup>a</sup> classe do ensino primário e na altura lá em Tavane havia muitos professores, tínhamos professores. Quando passei do prof. Banze fui para o prof. Beca, Jacinto Mário Beca; então dei continuidade da 2.<sup>a</sup> parte, 3.<sup>a</sup> classe com o mesmo professor. Então 3.<sup>a</sup> classe elementar passei para outro professor que era o prof. Pedro Jim Tamele, mas veio mais tarde, esse era um professor formado em Alvor, cá em Lourenço. Então continuei com o meu estudo 3.<sup>a</sup> classe elementar com o Pedro Jim Tamele e até 4.<sup>a</sup> classe, então terminei assim os meus primeiros estudos em Machulane.”

Do exposto, de todos os professores não diplomados apenas o último, 40-IZ-68, Zimbico, da Missão Nazarena exerceu a função de monitor-escolar conforme previsto na lei. Porém, como referido, todos os professores não diplomados durante o período colonial tiveram de o ser após a independência. Tal como o prof. Sebastião Matimula, que não tinha diploma de professor e diretor do ensino particular conferido no período colonial por não ter frequentado o magistério primário indígena. A este respeito Ana Gabriel, professora das missões católicas, assinala o seguinte:

“Como professora estava a dar aulas, chegou aquele tempo da revolução, continuei a trabalhar e então lá para os anos 1976 então Moçambique começou a preparar professores para ver se podia conseguir professores qualificados porque o qualificado era o professor de Alvor, era o único; esse era o professor preparado do Alvor, mas este professor do Alvor tinha que passar a ser ele o diretor distrital, provincial porque eles é que tinham mais ou menos o conhecimento favorável para isso.”

O modo como os professores não diplomados exerciam as funções remete para outra questão: a metodologia aplicada para este tipo de situações. Se bem que, conforme referido, a função de professores-ajudantes e monitores foi abolida em 1917, na Escola de Preparação de Professores Indígenas os instruendos eram preparados para encarar esta realidade. Sob a

disciplina de Pedagogia e Metodologia, 8.ª disciplina do Regulamento da Escola de Habilitação de Professores Indígenas de 1933 (B.O. n.º 12, 1.ª série, pp. 105-108), existem os seguintes manuscritos do prof. Jacinto Mário Beca sobre três modos de ensino:

“*Pedagogia*: é a ciência da educação. O seu estudo é complexo e vasto pelos variados assuntos que tem a resolver. A pedagogia mostra-nos a possibilidade, a legitimidade e a necessidade da educação; analisa os fatores que intervêm em toda a ação educativa e dos processos porque esta se realiza; investiga as leis que regem a evolução dos sistemas. Apesar da variedade dos assuntos de que a pedagogia trata, há entre eles a maior homogeneidade, porque todos tendem para o mesmo fim, que é ensinar-nos as leis e teorias da educação. Às maneiras de distribuir ensino aos alunos damos o nome de *Modus* que são três: o *modo individual*, o *modo simultâneo* e o *modo mútuo*. O modo individual consiste em ministrar o ensino a cada aluno per si. É o modo eficaz, mas não se pode aplicar no ensino público ou no ensino numa classe.

O *modo simultâneo* é o ensino dirigido ao mesmo tempo a vários alunos. Na aplicação deste modo devemos sempre ter em vista as diferenças que existem entre os alunos. Assim há alunos dentro da mesma classe que assimilam facilmente do que outros e por isso a nossa atenção deve incidir no chamado tipo-médio do aluno que é aquele que está de primeiro entre alunos que mais facilmente assimilam. É esta a grande inconveniência do modo simultâneo que o professor atenuará fazendo divisões individuais aos alunos quando trate de verificar se eles aproveitam com as explicações dadas a toda a classe.

O *modo mútuo* consiste em o professor encarregar os alunos mais adiantados de ministrarem o ensino aos seus condiscípulos, cabendo apenas ao professor a orientação dos trabalhos escolar. Este modo emprega-se nas escolas de grande frequência onde o professor não pode ensinar todas as classes. Os alunos encarregados de ministrarem conhecimento aos seus companheiros damos o nome de *monitores*. A escolha pelo professor dos monitores deve ser muito cuidadosa recaindo sempre essa escolha nos alunos mais adiantados, de comportamento irrepreensível e de boa conduta moral. Os monitores devem ter uma vigilância constante do professor para evitar abusos que eles cometam e o professor deve ministrar para eles por sua vez os transmitirem aos seus companheiros”.

Da leitura do “2. Gráfico n.º 6 – Modos de ensino utilizados pelos professores do concelho de Mafra no ano letivo de 1879-1880”, do qual constam o modo Ensino simultâneo; o modo Misto-Simultâneo e individual; o modo Ensino individual e o Método João de Deus<sup>19</sup> e olhando

---

<sup>19</sup> <http://hdl.handle.net/1822/705>

Estudo encomendado através do Ofício Circular n.º 487, de 30 de outubro de 1880.

para o estudo financiado pela FACITEC/ES “Alfabetização no Espírito Santo: o método mútuo ou monitorial”, publicado por Cláudio Gontijo em 2011, considera-se que o modo mútuo ou monitorial é o que mais corresponde à realidade das escolas rudimentares em Moçambique. Sob o capítulo “O método mútuo ou monitorial e o ensino da leitura e da escrita”, Gontijo salienta que “O método de ensino previsto para ser adotado nas escolas públicas do Espírito Santo no Regulamento da Instrução Pública de 1861 foi o simultâneo” e que vigorou até 1873. Citando Pierre Lesage, Gontijo descreve a aplicação do método simultâneo como sendo o seguinte:

“É coletivo e apresentado a grupos de alunos reunidos em função da matéria a ser estudada. O ensino dado pelo professor não se dirige mais a um único aluno, como no modo individual, mas pode atender a cinquenta ou sessenta alunos ao mesmo tempo. Então, o professor tinha o dever de cultivar nos seus alunos a inteligência, a memória, o respeito a Deus, à pátria, à família e a si mesmo. As aulas de 1<sup>as</sup> letras deveriam agregar conhecimentos religiosos, lições de patriotismo e de amor à família. O professor era o centro da sala (...) o professor era a autoridade máxima. O monitor era o aluno que mais se distinguia em “inteligência, mérito e conduta”. O elenco de suas obrigações indica que ele seria um coadjuvante do professor em matéria de inspeção de todas as classes, de fiscalização dos alunos e responsável por “denunciar” aqueles que cometessem transgressões ou infrações. Ele deveria ainda substituir o chefe da classe em suas faltas, lecionando nas respectivas classes, manter a disciplina (“fazer guardar silêncio e ordem, evitando a confusão ou conversação e motim nas classes” e conceder aos colegas qualquer tipo de autorização para se ausentarem das classes.”

### **5.5.3 Interação do Governo e das Missões**

De acordo com a afirmação do irmão Marista, 31-IJT-69, segundo a qual “essas escolas foram entregues à Igreja Católica. Eu não quero dizer, mas quem leu um bocado, a Igreja era o criado do Governo. Por isso, havia uma certa proteção ao governo e mais privilégios. Não sei se estou a errar, mas havia mais privilégios para as missões católicas que para as missões protestantes”. Ou seja, quando, ao abrigo do Acordo Missionário de 1941 o Estado delegou à Igreja Católica a gestão do ensino oficial rudimentar, fê-lo após a constatação da sua incapacidade na gestão das escolas volvida uma década desde a introdução do ensino primário rudimentar em 1930. O Estado foi considerando os alunos indígenas como fonte renovável de capital humano, tão essencial para o desenvolvimento da colónia e para a Igreja Católica como instituição fundada no Cristianismo que o Estado defende. Estado esse que assumiu o ónus de

ter a Igreja como seu *criado* no sentido etimológico de *empregado doméstico* ou de *pessoa que se coloca ao serviço ou às ordens de outrem*.

Por outro lado, se considerarmos que numa casa familiar, por mais eficiente e de boa conduta que seja o seu criado, ele estará sempre sujeito ao patrão, de quem recebe ordens que deverá cumprir sob pena de admoestação ou de castigo. A experiência do irmão marista, João Torcato, 31-IJT-69, professor principal da Escola do Habilitação de Professores do Alvor, vai nesse sentido:

“Prática de higiene, socorrismo, agricultura, atividades sociais, medicina, maturidade portuguesa, metodista, física, canto coral, estudo dirigido, tudo isto estava no programa; exatamente a disciplina que a polícia me atacou foi esta. Aqui no Alvor eu era professor de atividades sociais, no programa dizia e eu cumpria: ir de família em família ensinar um pouco de agricultura porque era tudo uma cultura tradicional, um pouco de higiene. A gente sempre aproveitava para fazer um pouco de proselitismo religioso sem dúvida nenhuma; e um chefe da polícia da PIDE que era dos nossos amigos ‘Hein! Cuidado irmão João, anda muito pelas palhotas, mais isto mais aquilo era bom transferi-lo’. Foi assim que eu fui parar à Zambézia e lá eu fiz pior, paciência.”

A prática segundo a qual os confessionários das capelas da Igreja Católica estariam ao serviço da PIDE, conforme o relato abaixo de Marcos Nhatumbo, 12-IMN-92, tanto pode transmitir a inação da Igreja Católica perante o seu “empregador”, o Estado, ao agir contra o código canônico ao qual está sujeita, como também é de admitir que seja a manifestação do interligação do colonialismo com o racismo:

“Dentro da política colonial a religião trabalhou muito como uma arma da humilhação. Era também um esconderijo onde a política da pesquisa estava muito mais. A maior parte daqueles que eram informadores políticos estavam na religião. Às vezes podia pensar que quando diz que é preciso que alguém errado ou pecar venha falar, confessar ao padre para este padre orar com ele perante Deus Ave-Maria o perdão, mas a maior percentagem da verdade era uma pesquisa política que estavam a fazer. Basta apanhar uns erros que você praticou politicamente dentro dessa confissão sua, logo então davam a informação ao Governo. Era preso logo, levava para castigar, para matar, levava para o quê, pronto. Os padres trabalharam muito, muito mais para essa parte da confissão. Muitos foram presos, muitos foram mortos, mas o canal para isso era a religião.”

Reza o Código de Direito Canônico que “o sigilo sacramental é inviolável; por isso não é lícito ao confessor revelar o penitente com palavras ou e qualquer outro modo, por causa

alguma. O confessor que viola diretamente o sigilo sacramental incorre em excomunhão latae sententiae reservada à Sé Apostólica, quem o faz só indiretamente seja punido conforme a gravidade do delito<sup>20</sup>”.

O conceito de *missão* definido pelo Decreto n.º 233 de 22 de novembro de 1913, ao excluir o ensino católico aos europeus, condicionou a obra dos Maristas, conforme descreve o irmão Torcato:

“As escolas de habilitação de professores indígenas preparavam alunos até a 3.<sup>a</sup> classe, terminava aí e então a 4.<sup>a</sup> classe em princípio já eram as escolas do Estado nas vilas, na sede das vilas, nas missões em princípio já não davam aulas. Uns iam para lá continuavam a estudar, mas a questão era o racismo que na prática existia, no papel não existia, mas na prática existia. É como os nossos colégios aqui, a escola em princípio era para brancos; o nosso colégio aqui como todas as escolas o colégio era para brancos, mas nós tínhamos alunos gratuitos africanos. Na Beira tínhamos uns 20 internos, aqui tínhamos uma meia dúzia deles porque ainda havia racismo, quer dizer, queira ou não queira o preto não podia evoluir abria-se mais a cabeça.”

O racismo de alguns membros do clero, aliados à política racial do Governo, condicionou também a obra das missões católicas, conforme o relato do prof. Artur Semende, 35-IAS-76:

“Eu como disse nasci em Zavala e o missionário, porque os brancos até hoje tem a mesma divisão, também os missionários e os colonialistas em conjunto tinham esta divisão: havia uns a favor e outros contra apesar de virem todos da mesma zona. Eu quando me lembro do padre Martinho da Rocha Barbosa tenho um registo negro por uma parte, é que ele segundo a leitura que ele fez sobre a evolução de Zavala, não admitiu que houvesse ensino da 4.<sup>a</sup> classe em Zavala não; não havia ensino de 4.<sup>a</sup> classe em Zavala, os zavalenses só tinham que estudar até 3.<sup>a</sup> classe elementar e acabou porque nas missões, nas sedes dos distritos é que devia ensinar até 3.<sup>a</sup> classe elementar, e por vezes, 4.<sup>a</sup> classe e então em Zavala ele não aceitou, nas outras missões havia elementar e 4.<sup>a</sup> classe, em Zavala só terminava na 3.<sup>a</sup> classe elementar porque dizia ele *não estes são espertos não podem aprender até a 4.<sup>a</sup> classe só até a 3.<sup>a</sup> classe elementar*.”

Constituía uma afronta, o facto de o Estado impedir os professores diplomados no Alvor de ensinarem a 4.<sup>a</sup> classe nas missões, enquanto preparados para tal. Citando o prof. Artur Semende “veja lá aquilo que eu disse, eles tinham capacidade de ensinár até 4.<sup>a</sup> classe mas eram chamados professores indígenas”. A bagagem de conhecimentos adquirida no Alvor pode ser

---

<sup>20</sup> <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20091114070803AAMmURM>

avaliada das duas narrativas que se seguem, referentes a entrevistas realizadas por Alda Saúte (Saúte, 2004: 84). A primeira entrevista ao Sr. Pedro Fazenda Manhiça é a que consta no primeiro parágrafo e foi realizada no dia 18.3.1995. A segunda entrevista ao irmão Cláudio Rochenbach é a que consta no segundo parágrafo e foi realizada no dia 9.03.1995.

“Havia uma falange de portugueses em Moçambique (europeus) que não queriam que o indígena avançasse [ao nível de instrução]. Num belo dia vi e li, nos finais dos anos 30, um artigo no jornal que dizia: «Cuidado com a E.H.P.I., Alvor. Se Portugal quer governar mais tempo deve ter cuidado com o Alvor (...) É que os Administradores das zonas rurais habituados a terem o indígena completamente apagado, viam no professor do Alvor alguma coisa que havia de ofuscar o seu trabalho. Portanto queriam o encerramento daquela escola. Nós preparavamos o professor para ter o nível do ciclo preparatório, mas oficialmente apenas servia para ser professor nas missões (... suspira ... entristece) aí você vê a má intenção ou então a correcta interpretação do Governo português que não estava querendo que estas pessoas avançassem (...). Nós insistimos tanto com os inspetores, mas como eles vissem que aqueles estavam mais que preparados, nunca aceitaram as nossas propostas. (... silêncio ... entristece). Daí que se pode interpretar que fosse má intenção do Governo português. O sistema ideológico do momento é que não estava interessado em coisa diferente. Ah! Você já imaginou o mercado do trabalho, a demanda e a oferta como se iria complicar? Eles tinham que preparar todo o mercado de trabalho para os portugueses. Eram os portugueses que tinham de ocupar os espaços e não os moçambicanos. (...) Eles arranjam uma maneira dele avançar em conhecimentos mas não lhe dar chances de se equiparar a eles.”

Relativamente à informação do primeiro entrevistado de Saúte, segundo a qual os administradores olhavam para os professores do Alvor como empecilho, a mesma vai ao encontro da afirmação do professor das missões católicas, Eugénio Simbine, 33-IES-93, com o seguinte teor:

“Os professores como recebiam a lei durante as aulas em que estavam no Alvor, sabiam a lei, mas quando tiver um problema de um professor, o professor coloca-o ao administrador, era resolvido na administração. Então o tal administrador queria bater o professor. Bom, o professor como sabia a lei dizia *não tem direito você de me bater*, discutia muitas vezes. Muitos dos administradores não estavam bem preparados, não sabiam, eram da 2.<sup>a</sup> classe, eram da 3.<sup>a</sup> classe, mal falavam, alguns eram os condenados que vinham para Moçambique. Estou a esclarecer aquilo que eu sei. Fecharam o Alvor por causa de quê? Porque o professor discutia ativamente com o administrador, o administrador estava limitado, ficava



calado, porque apesar de ser a língua dele, mas ele não sabia de fundo, eu julgo que talvez seja esse motivo que fecharam o Alvor ver se é lá para 1957, 1947.”

As classes 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> a que Simbine se refere são as categorias oficiais dos administradores de acordo com o art.º 8 do Decreto n.º 24:621 de 1934. O quadro dos funcionários administrativos da Colónia de Moçambique é composto, entre outras categorias, por 20 administradores de 1.<sup>a</sup> classe, 20 administradores de 2.<sup>a</sup> classe e 34 administradores de 3.<sup>a</sup> classe (B.O. n.º 48, 1.<sup>a</sup> série, de 28 de novembro de 1934), sendo os últimos dois quadros de administradores constituídos por indivíduos classificados na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> categorias.

Não obstante os incidentes, a Igreja Católica manteve-se fiel ao Estado como seu protetor. Citando o prof. André Langa, 37-IAL-76, “até 1969 quando passei para professor do posto estava vinculado nas missões, mas continuei nas missões; essa coisa de estar vinculado nas missões foi até ao fim, até 1974, até a independência. As missões pagavam, mas em coordenação com o governo. O governo atribuía um valor para as missões pagarem aos professores e bom, quando passamos para essa questão já de professores de posto já tínhamos passado mesmo para o Estado, já recebíamos diretamente do Estado”. Como assinala Hedges, com a entrada em vigor do regime do Estado Novo em 1926, o Governo propôs-se a proteger e a apoiar financeiramente as missões católicas através de fundos para a formação do clero em Portugal e a concessão, a custo zero, de terrenos em Moçambique - uma iniciativa reforçada na Constituição de 1933 que define as missões católicas como instituições de ensino e instrumentos de civilização (Hedges, 1999: 47).

Como exceção à regra, no seio da Igreja Católica houve missionários que não olhavam para os protestantes como inimigos, designadamente os Maristas. Dito pelo irmão Torcato, “sempre fomos amigos, Igreja Metodista de Cambine, Igreja Anglicana de Maciene, creio também que em Gaza, nós sempre convivemos bem. Muitos que vinham lá do interior de Inhambane queriam vir aqui à capital muitas vezes paravam lá no Alvor e foi a partir daí que eu comecei a aceitar professores das missões protestantes. Eu já disse o nome Alexandre Jaime Nabai, foi o primeiro, primeiro da missão protestante”. Eugénio Chivite, 18-IEC-83, justifica inadmissão dos protestantes ao curso de formação no Alvor pelo seguinte:

“Como já tinham fechado o Ricatla para professores e o Governo colonial tinha prometido de que lá em Alvor vão entrar um X de percentagem dos protestantes, mas a maioria era católica, e essa minoria dos protestantes fecharam, não havia nenhum protestante que podia entrar lá e os professores na altura e noutro tempo já eram raros. Uns, a maioria estava no Estado, aqueles que já estavam nas igrejas. Uns iam para a Escola de teologia para ensinar

nas Missões protestantes. Lá não havia um maior número e assim a Igreja viu que vale a pena em Manhiça abrir um curso ou iam para Cambine e serem formados como catequistas e também uma parte da escola; e Ricatla também onde abriram um curso para formação pedagógica lá. Mas os de Cambine e os de Ricatla não podiam ser professores/diretores porque não tinham diploma, porque o inspetor colonial quando vai numa escola quer diploma do professor que está lá a ensinar e depois tinha que exhibir o diploma, quando não tem diploma pode fechar a escola. Por isso, cada escola tinha um professor diplomado depois com os outros dessa formação; seja em Ricatla, seja em Cambine ou uma formação local que ensinavam.

A narrativa do pastor Amos Zita, 5-IPAZ-72, salienta os focos de crispação entre o Governo e as missões protestantes:

“A Missão Suíça jogava porque tinha muitos pastores como professores que antes e depois tiraram o curso de teologia, então muitos professores que não tivessem a formação viviam ou trabalhavam na mesma zona ou na mesma paróquia com um pastor que tem o curso de Alvor para este responder pela escola. Os serviços de Instrução podiam aparecer, aquele que era o professor principal está ali; iam chamar e sanava a situação no que respeita à formação dos docentes; mas depois havia também o problema de edifícios, imóveis. Chegou o tempo em que o governo colonial exigia que as missões construíssem casas de alvenaria como escolas para o ensino rudimentar. Foi a partir desse tempo que muitas escolas das missões protestantes foram encerradas, todas. A Igreja americana tinha muitas escolas, outras a metodista. A Missão Suíça, pode ver a escola de Chamanculo por exemplo, que é alvenaria e muitas outras que foram construídas têm o mesmo estilo de 1937 que serviam de capela e escola, então ali escapavam. Essa vaga de instrução, vamos assim dizer do Governo colonial, acentuou-se bastante em 1955, fecharam muitas escolas, fecharam muitas escolas e noutras partes podia encontrar alvenaria, mas eles viam que não têm carteiras, não tem carteiras encerravam a escola também, foi terrível.”

As relações entre o Governo e as missões protestantes tiveram três momentos, dois dos quais de crispação. O primeiro terá sido aquando da ocupação militar com a expulsão de Henri-Alexandre Junod e o Dr. Georges Liengme. O apaziguamento da crispação aconteceu com a entrada em cena de Pierre Loze como diretor da Missão Suíça em Lourenço Marques, que era representante das missões protestantes em Moçambique e, segundo Linder, um membro do Conselho de Educação do Governo que chegou a cumprimentar o Presidente da República portuguesa. O terceiro momento é caracterizado pelo retorno da crispação após a saída de Loze de Moçambique em 1931. As relações ásperas descritas por Zita estão relacionadas com os

diplomas legislativos n.ºs 167 e 168 de 3 de agosto de 1929 e o artigo 44.º da Constituição de 1933. O artigo 44.º da Constituição determina “o livre estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste, ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas quando os seus programas e categoria do respetivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos oficiais similares”. O artigo 3.º do Diploma Legislativo n.º 167 estabelece que “as Missões não poderão constituir sucursais entregues a nativos ou encarregar nativos da obra da catequese de propaganda religiosa, sem que estes nativos tenham sido aprovados no exame de instrução primária e tenham com as Missões um contrato de prestação de serviços aprovado pela autoridade administrativa”. O artigo 4.º do Diploma Legislativo n.º 168 estatui que “não é permitido o funcionamento de nenhuma escola particular de ensino para indígenas, a não ser em edifício de alvenaria, com capacidade suficiente para o número de alunos e em boas condições higiénicas certificadas pela autoridade sanitária”.

As leis referenciadas terão impulsionado o governo a desencadear uma operação de fiscalização das escolas protestantes, a maioria das quais, sobretudo as das estações missionárias, não reuniam os requisitos prescritos. Segundo Linder, as escolas sucursais localizadas no mato estavam a cargo de jovens formados para professores evangelistas em Ricatla, mas que não possuíam o diploma de instrução primária. Linder acrescenta que “a aplicação rigorosa dos dois Decretos (de 1929) era um golpe forte para a Missão. Títulos racistas surgiam nos jornais. Um arcebispo teria dito as seguintes palavras: «Portugal tem 3 inimigos: o comunismo, o islão e o protestantismo»”. Sobre a construção de escolas de alvenaria, Linder salienta que, em Ricatla, a Missão tinha construído um edifício com três salas em conformidade com a lei, excetuando as casas de banho que não tinham água corrente, uma vez que a Missão estava localizada numa área que outrora era uma duna de areia e os custos de construção de um fontanário e de instalação de todo o sistema de canalização eram exorbitantes para a época. Por conseguinte, o tribunal anulou o alvará para a construção da escola no local. Uma situação relacionada foi o indeferimento da licença de ampliação de uma escola em Lourenço Marques, pois o governo considerou que os edifícios existentes já possuíam a capacidade para o número de alunos previsto para uma população de 56 000 habitantes. O que Linder considera estranho é que a Igreja Católica tinha a liberdade de abrir escolas nas casas que lhe convinha, incluindo nas palhotas, para nelas albergar os alunos (Linder, 2001: 148-150). É o que se pode deduzir do despacho do Secretário-geral da Direção dos Serviços de Administração Civil de maio de 1955, no qual se lê que “a construção dos edifícios destinados às Missões religiosas não católicas fica sujeito à aprovação dos projetos e fiscalização, referidos

no n.º 16 do art.º 48 da Reforma Administrativa Ultramarina”. As escolas das missões católicas nem todas eram de construção de cimento – a título de exemplo pode referir-se a Paróquia de S. João Baptista em João Belo tinha cinco escolas em alvenaria e oito em “pau a pique” (Pinheiro, 1992: 109-110).

É verdade que muitas escolas protestantes foram encerradas em 1955, conforme salientado por Amos Zita e subscrito por Gonçalves. José Gonçalves cita como fontes de referência do encerramento das escolas protestantes a Portaria Provincial n.º 730 de 4 de dezembro de 1907; os Boletins Oficiais, designadamente de 3 de agosto de 1929, de 17 de junho de 1936; e o Boletim Oficial n.º 22, 2.ª série, de 1955 (Gonçalves, 1960). Uma carta existente no livro de apontamentos do prof. Jacinto Mário Beca, dirigida pelo missionário André Daniel Clerc aos seus colegas missionários das Missões Metodista Episcopal, Metodista Livre e Nazarena, comprova o encerramento das escolas protestantes em 1955. Eis a transcrição impressa do conteúdo dessa carta manuscrita:

*Cópia L. Marques, 29-12-55*

*The Missionaries to the Methodist Episcopal*

*Free Methodists*

*The Nazarene missions.*

*Dear Friends,*

*I would be very thankful if you would tell me if you also received the Govt. Note as that I got yesterday:*

*... por seu despacho de 21 de dezembro corrente Sua Exc.ª o secretário geral mandou encerrar Matelane e Catembe e notificar a Missão Suíça que não pode continuar a ter no seu serviço qualquer professor, ou auxiliar, sem as habilitações necessárias – diploma da Escola de Habilitação de Professores Indígenas ou a antiga inscrição nesta Repartição Central ed., etc.*

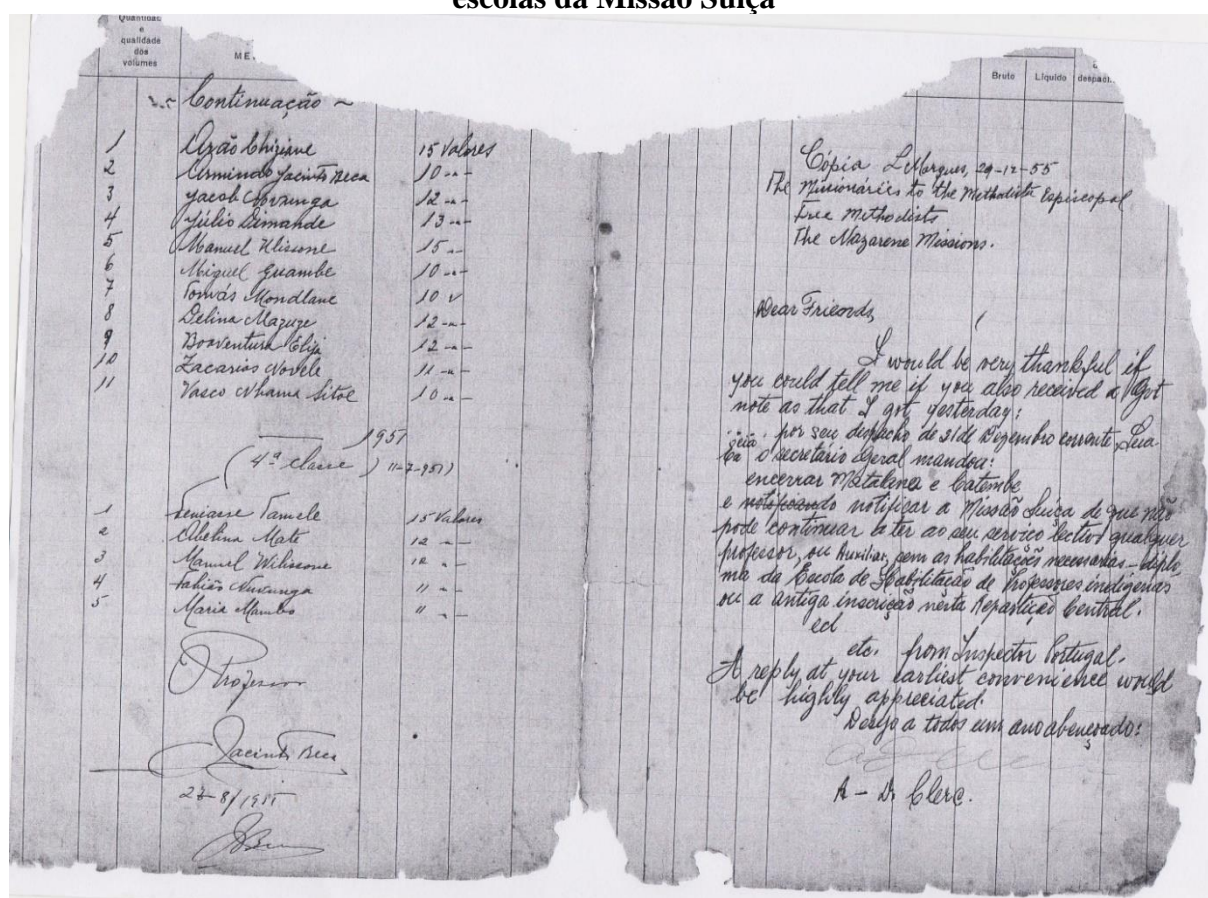
*From Inspector Portugal.*

*A reply at your earliest convenience would be highly appreciated.*

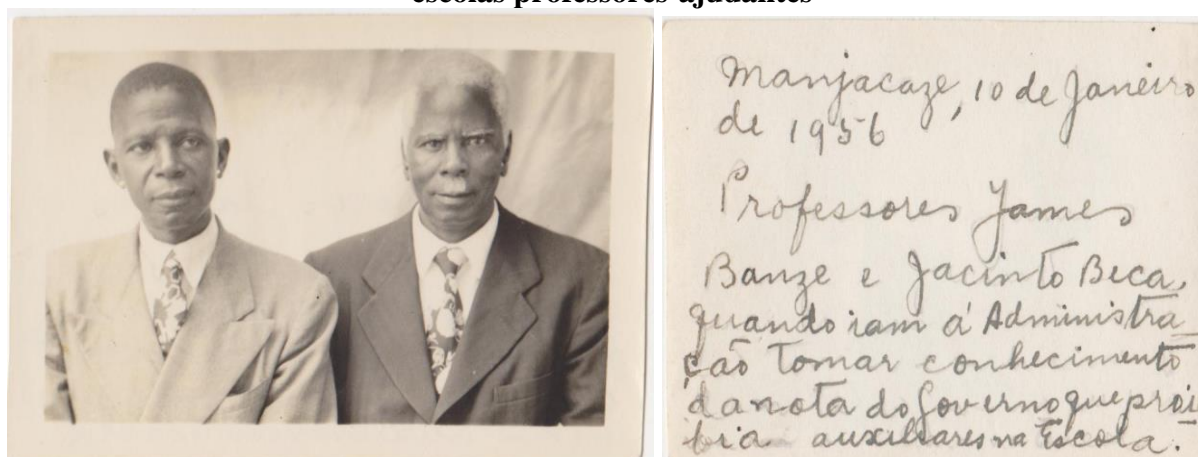
*Desejo a todos um ano abençoado*

*A – D. Clerc*

**Figura 5.2 – Manuscrito de A.D. Clerc aos missionários do CCM sobre encerramento de escolas da Missão Suíça**



**Figura 5.3 – Deslocação à Administração dos professores Mário Beca e James Banze, a 10 de janeiro de 1956, para conhecimento da nota do Governo sobre proibição de ter nas escolas professores-ajudantes**



**Figura 5.4 – Acampamento de professores do CCM na Missão Nazarena, em agosto de 1956, sob a presidência de A.D. Clerc da Missão Suíça.**



#### 5.5.4 Perspetiva comparativa do ensino das missões

A fim de se obter uma perspetiva mais abrangente da perceção dos entrevistados sobre o que representa para eles o ensino que lhes foi ministrado nas missões, seguem-se os depoimentos dos entrevistados que se pronunciaram sobre a matéria:

Samuel Ngulele, 3-IESN-81:

“Eu sei que estava numa escola, estudei numa escola e tal às tantas passei para a 3.<sup>a</sup> classe onde conheci o prof. James Banze foi meu professor da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. É ali que comecei realmente a saber que afinal a gente vai para a escola para estudar, para aprender, para saber alguma coisa e ele até hoje é meu modelo quando se fala de ensino porque ele, realmente, aqueles miúdos que estiveram comigo ali aprenderam do prof. Banze serem pessoas: ler, escrever, fazer ditado, fazer redações, nós éramos, podemos dizer, bons, (...) nós sabíamos. Se era colonialismo se não era nós sabíamos que tínhamos uma escola na Missão Nazarena, tínhamos um professor chamado Banze que nos ensinava. Um exemplo concreto, quando eu cheguei a Lourenço Marques depois da 3.<sup>a</sup> rudimentar para fazer a elementar vinha de Manjacaze (...). Cheguei aqui em Lourenço Marques o ensino era na missão Católica já; tive que ser rebatizado para poder fazer a 4.<sup>a</sup> classe e tudo mais. Ia dizendo quando cheguei cá e perguntaram onde é que fica situado Moçambique? Tive que fazer referência ao meu professor, o meu professor na 3.<sup>a</sup> classe ensinava onde ficava situado Moçambique mostrar no mapa-mundo onde com vara eu fiquei a olhar para irmãzinha, ‘onde fica Moçambique?’ Eu não tinha vara não tinha nada, via o mapa ali. ‘Empresta-me o pau, irmã’, olhou para mim, ‘o que queres fazer, onde fica situado Moçambique?’ ‘Dá-me lá, Moçambique fica situado em tal, tal, tal’. ‘Você onde é que estava a estudar?’ ‘Em Tavane, na Missão Nazarena’. ‘Quem foi o seu professor?’ ‘Banze’. Eu vinha de um ensino que não vou dizer que era colonial, vinha do ensino programado talvez pela igreja ou pela vontade dos professores que era um pouco diferente

daquilo que nós aprendemos em Lourenço Marques. Em Lourenço Marques vim fazer a elementar, aquilo que eu estava a fazer na elementar já tinha estudado em Manjacaze na rudimentar. Sabia fazer contas, sabia fazer ditado, sabia conjugar todos aqueles verbos regulares, irregulares da gramática portuguesa: amar, receber, partir, pôr, e ser, todos de ponta a ponta isso era a força de quê? Dos professores que estavam lá porque realmente estavam interessados em ensinar nós aprendemos uma experiência. Portanto, eu não vou dizer se o ensino se era bom se era mau porque para mim aquilo que me ensinaram na missão de Tavane era bom realmente, eu era um aluno considerado brilhante, ensinado por aqueles professores.”

Osório Macome, 4-IOM-80: “repara que a formação que eu tinha da 3.<sup>a</sup> rudimentar, no meio daqueles filhos dos brancos, coisas ali da 4.<sup>a</sup> classe, eu dominava a eles porque tudo: a gramática, a história tudo era uma coisa linda pá!”

Obadias Jeje, 7-IOJ-85:

“Só que quando eu sentava na carteira eu me encontrava e na consciência em Tavane, na Missão Nazarena em Tavane. Toda aquela matéria ensinada estava em mim: ditado, eu escrevia muito bem, qualquer exercício fazia, gramática e tudo, eu fazia, ele me submeteu a exame, no exame eu fiquei com 14 valores, estou a falar de Bairro Indígena em 1957 foi exame de elementar, 3.<sup>a</sup> classe elementar, mas ainda faltava a 4.<sup>a</sup>. Aquela 3.<sup>a</sup> classe rudimentar fez em mim para chefiar indivíduos devido a sabedoria que eu tive em Tavane, chefiar homens não da minha idade, mas aquela experiência, aqueles conhecimentos, aquela linguagem aquela escrita eu fui, tive que chefiar aqui nesse edifício onde hoje é manutenção da saúde.”

Enfermeira Rute, 8-IRM-70:

“Só que naquela altura mesmo nas escolas, ensinava-se respeito aos alunos, o aluno deve respeitar está a ver? Nós quando fomos ensinados quando entrar uma pessoa grande, pastor não sei quê éramos obrigados a levantar dizer *bom dia*, mas agora não, parece que é o amigo dele, mas é o chefe dele, está a ver que há uma diferença?”

Enfermeiro Henrique Muzima, 9-IHM-80:

“Para mim foi boa, como é que eu notei que foi boa? Quando saio de Machulane depois de ter feito 3.<sup>a</sup> rudimentar, chego à escola Católica de S. Miguel de Bairro Indígena, eu parecia um aluno brilhante porque não havia restrições. O prof. dava tudo aquilo que estava programado até lembro uma coisa, quando nós estudamos a história da III Dinastia em que Portugal caiu nas mãos dos espanhóis, a Irmã Superior disse ‘não, não, não, isto não vai sair no exame’! Aquilo era vergonha ao mesmo tempo para não saber que os portugueses



alguma vez estiveram colonizados; mas lá o prof. Banze e mais outros não havia essa preocupação de não nos ensinar. Nós parecíamos saber mais do que, mesmo a maneira de estudar tínhamos muita coisa que nós estudávamos, gramática, quase palavra por palavra do livro; tínhamos que nós decifrar análise morfológica, análise sintática, e nós estávamos preparados, há uma diferença de dia para noite.”

Marcos Nhatumbo, 12-IMN-92:

“O protestantismo ensinou, os missionários vieram a dar um ensino claro, claro apesar de bem na vida nunca corre tudo bem, é verdade. Comparando esses os missionários deram as melhores coisas para nós os pretos aqui em Moçambique, sobretudo do que aquilo que se deu no catolicismo romano. O Sr. S foi lá fazer a admissão e o 1.º ano num ano, aquilo que era difícil para um que era o colono, um que era português da cor dele que aprendeu então no ensino rudimentar, elementar dos católicos não podia aguentar isso, mas nós na igreja protestante que se ensinava para alguém ter conhecimentos foi conseguir então fazer admissão e fazer a prova do 1.º ano logo e no 2.º ano fez então o 2.º ano e 3.º ano ao mesmo tempo, duplicar.”

Enfermeira Marta, 14-IMM-81:

“Conhecemos a palmatória, voltar enquanto estão inchadas as ancas. A escola era para estudar mesmo com medo porque não é bater daquela maneira é ser batido mesmo. Há dias que levávamos ardósia você sentar, você andar porque há de ser batido por causa daquilo que não conseguiste no quadro ali, mas escapar ser batido por aquilo que você escreve e vai mostrar na ardósia. Já escondíamos para escapar ser batido. A lei manda bater o aluno quando não consegue já muitos fugiam, a pessoa sai de casa em casa pensam de que, ah, foi à escola enquanto não chegou, tem medo.”

Augusto Mondlane, 17-IAM-81:

“Fui para a África do Sul, fui trabalhar nas minas 1958, 1959 regressei para casa depois não voltei mais para a África do Sul para trabalhar. Trabalhei em muitas partes, mas o último emprego que deu foi o do Registo Civil em 1960. Entrei para o Registo Civil como dactilógrafo e em 1964 houve um concurso para aspirantes e eu concorri. Felizmente fiquei bem, passei de datilógrafo para aspirante e em 1967-68 houve um concurso para primeiros liceais também concorri e fiquei bem e continuei a trabalhar. Portanto quanto à escola, quanto ao estudo eu estudei com muita dificuldade, mas eu vi que podia se estudar era questão de vontade, e o que é que fazia? De manhã ia trabalhar à noite ia para a escola.”

Eugénio Chivite, 18-IEC-83:



“É que o ensino das igrejas protestantes era considerado o melhor em comparação com o ensino das escolas católicas. Uma das provas é que a maioria, alguns dos professores católicos, preferiram casar as mulheres formadas na Missão Suíça, e assim foi. E os padres também preferiram ter os professores da Missão Suíça; eles eram bem acarinhados para poderem permanecer lá no seu ensino e assim muitos ficaram lá. Alguns ficaram lá, alguns vinham, voltaram cá porque lá como que entraram na Igreja Católica e como as escolas onde ensinavam eram do Estado entraram como professores do Estado. O ensino foi de qualidade; até o Eduardo Mondlane quando esteve lá em Dingane o professor que estava lá perto dele era católico, mas que ao lado também havia um professor lá na vila de Manjacaze que era católico, mas ele da formação de Ricatla e de Cambine é que dava peso. Ele vencia esses professores católicos que estavam lá ao lado ao manter a sua escola. O nível de formação quase que havia uma pequena diferença. O das missões era melhor, digo isto porque tivemos um que foi formado lá na Escola de artes e ofícios, *ABM*, e quando abriram aquele trabalho de Chicumbane ele foi lá ser um colaborador; depois com esse *von*, aperfeiçoou os conhecimentos que ele adquiriu lá em Moamba; achou mais aperfeiçoado quando trabalhou com o tal mestre suíço, era serralheiro.”

Alfredo Chamusse, 20-IAC-89:

“Para bem dizer, o ensino dos portugueses estava muito pobre nos meus tempos e estava nas mãos da Igreja Católica; agora a Igreja Católica é que conseguia sair fora lá no interior onde nós estávamos, mas a Igreja Católica só dava, dedicava muito na doutrina para batizar, crismar, mas as igrejas protestantes passavam aí. As igrejas protestantes, como eu sou da Igreja Metodista Unida, onde veio me encontrar era no mato interior que se fosse a escola oficial eu não teria conhecimento de onde eu estava, mas lá onde estava eles davam a educação cristã e ensinavam a ler e a escrever. Mas aquilo já a Igreja Católica dava um ensino diferente porque eles não davam, não aceitavam ensinar a pessoa a saber escrever e ler.”

PGR jubilado, Sinai Nhatitima, 23-ISBN-71:

“Deixa-me dizer isto, e digo isso por muito orgulho. Eu, aquilo que eu disse de facto é verídico, a igreja ajudou-me bastante nesse aspeto, mas também com base nesse apoio que eu recebi da igreja já tive bases para continuar a estudar, mas já não, por exemplo, para o ensino superior, mas já não com a bolsa da missão, já não fazia sentido. Eu fui um dos primeiros alunos da Faculdade de Direito aqui em Moçambique quando abriu a Faculdade de Direito em 1975, um pouco antes da independência. Fui um dos primeiros moçambicanos que ingressou na Faculdade de Direito e tivemos, éramos um grupo que havia na altura, eu já tinha terminado o 7.º ano dos liceus. Em 1977 conclui o bacharelato

em Direito e fui afetado no Ministério da Justiça e no Ministério da Justiça fomos, o meu grupo, enviados para as províncias para fazer a divulgação do anteprojeto da lei da organização judiciária, já do Moçambique independente. Eu estive fiz esse trabalho e depois a seguir na magistratura em 1978 fui delegado do Procurador da República, em Inhambane, e depois fui para Sofala como juiz-presidente do Tribunal Provincial de Sofala e depois vim para aqui e mais tarde cheguei a Vice-procurador da República e Procurador-geral da República, e acabei a minha carreira profissional como magistrado, como Juiz-conselheiro do Tribunal Administrativo no ano de 2010. Portanto isso tudo devo à igreja, à igreja que me deu essa base, e até hoje aquilo que eu ainda faço, eu estou reformado como vê, mas como eu criei uma Fundação aqui onde estou, Fundação para a Cidadania, eu é que criei depois que me desliguei da magistratura, estou a tentar pôr esta instituição a funcionar. É um projeto pessoal, mas depende também de apoios daqui e dali; mas também estou na Comissão Central da Ética Pública que é uma instituição do Estado. Foi recentemente criado para enfim, ajudar a introduzir um pouco de ética e transparência na função pública; foi criada em 2012 e eu fui um dos primeiros integrantes desta comissão, e sou o primeiro presidente, mas isso tudo graças à igreja. Estou muito e profundamente agradecido e reconhecido à minha igreja, portanto falo disso com muito prazer!”

Prof. Sebastião Matimula, 25-ISM-84:

“O ensino rudimentar nessa altura, apesar de que eram poucas classes, para os missionários, para esses das igrejas protestantes sabendo isto eles davam mais. Aproveitavam dar mais dentro daquelas poucas classes, por isso havia diferença nos alunos deles e das escolas protestantes por causa desta contradição. Eram poucas classes mas fazia-se muita coisa ali que os missionários ensinavam além da parte académica não é, ensinavam a outra parte, juntavam toda parte técnica ensinavam ali, por isso um aluno que saísse com a 3.<sup>a</sup> rudimentar daqui de Cambine ou de Chicuke podia fazer muita coisa como se tivesse um nível académico por isso nos gabinetes quem tivesse sorte de entrar no Governo e trabalhar só com aquele ensino rudimentar fazia um bom trabalho, era um bom funcionário porque os missionários além ensinavam mais porque sabiam que eram perseguidos, por isso os professores eram bem treinados de maneira a darem mais mesmo dentro daquelas poucas classes é o que nós vimos em Cambine. Eram 3 classes, mas nessas 3 classes fazia-se tudo Por isso, eu dou graças a Deus porque passei por esse ensino rudimentar.”

Paulo Sueia, 29-IPS-91 defende *que o ensino português ensinava muito e também não brincavam quando você não estudar eram palmatoadas; por isso aqueles que estudaram nesse tempo, eh pá, aproveitaram. Levando um aluno que estudou agora isto de coisa, de frações ah, ah, ah, eh, eh, um aluno que está na 10.<sup>a</sup> não sabe aquilo que fazia aquele que estudava a 4.<sup>a</sup> classe ou 2.<sup>o</sup> grau.*

Eugénio Simbine, 33-IES-93, professor das missões católicas:

“A Igreja Católica ajudou porque educou, sabia que isto é pecado, isto é mal, não mata, tem que amar o irmão. A igreja trabalhou muito com Moçambique, mas muito. É claro que não há bem sempre que dure nem mal que sempre dure. Eu mesmo tiro o chapéu à Igreja Católica Apostólica Romana; saber o que é pecado, roubar é pecado, matar é pecado, faltar respeito é pecado, agora há muitos assassinios. Agora matar não digo que não matava na altura, mas havia às vezes uma razão eram poucos também a população era pouca. Eu estou muito grato por ter vindo entrevistar-me para eu dizer aquilo que eu sei, aquilo que eu vi. Sofremos na era colonial, o Mondlane quando se doutorou em 1957 ficamos satisfeitos. O branco não queria que a gente lesse o jornal, não sei se está a entender? Não queria que lêssemos o jornal porque se não ficávamos espertos, mas a gente roubava ler o jornal, o Brado Africano, o primeiro jornal do preto vinha até Shangané mesmo ali e o português, o Brado Africano. Portanto, isso era o sistema colonial não podemos aumentar o dinheiro ao preto por quê? Se não casa com as nossas mulheres, casa com as nossas filhas quer dizer; portanto tínhamos o sistema do apartheid, o mesmo na África do Sul. O jornal que eu sei era o Brado Africano porque era o mesmo para os africanos. Veio o Notícias que foi fundado em 1926; veio o Diário era jornal do governo, o Diário, são esses jornais. Bem estes de agora, Tribuna, é agora Tribuna, mesmo quando já tinham guerra, já começavam a ler, tiraram esses problemas e a gente conseguiu comprar. Portanto, posso dizer que em suma agradeço imenso à Igreja Católica ensinou o respeito, ensinou o bem e apontar o mal, educou moralmente e educou civilmente, havia moral e educação cívica. Mal cristã e educação cívica, essas duas coisas foram muito bem para aqui em Moçambique. Agora queria apelar para ensinar a nossa gente porque a gente não está a acabar hoje. Esta nossa terra não foge, não corre, e preparar bem os nossos filhos, os nossos netos para termos o nome amanhã e não hoje. Eu fui o primeiro aqui no Xai-Xai a ensinar a 4.<sup>a</sup> classe, do ensino rudimentar, em 1962-1963.”

Prof. Artur Semende, 35-IAC-76:

“A vantagem que havia no tempo colonial é que o aluno na 2.<sup>a</sup> classe como disse antes, com as suas capacidades intelectuais podia também fazer 2.<sup>a</sup> classe e 3.<sup>a</sup> classe elementar porque o rudimentar estava nas Missões, no oficial não. Era pré-primária, 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup>, isso no ensino oficial. Aqui havia essa possibilidade o aluno da 1.<sup>a</sup> classe pelas suas capacidades intelectuais podia dentro do mesmo ano passar duas classes, fazer duas classes, da mesma maneira o aluno da 3.<sup>a</sup> classe, aliás da 2.<sup>a</sup> classe podia fazer exames da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe e depois aliás também havia 3.<sup>a</sup> classe elementar no oficial que era a tal base de só que elementar como estava a dizer não é, elementar esse aluno da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar

podia avançar também para elementar isso lá no ensino oficial. Não sei se está a perceber bem? Significa que um aluno que está matriculado na 2.<sup>a</sup> classe por causa das suas capacidades o professor nota que este aluno sabe mais empurra para estudar 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. As missões é que formaram os professores no Alvor, que vieram a ocupar lugares de destaque eu lembro mesmo depois da independência porque eram os que mais sabiam português eram professores e enfermeiros porquê? O próprio governo colonial só devia-se ensinar para o negro 4.<sup>a</sup> classe, não podia ultrapassar 4.<sup>a</sup> classe, mas os padres por sua vez aceitavam isso sim, mas eles davam mais que 4.<sup>a</sup> classe estou a falar ou estou a referir-me aos professores do Alvor e aos seminaristas porque esses então o ensino deles avançava sem o conhecimento do oficial porque para o Estado português não estava interessado em que o negro soubesse melhor o português, porque na altura diziam que senão se metem connosco coisa assim, mas os padres de um lado não deixavam de ensinar bem os seus quadros, professores e aqueles que aprendiam para a igreja, como por exemplo, os padres e as irmãs que tinham um curso do nível dos liceus, mas de uma forma que uma vez esses do seminário não davam diploma do liceu; ah, isso é ensino missionário mas era fechar porque eu vou- lhe falar daquilo que se passou comigo como professor formado no Alvor. Aconteceu que quando Portugal, respeitando as decisões da ONU, e acabaram com as colónias, aliás chamaram as colónias províncias portuguesas ultramarinas, naquela altura isso foi década de 1960 Portugal foi obrigado a abrir o magistério primário e estudos gerais em Moçambique, mas os estudos gerais não abriram logo, porquê? Por falta de professores, o magistério abriu primeiro e a nossa sorte por causa deste Decreto de ter libertado, quer dizer, que levou os portugueses a transformar as colónias em províncias ultramarinas portuguesas, então aqui a nível do Xai-Xai a Igreja então teve o direito de criar escola secundária Nossa Senhora do Rosário aqui no Xai-Xai. A Escola Secundária N. Senhora do Rosário no Xai-Xai valeu a mim e a um outro colega porquê? Nós estudamos curso noturno, com o curso de Alvor, tínhamos que fazer o 1.<sup>a</sup> ciclo e nós fizemos o 1.<sup>a</sup> ciclo num ano já que nós tínhamos uma base no Alvor, quando o 1.<sup>a</sup> ciclo só se fazia em dois anos mas nós fizemos em um ano só e foi esse estudo do 1.<sup>a</sup> ciclo que nós fizemos em 1962 que nos permitiu vencer o exame do magistério primário porque quando abriram o magistério primário saiu um concurso que dizia os professores do Alvor com 5 anos de serviço tem direito de concorrer para o magistério primário e como nós acabávamos de fazer o 1.<sup>a</sup> ciclo naquele ano, fomos vencer o exame do magistério primário e frequentamos éramos dois, eu mais o Bartolomeu Mbalate e vencemos o magistério.”

Ana Gabriel, 36-IAG-61, prof.<sup>a</sup> das missões católicas:

“Aprendia-se só que àquela maneira também de aprender do tempo colonial não adianta, não é aquela que é preferível porque ali o professor chegava, escrevia todo o abecedário,

minúscula e maiúscula, ia dar aulas noutra canto porque se não era assim ele talvez está sozinho e tem 5 turmas na escola. Se não ele chegava ali, deixava todo o abecedário ali e um da 2.<sup>a</sup> classe que já sabe dizer os nomes, chegava pegava no pau A e depois o resto lá repete, A, B, C, e os outros ali repetem. mas pode dizer A, B, C a olhar para os lados, a coisa perde-se aqui. Porque é que hoje o nosso aluno não lê? Falhamos ali ao dar o abecedário porque afinal o que é ler? Ler é conhecer, não é saber, é conhecer porque aquela letra A tem quatro desenhos, a tem A manuscrito tem A aquele A que posso de dizer a de máquina tem maiúscula, tem de minúscula, 4 posições da mesma letra então a criança tem que conhecer, não saber dizer A não, tem que conhecer que tem esta posição, quando é maiúscula está assim, quando é minúscula está assim, manuscrita assim, tem que saber essas coisas e saber quantas letras são afinal que tem que as conhecer e dantes eram 23 letras mas agora já são 25. Dantes eram 23 porque não entravam o ipson e o w mais letras que deviam entrar porque o aluno vai encontrar essas letras em Shangane mas havia essa falha e também essas letras não é mau dividí-las em duas partes: vogais e consoantes, não é nenhum mal, mas aí o aluno tem que as conhecer, o nosso aluno não as conhece, não as conhece, como é que vão ler, porque ler afinal é dizer o nome das letras. Quem conhece a letra facilmente lê porque vai dizer porque não adianta conhecer a Maria quando está de pé quando já está a dormir já não a conhece mas não está coberta, não. Tens que conhecer a Maria quando está a dormir basta não estar coberta ver que esta é Maria apenas dormiu mas ela é a Maria, está sentada mas é a Maria, sim. Mas agora suponhamos vamos ver o P, o B, o 9 e o 6, o nosso aluno não consegue diferenciar isto, não sabe diferenciar o nosso aluno, por isso há tanta dificuldade da leitura mas a dificuldade sai dali, mas ali quando entrou o sistema nacional de educação, depois da independência, eu gostei porque o que é que ele fez? Ensinou o abecedário, aquele que nós chamávamos de script, aquela letra da máquina e a manuscrita, e cada dia, cada letra, só que isto está acelerado, quando é cada dia, cada letra está muito acelerado porque o aluno esquece àquela letra que ontem aprendeu e hoje já não tem oportunidade de repetir. O livro estava assim, não dava oportunidade para repetir aquela letra, era cada dia, cada letra mas, eu achei que isso era mais ou menos.

Bem, aquele ensino tem suas positivas e suas negativas. Positivas porque o aluno da 1.<sup>a</sup> classe saía da 1.<sup>a</sup> a saber ler e escrever, ia à 2.<sup>a</sup> classe a escrever bem com uma caligrafia bonita, é assim. Mas há uma negativa tão grande aí porquê? Por que naquele tempo um aluno tirar 4.<sup>a</sup> classe não era simples brincadeira por isso que conseguia 4.<sup>a</sup> classe aos seus 17-18 até 20 anos não conseguir tirar 4.<sup>a</sup> classe precisamente por isso que muitos de nós apenas estudávamos até 2.<sup>a</sup> classe porquê? Por que chegava até a 2.<sup>a</sup> classe nos seus 18-17 anos já não conseguia continuar e outra coisa porque bastava tirar 4.<sup>a</sup> classe já não havia maneira de continuar a estudar ora tem que os seus pais serem assimilados e ora tem que ter bilhete de inscrição de assimilado e para essa assimilação era uma complicação e enfim

não podíamos continuar a estudar e depois da 4.<sup>a</sup> classe havia aquilo que era 1.<sup>o</sup> ano do liceu, 2.<sup>o</sup> ano porque esta coisa de 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, é novo, depois da independência ali era 1.<sup>o</sup> ano do liceu, 2.<sup>o</sup> ano do liceu onde só podia entrar o filho do assimilado. Havia uma grande complicação ali, qual? Para o moçambicano não ir à frente com os seus estudos, o que é que o colono fazia? Aquela matéria que devia se dar na 8.<sup>a</sup> na 9.<sup>a</sup> na 10.<sup>a</sup> classe davam na 2.<sup>a</sup>. Então ali o aluno vai ficar muito tempo porque está a ser complicado ali para avançar e se não for daqueles tão inteligentes, tão inteligentes tal e qual o gravador não podia avançar. Mesmo aquele que conseguia a 4.<sup>a</sup> classe era respeitado porquê? Por que já se imaginava qual inteligência tem esta pessoa, porque a complicação era maior. Eu vou indicar bem o livro de aritmética da 4.<sup>a</sup> classe. Aquele livro não sei se alguém ainda o tem, mas esse livro se aparecesse agora para estes que vão à escola que são licenciados não sei o que é que iriam falar desse livro só não sei quem pode ainda conseguir esse livro não sei se era 1.100 ou era 101, qualquer coisa esse livro era chamado de aritmética. Complicação que havia nesse livro, mas graças a Deus alguns conseguiam; e também tinham que indicar distritos de Portugal, províncias de Portugal, rios de Portugal e nunca, nunca, nunca falar daquilo que o aluno vê. Tinha que sempre falar de coisas que estão longe lá que nunca viu e nem sonha ver um dia isso. É uma complicação para o aluno não transitar, mas às vezes aparecia que numa missão conseguissem pelo menos 5 alunos que passavam 4.<sup>a</sup> classe num ano. Depois desta 4.<sup>a</sup> classe você não arranjava emprego quando muito o emprego que podia conseguir era de servir a eles como mainato.”

Lázaro Gumende, 42-ILG-78: “para mim o ensino nas missões valeu muito porque me formou profissionalmente, me formou espiritualmente”.

Celeste, 44-ICM-69: “no nosso tempo eu posso dizer que aproveitamos muito porque como aluno vivendo no internato havia mais educação, mais respeito, mais experiência que às vezes nos davam porque não era como crianças como agora que estão a internar criancinhas dos seus 12/15 anos”.

A partir dos testemunhos acima descritos pode verificar-se que existe um consenso entre católicos e protestantes acerca do ensino colonial – os entrevistados parecem considerar que foi positivo porque, ao imprimir na consciência dos alunos a noção do pecado e incuti-los a saudar e a respeitar os adultos e os seus superiores, promoveu a formação de um carácter orientado pela ética cristã, fator que contribuiu para a sua mobilidade social ainda antes da independência. A convivência de alunos e alunas nas missões, em internatos ou colégios, proporcionava uma monitorização eficiente das regras de conduta prescritas na doutrina. Porém, somente a boa conduta assente no Cristianismo não teria contribuído para o sucesso profissional, antes da independência, de Paulo Sueia, 29-IPS-91, que ocupou o posto de revisor dos Caminhos de

Ferro de Moçambique; do PGR jubilado, Sinai Nhatitima, 23-ISM-71, que fez o 7.º ano do liceu; do prof. Sebastião Matimula, 25-ISM-84, com a melhor nota de exame da 3.ª classe em Inhambane. Em suma, são sete a oito informantes que superaram todos os constrangimentos do ensino colonial sem quaisquer favorecimentos. Quanto à qualidade do ensino ministrado pelas missões, os intervenientes com formação protestante consideram o ensino das missões protestantes melhor do que comparado com o das missões católicas. É oportuno assinalar que este parecer parte da experiência dos alunos protestantes que se transferiram das escolas protestantes para as escolas católicas, onde se revelou que eram inteligentes. Como exemplos temos Obadias Jeje 7-IOJ-85, que, em 1957, tendo ingressado em fevereiro na escola Católica de S. Miguel de Bairro Indígena em Lourenço Marques, muito tempo após o início do ano escolar, em junho faz o exame da 3.ª classe elementar e é aprovado com 14 valores; o enfermeiro Henrique Muzima, 9-IHM-80, que após a chegada à escola Católica de S. Miguel de Bairro Indígena para fazer a 3.ª classe elementar teve a sensação de que era um aluno mais brilhante. O argumento do prof. Sebastião Matimula, 25-ISM-84, segundo o qual a matéria lecionada pelos missionários protestantes seria mais avançada que a do programa do Governo, razão pela qual, na candidatura a empregos do sector público, os protestantes eram os melhores classificados, justapõe-se com o seguinte parecer do prof. Artur Semende, 35-IAC-76 (recapitulando da narrativa acima):

“... para o negro não podia ultrapassar 4.ª classe, mas os padres por sua vez aceitavam isso sim, mas eles davam mais que 4.ª classe estou a referir-me aos professores do Alvor e aos seminaristas porque esses então o ensino deles avançava sem o conhecimento do oficial porque para o Estado português não estava interessado em que o negro soubesse melhor o português, porque na altura diziam que senão se metem connosco coisa assim, mas os padres de um lado não deixavam de ensinar bem os seus quadros, professores e aqueles que aprendiam para a igreja (...) vou-lhe falar daquilo que se passou comigo como professor formado no Alvor.”

Os argumentos apresentados pelos professores Matimula e Semende evidenciam que, quando eram os missionários, católicos ou protestantes, a lecionar, o seu ensino era mais substancial e avançado em relação ao do programa do Governo. Esta suposta melhor qualidade do ensino das missões protestantes, em relação ao das missões católicas, pode ser explicada através do argumento de que os professores das escolas católicas estavam mais preparados para o ensino da catequese e nem sempre eram diplomados, enquanto os das escolas protestantes eram diplomados.

Quanto à palmatória como método de aprendizagem, não foi recolhida informação que indique que o método seria abrangente em todas as missões, contudo recordo-me de ter lido algo semelhante na legislação que na altura me escapou de registar. O artigo 27.º do Regulamento do Ensino Primário Rudimentar, Portaria n.º 2:170 de 17 de janeiro de 1934 evidenciava apenas que “Os alunos do ensino primário rudimentar estão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Repreensão verbal;
- b) Saída da escola com marcação de falta;
- c) Suspensão até 5 dias;
- d) Expulsão da escola”.

Nos pareceres comparativos sobre a qualidade do ensino português e do ensino moçambicano, o ensino colonial destaca-se pela positiva, uma vez, que não obstante as suas limitações, o aluno com ensino rudimentar sabia ler e escrever bem o Português e fazer todo o tipo de contas, algo que os alunos atuais moçambicanos com a 10.ª classe não conseguem fazer. Se bem que, à partida, é possível concordar com esta visão, é, porém, oportuno analisar as causas subjacentes a essa diferenciação e que parecem estar relacionadas com a metodologia. Com efeito, no período colonial os alunos tinham como manuais de iniciação *Bhuku yava Hlayi* e a *Cartilha Maternal*, e só quando soubessem ler estes manuais é entravam para a 1.ª classe. Embora se desconheça o programa de ensino primário moçambicano, é possível concluir que, assim que Moçambique se tornou independente, o Governo quis implementar o ensino de quatro anos de escolaridade sem ter em conta as crianças que não falavam português. De igual modo, dificilmente o Governo terá dado continuidade aos dois manuais anteriores por ambos serem símbolos do colonialismo. Também se desconhece se as escolas moçambicanas utilizaram a tabuada como principal manual de cálculo, sem o qual dificilmente um iniciado na instrução primária pode vir a saber somar, subtrair, dividir, multiplicar...

De resto, para um aluno determinado, o ensino colonial era exequível apesar de todos os condicionalismos associados à política indígena. Como sublinha o funcionário do Registo Civil, Augusto Mondlane, 17-IAM-81.



## CONCLUSÕES

Permito-me, antes de mais, sustentar as conclusões retiradas da pesquisa de terreno, com o impacto que teve sobre a missionação em Moçambique a conjuntura política do período entre finais do século XIX e início do século XX. A época referenciada é caracterizada pela concorrência, na Europa, de colonizar a África, com vista à exploração comercial que contribuísse para o florescimento das economias dos países ocidentais. Se bem que a missionação protagonizada pela Igreja Católica desde os Descobrimentos também tivesse como desígnio a exploração comercial, todavia a sua ação não estava condicionada por tratados internacionais. As diretivas sobre a missionação impostas pela Conferência de Berlim e o Tratado Luso-britânico levam a que os missionários equacionem os seus projetos de modo a enquadrar as diretivas no seu *modus operandi*. Neste contexto, convém citar a regulamentação de Eduardo Costa (1865-1907), governante de Moçambique e de Angola, segundo a qual as Missões devem funcionar como igrejas, escolas, oficinas e hospitais. O facto de, até esta regulamentação, a Igreja Católica ter exercido a sua influência em África sem a intromissão dos governos, fez com que os missionários protestantes se vissem como o alvo particular da diretiva. Terá sido com esta perceção que, procurando enquadrar as orientações dos governantes portugueses, os missionários protestantes reformularam a sua linha de ação introduzindo obras de carácter social, tais como, providenciar alojamento aos alunos e formandos e também conceder bolsas de estudo aos alunos carenciados do ensino primário, secundário e universitário. Sublinhe-se o reconhecimento das obras sociais empreendidas pelos protestantes durante o Estado Novo, olhando para o patamar de mobilidade social ascendente conseguido por alguns dos políticos oriundos da formação protestante colonial, dos quais se destacam Eduardo Mondlane e Graça Machel. Considero ser neste âmbito que Ana Madeira releva o papel das Missões protestantes na implementação de reformas sociais destinadas ao progresso social e humano da sociedade, mas refiro que sem desviar o foco na *conversão*, perspetiva partilhada por Católicos e Protestantes, por se considerar o fruto da evangelização.

Sustentando ainda as conclusões dos dados recolhidos no terreno, considera-se que a edição, na África do Sul, de alguns manuais escolares para a juventude protestante em Moçambique constituía uma afronta à identidade e política nacional portuguesa. Na análise dos depoimentos foi descrito que o manual *Buku yava Hlayi*, congénere da *Cartilha Maternal*, era utilizado para o ensino de crianças e jovens em regime de ensino doméstico. Sendo uma introdução, em língua local, à leitura e à arte de escrita, o *Buku yava Hlayi* não desvirtua o colonialismo português. O desprestígio recai sobre o manual para os alfabetizados, o *Buku yava*

*Hlayi III* que descreve a história da colonização da *Portuguese East Africa*, a história do fundador da América, George Washington, bem como as histórias dos reis Manukosi e Shaka, contra os quais os portugueses e britânicos travaram guerras de colonização. Entende-se que ao ser concebido o manual referenciado é desvirtuada a legitimidade da ocupação portuguesa em Moçambique e a britânica nos territórios vizinhos de Moçambique, assim como é prestigiada a América do Norte por não ter chegado a travar batalhas de colonização em África. É que, de acordo com o depoimento do prof. Narciso Pedro, 27-INP-68, a filosofia da educação colonial portuguesa defendia que “se deve ensinar o nativo que Portugal não é do Minho ao Algarve não, não, não! Não é o Minho, Trás-os-Montes, Alto Douro, Douro Litoral, Beira Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Extremadura, Ribatejo, Baixo Alentejo, Alto Alentejo, Algarve, não é isso não. Portugal é o Portugal Continental e o Portugal Ultramarino; então esta é a grandeza da Pátria que protege este nativo”. Digamos que esta foi a filosofia incutida nos alunos nas aulas de história e geografia. Conforme assinalou o prof. Carlos Mourana, 28-ICM-78, “os programas, tanto o ensino oficializado ou o ensino particular, eram os de Portugal; só programas de Portugal de tal maneira que os alunos conheciam mais a geografia e a história de Portugal do que da sua própria terra”. Considero ser em reação à filosofia colonial de educação que Antoinette Errante afirma que as escolas coloniais e a infância desempenharam parte ativa “na construção, reprodução e contradição do mito de onipotência colonial”. A razão é que se no âmbito dos programas de ensino, os professores enalteciam a supremacia do império colonial, os missionários protestantes procuravam desmistificar tal noção, através de literatura extracurricular em línguas locais.

Começamos este trabalho por nos perguntar “O que define e caracteriza o Ensino para Africanos tal como este foi implementado pelo Estado Novo através das missões no sul de Moçambique?”. Concluímos que o ensino colonial em Moçambique foi estruturado em torno dos objetivos da colonização europeia para a África Austral, em geral, e portuguesa e britânica, em particular. O modelo de educação proposto para as colónias africanas, pelo conjunto dos países colonizadores, pretendia transformar o modo de vida do africano, considerado um ser selvagem, ocioso e negligente, num indivíduo europeizado, civilizado, diligente e educado. Porém, o “processo evolutivo” só poderia ser conseguido se conjugado com a moralização, razão pela qual vimos que em toda a África colonial, coube às missões o ensino e a moralização. Se bem que a moralização por conversão sempre contribuiu para a transformação do caráter - fator assinalado também pelos informantes - os dados recolhidos apontam que, até à independência, poucos africanos tinham conseguido atingir o patamar almejado da chamada “evolução”. Da análise das narrativas, conclui-se que o insucesso dos africanos em atingir

níveis de instrução que permitissem fazer evoluir os seus conhecimentos na literatura, nas ciências e nas tecnologias se deveu aos constrangimentos que lhes eram impostos pela “política indígena”, cujas prescrições foram adotadas pelo conjunto dos Estados europeus. Restrições à mobilidade, à cidadania, à empregabilidade e ao associativismo integram as disposições que, na generalidade das colónias da África subsariana, condicionaram o progresso dos autóctones. Por essa razão, é que todos os depoimentos dos meus entrevistados tiveram como foco a “política indígena” sobre a qual foram estruturados modelos de ensino e habilitação de níveis inferiores de conhecimentos e com capacitação servil.

Verifica-se que a política portuguesa e a política britânica convergiam em torno dos seus interesses em Moçambique e na África do Sul, interesses esses que visavam a alavancagem das suas economias. Por esta razão é que os respetivos governantes garantiam, em regime de rotatividade, a alocação de recursos humanos africanos para as minas do Transval. A defesa da partilha dos interesses económicos e a proximidade de Moçambique com a África do Sul foram as razões que extremaram a política de segregação racial em Moçambique, ao contrário do sucedido noutras colónias portuguesas. Assinalámos que esta política conduziu à criação do ensino para Africanos, que vigorou durante a administração colonial de ambos os países.

Em Moçambique, a demarcação de zonas habitacionais para brancos e para negros foi implementada pela criação de circunscrições civis, para a população africana, e concelhos, para a população branca (Diário do Governo n.º 119, de 23 de maio de 1907). Na União Sul-africana a demarcação das “native reserves” ou “native territories” corresponderam às circunscrições civis criadas em Moçambique. Verifica-se que a localização de escolas para Africanos - oficiais e particulares, designadamente as missionárias – como também outras instituições missionárias, como dispensários ou hospitais, templos, oficinas, granjas - era apenas realizada nas circunscrições.

O Ensino para Africanos, como sistema diferenciado do Ensino para Europeus, foi introduzido no âmbito da “Organização do ensino indígena na Colónia de Moçambique”, ao abrigo do diploma legislativo n.º 238, de 1930. O diploma contempla o “ensino primário rudimentar”, ministrado em escolas de ensino primário rudimentar; o “ensino profissional indígena”, ministrado em escolas distritais de artes e ofícios e o “ensino normal indígena”, ministrado em escolas de habilitação de professores indígenas. Distingue-se o “ensino primário rudimentar”, destinado aos indígenas, do “ensino primário elementar”, destinado aos europeus, mestiços e africanos, pelos anos de escolaridade: seis a sete para o aluno do “ensino primário rudimentar” realizar o exame final, que é a 3.ª classe rudimentar; e quatro para o aluno do “ensino primário elementar” realizar o exame final, que é a 4.ª classe. O “ensino primário

rudimentar” foi o modelo que abrangeu a generalidade dos informantes e o modelo anterior, o “ensino primário geral”, vigente até 1929, o modelo que abrangeu os seus progenitores que foram professores. O ensino primário rudimentar vigorou até à promulgação da “reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas”, ao abrigo do decreto-lei n.º 45 908, de 24 de setembro de 1964. O “ensino primário geral”, de cinco anos de escolaridade, tem um significado importante para mim, uma vez que, segundo fontes legislativas, o meu pai foi inscrito como professor da instrução primária com base no diploma do ensino primário geral e no certificado de competências atribuído pelo governo para o exercício da função.

As habilitações dos meus entrevistados devem-se às missões, cujo contributo na formação de profissionais de saúde, educação, agricultura e artes não passou despercebido aos governantes. Salientámos as raparigas, a maioria das quais com a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, que puderam entrar nos hospitais das missões Metodista e Nazarena, para o curso de Enfermagem. Alguns dos rapazes com a 4.<sup>a</sup> classe entraram para o Colégio de Artes e Ofícios da Missão Metodista de Cambine. Atribui-se às missões católicas a formação na Escola de Habilitação de Professores Indígenas e que abrange cinco dos meus entrevistados. À Missão Suíça reconhece-se o mérito de ser a missão protestante a abrir um colégio para o ensino primário oficial e formação de professores protestantes, em Ricatla, circunscrição de Manhiça. A formação de professores em Ricatla cessou por ordem do governo em 1930, aquando da abertura da Escola de Habilitação de Professores Indígenas. Conforme descreveu o informante de 91 anos, a Missão Suíça manteve a escola primária até 1940, quando os alunos foram surpreendidos pela aproximação da cavalaria portuguesa que vinha encerrar a escola e prender os alunos. O informante, que era um dos alunos, teve que saltar pela janela e fugir para o mato. Todavia, como assinalado, a Missão Suíça manteve em funcionamento as várias escolas que tinha no distrito de Lourenço Marques até ao encerramento da maioria delas, durante as décadas de 1940 e 1950. Descrevi que a Missão Suíça tinha um hospital em Lourenço Marques, uma policlínica em Chicumbane e um dispensário em Maússe. A Igreja Metodista tinha hospitais em Chicuke, onde ministrava o curso de Enfermagem, e em Cambine. Há que valorizar o contributo das igrejas, que entre a última década do século XIX e início da década do século passado lançaram, em Lourenço Marques e Inhambane, as fundações do que vieram a ser as primeiras missões protestantes no sul de Moçambique, entre elas: Missão Católica, Missão Anglicana, Missão Suíça, Missão Metodista e Missão Metodista Livre. Salientou-se que a experiência bem-sucedida do ensaio agrícola no Colégio Metodista de Cambine levou a Repartição de Instrução Pública a declarar as granjas agrícolas como “escolas práticas de trabalho e educação, destinadas a famílias indígenas”. Concluímos ser indescritível o contributo do pastor,

meteorologista, botânico, entomólogo, linguista, antropólogo, editor de manuais escolares, tradutor do Novo Testamento e literatura em línguas africanas, Henri-Alexandre Junod, da Missão Suíça. Atendendo a que “missão” é uma instituição ao serviço da população africana que funciona como igreja, escola, dispensário/hospital, enquadra-se na tese a descrição do contributo das missões feita neste trabalho. Mais uma vez, é gratificante para mim saber que meu pai, Metodista, foi habilitado pela Missão Suíça, em Ricatla.

Salientei o facto de ter sido a política de segregação racial, aliada às relações privilegiadas da Igreja e missões católicas perante o Estado, que conduziram, em 1948, à formação da aliança missionária protestante denominada CCM – Conselho Cristão de Moçambique. Da cópia da carta do missionário da Missão Suíça, A. D. Clerc, em 1955, aos missionários das Missões Metodista, Metodista Livre, Metodista Episcopal e Missão Nazarena, sobre o encerramento das escolas da Missão Suíça, em Lourenço Marques, e da fotografia do acampamento de seis dias de 25 professores do CCM que Clerc preside na Missão Nazarena, em Tavane, conclui-se que a CCM foi uma frente de protesto contra as políticas de desigualdades raciais e prerrogativas confessionais. Referiu-se que foi a nível do intercâmbio entre as igrejas do CCM que, em regime de reciprocidade, funcionaram as valências do ensino primário, ensino secundário, magistério primário, ensino profissional, saúde e evangelização. Dei como exemplo o facto de que, quando de Lourenço Marques, a Missão Suíça enviava dois jovens para a Escola de Artes e Agricultura, da Missão Metodista de Cambine, em contrapartida, a Missão Metodista de Cambine enviava para a Missão Suíça, em Lourenço Marques, dois jovens para frequentarem o Liceu. Descreveu-se como foi no âmbito do intercâmbio do CCM que as Missões protestantes habilitaram enfermeiras, agricultores, carpinteiros, evangelistas, educadores, profissões que integram o elenco dos entrevistados. Assinalou-se que o intercâmbio se conduzia através de bolsas concedidas às instituições de acolhimento do aluno/formando, para cobrir as despesas com sua educação/formação e alojamento, mas que estas bolsas eram retribuídas pelos beneficiários, durante as férias, sob a forma de prestação de serviços nas missões de origem. Embora o CCM tenha sido criado em 1948, o intercâmbio na educação e evangelização data das décadas anteriores. Por exemplo, consta da lista da Repartição Central de Instrução Pública, publicada a 4 de março de 1936, mas cuja informação é referente ao ano de 1929, que meu pai foi inscrito como professor pela Missão Metodista de Cambine. O facto é que em 1929 a Missão Suíça submeteu à Repartição Central de Instrução Pública uma lista de mais de sessenta nomes dos seus alunos diplomados em Ricatla, provenientes das missões com as quais a Missão Suíça cooperava, incluindo diplomados da Igreja Metodista de Cambine, que financiou os estudos do

meu pai. Digamos que a cooperação do CCM funcionou como símbolo da afirmação da unidade e identidade das missões protestantes.

Pese embora os constrangimentos políticos que condicionaram o progresso dos entrevistados, faço uma avaliação positiva do ensino que as missões lhes puderam ministrar, não querendo com isso afirmar que o programa do governo para africanos fosse defensável. Considero, no entanto, que o ensino missionário teve aspetos relevantes, uma vez que 99% dos entrevistados produziram discursos coerentes, fluídos, com introdução, corpo e conclusão, respondendo com prontidão e exatidão às questões que lhes ia colocando. Na análise dos acontecimentos revelavam domínio relativamente à História de Portugal, à política colonial, mas também uma boa capacidade analítica dos acontecimentos, uma excelente capacidade de memória e uma boa capacidade física para a sua idade. Portanto, não é surpreendente que os professores diplomados, liceais, enfermeiras, monitores escolares, artesãos e escriturários tenham sido integrados no Estado moçambicano, em 1975.

Com este trabalho pretendemos contribuir para a história do ensino indígena em Moçambique dando voz a todos os que estiveram envolvidos em processos coloniais que os ultrapassavam, mas no quadro dos quais conseguiram superar os constrangimentos impostos pelo processo colonial e contribuir para o estabelecimento de grupos de cidadãos informados nos quais se alicerçou o futuro de Moçambique.

## BIBLIOGRAFIA

- Appadurai, Arjun (1988), "Putting Hierarchy in its Place", *Cultural Anthropology*, vol. 3, no.1, Place and Voice in Anthropological theory, American Anthropological Association, Wiley, pp.36-49.
- Aresta, António (s.d.), "A Educação em Moçambique no ano de 1969: páginas da história de educação em Moçambique", *Núcleo de História/Centro de Formação*. Disponível em: [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/files/ensino\\_moambique\\_1969.pdf](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/ensino_moambique_1969.pdf)
- Balmonte, Ana (1979), *Hereditariedade, Meio e Educação*, Biblioteca Salvat de Grandes Temas, Salvadora Editora do Brasil.
- Barradas, António (1946), "Instrução Indígena", *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 49, 2.<sup>a</sup> parte, pp. 5-7 (63-B-2).
- Barth, Fredrik (1998[1969]), *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference*, Illinois, Waveland Press, Inc.
- Beattie, John (1964), *Other Cultures: Aims, Methods and Achievements in Social Anthropology*, London, Cohen & West.
- Böhmig, Christine (2010), "Organizing Monies: the reality and creativity of nursing on a hospital ward in Ghana", *Markets of Well-being: navigating health and healing in Africa*, Leiden, Brill.
- Braga da Cruz, Manuel (1999), *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Bryman, Alan (2012 [2001]), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press.
- Buell, Raymond (1928), *The Native Problem in Africa*, vol. I, New York, MacMillan Company.
- Butselaar, Jan (1987), *Fundadores da Igreja Presbiteriana de Moçambique – 1881*, Lausanne, Département Missionnaire des Eglises Protestantes de La Suisse Romande.
- Cahen, Michel (2012), "Indigenato before race? Some proposals on portuguese forced labour law in Mozambique and the African empire (1926-62)", in F. Bettencourt & A. Pierce (eds.) *Racism and ethnic relations in the portuguese-speaking world*, London, British Academy, Oxford University Press, pp. 149-171.
- Carmody, Brendan (1999), *Education in Zambia: Catholic Perspectives*, Lusaka, Bookworld Publishers.
- Cartey, Wilfred and Martin Kilson, (eds.) (1970), "England's indirect-rule in its African colonies", *Africa Reader: colonial Africa*, New York, Random House.

- Castles, Stephen and Mark Miller (2003), “International Migration Before 1945”, *The Age of Migration: international population movements in the modern world*, New York, Macmillan Press, 3<sup>rd</sup> edition.
- Cinnamon, John (2013), “American Presbyterian Missionaries, Enslavement, and Anti-Slavery in Nineteenth-Century Gabon”, in John Cinnamon (Guest editor), *Missionaries, Enslavement and Antislavery*, Social Sciences and Missions, vol. 26, no. 1, Boston, Brill.
- Comaroff, Jean and John Comaroff (1991), *Of Revelation and Revolution. Christianity, Colonialism, and Consciousness in South Africa*, vol. I, London, The University of Chicago Press.
- Comissão dos livros escolares para indígenas - 1<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe (1909), *Lições de coisas para uso das escolas indígenas ao Sul do Save*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, pp. 1-30.
- Correia, Arlindo (2007), *A Escravatura* (Online). Disponível em: <http://arlindo-correia.com/200507.html>
- Correia, Joaquim Alves (1930), “As Missões perante a Lei Republicana”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, no. 55 pp. 11-21.
- Covane, Luís (1987), “Lourenço Marques e o Transval, 1852-1928”, *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, no. 2, Especial, pp. 76-84.
- Cross, Michael (1999), *Imagery of Identity in South African Education 1880-1990*, North Carolina, Caroline Academic Press.
- Crowder, Michael (1964), “Indirect Rule: French and British Style”, *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 34, no. 3, International African Institute, Cambridge University Press, pp. 197-205.
- Crowder, Michael (1968), *West Africa under Colonial Rule*, Evanston, Northwestern University Press.
- Cruz, Elizabeth Ceita (2005), *O Estatuto do Indigenato – Angola: a legalização da discriminação na colonização Portuguesa*, Novo Imbondeiro edição.
- Dayhoff, Paul (2001), “Manhique, Lucas, 1890-1967”, *Dicionário Biográfico de Cristãos da África*, Igreja do Nazareno, Moçambique.
- Disponível em <https://dacb.org/pt/stories/mozambique/manhique-lucas/dacb.org>.
- Defoe, Daniel (2013 [1728]), *A Plan of the English Commerce*, Delaware, Vernon Press.
- Dekker, Marleen (ed.) e Rijk van Djik (2010), *Markets of well-being: navigating health and healing in Africa*, African Dynamics, series 9, Brill Academic Publishers.
- Deus, João de (2013 [1995]), *Cartilha Maternal*, (s.l.), Lisboa, Bertrand Editora.



- Dike, Onwuka (1962), “Origins of the Niger Mission 1841-1891”, *C.M.S. Niger Mission*. A paper read at the Centenary of the Mission of Christ, on 13 Nov. 1957, Ibadan University Press.
- Diniz, Ferreira (1914), *Negócios Indígenas: relatório do ano de 1913*, Imprensa Nacional de Angola.
- Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000200010>.
- Duminy, Andrew and Bill Guest (1989), *Natal and Zululand from Earlier Times to 1910: a new history*, Pietermaritzburg, University of Natal Press.
- Dundas, Charles e Edmund Ashton (1952), *Problem territories of southern Africa: Basutoland, Bechuanaland Protectorate, Swaziland*, Cape Town, South African Institute of International Affairs.
- Eliade, Mircea (2002), *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Enciclopaedia Britannica (1768), *A New Survey of Universal Knowledge*, vol. 12, Hydrozoa to Jeremy, Epistle of, Chicago.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. XIII, Matrimónio-Nerópolis, Lisboa, Editorial Verbo, 4.<sup>a</sup> edição.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. IV, Lisboa, Editorial Verbo, 13.<sup>a</sup> edição.
- Eriksen, Thomas (1993), *Ethnicity and Nationalism: anthropological perspectives*, London, Pluto Press.
- Errante, Antoniette (2003), “White Skin, Many Masks: Colonial Schooling, Race, and National Consciousness among White Settler Children in Mozambique, 1934-1974”, *The International Journal of African Historical Studies*, 36 (1), pp. 7-33.
- Fergusson. Adam (1767), *Essay on the History of Civil Society*, London, T. Cadell, in the Strand.
- Ferreira, Mário (1933), “A Inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas”, *Uma Jornada à Manhiça: Descrição da viagem. – Inauguração da linha férrea para Marracuene. – Serviço de camionagem para a Manhiça. – Auto de inauguração da Escola de Habilitação de Professores Indígenas. - Discursos proferidos*, Lourenço Marques, Tipografia Popular de Roque Ferreira.
- First, Ruth et al (ed.) (1998), *O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

- Florêncio, Fernando (2005), *Ao Encontro dos Mambos: autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Florêncio, Fernando (2008), “Autoridades Tradicionais vaNdau em Moçambique: o regresso do *indirect rule* ou uma espécie de *neo-indirect rule*?”, *Análise Social*, 187, pp. 369-391.
- Fontoura, Álvaro (1930) “Missões Religiosas e Ensino Indígena”, tese apresentada no III Congresso Nacional, de 8 a 15 de maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1934.
- Freud, Sigmund (1999), *Totem e Tabu*, Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Gengenbach, Heide (2002), “‘What my Heart Wanted’: Gendered Stories of Early Colonial Encounters in Southern Mozambique”, in Jean Allman et. al., *Women in African Colonial Histories*, Indiana University Press, pp.19-47.
- Giddens, Anthony (2000), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Godelier, Maurice (1974), “A Antropologia Económica”, Jean Copans et al (org.), in *Antropologia, Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa, Edições 70, pp. 161-186.
- Gonçalves, José Júlio (1960), *Protestantismo em África I: introdução ao estudo do protestantismo em África*, Estudo de Ciências Políticas e Sociais/Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, n.º 38, Lisboa, pp. 11-177
- Gonçalves, José Júlio (1960), *Protestantismo em África: contribuição para o estudo do protestantismo na África portuguesa*, Estudo de Ciências Políticas e Sociais/ Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, n.º 39, Lisboa, pp. 3-285.
- Gontijo, Cláudia M. M. (2011), “Alfabetização no Espírito Santo: o método mútuo ou monitorial”, *Educ. rev.* [online] no. 40, pp.141-158.
- Hailey, William (1951), *Native Administration in the British African Territories: a general survey of the system of native administration, III*, West Africa: Nigeria, Gold Coast, Sierra Leone, Gambia, London, His Majesty’s Stationery Office, pp. 99-146.
- Haley, John Wesley (1926), *Life in Mozambique and South Africa*, Free Methodist Publishing House, Chicago, U.S.A.
- Harington, J. et al (2004), “A Century of Migrant Labour in the Gold Mines of South Africa”, *Journal- South African Institute of Mining and Metallurgy*, 104 (2) pp. 65-72.
- Harries, Patrick (1994), *Work, Culture and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*, Johannesburg, Witwatersrand University Press.
- Harries, Patrick (2007), *Junod e as Sociedades Africanas: impacto dos missionários suíços na África austral*, Maputo, Paulinas Editorial.

- Hastings, Adrian (1979), *A History of African Christianity 1950-1975*, London, Cambridge University Press.
- Hastings, Adrian (1996 [1994]), *The Church in Africa*, Oxford, Clarendon Press.
- Hedges, David (coord.) (1999), *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, vol. 2, Maputo, UEM, Livraria Universitária.
- Helgesson, Alf. (1994), *Church, State and People in Mozambique: a historical study with special emphasis on Methodist developments in the Inhambane region*, PhD dissertation, Swedish Institute of Missionary Research.
- Henriksen, H. Thomas (1978), *Mozambique: a history*, London, Rex Collings.
- Hirschfeld, Lawrence (1996), *Race in the Making: cognition, culture, and the child's construction of humankind*, Cambridge, MIT Press.
- Hogue, Wilson e Edward Hart (1910), *G. Harry Agnew, a Pioneer Missionary (1904)*, Chicago, The Free Methodist Publishing House, U.S.A.
- Huntington, Samuel (1993), "The Clash of Civilizations?", *Foreign Affairs*, vol. 72, no. 3, pp. 22-49.
- Informações dos Distritos 2, Boletim Oficial n.º 1, de 2 de janeiro de 1904.
- Informações dos Distritos: ano de 1893, Boletim Oficial n.º 3, de 20 de janeiro de 1894.
- Jerónimo, Miguel e Hugo Dores (2013) "As missões do império: política e religião no império colonial português" in Jerónimo, Miguel Bandeira (ed.), *O Império Colonial em Questão (Sec. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*, Lisboa, Edições 70.
- Jerónimo, Miguel e José Monteiro (2013), "Das 'Dificuldades de levar os indígenas a trabalhar': 'o sistema' de trabalho nativo no império colonial português", in Jerónimo, Miguel Bandeira (ed.), *O império colonial em questão (Sec. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*, Lisboa, Edições 70.
- Johnson, Sara (2000), "Free Methodist Mission in South Africa, 1891-1960: social conformity of prophetic challenge?", *Wesleyan Theological Journal*, vol. 35, no. 2, Wesleyan Theological Society, 2000, pp. 194-230.
- Jornal do Porto, *A Voz Pública*, 1894.
- Junod, H. A. (1891), "Obsevationes Météorologiques Faites a Rikatla: District de Lourenço Marques, en 1889, 1890 et 1891", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, no. 12, 10.<sup>a</sup> série, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 499-519.
- Junod, H. A. (1892), "First Tonga reader", in E. Torre do Valle (coord.), *Diccionarios Shironga-Portuguez Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.

- Junod, H. A. (1893), “Second Tonga reader”, in E. Torre do Valle (coord.), *Diccionarios Shironga-Portuguez Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1894), “Shipele sha shironga”, in E. Torre do Valle (coord.), *Diccionarios Shironga-Portuguez Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1895), “Buku dya tinsimo”, in E. Torre do Vale (coord.), *Dicionários Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1896), “Evangeli ya Johan”, in E. Torre do Valle (coord.), *Dicionários Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1898), “Contos em Ronga”, in E. Torre do Valle (coord.), *Diccionarios Shironga-Portuguez Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1903), “A testamente le’ dintsha”, in E. Torre do Valle (coord.), *Dicionários Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1904), “Butibe”, encyclopedia científica, in E. Torre do Valle (coord.), *Diccionarios Shironga-Portuguez Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1904), “Buku dya tinsimo”, in E. Torre do Valle (coord.), *Dicionários Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1905), “Buku da Mpsalma”, in E. Torre do Valle (coord.), *Dicionários Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1906), “A buku da Bahlayi”, in E. Torre do Valle (coord.), *Diccionarios Shironga-Portuguez Portuguez-Shironga*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Junod, H. A. (1912-3) *The Life of the South African Tribe*, vol. 2, Neuchatel, Switzerland, Imprimerie, Attinger Preres.
- Junod, H. A. (1996) *Usos e costumes dos Bantu*, Arquivo Histórico de Moçambique, Documentos 3, Maputo, 4.<sup>a</sup> edição.
- Keese, Alexander (2013) “Bloqueios no Sistema: elites africanas, o fenómeno do trabalho forçado e os limites de integração no Estado Colonial português, 1945-1974”, in Jerónimo, Miguel Bandeira, ed., *O império colonial em questão (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*, Lisboa, Edições 70.
- Kendall, David, “Celebrating and Enjoying the Growing Tribe”, Free Methodist World Missions Pulse: connect with God’s heart for the world, *Africa*, January-March, 2017. Disponível em: <http://c919297.r97.cf2.rackcdn.com/vx64lokqliegy7phkkszrdwkuhrkk-optimized-pub.pdf>
- Kuklick, Henrika (1993 [1991]), *The Savage Within*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Leach, Edmund (1982), *A Diversidade da Antropologia*, Lisboa, Edições 70.
- Lekhela, E.P. (1958), *The Development of Bantu Education in North Western Cape, 1840-1947*, historical survey, M.Ed. Thesis, University of South Africa.
- Liesegang, Gerhard (1990), “Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da história de Moçambique, II, III: três autores sobre Inhambane”, *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, Inhambane, no. 8, pp. 61-142.
- Linder, Adolphe (2001), *Os Suíços em Moçambique*, Estudos 17, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- Locke, John (1706), *Of the Conduct of the Understanding*, London, W.B. for A. and J. Churchill at the *Black Swan* in *Pater-Nofter-Raw*.
- Lovejoy, Paul (2000), *Transformations in slavery: a history of slavery in Africa*, Cambridge University Press.
- Loze, P. “Elementos de Leitura I”, in Freire de Andrade (ed.), *Missão Romande, 1880-1909*, vol. 5, pp.324.
- Loze, P. “Elementos de Leitura II”, in Freire de Andrade (ed.), *Missão Romande, 1880-1909*, vol. 5, pp.324.
- Loze, P. “Vocabulário”, in Freire de Andrade (ed.), *Missão Romande, 1880-1909*, vol. v, pp.324.
- Luggard, Frederic (1926) [1922], *The Dual Mandate in British Tropical Africa*, Edinburgh & London, William Blackwood and Sons.
- Madeira, Ana ((2005), “Portuguese, French and British Discourses on Colonial Education: Church-State Relations, School Expansion and Missionary Competition in Africa, 1890-1930”, *Paedagogica Historica*, vol. 41 (1-2), Routledge, pp. 31-60.
- Malinowski, Bronisław (1964 [1944]), *Freedom and Civilization*, Bloomington, Indiana, University Press.
- Mamdani, Mahmood (1926), *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, London, Princeton University.
- Mandelbaum, Jonna-Lynn K (1989), *The Missionary as a Cultural Interpreter*, New York, Peter Lang.
- Marques, Vasco e Borges, Aníbal (2008), *Portugal - do Minho a Timor*, Lisboa, Nova Vega e Autores.
- Massicane, Elias “In Search of Ecumenism That Is Live-giving and Healing”, *The Ecumenical Review*, July 2001, vol. 53, no. 53, pp. 409-415

- Mauss, Marcel (1950), *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- Mazula, Brazão (1995), *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*, Lisboa, Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.
- Mbaya, Henry (2015) “A “Native Ministry” for Gods’ “Step-Children”? The Evolution of Missional Policy toward the Zulu in the Anglican Diocese of Natal, South Africa: 1904-1917”, *International Review of Mission*, vol. 104, Issue 2, World Council of Churches, pp. 361-377.
- Mello, Lopo Vaz (1910), *Questões Coloniaes: política indígena*, Porto, Magalhães e Moniz.
- Meneses, Maria Paula (2010), “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”, *e-cadernos CES* [Online, no. 07, URL: <http://journals.openedition.org/eces/403>].
- Moreira, Adriano (1955), *Administração da Justiça aos Indígenas*, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca.
- Moreira, Adriano (1960), *Política Ultramarina*, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, 3ª edição, Lisboa.
- Mourier-Genoud, Eric (2001), “Arquivos, historiografia e igrejas evangélicas em Moçambique”, *Estudos Moçambicanos*, no. 19, 2001, pp. 137-154.
- Moutinho, Mário (2000), *O Indigenato no Pensamento Colonial Português*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- Neill, Stephen (1989), *História das Missões*, São Paulo, Sociedade Religiosa Edições Vida Nova.
- Newitt, Malyn (1997 [1995]), *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- O’Brien, Dan (2006), *The Struggle for Control of Education in Zambia: from the colonial period to the present*, Lewiston, New York, Edwin Mellen Press.
- Osório, João de Castro e João Rodrigues (1940), “Integração dos atuais régulos na obra administrativa das colónias de Angola e Moçambique”, *Congresso do Mundo Português*, volume XV: memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso), Tomo 2, II seção, Lisboa.
- Patrício, Miguel “Do Ultimatum de 1890 ao Tratado Luso-Britânico de 1891- Ensaio de História Diplomática”, *RIBD*, Ano 2 (2013), n.º 10, pp.11371-11413. Disponível em: [http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/10/2013\\_10\\_11371\\_11413.pdf](http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/10/2013_10_11371_11413.pdf).
- Pattee, Richard (1971), *África do Sul Vizinha de Portugal*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

- Penvenne, Jeanne (1993), *Trabalhadores em Lourenço Marques (1870-1974)*, Maputo, Editora Universidade Eduardo Mondlane.
- Pereira, Gonçalves (1931), *As Novas Tendências da Administração Colonial*, Lisboa, J. Rodrigues & C.<sup>a</sup>, Livreiros Editores.
- Pimentel, Jayme Pereira (1905), “Divisão da província de Moçambique”, *Portugal em África*, vol. 12, Lisboa, Typografia D “A Editora”, pp. 153-157.
- Pinheiro, Francisco Maria (1992), *Na Entrega do Testemunho 1975: Acção Missionária Portuguesa em Moçambique*, Torres Novas, Gráfica Almondina.
- Portugal e a Santa Sé: Concordata e Acordo Missionário de 7 de maio de 1940, Edição da Propaganda Nacional, MCMXLIII.
- Potter, Stephen (2002), *Doing Postgraduate Research*, London, Sage.
- Prothero, Mansell (1974), “Foreign Migrant Labour for South Africa”, *International Migrant Review*, vol. 8, issue 3, Centre for Migration Studies, pp. 383-394.
- Quivy, R. e Luc Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Radcliffe-Brown, Alfred e Daryll Forde (1950), *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*, Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rema, Henrique (1982), *História das Missões Católicas da Guiné*, Braga, Editorial Franciscana.
- Ribeiro, Sousa (ed.) (1940), “Anuário de Moçambique”, *Edição Comemorativa do Duplo Centenário e Restauração de Portugal*, Repartição Técnica de Estatística, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique.
- Rodrigues, Sarmiento M. (1961-2), *Presença de Moçambique na Vida da Nação: discursos do Governador-Geral de Moçambique*, vol. I, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1964.
- Santana, Orlando (1969), “História e Evolução do Ensino Primário Missionário no Distrito da Huíla”, *Boletim da Câmara Municipal da Sá da Bandeira*, 25, pp. 75-96.
- Saúte, Alda (2004), *Escola de Habilitação de Professores Indígenas «José Cabral», Manhiça-Alvor: subsídios para o estudo da formação da elite instruída em Moçambique (1926 – 1974)*, Maputo, Promédia.
- Saúte, Alda (2005), *O Intercâmbio entre os Moçambicanos e as Missões Cristãs e a Educação em Moçambique*, Maputo, Promédia.
- Scheff, Tomas (1996 [1994a]), “Emotions and Identity: a theory of ethnic nationalism”, in Craig Calhoun (ed.), *Social Theory and the Politics of Identity*, Oxford, Blackwell.
- Segalen, Martine (2000), *Ritos e Rituais*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

- Silva, Teresa Cruz (1998), “Educação, Identidades e Consciência Política: a Missão Suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)”, *Lusotopie*, 5, pp. 397-405.
- Silva, Teresa Cruz (org.) (2014), *Zedequias Manganhela*, Maputo, Marimbique Edição.Souto, Amélia (2007), *Caetano e o Ocaso do “Império”: administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo 1968-1974*, Porto, Edições Afrontamento.
- Sparks, Allister (1990), *The Mind of South Africa: the story of the rise and fall of apartheid*, Great Britain, Cox & Wyman Ltd.
- Stocking, Jr., George (1987), “The Idea of Civilization before the Crystal Palace”, *Victorian Anthropology*, New York, The Free Press, a division of MacMillan, Inc.
- Swiss Mission in S.A. (1950), *Buku ya Valhayi III*, Morija Printing Works, Basutoland.
- Swiss Mission in S.A. (s.d.), *Buku ya Vahlayi A*, Braamfontein, Sasanova Publishers.
- Tucker, Ruth (1986 [1983]), *Missões até os Confins da Terra: uma história biográfica*, São Paulo, Sociedade Religiosa Edições Vida Nova.
- Valle, E. Torre (coord.) (1906), *Dicionários Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga: precedidos de uns breves elementos de grammatica do dialecto Shironga, falado pelos indígenas de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- Valverde, Paulo (1997), “O Corpo e a Busca de Lugares de Perfeição: Escritas Missionárias da África Colonial Portuguesa, 1930-1960”, em “Etnográfica”, *CEAS-Centro de Estudos de Antropologia Social*, vol. 1, n.º 1, pp. 73-96.
- Van Dyk, D. F. (1967), *The Contact Between the Early Tribal African Education and the Westernized System of Missionary Education*, Fort Hare, University Press.
- Vermeulen, Hans (2001), *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Lisboa, Edições Colibri/SociNova.
- Weber, Max (1996), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Presença.



## ANEXOS

### Anexo A – Progressão académica dos entrevistados

Relação de entrevistas da tese <i>O Ensino Colonial em Moçambique</i>			
N.º	Id.	Idade	ANEXO B - Progressão académica dos entrevistados
1	IMN	79	1951 ingresso escolar: 1.ª parte, 2.ª parte, 1.ª classe, 2.ª classe e 3.ª classe rudimentar, fim do sistema de ensino com exame final da 3.ª rudimentar em 1954. 1955: 3.ª classe elementar, 1962: 4.ª classe
2	IEM	73	1949 ingresso escolar: 1.ª parte, 2.ª parte, 1.ª classe, 2.ª classe e 3.ª classe rudimentar, fim do sistema de ensino com exame final da 3.ª rudimentar. 3.ª classe elementar e 4.ª classe ensino à parte.
3	IESN	81	Ingresso na 1.ª parte, 2.ª parte, 1.ª classe, 2.ª classe e 3.ª classe rudimentar, exame final em 1945. 1946-47: 3.ª classe elementar e 4.ª classe, ensino à parte, na escola de freiras em L. Marques
4	IOM	80	Filho de professor do ensino rudimentar de quem é aluno até 3.ª classe rudimentar. Separa-se dos pais para tirar 3.ª classe elementar e 4.ª classe na escola oficial porque o pai é assimilado.
5	IPAZ	72	Filho de professor do ensino rudimentar que trabalhou como professor/pastor da Missão Suíça. A informação disponível é que o entrevistado, pastor e advogado, frequentou o liceu colonial.
6	IVS	71	1948 ingresso na 1.ª parte. 1951-54 a cuidar do gado. 1955: reingresso 2.ª parte, 1.ª adiantado, 2.ª adiantado, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar, exame final. 3.ª classe elementar e 1959: 4.ª classe.
7	IOJ	85	Ingressa na 1.ª classe por saber a <i>Cartilha Maternal</i> e continua 2.ª classe e 3.ª classe rudimentar, mas chumba o ditado do exame final. 1951: passa o exame. 1957: 3.ª classe elementar; 4.ª classe
8	IER	70	Enfermeira. 1956 ingressa na 1.ª atrasado, 1.ª adiantado, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar que chumba. Repete a 3.ª classe elementar. De seguida conclui a 4.ª classe.
9	IHM	80	Enfermeiro. Ingressa com 10 anos. 1943-44 suspende as aulas para enxotar pássaros. 1945 a 1950 sem interrupção faz 3.ª classe rudimentar. Em L.M. - 1952: 3.ª classe elementar; 1954: 4.ª classe.
10	IHP	71	Assimilada – ensino primário elementar
11	IAM	72	Mestiça – ensino primário elementar
12	IMN	92	O entrevistado cujo foco foi a sociedade e as Missões não detalhou a sua progressão escolar
13	ICM	71	1.ª parte, 2.ª parte, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar e 4.ª classe.
14	IMM	81	1.ª parte, 2.ª parte, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar e 4.ª classe.
15	IELH	84	Filha de professor habilitado pela M. Suíça. Aluna do pai na 1.ª e 2.ª classe. 1939-1946 em Ricatla onde estuda até 3.ª classe elementar. Tira a 4.ª classe após concluir a enfermagem.
16	IEML	79	Frequenta a 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe, 4.ª classe na Escola de Mangunze, sucursal da Missão São Benedito de Mangunze. 1955 é aprovada no exame da 4.ª classe realizado em Manjacaze.
17	IAM	81	Após alfabetização do manual <i>Buku yava Hlayi</i> ingressa na 1.ª classe. 1949: passa a 3.ª classe rudimentar; 1950: 3.ª classe elementar; 1951: 4.ª classe e admissão ao liceu e conclui o 1.º ciclo.
18	IEC	83	Após alfabetização do <i>Buku yava Hlayi</i> ingressa no Estado em 1940. Muda-se para a M. Suíça e faz 1.ª classe, 2.ª classe A, 2.ª classe B e 3.ª rudimentar. 1949-51: 3.ª elementar e 4.ª classe.
19	IMC	90	Filho de prof. habilitado pela M. Suíça. 1938-1941 aluno do pai na Manhica até 3.ª classe rudimentar. 3.ª classe elementar M. Suíça em L.M.; 4.ª classe ensino particular em L.M.
20	IAC	89	1939 alfabetização. 1942: 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar e 3.ª classe elementar na M. Metodista. 1951: 4.ª classe em L.M. e admitido na Escola Comercial onde frequenta dois anos.
21	IT	86	Ingresso na Missão católica onde frequenta 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe, 4.ª classe.
22	IMR	83	1.ª classe A, 1.ª classe B, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar na M. Metodista. 1948: 3.ª classe elementar na M. Suíça. 1966: 4.ª classe ensino particular orientado pela Missão Metodista.
23	ISN	71	1952-1953: 9-10 anos ingresso para 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar e 4.ª classe. 1960-1962: 1.º ciclo do liceu na Missão. 3.º, 4.º, 5.º liceu no colégio católico. 5.º, 6.º, 7.º liceu em L.M.
24	IVM	81	1942-1945: ingresso e frequência da 1.ª classe, 2.ª classe e 3.ª classe rudimentar numa escola católica, mas desiste e vai a L. Marques sem fazer o exame da 3.ª classe rudimentar.
25	ISM	84	Prof. diplomado. 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar e 3.ª classe elementar M. Metodista. 1953-1955: 1.º e 2.º ano do Liceu em L.M. 1957-1959: 3.º, 4.º e 5.º ano do Liceu em L.M.
26	IAC	85	Monitor. 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar, M. Católica, mas repete a 3.ª elementar na M. Metodista e chumba. Em L.M. passa; é aprovado na 4.ª classe e faz o 1.º ano.
27	INP	68	Prof. diplomado. 1.ª classe atrasada, 1.ª classe adiantada, 2.ª classe atrasada, 2.ª classe adiantada, 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar e 4.ª classe na escola católica. 1960: aprovado 4.ª classe
28	ICM	78	Prof. diplomado. 1.ª classe, 2.ª classe e 3.ª classe rudimentar na Escola Anglicana. 1948: passa a 3.ª classe rudimentar. Transita para a escola católica e frequenta a 3.ª classe elementar e 4.ª classe.
29	IPS	91	Ingresso em 1934: 1.ª parte, 2.ª parte, 1.ª classe, 2.ª classe, exame da 3.ª classe rudimentar em 1940.

Relação de entrevistas da tese <i>O Ensino Colonial em Moçambique</i>			
N.º	Id.	Idade	ANEXO B - Progressão académica dos entrevistados
			É encaminhado para fazer a 3.ª classe elementar e 4.ª classe em Ricatla que, entretanto, o Governo encerra. Vai para M. Suíça em L.M. onde em 1942 conclui o ensino primário em regime particular.
30	IAG	80	1946: 1.ª classe ensino doméstico. 1948 passa o exame final, 3.ª classe rudimentar. 1950: 3.ª classe elementar na Missão de Mavila. 1950: aluno interno da 4.ª classe. 1952: passa a 4.ª classe.
31	IJT	69	João Torcato, marista. <i>Eu sou natural de Portugal, concelho de Vila Nova Ourém. saí de lá com 11 anos levado pelos Maristas e estou aqui em Moçambique desde 21 de janeiro de 1956. Fiquei cinco anos na Itália e três e meio no Brasil e depois vim para aqui.</i>
32	IBDL	87	Cardeal, filho de prof. Aluno do pai na 1.ª classe e 2.ª classe. 3.ª classe rudimentar e 4.ª classe na Catedral em L.M. Frequenta a 4.ª classe no seminário para preparação de sacerdotes em Magde.
33	IES	93	Prof. das Missões católicas. 1.ª parte, 2.ª parte na terra natal. 1944: 3.ª classe rudimentar. Faz 3.ª classe elementar e 4.ª classe com seus alunos. 18 valores na 3.ª classe elementar e 16 na 4.ª classe.
34	IEC	77	Enfermeira. Frequenta na M. Nazarena a 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar e 4.ª classe
35	IAS	76	Prof. diplomado. Frequenta na M. Católica a 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar e 4.ª classe. O padre encaminha-o para o Alvor para habilitação de professor.
36	IAG	61	Prof.ª das Missões católicas. 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe, 4.ª classe na Missão de Nossa Senhora de Lurdes – Chongoene, diocese de João Belo.
37	IAL	76	Prof. diplomado. Aprende Português e Chopi na escola católica. Na 1.ª parte e 1.ª classe aprende a escrever no chão. Faz a 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar, 4.ª classe e vai para o Alvor.
38	IJ	64	Prof. das Missões católicas. Ingressa na escola católica com 14 anos. Frequenta cartão 1, cartão 2, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe. 1968 monitor da 3.ª classe rudimentar. 1969 passa a 4.ª classe.
39	IESM	74	Enfermeira. Ingressa na M. Nazarena em 1952 e frequenta 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar e 4.ª classe. Tira o curso de enfermagem na M. Metodista.
40	IZ	68	Prof. monitor. Na M. Nazarena 1.ª classe atrasada, 1.ª classe adiantado, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar, 3.ª classe elementar, 4.ª classe. 1964: conclui a 4.ª classe.
41	IVU	69	Prof. diplomado, posteriormente P.S.P. 1956: ingressa na pré na escola católica. 1960: 3.ª classe elementar. 1961: 4.ª classe com 14 valores e ingresso no Alvor para habilitação de professor.
42	ILG	78	Ingresso na M. Nazarena 1.ª parte, 2.ª parte, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar e 3.ª classe elementar. 1953-1954: 4.ª classe na Missão Metodista de Cambine.
43	IEN	77	Enfermeira. Ingressa na M. Nazarena 1.ª parte e 2.ª parte (num ano), 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar (1953) e 3.ª classe elementar. Segue para enfermagem e depois conclui a 4.ª classe.
44	ICM	69	1.ª classe, 2.ª classe e 3.ª classe rudimentar na M. Metodista Livre em Inharrime. 1960: 3.ª classe elementar na escola católica em L.M. 1963-1964: 4.ª classe ensino noturno em L.M.
45	IM	68	1.ª classe, 2.ª classe e 3.ª classe rudimentar na escola católica em L.M. 3.ª classe elementar na M. Metodista Livre em Inharrime. 4.ª classe na Escola Paiva Manso, em Lourenço Marques.

## Anexo B – Carreira profissional dos entrevistados

Relação de entrevistas da tese <i>O Ensino Colonial em Moçambique</i>			
N.º	Id.	Idade	ANEXO C - Carreira profissional dos entrevistados
1	IMN	79	Com 3.ª classe elementar, inicia carreira como trabalhador a <i>chibalo</i> na fábrica de açúcar onde trabalha por 3 anos como apontador. 1961: na restauração como criado de mesa. 1962: feita a 4.ª classe é admitido como servente do diretor no Instituto de cereais; fazendo as vezes do telefonista. 1967: escriturário de 2.ª classe 1975: Responsável nacional do património do Min. do Comércio.
2	IEM	73	Designada prof.ª da M. Nazarena da 1.ª classe, extinta a 1.ª parte e 2.ª parte. 1965: casa-se e cessa atividade. 1975: instada a submeter um requerimento para integração como prof.ª do quadro nacional moçambicano, seu requerimento é deferido e trabalha como prof.ª até 2005 quando se reforma.
3	IESN	81	Feita a 4.ª classe com 17 anos, entra numa oficina como aprendiz de carpinteiro e desiste no próprio dia. Moço de recados numa casa de costura. Empregado da indústria farmacêutica. 1950-1952: curso de enfermagem 1953-1957: enfermeiro da empresa de citrinos na Zambézia. 1975: entra no SNS.
4	IOM	80	O meu objetivo não era a recolha de elementos sobre a história de vida do informante, mas o conteúdo da entrevista é sobre a atividade do pai enquanto professor, de si como aluno do pai e do funcionamento das Missões, pelo que a biografia do informante é omissa na generalidade. Referiu ter tirado o curso de alfaiataria e que estava ao serviço do Comité Olímpico de Moçambique.
5	IPAZ	72	O meu objetivo não era a recolha de elementos sobre a história de vida do informante, a entrevista está focada na atividade do pai enquanto professor e no funcionamento das Missões. Sabe-se de fontes bem colocadas que é pastor aposentado da IPM, é jurista e filho de professor Ernesto Zita, comprovado como diplomado pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas.
6	IVS	71	1962-1968: trabalhador da empresa de criadores de gado em L.M. 1968-1972: serviço militar, em teatro de guerra, no Niassa. Do rebentamento da mina tem como sequelas somente ranhuras. Reclama de Portugal uma pensão, negando a justificação de recusa por ele não ter efetuado descontos, algo que afirma ter feito enquanto militar.
7	IOJ	85	Com a 3.ª classe elementar feita entra na Saúde quando Moçambique adere à O.M.S., que disponibiliza um fundo de combate à malária. É classificado no 1.º lugar no teste de caligrafia destinado à elaboração de cartas topográficas. Passa o exame extraordinário da 4.ª classe e entra para a Direção dos Serviços do Comércio onde trabalha até à independência. É integrado nos quadros nacionais.
8	IER	70	1966: ingressa no primeiro curso de enfermagem do hospital da M. Nazarena findo o qual trabalha até casar-se e vai viver para Lourenço Marques. 1974-1975: trabalha como enfermeira na Missão de S. José de Lhanguene. Nov. 1975: por diretiva do Governo faz prova de aferição no Hospital Central e é aprovada. 1975-1992: trabalha em vários centros de saúde em Maputo.
9	IHM	80	1958-1959 curso de enfermagem, em Lourenço Marques. 1960: colocado em Mossurize, Manica e Sofala. 1964, no hospital Rainha D.ª Amélia, Beira. 1967 em Mutarara, Tete. Aposentado do Estado, porém ativo em regime de contrato no centro de saúde num sindicato dos trabalhadores.
10	IHP	71	Moçambicana de origem, filha de enfermeiro indígena, residente em Portugal desde após a independência onde trabalhou como analista; é atualmente aposentada do Estado
11	IAM	72	Moçambicana de origem, filha de enfermeiro mestiço e mãe indígena, residente em Portugal desde após a independência onde trabalhou para o Estado; é atualmente aposentada.
12	IMN	92	Na década de 1940 é aluno no Alvor, mas interrompe o curso para ir lecionar nas escolas da M. Metodista. 1960-1965: assistente pastoral em Cleveland. 1966: em Chicique onde dá cursos bíblicos, ensina dactilografia, instrui jovens e é prof. do ensino rudimentar. 1976: recebe formação de professor do <i>tipo novo</i> . 1976-77: curso de prof. de ensino primário, agente de defesa e de saúde.
13	ICM	71	1975: na Missão Nazarena a ensinar a Bíblia às crianças e à juventude. As nacionalizações obrigam-na a abandonar e passar a viver em Maputo onde desde então está sem atividade.
14	IMM	81	1955-1959 curso de enfermagem na M. Metodista. Março 1959: graduação e regresso à M. Nazarena. 1965: casamento com pastor da Igreja Metodista. 1965-1973 no hospital da Missão de Cambine. 1973-1975 no hospital de Chicique. 1975-1976: prova de aferição e integração no SNS. 1976-1980: Hospital de Inhambane. 1980-2014: Ativa no Hospital de Chicique, mas reformada desde 1999.
15	IELH	84	Filha de prof. Alexandre Honuana da M. Suíça. 1952: conclui enfermagem no Hosp. da M. Suíça. Conclui 4.ª classe noturno. Enfermeira na Companhia do Boror. 1975-76: reciclagem e integração no SNS. 1977-1989: no Hosp. de Chamanculo e reforma. Requisitada para enfermeira e juíza eleita do Tribunal de Menores. 1997-2014: enfermeira na TOPAQUE, 2 h por dia de segunda a sexta.
16	IEML	79	1957-1959 enfermagem no Hospital Central Miguel Bombarda; 1960 Delegacia de Saúde de Magude; 1962-1976 instrumentista não especializada no Hospital Provincial de Gaza; 1976 especialização como instrumentista no Instituto de Ciências em Maputo e colocada no Hospital Provincial de Gaza. 1998-2013 no Hospital Central de Maputo. 2014: aposentada e ativa no privado.

Relação de entrevistas da tese <i>O Ensino Colonial em Moçambique</i>			
N.º	Id.	Idade	ANEXO C - Carreira profissional dos entrevistados
17	IAM	81	Feito o 2.º ano do liceu, vai trabalhar para as minas. 1959: regresso das minas a L.M. 1960: ingresso no Registo Civil como dactilógrafo. 1964 promovido a aspirante. 1968 aprovado no concurso para primeiros liceais. 1975-76: 1.º secretário do Grupo Dinamizador e prof. de Educação Política. 1977-1994: Registo Civil. 1995-2000: Registo Civil, Instituto da República, juiz e aposentação.
18	IEC	83	Feita a 4.ª classe, tira na M. Suíça o curso de instrutor para educação de jovens e crianças e leciona da pré-primária a 2.ª classe. 1958-1962 formação pastoral no Seminário de Ricatla. 1963: pastor e admitido nos CTT que o coloca em Nampula. Promovido a 3.º oficial. 1973: transferido para L.M. 1975-1976: integra o governo como quadro dos CTT sob tutela do Ministério dos Transportes.
19	IMC	90	Filho de prof..1943-1947: feita a 3.ª classe elementar na M. Suíça, vai formar-se em agricultura e evangelismo na M. Metodista. No regresso, tira a 4.ª classe e ensina até 2.ª classe.1951-54: prof. de agricultura em Ricatla. 1955-1959 em Matutuine. 1959-1962 curso pastoral em Ricatla. 1963-1967: pastor em Magude. 1968-1972 nos CTT. 1973-1975 regresso ao pastorado e reforma.
20	IAC	89	Na Igreja Metodista como catequista e educador de alfabetização de jovens e mulheres. Incentiva as mulheres à alfabetização dos filhos, pagando o selo dos correios das cartas que ele escreve para os maridos na África do Sul. 1954: dactilógrafo do Dr. Almeida Santos.1974: ao serviço da Câmara do Comércio que fecha em 1975 sem integrá-lo e vai trabalhar para Dr. Almeida Penicela.
21	IT	86	Carpinteiro. Não foi possível recolher informação adicional do ancião, cuja entrevista teve de ser interrompida devido ao seu estado de saúde que apresentava sintomas de alzheimer.
22	IMR	83	Enquanto catequista em Pemba, Inhambane, cessa após o administrador e funcionários terem chegado à casa a exigir <i>queremos os livros que você está a ensinar</i> . É advertida que <i>a partir de hoje não queremos ouvir que você está a tocar o sino para as crianças virem estudar</i> . Em L.M. desde 1966, sem trabalhar desde o encerramento da União Fabril após a independência.
23	ISN	71	1975-1977: bacharelato em direito na UEM. 1978-2010: delegado do Procurador da República; Juiz-presidente do Tribunal Provincial; Vice-Procurador da República; Procurador-Geral da República, Juiz-conselheiro do Tribunal Administrativo. 2010 aposentado, mas no projeto individual “Fundação para a Cidadania”. Membro da Comissão Central da Ética Pública.
24	IVM	81	Sem exame da 3.ª classe rudimentar, em 1950 vai a Lourenço Marques onde trabalha como criado doméstico. 1953: trabalhador das minas por 10 anos. 1964: ao regressar a Lourenço Marques sabendo falar Inglês entra para a restauração. 1970-1985: no Hotel Turismo como chefe-geral.
25	ISM	84	1959: diplomado do ensino particular da M. Metodista de Cambine. 1963: diploma de diretor de ensino particular. 1976-1977: habilitado pelo magistério primário nacional. 1978-1982: prof. da Escola Sec. de Cambine. 1983-1984: funcionamento da escola em Morrumbene após rapto de alunos pela Renamo. 1984-1987: reabertura da escola em Cambine. 2.10.87: escola incendiada provoca morte por afogamento de 25 pessoas. 1987-94: em Morrumbene. 1994: reforma. 1995-2004: contratado.
26	IAC	85	1949-1957: alterna estudos da 3.ª classe elementar, 4.ª classe e 1.ª ano do ciclo como bolseiro e monitor da M. Metodista de Cambine. 1958: em Portugal na Esc. Secundária de Carcavelos para prosseguir o 2.º ano. Fica internado 6 meses no Hosp. Curry Cabral e é aconselhado a regressar. Após 1975 tira o curso de professor em Homoine e é professor da antiga escola até à reforma.
27	INP	68	1963-1967: hab. prof. 1967-1970: militar. 1971: professor <i>eventual, assalariado/idóneo</i> . 1972-1973: prof. Escola Particular da M. Metodista Livre.1974-1975: faz o 4.º ano do liceu e é colocado na Escola de Chamane. Após 1975: formação de 3 anos em Português.1982: na RDA. 1987: fundador do Dept. Ação Pedagógica de Inhambane. 1993-95: Direção de Educação de Inhambane. 1995-98: pres. sup. Conselho Municipal. 2013-2014: Lic. Hist. Pol. e Gestão Pública.
28	ICM	78	1952-1953 hab. prof. 1954-55: prof. na Manhiça. 1955-1963: prof. Escola de Nhamacha e 1.ª and 2.º ciclo noturno na Maxixe. 9 anos no professorado e ingresso no Instituto de Formação de Professores do Magistério Primário. Leciona em várias escolas até 1975. 1994-1995: aposentação. Até 2013: Pres. da Assembleia Municipal de Maxixe. 2014: formação de assessoria e imagem.
29	IPS	91	1942: emigra para a Suazilândia com 2.ª grau e prossegue os estudos em Inglês até concluir o ensino secundário. Vai para a África do Sul estudar contabilidade.1963: fica em 1.ª lugar no concurso de contabilista das minas e é admitido. Quando vai buscar a família é interdito pelo Governo que o coloca nos CFM como revisor. 1975-1991: ativo no mesmo posto até à reforma.
30	IAG	80	1952: com 4.ª classe é nomeado prof. das Missões católicas. 1952-1957: prof. na Escola de São Paulo de Majoute. 1958-1966: prof. na Escola de S. Miguel Mangorro, 1967: condutor do posto agrícola de Mangorro. 1968-1970: motorista da brigada da barragem de Massingir. 1971: motorista de empresa ligada à Cabora Bassa. 1975-1996 condutor da machamba estatal na Moamba.



Relação de entrevistas da tese <i>O Ensino Colonial em Moçambique</i>			
N.º	Id.	Idade	ANEXO C - Carreira profissional dos entrevistados
31	IJT	69	Irmão João Torcato, Marista. Professor da Escola de Habilitação de Professores do Posto Escolar – Alvor – Manhiça. Em Moçambique desde 1956, cinco anos na Itália e três e meio no Brasil, um ano em Angola, sempre no ensino liceal, e a partir de 1967 até 1975 no Alvor.
32	IBDL	87	D. Júlio Duarte Langa, filho de professor. Bispo emérito da diocese aquando da entrevista em 2014. 2015: Cardeal. Ingressa no Seminário Menor de Magude para o curso de cinco anos findo o qual dá aulas no Seminário por um ano. Trabalha na Missão de Maleice e na Missão de S. Benedito. 1975 vigário geral, oficial de Cúria, consultor diocesano (Pinheiro, 1992: 117).
33	IES	93	Em 1944 designado prof. das Missões católicas de Baule, Nhandimo e Nhachichene e Escola de Inhamissa (Xai-Xai). É professor-colega de seus alunos da 3.ª classe elementar e 4.ª classe. É-lhe atribuído pelo governo o certificado de louvor como professor. 1980-81: no Alvor para o diploma e <i>fui aposentado como professor de posto escolar</i> .
34	IEC	77	1955-1959: bolseira da M. Nazarena do curso de enfermagem na Missão Metodista em Chicunque. 1959-1961: enfermeira no hospital da M. Nazarena. 1961-1974 casada e doméstica em Lourenço Marques. 1975/1976: provas de aferição e integração no SNS. 1976-1980: no Hosp. José Macamo, Maputo. 1981-1998 no Hospital de Xai-Xai e aposentação.
35	IAS	76	Diplomado do Alvor. 1955-1960: prof. da 3.ª classe elementar em João Belo. 1961: aulas noturnas aos serventes do Estado. 1962-1964: aluno do 1.º ciclo. Aluno do magistério primário. 1967-1974: Escola de Inhamissa e Escola de Artes e Ofícios. 1976-1981: Instituto Pedagógico como instrutor de prof. primários provinciais. 1982-1991: prof. do ensino secundário e aposentação.
36	IAG	61	1970: aos 18 anos prof.ª das Missões católicas na Missão de Nossa Senhora de Lurdes -Chongone. 1976-1977: ensino e formação pedagógica à distância.
37	IAL	76	Diplomado do Alvor e filho de prof. <i>Dei aulas, era prof. de giz e quadros de 1956 até 1975</i> . 1.º na Escola Beato Nuno, prof. da 1.ª classe e 2.ª classe. 1970: passa de prof. de ensino rudimentar para prof. assalariado. 1975-1988: membro da Direção de Educação; subinspetor escolar; chefe provincial de alfabetização de adultos. 1988-1994: diretor de Educação do Xai-Xai e reforma.
38	IJ	64	Prof. das Missões católicas de 1971 até 1975 quando o governo moçambicano o envia para o curso de reciclagem de professores para exercer a função de professor habilitado. 2008: reforma após 37 anos de serviço na educação. À data da entrevista, em 2014, em Manjacaze ativo na escultura.
39	IESM	74	1959-1962: Bolseira da M. Nazarena no curso de enfermagem da M. Metodista de Chicunque. 1962-1975 enfermeira-parteira no hospital da Missão Nazarena. 1975-1991 enfermeira-chefe de distrito em Manjacaze, mas a trabalhar na saúde materno-infantil. Desde 1992 aposentada, mas ativa em regime de contrato num projeto que vela pela saúde, idade fértil e a criança dos 0-5 anos.
40	IZ	68	Prof-monitor. 1964: conclui a 4.ª classe no ano em que sai uma lei aplicável também às Missões que determina a integração no quadro docente de indivíduos com 4.ª classe. 1965: designado pelo diretor como prof-monitor. 1967 inscrição na Rep. Escolar distrital como prof-monitor. 1969: na M. Metodista em Chicunque para o curso de reciclagem. 1977-1982 prof. em Chidenguele. De 1983 até à reforma - dactilógrafo da Direção Provincial de Educação no Xai-Xai e aposentação.
41	IVU	69	1961-1964: formação no Alvor. 1961-1962, 1.º ano. 1962-1963, 2.º ano. 1963-1964, 3.º ano, dispensado das provas orais. 1964-1971 com 19 anos começa a trabalhar como prof. e cumpre o serviço militar. Sai da tropa, entra para as brigadas do registo civil, aguardando os resultados do concurso para guarda-fiscal. É colocado na PSP onde trabalha até 1975. 1976-1983: em Maputo, técnico prof. em Admin. Pública. 1985-1999: em Xai-Xai, fundador do Dept. Recursos Humanos.
42	ILG	78	1955-1959: curso de 4 anos de carpintaria-marcenaria na Missão Metodista de Cambine. 1960: em Xai-Xai; no Chibuto; e em L. Marques. 1963: casa-se. Vai à tropa em época de guerra. <i>Em vez de especialização de guerra eu fui à especialização que já trazia em mão. Nós andávamos em Nampula a transformar armazéns em residências de soldados</i> . 1969/70: entra para o Laboratório de Eng. de Moçambique, em L.M., como chefe da seção de carpintaria. 1975: responsável pelos assuntos sociais do Grupo Dinamizador e pelo setor de manutenção das Obras Públicas.
43	IEN	77	1955-1959 bolseira da M. Nazarena no curso de enfermagem da M. Metodista de Chicunque. 1959: regresso à M. Nazarena como enfermeira-parteira. 1963-1964: casamento e muda-se para L.M. onde é doméstica. 1975: governo moçambicano insta as enfermeiras vindas das Missões a entregarem seus currículos. 1975-1996 no Hosp. Central de Maputo e aposentação. 1997-2006: em regime de contrato num projeto da Comunidade de Santo Egídio, dedicado a doentes de H.I.V. 2007-2014: na sua fundação, “Centro Dream”, dando apoio à criança e à mulher grávida.
44	ICM	69	1966 com 4.ª classe feita em Lourenço Marques, regressa à Missão Metodista Livre de Inhamachafu como monitora eventual. 1970-1971 casa-se em Lourenço Marques onde tem estado a residir desde o falecimento do marido no regresso do casal da África do Sul em 1980.

Relação de entrevistas da tese <i>O Ensino Colonial em Moçambique</i>			
N.º	Id.	Idade	ANEXO C - Carreira profissional dos entrevistados
45	IM	68	1964, concluída a 4. <sup>a</sup> classe em Lourenço Marques, é admitido no Hospital Central Miguel Bombarda como arquivista. No hospital trabalha até à independência quando sai de Moçambique para ir viver fora e só regressando muito depois sem especificação de quando.

## **Anexo C – Lista das Missões Católicas no Sul de Moçambique**

### **Arquidiocese de Lourenço Marques**

1. Escola de Habilitação de Professores do Posto Escolar – Alvor – Manhiça. “Fundada com o nome de “José Cabral”, em 1 de maio de 1926. Entregue, desde o início, a direção ao clero secular e, ultimamente, à Congregação dos Irmãos Maristas. Internato para rapazes, com o curso de ensino do Magistério”.
2. Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar – Magude. “Fundada em 2 de julho de 1964. Confiada às Irmãs de Apresentação de Maria, e com o curso de Magistério”.
3. Paróquia-Missão de S. Pedro e S. Paulo – Bairro do Choupal. “Fundada em 1 de agosto de 1970”.
4. Missão de S. Francisco Xavier – Benfica. “Fundada em 3 de dezembro de 1952”.
5. Missão de N. <sup>a</sup> Senhora do Livramento – Zona T 3 – Infulene. “Fundada em 1 de janeiro de 1973”.
6. Missão da Sagrada Família – Machava. “Fundada em 31 de janeiro de 1956”.
7. Missão de St. <sup>a</sup> Teresinha do Menino de Jesus – Liqueleva – Machava. “Fundada em 1 de janeiro de 1962”.
8. Missão de N. <sup>a</sup> Senhora das Mercês – Catembe. “Fundada em 2 de janeiro de 1909”.
9. Missão de N. <sup>a</sup> Senhora das Candeias – Vila Luísa. “Fundada em 2 de fevereiro de 1948”.
10. Paróquia-Missão de S. Miguel – Manhiça. “Fundada em 29 de setembro de 1900”.
11. Missão de S. Rafael Arcanjo – Alvor – Manhiça. “Fundada em 17 de junho de 1965”.
12. Missão do Espírito Santo da Calanga – Manhiça. “Fundada em 28 de maio de 1944”.
13. Missão de S. Isabel Rainha de Portugal – Taninga. “Foi fundada como missão laica e entregue à Direção das Missões em 9 de dezembro de 1927”.
14. Paróquia-Missão de S. Rita da Cássia – Xinavane. “Fundada em 27 de maio de 1957”.
15. Missão de S. Jerónimo de Magude. “Fundada em 2 de janeiro de 1909”.
16. Missão de Santa Quitéria de Uanetze – Mapulanguene. “Fundada em 21 de novembro de 1943”.
17. Paróquia-Missão do Santo Condestável – Boane. “Fundada em 23 de maio de 1963”.
18. Missão de S. Roque de Matutuine – Bela Vista. “Fundada em 16 de agosto de 1900”.
19. Missão de S. Gonçalo de Amarante – Salamanga. “Fundada em 13 de outubro de 1960”.
20. Paróquia-Missão de S. João de Brito – Moamba. “Fundada em 4 de fevereiro de 1948.
21. Missão de Santo António do Sabié. “Fundada em 22 de julho de 1938”.

### **Diocese de João Belo**

1. Missão de Nossa Senhora de Lurdes – Chongoene. “Fundada em 8 de novembro de 1906”.
2. Missão de S. Benedito – Muchopes. “Fundada em 16 de maio de 1910”.
3. Paróquia-Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Fátima – Manjacaze. “Fundada em 1 de janeiro de 1959”.
4. Missão do Menino Jesus – Chidenguele. “Fundada em 26 de dezembro de 1943”.
5. Missão de S. Clara de Assis – Chicumbane. “Fundada em 9 de setembro de 1958”.
6. Missão de Santa Rosa de Viterbio da Maleice. “Fundada em 1 de janeiro de 1909”.
7. Paróquia-Missão do S. Coração de Jesus – Chibuto. “Fundada em 7 de dezembro de 1955”.
8. Missão de Santa Ana-Mahuntsane – Chibuto. “Fundada em 1 de janeiro de 1966”.
9. Missão da N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Saúde – Alto Changane. “Fundada em 6 de janeiro de 1960”.
10. Missão do Santo Condestável – Fumane. “Fundada em 15 de dezembro de 1955”.
11. Missão de Santo António – Maniquenique. “Fundada em 1 de janeiro de 1966”.
12. Missão de Nossa Senhora da Assunção – Mapai. “Fundada em 27 de dezembro de 1955”.
13. Missão de S. José Operário – Mabalane. “Fundada em 1 de maio de 1963”.
14. Paróquia-Missão da N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Esperança – Massingir. “Fundada em 11 de junho de 1973”.
15. Missão de Nossa Senhora do Amparo – Machele. “Fundada em 27 de novembro de 1951”.
16. Missão de S. Vicente de Paulo – Caniçado. “Fundada em 22 de agosto de 1942.
17. Paróquia-Missão N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> Rainha do Mundo. “Fundada em 2 de janeiro de 1960”.
18. Paróquia-Missão S. Pedro Apóstolo – Santa Comba. “Fundada em 1 de maio de 1963”.
19. Paróquia-Missão do S. <sup>o</sup> Nome de Jesus – Folgares. “Fundada em 12 de janeiro de 1960”.
20. Paróquia-Missão das Cinco Chagas de N. Senhor J. Cristo – Ourique. “Fundada em 2 de janeiro de 1960”.
21. Paróquia-Missão de Santa Ana – Aldeia Santana. “Fundada em 1 de janeiro de 1960”.
22. Paróquia-Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Graça – Aldeia da Graça. “Fundada em 9 de maio de 1961”.
23. Paróquia-Missão de Santo Cristo – Freixiel. “Fundada em 10 de janeiro de 1962”.
24. Missão de S. Paulo – Messano. “Fundada em 13 de março de 1901”.
25. Paróquia-Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Natividade – Macia. “Fundada em 1 de novembro de 1957”.
26. Paróquia-Missão de S. Martinho – Bilene. “Fundada em 29 de março de 1970”.
27. Missão de S. Pedro – Chissano. “Fundada em 28 de agosto de 1951”.

#### **Diocese de Inhambane**



1. Escola de Habilitação de Professores de Posto – Homoine. “Fundada em 1963”.
2. Missão de Santo António – Mavila (Zavala). “Fundada em 20 de maio de 1939.
3. Paróquia-Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Amparo – Quissico. “Fundada em 4 de agosto de 1957”.
4. Paróquia-Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição – Inharrime. “Fundada em 13 de maio de 1958”.
5. Missão de S. Francisco de Assis – Mocumbi. “Fundada em 2 de janeiro de 1900”.
6. Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Fátima – Jangamo. “Fundada em 13 de setembro de 1951”.
7. Missão de S. Pedro Clever – Pembe (Homoine). “Fundada em 25 de fevereiro de 1966”.
8. Paróquia-Missão da Sagrada Família – Maxixe. “Fundada em 24 de agosto de 1960”.
9. Missão de S. José de Mongué – Maxixe. “Fundada em 1890 com sede em Bembe. Mudada para Mongué (Maxixe) em 4 de julho de 1893”.
10. Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição – Morrumbene. “Fundada em 8 de dezembro de 1956”.
11. Missão de Santa Maria – Mocodoene (Morrumbene). “Fundada em 4 de março de 1936.
12. Missão de S. João de Deus – Homoine. “Fundada em 7 de dezembro de 1910”.
13. Missão de S. Boaventura – Panda. “Fundada em 8 de setembro de 1951”.
14. Missão do Imaculado Coração de Maria – Massinga. “Fundada em 7 de junho de 1946”.
15. Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário – Muvamba (Massinga). “Fundada em 7 de outubro de 1960.
16. Missão de S. José – Mapinhane (Inhambane). “Fundada em 25 de julho de 1946”.
17. Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Consolata – Funhalouro. “Fundada em 1 de agosto de 1967”.
18. Paróquia-Missão de N. <sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Fátima – Vilanculos. “Fundada em 14 de abril de 1966”.
19. Missão de Santa Ana – Maimelane (Vilanculos). “Fundada em 5 de maio de 1947”.
20. Missão do S. C. de Jesus – Mambone – Via Beira. “Fundada em 28 de junho de 1945”.

## **Anexo D – Entrevistas**

### **PROJETO SFRH/BD/79625/2011: ENSINO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE**

Irene Maria Lousada Banze

45 Entrevistas em formato de texto – novembro de 2019

#### **Informante nº 1 - Moisés Ngulele (IMN-79)**

Data da entrevista: 7/02/1913

Duração da entrevista: 40 minutos

#### **Caracterização da entrevista**

Moisés Ngulele, conhecido por Ngulele, 79 anos, consta da transcrição da pauta do ano de 1955, assinada por Jacinto Mário Beca, professor da Escola Particular de Machulane sob a gestão da Missão Nazarena em Tavane.

#### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde!

Moisés: Boa tarde, muito obrigada, minha senhora.

Irene: Agradeço a oportunidade que me concedeu, o senhor e a sua esposa, de me receberem aqui em vossa casa, no campo, uma casa que é muito bonita, o campo também e as árvores são muito bonitas. Conforme estive a dizer, vim para cá para fazer um trabalho, uma pesquisa sobre o ensino colonial aos indígenas ...

Moisés: sim, sim, sim.

Irene: E tendo tido conhecimento que o senhor estudou numa escola indígena, gostaria que me desse informações sobre o tipo do ensino que o senhor recebeu, quando é que começou, e onde é que foi, e qual foi, ou que avaliação faz do tipo do ensino colonial que lhe foi ministrado. Repito que com sua permissão irei gravar a nossa conversa para que não me esqueça de nada.

Moisés: De verdade, naquele tempo que nós passámos, o indígena era só ensinado até 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. O indígena não era permitido ir até a 4.<sup>a</sup> classe porque senão ele saber mais; e era obrigatório. Enquanto um miúdo, ou uma miúda é apanhado a ir à escola, quando ele não consegue responder era porrada! No fim da semana, o pagamento dos professores que o aluno fazia era ir trabalhar em casa dos professores, em casa, nas machambas dele, qualquer trabalho que eles têm para os alunos fazer. Face que eles não faziam reuniões com os pais, quando o aluno é atrasado, analfabeto era só porrada, palmatoadas, varra, até ele saber. Eu fui lá já com 18 anos devido a doenças, mas comecei na 2.<sup>a</sup> parte. Isto é, era a 2.<sup>a</sup> parte que era a parte do ensino do indígena; porque os brancos começavam na 2.<sup>a</sup> classe, na 1.<sup>a</sup> classe, digo. E nós tínhamos a 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte, 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>o</sup> rudimentar e 3.<sup>a</sup> elementar é que já ia para a 4.<sup>a</sup> classe já quando for assimilado; ou uma coisa ou outra. Eu estudei nas missões protestantes. Também lá, se o aluno atrasar era porrada! Porque é que ele não foi primeiro receber Educação Moral? Tinha que todos os alunos chegar mais cedo para ir receber Educação Moral, é que já começa a ir às escolas. Dito assim, os alunos, eu saía de uma distância de mais de 25 km da minha casa; eu tinha que ficar numas casas assim como internatos durante os cinco anos que eu estive lá nas missões. Consegui tirar a 3.<sup>a</sup> classe elementar e não consegui acabar com a 4.<sup>a</sup> classe, vim fazer quando já casado em Xinavane. Mesmo assim, vi o sofrimento dos nossos filhos, nossos irmãos que andavam lá. Outros vinham de Inhambane, outros vinham de onde para irem estar nas missões para receber instrução. Não era permitido que o aluno faltasse na escola. Quando falta na escola tinha que apresentar uma justificação do médico. Ir para o hospital, o hospital estava também nas missões. Era sair da escola, ir ao hospital apanhar tratamento e ir à casa. Nós pagámos com a nossa carne para poder estudar. E mais, o que custava muito é que coisas que eles faziam naquele tempo era a pessoa obrigado a decorar! Quando vamos em gramática, obrigava o aluno a decorar. Chegar lá cantar, parece que está gravado no gravador; não é assim como as pessoas educam. Quando é dia de tabuada, o aluno tinha que saber de soma até divisão de cor. Fazia também fazer provas orais e prova dos nove que tinham que fazer os alunos em suas casas. Os professores da missão não eram permitidos fazer os exames de 3.<sup>a</sup> em diante. Eram obrigados a ir à escola em Manjacaze - escolas oficiais, como aquelas eram escolas dos indígenas, não podiam fazer, não tinham documentos, diplomas, não tinham outras coisas que eram necessários para o aluno. Graças a Deus que aqueles ensinamentos, aqueles que conseguiram fazer, hoje

em dia são alguéns porque saindo de lá com 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, a pessoa já sabia fazer redação; discutiam, sabiam fazer tudo o que é necessário, através dessa educação. É essa parte pelo menos que eu posso dizer que, olha, eu vivi, que eu vi, e acompanhei de perto; não aceitei ser professor devido a outras circunstâncias porque eles queriam-me obrigar a ser professor naquela escola. E muito obrigado!

Irene: Obrigada, foi muito bom ouvir esta primeira parte. E em relação ao que me falou, gostaria de colocar algumas questões. A primeira é, falou-me de missões, as missões onde estudou, mas pode-me especificar quais foram as missões?

Moisés: Eu estive na Missão Nazarena que era a Escola Particular de Machulane, Escola Rudimentar Particular de Machulane. Era dos missionários nazarenos que vieram. Quer dizer, o espaço comprou-se nas outras igrejas que desistiram daquele lugar para irem a Chicucue, e ficaram ali em troca, em dinheiro, em 1930 e 8.

Irene: Quando é que foi para lá? E foi para lá concretamente para estudar?

Moisés: Sim, sim.

Irene: Em que ano?

Moisés: 1951 a 55.

Irene: Pode-me dizer quem foram os seus professores durante esse período? Quais foram os professores que encontrou lá? Os nomes desses professores que encontrou lá e dos que foram os seus professores.

Moisés: Encontrei lá, naquele tempo era o responsável James Banze, Jacinto Mário Beca e havia o Vasco Mondlane, havia o Laurino, já não me lembro o apelido ... e outros que já a memória não me... não me cabe porque já há mais de 50 anos.

Irene: Mas os seus professores, concretamente, aqueles que são a sua referência, quem foram?

Moisés: O Jacinto Mário Beca, e foi o Jaime Manhique que me ensinou na 3.<sup>a</sup> rudimentar, e foi o ... o ...

Irene: Falou-me de James Banze?

Moisés: James Banze era já ele como responsável, como encarregado, porque era já idoso, e com a idade estava já para entrar na reforma e depois no lugar dele ficou Vasco Mondlane na II Parte, porque eu comecei na II Parte lá.

Irene: Portanto, James Banze nunca foi seu professor?

Moisés: Nunca foi; foi professor do meu irmão mais velho, o Samuel Moisés Ngulele que até depois disso ele foi tirar o curso de enfermagem.

Irene: Quem?

Moisés: O meu irmão.

Irene: Pois, é que já tive uma pequena entrevista como uma pessoa, foi ela que me deu o seu nome como referência e que disse que o senhor era colega deles. Até posso dizer o nome da pessoa, é a Marta Machava (digo, aluna nº 14 da pauta em anexo), foi colega. Ela disse-me, achando graça, que elas brincavam e não faziam os trabalhos de casa e o prof. James Banze, que tinha a alcunha de *Xibissa*, quer dizer o homem da palmatória, delegava a si, a Moisés Gulele, dar palmatória por não terem feito os deveres de casa. Não sei se há verdade nisso?

Moisés: Como ele era ele o supremo, mas não é que ele, quem estava lá a dar essa palmatória, mandava a mim, sim senhora, fazer aquele trabalho porque eu era o mais velho daqueles todos alunos lá. Eu fui com 18 anos, com 16 anos comecei na 2.<sup>a</sup> parte. Imagina lá, quando estava na 2.<sup>a</sup> classe quando o professor faltar eu ia substituir o professor na escola até que quando toca o sinete às 7horas, “Eh Ngulele, Ngulele, Ngulele”, enquanto era a sinete que estava a tocar. Quando vamos lá nos dias de festa para içar a bandeira era eu, era o meu trabalho. Quando eles iam fazer batoeiras eu ficava ali a ver. No tempo do intervalo era eu a dirigir, a ir cumprimentar os nossos professores em voz alta. ‘Bom dia Senhores Professores! O pouco que Deus nos deu cabe numa mão fechada! O pouco com Deus é muito, o mundo sem Deus é nada!’. A gente decorava isso, no intervalo ia fazer isso. Lembro-me uma vez o James Banze, no intervalo, um dos nossos colegas foi tirar caju em cima, caiu aquelas plantas verdes e tudo. Outro colega carregou e foi mostrar o prof. Banze. Naquele dia, em vez de no toque da sineta para voltar à 2.<sup>a</sup> parte, fomos à igreja e começou a pregar “Olha este é uma pessoa que está lá em baixo da terra”. 8h00 era de dia, acordava, 4h00 já era noite. Quando saiu o amigo lá, “Olha vem ver o que está aqui” ele não queria. “É este amigo que está a fazer isto porque desgraçou outras pessoas que haviam de comer caju e também fez um pecado a Deus porque Deus disse para as pessoas comerem. Levou

palmatórias e depois tinha que ir até ao altar orar para ser perdoado porque ele pecou. Lembro dessa história. Levou palmatórias, eu é que dei.

Irene: Deu a quem?

Moisés: A essa pessoa que ...

Irene: A que apanhou caju?

Moisés: Sim.

Irene: E a palmatória dos que não faziam os deveres de casa, também davam a si?

Moisés: De deveres de casa, só isso faziam em cada classe; os professores tinham autoridade. Só aqueles que têm pecados grandes é que dirigiam para onde é que estou no meu sector (ri-se).

Irene: Sim, portanto há verdade, há alguma verdade no que foi dito.

Moisés: Sim, sim.

Irene: E esses outros eram professores? Falou-me de Jaime Manhique, Vasco Mondlane, eram professores formados também? Tinham curso? Sabe alguma coisa deles?

Moisés: Naquele tempo basta que tivesse a 4.<sup>a</sup> classe, ao passo que James Banze tirou no Alvor.

Irene: Tirou no Alvor James Banze?

Moisés: James Banze sim, tirou no Alvor e o Jacinto Mário Beca, não sei onde tirou foi administrador em Sofala e depois ele veio na missão.

Irene: Mas acho que também tirou no Alvor. Eu ouvia que Ricatla, Ricatla, mas não sabia que Ricatla era Alvor.

Moisés: Era Alvor.

Irene: Mas sabe-me dizer, nessa altura a Missão Suíça não tinha escola de professores? Nunca teve?

Moisés: A Missão Suíça não conheço.

Irene: A escola de professores era Alvor?

Moisés: Era Alvor.

Irene: No seu caso, saía todos os dias até Machulane para estudar, ou ficava em Machulane em casa de alguém?

Moisés: Ficava em Machulane em casa de alguém.

Irene: Na missão ou fora da missão?

Moisés: No terreno da missão. Havia pessoas que recebiam esses que vêm de Bilene, de onde para irem estudar.

Irene: Eram muitos alunos?

Moisés: Muitos alunos, agora só no tempo das férias é que iam ver os pais, em casa.

Irene: E o que é que comiam durante aquele tempo na escola?

Moisés: Os pais é que mandavam alguma coisa, mandavam alguma coisa.

Irene: Como, como é que era o transporte?

Moisés: Era o comboio de lenha, em vez de carvão, não havia carvão era só lenha, saía do Xai-Xai até Chicome, era 77 km.

Irene: E quando iam fazer exame, como é que iam a Manjacaze?

Moisés: A pé ou de comboio.

Irene: Cada um ia sozinho, como é que faziam?

Moisés: Íamos em grupos.

Irene: Em grupos?

Moisés: Em grupos, são 25 km de Manjacaze à missão, são 25 km.

Irene: Saíam da missão a Manjacaze para ir fazer exame, quando, de noite?

Moisés: De dia. Tínhamos que sair hoje, dormir em Njatigue e depois no dia seguinte ir fazer exame.

Irene: Não eram acompanhados por um professor ou alguém?

Moisés: Mandavam um professor.

Irene: Um professor da missão?

Moisés: Da missão.

Irene: No seu caso, quantos exames foi fazer em Manjacaze?

Moisés: Dois.

Irene: Que exames foram?

Moisés: Foi Rudimentar e Elementar.

Irene: Mas que classes: 3.<sup>a</sup> Rudimentar e 3.<sup>a</sup> Elementar? E lembra os anos?  
 Moisés: 1954 e 1953.  
 Irene: 1953 fez?...  
 Moisés: Rudimentar.  
 Irene: 3.<sup>a</sup> classe rudimentar?  
 Moisés: Yah.  
 Irene: E 1954?  
 Moisés: Fez Elementar 1955. Como os exames passavam para 1956, porque os exames eram feitos em junho, começou a fazer em junho, desisti da escola.  
 Irene: Dantes não se faziam em junho, antes de 1955?  
 Moisés: Não, não.  
 Irene: Faziam-se quando?  
 Moisés: Em dezembro.  
 Irene: Ah! Até 1954 faziam-se exames em dezembro?  
 Moisés: Em dezembro. Veja, veio aquele tempo mudaram o sistema.  
 Irene: Mudaram o sistema, houve uma reforma?  
 Moisés: Houve uma reforma.  
 Irene: Até 1954 faziam-se exames em dezembro?  
 Moisés: Em dezembro.  
 Irene: E depois a partir de 55 passaram a fazer-se em ...  
 Moisés: Em junho.  
 Irene: E depois quando houve essa mudança, desistiu?  
 Moisés: Desisti.  
 Irene: E diga-me, iam a Manjacaze, faziam os exames e qual era a escola onde os faziam?  
 Moisés: Escola Coronel (...) de Manjacaze.  
 Irene: Como é?  
 Moisés: Escola Coronel Galhardo de Manjacaze.  
 Irene: Pois.  
 Moisés: A pé da administração.  
 Irene: Eram muitos alunos?  
 Moisés: Não. Sabemos de lá da escola porque encontrávamos. Quer dizer, os da Missão Suíça que era ali, nunca encontrámos com eles. Eram só da Missão Nazarena de Tavane e os alunos dali da mesma escola.  
 Irene: Pois, faziam exames nesse dia e depois, os resultados como é que saíam?  
 Moisés: Ou, se era da 3.<sup>a</sup>, a parte da tarde ia já ver os resultados.  
 Irene: Como é que viam os resultados, como é que sabiam que passavam?  
 Moisés: Andava, falava verbalmente e colocava a lista ali.  
 Irene: Quem falava verbalmente, quem vos dizia?  
 Moisés: Era o examinador.  
 Irene: E o examinador era quem, era um branco?  
 Moisés: Era um branco.  
 Irene: Professor?  
 Moisés: Sim.  
 Irene: Quer dizer, vocês, depois dos exames, ficavam ali à espera?  
 Moisés: Tinha que sair intervalo e ir esperar pelos resultados.  
 Irene: Então não comiam?  
 Moisés: Se você não tem marmita, olha (ri-se) paciência!  
 Irene: Para saber os resultados, o professor chamava, o examinador chamava-vos a vocês todos, e começava a dizer-vos um por um?  
 Moisés: Um por um, quem passou por tantos valores e assim sucessivamente.  
 Irene: E lembra-se dos seus valores?  
 Moisés: Na 3.<sup>a</sup> elementar parece passei com 12.  
 Irene: E rudimentar?  
 Moisés: Rudimentar parece que não tinha valores, porque era para o preto.  
 Irene: Ah sim!

Moisés: (Ri-se) Era para o indígena.

Irene: Rudimentar não tinha valores, só elementar?

Moisés: Sim, sim, porque ali havia já mistos (*digo mestiços*) e outra coisa e agora indígena como diz *rudimentar* é para *rudes*.

Irene: Pois ... E agora, eu quero saber sobre os vossos pais. Não era naquele tempo que havia xibalo? E os vossos pais, quando vocês estudavam, estavam livres ou estavam em Joni? O seu pai, no caso concreto, onde é que estava?

Moisés: O meu pai era evangelista. Os missionários é que davam dinheiro de imposto anualmente. Em janeiro davam dinheiro para ir pagar o imposto para não ir a xibalo.

Irene: Eram os missionários que davam o dinheiro?

Moisés: Os missionários davam dinheiro para pagar o imposto no primeiro mês para não serem ameaçados.

Irene: Os missionários davam dinheiro a seu pai e o seu pai ia pagar o imposto?

Moisés: Sim, como era evangelista.

Irene: E ele vivia onde, na missão também?

Moisés: Não, ficava em Manjacaze. Portanto, de Manjacaze para a nossa casa é pelo menos 15 km.

Irene: Mas ali, ele não tinha problemas com xibalo, ou de outro tipo?

Moisés: Não, porque mandavam a xibalo a pessoa que não paga imposto.

Irene: Só a pessoa que não pagava imposto é que ia para xibalo?

Moisés: É que ia para xibalo. É aquele que mandava para xibalo agora ele como trabalhava como pastor da igreja naquele tempo quando viam que era pastor, era evangelista, agora davam dinheiro ele ficava, e tinham também respeito com os velhos.

Irene: Quem tinha respeito para com os velhos?

Moisés: Os pastores com régulos tinham conversas com eles e davam conselhos às pessoas, para não fazerem isto, isto é mal porque isto é mal e depois davam conselhos aos pastores, à população.

Irene: Os pastores, eles davam-se bem com os régulos?

Moisés: Por exemplo, os régulos pediam aquele *tondonto* anualmente.

Irene: O que é *tondonto*?

Moisés: *Tondonto* é álcool, tipo de álcool, bebida feito de *macanyu* e caju, aquela bebida os nossos pais não contribuíam para aquilo porque diziam que é pecado pegar naquilo, também eles compreendiam que esses não são obrigados a dar aquilo.

Irene: Ah! Agora, aqueles alunos cujos pais não eram pastores, então, ou não eram evangelistas, os pais iam para xibalo?

Moisés: Podem ir, outros iam.

Irene: Teve colegas seus que os pais foram, que conheceu?

Moisés: Neste momento já não me lembro quem foi.

Irene: Também naquela altura iam para Joni (*Johannesburg – minas*) também?

Moisés: Iam. Xibalo eu fui; fui uma vez.

Irene: Foi uma vez para xibalo, como é que foi?

Moisés: Tinha caderneta indígena, ia para a procura do trabalho.

Irene: Que idade tinha, desculpe lá?

Moisés: Tinha 19 anos, agora encontraram-me em Chibuto. ‘Onde vai?’ ‘Vou assim, assim’. ‘Onde está a autorização?’ Não tinha lá averbado a autorização de deslocar e entrar noutra administração; por isso o administrador disse que sou vadio. Fui preso, repatriado, de Chibuto a Manjacaze a pé.

Irene: Quantos dias?

Moisés: Um dia de manhã até e depois quando chega lá, encontrámos o administrador ‘você é vadio’ 60 dias na cadeia, fiquei lá, e depois houve esse recrutamento para ir a xibalo em Xinavane, no posto de cana doce aquela fábrica de Xinavane, fábrica de açúcar foi lá ter com eles e quando chego lá veem que este sabe alguma coisa fiquei como apontador; doze meses lá 20 meticais era 20 escudos naquele tempo que auferia naquele vencimento dali de 150\$00 que disseram era pagamento para você comprar cigarro, alguma coisa, eu cumpri.

Irene: Apontador, registava o quê?

Moisés: Cartões, quando vai ao serviço pica cartão, fico a registar e quando volta dou o cartão ele vai ao chefe furar, marcar o dia e então eu dava uma senha para ele receber comida, chega na cozinha corta-se no meio, a primeira parte é aquela que comeu esta de metade logo de manhã às 4h00 vai receber o matabicho que era as papas leves.

Irene: Teve essa experiência, mas disse que precisava de autorização porque o seu local, a sua administração era onde?

Moisés: A administração era Manjacaze.

Irene: E foi para Chibuto?

Moisés: Fui a Chibuto.

Irene: Chibuto já era outra administração?

Moisés: Sim, eu sou vadio.

Irene: Precisava de quê?

Moisés: De autorização. É como também aqui.

Irene: Mas não levou palmatória?

Moisés: Não, não. É como quando chegou aqui a independência levava guia de marcha para deslocar para outra, outro distrito era assim também naquele tempo. Mesmo encontrando a pessoa o indígena depois das 21h00 era preso porque não tem direito de atravessar as ruas da cidade naquele tempo tem de ter especial, salvo-conduto que dá autorização que ele pode andar até as tantas.

Irene: Salvo-conduto dava autorização?

Moisés: Sim, sim. Tinha que ir à administração com o seu patrão que este é meu empregado responsável da pensão ou quê e sai tarde depois de todos comerem, portanto tem de prolongar o tempo de descanso. Eu entrava às 5h00 e saía depois de todos.

Irene: Onde?

Moisés: Na Pensão Luz (?).

Irene: Quando é que foi, em que ano é que foi?

Moisés: Aquilo foi em 1958 a 1970.

Irene: Então, diga-me, disse que não chegou a fazer a 4.<sup>a</sup> classe por causa da mudança, por causa da reforma?

Moisés: Sim.

Irene: Depois foi para onde, foi para Lourenço Marques?

Moisés: Para Xinavane.

Irene: Esteve lá quanto tempo?

Moisés: Quatro anos.

Irene: Onde esteve a trabalhar?

Moisés: Era na Sociedade Agrícola do Incomati.

Irene: Não era fábrica do açúcar?

Moisés: Era fábrica do açúcar, mas o nome dele escrito era Sociedade Agrícola do Incomati.

Irene: Trabalhou lá até que ano?

Moisés: Quatro anos.

Irene: Até 1959?

Moisés: Sim.

Irene: Mas como, indígena?

Moisés: Era indígena.

Irene: O que fazia lá?

Moisés: Era apontador.

Irene: Apontador, aquilo que fez quando esteve no xibalo?

Moisés: Sim.

Irene: Já tinha referência?

Moisés: Já tinha referência eu ficava já naquele escritório é por causa disso que eu não ia à machamba.

Irene: Mas indígena ainda?

Moisés: Era indígena. Só depois de ter a 4.<sup>a</sup> classe em 1962 é que já requeri ter o cartão, como se chamava aquele cartão? Não era bem, bem B.I. era outro cartão específico para os meio-assimilados.

Irene: Para os meio-assimilados?

Moisés: Sim.

Irene: Em 1962?  
 Moisés: Em 1962.  
 Irene: E fez a 4.<sup>a</sup> classe quando?  
 Moisés: Em 1962.  
 Irene: E veio para Lourenço Marques na altura para trabalhar?  
 Moisés: Quando saí de Maputo.  
 Irene: Para Lourenço Marques ou de Xinavane para Lourenço, em que ano, em 1961?  
 Moisés: De Xinavane em 1960, e não ...1964 já estive em Xai-Xai no escritório como servente do Instituto dos Cereais de Moçambique.  
 Irene: Mas depois de sair daqui?  
 Moisés: Depois daqui?  
 Moisés: Saiu em 1961 de Xinavane para Lourenço Marques.  
 Irene: E aqui em Lourenço Marques, trabalhou onde?

Moisés: Pensão Proença e Pensão Luz, era criado de mesa.  
 Irene: E depois foi para Xai-Xai?  
 Moisés: Fui para o Xai-Xai.  
 Irene: Em 1964?  
 Moisés: E depois fui admitido no Instituto dos Cereais como funcionário público e servente do diretor, era no escritório. Como eu tinha 4.<sup>a</sup> classe já dava-me o serviço de aprender como telefonista. Na ausência do telefonista ia atender os telefones, aquele BBX que naquele tempo utilizavam (ri-se).  
 Irene: Foi subindo alguns degraus?  
 Moisés: (ri-se).  
 Irene: Depois trabalhou até que ano?  
 Moisés: Trabalhei em 67; em fevereiro transferido para Lourenço Marques continuei em 72, depois da operação da perna, e já fui admitido como auxiliar do escritório de 2.<sup>a</sup> classe. Depois dali já comecei já a remodelar um bocadinho a vida, já trabalhava como receber expediente, enviar expediente, assim sucessivamente serviço assim moderado, agora nisto passei por muitos lugares porque fomos até a Benesse (?); começamos no Ministério do Comércio e depois ultimamente a Picom, a Picom é que lá fiquei como responsável do património ao nível nacional.  
 Irene: Em que ano já?  
 Moisés: 68 até 94 fiquei como gestor da empresa dos patrões.  
 Irene: Pois é, está no seio da família. Agora é bom saber que o senhor é pai de família. Gostava também de saber como é que constituiu família no meio de toda esta andança.  
 Moisés: Em 31 de Janeiro de 1971 eu celebrei matrimónio na igreja depois de ter registado no dia 26 e fiquei com a mesma esposa. Em 72 começou por ter uma filha e ela depois de fazer, de casar e tudo ficou oito meses com o bebé e faleceu. Depois tenho outro que já...  
 Irene: Faleceu a sua filha?  
 Moisés: A minha filha e o meu genro também já faleceu, toda aquela família faleceu, só ficou a minha neta lá já também tem filho, tenho já também bisneto. Agora neste casamento eu tive nove filhos dos quais quatro faleceram e os cinco ainda estão a viver. Um dos mais novos já tem três filhos, é o que ficou com a minha moradia em Mavalane. Outro está em Boane, é professor em Namaacha de Francês, o outro trabalha numa empresa, o mais velho. Agora as meninas, uma delas está na África do Sul e outra está aqui em Maputo com seu marido, o marido também é bacharelato.  
 Irene: Portanto, o senhor está com a mesma esposa com quem casou?  
 Moisés: Sim, sim.  
 Irene: Ah sim! Há quanto tempo casaram, passam quantos anos?  
 Moisés: 52 anos, fiz em janeiro.  
 Irene: Já celebraram as bodas, se calhar?  
 Moisés: Já, já estão aqui (ri-se e mostra aliança).  
 Irene: Ih, sim senhor, então muitos parabéns, é bom ouvir!  
 Moisés: (ri-se). Quem teve este início foi uma das netas ‘vovô, você tem pais, casou,’? “sim”. ‘Eu não vi o teu casamento. Casa para eu ver o teu casamento; eu com as minhas amigas vamos cantar e dar prendas, presentes’. Estas cadeiras duas foram as minhas netas que me deram no dia do casamento (ri-se).



Irene: Ih, vejam lá!

Moisés: E depois, os pais tomaram em consideração, apoiaram os filhos e deram no meu casamento.

Irene: E já agora, para saber, fizeram lobolo?

Moisés: Fizemos em 1968.

Irene: O lobolo antes de casar ou foi depois?

Moisés: Foi antes.

Irene: O que é que foi o lobolo, o que é que pediram os pais?

Moisés: 3.5.

Irene: 3.500\$00?

Moisés: Sim.

Irene: Custava muito arranjar esse dinheiro nessa altura?

Moisés: Eu ganhava 300\$00 por mês (ri-se).

Irene: Hein!

Moisés: 300\$00 por mês é só o que eu ganhava.

Irene: E teve que tirar esse 3.5 antes de casar?

Moisés: Sim, consegui tirar.

Irene: Esse é que é um verdadeiro amor!

Moisés: (Ri-se).

Irene: Portanto cumpriu aquilo, fez aquilo, e depois casou com ela?

Moisés: Casei com ela embora tive, ela teve a infelicidade que quando fiz essa apresentação de lobolo o pai faleceu e depois não voltou.

Irene: Faleceu?

Moisés: Faleceu lá. Eu devia ter casado em 70, mas devido a essa infelicidade tinha que passar para 1971.

Irene: Então nunca fez tropa?

Moisés: Como deficiente físico não podia ir à tropa.

Irene: Deficiente, mas desta perna?

Moisés: Sim, sim.

Irene: O que é que aconteceu, explica-me lá?

Moisés: Isto é, dizem eles que cheguei cá em Lourenço Marques e fiquei doente.

Irene: Em que ano?

Moisés: 39 a 40 agora mandaram-me para o hospital, deram-me injeção mal dada e fiquei com o pé encolhido lembro que naquele tempo passei mal e até agora tenho estas dores.

Irene: Veio para aqui, mas nasceu onde?

Moisés: Nasci em (...) Manjacaze, a minha mãe quando ela deu o parto a pessoa com que estava resolveu eu estar com o papá aqui onde ele estava a trabalhar no Hotel Polana.

Irene: O pai trabalhava no Hotel Polana?

Moisés: Era (...)

Irene: Portanto, era conhecido como deficiente, não podia fazer tropa.

Moisés: Não podia fazer tropa, mas para pagar paguei o dinheiro naquele tempo, taxa.

Irene: Que dinheiro?

Moisés: A taxa.

Irene: Que taxa?

Moisés: A taxa militar.

Irene: Porque tinha que pagar a taxa militar?

Moisés: Porque não fui à tropa. Ir lá na inspeção ou não ir este não tem doença assim, assim, tinha que pagar em dinheiro, anualmente.

Irene: Por quanto tempo é que pagou esse dinheiro?

Moisés: Até, de 1964 até à independência.

Irene: Sim senhor, gostei muito, acho que pude recolher muita informação, a informação foi abrangente, foi mais do que o ensino colonial, mas, aliás, que está no contexto, pois tudo aquilo se enquadra, de uma forma ou de outra, na política do indigenato. Gostei muito deste momento e, mais uma vez, muito obrigada por me ter concedido esta entrevista. Não sei se quer que eu diga o seu nome ou não.

Moisés: É como quiser.

Irene: Está bem, então pronto, vou dizer. É pena ter esquecido de trazer a máquina fotográfica, mas no próximo dia, um dia, posso vir aqui tirar uma fotografia, tirar a si e à sua esposa, e levar para Lisboa para eles verem que esta é a pessoa que deu a informação.

Moisés: Está bem.

Irene: Então, muito obrigada, a entrevista está terminada.

Moisés: Muito obrigado, haja sorte.

## **Informante nº 2 - Esseline (IEM-73)**

Data da entrevista: 7/02/1913

Duração da entrevista: 40 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Esselina 73 anos, viúva, consta da transcrição da pauta do ano de 1955, assinada por Jacinto Mário Beca, professor da Escola Particular de Machulane sob a gestão da Missão Nazarena em Tavane. A entrevista foi dada em sua casa, na Matola.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia!

Esselina: Bom dia obrigada.

Irene: Agradeço por me ter concedido esta oportunidade de visitá-la e de poder entrar aqui em sua casa, e conforme eu disse, vim, bem, para já, como já nos conhecemos, para visitá-la, e é com muito gosto. Lamento o que acaba de me dizer, que tem problemas com a saúde, teve um acidente; e outro motivo é porque estou na universidade, estou a fazer um trabalho em Portugal sobre ensino colonial aos indígenas. Portanto vim recolher dados junto de pessoas que estudaram no tempo colonial, pessoas que foram indígenas, para saber como é que eles estudaram, em que situações é que viveram, e quais foram as escolas em que estudaram, o que é que acham daquilo que receberam, a forma como viviam e outras informações. E é nesse sentido que gostaria que a senhora me dissesse o seu percurso relativamente ao ensino que recebeu no tempo colonial, onde é que estudou, com que idade começou, em que escolas, quem foram os seus professores, como é que as aulas eram dadas e o que é que achou daquilo, e sintasse à vontade.

Esselina: Muito bem, comecei os meus estudos na Escola Primária de Machulane, eu tinha nove anos, ainda não tinha completado dez porque nasci em 1940. Comecei na 1.<sup>a</sup> parte, era um ano; 2.<sup>a</sup> parte outro ano, depois a pessoa é que ia entrar na 1.<sup>a</sup> classe. Depois da 1.<sup>a</sup>, é que era a 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> classe Rudimentar. Na 3.<sup>a</sup> rudimentar começavam a ensinar-nos, por exemplo, às vezes, geografia, coisas de Portugal, os caminhos de-ferro não sei o quê, e outras coisas como, a divisão do país lá em distritos, províncias. Mandavam-nos decorar aquilo ali. Depois a pessoa passava, quando fosse a exame, o exame nós fazíamos na cidade ali em Manjacaze, Escola Coronel Galhardo; a nossa missão não tinha direito de nos fazer exame, tínhamos que fazer lá na cidade então eles carregavam-nos os exames mandavam para Inhambane para ver se de facto passamos ou não então os resultados vinham de lá para dizer que passamos ou não. Depois disso entrei numa 3.<sup>a</sup> classe elementar, estudamos ali os reis D. Dinis, D. Afonso Henriques não sei quê e um pouco então da nossa geografia cá também, mas quanto à coisa, aos reinados daqui nada era só de Portugal que nós éramos ensinados. Fiz essa 3.<sup>a</sup> classe elementar; a nossa missão não tinha como, não podia nos fazer exames aqui tinha que nos separar pelas escolas fora. Eu por exemplo fiz a 3.<sup>a</sup> classe elementar no Xai-Xai, nessas escolas oficiais. Então passámos; não podíamos estudar a 4.<sup>a</sup> classe aqui. A nossa missão não tinha direito, mas arranjou-se uma partida assim para nós estudarmos lá e para nos ensinarem, assim aprendermos; e quando chegasse a hora dos exames tínhamos que ir às escolas oficiais, nas cidades. Então lá fui fazer a 4.<sup>a</sup> classe, tive a sorte de passar por 14 valores. Depois disso volto para a missão, não havia como, mandaram-nos para a antiga Lourenço Marques para continuarmos a estudar eu e a Marta Machava, tinha que começar na admissão dos liceus lá mais um ano está a ver e lá não tive a sorte de passar tive que repetir o ano e depois passei, quando passaste a admissão aos liceus é quando poderia entrar na 5.<sup>a</sup> classe aí que era o 1.<sup>a</sup> ano dos Liceus, já vinha francês, português e outras línguas como inglês não entrava. Como os meus pais não tinham condições terminei nesse ano, voltei para a missão sem ter concluído nada; também viviam longe eles estavam no Xai-Xai e eu aqui na casa de um pastor tinham que mandar um dinheiro e algumas coisas para nós comermos, aquilo ali não era assim eficiente. Com essa dificuldade pronto vi-me obrigada a voltar para casa. Fiquei; não continuei a estudar fui trabalhar então, na missão, como professora, dava a 1.<sup>a</sup> classe, já tinha-se extinguido a 1.<sup>a</sup> parte e 2.<sup>a</sup> já poderiam começar na 1.<sup>a</sup> classe para frente portanto, não tive sorte grande nos estudos, não. Fiquei até 1965 dando aulas lá e pronto, casei. Basta casar, não tinha como era só ficar em casa, mas quando chega esse novo regime não é, com a chegada da nossa independência havia falta de professores. Pronto fizemos requerimentos, eles aceitaram-me de novo em 1975 continuei a trabalhar até 2005 foi quando então reformei e até aqui não estou a fazer mais nada. Muito obrigada.

Irene: Sim, senhora! Foi bom ouvir essa parte, desenvolveu muitas coisas interessantes. Há, contudo, algumas questões que eu gostaria de colocar, só para ter mais informação. Falou-me sobre os exames, faziam exames em Manjacaze e eram corrigidos em Inhambane?

Esselina: Corrigidos, levavam para Inhambane para ir corrigir não é se de facto estavam certos.

Irene: Exames de que classe?

Esselina: 3.<sup>a</sup> Rudimentar, 3.<sup>a</sup> Elementar.

Irene: Eram corrigidos em Inhambane?

Esselina: Sim.

Irene: Portanto faziam os exames e tinham que aguardar quanto tempo, mais ou menos, à espera dos resultados?

Esselina: Oh, mais ou menos duas a três semanas.

Irene: E falou-me de que estudou em Machulane?

Esselina: Sim.

Irene: Era uma Missão?

Esselina: Era.

Irene: E qual era o nome da missão?

Esselina: Missão Nazarena.

Irene: E sabe-me dizer quais foram os seus professores e os professores dessa missão?

Esselina: O meu primeiro professor foi o prof. James Banze. Por exemplo, na 1.<sup>a</sup> classe ele era muito exigente na parte da ortografia, gostava de ver se a pessoa escreve bem e depois ele ficou doente e não tinha capacidade de continuar mais.

Irene: E quem foi o seu professor ou os seus professores depois?

Esselina: Depois foi uma mãe Lina, *Mamani* Lina Manhique e depois prof. Jacinto Mário Beca e depois o último na 4.<sup>a</sup> classe foi o Ernesto Madinga.

Irene: Daquilo que sabe desses professores, eram professores com formação ou eram auxiliares?

Esselina: Bom, como era criança, eu o prof. Banze não sei mas ouvi dizer que era professor que vinha da então Missão Metodista antigamente então a nossa missão comprou essa missão aos metodistas mas ele estava lá o professor Banze, ele é que era o maior da parte da escola.

Irene: E essa prof.<sup>a</sup> Lina Manhique sabe alguma coisa da formação dela?

Esselina: Não, não sei.

Irene: E o prof. Beca falou dele também?

Esselina: Esse era professor disseram até que foi até Quelimane, não sei quê mas como nós éramos crianças não tínhamos assim muito interesse.

Irene: É natural. Então chegaste lá, bem, ali à missão foste especificamente para estudar ou já vivias lá?

Esselina: Fui para estudar.

Irene: Portanto, em 1940, não, não.

Esselina: Em 1950.

Irene: Foste lá para estudar em 1950?

Esselina: Sim.

Irene: E vivias onde?

Esselina: Na casa da *Mamana* (mamã) Marta Mundlovu, uma anciã de lá já que havia essa discriminação também porque os nazarenos tinham que ir estudar lá em Machulane onde havia a Missão Nazarena, os presbiterianos iam para a Suíça ali na Maússe, Manjacaze.

Irene: Oh, havia discriminação?

Esselina: Havia.

Irene: Portanto quem fosse nazareno tinha que ir estudar ali e quem fosse presbiteriano tinha que ir a Maússe?

Esselina: Maússe e outras partes.

Irene: Mas as escolas pertenciam ao Estado ou pertenciam à missão, ou como é que era?

Esselina: Eu acho que pertenciam à missão dado que quando fizessemos exame porque é que eles não tinham direito de dizer se a pessoa passou ou não, tinha que se carregar aquilo ali não sei para onde então na minha ótica não tem cabimento isso, acho que aquilo era mais para a missão.

Irene: Então as escolas pertenciam à missão?

Esselina: Pertenciam à missão.

Irene: Não pertenciam ao Estado?

Esselina: Mais tarde.

Irene: Mas acha que no princípio as escolas pertenciam à missão?

Esselina: Sim.

Irene: Quer dizer, esse programa da escola, que disse, aprendiam a História de Portugal e não sei o que mais, era a missão que preparava?

Esselina: Sim nós tínhamos que, nós tínhamos que utilizar então tudo o que é do Estado, mas quem estava à frente daquilo ali eram os missionários, iam entregar os processos lá.

Irene: E sabe quais eram os missionários que diretamente estavam encarregues da escola?

Esselina: Ah, era criança!

Irene: Então viveste lá a estudar de 1950 até...?

Esselina: Até 60 e 60.

Irene: Fizeste a 4.<sup>a</sup> classe ....

Esselina: Hein, para fazer a 4.<sup>a</sup> classe não. Fiz 4.<sup>a</sup> classe em 1954.

Irene: Em 1954 fizeste a 4.<sup>a</sup> classe oficial?

Esselina: Sim (ri-se).

Irene: Ah sim!

Esselina: E esta demora é porque ora pode estudar ora não pode estudar.

Irene: Foi em 1954 que tiveste 14 valores?

Esselina: Sim.

Irene: Em 1954?

Esselina: Sim.

Irene: Onde é que fizeste esse exame?

Esselina: No Xai-Xai.

Irene: Saíste de Tavane, de lá de Machulane como disseste?

Esselina: Sim, de lá de Machulane.

Irene: E quem foi o professor da 4.<sup>a</sup> classe?

Esselina: Foi o prof. Ernesto Madinga.

Irene: Ainda está vivo?

Esselina: Não. Não já faleceu.

Irene: Sim senhora, passaste com valores muito bons, boa aluna! E depois vieste para Lourenço Marques?

Esselina: Sim.

Irene: Em 1955?

Esselina: Em 1956, 57.

Irene: E falou-me daquela parte em que se extinguiu a 1.<sup>a</sup> parte e 2.<sup>a</sup> parte e já era só a 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>. Lembra em que ano é que acabou para depois começar essa 1.<sup>a</sup> parte e 2.<sup>a</sup> parte?

Esselina: O ano bem, bem, já não me lembro talvez lá para 1958, ou 1959 não sei então, tiraram essa parte da 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte depois é que ia para a 1.<sup>a</sup> classe, acabava muito tempo.

Irene: Sendo que havia a situação de indígena, como é que ela te afetou? Podes-me dizer alguma experiência que tiveste enquanto indígena. Por exemplo, o que é que acontecia, ou aconteceu a ti ou a seus pais, por ser indígena?

Esselina: Havia dificuldade muitas vezes. Veja lá quando cheguei aqui em Lourenço Marques, para fazer exames de admissão aos liceus, tiravam só uma lista, mas havia aqueles assimilados, Joana não sei quê Morais, mas se fosse preto punham depois um *P* ali, um *V*, por acaso havia uma pequena discriminação, afetava-nos e isso doía. E para fazer o exame você poderia ter toda a documentação, mas ali ...

Irene: Que documentação se tinha que ter para fazer exame?

Esselina: Bom para fazer exame tinha que ter B.I.

Irene: O indígena tinha B.I.?

Esselina: É aquele outro, não sei como é que chamavam aquilo.

Irene: Caderneta, será?

Esselina: Mais ou menos isso, era só um documento para identificação. Você tinha que pôr aqui, vamos dizer que é B.I. pronto, você deixava aqui. Mas na folha de exame aí onde se diz examinando você não podia pôr o teu nome aí tinha que pôr num papelinho, num papelinho simples, depois iam

anexar no teu exame, é isso. Você tinha que pôr aqui, então escreve Esselina aqui, nesta coisinha, não vai escrever na folha do exame; e depois de ter feito tudo acabar, mandavam sair. Eles é que ficavam a anexar aquelas identificações na folha própria do exame.

Irene: Mas não havia assim situações de alunos, ou de alunas, que eram presas por serem indígenas? Tinham feito qualquer coisa?

Esselina: Que eu saiba não.

Irene: Não tinham problemas?

Esselina: É possível que tenha havido mais eu não tive conhecimento.

Irene: E nem teve conhecimento de colegas que foram presos para o xibalo?

Esselina: Não, não.

Irene: Não afetava os alunos?

Esselina: Não afetava.

Irene: Mas não afetava os alunos porque estavam na missão? Pensando agora, sei que na altura era criança. Será que todos os que estavam na missão não eram afetados por esse xibalo?

Esselina: Eles não mandavam qualquer criança para xibalo não, talvez os nossos pais, de resto não. Se você tirou a 4.<sup>a</sup> classe, se não tiver ninguém não podia continuar sem dinheiro e sem aquela coisa de assimilação.

Irene: Chegou a ter assimilação?

Esselina: Ah não, só papa assimilou mais tarde.

Irene: O que fazia o pai?

Esselina: Era pastor evangélico.

Irene: Onde?

Esselina: Em Manjacaze, Njatigue, depois foi para Nhacutse, de Nhacutse passou para Xoanganine, Inhamissa, depois de Inhamissa veio para Lourenço Marques, e depois de lá foi atacado pela doença e faleceu.

Irene: E ele foi a xibalo?

Esselina: Foi.

Irene: Ah sim?!

Esselina: Foi; foi quando era pastor ainda em Manjacaze em 1960; porque não deixavam tocar aqueles sinos para concentração dos crentes para adorarem a Deus.

Irene: Ah sim?!

Esselina: Se eram protestantes, mas como ele era dirigente fez isso então vieram-lhe prender.

Irene: Ah sim, em que ano foi isso, 1950?

Esselina: Ah 50 não eu já era grandinha, devia ser antes mais ou menos em 40 e pouco.

Irene: E foi preso mesmo?

Esselina: Foi e foi para Xinavane.

Irene: E qual foi o castigo que ele sofreu lá?

Esselina: Disse que carregavam sacos, batatas, não sei o quê, mas depois mandaram-lhe chamar para ouvir de perto o que é que fez e ele disse que eu fui preso porque adoro a Deus e até agora continuo ainda e mandaram-lhe soltar, mas só depois de seis meses, e depois foi para casa.

Irene: Mas não o espancaram?

Esselina: Não sei, a igreja protestante não era aceite.

Irene: Não era aceite?

Esselina: Não era aceite, não.

Irene: Muito obrigada, agradeço imenso, agora é consigo, se quiser que eu identifique o teu nome, vou identificar; se não, vou pôr outro nome.

Esselina: Conforme quiser.

Irene: A entrevista está terminada e obrigada.

### **Informante nº 3 – Enfermeiro Samuel Ngulele (IESN-81)**

Data da entrevista: 17/02/1913

Duração da entrevista: 28 minutos

#### **Caracterização da entrevista**

Samuel Ngulele, 81 anos, é irmão mais velho do entrevistado Moisés Ngulele, de 79 anos, cujo nome consta da transcrição da pauta do Ano de 1955, assinada por Jacinto Mário Beca, professor da Escola Particular de Machulane sob a gestão da Missão Nazarena em Tavane. O entrevistado tirou o curso de auxiliar de enfermagem do regime colonial. A entrevista foi dada em sua casa

#### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia.

Samuel: Bom dia.

Irene: Agradeço ao senhor, aqui, a oportunidade que o senhor me concedeu, com a sua esposa, de eu entrar em vossa casa. É um domingo, dia de descanso, mas mesmo assim concederam-me este privilégio, muito obrigada por isso. Conforme estava dizendo, eu estou em Portugal, vim aqui fazer uma pesquisa sobre o ensino colonial aos indígenas, portanto, neste caso, estou à procura de indígenas, pessoas que foram indígenas que estudaram nas escolas, que é para me explicarem a experiência própria que tiveram sobre como era o tipo de ensino, onde é que fizeram, onde é que estudaram, e qual é o balanço que fazem do tipo de ensino que tiveram: se foi bom, quem foram os seus professores e mais informações, como, o meio socioeconómico em que viviam... e é nesse sentido que gostaria que o senhor me desse a sua própria experiência. Acrescento o que disse que, para memória futura, irei registar neste pequeno gravador a nossa conversa.

Samuel: É realmente gratificante falarmos daquilo que nós fomos, daquilo que somos, mas é mesmo difícil porque eu vou contar uma experiência ao longo de 80 anos, não é fácil, posso dizer, mas o que é ensino em Moçambique para indígenas? Eu não fazia referência se havia indígenas e não indígenas, porque para mim todos nós negros éramos indígenas, andei nas mesmas escolas missionárias com muitos outros rapazes da minha idade. Eu comecei a estudar, comecei a estudar, ia-se para escola, ia-se fazer o quê? Comecei numa escola Católica perto de casa. O ensino o que é que era? Aprender A, B, C, é um bocado complicado, sabe, nós tínhamos, como éramos indígenas não estamos familiarizados com o português, tínhamos a I Parte, Cartilha Maternal, a II Parte é a continuação da Cartilha Maternal depois tínhamos a 1.<sup>a</sup> classe que era a classe que mais ou menos no Estado um livro usavam, mas não era esse o livro que usávamos; depois tínhamos a 2.<sup>a</sup> classe que era os primeiros passos, tínhamos a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, depois tínhamos a 3.<sup>a</sup> classe elementar, tínhamos 4.<sup>a</sup> classe. Para chegar a 4.<sup>a</sup> era preciso estar na escola pelo menos 8 anos e nós começamos a estudar talvez com 10, 11 porque para certas, não que era realmente difícil, mas talvez para os nossos pais não tinha interesse ir para escola só para ir brincar, só para ir apanhar caju, só para ir atender as necessidades dos professores, então ficávamos em casa até crescermos um bocadinho e depois íamos para escola. Então eu talvez tinha chegado à escola com 10 anos, estudei nessa primeira escola, vi que a minha mãe viu que não dava nada, só levava pancada sem motivo, teve que me transferir para a missão nazarena em Tavane. Em que ano é que comecei? Eu não sei, eu sei que estava numa escola, estudei numa escola e tal, mas às tantas passei para a 3.<sup>a</sup> classe onde conheci o prof. James Banze, foi meu professor da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. É ali que comecei realmente a saber que afinal a gente vai para a escola para estudar, para aprender, para saber alguma coisa e ele, até hoje, é meu modelo quando se fala de ensino porque ele realmente, aqueles miúdos que estiveram comigo ali aprenderam do professor Banze serem pessoas: ler, escrever, fazer ditado, fazer redações, nós éramos, podemos dizer, bons, até tínhamos, não sabíamos se era colonialismo se não era, nós sabíamos, tínhamos uma escola na missão Nazarena tínhamos um professor chamado *Xibissa* que era Banze que nos ensinava. Um exemplo concreto, quando eu cheguei a Lourenço Marques depois da 3.<sup>a</sup> rudimentar para fazer a elementar vinha de Manjacaze, olhavam para mim as freiras, “quem é este gajo?”, os colegas também que vivem em Maputo, eu vinha meio roto e tudo, mas “quem é este indivíduo?”, mas esse era o ensino colonial. Cheguei aqui em Lourenço Marques, o ensino era na missão Católica já, tive que ser rebatizado para poder fazer a 4.<sup>a</sup> classe e tudo mais. Ia dizendo, quando cheguei cá e perguntaram, onde é que fica situado Moçambique? Tive que fazer referência ao meu professor, o meu professor na 3.<sup>a</sup> classe ensinava onde ficava situado Moçambique, mostrar no mapa-mundo onde com vara eu fiquei a olhar para irmãzinha, onde fica Moçambique, eu não tinha vara não tinha nada, via o mapa ali, “empresta-me o pau irmã!”, olhou para mim, “o que queres fazer? Onde fica situado

Moçambique? Dá-me lá, Moçambique fica situado em tal, tal, tal”. “Você, onde é que estava a estudar?”. “Em Tavane, na Missão Nazarena.”, “Quem foi o seu professor?”, “Banze”. Eu vinha de um ensino que não vou dizer que era colonial, vinha do ensino programado talvez pela igreja ou pela vontade dos professores que era um pouco diferente daquilo, que era diferente daquilo que nós aprendemos em Lourenço Marques. Em Lourenço Marques vim fazer a elementar, aquilo que eu estava a fazer na elementar já tinha estudado em Manjacaze na rudimentar. Sabia fazer contas, sabia fazer ditado, sabia conjugar todos aqueles verbos regulares, irregulares da gramática portuguesa: amar, receber, partir, pôr, e ser, todos de ponta a ponta. Isso era a força de quê? Dos professores que estavam lá porque realmente estavam interessados em ensinar, nós aprendemos uma experiência. Agora mesmo eu estou na igreja, fui fazer uma leitura bíblica e um dos meus instrutores dizem, “Hein, você consegue ler assim como”? Bem, eu leio assim é resultado de grandes pancadas que eu recebi nesta cabeça. “Onde é que foi isso?” Tive um professor que era exigente, queria que a gente lesse, não soletrar palavras, ler, a pessoa que está a ouvir, entender o que estamos a dizer, eu aprendi a fazer isso com esse professor, “Ah você teve um bom professor!” É realmente um grande professor para nós, dizer o que o ensino era colonial. Para mim só mais tarde quando fiz a 4.<sup>a</sup> classe, fiz a admissão aos liceus então comecei a ver que realmente há diferença, eu fiz a admissão não consegui entrar porque o meu irmão não podia pagar a escola técnica Sá da Bandeira para eu entrar, então fiquei, tive que começar a trabalhar. Portanto, eu não vou dizer se o ensino se era bom se era mau porque para mim aquilo que me ensinaram na missão de Tavane era bom realmente, eu era um aluno considerado brilhante, ensinado por aqueles professores. Agora a discriminação que havia é você começava nos primeiros passos, o estudante não indígena começava na 1.<sup>a</sup> classe, em 3 anos está na 4.<sup>a</sup> classe, você precisa de 7/8 anos para chegar à 4.<sup>a</sup> classe, então era o grande problema! Não só a nível do ensino primário, quando eu fui fazer enfermagem, eu fiz enfermagem em dois anos, os meus colegas europeus fizeram em dois anos, tinham como condição de entrada 4.<sup>a</sup> classe, eu também tinha 4.<sup>a</sup> classe para entrar, fiz o meu curso em dois anos, chamava-se curso elementar de enfermagem, e para eles chamou-se curso geral de enfermagem, e ganhavam muito mais do que eu porque então eu era considerado ajudante, não sentávamos na mesma cadeira, mas mesmo assim as nossas aulas eram à tarde e os outros também tinham aulas à tarde, mas noutra sala que é para nós não vemos o que estudavam, mas nós como crianças, eles eram crianças brancas nós éramos crianças pretas. Nós trocávamos os apontamentos, o que é que eles estão a estudar mais do que nós? Era a mesma coisa, mas no fim do curso você é enfermeiro auxiliar, o outro é enfermeiro. Era isso, se você tentasse mais do que isso era remar contra a maré, vamos dizer, não consegue, podemos resumir assim. Mas faça perguntas concretas para ver se posso dizer mais alguma coisa.

Irene: Muito obrigado, esse desenvolvimento foi muito bom, houve muita coisa que realmente... é por isso que é importante nós perguntarmos a cada pessoa porque há informações que uma pessoa não deu, mas que outro dá e depois enriquece o trabalho. Posso saber quando é que foi a Tavane?

Samuel: Lá está, eu não sei, eu sei que estive em Tavane mais ou menos 3 anos e sei que terminou a I Guerra Mundial em 1945, é a referência que eu tenho da minha idade. Em 45 quando terminou a I Guerra Mundial eu estava em Tavane, na altura da I Guerra Mundial 42-45 eu tinha 13 anos é quando começo a me conhecer que eu existo porque eu não sei em que idade eu comecei a estudar, não sei, comecei na escola católica, fui para Tavane, eu não, nem sei em que classe andei só sei que passei os primeiros passos, dei tudo isso, mas não sabia que idade que eu tinha. As referências feitas hoje por mim como adulto é que em 1945 acabou a I Guerra Mundial e eu estava em Tavane, estava a fazer a 3.<sup>a</sup> Classe.

Irene: E o prof. Banze estava lá em 45?

Samuel: Era o meu professor, era.

Irene: E depois não soube mais, depois disso, sobre a formação dele, por que é que era assim bom?

Samuel: O meu problema era esse, porque é que o prof. Banze era diferente de todos os outros, porque nós lá, crianças, sabíamos que ele tinha estudado em algum sítio que não era na missão, agora onde estudou eu não sei, tinha uma forma de ser diferente de todos, eu não sei se porque era assimilado, parece que era de facto assimilado e tinha outra informação mais do que os outros, então ele tornava-se totalmente diferente a casa dele, eu vivia na casa de um dos pastores, nós vivíamos praticamente como trabalhadores, íamos para a escola quando podíamos, tínhamos que levantar ir para a machamba, da machamba vir tomar banho e correr para escola, voltarmos pillar o milho, moer, cozinhar, etc. parece que em casa do prof. Banze não existia isso, ele não tinha serviçais, tinha serviçais pagos, sim tinha



trabalhadores, tinha os meninos limpinhos e tudo, tinha uma esposa. Esqueci para dizer eu vivi em Tavane não sei quantos anos, mas a esposa do senhor Banze eu só via a passar, chamava-se Mary, uma coisa assim, um nome para mim esquisito, na altura diferente de toda a gente e não era daquelas mamãs que eu conhecia, era diferente. Agora porque é que o prof. Banze era diferente assim, não sei. Mesmo no ensino, os outros diziam Portugal e ele, não é Portugal é Portugal, a diferença, mais tarde depois entendemos que realmente a pronúncia portuguesa não é aquela que a gente vai ouvindo na rua, alguém tem de aprender e realmente via que este professor é diferente e nós tentámos assimilar aquilo que ele ensinava. Quando nós fomos à Escola Coronel Galhardo, pela primeira vez na minha vida encontrar um professor branco, ver um professor branco que nunca tinha visto, foi quando fui fazer o exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar, quem nos acompanha? Prof. Banze, então eu tive, eu não vi como é que era, eu as coisas do livro eu decorava, o prof. queria que eu lesse, mas eu em casa decorava, chegava na escola dizia aquilo que eu decorei porque já para ler no livro, não sei, tinha dificuldade. Então calha fizemos o ditado no exame e depois a prova oral, prova oral, o professor engraçou-se comigo, eu era pequenino, pergunta, “qual é a lição que tu queres?”, “110”. Ainda hoje me lembro Cortiça e ferro, mas a coisa que chamou atenção ao prof. é “Que levais aí Beatriz? Fiz o texto 2, acabei, e ele disse, “ó prof. Banze você é que ensinou os meninos a ler assim?”, “Sim, fui eu”. Porque nós líamos de facto, fazíamos entoações corretas e nós não éramos portugueses, éramos indígenas e sabíamos fazer isso e o prof. Banze era realmente o único que conseguia fazer isso. Eu aprendi canto coral em Tavane, quem ensinou canto coral? É o prof. Banze e nós cantávamos umas coisas, que nós éramos diferentes de uma classe para outra, era diferente, é por isso que referências de Tavane, prof. Banze e o ensino colonial para nós parece que eles até sabiam que o ensino que era oficialmente reconhecido, eles não acreditavam na forma de ensino, ensinavam de maneira diferente, como digo, na 3.<sup>a</sup> classe lá, rudimentar, eu sabia mais que alunos da 4.<sup>a</sup> classe em Lourenço Marques porque lá, lá, talvez aquela coisa de protestantes não é, de protestantes, colonialismo havia sempre uma clivagem, então os protestantes queriam ensinar de facto, e o colonialismo limitava. Então eles faziam uma guerra, uma guerra sem arma porque os alunos das escolas protestantes sabiam sempre mais do que os alunos das escolas católicas portanto era essa a diferença, então nós fomos formados não como portugueses não, mas como talvez como contestatários do regime colonial e por isso que nós tínhamos que aprender, estudar para saber e com a 4.<sup>a</sup> classe nós fazíamos concurso para cargos mais ou menos elevados. Naquele tempo eu fui para a enfermagem, outros foram para laboratório, mas não era fácil, o colonialismo tentava limitar isso, mas vamos fazer um concurso, eu tenho 4.<sup>a</sup> classe você também tem, é branco, mas vai-se ver o resultado final, aquele preto sabe mais, mas porque é preto não tem que ser relegado para um outro plano, funcionava assim, era o sistema, nós não compreendíamos bem, bem o que é isso, mais tarde uma análise mais consciente, “ah está bem!”, a diferença afinal não era por sermos pretos é porque éramos indígenas e aqueles não só eram europeus como eram governantes portanto havia uma grande diferença, o ensino também devia ser condicionado, aquele preto não pode saber mais do que o branco, então o ensino elementar que era dado, imagina, 8 anos para fazer a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar não era brincadeira nenhuma e os outros fazem em 3 anos, era esse o sistema.

Irene: E, agora, quando saiu da Escola Católica para onde é que foi? E já agora, qual é a sua terra natal?

Samuel: Em Chicavane, sai da Escola Católica de Chicavane.

Irene: Chicavane onde é que fica?

Samuel: Fica em Manjacaze.

Irene: E depois, quando saiu, fez a 4.<sup>a</sup> classe onde?

Samuel: Em Lourenço Marques já, outra vez na Escola Católica.

Irene: Em que ano, lembra-se?

Samuel: Em 47.

Irene: E depois disse que fez enfermagem, foi logo depois? Aliás, fez exame de admissão?

Samuel: Faço logo, no fim do exame da 4.<sup>a</sup> classe havia exame de admissão.

Irene: Fez em 47?

Samuel: Fiz em 1947, não consegui ir mais para lado nenhum, tive que começar a trabalhar porque eu na escolinha, na escola Bairro Indígena ali, as irmãs me conheciam, eu cresci um bocadinho ali, então arranjar trabalho onde, então fiquei lá como professor, as irmãs admitiram-me lá para ajudante de professor, eu ensinava ali, mas o salário não era salário, aquilo era, para mim, era uma honra ser professor, mas não se ganhava praticamente nada, então tive que procurar emprego.

Irene: Quantos anos esteve lá como professor?

Samuel: Muito tempo, quase dois anos mais ou menos, nem isso, tive que procurar outro emprego, fui para aprendiz de carpinteiro.

Irene: Em Lourenço Marques também?

Samuel: Em Lourenço Marques também, aprendiz de carpinteiro, trabalhei quanto, talvez 6 horas, porque lá, o primeiro dia que chego lá, eu tinha 16 ou 17 anos, dão-me máquina de serrar há muito tempo, eu nunca tinha visto uma coisa igual e tudo, touros de madeira, uh, eu criança pegar naquilo! Trabalhei 11h30, aparece um indivíduo mu ligado, braços, olhos todos vendados e tudo, o outro diz, “olha, este, foi essa máquina que lhe fez isto!”, eu olhei para ele, fui para casa e não voltei mais à carpintaria e fiquei, arranjei emprego, fui trabalhar numa casa de costura, dava recados, ia entregar moldes, trazia. Fui trabalhar, quanto tempo, talvez também não sei quanto tempo e depois eu estava crescendo e eu precisava de alguma coisa que pudesse fazer de concreto, então fui para *Carvalho, Coelho e Sousa*, uma indústria farmacêutica eram armazenistas, lá trabalhei, tive contacto com pessoas, contacto com alguma evoluçãozinha, eu já podia trabalhar numa farmácia, arrumar as coisas e tal, catalogar e tudo. Eu, mas o que é que vou fazer, posso estudar mais, mas vou fazer o quê? Mas um amigo disse, “porque não fazes enfermagem, enfermagem? Porque podias, tens que fazer alguma coisa”. Então vou ao Hospital Miguel Bombarda, encontro um amigo meu.

Irene: Em que ano?

Samuel: Em 1949, um amigo meu que conhecia da igreja “eu quero ser enfermeiro”. “Queres ser enfermeiro, sabes o que é ser enfermeiro?”, “Não sei, mas quero ser”. “Mas não é fácil”. “Sei que não é fácil, mas você é se conseguiu chegar eu hei de lá conseguir!”, “tens que mexer sangue, tens que mexer na expetoração”, não sei quanto, não sei quanto. Eu era criança, aquilo assusta, mas eu quero ser enfermeiro, a verdade, é arranja estes documentos tal e tal, arranjei os documentos e levei tudo e fui entregar, “você requereu para ser enfermeiro?”. Passado um tempo nem fui eu que vi, o guarda-livros lá de *Carvalho, Coelho e Sousa* é que me chama de manhã, “olha lá, você, você é que requereu para ser enfermeiro?”, “requeri sim, está aqui!”, “É verdade? É verdade?”. “Fui nomeado como aluno interno do serviço de saúde, é verdade, é verdade”. Chega na máquina ta, ta, ta, vai o Samuel Ngulele apresentar-se no Hospital Miguel Bombarda onde foi admitido por ter sido nomeado aluno interno no serviço de saúde. Começo assim a ser praticante de enfermeiro em 1950 e fiz esse curso. E hoje, a minha referência realmente no ensino é Banze, não tenho outro meio tive professores, muitos, até são professores, mas aquele é professor Banze é, foi esse que me ensinou.

Irene: E depois trabalhou quanto tempo e onde é que trabalhou como enfermeiro?

Samuel: Eu Trabalhei, há coisas que acontecem, sabe eu quando termino o curso em 1952, o serviço nacional de saúde não era nacional nesse tempo, o serviço de saúde não tinham vagas para colocar enfermeiros, não havia verba, então, o conselho, “é vocês vão para Chirongoma, em Sofala, vão para trabalhar lá com o salário de aluno até haver vaga”, salário de aluno era 202\$50, 202\$00, mas como é que é ir para Chirongoma não sei quê, eu tinha os meus contactos apesar da idade, Dr. Sousa Lobo, o Dr. Filipe Ferreira, não pode ser. Eu disse, “olha doutor, eu tenho esta situação, não há dinheiro para nos pagar, eu não quero ir para Chirongoma para ganhar 202\$00, arranja alguma coisa?”, “Está bem! mexeu para a plantação Santiago em Mawelela e vais trabalhar lá”, então fui admitido na empresa de citrinos, fui trabalhar lá de 1953 até 1957.

Irene: Não como enfermeiro?

Samuel: Como enfermeiro na empresa, enfermeiro da empresa no serviço de saúde, não havia dinheiro, então fui para uma empresa privada, desliguei-me do serviço de saúde, depois, passados 5 anos entrei para os caminhos-de-ferro, como enfermeiro, só que depois houve nacionalizações, os serviços de saúde dos caminhos-de-ferro deixaram de existir e então fui readmitido como enfermeiro no serviço nacional de saúde.

Irene: E agora o seu percurso, a sua transição de indígena para assimilado como é que foi?

Samuel: Essa é outra coisa, eu como pessoa, criança e tudo, não sentia necessidade alguma de deixar de ser indígena, eu estava, até ali estava bem, era normal aquilo, mas quando começo a trabalhar há documentos que pedem que não são, não é a caderneta indígena, não pedem um documento, vai buscar um documento assim, assim, vou para lá. “Você B.I. não tem, você é indígena, então não há!”. A vida é complicado, eu tive filha antes de ser assimilado mas quando quero que o Estado pague me o abono de família eu tinha que apresentar certidões porque sou casado e tenho filhos e essas certidões só os assimilados é que pode ter, então, tinha que falar com o administrador e o administrador disse, “tu

também não precisa disso, toma lá o requerimento, está lá escrito. Você é meu amigo”, “sim senhora, vou lá.”, e então passei a ser assimilado.

Irene: E quando é que foi isso?

Samuel: Foi em 1960 e já em sessenta e tal, 1961.

Irene: Mas de resto, nunca chegou a passar por aquela fase, nunca foi a Joni, nunca foi a xibalo?

Samuel: Felizmente nunca, nunca, nem fui recrutado para ir para a tropa nem para... não sei, porque o meu pai tinha uma certa posiçãozinha lá em Chicavane nunca nos tocaram.

Irene: O seu pai, nunca lhe tocaram?

Samuel: O meu pai nunca fez isso, mas foi para Joni e tudo, o meu irmão mais velho foi para Joni, mas voluntariamente, xibalo nem meu irmão nem outros meus irmãos nunca ninguém foi incomodado com isso.

Irene: Não teve essa experiência.

Samuel: Felizmente não, felizmente não conheço, não sei o que é xibalo, vi xibalo é quando fui trabalhar em Magude, eram 2.000 trabalhadores, dos 2.000 trabalhadores mais de 90% eram xibalos, mas aquele xibalo não diziam que é xibalo, como se diz, é um contrato, eram crianças de 14, 15, 16 anos estavam lá para apanha, capinagem e rega, apanha de laranja e tudo, e então ficavam lá, comiam, tinham um salário de 50\$00 por mês, e tinham o resto, era pago quando acabasse o contrato, o contrato era de seis meses; então foi ali que tive contacto com xibalo, o que é xibalo, o que é trabalhador contratado e tudo.

Irene: Sim, senhor, muito obrigada. Acho que já desenvolveu muita coisa, mesmo muita coisa útil porque essas coisas, hoje, pouca gente sabe; os jovens não sabem, mesmo eu, não conhecia alguma da informação que me deu. Muito obrigada.

Samuel: Não tem de quê, se mais, muito obrigada, mais poderia informar, mas a memória vai-se tornando curta à medida que o tempo passa, muitas coisas são esquecidas e tudo, mas para mim seria um prazer se servisse para alguma coisa.

Irene: Vai certamente servir para muita coisa, portanto, muito obrigada. A entrevista está terminada.

## **Informante nº 4 – Osório Macome (IOM-80)**

Data da entrevista: 18/02/1913

Duração da entrevista: 28 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Osório Macome, 85 anos. Importa referir que a gravação da entrevista se inicia sem introdução e a meio do desenvolvimento, isto, após tentativas frustradas da bolseira que, tendo apresentado o objetivo da visita, nomeadamente, recolher formalmente, por gravação, informação junto do entrevistado, que é filho de um antigo professor rudimentar da missão suíça, algo que Macome concordou plenamente, não o conseguiu atingir. Este, sem dar tempo que a bolseira preparasse o gravador, falava, mesmo após duas repetidas solicitações para que esperasse pela bolseira, por breves segundos, para que esta acionasse o gravador. A bolseira notou logo que a não adesão ao seu pedido, por parte do entrevistado, se devia apenas à sua idade avançada, o que limitava as suas capacidades de entendimento. À exceção do referido, Macome, que foi até 2014 Presidente do Comité Olímpico de Moçambique, é um indivíduo com boa memória.

### **Conteúdo da entrevista**

Macome: Eu estava a dizer que o ensino primário rudimentar no tempo colonial era outro sistema e apareceu uma diferença quando começou o ensino primário rudimentar na parte das missões católicas, essas basearam-se mais na doutrina que era para o magistério e não obstante que o Alvor continuasse a formar professores, essa diferença é que eu notei no ensino, tanto mais quanto posso-me lembrar, quando foram para Tavane, os professores que estavam lá não eram do curso de Manhiça. Eu recorde-me muito bem que não havia grandes aprovações nos exames em Manjacaze dos alunos que iam lá fazer o exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar, o primeiro nível do meu grupo de aprovados foi com o prof. Macome, saíram dali de Tavane, Benizela, para fazer exame eram uns dez alunos, reprovou um só, saíram de Manjacaze a cantar até chegarem de comboio “Alegria, alegria, hoje eu estou de alegria” todos passaram porque as missões estrangeiras, segundo me constou, dizia o meu pai, foram obrigadas a mandar os alunos a formarem-se aqui no Alvor, mas após a formação eram colocados pelo governo português, de preferência transferidos para o norte, colocados no Norte, são poucos que ficavam aqui dentro e isso calhou nós viajarmos juntos com o falecido professor que esteve em Chicucue, Aurélio Chongo. Viajamos no mesmo navio portanto eu, o meu pai e a minha mãe, eles também com os filhos, só ao chegarem em Porto Amélia nós fomos para Sheul, eles foram para Mocimboa da Praia, aquilo era um grupo de enfermeiros, nós chamávamos enfermeiros à eles e nós instrutores, então, na Missão Suíça, onde eu observei muito, eram 7 os catequistas curiosos porque tinham que aprender um pouco português, tornavam-se tradutores aqueles alunos que as missões tinham formado e mandar até ao Alvor, já não tinham *chance* de voltar às missões foi assim que nós voltamos, dizia o meu pai que foram proibidas as missões estrangeiras a ter professores a lecionar que não tivessem o curso do Alvor português, então ele saiu de Manjacaze a pé, estou-me a esquecer o outro falecido, lembro que foi o Mabuyane, o nome dele, saiu de Manjacaze a pé, foram dormir em Banhine, saíram de Banhine dormiram em Chicumbane, de Chicumbane saem juntamente com o Sansão Mutemba com o estou me lembrar, isso tudo era procura de entrar, tirar a 4.<sup>a</sup> classe, dali vieram dormir em Manzir em Magul, de Magul foram dormir, foram pernoitar, aliás, aquilo na Manhiça, no Ndela, ali por uma ponte que está na Missão Suíça, dali é que vieram para Ricatla tiravam a 4.<sup>a</sup> classe aqui em Ricatla, depois é que requeriam para ir para o Alvor e a Missão Suíça na altura não tinha aquela pretensão de formar enfermeiros, eram professores, os professores eram colocados pela Missão Suíça eram mais catequistas, falavam pouco português, não tinham preparação para serem professores. Depois de irem para lá, ele tira o curso no mesmo ano com o António Mabuiano, o pai desse padre Mabuiano tira junto mais ou menos com Jacinto Beca, Jacinto Mário Beca falecido, tira também com um outro nome que está me a vir agora, com Aurélio Chulela, foram-lhe colocar em Javanhane, inaugurou a escola primária rudimentar Javanhane, esteve lá um ano ou o quê, transferido para Sheul só na volta, quando eu já tinha feito a minha 4.<sup>a</sup> classe, é quando voltamos para cá, mas aquela exigência religiosa, aquela que se costuma dizer das missões protestantes, eles não davam lugar a um que viesse de fora porque não conheciam a maneira de viver dele se está ainda filiado nos nossos princípios religiosos, ou não, se estava lá fora não sei o quê, não sei quanto, tantas coisas, e ele ficou ali. A família da minha mãe teve que nos arranjar uma machamba em, chamam MBukusi lá no Matsinhe lá, está a ver Zandamela do lado do mar, ali assim em Zandamela, e nós cá. E havia lá um pastor que acabou dizendo, em nazarenos há

ali um professor que veio do Norte que deixou de ser do Estado. Na Missão Suíça diziam para ele não sabemos o comportamento dele naquele núcleo, ali, dos grandes da Missão Suíça, duvidavam do comportamento, foi quando então a Nazarena foi-lhe buscar, enquanto a missão suíça começou a ver que eh pá estão a precisar de professores formados, disse que não, nós é que investimos nesta pessoa, volta lá, e voltou e depois para eles verem bem o trabalho puseram-lhe em Chicumbane, subiu o nível de aproveitamento em Chicumbane, regressou para Maússe e depois de Maússe saiu para aqui, para Chamanculu. Ensinava aqui, e à noite vinha ensinar aqui no Covo. Aqui deram-lhe a 3.<sup>a</sup> e a 4.<sup>a</sup> classe à noite onde ensinou o Moiane, o governador José Moiane e ele só queria ter o documento para conseguir tirar carta de condução, tirou a carta de condução entregou-se aí numa das padarias arranhou formas e seguiu para a luta de libertação e é isto, mais ou menos, que eu vi e entretanto em Tavane já que lá em Tavane já fazia parte também daquele núcleo da litúrgia, da Bíblia, não sei o quê fazer orações, fazer missas e tal aquela coisa toda já era também misturado com os evangelistas e os catequistas naquela igreja, não era só professor, eram duas coisas, quando voltou para a Missão Suíça, acabou estando ali. Reformou ali na Missão Suíça, deu uma reforma que davam até há bocado. Parece que a minha madrastra recebia dinheiro em dólares como prémio da criação deles, por ter sido professores, a diferença que eu notei no ensino primário rudimentar dos portugueses, as missões duvidavam dos quadros que tinham mandado para formar sobre o comportamento religioso deles, não estavam, não participavam na igreja quem são, quem não são, como estão, como não estão, como não estão em termos de fé. Tinham essas dúvidas, é natural, e o Macave foi um dos professores do meu pai.

Irene: Foi professor do seu pai?

Osório: Foi professor do meu pai.

Irene: Em que escola e em que classes, na 1.<sup>a</sup> classe, na 2.<sup>a</sup> classe?

Macome: Isso lá na missão.

Irene: Em qual missão?

Macome: Lá em Maússe porque eles vinham a saber escrever alguma coisa, mas mais em Shangana vindo de Sipilongo.

Irene: Spilongo onde, na África do Sul?

Macome: África do Sul, de onde vinha aquele jornal chamado *Nyeleti*, lembra-se dele? Escreviam e liam mais a Bíblia em Shangana enquanto que em Chicucue é Xitswa, eram esses que através de conhecimentos de ler Shangana com um pouco de português, lá gatinhavam, mas não dominavam a gramática portuguesa, de História e tudo, não tinham aquela capacidade de ensinar História, só os que saíam do Alvor, mas dentro da missão havia uma peneira, parecia que duvidavam muito para ser reintegrados. Não sei se desculpa, não sei se é porque os nazarenos eram mais americanos do que outra gente não é, deviam ser mais liberais, “eh pá tem curso, serve para nós, nós queremos ensinar, vamos integrar!”, sei que o Macave foi um dos professores deles lá nas 1.<sup>a</sup> classes e quê, não ensinou, até longe então ele veio aqui, aqui é que tirou a 4.<sup>a</sup> classe e o ensino primário.

Irene: Quem?

Macome: O meu pai.

Irene: Aqui, onde?

Macome: Em Alvor, Manhica.

Irene: Diga-me, em Alvor, Manhica, havia escola e havia escola de formação de professores?

Macome: Ali na escola de formação de professores eles tinham uma seção em que se avaliava para terem a 4.<sup>a</sup> classe, depois seguias aquilo, entravas, não ias para ali, tinhas que fazer a 4.<sup>a</sup> classe depois seguir a formação de professor.

Irene: Fazer a 4.<sup>a</sup> só, ou começavam do princípio?

Macome: Não sei como é que eles avaliavam, mas o aluno entrava lá e depois eles iam para a 4.<sup>a</sup> classe, tinham que fazer ali a 4.<sup>a</sup> classe ou a terceira/quarta, conforme eles notassem, depois de verem que já dá é que ias fazer o exame da formação de professores em termos de pedagogia e o resto o quê, já lá dentro, depois saíam, tiravas já, saías já com o curso de habilitação de professores indígenas da colónia de Moçambique.

Irene: E esse curso era do Estado?

Macome: Era do Estado, da Manhica foi transferido para Moçambique.

Irene: E chegou a saber alguma coisa sobre a relação com o meu pai? De seu pai com meu pai? Quem começou primeiro, quem foi primeiro para o Alvor, quem se formou primeiro?

Macome: Quem se formou primeiro não soube, mas eu acho que o seu pai deve ter sido primeiro antes dele, dos discípulos dele que eu conheci, conheci o caso do António Mabuyango.

Irene: Discípulo de quem?

Macome: Do meu pai; o António Mabuyane que ele próprio confessava, dizia que Laulane é que lhe safou nos exames na Matemática, ele tinha dificuldades na Matemática e teve a cábula do meu pai, contava essa história, *na Macome hi wena ungandwezi hanyisa* “Macome, foste tu que me salvaste”. Entre eles contava isso e o Aurélio Chilulele, daqui da Missão Suíça, faleceu um agora que é o Azevedo, Azevedo Ximeme, esse também foi de seu curso, deixou-lhe lá quando saiu, ele ficou lá porque onde eles tiravam a 4.<sup>a</sup> classe, quando a gente passa de carro temos do lado direito uma capelinha, aqui mesmo no Alvor, temos uma capelinha e a instalação da escola então ao lado é onde os que não tinham a 4.<sup>a</sup> classe, eles estudavam a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Porque estou interessada em saber quem foram as pessoas que tiveram contacto mais direto, como alunos, com meu pai, porque de momento ainda não consegui encontrar ninguém, eu sei, meu pai dizia-me. Lembra-se de um Enoque Libombo que já morreu?

Macome: Sim já morreu, estão aí as filhas.

Irene: Só uma é que ficou, porque já morreu também a outra. A filha que ficou é aquela que foi ministra. Sim, já morreu. E dizia meu pai, lembro que Enoque Libombo foi visitar Tavane, dizia meu pai que eles se tornaram amigos com Enoque Libombo porque foram os dois que passaram, os únicos que nesse determinado ano passaram o 2.<sup>o</sup> grau, entre 60 indígenas.

Macome: 2.<sup>o</sup> grau é a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Sim, sim. Agora eu queria saber qual foi essa escola, qual terá sido essa escola onde eles fizeram e passaram esse exame de 2.<sup>o</sup> grau, será que foi na Manhiça?

Macome: Eu não sei se o Enoque Libombo esteve na Manhiça ou tiraram aqui, podem ter tirado aqui porque os americanos não tinham uma escola, só poderia ser lá na Escola Kiss.

Irene: Mas Enoque Libombo não era da Missão Americana?

Macome: Era da Missão Suíça.

Irene: Era da Missão Suíça. Agora, quero saber onde terão tirado esse exame.

Macome: Não será que havia exames extraordinários, não é? Eu, por exemplo, frequentei o 1.<sup>o</sup> ciclo, na altura havia muitos colégios, Pedro Nunes, não sei quantos, havia muitos colégios aqui.

Irene: Mas isso foi depois, estou-me a referir no tempo deles, terá sido na Manhiça?

Macome: Não, se ele tivesse tirado na Manhiça ele teria seguido para o Norte.

Irene: Sim, com o 2.<sup>o</sup> grau?

Macome: Sim, o 2.<sup>o</sup> grau dava acesso também para a enfermagem, o Enoque tinha um irmão que é o Daniel Libombo esse era enfermeiro, esse tirou o 2.<sup>o</sup> grau.

Irene: Tirou onde?

Macome: Cá, mas os manhiçanos também.

Irene: Então, o meu pai terá tirado também em Lourenço Marques?

Macome: É natural, é natural. Eu lembro-me do seu pai quando chegou em Tavane.

Irene: Em que ano mais ou menos? Com a minha mãe?

Macome: Eu vou fazer 80 anos. Repara que veio com um irmão teu que ia estudar na suázi, estudar. Eu, nessa altura, eu nessa altura já tinha a minha 3.<sup>a</sup> classe elementar, tinha dificuldades porque eu fiz a 3.<sup>a</sup> elementar na escola D. Francisco de Almeida em Porto Amélia, encontram-me na estação com os... “onde é que é sua terra?”, eu não digo a eles Cabo Delgado, eu digo, “Porto Amélia”, “você é Landim?”, “sim, sou Landim”. Repara que a formação que eu tinha da 3.<sup>a</sup> rudimentar, no meio daqueles filhos dos brancos, coisas ali da 4.<sup>a</sup> classe, eu dominava a eles porque tudo, a gramática, a História, tudo era uma coisa linda, pá!

Irene: Fez a 3.<sup>a</sup> rudimentar com seu pai?

Macome: Sim, fiz duas vezes.

Irene: Porquê, o seu pai não era assimilado?

Macome: Eu andava na escola dele.

Irene: Onde era a escola dele?

Macome: Sheul, no Norte em Cabo Delgado.

Irene: Ele é que era seu professor?

Macome: É que era meu professor. Fiz o meu exame eu tinha 6 a 7 anos, depois foram para Nampula passei com 14 valores, ou quê, mas a idade não permitia, tive que repetir, então repeti, tirei

acima de 17, foi quando então fui para Porto Amélia, fiquei matriculado na Escola D. Francisco de Almeida onde o negro tinha que ser assimilado porque quando saíam dali de Alvor, o professor era logo assimilado, esse é um pormenor importante ia pagar a taxa militar já não era indígena.

Irene: Bastava tirar o curso assimilado?

Macome: Bastava ser assimilado.

Irene: Professor?

Macome: Enfermeiros também.

Irene: Professores e enfermeiros tiravam o curso, assimilado?

Macome: Era por causa da nomeação para ser nomeado, era uma obrigação, os filhos já também eram assimilados, isso é que me recordo. Agora a história do Libombo não conheço bem, quando nós voltámos depois, quem veio depois da vossa passagem lá de Benizela, em Tavane vim acompanhar o Jacinto Beca que depois também parece que foi para o Nazareno porque a Missão Suíça começou a apertar a apertar e acredito que o meu pai disse, “olha vai para a Nazarena”.

Irene: Ele queria dar aulas na Missão Suíça?

Macome: Com certeza, dali a casa dela é ali em Pinda, quem vai para Macolela então ele quase cresceu na Igreja, cresceu na Missão, mas eram muito rigorosos. Havia lá um ciclo dentro dos pastores deles, não se entrava de qualquer maneira, eles eram assim, agora é que são liberais, mas naquela altura os suíços apertavam, de maneira que é isso, mais ou menos, eu recordo-me que eramos mais ou menos vizinhos naquela descida, a igreja lá em cima em Tavane, estávamos lá, estava a igreja e depois estava o hospital e depois estava a casa dos missionários em direção de quem vai para Manjacaze, e a estação estava lá em baixo, quem queria ir para a planície tinha que passar ali a estação, lá, e depois dali tinha que passar pela loja, isso ainda me lembro.

Irene: Quando o seu pai foi para Tavane, o meu pai já não estava lá?

Macome: Não, não, veio nos encontrar lá.

Irene: O seu pai foi lá em que ano mais ou menos?

Macome: Antes de 1940 e tal porque eu saio, eu estava em Maússe e vou para a Escola de Artes e Ofícios da Moamba em 1949, vou tirar mais ou menos uns 3-4 anos atrasado porque eu não fazia mais nada, para ir ao estudo em Lourenço Marques tinha que ter onde ficar, aonde? Então meu pai optou mandar-me para Artes e Ofícios que era para a 4.<sup>a</sup> classe, fui para Moamba tirar o curso, onde tirei o curso de alfaiate.

Irene: Meu pai também foi professor da Escola de Artes e Ofícios.

Macome: Da Moamba?

Irene: Sim.

Macome: Em que ano?

Irene: Nos anos 30, uma coisa assim, só não sei exatamente quando. Tenho um irmão que nasceu lá.

Macome: Nasceu na Moamba, não é?

Irene: Agora estou a perguntar porque numa das fotos, meu pai foi muito bom em guardar fotos, e ele identificou cada foto, tem uma de 1933 em que consta ele com uma missionária da igreja do Nazareno na escola de Machulane, com alunos, em 1933. Ele não diz que é professor, mas ele está com os alunos da Escola de Machulane. Mas depois, quando eu vejo as fotos posteriores, porque também tenho um irmão no Xai-Xai, ele diz que o meu pai foi.

Macome: Aquele que está no Xai-Xai é o que estive na Suázi?

Irene: Já estive lá na Suázi sim, o nome dele é Vitorino.

Macome: Esse nome não me esqueço.

Irene: E depois diz ele que não. Ele foi para Tavane quando se casou com a minha mãe, e pronto, também concordo porque as fotos posteriores mostram a atividade dele passados os 1945, 1946, 1947, mas só que naquela foto de 1933, e depois vejo também na certidão, a certidão dele de assimilação, etc. e na documentação ele teve, portanto, bate certo o que está a dizer, ajuda-me a entender, ele deve ter sido um dos alunos do Alvor em 1930 porque ele obteve a assimilação em Abril de 1932.

Macome: Porque o meu pai é do grupo do segundo curso de habilitação dos professores de Manhiça, do segundo grupo, não é do primeiro.

Irene: E o curso era de três anos, não é?

Macome: Sim, eles saíam de lá assimilados.

Irene: E meu pai, a assimilação é de 1932, o que significa que já tinha acabado o curso.

Macome: Eles saíam de lá assimilados e era feita lá, tanto mais que dizia eu, é verdade quando foi para lá esse percurso todo até chegar a Manhiça, ele não era Marcelino, era Nhawelane Lucas Macome, os colegas dele da Manhiça chamavam-lhe sempre Nhawelane, esse é que o nome dele, então lá tiraram o Macome e deram-lhe o nome de Marcelino Laulane Lucas, e assimilaram-no, no segundo curso, foi-se embora um que é o António Mabuiangu, ele sabia tudo e o Aurélio Chiulele também foi-se embora, esses é que foram do grupo dele, então o Mabuiangu contava mesmo aos outros, “eh pá que quem me salvou foi, para ser professor, foi o Laulane”. Estava com dificuldades na Matemática ele deu-me um rascunho e resolvi, e eu passei.

Irene: Agora, eu estava a dizer que essa fotografia é de 1933.

Macome: Foi o ano em que nasci.

Irene: Eu estou a pensar que 1933 é um ano muito importante em termos políticos porque foi quando a legislação foi publicada cá, do Novo Estado Colonial, foi publicada em Moçambique e a foto mostra o meu pai com os alunos da Escola de Machulane. Agora, será que meu pai foi lá para organizar ou quê?

Macome: Machulane é Tavane, nós chamamos Benizele.

Irene: Sim, será que foi lá para organizar? Esteve lá de passagem, porque não permaneceu lá?

Macome: Porque a sua mãe é donde é da parte de Cambine?

Irene: Sim, mas a minha mãe foi depois, porque com a minha mãe, casaram-se depois em 1944. Agora estou a tentar saber o que o meu pai foi lá fazer com aqueles alunos, ele acabava o curso?

Macome: Ele não tinha que ficar porque eles controlavam, os professores que acabavam o curso eles tiravam, eu acredito que ele deve ter passado por uma escola primária rudimentar do Estado.

Irene: Então, ele foi lá fazer o quê?

Macome: Foi aproveitaram a criação deles, ele não é da parte da Nazareno?

Irene: Não sei se era, ele parece que era mais da Missão Suíça, pelas fotos que eu vejo a dar aulas de ensino dominical na Missão Suíça. Tinha mais afinidade com a Missão Suíça.

Macome: Hoje Presbitério.

Irene: Estou a tentar perceber isso, o que é que ele teria ido lá fazer, ou foi o governo que o mandou, ou uma coisa assim. Já queria que as escolas estivessem em funcionamento.

Macome: Mas eles não mandavam os professores, aí tenho a certeza, não mandavam os professores para as escolas missionárias, eles mandavam os professores para as escolas rudimentares deles lá no... e quem acaba com isso e isso acaba quando veio o Carmona em 1937, 38 salvo o erro, Salazar viu o relatório cortou as escolas primárias entregou todas elas à Igreja Católica porque descobriu que aquelas escolas primárias rudimentares estavam a evoluir muito os negros e era desvantajoso para Portugal e isto aconteceu porque o Salazar queria que as escolas fossem orientadas pela Missão Católica que é para ensinarem mais a doutrina, então preparavam ali pessoas mais para ir para o seminário e para o quê, e para mais nada, mas muitos iam para o seminário para conseguirem uma equivalência do liceu, muitos fizeram isso.

Irene: Os seminários davam equivalência do liceu?

Macome: Ya há um curso que quando eles chegassem já dava equivalência ao 5º ano, muitos padres daqui sabem disso, mas também havia missões católicas que mandavam os seus alunos para ali, para Manhiça para se formarem como professores e o governo, nessa altura, antes de 30 e tal, não tinha escolas rudimentares, são todos do mesmo feitio não sei se já reparou, sai-se daqui para Inhambane, mas de Manjacaze ainda está, perto dos Correios deve estar lá a escola perto do hospital que era aquele estilo da escola como qual é ainda está, começou a lecionar na escola de Zavanhane, na Escola Primária de Zavanhane foi o primeiro professor, o grupo dele de saída foi o Aurélio Chiulele, que estava mesmo no Chibuto, o António Mabuyango, esse então na área de Chibuto foi colocado em o pai dele, o pai de Mabuyano esse é que dizia mesmo que, “olha sou professor graças ao Laulane, deu-me a cácula de Matemática”, saíram juntos mesmo o Ndimene, o Albino Ndimene não chamava o meu pai por Marcelino, chamava-lhe Laulane, entrou como Laulane, nome dele era Laulane, mandaram tirar aquilo, assimilaram e pronto, agora do Libombo não sei bem e não vejo quem possa ... mas está a filha.

Irene: Do Libombo é a 4.ª classe, já perguntei à filha. A filha diz que ela é a mais nova, é muito mais nova. Já perguntei e disse que não sabe em relação...

Macome: E a Georgete não está?

Irene: Já morreu. É em relação à quarta classe como estou a dizer, eles os dois, queria saber onde é que ele tirou a 4.ª classe.



Macome: Eu penso que aqui em Lourenço Marques a Munhuana dava a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Diga?

Macome: Munhuana, essa D. Ana da Munhuana, Santana da Munhuana.

Irene: Eu não vejo, o meu pai não chegou a falar sobre Munhuana.

Macome: Eles aqui, a Igreja Católica, deviam dar a 4.<sup>a</sup> classe como podia haver um dos institutos que tinham autorização para fazer exames de *ad hoc*, havia na altura o sistema dos exames *ad hoc*.

Irene: Agora, ele falava muito de Ricatla, Ricatla do pastor Macave.

Macome: Ricatla é onde o meu pai tirou a 4.<sup>a</sup> classe como eu lhe disse que veio a pé de Maússe a pé.

Irene: Mas se calhar foi lá que meu pai também tirou e pode ter sido lá que o Libombo também tirou.

Macome: Porque eles formavam a 4.<sup>a</sup> classe; ali recrutou professores acreditados para dar a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Portanto esses professores quem eram? Eram da Missão Suíça, que davam aulas de 4.<sup>a</sup> classe?

Macome: A Missão Suíça tinha estava aberta com certas missões com quem tinha coligações.

Irene: Aquilo era gerido pela Missão Suíça?

Macome: As campas que estão ali são os primeiros missionários da Missão Suíça, até se tiver tempo podemos ir lá se tiver transporte próprio.

Irene: Sim, podemos ir lá.

Macome: Em Ricatla, não é?

Irene: Sim.

Macome: Procurar o pastor que está lá, dizermos que viemos visitar as campas dos missionários e tudo, hão de nos mostrar.

Irene: Pois.

Macome: Aqui a Missão Suíça para formar a 4.<sup>a</sup> classe mandava para ali e havia uma relação de entendimento entre a Missão Suíça, Nazarena e a Metodista e depois passou Missão Suíça, Metodista, razão pela qual o Eduardo Mondlane foi parar em Cambine.

Irene: Hizona, hazwala...

Irene: Portanto, o pai ensinou naquele sítio (sheul) como é que disse que se chama aquele sítio?

Macome: Depois dali voltou a Missão Suíça não Lhe quis receber porque, em termos religiosos, já não tinham confiança que ele segue lá, não há Missão Suíça já é *muhedeni*, a fotografia é essa e então através da família da minha mãe fizemos uma machamba lá em Bukuzu, lá, mas havia lá um catequista duma pequena, não é chamada igreja do Nazaré e estava nessa altura em Tavane um pastor, um evangelista que mal falava português que era o Machava, lembra-se dele?

Irene: Simeão Machava.

Macome: Então que era o Machava, mas que era fraco em português e ele é que ensinava tal português.

Irene: Mas não foi ele que foi prof. Machava, que tirou o curso em Alvor também?

Macome: O Machava?

Irene: Machava sim, Simeão Machava.

Macome: Da idade dos nossos pais?

Irene: Não sei, tirou o curso em Alvor, do que eu sei.

Macome: Eu lembro-me o nome desse Machava que era fraco e estavam alguns que estavam a dizer que eram fracos e acabou sendo professor e não tinha nada, não tinha formação de professor de português. Então quando aquele evangelista descobriu aquilo foi lá falar, foi quando contactaram o meu pai, foi para lá enquanto estávamos lá, apareceram vocês porque quando ele sai de lá quem fica como professor, se a minha memória não me trai, foram vocês, o prof. Mbanze é que ficou depois com aquele trabalho e eu já conversei muito isto com o falecido, como se chama, faleceu pá, Caetano James Guambe, conheceu Caetano James Guambe, são da Metodista, é essa história que eu sei.

Irene: E ele esteve em Tavane, então, o prof. Macome?

Macome: Sim esteve.

Irene: Quanto anos mais ou menos?

Macome: Mais ou menos dois/dois ou três, estou a falar em termos letivos não é porque quando ele dá aquele sucesso, para eles, de ir 14 alunos e chumbarem só dois e voltarem todos de Manjacaze a cantar até chegar em Tavane, diz que, “eh pá, não é a Missão Suíça, nós é que investimos!”, venha logo.

Irene: Enquanto não queriam.

Macome: Mas então disseram que não, não, ele não vai ficar aqui em Maússe, vai para Chicumbane, foi para Chicumbane, estava lá um professor aleijado chamado o Amon Mutemba, penso que é desses Mutembas, foi para lá e regressou para Chicumbane vão para o Xai-Xai para tirar a 4.<sup>a</sup> classe, passou um grande número e agora vai para Maússe, depois de Maússe, Chamanculu, Chamanculo como se chama aquilo Macoulane, depois reforma porque as missões protestantes queriam aliar duas coisas professor/evangelista, professor/evangelista, lembro-me que na altura estava lá em Tavane um familiar materno do papá que era o Vasco Mondlane, deitava sempre saliva, tinha dificuldade em falar, não tinha nada de professor, tinha mais a Bíblia, e aqui os suíços para poderem dar avanço aos alunos depois da 4.<sup>a</sup> classe tinham contacto com o instituto Pedro Nunes e criaram ali um pequeno internato no Covo porque valeu-lhes aquela ligação deles da Metodista, e da Missão Suíça, vinham ali no Covo estudarem, ali, para tirarem os ciclos liceais, 1.<sup>a</sup> ciclo e quê, e vinham entrar ali enquanto outro qualquer, pá, alinhava-se para o seminário dos católicos, mas não tinha vocação de serem padres católicos queriam tirar um certo ano de Magude, pronto, tinham equivalência, como se passou com aquele, o pastor Jeremias.

Irene: Quem?

Macome: Aquele pastor Jeremias, passou primeiro pelo seminário, saiu dali já tinha o 5.<sup>o</sup> ano.

Irene: Quando a pessoa entrava no seminário quantos anos demorava para tirar o curso?

Macome: Não sei, só sei que na altura tiravam o curso de padre, depois resignavam, mas o diploma ficava tinha equivalência, o governo português dava equivalência, só que aí para essas missões estrangeiras Metodista, Wesleyana o quê, já não te davam o lugar da igreja *a vaku tsumbi* (não confiam em ti) mas dizer que ele entra na Missão Suíça como? Lá no Chipende onde viviam os meus avós, a vida dele era de pasto, de manhã, gado para o pasto normal como qualquer criança naquela altura, e nos domingos para a igreja para os pastores, por vezes, a igreja é por baixo de uma árvore, fazia-se aquele ritual da igreja, cantar não sei quê e tudo, e os missionários em Maússe como em Tavane criavam-no porque ele quando era criança reconheciam-lhe certas virtudes em Tavane, eles tinham aquele moinho vuvuvu para moer o milho e então punha no moinho aquela gente ali fazia o trabalho da missão, varrer, fazer o quê na casa dos missionários e aproveitavam estudar, então saiu o meu pai de lá e veio ter na missão de Maússe, trabalhou ali fazer a horta, regar a horta fazer o quê, não sei que tipo de lições que ele teve quando veio a Manjacaze para fazer exame, passou, passou a 3.<sup>a</sup> rudimentar e então pronto como o governo português quer que a gente tenha professores formados em Manhiça então vai para Manhiça, foi quando vieram a pé até aqui Ricatla, o que eu aconselho é ir a Ricatla estão lá as campas dos falecidos, os primeiros, porque esses aqui de Ricatla, segundo consta a história, entraram de Magude, Antioica e depois vieram, vieram parar ali, a sede da Missão Suíça é ali, e agora é o seminário desses nazarenos, metodistas, tiram o curso bíblico ali, ali a mana vai encontrar mais coisas relacionadas com a igreja.

Irene: E onde é que fica?

Macome: Onde está a Facim agora; onde está a Facim, a Facim está encostada basta ver os eucaliptos é ali na missão, ali é a sede dos pastores, dos missionários estrangeiros protestantes.

Irene: Portanto, se eu for lá, vou encontrar pessoas que me podem informar?

Macome: Tem que encontrar, tem que saber quem é o seu nome, primeiro, sou desta igreja aqui, e eu queria visitar as campas dos primeiros missionários e depois conversar como é que foi como é que não foi.

Irene: Alvor não é ali?

Macome: Não, Alvor é do Estado.

Irene: Sim, mas para Alvor tem que ir mais à frente.

Macome: Depois de chegar a Manhiça, mas já não encontra ninguém no Alvor.

Irene: Tenho que ir até Manhiça?

Macome: Não, na Manhiça já não há de haver pessoas para explicar só se encontrar um professor do Alvor que depois ficou na Missão Católica, porque o que aconteceu? Depois da visita de Carmona a Moçambique, todas as escolas da escola rudimentar passaram a ser da missão Católica.

Irene: Quando é que foi?

Macome: Trinta e sete ou oito já me esqueci, mas o que eu estou a dizer é fácil porque cá dentro, aqui na cidade, ainda no ano passado faleceu o prof. Ndimela, também esse falarias logo, logo com os discípulos dele, chegar, falar com eles, de Marcelino eles não conhecem, quando dizer Laulane logo.

Irene: Onde?

Macome: Nesse grupo de Alvor, Laulane logo conhecemos e assim que chamavam os brancos lábios particulares, janelas sempre, lábios grossos, nariz chapado, o primeiro imposto de Gungunhane como sinal de (...) tanta história não vale a pena. O Gungunhana não tem nada a ver connosco, não tem, e a tradução de Gungunhana em Zulu quer dizer arrancador, usurpador, nós (...) eu aconselharia isso.

Irene: Portanto em Alvor, agora, não existe nada, não há nada que eu possa ir ver?

Macome: Eu penso que não há nada porque quem são a gente do Alvor agora são os Sumbanes que compraram aquilo, ele está como embaixadora na América comprou aquilo.

Irene: Portanto a pessoa indo para lá não vai ter informação?

Macome: Não, não vai apanhar nada, nada, já não tem a vocação do ensino nem tem o currículo daquilo, e então agora Ricatla sim, porque eles passavam para ali a 4.<sup>a</sup> classe, mas aqueles que fizeram a 4.<sup>a</sup> classe em que ano é que foi, hão de encontrar um ancião lá que vai contar mais ou menos, eles têm fotografias, tem tudo lá porque era o único sítio onde as missões protestantes tinham o colégio para formação da 4.<sup>a</sup> classe em colaboração com a Missão Suíça, já havia um entendimento entre a Missão Suíça e a Americana, e a de a de Chicunque nasce de Cambine, Chicunque nasce de Cambine, Escola Kiss.

Irene: Muito bem, eu gostei muito, muito obrigado.

## Informante nº 5 – Amos Zita (IPAZ-72)

Data da entrevista: 22.02.2013

Duração da entrevista: 49 minutos

### Caracterização da Entrevista

Pastor Zita, na casa dos 70 anos, foi selecionado para a entrevista na qualidade de informante privilegiado, pois para além de ter recebido a formação de pastor, cujo cargo desempenhou até à aposentação, seu pai foi um dos pastores pioneiros da Igreja da Missão Suíça e um dos primeiros alunos da Escola de Habilitação de Professores Indígenas, do Estado. Na sua entrevista, demonstra ser um homem que, desde muito cedo, esteve atento à evolução da História colonial, em particular na sua vertente religiosa e educacional. É formado em Direito pela UEM. Assinale-se que, embora aposentado, tem sido ativo no Estado integrando a Comissão Nacional de Eleições. Entrevista dada nas instalações da IPM.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito boa tarde, pastor.

Pastor: Boa tarde.

Irene: Já agora, importa-se de me dizer seu nome.

Pastor: Eu chamo-me Amos Baltazar Zita.

Irene: Ó pastor, agradeço imenso o privilégio que me concedeu de vir aqui nas suas instalações e poder, assim, realizar esta entrevista. A entrevista está no âmbito do curso que eu estou tirando em Portugal, em Estudos Africanos, e a temática é sobre o ensino colonial aos indígenas, mas mais naquela parte do ensino missionário, isto porque meu pai foi professor de escolas protestantes, ou mesmo católica, e tendo tido conhecimento que o pastor está ligado a esta missão presbiteriana, achei por bem vir cá para recolher aquilo que o pastor me pudesse dizer, alguma informação sobre a evolução do trabalho das missões, da Missão Suíça, no que toca às escolas, à formação de professores, ao Conselho cristão, Ricatla, e outras igrejas. Tudo o que me possa dizer daquilo que sabe, daquilo que se lembra. Se me permite, para registo de informação, a nossa conversa será gravada neste pequeno aparelho.

Pastor: Daquilo que me lembro, muito obrigado, pela preferência de me contactar para poder contribuir de uma maneira ou de outra na sua formação, posso assim dizer, muito superior, sob o título de estudos africanos, aliás, o ensino das missões protestantes em Moçambique. Conheço algumas coisas, não muitas, porque com o decurso do tempo a pessoa pode esquecer ou outras escapam-nos, por eu naquela altura ser muito jovem, muito criança, não poder tomar coisas sérias daquilo que eu vi, não é, além de ter lido. No que respeita ao ensino, posso dizer que foi vocação da Missão Suíça quando chegou, não só aqui em Moçambique como também na África do Sul, na zona de Transvaal, de logo começar com o ensino, alfabetização aos indígenas para poderem ler, poderem escrever sua própria língua até foram eles que em grande parte, não sei se posso dizer, inventaram a ortografia Tsonga-Shangane. A partir de 1875, começaram a ensinar lá os primeiros missionários, Paul Berthoud e Ernesto Kraul, depois desceram para Moçambique. Não deixaram também de trazer alguns africanos que já estavam alfabetizados e outros tinham até tirado curso de professores em Lesotho, Basutholand, como era conhecido naquela altura. Tiraram o curso, é o caso de Jonas Calvin Mapophe que veio para cá, com muito mais outros. Lembro-me muito bem deste porque ficou cá até 1937 quando ele reformou e regressou a África do Sul e faleceu em 1955. Então, esses quando vieram para cá começaram logo com o ensino. Nos princípios, ensinavam em Zulu e *lomkhulu*, *lomncane*, (o mais velho, o mais novo) e depois traduziam *alwenkulu*, *alwentsongo*, e tudo mais, e assim evoluíram. É certo que nessa altura Portugal não controlava definitivamente a situação de Moçambique, a política moçambicana. Os indígenas estavam mais ou menos livres, digo 1875. Chegaram cá em 1887, veja em Portugal ainda era monarquia, e então faziam Magude, o rei Magude é independente; dependia em grande parte do Gungunhane, os portugueses aqui em Lourenço Marques era longe, não havia vias de acesso, era muito difícil, etc. Então começaram o trabalho de evangelização paralelamente com a educação de adultos e também a educação dos mais novos, e fizeram isso. Creio em princípio, o ensino não era controlado pelo governo, mas aos poucos o governo da monarquia foi fazendo algo para mostrar de que isto lhes pertence e o governo da República; o primeiro governo da República também fez alguma coisa. As coisas mudam bastante no Estado Novo, o Óscar Carmona, Salazar tomou o poder em Portugal, e muito mais outros, e começam de facto a querer fazer algo nas colónias, mas deixe que eu regresse um pouco para trás.

O ensino como tal das escolas rudimentares terá começado de facto nos princípios do século passado de uma forma oficial, e logo tivemos muitos professores, professores formados em Ricatla, porque Ricatla foi logo escolhido pelo missionário Henri-Alexandre Junod como um centro de educação, isso porque Junod foi expulso pelo governo colonial juntamente com o Dr. Liengme (Butselaar, 1987: 207:212)<sup>21</sup>, o médico que estava com Gungunhane em Manjacaze, mas passado algum tempo ele consegue fixar-se na África do Sul, desenvolve o seu trabalho de evangelização e alfabetização em Shilubane. Shilubane é uma zona onde habitam muitos Tsonga, parte daquilo que se chamou no tempo de apartheid que é Gazankulu. Então ele abriu escola de evangelistas, professores, enfim, tal. Nos primeiros anos, lá na África do Sul, a Missão Suíça fez muito para a educação, só depois é que entregou tudo quando o governo disse que esse trabalho pertence-lhe, então estragou tudo por causa do colégio de Lehmann, lá para o norte; e então o missionário Dr. Junod fez esse trabalho. Mas passado algum tempo, há de ser em 1907, já consegue ter autorização de vir fixar-se cá em Moçambique porque o governo português por dadas circunstâncias em que se encontrava depois daquela conferência de Berlim. Logo a seguir foi a prisão de Gungunhana e tudo mais, mas depois, dizem os melhores, os mais velhos nos diziam, de que houve uma conferência na Suíça, em Genebra, sobre o quê não posso precisar, sobre a situação em Moçambique e Portugal tinha escolhido, porque outros colonialistas diziam que Portugal não consegue colonizar efetivamente Moçambique, portanto queriam tomar isto ou a parte sul ficava com os ingleses, parte norte com os alemães ligado com Tanganyika, etc.; Cecil John Rhodes aquela zona de Manica e tudo mais. Então arranjam um advogado e o advogado era suíço. Portugal arranja um advogado suíço na sua contenda com aquelas em que o MacMahon, Gen. Mahon, Presidente da França foi árbitro e finalmente deu razão a Portugal, e ficou cá em Moçambique. Então o advogado pergunta a delegação portuguesa, é verdade, eu tenho os meus conterrâneos lá em Moçambique dizem que foram presos, alguns fugiram e que me dizem vocês de Portugal, meus constituintes? Eu creio que Portugal já estava entre espada e parede, então teve que pelo menos livrar-se dessa situação ingrata com o seu advogado para ele poder trabalhar à vontade. Ah não! Àquilo vamos resolver, e de facto resolveram; foi então que o Junod veio para cá, mas passados muitos anos. Quando chega aqui em Ricatla forma os professores, forma evangelistas, isso a partir de 1907, não quero com isso dizer que antes não houvesse formação porque mal chegaram aqui em 1887 deram-se ao trabalho de formação. Muitos velhos começaram a escrever naquela altura, infelizmente se conseguisse, não sei se ainda tem um livro aqui, *missionários, missionários africanos*, escrito por um, um pastor holandês, Jan van Butselaar<sup>22</sup>, que queria fazer o seu doutoramento e conseguiu. Estava em Ruanda, mas veio cá em Moçambique escolheu a Igreja Presbiteriana para escolher, escolheu, aliás, tomar parte de um certo período para servir da sua tese. Então nesse livro mostra como é que desenvolveram antes, a partir de Catembe, Matutine lá em cima, lá no Sul e para cá. Então o Junod desenvolve esse tipo de educação. Aqui todo o sul tinha escolas; tinha muitas escolas que a missão suíça dirigia; tinha que prestar contas depois à direção dita Provincial da Colónia de Moçambique, também não diziam que era direção de educação, era Direção de Instrução; e na formação, por volta de 1929, a Missão Suíça manda um jovem jurista para vir tomar conta das escolas, esse jurista tinha também aprendido aquilo que se chama de Park Founders' Scouts, escuteiros, aquela política de educação de juventude que os ingleses faziam; é o professor Dr. André Clerc, André-Daniel Clerc. Esse é que chega cá e introduz as patrulhas para os rapazes, isso é em 1929. Assim, os alunos tinham além da educação, tinham acampamentos aqui e acolá, alguns marchavam a partir daqui até Ricatla, a pé, tomando caminhos que passavam homens da Guamba, da Khosa e então ali formou-se muita gente. Muita gente foi formada; para mencionar alguns, posso dizer o pai do presidente Guebuza foi professor dali da missão. Chegou à uma dada altura por ver que os proveitos mensais não chegavam para a família, abandonou, não bem abandonar, pediu exoneração

<sup>21</sup> A saída de Junod, de emergência, de barco para o Natal, ocorre após os missionários suíços terem estado debaixo de fogo a seguir a ocupação militar porque seu médico, o missionário Liengme tinha boas relações com Gungunhana. Por outro lado, Mouzinho de Albuquerque que acusa Junod de ter durante a guerra de ocupação mantido contactos com Matibiyana, interroga porquê o missionário não foi executado por traição. Na sessão especial no tribunal, Albuquerque pergunta Junod onde se encontra exatamente o seu colega, Liengme ao que Junod lhe responde, no Natal. A este Albuquerque *passa com olhares rancorosos a dizer-me: 'Ah! Se tivéssemos enviado cavaleiros em perseguição dos fugitivos de Mandlhakazi e se o tivessem encontrado, bem poderia ter sido fuzilado'.* “Como! Senhor! Teria então fuzilado um servo de Deus porque permaneceu em seu posto de acordo com a voz de sua consciência? Retorquiu Junod a seu interpelador.

<sup>22</sup> Butselaar, Jan Van, 1987, *Fundadores da Igreja Presbiteriana de Moçambique, 1881*.

e passou para a enfermagem; estou a mencionar outros, está um velho chamado Alison Mucuhle, Alison Mucuhle é o avô do Dr. Pascoal Mocumbi. Esses, por exemplo, o Dr. Comiche, os pais eram grandes aqui na igreja também e muito mais outros. Talvez seja melhor que faça por perguntas, não falar assim por falar, porque senão eu começo a não dizer nem uma coisa com pés e cabeça (ri-se).

Irene: Pode continuar.

Pastor: Isso é no que respeito a educação, depois, aliás, digo, no campo de educação para mencionar nomes seria um trabalho muito difícil na medida em que não estava preparado, mas conheço alguns nomes desses que estudaram, velhos, velhos que passaram, por exemplo, de Ricatla muito cedo e depois está, por exemplo, o pastor Ndimene, está o pastor Malungane, o pastor Chifumo, Azaria Chifumo, está o pastor Gama, que vinha da África do Sul, Songo, depois e outro que vinha de como se chama de Tundo, tiraram curso os primeiros pastores, ao passo que os professores, temos por exemplo, o pai de Guebuza, o sr. Filemon Honwana, o pai de Óscar Honwana, António Óscar, não é nada fácil mas são muitos, para além destes há também o pastor Nhacale, mas é deste grupo dos Macomes já, Nhacale, conheceu?

Irene: Ouvir falar. Quer dizer, neste caso está a falar, estivemos a falar, daqueles professores formados pela Missão Suíça?

Pastor: Pela Missão Suíça, pois.

Irene: Sim, professores formados pela Missão Suíça, quer dizer, o ensino também, o ensino era pela Missão Suíça e a formação também?

Pastor: Sim, sim.

Irene: Onde, em Ricatla?

Pastor: Em Ricatla há formação de professores.

Irene: Ricatla, formação de professores da Escola da Missão Suíça, como se chamava, tinha um nome específico?

Pastor: Nada, Colégio de Ricatla.

Irene: Colégio de Ricatla?

Pastor: Depois, mas os exames passaram a ser oficiais, de resto eles estudavam lá, os exames faziam nas escolas oficiais do governo.

Irene: Exames de formação?

Pastor: De professores tinham que ser inscritos no Ministério, no serviço de Instrução Pública<sup>23</sup>, ainda tenho, tenho além da certidão de habilitações mais um B.I., vou assim dizer, que o papá tinha como professor para sua identificação.

Irene: Não sei se me pode facultar uma cópia.

Pastor: Será necessário vasculhar.

Irene: Isso foi quando a Missão Suíça ainda podia fazer isso sem interferência do Estado?

Pastor: Primeiro aquele período, o primeiro não é fácil de dizer porque seria necessário entrar nos arquivos, mas a partir de 1929 para cá, a coisa tornou-se um pouco mais leve porque quase tudo o que a igreja, a igreja fazia na educação tinha que reportar ao governo, começavam a controlar o movimento dos estrangeiros.

Irene: Antes de continuarmos, gostaria de dizer o seguinte: eu tenho conhecimento, tenho conhecimento e vi, que o meu pai e o pastor Macavi eram amigos, tinham muita proximidade. O Pastor Macave, porque meu pai de 1958 a 1960 teve que vir ficar em Maputo porque estava doente, eles eram amigos. Pessoas de referência do meu pai foram o pastor Macavi e o professor Macome, e o meu pai foi um professor, mas só que até agora ainda não consegui, estou a tentar saber onde é que ele terá estudado porque, aliás, ele casou-se em 1927, o primeiro casamento. Um pastor, por acaso o nome é que deixei em casa, um pastor missionário da Missão Suíça, ele tinha fortes ligações com a Missão Suíça, depois, mais tarde, mais tarde nos anos 1940, é que foi ser professor na Igreja do Nazareno, ele tinha fortes ligações com a Missão Suíça e com os pastores da Missão Suíça, e recordo-me de ele a dizer, o meu pai a dizer, que ele com um que já morreu há muito, não sei se chegou a ouvir, Enoque Libombo, foram os dois que passaram o exame do 2.<sup>a</sup> grau (4.<sup>a</sup> classe), os dois entre 60 alunos, passaram o exame, tornaram-

---

<sup>23</sup> Diplomas 167 e 168, exigiam a inscrição dos professores indígenas no registo da Instrução Pública, O decreto 17153 de 6 de julho de 1929 institui a Direção dos Serviços de Instrução Primária que posteriormente passou a designar-se Repartição Central de Instrução Primária (1935. Abril.10). Diploma Legislativo 436).

se amigos porque foram os dois que passaram o exame do 2.<sup>a</sup> grau. Eu quero saber, quero procurar saber sobre o meu pai, a formação dele, mesmo o próprio ensino onde terá sido, e a formação dele como professor porque até agora ainda não consegui identificar alguém que me dissesse que foi colega dele. Onde terá sido?

Pastor: A pessoa mais indicada seria a Guilhermina, mas a verdade é que o velho Macavi estudou em Ricatla, lembro-me através de terceiros que lá para 1917 ele saiu de Chicumbane para Ricatla onde começou a estudar, ora, nessa altura 1917, foi na altura da I Guerra Mundial. O Macave devia ser ainda jovem porque depois casou-se um pouco tarde, um pouco mais tarde lá para 1920 e pico, 1926-1927. Ele tinha um grande grupo podemos dizer, os Ruben Chihawo, o velho Enon Sego, um pastor, o David Bunhongwe Manhica são dessa geração tiraram o curso de professores também, não havia outro lugar senão Ricatla, se o seu pai foi colega no curso de professores então há de ser em Ricatla porque Alvor ainda não existia. Alvor só existe a partir de 1930, os primeiros alunos do Alvor que foram para lá e outros foram, mesmo que já fossem professores formados em Ricatla, mas para ver como é o ambiente e tudo mais, o rumo que a educação ia tomar tinham que incluir também alguns alunos já formados como professores para ver o rumo que o ensino português quer dar aos indígenas.

Irene: Quer dizer, o meu pai nasceu em 1902, e daquilo que disse a filha do pastor Macavi, o pai dela nasceu em 1897, é diferença de 5 anos, portanto nasceu em 1902 e então terá estado, e como estou a dizer que o pastor Macavi era pouco mais velho. Em 1933 aparece com alunos, não cheguei a mostrar esta foto aqui, aparece como professor e de forma que eu penso, não sei, estou a tentar saber, se não terá sido pouco antes de 1930 que ele terá sido formado, e a relação dele com, tinham relação íntima, o professor Macome. Sei também que o professor Macome esteve em Tavane durante dois anos, já me disseram isso, e eram amigos.

Pastor: Com essas reuniões, acampamentos que tinham anuais creio que ajudava bastante para que todos os professores da missão se conhecessem melhor e ali podiam estabelecer amizades, a verdade é que em 1933 já os alunos do Alvor tinham saído porque o primeiro ano, o primeiro grupo, entrou em 1930 e saiu em 1931.

Irene: Em que mês, sabe?

Pastor: Só vendo os documentos do papá, só vendo os documentos, porque a sua certidão reza que concluiu o curso em 1931, papá 1930-1931.

Irene: Em Alvor?

Pastor: Em Alvor.

Irene: Missão Suíça?

Pastor: Alvor já era o Estado, mas estavam sob orientação de um missionário suíço chamado Paulo Patom, que tomava conta dos jovens majaha, era ele, então quando ele sai vem cá em 1931 e é professor aqui em Covo, em Covo ficou talvez 1932 já estava em Halala como professor a partir de 1932 até 1935, em 1945 foi para o curso pastoral, o Macave já era pastor nessa altura, portanto havia reuniões, o seu pai poderá ter sido formado se é que estudou com o Macave, poderá ter sido mesmo em 1900 aliás em Ricatla, mas também se era muito amigo de Macome não posso deixar de dizer que, bem, havia outros mais velhos no curso do Alvor os primeiros alunos, por exemplo, o meu pai era de 1905 um pouco mais novo do seu pai, mas ele falava muito à vontade sobre o seu pai, onde se conheceram-se não sei, só que eu nessa altura era criança nem tinha 10 anos, não tinha dez anos, mas ouvia falar James Banze, James Banze e depois os meus irmãos vieram ficar aqui em 1952, 1953 falaram também não sei como, mas falaram muito do professor James Banze, eles eram mais velhos do que eu nessa altura, esses eram de 1933, 1934.

Irene: Portanto, possivelmente foi formado lá, ou...

Pastor: Sim entre essas duas instituições, mas eu creio mais que seja em... se era amigo do Macave, então terá sido em Ricatla.

Irene: O meu irmão diz-me, tenho um irmão mais velho, diz que foi em Ricatla, ele não sabe esses pormenores de Alvor, etc., diz que ele, logo, diz que meu pai foi formado em Ricatla.

Pastor: Então é mesmo em Ricatla, em Ricatla, porque Ricatla começou a formar professores a partir de 1907, 1907 já formavam professores, em 1917 começaram a formar pastores.

Irene: Então foi Ricatla e foi a Missão Suíça que o formou.

Pastor: Eu acho que faz mais sentido, o meu irmão próprio não sabe, sabe que é Ricatla.

Irene: Portanto, obrigado e peço desculpas por interromper esta primeira parte. Então, pode-me dizer a segunda parte, que é relativamente à formação dos professores na década de 30 em Alvor. Como é que era todo o processo, como era já da parte do Estado, como é que foi?

Pastor: São todos juntos que eu saiba, não é, estudavam juntos os alunos que eram da... que vinham da Igreja Católica, havia a Igreja Católica que tinha a voz nessa altura parece que não era muito forte, só depois com o Estado Novo é que Salazar começa a tomar conta das escolas aos poucos, então em 1940 declara que o ensino aos indígenas nas colónias só com a Igreja Católica, 1940 (a Concordata é de 1940).

Irene: E depois os professores protestantes passaram a não ter formação a partir de 1940?

Pastor: Depois de 1940 tinham formação, mas veja o que é isso mandar protestantes no baluarte católico, não era fácil o mais que faziam, o governo colonial de um modo facilitava qualquer indígena que tivesse o 2.º ano dos liceus podia ser inscrito como professor; portanto, o Dr. Mondlane, não foi ao Alvor porque foi nessa altura que ele devia ter ido, que a Igreja Católica tomou conta, o governo entregou aquilo à Igreja Católica. Ele, Francisco Magaia, o Veiga Mário, Siteo parece que esses três eu sei porque eles declaravam sempre nas reuniões do de que nós era, aliás Magaia e Siteo declaravam, nós éramos para sermos formados professores em Alvor, mas como a Igreja Católica tomou, tinha tomado conta daquilo, vimos que a Missão Suíça viu que não valia a pena, pelo que muitos dos professores da Missão a partir daquela altura só com o 2.º ano é que podiam ser inscritos como professores.

Irene: A partir de 1940?

Pastor: Não 40, um pouco mais tarde. Mas como tinha muitos, ali a Missão Suíça jogava porque tinha muitos pastores como professores, antes, e depois tiraram o curso de teologia, então muitos professores que não tivessem a formação, viviam ou trabalhavam na mesma zona ou na mesma paróquia com um pastor que tem o curso de Alvor para este responder pela escola. Os Serviços de Instrução podiam aparecer aquele que era o professor principal, está ali, iam chamar e sanava a situação no que respeita à formação dos docentes<sup>24</sup>, mas depois havia também o problema de edifícios, imóveis, chegou o tempo em que o governo colonial exigia que as missões construíssem casas de alvenaria como escolas para o ensino rudimentar. Foi a partir desse tempo que muitas escolas das missões protestantes foram encerradas, todas. A Igreja americana tinha muitas escolas outras a metodista, somente a Missão Suíça pode ver a escola de Chamanculo, por exemplo, que é alvenaria e muitas outras que foram construídas têm o mesmo estilo de 1937 que serviam de capela e escola, então ali escapavam, essa vaga de instrução vamos assim dizer do governo colonial, acentuou-se bastante em 1955, fecharam muitas escolas, fecharam muitas escolas e noutras partes podia encontrar alvenaria, mas eles viam que não têm carteiras, não tem carteiras, encerravam a escola também, foi terrível<sup>25</sup>. Não de se lembrar que a província, ou seja, o distrito de Gaza, distrito de Inhambane formavam um todo, mas a sede de tudo era Inhambane. Só aos poucos é que Gaza passou para..., grande parte de Gaza, passou para Lourenço Marques.

Irene: A sede da Instrução Pública.

Pastor: Faziam os exames por exemplo de 3.ª rudimentar, as provas iam para Inhambane.

Irene: Ah sim, e faziam os exames onde?

Pastor: Lá nas nossas missões, nas circunscrições e depois tudo era mandado para Inhambane.

Irene: Para quê, para correção?

Pastor: Correção, 3.ª rudimentar.

Irene: E quanto tempo levava isso?

Pastor: Oh sei lá, era criança naquela altura, somente o exame de 3.ª classe rudimentar.

---

<sup>24</sup> Quando Salazar assume o poder, a Missão Suíça há muito que já vinha formando professores além de pastores/evangelistas, contudo a formação de professores cessa com a Concordata. A estratégia encontrada pela Missão Suíça para evitar o deslocamento dos seus membros para serem formados pela Igreja Católica, foi a de colocar ao serviço de cada uma das suas escolas professores não qualificados sob a tutela de pastores das respetivas paróquias com formação do curso de Alvor para que estes respondessem pela escola perante o Estado.

<sup>25</sup> A qualidade de edifícios e imóveis nomeadamente, carteiras, foi algo que o governo do Estado Novo veio a prescrever para as missões que passaram a ser obrigadas a construir casas de alvenaria como escolas para o ensino rudimentar. Como resultado, a maioria das escolas protestantes foram encerradas por não preencherem esta exigência, havendo escapado aquelas que funcionavam em edifícios de capela.



Irene: Somente da terceira classe rudimentar?

Pastor: Especialmente esse. O primeiro, segundo podia ser, mas o que tinha diploma era o da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, depois 3.<sup>a</sup> classe elementar também tinha diploma.

Irene: E terceira elementar não ia a Inhambane?

Pastor: A 3.<sup>a</sup> classe elementar geralmente era aqui em Maputo porque em Gaza quase não havia nada, não havia nada de educação. As missões protestantes trabalharam muito, quanto ao outro dado, como apêndice, quando o Dr. Mondlane foi expulso da África do Sul em 1948 então voltou para cá, apareceu alguém da alfabetização, Dr. Lobato, trouxe o seu sistema de aprendizagem para ensinar os que não sabiam ler. Livros interessantes, isto em 1950, ele esteve, voltou em 1949, de 1948-1949 voltou da África do Sul estava, depois veio o Lobato, então Lobato trabalhou com o Dr. Mondlane antes de ele ir para Portugal, depois para América neste programa que a Missão Suíça tinha de alfabetização para as línguas africanas, mas isso também já não era para escolas, mas sim para a igreja, ver, por exemplo, uma gravura, a pessoa com boca aberta, e depois em baixo punham A lembro-me muito disso e havia também gravura onde se via o Dr. Eduardo Mondlane a ensinar as pessoas, há muito tempo em 1950.

Irene: E esses professores qualificados ensinavam nas escolas, como é que era? Quantos anos de escolaridade era o ensino primário? Era o ensino primário ou como é que se chamava, o nome concreto?

Pastor: Ensino rudimentar.

Irene: Ensino rudimentar, que classes?

Pastor: Quer dizer tínhamos jardim lá há de ser pré e depois 1.<sup>a</sup> classe A, 1.<sup>a</sup> classe B, 2.<sup>a</sup> classe A, 2.<sup>a</sup> classe B, depois, 3.<sup>a</sup> rudimentar, praticamente 5 anos, depois, a partir de rudimentar entra-se na 3.<sup>a</sup> elementar, chamavam-lhe elementar para os indígenas que entravam no ensino oficial ou que iam mais para diante com o ensino, porque nas escolas oficiais era logo 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> classe, 4.<sup>o</sup> classe e pronto a 3.<sup>a</sup> era a 3.<sup>o</sup> que nas escolas protestantes chamavam 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: Portanto, o ensino rudimentar 5 anos?

Pastor: Seis anos, não era muito?

Irene: Era muito.

Pastor: Era para atrasar o africano, também o africano começava a ir à escola talvez aos 10-14 anos piorava a situação, acabava o ensino e como rudimentar já com 15-20 anos muitos concluíram a 3.<sup>a</sup> rudimentar com 15-20 anos, conheço muitos.

Irene: E, agora, pronto. Esta parte já está, se houver alguma coisa, depois pergunto. Eu queria saber a relação, porque recorde-me, eu mostrei aqui umas fotos dos professores do Conselho Cristão, isto foi uma organização, professores do Conselho Cristão como uma organização?

Pastor: Conselho Cristão era uma organização, mas professores já não porque todas as igrejas protestantes históricas aqui na colónia de Moçambique passado muito tempo resolveram instituir o conselho onde todas as igrejas protestantes reunissem e apresentassem os seus problemas para ajuda mútua e para ver como enfrentar a situação com o governo colonial que era muito católico, então, esse é o trabalho do conselho, nos primeiros anos as igrejas trabalhavam quase independentes, mas a partir de 1948 coincidentemente com a formação do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, então aqui em Moçambique forma-se o Conselho Cristão, a sede foi sempre aqui. Ali onde lhe encontrei eram os escritórios do Conselho Cristão a Missão Suíça tinha dispensado aquela parte para o Conselho Cristão poder fazer o trabalho, àquela casa do primeiro andar, especialmente o r/c servia como centro de imprensa para qualquer publicação simples que as igrejas quisessem levar avante. Então, os professores reuniam-se, isso principalmente antes de o governo colonial encerrar muitas escolas protestantes, mas a partir de 1955, a missão protestante que tinha escolas em grande escala era a Missão Suíça e talvez a Igreja Anglicana que tinha escolas ou nazareno lá para Tavane porque já tinham casa de alvenaria lá, enquanto outras, Metodista Unida lá para Cambine e Chicuke portanto não tinham uma organização de professores como tal, mas o Conselho Cristão tinha a sua organização para a sua autodefesa, posso assim dizer, e ao mesmo tempo como expandir o evangelho em Moçambique.

Irene: E daquilo que estou a ver aqui nesta fotografia, estes missionários, com certeza, são da Missão Suíça, e na outra está o Clerc, quer dizer, ele era o presidente ou qualquer coisa, sei lá!

Pastor: Clerc era diretor das escolas da Missão Suíça, então praticamente encarregue da educação da juventude, o Erasmo deve lembrar-se muito bem, quem não se comportasse muito bem aqui voava, infelizmente a minha vista já não ajuda.

Irene: Sim, é porque aqui parece ser ele o coordenador.

Pastor: Era ele o chefe de todos os professores, enquanto muitos missionários eram formados em teologia, ele era formado em Direito, ele era um jurista, escrevia Andre Daniel Clerc, licenciado em Direito, diretor das Escolas da Missão Suíça.

Irene: Muito obrigada.

Pastor: De nada.

Irene: A informação que me deu foi, vai ser, muito útil, para o meu trabalho, só gostaria de lhe pedir, quando tiver oportunidade, qualquer coisa que me possa facultar. Falou-me de um livro de alguém que fez doutoramento para puder ter cópias.

Pastor: Não é preciso cópia, pode-se comprar ali em baixo.

Irene: Está disponível?

Pastor: Sim, não sei se ainda tem de Van Butselaar.

Irene: Esse livro gostava de ter e, de resto, são simples fotocópias que me pudesse facultar, não autenticadas, só simples cópias, diplomas, por exemplo, neste caso relativamente à formação.

Pastor: Vou ver se há qualquer coisa. O meu contacto já lhe deu o...

Irene: Não, não, não tenho o seu contacto!

Pastor: 828409010, este é o meu telefone.

Irene: Pastor, muito obrigada, agradeço imenso e a entrevista está terminada.

Pastor: Não há problema se ainda continuar aqui e achar que há alguma fase que gostaria de saber com mais pormenores, sou na disponibilidade.

Irene: Obrigada.

## **Informante nº 6 – Valente Siteo (IVS-71)**

Data da entrevista: 25/02/1913

Duração da entrevista: 28 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Nascido em 1942, Siteo frequentou o ensino rudimentar na Escola Particular de Machulane, sob a gestão da Missão Nazarena em Tavane, distrito de Manjacaze. Fez, na escola oficial, em Manjacaze, os exames da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, 3.<sup>a</sup> classe elementar e 4.<sup>a</sup> classe, que é o nível de estudos que concluiu. Foi à tropa colonial onde sofreu um rebentamento de uma mina, mas felizmente só sofreu escoriações. Entrevista dada em sua casa.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Agradeço imenso pela oportunidade que me concedeu de vir aqui, entrar em sua casa, conhecer a sua esposa, muito obrigada. Conforme estive a dizer, eu vim aqui especificamente para realizar uma entrevista, esta entrevista está no âmbito de um estudo que estou a fazer em Portugal, na Universidade, sobre o ensino colonial aos indígenas e tendo tido conhecimento que o senhor foi, desculpe a expressão, indígena, portanto presumo ter estudado numa escola e é por isso que eu vim aqui e gostaria que o senhor me informasse sobre o seu percurso escolar como indígena: onde é que estudou, quando é que iniciou, quem foram os seus professores, como é que se sentiu, como é que faziam os exames, a sua situação, como é que a sua situação afetou os seus estudos e outras informações que talvez ache que me possa dar. Sendo que a nossa conversa será registada neste pequeno gravador.

Valente: Muito obrigado por esta oportunidade de eu ter que me pronunciar daquilo que foi desde a minha infância na zona de Manjacaze, em Tavane. Em 1948, iniciei os meus estudos no ensino primário, na altura chamava-se Escola Particular de Machulane, isto porque essa escola não era reconhecida era uma escola da Missão Nazareno e mais tarde, mais tarde, foi oficializado, mas muito mais para cá. Em 1949, eu fui aluno do prof. James Banze, nós tínhamos um nome alcunha que nós tínhamos dado lá, chamávamos Xibhisa. Então eu fui aluno da 2.<sup>a</sup> parte porque havia um sistema do ensino, aquele que nós chamamos pré, hoje, era chamado 1.<sup>a</sup> parte e depois 2.<sup>a</sup> parte, então eu fui aluno do professor Banze na 2.<sup>a</sup> parte. Em 1950, eu tive que largar o estudo porque o meu pai tinha criação de gado, o rapaz que estava a cuidar do gado fugiu, deixou, então eu tinha que voltar a tomar a conta da pastagem do gado do meu pai, então fiquei, 51, 52, 53, 54, em 55 é quando voltei a reiniciar os meus estudos na... voltei de novo na 2.<sup>a</sup> parte porque ainda não tinha feito o exame. Então continuei, 2.<sup>a</sup> parte, 1.<sup>a</sup> classe adiantado, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, 3.<sup>a</sup> classe elementar e 4.<sup>a</sup> classe. Na altura lá na nossa zona não havia mais que ter que continuar a estudar porque como sabe não é, nós éramos indígenas e não podíamos mais estudar além de 4.<sup>a</sup> classe, quem quisesse dar continuidade com seus estudos tinha que assimilar, sem isso não podia estudar. Então vim cá em Lourenço Marques para procura do emprego e assim então ficou baralhado, já não tinha condições de continuar com os estudos não tinha quem cuidar-me, nessa altura meu pai tinha morrido só tinha ficado com a minha mãe e não tinha condições e então, o mais melhor foi a procura de emprego. Comecei a trabalhar aqui. Então já não tive mais oportunidade de dar continuidade dos estudos até agora, então tirei 4.<sup>a</sup> classe em 1959 é quando tirei a 4.<sup>a</sup> classe do ensino primário e na altura lá em Tavane havia muitos professores, tínhamos professores, quando passei do prof. Banze fui para o prof. Beca, Jacinto Mário Beca; então dei continuidade da 2.<sup>a</sup> parte, 3.<sup>a</sup> classe com o mesmo prof. Então 3.<sup>a</sup> classe elementar, passei para outro professor que era o prof. Pedro Jim Tamele, mas veio mais tarde, esse era um prof. formado em Alvor, cá em Lourenço. Então continuei com o meu estudo 3.<sup>a</sup> classe elementar com o Pedro Jim Tamele e até 4.<sup>a</sup> classe, então terminei assim os meus primeiros estudos em Machulane. É esta o uniforme que posso dar neste momento, do resto passei tanto tempo cá, desde 1962 até hoje estou cá em Maputo, atualmente Maputo, na altura era Lourenço Marques, não sei se há mais detalhes em que posso valer?

Irene: Muito obrigada, foi bom ouvir esse resumo, por acaso é o primeiro caso que estou a ouvir, destes que entrevistei que, pelo menos, me dá a conhecer a situação socioeconómica das famílias. Quer dizer, neste caso teve que interromper, foi para escola, depois interrompeu porque tinha que ir cuidar do gado, do gado do seu pai, depois é que voltou mais tarde.

Valente: Mais tarde.

Irene: Mais tarde. E nesse período, quer dizer, o seu pai tinha gado, que quantidade?

Valente: Não era assim grande quantidade, na altura tinha 48 cabeças e então foi reduzindo, reduzindo porque houve uma não sei se posso chamar não é doença, começou a morrer nesse ano em

1953 houve essa doença que dizimou muito gado então reduziu esse número então nessa altura em 1952 morreu o meu pai e eu tive que aguentar sozinho com a minha mãe, meu irmão mais velho também deixou de estudar foi então às minas da África do Sul à procura do emprego para uma questão de sobrevivência, na altura nós os indígenas não tínhamos toda a possibilidade de continuar com os estudos só quem talvez tivesse mais encarregado de educação mais forte para poder dar continuidade dos estudos ou então assim que eu estive cá podia então por mim mesmo começar a estudar mas não consegui então o meu irmão foi para a África do Sul então eu fiquei aguentando junto com a minha mãe, as minhas irmãs, duas irmãs, uma chamada Neli a outra chamada Julieta então ficamos a aguentar a situação tínhamos machamba na altura o meu pai tinha cerca de machamba de 6 hectares ou 7 hectares na produção de arroz e milho, então aguentámos com charrua lavrávamos, junta de bois e a escola foram enfraquecendo já não podíamos mais ter capacidade então levamos o nosso gado fomos então deixar em casa do meu cunhado que casou a minha prima na zona de Marangue, lá planície é grande e então ficou lá. E assim com aquela doença que eu disse que estava a matar muitas cabeças foram diminuindo, diminuindo até ao ponto zero, e assim perdemos toda a nossa herança do nosso pai e ficámos já à deriva de qualquer situação tínhamos que correr para ali, correr para ali à procura de melhores condições foi mesmo assim. Então nessa altura tinha mesmo que deixar de estudar cuidar do gado porque não tinha como cuidar o gado a não ser o filho da casa ou então um outro nesse caso era o meu primo, o filho do irmão do meu pai que estava a cuidar desse gado mas também precisou de ver a sua vida, teve que largar então fugiu foi para chibalo.

Irene: Ah sim, chibalo?!

Valente: Porque havia o chibalo tango, tango quer dizer a pessoa podia ir trabalhar por sua livre vontade, mas havia chibalo que era forçado, era forçado e tinha que andar apanhar as pessoas nas casas para ir às machambas dos colonos, outros iam à Manhiça outros iam a Marracuene outros iam para Xinavane, então é esse chibalo forçado então mas ele foi a outro tipo de emprego que é a procura por si, ia às machambas à procura do emprego então começou a trabalhar aí, portanto é mais ou menos isso.

Irene: Estou interessada nesta parte, gostaria que me desenvolvesse. O seu primo foi para chibalo tando, como é que diz?

Valente: Chibalo *tando* é livre vontade.

Irene: Ah, mas porquê? Chibalo não significa forçado?

Valente: Ya forçado, mas há chibalo *tando*, quando diz tando é uma pessoa por livre vontade, só que a maneira de trabalhar era forçado, era forçado porque você tinha que trabalhar na machamba desde a manhã até ao pôr-do-sol, ya é chibalo mesmo, é chibalo, era um trabalho forçado, exato.

Irene: Mas a pessoa ia de livre vontade?

Valente: Ia de livre vontade, chegava até na África do Sul havia um lugar aí na administração havia um chamava-se Conselho de Administração de Lourenço Marques lá então os colonos que têm machamba iam lá administração quando chegasse tinha que se apresentar na administração.

Irene: Quando vem da África do Sul?

Valente: Não, não quando vem de Gaza então tinha que se apresentar e esses colonos chegavam lá, quando eram grupos tinham que escolher, eu quero este rapaz, quero este rapaz, quero este rapaz, então pegavam mete-se no carro, leva com ele, vai trabalhar na machamba dele, então é esse chibalo tando que podia as pessoas desenvolver as suas atividades, chegava uma altura ver que bom, eu trabalhei, tenho que ir visitar lá na minha terra natal. Então davam pelo menos uma semana ou 15 dias para ir visitar a família, portanto é mais ou menos isso. Agora chibalo forçado quer ou não quer tinha que vir de lá estava um recrutador chamavam Fialho em Manjacaze, esse recrutador também estava a recrutar rapazes, então aqueles iam ser apanhados, ali, os rapazes iam ser apanhados então iam-se agrupando ali nesse lugar também o Fialho, tal Fialho tinha contrato com Oliveira, mete esses rapazes, já vem directamente, já controlados para ir às machambas.

Irene: Esse Fialho, o recrutador era um colono?

Valente: Era um colono sim.

Irene: Era do governo ou quê?

Valente: Não sei qual seria a relação do governo com esse tal colono recrutador, se pagava-se isso não posso precisar, mas era um elemento encarregue, autorizado para fazer este tipo de trabalho, recrutava muitos rapazes então vinha entregar aqui.

Irene: E o Oliveira era o transportador?

Valente: O transportador, ou mesmo o carro, era um carro tipo caminhão esse de Fialho, gradeado, mete esses rapazes todos, então leva para cá em Lourenço Marques só que não sei precisar onde é que se apresentavam.

Irene: Vinham todos de Manjacaze até Lourenço Marques?

Valente: Sim para Lourenço Marques e de Lourenço Marques apanhavam esses colonos porque uns estavam em Boane, outros estavam em Manhiça, outros estavam em Marracuene, outros estavam em Chinavane, em Magude, então esses colonos, então, vinham então apanhar essa força de trabalho para as machambas.

Irene: E trabalhavam por quanto tempo?

Valente: Depende, depende, mas praticamente era um ano, acaba o contrato voltam para casa se quer voltar para o mesmo sítio então tinha que ir ao Fialho de novo para ter de novo o retorno.

Irene: Mas, se quer voltar como? Quer dizer que a pessoa tinha opção?

Valente: Tinha opção, na altura tinha opção. Depois de acabar chibalo tinha opção de ou quer ir para a África do Sul também tinha, que havia uma companhia chamada Wenela, essa Wenela e também era um recrutador dos moçambicanos para a África do Sul, tinha Wenela, e essas coisas todas, tinha umas três companhias de recrutamento.

Irene: E esses que iam para chibalo forçado iam em que circunstâncias?

Valente: O colono tinha um jogo, tinha um jogo de controlar as idades, porque chegando a uma certa idade, 18 anos, esse já tinha idade para pagar o imposto; então era uma forma de conseguir arranjar dinheiro para pagar imposto, quando você vai para África por seu livre vontade, melhor, é porque na África do Sul pagava um pouco mais em relação aquilo que se pagava internamente aqui no país, mas o objetivo era pagar imposto depois de atingir certa idade ficar só sem dar contribuição ao governo, tinha que pagar imposto, chamavam imposto domiciliário, quem não pagasse o imposto não podia tratar nada, é por isso que eram apanhados esses para fazer chibalo. Davam algum dinheiro, o que é que se ganhavam era 50\$00 quando muito 150\$00.

Irene: Por mês?

Valente: Por mês.

Irene: Oiço dizer “imposto palhota”, o que era?

Valente: É esse tal imposto domiciliário, podia se chamar imposto palhota ou imposto domiciliário.

Irene: Portanto, aquilo era uma estratégia.

Valente: Era uma estratégia para não escapar ninguém sem pagar imposto.

Irene: E se a pessoa tivesse pago, não ia?

Valente: Passavam um recibo, esse recibo tinha que exhibir a qualquer sítio onde passasse, se quer vir cá em Maputo arranjar emprego, primeiro tinha que exigir se já pagou o imposto domiciliário, tinha um *R* com tinta vermelha nesse recibo, ainda me recordo, tinha um *R* não sei o que é que aquele *R*, aquela letra o que é que significava, mas tinha um *R* uma barra vermelha, então em qualquer sítio está pedir emprego, se é uma empresa ou uma instituição tinha que exhibir esse recibo, caso não, não podia arranjar emprego, só tinha que te apanhar ali para ir ao chibalo outra vez, aqui, já dentro em Lourenço Marques.

Irene: Mesmo tendo ido antes?

Valente: Ya mesmo. Não interessa, o que interessa é uma pessoa não ficar desempregado, por isso tínhamos medo de circular na cidade porque quem circulasse sem pagar imposto, sem trabalhar era apanhado, era recolhido pela polícia, e como eu cheguei aqui em Maputo por minha livre vontade já não vinha por chibalo, vinha por intenção de vir estudar, mas meu primo não conseguiu então me assegurar, então tinha que arranjar emprego aqui, tínhamos 15 dias apenas.

Irene: Em 1962, disse. Em que ano?

Valente: Em 1962, então trazíamos uma guia com aquela caderneta indígena, não sei se quantas folhas tinha, não me recordo, é um livrinho assim, leva fotografia tinha escrito aqui caderneta indígena, então exibia em qualquer sítio porque na altura não se podia andar à noite sem documentos, então tinha que, através daquela caderneta vão ver se esta pessoa vem donde, se vem de Manjacaze vão abrir, onde está a guia, tinha que ir trabalhar com a guia, essa guia tinha que exhibir a qualquer altura, estava escrito lá, tem prazo de 15 dias à procura do emprego, caso não, tinha que voltar lá aumentar, se não conseguisse arranjar serviço então pega aquilo vão-te deixar onde eles querem que você vai chegar lá produzir na machamba porque o único sítio era a machamba dos colonos.

Irene: Que machambas eram, produziam o quê?

Valente: Muitas coisas: batata, feijão, tomate, arroz mesmo.

Irene: E davam de comer às pessoas que trabalhavam lá, aos trabalhadores?

Valente: Davam farinha.

Irene: E dormida?

Valente: Dormida era de qualquer maneira, não era assim um acolhimento suficiente, dormia assim de qualquer maneira, eu nunca fui lá, mas estava a ver as pessoas que estavam a trabalhar lá, uma vez trabalhei na empresa de criador de gado então essa cooperativa de criador de gado.

Irene: Onde?

Valente: Aqui na baixa. Então o que é que faziam? Essa cooperativa de criador de gado, os criadores de gado nos vários sítios onde existem as machambas onde iam trabalhar por chibalo, então traziam leite que era uma fábrica de confeccionamento de leite então via esses rapazes que vinham com bilhas de 50 litros, 20 litros de leite para essa cooperativa, cada qual trazia as suas bilhas e a gente da fábrica de laticínios e então ali fazia-se manteiga, fazia-se iogurtes fazia-se massas, fazia-se muitas coisas que se vendia na cidade, então esses rapazes já vinham acompanhados por seus patrões a trazer o leite. Aqueles que tinham muito leite traziam através do comboio, como, por exemplo, estava lá o Alfredo Luís de Xinavane, esse trazia cerca de 100 e tal bilhas de 50 litros para fábrica de leite, mais ou menos isso.

Irene: Então chegou, e quando é que mudou de estatuto de indígena para assimilado?

Valente: Isso foi em... quando eu quis tirar a carta, porque também não se podia tirar a carta de condução sem ser assimilado, então em 1967, antes de eu ir à tropa porque em 1968 fui para a tropa colonial, em 1967 então tirei a carta de condução, é quando me assimilei, levar o bilhete de identidade, então comecei já a tirar a carta de condução, trabalhei na mesma empresa onde eu estava a trabalhar, cooperativa de criador de gado, em vez do trabalho que estava a fazer já estava a fazer a distribuição do leite na cidade, nas carrinhas da própria empresa.

Irene: Porquê, porque já era assimilado?

Valente: Já era assimilado.

Irene: Mas só foi em 1967.

Valente: Sim fui em 1967, de 1962 até 1967 eu era indígena.

Irene: Ah sim?

Valente: Exato, até às vezes insultavam que, “ó preto ordinário!”, está a ver isso? Sofríamos essa humilhação, sofríamos, mas mais tarde aboliu-se de forma a ter que se assimilar, toda a gente já tirar o bilhete de identidade.

Irene: Quando é que se aboliu?

Valente: Em 1968.

Irene: Só foi em 1968?

Valente: Ya, em 68 se aboliu já as cadernetas indígenas, já não podia ter caderneta indígena porque também já havia cheiro da guerra da Frelimo, então nós todos éramos já tratados de boa maneira a partir dessa altura.

Irene: Só em 1968?

Valente: Em 1968.

Irene: Mas como é que souberam, como é que souberam que se aboliu?

Valente: Se diziam isso, mesmo nas repartições públicas, nos arquivos, como se chama esse que tira, tira bilhete de identidade.

Irene: No arquivo de identificação?

Valente: Arquivo de Identificação Civil, então eles já começavam a emitir B.I., não caderneta indígena.

Irene: Ah, porque dantes era caderneta indígena! Até 1967?

Valente: Exato, mas quem não tivesse esse tinha que assimilar, mas eram muito poucos que assimilavam.

Irene: Eram muito poucos, porque não queriam ou quê?

Valente: Exigiam umas certas, havia rigorosidade de exigir certas, não podia andar sem sapatos, os seus filhos em casa, às vezes mandava inspeção para ver como é que você anda em casa, se apanhasse alguns dos seus filhos sem sapatos, eu não sei se pagava multa porque não fui desses, quando tiro o bilhete de identidade já estava a chegar a fase de abolir.

Irene: Foi muito tempo esse indígena?

Valente: Muito tempo, a partir dos nossos pais até 1968, 1968 não, foi em 1962 que foi abolido, foi abolido em 1962, eu tinha-me enganado, só sei que 1967 foi quando eu tirei a carta de condução, foi em 1962 que aboliu a caderneta indígena.

Irene: Está bem, e falou-me daquele sistema de ensino que era I parte, II parte, e como é que faziam os exames, então?

Valente: Internamente dentro da escola, o diretor da escola é que tinha capacidade de distribuir exames só quando chegasse na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, então já tinha que fazer em Manjacaze.

Irene: Rudimentar tinha que fazer em Manjacaze?

Valente: Tinha que fazer em Manjacaze. Em várias escolas espalhadas por aí, na altura chamava-se, não chamava províncias, chamava distritos, porque isto Província, era Província de Moçambique, então lá onde nós chamamos província, agora era distritos, eram distritos, então várias escolas espalhadas pelos distritos, então tinham que ir fazer em Manjacaze ou Missão Mangunze, aquelas eram católicas, controlavam o seu estudo através dessa Igreja Católica, esses já iam fazer em Mangunze a escola oficial, então tinha que fazer em Manjacaze.

Irene: E no seu caso, onde é que fez a elementar?

Valente: Em Manjacaze mesmo.

Irene: 3.<sup>a</sup> elementar?

Valente: 3.<sup>a</sup> classe elementar.

Irene: E 4.<sup>a</sup> classe também?

Valente: E 4.<sup>a</sup> classe também, a partir de 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, elementar, 4.<sup>a</sup> classe aí parou já não podia continuar mais.

Irene: Sim, mas essas 3 classes, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar era em Manjacaze também?

Valente: Era em Manjacaze sim, agora era outros distritos quem estivesse perto do distrito por exemplo, Xai-Xai, outros distritos espalhados por aí.

Irene: E diga-me, quando fez, daquilo que se lembra, a 3.<sup>a</sup> rudimentar era corrigido lá em Manjacaze?

Valente: É corrigido lá, faz-se no mesmo dia, ´corrige-se no mesmo dia. A parte da tarde já sabe-se o resultado, íamos para casa sabendo se passei ou não passei, agora no meu caso como a nossa missão nazarena, tinha criado condições na nossa igreja em Njatigue, então colhia os alunos da missão para ir dormir lá para no dia seguinte fazer o exame.

Irene: Eram acompanhados por um professor ou por quem?

Valente: Por o nosso professor, neste caso era o prof. Jacinto Mário Beca ele é que nos acompanhava, tanto na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar assim como na...porque ele nessa altura era diretor da escola, então era ele é que tinha que acompanhar os seus alunos.

Irene: E daquilo que sabe, passavam muitos alunos lá da missão nesses exames ou chumbavam?

Valente: Ya passavam, nós da missão porque a nossa missão ensinava, graça a esses professores, o professor Banze, prof. Beca, prof. Guambe, prof. Chiziane, mesmo no tempo do pastor Machava, ensinavam bem, e às vezes nós ficávamos distinguidos em relação a outras escolas que veem por aí.

Irene: Ah sim!

Valente: Exato, eu recordo uma vez o administrador veio lá na nossa escola, os professores ensinavam, graças.

Irene: Como se chamava o administrador?

Valente: Era António Júlio de Campos, tinha o nome alcunha chamado Xicucumuca veio visitar a escola, veio visitar a escola porque era uma escola que já estava um pouco melhorada e foi assim.

Irene: Quer dizer, os vossos professores, daquilo que sabe, tinham boa formação, onde é que eram formados?

Valente: Não, outros eram formados ali, quando tirasse 4.<sup>a</sup> classe não tinha nada que fazer, a missão precisava dessa pessoa para ser professor ali, posso dizer no caso do..., como chamava aquele ali, o Muiocha, Lote Muiocha, não havia formação era só de tirar do já que tirou 4.<sup>a</sup> classe, então vai ajudar ensinar, aquele ali só iam até a 4.<sup>a</sup> classe, então os professores formados era o prof. Jacinto Mário Beca, prof. Banze, prof. Machava, depois veio aparecer os Ntamele, esses tiraram na Missão Alvor, esses é que eram formados já professores mesmo, o resto do eram mesmo formados ali dentro da nossa escola.

Irene: E Mário Beca e o Banze, sabe onde é que foram formados?

Valente: Sei que o Mário Beca também foi formado em Missão Alvor, Machava também Missão Alvor, Chiziane Missão Alvor, salvo o erro já não sei bem, bem agora o Banze, não sei se foi missão Alvor ou foi aqui em Lourenço Marques, não sei bem, bem, mas parece que todos passaram por Missão Alvor porque era o único sítio do distrito de Gaza que chamava distrito, do distrito de Gaza então sempre eram enviados a Missão Alvor que era uma escola oficial.

Irene: E acha hoje, fazendo um balanço, que valeu a pena estudar naquela missão mesmo sendo uma escola indígena?

Valente: Valeu, valeu, lembro os meus tempos lá, de facto havia uma parte, éramos alunos, outra parte éramos os religiosos da missão, havia bom tratamento e nós éramos alunos bem-comportados, éramos cultivados ali dentro da nossa escola.

Irene: Então disse que depois de 1968, ou quê, foi para a tropa?

Valente: Em 68 fui para a tropa colonial.

Irene: Para onde, para o norte?

Valente: Eu fui para o norte.

Irene: Quantos anos esteve lá?

Valente: Fiquei quase 4 anos, parece são 3 anos e 8 meses.

Irene: Foi para a guerra?

Valente: Ya, fui para a guerra, quando se ouvir falar de guerra, guerra orientado pelo comandante das forças armadas Kauza de Arriaga, nós estávamos lá, éramos espalhados estive no Niassa estive no, estive no Metangula, Manhamba, circulámos naquelas zonas em baixo da guerra, eu tenho cicatrizes aqui, de minas e ficamos lá tanto tempo, o tal Kauza de Arriaga abandonou-nos lá quando viu que a guerra era muito forte e então ficamos a dar continuidade com os outros, ele já tinha voltado para Portugal, e assim mais tarde em 1972 passei a disponibilizado, ainda continuava a guerra então 1973, 1974 é quando já se declarou que já não podia dar mais continuidade, cessou, os que foram já para 1973 e 1974 só foram lá já para mudanças no governo de transição em 1974, então parou ali a guerra.

Irene: Mas graças a Deus voltou com saúde!

Valente: Ah sim, sim foi graças a Deus.

Irene: Deficiente, não é?

Valente: Não, não, só foi umas ranhuras, ranhuras, foi mesmo Deus, imagina lá que arrebentamos a mina fui projetado à quase 4 metros para cima do camião, para cima 4 metros para vir cair no chão.

Irene: Mas diga-me lá, como neste caso foi para a guerra, nunca foi a Portugal para pedir reforma, não chegou a ir? Porque há muitos seus colegas que foram para lá, hoje têm reforma, têm pensão, nunca foi porquê?

Valente: Aí está o problema porque mesmo agora houve possibilidade, eu tenho ali o boletim da República Portuguesa que todo aquele militar colonial tínhamos uma pensão, mas parece há uma barreira ali, não sei de onde é, que vem mandaram tratar documentação, viemos para Portugal através da embaixada, voltaram a pedir de novo, fomos lá agora, então chamaram-nos para irmos à embaixada é quando foram nos informar que olha só recebe dinheiro quem descontou no aparelho do Estado, essa informação ainda não está uma informação clara, estamos a dar volta com papelada nas mãos, até aqui eles só pode pagar. A mim já me vieram um documento dizer que não tem possibilidade de pagar porque eu não descontei, quando descontei porque quando eu fui à tropa voltei da tropa fui funcionário do Estado, estava a descontar a minha reforma está a ver isso e até aqui estamos à espera, agora, aqueles que tiveram dinheiro procuraram ir por seus meios até Portugal tratar disso.

Irene: Deve ser por isso, porque o senhor não foi lá, eu conheço pessoas que foram lá.

Valente: Exato.

Irene: Foram lá, ficaram lá, sacrificaram, chegaram a ficar um ou dois anos e disseram: “nós não voltamos para trás sem termos”. Conseguiram não apenas a reforma, mas conseguiram a nacionalidade o que já lhes facilita ter dupla nacionalidade, eles e as suas esposas e os filhos.

Valente: Temos o exemplo concreto temos um pastor, o Mathe.

Irene: Estou a falar desse.

Valente: O Mathe está lá, começou, criaram condições, criaram uma associação, ele está a receber uma boa pensão, mas o resto de nós ....

Irene: Mas não pensou, o senhor é que não pensou, não pensou como o Mathe.

Valente: Mas o Mathe sabe o que é que fez, teve que pagar avião por si próprio.

Irene: Está bem, mas valeu a pena.



Valente: Valeu a pena!

Irene: E agora já recebeu a compensação?

Valente: Exato, mas como conseguir então esse valor para poder viajar? Não era fácil.

Irene: Eu acho que podia ter conseguido se soubesse que as coisas iriam estar como estão hoje.

Valente: Não eles, como é que ele foi diminuído físico e isso criaram condições, todos esses que sofreram tiveram pernas amputadas e outras deficiências, o próprio governo colonial criou condições para a viagem e o seu alojamento lá, então, foi bem assegurado, agora aquele que foi por seus meios tinha que mesmo juntar dinheiro ir para lá, muitos não conseguiram por causa disso.

Irene: Não sabia desse pormenor. Bem, acho que já me deu muita informação, mais do que aquilo que eu pretendia, mas daquilo que está no âmbito do meu estudo, neste caso, a coisa da tropa, etc., isso tudo não estava propriamente, mas já foi bom, também é um acréscimo de informação e muito obrigada.

Valente: Obrigado eu também.

Irene: Agradeço imenso e, já agora, que idade é que tem o senhor, nasceu em que ano?

Valente: Em 1942, já tenho 70 anos de idade, estou a caminho de 71, exato.

Irene: Agora, não sei se quer que nesta entrevista identifique o seu nome, ou ponha outro nome.

Valente: Não tenho problema posso, o único nome que tenho é Valente Elias Siteo.

Irene: Então, muito obrigada, mais uma vez, a entrevista está terminada.

Valente: Muito obrigada.

### **Informante nº 7 - Obadias Jeje (IOJ-85)**

Data da entrevista: 26/02/1913

Duração da entrevista: 40 minutos

#### **Caracterização da entrevista**

Obadias Jeje, 85 anos, iniciou a escolaridade na Escola Santa Teresinha do Menino Jesus de Chicavane, gerida pela Missão Católica. Mais tarde, foi frequentar a Escola Particular de Machulane, tutelada pela Missão Nazarena, tendo, posteriormente, ido a Lourenço Marques onde, numa escola

católica, conclui a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e a 4.<sup>a</sup> classe. Na entrevista, o informante demonstrou uma lucidez que, pese a sua idade, o permite lembrar e relatar factos históricos como o da entrada de Moçambique na Organização Mundial de Saúde, que o integrou no seu projeto, no âmbito da campanha para o combate da epidemia de malária. Foi observador do mundo que o rodeia, no âmbito das políticas e práticas de ensino colonial e políticas laborais. É fluente. Entrevista dada em sua casa.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito bom dia!

Obadias: Bom dia, bom dia.

Irene: Agradeço imenso esta oportunidade que me concedeu de vir aqui a sua casa. Conforme acabei de dizer, eu vim aqui, a minha visita é no âmbito de um estudo, de uma pesquisa que estou realizando, eu sou aluna de uma universidade em Portugal e estou fazendo uma pesquisa sobre o ensino colonial aos indígenas e, tendo tido conhecimento que o senhor é do tempo colonial, que estudou no tempo colonial, é por isso que vim aqui. Gostaria que me informasse qual foi o seu percurso durante o tempo colonial, no que diz respeito ao ensino como indígena, onde é que estudou, as escolas pelas quais passou, quem foram os seus professores, o que é que achou daquele sistema de ensino, será que o ensino correspondeu, ou não, às suas expectativas e qual é o balanço que faz. E também, por outro lado, se achou que o ensino foi benéfico para si, olhando para trás, e mais algumas informações que possam ser úteis.

Obadias: Obrigado, obrigado, minha senhora, pela vossa visita na minha casa. Eu, pessoalmente, chamo-me Obadias Jeje, natural de Chicavane, antigamente era chamado regedoria de Chicavane, distrito de Manjacaze; na minha juventude, comecei a estudar na escola Santa Terezinha do Menino Jesus de Chicavane, de lá, eu, como eu era muito miúdo, a primeira escrita que nós fizemos tínhamos que sentar no chão, limpar o terreno pela mão e depois escrever no chão, essa foi a primeira coisa de aprendizagem no meu tempo, mas só que mais tarde não fui além, escrevi isso e depois passei, tinha que voltar porque era longe, embora eu era de Manjacaze, escola de Manjacaze, da zona de Manjacaze, mas era longe. Mais tarde tive que passar para a área de Chibuto, era chefe Wavakele, havia lá uma escola católica da localidade, depois a central de encontro de todas as missas, de todas as orientações, era a escola de Chanhwane, entanto lá também fui sentar no chão, comecei a escrever e depois disso passei para a ardósia, naquela altura a primeira coisa a utilizar era a ardósia e tinha uma coisa que a gente escrevia com ela a ardósia, ponteiro, chamava-se ponteiro. No entanto estudei um pouco e durante a minha escolaridade também não fui além porque depois disso houve a orientação em como as populações de uma área de um distrito não podiam passar par outro distrito e nós tínhamos que voltar para aquela escola onde eu tinha abandonado, e voltei para lá, embora aqui era mais perto. Àquela divisão das áreas dos administradores eu tinha que obedecer, tinha que sair muito cedo para aquela escola mais uma vez, Escola Santa Terezinha do Menino Jesus de Chicavane, lá, já eu sabia escrever já na ardósia, lá estudei até a *Cartilha Maternal*, no meado da *Cartilha Maternal* parece que o meu tio vem do distrito de Manhiça para lá, na terra, porque a minha avó materna tinha falecido, então meu tio tinha que ir ver a campa onde é que está a mãe e dali, então, o meu tio levou-me para o distrito de Manhiça. Distrito de Manhiça estudei na escola da sede do distrito em 1946; as outras escolas parece era 44, 45 porque foi naquela altura que aparecia avioneta tipo da guerra de Hitler está a ver isso? Ainda havia esses a sobrevoar nessas escolas lá na minha terra, que esqueci de dizer isso. Então, 1946, venho Manhiça, entrei na escola da sede do distrito de Manhiça, escola católica também, lá fui batizado, lá tinha que ser submetido ao estudo do catecismo para ser batizado, isso era um compromisso de qualquer aluno segundo a orientação do governo colonial. Na era colonial, no entanto, quando fui batizado houve contradições com o meu pai e a minha mãe, eu já tinha a I Parte, contradições são estas: os meus pais são nazarenos, eu fui nascido numa família nazarena, lá fui aprender numa família também não era religioso, mas eu tinha que ir à escola, a escola havia as suas obrigações, tinha que aprender o estudo do conhecimento, da vida na matéria escolar e também tinha que ser submetido ao catecismo, lá fui batizado, depois de ser batizado houve essas contradições o papá disse, tira o meu filho porque eu não queria que fosse batizado catolicamente; e realmente a mamã teve que vir-me buscar e ela disse, “meu filho tem que ir à Missão de Tavane”, e disse, “ah, mamã, eu não posso ir, com quem vou ficar?”, disse, “está lá o Samuel Chissano, o seu sobrinho há de ir se juntar com ele para você não se sentir isolado e de lá vais estudar”. E de lá vais estudar, como filho perante os pais, eu tive que obedecer, fui para a missão de Tavane, mas quando chego na missão de Tavane estava o prof. Vicente denominado Machinde porque batia, quando perguntava alguma pergunta, não saber, tinha que bater. Quando eu cheguei lá disseram, “ah coitado, vais

sofrer com o prof. Machinde!”, mas eu tive sorte porque apresentei aquela minha, o meu livro *Cartilha Maternal* como base porque eu sou o primeiro a entrar naquela escola, eu tinha que de novo mostrar o a, b, c, d, tudo, quando cheguei a a, e, i, o, u, abriram, disseram, “não, este aluno é outro aluno!”, então passei para o prof. Fabião Nuvunga, Fabião Nuvunga, então fiquei lá na 1.<sup>a</sup> classe. Estudar na missão de Tavane, o ensino era já outro, o ensino era muito bem claro e tive grande oportunidade de saber devido à aplicação do tipo do ensino, é lá onde aprendi 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe até 3.<sup>a</sup> classe, uma metodologia tão avançada relativamente à da escola colonial, de católica colonial. A missão nazarena de Tavane tinha uma metodologia muito avançada e foi muito útil para a minha vida, estivemos lá além do prof. Fabião Nuvunga, estava lá a Marta Mazivila, estava lá a Eneia, também foi uma das minhas professoras, depois disso passamos para o prof. Jaime Banze, mas há uma passagem que eu queria dizer, o prof. Fabião Nuvunga era muito inteligente, muito inteligente, fazia com que nós desafiássemos o prof., os alunos de 3.<sup>a</sup> classe do prof. Banze, e realmente havia esse jogo e nós éramos capacitados de fazer tudo que os da 3.<sup>a</sup> classe já estavam a avançar fazendo. O que é que fazia o prof. Fabião Nuvunga? Ao entrar, da sala de aula dizia, ‘ditado’ ‘ditado’, ele começa a ditar, os alunos tinham que se preparar para receber a ordem do senhor professor e nós tínhamos que fazer tudo, por tudo numa inteligência, numa rapidez até que nós chegamos de compreender os nossos livros e quando ele dissesse que olha, ‘leitura, a página x leitura’ e nós jogávamos para levantar fazer a leitura, havia D. Afonso Henriques na 2.<sup>a</sup> classe, nós tínhamos que jogar a levantar quem primeiro manter-se a ler. No outro dia veio com um jornal, ao chegar na porta diz, ‘ditado, cidade de Lourenço Marques’. Esta coisa era coisa de outro mundo, e tínhamos que escrever porque ele já tinha adaptado um sistema de a gente adotar todo o tipo de palavra para podermos saber, para não sofrermos no nosso futuro do ensino, então, nós tínhamos que fazer isso, ditado cidade de Lourenço Marques, semáforo não sei o quê, esse semáforo nós conhecemos quando ainda era 1948 na escola da missão nazarena devido à astúcia desse professor, mas foi excelente, fomos para exame, passei, fui para a 3.<sup>a</sup> classe ao prof. James Mbanze, o primeiro exame de 1950 eu chumbei, porque é que chumbei? Nós sabíamos de que as palavras deve-se escrever de acordo com as palavras conforme está no livro, mas no exame, na escola Coronel Galhardo de Manjacaze, porque todos os alunos tinham que ir lá, não se podia fazer os exames em Tavane, tínhamos que ir à escola oficial na administração, eu fui calhar com um examinador português do Alentejo, quando dizia, quando no livro dele está escrito ‘vamos’, ele dizia ‘bamos’ eu disse, “eh, mas como esse bamos nunca li!”, mas a pronúncia é este e eu tive que escrever ‘bamos’ onde se falava do ‘v’ foi o azar que me fez não passar, então chumbei e voltei, mas depois tive a atenção de que há portugueses que a pronúncia não é tal como os outros portugueses, os de Alentejo, não sei de onde, há outros, da Madeira também a linguagem não é igual, naquela altura, não sei agora, então eu chumbei, voltei a estudar em 1951, naquele intervalo das férias de Setembro quase eu vim desistir porque a vida do ambiente onde nós vivíamos nas pessoas era difícil desistir, mas o filho do meu tio, o Langa, o Jamisse Langa lá em baixo, os filhos ficavam ali na Missão, mas havia James Langa lá em baixo, quase ir a Manguenhane para atravessar para Macuacua, o filho dele encarei-me com ele, ele disse quando foi-me encontrar na vila, encontrou-me e chamou-me, “meu filho você está a desistir de estudar?”. Eu disse, “ah sim”, “mas porquê?”. Disse “você vai cobiçar o seu sobrinho quando ele voltar com o diploma no fim do ano”. Eu sai, voltei para casa e disse, “mamã amanhã vou para a escola em Tavane”, “ah meu filho, como é que há de ir?”, eu disse: “eu vou amanhã, com merenda, sem merenda eu vou para a escola”. Voltei para a escola e realmente quando fomos estudar lá tive sorte, passei, mas não era fácil, nós estávamos em Jantigue, fomos escolhidos 3 alunos para ficar para obter os resultados do exame para a missão de Tavane, fiquei eu, Obadias, Miséria, e mais um que já não me... Afonso Mabalala Matsinhe, esse era filho do chefe Matsinhe lá no distrito de Manjacaze, chegámos lá e não tínhamos o que apanhar para comer, foi quando eu disse, “eh pá para não sofrermos da fome vamos à vila, vamos pedir pequenos serviços ali para obtermos o pão e o chá porque amanhã vamos ter o resultado e depois vamos voltar para Tavane”, fomos numa cantina de Manuel Mendes, pedimos lá um pouco de trabalho para podermos ter qualquer coisa para comer, em vez de trabalhar fomos oferecidos pão, sopa e chá eu disse vamos ao... havia um comerciante muito grande lá, já me estou a esquecer também fomos falar a mesma linguagem, deram pão e açúcar e eu disse, isto chega para hoje, então voltamos para Jantigue fomos fazer aquelas refeições, tomamos no dia seguinte quando fomos lá para obter os resultados. Nós os três estávamos aprovados. Então dali tive que voltar, voltamos para a escola apresentamos, e fez-se o encerramento das aulas e voltei para a casa. Para casa, lá não tínhamos a 4.<sup>a</sup> classe, mesmo elementar, não tínhamos naquela altura, ia-me esquecendo de dizer, então tinha que voltar para a casa e em casa mamã disse, “você tem que continuar a estudar”, foi quando ela me mandou para aqui em Lourenço Marques, nessa altura em casa de um primo, mas em vez de um primo fiquei em casa da irmã que era casado com um

tio da nossa avó e lá não havia meio para me assegurar o ensino, então, meu tio, que era o marido da minha tia, arranhou-me um serviço de mesa, fui trabalhar serviço de mesa, eu disse ‘quero estudar’. Quando eu fui estudar eu tinha muito sono ainda era jovem e depois havia percevejos, eu desisti e fiquei, fiquei 4 anos sem estudar quando num dia desses, aborrecido por um senhor idoso que eu tinha emprestado 50\$ quando ia lá não me atendia, não me atendia, voltei, fui dormir, quando voltei em casa chorei eu disse ‘não consigo fazer nada porque não estudei’, peguei o livro porque eu tinha o meu livro, peguei o livro estudei a gramática, José Maria Relva, e fui à escola Bairro Indígena, quando cheguei lá eu disse: “Ah estou a pedir Sr. Professor estudar”. ‘Olha aí, o faltoso’, disseram que ‘não está’, disseram vai ocupar o lugar. Era fevereiro, mas você não vai fazer o exame naquela altura, os exames eram feitos em junho, não é agora que são feitos no fim do ano, eram feitos em junho, eu disse está bem não faz mal vou estudar. Só que quando eu sentava na carteira eu me encontrava e na consciência em Tavane, na missão nazarena em Tavane, toda aquela matéria ensinada estava em mim, ditado, eu escrevia muito bem, qualquer exercício fazia, gramática e tudo eu fazia, ele me submeteu a exame, no exame eu fiquei com 14 valores, só que eu não tinha com quem pudesse me orientar, de novo fiquei. Mas no ano 70, há uma missão, há uma escola ali perto do Hospital Central que pertencia aos padres, eu de novo voltei para estudar, até antes disso, desculpa, há uma passagem, então eu com aquilo fiquei. Num dia desses eu achei de que tinha que fazer exame, tinha que fazer exame da 4.<sup>a</sup> classe porque esse que estou a falar de bairro indígena em 1957 foi exame de elementar, 3.<sup>a</sup> classe elementar, mas ainda faltava a 4.<sup>a</sup> porque essa elementar, na missão em Tavane, nós nem tínhamos, só fiz em 57 quando fiquei em 51, 52, 53, 54, 55, 56, eu tinha intervalo de 4 anos sem estudar eu fiz aquele e passei. Quando entro no Comércio, Direção dos Serviços do Comércio antes da criação dos ministérios que nós temos agora, porque eu abandonei a saúde, a saúde eu estive a chefiar; há uma passagem que eu tinha esquecido: àquela 3.<sup>a</sup> classe rudimentar fez em mim para chefiar indivíduos devido a sabedoria que eu tive em Tavane, chefiar homens não da minha idade, mas aquela experiência, aqueles conhecimentos, aquela linguagem, aquela escrita eu fui, tive que chefiar aqui, nesse edifício, onde hoje é manutenção da saúde aqui foi, era campanha de erradicação do paludismo, ali nós tínhamos que fazer, estou a recuar um pouco, ali tínhamos que aprender fazer cartas topográficas para reunir matéria de fazer mapas gerais para a sede do combate da malária aqui em Moçambique porque quando entrei na saúde, em 1950, no dia 18 de novembro de 1957, 59 depois Moçambique entrou na OMS, quando entra na OMS, então tem um fundo para combate à malária, esse fundo de combate à malária, nós não tínhamos técnicos todos aqui, tínhamos que recrutar técnicos estrangeiros, vieram de fora os estrangeiros para virem fazer isso, então para fazer tipos topográficas aquelas cartas topográficas para reunir matéria para fazer mapas tinha que haver umas letras, éramos 24, então deram um papel, cada qual escreve o seu nome naquele papel, cada qual escreve o seu nome e fizeram um esquema do tipo carta topográfica como se fosse nós termos feito, eles fizeram para nós copiar a escrever, eu e o Estevão Njalane também estive comigo lá, eu ao Estevão Njalane eu disse, “Njalane eu só tenho medo de ti pela letra”, “o quê?”, “eu tenho medo de ti que vai-me vencer da letra”. Ele disse não, “eu tenho medo de ti pela letra, para me vencer da letra” escrevemos, eu fiquei primeiro, ele ficou segundo, eu tive uma sorte, era primeiro classificado em cada coisa. Depois vamos abandonar, voltamos aquele ensino que eu queria falar, então nessa missão fomos estudar, quando fomos estudar era aulas noturnas, antes dessa aula noturna, queria falar de quando eu entrei no comércio, eu disse, “há um indivíduo que passou na saúde 4.<sup>a</sup> classe, mal pronuncia a língua”. Cheguei lá, só fiquei uma semana depois de ter entrado na direção dos serviços do comércio. Peguei no meu livro, peguei a gramática, comecei a ver, eu peguei o papel almanaque, requeri o exame extraordinário, ali na escola 3 de fevereiro, em frente, ao lado um pouco da... ao lado de D. Bosco. Está a ver aquela escola ali? Eu fui fazer exame ali, passei sem ter ido, mas a matéria é aquela da Missão Nazarena em Tavane porque tinham-nos preparado. Mais tarde é quando entrámos nessa D. Bosco dos padres, mas já isso, a independência estava a bater a porta, disseram, e nós estávamos a estudar com medo porque como se chama, a Pide, a PIDE estava aqui ao lado, noutro dia vem o professor e disse, “Ah eu sei de que aqui estão os da Pide, eu não me interessa eu sou professor. Eu quero saber alunos se um dia qualquer ficarmos independentes, os portugueses irem se embora, depois o hospital ali, a administração ali, como é que vocês podem fazer? Cada qual vai ficar no lugar do enfermeiro dizer que eu sou enfermeiro para dar injeção, o outro vai ficar no lugar do médico para dizer que sou médico.” Aquele foi uma grande gargalhada, mas isso estava nos preparar que mesmo que ficarmos independentes não podemos cobiçar o lugar quando nós não conhecemos a matéria, quando não conhecermos a matéria porque havíamos matar os nossos irmãos devido a cobiça, fomos estudando, essa é uma das passagens que eu passei na era colonial. Havia uma ditadura na aprendizagem nas escolas católicas não pode ir ao exame antes de ser batizado, no entanto, nós tínhamos que obedecer para fazer isso,

é aí onde houve aquela contradição e depois eu fui para Tavane, é essa mais ou menos a ideia, mas tive sorte, tudo chefie, chefie até agora, quando fiquei reformado eu estive a chefiar. Sobre a 4.<sup>a</sup>, só tirei 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> na nossa independência quando fui para Namaacha era para tirar a 7.<sup>a</sup>, mas eu tinha um exercício em grande escala, eu não pude fazer nada, e terminei assim o meu estudo. Graças a Deus aquilo que o governo me dá é aquilo que faço alguma coisa, obrigado.

Irene: O seu percurso é muito interessante, é muito interessante, foi um homem determinado porque teve momentos de altos e baixos, as interrupções que disse que teve, porque agora não sei quando é que a primeira vez. Já agora a idade, qual é a sua idade?

Obadias: A minha idade agora, tenho 75 anos de idade.

Irene: Essa é a sua idade real?

Obadias: Real, tenho 85, mas isso não se conta porque o documento fala de 1937 para agora, tenho 75, eu é que conheço de que sou de 1929 só.

Irene: Os seus pais disseram-lhe isso?

Obadias: Sim,

Irene: Então pronto, vamos assumir que é essa a idade, 1929.

Obadias: Sim.

Irene: Então, atendendo que é de 1929, com que idade foi à escola pela primeira vez?

Obadias: Não posso dizer.

Irene: Lembra-se o ano?

Obadias: Nada, nada, não faço ideia, eu era dessa idade, eu tinha que sentar no chão.

Irene: Foi em Manhiça?

Obadias: Não, não a primeira foi a Escola Santa Terezinha do Menino Jesus de Chicavane do distrito de Manjacaze, depois transitei para outro distrito porque nós estávamos no limite com outro distrito, com uma escola mais próxima então fui lá também escrever no chão até que de lá...

Irene: Sem interrupção?

Obadias: Não, não houve interrupção, de lá então passei a comprar ardósia que é a primeira escrita não no chão.

Irene: E quantos anos foi aí, foi durante quantos anos, dois anos?

Obadias: É possível, é possível.

Irene: E terá sido nessa altura que me falou que havia aviões que sobrevoavam?

Obadias: Sim, foi nessa altura.

Irene: Quer dizer, era tempo de guerra ou quê?

Obadias: A guerra tinha-se acabado mas havia aquelas avionetas que ainda voavam e quando nós víamos dizíamos, “eh fulano Matsinhe, fulano Matsinhe” e depois aqueles deixavam garrafas e depois os régulos e as autoridades locais diziam, “eh não vão aí porque vocês vão ser”, a guerra em si já tinha acabado, não cheguei de ver, mas aquelas avionetas andavam ali dar voltas ainda.

Irene: Sobrevoavam para quê?

Obadias: não era guerra só andavam aí não sei que tipo de investigação estavam a fazer, não era guerra.

Irene: Depois desses dois anos, provavelmente, é que teve interrupção. Uns 4-5 anos?

Obadias: Àqueles 5 anos foi depois de 3.<sup>a</sup> classe rudimentar já com maturidade um pouco assim.

Irene: Portanto continuou depois daqueles dois anos.

Obadias: Sim, vim para o distrito de Manhiça, vim continuar, é quando atendi a 1.<sup>a</sup> classe.

Irene: Aqueles dois primeiros anos quais eram as classes?

Obadias: Era só a *Cartilha Maternal*.

Irene: Em que língua?

Obadias: A língua era em Português, a língua sempre tinha que ser em português porque ali o livro está escrito em português.

Irene: E depois veio a Manhiça?

Obadias: Depois vim a Manhiça, em Manhiça também o meu tio introduziu-me na escola, em vez de ficar, é quando passei até à 1.<sup>a</sup> classe, aquela razão quando fui a Tavane deram-me a Cartilha, viram de que eu tinha já ultrapassado.

Irene: E quando é que tem aquela interrupção?

Obadias: Não faço ideia.

Irene: Depois de Manhiça, depois de Manhiça foi logo para Tavane?

Obadias: 1946, 1947, 1947 não houve interrupção, só passei para Tavane em 1948, não houve interrupção.

Irene: E quando chega em Tavane, havia lá professores?

Obadias: Hein, grandes professores!

Irene: Onde é que eram formados? Sabe-me dizer onde tiravam o curso, os professores?

Obadias: Isso não sei, só sei de que a escolarização que eles faziam era muito mais adiantada relativamente às escolas católicas, porque nós éramos superiores quando vamos ao exame, a diferença é ali onde nós começávamos a ver de que não estes sabem, mas nós estamos mais adiantados, a diferença era só essa, onde eram feitos isso não sei.

Irene: Onde é que os professores eram preparados para professores, não chegou a acompanhar essa parte?

Obadias: Não cheguei a acompanhar, mas era uma seleção de professores tal como o prof. Beca, o prof. James Banze, tinham um dom muito especial porque além de ser professores para o ensino, também eram um professor dos hinos para ensaiar, como se chama?

Irene: Música?

Obadias: Música! Era grande músico, esse professor era grande músico.

Irene: Quem?

Obadias: O Jaime Banze, foi grande músico, eu tive é pena porque eu não tive sorte quando eu deixava os meus livros em casa não ficavam a guardar, eu fui um dos alunos da música da parte do prof. Jaime Banze, tenho, tenho, conheço, foi assim. Foi grande professor lá na Missão Nazareno em Manjacaze, Tavane, em Gaza, foi grande músico esse. Por isso, aqui em Maputo tem um grupo do coro, músico chamado nós somos grupo Banze, aqui no nazareno, nós temos, Nazareno Maputo Cidade, tem esse grupo, nós também ali estamos, só que já não fazemos parte daqueles grupos corais, não nós fomos bem preparados, eu canto, quando há uma seleção para a gente cantar, eu canto.

Irene: Então, e a sua situação, a situação socioeconómica dos seus pais?

Obadias: Só eram agricultores.

Irene: Portanto, não passou assim necessidades, fome...

Obadias: Não, naquela época havia fome da época como se dizia, indlala imatimba yakulalela, quer dizer não havia jantar, mas ela não era só de uma pessoa, era todo o distrito, por isso tivemos certos administradores muito amorosos à sua população, o administrador Domingo em 44, salvo o erro, ele esteve a administrar o distrito de Manjacaze, saiu foi arranjar o milho amarelo, nós em Gaza o milho amarelo não gostamos, gostamos do milho branco, mas ele foi arranjar o milho, foi arranjar amendoim porque tinha havido uma seca que estrangulou a vida da população em Manjacaze, então mandou os régulos para falar com seu chefe para ir dizer a população para ir buscar amendoim, o milho para fazer a sementeira, uma lata para levar, depois da colheita havia de devolver aquela lata do produto, seja milho seja amendoim. Na nossa zona, a minha mãe é que era um pouco assim porque era nazareno, a maioria tinham medo, diziam, “e se nós levarmos aquele produto e na sementeira não haver produção como é que vamos justificar?”, a minha mãe disse, “isso não é da vossa conta porque quem nos manda ir lá é esse que vai zelar o nosso trabalho, ele é que vai justificar na administração, eu vou”. A minha mãe foi em 1944, salvo o erro, foi buscar o milho, foi buscar amendoim, eram duas coisas, o milho, depois houve uma chuva muito grande, a minha mãe como tinha sementado saiu milho, milho assim, nós sentados tinha que ser assim, saia dois, dois, três milho muito, muito houve uma fertilidade, depois daquilo a minha mãe teve uma boa colheita, “ah senhor administrador, nós já queremos devolver, a população quer agradecer”, “hein, eu estive a ajudar”. O administrador, qualquer coisa, Domingos é como o outro também nessa altura, é como o outro que apareceu também no distrito de Manjacaze, chamava-se Pecani porque quando você é encontrado na cidade às 9h00 batia, onde é que você, você está aqui, os outros estão no campo a fazer agricultura, para você vir comprar os produtos aqui, tem que vir no fim da tarde, você não pode vir agora, chamava-se Pecani, então esse também foi dos administradores que ajudou o distrito de Manjacaze, foi arranjar mandioqueira não sei onde é que arranjou, veio, entregou, mandou distribuir tudo disse: “esta mandioqueira quando produzir mandioca hão de pagar”, mas isso já não havia quem tem medo porque tinha que levar porque ele anda de jipe na estrada, quando cruza consigo naquela manhã, eh pá a esta hora você está a brincar, bate!

Irene: Ele próprio, o administrador, batia?

Obadias: Não, tinha o seu cipaio, então esse também quando a mandioqueira ficou já boa, a mandioca, foram dizer hein, já queremos pagar, o administrador disse não, por isso nisso tivemos sorte,

o administrador disse não, eu estive a fazer uma ajuda, pelo menos esses dois administradores eram honestos.

Irene: Em que anos mais ou menos?

Obadias: Eu não posso.

Irene: Quarenta e tal?

Obadias: Há de ser 1940 e tal porque foi antes de eu vir cá, não sei se foi 1940 e tal, vamos deixar, mas só sei que tivemos dois administradores muito amorosos para com a população de Manjacaze.

Irene: Portanto, a sua infância, infância talvez, ou até a juventude, não teve assim muitas carências assim... alimentares, fome assim...

Obadias: Não, eu não posso dizer assim 100% disso porque desde 1951, 1952 que vim aqui eu só vou e volto, as carências aparecem lá eu não as vivi na carne, não as vivi na carne.

Irene: E aqui em Maputo também não as viveu?

Obadias: Aqui a vida é da cantina, o problema é cada qual no seu vencimento, e naquela altura a moeda tinha valor antes da nossa independência, 2\$50, nós comprávamos dois pães e ainda sobejava 10 centavos e mesmo na governação de Samora, ainda a moeda ainda tinha valor só depois, mas no âmbito da alimentação devido à moeda que tinha valor comprava produto que chega para a tua vida.

Irene: E esse estatuto de indígena afetou-o, de que forma?

Obadias: O estatuto de indígena afetou porque nós não podíamos ter direitos de igual ao branco, até eu no meu tempo cheguei a ter na mente de que a coisa boa era ser branco, sim, porque a política era essa, nós estávamos a sofrer de tal forma que acabamos de ter uma qualquer coisa boa era só para o branco, afinal de contas nós também tínhamos direito, mas agora, mais tarde, fiquei a compreender que não, aquilo era tipo de colonização para nós nos sentirmos à vontade.

Irene: E quando é que mudou de estatuto? Quando era indígena, o que é que o identificava?

Obadias: Há uma particularidade. Quando era indígena, o governo colonial criou um estatuto de lembra como se chama assimilação, havia os assimilados, então o assimilado era considerado um pouco branco, até era aconselhado para não se lidar com o resto mesmo dos pais, porque ele já é branco, mas era branco na mente, a cor era a mesma não só isso mesmo que houvesse direito não era até além só que já podia estudar, podia fazer muita coisa, então esse também, esse estatuto estava a separar o povo moçambicano do meio entre o ambiente da vida porque para ser assimilado você não vê os outros como os seus irmãos, isso foi um estatuto de espezinhar o moçambicano, eu queria mais ou menos dizer isso. O estatuto de assimilação não foi honesto para nós, nos dividiu.

Irene: E viveu sobre esse estatuto até quando, de indígena ou não assimilado até quando?

Obadias: Quando Portugal começou a sentir o peso da guerra da libertação mudou em 1960, não sei em 1960 e quê, 1967, mudou um pouco, mudou porquê, porque já tínhamos o direito de entrar no restaurante comer alguma coisa.

Irene: Dantes não podia?

Obadias: Não, não, quando você não é assimilado não podia entrar, também não podíamos entrar nos teatros deles, não nós tínhamos os teatros divididos da raça negra e, no entanto, aquele estatuto tinha que fazer a divisão só que o calor da guerra de libertação de Moçambique fez com que Portugal mudasse um pouco e começou a dizer que nós todos somos irmãos, por isso é que se dizia, Moçambique-Portugal e nós dizíamos esses são malucos, Moçambique-Portugal, é Portugal aqui em Moçambique? Porque nós entendíamos, só que não podíamos nos pronunciar na presença deles, mas quando estamos sozinhos entendíamos isso porque não é verdade, aqui é Moçambique porque naquela altura era chamado províncias ultramarinas, foi nessa altura, era província ultramarina, no entanto ouvia na rádio aí Portugal-Moçambique não sei o quê sendo uma mobilização de que nós todos somos iguais, mas não éramos iguais porque os direitos eram diferentes, é isso.

Irene: Pois é! Olha, muito obrigada. A entrevista foi longa, mas valeu a pena, recolhi muita informação útil, útil mesmo, e quero agradecer imenso por esta disponibilidade, mais uma vez. E pronto, até gostaria de tirar uma foto só porque a idade que me diz, realmente... É só para dizer, esta pessoa, veja lá o tempo que passou, as dificuldades que passou naquela época, mas como Deus o conservou até hoje, nem parece. Vou-lhe pedir isto no fim da entrevista. Muito obrigada, a entrevista está terminada.

Obadias: Obrigada.

## **Informante nº 8 - Enfermeira Rute (IERM-70)**

Data da entrevista: 28.02.1913

Duração da entrevista: 16 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Nascida em 1943, Rute iniciou o ensino em 1956 na Missão Nazarena de Tavane, com 13 anos. Em 1966, com 23 anos, ingressou, com mais três raparigas, no curso de enfermagem iniciado pela primeira vez na mesma missão. A entrevista é apressada porque a enfermeira tinha programado uma saída à igreja.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Agradeço imenso esta oportunidade que me concedeu de vir aqui em sua casa para realizar esta entrevista que, conforme eu disse, está no âmbito de um estudo que eu estou fazendo em Portugal na universidade, sobre o ensino colonial aos indígenas e tendo conhecimento que a senhora estudou, pela sua idade é já daquela época colonial, gostaria de saber qual foi o seu percurso académico desde a infância, por que escolas é que passou, e como é que evoluiu e o que é que achou daquela época e fazer um balanço.

Rute: Sim, eu estudei mesmo nessa altura colonial. Comecei o meu estudo em 1956, no mês de setembro, como o ano letivo no governo colonial começava em setembro e terminava no mês de junho. Então comecei a estudar primeiro, na altura chamavam primeira atrasado, e depois primeira adiantado, então estudei, comecei com um professor que era um pastor professor Machava, mas que era um pastor, depois fui a um outro professor, que era o professor Uzias Majomo, e depois fui a outro professor, que era o professor Mabasso, esqueço o nome; e depois fui a outro professor, na mesma escola da missão Nazarena em Tavane, na altura chamava-se Benizele, na altura então estudei a 1.<sup>a</sup> classe com o professor Pedro Tamele, depois 2.<sup>a</sup> classe, porque na altura havia 3.<sup>a</sup> rudimentar, 3.<sup>a</sup> rudimentar e depois de 3.<sup>a</sup> elementar, 4.<sup>a</sup> classe. Terminei na 4.<sup>a</sup> classe. Depois daí da 4.<sup>a</sup> classe, então entrei na enfermagem, aqui no meio depois da 1.<sup>a</sup> atrasada até 3.<sup>a</sup> não chumbei, mas chumbei na 3.<sup>a</sup> elementar, 4.<sup>a</sup> classe também não chumbei, então voltei para casa, fiquei em casa, fiquei, fiquei, fiquei e vi que não há desenvolvimento nenhum, então pedi aos meus pais para voltar novamente para a missão e fui entrar na enfermagem em 1966. Estudei lá na missão a minha enfermagem, 3 anos enfermeira-parteira, comecei a trabalhar lá até 1973 que eu casei, vim aqui em Lourenço Marques em 1973, fiquei 1973 até dezembro não procurei emprego; na altura não podia trabalhar no Estado porque tirei o curso na missão, missão com o Estado não eram amigos. Então fui pedir emprego na missão, Missão José de Lhanguene de padre Madonaldo. Padre Maldonaldo aceitou, comecei a trabalhar lá em 1974 a 2 de janeiro, comecei a trabalhar lá até chegar a Frelimo eu a trabalhar lá. Então quando chegou a Frelimo, a Frelimo nacionalizou os hospitais; quanto nacionalizou os hospitais não deixou ninguém fora, só que ele, a Frelimo é o presidente. Samora disse assim: todas as enfermeiras das missões têm que fazer exame no instituto com essas médicas do Hospital Central, para quê? Para termos o diploma porque só temos o diploma da missão que não vai até nenhum sítio, tem limite. Então, em Novembro de 1975, fizemos o exame ali no instituto do Hospital Central, então eu fui aprovado com outras colegas; umas chumbaram não sei quanto, mas ali houve uma confusão de que aqueles que tiraram nas missões, que não são reconhecidas no governo, não podiam fazer exame porque a missão não é reconhecida só em Chicuke, mas houve outros médicos que disseram que não, missão é missão, Chicuke também era missão não era Estado, todas as enfermeiras que tiraram curso na missão têm que fazer exame, não há escolha de que Chicuke é missão ou quê; então nessa altura pudemos entrar. Pronto, comecei a trabalhar na Missão José, depois disso continuei a trabalhar depois de fazer exame, mas já houve uma transferência. Me transferiram de Missão José vir aqui agora que é Centro Infantil Nyeleti, na altura havia natal, havia pré-natal, havia dispensário naquela altura. Então eu fui transferido para o dispensário, trabalhei aqui até 1977 em dezembro. 27 de dezembro estávamos a sair aqui quando vieram nos dar os temas, quer dizer, esses postos. Então saímos dali para St. Filomena, na altura chamava-se Sta. Filomena, mas depois já veio ser Centro de Saúde do Alto Maé até agora, trabalhei ali, trabalhei ali, trabalhei ali no Centro de Saúde de Xipamanine, trabalhei no Centro da Saúde do Chamanculu voltei novamente para o Alto Maé porque é a área do Chamanculu. Voltei a trabalhar no Alto Maé até a minha reforma em 92, a minha reforma foi por causa da doença; queria-me tratar. Até 92 que reformei me tratei, fiquei bem que estou a achar que bem posso ainda continuar a fazer o meu trabalho porque eu gosto do meu trabalho, até



agora estou a fazer um pequeno trabalho aqui como um médico, ajudar o médico umas poucas horas, foi assim.

Irene: Um percurso muito interessante, começou em Tavane, e a sua terra qual era?

Rute: A minha terra na altura é o distrito de Chibuto, distrito de Chibuto, localidade de Muchona, mas agora, geograficamente, agora já pertence o distrito de Guijá, mas todos os meus documentos é Chibuto.

Irene: Foi em 56 para Tavane?

Rute: Foi em 56.

Irene: Que idade tinha quando começou a escola?

Rute: Eu tinha 13 anos porque a minha mãe acabava de morrer, a minha mãe, em janeiro, dia 26 de janeiro de 56 então em setembro comecei a estudar lá com 13 anos.

Irene: E foi tudo seguido, conforme disse. Só chumbou um ano?

Rute: Passei, chumbei, mas também voltei a ficar em casa, voltei para ficar em casa quando passei 3.<sup>a</sup> elementar fui ficar em casa.

Irene: Porquê?

Rute: Bem porque não tinha como estudar mas depois eu vi que não havia desenvolvimento nenhum é só acordar ir para machamba, voltar para casa, machamba voltar para casa, tudo aquilo que eu aprendi ali vai desaparecer, então falei com o meu pai, então meu pai aceitou para me mandar de novo para a missão é ali onde é que eu já continuei com os meus estudos já de enfermagem.

Irene: Enfermagem, então na missão havia escola de enfermagem?

Rute: Havia sim, começou em 1966 em fevereiro, 26 de fevereiro estávamos a iniciar a Escola de Enfermagem.

Irene: E quem era o responsável?

Rute: Era uma missionária, uma missionária chamava-se Benedicte.

Irene: Ah sim!

Rute: E os primeiros, posso dizer que os fundadores com que começámos eramos quatro: eu, mais uma chama-se Chirindzane, mas a Ricardina Muoicha que é dali de Tavane mais a Celeste que é da zona de Macuacua. Quando acabámos nós e entraram outro grupo que não conheço bem os nomes, mas é Elisa Munguane Nataliel Chichava, Açucena Paruque já faleceu e Amélia Matusse. Depois desses parece que já não veio mais porque já estava a chegar a Frelimo, e era três anos porque era enfermeira-parreira, só que depois de eu fazer exame aqui no Instituto, a minha nomeação já vem na parte de enfermagem, parte de parreira ficou ao lado, e então pedi depois da independência na FRELIMO pedi muito a parte da enfermagem, porque eu era técnica da triagem da pediatria até à minha reforma.

Irene: E aquilo que acha do curso de enfermagem em Tavane, foi bom?

Rute: Foi bom, foi muito bom porque fomos ensinados respeitar o doente, respeitar a pessoa, ter pena da pessoa que está doente, você quando vê o doente a preocupação tua é procurar saber o que é que a esta pessoa vamos fazer para socorrer da maneira que ele está da doença, vale a pena, valeu a pena porque até agora quem estudou, até agora uma pessoa chegar num centro de saúde ver uma pessoa ali que está muito mal doente, mas ver trabalhadores entram ali não se preocupam daquele, o meu coração dói, dói, até tenho vontade de parece que posso pôr bata para socorrer aquela pessoa mas como já estou reformada no centro de saúde do Estado não posso fazer. Fomos ensinados assim, o juramento uma pessoa jurar que eu vou entregar a minha vida para ajudar os doentes por isso para mim valeu muita pena.

Irene: Valeu muito, foi um bocado triste naquela altura quando disseram que não tinham reconhecimento, vocês, só os de Chicique. Qual é a diferença, Chicique o que era?

Rute: Era missão.

Irene: E qual era a diferença entre a escola de Chicique e a vossa?

Rute: Não sei.

Irene: Em Chicique o que é que havia que vocês não tinham?

Rute: Bem não sei porque nunca fui a Chicique, só que um dos médicos chama-se Dr. Pascoal Mocumbi, estava a trabalhar connosco lá na Missão de S. José de Lhanguene, ele é que disse que não, têm que fazer exame todos porque todos era missão, não era Estado era missão estes também são da missão e estão a trabalhar da mesma maneira como estes de Chicique e onde é que há diferença, onde é que há diferença? Então foi assim.

Irene: Muito obrigada, o teu percurso é muito interessante, saiu de lá de Tavane, do mato, termina aqui com enfermagem. Realmente, muito obrigada por esta entrevista, e depois, desculpa lá, só uma pergunta particular, tem filhos?

Rute: Tenho, tenho quatro filhos: dois rapazes e duas meninas.

Irene: E teve os filhos no meio desse percurso, não é?

Rute: O primeiro filho porque casei em julho de 1973 então em 1974 no mês de julho tive o primeiro filho até em 1981, a última foi de 1981, 30 de novembro, a última.

Irene: E eles estão a estudar bem ou estudaram?

Rute: Já estudaram uma já estão no lar, estão nos lares.

Irene: Então muito obrigada, digo, muitos parabéns, foi uma mulher de coragem para aqueles tempos; não desistiu, até foi pedir ao seu pai. O seu pai o que é que fazia?

Rute: O meu pai era um pastor, o meu pai era pastor, era esse grupo pastor, *mufundisi* Machava, não sei quê; às vezes os pastores tinham dinheiro, não tinham dinheiro não sei quê, está a ver? Às vezes tinha crise por isso é que não voltei, mas depois de tentar falar com os (...) foi onde ele compreendeu porque eu já tinha dito que eu quero ir a Chicumbane porque em Chicumbane basta a pessoa saber, ler e escrever recebia e ensinado ali para atender os doentes, mas já o meu pai disse que não, volta para acabar o seu 4.<sup>a</sup> classe, vamos ver o que é que vai fazer ou vai na aqui em Miguel Bombarda antigamente para tirar curso porque aqueles que estão a trabalhar em Chicumbane não têm curso só trabalhava através dos missionários, os missionários mas quando já volto para lá na minha missão em Tavane, comecei a Escola Bíblica, está a ver, em Agosto de 1975 em 1976 já estava a começar a enfermagem já não precisava de sair para outro sítio.

Irene: Em 1976?

Rute: Em 1966 estou a me enganar, em 1966 porque voltei em 1965, mas a enfermagem começou em fevereiro de 1966, então pronto já nem precisava para eu sair; eu disse que olha aquilo que eu queria já temos aqui na nossa missão, não vou sair mais, então fiquei lá.

Irene: Muito obrigada por este percurso bem-sucedido e que Deus continue a abençoar, que dê mais saúde. E muito obrigada por este momento que me concedeu. A entrevista está terminada.

Rute: Só que naquela altura mesmo nas escolas, naquela altura ensinava respeito aos alunos, o que estamos a ver agora, ensinava respeito, o aluno deve respeitar está a ver nós quando fomos ensinados quando entrar uma pessoa grande, pastor não sei quê era obrigado levantar dizer bom-dia mas agora não, parece que é o amigo dele, mas é o chefe dele, está a ver que há uma diferença?

Irene: Muito obrigada, a entrevista está terminada.

## **Informante nº 9 - Enfermeiro Henrique Muzima (IHM-80)**

Data da entrevista: 1 de março de 2013

Duração da entrevista: 49 minutos

### **Caracterização da entrevista**

De 80 anos, à data da entrevista, considero Muzima um informante privilegiado para recolha de informação, a começar pelo facto de a sua qualificação ser proveniente do ensino rudimentar da Escola Particular de Machulane, sob a gestão da Missão Nazarena em Tavane. Exerceu a atividade de enfermeiro desde o período colonial, algo que lhe permitia, no quotidiano, o contacto com os colonos a quem reportava e tratava as suas enfermidades e com as populações com quem lidava e tratava. Muzima é um indivíduo que, desde cedo, esteve atento à evolução da História de Moçambique, a qual retrata a partir da sua experiência observada e vivida. Entrevista dada no seu local de trabalho – consultório médico.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia!

Henrique: Bom dia.

Irene: Agradeço esta belíssima oportunidade que me concedeu de eu poder entrar aqui nas instalações do seu serviço, é um privilégio muito grande e conforme eu estive a dizer, disse noutro dia que eu vim, estou aqui em Moçambique, temporariamente, no âmbito de uma pesquisa sobre o ensino colonial aos indígenas e tendo conhecimento que o senhor é já do tempo colonial, pela sua idade, gostaria que me informasse tudo aquilo que sabe sobre o ensino colonial e mesmo sobre o seu próprio percurso escolar, académico, todo o seu percurso no âmbito de educação, formação de professores, etc.

Henrique: Hein, talvez não vou conseguir detalhar como a senhora pede, mas vou dar dentro daquilo que ainda recordo. O ensino em Moçambique tem dois períodos: o primeiro período o ensino era global, não havia ensino para o indígena, não havia ensino para o branco; englobava toda a população moçambicana, nos anos 30 até 40. O ensino começa a mudar nos anos 40 quando o governo português entrega o ensino para os indígenas aos padres é quando surge a palavra o ensino para os indígenas que ao mesmo tempo é para a evangelização. Há uma concordância aí que não posso precisar entre a Santa Sé e o governo português no tempo de Salazar, em que entrega aos indígenas para serem evangelizados pelas missões católicas; é aqui onde a história muda um pouco. Agora sobre a formação dos professores daquilo que eu sei, os professores primeiro foram formados pelos presbiterianos em Ricatla. Alguns professores que eu recordo os nomes é o James Banze, é Naftali Banze, é o professor Maciel e o professor Nhacale. Os padres, o governo português não gostou que os professores para ensinar a população indígena fossem formados pelos estrangeiros; ele manda encerrar a escola de Ricatla para abrir a escola de Manhiça chamada Escola de Habilitação para os Professores Indígenas em Alvor, não posso precisar o ano em que foi encerrado Ricatla; e a partir dali os professores eram formados em Alvor pelas missões, pelo governo português. Essa é a pequena história do que eu sei.

Irene: Muito obrigada, por me fazer ouvir essa parte e, neste caso, em Ricatla, era a Missão Presbiteriana?

Henrique: Presbiteriana ou Missão Suíça.

Irene: E sabe mais ou menos o que é que aprendiam os professores, não tem ideia do programa?

Henrique: Não tenho ideia do currículo, mas só é que quando saíssem de lá estavam habilitados para ensinar o ensino a nível até o 2.º grau, que eles chamavam 2.º grau naquele tempo.

Irene: E tem conhecimento da colocação dalguns desses professores que me falou, onde é que foram colocados esses professores falou-me de Banze?

Henrique: De princípio os professores eram mandados pelas missões, o caso concreto do prof. James Banze foi enviado para Ricatla pela Metodista Episcopal, hoje chama-se Metodista Unida. Após a formação a obrigação é voltar para a missão que tinha enviado para Ricatla. O prof. James Banze voltou para Tavane nessa altura chamava ali onde se chama Missão Americana hoje em dia ou Missão Nazarena era onde estava sediada a Missão Metodista no tempo do pastor Hackness é ele que supervisava de Chicuke até em Manjacaze. Os outros que eram enviados pelo presbiteriano regressavam para os seus lugares.

Irene: E no seu caso concreto, já me falou sobre a formação dos professores de ensino, onde é que estudou?

Henrique: Eu estudei já no período em que as escolas foram entregues aos padres ou aos missionários católicos; embora não fossemos católicos nós, mas nós obedecíamos o currículo que os missionários tinham. Eu concretamente comecei a frequentar aos 10 anos em 1943 nas primeiras classes chamavam Cartilha Maternal, a, e, i, o, u, aeiou, 43 então foi a interrupção porque há necessidade dos nossos pais para mandar enxotar os pássaros na machamba, esse período de Março até Junho tem que interromper as aulas, eu fui um desses, ia enxotar os pássaros na machamba do meu pai. É claro durante aquele período que a gente está na machamba os livros são esquecidos, muitas vezes perguntava “Oh Henrique em que classe está?” Dizíamos nós ‘Ah eu estou no “Oh Pedro”! ‘O quê’? Porquê? Por que nessa Cartilha Maternal havia uma lição em que perguntava “Ó Pedro!” ‘O quê’? “De que é este livro de capa verde”? Então era a única recordação que a gente podia fazer entender aos nossos colegas em que fase estou, isso podemos chamar é pré-primária atrasada. De 43, 44 volto a suspender as aulas para outra vez ir enxotar os pássaros. Então o ano letivo 44, 45 para 46 passei de classe, 2.<sup>a</sup> parte, é pré-primária atrasada, a partir dali comecei atinar com os estudos; ano letivo 46, 47 estou na 1.<sup>a</sup> classe, ano letivo 47, 48 o primeiro meu professor é o Jacinto Mário Beca, tinha esse prof. Jacinto Mário Beca foi um dos alunos do prof. James Banze, só que quando fez o curso não quis voltar para a missão, foi se entregar ao Estado começou a ensinar em Milange, mas quando as missões são entregues outra vez aos missionários ele volta, eu fui um dos alunos dele, ano letivo 47/48, então ano letivo 48/49 fui aluno do prof. James Banze 3.<sup>a</sup> classe rudimentar acabo o ensino para os indígenas ano letivo 49/50.

Irene: Em que escola?

Henrique: Escola Rudimentar de Machulane.

Irene: Qual distrito?

Henrique: Distrito de Gaza, distrito de Manjacaze, Machulane tenho a acrescentar que nessa altura nós para fazer exame tínhamos que requerer em Inhambane, porque o ensino para o indígena estava supervisionado, ou a Direção era um inspetor que vinha de Inhambane supervisionar todo o distrito de Gaza porque isto era uma colónia de Moçambique tinha quatro províncias: Colónia de Moçambique tinha 4 províncias: É distrito de Lourenço Marques, distrito de Gaza e Inhambane na escola submetia-se a Inhambane é lá onde eu tirei o meu primeiro diploma de ensino rudimentar.

Irene: Tirou o diploma em Inhambane, foi emitido em Inhambane?

Henrique: Foi emitido em Inhambane porque é lá onde era supervisionado o ensino rudimentar.

Irene: Mas o exame fazia-se onde?

Henrique: Fazia na Escola Coronel Galhardo era oficial.

Irene: E como é que eram os exames, qual o procedimento até chegar ao exame?

Henrique: No período quando aproxima os exames, o professor, neste caso o professor James ensina-nos como devemos fazer o requerimento para o inspetor em Inhambane, a gente fazia, submetíamos.

Irene: Individualmente?

Henrique: Individualmente, cada aluno, depois quando chegar ...

Irene: Desculpa, lembra-se mais ou menos, ou já não se lembra, o que é que dizia o requerimento?

Henrique: Não, não, mas a formalidade é normal de um requerimento não posso precisar as palavras em si próprio foi assim como eu estudei em Tavane.

Irene: Submetiam o requerimento em Inhambane e os exames quando chegava ...

Henrique: Eram feitos em Manjacaze na escola oficial.

Irene: E como é que iam, deslocavam-se?

Henrique: Deslocávamos sim a pé, de Machulane para Manjacaze são 25 km mais ou menos a gente ia antecipadamente antes do dia do exame, faltando um dia há um lugar onde íamos repousar pertencia a nossa congregação missionária protestante é ali onde nós repousávamos para o dia seguinte seguir aos exames.

Irene: E nos exames eram vocês só, ou ...

Henrique: Não, não em geral, nós os católicos e os alunos da própria escola da escola porque havia uma escola além daquela escola onde somos submetidos a exame, há uma escola católica ao lado, Maússe é protestante, nós de Machulane é protestante, e juntávamos ali.

Irene: Em classes diferentes, cada escola em sua classe?

Henrique: Não, não na mesma sala, só o exame era o mesmo.

Irene: E como é que era o exame, era supervisionado por quem?

Henrique: Por um professor branco, agora claro que os nossos professores não podiam entrar dentro da sala para não influenciar, neste caso concreto o meu prof. James Banze e mais outros tinham que estar fora só depois do exame é que podiam entrar falar com o professor o examinador.

Irene: Faziam o exame e depois as provas iam para Inhambane?

Henrique: Não, não eles corrigiam os, esperávamos, no mesmo dia corrigiam, no mesmo dia vai saber o exame.

Irene: Fixavam as pautas?

Henrique: Fixavam, fixavam.

Irene: E, portanto, esses exames eram exames de que ano, rudimentar?

Henrique: No meu caso é 3.<sup>a</sup> rudimentar, é o único exame que era feito oficialmente.

Irene: É 3.<sup>o</sup> rudimentar, 4.<sup>a</sup> classe não?

Henrique: Nós os indígenas não tínhamos direito ao ensino elementar ou 2.<sup>a</sup> grau, nem 3.<sup>a</sup> classe, nem 2.<sup>a</sup>, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>o</sup> grau que é a 4.<sup>a</sup> classe não tínhamos direito termina ali o ensino.

Irene: Terminava ali?

Henrique: Terminava ali.

Irene: E quem quisesse prosseguir?

Henrique: Quem quisesse prosseguir tinha que ir a, no meu caso concreto vim para Lourenço Marques.

Irene: Em que ano?

Henrique: Nos anos 51.

Irene: Com a 3.<sup>a</sup> rudimentar?

Henrique: Com 3.<sup>a</sup> rudimentar, comecei a frequentar 3.<sup>a</sup> elementar numa escola missionária Escola de S. Miguel do Bairro Indígena.

Irene: Católica?

Henrique: Católica, fiz em 1952 a 3.<sup>a</sup> classe elementar na Escola João Belo que hoje parece que é Filipe Samuel Magaia, 4.<sup>a</sup> classe fiz em 1953 na Escola Correia da Silva que é esta aqui, assim acabei o ensino primário, sob a jurisdição já dos católicos.

Irene: E até essa altura era indígena?

Henrique: Indígena, o ensino para o indígena acabou em 1956, voltou ao ensino anterior dos anos nos fins de 1930, 1930 e tal.

Irene: E depois, quer dizer em 1956, passou a haver que anos de escolaridade?

Henrique: A escolaridade continua sendo a 1.<sup>a</sup> classe até 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> classe?

Henrique: Sim.

Irene: O que ficou eliminado é o rudimentar?

Henrique: É o rudimentar porque era repetição da 3.<sup>a</sup> classe, mas para nós os indígenas é ali onde terminava. Queria acrescentar uma coisa, nós os indígenas tínhamos que começar a frequentar a escola com 11 anos enquanto o não-indígena, neste caso o europeu e o indiano é com 6 anos.

Irene: Começavam tarde.

Henrique: Nós por ser indígenas, qual é o objetivo concretamente, onde é que começa com 11 anos, tem este percurso de pré-primária atrasado, pré-primária quando chega aos 15 anos é a altura que deve começar a fazer o trabalho do colono e já está apto.

Irene: Ah o objetivo era preparar para trabalhar?

Henrique: Ya.

Irene: Estou a ver, então foi difícil!

Henrique: Era difícil, queria acrescentar outra coisa, havia rusga para apanhar eles chamavam mandriões aqueles que não frequentava escola, tinha um grupo de rapazes que andavam a apanhar as escolas, inclusive aqueles que estudam nas missões protestantes como o meu caso fui várias vezes preso, levado para uma escola católica porque diziam eles que a nossa escola ensina a Bíblia, o objetivo não é para ensinar a Bíblia, ensinar o catecismo e mais nada. Apesar de teres justificado, mas eras preso hoje para ir para a escola católica forçosamente, sabiam que nós éramos alunos da escola de James Banze, em Machulane, mas não queriam saber.

Irene: Quer dizer, chegou a suspender esses dias?

Henrique: Não sou preso hoje quando vou para Machulane e vou para a escola Católica, matriculado lá forçosamente, mas no dia seguinte eu continuo tanto que a segunda vez tive que levar nas rasuras porque já tinha sido matriculado.

Irene: Levou?

Henrique: Levei.

Irene: Quem é que deu?

Henrique: É o professor lá da escola católica.

Irene: Palmatória?

Henrique: Sim, porque eu era mandrião porque já tinha sido matriculado, porque é que não, não eu tenho, eu frequento a escola de Machulane, aquela escola vossa ensina a Bíblia não sei quê, havia matelões que nem frequentava a escola esses que faziam rusga, nem frequentava a escola, nem sabia ler e escrever.

Irene: Essa escola ficava perto de Machulane?

Henrique: Ficava perto, ficava perto Machulane é o chefe das terras de Tavane, é o régulo tanto que é lá onde estava essa escola.

Irene: Católica?

Henrique: Católica.

Irene: Hein, foram momentos difíceis!

Henrique: Dificílimo.

Irene: E os professores, o que é que achavam daquilo, não tinham problemas?

Henrique: Não, eles tinham uns acordozitos, um papel almaço em que eles diziam que este aluno pertence à escola de Machulane, nota minha senhora que nem todas as crianças o professor controla aqueles que só vai aprender 1, 2, 3, 4, o professor só começa a se perceber daqueles que já estão numas classes ligeiramente um pouco adiantado, é que dá um papelinho, aquela camada toda da criançada eu fui um grupo desses que não tinha um papel que justifica que eu era da escola de Machulane.

Irene: Agora, quanto ao sistema de ensino em si, a habilitação dos professores, porque, por aquilo que me disse ou por aquilo que entendi, houve aqueles professores que foram formados pela Missão Suíça e depois aqueles que foram formados pela Manhiça, e parece-me que o senhor foi aluno tanto de um professor formado pela Missão Suíça como de um professor formado pela Manhiça, achou alguma diferença na capacidade que eles tinham para ensinar?

Henrique: Eu não tinha capacidade de classificar os meus professores, primeiro a idade, quem me prepara quando estou na 2.<sup>a</sup> classe é o professor, estou na 2.<sup>a</sup> classe nota é o Jacinto Mário Beca, ele é que trilha o caminho, quando volto ao prof. James Banze vulgarmente conhecido por Xibissa, já tenho uma visão ligeiramente um pouco ampla não é, já estou na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, já é outra coisa, mas não tinha capacidade.

Irene: Bem, por acaso a minha pergunta não foi correta porque nessa idade as crianças não têm tal capacidade, mas fazendo agora uma retrospectiva, olhando para trás, comparando o que está vendo hoje, ou, aquilo que foi vendo ao longo dos tempos, acha que aquela preparação daqueles tempos, embora sejam tempos antiquados, foi boa?

Henrique: Para mim foi boa, como é que eu notei que foi boa? Quando saio de Machulane depois de ter feito 3.<sup>a</sup> rudimentar, chego à escola Católica de S. Miguel de Bairro Indígena, eu parecia um aluno brilhante porque não havia restrições o prof. dava tudo aquilo que estava programado até lembro uma coisa quando nós estudamos a História da III Dinastia em que Portugal caiu nas mãos dos espanhóis, a Irmã Superior disse não, não, não, isto não vai sair no exame. Aquilo era vergonha ao mesmo tempo para não saber que os portugueses alguma vez estiveram colonizados mas lá o prof. Mbanze mais outros não havia essa preocupação de não nos ensinar, nós parecíamos sabia mais do que mesmo a maneira de estudar tínhamos muita coisa que nós estudávamos, gramática, quase palavra por palavra do livro tínhamos que nós decifrar análise morfológica, análise sintática, e nós estávamos preparados, há uma diferença de dia para noite.

Irene: E esteve a dizer que depois, então, fez a sua 4.<sup>a</sup> classe ... bem, estou a ver que aqui é um consultório, o senhor é que é o responsável, agora importa dizer-me, então, como é que depois disso subiu os degraus, a partir daquele ensino lá dos 40 e tal?

Henrique: Nós, o meu irmão era, foi aluno de James Banze, o meu irmão mais velho, e ao mesmo tempo prof. auxiliar do James Banze. É esse que me encaminha, posso dizer que todos os meus irmãos,

Silvano Nuvunga que mais tarde é pastor da Igreja do Nazareno ali no Chissano e Av. Angola foram alunos do James Banze.

Irene: Quer dizer, o professor teve muitos alunos?

Henrique: Teve, teve muitos alunos, toda a área aquela de Machulane era ele o *manager*, então ele é que me encaminha; naquele tempo nós os indígenas só podíamos *ser professor ou enfermeiro*.

Irene: É isso que estabelecia o governo colonial?

Henrique: Sim, não havia outra opção. Ele então, o meu irmão é que encaminha-me para a enfermagem, Henrique, aliás nós os dois irmãos vocês vão para a enfermagem porque sempre havia contrato com alguém eu já falei com o senhor Mutheto, Mutheto é o nosso conterrâneo lá que era enfermeiro, e vocês vão entrar lá como enfermeiro.

Irene: Quem falou com ele?

Henrique: É o meu irmão fala com o Mutheto que é encarregado do internato dos rapazes na enfermagem.

Irene: Em Lourenço Marques?

Henrique: Em Lourenço Marques, no hospital Central. Vocês vão para lá, vão fazer o curso, mas este ano não há chamada oficial uma vez que os alunos que fizeram o curso em 1953, 1954, 1956 ainda não foram promovidos; promoção é nomeado, vocês vão ficar lá como alunos externos; e dito e feito eu fui lá, o meu azar é que quando eu chego as aulas abriam-se em Fevereiro neste caso no meu caso concreto em 1957 eu entro em Maio no dia 8 de Maio de 1957 já tinha iniciado as aulas fiquei todo o ano de 1957 como aluno ouvinte, assistindo as aulas mas não poder fazer exame, sou matriculado oficialmente em 1958, para acabar no dia 18 de Dezembro de 1959, ali já tinha a profissão e orientação.

Irene: Em 1959, em Lourenço Marques?

Henrique: Sim, dali fui, eu não demorei como esses alunos como Machele mais outros e Manave que demoraram porque não havia verba, mas há um pequeno pormenor que eu vou contar aqui para o caso da enfermagem para o indígena porque também a enfermagem era para os indígenas, no B.O. de 1956 não me recorde, é publicado em que o aluno da enfermagem passa a receber 1.800\$00 e 400\$00 para alimentação. Machel e Aurélio Manave quando viram aquele B.O. nós os indígenas com eles não tinham esse vencimento como aluno, foram procurar um advogado para poder reivindicar esse direito, é o Dr. Sobral Cabral para reivindicar esses vencimentos. O Diretor Provincial nessa altura disse senhor advogado vai descansar porque estes não são pagos pela verba do Estado são pagos pela verba que compra medicamentos; tanto que são pagos pela verba de compra de medicamentos tanto que quando a gente fala o enfermeiro estamos a referir um branco não aos indígenas esses não estão contemplados pelo Estado estão incluídos como se tivéssemos comprado medicamentos, vai descansado é o episódio que se dá com Samora Machel e Aurélio Manave, era líder é claro que tinham os seus colegas contribuía cada um 30\$00 para poder arranjar esse advogado na área de enfermagem.

Irene: Portanto não chegou a receber esses 1.800\$00?

Henrique: Não, não.

Irene: E trabalhava, fazia o serviço?

Henrique: Trabalhava todo o tipo de serviço do Estado eles recebiam 202\$50 todo o dinheiro era 540\$ descontava-se alojamento e estadia dentro da camarata, chamava camarata, então dava no fim depois do desconto da alimentação e alojamento dava 202\$50.

Irene: É o que recebia?

Henrique: É o que recebia.

Irene: Ficava na Camarata?

Henrique: Ficava na Camarata.

Irene: E por quanto tempo é que ficou lá?

Henrique: Eu fiquei, com esse incidente que eu entro quando já fora da matrícula fiquei três anos.

Irene: É durante a preparação?

Henrique: Ya, é durante a preparação.

Irene: E depois do curso, então?

Henrique: Eu não demorei tanto, fui nomeado e colocado em Manica e Sofala, concretamente em Machaze onde eu chego no dia 23 de agosto de 1960.

Irene: Em Machaze?

Henrique: Em Machaze.

Irene: E trabalhou lá quanto tempo, até quando?

Henrique: Quatro anos; sai no dia 7 de abril de 1964.

Irene: Quando, 64?

Henrique: 1964, tinha chegado no dia 23 de agosto de 1960, saio no dia 7 de abril de 1964, fui colocado no Hospital D. Amélia.

Irene: Onde?

Henrique: É o hospital central da Beira.

Irene: Mas isso era promoção?

Henrique: Não, não tinha nada a ver com a promoção, é transferência dos funcionários já está aqui muito tempo sai o meu caso foi mais político porque aqui havia sido publicado aí num ofício qualquer que eu vigiasse todos os enfermeiros porque uma vez que muitos desertaram para a luta de libertação havia necessidade de nós sermos controlados, eu era um desses. Fui tirado para o Hospital D. Amélia, o hospital central da Beira, 1964 até 1967; é claro que há muitas coisas que talvez não havia assim muita necessidade quando foge um colega meu.

Irene: Em que ano?

Henrique: Em 67 que trabalhava na companhia de Moçambique Industrial, é fábrica de sabonete, sabão e mais o óleo, Moçambique Industrial.

Irene: Onde?

Henrique: Na Beira e o outro Afonso Dhlakama, o tio deste estava na câmara, era pretexto de ir visitar os filhos na Rodésia, os gajos tinham um sistema de fazer uma isca para todos os enfermeiros quando me transferem para Vila Fonté é ali onde construíram a ponte era uma forma de me vigiar e saber se eu pertencia a esse grupo dos fugitivos, Afonso Dhlakama e Vicente, Vicente é outro enfermeiro de Moçambique Industrial mas como eu estava já prevenido não ousei atentar fugir apesar de estar na fronteira com Malaui, mantive-me quieto porque sabia que era uma isca sou tirado de Mossurize para Beira, Beira sou lançado para uma fronteira é uma forma de querer me prender então.

Irene: Foi tirado de onde Mossurize?

Henrique: Mossurize é Machaze.

Irene: É onde estava?

Henrique: Fronteira com a Rodésia, sou colocado no hospital Rainha D. Amélia, depois de algum tempo sou colocado na fronteira porque de Vila Fonté para Mutarara que faz fronteira com Malawi é perto, era uma forma de me querer encurralar mas eu já sabia isso, escapei, porque eu lia muito uma das leituras eu lia FBI é uma revista americana que me dava lucidez como a polícia age.

Irene: Lia em Português.

Henrique: Em Português, e assim escapei e mesmo assim continuaram a vigiar-me, mas cá em Maputo já não havia assim tanto trabalho como no Norte.

Irene: E agora pode-me dizer, esse estatuto de indígena, portanto, viveu essa fase como indígena até quando, quando é que se libertou, ficou libertado?

Henrique: Até 1962.

Irene: E como é que foi essa libertação?

Henrique: Deixou de existir o indigenato em 1962 eu já estava em Espungaberra, em Machaze e acabou o estatuto do indigenato em 62.

Irene: E como é que foi, foi anunciado?

Henrique: Foi anunciado publicado no Oficial que já não havia indígena.

Irene: Até essa altura era indígena?

Henrique: Era indígena.

Irene: E que documentação tinha como indígena?

Henrique: Há uma caderneta, caderneta tipo não tem especialidade, é um livrinho pequeno onde tinha o nome, idade, data de nascimento, todos, se a pessoa fosse casado vinha casado, com quantas mulheres, assim, assim.

Irene: Dizia também quantas mulheres nesse documento?

Henrique: Sim, nesse documento. Agora o processo de assimilação tinha que requerer ao administrador ali onde está a Comissão Nacional das Eleições, mas uma das exigências primeiro auferir o vencimento equivalente a 1.000\$00.

Irene: E no seu caso não tinha esse vencimento?

Henrique: Não o meu caso não tinha. O outro, a outra exigência a pessoa que tivesse o 1.º ciclo automaticamente era expedido o estatuto de assimilação. O meu irmão, esse mais velho trabalha na



Minerva Central com o Salema Carvalho como servente a ganhar 600\$00 mas ao mesmo tempo a frequentar um colégio Pedro Nunes aqui onde faz 1.º ciclo em 1944, automaticamente esse indivíduo é assimilado, o administrador vinha recolher os nomes de todos aqueles indígenas que fizeram o 1.º ciclo, tinha que saber onde é que trabalham, automaticamente eram assimilados, como o meu irmão estivesse a trabalhar na Minerva Central no Salema Carvalho, vinha lá um documento que diz que Caifas Muzima a partir de agora passa a empresa pagar 1.000\$00 e o Salema Carvalho que era o dono nessa altura chama o meu irmão no escritório, “Ó Caifas!” ‘Sr. Salema’, “Anda cá!” a pergunta é “com quem então o Sr. Caifas resolveu ser assimilado!” ‘Não, Sr. Salema, eu não quis ser assimilado é que estou a estudar à noite o administrador veio tirar, pedir os nossos nomes. “Então a partir de agora vocês não têm emprego aqui”. ‘Sr. Salema, eu não me importo continuar a auferir o vencimento de 600\$00’. “Não Caifas, eu não posso aceitar isso porque o sindicato quando vierem para cá vão-me aplicar a multa alias”, mas falou aquela forma de português, “eu prefiro mandar vir um branco de Lisboa para pagar esses 1.000\$ do que pagar a você” o meu irmão perdeu o emprego por ter sido considerado assimilado e ele apesar de pedir ao patrão que era o Salema Carvalho não aceitou, saiu foi para as Obras Públicas onde passou a receber 400\$00 é quando volta para Tavane em 1946 ensinar porque não havia possibilidade de trabalhar. O assimilado não tinha acesso ao emprego.

Irene: Não tinha acesso ao emprego?

Henrique: Não tinha acesso, a não ser que fosse filho de alguém, mas não era fácil a colocação; ao Estado só a formação.

Irene: Então neste caso estou admirada, como enfermeiro não tinha direito, ou não era assimilado?

Henrique: Não eu não era assimilado.

Irene: E os professores? Estou a pensar nesses professores que foram formados como o James Banze, o Beca.

Henrique: Eles assimilavam, eram assimilados.

Irene: Automaticamente ou não?

Henrique: O processo deles não sei mas só sei que todos eram assimilados, embora não ganhassem 1.000\$00 porque recordo-me os meus professores na altura nos anos 50, o meu irmão quando volta depois de ter feito o 1.º ciclo e apresenta essa formação aos missionários, “Ó Caifas, nós não podemos pagar mais do que os seus professores James Banze, Jacinto Mário Beca, e por isso não há exceção para ti porque isso iria criar outro conflito, nós vamos dar X escudos, e isso foi nos anos 46, 47” mas eram permitidos que fossem assimilados.

Irene: E agora, sabe-me dizer desses, falou-me do prof. Beca que tinha sido professor em Milange, e o prof. James Banze, sabe de outros sítios onde ele terá sido professor?

Henrique: Esteve em Xai-Xai.

Irene: Ah sim, como professor também?

Henrique: Como prof. saiu de Xai-Xai para Moamba, Escola oficial de Moamba, Moamba para Ressano Garcia, quando volta no ano letivo 1944-1946 sai de Moamba para voltar à Missão Americana de Machulane.

Irene: Então diga-me, neste caso esteve-me a dizer que primeiro esteve...

Henrique: Em Machulane.

Irene: Até mais ou menos em que ano?

Henrique: Até quando, não sei em que ano o professor Machava foi formado na Escola de Habilitação para os Professores Indígenas. Aqui há um pequeno incidente. Uma vez que tinha que ser diretor o Simão Machava em vez de James Banze que tinha sido o formador de todo esse elenco que foram formados em Alvor.

Irene: Desculpa lá, quer dizer, houve um elenco, essa parte é que gostaria de saber, portanto esse James Banze formou um elenco de professores?

Henrique: Formou o Machava, prof. Beca e prof. Vasco Mondlane, foram enviados para formação de professor por James Banze.

Irene: Tinham sido alunos deles?

Henrique: Tinham sido alunos dele. A missão envia para Alvor para formação dos professores só que esses professores depois da formação a lei diz que quem pode ser diretor ou subdiretor de uma escola oficial tem que ser um indivíduo com diploma oficial, neste caso o prof. James Banze tinha diploma dos presbiterianos não diploma oficial do Alvor porque nessa altura em que James Banze é

formado ainda não existia o Alvor e o prof. James Banze não aceitou que ele se submetesse, o aluno dele, o ex-aluno dele voltasse a ser diretor dele, é quando ele abandona vai para Xai-Xai.

Irene: Para outra escola.

Henrique: Para outra escola.

Irene: Não sabe que escola?

Henrique: Escola oficial de Xai-Xai, porque até ali não há indigenato, nota. De Xai-Xai é transferido para Moamba, escola oficial, da Escola Oficial é transferido para Ressano Garcia. Quando as missões são entregues às escolas oficiais, porque aquela Concordata que eu falei do Católico e o Salazar para evangelização dos indígenas eles obrigam esses professores todos que não são católicos para serem batizados, eles não aceitaram um deles é o prof James Banze, não quis ser batizado é o prof. Jacinto Mário Beca é o Macome e mais outros. Então regressa às antigas funções dele, aquele prof. Machava foi tirado para Suazilândia fazer o curso de evangelização para poder voltar o James Banze.

Irene: Porque senão não voltava.

Henrique: Não iria aceitar. Os missionários também viram não há hipótese, então só levando este para a área de evangelização.

Irene: Tinham sido alunos deles, o Beca, ele é que os enviou para Alvor?

Henrique: Ele é que os enviou para Alvor Simão Machava, Vasco Mondlane e Jacinto Mário Beca e mais alguns que não voltaram foram para a enfermagem, esses Langa, há muito gente que foi do Jamisse Banze, esse Langa, Afonso Nhavoto.

Irene: Afonso Nhavoto também foi aluno dele?

Henrique: Foi aluno dele.

Irene: Teve muitos alunos?

Henrique: Neste mundo o Jamisse Banze deixou semente, deixou.

Irene: Olha, e pronto, chegou a independência, então no seu caso continuou.

Henrique: Continuei, há uma coisa que eu devo pedir também a senhora para contactar com o nome me fugiu, foi uma das professoras que ainda vive, Elisa Mabunda. Ela poderá alimar as arestas sobre a informação, a mãe da Zita Nomboro.

Irene: A filha dela está lá em Portugal.

Henrique: A Aurora, Aurora casada com um s. tomense, a mãe dela foi uma das professoras auxiliares, portanto ela sendo mais velha está em condições de...

Irene: Olha, só quero agradecer. Mais uma vez muito obrigada, acho que a informação que me deu é muito útil para este meu estudo e realmente já tenho uma visão mais abrangente do que eu tinha. Desculpa lá, já agora, a sua idade?

Henrique: Eu nasci em 1933, tenho uma coisa muito engraçada o meu irmão materno que estava em Chicuke a estudar, “a sua tia tem um filho do sexo masculino” e ele estava a estudar a História de Portugal, D. Afonso Henrique, D. Afonso Henrique, e ele deu-me o nome D. Henrique Muzima.

Irene: Oh que engraçado!

Henrique: Mas no registo já não me puseram D. Henrique, só puseram Henrique, estava em Chicuke a estudar.

Irene: Muito obrigada, a entrevista está terminada.

## **Informante nº 10 – Hilda Palé (IHP-71)**

Data da Entrevista: 19/07/13

Duração da entrevista: 12 minutos

### **Caracterização da entrevista**

A entrevista foi marcada após conhecimento de que o pai da informante foi um enfermeiro indígena, cuja função, que exerceu no seio dos macondes, lhe permitiu ter um contacto alargado com a população local e branca. Entrevista com a duração de apenas doze minutos, o que se justifica pelo ambiente sonoro com avisos constantes de chegada e partida de comboios, fatores que obrigaram a interrupções no decurso da entrevista. Refira-se que Hilda, de 71 anos, filha de assimilado, nunca frequentou o ensino rudimentar, como tal, a informação que possui, parte da observação do meio em que viveu, junto do pai que era enfermeiro. Entrevista dada no Caís do Sodré.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde.

Hilda: Boa tarde.

Irene: Agradeço a oportunidade que a senhora me concedeu de vir entrevistá-la. Esta entrevista está no âmbito de um estudo que estou fazendo, uma pesquisa sobre o ensino colonial aos indígenas, em Moçambique, e tendo conhecimento que a senhora é uma africana e que, por aquilo que entendi, o seu pai passou por esse processo, foi indígena, eu gostaria de colocar-lhe umas questões. E a primeira questão é a seguinte: o ensino colonial em Moçambique durante o Estado Novo assentou em duas políticas distintas: A assimilação e o indigenato; e daquilo que a senhora sabe, qual é a diferença entre estas duas políticas. O que era a assimilação e o que era o indigenato?

Hilda: Bem o indigenato eram pessoas nativas e que o colono entendeu que devia ser assimilado e a assimilação o que eu entendi que eles pensavam era as pessoas que tendo a sua personalidade, a sua cultura e integrassem a cultura dos portugueses, do europeu.

Irene: E socialmente era possível identificar que este é assimilado, este é o indígena?

Hilda: Sim.

Irene: Como, que aspetos distintivos se podiam notar?

Hilda: Primeiro, a profissão, a maior parte dos assimilados eram enfermeiros, e depois tinham outra maneira de estar e de ser em relação ao indígena.

Irene: Que maneira de ser e de estar, alguns aspetos?

Hilda: Olha quando foi o processo do meu pai tenho uma vaga ideia lá no Norte havia mais racismo que no sul, os administradores entendiam que eram os donos e senhores daquilo, administradores e secretários, etc. e então tenho uma vaga ideia de irem lá à minha casa um da fiscalização para ver se de facto podia ser assimilado e o assimilado não podia eu assistia as outras pessoas que não podiam ter trancinhas para ir para a escola era proibido; não podiam comer comida nativa, tinha que ser comida à moda portuguesa, tinham que se vestir sei lá como os portugueses e se por qualquer motivo alguém estivesse no processo de assimilação e não cumprisse as regras, era logo vedado a assimilação, e de vez em quando surgiam a pessoa estava a almoçar, surgiam iam lá ver se de facto a pessoa o que é que estava a comer. Iam lá viam se as crianças estavam a brincar descalços também era suficiente para não assimilar, iam para a escola, na escola também havia lá racismo não é depois quando começaram a guerra a coisa foi melhorando.

Irene: E no seu caso, a senhora nasceu assimilada, nasceu indígena?

Hilda: Nasci assimilada, mas assisti casos de pessoas que não passaram pelo processo de assimilação.

Irene: Nasceu assimilada, os seus pais passaram...

Hilda: Com certeza passaram pelo processo de assimilação.

Irene: Foram indígenas então?

Hilda: Foram indígenas, sim senhora.

Irene: O que é que seus pais lhe contavam, não sei se se lembra, já foi há muito tempo.

Hilda: Revolta claro, o meu pai era revoltado. Estava no extremo norte de Moçambique, em Mocimboa da Praia em que estava muito quente a guerra dos Macondes era ali próximo então a PIDE estava muito, muito perto das pessoas e vi muitos, muitos indígenas naquelas plantações de algodão ou

o quê com correntes amarrados uns aos outros a trabalharem no duro, de sol a sol, dias e dias e só o que recebiam!

Irene: E em que anos, década?

Hilda: Eu isso lembro-me dos anos 50, lembro-me perfeitamente daqueles que o meu pai me disse estás a ver que escravatura!

Irene: Seu pai a dizer isso?

Hilda: Sim.

Irene: O que é que seu pai fazia de trabalho?

Hilda: Enfermeiro.

Irene: Era enfermeiro?

Hilda: Era. Eu assisti aquelas coisas todas. Os Macondes quando eles faltavam ao trabalho, o patrão mandava à administração levar reguadas, reguadas porque faltou, estou doente, faltou pronto e ultimamente quando eles faltavam eram substituídos para trabalhar.

Irene: E os que faltavam ao trabalho recebiam alguma coisa?

Hilda: Não, nem pensar. Se faltasse era logo descontado o vencimento.

Irene: E quando não faltasse, o que é que recebia?

Hilda: Uma miséria, uma miséria. Via as mulheres com castanha de caju para irem trocar havia permuta não é troca por troca aquilo era uma exploração via-se que aquilo davam ali uma latinha de sal e pronto. E os macondes esses com a guerra os generais ou lá o quê essa gente toda graduada iam para lá exigiam que os macondes estivessem a trabalhar de sol a sol todo o dia ali a fazerem esculturas iam malas e malas para Portugal como estávamos na guerra mandavam os pequeninos para a guerra e eles era explorar no máximo iam malas, malas e malas de marfim de artesanato sem fim.

Irene: Mas isso quando?

Hilda: Depois da guerra ter arrebitado, mesmo antes já faziam isso. O médico entregava aquilo nas mãos do meu pai, ele ia para a caça, ele sabia que o meu pai era enfermeiro era quase médico até operações fazia, portanto, o serviço era entregue a ele.

Irene: Portanto a sua terra natal ou dos seus pais onde é que é?

Hilda: O meu pai é natural de Maxixe a minha mãe é natural de Maputo, mas ele cresceu em Maputo desde que ficou órfão.

Irene: E onde é que tirou o curso de enfermagem? Foi lá em Maputo?

Hilda: Ah, isso não lhe sei dizer.

Irene: E era enfermeiro ou auxiliar de enfermagem?

Hilda: É isso que a minha amiga disse ele era auxiliar, tirou com o chamado enfermeiro europeu tiraram o curso juntos com o enfermeiro europeu, mas quando exerciam funções eram auxiliares de enfermeiro e os outros eram enfermeiros.

Irene: Mesmo sendo assimilados?

Hilda: Sim.

Irene: Portanto tirou o curso e logo foi para o norte.

Hilda: Foi transferido para o norte.

Irene: Não sabe em que ano?

Hilda: Foi pouco depois de eu ter nascido 42, nasci em 42 ele foi para lá em 1943 eu fui para lá com 1 ano.

Irene: Ele esteve lá até quando?

Hilda: Meu pai esteve lá sempre eu vim quando fiz a primária porque lá não havia secundária.

Irene: Ah, quando fez a primária depois veio.

Hilda: Vim para o sul.

Irene: Com os seus pais?

Hilda: Não, sozinha, vim para um colégio.

Irene: Portanto essa experiência de indígena, viveu essa experiência olhando para o modo de vida dos macondes lá?

Hilda: Vi, vi o modo de vida dos macondes, mais ou menos não é, é um povo trabalhador, mas também muito guerreiro não é, não admitia abusos, tinha uma personalidade muito vincada os macondes.

Irene: Mas mesmo assim estavam sujeitos?

Hilda: Eles não podiam fazer as (...) que era a cultura do povo estou a dizer que os macondes tinham a cultura deles e quando era a altura de iniciação iam fazer o rito de iniciação para o mato e faziam as tatuagens afiavam os dentes faziam tatuagens no corpo deles era o cultura do povo e depois vinha o administrador, de vez em quando chegava lá quando apanhava-os dava-lhes tanta tarefa! Iam para lá para depois levar tanta tarefa do cipaio, era o cipaio que dava, por terem feito aquele coiso, eram selvagens, um povo selvagem, por terem feito aquele, e era proibido.

Irene: Quanto à mudança da política, quando é que as coisas começaram a mudar, a guerra, a senhora já estava no Sul?

Hilda: Ya.

Irene: Disse-me que estudou, tirou curso universitário?

Hilda: Não, curso médio.

Irene: E quando é que veio para Portugal?

Hilda: Vim em 1979.

Irene: Veio como quê, trabalhar?

Hilda: Vim para trabalhar.

Irene: Como quê?

Hilda: Como analista do coiso, do Ministério da Economia.

Irene: Ministério da Economia? É o curso que tinha tirado lá, curso de Economia?

Hilda: Não, eu lá trabalhava em Geologia na (...).

Irene: Curso médio, então fez o 5.º ano?

Hilda: Não, fiz o 9.º ano depois fiz um curso de laboratório.

Irene: Mas era 5.º ano?

Hilda: Era nono e depois fazia curso de laboratório 3 anos, já era o curso médio.

Irene: Muito obrigada, agradeço imenso esta informação, é pouca, mas é relevante, por saber sobre os macondes, não tenho nenhuma informação sobre os macondes, portanto é relevante. Muito obrigada, a entrevista está terminada.

## **Informante nº 11 – Ana Maria (IAM-72)**

Data da Entrevista: 19/07/13

Duração da entrevista: 17 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Com 72 anos de idade, Ana Maria é filha de pai mestiço e mãe africana, daí conhecer a política do indigenato por observação, uma vez que seu pai não estava abrangido pelo estatuto de indígena. Embora nesta entrevista não tenhamos abordado a questão das qualificações, é do meu conhecimento que a senhora frequentou em Moçambique o curso de Direito e quando veio para Portugal foi admitida no Estado onde trabalhou até se reformar. Considero a entrevista essencial pelo tema da enfermagem que, à luz da informação dada por outros entrevistados, leva a concluir que, relativamente aos indígenas, as qualificações de auxiliar de enfermeiro e professor rudimentar eram equiparáveis a cursos de formação superior. Por conseguinte, é da opinião da bolsista que, no âmbito da temática, o ensino de enfermagem deve ser incluído. Entrevista realizada no Cais do Sodré.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde.

Ana: Boa tarde.

Irene: Minha senhora, agradeço a oportunidade que me concedeu de poder entrevistá-la. Esta entrevista está no âmbito de uma pesquisa que estou fazendo sobre o ensino colonial aos indígenas em Moçambique e tendo em conta que o ensino colonial, aliás, a política colonial em Moçambique assentou em dois pilares que são o indigenato e a assimilação, gostaria que a senhora me informasse da sua experiência, quer vivida, ou observada, o que é que a senhora entende.

Ana: Sim eu portanto quanto à minha experiência não é eu observava que as pessoas que não eram assimiladas, os tais ditos indígenas não podiam frequentar a escola pública, o ensino público iam para a escola rudimentar, era considerado o ensino rudimentar que era praticamente, eram praticamente nas missões em que os padres dirigiam e tinham professores negros, não é, era isso que eu sabia que portanto tinham um ensino rudimentar, não iam para o ensino elementar como do resto das pessoas. Havia essa diferença e parece-me que o ensino rudimentar ainda era muito mais tempo para fazerem, concluírem a 4.<sup>a</sup> classe do que o ensino elementar, e, portanto, nem todos os africanos, os negros tinham acesso ao ensino elementar, tinham que ser assimilados, mestiços, indianos para poderem frequentar a escola elementar porque ao resto do pessoal era vedado o ensino elementar.

Irene: Portanto sabe-me dizer, neste caso, quais eram os requisitos para a pessoa poder frequentar a escola elementar.

Ana: Os requisitos é isso não é, tinham que ser filhos de brancos, mestiços, negros ou então tinham que ser assimilados, os pais tinham que ser assimilados que até contavam-se com os dedos.

Irene: Ser assimilado, pode-me dizer o que é que significa?

Ana: Eu não sei como é que hei de dizer, Na altura quase que não me percebia muito bem o quê dessa expressão de assimilado de indígena mas depois claro com a idade, com o tempo, então vim a saber até porque investigava, estudava, que o assimilado tinha que ser uma pessoa que tinha deixado praticamente a cultura, a sua cultura de origem não é para ter a cultura portuguesa não é, a cultura colonial e tinha que saber falar bem português, para poder ser assimilado, tinha que saber sentar a mesa, tinha que saber comer com faca e garfo isso tudo esse era já considerado portanto assimilado, mas mesmo assim para chegar a esse estatuto de assimilado era uma coisa muito restrita, muito restrita, muito restrita!

Irene: Ah sim, e qual era o processo, quais os trâmites?

Ana: Os trâmites eu também não lhe sei dizer, não sei dizer mas sei que havia portanto essas normas todas, tinham que se comportar como coiso e não sei quê deviam saber um requerimento dizer que prescindiam os seus hábitos, a sua cultura e tudo e passavam a ter a ter a cultura e hábitos do...

Irene: Se calhar, tinham que prescindir do meio em que viviam.

Ana: O meio talvez não, mas comportar-se já de outra maneira.

Irene: Agora, daquilo que pensa, da sua perspectiva, vamos supor que eu fiz esse requerimento e foi aprovado, portanto eu tinha direito a tudo o que o branco tinha direito, não é?

Ana: Na prática deveria ser, uma coisa é na prática não, deveria ser mas só na prática não era assim, sabe que o racismo existiu, sempre existiu e vai continuar a existir, havia sempre certas diferenças

não é, até havia problemas, por exemplo havia um cinema que era Manuel Rodrigues, Manuel Rodrigues uma pessoa que fosse, era só para brancos e mistos muito claros tinham que mostrar ali se tinham cabelo não sei com pele e tudo, até houve um problema no meu tempo com estes nossos governantes, Chissano e o Pascoal Mocumbi já estavam, já tinham feito o liceu e foram estudar, estavam a estudar cá em Portugal e então foram de férias a Lourenço Marques, na altura era Lourenço Marques para ver um filme se não estou em erro era o Covados, o filme, ih foram barrados, houve lá uma polémica muito grande porque é que tinham sido barrados se eram estudantes universitários aqui em Portugal aqui na metrópole frequentavam todos os cinemas sem restrições e porque é que em Moçambique não é, no seu próprio país não era permitido entrar cinemas sem ser branco houve essa polémica, eu lembro-me perfeitamente, uma coisa que foi muito falada na altura.

Irene: Portanto a senhora é dos tempos dos Chissanos?

Ana: Sim fui colega.

Irene: Ah sim, foi colega do Chissano?

Ana: Fomos Colegas e amigos vivíamos ali perto, Chissano, Pascoal Mocumbi não sei quantos.

Irene: Mas a senhora não foi indígena.

Ana: Não fui.

Irene: E a nível profissional, portanto, esses indígenas havia diferença?

Ana: Sei que a nível profissional como eu estava a dizer, o meu pai, o pai da Hilda e mais muitos enfermeiros mesmo o pai do Guebuza, o senhor Guebuza, o senhor, o pai do Eneas, o Machungo, o pai de Eneas Comiche também até o Comihe tiraram todos o curso mais ou menos na mesma altura e nas aulas eram incluídos os alunos brancos e eles.

Irene: Curso de quê?

Ana: De enfermagem. Só que quando terminaram o curso fizeram o mesmo tempo de ensino depois de terminarem os brancos saíram como enfermeiros e os não brancos como auxiliares de enfermagem e a coisa durou durante muito tempo mas depois quando começou a luta armada em Angola, e depois em Moçambique eles então começaram a se mexer eu via que faziam requerimentos por aqui por acolá e nos requerimentos eles alegavam então porque é que nós com o mesmo tempo, com o mesmo curso, ministrado pelos mesmos professores saímos como auxiliares e outros como enfermeiros e houve depois mais tarde retificaram isso mas mais tarde, a luta já estava acesa já.

Irene: Então, quer dizer já foi nos anos 70?

Ana: Quase nos anos 70, 67, 68 que eles fizeram a retificação.

Irene: Portanto antes disso, mesmo os assimilados para o curso de enfermagem, eram auxiliares.

Ana: É, é era isso.

Irene: Eu, por exemplo, o meu pai foi professor, professor do ensino rudimentar, portanto já contactei quando fui a Moçambique, agora fiz entrevistas com algumas pessoas que os pais foram professores, mas também tive a percepção de que, na altura, os cursos para os indígenas ou era o de professor ou era o de auxiliar, mas pensei que talvez o auxiliar fosse para os indígenas, afinal não, era para o africano.

Ana: Para o africano pois.

Irene: Portanto eram essas duas profissões, praticamente, as mais concorridas ou as mais acessíveis.

Ana: Sim, sim, porque por exemplo, o pai do Joaquim Chissano era intérprete, o pai do Luís Bernardo também trabalhava na administração ali também era uma espécie de intérprete, o pai do Cristóvão Salomão Também estavam ali como trabalhavam eram praticamente esses é que sabiam a língua praticamente tornavam-se como o braço direito do administrador, o administrador não percebia nem nada claro esses tiveram o privilégio de serem assimilados e de assimilarem os filhos também.

Irene: Mas então esses enfermeiros assimilados nos hospitais também tinham acesso? Trabalhavam junto dos brancos também, doentes brancos?

Ana: Tinham eu creio que sim todos eles trabalhavam mas há muitos deles também que foram transferidos também para o norte não sei quê praticamente eram eles quem garantiam a saúde nos postos administrativos, eram os enfermeiros quem faziam que garantiam a saúde o médico às vezes ia uma vez por mês outro noutros sítios uma vez de 15 em 15 dias outras vezes uns uma vez por semana, mas os enfermeiros é que faziam tudo.

Irene: É por que o que oioço dizer que naquela altura havia muita gente que era presa, será que os enfermeiros, a situação deles, estavam mais ou menos protegidos?

Ana: Não eles também estavam expostos até como qualquer pessoa que fosse que atentasse não é contra o regime e tudo e os enfermeiros e então eram uma classe que eles tinham sempre o olho em cima porque tinham receio lembro-me do senhor Baltazar que já morreu, o pai desses Baltazar foi um dos que porque também estava no norte próximo das zonas de guerra e não sei quê e ele era uma pessoa hiperativa sofreu também com isso. Os enfermeiros foram praticamente a classe que eles já não admitiam um certo número de coisas e eles também começaram já a bater o pé daí que os filhos dos enfermeiros muitos foram para o governo, por exemplo esse primeiro presidente o Machel ele tinha por exemplo muita consideração com o meu pai porque o meu pai praticamente foi professor dele ali na enfermagem ele como praticante e meu pai é enfermeiro antigo.

Irene: O seu pai foi enfermeiro?

Ana: Sim o meu pai foi enfermeiro.

Irene: Em que ano, 40?

Ana: Sei lá, trinta e tais.

Irene: Ah sim, onde?

Ana: Estiveram em Lourenço Marques na altura era Lourenço Marques.

Irene: Como se chamava seu pai?

Ana: Abílio Gonçalves Montanha.

Irene: Trabalhou onde?

Ana: Ele pronto estive no Norte e depois quando nós começamos a crescer para estudar o ensino secundário na altura não havia lá voltou para Lourenço Marques estive no Hospital Central trabalhou muito tempo na esterilização.

Irene: Portanto, a senhora cresceu em Lourenço Marques?

Ana: Sim cresci, a partir dos meus 13/14 anos.

Irene: Portanto, desculpa lá, a senhora já tem 70 anos?

Ana: Já, 72 anos.

Irene: É uma idade madura.

Ana: Ah é pois,

Irene: Muito obrigada, gostei muito de ouvir essa parte dos enfermeiros, a parte que a senhora me contou. Eu como disse, quando fui a Moçambique foi mais para contactar os professores, dado que o meu pai foi professor, mas agora é bom saber de que afinal as profissões mais acessíveis, acessíveis sim, mais visíveis, eram enfermagem e professorado, mas que, entretanto, é a primeira vez que estou a ouvir porque eu pensava que auxiliares, porque a minha tia a irmã da minha mãe era enfermeira também, mas eu pensava que auxiliares eram aqueles que eram indígenas, afinal de contas, não.

Ana: Não pois porque na altura que eles começaram a fazer requerimentos até se reuniam muitas vezes em minha casa eu via o falecido Teófilo, o senhor Suzerano, era o meu pai, meu pai estava no norte na altura, era o senhor Benfica, era este o senhor Guebuza, senhor Jaime Comiche, que é o pai do Comiche a fazerem um abaixo-assinado eu gostaria de saber onde é que está o requerimento, deve haver lá, eles devem ter no arquivo.

Irene: Não destruíram?

Ana: Não sei.

Irene: Mas neste caso parece que em Angola não era assim, não sei, já ouvi qualquer coisa, parece que em Angola havia o curso geral de enfermagem.

Ana: A guerra era muito intensa, nós aqui era a influência da África do Sul, éramos influenciados pela África do Sul.

Irene: Olha, muito obrigada. Agradeço muito a informação útil, mesmo a sua (a de Hilda) foi muito boa, sobretudo a parte dos Macondes.



## Informante nº 12 – Marcos Nhantumbo (IMN-92)

Data da entrevista: 9/01/1914

Duração: 1h 02 minutos

### Caracterização da entrevista

Um indivíduo referenciado, *in loco*, pela secretária da Missão Metodista de Chicuke e por famílias locais, como tendo sempre estado ao serviço da Igreja Metodista na qual exerceu funções como professor do ensino rudimentar, pastor. Referiu que a sua idade real, 92 anos, não corresponde à de 79 anos atribuída na identificação portuguesa, *Pública Forma*, que lhe garantiu o acesso ao ensino primário rudimentar em idade escolar. A idade que alega parece credível se tivermos em conta que no ano de 1930 foi aluno da E.H.P.I. José Cabral, em Alvor. O conteúdo da entrevista demonstra que o entrevistado acompanhou no tempo colonial a evolução das atividades das igrejas da Missão Suíça, Nazarena e Metodista e que concernem o presente projeto. Destaca a sua iniciativa com outros jovens na *Chama da Unidade* e a liderança de André-Clerc, da Missão Suíça. No âmbito do ensino rudimentar, salienta as estratégias das missões protestantes na luta contra o sistema de ensino rudimentar. Demonstra ter sido um homem atento à história colonial, a qual descreve analiticamente.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito boa tarde!

Nhantumbo: Boa tarde obrigado.

Irene: Agradeço muito o privilégio que me concedeu de vir aqui à sua casa, que fica junto ao mar, à praia, fresquinho, que diferença me faz! Conforme estive a dizer, eu vim aqui com o objetivo de realizar uma pesquisa e, para tal, contactar pessoas ligadas ao ensino colonial, especificamente o ensino primário rudimentar, para que me relatem a sua experiência, vivida ou observada, o que sabem sobre o ensino primário rudimentar, e deram-me o seu nome como referência. É nesse sentido que gostaria que o senhor me dissesse tudo o que sabe sobre o ensino primário rudimentar; que tipo de ensino era, porque chamavam rudimentar, pronto, onde é que se ensinava, e qualquer outra informação. Se for necessário, irei colocando algumas perguntas.

Nhantumbo: Bem aqui fala o Marcos Tai Nhantumbo nasci em Madendere, Chidenguele, Gaza. Eu vivi ou nasci no tempo colonial onde o ensino era dividido em especial por parte rudimentar e parte elementar porque as pequenas diferenças que são muitas baseavam no que nós chamamos bases políticas. O ensino rudimentar tinha como objetivos, no tempo colonial, só ensinar o preto saber ouvir e entender-se com o branco. Saber registar alguma coisa para não ser muito estranho quando estiver a falar ou ouvir o branco falar. Mas não podia deixar o ensino, quer dizer, não podia clarificar bem as bases do ensino num preto se não podia descobrir algumas manhas que o colono tinha dentro da linguagem rudimentar, como se diz primário que estava a dar. Era objetivo de encambulhar, fechar as verdades do ensino ao preto para não descobrir aquilo que é mentira, aquilo que é mau que o colono estava a fazer porque particularmente o ensino rudimentar baseava-se muito além de saber ouvir, entender o que o branco estava a dizer também ensinar a doutrina que era uma arma política para facilitar a humilhação, a exploração do negro para este não descobrir o que detrás do ensino estava. Recebia isso como uma parte que dizia é para fazer com que o preto saiba rezar, adorar a Deus, mas também que não explicava as verdades da adoração, nada. É só para manter este preto ter aquilo que era tipo respeito falso, posso assim dizer mas para eles diziam assim que é pá, como por exemplo, era muito proibido falar um preto com um branco olhar a cara assim, não é possível você não tem respeito; porque sabia muito bem que na cara é que tem verdades agora se o preto ter aquela, aquela força e aquela vontade, aquele poder científico de eu olhar havia de perceber alguma coisa de bem ou de mal na cara da pessoa com quem fala, por isso quando falava com um branco não era preciso olhar para ele na cara senão descobre alguma coisa e logo era batido, “você preto olha a cara do branco para que? Não tem respeito” até palmatória. Por isso no ensino rudimentar, um professor para dar o ensino rudimentar naquele momento podia começar das 7.00 até às 17.00h, esse professor sozinho numa escola para ensinar a doutrina, ensinar a primeira, a segunda e a terceira, acabou. Mas acabou muito tempo a dar doutrina, doutrina decorada, não percebida que a maioria até estão a envelhecer não sabem o que é Ave-maria, mas era isso que sempre decoravam porque dentro da política colonial então a religião trabalhou muito como uma arma da humilhação. Era também um esconderijo onde a política da pesquisa estava muito mais na religião. A maior parte daqueles que eram informadores políticos estavam na religião. Às vezes

podia pensar que quando diz que é preciso quando alguém errado ou pecar então venha falar, confessar ao padre para este padre orar com ele perante Deus Ave-Maria então o perdão. Mas alguma ou a maior percentagem da verdade era uma pesquisa política que estavam a fazer. Basta apanhar uns erros que você praticou politicamente dentro dessa confissão sua logo então davam informação ao governo, era preso logo ou levava para matar ou levava para castigar, levava para o quê pronto, os padres trabalharam muito, muito mais para essa parte da confissão. Muitos foram presos, muitos foram mortos, mas o canal para isso era a religião. Além de que as igrejas trabalharam muito, quando digo igrejas nesse momento estou-me a referir na parte colonial, igrejas católicas romanas, de esconderijos a capelas, de esconderijos onde há armas, de onde preparavam moralmente os soldados quando saíam, primeiro eram para receberem a bênção do padre para poderem ir então enfrentar os seus inimigos, segundo diziam eles. Quando voltam lá a pessoa que matou mais pessoas recebia batismo, batismo de agradecimento de dar mais força e bênção de Deus porque trabalhou bem. Estava muito misturado ali. Agora para o preto não perceber isto que se estava a passar não devia aprender mais nem melhor. Dentro do ensino rudimentar era um pouco sobre entender, perceber e saber dialogar com o branco. Esta é a base principal do ensino e a base política: é para aceitar a humilhação e exploração mental do negro. Era obrigado a fazer serviços forçados, mas não podia reclamar; não podia reclamar. Isto é que eram mais as bases do ensino rudimentar. Por isso quando nós queremos já dividir o ensino rudimentar do tempo colonial já em duas facetas: ensino rudimentar católico romano e ensino rudimentar, das escolas protestantes, começava já a haver uma confusão; grande confusão, mas muito mesmo! É por isso que as escolas protestantes eram escolas inimigas do colonialismo porque apesar destes limites do ensino rudimentar, os protestantes, os missionários sabiam que lá por dentro disto os objetivos principais são aqueles que falei; então ensinavam aos pretos a entenderem e compreenderem bem como agir sobre esta situação, não se deixarem levar de qualquer das maneiras, mas também não responderem nem cruzar de maneira brutal, se não vai morrer. É assim que diziam que estes vieram para esfregar os olhos e acabar a mente dos pretos para poderem nos abusar e procurar escapar e assim não pode ser e por isso eram inimigas, os missionários ficaram inimigos mas mesmo no mesmo ensino rudimentar, mas só por causa disso porque eles não aceitavam essa coisa de utilizarem um ensino figurativo, estavam a abrir a vista e a mente do preto para entender o que é o ensino rudimentar que o colono queria. Veja só que um professor a partir das 7h00 até às 17h00 ensinar primeira, segunda, terceira e depois sozinho, o que é que estava a fazer, e como é que podia fazer? Era muito difícil. Dava doutrina além do ensino académico, era a mesma pessoa. O que a gente fazia? Então quando tenho essa primeira, segunda, terceira, quando estou então aqui na segunda classe, esse da segunda classe escolhia alguns melhores para ajudar dar doutrina e outra coisa da primeira classe aos da primeira classe; esses da terceira ajudavam também para dar estes da segunda classe e ele supervisionava. Mas tudo isso era só uma maneira de fazer o inglês ver, não havia verdade. Mais tarde também havia uma pequena diferença entre o ensino colonial rudimentar das escolas oficiais e escolas católicas. A escola oficial que era dita dava um pouco mais de explicação, fugir da religião, só dar o ensino académico e assim começaram a criar hostilidade entre eles e assim lutaram muito de forma a unificarem a escola oficial com a escola rudimentar católica, mas tudo é rudimentar; e todas as escolas oficiais passaram para o ensino do catolicismo romano para esses poderem então orientar o ensino rudimentar facilmente sem haver alguma coisa diferente entre o colonialismo porque a religião foi a base muito importante da humilhação e da exploração do preto bem como dessas coisas das conquistas, e é assim. Quando então o protestante deve, quando então entendeu-se do que é o protestantismo e o catolicismo romano que também diferencia-se um bocadinho com o catolicismo anglicano quando é o católico todo mas o anglicano como é um catolicismo que baseou-se muito e que vinha de Inglaterra já tinha um pouco mais de diferença daquilo que era o catolicismo que vinha de Roma, porque de Roma então era onde era a base do colonialismo orientado então pelo Papa. E assim, mesmo até data hoje os anglicanos apesar de serem duas linhas assim, são paralelas mas não se encontram todos são catolicismo: é catolicismo anglicano, catolicismo romano quando é catolicismo na mesma mas algumas particularidades lá diferem porque eles como vem da Inglaterra, a Inglaterra não tem o mesmo tino do pensamento político como o de Roma. De Roma era um império, e foi um império sempre que estava sobre outros impérios e subjugava todos outros impérios. Portanto há, houve e até a data hoje neste momento até na parte religiosa existe ainda o que podemos dizer, a dependência dos católicos romanos na doutrina da religião; são ainda dependentes, não tem independência nada podem fazer sem a autorização do Papa, nada. Por isso estão ainda com essa dificuldade, portanto essas são as diferenças maiores que podemos registar em poucas palavras ou em curtas palavras apesar de não tudo

mas no mesmo nível de rudimentar quando já no protestantismo negava então a mentira para dar a realidade ao preto isto criou ou continuou a hostilidade que os romanos tinham de tempo de, tempo do antigo tempo das teses até data hoje que existe, que gerou aquilo que nós digamos então o protestantismo que é negar, negar àquilo que não é bom porque estamos (...) porque as verdades são necessárias dizer e continua assim mesmo no ensino académico, no ensino religioso continua assim, porque tanto na religião há protestantismo, esse protestantismo que abriu as portas da vista para eles poderem ver e diferenciar o que é a religião com a política governamental que aquilo não era necessário para eles para o português fazer o preto conhecer isso era só dizer sim e fazer. Por isso havia aquilo que se dizia quando você quer bater o preto ou quando o preto fez alguma coisa de mal não pergunta, se quer bater é bater, se quer castigar é castigar porque se perguntar há de te dizer a verdade e você será convencido nunca pode então convencer um preto, o preto sobretudo protestante não pode porque o protestantismo ensinou, os missionários vieram a dar um ensino claro, claro apesar de bem na vida nunca corre tudo bem, é verdade comparando esses os missionários deram as melhores coisas para nós os pretos aqui em Moçambique, sobretudo do que aquilo que se deu no catolicismo romano. Posso parar por aqui se houver algumas perguntas depois posso então continuar e dizer alguma coisa se não.

Irene: Muito obrigada!

Nhatumbo: Quando desculpa, quando eu mexi, aqui mexi duas coisas, duas partes essenciais: eu falei como aluno e falei como professor. Como aluno o que se estudava lá, como professor como é que estava a lecionar o ensino rudimentar lá porque eu também ensinei mesmo no tempo colonial, está a ver. Então veja só das 7h00 até às 17h00 uma escola toda, das 3h00 às 4h00 doutrina só era decorar, mas tinha que fazer, tinha que fazer não havia maneira, a gente ou tinha medo de ser batido ou de ser metido no chibalo ou de ser morto, tinha que fazer, não havia maneira. Portanto, eu conversei isso para mostrar que nas duas coisas eu...

Irene: Foi muito boa essa parte porque era isso que lhe ia perguntar, qual é a sua profissão?

Nhatumbo: Eu sou professor.

Irene: Já do tempo colonial?

Nhatumbo: Há muito tempo.

Irene: E pode-me dizer quando e onde é que tirou o curso de professor; quando é que começou a ensinar, em que escolas?

Nhatumbo: Ah como sabe, como disse, ensinar para nós começa logo que passa a 1.<sup>a</sup> classe já pode ter, se tem o dom eles conseguem descobrir o seu dom de professorado lá a partir da 2.<sup>a</sup> classe começa a dar a 1.<sup>a</sup>, da 3.<sup>a</sup> classe começa a dar a 2.<sup>a</sup> classe, e para fazer o curso, o único lugar que dava esse curso era Alvor, em Manhica. Quatro anos podia se preparar como professor e na altura podia então depois de fazer esta preparação de quatro anos só quando você aceitar ser assimilado, devia então ser considerado um professor do 2.<sup>o</sup> grau. Primeiro grau é até ensino rudimentar, então ensino elementar é 3.<sup>a</sup> elementar e 4.<sup>a</sup> classe, já é 2.<sup>o</sup> grau, agora aquele que pudesse então fazer a 4.<sup>a</sup> classe já podia ser professor, podia ser ensinado a dogmática de como ensinar outras pessoas dentro de 4 anos de preparação dali voltava como professor ou queria fazer seguir o curso de saúde também assim sucessivamente. Eu trabalhei, bem comecei isso em Madendere, em Chidenguele, mas mais tarde então fui trabalhar desde 1942 estou cá na província de Inhambane, eu trabalhei muito em Cambine.

Irene: Como professor?

Nhatumbo: Sim. Trabalhei muito em Cambine, além de continuar também a estudar em Cambine e na área de Morrumbene e outros lados já comecei a ir muito longe a dar as aulas e criar outras escolas para o ensino rudimentar, elementar, mais tarde, depois o ensino secundário e graças a Deus deixei de dar aulas e trabalhei então como diretor nacional das escolas protestantes da igreja nossa, da Igreja Metodista, então tinha que da África do Sul até Cabo Delgado andar a fazer o trabalho do ensino portanto eu tenho essa sorte de conhecer um pouco melhor.

Irene: Estou muito interessada nisso. Portanto fez a sua formação em Alvor, em que ano?

Nhatumbo: É isso que, não estou a contar esses anos cá, e depois ....

Irene: Nos anos 40, 30?

Nhatumbo: 40 e depois não completei bem lá no Alvor por necessidade de voltar para continuar o meu curso ou as minhas práticas porque havia necessidade de gente e porque também havia falta de professores, principalmente nas nossas escolas protestantes, então alguns grupos foram levados para onde as missões estavam a começar a fazer os trabalhos e nós trabalhamos muitos anos sem receber nenhuma quinhenta porque não éramos considerados como professores, não tínhamos concluído os

quatro anos lá, mas dêmos graças porque fizemos aquilo que pudemos naquela altura. Veja só que para começar a receber alguma coisa até 1952 é quando comecei a receber \$50 por dia, trabalhava só na parte de apoiar o meu povo que na altura para nós apesar de sentirmos a falta disto e daquilo porquê, por não estar a receber nada, havia muita coisa para a nossa ajuda que faltava mas não havia maneira era aquilo que era, era mesmo assim. Às vezes podia continuar a estudar, mas foi difícil, foi difícil para ser dado bolsas para continuar a estudar fora de Moçambique ou mesmo aqui dentro de Moçambique, eu lembro alguma vez quando alguns alunos foram dados bolsas para estudar onde, em Lourenço Marques,

Irene: Dadas bolsas por quem?

Nhatumbo: Pela Igreja.

Irene: A Igreja Metodista?

Nhatumbo: Sim.

Irene: Conseguia dar bolsas, a Igreja?

Nhatumbo: Sim, dava bolsas então por ver que o Estado não se interessa por nada por ser escola protestante, então a igreja criou maneira de preparar professores ou pessoas que possam continuar com o ensino, em vez de ficar só rudimentar ficar com o ensino elementar, precisavam de gente já com preparação. Eu lembro alguns quatro professores/alunos que foram levados para Lourenço Marques o meu colega Sebastião Saíte, Fenias e outros para deixar de continuar a estudar ali para irem ter continuidade lá no Liceu Salazar. O Sr. Sebastião foi lá fazer a admissão e o 1.º ano num ano, aquilo que era difícil para um que era o colono, um que era português da cor dele que aprendeu então no ensino rudimentar, elementar dos católicos, não podia aguentar isso, mas nós na igreja protestante que se ensinava para alguém ter conhecimentos foi conseguir então fazer admissão e fazer a prova do 1.º ano logo e no 2.º ano fez então o 2.º ano e 3.º ano ao mesmo tempo, duplicar, mandaram voltar. “Não este gajo senão então vai ficar maluco porque tem capacidade”.

Irene: Quem mandou voltar?

Nhatumbo: Portugueses.

Irene: Oh que pena!

Nhatumbo: Estavam a ver que são cabeças capazes de captar muita coisa com muita facilidade, então mandam voltar. “Esses gajos não vão ficar malucos, voltam para aí ainda vão crescer mais, a cabeça deles está mais fresca não podem ter muita instrução, se não ficar malucos”, e por isso ficamos aí não conseguimos mais continuar a estudar por causa disso. Como havia necessidade de mais professores para cá tinha que voltar para fazer o trabalho lá em Cambine, mas fez-se alguma coisa de jeito.

Irene: Portanto ...

Nhatumbo: Pode parar, pode parar, pode parar!!!

Irene: (A entrevistada cessa devido à aproximação de alguém).

### **Continuação da entrevista interrompida**

Irene: Pois é, portanto, o senhor trabalhou para a Missão Metodista?

Nhatumbo: Sim, trabalhei muito.

Irene: Aqui em Chicique só, ou em vários sítios?

Nhatumbo: Eu trabalhei em Cambine, na área de Morrumbene criei algumas ramificações de escolas lá, aqui vim em 1966, mas a maior parte eu estive na (...).

Irene: E quando se deu a independência onde estava?

Nhatumbo: Estive cá. Estive cá em 1975 porque em 1966, 66 então pediram-me para vir lecionar cá era para dar então cursos bíblicos, dactilografia, preparação de juventude e coisa preparação de quadros de saúde, então vim na parte da igreja além de continuar a dar o ensino rudimentar.

Irene: Havia ensino rudimentar em 1966?

Nhatumbo: Sim, havia rudimentar. Havia então uma luta entre o sim ou não porque já começava a juntar para aqueles que aceitassem serem assimilados podiam serem aceites para o ensino elementar dava para 4.ª classe, havia aqueles que não aceitavam para poderem assimilar como por exemplo, eu até agora, não estou aceitar dizer assimilado trabalhei muito com eles por isso era muito perseguido, porque é que estou a negar mas digo isto que o ensino rudimentar e elementar já estava sanado mas o que é que estava-se a fazer? O ensino elementar aqui na igreja era particular e orientado com a autorização sobre a tutela das igrejas católica. Nós na igreja protestante estávamos a preparar os nossos alunos até 4.ª

classe, mas não tínhamos autorização de dar, de autorizar para se realizar os exames ou aceitar o governo vir dar exames aos nossos alunos, não. Nós levávamos os nossos alunos ir entregar numa escola católica romana, para fazer exame em nome daquela escola romana. Então o que é que estava a acontecer? É que a maior parte, uma grande percentagem dos nossos alunos chumbava e chumbava só em português mas eram alunos mais classificados e alunos que eram mais confiados até no serviço porque nós o Estado se houver alguns que têm a 4.<sup>a</sup> classe dentro de 10 ou 5 pessoas com 4.<sup>a</sup> classe vão então numa empresa que precisa então colocar alguém para trabalhar ali primeiro queriam saber” recebeste certificado de 4.<sup>a</sup> classe”? Então queriam saber “onde é que você estudou”? Se diz ‘estudei nas escolas protestantes’, é o primeiro a ter lugar. Mesmo nas procissões que é o Estado que estava a orientar, consideravam muito aqueles que eram protestantes porque queriam o conhecimento, queriam o conhecimento, mas por ordem colonial católica não aceitava que os protestantes tivessem o primeiro lugar por isso criavam hostilidade, às vezes criavam vingança ou podiam queixar que há disto, fazem aquilo para sermos prejudicados acho que isso não era grande coisa e agora aqui em Chicuke tínhamos feito uma barraca ao lado desta rua, ao lado um pouco assim onde estava o prof. Nhavoto, essa casa do Nhavoto, um pouco atrás assim fizemos uma barraca conhecia-se que fosse uma barraca mas era uma casa de três divisões feitas de bloco mas como não estava cá perto da escola dizia-se que era no mato lá é onde estava então dar a 3.<sup>a</sup> elementar o Dr. Almeida Penicela quando voltou de Portugal então dava lá e os alunos quando já chegava o tempo de fazer os exames então ele fazia requerimento ao professor do ensino elementar que estava na Maxixe, português, Raúl da Costa, para esses entrarem como uma turma de explicação que este professor estava dar no mato para reforçar alunos da sua escola lá, não se sabia se era a igreja que estava a ensinar a classe, saíram alunos daqui que iam fazer lá em nome daquele e vinha um monte de dinheiro para agradecer aquele europeu ali que dava mais esforço de ensinar oficialmente e particularmente, e o que nos interessava aqui era ter alunos já preparados, é assim, portanto nós passamos alguns maus bocados agora quando começa com a independência eu já estive cá, estive cá a dar esses trabalhos, a trabalhar tanto na igreja como no rudimentar e já estava a começar com o ensino elementar do Estado criaram uma escola ao lado da escola protestante já isso em 1967 quando já a guerra estava a intensificar muito e era uma forma de mostrar que eles como governo tinham amor de instruir o preto para poderem então passar melhor e nas escola deles os alunos tinham lanche das 10h tinham lanche das 16h, tinham alguém que preparava alguma coisa lá mas eu lembro esta escola que está ao lado lá tinha três salas, a sala onde o diretor português estava a dar aulas ali o chão dele estava diferente do chão de outras salas que os negros entravam dar aulas aos outros negros. Aquela era sala do diretor o negro não entrava dar aulas lá mas ensinava aos negros e portanto tinha que pôr os (...) de outra maneira que mostra que aqui é o branco mas o que interessa é que Deus já estava a abrir (...) agora o que eu posso dizer também que aumentou as dificuldades das escolas protestantes com escolas católicas rudimentares é que quando falei da preparação de jovens é aquilo que nós chamamos patrulha, não patrulhamento da guerra, são patrulhas em que ensinávamos então os jovens além de jovens também os superiores para poderem ver, analisar o nosso presente político e o nosso futuro, o nosso futuro político e assim iniciou-se a revolução em Cambine. Iniciou-se a revolução em Cambine e nós entramos então a preparar alunos e mais alguns sobretudo aqueles que iam aprender como evangelistas, como pastores lá eram obrigados a conhecerem esta política para onde forem colocados como pastores também saberem como introduzir alguma coisa disso que estávamos a pensar para fazer com que o povo saiba dizer que não e dizer sim porquê, para quê; isso não era necessário para o colono naquele tempo, era preciso que sim, por isso começaram a sentir um pouco de cheiro disso e andaram-nos a perseguir e nós fazíamos esse trabalho no mato, no mato, no mato às vezes acabávamos uma semana lá a fazer esse trabalho de ensinamento e mais tarde então fazíamos encontros mensais com aqueles que também são ensinados nas paróquias ali ou às vezes em encontros trimestrais como um distrito todo, distrito religioso, juntar todos aqueles que estão nesta quadra de ensinamento, de preparação política da juventude e maiores para com a parte do presente, então fazíamos ali um estudo geral tínhamos as nossas categorias lá, conhecimentos e tínhamos os nossos instrutores, o quê, muita coisa e é onde então começamos pela primeira vez fazer aquilo que hoje em dia chama-se *chama de unidade*, fazíamos aquilo por lenha fazer uns teares de lenha e às vezes fazia cinco metros de altura, lenha grande assim que queimávamos aquilo no último dia de encontro lá no mato, aquele lume podia acabar muitos dias, muitos dias para mostrar que estamos a acender chama da unidade para iluminar o povo conhecer a verdade, queira ou não todas as chamas que então ardem para cima até onde atinge a claridade e a quentura dela onde consegue alguém aquecer com

o fogo, a quentura desse fogo é receber as verdades daquilo que é necessário para poder então ficarmos bem aquecidos e preparados para dizer não/sim por quê e para quê e assim.

Irene: E quando é que começou isso?

Nhatumbo: Isso foi então em 52 principalmente quando já aqueceu muito isso, quando já aqueceu muito, porque em 42 quando a presença de Eduardo Mondlane e Andre Clerc e Aldasse e mais umas quatro meninas que vieram ficar aqui no internato elas ficavam a preparar alunas aqui esses dois vinham aprender a agricultura, Eduardo Mondlane com Andre Clerc vinham aprender a agricultura lá e então nós começamos a fazer isso. Hein, era muito bonito e bom para nós. É isso que levou a revolução da luta.

Irene: Portanto, esse André Clerc era da Missão Suíça?

Nhatumbo: Pediram, havia boas relações entre as igrejas protestantes.

Irene: Quais delas?

Nhatumbo: Aqui havia a Metodista, era então essa Presbiteriana, e depois era mais o quê? Presbiteriana são esses da Missão Suíça, depois havia de nazarenos e havia quem mais?

Irene: Free-Metodista?

Nhatumbo: Free Metodista veio um pouco assim, mas também está incluso ali também Free Metodista também fez parte, a parte dele. Eles tinham boas relações, tinham boas relações de trabalho religioso mas mais tarde foram mal vistos porque, foram mal vistos porque “estão dar a vista para um cego ninguém pode-lhe explorar porque há de ver aquilo que você lhe há de fazer”, portanto foram mal vistos, por essa razão que foram escoraçados para fora.

Irene: Escorraçaram a quem?

Nhatumbo: Os missionários, alguns foram mandados embora mas as verdades ficaram e foi o fruto disso que então quando Eduardo Mondlane acabou o seu curso lá e saiu para Lourenço Marques trabalhou e mais tarde foi para a África do Sul, de Africa do Sul de lá foi-se embora e de fora então é que veio criar unidade daqueles que tinham fugido para criar pequenos grupos lá, é isso quando tantas canções que estavam a cantar na revolução são as canções que utilizamos lá nos nossos espaço da revolução portanto nesse lugar que estávamos a fazer isso como berço da unidade eu no meu tempo de inspetor mandei fazer um, levantar um bloco assim porque o meu interesse era fazer uma sala bibliotecária ou então uma escola primária com o nome Eduardo Mondlane para servir de berço da revolução nacional mas como sempre não pude estar no mesmo lugar quando sai da inspeção entraram os outros mas já tem alguma coisa que mostra que aqui fez se alguma coisa, uma pedra erguida com datas.

Irene: E diga-me, em que ano nasceu?

Nhatumbo: (Ri-se) Bem eu tenho duas idades: a minha documentação por causa do tempo colonial que quando nós estivemos em Cambine para podermos fazer a 4.<sup>a</sup> classe ou para sermos admitidos então continuar a estudar chegava ao ponto de dizer que todas as pessoas que tem idade maior não podem fazer exame, para poderem fazer é preciso reduzir, reduzir os anos. Havia uma lei colonial que deixava ou admitia alguém para fazer aquilo que chamavam *Publica Forma* oficialmente feito para ver a idade de alguém e assim para poder fazer a 4.<sup>a</sup> classe tinha que reduzir para aquilo que eles queriam portanto na altura então escrevemos 1935 como a idade dali para frente que admitia, portanto nos documentos meus está 1935 porque nunca pude mais readquirir a idade que era a verdade para contrariar aquilo que são os meus documentos do serviço eu disse que não mas eu sou de 1922.

Irene: É que, para aquilo que está a falar e o que conhece, só pode ser uma pessoa com idade mais avançada. Mas está bem conservado, a sua idade real nem parece, muito bem conservado!

Nhatumbo: Deus está a conservar.

Irene: É Deus mesmo!

Nhatumbo: Não tenho nenhuma mágica que faça para me proteger; portanto nós fizemos um trabalho difícil até quando estou a andar é que o nosso trabalho naqueles tempos era andar a pé, grandes distâncias andar a pé mas como a nutrição nossa foi original não é tal como esta de hoje que vemos coisas com medicamentos e quê que influencia-nos estarmos doentes, naqueles tempos a gente cultivava, criava comíamos tudo aquilo que era do nosso suor e assim nós comíamos muito também comida silvestre, era fácil a gente ter uma proteção proteínica no corpo de para sua proteção para dar força hoje em dia é difícil.

Irene: E diga-me, depois da independência, com a nacionalização das escolas, etc., o Estado colonial reconheceu a sua formação, chegou a trabalhar em nome do Estado?

Nhatumbo: Sim, tinha que fazer isso e para tal então era necessário fazer um requerimento e para podermos então a igreja declarar que este sim foi um professor, trabalhou na educação desde quando até quando e depois assinar um documento e isto carimbou, autenticado e levei então para a instância e dali então tinha que, a pessoa tinha que optar ou pagar por dinheiro a diferença dos anos que trabalhou na missão e/ou então descontar tantos anos que trabalhou na missão ser descontado dinheiro lá no Estado para poder ter pensão.

Irene: E qual foi a sua opção?

Nhatumbo: Ah ter dinheiro para dar ao Estado?

Irene: Sim!

Nhatumbo: Eu não tenho dinheiro para dar o Estado, eu não posso ter dinheiro suficiente. Para mim “descontem lá até quando vocês quiserem; vão incluir aquele total, descontem lá não me interessa já há muito tempo estamos a trabalhar sem receber nenhum não vai ser uma grande dificuldade para mim isso, pronto descontem lá, descontem”! Sei lá se acabaram para mim não me interessa isso; reunir dinheiro para tantos anos que trabalhei nas igrejas protestantes é difícil, onde apanhar dinheiro?

Irene: Para dar ao Estado?

Nhatumbo: Para entregar ao Estado.

Irene: Mas porquê?

Nhatumbo: Para servir de pensão, para servir de pensão. Foi essa a forma para poderem então reconhecer que você é professor desde quando.

Irene: Então, neste caso, não é reconhecido pelo Estado que foi professor?

Nhatumbo: Se não faz isso então não é reconhecido, vão contar a partir de 1975 para cá?

Irene: Portanto, no seu caso, está a contar a partir de 75?

Nhatumbo: Não, para mim contam porque eu disse “descontem lá, descontem os anos que eu trabalhei nas igrejas protestantes, descontem até completar aquilo que vocês precisarem e dar-me o pouco que quiserem”.

Irene: E eles descontaram?

Nhatumbo: Sim descontaram, se acabaram ou não acabaram eu também não preciso de saber.

Irene: E agora está a receber pensão?

Nhatumbo: Sim, eu recebo pensão, desde 1990 e depois, vê só que eu reformei-me em 1990 e fui pedido para trabalhar como inspetor nacional das igrejas das escolas da igreja ao mesmo tempo dar aulas na formação de professores primários sobretudo na parte da disciplina da educação moral e cívica isto porque eu reclamei em 1976 o Estado disse que queria começar dar o ensino novo. Se querem então fazer um ensino novo tem de criar professor novo que é do tipo novo. Começaram com os centros de formação de professor novo e eu como não bastasse fui lá também; me dediquei como aluno para ser o professor do tipo novo, um professor já há muito tempo até ‘porque é que você veio aqui quando é professor há muitos anos’? “Não, quando se diz é para ser um professor do tipo novo quero ter essa novidade que o governo tem se não eu fico diferente de outros”. Em vez de ir ficar ali como professor do tipo novo fui ficar ali como um professor também ali para ajudar os professores que estavam a formar os outros e quando fui ler então o currículo vi que o currículo deles era muito pobre. A formar o professor por um ano quando o professor deve estar 4 anos minimamente; são 4 anos mas por um ano formar alguém com 6ª classe, mal feita ainda isso, e sem chamada para a profissão do professor, só por teres a 6ª classe “vai lá aprender como professor” querer ou não, é tipo de chibalo que acontecia naquele tempo; tinha que ir lá então eu disse” não, aqui falta uma disciplina muito importante que é a psicologia. Embora não consigam dar toda a disciplina, todas as partes, as quatro partes ou cinco partes da psicologia, mas pelo menos psicologia infantil para o professor saber como lidar com a criança”. ‘Mas o que é isso?’ É isso que vocês não sabem isso, “Ah nós não sabemos”. Na altura era a Graça, Graça Simbine, que era Ministro da Educação que substituiu o Gideon Ndobe, o primeiro ministro da Educação foi Gideon Ndobe, quando nós em 1974 estivemos em Nampula a reformar o ensino estávamos com o Gideon Ndobe, mas mais tarde então por ser esposa de grande gente então tiraram o Gideon Ndobe colocaram a Graça para estar lá. Então eu fiz com que ela viesse visitar cá em Inhambane para a nossa escola de formação de professores, fazer-lhe ver a necessidade de incluir a psicologia na preparação do professorado. ‘Afinal não tem isso’? “Não tem senhora Ministra. ‘Não tem, mas não podia ser’, já tinha um pouco de visão para tal como nossa criança que cresceu estudando o que é educação aqui, então foi incluída essa disciplina pela primeira vez. Então de lá saímos e comecei a trabalhar com eles e por essa razão queriam contar então a partir de 1976, 1977 como professor e ao mesmo tempo eu trabalhava

como professor do ensino primário, trabalhava como agente de saúde, trabalhava como agente da defesa portanto na escola onde eu estive tinha que prestar as contas pela educação, prestar as contas pela defesa, e essas três partes todas de saúde também.

Irene: Mas porquê saúde, fez alguma coisa relacionada com saúde?

Nhatumbo: Alguma coisa pequena. Naqueles tempos uma coisa que o colono fez para a preparação dos professores é que todo o professor, quando faz o curso de professorado devia ter um pouco de saúde, um pouco de agricultura, um pouco quer dizer, de agropecuário, um pouco de carpintaria, um pouco de cada, cada pequenas profissões essas que asseguram a vida das pessoas, além de que em 1960 eu fiz o curso primário de saúde na África do Sul e por essa razão que ajudei aqui a formação, a criação da escola de preparação de quadros de saúde aqui em Chicuke.

Irene: Quer dizer, esteve na África do Sul em 1960, a viver lá?

Nhatumbo: Sim.

Irene: Como é que foi para lá?

Nhatumbo: Fui trabalhar ali como pastor também.

Irene: Da Igreja Metodista?

Nhatumbo: Sim. Trabalhei nas minas ao mesmo tempo como pastor. Na altura então era um único, o sr. Chume, Alfredo Jume ele era o pastor ordenado para fazer o trabalho lá e eu como teologia, porque eu fiz teologia, mas eu não aceitei ser um pároco, eu sou professor, agora então a igreja reconheceu que eu estive lá então pediu que ajudasse o pastor que estava lá como pastor suplente. Então ajudei a orientar os trabalhos nos compounds lá e consegui formar alguns outros como para serem pastores, mandei voltar para a escola lá para terem uma formação, trabalhei muito também na empresa lá com os missionários para ter os livros, a Bíblia e outras coisas lá, em Cleveland, por isso tinha alguma coisa, tenho alguma coisa ou tenho alguma coisa de conhecimento na parte da saúde.

Irene: Nunca ouviu falar do prof. James Banze, o meu pai?

Nhatumbo: Oh, não é ouvir dizer, afinal de contas o James Banze, o James Mbane ou a família Banze é minha família, é minha família. Os Banzas, ele é da família Banze, que esses Banzas então casaram a minha irmã propriamente, a minha irmã. O James Banze não é diferente de Naftali Banze, não é diferente de quem mais? Quer que eu digo o quê? Até muitas vezes eu ia a Tavane lá trabalhar com o Vicente na parte da música porque é a coisa que eu gostei muito também a música. Eu vivi, chamavam-lhe em Cambine fazer algum seminário e às vezes levava algumas pessoas interessadas que deslocavam até Tavane. James Banze quando estava naquela sua escola ali em Xai-Xai eu lembro muito bem James Banze foi um quem? Aquele que orientou o nosso coro em Chamanculu, em Chamanculu. James Mbanze eu lembro alguma vez que deu-me uma história que não hei de esquecer. Era um homem que gostava daquelas molas ...

Irene: Suspensórios?

Nhatumbo: Isso mesmo. Quando estávamos ali naquela igreja em Chamanculu.

Irene: Estou a ver aquela igreja.

Nhatumbo: Juntávamos ali, então nós como de coro quando éramos chamados deste lado, íamos ali a cantar e ele estava lá a orientar como nosso maestro, e era uma canção que gostava muito *tcha, tcha, tcha*, mas nas tantas sem sabermos como é a coisa aconteceu sem ninguém ensaiar as molas então desapertaram as calças para baixo, ficou com cueca (ri-se) o que aconteceu? Então nós sem ninguém dizer por nada mas vimos àquilo e o espírito divino orientou-nos a fazer uma volta assim: ele estar no meio e ele não parava, estava a orientar e depois quando estávamos assim outros puxavam as calças apertavam ali e abrimos outro, era um tipo drama que se fez, eu lembro muito.

Irene: Então ia a Tavane porque o filho gostava de música também?

Nhatumbo: Ya, e depois eu lembro quando adoecera James Banze gostou muito da música, muito! Muito doente, muito doente quando nós dissemos “o que é que podemos oferecer para o nosso maestro”? Preparamos algumas canções que ele gostava muito, cantar aquelas vozes tão suaves! Não conseguia nem levantar, mas nas tantas vimos-lo já estava fora da cama a orientar-nos, a orientar.

Irene: Ele estava onde, nessa altura?

Nhatumbo: Em Maputo. Então acontece quando nós acabamos aquilo ele já estava para cair na cama. Pegamo-lo e deixamo-lo na cama e as últimas palavras dele disse ‘meus filhos estou muito grato porque a vossa visita veio me abrir as portas dos céus. O casamento que era esperado, a chave que vocês tinham já veio abrir as portas, tem lá o coro que está a cantar para a minha receção por isso Deus esteja convosco’. (...) Aquele senhor, aquele senhor sim eu conheci mais um, não me lembro o nome em



Tavane quando estivemos ali com o Vicente num seminário fomos lá como coro, fomos lá cantar para ele e dali também ficou com um ar muito diferente daquilo que era e depois nas tantas quando nós acabamos ali fez assim *Amém*, acabou e fechou os olhos.

Irene: Muito obrigada, a entrevista está acabada, agradeço-lhe imenso por toda a entrevista, a informação é útil, fico contente por ouvir essa parte do meu pai.

Nhatumbo: Eu não sei agora aquela escola dele...

Irene: Bem, a entrevista está terminada, e obrigada mais uma vez.

### **Informante nº 13 – Cordela Mondlane (ICM-71)**

Data da entrevista: 10/01/2014

Duração da entrevista: 40 minutos

#### **Caracterização da entrevista**

A entrevistada, que reside em Maputo, estava em Chicunque, Inhambane, de visita a casa da sua irmã, desde o Natal. Nascida em 1943, diria que Cordélia é até agora o/a entrevistado/a que não exerceu uma atividade digna de relevo, quer antes, quer depois da independência. Digo que é pena a entrevistada não ter tido quem a pudesse orientar após o ensino primário, de modo a prosseguir numa atividade em que poderia desenvolver e maximizar a sua vocação para contas e educação física, dois aspetos predominantes desta entrevista, para além da boa capacidade de entender e de se exprimir em português. Diria que esta é uma característica comum a todos os entrevistados formados pelas missões. Iniciou e concluiu o ensino primário na Escola Particular de Machulane, sob a gestão da Missão Nazarena em Tavane, Manjacaze. Entrevista realizada em casa.

#### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde.

Cordela: Boa tarde.

Irene: Agradeço imenso a oportunidade que me concedeu de vir aqui a sua casa, é casa de sua irmã, mas veio cá visitá-la e é com muito prazer. Eu vim aqui porque estou a fazer um trabalho em Portugal, na universidade, sobre o ensino primário rudimentar no tempo colonial e tendo conhecimento de que a senhora fez o ensino primário rudimentar numa missão, eu gostaria que a senhora me dissesse, me explicasse da sua própria experiência o que é o ensino primário rudimentar. Como é que a senhora estudou, quem eram os seus professores e o que é que achou do próprio sistema.

Cordela: Eu sou Cordela Samuel Mondlane, que foi nascida na missão americana de Tavane. Cresci lá, estudei lá enquanto tínhamos os nossos professores que é senhor professor James Banze, prof. Jacinto Beca, prof. Marinho e a professora D. Maria Banze e a prof. menina Enea Machava, a prof. Marta Chissano, a prof. Lina Mazivila. Nesses tempos eu ainda era pequenina, mas ensinaram a ler uma, a leitura, ensinavam a leitura, ensinavam matemática, a matemática antiga era adição, subtração, multiplicação e divisão. A pessoa deveria aprender primeiro duas parcelas de adição, depois três parcelas, continuar quatro a cinco parcelas; e ali na adição, a aluna deveria saber bem fazer prova, prova dos nove e prova, prova real sobre adição, subtração, multiplicação e divisão. Tínhamos de fazer duas provas para a aluna saber que mesmo esta conta está certa ou não. Prova real quando ela fazer não sair ela própria vai saber que esta conta está mal. Prova dos nove ah pode tentar mas prova real é ali que a aluna deve saber mesmo que ya (digo yes), deve tentar e acertar ali e subtração ah era normal mas subtração tínhamos dois, dois números o primeiro, um número fazer e depois dois números, três números, quatro números até seis pode fazer, isso é subtração, não, quero dizer multiplicação não é subtração. Multiplicação e divisão, também, é assim mesmo. Pode utilizar é o numerador e denominador; pode utilizar um denominador ou dois denominadores, três a quatro. Já nós quando já conseguíamos fazer facilmente, para nós era melhor termos quatro números a mais de divisão, para nós já era fácil (ri-se), era muito fácil, mas multiplicação ih, ali era difícil! A aluna deve trabalhar e também os nossos professores como o sr. prof. James Banze, que é o teu pai, (ri-se) e o prof. Jacinto Beca, ajudante do diretor, quando a aluna ou aluno não conseguir fazer multiplicação e divisão não ia no exame até eles conseguirem fazer porque ali já tinham confiança que este aluno mesmo vai fazer qualquer coisa no exame porque não fazíamos exame, exames lá na nossa missão, não, íamos na cidade de Manjacaze ou Xai-Xai, já não gostavam de mandar o aluno enquanto sabem que ah era vergonha para ele; íamos lá quando o aluno estar na 3.<sup>a</sup> classe, já não fazíamos exame na missão, não quando estava na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, 3.<sup>a</sup> classe elementar, 4.<sup>a</sup> classe. 5.<sup>a</sup> classe não tínhamos na missão, não tínhamos, só iam na cidade do Maputo que era Lourenço Marques antigamente; ali continuávamos nesses (...) lá, já deixo acerca dos estudos. Ensinavam também acerca das coisas da igreja lá mesmo. Davam-nos, davam-nos decorações, ensinavam-nos Salmos 23, Salmos 1, Isaias 53 e outros da Bíblia. Nós decorávamos o capítulo, todos os capítulos, sabíamos de cor. Sim e canções, muitas canções da igreja para isso a hora disso era 11 horas até meio-dia já era o tempo dos ensinamentos da igreja mas ensinavam todos os alunos porque na verdade até pregações nesses tempos ali tínhamos que, chamávamos reavivamentos, tínhamos os missionários que era o trabalho deles, já eles faziam isso para que todos os alunos saber Jesus Cristo, serem cristãos e assim tínhamos mesmo canções, essas pregações, sabíamos ir ao altar o aluno ou aluna

confessar os pecados dele e começar mesmo enquanto ainda é aluna, começar o trabalho de evangelizar, de ensinar outros, dar grupos. Àqueles que já têm conhecimento de compreender bem esses ensinamentos da igreja já davam trabalho, ensinar outros já, canções, versículos, e acerca da fisioterapia ali tínhamos o senhor professor Marinho era ele que ensinava acerca da fisioterapia. Marchávamos, marchávamos até nós gostarmos muito (ri-se). Fazíamos assim “demonstra” o prof. Marinho explicar o aluno o que entende por *sentido* já era para começar a marchar ele dizia assim: *Cabeça levantada*, quando dizer isso, *cabeça levantada*, *o peito para frente*, *barriga para dentro*, e já gostávamos disso, era mesmo fisioterapia. Outra coisa tínhamos aquele exercício de preparar aquilo que dizíamos que é *xicwacwa*, é *xicwacwacwa* (betoneiras) fazíamos até chegar no lugar que temos o, o aquele que era o quê? O dirigente ali, que ensinava-nos depois todos esses exercícios, dava-nos a força-motor, éramos fortes, meninos e meninas porque mesmo hein! Era ginástica forte, forte. Eu como que sou baixinha (ri-se) pediram-me enquanto tínhamos visitas que vinham não sei se vinham de Maputo, Xai-Xai, puseram-me ali depois descanso eles faziam. Outra coisa, até já isso ficaram muito contente tinha um rapaz, uma menina que era monitora e já ali graças a Deus aquilo que eu gostei tanto, tanto, tanto é que tínhamos como que ensinar a maneira de evangelizar até eu como que já sabe a minha tarefa. Fiz mesmo esse ensino de evangelizar para os jovens, para a juventude essa juventude continuou no tempo da Miss Cooper, Miss Schultz, e outras, mas tinham tarefas como que Miss Schultz tinha essa tarefa de ensinar a Bíblia sim, o estudo da Bíblia e já antigamente os professores eram Mongameli (superintendente) Benjamin Langa, Muf. (pastor) Noé Mainga, Muf. Isaca Manhique, é Simeão Manhique que é o irmão do falecido da Lina Manhique que eram professores esses da, e já quando ensinaram a Bíblia a Nkosazana (senhora) Cooper fez um grande reavivamento, 1958 assim.

Irene: Desculpe-me por ter que fazer uma coisa que não devia fazer, vou ter que interrompê-la. O que me interessa aqui é a parte da escola.

Cordela: Da escola?

Irene: Da escola, aquela parte que falou do ensino na escola, da educação moral estava bem, mas agora já essa parte do ensino bíblico, dos pastores, já não se inclui neste estudo, portanto aí já podemos deixar essa parte. E se puder eu volto àquilo que falou, que eu gostei muito, àquela parte que me explicou, mesmo do exercício físico, gostei muito porque eu tenho o meu pai com fotografias. Agora vou voltar. Quantos anos de escolaridade tinham no ensino primário rudimentar?

Cordela: Eram...

Irene: Começava em que classe?

Cordela: Primeira classe, segunda, terceira classe, quarta, como expliquei no princípio era até 4.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> rudimentar, 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: Isso explicou.

Cordela: Até 4.<sup>a</sup> classe, mas 5.<sup>a</sup> classe disse que não tínhamos lá na missão, tínhamos em Xai-Xai e Maputo que era Lourenço Marques aquilo que eu foquei é que fiz alongamento é esse que também entrou acerca da escola mesmo, escola é ali que eu continuei estudar até tirar 6.<sup>a</sup> classe enquanto já estava na escola bíblica, não é lá na escola bíblica em Tavane, mas o exame fiz em Xai-Xai, exame.

Irene: Exame de que classe?

Cordela: De 3.<sup>a</sup> elementar. Tinha 3.<sup>a</sup> rudimentar, tinha diploma da 3.<sup>a</sup> elementar, já aqui continuei com a minha mana que queria tirar sétima, mas não consegui aqui, interrompi, interrompi por causa do trabalho.

Irene: E falou-me de vários professores, muitos, seis ou sete, mas será que todos esses professores tinham formação de professor ou alguns eram estudantes?

Cordela: Acerca de formação antigamente era poucos que tinha, só sei que o teu pai tinha, o sr. Prof. Jacinto Beca também o prof. Marinho e quem? O prof. Ntamele também tinha os outros eh estudaram, colocaram-lhes no trabalho de ensinar.

Irene: Tinham estudado ali, se calhar?

Cordela: Ah sim. E o meu mano Tomás foi professor depois mandaram com outros como Julião Maússe, e temos Elias Machava, e temos Zefania Mandlate mandaram lá no Maputo, é Maputo agora, tiraram o curso ali quando vieram já foram professores mesmo, sim que já eram formados só o primo Machava faleceu enquanto ainda não tinha essa tarefa ainda era estudante.

Irene: E diga-me agora, em 1975, quando se deu a independência, o que é que fazia a senhora?

Cordela: Eu?

Irene: Sim.

Cordélia: Já era professora.  
Irene: Professora? Mas da escola, ensinava na escola?  
Cordela: Das crianças, da juventude.  
Irene: Mas da escola, ensinava na escola?  
Cordela: Da Bíblia, parte da Bíblia e terminei assim, ensinar outras crianças.  
Irene: Muito obrigada, gostei muito da sua entrevista, gostei muito.  
Cordela: Estamos a esquecer?  
Irene: Não, eu apanhei tudo, apanhei tudo o que é importante.  
Cordela: Aquilo que está a restar talvez a mana ...  
Irene: Não, cada um por si, ela vai falar a parte dela, portanto quero agradecer, muito obrigada.  
Cordela: Nada  
Irene: Esqueci de perguntar, quando é que nasceu, em que ano é que nasceu?  
Cordela: Eu?  
Irene: Sim.  
Cordela: 28 de abril de 1943.  
Irene: Muito obrigada, então. A entrevista está terminada.  
Cordela: Está bem.

## **Informante nº 14 – Enfermeira Marta Mondlane (IMM-81)**

Data da entrevista: 10 /01/2014

Duração: 47 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Irmã da Cordela, Marta, declara ter nascido em 1940 e ingressado no curso de enfermagem, na missão Metodista, em março de 1955, por outras palavras, quando tinha, ou ia concluir 15 anos, isto é, na adolescência. Contudo chama-se a atenção para o facto de o erro ser atribuído ao facto de a maioria dos indígenas só ser registada aquando da inscrição no ensino, e por via do atestado *Pública Forma* que condicionava a admissão de alunos a partir de certa idade, daí que muitos deles reduzissem a sua idade. Marta viveu a sua juventude em dois mundos: na Missão Nazarena, em Tavane, distrito de Manjacaze, onde fez o ensino primário e Missão Metodista, em Inhambane, onde fez o curso de enfermagem. Isto porque, não tendo a Missão Nazarena uma escola de preparação de enfermeiros até 1966, mandava para a Missão Metodista os seus jovens para o curso de enfermagem. Findo o curso, após alguns anos de serviço como enfermeira na Missão Nazarena, Marta regressou à Missão Metodista por casamento. A entrevista é bastante rica em conteúdo.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde.

Marta: Boa tarde.

Irene: Minha senhora, agradeço esta oportunidade que me concedeu de vir aqui a sua casa para realizar esta entrevista. Esta entrevista está no âmbito de um estudo que estou fazendo em Portugal sobre o ensino colonial, em particular, o ensino primário rudimentar e, até certo ponto, a formação. Onde é que este ensino conduzia, até que tipo de formação e, daquilo que me explicaram, a senhora não só fez o ensino primário, mas também o ensino primário a conduziu para a aprendizagem da enfermagem, portanto é nesse contexto que gostaria que a senhora me dissesse da sua própria experiência o que foi o ensino primário rudimentar, onde é que estudou, como é que estava o sistema organizado, como é que concluiu e o modo como a senhora depois foi para enfermagem. É apenas essa história da sua vida.

Marta: Muito obrigada agradeço também a sua visita até a nossa casa. Eu sou Marta Samuel Mondlane, que fui nascido em Machulane, em Gaza e para não prolongar a história da nossa vida foi assim um pouco complicado, mas crescemos lá na Missão Americana de Tavane porque o nosso pai morreu. Como era pastor evangélico foi morrer em Nhacutse, Xai-Xai. Crescemos lá porque os missionários vieram nos pedir com a nossa mãe na família Mondlane para irmos viver com a nossa mãe na missão porque o pai faleceu no serviço da Igreja e fomos na missão. E para estudar eu comecei a estudar lá na missão, Missão Americana de Tavane, Machulane. Lá tínhamos pré, que é a 1.<sup>a</sup> parte, 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> rudimentar depois 3.<sup>a</sup> elementar, terminávamos 4.<sup>a</sup> aqui. Para termos 4.<sup>a</sup> hein havia admissão um ano, é admissão para a pessoa poder saltar continuar com o estudo, mas não na missão já. Estudei lá até 3.<sup>a</sup> classe que ia sair já para cá para vir no curso de enfermagem porque eu ensinava outras pessoas com 3.<sup>a</sup> rudimentar só. Portanto tinha sorte eu nunca reprovei desde que pisei na educação eu não reprovava, eu não tinha esse dom de chegar em casa estou a repetir para ver hei, aquilo que o professor explicava na escola pronto gravei, mas nunca reprovei até chegar na 3.<sup>a</sup> classe que termina na Missão Americana de Tavane e tinha que sair da escola de Manjacaze lá em Tavane com 3.<sup>a</sup> rudimentar só. Hein, não faltavam alguns meses para sairmos de lá vir aqui tirei o meu curso aqui perto, cá. Eu pedi fazer a continuação enquanto ainda esperamos o mês de Setembro para vir na enfermagem, pedi, estudei a 3.<sup>a</sup> elementar, foi três meses mas como tinha sorte de conseguir fazer o que o professor explica consegui fazíamos o nosso exame em Xai-Xai só a 3.<sup>a</sup> rudimentar é que fazíamos exame em Manjacaze lá perto da administração de Manjacaze mas a 3.<sup>a</sup> elementar éramos mandados para Xai-Xai fazer no Xai-Xai fazermos o exame da 3.<sup>a</sup> elementar em Xai-Xai. Com os meus 3 meses consegui passar e tive essa sorte de vir cá (em Inhambane) na enfermagem enquanto já tinha a 3.<sup>a</sup> elementar. Queria tentar continuar aqui mas não aceitavam. Você quando vem neste curso de enfermagem tem que olhar no curso não há que de dia estou nessa parte da enfermagem, de noite hei de ir na escola, não era aceite isso. Pronto, vim cá em 1955 chegámos cá no dia 26 de setembro de 1955. Continuou com a enfermagem também?

Irene: Sim.

Marta: Depois quando chegamos aqui, aqui é missão também. Sai da Missão Americana de Tavane, em Manjacaze, vir nesta missão Metodista aqui. Na Metodista estavam a juntar, a pessoa deve

estudar, mas seguir também bem as leis da igreja. Em 1955 ali como chegamos aqui a igreja era pequena ali, tínhamos que sair logo quando a pessoa acorda sai a correr vai na praia lá, vai apanhar uma pedra só, carrega e vem deixar uma pedra ali na igreja, naquelas mangueiras ali perto da igreja diariamente, antes de fazer nada. Fazíamos isso matabichávamos às 6h30 depois 7h00 estamos no hospital isso fazíamos; não era chegar no hospital trabalhar, não. Primeiro chegávamos lá no banco de socorros, na recepção ali, fazermos redonda nós todos, dirigentes, diretores, médico, nós todos que somos da saúde é enfermeiro, doutor, é servente, é jardineiro, todos ali fazermos oração de manhã, só depois dali é que podíamos cada qual ir no sector dele, é na medicina, é na maternidade, onde cada qual depois de oração e às 10h00 havia oração já nós com os nossos doentes ambulatorios. 10h00 chamavam o doente para virmos em baixo porque ali no hospital subíamos para cima tínhamos primeiro andar. Chamavam todos para baixo fazermos oração quem dirigia essa oração todos os dias é a mamã Raquel Macauze (avó materna da bolseira) lá no hospital e depois espalharmos outra vez cada qual no seu sector e na nossa parte não chegamos entrar logo ser chamado nada, nem a roupa do hospital dar bata para você começar o primeiro parto com a roupa do hospital, não davam, só davam só avental para evitar, avental e lenço da cabeça aquele lenço mesmo, amarra mesmo como o lenço de cabeça de cá mas era um lenço branco na sua roupa continuamos até acabarmos três anos com não 6, desculpa, acabávamos 6 meses com a nossa roupa. Ali estão a ver como é que a pessoa trabalha, gosta do serviço ou não porque na saúde oh você pode lavar a ferida enquanto a sua cara está a ver aquela sujidade, ali os dirigentes estão a ver que esta não gosta deste trabalho, não merece há de levar as tuas malas voltar para casa quando fazer hum a lavar porque você quase toda a sua vida vai sentir o cheiro (ri-se) na saúde sempre tem que atuar assim, depois quando acabarmos os 6 meses com a nossa roupa davam-nos uma bata azul, azul mesmo desta cor que tinha um trapinho branco aqui e a gola também e depois na cabeça era uma toca assim quase lenço de cabeça mas tem o seu feitio também, amarrar aqui fazer atrás ali há de ir com essa roupa azul que chamavam *chicuaheti*, era *chcuaheti* essa bata até completar 3 anos, esses três anos estão a juntar com aqueles 6 meses, não, 3 anos juntam com aquilo deixando o seis, 3 anos com a bata azul se juntarmos com os 6 meses da nossa roupa eram 3 anos e meio é que a pessoa podia já pôr a bata branca com a toca normal da saúde e não aquela. Depois nós como começamos em 55 era quase no fim do ano terminámos no dia 23 de março, no dia 1 de março em 1959, começamos 55 até 59, no dia 1 fomos à igreja para marchar a partir dali até na igreja e fizemos isso no dia 1 domingo, no dia 2, segunda-feira voltamos para Manjacaze na Missão Americana de Tavane. No dia 3 é que comecei a trabalhar na Missão Americana de Tavane, o nosso primeiro salário era 50\$00.

Irene: Trabalhar como quê?

Marta: Como enfermeira já, porque no dia 1 de março foi o coiso, o nosso fim do nosso curso.

Irene: Graduação, faz de conta.

Marta: O quê?

Irene: Graduação.

Marta: É isso, a nossa graduação no dia 1 de março de 1959, voltamos para casa no dia 2, no dia 3 trabalhar já fomos nomeados na Missão Americana de Tavane, mas quando chegamos lá a bata branca não continuou.

Irene: Ah sim!

Marta: Sim, porque a enfermeira que vem de América usa bata branca agora nós fomos continuar outra vez na missão com o nosso curso completo voltarmos outra vez na bata azul, àquela que veio de América é ela que tinha direito de usar a bata branca.

Irene: A missionária?

Marta: A missionária. Já está a ver, aquilo combinou um pouco com os princípios do nosso estudo quando começamos a estudar na escola mesmo porque chamava, a Igreja Católica chamava, diziam que nós somos protestantes, protestante não tem lugar bem na escola, íamos estudar mas com muita dificuldade, não tens todos os direitos de aluno, conhecemos bem a palmatoada, quando dizem que toma lá 10 palmatoadas, batiam, batiam, você pisar a mão, dar, dar a mão até chegar 10 palmatoadas mas muito é porque você és protestante.

Irene: Quem batia?

Marta: Na escola.

Irene: Ah sim, os professores?

Marta: Oh é a lei. Conhecemos a palmatória; voltar enquanto estão inchadas as ancas. A escola era estudar mesmo com medo porque não é bater daquela maneira é ser batido mesmo; há dias que

levávamos ardósia você sentar você andar porque há de ser batido por causa daquilo que não conseguiu no quadro ali mas escapar ser batido por aquilo que você escreve e vai mostrar na ardósia nós não começamos com caderno não, era ponteiro e ardósia porque ali vai escrever, apagar. Já escondíamos para escapar ser batido, a lei manda bater o aluno quando não consegue já muitos fugiam a pessoa sai de casa em casa pensam de que ah foi à escola enquanto não chegou, tem medo nós na missão eram porque eles também eram cristãos os nossos professores, lá fora ah sofreram muito: era correr ir esconder no mato enquanto a Católica vai mandar alunos com vara cada qual com a vara dele anda à procura de alunos que não chegaram na escola no mato, no mato! Quando apanham esses não de ser batidos, voltam com eles na escola ali vão sofrer também para vir amanhã com aquele sofrimento que você sofreu ontem, Eh! Estudamos, mas com muita dificuldade, hei nada! Porque és protestante não vem entrar na nossa igreja você és aluno aí, mas no domingo venha rezar.

Irene: Na Igreja Católica?

Marta: Na Igreja Católica.

Irene: Ah, portanto era essa a contradição, você estuda, pode estudar na missão, mas no domingo tem que ir à Igreja Católica.

Marta: Sim, já somos protestantes não aceitamos o governo mas mesmo assim estudamos, já no estudo entrávamos de manhã, tínhamos recreio que é intervalo, e no intervalo não era só sair para fora brincar só, é na hora de intervalo que fazíamos a educação física não era como agora o aluno de manhã vai à escola estudar, volta tira o uniforme, usa outra roupa porque já volta outra vez para à escola mas nós acabávamos tudo lá, basta ir à escola é porque vai fazer educação física, vai estudar. Como era missão nós estudávamos também cantar. Tínhamos o nosso professor Banze, prof. James Banze oh esse homem trabalhou! Em todos os lados, trabalhou. O pouco que temos na cabeça é graças a ele; notas, cantar de cor não é olhar no papel assim é por isso que ainda estão na cabeça porque era de cor, já ah isso é da igreja onde estou a entrar, é porque ele juntava tudo. A educação Física que nós fazíamos era correr, correr, tocar batuque, correr, marchar, irmos aí na bandeira cantar aquilo aí os hinos que é necessário, fazer batoneiras, tínhamos que fazer, sou velha mas se alguém me dar um grupo dizer que ensina ainda posso fazer. Conseguíamos correr porque ali deixavam uma pessoa ali outra aqui nós ficamos em duas linhas essa linha são meninas essa linha rapazes depois tínhamos que levar bandeira o rapaz leva bandeira a menina correremos, ir circular ali circular correr vem dar outra pessoa, a menina podia ir voltar enquanto o rapaz ainda vai porque fazíamos a educação física mas não ir na escola estudar para vir tirar o uniforme voltar outra vez para só educação física nós fazíamos tudo! Basta você sair da escola é porque há de ir na escola amanhã, já juntei.

Irene: Está bom, e agora em 1955, como disse, tirou o curso de enfermagem, o que é que lhe aconteceu? Porque daquilo que eu sei da História, em 75 foram nacionalizados os hospitais, etc. Onde é que a senhora estava, como é que as nacionalizações a afetaram, o que é que passou a fazer em 75 depois daquela turbulência?

Marta: Em 1975 já tinha-me casado na família Nhavoto.

Irene: Já não estava naquela missão, já estava aqui.

Marta: O pastor Matiquite perseguiu, perguntar de onde é que vinha até chegar na missão americana porque perdeu a família, foi ver esta (a irmã Cordélia) em Ricatla.

Irene: Diga?

Marta: Na escola Ricatla.

Irene: Ela estava em Ricatla?

Marta: Sim, enquanto o pastor Matiquite que estava lá no culto também da igreja. Esta ia no culto para ensinar jovens de cada distrito a Cordélia o pastor Matiquite viu essa cara e lhe perguntou “você tens irmã que foi ficar alguns anos em Inhambane?” Ela aceitou e perguntou “Quem é ela” Disse o meu nome e “Já casou” Não “Oh pronto”. Esta quando viu que ah afinal este homem quer chegar na missão eh foi uma história muito longa. Eram três, lá em Ricatla mandavam três meninas oh era mais que isso, nós aqui éramos três na saúde já tiveram férias a minha irmã, o pastor Matiquite não conhecia onde é a Missão Americana quando esta com colega entram no carro para voltar em Manjacaze o pastor Matiquite com o amigo dele entrava nesse carro, quando estes sair esses também saem não sabem onde é que vão enquanto está a perseguir essa para me apanhar na Missão Americana porque já tinha saído daqui estive já a trabalhar no hospital na Missão Americana, mas oh isso podemos deixar.

Irene: Quer dizer, quando depois se casou, então veio para aqui, deixou de trabalhar como enfermeira.

Marta: Depois de casar, porque casei-me em 1965 o pastor Matiquite estava em Cambine depois saímos em 1973 em Cambine para cá, 75 já estávamos aqui em Chicuke. O que fizeram? Nós enfermeiras, porque eu trabalhava lá e quando fui transferido de lá aqui vim continuar a trabalhar.

Irene: De Tavane?

Marta: Quando me casei em 1965 trabalhei no hospital de Cambine e fomos transferidos em 1973 para Chicuke.

Irene: Desculpa, casou-se em 65?

Marta: Em 65.

Irene: E depois foi para Cambine?

Marta: E transferida outra vez de Cambine para cá para pastor Matiquite ser capelão do hospital aqui no hospital de Chicuke e diretor da escola Bíblica aqui. Ele fez o seu trabalho e eu continuei a trabalhar no hospital aqui. Já em 75 tínhamos que fazer alguns exames pelo governo já para sermos bem integrados. Há os que não conseguiram nesse exame pronto, eu consegui passar, trabalhei, trabalhei até 1999.

Irene: Para o governo, agora de Moçambique?

Marta: Sim, continuei a trabalhar.

Irene: E reformou-se em 1999?

Marta: Em 99 com 43 anos de serviço porque disseram que vocês trabalhavam na igreja já não tínhamos direito de reformar com 30 anos, eu continuei até 43 anos, eu é que falei quando continuava a pedir *já não estou a aguentar quando saio da vela o meu corpo parece muito doente enquanto não estou nada doente é só o cansaço* e falei à com àquela senhora que trabalhava na secretaria eu disse “Agora que estou à sua frente ainda você não aceita que eu reforme, hoje é dia 1 de Outubro de 1999”? Eu lhe disse que “aqui mesmo onde estou completo 43 anos ainda estou na sua frente a pedir para reforma”, mas continuei a trabalhar. Foi difícil! Ora ‘perdemos documentos, você vai comprar outra vez’ e depois recomeçar não sei quantas vezes, enquanto estão a arquivar num lugar. Quando você vai perguntar o resultado, ‘Oh você compra mais selos, aquilo’ já, pronto. É isso que foi até 43 anos na saúde, mesmo hoje eu havia de continuar, mas já não me aguento.

Irene: E quando é que nasceu, em que ano nasceu?

Marta: 3 de novembro de 1940. Não estou a aguentar, pediram-me olha é verdade que você reformou mas mesmo assim venha apoiar nas segundas-feiras, nas segundas-feiras e terça-feira mas não vou trabalhar todo o dia porque eu entrava às 7h00 sair às 17h, pediram-me isso mesmo hoje é sexta, devia ir no serviço mesmo com esta idade, segunda e terça para ir apoiar na maternidade é só apoiar, não esperar nada, fiz isso, deixei bata branca usar a roupa como voluntária qualquer que vem de fora aceitei não está a falar com uma pessoa que nunca pegou na saúde porque estou a apoiar, fiz isso cinco anos mas vi que não me aguento, agora já não vou, aqui tive sorte no meu estudo aqui de saúde como trabalhávamos e juntar com as leis da igreja, da primeira vez eu disse que íamos levar uma pedra para a sala. Fizeram aquela igreja que está agora e tivemos sorte de aquela igreja acabar enquanto ainda estamos aqui e vi que, vimos o trabalho nesse tempo de carregar pedras para construir ali e no dia de inauguração da igreja cantamos o hino que foi ensinado em casa na escola primária na Missão Americana quando estive na escola, quem nos ensinou esse hino foi o prof. James Banze. Da história do homem com a mulher dele, a esposa e leão. Eu vim ensinar esse hino aqui e o resto nós com a minha colega que gostava ela, essa minha colega é da Igreja, esta igreja metodista, eu falei com ela não, a música é boa, mas se tivéssemos palavras que merecem cantar na igreja. Fomos aí há uma casa perto da igreja é onde morava o pastor da paróquia, o pastor Feliciano Njetimane Nhatumbo família de Nhatumbo Marcos, é ele que me deu palavras que deve ser cantado na igreja em vez de cantar o leão com o homem com a sua esposa, cantávamos assim (em Tsonga):

Siku linwanyani wanuna ninsatiwayena vatekile lendzu lelikulu sevatsamakala, mananga yakuchavisa. wanuna aku kawansati maka leihukulu kutsembeka loko wuwona ngala ungayitsustumi twana lswehi nziku byelaju. Loko hi ranga hikoma wena mina nditakoma nsila wayona, hitakutsika hirendzeleka hitayidlaya hili vambiri e repetir “khombo liwelile nsati lowaku tsembeka a fele a khomile tchila wangala, maka leyi shaveki xihlamalilo etikweni vanu vaku hayise shivona shaku tsika nsati a kombyeni.

### **Tradução**

Certo dia um casal fez uma viagem longa e ao atravessar uma floresta densa o marido disse à esposa que o mais importante na vida era a lealdade. Se ela visse um leão que não fugisse e



prestasse atenção ao que ele estava dizendo. Se o leão a atacasse ele iria pegar o leão pela cauda fazendo com que o leão apenas desse voltas e os dois iriam matá-lo. Entretanto quando o leão aparece o marido manda a mulher pegar o leão pela cauda e ele foge deixando a mulher ser despedaçada pelo leão. Este acontecimento causou muita perplexidade na comunidade que disse nunca ter visto um homem abandonar a mulher em perigo.

Quando ensinei a minha colega fomos pedir palavras para a igreja deixar essas palavras de leão. Ele mandou-nos esperar enquanto ele também estava a andar a perguntar e ele, pastor da paróquia de Chicuke, conseguiu palavras da história dos Nyambiwu que eram reis daqui desta zona, não sei, se só daqui desta área de Chicuke. Essa música cantamos na inauguração desta igreja. Quando contamos essa história que ele apanhou da história de Nhambiwu a Igreja Metodista gostou até agora dizem que é essa música tem a história da igreja metodista. Esse é o fruto do prof. James Banze, é a história dele mais outras coisas que estudei na Missão Americana de Tavane.

Irene: Hein, muito obrigada, gostei, foi muito bom. Neste caso, esta entrevista é uma entrevista rica porque fala da sua parte lá da escola, a primeira parte da escola, depois da enfermagem, e logo o seu percurso. Veio de Tavane para aqui tirar o curso aqui, depois volta para Tavane, depois sai de lá da missão, depois vai para Cambine e depois vem para aqui. E depois pronto, o seu enquadramento depois da independência, essa toda coisa, tudo isso, essa aprendizagem. Essa parte da formação, do ensino primário rudimentar e depois a formação é muito boa, recolhi muito material, quero agradecer imenso, mesmo.

Marta: Agradeço também porque consegui falar qualquer coisa da minha história, a história da minha vida e trabalhei no Hospital Provincial não havia *chapa*, agora andamos de *chapa*, não havia chapa eu madrugava aqui quando morava naquela casa pastoral, madrugava 3h00 já saía de casa para ir ganhar 7h00 lá.

Irene: Onde, em Inhambane?

Marta: Em Inhambane.

Irene: Todos os dias?

Marta: Ia de barco à vela, saía daqui a pé, boleia das minhas pernas era só na água, apanho barco, saio de barco a pé vou lá.

Irene: Por quanto tempo fez isso?

Marta: Dois anos.

Irene: Quando, em 75?

Marta: Foi em 80 porque quando perguntaram “vai prolongar ainda há tempo”? ‘Estou a prolongar’. Perguntaram “quais as pessoas que viveram muito aqui e pessoas que vivem muito dentro da igreja”, está a ver? Disseram que ‘Ah a enfermeira Marta até é esposa do pastor “Sai daqui, não trabalha, tem que mudar a maneira de trabalhar”. Fui lá, é por isso que ia todos os dias até lá porque vivi muito aqui. Sabe que depois da independência hei, muitos estavam a esconder para dizer que *sou cristão* hei! Era ... já tinha que sair, troca de experiência. Quem viveu aqui com a igreja aqui devia sair, outros mandados para lá Morrumbene, outras em Cambine, os que viveram muito com Cristãos aqui, por isso sofremos, mas estamos aqui.

Irene: Muito obrigada então, agradeço, a entrevista está terminada.

Marta: Muito obrigada.

#### **Informante nº 15 - Enfermeira Lisete Honwana (IELH-84)**

Data da entrevista: 15 de janeiro, 2014

Duração da entrevista: 39.30 minutos

#### **Caracterização da Entrevista**

Nascida em 1930, a enfermeira Lisete é filha de um professor da Missão Suíça, formado em Ricatla, e de quem foi aluna na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe. Cresceu sob a influência do ensino e doutrina da Missão Suíça, em cujo hospital de Chicumbane, na província de Gaza, obteve a qualificação de enfermeira, função que desempenhou na sua igreja até à independência, quando foi integrada pelo Estado moçambicano, na sequência da nacionalização dos serviços de saúde das missões. A sua integração no Estado, como enfermeira, decorreu através de um processo de reciclagem que englobou um exame. Saliento que o processo de reciclagem abrangeu igualmente mais duas enfermeiras que entrevistei e que obtiveram a sua qualificação de enfermeira nas missões protestantes. Outro aspeto que caracteriza a generalidade dos enfermeiros que até agora entrevistei (quatro mulheres e um homem) é que, embora oficialmente aposentados, continuam a exercer a atividade, uns com carga horária reduzida, outros no período laboral, em instituições diferentes. Entrevistada em sua casa.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, enfermeira Lisete.

Lisete: Boa tarde, boa tarde.

Irene: Agradeço muito esta disponibilidade, a sua disponibilidade em me receber aqui em sua casa, nunca me conheceu, aliás, não nos conhecemos, mas aceitou que eu viesse aqui. Conforme eu disse, esta minha visita está no âmbito de um estudo que estou realizando em Portugal sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino primário rudimentar e respetiva profissionalização, conforme ministrado pelas missões protestantes do sul de Moçambique. Tive conhecimento que a senhora é uma dessas pessoas que esteve, ou que tirou, o ensino profissional e o ensino primário rudimentar e o que eu gostaria de ouvir, portanto, é tudo o que a enfermeira me poder dizer sobre o seu ensino escolar e profissionalização, dentro ou fora da igreja. Sinta-se à vontade, se houver qualquer coisa que eu queira saber depois, irei colocando perguntas.

Lisete: Muito obrigado primeiro vou dizer aquilo que ela disse (digo que isto após a filha da senhora ter interrompido para me alertar que a mãe revelava sinais de surdez) mas ainda não está pior, ainda oiço, mas de vez em quando. Dizer o meu nome posso?

Irene: Sim.

Lisete: Eu chamo-me Elisete Alexandre Honwana, natural da Manhiça. O meu pai era professor, a minha mãe era doméstica, mas a minha educação, agradeço aqueles que fizeram por mim. Eu, as primeiras classes: primeira e segunda foi com o meu pai, mas depois do meu pai fui para o internato de Ricatla em Marracuene. A nossa monitora chamava-se Cristina Reiss e lá aquilo que eu aprendi agradeço até agora, porque está mesmo a me ajudar. Não tivemos sorte porque foi aquele momento que os portugueses estavam a piorar por verem que a Missão Suíça assim como a Metodista estão a avançar com as pessoas, estão a ensinar as pessoas, não estavam a gostar os portugueses, então eu quando cheguei lá com 9 anos, no 3.º ano mais ou menos, em 1940-41 não me recordo bem, começaram aquela guerra de andar a fechar todas as escolas da Missão Suíça e então todas as minhas colegas passaram para Chicumbane, em Xai-Xai, mas essa minha monitora pediu a mim para que eu ficasse com ela mais duas senhoras e prometendo que aquilo que vão encontrar lá em Chicumbane ela vai-me dar; e de verdade ajudou-me muito. Lá como já não havia escola estudei até 3.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> elementar, mas depois passado alguns anos fui para casa, parece que fiquei três anos porque entrei ali em 1939, 40, 41, 42, 43. Fui para casa só para visitar os pais, mas tornei a voltar para ficar de vez com ela. Em 46-47 fui estar ao lado do meu pai na Manhiça, era professor na Manhiça, mas os professores, não sei se tem ouvido de que tivemos um professor/diretor das escolas chamado Daniel Andre Clerc viu de que eu estava em casa sem fazer nada e eles acompanhavam passo a passo as pessoas que educaram. Ele foi para casa lá na Manhiça pedir aos meus pais para eu voltar para começar a estudar de novo ou escolher duas coisas: estudar de novo ou entrar no hospital estudar a enfermagem. Então eu por ver que o meu pai ganhava muito pouco, os meus irmãos estavam a sofrer, o meu pai estava a sofrer, não aguentava com a despesa, eu vim deixar de estudar entrar no hospital para ver se ajudo os meus pais, isso foi em 1949. Entrei no hospital da Missão Suíça no dia 6.1.1949 e comecei ali, ali não era de qualquer maneira, aquilo estava bem organizado, a pessoa que ia para ali para trabalhar, procuravam o comportamento a partir do bairro, da igreja, da escola. Os responsáveis da igreja mandavam um papel para testemunhar de que essa pessoa dá para trabalhar. Então quando comecei a trabalhar ali não era assim de qualquer maneira porque nós vínhamos de muito longe sem saber o que é *assepsia* que é a limpeza da pessoa mesmo, a primeira coisa

que nós fazíamos para o nosso bem era estudar primeiro a limpeza *asepsia* e assim a pessoa tinha 3 meses para ver mesmo a limpeza nas casas de banho e mais outras casas sem tocar aos doentes. Depois de 3 meses ver que esta pessoa merece já sabe mesmo a limpeza entrava às parturientes nas enfermarias daqueles que já têm bebés, ensinavam-nos a tratá-los bem. Depois daí você passava aos recém-nascidos. Sempre trabalhamos ao lado daqueles que sabem, para nos ensinarem bem e depois disso é que passávamos então a aprender na sala do parto, mas isso tudo andava com, como é que posso dizer, teoria e prática, não ficava atrás a teoria, e assim sucessivamente até 3 anos daí que davam a pessoa, quando é uma pessoa que mesmo sabe trabalhar, davam responsabilidade; mas eles não deixavam de dizer de que “olha quando chegar alguém querendo ensinar de novo você não nega. Pega no caderno, ensina a fazer conta, você nunca diz que não”. Então todas as pessoas que chegavam ali, as pessoas vinham com aquele ...como que posso dizer? Com os ensinamentos dele, nós aceitávamos sempre. Então com o andar dos tempos comecei a ser responsável, eu posso dizer que trabalhei bem. Agora como sou velha não tenho vergonha de dizer que as pessoas gostam de mim é por isso que até agora eu estou a trabalhar mas onde é que eu vou não faço nada, é o amor que eles têm para comigo, vou lá trabalhar duas horas de tempo e sair, não é nada é sinal de amor comigo mesmo, não faço nenhuma, nem tanto, eu aprendi assim, não sei se esqueci outras coisas que já sou velha. Até fui trabalhar até no Norte isso porque pediram-me na companhia de Bororo em Macunze, Quelimane. Lá pediram-me eram assim quando vieram aqui na missão “Nós queremos uma pessoa que tem responsabilidade, que gosta de doentes, que não vai nos envergonhar, não queremos as do Estado porque eles às vezes são (...) ao passo que os vossos enfermeiros aqui, estamos a ver que gostam de doentes, então pedimos uma que vocês confiam mesmo”. Eu fui uma dessas, éramos doze lá, trabalhei bem, mas voltei para vir casar. Esqueço muita coisa boa que os suíços fizeram por mim, o resto das escolas estavam a fazer aquilo, dar-nos pouco dinheiro porque não podiam deixar de fazer aquilo que os colonos faziam porque estavam a ameaçar; mesmo quando eu cheguei lá em Quelimane, tentamos fazer oração, ler a Bíblia com os nossos trabalhadores ali, vieram nos dizer que “olha vocês, nós chamamos vocês para virem aqui trabalhar não para isto, se vocês fizerem isto nós vamos fechar o hospital”. Então ficamos assim, éramos 9 só, só, nós os 3 com a nossa responsável que estava connosco lá, esta suíça também, e deixamos; mas hoje em dia estou satisfeita porque só quando eu ver as pessoas de lá vejo uma grande diferença! Mais ou menos é isso até que eu esqueci-me quando a irmã precisa de me perguntar mais ou menos conheci aquilo quando me estou...

Irene: Sim, senhora! Gostei muito, é uma história de vida, rica. E daquilo que me falou, gostaria de aprofundar talvez duas ou três questões, não sei. A primeira é, falou-me que o seu pai era professor da Manhiça, professor do ensino escolar?

Lisete: Sim.

Irene: E onde é que ele tinha tirado o curso, sabe? O curso de professor.

Lisete: Tirou em Ricatla.

Irene: Tirou em Ricatla?

Lisete: Sim.

Irene: Sabe-me dizer em que ano tirou o curso em Ricatla, chegou a saber?

Lisete: Nada, nada, isso passou-me da ideia não sei, não sei, falhei, posso dizer que falhei porque devia ter pedido a ele, assim como a idade dele, a idade que eles nos deram aquilo que eu sei pela conversa porque sou uma pessoa que gosta de conversar com os mais velhos, o meu pai os anos que deram são muito poucos porque a mãe dele foi nessa escravatura de Gungunhane, foi levado para lá no Coolela, em Manjacaze, tinha o nosso tio tinha 3 anos mataram pelo caminho dizer que ah este vai nos levar tempo bateram com pau e ficou ali no caminho coitado ao sair mesmo da casa, então lá não foram demorar quando chegaram lá parece que acabaram quase um ano, Gungunhana foi preso então voltaram de pé de Coolela até Manhiça lá no Kalanga então quando chegou é nesse ano que a minha avó esteve grávida do meu pai então o meu pai a idade que deram não é mas é que agora nem me recordo qual é o ano que Gungunhana foi preso<sup>26</sup> mas isso que a idade do meu pai não é falhei aqui porque nunca perguntei papá quando é que tirou o curso como quando é que começou a trabalhar, falhei mesmo.

Irene: Sim, mas ele na escola que ensinava na Manhiça, era do governo ou era da Missão Suíça?

Lisete: Era da Missão Suíça.

Irene: Na Manhiça?

---

<sup>26</sup> Gungunhane foi preso em 28 de dezembro de 1895

Lisete: Era da Missão Suíça, andou muito, esteve na Manhiça, em Kalanga, esteve no Matutuine, esteve na Catembe, esteve em Magude, esteve na Machava, esteve aqui no Chamanculu nos últimos anos, e depois de Chamanculu foi para Ricatla, de Ricatla é que reformou.

Irene: E quando é que se reformou seu pai, lembra-se do ano mais ou menos, ou a década?

Lisete: Na década de 60.

Irene: Portanto, ele trabalhou todo este tempo nas escolas da Missão Suíça?

Lisete: Da Missão Suíça.

Irene: E ele era professor só, não era professor/pastor?

Lisete: Era professor evangélico, há pastor há evangélico.

Irene: Professor evangélico?

Lisete: Pastor são aqueles que têm colar aqui o meu pai não era isso, mas fazia tudo onde é que ele estava, fazia tudo, vinha o pastor de vez em quando para fazer casamentos, batismos, mas quem segurava era o papá.

Irene: Já agora, que idade é que disse que tinha, a sua idade, nasceu em que ano?

Lisete: 1930, 25 de agosto de 1930.

Irene: Sim senhora. Só por curiosidade, chegou a ouvir naquela altura o nome do meu pai prof. James Banze?

Lisete: Hein, shi! Ele não esteve aqui na cidade, nunca veio aqui na cidade?

Irene: Sim já veio, eu sou filha, mas ele era professor de Manjacaze.

Lisete: De Manjacaze aonde.

Irene: Em Tavane.

Lisete: Eu conheci Tavane e parece que vi lá no Tavane.

Irene: Eu sou filha dele.

Lisete: Ah é, muito obrigada, afinal és de Moçambique mesmo! (ri-se) Hein muito obrigado. Eu conheci embora há muito tempo. Quando nós tínhamos férias eu tinha uma amiga, muito minha amiga não sei se ainda está viva.

Irene: Como se chama?

Lisete: Neli Mabunda. Ela esteve em Chicuke depois quando voltou veio trabalhar aqui no Hospital Geral de Chamanculu antigo Hospital da Missão Suíça de Chamanculu então andei a passear, conheci muito Manjacaze por causa dela, conheci aquela zona toda até Tavane mesmo conheço até não sei se ainda está viva a Miliçau.

Irene: Sim morreu há muito tempo.

Lisete: Morreu há muito tempo, Davida Muteto.

Irene: Davida Muteto, sim. Conhece as pessoas de Tavane?

Lisete: Eu conheci aquela gente, como está a Nostani.

Irene: Nostani, a enfermeira Mandlate...

Lisete: Eu fui conhecer aquele conheci aquele hospital todo fomos visitar de férias, fomos recebidos na casa da ... eu estava com a Neli Mabunda, fomos visitar essas amigas dela, essas Nostas, e aquela que eu disse muito obrigada.

Irene: Eu sou filha dele, e daquilo que eu sei, daquilo que tive conhecimento, o meu pai andava muito, tinha boas relações, ele foi formado em Ricatla também, só não sei o ano, não tenho dados, mas também o curso dele, de professor, foi em Ricatla.

Lisete: Realmente sabe, falhei ali, devia ter perguntado ao meu pai em que ano é que ele andou.

Irene: Eu também falhei, se eu voltasse para trás perguntava a meu pai, ele falava sempre de Ricatla, devia ter perguntado também em que ano ele tirou o curso em Ricatla.

Lisete: É verdade.

Irene: Portanto já me disse essa parte, e qual é a outra pergunta que eu lhe ia colocar é ... ah, falou-me que em Ricatla houve uma Cristina, Cristina quê?

Lisete: Escreve Cristina R I E S.

Irene: É uma missionária?

Lisete: É uma missionária, chamavam por Miss Ries.

Irene: É ela que queria ...

Lisete: É ela que não me deixou ir para Chicumbane, disse se você for ficar aqui vou-te dar àquilo que lá vão aprender.

Irene: Essa missionária não era casada, não?

Lisete: Não, não era casada.

Irene: O que é que ela fazia em Ricatla?

Lisete: Ensinava as meninas, nós também trabalhávamos com ela e trabalhou outras coisas.

Irene: Ah sim, ensinava o quê?

Lisete: Ensinava costura, ler, como tinham fechado a escola como tinham fechado a escola.

Irene: O governo fechou a escola?

Lisete: Nós ensinávamos a ler aquela gente, ensinávamos a costura, ensinávamos esse como se chama .... mas era a pessoa mais de todas elas era eu aquela brincadeira de bola assim.

Irene: *Basketball*?

Lisete: *Basketball* essas coisas assim, diariamente tínhamos uma paróquia vinham todas as meninas com as marmitas delas chegavam ali entrávamos nas patrulhas, chamávamos patrulhas, a gente cantava, ensinava e depois tínhamos duas horas de tempo de brincar as brincadeiras de futebol e depois disso às 14h00 entrávamos na costura, croché, tricot, ensinávamos.

Irene: E tinham essas coisas, era a Missão Suíça que dava essas linhas?

Lisete: Sim, tínhamos era a Missão Suíça quem dava; eram eles, então fiquei lá para ajudar essa parte, ela viu de que eu sou capaz de ensinar pelo menos saber ler e escrever as coisas.

Irene: Agora diga, na Manhiça, o seu pai ensinou-lhe a primeira e segunda classe, foi o que disse?

Lisete: Ensinava até a 3.<sup>a</sup>.

Irene: Sim, mas foi aluna do seu pai ou não?

Lisete: Eu.

Irene: Sim?

Lisete: Até 2.<sup>a</sup>.

Irene: Até à 2.<sup>a</sup> e depois dali saiu para ...

Lisete: Depois dali sai para Ricatla.

Irene: Agora em Ricatla, quando chegou lá, o governo fechou?

Lisete: Fechou, fechou mas depois de alguns anos já não me recordo porque foi há muito tempo mas foi na década de 40, foi na década de 40 ali terminei na 3.<sup>a</sup> mas quando comecei trabalhar aqui como queria muito completei a nossa 4.<sup>a</sup> classe era válida, a gente trabalhava, era enfermeira, trabalha na administração, tínhamos mesmo, eu não sei como é que conseguiam porque até agora, a 4.<sup>a</sup> classe de agora nem sabem escrever não sei mas no nosso tempo 4.<sup>a</sup> classe era grande coisa, muitos desses que estão a fazer trabalhos de valor são da 4.<sup>a</sup> classe então quando cheguei aqui fiz tudo por tudo para tirar mesmo a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Tirou a 4.<sup>a</sup> classe onde?

Lisete: Aqui no Hospital que está do lado de Chamanculu, na Missão Suíça ia estudar ali no Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

Irene: Davam aulas ali?

Lisete: Davam, davam aula eu tirei a 4.<sup>a</sup> classe ali?

Irene: Ali? Eu não sabia disso!

Lisete: Davam.

Irene: Mas era o governo que dava aulas ali, ou não, ou era particular?

Lisete: Parece que era particular, isso já não me recordo bem, parece que era a 4.<sup>a</sup> particular, tirei mesmo a 4.<sup>a</sup> classe ali.

Irene: Então tirou a 4.<sup>a</sup> classe e depois entrou na enfermagem?

Lisete: Já tinha entrado na enfermagem.

Irene: Tinha que ter a 4.<sup>a</sup> classe?

Lisete: Tinha que ter a 4.<sup>a</sup> classe, mas fiz tudo por tudo ali trabalhando e estudando.

Irene: E quem era o médico responsável ali, lembra-se?

Lisete: Foram muitos, primeiro foi o Dr. Ribeiro e eram muitos, Dr. Ernesto, Dr. Ganhau, Dr. mais outros eram muitos, trabalharam muitos médicos, mas a primeira pessoa aqui foi o Dr. Ribeiro.

Irene: Era português?

Lisete: Sim, boa pessoa!

Irene: Vinha de Portugal?

Lisete: Sim, vinha de Portugal.

Irene: Mas ele era da igreja Missão Suíça.

Lisete: Sim, ele era da Igreja Missão Suíça, a esposa era professora como a cunhada dela.

Irene: E o primeiro nome do Dr. Ribeiro lembra-se?

Lisete: O primeiro nome?

Irene: Sim?

Lisete: Edgar Pinto Ribeiro.

Irene: Porque eu ouvi esse nome bastante, que até parece que já tinha ido a Tavane numa altura qualquer, ou de visita, ou qualquer coisa, mas era conhecido até na igreja.

Lisete: Sim trabalhou muito, trabalhou muito para os protestantes porque nos nossos tempos nós conhecíamos mesmo as pessoas que vinham de Tavane, de Chicumbane chegavam aqui era a casa deles, sentiam-se como casa deles, mesmo qualquer doente, qualquer doente nos nossos tempos basta chegar ali sentia-se mesmo porque estou aqui vou ser bem tratado.

Irene: E eram bem tratados? No hospital, ali o Estado não perseguia, o governo aos médicos?

Lisete: Havia essa coisa de, sei lá, ciúmes.

Irene: Ciúmes?

Lisete: Ciúmes porque nós tratávamos as pessoas bem e lá era diferente, nem eram todos, outros eram boas pessoas, mas outros ali estavam num elevado grau de superioridade parece que nós éramos burras, mas confesso a verdade quando chegou a independência fizemos reciclagem.

Irene: Fizeram reciclagem?

Lisete: Sim, mas eu saí com 19 por causa de uma pergunta que perguntaram qual era o adjetivo da Frelimo quando foi o resultado não soube dar a resposta é por isso que eu ganhei 19, mas o resto das coisas para ver de que os suíços trabalharam 19! É verdade.

Irene: A reciclagem foi por quanto tempo?

Lisete: Seis meses.

Irene: Seis meses, o governo da Frelimo quis assim?

Lisete: Sim, disseram assim todos vocês venham fazer reciclagem.

Irene: Onde, no Hospital Central?

Lisete: Íamos para José Macamo, mas para exame fomos no Hospital Central.

Irene: E depois disso continuou a trabalhar como enfermeira?

Lisete: Sim continuei a trabalhar eu nunca paro, nunca parei, nunca, e até estava sempre como responsável, primeiro eu era a responsável da sala do parto e depois foi quando transferiram as moças para Ricatla quando estava o pai para reforma fiquei sem ninguém para deixar as crianças até eu disse assim já não posso trabalhar porque não tenho para onde deixar as crianças disseram nós pedimos você, você passa para pré-natal vai ficar lá como responsável da saúde materno-infantil, vai trabalhar meio-dia para encontrar os teus filhos e assim trabalhei na sala materno- infantil até a reforma.

Irene: E quando é que se reformou?

Lisete: Em 1989, mas nunca fiquei com os braços cruzados, nunca! Eu tentei porque estava muito cansada porque o temperamento é diferente sabe os do nosso tempo e os enfermeiros de agora há grande diferença, eu nada, disseram quando eu reformei olha as portas estão abertas vai descansar algum tempo e depois tornar a voltar. Eu nada! O comportamento desses não me cai bem, eu fui-me meter no bazar ali porque todas as empresas como tive aquela eu sei lá entrei mesmo na política trabalhei, você não podia dizer que não, primeiro todos queremos a independência, recebemos a independência tive que trabalhar, mas ao andar aqui fazer o serviço.

Irene: Que serviço, política?

Lisete: Política, política a cada empresa e se você é reformado nós precisamos de ti então quando eu reformei eu disse que não, tenho que descansar pelo menos um ano, mas não fiquei, no Hospital central de Maputo ouviram que eu já reformei mandaram alguém para vir-me tirar no bazar já tinha começado a vender mesmo.

Irene: A vender nas bancadas?

Lisete: Nas bancadas ali nem parei; quero descansar, mas não posso ficar com as mãos cruzadas. “Como é que é? Você não pode faltar lugar para nós se quiser começar amanhã que venha”, e comecei a trabalhar ali naquele bazar de Malanga, deram-me a banca organizaram eles e nem sequer demorei, vieram-me chamar aqui e fui trabalhar no Instituto Industrial da Matola, lá no Maxaquene, trabalhei, eu estava bem lá!

Irene: Na política também?

Lisete: Isso já não era na política.

Irene: Ali era enfermagem?

Lisete: Era enfermagem mas continuando um pouco com a política mas procurando meio para afastar-me, por último consegui afastar-me da política só que quando a pessoa tem esse dom de pessoas não sei eu fui como se diz juiz eleita, trabalhei mas quando chegou essa hora vi que não aqui no juiz eleita, fui despedir de boa maneira.

Irene: Trabalhava em que sítio como juiz eleita?

Lisete: Lá mesmo na Província, na província lá em baixo. É trabalhar lá no Cível, trabalhei lá nos crimes e depois da reforma eu vi que não quando é para eu continuar com estes só pode ser ali no como se diz nos para crianças?

Irene: No tribunal dos menores ou quê?

Lisete: Ya no tribunal dos menores, trabalhei pouco mas eu vi que não aqui eu decidi mas de uma boa maneira porque aqui ganho muito pouco, não ganho quase nada, quero trabalhar, quero seguir o meu ramo que é o ramo que eu escolhi isto aqui nunca pensei de que havia de ser juiz, quero voltar para o meu ramo. Então assim deixei; não deixei de qualquer maneira pedi então, estive lá no Instituto, trabalhei.

Irene: Instituto Industrial?

Lisete: Ya, Instituto Industrial, trabalhei muito ali como enfermeira então andou, andou chegou aquele momento de falta de carros para andar, esses *chapa 100*, eu vi que hei não, encontrei estas aqui é muito perto da casa no Topaque mas você não pode vir trabalhar connosco, nós precisamos de você? Ah, acabei 3 meses sem dar a resposta, tornaram a vir, mas você não pode deixar lá porque fica longe e dificuldades de chapas, Ah eu pensava que vocês estão a brincar ou. Não, nós precisamos de você, que venha trabalhar para nós. Então lá também tive que me despedir, agradecer aquilo que fizeram para mim, mas sentiram, mas está nos deixar mesmo. Não devem compreender eu sou velha estas chapas não aguento e deixei de uma boa maneira, fui entrar aqui perto da, ali mesmo à entrada de Malanga ali.

Irene: Comos se chama o sítio?

Lisete: TOPAQUE.

Irene: É empresa de quê?

Lisete: É empresa onde fazem plásticos, cadeiras, mesas, bacias, fazem muita coisa ali então comecei a trabalhar ali, comecei em 1997 até agora ainda estou a trabalhar.

Irene: Ainda está lá?!

Lisete: Estou lá.

Irene: Como quê?

Lisete: Como enfermeira.

Irene: Não me diga!

Lisete: É verdade.

Irene: Vai lá durante a semana?

Lisete: Sim, de segunda a sexta, mas duas horas de tempo.

Irene: Ah, o que é que faz, dá injeções e quê?

Lisete: Nada, já não faço, não dou injeções como estou perto do Hospital de Chamanculo tenho que compreender de que já trabalhei, não dou injeções mesmo pensos já não me meto, mando para o hospital.

Irene: Mas dá consultas então?

Lisete: Eu consulto quando chegar a pessoa dizer vai no lugar tal se for da vista vai no Hospital de Malhangalene.

Irene: É engraçado, já com quase 84 anos a trabalhar ainda, mas vai todos os dias a pé?

Lisete: Mas olha que já não faço nada.

Irene: Mas vai todos os dias a pé?

Lisete: Vou a pé.

Irene: Faz bem, também é um exercício.

Lisete: Vou a pé, mas hei ao voltar!

Irene: Mas é um exercício porque, caso contrário, se calhar já estaria assim, já não conseguiria andar. Mas assim, faz bem.

Lisete: É verdade, todo o mundo diz assim quando eu dizer que estou cansada dizem “você, se você ficar em casa!”

Irene: Dizem que *parar é morrer*, porque depois de parar o corpo fica paralisado. Olha, gostei muito da sua história, tem uma história de vida muito boa, o seu percurso é excelente. Estou admirada

que tem uma boa memória, realmente boa memória em relação a muita gente, que Deus continue a conservá-la trabalhando um pouco que também faz bem à memória. Se calhar é por isso que a sua memória está tão boa, por estar sempre ativa. Gostei muito desta entrevista e posso dizer que a entrevista está terminada.

Lisete: Muito obrigada.



## **Informante nº 16 - Enfermeira Maria Langa (IEM-79)**

Data da entrevista: 31 de janeiro, 2014

Duração da entrevista: 18 minutos

### **Caracterização da Entrevista**

Maria, de 79 anos de idade, católica, é a única dos entrevistados que estudou e concluiu o ensino primário na missão católica, o que, supostamente, lhe valeu ter como interveniente, para acesso ao curso de auxiliar de enfermagem, uma freira portuguesa, católica.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde.

Maria: Boa tarde.

Irene: Agradeço imenso a oportunidade que a senhora me concedeu de vir aqui a sua casa, entrar aqui em sua casa, eu vim aqui no âmbito de um trabalho que estou fazendo na universidade em Portugal, concretamente, sobre o ensino primário rudimentar e a respetiva formação dos seus alunos, e tendo tido conhecimento que a senhora é desse tempo do ensino colonial, o ensino rudimentar, gostaria que a senhora me desse informação sobre a sua própria experiência, a sua história de vida, no que diz respeito ao ensino rudimentar e a sua formação, tudo o que me possa dizer, daquilo que se lembra.

Maria: Muito obrigada pela oportunidade que me é dada para eu poder me expressar um pouco daquilo que foi e aquilo que não foi. Eu estudei na era colonial na Missão Mangunze, na missão dos padres. Fiz a minha 4.<sup>a</sup> classe depois da minha 4.<sup>a</sup> classe vim a Maputo nessa altura era Maputo não é na altura colonial vim a Maputo então na conversa com colegas não colegas achei que talvez fosse melhor eu me meter no coiso, na enfermagem então fui praticando no Hospital Central Miguel Bombarda, nessa altura que era Miguel Bombarda antes de ser Maputo; fiz o meu curso de enfermagem e fui transferida depois de, no ano de 1960 depois de ter cursado, entrei em 1957 fiz o curso em 95, em 60 fui transferida para o Xai-Xai. Então de Xai-Xai estive em Magude a trabalhar um ano e voltei outra vez a Xai-Xai. Em Xai-Xai estive todo o tempo no Xai-Xai, houve necessidade de eu ter que voltar a fazer o curso de instrumentação, voltei a Maputo fiz o meu curso de instrumentação, e agora encontro-me reformada e trabalho em regime contrato no Hospital Central do Hospital Central deixei e vim para o hospital privado.

Irene: Agora fez na missão católica de Mangunze?

Maria: Sim.

Irene: Onde é que fica, em que distrito?

Maria: Manjacaze.

Irene: E pode-me dizer quantos anos fez, falou-me que fez 4.<sup>a</sup> classe, mas começou em que ano? Porque estou interessada em saber: o ensino rudimentar, que classes é que tinha o ensino rudimentar?

Maria: Tinha 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup>.

Irene: Ah era 4 anos?

Maria: Sim.

Irene: Na escola Católica?

Maria: Na Escola Católica porque fazia-se 1.<sup>a</sup> classe, depois 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> e então 4.<sup>a</sup>.

Irene: E em que anos, lembra-se em que anos é que fez?

Maria: Ah não me lembro!

Irene: Mas se diz que veio para Maputo em 1957, ou quê, quer dizer deve ser nos anos 50 e tal?

Maria: Sim nos anos 50 e tal porque em 55 fiz a 4.<sup>a</sup> e então em 56 para 57 então, quer dizer, em 57, não, em 56 vim para Maputo naquilo de que ah vou arranjar qualquer coisa porque o meu tio queria que eu tirasse o curso de costureira então quando fui ao hospital visitar a minha irmã houve uma irmã que se engraçou comigo então conquistou me para que eu entrasse no curso de enfermagem e assim então entrei no curso de enfermagem em 57, sim, e como ouvinte estava como ouvinte ainda não estava mesmo dentro daqueles alunos que já estavam já há mais tempo estava ainda como ouvinte em 57 então em 58 é quando então faço o meu exame e chumbo.

Irene: Exame de quê?

Maria: Exame de coiso, de enfermagem não é.

Irene: Quantos anos era essa enfermagem?

Maria: Eram dois anos.

Irene: Dois anos incluindo o curso, o ano de ouvinte?

Maria: Não, quer dizer ouvinte eu estava ali ainda assistindo as aulas ainda não estava inscrita.

Irene: Agora, lá em Mangunze, quem ensinava, quem dava as aulas?

Maria: Eram professores.

Irene: Católicos?

Maria: Católicos, podiam não ser católicos, mas desde o momento que tivessem a capacidade de ensinar estavam ali como professores.

Irene: Quer dizer, estou a tentar, aqui, parece que havia uma diferença porque a senhora talvez seja a primeira que estou a entrevistar que estudou numa escola católica; aqueles, os outros que entrevistei estudaram em escolas protestantes. Eles falam-me que começaram na 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte, 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> rudimentar, 3.<sup>a</sup> elementar, agora, talvez nas escolas católicas não fosse assim, como foi o seu caso?

Maria: Não, havia a 1.<sup>a</sup> elementar, rudimentar e elementar e depois a 4.<sup>a</sup>.

Irene: Ah sim, mas no seu caso, a senhora não fez essa 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte, não, entrou logo na 1.<sup>a</sup>.

Maria: Quer dizer, faz de conta que é pré, faz de conta que era pré.

Irene: Mas fez a 4.<sup>a</sup> classe, o exame da 4.<sup>a</sup> classe?

Maria: Sim.

Irene: E onde é que fez o exame da 4.<sup>a</sup> classe?

Maria: Em Manjacaze.

Irene: Não fez em Mangunze, não?

Maria: Não, nós estudávamos em Mangunze então quando fosse exames íamos fazer em Manjacaze ou então vínhamos para o Xai-Xai fazer os exames.

Irene: Pois, e a senhora fez em Manjacaze.

Maria: Sim.

Irene: E agora, aqui, no curso de enfermagem, o acesso, o que é que eles exigiam normalmente para os africanos entrar na enfermagem? Para os africanos?

Maria: Eu não posso saber dizer porque eu quando entrei fui conquistada por uma irmã que simpatizou-se comigo e me perguntou se eu não queria também entrar na enfermagem, ela é que me fez toda a documentação, eu as voltas todas que são necessárias não tive conhecimento das voltas todas que eram precisas para a pessoa poder estar lá.

Irene: Essa irmã que está a dizer era freira?

Maria: Era uma freira.

Irene: Branca?

Maria: Branca Sim.

Irene: Portanto, foi a freira que tratou de tudo.

Maria: Sim, ela tratou-me de tudo então eu entrei por isso é que entrei como ouvinte no 1.<sup>o</sup> ano porque eles lá estavam mais à frente eu só ia lá assistir mais um ano até chegar a altura de ser admitida.

Irene: E foi admitida em que ano, 58 mais ou menos?

Maria: Já não me lembro.

Irene: Mas concluiu quando o curso?

Maria: O curso conclui em coisa, em 1959.

Irene: E quando concluiu em 1959, logo começou a trabalhar como enfermeira?

Maria: Sim comecei a trabalhar como enfermeira porque fui transferida logo em 60 porque era no fim do ano que se faziam os exames de 59 para 60 então fui logo transferida para o Xai-Xai.

Irene: E no Xai-Xai estava no hospital, e quais eram as condições? Portanto, neste caso, a senhora era indígena, não é?

Maria: Não, já era assimilada.

Irene: Em que ano, em 60 já era assimilada?

Maria: Sim.

Irene: Mas, quando estava a estudar lá em Mangunze, era assimilada ou era indígena?

Maria: Não eu era indígena.

Irene: Então as condições lá no Xai-Xai, como é que foram, trabalhou bem, trabalhava com os brancos?

Maria: Trabalhava com brancos e africanos também.

Irene: E disse-me esteve lá quanto tempo, no Xai-Xai?

Maria: Todo o meu tempo estive no Xai-Xai até a reforma.

Irene: Até à independência?

Maria: Sim, Não tive a sorte de sair para fora, eu fui transferida para o Xai-Xai e do Xai-Xai mandaram me para Magude, nessa altura Magude pertencia Gaza, nessa altura.

Irene: E quando se deu a independência onde é que estava?

Maria: Estava no Xai-Xai.

Irene: Portanto, quando se deu a independência ficou enquadrada no Estado, já o Estado moçambicano?

Maria: Sim estava no Estado moçambicano.

Irene: E não sentiu a diferença, um choque, mudança de regime, na forma de trabalhar?

Maria: Sempre diferença tinha que haver já sabe aquela organização do tempo colonial, sempre diferença houve.

Irene: Sim, mas nessa altura estava num cargo de chefia ou quê?

Maria: Não, eu não cheguei a ser chefe de nada eu era só chefe faz de contas porque era chefe do sector onde eu estava eu é que cuidava das coisas todas respondia pelos atos dos serviços ali na sala de operações eu sempre estive na sala de operações.

Irene: Portanto, estive na sala de operações até à independência.

Maria: Até à independência sim.

Irene: E depois da independência continuou na sala de operações?

Maria: Continuei na sala de operações e depois vim a Maputo fazer o curso só que esse já não me lembro quando (pausa para pedir ao filho o currículo dela).

Irene: (Já está na posse do currículo) O filho lê que a enfermagem foi de 57 a 59 e a instrumentação foi em 76. Portanto estou (Irene) a ver, não sei se posso ler isto aqui do seu currículo, posso ler?

Maria: Pode.

Irene: Qualificação académica, este é o seu currículo: 4.<sup>a</sup> classe tempo colonial, Formação profissional: 1957-59 curso de enfermagem no Hospital Central Miguel Bombarda, 1960 Delegacia de Saúde de Magude, depois 1962 até 76 Hospital Provincial de Gaza na sala de operações como instrumentista não especializada. O que é isso de instrumentista na enfermagem?

Maria: Quer dizer a pessoa que põe os ferros, entrega ao médico essas coisas todas, é instrumentação.

Irene: Em 1976 especializou-se no Instituto de Ciências em Maputo como enfermeira instrumentista especializada na sala de operações para trabalhar no Hospital Provincial de Gaza, em 1995, em 1998 contratada no Hospital Central de Maputo desempenhando as mesmas funções no bloco operatório central até à data, até à data que é, isto é, de abril de 2002.

Maria: Até à data, até agora, mas isso do Hospital Central; deixei em 97, em 97 não em junho do ano passado, faço 7 meses que já não estou no Hospital Central já estou no privado este tempo todo estava ainda no hospital.

Irene: Então, significa que aqui os enfermeiros não têm idade para reforma?

Maria: Não tem idade de reforma só é que quando a pessoa quer depois da sua reforma pode pedir em regime contrato, é o que eu estou a fazer eu trabalho em regime contrato.

Irene: Pois, e fazendo um balanço daquilo, olhando para trás, acha que valeu a pena o seu curso? Comparando o tempo colonial com o tempo de agora, as condições eram melhores dantes ou agora?

Maria: Eu acho que agora são melhores porque em termos de receber são melhores porque nesse tempo nós não tínhamos esse pouco que nós ganhamos agora.

Irene: Pois é, olha, por acaso. Mas havia muitas raparigas neste caso como a senhora, que foram para enfermagem no seu tempo?

Maria: Se havia muitas raparigas?

Irene: Sim, se houve muitas colegas enfermeiras africanas?

Maria: Havia muitas sim, a maior parte sim eram as africanas que entravam na enfermagem, eram muitas.

Irene: E no hospital tratavam doentes, que tipo de doentes, africanos só, ou tratavam também brancos?

Maria: Não, os brancos também tratávamos.

Irene: Ah sim.

Maria: Sim.

Irene: Os médicos eram brancos ou havia também africanos, nessa altura?

Maria: Não, nessa altura não havia africanos eram muito poucos, muito poucos, mas até porque eu nem cheguei de conhecer nenhum africano nessa altura que era médico.

Irene: Acho que a entrevista foi interessante, gostei muito desta entrevista, como eu disse, é a primeira pessoa que estou a entrevistar que estudou mesmo na escola católica, era uma missão em Manguze, era uma missão?

Maria: É missão, sim.

Irene: Missão quê?

Maria: Missão de S. Benedicto dos Muchopes.

Irene: Portanto ali tinha escola e tinha hospital também?

Maria: Não, nessa altura não tinha hospital, hospital houve depois de eu ter saído, já não sei há quantos anos, depois houve uma pequena coisita de hospital.

Irene: Acho que a informação foi útil, é a primeira pessoa que estive na escola católica, praticamente, os outros estiveram nas missões protestantes.

Maria: Não, eu estive na católica.

Irene: Não havia perseguição de mandar prender ou mandar pessoas ali para *chibalo*, lá da missão?

Maria: Na escola não, não sei talvez noutros tempos antes de eu ir mas no meu tempo não vi nada.

Irene: Muito obrigada, agradeço. A entrevista está terminada.

Maria: Muito obrigada também.

## Informante nº 17 – Augusto Mondlane (IAM-81)

Data da entrevista: 31 de janeiro de 2013

Duração da entrevista: 51 minutos

### Caracterização da entrevista

Nascido em 1933, no distrito de Manjacaze, Augusto Mondlane é filho de pastor da Missão Suíça. Mondlane concluiu o ensino primário rudimentar (3.<sup>a</sup> classe rudimentar) na Missão Suíça em Maússe, distrito de Manjacaze. Veio para Lourenço Marques onde pôde concluir a 3.<sup>a</sup> classe elementar ministrada na clandestinidade pela Missão Suíça. Frequenta formalmente a 4.<sup>a</sup> classe elementar numa escola católica em Lourenço Marques para fazer o exame na escola oficial Correia da Silva. No mesmo ano, passa o exame de admissão aos Liceus onde, posteriormente, conclui o 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> anos. A necessidade de autossustento obriga-o a trabalhos de todo o tipo, incluindo o das minas na África do Sul, de onde regressa em 1959. Em 1960, através de concurso para a Administração, entra, tendo exercido funções no Registo Civil até ao ano de 2000. Salienta-se a função de aspirante, que exerceu durante o regime colonial. Conhece bem a política colonial portuguesa, sobretudo relativa aos registos, à propriedade, à assimilação e ao indigenato. É uma personalidade muito conhecida e consultada pela população em questões jurídicas. Entrevista realizada em casa do entrevistado.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito boa tarde.

Augusto: Boa tarde, minha senhora, muito obrigado.

Irene: Sr. Mondlane agradeço muito o privilégio que me concedeu de eu entrar aqui em sua casa, e conforme eu estava a dizer há bocado, esta visita que faço está no âmbito de uma pesquisa que estou a desenvolver em Portugal sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino primário rudimentar e respetiva profissionalização. Nesse contexto, o que estou concretamente a estudar, dado que é um tema vasto, o ensino primário rudimentar, Moçambique também é vasto. Estou a estudar as missões, o ensino primário rudimentar ministrado pelas missões no sul de Moçambique e atendendo a que, do que me disseram e o senhor também já me confirmou, o senhor, para além de ser já do tempo colonial, é mesmo um moçambicano do sul de Moçambique, eu gostaria que o senhor me pudesse descrever o que é que era esse ensino primário rudimentar, por que é que era rudimentar e qual seria outra variante de ensino, dado que há ensino primário rudimentar, que ensino alternativo haveria? E pronto, como é que se entrava, não sei se o senhor terá passado por esse ensino ou não, pode-me contar também a sua própria experiência de vida nesse campo de ensino e/profissionalização o, que seria algo interessante, portanto, sinta-se à vontade, não há restrições aqui de tempo nem de nada.

Augusto: Obrigado. Bom eu não sei se poderei descrever como eu sinto, ou como eu vi ou como eu vivi, para começar vou dizer quem é, quem sou eu. Meu nome é Augusto Estevão Mondlane sou natural de Manjacaze, nasci em 1933, em 17 de fevereiro. Passei a minha infância lá nas terras de Matshecahomo Chikongolo, onde eu era pastor de gado bovino do meu tio e o meu irmão éramos dois. Estava um homem, chamaria eu talvez intelectual ou letrado não sei, mas um homem que gostava de ensinar. Eu vim a saber que esta coisa *alfabetização* que existe hoje já existia há anos, eu passei por lá. Nós éramos dois como eu disse, um ia de manhã para pastagem e outro está na alfabetização e este que está na alfabetização de manhã à tarde vai ao campo e este está na alfabetização, é assim que eu aprendi para dizer que para eu ir para a escola, da minha casa em Matshecahomo, Xicongolo, para ir a Maússe onde eu estudei, comecei lá, são 13 km, então fui começar exatamente na primeira classe aquilo que não era hábito naqueles tempos. Havia aquilo nós chamávamos ou eles chamavam *principiante*. O que é isto *principiante*? É ir saber contar 1, 2, 3, nós contávamos lá a minha escola ensinava contar de uma maneira, 1, 2, 3 *watinonga* (paus), 4, 5, 6, *watinonga*, 7, 8, 9 *watinonga*, 10 *watinonga tamina* (meus paus) ou uma dezena *watinonga*. Nós aprendíamos assim, quer dizer isto era cantar pura e simplesmente como papagaios muitas vezes nem sabíamos mas íamos aperfeiçoando, íamos sabendo, depois íamos ao abecedário, por aí fora, ao passo que eu como eu disse comecei logo na primeira classe, na 1.<sup>a</sup> classe já sabia ler e escrever. Mas eu aprendi, comecei a estudar em Shangana. Eu li, havia aqueles livros que chamavam *Xipele* (Spelling), peleta, a, b, por aí fora, e depois passava para *Buku yava Hlayi* (o livro dos alfabetizados), significa que esta pessoa já sabe ler então nós começávamos ali então quando vou para a escola, escola missionária em Maússe comecei logo a ler Português, porque Shangana já sabia ler, isto continuou e fiz a minha 3.<sup>a</sup> rudimentar em 1949, o meu pai queria que eu fosse à Escola de Artes e

Ofícios aqui na Moamba, queria que eu fosse carpinteiro, mas havia um indivíduo ali, um comerciante que me queria, não sei, eu dava explicação aos filhos, era um mestiço *khale a mulungo* (antigamente um branco) basta *ungali wantima mulungo* (bastava que não fosses preto eras branco), portanto eu dava explicação a estes e ele ensina-me a coser á máquina, portanto tornei-me alfaiate por causa desse homem, mas como eu disse, o meu pai queria que eu continuasse a estudar, eu faço um ano de trabalho o meu pai diz que não tenho que voltar para a escola é quando me manda para Lourenço Marques nos tempos, venho para L.M. eu estava aí em Chamanculu, eu frequentei a minha 3.<sup>a</sup> elementar, já tinha feito 3.<sup>a</sup> rudimentar. Este rudimentar é uma classe que estava destinada pura e simplesmente para os negros. Por causa de quê? Por causa de que tem que aprender falar, tem que falar português nós não sabíamos, lá no interior não se falava isso, então nós tínhamos que aprender isso tudo era rudimentar e depois passava para a 3.<sup>a</sup> elementar e depois é que ia para a 4.<sup>a</sup> classe e nessa 4.<sup>a</sup> classe se quisesse continuar tinha que passar por admissão aos Liceus, entanto eu fiz a minha 4.<sup>a</sup> em 52 não, não minto fiz em 51, fiz em 51 queria ir para continuar a estudar, tinha que ir para o 1.<sup>a</sup> ano, e para isso era preciso fazer admissão. Admissão era uma espécie de um ano letivo, estudávamos todo o ano mas eu achei que devia fazer de uma vez, 4.<sup>a</sup> e admissão, felizmente fiz bem, passei, então passei a estudar, fiz o 1.<sup>o</sup> ano, fiz o 2.<sup>o</sup> e depois pronto deixei fui trabalhar, já não, não, o meu tio, o meu pai era camponês também já tinha falecido, não tinha dinheiro que chegasse para pagar os meus estudos e pronto, meti-me no trabalho; fui trabalhar, trabalhei em Lourenço Marques não deu, fui para a África do Sul, fui trabalhar nas minas, 58, 59 regressei para casa depois não voltei mais para a África do Sul para trabalhar, arranjei um emprego, trabalhei muitas partes mas o último emprego que deu foi do Registo Civil em 1960. Entrei para o Registo Civil como dactilógrafo porque eu dedicava-me a estas coisinhas todas, como datilógrafo e em 64 houve um concurso para aspirantes e eu concorri felizmente fiquei bem, passei de datilógrafo para aspirante e em 67, 67-68 houve um concurso para primeiros liceais também concorri para terceiro e último (...), também concorri e fiquei bem e continuei a trabalhar. Portanto quanto à escola, quanto ao estudo é isso que eu disse. Eu estudei com muita dificuldade, mas eu vi que podia se estudar era questão de vontade o que é que fazia? De manhã ia trabalhar à noite vai para a escola. Depois de eu trabalhar neste tempo já da independência, eu fui 1.<sup>o</sup> secretário do Grupo Dinamizador na altura a nível de distrito, também tive outra coisa deram-me uma tarefa, passei por uma reciclagem, uma preparaçãozinha como professor de Educação Política aqui na Escola de Artes e Ofícios, onde trabalhei quase um ano e depois deixei, deixei por outras questões políticas e eu continuei a trabalhar no Registo Civil e em 90, não, em 95 deram-me uma outra parte para acumular, eu estava a trabalhar para o Instituto ao nível da República que não tínhamos na altura ao nível de distrito então eu fiz esse trabalho e ao mesmo tempo acumulava para o tribunal, fazia juiz do Instituto também, portanto eu tinha estas três repartições ao mesmo tempo, simultaneamente, o resto talvez posso falar se me fazer perguntas, esta é a minha mini-vida desde começo até hoje, reformei-me em 2000, já passam 13 anos, este ano vou fazer 14 de reformado.

Irene: Muito obrigada, foi mesmo bem resumido, portanto já fico a saber desde a sua infância, como é que cresceu como pastor de gado e depois como é que evoluiu daí, não parou, e a sua experiência até foi nas minas, e conforme eu estive a dizer, já fiz um trabalho de mestrado sobre os mineiros, mas também ...

Augusto: E até não disse tudo, eu passei por muitas experiências! Eu sou cozinheiro, eu sou alfaiate, eu sei o que é servir mesas, eu sei o que é, trabalhei como cobrador, aqui em Lourenço Marques, trabalhei como servente, trabalhei como quê mais, tenho uma experiência cheia.

Irene: Falou-me que estudou na missão suíça em Maússe e dado que a questão, o meu tema é o caso das missões no sul da província, o ensino primário das missões protestantes, o que é que me pode dizer da sua experiência, esteve na Missão Suíça?

Augusto: Estive.

Irene: O que é que viu ali, como é que aquela missão, os professores daquela missão ministravam o ensino, achou alguma diferença entre o ensino ministrado pela missão e o ensino ministrado cá fora ou pelo governo, pelo Estado, ou pelas missões e missões católicas, achou alguma diferença?

Augusto: Eu achei diferente. A diferença é esta: ali na missão, na missão suíça neste caso concreto, nós além de aprender a ciência vou chamar assim, também aprendíamos a vida, como homem: formação, formar um homem de pequeno até, portanto nós tínhamos isso, na igreja, nas escolas católicas creio que não houve porque quando eu faço a 4.<sup>a</sup> classe faço na escola católica porque a missão suíça, a nossa missão tinha sido vedada de continuar dar aulas, de dar, mesmo a 4.<sup>a</sup> classe não podia dar a 4.<sup>a</sup> classe, àquelas leis coloniais porque eles já sabiam que o colono já tinha a mínima ideia ou tinha a

certeza que o que as missões estão a ensinar não é somente aquilo que estão a ensinar abertamente, mas havia outra coisa que eles desconfiavam que é o *nacionalismo*, o *nacionalismo*. Nós tínhamos isso sem a gente perceber, éramos crianças. Por exemplo, eu aprendi, eu estudei a História de Portugal em *Ronga*. A prof. dava a história de Portugal em *Ronga*, portanto havia coisas ali que ela explicava que nós víamos era fácil, quer dizer, a Missão Suíça até aqueles homens, aqueles trabalhadores da Missão Suíça, principalmente os brancos, não digo todos, eles não gostavam de falar português connosco, falavam *Changana*, era uma forma de nos cultivar; é por causa disso que também nas igrejas, na Igreja Católica, nas escolas católicas ou mesmo na igreja noutro tempo não liam a Bíblia os crentes era proibido, era proibido eu tive problemas na escola, naquela escola porque no dia, todas as 4.<sup>as</sup> feiras de cada semana tínhamos uma aula chamada catecismo, eu estava preparado, eu vinha da missão suíça e eu conhecia mais ou menos então aquelas perguntas eu respondia quase sempre certo mas ela, a professora, a professora dava-nos aquilo que chamam hoje TPC, trabalho para casa não é? E no dia eu se não conseguisse eu tinha alguém que era o pastor Filemon Nhacale que estava ali *Chamanculu* eu sempre batia a porta, esse senhor até aborrecia porque eu encontrava está no escritório está a trabalhar eu chegava lá Mestre, ele chateava-se dizia você não sei quanto ao até que deu-me um livro tenho ali, há um livro História da Igreja Cristã e disse vai ler este livro e não vem-me chatear, entre aspas, e pronto a diferença é esta: aqueles só davam, não consigo classificar, não cultivavam o homem de amanhã, não preparavam o homem para amanhã, se o preparavam tinha que ser aquele caminho que eles quisessem, tinha de colonizar o homem e nós não sabíamos nada, portanto nas escolas da missão penso que a diferença é essa, mas grande diferença. Conhecíamos a Bíblia, ler e o ensino mesmo era diferente, como eu disse aquela senhora dava História de Portugal em *Rhonga* está a ver uma pessoa, nós falamos português não é, falamos mas já não é como quem, não é aquela língua que chamamos língua da mãe, é o que se diz não é? Uma língua materna, português para nós não era materno, entanto ela dava em língua materna para a gente entender bem, a diferença é esta.

Irene: Portanto, a alternativa a esse ensino rudimentar qual seria, um negro que não fosse à escola primária rudimentar, onde é que iria aprender, em que tipo de escola?

Augusto: Olha, em 1975 apareceu um jornalista muito bem conhecido aqui na Moamba, na Moamba não, em Moçambique, Albino Magaia, ele dava, deu uma matemática que nunca existiu, ele dizia mais de 14 e menos de 18 é igual a zero (ri-se). Não é nada disso, mas ele queria dizer alguma coisa: você com 14 anos não vai para a escola secundária, para ir à escola secundária tem que ter mais de 18 anos e só pode ir de noite, e para ir de noite tem que estar a trabalhar e se não está a trabalhar não pode ir estudar, está a ver como complicam? Mais de 14 e menos de 18 é igual a zero, fica não há de estudar mais. Portanto a alternativa é esta ou devia ser um assimilado ou filho de pais assimilados talvez sim e esses filhos de pais assimilados quem eram? Eram pessoas que o colono conhecia, via, é verdade que as pessoas têm a sua maneira de ver mas se este, esta família, este homem pedir a assimilação é aceite porque eles veem, sabem que trabalha, ganha bem, mais ou menos o homem se veste bem por aí fora, o homem que fala português davam se não tem essas condições não davam portanto é esta a alternativa que havia ou tinha 18 anos e está a trabalhar, pode ir a escola de noite, se não tem 18 anos porque também para trabalhar só pode, é aceite aquele que tem mais de 18 anos. Para trabalhar menos de 18 é menor, o menor não pode ir ao trabalho.

Irene: O que é que faziam então esses menores?

Augusto: Ficam em casa.

Irene: Ah sim!

Augusto: Porque isto era bom para o colono.

Irene: Ficavam em casa?

Augusto: Ficam. O que é que há de fazer, se não vai, não pode ir para a escola, a única escola que podia ir é esta escola católica que vai até 3.<sup>a</sup> rudimentar acabou. O que é isso rudimentar, que estudo é esse, que homem é esse, onde é que vai trabalhar fazer o quê com a 3.<sup>a</sup> rudimentar?

Irene: Pois, já agora que me está a dizer isso que, pronto, ficavam em casa se não tivessem 18 anos, é que eu já li que na altura parece que em 1933 ...

Augusto: O ano em que eu nasci.

Irene: Sim, sim, foi publicado uma lei de 1933, salvo o erro, ou posterior, que os menores, todos aqueles que fossem maiores de 14 anos tinham que estar munidos de caderneta de identificação.

Augusto: Não, não é bem isso, não é bem isso. Quem é que devia ter caderneta? É aquele que vai trabalhar, aquele porque ali é muita pena que eu não sei onde é que está eu havia de lhe mostrar porque eu tenho, eu tenho.

Irene: Ah sim!

Augusto: Eu tenho, ali tinha autorização, você quer deslocar passavam uma autorização é um, uma cadernetazinha, *autorizado a deslocar para o lugar tal* quando chegasse lá apresentava e carimbavam é a única administração que tinha. Mais tarde em 1960, salvo o erro, veio o Adriano Moreira, Adriano Moreira veio com aquela história de assimilado que até nem era assimilado, identificação que não consigo explicar há uma lei chamada semestral eu tenho ali vou mostrar está ali, de 6 de Setembro de 1961 ele veio é este que veio dizer que Moçambique é uma, deixa de ser colónia passa para província, uma das províncias ultramarinas é nesse ano então esta lei de 6 de Setembro de 1961 entra em vigor no dia 6 de Setembro de 1962 é quando abre para toda a gente ter bilhete de identidade, eu trabalhei para isso.<sup>27</sup>

Irene: Ah, não me diga!

Augusto: Eu trabalhei para isso aqui na Moamba.

Irene: Portanto foi em 1962 é quando toda a gente ...

Augusto: Toda a gente, já não é preciso requerer, já não há assimilação não há, toda a gente, claro a guerra já estava a começar 1962 já existia a Frelimo agora para enganar o mundo o governo colonial português dizia que *não nas colónias todos somos iguais, bilhete de identidade para todo o mundo*, por aí fora.

Irene: Ainda bem que agora já fico mais esclarecida, é que daquilo que eu tenho lido na teoria é que o indigenato foi abolido em 61.

Augusto: Mas 61 mesmo.

Irene: Sim, mas afinal na prática não, 61 foi na teoria, sei lá!

Augusto: Não, isso é o decreto tem um período para entrar em vigor, portanto entrou no dia 6 de setembro de 1961 e entrou em vigor em 6 de setembro de 1962, um ano depois.

Irene: Portanto foi em 62 que as pessoas começaram a ter B.I.?<sup>28</sup>

Augusto: B.I., nós andávamos lá, eu conheço Moamba de ponta a ponta porque andei em casa dos régulos.

Irene: O que é que fazia nessa altura, o seu trabalho?

Augusto: Era passar, registar as pessoas.

Irene: Sim, mas trabalhava como quem no Registo?

Augusto: Aspirante, já era aspirante do regime colonial, portanto passávamos B.I., primeiro registávamos, passávamos cédula pessoal e passávamos o B.I.

Irene: Portanto foi muito trabalho que teve nessa altura.

Augusto: É só ver o distrito como é grande, andei todo este distrito, andei (ri-se).

Irene: Portanto tinha que ir a casa das pessoas.

Augusto: Sim, embora não é em cada casa mas chegava, reuniam-se em casa do Chefe, do régulo ou onde há aglomeração de pessoas, por exemplo, nas machambas onde há muita gente em vez de ir a casa do régulo, também eles queriam assim, aproveitavam, é a mão-de-obra que não vai dispersar, vai dizer que ‘vou trabalhar, vou tirar B.I.’ quando sai depois vai passar a casa não sei o que mais, então “está aqui”, nós é que estávamos lá passávamos o B.I. acabou entra no trabalho.

Irene: Entra no trabalho?

Augusto: Sim.

Irene: Mas que trabalho?

Augusto: Chibalo.

Irene: Mas afinal não acabou o Indigenato?

Augusto: Oh minha senhora, minha senhora, se eu te fosse contar (ri-se).

---

<sup>27</sup> Ao abrigo da Lei nº 2048 publicada no Diário da República a 11 de junho de 1951, Moçambique deixa de ser colónia passando a ser província ultramarina. Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, visita Moçambique em 1961 para declarar o fim do indigenato que entra em vigor a 6 de setembro de 1962.

<sup>28</sup> O indigenato foi abolido por Portugal através do decreto-lei 43 893 de 6 de setembro de 1961 e que só entra em vigor em Moçambique através da publicação do respetivo diploma legislativo a 6 de setembro de 1962; é após esta data que inicia o processo de emissão de bilhetes de identidade a todos os indígenas



Irene: Não, mas conte-me, conte-me, faz falta, faz falta sim!

Augusto: Chibalo não ...

Irene: Então conte-me como é que foi, agora já tem B.I., já não é indígena, é emitido o B.I. e agora, pronto, vai trabalhar, conta-me essa parte.

Augusto: Eu vou contar. Eu estudei com dois assimilados ou três, um chamava-se José qualquer coisa Zibila, José qualquer coisa Zibila, era um homem de pais que tinham, trabalhei com, estudei com Betuel qualquer coisa Macavi, os pais eram assimilados. O jovem vestia bem, sapatos bonitos por aí fora, só por causa de ser assimilado, aquela professora que me não esqueço o nome dela, Maria Ângela da Cruz, era suficiente para ela gozar, nós tínhamos um miúdo pequenininho em tamanho mas era o mais (...) de todos na aula ela gostava daqueles que não sabem nada, mandava para o quadro por exemplo ou fazia aquelas perguntas e quando você não soubesse responder dizia “Oh Chitsongo” Chitsongo quer dizer chitsongo, *pequeno* “ Oh Chitsongo, não conseguia pronunciar, vai lá ensinar o teu pai” é um homem que já fazia a barba, e chegava ali se for no quadro era pequenininho tinha um banquinho que a professora mandou fazer, ele subia, escrevia e você está ali com o apagador, apagava e ele escrever depois no fim ela fazia assim com a mão esquerda, “Em nome do Pai, Filho do Espírito Santo” basta ela fazer assim a mão esquerda sabe que você errou “Você não tem vergonha! Um homenzarrão desse que devia estar numa garagem a trabalhar, estás aqui a fazer figura, um assimilado de papel, mulungo de papel, não sabe nada oh Fulano de tal chega-lhe nas ancas, palmatória! Ah, minha senhora (ri-se) estou a falar aquilo que eu vi, vi. Portanto essa coisa de assimilado era uma coisa para levar no bolso só, só e só. Você vai à procura do emprego vão saber que você é assimilado, “não, não temos dinheiro para pagar um assimilado” o que havia, eram classes, uma classe, você não pode estar a trabalhar, a varrer o chão ou a fazer o quê tem que ter um documento, não aceitavam, Quer dizer, é um *chibalo* indireto este, as pessoas não entendiam. Aqui nas machambas, eu disse que era secretário do Grupo Dinamizador aqui. Um homem que se chamava que se chama, ainda está vivo, João Cristóvão, o dono, que foi o dono quase disto até tem o nome dele numa das ruas, maltratava as pessoas, maltratava os seus, ele tinha machamba, grande machamba aqui, isto foi até aos ouvidos dos grandes, mandaram a mim com uma equipa que vinha de Maputo.

Irene: Mas quando, agora, depois da independência?

Augusto: Sim, depois da independência para irmos ver aquilo que eles tinham na escrita, tinham os contratos não sei como é que eles conseguiram, é aquela questão de autorização. Fomos ali, fomos encontrar aqueles miúdos *va teka sako wayivona sako vabocha la, vabocha hala ni hala vahambala* (pegavam num saco e furavam de dois lados e vestiam-se), a panela para cozinhar é um tambor cortado no meio, este lado e mais aquele, aquilo a chegar como se chama aquilo, milho, *titshota* (milho granulado), ali feijão o quê fomos encontrar, eu vi, fomos então pegamos naquele miúdo porque nós tínhamos documentos era uma 4.<sup>a</sup> feira (...) ele o João Cristóvão tinha a sua esposa, os seus filhos o seu concunhado, a sua cunhada por aí fora. A família juntava-se num sítio onde comiam era noite, estão ali sentados, está a comer, nós entramos, eu entrei, eu já tinha indicado o homem, *o João Cristóvão é aquele homem assim, assim*. Chegaram “Boa noite, nós queremos falar com o João” e ele disse que eu? “Nós queremos falar contigo!” Ele disse, ‘fala’. Ele diz, “Não falo contigo ali, venha aqui falar comigo”. Ele viu que este é uma autoridade da maneira como está a falar então ele apercebe-se começou a conversar com ele perguntou como é que é o trabalho como é que estão os homens lá não sei que mais. Hoje é 4.<sup>a</sup> feira o que é que estão a comer lá? Era dia de peixe. Disse ah deve ser peixe ou não sei não sei o quê tem lá é questão de irmos lá para o escritório para vermos. “Não nós já temos aqui” e ele faz um sinal chamar o miúdo, nós tínhamos trazido o miúdo. “Conhece este?” ‘Conheço’. “Então nós queremos falar contigo, mas depois deste miúdo comer está com fome “vai-te sentar ali miúdo” ele foi sentar na mesa dele, *SIM!*

**(a entrevista é interrompida com a chegada de alguém).**

Como eu estava dizendo, disseram que ele estava com fome e tinha que dar de comer primeiro. Sentou-se à mesa deles daquela maneira com ele estava vestido, mandou o servente para lhe servir, deu-lhe uma sopa, ele comeu, primeiro prato ele comeu, segundo ele comeu, fruta, tudo isso e depois ele, o outro pergunta “Estás a ver que ele não estava, não tinha comido nada mas Ok, vamos lá para a machamba” e fomos. Aquilo foi uma raiva àqueles homens quando chegamos encontramos todos aqueles miúdos lá de qualquer maneira! Chibalo, disseram “você vai connosco”, mas o João disse que ‘Eu vou com vocês, mas dê-me licença de eu falar um bocadinho depois vamos’, “fala lá”. ‘Eu nasci rico, o meu pai é rico, deixou tudo isto comigo, eu sou branco vivi esta vida que vocês estão a ver mas

eu sei que sou moçambicano porque nasci aqui na Moamba, cresci aqui na Moamba, estudei aqui na Moamba, a minha mulher nasceu aqui na Moamba, os meus filhos nasceram aqui na Moamba, o que vos peço a vocês senhores agora dêem-me tempo, vou mudar porque até ali o governo era colonial português, o colono é assim mas já estou a ver na verdade que já mudou, eu vou mudar, se quiserem-me dar tempo dêem-me tempo, vamos combinar quando é que vocês vem para vir ver como é que está. Então demos um mês e ele foi quando voltamos um mês depois tudo bonito! Portanto para dizer que esta coisa de B.I. acabar com o indigenato isto foi no papel, prática tinha aqui um homem chamado (...) matava, matar! Ele bastava dizer “Fulano, Fulano vamos embora, mete-se no carro”, sabe-se que este ele vai matar.

Irene: Mas mesmo depois de 1962?

Augusto: Não, não, antes.

Irene: E esse que me está a explicar, desse miúdo, foi antes ou foi depois?

Augusto: Foi depois.

Irene: Depois da independência?

Augusto: É, este do miúdo faminto foi depois da independência.

Irene: Mas não chegou a ser preso?

Augusto: Chegou, ficou preso, ficou preso, mas ele mudou. Primeiro ele pediu para mudar a maneira de trabalhar lá mudou, mas ele tinha, dentro dos (...) ele tinha muito gado aqui! Tinha coelhos, tinha cabritos, tinha não sei que mais, tinha cavalos, ele pouco e pouco foi tirando para Komatipoort e nós descobrimos é quando ele fica preso, fica preso; ele agora está aqui no Komatipoort, João Parson Cristóvão, portanto isto era para dizer que chibalo continuou, continuou, aquela coisa de assimilado não era nada.

Irene: Continuou até quando?

Augusto: Bom até aos nossos tempos não é 70 e 75.

Irene: 75?

Augusto: Até 75 ainda existia isso. É verdade que depois, bom existia, talvez já não existisse, até 74 porque os portugueses começaram a fugir, a partir de 74-75 já não tinham aquela *power*, já não tinham aquela força de fazer e desfazer. Este decreto que eu falei, o decreto como eu disse entrou no dia 6 de Setembro de 1961 e teve um ano para entrar em vigor no dia 7, dia 6 de Setembro de 1962 é quando se abrem delegações do Registo Civil nos distritos, então quando se abre isso é quando espalham a nós, eu fui trabalhar no Matutuine, eu sou fundador do Matutuine, na Bela Vista.

Irene: Não é em Matutuine onde havia uma escola da Missão Suíça ou qualquer coisa?

Augusto: Havia, havia escola missão suíça, sempre foi assim. Havia uma escola Missão Suíça, havia uma escola católica, havia uma igreja Matutuine, uma igreja católica, S. Roque de Matutuine até hoje está lá, a nossa escola já faliu, então quando começa a guerra, quando começa a guerra, a formação da Frelimo, é quando o governo colonial português procura tapar os olhos do mundo, pegar em nós, eu lembro o Jubileu Mulambo, o Augusto Chauque, o João Albasini não sei que mais estes nomes todos, foram postos como administradores de postos no norte, todos estavam no norte. Por quê? Porque a guerra estava lá, começava lá, então era para ver se travavam, estes travavam a guerra não sei se era para isso, então a nós começaram a aparecer os administradores negros, começaram a aparecer os meteorologistas negros, que é o caso de Durão Macamo, o António Mugabe e outros, apareceram os enfermeiros em maior número, negros, apareceram nós, portanto Registo Civil, caminhos-de-ferro já havia, contramarcas, etc. etc. tudo isso eu entendo que era para tapar os olhos, isto aconteceu.

Irene: O que significa que esse fim do indigenato foi uma coisa que passou despercebida perante o povo, os indígenas não souberam, não deram conta?

Augusto: Não, é que (ri-se) o povo, o povo chamado povo para ele a grande coisa de valor era o B.I. no bolso porque quando você andasse na cidade havia aquela coisa de passe, tira passe quando você tirar, diziam está bom. Emprego você com aquele bilhete de identidade não tinhas, não tinhas “você é assimilado, você é igual a nós como é que vou pagar”, então não aceitavam.

Irene: Pois, é que eu pensava que assim que foi decretado o fim do indigenato, abolido, seguiu-se logo a assimilação, afinal não houve um processo, teve que haver uma preparação, abriram-se delegações ...

Augusto: Delegação de Registo Civil.

Irene: Delegações de Registo Civil que dantes não havia?

Augusto: Havia registos civis, mas trabalhavam na administração para atender somente os brancos, brancos, indianos, e os filhos dos assimilados, no caso daqui estava o Bernardo Honwana, conhece, já ouviu falar?

Irene: Sim, o pai dele foi meu padrinho de registo.

Augusto: Aqui mesmo está a ver, eu tenho, eu tinha já não tenho os registos, eu tenho quase de todos esses Honwana, estão aqui.

Irene: Ele era intérprete, não é?

Augusto: Era, o Raul Bernardo Honwana, chamava-se assim, era intérprete os filhos todos formados.

Irene: Portanto, abriram-se delegações especificamente para emissão dos B.I.

Augusto: Sim para se tratar dos indígenas até acabar.

Irene: Isso foi em 62?

Augusto: Foi em 62 até acabaram com esse nome de indígena aplicaram outro nome como chamam qualquer coisa das ... (pensativo).

Irene: Um dia vai-se lembrar.

Augusto: Hei de lembrar.

Irene: Portanto foi muito trabalho, e as delegações aqui em Moamba quantas delegações houve?

Augusto: Foi uma, em cada distrito uma delegação, como eu disse os Registos Civis funcionavam na administração, mas quando se abriram as delegações nós passamos para ali.

Irene: Continuou o Registo Civil, ali?

Augusto: Não, tudo já não há indígena não sei quê tudo é o mesmo livro, mesmo os casamentos, os casamentos tudo passou para nós ali.

Irene: Porque dantes como é que eram os casamentos?

Augusto: Os casamentos dos indígenas é pagar lobolo e depois vai à administração, vai registar. É verdade que eu conheço isto tudo porque trabalhei não é, trabalhei nisto, aquilo é um casamento mesmo, era casamento entre indígenas. Havia um livro chamado modelo 6, salvo o erro, se escrevia às tantas horas, tantos minutos do dia tal compareceu o indígena Fulano por aí, aquelas coisas todas, registava.

Irene: Mas já não existem esses livros?

Augusto: Já não, já não existem.

Irene: Quer dizer os livros, não há arquivo para isso?

Augusto: Estão, estão ali.

Irene: Estão onde?

Augusto: Estão ali eu tive problemas.

Irene: Não me diga, estão onde?

Augusto: Aqui no Registo Civil.

Irene: Mas esse registo do casamento dos indígenas?

Augusto: Estão na administração, esse livro do casamento dos indígenas se eles não deitaram fora estão na administração. Eu digo isso porque houve uma campanha chamaria assim, aquela questão de raiva tudo o que é do colono queimem, queimem eu disse que estes meus livros aqui não se queimam, não queimem nenhum nós vamos precisar e eu tenho ali. Aqueles casamentos antiquados, os registos, os registos que eu tenho de nascimentos começaram em 1913 aqui, eu tenho aí os livros, 1913.

Irene: Bem, a mim interessava-me ver esse dos indígenas.

Augusto: É o modelo 6.

Irene: Interessava-me ver esse dos casamentos dos indígenas.

Augusto: Isso não sei se eles guardaram ou não.

Irene: Pois aí é que está!

Augusto: Não há maneira, eu não sei, não sei onde é que eu posso ir buscar uma certidão porque eu tenho, porque eu casei como indígena, eu tenho uma certidão de casamento indígena só que não sei onde é que está, como vê estes livros e cadernos, mas eu tenho.

Irene: Pois eu precisava de só ver um modelo daquilo.

Augusto: Não sei onde é que eu tenho pa, não é muito fácil de encontrar, mas eu tenho uma certidão não sei se tenho aonde ah! Não é fácil, talvez .... Documentos desses talvez ... bom não é fácil, mas eu tenho, ao andar do tempo posso encontrar.

Irene: Portanto registava-se o casamento indígena na administração, portanto como é que decorria todo o processo desse casamento do princípio até ao fim, pode-me contar como é que era o procedimento?

Augusto: Não havia processo nenhum. O jovem, o homem lobolava lá, os pais pegavam na sua filha e o outro pegava no seu e vão à administração para registar o casamento. Não há processo nenhum, é só declarar verbalmente então escreve-se. Aquele que sabe assinar assina, aquele que não sabe, não há problema.

Irene: Escreve-se?

Augusto: Escreve-se, registar, está registado.

Irene: No livro próprio?

Augusto: No livro próprio é mesma coisa, os outros também há livros próprios.

Irene: E agora vamos supor, naqueles tempos a pessoa podia ter a 2.<sup>a</sup> mulher, podia ter a 3.<sup>a</sup>, registava-se também?

Augusto: Registava-se. Não, não, não minto, isso não sei, mas o que eu sei é que havia um caderno chamado *recenseamento* esse caderno estava o nome do chefe que é o pai, que é o homem, a seguir o nome das mulheres. Tinha 1, 2, 3, a primeira, a 2.<sup>a</sup> por aí fora, isso sei eu; agora em termos de registo não, não me recordo ter havido isso.

Irene: Agora esse caderno com o nome das mulheres já não existe para ver o modelo?

Augusto: Já não existe. Eu tenho só que como eu disse não sei onde é que está, eu gostei de guardar as minhas coisas.

Irene: Eu entendo, e também entendo aquilo que está a dizer que, porque eu já ouvi outra pessoa que também me contou que depois da independência houve muitos que disseram “nós não queremos nada com coisas dos colonos” e queimaram-se coisas, etc. Portanto entendo quando diz que provavelmente os tais registos podem não estar ali.

Augusto: Podem não estar ali, quem era o administrador na altura? Tínhamos o administrador, tínhamos um cabo-verdiano, um cabo-verdiano que estava aqui e depois foi preso porque estava ligado a uma rede, tiravam coisas, roubavam.

Irene: Porque seria interessante comprovar que aqueles casamentos eram registados ...

Augusto: Isso tenho a certeza.

Irene: Era bom, e se pudesse encontrar a cópia do seu registo de casamento, da sua certidão.

Augusto: Não sei quanto tempo vai ficar aqui, digo cá em Maputo.

Irene: Eu vou estar até outubro.

Augusto: Está bem, vai ficar com o meu número, já tem?

Irene: Já tenho, sim.

Augusto: Vai ficar com o meu número, de vez em quando, eu hei de procurar, eu tenho certidão que tenho se não é certidão minha é o da minha esposa porque o casamento foi entre os dois. Portanto a questão do indigenato acabou assim, também havia um código de qualquer coisa de indigenato, eu hei de seleccionar e depois hei de mostrar, eu tenho aqui.

Irene: Por acaso, eu agradecia. Quando tiver oportunidade preparar-me os documentos e depois eu venho cá ver.

Augusto: Ya, o estatuto, o estatuto dos indígenas quando é que foi abolido, essa coisa de trabalhos forçados também tenho aí.

Irene: Tudo o que puder reunir, eu posso vir aqui tirar cópias.

Augusto: Está certo.

Irene: Falou-me de que estudou na Missão Suíça?

Augusto: Em Maússe.

Irene: Significa que ainda pertence à Igreja da Missão Suíça?

Augusto: Eu pertenço à Missão Suíça.

Irene: Sempre foi da Missão Suíça?

Augusto: Fui sempre. Os meus pais eram, quando nós nascemos não nos mostraram outra igreja mostraram àquela. Eu fui batizado em 1944 quando era pequenininho.

Irene: Onde?

Augusto: Em Maússe, até nem é em Maússe, lá na minha terra em Chicongolo, estava um missionário chamado (...) era um suíço, ele andava de paróquia a paróquia.

Irene: Como se chamava?

Augusto: Ernest (...).

Irene: E quando chega a Lourenço Marques, disse que a igreja era ali.

Augusto: Em Chamanculu, mas estudei em Covo, porque eu já tinha a 3.<sup>a</sup> elementar, minto eu tinha a 3.<sup>a</sup> rudimentar, tinha que ir para elementar e isso só podia ser em Covo.

Irene: Covo tinha o ensino elementar?

Augusto: Não tinha, nós, eles ensinavam clandestinamente e fazíamos o exame ad-hoc (ri-se).

Irene: Ensinavam clandestinamente, mas pensei que fez a 4.<sup>a</sup> classe ...

Augusto: Na escola católica.

Irene: Ali foi a 3.<sup>a</sup> elementar que fez?

Augusto: Foi a 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: E depois teve que sair para a igreja católica para fazer o exame da...

Augusto: Não, quando eu faço a 3.<sup>a</sup> elementar faço, estudo clandestinamente na Missão Suíça, quando chega o dia, a época dos exames escrevemo-nos como, como chamavam aquilo? Ensino quê, doméstico?

Irene: Particular?

Augusto: Não era particular, mas parece que é ensino doméstico, portanto o exame *ad hoc* fui fazer exame assim, passo 3.<sup>a</sup> elementar, quero ir para a 4.<sup>a</sup> já não podiam fazer isso é verdade que eles davam à maneira deles eu salto para a escola católica para fazer a 4.<sup>a</sup>.

Irene: Frequenta a escola católica?

Augusto: Frequento a escola católica.

Irene: Durante um ano?

Augusto: Durante um ano, vamos ao exame porque também estes não tinham autorização de fazer os exames de 4.<sup>a</sup> classe, vamos a uma escola oficial para fazer exame.

Irene: Ah, a escola católica não tinha autorização?

Augusto: Para a 4.<sup>a</sup> classe não tinham então vamos à escola oficial, eu fiz o exame naquela escola Correia da Silva antigamente, hoje é 25 de junho.

Irene: Em que ano é que foi isso?

Augusto: 1952 é 52, portanto em Maússe tínhamos aquela escola, tínhamos a igreja e tínhamos o hospital.

Irene: Ah, tinham as três coisas?!

Augusto: Tínhamos as três coisas no mesmo sítio estava um médico, nós chamávamos médico, ele não era médico, o, o, o como é que chamavam? Mas em Chicumbane estava o Belchaut (?), já ouviu falar desse?

Irene: Sim, já ouvi falar.

Augusto: Era o único hospital mais conhecido a nível de Maputo, de Gaza é ali onde eu frequentava, a escola de Eduardo Mondlane também estudou ali em Maússe.

Irene: E agora, Maússe era perto de Tavane?

Augusto: Ya.

Irene: Onde havia a missão Nazarena?

Augusto: Missão Nazarena onde estava o prof. Banze.

Irene: Esse é meu pai.

Augusto: Ah, chi James!

Irene: É meu pai, é meu pai.

Augusto: Conheci esse, é claro eu era pequenino, espera aí, espera aí, espera aí o prof. Banze pá, ele está vivo está ali eh o que quero dele está a fugir *Ceifeiros da seara estão um pouco fracos sois mais fortes Cristo é vosso mestre* (ri-se). Eu conheci, eu era pequeno, mas eu conheci bem. Havia uma ligação Missão Suíça-Tavane, Maússe-Tavane. Eles vinham para Maússe e nós íamos para Tavane, ele ensinou-nos essa música nunca esqueci até hoje, o prof. Banze, ya, ya, ya está bem. Ele era de estatura baixinha?

Irene: Sim, sim.

Augusto: Pois, então é ali onde eu estudei, custou-me muito, tinha que andar 13 km diário, 26 por dia, ir e vir, íamos de manhã e só voltávamos à noite para dormir.

Irene: Senhor Mondlane, gostei muito deste momento, acho que aprendi muito, há muita informação, espero ter mais alguma, conforme disse, essa dos registos quando tiver a oportunidade.

Augusto: Eu queria ver este livro, só para lhe mostrar, está aqui (procura o livro e passado algum tempo encontra) está aqui!

Irene: Ah! Oh já viram! Oh sim senhor, é um livro importante, estou a ver ... (termina aqui a entrevista por ter acabado a carga do gravador sem que a bolseira desse conta).

## Informante nº 18 – Eugénio Chivite (IEC-83)

Data da entrevista: 12/02/2004

Duração da entrevista: 52 minutos

### Caracterização da entrevista

Com 83 anos de idade, natural de Manjacaze (Gaza), Chivite, pastor aposentado da Missão Suíça, iniciou os seus estudos na escola rudimentar da Missão Suíça em Maússe (Gaza), prosseguindo os estudos ao nível do ensino elementar como interno do lar da Missão Suíça em Lourenço Marques. Obteve a formação de habilitação de instrutores pela Missão Suíça em Chicumbane (Gaza) e em Ricatla tirou o curso de pastor. Foi funcionário dos CTT desde 1963 e integrado no setor aquando da independência. A entrevista foi realizada nas instalações da Igreja Presbiteriana em Maputo. O estado de saúde de Chivite aparenta ser muito bom, sendo de referir que veio para a entrevista de transportes coletivos *chapa*. Tem uma excelente memória e é viúvo.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito bom dia, sr. Pastor.

Chivite: Bom dia nossa irmã.

Irene: Pastor, agradeço a oportunidade que me concedeu. É para mim um privilégio estar aqui nas instalações daquilo que já foi conhecido como Missão Suíça, mas que atualmente é a Igreja Presbiteriana ...

Chivite: Sim, sim.

Irene: E quero agradecer imenso porque o pastor saiu da sua casa e veio até aqui propositadamente para se encontrar comigo. Acabo, pastor, de dizer que a minha visita, este nosso encontro, está no âmbito de um estudo que estou a fazer em Portugal sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino primário rudimentar e respetiva profissionalização ministrado pelas missões protestantes no sul de Moçambique. Por ter tido conhecimento, tendo ouvido que o pastor faz parte direta, ou indiretamente, desse grupo, gostaria que me informasse tudo o que sabe sobre esse ensino primário rudimentar, ou mesmo a sua própria experiência de vida durante o tempo colonial no ensino. E já sei que é pastor. Pronto, tudo o que me possa dizer daquilo que se lembra, não é, a gente não pode lembrar tudo.

Chivite: Bem talvez para ser muito mais concreto porque posso dizer muita coisa, outra coisa que não é necessário e talvez deixar outra coisa que é necessário.

Irene: Esteja à vontade.

Chivite: O que posso dizer é que agradeço o nosso encontro aqui. Conheci o seu pai, infelizmente a mãe não, como ele era professor lá na nossa área em Manjacaze e conhecemo-nos assim. Eu fui aluno de três gerações; primeiro, desde a minha infância não sei em que ano, o meu pai começou a ensinar-me em landim até concluir a *Buku yava Hlayi* que é o livro que a pessoa já lê bem, bem, bem quando sai nesse livro já pode ler bem a Bíblia e nessa altura já pode sair para as escolas oficiais para aprender o português. E assim em 1940 o meu pai mandou-me para a escola do Estado a fim de aprender o Português, já sabia escrever em Landim e adaptei em português<sup>29</sup>. Aprendi em Português lá, mas infelizmente por motivo de transição, saia do Estado para a Igreja Católica Romana pelo Acordo que fizeram com o Vaticano nessa altura. Todas as escolas, o ensino das colónias tinha que estar nas mãos dos padres e no ano seguinte o meu pai tirou-me lá na escola católica e o professor que estava lá era um professor do Estado que também era um professor da nossa igreja da Missão Suíça, formado também cá em Ricatla; um professor que mais tarde foi régulo aqui em Manhiça, Novidades Matainga. Foi esse meu primeiro professor, em Português, e quando saio de lá para a Igreja Presbiteriana da Escola Rudimentar da Missão Suíça encontrei que lá o ensino era muito diferente. Lá já estive na 2.ª classe quando chego lá o professor deu-me a prova, a avaliação, viu que nem sabia fazer aquela coisa de paus,

---

<sup>29</sup> A deduzir da publicação de 1950 "Buku ya Vahlayi III", Swiss Mission in S.A., Doorfontein, Johannesburg, a publicação é um pequeno manual de ensino escrito em língua Tsonga. Nele relatam-se fábulas, biografias de figuras históricas e bíblicas, sendo que em cada uma das narrativas colocam-se 3 questões para o aluno responder. Da afirmação do informante conclui-se que o manual foi concebido para a alfabetização das crianças em idade pré-escolar em preparação para o ingresso no ensino primário.

sistema da Missão Suíça, dezenas, o que é composição, não sabia o que estavam a fazer e por isso ele disse que não, “você não sabe nada”, e comecei no banco é onde as pessoas sentam que não sabem escrever, e depois fui à *mabankweni* (aprender nos bancos), *amitsondzweni* (aprender debaixo das árvores), principiante, *mitsondzweni* (aprender debaixo das árvores), no ano seguinte 1.<sup>a</sup> classe já a *kerekeni* (aprender dentro da igreja), agora e 2.<sup>a</sup> A, 2.<sup>a</sup> B, 3.<sup>a</sup> Rudimentar e depois o 6.<sup>o</sup> ano e fomos fazer o exame lá na escola Galhardo em Manjacaze juntamente com Abrão Ndjalane e outros, Maússe já falecido, o tal Maússe, e ficamos aprovados. Eu fui um daqueles que ficaram aprovados, só ficaram aprovados parece 6 ou 8 lá nesse exame, e depois daí atrasei um ano porque em Maússe não havia ensino elementar tinha que ser em Maputo, em Maputo o meu pai não tinha nenhuma pessoa que podia-me receber; infelizmente, é nessa altura que tinha pedido alguns anos para ele trabalhar na África do Sul. Como era mineiro foi lá trabalhar e aproveitei aquele tempo para vir em Maputo trabalhar como serviçal, trabalhei

Irene: Em Lourenço Marques?

Chivite: Em Lourenço Marques. Trabalhei nessa avenida aí perto aí, no quintal mas não aguentei aquele sistema das senhoras *vahani* (donas) ali, e depois de um mês saí para estar na Cervejaria onde só trabalho entre os homens e lá o meu pai veio da África do Sul tirou-me, e veio falar com o professor/diretor Andre-Daniel Clerc aqui em Covo e no ano seguinte em 1949 vim começar estudar elementar; elementar 1949 a 1950; 4.<sup>a</sup> classe 1950-1951; e depois de 1951 fui numa escola da formação pedagógica em Chicumbane que era da Missão Suíça, de instrutores, e lá tirei o curso e depois desse curso entrei a trabalhar.

Irene: Que curso?

Chivite: É curso de habilitação de instrutores para ser educadores da Juventude e também ensinar nas escolas como já tinham fechado o Ricatla para professores e o governo colonial tinha prometido de que lá em Alvor vão entrar um X percentagem dos protestantes mas a maioria era católica, mas essa minoria dos protestantes fecharam não havia nenhum protestante que podia entrar lá e os professores na altura e noutro tempo já eram raros. Uns, a maioria estava no Estado, aqueles que já estavam nas igrejas. Uns iam para a Escola de Teologia para ensinar nas missões protestantes. Lá não havia um maior número e assim a igreja viu que vale a pena em Manhiça abrir um curso, ou iam para Cambine e serem formados como catequistas e também uma parte da escola; e Ricatla também onde abriram um curso para formação pedagógica lá. Mas os de Chicucue, não, os de Cambine, e os de Ricatla não podiam ser professores/diretores porque não tinham diploma, porque o inspetor colonial quando vai numa escola quer diploma do professor que está lá a ensinar e depois tinha que exhibir o diploma, quando não tem diploma pode fechar a escola; por isso cada escola tinha um professor *diplomado* depois com os outros dessa formação; seja em Ricatla, seja em Cambine ou uma formação local que ensinavam. Mais tarde com essa dificuldade de já não haver mais professores disseram que aqueles que têm o 2.<sup>o</sup> ano podem ser professores e nessa altura os daqui muitos iam no Colégio Pedro Nunes onde eram formados e depois do 2.<sup>o</sup> ano iam como professores oficiais em qualquer lugar onde se encontravam e assim é nessa altura que houve essa situação. Uns foram para Pedro Nunes e outros foram para Ricatla para formação como pastor; mais tarde como eu também fui lá. Mas quanto ao ensino rudimentar em si nas missões os alunos tinham muitas dificuldades por causa da perseguição da Igreja Católica. Nos caminhos tinha que ser preso, ser obrigado a ir nas escolas católicas. Os pais tinham que defender; se o pai for muito fraco acabava por deixar seu filho na Igreja Católica, mas se for muito forte já podia permanecer na igreja, no ensino rudimentar das igrejas protestantes. Somente é que o ensino das igrejas protestantes, ensinado nas escolas protestantes, era considerado melhor em comparação com o ensino rudimentar das escolas católicas. Uma das provas é que a maioria, alguns dos professores católicos preferiram casar as mulheres formadas na Missão Suíça.

Irene: Ah sim!

Chivite: É. E assim foi, e os padres também preferiram ter os professores da Missão Suíça, eles eram bem acarinhados para pudermos permanecer lá no seu ensino e assim muitos ficaram lá. Alguns ficaram lá, alguns vinham, voltaram cá porque lá como que entraram na Igreja Católica e como as escolas onde ensinavam eram do Estado entraram como professores do Estado. E quando a Escola é do Estado já passou para a igreja Católica, esse professor também deve ser da igreja Católica e podia dar toda a instrução mas para a educação cristã tinha que mandar um, aquele que é batizado e crismado na Igreja Católica, vir da missão para ficar aqui onde o professor está a ensinar, ele a ensinar a doutrina. Quem tinha mais valor para o padre era esse batizado aqui porque sabia que conhecia a doutrina católica e era



da sua preferência, mas como não tinha a instrução suficiente para poder ensinar na escola o professor era só ensinar os alunos da 1.<sup>a</sup> até rudimentar, e assim as coisas correram.

Irene: Disse-me que em Chicumbane foi tirar o curso de Habilitação ...

Chivite: É onde começou o curso de instrutores para ensinar a juventude e mais tarde saiu de Chicumbane para estar em Ricatla até aqui esse curso existe de formação de instrutores. Lá ensina pedagogia, psicologia e toda a metodologia de ensinar.

Irene: Ah é isso que queria saber, portanto esse programa de ensino pertencia ao ensino do Estado ou era próprio da Missão?

Chivite: Era próprio da missão, mas o governo colonial não reconhecia.

Irene: Portanto, suponho que as pessoas que iam lá tirar esse curso, tinham que ter alguma escolaridade, que nível?

Chivite: Tinha que ter a 4.<sup>a</sup> classe feito, com diploma, e depois ia para esse curso; ou elementar, mas geralmente 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Mas parece que ter 4.<sup>a</sup> classe não era algo fácil.

Chivite: Bem nessa altura a 4.<sup>a</sup> classe era a 10.<sup>a</sup> classe, era equivalente à 10.<sup>a</sup> classe (ri-se).

Irene: Mas havia pessoas com 4.<sup>a</sup> classe que iam tirar esse curso?

Chivite: Sim havia, havia.

Irene: O curso era lá em Chicumbane e, por aquilo que me falou, em Cambine também tinha curso.

Chivite: Isto é, a 4.<sup>a</sup> classe eu tirei aqui em Covo, depois do Covo mandaram-me lá para o curso de instrutor onde iam as pessoas que têm 4.<sup>a</sup> classe, assim como os que tinham a 4.<sup>a</sup> classe também iam a Cambine.

Irene: Em Cambine, para tirar que curso?

Chivite: De catequista e prática agrícola, lá também.

Irene: Portanto, em Cambine dava-se o curso de catequista e de prática agrícola?

Chivite: Sim, sim, é esse que Eduardo Mondlane tirou.

Irene: Ah sim, Eduardo Mondlane tirou o curso de catequista e de prática agrícola?

Chivite: Sim, sim.

Irene: Disse-me que a Cambine ia também pessoas que já tinham a 4.<sup>a</sup> classe?

Chivite: Sim, sim já tinham a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Vou recapitular, disse-me que em Chicumbane era o curso de instrutor da juventude?

Chivite: Sim, é para ensinar nas escolas, tinha a formação da juventude, educação da juventude também.

Irene: Para ensinar nas escolas, mas só as escolas das missões protestantes?

Chivite: Sim, sim.

Irene: Agora esses alunos que eram formados ali em Chicumbane conseguiam colocação só nas missões?

Chivite: Só nas missões sim.

Irene: Não no Estado?

Chivite: Não no Estado, quem mandava eram as missões.

Irene: E quando chegassem às missões ensinavam que classes?

Chivite: Ensinavam até 2.<sup>a</sup> classe porque 3.<sup>a</sup> classe tinha que ser um professor com diploma.

Irene: E o Estado sabia que havia aqueles instrutores?

Chivite: Ah, são ajudantes, eram tidos como ajudantes o responsável é ele que ensina a 3.<sup>a</sup> classe.

Irene: E o Estado permitiu essa situação de haver esses ajudantes?

Chivite: O interesse dele é encontrar quem é o professor, o professor com diploma se disser que sou eu então esse é que era o responsável, como havia muitas classes não podia haver dois professores ou quatro professores, devia haver somente um professor diplomado numa escola.

Irene: Ah sim, um professor só numa escola?

Chivite: Diplomado, como era raro.

Irene: Portanto, esses ajudantes não eram perseguidos pelo Estado?

Chivite: Ah não, é como na enfermagem, há doutor primeiro e até a base, são colaboradores do doutor.

Irene: E no seu caso, tirou aquele curso em Chicumbane e, depois, quando saiu de lá?

Chivite: Estive cá em Maputo cinco anos.

Irene: Mas não ensinou?

Chivite: Não, ensinei na escola no Covo, Chamanculu.

Irene: Ah foi professor-instrutor, neste caso.

Chivite: Sim, sim professor e instrutor.

Irene: De que classes?

Chivite: Desde a primeira, bem desde a pré-primária até 2.<sup>a</sup>.

Irene: Durante cinco anos?

Chivite: Sim, é uma dessas classes.

Irene: Portanto, quando saiu de lá quem era o responsável, falou-me de André Clerc?

Chivite: É André Daniel Clerc. André Daniel Clerc era o diretor de todas as missões da Missão Suíça, é ele que educou o Eduardo Mondlane, desde 1932, salvo o erro ou 1933, esteve cá a tomar conta das missões.

Irene: Portanto, tem a experiência de 5 anos lecionando como professor; e depois falou-me que trabalhou na Cervejaria, foi quando? Não sei se disse que foi antes ou depois dos cinco anos.

Chivite: Não foi antes, é depois de rudimentar como não tinha colocação cá, não tinha lugar era uma fuga não é, não queria ir trabalhar lá para Joni, na nossa altura o melhor emprego era para Joni (Joanesburgo).

Irene: Foi depois dessa altura que foi a Chicumbane?

Chivite: No Covo elementar, e 4.<sup>a</sup> classe no Covo, e depois daqui para Chicumbane.

Irene: Aqui no Covo dava-se a 4.<sup>a</sup> classe?

Chivite: Sim, particular, aqueles que têm vocação para trabalhar para a igreja, elementar era para todos.

Irene: Onde faziam o exame?

Chivite: Nas escolas oficiais.

Irene: E não aqui no Covo?

Chivite: Não, não aqui no Covo.

Irene: E o exame rudimentar fazia-se aqui no Covo?

Chivite: Não, também era lá nas escolas oficiais.

Irene: Aqui em Maputo, Lourenço Marques, o exame rudimentar fazia-se nas escolas oficiais?

Chivite: Sim, sim, sim.

Irene: Entretanto os professores davam aulas aqui?

Chivite: Davam aulas aqui, não eram de alta confiança. É que quem mandava na altura era o padre, a Igreja Católica é que mandava, e assim às vezes obrigava, obrigava até aprender a doutrina nos últimos anos. Tinha aqui nas escolas Ave-Maria, Salve Rainha, Cheia de Graça, toda aquela doutrina, Padre-Nosso, quando escrever Pai Nosso vai reprovar.

Irene: Tinha que escrever Padre-Nosso?

Chivite: Sim, sim.

Irene: Não pode dizer Pai Nosso?

Chivite: Saber como se escreve Padre-Nosso, Salve Rainha.

Irene: E aqui na Missão Suíça não ensinavam isso?

Chivite: Não tinham que ensinar, se não quando vai ao exame vai reprovar.

Irene: E os professores da Missão Suíça que davam aulas aqui eram formados onde, em Ricatla?

Chivite: Os primeiros já eram poucos, os formados em Ricatla, porque esses já tinham passado pelo professorado ao passo que já os últimos a maioria era de formação do Alvor.

Irene: Portanto em Maússe foi onde estudou a sua primeira parte, a primária, a começar mesmo a escola?

Chivite: Sim, sim desde os 6 anos lá em Maússe até Rudimentar em Maússe.

Irene: E vivia onde, dentro da missão?

Chivite: Não, eu vivia lá em casa, a minha casa ficava a 4 km de Maússe.

Irene: Portanto, ia todos os dias à escola. Havia missionários em Maússe?

Chivite: Havia, havia missionários; havia um missionário que era, na minha entrada, havia um missionário, Ernesto (...) e havia uma que tomava parte do dispensário do hospital, do posto de saúde que estava lá; havia uma ou duas que estavam lá, que tomavam conta, e depois havia um que tomava conta da juventude, no meu tempo era Natália Sumbane.

Irene: E nessa altura, a missão Nazarena em Tavane já existia?

Chivite: Já existia, já existia há muito tempo!

Irene: E havia alguma relação entre a Missão Suíça e a Missão Nazarena?

Chivite: Sim, havia uma relação entre a Igreja Missão Suíça, Nazarena e as metodistas e aqui onde estamos aqui é pousada, esta pousada aqui foi preparada através deles e aqui à frente aqui era Conselho Cristão, reunia o Conselho Cristão, esse Conselho Cristão era dessas cinco missões que são as igrejas fundadoras do Conselho Cristão.

Irene: Quais são?

Chivite: Missão Suíça, Metodista, Metodista Episcopal, Metodista Livre, Igreja Nazarena, Igreja Wesleyana, são as que eu lembro, as igrejas que foram fundadoras; e depois a Igreja Anglicana só no último tempo da transição da luta armada já entrou porque dantes não era, mas foi uma das primeiras entradas, e depois entraram Batistas e mais outras que já estão cá em grande número, mas as fundadoras são essas cinco, mas quem impulsionou foi a Missão Suíça porque tinha instalação e como podemos trabalhar em conjunto e assim criaram, construíram aqui o Lar Covo, Covo Lar e lá em Cambine, lá em Inhambane uma escola de enfermagem também.

Irene: Mas essa escola de enfermagem em Cambine era ...

Chivite: Era do Conselho Cristão, era em conjunto.

Irene: A escola de enfermagem de Cambine era do Conselho Cristão, não era da Igreja Metodista?

Chivite: Não, era do Conselho Cristão; bem era das igrejas do Conselho Cristão. Assim como o outro lar que se encontra na Beira; há um lar também que construíram quase semelhante ao de Covo.

Irene: Mas construíram o lar naqueles tempos, no tempo colonial?

Chivite: Sim, sim, para proteger os seus alunos, podiam ficar lá a estudar o ensino secundário (...).

Irene: Os alunos que estudavam aqui ficavam também no Covo?

Chivite: Sim, primeiro ficaram aqui numa (...) do Covo, nos anos 40, 50 e foi na década de 60 ou 70 que construíram o Covo, o lar Covo, Covolar como se diz, mas a maioria, esses que estão na Frelimo que foram para Tanzânia saíram daqui nessa pequena casa que se encontra, é onde ficavam, Gabriel Simbine e os outros, até o Urias Simango também esteve aqui, ficou aqui.

Irene: Para o ensino primário rudimentar, as missões tinham escolas profissionais para seus alunos ou todos os alunos que terminavam ali iam para fora, como é que era, por exemplo no seu caso? Disse que depois foi tirar o curso de pastor não foi isso?

Chivite: Sim. É que desde a 1.<sup>a</sup> classe que existe nas igrejas, seja metodista, seja nazarena, sempre havia aula, havia uma disciplina da Bíblia dentro da escola, havia disciplina da Bíblia do ensino que anualmente ia até rudimentar e quando vai na elementar também havia Bíblia, 4.<sup>a</sup> classe havia Bíblia mas quando chega no rudimentar e no elementar em que se terminava falava-se de vocação como uma coisa muito útil que a pessoa pode fazer na igreja como carpinteiro, serralheiro, professor, médico e tanta coisa. “Qual a sua inclinação, que você deseja fazer”, e depois a pessoa escolhia pronto. “Queremos este”, ‘quero que a igreja me prepare’, pouco depois ia avistar os da igreja e aqueles que são da igreja começavam a dar, e das igrejas metodistas eram enviadas para estarem aqui em Covo para poderem estudar continuando no Colégio Pedro Nunes que tinha o ensino secundário até ao 5.<sup>o</sup> ano porque não podia entrar nas escolas lá no Liceu porque tinham mais de 12 anos, lá não podiam entrar com mais de 12 anos, no Liceu só entra com 12 anos quem faz 4.<sup>a</sup> classe com 12 anos pode entrar lá. É uma das causas que só poucos que entravam lá, a maioria esteve quando já tem 15 anos, 14 anos, 16 anos até 18 e depois esses iam para o Colégio Pedro Nunes, fica muito perto aqui antes de chegar ao arcebisado.

Irene: Ah era por causa da idade! E no Colégio Pedro Nunes não se pagava?

Chivite: Pagava-se, quem pagava era a Igreja, era o fundo da Igreja, o Fundo do Conselho Cristão, quem sabia e administrava as coisas era o Dr. Clerc.

Irene: E os dirigentes/diretores do Colégio Pedro Nunes não pertenciam à igreja?

Chivite: Não, não, era um português que tinha aberto esse ensino lá, esse colégio.

Irene: É que pensei que fosse um português que era pastor.

Chivite: Não, não, não era pastor, não sei se era da igreja, mas ele não pertencia à Igreja Presbiteriana como os nossos dirigentes.

Irene: É que a sensação que tinha, é que a mulher, era mulher do pastor da Igreja Baptista, se calhar não?

Chivite: Não sei mais tarde, mas na década de 1949 em diante era um diretor.

Irene: Bem, esses que iam para o Colégio Pedro Nunes queriam continuar os estudos e agora, quanto aos outros que queriam ser carpinteiros, pedreiros como é que faziam se a vocação era apenas para essas áreas?

Chivite: Iam para Cambine, em Cambine tinha uma escola de formação para a Missão Suíça. No meu tempo mandava para Chicumbane porque lá estava o (Von ...) um Mestre da Igreja Presbiteriana que construiu, fez escolas e o hospital de Chicumbane chamado (Von ...) e depois ele ensinava, ensinava carpintaria, serralharia e muita coisa. Eu, quando eu era instrutor ficava com esses ali quando estava naquela formação porque felizmente nós éramos dois que estávamos lá para tirar o curso de instrutor, a maioria estava naquela formação profissional.

Irene: E quanto às profissões femininas, a missão o que é que dava às mulheres?

Chivite: Para as mulheres geralmente podia ser o ensino e enfermagem, as duas coisas.

Irene: A enfermagem onde é que era?

Chivite: A enfermagem no meu tempo era uma formação local. Os da igreja Metodista formavam os seus lá e a igreja presbiteriana também. Cada hospital preparava os seus à sua maneira e tinha o hospital de Chamanculu, e o hospital de Chicumbane, o hospital de Cambine não, não de Chicucue.

Irene: Que era Metodista?

Chivite: Mas lá no Hospital de Chicucue havia uma formação na década de 1940, 1950, até as moças iam tirar o curso lá.

Irene: Era uma formação exclusivamente feminina?

Chivite: Era uma formação feminina, tivemos algumas moças que foram tirar o curso de enfermagem lá e depois mais tarde vinham para a formação de professor em Ricatla.

Irene: Agora comparando o ensino profissional das missões com o ensino profissional do Estado, por exemplo, eu sei que havia uma escola de artes e ofícios aqui em Moamba, etc. O que é acha, como é que avalia o nível do ensino profissional das missões protestantes?

Chivite: Bem o nível de formação quase que havia uma pequena diferença. Os das missões era melhor, digo isto porque tivemos um que foi formado lá na Escola de Artes e Ofícios, Alfredo Buleni Mucassi, e quando abriram aquele trabalho de Chicumbane ele foi lá ser um colaborador, depois com esse Von (...) aperfeiçoou os conhecimentos que ele adquiriu lá em Moamba; achou mais aperfeiçoado quando trabalhou com o tal Mestre suíço, era serralheiro.

Irene: E no que se refere ao curso de enfermagem das mulheres nas missões protestantes e o do Estado, que avaliação faz?

Chivite: Bem como eu não sei as particularidades da enfermagem não sei, somente os que estão nesse ramo mas depende do nível de preparação, de ano para ano.

Irene: Portanto foi em Ricatla onde tirou o curso de pastor?

Chivite: Sim.

Irene: Em que ano?

Chivite: Eu fui dos primeiros alunos para abrir aquele curso de formação.

Irene: De pastor?

Chivite: De pastores no Seminário Unido em Ricatla porque existem dois níveis, a Igreja Metodista, os metodistas formavam os seus professores, os seus pastores lá, Missão Suíça também.

Irene: Onde, em Inhambane?

Chivite: Na igreja deles, a Igreja Presbiteriana também no seu lado, mas tiveram um encontro que devemos ter uma escola de formação conjunta e eu fui um dos primeiros 14 alunos que estivemos lá.

Irene: Em que ano?

Chivite: 1958 a 1962, foram 4 anos.

Irene: E depois disso trabalhou como pastor?

Chivite: Sim trabalhei como pastor e também trabalhei como funcionário público.

Irene: Funcionário público no tempo colonial?

Chivite: Sim.

Irene: O que é que fazia no Estado?

Chivite: No Estado eu era funcionário público nos Correios. Fui colocado no dia 30, admitido no dia 30 de novembro de 1963, fui colocado para trabalhar na Beira e prestar os meus serviços em Nampula por ser protestante.

Irene: Por ser protestante?

Chivite: Para me separar dos protestantes, isto é, a minha verba era para eu trabalhar na Beira mas como sou protestante e era naquele tempo quente viram que ah “este pode fortalecer lá vamos pô-lo num lugar onde não tem protestantes” e me puseram lá em Quelimane não, em Nampula, em 1963 nos fins. Fui lá, cheguei no dia 6 de janeiro de 1964 por causa de transporte. Sai cá no dia 1 de janeiro, aqui em Maputo, cheguei por barco, chegamos lá no dia 6 em Nampula.

Irene: Nos Correios, o que é que fazia concretamente lá, qual era a designação da sua função?

Chivite: A designação, primeiro a minha colocação era de distribuidor de 2.<sup>a</sup> classe e depois fui operador dos Correios e depois fui, subi até 3.<sup>o</sup> oficial.

Irene: Mas nessa altura já tinha começado a guerra?

Chivite: Sim, é por causa dessa guerra que me levou até Nampula, e depois quando chegámos em Nampula foi no mês Março 1964 como tinha preparação, vocação, abri lá uma igreja.

Irene: O pastor abriu uma igreja lá?

Chivite: Sim, sim.

Irene: Não foi perseguida, a igreja?

Chivite: Sim, tinha que ..., pode haver perseguição mas como conhecia os portugueses bem na minha mão eu sabia qual é a política deles e a política da igreja, tinha que jogar no meio para não ser contra; sabendo o que o português quer, sei o que a igreja quer, depois é saber valer essas coisas todas pelo que aquela igreja expandiu-se toda Nampula, Zambézia e Niassa. Durante quatro anos os pastores nossos iam lá para visitar essas áreas de Quelimane, da Zambézia, Niassa e Nampula para realizar batismos porque como eu era funcionário não podia sair de lá em Nampula.

Irene: Portanto nunca foi para a tropa, não?

Chivite: Ah não, felizmente.

Irene: Não foi à inspeção?

Chivite: À inspeção fui quando fiz a assimilação.

Irene: Como é que foi esse processo de assimilação, conte-me lá.

Chivite: É que quando chegamos quase nos fins da teologia, para o pastor poder trabalhar deve ser assimilado. Assimilado é que o assimilado não precisa de autorização para ir de um lugar para outro ao passo que o indígena tem que andar com autorização. E por isso quando é assimilado já tem facilidade de deslocar de um lugar para outro e nisso quando estávamos lá no seminário, preparei-me assim como os outros que não eram assimilados para assimilar-me mas havia dificuldades nessa assimilação porque tinha que ir fazer exame, interrogatório que cada administrador fazia; há um pastor que era já pastor, foi professor, foi reprovado para ser assimilado, ele é de Manhiça. O administrador madrugou de manhã cedo quando soube de que ele pediu para ser assimilado; saiu de manhã cedo para ir lá em casa dele. Abre a porta e encontra que os filhos estão a dormir na esteira. “Então você é branco, já viu um filho do branco dormir na esteira! Não pode dormir na esteira, os brancos dormem na cama”. Tem influência para fazer reprovar por não ser branco, para ter dificuldade, mas quando saiu daquela missão, de Manhiça para outro lugar, ou quando veio outro administrador conseguiu assimilar. Ao passo que da minha parte tive um pouco de dificuldade porque eu sabia que quando chegas lá deves ser perguntado a Geografia da 4.<sup>a</sup> classe, perguntar a História de 4.<sup>a</sup> classe, e mais outras coisas e depois como eu era já uma pessoa que vinha de lá na formação em Ricatla para ir rever essa matéria aí, eu fui lá com uma cabeça mas vou lá discutir com o administrador quando ele perguntar vou dizer o seguinte: ‘Administrador, eu tenho aqui o meu diploma, eu aprovei por 14 valores, 14 porque é bom portanto não me pergunta essas coisas da 4.<sup>a</sup> classe eu já estou aprovado aqui. Quando me perguntar aquelas coisas de Portugal, aquelas pequenas coisas que ele pôs ali para me pôr na rasteira eu vou dizer que não, aquilo já está no conhecimento não é para ele me perguntar tanta coisa, eu já tinha 4.<sup>a</sup> classe feito e foi o governo português que me aprovou, eu tinha diploma. Quando chego lá “de onde é que vem?”’, ‘Venho de Ricatla’. “Onde é que fica esse Ricatla?”’ ‘Fica lá em Marracuene’. “O que estão a fazer?”’ ‘Estamos a fazer Teologia’. “Teologia é para quê?”’ ‘É para ser um pastor’. “Ah, está bem, vem daqui a uma semana para saber a sua resposta”.

Irene: Em que ano foi isso?

Chivite: Foi em 1961. Pronto, não tive nenhuma interrogação. Fui dizer ao meu amigo “Oh meu amigo! Se tivéssemos ido juntos ontem iria encontrar boleia, eu não tive nada”. Ele também quando chegou lá veem que veio do seminário, *tá, tá tá*, o meu amigo não teve nenhuma interrogação.

Irene: E então quando se deu a independência, o que é que fazia, era pastor em 1975? Aliás, esteve a trabalhar em Nampula como funcionário público e continuou como funcionário público?

Chivite: Em 1963 funcionário público e abri aquela igreja. Em 1973 tive transferência para vir cá em Maputo, pelos Correios, e quando cheguei cá pensei que ‘Oh já vou deixar porque há pastores’, mas o pastor de Covo que é o Pastor Filemon Nhacale veio me solicitar que “pode me ajudar na paróquia de Covo?”. Fui, trabalhei com ele cinco anos aqui no Covo como instrutor, estive com ele 4 anos lá em Ricatla, era um dos professores lá em Ricatla e soube do trabalho que eu fazia lá e depois para não me perder ele achou que melhor é vir cá e vim trabalhar com ele?

Irene: E deixou o Estado, então?

Chivite: Não, continuei a trabalhar no Estado da forma que fazia em Nampula.

Irene: E depois da independência continuou a trabalhar no Estado?

Chivite: Sim, comecei a trabalhar no Estado.

Irene: Continuou no mesmo serviço?

Chivite: Sim lá, lá já estive metido até na política, na política como Grupo Dinamizador, lá eu era secretário, trabalhamos com o Ministério de Transportes e Comunicações e reformulamos os Correios juntamente com o Ministro, escolheu eu juntamente com mais dois, andamos pelo norte todo para ver, fazer um trabalho X que o ministro tinha-nos dado e quando os portugueses fugiram tínhamos que ter quadros e encontramos quadros e continuou os CTT por aí fora e ficou separado mais tarde.

Irene: Ah ficou separado mais tarde?

Chivite: Os CTT, um ficou para as Telecomunicações, o outro ficou para os Correios ainda eu estive lá mas já como, como já tinham-me dado para dirigir na paróquia já sentia grande peso porque havia coisas na paróquia que eu devia fazer e não podia fazer naquela altura. Quem paga é que manda e depois quem pagava era o Correio e não podia de deixar o trabalho para isso, havia algumas coisas que não andava bem e nessa altura eu pedi para deixar os Correios, dificultaram pedi a reforma, dificultaram e através da Saúde tive a reforma.

Irene: Portanto, agora é reformado do Estado?

Chivite: Sim, desliguei-me de todo o serviço por causa da doença, por causa de uma doença incurável! (nota: sugere ser o pretexto que apresentou para conseguir a reforma).

Irene: E que idade tem agora?

Chivite: 83 anos a completar em maio.

Irene: Oh que bom, graças a Deus. Olha muito obrigada, já me descreveu o quadro, já tenho a noção do ensino primário, da profissionalização e mesmo do pastorado, e acho que abrangeu todas as áreas que eu queria, neste caso a enfermagem também, e deu para avaliar, a avaliação que fez para demonstrar que o ensino das missões foi de uma certa qualidade.

Chivite: Sim, foi de qualidade, até o Eduardo Mondlane quando esteve lá em Dingane, o professor que estava lá perto dele era católico, mas que ao lado também havia um professor lá na vila de Manjacaze que era católico, mas ele da formação de Ricatla e de Cambine é que dava peso. Ele vencía esses professores católicos que estavam lá ao lado ao manter a sua escola.

Irene: Muito obrigada agradeço imenso.

Chivite: Muito obrigada.

Irene: E aceita ser identificado como pastor Chivite?

Chivite: Sim, Eugénio Samuel Chivite.

Irene: Está bem, olha muito obrigada, a entrevista está terminada.

Chivite: Muito obrigado.

## Informante nº 19 – Marcelino Chirindza (IMC-90)

Data da entrevista: 13 de fevereiro de 2014

Duração da entrevista: 43 minutos

### Caracterização da entrevista

Com 90 anos de idade, Chirindza é filho de um professor formado pela Missão Suíça, inscrito como nº 10 no Sul do Save. Seu pai integrou o grupo dos alunos pioneiros de Henri-Alexandre Junod em Ricatla. O seu discurso demonstra ser um indivíduo com boa capacidade de memória sobre o passado longínquo, cujos factos relata com coerência. Em termos de mobilidade física é limitado, apresentando características de alguém que sofreu um enfarte (a filha alega outra doença), o que impede a mobilidade total da perna e lhe afeta a voz. Fala baixinho, havendo necessidade de se estar muito atento para perceber as palavras que pronuncia. A filha, Felicidade Chirinda, pastora da IPM, outrora Missão Suíça, defendeu em 1912 na Universidade de Pretória a sua tese de doutoramento, subordinada ao tema *Autonomy of the Igreja Presbiteriana de Moçambique (IPM)*, e que se pode consultar em: <http://upetd.up.ac.za/thesis/available/etd-10052012-094035/>

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito bom dia pastor Chirindza.

Chirindza: Bom dia.

Irene: Agradeço a oportunidade que o senhor e sua filha me concederam de entrar aqui em vossa casa para esta entrevista que, conforme eu disse, está no âmbito de um estudo que estou realizando em Portugal sobre o ensino colonial em Moçambique ministrado pelas missões protestantes, concretamente, o ensino primário rudimentar e respetiva profissionalização, isto é, pretendo saber de pessoas que estiveram nessas escolas ou que as conhecem bem, que observaram o ensino dessas missões, para que me expliquem qual era o sistema e toda a informação relacionada com o sistema incorporado por essas missões. Portanto, tendo conhecimento que o senhor é já dessa época, pelo que entendi, estudou nessas missões, agradecia que me pudesse explicar a sua própria experiência nesse campo.

Chirindza: É verdade, é certo que eu aprendi nesse ensino rudimentar; o meu pai era professor, era inscrito na primeira inscrição dos professores rudimentares; não sei, não me lembro em que ano ele estudou, mas comigo deu-se na escola lá onde ensinava. Ele era professor inscrito nº 10 em relação à província do Sul do Save e tinha uma escola rudimentar na área da Manhica; ensinava até 3.<sup>a</sup> classe rudimentar nessa ocasião e era catequista da Missão Suíça. De maneira que estudávamos a ser fiscalizados por o ensino oficial português porque todos os mapas e material que fazia da escola sempre mensalmente ia apresentar nas escolas oficiais na Manhica, da vila e assim enrolavam o ensinamento e depois faziam todos os programas para exames finais rudimentares, especialmente da 3.<sup>a</sup> classe e é assim que andava. De maneira que a Missão Suíça tinha uma organização de estudos em que em cada igreja onde ela era tinha uma escolinha ou uma escola rudimentar e tinha um diretor geral que era um suíço chamado, não posso conhecer quem é que começou, mas no nosso tempo era o André-Daniel Clerc, era ele o diretor geral da Missão Suíça. De maneira que tínhamos essa base de estudo de dez anos ou menos isso, ao máximo 14, fora disso já não, não éramos admitidos na escola. Eu aprendi nessa ocasião. Como estava fora da cidade sempre ia à escola com os que pastavam o rebanho do pai por isso atrasei de poder ser matriculado, quando fui mais à frente já era quase impossível. A mim obrigaram-me baixar até a idade para poder frequentar, baixaram três anos de maneira que nasci em 1900 e tal enquanto não, diminuíram-me 3 anos para baixo e por causa disso quando acabei o rudimentar do meu pai fui a Lourenço Marques onde estive na direção da escola como disse o diretor era Clerc fui aluno do Clerc, o diretor, mas para ele também obrigaram fechar a 4.<sup>a</sup> classe por que motivo não sei, a escola da missão suíça já não tinha 4.<sup>a</sup> classe, tínhamos até elementar que era o máximo, quando conseguirmos fazer 4.<sup>a</sup> classe era fora da Missão Suíça assim como aconteceu comigo. Acabei a 3.<sup>a</sup> classe, já não tinha meios de continuar a estudar, tinha que ir a Cambine para frequentar o ensino de catequese. Fui lá, mas quando voltei vi que falta-me a 4.<sup>a</sup> classe e não posso adiantar com os estudos e se não é grave, tinha que então pedir uma instrução particular e oficial. Fiz a 4.<sup>a</sup> classe felizmente consegui, e então e depois disto era já catequista da Missão Suíça. Obrigaram-me a ir ao Seminário pastoral quando lá chego no ensino primário, no Seminário diz que *você se tem 4.<sup>a</sup> classe não chega!* Mais outra vez fomos obrigados a entrar no ensino, 1.<sup>o</sup> ano para podermos seguir aqueles cursos do (...). Vieram portugueses, tivemos um professor português que tornou a ensinar aquele grupo. *Aqui só quem realmente consegue o 1.<sup>a</sup> ano é*

*que vai no seminário e quem não consegue não vai.* Felizmente fui um dos que conseguiu e entramos no seminário e depois de 3 anos, de 4 anos cursamos e assim é que me tornei pastor até hoje que já sou reformado. O ensino primário era limitado só para negros, não contava com alunos portugueses não; essa 3.<sup>a</sup> rudimentar era só para negros, os portugueses e outros não faziam, entravam na escola (...) iam para diante, mas os nativos do Sul do Save tinham que passar por rudimentar porque dizem que *o que é o preto?* Conforme eles diziam *o preto não sabe nada da cultura portuguesa tem que ter a sua base realmente onde podemos dizer que sim pode ser um aluno que pode se aguentar mais para diante depois de rudimentar.* Foi nessa base, e isso foi até ... quando é que terminou? Oh terminou quando? Terminou isso depois de os portugueses terem saído. Já terminou aquilo, estamos abertos como quaisquer alunos. Foi assim o ensino rudimentar, era limitado só para os negros da província do sul do Save.

Irene: Muito obrigada, foi útil essa informação. Agora iria perguntar-lhe, pois não fiquei esclarecida, o seu pai era professor numa das escolas em Manhica?

Chirindza: Em Manhica.

Irene: E foi lá onde o pastor fez o ensino primário rudimentar?

Chirindza: Em Manhica.

Irene: E com que idade entrou na escola, ou em que ano em que entrou?

Chirindza: Ah entrei na escola em 1938 e saí naquela escola ali em 1941.

Irene: Quando saiu em 1941 tinha feito que ano?

Chirindza: 3.<sup>a</sup> rudimentar.

Irene: Portanto, 1938, 39, 40, 41, fez a 3.<sup>a</sup> rudimentar em 4 anos?

Chirindza: Porque eu era aluno ali também era pastor.

Irene: Então que idade tinha para fazer as duas coisas, ou em que ano nasceu?

Chirindza: Eu nasci em 1924.

Irene: E falou-me que depois foi a Cambine, isso foi logo que saiu da Manhica?

Chirindza: Não, quando saí da Manhica fui a Lourenço Marques onde acabei a 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: Porque na Manhica era rudimentar?

Chirindza: Era rudimentar e também aqui na Missão Suíça de Lourenço Marques também já eram proibidos dar a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Ah inicialmente davam a 4.<sup>a</sup> classe, a Missão Suíça aqui em Lourenço Marques dava a 4.<sup>a</sup> classe?

Chirindza: Davam a 4.<sup>a</sup> classe, regras não sei de quê e por isso eu não pude estudar a 4.<sup>a</sup> classe aqui, fiz a 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: Fez a 3.<sup>a</sup> elementar ali dentro da Missão Suíça?

Chirindza: Sim, dentro da Missão Suíça.

Irene: Tinha professores lá?

Chirindza: Sim, depois fui a Cambine, depois da 3.<sup>a</sup> elementar à volta dali obriguei-me até conseguir 4.<sup>a</sup> classe mas particular já não era da Missão Suíça, a Missão Suíça tinha banido e depois fui às escolas oficiais mas com a idade também que não podia declarar porque a idade tinha avançado não podia, fiz clandestinamente mas na escola oficial e assim fiz 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: E em Cambine esteve quantos anos?

Chirindza: Cambine esteve quatro anos.

Irene: Em que anos, ainda se lembra?

Chirindza: Fui em 1943 e voltei em 1947.

Irene: O que é que se ensinava em Cambine nessa altura?

Chirindza: Em Cambine agricultura, escolhi agricultura, agricultura e curso bíblico.

Irene: É o que se ensinava em Cambine, portanto não havia ensino rudimentar em Cambine?

Chirindza: Em Cambine havia, havia ensino rudimentar.

Irene: Portanto, a agricultura era o curso profissional, ou quê?

Chirindza: Era profissional da missão e não era somente a agricultura, serralharia, carpintaria era escola de artes.

Irene: Era escola de artes também em Cambine.

Chirindza: Era escola de Artes<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Barreto, A. Dionísio in “Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique”, 1966, Lourenço Marques, Vol. 35, nº 147, pp.145-186, *Estudos antropológicos dos povos Bantos*: Contribuição para o estudo do



Irene: Agora diga-me, estou interessada na profissionalização, portanto, quem entrava nos cursos de profissionalização, eram alunos que já tinham rudimentar ou não?

Chirindza: Em Cambine não tinha nada de rudimentar, entravam mesmo no começo e cada um escolher aquilo que quer seguir para estudar desde o início. Havia alunos até que cheguei a ser professor lá (ri-se) cheguei a ser professor porque tinham alunos que mesmo começavam a estudar.

Irene: Mas vamos supor que esses alunos fossem aprender, por exemplo, carpintaria sem saber ler e escrever, a escola não dava também a alfabetização, ou concentrava-se somente na carpintaria?

Chirindza: Não, todos ali aprendíamos; todos a primeira coisa era a agricultura. Éramos grandes agricultores! E depois disso é que ali o aluno escolhe ‘eu quero ser carpinteiro’, ‘eu quero ser serralharia’, ‘eu quero ser o quê’, havia outra coisa ... já não me lembro outra coisa ...

Irene: Bem não posso falar em eletricitas não existiam nessa altura, portanto alfaiate, não?

Chirindza: Alfaiate não havia, eram serralheiros ...

Irene: Pedreiros?

Chirindza: Pedreiros sim, mas especialmente carpinteiros e pedreiros e serralheiros, esses cursos.

Irene: Mas todos começavam por agricultura?

Chirindza: Todos começavam por agricultura.

Irene: E na agricultura o que aprendiam, praticamente?

Chirindza: Praticamente para ser agricultor tinha que tratar do jardim e tinha que saber tratar os animais, ensinar os animais a trabalhar.

Irene: Ensinar os animais a trabalhar?!

Chirindza: Eh sim, sim, sim, sim!

Irene: Que animais?

Chirindza: Bois, eu era grande treinador dos bois, eu gostei muito!

Irene: Os jardins eram de quem?

Chirindza: Eram os jardins da cultura, couves, etc.

Irene: Treinar os bois?!

Chirindza: Treiná-los, e primeiro curar, saber curar e saber como que são pastoreados, se comem bem e que tipo de comida e isso tudo, e como é que estão doentes.

Irene: Conseguiam ver que aquele boi não está bom e tratar?

Chirindza: Não está bom e tratarmos.

Irene: Tinha um médico?

Chirindza: Tinha um médico espécie de um especialista em medicina ....

Irene: Medicina veterinária?

Chirindza: Veterinária.

Irene: Portanto esses bois treinavam para quê?

Chirindza: Para a charrua ou para a carroça.

Irene: Para a carroça! Era meio de transporte, ou...

Chirindza: Era meio de transporte, cultura, era isso tudo.

Irene: A agricultura quantos anos era?

Chirindza: Era três anos.

Irene: E quando conclísse o curso de agricultura, isso permitia ao aluno ser o quê?

Chirindza: Davam certificado e depois ou há de andar aí ou ele vai iniciar o trabalho dele ou vai se empregar em qualquer sítio.

Irene: E o certificado era da missão?

Chirindza: Era da missão.

Irene: E o estado reconhecia esse certificado?

Chirindza: Bom eu não sei porque eu tive esse certificado, mas já não sei onde está e onde apresentava. Na Missão Suíça deram-me o trabalho esse de demonstrar aquilo que aprendi, a mim fui dado, exerci durante dois anos.

Irene: No seu caso, foi à agricultura, não entrou na serralharia, carpintaria?

Chirindza: Não, não entrei.

Irene: E os outros que entravam na carpintaria, pedreiro e serralharia, eram três anos também?

Chirindza: Ou mais, conforme o aluno, mas há muitos carpinteiros!

Irene: Lá de Cambine?

Chirindza: Lá de Cambine há muitos carpinteiros aqui!

Irene: Ah sim!

Chirindza: Yah, muitos!!!

Irene: Que foram formados em Cambine?

Chirindza: Muitos, muitos e não só aqui, quase toda a província, toda!

Irene: E quem ensinava?

Chirindza: Eram americanos, mudavam de diretor para diretor.

Irene: E quantos alunos eram, mais ou menos, nesse trabalho das artes?

Chirindza: Hein!

Irene: Mais ou menos centenas, chegavam a 100?

Chirindza: 100 passavam, passavam porque no meu tempo todos os grupos de alunos éramos 250.

Irene: 250, o grupo de alunos em todas as áreas?

Chirindza: Internos?

Irene: Internos e depois havia externos?

Chirindza: Sim.

Irene: Só na área de profissionalização, fora da área escolar?

Chirindza: Fora da área escolar, mas os internos eram 250

Irene: Pergunto, porque dizem que Eduardo Mondlane esteve lá em Cambine?

Chirindza: Esteve lá, ele é quem me incorporou lá.

Irene: Oh, então conheceu-o lá?

Chirindza: Eu conheci cá, conheci cá, mas quando ele saiu o aluno que ele realmente gostou de instruir fui eu e ele indicou-me vai assim, assim, bom já com carta da Missão Suíça que já indicava como aluno para curso bíblico lá.

Irene: Portanto acabou esse curso profissional como agricultor e não fez o curso bíblico lá em Cambine?

Chirindza: Fez, fiz o curso bíblico lá.

Irene: Fez as duas coisas lá, mas o curso bíblico de que igreja, Metodista?

Chirindza: Da Missão Suíça.

Irene: Em Cambine?

Chirindza: Ah não, em Cambine Metodista.

Irene: Como quê?

Chirindza: Como catequista.

Irene: Quer dizer fez as duas coisas: agricultura e teologia?

Chirindza: Sim.

Irene: E saiu de lá como catequista?

Chirindza: Como catequista.

Irene: Catequista e agricultor?

Chirindza: Sim.

Irene: E não professor?

Chirindza: Não, mas aqueles já não tinham outra coisa, fui metido no professorado.

Irene: Pela Missão Suíça?

Chirindza: Pela Missão Suíça. Fui metido no professorado, mas durante um ano, um ou dois anos; quando nasci esta, era professor. Nasci esta, esta e o segundo e depois fui dar a prática de agricultura.

Irene: Na Missão Suíça?

Chirindza: Na Missão Suíça.

Irene: Mas agricultura aonde, afinal a Missão Suíça não estava no Covo, na cidade?

Chirindza: Em Marracuene, eu estive em Ricatla.

Irene: Ah foi dar a prática em Ricatla?

Chirindza: Em Ricatla.

Irene: Esse ano que ensinou, então ensinou em Ricatla ou aqui em Lourenço Marques?

Chirindza: Escola?

Irene: Sim que disse que foi professor durante um ano ou dois.

Chirindza: A escola foi aqui no Chamanculu.

Irene: Ensinava o quê, a 1.ª classe?

Chirindza: Eu ensinava até 2.ª classe. Éramos dois, dividíamos as classes eu tinha a 1.ª, 2.ª, o outro tinha principiante e 3.ª rudimentar.

Irene: E depois disso?

Chirindza: E depois disso fui até a agricultura em Marracuene.

Irene: Em Ricatla?

Chirindza: Sim, foram também 3 anos.

Irene: Professor de agricultura?

Chirindza: Sim, e tinha alunos catequistas e outros preparados para catequistas; demonstrar aquele trabalho da agricultura pois treinavam bois (ri-se) não sabiam e depois dali então escolheram-me para pastor, tiraram-me lá de Ricatla para Bela Vista para não sempre eu cair (...).

Irene: Em que ano foi isso, lembra-se?

Chirindza: 1965. 1965? Não, não 65 estava em Magude. 1961 sai de Chamanculu para Ricatla e depois 65 sai de Ricatla para Matutuine e depois, é isso. Não, saí de Chamanculu 51, e fui estar em Ricatla 51-2-3-4 então 55 mas outra vez para Matutuine, 55, 56, 57, 58, isso mesmo, 59 eu volto para Ricatla para o curso de pastorado e depois estivemos ali até 62, 62, mas outra vez mandaram para tirar a prática em Matutuine onde eu estava um ano, depois 63 estive em Magude como pastor, 63-4-5-66, 68 sai de lá onde fui, parei de trabalhar na igreja, e fui-me meter nos serviços dos Correios.

Irene: Nos Correios?

Chirindza: Nos Correios.

Irene: Para o Estado?

Chirindza: Para o Estado.

Irene: Onde, em Maputo?

Chirindza: Em Lourenço Marques até 72, trabalhei no Estado 4 anos, quando em 72 depois daquela crise da morte dos pastores.

Irene: Da Missão Suíça?

Chirindza: Da Missão Suíça, foram presos enquanto eu já estava fora.

Irene: Quantos pastores?

Chirindza: Quatro foram presos.

Irene: Quais pastores?

Chirindza: Manganhela, esse morreu lá, Casimiro Mathe, Aldasse- Abrao Aldasse e Gabriel Macave, foram quatro pastores presos e depois de muitos vários zeladores responsáveis pelas igrejas esses não sei quantos, e dois catequistas, os quais ainda está um vivo, vivo, mas já muito cansado, muitos morreram!

Irene: Foram presos por quê, esses pastores?

Chirindza: Foram presos, os pastores foram 4 morreu um lá na prisão, mas o resto também já morreram, mas na prisão morreu um, Manganhela. Catequistas morreu um, está um vivo, mas já a cabeça ....

Irene: E foi nessa altura que foi trabalhar para os Correios?

Chirindza: Eu fui trabalhar nos Correios, mas tornei a voltar porque só estava lá 4 anos, em 72 voltei, bom não voltei chamaram-me e até atingir a reforma em novembro.

Irene: Reformou-se em novembro. Portanto quando se deu a independência trabalhava como pastor?

Chirindza: Sim.

Irene: Não estava associado ao Estado?

Chirindza: Nada.

Irene: Portanto para o governo colonial trabalhou aqueles quatro anos que foi nos CTT apenas?

Chirindza: Sim, sim.

Irene: E depois para o governo moçambicano não chegou a trabalhar?

Chirindza: Não.

Irene: Disse que seu pai foi professor nº 10?

Chirindza: Sim, nº 10.

Irene: Foi formado onde?

Chirindza: Em Ricatla.

Irene: Pela Missão Suíça?

Chirindza: Pela Missão Suíça.

Irene: Sabe em que ano seu pai tirou o curso.

Chirindza: 1911.

Irene: 1911! Tirou o curso de professor em 1911? Hein, foi um dos primeiros então?

Chirindza: Foi um dos primeiros.

Irene: Como se chamava o seu pai?

Chirindza: Abel Chirindza.

Irene: Foi formado lá em Ricatla?

Chirindza: Entrou na escola não sei, estava na escola em 1908 enquanto a escola começou em 1907 e ele entrou lá na escola em 1908.

Irene: Então chegou a ouvir falar de um chamado Junod, Alexandre?

Chirindza: Ah sim.

Irene: O que é que sabe dele?

Chirindza: Foi professor do meu pai.

Irene: Foi professor do seu pai, Alexandre Junod, o antropólogo?

Chirindza: Henrique (Henry).

Irene: Foi professor do seu pai? É bom.

Chirindza: Sim.

Irene: Isso é muito bom, é bom saber isso, é a primeira vez que encontro alguém cujo pai foi aluno de Junod porque a minha área de formação é antropologia, portanto, uma das coisas que me interessa sobre a Missão Suíça é o trabalho desse antropólogo. Posso dizer que nesta entrevista recolhi informação importante, que tem sido escassa nas outras entrevistas ou que não a recolhi. A outra parte é essa de Cambine, porque ninguém até aqui me tinha desenvolvido o ensino profissional em Cambine, isso, para mim, foi muito importante. Agora, deixe-me fazer uma pergunta, a Missão Suíça parece-me que apostou mais nos homens e não nas mulheres, ou nas raparigas. Tenho pouca informação sobre o ensino e a profissionalização das raparigas na Missão Suíça, será que é mesmo pouca?

Chirindza: Sim, é muito pouca. Bom na escolarização davam, mas nunca na formação, a formação das mulheres foi muita pouca.

Irene: Mas a Missão Suíça tinha hospitais, não tinha?

Chirindza: Tinha hospitais.

Irene: Não iam as raparigas, não as mandavam para formação?

Chirindza: Mandavam enfermeiras.

Irene: Não tiravam o curso lá?

Chirindza: Enfermeiras tiravam o curso. Enfermeiras muitas, muitas tiraram o curso, foram formadas lá.

Irene: Então conhece algumas enfermeiras que eu poderia contactar formadas pela Missão Suíça, ou já não?

Chirindza: Já morreram.

Irene: É essa parte que me falta da profissionalização das mulheres porque dos homens já tenho muita coisa, queria saber mais sobre a profissionalização das raparigas, era só enfermagem?

Chirindza: Era, mas muitas mulheres que eu conheci formadas na Missão Suíça já morreram.

Irene: Mas eram formadas onde, em que hospital, em Lourenço Marques?

Chirindza: Alguns foram até Chicunque.

Irene: Mas Chicunque era Missão Metodista.

Chirindza: Era Metodista, mas tinham combinação.

Irene: Tinham parceria?

Chirindza: Sim, sim e eles davam em Chicumbane.

Irene: Em Chicumbane, a escola de enfermagem era só para as raparigas ou também para os rapazes?

Chirindza: É a Lisete que está viva (informação facultada pela filha).

Irene: Neste caso, se existir alguém e me puder dar o contacto, agradecia. Como eu disse, tenho boa informação sobre o papel da Missão Suíça na escolarização e formação dos homens, mas das mulheres praticamente não tenho nada e era bom ter o contacto, se me desse uma ou duas, mas de resto agradeço imenso a informação que me deu, complementa em muitos aspetos aquilo que já vinha recolhendo e muito obrigada. Disse que aceita ser identificado, ou não?

Chirindza: Pode-me identificar.

Irene: Sim, sim desculpe-me agora, sei que é pastor Chirindza, não sei o seu primeiro nome.

Chirindza: Marcelino Sete Chirindza.

Irene: É natural de onde, não perguntei?

Chirindza: Manhiça.

Irene: É natural de Manhiça, está bem e desculpa, só uma pergunta por curiosidade, quantos filhos é que teve?

Chirindza: Tive 7 filhos e depois a primeira é esta.

Irene: Esta é a primeira, parece-me ser uma pessoa com formação, não sei se estou enganada.

Chirindza: Sim é.

Irene: É formada em quê?

Chirindza: É doutora.

Irene: Médica?

Chirindza: Não, médica foi.

Irene: Se foi médica formada significa que tem formação em medicina?

Chirindza: É assim mesmo, é doutora.

Irene: Então tem filhos formados?

Chirindza: Agora é doutora não sei de quê.

Irene: Está bem, ela depois explica-me. Então posso dar-lhe parabéns, seu pai foi professor e o pastor quis dar exemplo aos seus filhos ao fazer questão de serem formados, é muito bom transmitirmos os nossos conhecimentos aos nossos filhos que é para eles poderem fazer mais para alcançar um patamar mais longínquo.

Chirindza: Eu disse que tenho 7 filhos vivos, dos quais um é diretor dos Caminhos-de-ferro, o outro é embaixador.

Irene: É embaixador onde?

Chirindza: Foi embaixador na Rússia, agora está cá, depois outros trabalharam no banco, um está reformado e outros foram diminuídos do serviço do banco e estão assim espalhados, e tenho mais quinze ou 16 netos e 4 bisnetos (ri-se).

Irene: Oh que bom! Olha desejo muitas felicidades e saúde, dentro do possível. Já é bom conseguir mexer-se, movimentar-se em casa e que Deus continue a conservá-lo, desejo tudo do melhor aos seus filhos. Desculpe-me, agora não sei se ainda tem esposa ou, sei que é uma pergunta ...

Chirindza: Não infelizmente.

Irene: Eu sei, custa muito a gente fazer tal pergunta, mas por vezes é necessário, custa muito, porque a pessoa é já de uma certa idade, se bem que nos dias de hoje, infelizmente, até pessoas muito novas são viúvas.

Chirindza: Fez 5 anos em janeiro.

Irene: Ontem também entrevistei o pastor Chivite, também é mesma coisa, morreu-lhe a esposa. Olha Deus assim quis e agora tem que olhar para os filhos, claro que não ocupam o lugar da mãe, mas há quem não tenha filhos e está só. Muito obrigada, agradeço também à filha por me abrir a porta da casa porque, a partir de uma certa idade são os filhos que mandam e já não os pais, portanto não podia ter entrado aqui. Muito obrigada e a entrevista está terminada.

## Informante nº 20 – Alfredo Chamusse (IAC-89)

Data da entrevista: 13 fevereiro, 2014

Duração da entrevista: 63 minutos

### Caracterização da entrevista

Considera-se aspeto singular, o entrevistado, com 89 anos de idade, cuja função de destaque, que desempenhou, digamos assim, foi a de dactilógrafo do então advogado colonial em Moçambique, Dr. Almeida Santos, atual membro do PS em Portugal, ter em 2013, a convite da neta, celebrado com a esposa as bodas de ouro do seu casamento, nos Estados Unidos da América. A entrevista destaca-se também pelo facto de o entrevistado abordar, com profundidade, a relevância do nível de ensino escolar e profissional da escola da Missão Metodista de Cambine, justificando-se, assim, o interesse que a administração colonial teve em realizar um estudo, naquela escola, sob o tema “Estudos Antropológicos dos Povos Bantos: contribuição para o estudo do desenvolvimento físico dos autóctones de Moçambique, determinado pelo índice de Pignet sobre 503 alunos do Colégio Metodista Episcopal, de Cambine”, por A. Dionísio Barreto, em “Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique”, 1966, Lourenço Marques, Vol. 35, nº 147, pp.145-186. Entrevista realizada na minha residência.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Bom dia, sr. Chamusse!

Chamusse: Bom dia, minha senhora.

Irene: Agradeço muito o privilégio que me concedeu de vir aqui a minha casa, minha casa não é, é do meu primo. Conforme eu disse, o propósito do meu convite é que o senhor me forneça a informação ao seu dispor sobre o estudo que estou realizando em Portugal que é, concretamente, o ensino colonial em Moçambique; no contexto desse ensino, conforme o ensino primário rudimentar era ministrado pelas missões no sul de Moçambique. Tive conhecimento que o senhor é da Igreja Metodista, portanto, gostaria que me relatasse a sua experiência daquilo que sabe ou se lembra sobre esse ensino; como é que se ensinava e também, se tiver conhecimento, sobre as outras missões: como o ensino primário rudimentar era ensinado, quais eram as saídas dos seus alunos, que mudanças houve nesse sistema de ensino, tudo o que o senhor me possa dizer. Sinta-se à vontade, não há restrições, aqui, de tempo nem de nada, muito obrigada.

Chamusse: Eu também estou a agradecer esta oportunidade de estar aqui e tentar dizer mais ou menos o que eu vi desde a minha juventude. Eu fui nascido em Morrumbene, na província de Inhambane. Para bem dizer, o ensino aos portugueses estava muito pobre nos meus tempos e estava nas mãos da Igreja Católica; agora a Igreja Católica é que conseguia sair fora lá no interior onde nós estávamos, mas a Igreja Católica só dava, dedicava muito na doutrina para batizar, crismar, mas as igrejas protestantes passavam aí. As igrejas protestantes, como eu sou da Igreja Metodista Unida, onde (...) veio me encontrar era no mato interior que se fosse a escola oficial eu não teria conhecimento de onde eu estava mas lá onde estava eles davam a educação cristã e ensinavam a escrever, ler e escrever. Mas aquilo já a Igreja Católica dava um ensino diferente porque eles não davam, não aceitavam ensinar a pessoa a saber escrever, ler e assim as igrejas protestantes por exemplo, a Metodista em 1910 abriu a escola em Cambine, a missão estava lá, a missão é de 1885 mas em 1910 abriu uma escola para ensinar as pessoas ler e escrever, e nesse ensino quando viram que estavam já a batalhar bem a Igreja Católica não ficou bem satisfeito; começou a perseguir, perseguir e ultimamente então o ensino disseram que as igrejas protestantes só podem ensinar até 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, rudimentar era só para os indígenas, o branco estudava 3.<sup>a</sup> classe, 4.<sup>a</sup> classe, para lá. Eu que estou a falar em 1945 tirei 3.<sup>a</sup> rudimentar e para fazer o exame era preciso vir um examinador de fora vir fazer o exame, nesse caso vinha de Inhambane, Inhambane Céu<sup>31</sup> que dava e fazia a prova. Então ao andar dos tempos a igreja tentou, tentou para ver se tinha 3.<sup>a</sup> classe mesmo conhecido 3.<sup>a</sup> elementar e disseram que podiam dar mas até 12 pessoas o ensino doméstico então foi assim que eu aproveitei entrar nesse ensino para conseguir tirar 3.<sup>a</sup> classe e para fazer o exame tinha que ir numa missão católica ou Inhambane Céu. Eu fui fazer numa missão em Mocodoene. Para isso então havia um professor muito teimoso da nossa missão que quando íamos fazer exame ele tinha que ir falar com o inspetor se *veja lá se eles podem fazer justiça* porque mesmo para

---

<sup>31</sup> Digo Inhambane Céu, em vez de Inhambane Sede (ou Inhambane capital) é a designação atribuída, conhecida e utilizada pelas populações de toda a província de Inhambane desde a colonização.

passar rudimentar era um trabalho. O examinador tentava tudo por tudo para não passar, lembro um ano em que passou só 1 pessoa da missão! Passou por quê? Porque ele sabia a lição que fizeram ditado de cor e assim não havia hipótese por quê? Português ele estava à frente, então não havia maneira, e depois eu fui fazer exame em Mocodoene e um da igreja da nossa da Missão, o único em Inhambane todo que passou por 18 valores. Então o padre sentiu-se então, tinha que reduzir os seus aos 17, 17, valores e nós passarmos de 18 esse era o nosso 17, 16 eu estava no 15, nos 12, ninguém chumbou e voltamos e continuámos a estudar o tipo doméstico, mas eu já não fiquei, vi que estava atrasado sai vim cá em Lourenço Marques. Eu não dou culpa à educação do governo português, mas a igreja é que atrapalhava o governo para o desenvolvimento do ensino aos negros e a partir dali já o ensino começou já a expandir, a expandir mas bem, bem dizer a partir da década de 1950 é que já o ensino já estava espalhado e os portugueses já estavam a sentir, estavam a sentir a (toca o telemóvel e o entrevistado atende, desligo o gravador).

E com tudo isto queria dizer que as igrejas protestantes no ensino foram muito importantes na província de Inhambane, mesmo lá em Gaza, mesmo em Maputo. Aqui todas as missões protestantes tentavam tudo por tudo para fazer as pessoas saber ler e escrever e em especial pelas línguas deles. O inglês estava a obrigar a aprender português mas primeiro a pessoa tinha que saber escrever a língua dele, tinha que saber ler a Bíblia e depois começar a ler em português, assim sucessivamente e assim nós conseguimos ter qualquer coisa até que o ensino veio desenvolver até haver (...) mas a base dos moçambicanos foram as igrejas protestantes com a luta com a Igreja Católica que estava a impedir. Contam que eles utilizavam o dinheiro dos moçambicanos que morriam na África do Sul. Eles pediram ao governo que desse a parte à família enlutada, mas todo o dinheiro ia à caixa em nome de ensinar moçambicanos, mas que não ensinavam nada. É sabido também que o governo também nessa altura não tinha pessoas competentes para desenvolver o ensino. Foi quando já a colónia foi bem desenvolvida já vinham pessoas de Portugal preparadas para fazer o trabalho; é mais ou menos isso que posso dizer sobre o ensino.

Irene: Em que ano nasceu?

Chamusse: Eu nasci em 1925.

Irene: Lembra-se com que idade é que entrou na escola?

Chamusse: Eu tinha 17 anos.

Irene: Antes disso, o que é que fazia em casa?

Chamusse: Não havia nada, só trabalhava, ficava com as crianças das minhas tias, elas foram para a machamba e eu é que ficava com as crianças em casa, comecei a estudar em 1939 começando a ir aprender a, b, c, d, mas em Xitswa.

Irene: Na missão de Mocodoene?

Chamusse: Era uma povoação da igreja protestante.

Irene: Povoação da Igreja Metodista em Mocodoene?

Chamusse: Era em uma parte de Mocodoene.

Irene: E tinha uma escola ali?

Chamusse: Não era escola é onde se fazia igreja, então de manhã íamos ajudar os nossos pais fazer machamba ou ficar com crianças tudo aquilo, e depois a partir de 1h00 em diante já estávamos na escola de a, b, c, d.

Irene: E lembra-se se o professor era um missionário?

Chamusse: Não era, eram os nossos que aprenderam antes de eu estar lá.

Irene: E sabe se eles tinham alguma formação e onde é que tiravam tal formação ou qualificação?

Chamusse: Nada! Era só porque eles sabiam ler e escrever.

Irene: E quem é que os tinha ensinado?

Chamusse: Olha, a Missão de Cambine espalhava as pessoas, àqueles que já não tinham nada, já tinham acabado o ensino rudimentar, como não havia continuação, mas outros entravam nos trabalhos manuais, então tinham que ficar lá. Mandavam dois, dois, ficarem dois um mês lá naquelas povoações deles que criaram lá; ficar lá a ensinar ler e escrever e voltavam e virem outros; voltavam e virem outros só que em 1942 quando foi à escola da Missão mesmo de Cambine, já fui ver que aqui já aprende português, em 1942.

Irene: Ah, porque até aí aprendia Xitswa?!

Chamusse: Exatamente.

Irene: Ler e escrever Xitswa?

Chamusse: Exatamente.

Irene: Portanto em 1942 é que vai a Cambine?

Chamusse: A Cambine aí já fui entrar no português.

Irene: Em que classe então?

Chamusse: Na 1.<sup>a</sup>.

Irene: Em 1942 Cambine já tinha uma escola?

Chamusse: A escola havia desde 1910 só para rudimentar.

Irene: Então o senhor vai lá e então entra na 1.<sup>a</sup>?

Chamusse: Entro na 1.<sup>a</sup> e ainda lembro muito bem quando já estava adiantado um dos professores viu o meu trabalho, o meu primeiro trabalho que tinha escrito era conta de mais eu tinha posto o sinal deste lado (aponta para a direita e ri-se), mas quando viu que eu estava já muito adiantado veio me rir e alertar onde tinha colocado o sinal.

Irene: Afinal o sinal + tinha que estar do lado esquerdo?

Chamusse: Exatamente, é ali que já comecei a aprender português.

Irene: E esses professores daqui já tinham qualificação?

Chamusse: Esses já tinham, por exemplo, o Naftali Mbanze já era professor oficial e havia outros professores, o Elias Mucambe,<sup>32</sup> e depois esses é que quando há uma coisa eles é que estavam à frente, e havia outros professores, nós e quê, que também ajudavam, eu também quando já a coisa, fui dado uma aula da primeira classe.

Irene: Depois do período de quê?

Chamusse: Rudimentar.

Irene: Portanto, concluí o rudimentar e depois dava aulas?

Chamusse: Orientava e dava aula também eu já estava na 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: Então foi nessa altura que fez essa 3.<sup>a</sup> classe, ensino doméstico?

Chamusse: Ya, foi nessa altura em 1948.

Irene: Em Cambine?

Chamusse: Ya, mas fomos fazer o exame na sede.

Irene: Agora esse doméstico quem ensinava?

Chamusse: Era Elias Mucambe, porque era professor oficial.

Irene: O Estado reconhecia-o?

Chamusse: Ya.

Irene: Portanto, a 3.<sup>a</sup> classe que fizeram era a 3.<sup>a</sup> elementar?

Chamusse: Ya chamavam 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: E a 3.<sup>a</sup> rudimentar, o exame era feito onde?

Chamusse: Ali na missão, vinha um examinador.

Irene: Examinador de quem, do Estado?

Chamusse: Vinha da cidade de Inhambane.

Irene: Para a 3.<sup>a</sup> rudimentar?

Chamusse: Sim.

Irene: E para a 3.<sup>a</sup> elementar?

Chamusse: Já ia para numa missão Católica ou escola oficial de Inhambane.

Irene: Vocês é que saíam.

Chamusse: Exatamente.

Irene: Ah, quando era 3.<sup>a</sup> rudimentar vinha um do Estado!

Chamusse: Exatamente.

Irene: Um examinador?

Chamusse: Exatamente.

Irene: O examinador trazia as provas dos exames para vocês fazerem.

Chamusse: Exatamente.

Irene: E quando era para elementar, vocês saíam?

Chamusse: A missão católica é que tinha as provas.

---

Na década de 1940 davam aulas na Missão de Cambine professores habilitados pela Missão Suíça em Ricatla nomeadamente, Naftali Mbanze, Elias Mucambe e outros Liesegang, 1990: 114.



Irene: E a 4.<sup>a</sup> classe, como era? Porque a 3.<sup>a</sup> elementar disse que foi ensino doméstico.

Chamusse: A 4.<sup>a</sup> classe era a mesma coisa. Deram até quando já veio o, não sei se conheceu o Penicela?

Irene: Ouvi falar.

Chamusse: Foi a Brasil, foi a Portugal, então através dele deram a *chance* desse ensino secundário até 2.<sup>a</sup> ano, fazer exame de 2.<sup>o</sup> ano, mas doméstico.

Irene: Onde, em Cambine?

Chamusse: Sim fazer o exame do 2.<sup>o</sup> ano, mas doméstico.

Irene: Em que ano foi isso?

Chamusse: Olha não me lembro, mas deve ser 60.

Irene: Quer dizer, Cambine chegou a ensinar até ao 2.<sup>o</sup> ano?

Chamusse: Doméstico, e assim esses já tinham que subir para a cidade no concelho de Inhambane para fazer exame.

Irene: Mas dava-se ali em Cambine o 2.<sup>o</sup> ano?

Chamusse: Ya.

Irene: Então, em Cambine havia muitos alunos, lá?

Chamusse: O internato recebia 240, os que ficavam no internato, mas havia outros que ficavam nas famílias porque eles davam isso e davam a preparação dos evangelistas que era mais de 60 famílias e depois em cada família recebia outros alunos que não podiam ficar no internato e o que é que fazia a igreja? A igreja pagava os impostos daqueles evangelistas.

Irene: Ao governo?

Chamusse: Ao governo, eu tive que pagar também o imposto, mas como entrei no curso bíblico então a missão é que pagava o meu imposto.

Irene: E depois, se não pagasse imposto o que é que acontecia?

Chamusse: Oh ficava preso.

Irene: Era uma forma de proteger?

Chamusse: Ya, de proteger.

Irene: Portanto, quem estava na missão não ia para a tropa.

Chamusse: Ah não, como?

Irene: E quando estive lá na missão ficou no internato?

Chamusse: Eu fiquei no internato 7 anos.

Irene: Sete anos?

Chamusse: De 1942 a 1949.

Irene: Então foi nesse tempo que fez a 4.<sup>a</sup> classe?

Chamusse: Não, não eu não fiz lá a 4.<sup>a</sup> classe porque a 3.<sup>a</sup> elementar fiz em 1948 então quando dei a primeira frequência só sai, e quando sai dali fui nomeado para ir ser catequista da nossa igreja onde eu comecei a estudar. Voltei à casa para estudar, depois lá de manhã íamos à machamba até meio-dia, esse era o meu programa. Meio-dia dava aulas de alfabetização às mulheres.

Irene: Onde?

Chamusse: Lá na minha terra.

Irene: Em Mocodoene?

Chamusse: Sim.

Irene: Dava aulas às mulheres?

Chamusse: Dava aulas de alfabetização.

Irene: Em que língua?

Chamusse: Xitswa como não podia falar português e nem sabia. Então de meio-dia, mas nós tínhamos dividido, tínhamos aulas e aulas de lavar a roupa e passar. Eu dizia que *quero vos ensinar utilizar sabão sem gastar muita água e sem gastar muito sabão* depois hoje lavavam, no dia seguinte vinha cada um com ferro já para passar. Passar, essa parte, essa já juntava com alguns alunos adultos já, alunos adultos então, e a partir de 14h para diante então era com os jovens, raparigas e coisa, não havia nenhuma menina que sabia ler. Eu disse eh pá comigo eu quero ver pelo menos 2 ou 3 meninas a saber ler e escrever porque nós dizíamos que aqui não é Igreja Católica porque na Igreja Católica nenhuma mulher sabia ler e escrever.

Irene: Ah sim!

Chamusse: Nada, nada! Então consegui haver três meninas que souberam escrever e uma mulher que sabia ler e escrever daquelas mulheres lá. Lembro-me uma vez que fui encontrar, sem saber que ela estava na Beira, eu fui à Beira, ela estava lá na nossa igreja. Quando me viu essa mulher ah como saltou! Veio a mim “é este que me fez ler a Bíblia eu saber escrever, este senhor é para mim ...” e eu nem sequer me lembrava, e nem sabia onde estava ela.

Irene: Quando é que foi isso?

Chamusse: Já na década de 70 e tal. Foi assim e depois à noite, onde eu dava aulas, à noite já com os homens porque eles vinham cansados da machamba, eles disseram que eles queriam o português para saber escrever.

Irene: E dava aulas em Português, já tinha 4.<sup>a</sup> classe?

Chamusse: Nessas décadas de 50 havia muita gente que não sabia escrever, em especial as mulheres. Os homens graças a trabalharem na África do Sul e os missionários foram lá destacar o ensino nos *compomes* (digo, *compounds* que eram as residências dos mineiros) onde eles estavam a trabalhar. Qualquer homem que ia à África do Sul voltava sabendo ler e escrever.

Irene: Ah!

Chamusse: A alfabetização lá era muito forte!

Irene: Mas os missionários eram daqui de Inhambane?

Chamusse: Exatamente. Nomeavam os missionários de Cambine para a África do Sul. E ali em Cambine tinha uma máquina de impressora, mas por variar e não arranjar facilmente as peças então mudaram a instalação para a África do Sul então de lá já eles faziam os livros e tudo que tínhamos um jornal chamado *Mahlahla*. De lá já os homens que iam trabalhar já lá tinham esses missionários que já falavam bem Xitswa, sabiam escrever.

Irene: Mas quer dizer, os missionários aprendiam onde Xitswa?

Chamusse: Aprendiam em Cambine, com uma mulher ou um homem que sabe Xitswa ler e escrever. Eles passavam não sei quantos meses, ficavam em Portugal para adaptarem-se à língua.

Irene: Ah sim, primeiro iam a Portugal?

Chamusse: Saía da terra dele para Portugal, de Portugal já para onde foi destacado, mas tinha problema porque vinham encontrar as pessoas que não falam português, não compreendem, não sabem, tinham que vir começar a aprender Xitswa é por isso que muitos missionários desses tempos falavam bem Xitswa, ensinavam por Xitswa.

Irene: Agora quero saber, na África do Sul como é que eles conseguiam? Como está a dizer que os mineiros lá voltavam sabendo ler e escrever, e quem ensinavam esses mineirosw ler e escrever na África do Sul?

Chamusse: Primeiro são os missionários.

Irene: Os mesmos missionários que são daqui também iam para a África do Sul?

Chamusse: Não não, estavam lá destacados outros missionários. Estavam muitos missionários lá e cá, mas a política portuguesa era de que lá não podiam expandir, não podiam entrar aqui entrar ali, acolá não, *vocês vão lá só para os vossos não tentem fazer outra coisa* e então faziam isso e eles então aproveitavam, porque ficavam em casa, em dormitórios em grupos então aqueles que sabiam ler e escrever então eram destacados como professores.

Irene: Lá, para ensinar os outros?

Chamusse: Exatamente. Aquilo ajudou muito, muitos homens é por isso que parece que não queriam que as mulheres soubessem ler e escrever, não era a questão de não querer, mas é que os homens tinham *chance* em estar lá na África do Sul e quando vinham cá também já eram (...) para continuar com os estudos.

Irene: E relativamente ao ensino doméstico, será que todos conseguiam, tiveram o privilégio de fazer esse ensino doméstico como no seu caso, daquilo que sabe, o senhor foi uma exceção ou foi um dos poucos?

Chamusse: Fui um dos poucos, mesmo que quisesse limitavam as pessoas, só davam até 12 no ensino doméstico.

Irene: Até 12 alunos no ensino doméstico, e os outros o que é que faziam?

Chamusse: Ou sai dali para a procura de trabalho.

Irene: Tem conhecimento de alguns amigos ou colegas seus que sabe que terminaram ali, isto é, não puderam continuar o ensino doméstico? Gostaria de saber o que é que fizeram neste caso.

Chamusse: Bom, há outros como eu saía para uma cidade e lá já continuavam a estudar, por exemplo eu saí antes de tirar a 4.<sup>a</sup> classe, mas quando cheguei aqui fui-me matricular.

Irene: Chegou aqui, quando?

Chamusse: 1951 fui-me matricular nessa altura era, bom, admitia você arranjar um professor para te ensinar ou então ir matricular na escola para fazer exame. Eu tinha-me matriculado numa escola mas baseavam muito na explicação das pessoas que estavam a frequentar porque a nossa igreja lá mandava muitos alunos aqui na igreja da Missão Suíça para poder aprender a 4.<sup>a</sup> classe, e na altura em que já admitiam o ensino secundário também, vinham aqui para continuar porque lá já não cabiam porque era só para até 12 alunos então a maior parte daqueles que não conseguiam matricular lá então eram mandados para aqui na Missão Suíça para continuar.

Irene: Eram mandados pela missão?

Chamusse: Sim.

Irene: E no seu caso, veio em 195. Foi a missão que o mandou para aqui?

Chamusse: Não, vim porque já estava com a ideia de casar, matricular, arranjar trabalho e depois estudar.

Irene: E disse que se matriculou aqui?

Chamusse: Matriculei para tirar 4.<sup>a</sup> classe porque já tinha 3.<sup>a</sup> classe.

Irene: Numa escola oficial ou quê?

Chamusse: Não, na Escola Santo António e aprender com uma pessoa que estava muito adiantada.

Irene: Aqui, na Mahlangalene, no Santo António?

Chamusse: Aqui era a escola, vinha à escola, mas na Missão Suíça era um daqueles alunos que vinham de Cambine.

Irene: Por isso aproveitava. Estava inscrito ali no Santo António, na escola Católica?

Chamusse: Sim.

Irene: Mas apenas inscrito, ou também tinha aulas? Falou-me da Missão Suíça.

Chamusse: Na Missão Suíça era particular, a escola tinha que aprender aqui, mas aqui tinha um problema porque o professor não sei se vinha bêbado ou era mau não sei, mas ele só gostava de bater do que ensinar.

Irene: Então, fez exame da 4.<sup>a</sup> classe através da explicação aqui na Missão Suíça?

Chamusse: Exatamente.

Irene: E depois da 4.<sup>a</sup> classe ali, o que é que fez mais?

Chamusse: Fui à Escola Comercial.

Irene: Foi à Escola Comercial!

Chamusse: Sim nessa altura já mas contava o número de alunos negros, nós éramos três.

Irene: Três!

Chamusse: Todos eram brancos.

Irene: Mais ou menos numa turma de quantos alunos?

Chamusse: Mais ou menos de 15 a 20.

Irene: E o que é que fez na Escola Comercial?

Chamusse: Fiz frequência da 2.<sup>o</sup>, é que a minha empresa queria que eu fosse a Ricatla para ajudar mas eu não queria ir sem ter pelo menos 2.<sup>o</sup> ano, chamavam 2.<sup>a</sup> ano dos liceus mas tive um azar de trabalhar com um branco que era nacional, era nessa altura a oposição, quer dizer o partido grande era Nacional o resto era, não diziam opositor, eram da oposição, eram contados, a maior parte são advogados da oposição e eu trabalhava com o Dr. Almeida Santos nessa altura.

Irene: Dr. Almeida Santos que está em Portugal?

Chamusse: Sim, trabalhei seis anos com ele.

Irene: O que é que fazia lá com o Dr. Almeida Santos?

Chamusse: Só dactilografar.

Irene: Em que anos?

Chamusse: Até emprestou-me 2.000\$00 nessa altura para eu casar em 1954. Se falar, se encontrar lá falar do Alfredo Chamusse trabalhei com ele seis anos, emprestou-me dinheiro para eu casar.

Irene: Trabalhou no gabinete dele como dactilógrafo?

Chamusse: Começando com ele fiz 4.<sup>a</sup> classe estando a trabalhar com ele quando eu já estava lá o sogro dele era um dos professores do Colégio Correia da Silva onde hoje é partido há uma escola ali

ligada com a embaixada (...) então era lá. Ele ligou a dizer *eh pá lá vem o meu empregado é meu veja lá se passa* e passei mesmo.

Irene: Passou a 4.<sup>a</sup> classe quando estava a trabalhar com ele?

Chamusse: Passei a 4.<sup>a</sup> classe estava a trabalhar com ele, trabalhei com ele seis anos.

Irene: E foi depois disso que lhe emprestou dinheiro para o casamento?

Chamusse: Sim, quando eu ia casar pedi-lhe emprestado 2.000\$00, ajudou-me muito e me fez homem porque ele dava-me, deu-me uma como se chama? Uma credencial de ser eu que vou ao tribunal levantar os processos que quer ler, e vir dactilografar tudo que está aí para ele ler em casa e devolver, basta eu chegar lá *ah este é de Almeida Santos* davam-me um papelinho, tiravam o processo davam-me.

Irene: Vou ver se quando regressar, eu não o conheço a ele, vejo-o na televisão, mas vou ver se encontro alguém através de quem possa transmitir essa mensagem, que estive com o Alfredo que foi o seu funcionário.

Chamusse: O primeiro em Moçambique. E sai lá porque dava, o dinheiro não era suficiente e depois quando um dos meus amigos ia deixar uma vaga que pagavam bem depois eu falei com ele e disse está bem não lhe posso impedir de realizar essa vontade e deixou-me ir, deixou-me ir e ficou com outro que se chamava Filipe, ele foi um grande empregado dele depois.

Irene: Quem?

Chamusse: Filipe.

Irene: Conheço o senhor Filipe, sim, conheço, esse conheci.

Chamusse: Trabalhei com o Filipe parece 1-2 anos.

Irene: Portanto, na Escola Comercial fez ....

Chamusse: O 2.<sup>o</sup> voltei para o ensino geral, chamavam ensino secundário liceal, também tive, ah é onde eu fui encontrar o azar que tive de trabalhar com um homem que era do Partido Nacional e ele soube que eu era da igreja protestante; eles sabiam que a igreja protestante é que ensinou o Dr. Mondlane em Cambine a Agricultura então foi na altura em que já estavam a falar do Dr. Mondlane. Bom eu não sabia a política e ele disse *conheceu?* Eu conheci, mas de miúdo lá na escola. Ah ainda *foi seu colega?* Colega não porque ele já estava muito adiantado eu só vi quando ia lá passar as conferências, então foi isso. Ele saiu, entrou outro chefe, então esse chefe foi muito bom amigo meu, eu fui a exame do 2.<sup>o</sup> ano fiquei mal e eu disse *eh pá eu esperava dispensar, vou fazer em Maxixe*, e depois como era amigo ele disse “deixa eu vou investigar”. Ele foi investigar, investigar, investigar, volta ele não sabia que eu era cristão. “Você É cristão”? *Sim sou*, “da igreja metodista”? *Sim*. “Ah é por causa disso, é por causa disso, todos os nomes, todos vossos nomes passam da PIDE por isso vocês não esperem passar”, fiquei muito ofendido, mas não havia maneira de deixar.

Irene: Em que ano foi, lembra-se?

Chamusse: Foi em 1966 já.

Irene: Em que ano de escolaridade?

Chamusse: Andava num colégio chamado Pedro Nunes é onde estava a frequentar.

Irene: A frequentar que ano?

Chamusse: Os adultos aprendiam o 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> ano fazer exame, os adultos; os miúdos é que aprendiam 1.<sup>o</sup> ano, 2.<sup>o</sup> ano.

Irene: Mas em 1966 já tinha começado a guerra, então.

Chamusse: Oh em 1964.

Irene: E pode-me dizer acerca da política do indigenato: o ser indígena, ser assimilado, etc. Como é que a política afetava as populações?

Chamusse: Bom não era para qualquer, porque acho eu que eles tinham um objetivo, mas para aqueles que estavam a ver que este tem conhecimento de qualquer coisa esse era obrigado a assimilar por exemplo eu não assimilei só porque, até foi uma das coisas que esse meu chefe ficou confuso.

Irene: O Almeida Santos?

Chamusse: Não, esse que me fez chumbar porque perguntou-me porque é que eu não era assimilado. Eu disse bom não era assimilado por uma razão simples. Essa coisa de assimilar para passar-me perguntas se quero ser batizado não gosto e depois ele disse eu tenho um amigo que você pode não ter essas perguntas. Quer dizer, a pessoa que eles viam que é mais ou menos uma pessoa que já foi (...) porque era assimilação para poder embrulhar não é, mas quando eu recusei porque a assimilação só quando você tinha 8.<sup>a</sup> classe, eles chamavam 2.<sup>o</sup>, 3.<sup>o</sup>, 5.<sup>o</sup> ano, passar o exame de 8.<sup>o</sup> você era automático ser assimilado.

Irene: Portanto, falou-me de que às tantas era para ter ido a Ricatla, mas depois não foi?

Chamusse: Não fui.

Irene: Mas Ricatla era Missão Suíça?

Chamusse: O lugar era da Missão Suíça, mas o ensino teológico era das igrejas.

Irene: Portanto, significa que havia uma relação entre essas igrejas.

Chamusse: A nossa igreja é uma das fundadoras da teologia de Ricatla.

Irene: Havia intercâmbio?

Chamusse: Ya.

Irene: E de resto, relativamente ao ensino em Cambine, beneficiava mais os rapazes que as meninas?

Chamusse: As meninas foram beneficiadas porque tinham a Missão de Chicuke só para meninas, o internato, não estavam fora. As meninas iam para coisa, iam para Chicuke.

Irene: Cambine era só para rapazes?

Chamusse: Só rapazes, rapazes e raparigas das redondezas.

Irene: Portanto, daquilo que sabe, Eduardo Mondlane disse que foi lá para fazer o quê?

Chamusse: Agricultura.

Irene: Havia também agricultura?

Chamusse: Hein! Ali havia agricultura, havia carpintaria, carpintaria tinha uma carpintaria da 1.<sup>a</sup> classe, e havia serralharia, havia tecelagem porque ensinavam fazer camisolas de algodão.

Irene: Era uma grande escola, então?

Chamusse: Hein, muito grande! Mas dentro das dificuldades da política, mas eles não deixaram os carpinteiros, no ano em que acabam o curso deles todos eram oferecidos o material da primeira (...), saíam dali já podem fazer um trabalho.

Irene: Os agricultores o que é que aprendiam praticamente?

Chamusse: A agricultura não era bem ensinar como se cultivava, mas fazia machamba diariamente através da maneira de trabalhar. Era prática todos os evangelistas que saem dali onde estavam eram afamados pela agricultura, os rapazes também. Por exemplo, eu quando sai para a minha terra para ensinar ninguém já piava pela parte da agricultura e eu tive também umas dificuldades lá por causa da Igreja Católica porque os donos dos filhos ao saberem que lá ensinam ler e escrever, tentavam tirar os filhos nas escolas católicas. Eu também como antigamente a maior parte das mulheres, quase todas não sabiam escrever, quando os maridos for para a África do Sul trabalhar elas vinham a mim para escrever, então eu dizia que quem tem filho ou filha que estuda aqui não é preciso você pagar nada de correio eu é que vou pagar com o meu dinheiro. Era difícil arranjar um escudo para correio, encontrando alguém que faz isso era escrever porque aqueles que não eram cristãos quando vier o homem então vinha pagar qualquer coisa àquele que escrevia as cartas, eu não aceitava isso basta você tiver um filho ou uma filha que estuda aqui é tudo simples e nas machambas eu ia com eles eu andava a ver as machambas dos pais ver que hei este tem necessidade de ajuda então eu vinha falar com a criança, vinha falar com o filho ou a filha *olha amanhã nós vamos trabalhar ajudar o Fulano na machamba dos pais você só vai carretar água deixar ali na machamba dos papás, não diga nada, na machamba nós vamos cultivar e lavar os pés porque ao sair dali já vamos à escola e fazíamos mos tudo em seguido encontrávamo-nos lá, lavrar e aquilo deu-me uma grande fama para aquela área.*

Irene: Então, quando se deu a independência, o que é que o senhor fazia aqui em Maputo?

Chamusse: Eu estava a trabalhar antes da independência em 1971 acho que estava já na igreja, a igreja pediu-me para ser responsável da literatura, desde 1979 até ...

Irene: 1979? Mas a independência foi em 1975?

Chamusse: Queria dizer em 1974, mas eu já estava na igreja. Em 1974 quando entrou a Frelimo é quando já começaram a acabar com outros departamentos, eu nessa altura estava na Câmara do Comércio todos os portugueses tinham já deixado quando entrou a Frelimo em 1974. Eu fiquei secretário da Câmara do Comércio e então no princípio de 1975 antes da independência tiraram, fecharam a Câmara do Comércio então quando fecharam a Câmara do Comércio não conseguiram depressa arranjar uma outra vaga para nos colocar então o Bispo Penicele convidou-me para ir fazer parte da literatura, quando falei com eles disseram que só quando ele escrever por uma carta e a direção escreveu uma carta e depois sai em 1974.

Irene: Portanto, não chegou a trabalhar para o governo da Frelimo?

Chamusse: Não.

Irene: Está bem. E já agora, e só por interesse, a sua esposa também é de...

Chamusse: É de Chicunque, foi aprender em Chicunque ela é de Homoine eu sou de Morrumbene, mas quando nós casamos ...

Irene: Conheceram-se lá?

Chamusse: Sim, quer dizer ela uma vez passou com amigas para, de Homoine nessa altura as pessoas andavam a pé, de Homoine para Massinga, havia um casamento lá e um dos professores dela iam cantar depois eu vi a ela, ela não me viu mas eu vi e depois tinha o meu amigo, ele tinha namorada que era amiga desta e foi assim que casamos e depois eu quando me apresentei como ela ainda estava na escola eu pedi que ela fosse a Chicunque mas os pais não tinham dinheiro para pagar para custear uma pessoa que não está a trabalhar, está a estudar só e eu disse que ah vou fazer o casamento.

Irene: E esteve a dizer-me, bem, isto não tem a ver com o meu trabalho, mas pronto, esteve a dizer-me que foram celebrar os 50 anos de casamento aos Estados Unidos. Conte-me lá um bocadinho disso, é interessante.

Chamusse: Ya para nós também foi uma surpresa.

Irene: Quantos filhos tem?

Chamusse: Faleceram outros, tenho três, fiquei com três: dois rapazes e uma rapariga, esta rapariga tem 3 filhos este também o que lhe segue tem 4 e este tem 3 mas quem nos levou aos Estados Unidos é a menina.

Irene: Ela está lá nos Estados Unidos, a trabalhar lá?

Chamusse: Não, não, a filha é que está lá e ela é nossa neta.

Irene: No ano passado?

Chamusse: Fomos em dezembro.

Irene: Este dezembro?

Chamusse: Sim.

Irene: Estiveram nos Estados Unidos!

Chamusse: Ya, voltamos no dia 13.

Irene: Quanto tempo estiveram lá?

Chamusse: De 19 de dezembro a 13 de janeiro.

Irene: Foram ver a Casa Branca?

Chamusse: Ya, nós estávamos longe, estávamos no Estado de Nova Iorque, mas conseguimos. Ela alugou um carro porque sabia que de comboio iríamos sofrer muito. Apanhámos um carro parámos na Filadélfia porque lá tenho um amigo conchegado que está lá há muitos anos já é médico, e depois ele fez um jantar para nós e depois do jantar despedimos para Washington chegamos numa noite hospedamos num hotel no dia seguinte depois de comer fui ver (...).

Irene: Foi uma grande prenda!

Chamusse: Fui ver a diferença realmente de ser o primeiro mundo!

Irene: Sr. Chamusse, agradeço muito, deu-me informação que, alguma da informação que me deu acho que não está escrita na História, os portugueses não a escreveram, por exemplo, relativamente a Cambine pode ser que ainda não li, a escola de Cambine. Afinal a escola dava tantos cursos! Já tinha ouvido da agricultura, mas de que era tudo: carpintaria, serralharia, etc. Não sabia de outros para além da agricultura.

Chamusse: E sabe que já estão a preparar uma universidade?

Irene: Onde em Cambine?

Chamusse: Os Chongos são parte da procura do financiamento.

Irene: Agradeço muito, acho que a informação é bastante útil, gostei muito, e espero que Deus o ajude com a sua esposa e vos dê saúde, felicidade com os vossos filhos, que vos mantenha saudáveis até ao dia que vos há de tirar. Muito obrigada, estou agradecida.

Chamusse: Eu também tenho que agradecer bastante, porque isto para mim isto é uma lembrança daquilo que já passou, agradeço, muito obrigada.

Irene: A entrevista está terminada.

## **Informante nº 21 – Taela (IT-86)**

Data da entrevista: 27 de fevereiro de 2014

Duração da entrevista: 39 minutos

### **Caracterização da entrevista**

O avô Taela, de 86 anos, foi-me referenciado pela filha, funcionária pública, que me fez a marcação e me deu a indicação da morada. Assinalo o facto de a filha me ter dito que eu iria gostar de ouvir a história de vida do pai, que tinha muito para me contar da sua vida e que era bastante conversador, contudo, não me preveniu que o pai já apresentava problemas de memória, os quais, à medida que progredia com a entrevista, relacionei com Alzheimer. Da entrevista de trinta e nove minutos, que decidi não prolongar, a transcrição nota-se. A repetição de factos que marcaram a sua vida, nomeadamente, o requerimento que fez ao Governador-Geral para ser admitido na Escola de Artes e Ofícios de Inhamússua, os quatro anos de formação dos cursos de carpintaria, marcenaria, a paixão que tem pela profissão de carpintaria, etc. Todavia, considero que a repetição dos factos não anula a sua veracidade e, consequentemente, a utilidade dos mesmos para o meu trabalho. Primeiro, porque Inhamússua foi, segundo Adelino Almeida, 1988, uma das três escolas de Artes e Ofícios em Moçambique. Segundo, o facto de Taela ser o único entrevistado que faz referência à escola de Inhamússua sobre a qual nenhum outro entrevistado me falou, tendo a maioria deles apenas falado sobre a Escola de Artes e Ofícios da Moamba. Acabei por terminar abruptamente a entrevista com a plena concordância da esposa, que é a segunda mulher, a primeira faleceu, ao verificar-se que o senhor repetia sempre as mesmas coisas. Daí, esta entrevista não ter mais que duas páginas.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Bom dia vovô Taela.

Taela: Bom dia.

Irene: Hein, vovô, agradeço muito este privilégio que o vovô e sua esposa me deram de eu entrar aqui em vossa casa, estou muito feliz, muito obrigada. Agora, vovô, a minha visita aqui é uma visita de pedido, ouvi dizer, e agora vejo, que vovô parece que é daqueles tempos de há muito tempo. Estou a fazer um estudo sobre o ensino primário colonial.

Taela: Rudimentar.

Irene: Sim, ensino primário rudimentar. Neste caso, gostaria que o vovô me dissesse tudo aquilo que sabe sobre o ensino primário rudimentar no seu tempo. Não sei se vovô foi aluno ou não foi aluno, pode-me dizer como é que estudou e como é que evoluiu esse ensino, tudo aquilo que vovô me possa dizer. Sinta-se à vontade, se tiver alguma pergunta, pergunte-me, e eu também se tiver alguma pergunta, vou fazer.

Taela: Eu estudei o ensino português fiz 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> em Zavala. Tive um professor muito bom que tinha curso de professorado nesses tempos e nos ensinou da maneira que o colono queria. Sou de 1928, nasci em 1928 estive na escola em Zavala e depois dali ouvi dizer que vão abrir Escola de Artes e Ofícios em Inhambane, Inhamússua e eu gostei. Meti um requerimento porque era preciso requerer ao Governador-Geral de Moçambique; o requerimento era dirigido ao Governador-Geral de Moçambique, a pedir-lhe para ser, que seja admitido para estudar na Escola de Artes e Ofícios. Lá na Escola de Artes e Ofícios para aprender escolhe. A escolha é sobre carpinteiro, serralheiro e quase mecânica, mas isso não era muito mecânica. É carpinteiro, serralheiro, mecânica, mas tinha pouco, era carpinteiro e serralheiro. Eu requeri, fui admitido na Escola de Artes e Ofícios em Inhamússua, Inhambane, Maxixe. Meti o requerimento, o requerimento era dirigido ao Governador-Geral de Moçambique; demorou, mas veio o requerimento diferido e fui para lá na Escola de Artes e Ofícios em Inhambane. Lá ia para lá, mas você já escolheu qual é o ofício que quer. Ensinava carpintaria, serralharia, carpintaria, serralharia; mecânica poucos queriam. Muito, muito era carpinteiro, serralheiro e eu rezei para a escola de carpintaria. E fui, estive lá uns anitos. O requerimento era feito dirigido ao Governador-Geral de Moçambique. Fui admitido, admitido fiz o 1.º, 2.º, 3.º, 4.º ano acaba o curso; e requeri, demorou, mas veio o requerimento diferido. Fui admitido, lá é que escolhe se quer carpinteiro, serralharia, mecânica, mecânica poucos, carpintaria, carpintaria, carpintaria serralharia, carpinteiro, serralharia, eu fui para carpintaria a minha preferência é isso mesmo para brincar com as árvores, cortar uma árvore grande que vê que tem um tamanho bom para poder fazer o que a gente quer e fui admitido.

Outros tiravam o curso em Inhamússua, Inhambane, Inhamussa fica quase para Homoine portanto fui para lá e para aprender na escola de artes porque eu queria carpintaria, fui aprender carpintaria o que eu queria e ali tem 1.º ano, 2.º ano, 3.º ano, 4.º ano e pronto acaba o curso, se você até acabar esses anos sem saber nada está reprovado, reprovou. Se reprovar não repete mais, vai, porque tem o 1.º ano, 2.º ano, 3.º ano 4.º ano, não há repetição ou passa no 3.º ano acabou ou no 3.º ano vai embora não se aproveita nada. Carpintaria, sou carpinteiro, eu sou carpinteiro. Carpinteiro, há marcenaria e carpintaria, mas para nós porque tem que ir para o mato cortar madeira, árvore, precisa de tirar madeira em pranchas depois vir para a oficina para marcar aquilo que você quer fazer. Se quer fazer uma porta, portas para quê? Chama-se o carpinteiro e havia marcenaria, havia carpintaria mas não é carpintaria, marcenaria, marceneiro é aquele que faz, corta a árvore que você escolheu não é, e depois deita abaixo, corta e vê que coisas que queres fazer, vê a grossura se dá para cortar em pranchas ali na carpintaria no mato depois de tirar a árvore, racha, vai ver, corta, vai precisar do tronco e então vê que essa árvore é boa dá para aquilo que a gente quer, andou viu a árvore e pelo tamanho dela, talvez é assim, talvez é assim, talvez é assado, olha cortou, baixo até o terminal dela e vê que sim esta árvore dá. Então começa logo começar a tirar pranchas de madeira como é que a gente há de ver? É tronco à parte, tronco a base é o tronco depois o terminal é lá no fim para ver que a árvore dá para fazer aquilo que você quer e então começa a tirar madeira, a madeira dele depende daquilo que você quer fazer, madeira para marcenaria, marcenaria são esses serviços finos, armários e isso é carpintaria. Marcenaria já vê se dá para marcenaria. Marcenaria é armário, armário e dá também para um bocado de carpintaria. Carpintaria, a madeira é para as portas, janelas, essa é carpintaria, agora eu fui para lá e leva tempo, 1.º ano, 2.º ano, 3.º, até 4.º ano que você podia ser e a madeira também, tamanho vê o que dá para fazer, dá para fazer madeira a árvore corta-se para fazer carpintaria, carpintaria é fazer portas e marcenaria é armários e outras coisas assim de carpintaria e eu fui para a carpintaria leva muito tempo, carpintaria e marcenaria leva muito tempo eu fui para a carpintaria, queria ser carpinteiro, fui carpinteiro e sou carpinteiro. Coisas assim janelas é marcenaria, armários. O carpinteiro é fazer portas, janelas, portas e outros trabalhos, árvores, para fazer portas é preciso carpintaria, madeira comprida por causa das árvores e marcenaria, marcenaria são árvores muito grossos, pau muito grosso e dá para mesmo quando não há muito tecido dá por exemplo da minha altura assim a árvore desde baixo até minha altura mais ou menos a gente vê que sim esta é uma árvore dá para tirar madeira não é preciso que seja muito alta também ou a árvore não cresceu muito bem dá para o carpinteiro para fazer cadeiras ou para fazer armários assim, coisas assim boazitas. Eu fui para lá para marceneiro, marcenaria, é muito bom (...).



## Informante nº 22 – Maria Rebeca (IMR-83)

Data da entrevista: 05/05/2014

Duração da entrevista: 26 minutos

### Caracterização da entrevista

D. Rebeca, de 83 anos, foi entrevistada em Maputo, na sua casa. Nascida na África do Sul, para onde o seu pai fora enviado como pastor da Igreja Metodista, Rebeca, cuja pessoa e seu historial a bolseira só conheceu no ato da entrevista, da África do Sul veio fixar-se no distrito de Inhambane aos cinco anos, quando seu pai foi transferido para Moçambique. A entrevistada conhece a história de vida dos pais da bolseira, tendo vivido com eles enquanto professores no Xai-Xai e, posteriormente, em Tavane, Manjacaze. Assinala-se que a entrevista com a D. Rebeca foi acidental, uma vez que a mesma estava destinada ao seu marido que, após a introdução do tema pela bolseira, revelou impreparação para o ato, fator que a bolseira atribui ao seu baixo nível de escolaridade, que, no tempo colonial, ficou aquém da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito boa tarde, minha senhora!

Rebeca: Boa tarde, obrigada.

Irene: Agradeço muito este privilégio que a senhora e seu esposo me deram de entrar aqui em vossa casa, é um grande prazer. O propósito da minha visita é sobre o ensino colonial, concretamente, o ensino rudimentar das missões protestantes; e acabo de ter conhecimento que a senhora é daquelas pessoas que estudou, fez o ensino primário rudimentar e parece que também nas missões. Gostaria que a senhora me explicasse tudo sobre o seu percurso na escola, onde é que estudou, quem foram os seus professores, tudo, se eu tiver qualquer pergunta depois colocarei a pergunta.

Rebeca: É verdade, começar do nascimento?

Irene: Pode.

Rebeca: Eu fui nascida na África do Sul, o meu pai era pastor na África do Sul e depois veio casar com a minha mãe e foi ficar lá trabalhar. Fomos nascidos lá, éramos 4 meninas, morreram duas ficamos quatro, depois foi transferido para Inhambane o meu pai, ficou em Cambine, Morrumbene e depois eu fiquei em casa do meu tio, Gideon Jamela, na Missão de Cambine é lá que fiquei a estudar. O meu pai voltou, foi levar a família que tinha ficado lá na África do Sul, minha mãe e as minhas irmãs, voltou, ele também deram-lhe paróquia lá na área de Morrumbene, ficou lá a trabalhar quase um ano, transferiram foram a Homoine. Lá em Homoine ficamos. Eu estudei um pouco lá em Cambine; saímos quando o meu pai transferiram e fui a Chicunque em Jerusalém<sup>33</sup>, fui lá estudar 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> depois na 2.<sup>a</sup> classe quando casou minha chara<sup>34</sup>, quando casou pediu-me para ir com ela em Tavane. Fui com ela ficar lá em Tavane, estudei lá em Tavane, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe, depois disso voltei para casa; veio a minha irmã me substituir, ficou ela também lá. Quando eu estive lá foi no ano de 1900 e quê? Já não me lembro. Saí em Tavane era 1946, depois foi lá a minha irmã, ela também ficou. O Leonardo fui eu que lhe aiei até começar a andar, a falar. Voltei para casa e veio a minha irmã, nasceu você com a tua irmã, minha irmã estava lá e depois ela também saiu e voltou para casa. De lá de Chicunque mandaram-me para Chicumbane em 1948; fui estudar 3.<sup>a</sup> classe elementar, rudimentar, fiz em Chicunque, 3.<sup>a</sup> elementar fui fazer em Chicumbane. Era troca nesse tempo quando passar duas meninas vão para Chicumbane, duas meninas iam para Chicunque na enfermagem esses da Missão Suíça, porque ainda não tinham na missão a enfermagem só tinha escola.

Irene: Onde, em Chicumbane?

Rebeca: Em Chicumbane. Depois mandaram duas enfermeiras para ir estudar lá em Chicunque e mandaram duas meninas para estudar em Chicumbane.

Irene: Estudar o quê?

Rebeca: Estudar 3.<sup>a</sup> elementar e costura de corte, estudei lá em Chicumbane. Aprendemos também plantar erva, àquela erva que plantam no quintal, plantar com linhas, não plantar de qualquer maneira; fazer linhas depois plantar aquilo ali, regar, muita coisa que aprendemos lá.

Irene: Em Chicumbane?

---

<sup>33</sup> Jerusalém, localidade que integra a Missão Metodista de Chicunque onde situava-se a sua escola e o internato das raparigas.

<sup>34</sup> A mãe da bolseira

Rebeca: Em Chicumbane. Depois voltei no fim de 1948 para casa; já meu pai já estava reformado porque estava doente e fomos ficar em Chidenguele, em Baule, em casa dele. Depois em 1950 casei com este senhor aqui, os pais são eles que me namoraram porque eu tenho uma menina o meu filho está em África do Sul quando voltar há de vir casar com ele, depois trataram isso tudo quando eu voltei o meu pai disse me, *Hein! Aqui tenho um genro que eu apanhei para casar contigo* e disse “está bem” chegaram lá preparamos foi em 1950 no mês de junho, no mês de maio. Quando chegaram em casa prepararam tudo lá, casamos no mês de julho, quando casámos eu fui para Inhambane em Pembe, Homoine. Ficámos lá e a primeira filha quando fez dois anos ela faleceu quando estive grávida da segunda; a segunda está é a Isabel, é enfermeira aqui no Hospital Central; depois viemos cá em Maputo, ele veio primeiro em 1962.

Irene: O seu marido?

Rebeca: Sim, ele começou a trabalhar, estava a trabalhar nos caminhos-de-ferro. Depois cheguei aqui fiquei com eles; ele estava com irmãos dele: dois irmãos e duas irmãs que estavam a ficar com ele. Ficamos lá no Chamanculu<sup>35</sup>. Queria ir estudar, mas era difícil porque tinha crianças; agora para ir na escola com crianças vi que era difícil não consegui continuar as aulas. A 4.<sup>a</sup> classe fiz em Inhambane.

Irene: Em que ano?

Rebeca: Em 1966.

Irene: Em Chicunque?

Rebeca: Não, em Inhambane Céu, Inhambane Céu. Fiz 4.<sup>a</sup> classe já eu já era catequista lá em Pembe.

Irene: Catequista da Igreja Metodista?

Rebeca: Sim, da Igreja Metodista. Depois quando esses de católico viram que estou a ensinar umas crianças aí tinham inveja, tinham que me ir queixar na administração que há uma senhora que está a ensinar escola, está a proibir crianças para vir na escola católica e depois vieram com o administrador e polícias dele, entraram em casa.

Irene: Veio o administrador e a polícia a sua casa?

Rebeca: Sim, na minha casa.

Irene: Onde, lá em Inhambane?

Rebeca: Lá em Pembe, Homoine, e o professor não entrou.

Irene: Mas desculpa, quem é que veio, veio o administrador branco, com polícias?

Rebeca: Ya, com polícias e o professor também veio.

Irene: O professor de onde?

Rebeca: O professor de lá de Pembe.

Irene: Professor português, branco?

Rebeca: Não, é preto.

Irene: Da Igreja Metodista?

Rebeca: Não de Católica, depois vieram ver, vasculhar a casa, *queremos os livros que você está a ensinar*. “Hei! Eu não tenho livros que estou a ensinar, estou a ensinar as crianças a nossa doutrina só, é isso que eu estou a ensinar as crianças; as crianças escrevem no chão os nomes deles, só ensino uma criança saber escrever o nome dele, escrever abecedário. É isso que eu ensino a escrever no chão, não temos livros, não temos cadernos, não temos” - nesse tempo era ardósias que utilizava - não temos ardósias”. *Não, você disseram que você está a ensinar escola*. “Hei! Não, não tenho escola, não é escola é catequese que estou a ensinar as crianças da nossa religião, da nossa igreja. São leis da nossa igreja que estou a lhes ensinar”. *A partir de hoje não queremos ouvir que você está a tocar sino para as crianças virem estudar não sei o quê tudo tem que ser fechado*. Andaram a prender crianças os polícias, prenderam crianças para a escola de católica, há uma que é da nossa igreja que está aqui quase ali ao pé da esquadra, ela ainda era criança também com minha cunhada; pegaram foram lá na escola católica estudar e fiquei, e lá estudaram muito rigoroso porque batiam lá na escola quando não saberem aquilo ali.

Irene: Na escola católica?

Rebeca: Sim. Batiam e depois quando faltar esse dia tinham que bater também, pronto já elas saíram vieram cá em Maputo para uns familiares deles ficar cá. Preparei sair, vim aqui com o meu marido, veio cá, eu também vim aqui.

---

<sup>35</sup> Localidade suburbana de Maputo

Irene: Em 1950 e quê?

Rebeca: 1950, e eu vim em 1953, ele veio em 1952; não! Foi em 1951, tive uma filha em 1954 vim cá, voltei, não fiquei, voltei para casa. Fiquei e depois dessa tive outro filho e depois vim de vez para cá ficar em 1966. Em 1966 viemos ficar cá, íamos sempre na nossa Igreja Metodista, àquela da Católica nunca fomos lá só em Tavane é que entrei porque queriam que lá em Xai-Xai a tua mãe aceitasse ser católico, mas eles não aceitaram ser católicos.

Irene: A minha mãe?

Rebeca: Sim. Conquistaram teu pai primeiro disseram que ah como ele vai casar a mulher a mulher há de aceitar vamos deixar, estava a ensinar no Xai-Xai o teu pai.

Irene: Quem?

Rebeca: O teu pai.

Irene: Estava a ensinar no Xai-Xai, era professor?

Rebeca: Sim, e a mamã também era professora no Xai-Xai depois quando negaram de ser batizados para ser cristãos de católicos, “Hein! Nós somos da Metodista temos a nossa religião por isso não podemos ser batizados pela segunda vez. Disse *Ah pronto! Quando vocês não querem devem sair.* No dia em que saíram foi uma vergonha! Trouxeram camião com bagagem desse professor que quer entrar ali e o papá estava na escola.

Irene: O meu pai?

Rebeca: Sim estava a ensinar na escola. Como era uma casa assim do outro lado era casa para eles, deste lado era sala de escola, estava ali na escola a ensinar, chegou o camião parou ali. Desceram a bagagem, *Jaime Banze, sai de lá já chegou o professor que vem ensinar aqui, como vocês não são católicos não podem continuar a ensinar, senão ensinar vossa religião enquanto aqui é católico.* Pronto, ele saiu foi parar aí fora. Tiraram as coisas dele puseram fora, meteram coisas da bagagem daquele senhor ali. Tinha sorte porque tinha uma casa ele que ficava os rapazes lá em cima, esses Vicentes e depois carregaram essa bagagem foram pôr naquela casinha e saíram, foi uma vergonha mesmo, grande vergonha, sem avisar até, chegar o carro!

Irene: E a escola onde é que ficava, a escola onde ele ensinava?

Rebeca: Quando chega em Xai-Xai tem uma rua que vai para o hospital e àquela que vai para Inhambane. Àquela ruazinha, não andar muito parece uns km aí, depois encontra uma escola em baixo mesmo a casa do papá estava em cima, lá muito em cima.

Irene: E ele ensinava naquela escola?

Rebeca: Sim, ensinava naquela escola, ficava aí. Nós todos ficámos ali, os rapazes é que ficavam lá em cima e dormiam lá, mas sempre estávamos em baixo.

Irene: E também estudavam lá?

Rebeca: Estudavam lá. Quando saímos sorte dele como em Tavane precisavam dele mandaram chamar. Vieram-no levar foi para Tavane para continuar a ensinar lá, e depois voltei fui para Pembe, passei tudo aquilo de proibir ensinar as crianças, mas outras crianças vieram em casa estudar a catequese aí e depois vim ficar cá em Maputo em 1966 até agora que estou aqui.

Irene: Desde 1966?!

Rebeca: Sim, desde 66 estou aqui.

Irene: Então a 4.<sup>a</sup> classe fez quando?

Rebeca: Fiz em 1948.

Irene: Onde?

Rebeca: Em Chicumbane, fiz em Chicumbane.

Irene: Na Missão Suíça?

Rebeca: Não! Na Missão Suíça fiz 3.<sup>a</sup> elementar em 1948, 4.<sup>a</sup> classe fiz em Inhambane estudava em casa ia no fim do mês em Chicunque ser examinado por um professor aí, Dr. Almeida Penicela, é ele que ia nos fazer exames lá no fim do mês com outros catequistas e depois foi em 1966, não em 1965 que fomos fazer exame em Inhambane com esses catequistas.

Irene: Exame da 4.<sup>a</sup> classe?

Rebeca: Exame da 4.<sup>a</sup> classe e logo passei.

Irene: Com quantos valores?

Rebeca: 14 valores.

Irene: 14 valores, hein, inteligente!

Rebeca: Admiraram esses pastores que estive com eles disseram que Ah! Éramos três que aprovamos, nós todos éramos sete.

Irene: Rapazes e meninas?

Rebeca: Não, meninas foi eu sozinha.

Rebeca: Aqueles são rapazes nós todos somos de família somos casados. Todos somos pessoas casados já, ensinávamos nas nossas casas como catequistas da igreja.

Irene: Os catequistas da igreja ensinavam em casa?

Rebeca: Sim, e depois *Ah uma mulher aprovar e nós reprovamos, que raio é esse? Fizeram mal aqueles do exame.* Quando estava a ir fazer exame, há um examinador ali que andava a ver as pautas aí.

Irene: Branco?

Rebeca: Sim branco. Quando estava parado assim a pensar aquilo para escrever, *já não sabe, não sabe isto não sabe?* E depois começa a contar histórias “Ah sim, sim e eu sei, eu sei”, depois escrever pronto. É isso, e eu fiquei cá em Maputo desde 1966 até hoje, estou aqui.

Irene: Deu-se a independência estando aqui?

Rebeca: Sim estive aqui, eu na independência estive a trabalhar.

Irene: Estava a trabalhar onde e em quê?

Rebeca: Na União Fabril de Moçambique, UFA, na UFA, trabalhei na UFA.

Irene: Era fábrica de quê?

Rebeca: De sapatos, aquele trabalho de cozer a máquina assim e depois quando fez independência queriam fechar aquilo ali e depois como os donos eram de Portugal foram se embora deixaram a empresa; um senhor comprou aquela empresa, pronto ficou a continuar a trabalhar.

Irene: E a senhora é de que idade, quando é que nasceu?

Rebeca: 1931, casei com 18 anos.

Irene: Casou com 18. Deixe-me lá ver se me lembro muito bem: portanto fez... a primeira vez que foi a escola foi onde?

Rebeca: Em Cambine.

Irene: Nasceu na África do Sul?

Rebeca: Sim.

Irene: Porque o pai era lá pastor.

Rebeca: Era pastor.

Irene: De que igreja?

Rebeca: Metodista.

Irene: Mas mandado para lá por quem?

Rebeca: Foi mandado pela Metodista.

Irene: Metodista de Inhambane para a África do Sul, para as minas?

Rebeca: Não fora das minas. Como eram mineiros que estavam lá tinham um sítio que tinha uma igreja, mas não é da nossa igreja, é ....

Irene: *Salvation Army?*

Rebeca: Não.

Irene: Wesleyana?

Rebeca: Ya Wesleyana, e depois pediram a eles, umas horas. Eram eles que entram depois quando saem entramos a nossa igreja, fizemos assim.

Irene: Nasceu lá, que idade tinha quando veio para cá?

Rebeca: Tinha 5 anos.

Irene: E foi logo para Cambine?

Rebeca: Em Cambine fiquei, como ainda não tinha idade para estudar fiquei em casa. O tio dava explicação ali em casa e depois quando voltou papá deram paróquia fomos ficar lá. Nós estávamos a ir para escola só para ir brincar, não fazíamos nada.

Irene: Mas quantos anos tinha quando ia à escola para brincar?

Rebeca: Sete anos e depois foi transferido para Homoine.

Irene: O pai?

Rebeca: Sim, e fomos estudar em Homoine. Lá em Homoine não fiquei muito, mandaram-me para Chicunque, em Jerusalem, para estudar lá foi quando em 1941 depois 1942 casou o teu pai com a minha chara, pediram-me para ir a Tavane, ir com eles, quando casaram pediram-me fui com eles, depois de casados.

Irene: Portanto, a sua chara como se chamava?  
Rebeca: Maria Francisca.  
Irene: Ah pois, está bem. Eles, o meu pai com a minha mãe, pediram-lhe para ir ficar com eles?  
Rebeca: Em Tavane. Quer dizer, é ela que me criou, gostava muito de mim na escola a mamã.  
Irene: E na escola estava a estudar em que classe? E estava em Jerusalém?  
Rebeca: Em Jerusalém 1.<sup>a</sup> A, 1.<sup>a</sup> B.  
Irene: Ah, as classes eram 1.<sup>a</sup> A, 1.<sup>a</sup> B.  
Rebeca: Tinha principiante, 1.<sup>a</sup> A, 1.<sup>a</sup> B, mas principiante já tinha começado em Homoine e depois ali em Chicique fiz a 1.<sup>a</sup> A e 1.<sup>a</sup> B e depois sai fui para Tavane fui aprender 2.<sup>a</sup> classe.  
Irene: Não é a 1.<sup>a</sup> classe não, é a 2.<sup>a</sup> classe?  
Rebeca: Não, porque sai com a 1.<sup>a</sup> lá em Inhambane.  
Irene: Pensei que disse que fez a 1.<sup>a</sup> A e a 1.<sup>a</sup> B.  
Rebeca: Fiz a 1.<sup>a</sup> A e 1.<sup>a</sup> B em Inhambane e depois fui para Tavane fui continuar 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>, mas a 3.<sup>a</sup> não fiz exame.  
Irene: 3.<sup>a</sup> quê?  
Rebeca: 3.<sup>a</sup> rudimentar.  
Irene: E não fez exame?  
Rebeca: Não fiz exame voltei para Inhambane, em Chicique e fiz exame lá de 3.<sup>a</sup> rudimentar como não tinha elementar tinha que me mandar para Chicumbane.  
Irene: Ah, não dava elementar na Missão Metodista?  
Rebeca: Ainda não tinha elementar, e depois fui com D. Catarina, já faleceu, Catariana Simbine fui com ela em Chicumbane ficamos um ano lá depois passamos voltamos outra vez para Chicique enquanto o papá estava transferido fomos para casa em Chidenguele.  
Irene: É muito interessante a sua história, é muito interessante, e depois os católicos é que tinham vantagem nessa altura, não é?  
Rebeca: Tinham vantagem nessa altura muitas crianças fugiram, fugiram foram fora para as casas dos familiares deles.  
Irene: Hein muito obrigado! Acho que já recolhi muita informação que vai servir para a história, agradeço muito, muito mesmo, obrigada. Posso dizer que esta nossa conversa está terminada.  
Rebeca: Está bem obrigada, eu fico contente por te ver.

## **Informante nº 23 – Sinai Nhatitima (ISN-71)**

Data da entrevista: 07/05/2014

Duração da entrevista: 22 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Local da entrevista: Fundação para a Cidadania

Nhatitima, de 71 anos, é, por excelência, uma das referências dos indivíduos provenientes do ensino rudimentar que, na sua trajetória de vida, progrediram a todos os níveis: académico, profissional e social, graças ao investimento das missões na sua educação e moral. Permitam-me referir que a análise do percurso de Nhatitima, cujo envolvimento na política da Frelimo foi estritamente no âmbito do exercício das suas funções como jurista, pois não há referência ao facto dele ter ocupado algum cargo partidário, todavia, nos permite desenvolver a única pergunta de partida do meu projeto e que é: “Como e até que ponto as missões protestantes terão servido de instrumentos de libertação de Moçambique do colonialismo português”? A entrevista foi dada na Fundação para a Cidadania, criada pelo próprio.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, senhor doutor.

Nhatitima: Boa tarde.

Irene: Senhor doutor, estou muito agradecida por este privilégio, considero ser um privilégio a oportunidade que me concedeu de vir aqui cumprimentá-lo, em primeiro lugar, e depois a disponibilidade de o senhor me puder facultar alguma informação sobre o ensino colonial, concretamente, o ensino primário rudimentar e respetiva profissionalização ou qualificação, se é assim que devemos chamar. Daquilo que subentendi noutro dia, o senhor tem alguma experiência nessa área, direta ou indiretamente; portanto, gostaria que o senhor me pudesse relatar tudo o que se lembra da sua própria experiência, agradeço imenso.

Nhatitima: Muito bem, eu também agradeço este contacto e também este privilégio de falar um pouco daquilo que foi o ensino rudimentar nas missões das igrejas aqui em Moçambique no período colonial. O meu nome é Sinai Natitima, eu sou natural de Inhambane, nasci em Chicuke, o meu pai, os meus pais eram pessoas ligadas à igreja Metodista Unida em Moçambique. O meu pai foi pastor da igreja dessa igreja Metodista, quase que é um dos que depois da fundação dessa igreja ele quando veio seguia uma outra geração que viu a expansão da igreja Metodista pela província e não só, portanto eu sou aquilo que sou hoje, sou produto desta, dessa igreja daquilo que eu pude estudar nessa missão. Agora eu estudei na Missão de Cambine desde o ensino primário que é o tal ensino rudimentar, até passar para o ensino elementar depois acabei por sair, aliás continuei fiz o 1.ª ciclo dos liceus ali mesmo, fui dos primeiros alunos quando foi aberto este ensino, o primeiro ciclo preparatório como se chamava na altura não é, porque a igreja em tempos não tinha, não dava este nível não é, de ciclo preparatório mas depois de muito esforço a igreja conseguiu autorização do governo colonial na altura para passar a lecionar o 1.ª ciclo dos liceus porque antes a pessoa terminava o ensino primário e tinha que sair dali se quisesse estudar e continuar em outros sítios; mas eu quando termino o ensino primário já estava a entrar em funcionamento o 1.º ciclo dos liceus. Eu fui um dos primeiros alunos a frequentar esse curso e além disso, bom também acompanhei um pouco, como é óbvio sendo filho de um pastor, eu acompanhava também mesmo fora da missão, quando estivesse de férias voltava para casa. O meu pai era, dirigia uma paróquia não é, e tinha uma escolinha também ali que digamos criou para ajudar as crianças; era mais para ensinar ler e escrever porque na altura não era permitida a essas missões protestantes lecionar, eles faziam quase que clandestinamente porque as únicas entidades autorizadas ali era a igreja Católica então o meu pai e outros pastores também pronto aí na comunidade que os cercava, porque essas escolas católicas também tinham um problema: por vezes ficavam muito distantes das comunidades onde elas viviam, então o meu pai nessa paróquia que se chamava Matalalane, ainda se chama assim, que fica próximo de Cambine não sei quê ou Morrumbene, Maxixe, naquele eixo ele pronto, clandestinamente também dava aulas às crianças para aprenderem a ler e a escrever, mas isso dado também neste contexto das missões protestantes de evangelização que tinha esta componente de académica digamos assim e é isso; mas também com muitos dissabores porque como disse o regime colonial não deixava as missões protestantes avançar por essa via porque as missões sempre foram vistas como algo de enfim subversivas para aquele tempo em que se vivia então havia um controle muito grande! Meu pai até sofreu algumas vezes prisões, era chamado para administração em Morrumbene, encarcerado por um dia ou dois porque

pronto, quando se descobrisse que ele estava a lecionar, estava a dar, quer dizer, a ensinar a ler e a escrever as crianças à revelia das autoridades. Portanto, isto era um parêntesis, então eu frequentei desde a 1.<sup>a</sup> classe em Cambine no tal ensino rudimentar e como é que isto funcionava? Na altura o africano tinha que, primeiro, entrava tarde para a escola. As crianças hoje entram com 6-7 anos e naquela altura eles, os europeus, também entravam mais ou menos com essa idade, 8 anos já estavam a entrar, mas ao africano não era permitido antes dos seus 10 anos porque diziam que era ainda muito cedo para o africano. Então, acho que eu quando comecei a estudar de facto, lá em Cambine, quando o meu pai me mandou para Cambine eu devia ter os meus 8- 9-10 anos. Então comecei a estudar e tinha a 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. Aí na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar a pessoa quase que era obrigatório ficar mais um ano, mesmo que fosse um aluno inteligente tinha que ficar mais um ano, não podia passar imediatamente para a 4.<sup>a</sup> classe porque pronto era esse sistema, era mais um esquema para atrasar cada vez mais a evolução académica do africano. Então impunham que o africano não podia passar para a 4.<sup>a</sup> classe, que o ensino rudimentar acho que tinha, devia ser 3 anos não é, mas prolongava-se até ao 4.<sup>o</sup> ano precisamente para retardar cada vez mais a evolução, a progressão académica do aluno; e passei por essa fase, mas depois consegui ir até a 4.<sup>a</sup> classe, fiz a 4.<sup>a</sup> classe em Cambine. Agora o que eu, o que me pareceu naquela altura, quem eram os professores? Os professores eram pessoas recrutados pela própria missão, a maior parte até eram pessoas ligadas à própria igreja não é, alguns com quanto muito com 4.<sup>a</sup> classe já era muito bom; mas havia outros apenas com 3.<sup>a</sup> classe que eram recrutados e pronto, lá iam dando algumas indicações aos alunos para poderem prosseguir. Eu tive esse tipo de professores e, mas pronto, consegui ter esse aproveitamento. E então este ensino rudimentar lecionado nas missões, como era óbvio tinha também uma ligação muito estreita com a igreja: o aluno, eu era aluno interno quando estava lá no internato em Cambine chamado Boarding, portanto tínhamos obrigações estreitamente ligadas à igreja. Portanto o aluno para chegar até lá tinha que ter o aval do pastor lá da sua comunidade e fazia-se este acompanhamento estando na missão, no internato. Todos os dias tinha que ir à missa de manhã, à noite, aquelas regras todas e portanto, nós tínhamos essa componente, a componente digamos académica e onde tínhamos os livros. Aprendíamos com livros do ensino colonial naturalmente, mas também aprendíamos por via da igreja outras digamos, outros ensinamentos assim até tanto mais que nestas missões, ou por causa das missões, para além do português o aluno aprendia a ler e escrever em Xitswa porque era a língua usada na Igreja Metodista na altura. Eu falo e escrevo português, mas também falo e escrevo um pouco Xitswa. Já me esqueci por causa do tempo que passou, mas enfim, ainda consigo escrever algumas coisas, portanto, em tom de introdução é isto que eu posso dizer. E também, este ensino para nós na missão tinha de facto também a sua componente tanto quanto política não é; bom, nós na altura não dávamos conta mas havia sempre uma forma muito subtil que a igreja tinha de ir introduzindo alguma coisa na cabeça das pessoas tanto mais que por lá passou o Eduardo Mondlane na altura mas eu já ainda não estava lá mas passou por lá, ele era da Igreja Presbiteriana e esteve lá em Cambine durante algum tempo. Aparentemente a área dele era agricultura, noções básicas de agricultura, mas depois encontrou, encontrava formas de transmitir a mensagem de liberdade, de independência por aí fora e a pouco, pouco as pessoas também iam absorvendo essas ideias, tanto mais que depois houve já uma fase nos anos 71, 70 por aí fora, nós já tínhamos bispos, bispos da nossa igreja Metodista que vinham da América e por aí fora; e esses bispos e a igreja no seu todo promoveu a saída de muitos jovens para fora do país, alguns mesmo para a luta armada de libertação e pronto. Aquilo tinha conferências anuais, anualmente fazia-se uma conferência da igreja e no fim dessas conferências havia sempre àqueles alunos que já tinham concluído o 1.<sup>a</sup> ciclo, mas tudo isto era clandestino tanto mais que depois o último bispo acabou sendo expulso porque o regime não lhe deixou mais entrar em Moçambique pronto, porque eles tinham já detetado que tinha esta atividade não é, e tinha também um missionário que estava sediado em Inharrim chamado Gilete que tinha também, fazia esse tipo de atividade, esse foi mesmo expulso nos anos 50 e por aí fora, e então havia esta, toda esta ligação. Estas missões, o ensino sempre funcionou debaixo de uma grande vigilância do regime colonial. Então como pode perceber, nós não tínhamos as mesmas condições que tinham por exemplo, os alunos do ensino chamado ensino oficial, que eram os europeus, não tínhamos. Havia muitas limitações, aquilo que se dava do outro lado não se dava deste lado de cá, quer dizer, havia sempre uma forma de não transmitir todo o conhecimento ao africano mas pronto, a evolução da história acabou ditando uma abertura e tanto que quando eu fiz a 4.<sup>a</sup> classe já havia uma certa abertura, era uma pressão política que se fazia não só aqui mas no estrangeiro, já havia uma abertura para o regime deixar mesmo os africanos frequentarem àquelas escolas tanto mais que eu depois eu fui fazer o exame do primeiro ciclo., No nosso tempo a

aprendizagem foi em Cambine mas não podíamos fazer o exame ali, fomos fazer em Inhambane porque a missão não estava autorizada para realizar exames, e então fomos fazer lá e para o espanto de muita gente, sobretudo aqueles professores aí portugueses que pensavam que o nosso ensino era muito fraco nós nesse ano, o grupo que saiu de Cambine fomos aqueles que arrancaram as melhores notas depois pronto.

Irene: Em que ano, já agora?

Nhatitima: Em 1960 e... em 62 e então éramos um grupo de 5-6-7 alunos, que saíram de Cabine para ir fazer exames lá.

Irene: Da 4.<sup>a</sup> classe?

Titim: Não, não, não, já o 1.º ciclo. Então fomos os melhores, aqueles que tiveram as melhores classificações. Então isso depois, mais tarde, ingressei nesse colég.io; era um colégio para fazer o 3.º e o 4.º ano dos liceus até ao 5.º ano já com a bolsa da missão metodista.

Irene: Que colégio?

Marítima: Colégio de Nossa Senhora de Fátima, em Inhambane.

Irene: Católico?

Titim: Sim, eram irmãs. Era um colégio das irmãs católicas não é, nós éramos que pronto, também tinha a parte quase que comercial (*pausa alguém liga para o procurador*) então nós fomos para o colégio alguns de nós que a missão disponibilizou uma bolsa porque o colégio era muito caríssimo na altura pronto, eram 300\$00 por mês, isso para um africano era muito dinheiro! Quer dizer, se não fosse a bolsa da missão nós não tínhamos hipótese nenhuma de continuar a estudar, eu tive esse privilégio de beneficiar de uma bolsa, fiz lá o 3.º e o 4.º e depois continuei vim para aqui para Lourenço Marques continuei 5.º ano, o 6.º e o 7.º, o 7.º ano dos liceus tudo isto com a bolsa da missão, portanto é essa a minha trajetória que eu posso dizer não sei se quer fazer alguma pergunta.

Irene: É uma trajetória muito interessante, direi que é a primeira vez que, pronto, por acaso todos os informantes, todos os intervenientes me deram boas informações, excelentes, cada um com uma história de vida típica e no seu caso concreto é o primeiro, posso dizer, é a primeira pessoa que através da missão conseguiu chegar até ao nível mais alto do ensino e é bom saber isso. E também neste aspeto, fico admirada porque sendo Metodista, então foi a missão que o financiou num colégio católico, algo que não seria expectável se fosse ao contrário, pois a minha perceção em relação aos católicos é que não permitiam que o católico fosse à igreja protestante, mas neste caso o senhor fez lá os seus estudos superiores.

Nhatitima: Num colégio católico!

Irene: Num colégio católico, exato, desde o 3.º, 4.º e 5.º....

Nhatitima: Só que também pronto, a missão, a nossa missão, a nossa igreja tinha uma, essa contrapartida não é, eles davam bolsa mas na altura das férias o bolseiro tinha que voltar para a missão, durante aquele, era um mês praticamente, fazer, prestar serviços ali na missão para manter àquela ligação; então fazíamos isso durante o ano, estávamos lá mas depois quando fechavam as aulas tínhamos que voltar, ou estávamos em Chicuke ou estávamos em Cambine. Então era isso, mas também deixa-me dizer isto, e digo isso por muito orgulho, eu aquilo que eu disse de facto é verídico: a igreja ajudou-me bastante nesse aspeto mas também com base nesse apoio que eu recebi da igreja já tive bases para continuar a estudar, mas já não por exemplo para o ensino superior, mas já não com a bolsa da missão, já não fazia sentido. Eu fui um dos primeiros alunos da Faculdade de Direito aqui em Moçambique quando abriu a Faculdade de Direito.

Irene: Em que ano?

Nhatitima: Em 1975 um pouco antes da independência, fui um dos primeiros moçambicanos que ingressou na Faculdade de Direito e tivemos, éramos um grupo que havia na altura, eu já tinha terminado o 7º ano dos liceus. Antes da independência o meu projeto era arranjar uma bolsa ir para Portugal continuar a faculdade, mas havia muitas dificuldades era preciso contornar muitas coisas e por aí fora então acabei ficando por aqui aguardando pela melhor oportunidade e a melhor oportunidade para nós foi de facto a independência de Moçambique. Então veio a independência, abriu-se a Faculdade de Direito e então ingressamos. Éramos cerca de quase 400 alunos porque havia muita gente ávida e à espera desse momento. Eu lembro que pronto, nos primeiros três meses aquilo não havia espaço sequer para as pessoas se sentarem e sentávamos no chão e tomávamos apontamentos mas pronto, e o processo por si foi digamos decantando porque alguns iam lá só por alguma curiosidade e depois fomos reduzindo o número e em 1977 concluí o bacharelato em Direito e fui afetado no Ministério da Justiça e no



Ministério da Justiça fomos, o meu grupo, enviados para as províncias para fazer a divulgação do anteprojeto da lei da organização judiciária, já do Moçambique independente. Eu estive fiz esse trabalho e depois a seguir na magistratura em 1978 fui delegado do Procurador da República, em Inhambane, e depois fui para Sofala como juiz-presidente do Tribunal Provincial de Sofala e depois vim para aqui e mais tarde cheguei a Vice-Procurador da República e Procurador-Geral da República, e acabei a minha carreira profissional como magistrado, como juiz-conselheiro do Tribunal Administrativo no ano de 2010. Portanto isso tudo devo à igreja, à igreja que me deu essa base, e até hoje aquilo que eu ainda faço, eu estou reformado como vê, mas como eu criei uma Fundação aqui onde estou, Fundação para a Cidadania, eu é que criei depois que me desliguei da magistratura, estou a tentar pôr esta instituição a funcionar. É um projeto pessoal, mas depende também de apoios daqui e dali; mas também estou na Comissão Central da Ética Pública que é uma instituição do Estado. Foi recentemente criado para enfim, ajudar a introduzir um pouco de ética e transparência na função pública; foi criada em 2012 e eu fui um dos primeiros integrantes desta comissão, e sou o primeiro presidente, mas isso tudo graças à igreja. Estou muito e profundamente agradecido e reconhecido à minha igreja, portanto falo disso com muito prazer!

Irene: É só para ver até onde é que as missões, a partir do ensino rudimentar, conduziram.

Nhatitima: Rudimentar!

Irene: Rudimentar, e até onde chegaram?

Nhatitima: Até onde se chegou, como eu também, há mais pessoas como eu que conseguiram fazer uma caminhada mais ou menos relevante mas pronto, eu sou uma dessas pessoas e posso dizer que pronto, no plano, no contexto do Estado moçambicano consegui chegar a uma das funções mais relevantes do Estado moçambicano, Procurador-Geral de Moçambique é uma das figuras muito importante em Moçambique.

Irene: Muitos parabéns, muitos parabéns! O senhor de facto é de referência neste estudo para dizer que, a partir do ensino rudimentar das missões, houve pessoas que conseguiram chegar ao patamar, mas alto graças ao esforço das missões.

Nhatitima: E porquê também? Por que nessas missões apesar de aparentemente o ensino ser rudimentar, como se dizia, mas havia muita, muita carga em termos de formação do Homem, o carácter do Homem, portanto a pessoa saía de lá com um carácter muito fortalecido que lhe permitia estando cá fora mesmo sozinho ir rasgando os caminhos e foi graças a isso que o meu carácter formou-se ali em Cambine é verdade que cá fora também juntou-se, acrescentou-se isto mas a base da minha formação pessoal, carácter e perspectivas do futuro foi em Cambine (ri-se) e até hoje que eu sempre enfim, recorro a esses momentos para ainda continuar a trilhar o meu caminho para a educação dos filhos e por aí fora.

Irene: Que bom, E desculpa qual é a sua idade?

Nhatitima: Tenho 71.

Irene: Com que idade é que entrou na escola, 8 anos foi o que me disse?

Nhatitima: 8-9 anos.

Irene: E em que ano mais ou menos?

Nhatitima: 1952 ou 53, eu sou de 1943 acho que fui para lá para Cambine em 1952 ou 53, aos 9 ou 10 anos mais ou menos por aí também porque como o meu pai era pastor pronto, ele acompanhava bem aquilo porque há outros que chegavam na missão com 15 anos para começar a 1.<sup>a</sup> classe mas sorte eu tive esse privilégio de ter o meu pai pastor. Ele sempre pelo menos entendia um pouco mais as coisas quando é que as coisas devem começar, portanto aos 9 anos ele mandou-me para o internato.

Irene: E quando é que foi introduzido o ciclo preparatório, em que ano?

Nhatitima: Em 1960.

Irene: Quando pela primeira vez a Missão Metodista em Cambine...

Nhatitima: Exato.

Irene: E quem eram os professores, eram missionários ou...

Nhatitima: Não, não, não, porque pronto, pela própria exigência do governo colonial, a missão teve que contratar um professor de fora, neste caso o nosso professor era o sr. João Manuel Paixão que não sei se já ouviu falar aqui de uma senhora chamada Belmina Pereira, essa Belmina Pereira, é neta do bispo de que foi bispo da igreja Metodista, bispo escrivão Anglaise, então ela é neta desse bispo e então é filha desse senhor João Manuel Paixão. Foi contratado, era um europeu, foi contratado para vir lecionar, mas pronto ele depois não resistiu aos encantos de uma ... põe isso em off! *Manda-me desligar o gravador pois não pretende que seja gravado o que me irá explicar.*

Irene: Acho que depois podemos terminar a entrevista.

Nhatitima: Posso continuar, mas sem gravar, depois irei-lhe contar a outra parte.

Irene: *Desligo o gravador.*

Irene: Gostei muito desta entrevista! A informação que recolhi é extremamente útil, extremamente útil porque tem uma utilidade excecional para este estudo. Para já, pela formação, pela sua formação que foi realmente, conforme disse, foi graças à missão, a missão protestante; e entre os vários aspetos que me impressionaram é a atitude, conforme eu expliquei que, pronto, ao contrário da igreja católica que olhava para a igreja protestante como inimiga com um território em que os seus membros não podiam pisar, mas não, a igreja, a perspetiva da igreja Metodista foi diferente.

Nhatitima: Exato.

Irene: Até chegou a pagar, a financiar os seus alunos para que pudessem progredir sabendo muito bem que lá na igreja Católica seriam sujeitos a ir à missa, essas coisas todas.

Nhatitima: Aquilo que eu referi, aquele colégio era um colégio de irmãs. Todo aquele, todo o ensino ali decorria sob o manto da igreja católica tanto os ensinamentos pronto quer dizer, que nós que não vínhamos das missões católicas tínhamos que fazer uma pequena reconversão, mas também não foi muito fácil para nós porque já tínhamos bebido bastante, estávamos ali fazíamos aquilo que nos mandavam saber, mas não alterava em nada.

Irene: Portanto, gostei muito, gostei muito e agradeço.

Nhatitima: Mas eu vou-lhe dar aqui o meu *mail* talvez e o meu cartão e depois se precisar de trocar alguma correspondência.

Irene: Sim, sim obrigada.

## Informante nº 24 - Vasco Mucambe (IVM-81)

Data da entrevista: 07/05/2014

Duração da entrevista: 22 minutos

### Caracterização da entrevista

Com 81 anos de idade, a entrevista de Mucambe, da Missão Suíça, que nos anos 40 estudou na escola católica, não tendo, contudo, chegado a frequentar a 4.<sup>a</sup> classe, revela uma assimilação insuficiente na aprendizagem do português. Este aspeto contrasta a tendência da maioria dos informantes com um nível de ensino idêntico, adquirido numa escola protestante. Aliado ao facto de, como referido pelo próprio, o professor dele não ter dado as aulas com assiduidade. Urge que, através de entrevistas posteriores a informantes com o ensino primário adquirido nas escolas católicas nos anos 40, se estabeleça uma comparação, que tenha como objetivo endossar a afirmação da maioria dos informantes protestantes, segundo a qual, relativamente aos programas do ensino de português, os professores das escolas protestantes preparavam melhor os seus alunos do que os professores das escolas católicas.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito bom dia.

Vasco: Bom dia, minha senhora, como está?

Irene: Bem, obrigada. Não sei por aqui como é que estão.

Vasco: Está tudo bem.

Irene: Sr. Mucambe e esposa, agradeço muito esta oportunidade que me concederam de vir aqui à vossa casa que fica no campo, eu gosto muito de viver no campo. Conforme estava a dizer, esta minha visita está no âmbito de um estudo que estou realizando em Portugal sobre o ensino colonial nas missões protestantes do sul de Moçambique.

Vasco: É verdade.

Irene: E por aquilo que entendi noutro dia, naquele dia de funeral, o sr. Mucambe está integrado nessas missões. O que eu gostaria de saber, e que já falei, é sobre o ensino colonial, mas concretamente o ensino primário rudimentar e as saídas profissionais desses alunos que estudavam o ensino rudimentar nas escolas das missões, portanto, gostaria que o senhor da sua própria experiência vivida, quer nas missões ou fora das missões, me pudesse informar o que é que era esse ensino primário rudimentar e quem eram os professores, o que é que os alunos faziam, tudo, daquilo que se lembra, é claro que não se pode lembrar de tudo, não é?

Vasco: É verdade, bom eu agradeço muito também conforme que está aqui connosco e nem sabia da outra parte. Eu vou, posso dizer que para mim foi uma surpresa, mas sim será verdade quando foi surpresa enquanto há de haver uma alegria, no entanto. No tempo colonial quando eu entrei nessa igreja da Missão Suíça como agora é presbiteriana eu acho que não foi fácil. Custou muito para nós ficarmos unir, até agora porque os colonos no tempo colonial houve uma guerra no princípio. A guerra essa era que então ao protestante que proibia para viver nesta nossa bela terra ou nossa bela o país porque eu vi mesmo pelos meus olhos os nossos pastores; bom não era pastores eram vaVangeli<sup>36</sup> e ficou muito sacrifício, fez muito sacrifício foi castigado levar as coisas que não dava que podia fazer até na nossa zona. Quando os nossos pastores conforme eram os Vangeli e quando chega nos fins-de-semana como domingo bater aquele sino, estava arrancar, carregar nas costas para a administração diz que *isso é proibido não há nenhum protestante aqui*. Pronto sofreram, deu palmatória, no entanto, mas Deus é grande fez que então a lutar até de facto entrar o católico até compreender que de facto isto é verdade que é a Palavra de Deus que está aqui a fazer essa gente. No entanto o resto das coisas já eu sou, era uma pessoa já adulta que sabia o que fazer porque eu ia lá por força dos católicos, mas voltava a entrar aqui na Missão Suíça. É essa coisa que nos levou até agora estou dentro desta missão e o nosso como diz, o nosso chefe que era uma senhora que vinha saía daqui de Antioka de Magude para lá ensinar nós porque ia para Manjacaze na Maússe, Missão Maússe; era instrutora nossa era o tate<sup>37</sup> Natalia Sumbane e era o nosso instrutora que ensinava nos o que é Deus, qual é o Jesus não sei o quê; e tudo isso saiu, estava a sair na razão daquilo que nós podemos a compreender o que é o Deus e de facto ficou assim até hoje, estamos assim. Eu acho que pela minha palavra que eu posso dizer é essa. Eu lembro muito os

---

<sup>36</sup> Evangelistas, em língua Xitswa.

<sup>37</sup> Madame

nossos pastores naquele momento que vinha de Suíça aqui não era fácil para ter um pastor africano; mas sim havia mas não era muito eram só os pastores que vinham da Suíça para nos ensinar o que é que devemos fazer até hoje que já estamos independente, que já temos muitos nossos pastores até os suíços já deixou nós para nós fazer as nossas porque já abriu os olhos. No entanto não há outra coisa que eu possa informar na nossa igreja. A nossa igreja estamos bem conservados, conservarmos e também nós gosta dele porque de facto eu não estou a ver mal nenhuma dele. Pois é isso que eu posso dizer pronto, muito obrigado.

Irene: Muito obrigado por essa informação, é útil saber que aqueles tempos foram conflituosos entre a igreja, entre o Estado e as igrejas protestantes, é útil saber isso.

Vasco: Até não era só Missão Suíça, era Nazareno, era Metodista, era aquilo que chamava nós, estava a chamar protestante não era só Missão Suíça era nós todos.

Irene: E não sei se me pode dizer alguma coisa que sabe relativamente à escola, onde é que estudou?

Vasco: Eu?

Irene: Sim.

Vasco: É Mabunganine.

Irene: Pode-me dizer alguma experiência do seu próprio ensino lá, era uma missão ou não?

Vasco: Não era missão, era uma escola primária.

Irene: Escola quê, católica?

Vasco: É católica.

Irene: Então pode-me explicar, já agora que estudou lá, como é que ensinavam.

Vasco: Não, nós estava a estudar, mas não era sempre. A nossa escola os professores, o nosso professor Eduardo Mabuiango estava a ensinar sim uma semana ou acaba 3 dias ir à escola, vai à machamba, vai fazer aquilo, vai cultivar nas machamba das senhora que tem dinheiro para ele levar dinheiro para ele mas nós ia lá até eu frequentei até 3.<sup>a</sup> classe mas depois de 3.<sup>a</sup> classe eu vi que eh pá não dá porque não era sempre que eu estava a estudar. Nós os alunos estudava, mas com sacrifício e essa coisa de bater não pode contar porque isso era no tempo dele mas só para estudar, frequentar quando chega na escola, sentar estudar até acabar não. Ou às vezes te manda para ir, tinha um burro que ia acarretar água ali no coisa, no rio porque a nossa zona a água encontra-se sair daqui até muito longe, e é sair daqui passar parece que vai para lá no portagem e depois tem que levar o burro com aquele barril vai acarretar água e trazer aqui mas isso acontece de vez em quando mas o maior parte que estava a fazer estava a cultivar, estava a tirar capim para um senhor quando tem dinheiro comprar e nós fazer àquela atividade das pessoas que pede com dinheiro e dá o professor, ele fica com dinheiro e nós fazer aquele trabalho.

Irene: Mas isso fazia parte da escola como alunos?

Vasco: Nós ia para a escola, mas em vez de estudar tem que fazer aquele para ele, era assim.

Irene: Mas a escola era católica?

Vasco: Era católica.

Irene: E o professor era ele só, o único?

Vasco: Era o único ele.

Irene: E o padre não vinha ali ver?

Vasco: O padre só vinha de vez em quando às vezes uma vez ou duas vezes por ano porque a missão é Missão Maleisse.

Irene: Ali era missão?

Vasco: Não, não era missão era uma escola, havia missão, Missão Maleisse que estava la padre Joaquim Boavida é la onde que você quando quer tirar 4.<sup>a</sup> classe iam lá para frequentar, depois eu deixei a escola antes de eu fazer 4.<sup>a</sup> classe. A 4.<sup>a</sup> classe eu vem fazer aqui.

Irene: Portanto, fez ali naquela escola, como se chamava, Mabonga?...

Vasco: Mabunganine.

Irene: Fez 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>?

Vasco: Ya.

Irene: Não havia 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> parte, não?

Vasco: Não, não.

Irene: Era 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>?

Vasco: Nós chamávamos 1.<sup>a</sup> classe depois 2.<sup>a</sup> classe depois 3.<sup>a</sup> classe.

Irene: Em que anos foi isso, lembra-se?

Vasco: Em 1940 e 40 e, a partir de 1942, 1943, 1944, 1945.

Irene: Fez a 1.<sup>a</sup>, 2., 3.<sup>a</sup> classe?

Vasco: Mas essas classes não fez no mesmo ano, por ano não, às vezes acabava dois anos enquanto você está andar ali a estudar porque não frequentava sempre a estudar havia atividade que nós estava a fazer pela mão não era sempre a estudar é isso que atrasava que uma pessoa para ir no exame e ia passar não, custava muito.

Irene: Portanto, era só o único professor para ensinar todas as classes, ali?

Vasco: Sim.

Irene: Não tinha ajudante, não tinha nada?

Vasco: Não havia ajudantes, havia os ajudantes que já tinha a 3.<sup>a</sup> rudimentar, 4.<sup>a</sup> classe, mas ele era único professor.

Irene: E vocês iam lá e o professor não ia, para já, todos os dias?

Vasco: O professor vinha e estava a ensinar aquele que estava um bocadinho à frente e depois nós que estava ainda naquela classe de baixo, estava a entregar os ajudantes para nos dar.

Irene: Mas mesmo assim com esses ajudantes nem sempre estudavam, tinham que fazer atividades.

Vasco: É isso.

Irene: Portanto, o senhor disse que entrou em 42, nasceu em que ano?

Vasco: 1933.

Irene: Portanto, tinha mais ou menos 9 anos quando começou a escola.

Vasco: É isso.

Irene: E depois, quando passou a 3.<sup>a</sup> classe não continuou?

Vasco: Não, não, eu fugiu para aqui em Lourenço Marques, para trabalhar.

Irene: E de resto, lá na escola, quando estudavam, tinham caneta, escreviam, como é que escreviam?

Vasco: No chão e depois tinha numa ardósia quando já estava a fazer a 2.<sup>a</sup> classe já tinha uma ardósia que estava a escrever.

Irene: E a 3.<sup>a</sup>, fez a 3.<sup>a</sup> classe, elementar ou era rudimentar?

Vasco: Era a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, mas não chegou de fazer exame nessa altura, eu vi que não dá porque já era só um jovem que já percebe qualquer coisa.

Irene: Portanto, nunca estudou numa missão protestante?

Vasco: Não, não, a escola protestante eu frequentava só nas patrulha até o meu mvangeli houve no tempo, uns tempo que era para então nós frequentar o coiso a Suíça estava a dar bono agora o meu mvangeli estava me a conquistar para ir estudar na Suíça e eu bom pela aquela estupidez que nós tivemos disse que não, eu sair aqui deixar as minhas mães os meus pais aqui não pode eu quero ficar, eu não aceitei mas não era que era forçado não, não estava me a forçar estava a pedir ver se pode eu ir lá para estudar porque eu nem sabia qual é depois de estudar e eu fiquei em casa até agora, começou a trabalhar pronto.

Irene: E quando é que veio para Maputo, para trabalhar?

Vasco: Aqui eu vem aqui em 1950.

Irene: Já era jovem crescidinho.

Vasco: Sim.

Irene: E quando chegou aqui, o que é que fez?

Vasco: Estava a trabalhar nos quintal, nas senhoras, trabalhei enquanto 1953 eu deixei aqui fui na África do Sul.

Irene: Para as minas?

Vasco: Sim, trabalhei nas minas.

Irene: Quantos anos lá?

Vasco: Dez anos, depois deixei eu trabalhei aqui mais ou menos 10 anos e tornou a voltar para a África do Sul e depois na África do Sul trabalhei mas já não trabalhava nas minas, eu só trabalhei uma vez nas minas lá na África do Sul e quando eu cheguei era no compound, na companhia, agora o chefe da companhias viu que eu era um bocadinho esperto e disse que você não pode ir nas minas e eu não eu queria ir nas minas se você não quer ir lá onde nós estamos andar então vocês não vai trabalhar, então

eu aceitei eu fui na pensão, na pensão do Mine trabalhar lá até ficar habituado, ficou habituado, ficou assim agora já não ir nas minas é isso.

Irene: Portanto, está aqui em Maputo, de vez, desde 1963?

Vasco: 1964, ya.

Irene: E o que é que fez a partir de 1964, trabalhou onde?

Vasco: 1964 eu estive no Hotel Andaluzia, mas eu não fiquei muito tempo lá, eu ficou muito tempo na Pastelaria Princesa, eu trabalhei lá 8 anos.

Irene: Portanto, sabe fazer bolos.

Vasco: Eu não estava a fazer bolos eu só e estava a ver mas eu fiquei lá oito anos quando abriu o Hotel Turismo que era sucursal do Hotel Tivoli e como eu sabia falar Inglês ya ele me conquistou para eu estar lá e fiquei lá como chefe-geral do hotel, estive lá trabalhar a 15 anos.

Irene: A partir de que ano e até que ano?

Vasco: A partir de 70 até 81, 83 83, foi assim.

Irene: Tem uma história interessante, essa lá da escola, em que iam para a escola, mas tinham que chegar ali e fazer trabalhos.

Vasco: Trabalho não fazia outra coisa, o dia que você vai estudar você graças a Deus.

Irene: Mas tinha que ir todos os dias?

Vasco: Tinha que ser se você falta ele manda rusga e os rapazes dele capturar, era isso, isso era vida.

Irene: Era para ir trabalhar.

Vasco: Era isso chega lá apanha palmatória não era para brincar.

Irene: A escola era católica?

Vasco: Católica.

Irene: Portanto, anos de 40 e tal?

Vasco: 43, 44 até 45 a escola era assim.

Irene: Muito obrigada, já tenho essa informação, é bastante útil. Muito obrigada, esta entrevista está terminada.

## Informante nº 25 – Prof. Sebastião Matimula (ISM-84)

Data da entrevista: 20/05/2014

Duração da entrevista: 1 hora 10 min.

### Caracterização da entrevista

Matimula, de 84 anos, é um ancião com semblante saudável e cuja conversação demonstra ser alguém cujas faculdades cognitivas, auditivas e visuais (não usa óculos) são excelentes, sendo prova disso, o facto de, ao relatar a sua história de vida, falar com ideias bem coordenadas como se estivesse a dar uma palestra. A sua característica de alguém inteligente revelou-se cedo, enquanto aluno do ensino rudimentar, ao passar o exame da 3.<sup>a</sup> classe elementar, elaborado pelo Estado, com 18 valores, a nota mais alta obtida pelos dois grupos de alunos: preparados pelas missões protestantes e pela Igreja Católica.

A entrevista foi realizada em casa do entrevistado, que fica no interior, diria mesmo que fica no mato da circunscrição colonial de Morrumbene. O senhor fora-me referenciado por um professor na Missão Metodista de Cambine que, no fim das suas aulas, me levou a casa do entrevistado no seu carro de tração nas 4 rodas, o que permitiu desbravarmos o mato grosso até à casa do entrevistado. O professor referenciado esteve presente durante a entrevista à espera de me levar até à EN1, onde, enquanto ele prosseguia até Morrumbene, a sua residência, eu iria apanhar um *chapa* até Maxixe, local da minha hospedagem.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito boa tarde prof. Matimula!

Matimula: Boa tarde, esqueci o nome, mas muito boa tarde, sou Matimula.

Irene: Meu nome é Irene Banze, atualmente estou em Moçambique no âmbito de uma pesquisa que estou realizando em Portugal sobre o ensino colonial indígena, concretamente, o ensino primário rudimentar e respetiva profissionalização nas missões protestantes. Pretendo saber do senhor o que é que era concretamente este ensino primário rudimentar, por que é que era rudimentar, como era ensinado, como é que as missões ensinavam e a sua relação com outro ensino. Se havia ensino rudimentar, pressupõe-se que haveria outro ensino, oficial, ou seja qual for, pelo que também gostaria de saber a relação desse ensino com o ensino rudimentar; a relação do ensino dos professores, dos alunos do ensino rudimentar com a Igreja Católica e com as igrejas protestantes, para além da igreja Metodista, portanto, tudo o que o senhor professor me puder informar, agradecia.

Matimula: Bem, não sei se vou conseguir (*ri-se*).

Irene: O que se lembrar, claro, já se sabe que é muita coisa, tudo o que se lembra, e sinta-se à vontade.

Matimula: Eu de facto como natural daqui de Cambine e estudei o ensino rudimentar na altura o ensino rudimentar tal como o nome diz eram apenas rudimentos que se aprendia não era, para nós os indígenas era só dar rudimentos, não era grande coisa que a gente aprendia. Tínhamos ali a 1.<sup>a</sup> classe, essa 1.<sup>a</sup> classe levava tanto tempo, dava tanta ginástica para poder então fazer o exame porque podia se fazer a 1.<sup>a</sup> classe num ou em 2 anos ou mais não é, porquê? Nós primeiro aqui em Cambine era uma mistura de línguas não é, aprendíamos Xitswa e Português quem entrasse no internato vinha sem saber o, quer dizer sem saber nada, nada de Português, então aprendia-se Xitswa lá nas aldeias ou nas povoações de onde vínhamos e quando íamos para o internato então o exame que se fazia para entrar no internato era perguntava-se assim se sabia ler Xitswa ou o Novo Testamento e se soubesse ler e depois perguntava-se contar por exemplo os animais não é, quadrúpedes não é, enumerar pelos seus nomes até 15 ou 20, nomes de animais que conhece, em Xitswa, e depois o nome de aves também, o nome de plantas e isso para poder ingressar no internato. Então uma vez aprovado não é nesses simples conhecimentos então começam as aulas, começavam no mês de setembro e o internamento era um pouco antes não é, era no mês de agosto que se entrava ali e depois era um meio de preparação antes do início das aulas porque as aulas podiam começar no dia 1 de setembro portanto todo aquele mês de agosto era preparação para poder entrar nas escolas então em setembro começavam as aulas então os professores selecionavam os alunos segundo aqueles que sabiam ler, aqueles que sabiam ler Xitswa então aqueles que sabiam qualquer coisa então entravam na classe da 1.<sup>a</sup> classe e outros eram da classe preparatória não é, então passava-se da preparatória para a 1.<sup>a</sup> depois da 1.<sup>a</sup> sabia ensinavam aquelas contas não é

simples não é, e depois havia livros de português, começavam da 1.<sup>a</sup> classe não é, então o professor ensinava e depois fazia-se a leitura, a escrita, então uma vez a partir daquilo chegava periodicamente fazia umas pequeninas provas então para ver o andamento do aluno e no fim do ano fazia-se o exame de passagem. Aqueles que conseguissem então passavam para a 2.<sup>a</sup> classe então aqueles que não conseguissem ficavam. Entrava-se na 2.<sup>a</sup> classe apanhava outro professor da 2.<sup>a</sup> classe, então é claro que os livros naquela altura eram bons porque ensinavam tudo aí não é, havia lições de moral e havia lições que ensinavam muita coisa ao mesmo tempo, cada lição tinha o seu ensinamento e tal, acontecia então que passar, se chegasse a 3.<sup>a</sup> classe então já havia a prova final; quem vinha examinar era um examinador mandado pelo Governo. No caso de Cambine, às vezes era um professor mas professor branco não é, que vinha examinar em Cambine e havia como naquela altura o ensino católico, a missão católica tinha voz no Governo não é, em relação às missões protestantes não é, então às vezes o examinador quando não fosse o examinador oficial mandado pelo Governo então tinha que ser o da escola Católica um padre ou quê que vinha examinar. Aqui como havia uma contradição não é, por causa da Igreja Católica, Igreja Protestante sempre houve aquele choque não era como agora que mais ou menos há entendimento, há uma relação, mas na altura não, por isso se viesse um examinador da Igreja Católica ou um padre ou quê só podia passar talvez um ou dois alunos, dentro de 1950 ou 1960 alunos houve candidatos que iam só podiam passar talvez um ou dois por causa daquela guerra de (...), então quando fosse um examinador mandado pelo governo vá que não vá não é podiam passar alguns mas mesmo assim a guerra colonial contra as igrejas protestantes porque também o Governo colonial não via com bons olhos as igrejas protestantes, pior as missões metodistas não é porque eram consideradas por exemplo a missão de Cambine, a missão de Chicique eram consideradas de igreja americana e então os americanos em relação ao governo português eram uma contradição, uma guerra, não eram bem vistos e por isso eram escolas da igreja americana então por isso era uma guerra quando mandasse um examinador sempre vinha com aquela ideia de que vou à missão protestante, americana e como o exame era primeiro ditado às vezes eram dois ditados não é, era um ditado da lição do livro da leitura não é, e um outro ditado de palavras escolhidas, palavras escolhidas difíceis para escrever então tudo isso para quê? Para fazer reprovar os alunos, portanto sofremos muito, sofremos muito. Lembro-me até o ano em que eu fiz o exame da 3.<sup>a</sup> classe elementar, fomos fazer em Mocodoene em vez daqui em Cambine. Éramos à volta de 14 alunos e passamos, passaram uns 6 os outros chumbaram e bom não quero me orgulhar, mas bom eu tive sorte de passar até com 18 valores, mais do que os alunos deles e até o padre perguntou quem é esse Matimula, “sou eu” “Oh, como pode ser? Passar até os meus alunos!” porque os exames eram corrigidos lá em Inhambane não é e vinham os resultados, então só que por sorte apareceu o meu nome com 18 valores nesse exame agora o padre não gostou porque os alunos dele não tinham essas notas, então ficou com a cara assim. Então isso para dizer que sempre as escolas protestantes das missões eram mal vistas na era colonial; e lembro-me até um ano desse em que um padre veio aqui examinar e chegou a dizer se os alunos da missão protestante ou de Cambine não acabar as enxadas não podem passar, até acabar as enxadas, trabalhar com os dentes não podem passar e foi nesse ano que só passou um aluno só, mas nós admiramos será que todos chumbaram por não saber ou é por aquela coisa? Então só que os alunos das escolas das missões, das duas missões, Chicique e Cambine, sabiam e por onde fossem por mais que houvesse aquela perseguição sempre saíam vencedores e quem passava é porque passava! Para dizer que as escolas das missões metodistas nesse tempo eram bem respeitadas, porque sabiam que aqueles alunos quando fossem ou aprender serviço ou quê faziam um bom trabalho que mostrasse de que eram pessoas que sabiam, bem-educados e também aquilo que faziam era um trabalho excelente.

O ensino rudimentar aqui nas missões, nessa altura apesar de que eram 3 classes: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> rudimentar e passavam diploma, então hoje em dia aquele aluno de 3.<sup>a</sup> classe rudimentar pode equivaler (*ri-se*) a um aluno que tem talvez a 10.<sup>a</sup> de agora. Eram poucas classes mas fazia-se muita coisa ali que os missionários ensinavam além da parte académica não é, ensinavam a outra parte, juntavam toda parte técnica ensinavam ali, por isso um aluno que saísse com a 3.<sup>a</sup> rudimentar daqui de Cambine ou de Chicique podia fazer muita coisa como se tivesse um nível académico por isso nos gabinetes quem tivesse sorte de entrar no Governo e trabalhar só com aquele ensino rudimentar fazia um bom trabalho, era um bom funcionário porque os missionários além ensinavam mais porque sabiam que eram perseguidos, por isso os professores eram bem treinados de maneira a darem mais mesmo dentro daquelas poucas classes é o que nós vimos em Cambine. Eram 3 classes mas nessas 3 classes fazia-se tudo e havia a diferença não é, porque havia ensino oficial não é, ensino oficial que era próprio para os filhos dos brancos ou dos assimilados não é que é aqueles alunos que podiam frequentar então o ensino



rudimentar era apenas para indígenas, para o preto por isso só para poder saber falar, um pouco Português para assim conseguir ser mandado e compreender o que é não é quando o patrão mandasse para fazer qualquer coisa então poder ouvir; para eles era assim, não era para mesmo ensinar aquela coisa de dar conhecimento próprio para tal não, para eles era só para saber falar, entender Português para poder ser mandados só que para os missionários, para esses das igrejas protestantes sabendo isto eles davam mais aproveitavam dar mais dentro daquelas poucas classes, por isso havia diferença nos alunos deles e das escolas protestantes por causa desta contradição. Por isso, eu dou graças a Deus porque passei por esse ensino rudimentar e depois de passar o ensino rudimentar custou porque era difícil não é para continuar sobretudo naquela altura era muito, muito difícil não é, era preciso que esforçasse fazer um ensino doméstico e ir fazer exame assim ou clandestinamente ou como não é, ou arranjasse um explicador para poder conseguir fazer exame; e esqueci outra coisa: para fazer o exame do ensino rudimentar não é, se chegasse a altura dos exames para preencher aqueles documentos não é para conseguir fazer exame tinha que ser ou na presença da autoridade ou o administrador ou um mandatário e tal para poder você preencher aqueles documentos e tal perante aquele não se podia preencher um boletim de exame só assim sozinho tem que ser na presença de qualquer autoridade, isso tudo para quê? Para dificultar, não era fácil e eu mesmo não pude fazer exame da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar no ano em que devia fazer em 1946 não é porque eu tinha notas que pudesse fazer exame mas só porque não tinha, o meu pai tinha ido para a África do Sul não é, e não tinha maneira não é, só por causa do atraso dos anos para poder fazer o registo de nascimento para conseguir ter uma certidão para fazer esse exame eu perdi o ano, não pude fazer exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar em 1946 só vim fazer em 1947 depois de o meu pai ter voltado e depois de ter o registo de nascimento, ah custou muito e tudo isso por causa de um ensino colonial que era muito complicado porque travava-se, era um travão, era um travão para o indígena não poder progredir por isso que chamavam o ensino rudimentar só para ensinar os rudimentos não para dar conhecimento próprio para poder foi assim como nós passamos. E a relação não era boa, não, não era para com as missões protestantes não, a relação era muito, muito difícil. Eu não sei se quer mais achega a propósito isso só podia dar uma pergunta ou perguntas diretas para porque isso é um assunto amplo.

Irene: Sim é um assunto amplo, a informação que deu é preciosa, porque uma coisa é eu ter teoria, mas a teoria que tenho foi escrita pelos colonos, portanto, é bom ouvir de quem passou por lá. Portanto, eu posso perguntar agora que como é que desse ensino rudimentar, porque daquilo que soube o senhor foi professor colonial, como é que desse ensino rudimentar, o senhor ascendeu a professor, o seu percurso como é que foi, como é que com a 3.<sup>a</sup> rudimentar consegue ser professor?

Matimula: (*Ri-se às gargalhadas*) Eu vou explicar.

Irene: Professor colonial.

Matimula: Professor colonial de facto. Como disse não é, os missionários acompanhavam o nosso ensino não é, aquele que fosse esperto então podia então, eles viam que este dá para professor então eu comecei quando ainda aluno a mostrar que bom ou era inteligente ou tinha sorte não é, (*ri-se*) então não me vou orgulhar nisso não é, porque comecei em 1946 a ser professor e eu ainda não tinha a 4.<sup>a</sup> classe não, nem tinha a 3.<sup>a</sup> classe feita não, mas só porque ou era esperto ou era a minha sorte não sei como hei de dizer, deram-me uma escolinha nos arredores de Cambine, não sei se o sr. diretor conhece aquela zona de Nhinguine, então ali era um sítio que Cambine visitava e viu que podia haver uma escola ali, uma escolinha, então escolheram-me para eu ir começar a reunir aquelas crianças lá que estavam, então e num cajoeiro eu comecei a ensinar aquelas crianças lá e às tantas fizeram uma barraquinha e tive um bom número de alunos que podia estimar até 30 então a outra escolinha que havia ao pé desse era aquele de Machecane, então o professor António Cumbe é que era o professor dessa escolinha e eu era da escola de Nhinguine, isso em 1946; comecei então a gostar, não me chamavam professor, chamavam-nos monitores. Bom, foi assim, começando e aquelas escolinhas nos arredores de Cambine então prestavam conta na Missão, quer dizer ao fim do mês sempre levavam muitos alunos para a sede da missão não é. Faziam programas e tal e então, portanto eu comecei a dar aulas em 1946 e 1947 fiz o meu exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar não é, passei e continuei a dar aulas nessa escolinha. 1948 fiz exame da 3.<sup>a</sup> classe elementar, como disse lá para Mocodoene, e talvez com aquela nota que eu disse que (*ri-se*) então tive 18 valores a missão viu que eu de facto era um aluno inteligente e continuo para fora como monitor mas lá naquela escolinha de Nhinguine, então em 1949 então fiz exame da 4.<sup>a</sup> classe em Inhambane, éramos 6 alunos de Cambine enviados para fazer exame ali da 4.<sup>a</sup> classe, àquela 4.<sup>a</sup> classe clandestina não é do ensino doméstico, só que eu tive sorte de passar sozinho então daí a missão viu que ah este era um aluno muito

inteligente então continuei já a ser professor em vez daquela escola lá de Nhunguini já com 4.<sup>a</sup> classe podia dar aulas aqui na missão, então já dos 4 anos que tive de 1946, 1947 e tal já tinha alguma prática não é, então fui continuando só que com a 4.<sup>a</sup> classe já estava limitado. E para continuar então só fiquei como professor-monitor aqui em Cambine desde 1950, 1951, 1952, 1953 a dar aulas como professor-monitor em Cambine. Então em 1953 agora tive sorte de ter bolsa a missão deu-me bolsa para ir continuar onde? Em Lourenço Marques na Missão Suíça aí no Covo mandavam, foi aí que fui viver até com o Erasmo, como disse não é, então tive lá 1953, 1954, 1955 então fiz o 1.º ciclo.

Irene: A estudar onde?

Matimula: A estudar no Colégio Pedro Nunes, estudávamos ali no Colégio Pedro Nunes, muito perto da Missão Suíça e bastava sair da Missão Suíça para quem vai ao Hospital na altura Miguel Bombarda que agora é Hospital Central então bastava sair um pouco daí o Colégio Pedro Nunes ficava do lado esquerdo ao subir aquela avenida Eduardo Mondlane hoje, então alguns metros a sair da Missão Suíça apanhava do lado esquerdo o Colégio Pedro Nunes e era ali onde então todos os alunos, vamos lá dizer, a maior parte dos alunos africanos não é, aproveitavam ir estudar naquele Colégio porque era um colégio que recebia o preto, a maior das escolas lá era para os assimilados ou os próprios filhos dos colonialistas que era o Liceu Salazar que na altura também eram (...) e depois havia os Irmãos Maristas, havia Instituto Portugal, mas a maior parte dos africanos frequentava no Colégio Pedro Nunes é lá o único que recebia qualquer moçambicano. Então foi ali que eu estudei, frequentei ali até fazer o 1.º ciclo como disse, em 1955, agora na altura não é, a bolsa era paga, como? O aluno tinha que voltar para vir ensinar era para pagar aquela bolsa então por isso quando eu fiz o 1.<sup>a</sup> ciclo em 1955 tive que voltar para Cambine continuar a ensinar então ensinei um ano, todo o ano de 1955 a 1956 e depois daí tive a 2.<sup>a</sup> bolsa para ir continuar então fui continuar 1957, 1958, e 1959 isso para fazer 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.º então em 1959 fiz o 5.º ano pronto voltei para continuar a ensinar já requerendo o diploma do ensino particular na altura podia requerer, fazer um requerimento para o Inspetor Superior lá em Portugal e mandavam o diploma de professor então tive esse diploma de professor do ensino particular então.

Irene: Com esse diploma vindo de Lisboa.

Matimula: Vindo de Lisboa.

Irene: Está o seu nome lá como professor do ensino particular.

Matimula: Sim professor do ensino particular então era passado lá e depois vinha ser reconhecido aqui, era assim.

Irene: Quando é que teve esse diploma, em que ano, foi emitido em que ano?

Matimula: Em 1959, então requeri e depois mandaram-me e depois levei o diploma para a Inspeção Pública não é para reconhecimento e já podia ser autorizado a ensinar não é, já com autorização.

Irene: Em que escolas?

Matimula: Bem como eu estive aqui em Cambine porque sempre fui professor aqui em Cambine não é, 1959-60-61-62-1963<sup>38</sup> então requeri o outro diploma de diretor porque na altura já houve um impedimento não é de que quem não tivesse o diploma de professor ou não tivesse tirado o curso quê, quê, não podia ser professor nas missões portanto dificultavam as missões, por isso que a escola de Cambine mesmo outras escolas protestantes não é, não tinha professores suficientes autorizados para poderem ensinar por isso só podiam às vezes recorrer aos professores das missões católicas porque só a missão católica é que tinha a autorização de ensinar, tinha escola de formação de professor não é, as escolas protestantes não tinham a escola de formação de professor, portanto a missão católica que tinha escola de formação de professor produzia professores então esses professores para ensinar nas escolas das missões católicas, agora as missões protestantes só podiam pedir não é à sua maneira ou combinasse com um professor da escola católica para virem ensinar na missão mediante um pagamento tal por isso foi um tempo difícil portanto para as missões protestantes para conseguirem professores e então eu com aquele diploma do ensino particular então precisava-se de fazer um outro requerimento para conseguir ter o diploma de diretor da escola da missão, então foi assim que fiz, requeri o diploma de diretor do

---

<sup>38</sup> Refª carta do missionário suíço A. D. Clerc datada de 29.12.1955, em que cita o despacho do Inspetor Portugal que manda encerrar duas escolas da Missão Suíça e notifica que a missão não pode continuar a ter ao seu serviço professores ou auxiliares sem diploma da E.H.P.I.J.C em Alvor, ou inscritos na Repartição Central. Digamos que isto porque ao contrário das missões católicas que formavam professores, as missões protestantes cessaram de formar professores após o encerramento da escola de Ricatla.

ensino particular então com essa autorização ou com esse diploma já podia ser diretor da escola da missão então por isso em 1963 consegui esse diploma de diretor chamavam diploma de diretor de ensino de adaptação (*ri-se*) era diretor do ensino de adaptação<sup>39</sup> quando mudaram o ensino rudimentar o nome do ensino rudimentar passou a ser ensino de adaptação.

Irene: Em que ano foi isso?

Matimula: Foi mesmo nesses anos, 1962, 1960 e tal, sim nessa altura. Então, eu com esse diploma de diretor de ensino de adaptação então consegui ser diretor desta escola da Missão de Cambine, então fiquei como primeiro diretor autorizado<sup>40</sup>.

Irene: Ah sim!

Matimula: Sim, 1.º diretor preto autorizado porque dantes eram missionários que supervisionavam, então é que fui o 1.º diretor com a autorização colonial de ser diretor da escola.

Irene: Ensinava que classes já nessa altura, para supervisionar que classes?

Matimula: Bem para supervisionar aquelas mesmas classes a pré-primária, 1.ª, 2.ª, 3.ª e acabou, acabou, mas mais tarde então, era preciso requerer o outro diploma para o ensino primário particular então tinha que requerer outro diploma de diretor de ensino particular então passei a ter esses diplomas para poder dirigir a escola de Cambine então por isso dirigi essa escola de Cambine durante 12 anos.

Irene: Até que ano?

Matimula: Até a altura da independência, 1975, de 1963 até 1975.

Irene: Escola primária?

Matimula: Agora já escola primária que é já ensino primário particular e como se não bastasse e por causa daquela contradição então havia ensino primário particular e eles foram criar a escola oficial lá em cima.

Irene: Eles quem, o Estado?

Matimula: O Estado foi criar a escola oficial.

Irene: Dentro da missão?

Matimula: Não, há uns metros lá em cima, então ali era considerado escola primária oficial aqui era escola do ensino particular da missão, portanto essa contradição. Então eu fui professor nessa altura portanto toda essa ginástica não é, então eu acompanhei como professor desde 1946 fui trabalhando até e depois quando eu estive na, depois da independência em 1975 não é, então já há mudança do governo, então eu vi que isto podia criar-me confusão mais tarde, devia ir aumentar ir tirar o curso em vez disso de ensino particular mas ir fazer mesmo o curso então deixei Cabine em 1976 fui ingressar-me no, quer dizer requeri entrar na Escola do Magistério lá no Maputo por isso deixei Cambine, então fui ser aluno do ensino do Magistério Primário lá em Maputo para, porque podia haver ainda contradição do ensino particular quê, quê, então eu vi que para evitar isso devia ir tirar o curso oficial porque na altura era difícil não é, não se podia por causa do sistema porque era preferível ser da igreja católica para isso, como era protestante não podia entrar e tirar aquele curso do magistério porque só os alunos das missões católicas é que tinham o direito de fazer isso.

Irene: E depois desse curso, veio dar aulas também?

Matimula: Agora depois desse curso que fui tirar em 2 anos não é, 1976, 1977 conclui esse curso, já do Magistério e então voltei primeiro fui para a Escola de Formação como Inspetor.

Irene: Aqui em Cambine?

Matimula: Não em Homoine depois do curso do Magistério e na altura já em 1977 quando eu estava no curso como era já o governo, o novo governo da Frelimo então as escolas já eram nacionalizadas, foram nacionalizadas a partir do dia 24 de Julho de 1975 houve a nacionalização de tudo, das escolas, das missões e tal e então daí que eu tive que mudar para e então só que depois desse curso voltei mandaram-me para Homoine para ficar como *instrutor na escola de formação de professores* só que fiquei um pouco tempo ali porque em Cambine já havia o ensino secundário estava a começar o ensino secundário oficial já do novo governo e então faltava o professor de Português então havia o professor de Português era um jovem mas que logo foi para o serviço militar obrigatório então

---

<sup>39</sup> Com a reforma do ensino, ler Reforma do Ensino no Ultramar: Dec. Lei 43 898, 6 de Setembro de 1961, in *O Ensino no Ultramar*, Agência do Ultramar, 1966, o ensino rudimentar passa a ter a designação de ensino de adaptação.

<sup>40</sup> Ao abrigo da reforma, passam a ocupar o cargo de diretor do ensino de adaptação os professores das missões com diploma concedido para o efeito pelo Governo

ficou vaga que não havia professor de Português então tiraram-me na escola de formação de professor como era instrutor lá, voltei mandaram-me para Cambine para ser professor de Português portanto de 1978 trabalhei como professor de Português para o ensino secundário até chegar a altura de guerra em 1982 quando vieram tirar aqui os alunos do internato, 150 alunos que foram levados numa noite para a situação da guerra.

Irene: Em Homoine?

Matimula: Aqui mesmo, 150 alunos com o diretor da escola, todos levaram numa noite para o mato de maneira, era a situação de guerra isso em 1982 e eu como sempre a minha casa foi cá não chegaram cá então raptaram esses alunos e alguns professores que foram encontrados lá e enfermeiros também foram para o mato lá e eu escapei porque estive cá e assim sempre professor, sempre professor então a escola a partir dali mudou para Morrumbene, o internato e tudo mudou para Morrumbene depois dessa situação. Então eu saía daqui de casa a pé a dar aulas em Morrumbene a seguir os meus alunos porque todo o internato estava em Morrumbene ali onde tem a sede do partido Frelimo é ali que a Escola de Cambine mudou para estar lá e então eu saía daqui a pé a dar aulas lá e então tudo isso foi 1982-1983 porque a situação deu-se em Junho de 1982 essa de agarrar então em 82-83-84 estávamos em Morrumbene, 85 voltamos para a escola continuar aqui então era já ensino secundário não é, era ensino secundário que eu dava na altura e daí em 1985-1986-1987 a situação da guerra continuou e foi pior então vieram queimar Cambine, vieram queimar escolas, quê e tudo aquilo, e morreu-se nesse dia 2 de Setembro, morreu-se!

Irene: 2 de setembro de que ano?

Matimula: 2 de setembro de 1987.

Irene: Quantos morreram?

Matimula: Que morreram nesse dia foram 25.

Irene: Ali na escola?

Matimula: Ali naquele rio porque tentavam fugir atravessar o rio para Morrumbene porque a Renamo tinha cercado Cambine, tinha cercado Cambine deixar só uma saída que era este lado. Então e eu nessa altura já estava em Cambine também escapei graças a Deus porque consegui fugir para todos saímos outra vez para Morrumbene, a escola foi funcionar outra vez em Morrumbene, então 1987-1988-1989-1990 estávamos em Morrumbene então até que chegou a altura de assinar a paz então voltamos para Cambine então eu sempre fui professor de Cambine (*ri-se*).

Irene: E reformou-se quando, já agora?

Matimula: A minha reforma foi em 1994, mas em 1995 contratado continuei por contrato já até 2009.

Irene: Está bem, até há pouco tempo. Agora só a última pergunta, com que idade entrou na escola e que idade tem agora?

Matimula: Bom, como disse não é, eu sou de 1930, o ano de nascimento, só que devido a situação colonial não é como disse eu tive que diminuir a minha idade para conseguir estudar então nos meus documentos sou de 1933 portanto é por isso que eu digo que tenho 81 anos são os anos dos documentos mas se eu contar da idade mesmo que tenho sou de 1930.

Irene: Está bem.

Matimula: Pois.

Irene: Hein, o senhor professor tem toda a história de Moçambique! Se fosse contar ficaríamos cá horas e mais horas, mas tudo seria interessante, mas só que aqui ele tem os seus afazeres, pronto, não está em casa há muito tempo, sei que é professor também, amanhã tem que ir às aulas e realmente, portanto, não posso perturbar mais. Temos que parar aqui. Agradeço muito a sua informação, é preciosa, preciosíssima mesmo (*enquanto falo Matimula ri-se de satisfação*), e quero agradecer imenso este privilégio. Bom, faltou uma parte que terei de procurar de outras fontes e que é sobre a profissionalização aqui em Cambine, os cursos que se davam, porque daquilo que me disseram davam-se muitos cursos aqui e é essa parte que falta e tenho de procurar outra pessoa que me possa informar sobre os cursos.

Matimula: Vários cursos de carpintaria, serralharia, tecelagem, sapataria e essa coisa mecânica e tudo isso; essa coisa já é que não podia numa surpresa desta lembrar.

Irene: Não, esse teria que ser outro tema e noutro tempo, portanto, muito obrigada por me ter recebido aqui, inesperadamente, e quero agradecer aqui a ele, que me acompanhou até aqui, não me conhece de lado nenhum.

Matimula: Eu também fico grata porque vi a pessoa que é família da pessoa com que é quase o meu filho.

Irene: Eu sou filha do prof. James Banze, não sei se chegou a ouvir falar?

Matimua: Ah está bem, está bem, eu só conheci o prof. Leonardo aqui em Chicunque.

Irene: Portanto, a entrevista está terminada, muito obrigada.

## **Informante nº 26 – António Cumbe (IAC-85)**

Data da entrevista: 21/05/2014

Duração da entrevista: 45 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Tal como um número significativo de entrevistados, Cumbe, de 85 anos, exerceu a função de professor ajudante, para além de ter beneficiado do facto de estar em Portugal, durante 9 meses, na Escola Secundária de Carcavelos e, infelizmente, hospitalizado durante 6 meses, após os quais foi aconselhado pelos médicos a regressar a Moçambique. É de assinalar que Cumbe iniciou os estudos numa escola católica em Inhambane Céu e só mais tarde, após ter chumbado a 3.<sup>a</sup> classe, o seu pai o mandou para a Missão Metodista de Cambine que o apadrinhou.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, senhor prof. António Tomás Cumbe.

Cumbe: Boa tarde senhora ...

Irene: Eu chamo-me Irene Banze, sou filha do professor James Banze, não sei se chegou a ouvir falar dele.

Cumbe: Ah James Banze do Wuchopi.

Irene: Do Wuchopi sim, que ensinou muitos anos em Manjacaze, sou filha dele.

Cumbe: Aqui esteve, parece que foi o irmão, o Naftali Banze.

Irene: Sim, é o primo.

Cumbe: Naftali Job Banze esteve connosco aqui como professor rudimentar.

Irene: Olhe, em primeiro lugar gostaria de agradecer imenso este privilégio de me receber aqui em sua casa, conforme eu disse quando entrei, não nos conhecemos de nenhum lado, mas não se importou de me deixar entrar aqui em sua casa, portanto agradeço imenso. E conforme estava a dizer, resumindo, a minha visita está no âmbito de um estudo que estou realizando em Portugal sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino rudimentar e as respetivas saídas profissionais desses alunos do ensino rudimentar, mas no contexto das missões protestantes no sul de Moçambique, portanto, neste caso aqui é missão metodista.

Cumbe: Tivemos também o ensino rudimentar.

Irene: Sim, agora é nesse sentido que eu gostaria que o professor me desenvolvesse, me explicasse o que foi, o que era esse ensino rudimentar e portanto, a alternativa a esse ensino rudimentar, que tipo de ensino era e qual era a relação desse ensino com as missões, outras missões protestantes, com a Igreja Católica e com o Estado, portanto, tudo o que me possa dizer, seja programas, seja o que for, sintase à vontade, se houver qualquer pergunta pode fazer e eu também irei perguntar se houver qualquer dúvida, é só isso.

Cumbe: O ensino rudimentar foi principalmente dos padres que andavam a assegurar aquilo e as missões protestantes tinham aquele acesso só de ensinar os alunos depois chegando a vez de fazer exames eram enviados para as missões católicas. As missões católicas também marcavam momentos ou meses ou dias de os realizar nas missões e é pena que não havia nenhum processo quanto a isso podia submeter muitos alunos para exame e podia passar 1 ou 2 alunos só. É uma barreira que faziam os padres quanto a isso e assim eu posso dizer que sofremos muito, sofremos muito porque é só as missões que podiam dar aquele, aqueles alunos rudimentares os exames, é assim. Eu gostaria de dizer a senhora professora aqui que sim o ensino rudimentar era uma maneira não sei o que era eu mesmo cá comigo fiz exame, tenho diploma do ensino rudimentar aqui, mas eh não, querendo rivalizar com a vida atual hei era uma barreira muito enorme, não gostávamos é assim. Quem passasse o ensino rudimentar se quisesse continuar havia também o ensino elementar, depois do ensino elementar já podia concorrer para o ensino complementar, era a 4.<sup>a</sup> classe, é assim, posso dizer que a vida não era assim tão fácil era uma vida que mesmo que a gente quisesse continuar com os estudos mas não havia maneira éramos muito apertados. Para o aluno conseguir até 4.<sup>a</sup> classe, que chamavam complementar hei era grande esforço, grande esforço que acabava talvez 2 ou 3, 3 anos enquanto quer conseguir tirar uma 4.<sup>a</sup> classe tinha uma barreira quanto a isso. A coisa que fazia chumbar muitos alunos dessas classes rudimentar, elementar e 4.<sup>a</sup> classe era o ditado. O ditado limitava-nos, basta apanhar 5 erros excluído, você podia fazer quase tudo, quase todas as disciplinas mas ali no ditado, ditado 5 erros não podia ir para frente,

chumbava e assim hei foi uma altura muito dolorosa que não chegamos de gostar, atualmente já se tivermos alunos que já são doutores, atingiram níveis muito avançados é uma graça, é uma honra tão importante, é assim, eu não sei se podia continuar muito mas digo que acompanhei aquela fase, foi uma fase muito difícil que a gente nunca gostamos é assim, posso dizer que se a professora tiver outra coisa para perguntar eu gostaria que me fizesse mas quanto ao ensino rudimentar hei foi um ensino que nos ameaçou bastante, eu tenho um diploma ali de rudimentar, é isso.

Irene: Muito obrigada, mas vou já retificar uma coisa que não esclareci, não sou professora, sou aluna ainda.

Cumbe: Ah é aluna?

Irene: Sou aluna, ainda estou a estudar. Agradeço essa informação, e conforme eu disse, iria colocando perguntas por temas. Já agora, neste caso, a sua idade.

Cumbe: Eu já vou fazer 85 anos.

Irene: Em que ano é que entrou na escola e onde, em que província ou distrito?

Cumbe: Eu entrei, comecei a estudar em 1936 porque eu sou de 1929, 1936 o meu pai já me mandava na escola dos padres.

Irene: Onde?

Cumbe: Em Inhambane, mesmo ali é quase fora da cidade, Salela, era escola dos padres, é ali onde comecei a estudar, depois quando estudei, quando chegou a vez de fazer o exame rudimentar tiveram que levar as propostas para Inhambane mesmo na cidade.

Irene: A escola era dos padres?

Cumbe: Era dos padres àquela escola que eu frequentava.

Irene: Portanto iniciou em que classe?

Cumbe: 1.<sup>a</sup> mesmo.

Irene: 1.<sup>a</sup>? Fez 1.<sup>a</sup> com 7 anos, tinha 7 anos.

Cumbe: Mais ou menos, 7 ou 8.

Irene: Fez 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>?

Cumbe: 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> rudimentar, depois da 3.<sup>a</sup> rudimentar fiz exame em Inhambane, mas numa escola dos padres.

Irene: Mas aquela onde estava era também dos padres?

Cumbe: Era dos padres, era escola rural não sei quê contavam assim, tinha lá um professor que acabava de sair da escola de formação e já não podia fazer exame lá, o exame tivemos que descer para a cidade.

Irene: Esse professor que saiu da escola de formação era branco ou...

Cumbe: Não, era africano.

Irene: E qual é o nome da escola de formação onde tinha estudado?

Cumbe: É ... devia ser Homoine, não?!

Irene: Seria a E.H.P.I. em Alvor?

Cumbe: Ya, ya, em Alvor, mandaram-lhe para vir dar aulas ali.

Irene: E depois teve que fazer exame ali em Inhambane.

Cumbe: Fiz exame em Inhambane, quis continuar, meteram-me numa escola também ali mesmo em Inhambane que era dos padres também que ali já davam aulas da 3.<sup>a</sup> elementar, estudei fiz exame lá, chumbei.

Irene: A 3.<sup>a</sup> elementar?

Cumbe: A 3.<sup>a</sup> elementar hei o meu pai ficou muito aborrecido, aborreceu-se, ouvia falar já desta missão aqui, Missão de Cambine. Ah ali dão aulas de ensinam coisas religiosas também, que o seu filho ali podia ficar bem e o meu pai mandou-me aqui.

Irene: Em que ano?

Cumbe: Devia ser em 1940 e tal, vim ficar aqui, comecei a estudar, hein.

Irene: 4.<sup>a</sup> classe?

Cumbe: Não.

Irene: 3.<sup>a</sup> elementar que tinha chumbado, sim?

Cumbe: Tinha chumbado hein são coisas, o meu pai ficou muito chateado, mas não quis-me tirar daqui eu tive que continuar. Já davam aulas esses próprios brancos em coisa na Maxixe, 3.<sup>a</sup> elementar podíamos ir fazer exame na Maxixe porque ali havia um branco que vinha de Portugal, vinha só para

dar aulas, de Portugal. Fomos lá., fomos propostos para lá, não me lembro bem o número éramos quase 6 ou 7 alunos, fomos fazer exame.

Irene: Em Maxixe?

Cumbe: Maxixe.

Irene: Exame da 3.<sup>a</sup> elementar?

Cumbe: 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: E aqui, os professores eram missionários ou eram africanos?

Cumbe: Eram africanos depois nesse exame hein a maioria parte de nós chumbámos passou um aluno só, voltamos hein era uma grande maçada, a missão teve sempre aquela necessidade que os alunos estudassem tiveram que pedir um professor que viesse de Maputo, Lourenço Marques antigamente, esse professor veio ficar aqui.

Irene: Branco?

Cumbe: Branco. Esse professor veio ficar aqui para vir dar aulas da 3.<sup>a</sup> elementar, mas sempre dificuldades não faltavam nada, estudamos, estudamos, estudamos, chegou a vez de nos propor para a exame outra vez. Fomos a exame.

Irene: Na Maxixe?

Cumbe: Na Maxixe onde se encontrava aquele professor branco.

Irene: Não se lembra do nome desse professor?

Cumbe: Já não me lembro, mas só o da 4.<sup>a</sup> classe é que me lembro. Fomos outra vez para exame.

Irene: Era a 3.<sup>a</sup> vez no seu caso?

Cumbe: Ya. Chegámos lá propostos para exame, fizemos ah nesse exame já sai bem, 3.<sup>a</sup> elementar, com 16 valores, até escreveram *distinção* hei a missão ficou feliz.

Irene: Em que ano, lembra-se desse ano já que tem diploma?

Cumbe: Hein devia ser 50, não, não, lá para 49, então a missão optou por bem, acharam assim que eu podia praticar ser professor.

Irene: Já com 3.<sup>a</sup> elementar.

Cumbe: Com 3.<sup>a</sup> elementar para tentar puxar aqueles outros e comecei com aquele trabalho assim mas eu tinha ainda necessidade de estudar, eu sempre pedindo quero continuar a estudar, a missão ouviu a minha petição. Tiveram que me mandar outra vez à Lourenço Marques onde fui ficar na Missão Suíça ali em Covo e vinha um professor oficial deles ali dar-nos aulas da 4.<sup>a</sup> classe. Dei essas aulas por algum tempo e chegou a vez de requeri os exames também.

Irene: Exame da 4.<sup>a</sup> classe.

Cumbe: Da 4.<sup>a</sup> classe nos exames também fiquei bem esse professor era António Baltasar hei foi muito grande meu amigo, eu na classe era quê era quase indicador de todos os alunos ali entre nós ali na Missão Suíça, depois fiz exame passei por 15.

Irene: Da 4.<sup>a</sup> classe?

Cumbe: Sim, da 4.<sup>a</sup> classe já voltei para a Missão ah eu já dava aulas naquela altura, dava aulas mas sempre tinha aquela necessidade de querer estudar, a missão viu que este menino precisa de estudar agora nas reuniões deles tiveram que me propor para eu continuar com os estudos, tiveram que mandar vir também um professor aqui para vir dar parece que eramos 4 alunos para continuarmos com o 1.<sup>o</sup> ano dos liceus.

Irene: Aqui em Cambine?

Cumbe: Sim, aqui em Cambine.

Irene: Em que ano foi isso, lembra-se?

Cumbe: Foi lá por volta de 50, agora estudámos, estudámos, estudámos, estudámos...

Irene: 1.<sup>o</sup> ano?

Cumbe: 1.<sup>o</sup> ano dos Liceus; fizemos aquelas provas eu tive que avançar eu e mais um meu outro amigo.

Irene: Que provas, do 1.<sup>o</sup> ou do 2.<sup>o</sup>?

Cumbe: Do 1.<sup>o</sup> são passagens, eram passagens depois chegou a vez a missão teve que me escolher para eu ir a Portugal.

Irene: Sem fazer o 2.<sup>o</sup>?

Cumbe: Não, ainda não. Lá era para ir estudar aulas religiosas em Carcavelos ao mesmo tempo continuando com os meus estudos e assim fui.

Irene: Foi a Portugal.



Cumbe: Fui a Portugal em 1958. Quando cheguei lá comecei bem, hein, matriculei-me na Escola Secundária em Carcavelos mesmo numa escola quase há um nome era Escola quê, mas tive que continuar com o 2.<sup>a</sup> ano depois estudei os 3 meses que é aqueles 3 meses tiveram que me classificar viram que ah não está a estudar muito bem, tive resultados satisfatórios, depois devia continuar. Nós, eu com o meu amigo.

Irene: Foram dois para lá?

Cumbe: Não, meu amigo de lá.

Irene: Português?

Cumbe: Português, chamado Nelson Pinto Horta de coisa, do Porto; ele disse amigo é bom que te leve para ir conhecer a minha casa no Porto. Disse oh aquele nosso responsável disse está bem. Quando chegamos lá aquela gente ali ficou contente, vinham hei, viemos para ver o seu filho africano estamos a gostar muito e tal, mas hei chegou uma noite lá dormi o frio atacou-me, eu tive que dizer não suporto este frio. Aquela mãe ali, aquela senhora veio com cobertor deu-me então que tal? Não me sinto bem sinto frio é frio ainda hei outra vez cobertor ate 4 cobertores, mas ainda continuava com o frio esta bem amanheceu ah tive que resistir não é, ultimamente chegou a vez de voltarmos para Lisboa.

Irene: Porque eram férias, estavam de férias.

Cumbe: Sim, quando chego lá uma noite só que dormi 2.<sup>a</sup> noite hein estive mal estive mal, já vieram tiraram-me ali meteram me no carro eu não sabia onde é que ia foram aos hospitais ali perguntar esta doença tal, não esta doença não até que fomos ao Curry Cabral é ali onde fui recebido notaram que era meningite e tive que internar lá fiquei quase meio ano.

Irene: No hospital?

Cumbe: No hospital quase meio ano e depois quando, aqueles trabalharam muito, aqueles doutores lá gostei imenso, tiveram que me tratar e chegou a vez disseram ah já está livre desta doença pode ir, pode sair e sai Quando sai eu tinha ainda a necessidade de continuar a estudar e então os doutores disseram não senão pode-lhe revoltar esta doença pode-lhe atacar outra vez é bom que vá descansar e voltei. Voltei, já chegou a vez de a Frelimo como teve que ganhar não é, quando acabou com aquela confusão toda veio nacionalizar todas as escolas.

Irene: Quer dizer, quando veio de Portugal, depois não continuou a ser professor?

Cumbe: Não, hei de continuar. Quando entrou a Frelimo nacionalizou as escolas e teve que vir nacionalizar a nossa escola aqui que era particular, chamava-se Escola Particular Rudimentar depois quando nacionalizou, escolheram-me também para ir tirar o curso em Homoine, curso de professor que é um ano mais 6.<sup>a</sup> classe e eu já tinha feito o 1.<sup>o</sup> ciclo liceal agora disseram olha merece muito bem e fui fazer esse curso lá de 1 ano mais o primeiro ciclo liceal depois quando fiz aquilo continuei como professor já, professor já com diploma e tudo aquilo e trabalhei muito nesta escola aqui entrei para continuar com esta nossa aqui já essa era tem uma escola aqui era escola oficial, tive que dar aulas ali, quando dei aulas ali.

Irene: Mas já no tempo da Frelimo?

Cumbe: Sim, no tempo da Frelimo quando dei aulas ali a minha idade já estava a pedir para a reforma agora chegou a vez reformei agora estou de reforma, ya, como professor, mas professor já reformado, ya, foi assim.

Irene: Portanto ficou doente em Portugal, onde é que fez então o 2.<sup>o</sup> ano?

Cumbe: O 2.<sup>o</sup> vim fazer aqui.

Irene: Mas já com a Frelimo?

Cumbe: Ya, com a Frelimo.

Irene: No tempo colonial ficou com aquele, o 1.<sup>o</sup>, ia fazer o 2.<sup>o</sup> em Portugal, mas ficou doente?

Cumbe: Ya, até ia estudar muito lá.

Irene: Pois, ia estudar muito.

Cumbe: A minha sorte é ter ficado doente.

Irene: Portanto, aqui em Cambine, isto é uma outra área, está inserida neste estudo. Pode-me dizer quais eram as saídas profissionais para os alunos do ensino rudimentar, aqui nesta missão de Cambine?

Cumbe: Quais eram?

Irene: As saídas profissionais, por exemplo, o aluno que concluía aqui na missão 3.<sup>a</sup> rudimentar, quais eram as saídas que a missão dava para poder ter no futuro um trabalho?

Cumbe: Era muito difícil porque a Igreja é que se preocupava pedir como os alunos aqui havia quase todas as profissões. Havia aqui marcenaria, serralharia, tecelagem, alfaiataria e até pedreiros

também, ya, e enfim ocupava em tentar acomodar os seus alunos em vez de reduzir porque mesmo que avançasse para longe não apanhavam quase nada e assim a missão é que suportava em fazer elevar a vida dos alunos aqui.

Irene: Portanto, aqui havia também escola profissional.

Cumbe: Eram escolas profissionais porque não havia só uma escola, havia marcenaria, havia tecelagem, faziam algodão aqui faziam fios e teciam panos, tecelagem que se chamava, havia carpintaria, havia o quê?

Irene: Falou-me de alfaiataria.

Cumbe: Alfaiataria também, agricultura também, davam, até o Presidente Mondlane veio tirar o curso de agricultura aqui, veio ficar eu conheci o presidente aqui, veio ficar algum tempo aqui tirar aquele curso, o Mondlane, o presidente Mondlane.

Irene: E quem é que dava essas aulas?

Cumbe: São os missionários. Os missionários dedicavam-se muito, muito mesmo.

Irene: Portanto, quantos alunos mais ou menos, a média, todos já desses dos ensinos profissionais?

Cumbe: Hein...

Irene: Centenas, dezenas?

Cumbe: Deve ser dezenas ou centenas, mas é bom dezenas, hei dedicavam-se muito os missionários, os missionários aqui vieram trabalhar, trabalharam muito, era mato, davam bolsas para os alunos estudavam e chegavam de tirar 4.<sup>a</sup> classe não tinham outra maneira então os missionários tiveram que lhes dar bolsa iam para L.M. continuar com os estudos, os meus filhos foram lá.

Irene: Os seus filhos?

Cumbe: Ya, tiveram bolsa e foram continuar a estudar.

Irene: E, agora, diga-me, esses que tiravam cursos profissionais eram alunos que já tinham concluído a 3.<sup>a</sup> rudimentar, ou não?

Cumbe: Bem alguns tendo feito rudimentar ou elementar no ensino particular então podiam ingressar nesses cursos, podiam ingressar nesses cursos.

Irene: Mas a pessoa não podia vir sem saber nada e entrar nesses cursos, não?

Cumbe: Não tinha que estudar primeiro, a não ser que viam que é uma pessoa que não tem dotes de continuar a estudar muito, mas a missão preocupava-se em dar-lhe qualquer coisa para a vida futura dele.

Irene: Portanto, aqui, esta Missão de Cambine recebia só, isto era só rapazes, não tinha meninas?

Cumbe: Meninas eram recebidas lá em Chicique, havia internato de rapazes e internato de meninas.

Irene: Em Chicique. Aqui era só rapazes.

Cumbe: Era só rapazes, até aqui também havia o curso de pastores para serem pastores.

Irene: Hein esta história é interessante, foi uma realidade que viveu no passado. Portanto, esse ensino rudimentar será que continuou e terminou?

Cumbe: Cessou, logo que entrou bem, começou a acabar-se aquela vez que os portugueses são ameaçados porque não dão aulas, não dão estudos ao africano e tal e eles, é assim que eles já começavam a abrir aquelas escolas particulares.

Irene: Mas escolas particulares, aquelas que já existiam, não é?

Cumbe: Sim, qual é que foi a sua pergunta.

Irene: A minha pergunta, eu queria saber, o ensino rudimentar quando é que terá cessado? Eu penso que houve uma fase em que acabou o ensino rudimentar. E depois, que tipo de ensino foi introduzido depois desse rudimentar?

Cumbe: Depois desse rudimentar apareceu já o ensino elementar, o ensino elementar e depois o ensino complementar, admissão escola, não quando passou complementar então preparação para o ensino secundário que chamavam liceus, 1.<sup>o</sup> ano dos liceus, teve que entrar ali também submetido aos exames para se realizar também em regime do ensino secundário.

Irene: É que já ouvi falar do ensino de adaptação, queria saber em que fase, onde é que se encaixava o ensino de adaptação. Não sei se acompanhou isso, o ensino de adaptação.

Cumbe Não, não.

Irene: Acho que a informação que me deu é muito preciosa e é pela primeira vez que oiço uma pessoa a dizer, olha estive em Portugal para continuar os estudos, mas infelizmente... Deus sabe por que razão foi.

Cumbe: Tive cada sorte com os missionários, mesmo assim eu acho sorte porque os meus filhos elevaram-nos.

Irene: Já agora, a falar dos filhos, que nível de estudos têm os seus filhos?

Cumbe: Os meus filhos há uma menina que completou o ensino secundário e estava a tirar, tirou parece que vai seguir o ensino de Direito, e o outro rapaz também acabou com o ensino secundário está na Beira, uma outra filha faleceu essa já trabalhava no banco, ya, é assim.

Irene: E sempre trabalhou aqui em Cambine, tirando aquela altura que foi ao Covo. Não chegou ir a Gaza, ter contato com outras missões, em Gaza?

Cumbe: Não fui a outra igreja, continuei com até ao momento.

Irene: Quer dizer, depois de católico entrou na Metodista.

Cumbe: Nunca chegamos católicos, católico foi o pai só, o pai é que foi católico.

Irene: Olhe, agradeço imenso a informação, é essa mesmo que precisava e muito obrigada pela disponibilidade. Diria que a entrevista está terminada.

## **Informante nº 27 – Prof. Narciso Pedro (INP-68)**

Data da entrevista: 22/05/2014

Duração da entrevista: 21 minutos

### **Caracterização da entrevista**

A entrevista a Narciso Pedro, de 68 anos de idade, foi acidental. O encontro do qual resultou a planificação da entrevista ocorreu num pequeno restaurante/pastelaria na Maxixe quando Narciso, ao entrar, veio cumprimentar, na mesa em que eu estava sentada, o ancião António Cumbe, de 85 anos que, por coincidência bastante surpreendente para mim, tinha sido o mesmo ancião que na tarde do dia anterior entrevistei em sua casa, na Missão Metodista de Cambine. A entrevista foi conduzida à beira-mar no Parque de Campismo. A trajetória de vida de Narciso progrediu de aluno do ensino rudimentar até passar por variadas etapas em que desempenhou funções, no tempo colonial, como professor e, após a independência, como chefe da Direção Provincial de Educação e, antes da aposentação, como membro do Executivo do Conselho Municipal. O facto de no ano transato, quando já reformado, ter concluído a licenciatura em História Política e Gestão Pública demonstra a sua força de vontade em aprender. Assinala-se a relevância do contributo de Narciso neste estudo pelo facto de o mesmo demonstrar o domínio das matérias que aborda e que lhe são solicitadas, no âmbito do ensino colonial.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia prof. Narciso, não sei se estou correta ao considerá-lo professor Narciso.

Narciso: Sou professor de carreira mesmo.

Irene: Agradeço muito esta oportunidade imprevista, não programada; só nos encontrámos ali na vila, ou na cidade, e pronto, através de um, daquele ancião que entrevistei ontem, tive conhecimento que afinal o senhor também é uma pessoa integrada nesta área da minha investigação e agradeço por ter aceite este meu pedido de entrevistá-lo, interrompendo a sua atividade, o seu programa de hoje, e também agradeço este local que sugeriu. Estou a ver aqui o mar em minha frente acho uma coisa ...

Narciso: É uma inspiração!

Irene: É uma inspiração. Isto é assim, o pedido desta entrevista está relacionado com o meu tema de pesquisa que é o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino rudimentar e a sua evolução, conforme ministrado pelas missões. Mas nesse contexto, desejo saber qual seria a relação desse ensino rudimentar com outros ensinos, porque se há ensino rudimentar significa que havia uma nomenclatura, qual seria outro tipo de ensino. Gostaria também de saber a relação desse ensino rudimentar com outros tipos, ou deste ensino com o Estado ou com a Igreja católica. Tudo como professor, eu não lhe posso sugerir, não sou professor, toda a informação que me possa dar, sinta-se à vontade, aqui não há restrições de tempo.

Narciso: Bom, eu também queria agradecer esta oportunidade que me oferece de poder dar a minha contribuição em torno da preocupação que me coloca mas concretamente do tema mas para dizer que na verdade eu chamo-me Narciso Pedro, sou natural daqui, da Maxixe, mas há 21 km na entrada, chamam (...) onde eu nasci. Eu, na minha vida estudantil eu teria passado por todos esses processos do sistema de educação existente em Moçambique na era colonial, não nacional. Na verdade, o ensino primário estava dividido em três categorias: havia o ensino primário oficial<sup>41</sup>, que estava reservado para os filhos dos colonos, mas dos portugueses, dos mestiços, dos muçulmanos e mais tarde, dos assimilados. Os assimilados, estes tinham o privilégio de entrar na 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e a 4.<sup>a</sup> classe, diretamente. Mas, por outro lado, havia o ensino que era administrado pelo próprio Estado e, por outro lado, havia o ensino oficializado, o ensino primário oficializado. O ensino oficializado tinha sido responsabilizado à Igreja Católica, às missões. O ensino oficializado já não entrava, não começava da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> classe; começava da pré-primária, que diziam que é uma questão de adaptação à expressão, à expressão porque como as escolas situavam-se nas zonas rurais onde as pessoas falavam as suas línguas, era necessário, portanto, que houvesse um ensino de adaptação que é a pré-primária. Entretanto, nem sempre havia o ensino pré-primário numa situação sequencial de classes. Havia catequese, em 1.º lugar; depois de

---

<sup>41</sup> A primeira escola propriamente oficial da província de Moçambique foi fundada em 1799, na capital, então a cidade de Moçambique“ em Educação e ensino: actividade missionária (p. 79), Províncias Ultramarinas Portuguesas, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1968.

catequese entrava a 1.<sup>a</sup> Parte que se chamava *cartão*, *cartão*, mas que se estudava o abecedário *cartão*, depois de catequese, depois de ter sido baptizado, são 2 anos. Então havia 1.<sup>a</sup> classe, já são 3 anos. No meu caso, eu frequentei 1.<sup>a</sup> classe atrasada, 1.<sup>a</sup> classe adiantada, estamos a fazer 5 anos; 2.<sup>a</sup> classe atrasada, 2.<sup>a</sup> classe adiantada, estamos a fazer 7 anos; 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e 3.<sup>a</sup> classe elementar, depois que ia para a 4.<sup>a</sup> classe. No mínimo são 10 anos que um aluno ficava para fazer o ensino primário que era feito nas escolas oficiais em 4 anos, mas tinha objetivo. Tinha objetivo não é porque o indígena, o autóctone, o natural não tivesse capacidade, não. Era o problema de retardar ao máximo porque esses dez anos que você acabava para fazer a 4.<sup>a</sup> classe no meio disso podia interromper porque bastava completar 18 anos tinha de ir pagar o imposto domiciliário, o imposto de palhota. Interrompia, não era possível, interrompia. Tinha de interromper porque o seu pai não tinha capacidade de pagar, para arranjar dinheiro para você continuar os estudos e pagar o imposto para você continuar os estudos. Não era possível, isto era uma forma de retardar o processo, quanto mais analfabeto fossem as pessoas melhor era, seria. Este ensino conforme eu estava a dizer, tinha sido reservado, portanto, responsabilizado às missões; então o sistema era este: o ensino de adaptação que ia precisamente até a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, elementar foi mais tarde. Nas escolas oficiais não existia rudimentar, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, era 3.<sup>a</sup> classe, 4.<sup>a</sup> classe, mas nas escolas missionárias, essas escolas de adaptação que eram escolas do ensino, chamava o ensino oficializado, havia 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e 3.<sup>a</sup> elementar; mas os objetivos eram esses. Mais objetivos políticos. Depois havia admissão aos liceus, se tivesse ousadia de querer continuar com os estudos sendo negro, havia admissão aos liceus. Quer dizer, fazia o 1.<sup>o</sup> ano que não era o 1.<sup>o</sup> ano propadeutico não, e que hoje é como preparação para entrar na universidade, também havia um ano de preparação para entrar no 1.<sup>o</sup> ano dos liceus. Então continuava se o seu pai tivesse essa capacidade que eram muito poucos pais que tinham essa capacidade de sustentar o ensino do filho durante a era colonial. Eu vou acusar as pessoas, não estou muito devidamente autorizado: D. Teodósio Clemente de Gouveia, o arcebispo de Lourenço Marques, das suas filosofias de educação quanto dava orientação o que é que devia ser o ensino em Moçambique reservado para os autóctones indígenas, ele dizia o seguinte que *as escolas em Moçambique são necessárias mas estas escolas que ensinasse o nativo o caminho da dignidade humana e a grandeza da Pátria que os protege*. É uma citação que estou a, do cardeal arcebispo de Lourenço Marques, D. Teodósio Clemente de Gouveia. O que é que significa? Significa que com esta filosofia não era para formar doutores não. O caminho da dignidade humana significa ser batizado, conhecer Deus, é essa tarefa das escolas oficializadas, e a grandeza da Pátria que o protege o que significa? Significa que deve-se ensinar ao nativo de que Portugal não é Minho ao Algarve não, não, não, não! É o Minho, Trás-os-Montes, Alto Douro, Douro Litoral, Beira Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Extremadura, Ribatejo, Baixo Alentejo, Alto Alentejo, Algarve não é isso, não. Portugal é o Portugal Continental e o Portugal Ultramarino, então esta é a grandeza da Pátria que protege o, que protege este nativo, não sei se estou-me a fazer compreender?

Irene: Sim.

Narciso: Esta é a grandeza da Pátria que o protege, e não fazer dele (...) e foi esta a filosofia. Para alguém ter mais que a 4.<sup>a</sup> classe. (*Bom dia!*)

Irene: (*Desligo o gravador para interromper a entrevista face ao cumprimento do dono do Parque de Campismo que é um amigo do entrevistado*).

#### Início da 2.<sup>a</sup> Parte

Narciso: Para o indígena dar prosseguimento dos seus estudos, havia duas alternativas: ou podia ir ao seminário ou podia ir ao curso de professor. Não tenho muita base científica para dizer que a Escola de Habilitação de Professores Indígenas construída pelo Estado e entregue mais tarde aos missionários tivesse sido em 1936 não tenho muita base que tivesse sido em 1936. Então lá eram preparados os professores, chamavam professores de adaptação, para adaptar o indígena ao ambiente, ao meio ambiente, tinham de adaptar o indígena então tinha que se preparar, diziam *preparar* um professor indígena dotado de uma psicologia indígena que facilmente poderia compreender a psicologia do indígena que é o aluno não é, então tinha de preparar o aluno, e não o branco, para ensinar o preto; então era escola de adaptação, eram 3 anos de ensino. Então inicialmente estava com o Estado esta escola de formação de professores<sup>42</sup>, tardiamente entregaram a escola aos irmãos maristas, aos padres. Então com

---

<sup>42</sup> FERREIRA, Mário (1933), “A Inauguração da Escola de Preparação de Professores Indígenas” e JARDIM, António Pina da Cunha (1938), “Moçambique”, *Sociedade de Geografia*, N<sup>o</sup>s 13-14, pp. 67-78

o processo de evolução a década de 60 foi uma década de grandes transformações sociopolíticas a nível internacional, mas concretamente no continente africano, é quando retiram Escola de Habilitação de Professores Indígenas do Alvor e põem Escola de Habilitação do Professor do Posto Escolar, isso em 1964, então houve esta evolução. Então quem fosse, portanto, para a Escola de Habilitação ia com 4.<sup>a</sup> classe e fazia o 3.<sup>o</sup> ano e voltava para ensinar da 1.<sup>a</sup> até 4.<sup>a</sup> classe, tinha esta preparação. O nosso caso eu entrei com 3.<sup>a</sup> classe para sair, entrei com 4.<sup>a</sup> classe para ficar 4 anos para lecionar da 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> classe o nosso tempo já tinha sido, tinham aumentado uns anos.

Irene: Em que ano?

Narciso: Eu em 1963, em 63, mas a passagem para professor do posto escolar foi em 1964<sup>43,44</sup>.

Irene: Onde?

Narciso: Em Homoine, na Missão de S. João de Deus de Homoine é ali onde estava a escola.

Irene: Em Inhambane?

Narciso: Em Inhambane sim que neste momento transformou-se em Centro de Formação de Professores Primários<sup>45</sup>. Eu estava a dizer que efetivamente a preparação desses professores era para mais as zonas rurais, mas com estas características do ensino como chama *Catequese*, 1.<sup>a</sup> Parte que é *Cartão*, depois 1.<sup>a</sup> classe adiantada, 1.<sup>a</sup> classe atrasada, 2.<sup>a</sup> classe atrasada, 2.<sup>a</sup> classe adiantada, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, 3.<sup>a</sup> classe elementar. Lá nessas escolas, a maioria das escolas só dava até 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. Então com a evolução vamos falar, com o vapor da luta armada de libertação nacional, é quando começaram a melhorar a situação da educação, já não tinham essas características. Eu passei por lá, eu fiz 3.<sup>a</sup> classe rudimentar em 1959, e fiz 3.<sup>a</sup> classe elementar em 1960. Nesse tempo então passei por essa fase, então é quando, mas a 3.<sup>a</sup> classe, a pré-primária manteve-se por muito tempo mesmo depois da independência só mais tarde é que extinguiram quando se introduz o sistema nacional de educação é quando se extingue a pré-primária e depois fora disso só podia ir para o seminário. No seminário podia fazer 3.<sup>o</sup> ano ou 2.<sup>o</sup> ano, 3.<sup>o</sup> ano, 4.<sup>o</sup> ano e pronto.

Irene: Seminário católico?

Narciso: Seminário católico sim. Quer dizer, advogavam aqueles que iam para lá que esses era para serem padres, mas a preocupação fundamental era a formação porque não tinham outra coisa. Lá não se pagava tanto para a formação de professor, tanto para escola de habilitação professor de posto escolar como para o seminário, não se pagava nada tudo estava à responsabilidade dos missionários. Por um lado, os missionários contribuíram muito apesar de que tinham uma missão para cumprir, mas contribuíram muito para pelo menos iluminar a formação dos nossos moçambicanos. Perguntas que possa fazer?

Irene: Olá! Essa parte é muito interessante porque, para já, a classificação dos três tipos ...

Narciso: Não falei do ensino particular.

Irene: Sim, não falou.

Narciso: Portanto, o ensino particular era lecionado nas igrejas, nas missões e não católicas, nas missões não católicas. Eu não conheço a situação de Maputo, mas aqui na província de Inhambane nós tínhamos a Missão Anglicana, dava o ensino primário particular a missão anglicana em Chambone. Nós tínhamos Cambine, dava o ensino primário particular. Aqui em Chicuke era o ensino primário particular. Se não me engano a Missão Suíça Covolar era o ensino primário particular. Além disso, havia o ensino secundário chamavam também particular, mas que eram os colégios. Todos os colégios eram o ensino particular, mesmo os colégios que estivessem sob a responsabilidade dos portugueses era o ensino particular. Por exemplo, aqui nós tínhamos o Colégio Nossa Senhora da Conceição que é este aqui que hoje chamamos Escola Secundária Emília Daússe, era o ensino particular. Tínhamos aqui onde

---

<sup>43</sup> Ver em p. 82 "Educação e Ensino: actividade missionária - Dados Informativos IV: *Educação e ensino, saúde e assistência, actividade missionária*, Províncias Ultramarinas Portuguesas, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1968.

<sup>44</sup> A orgânica do ensino primário foi profundamente reformada pelo Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de setembro de 1964. As antigas escolas do ensino de adaptação foram integradas no plano geral, com os mesmos programas das escolas de ensino primário, tendo passado a usar a designação de postos escolares). Assim, o ensino deste grau é ministrado em estabelecimentos (oficiais, oficializados e particulares) de duas categorias: escolas e postos escolares.

<sup>45</sup> Terá sido no âmbito da reforma de 10.09.64 que em Inhambane é criado o Centro de Formação de Professores Primários para o ensino nas zonas rurais das classes *Catequese*, *Cartão*, 1.<sup>a</sup> classe adiantada, 2.<sup>a</sup> classe atrasada, 2.<sup>a</sup> classe adiantada, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, 3.<sup>a</sup> classe elementar.

funciona a Escola Secundária 29 de Setembro que nessa altura nós chamávamos Colégio da Nossa Família da Maxixe, era o ensino particular. Então o ensino particular era lecionado nas escolas missionárias católicas e não católicas também.

Irene: Agora, outro aspeto que estou interessada em saber é em relação aos programas de ensino e a avaliação, os exames, portanto, como é que era a avaliação?

Narciso: A avaliação estava fundamentalmente reservada para as missões até um determinado período.

Irene: A avaliação até que níveis?

Narciso: Até 3.<sup>a</sup> classe rudimentar.

Irene: As próprias missões é que avaliavam?

Narciso: É isso. Eu fiz 3.<sup>a</sup> classe rudimentar aqui na igreja, como se chama, na Escola Paroquial da Maxixe, quem me examina foi o padre Joaquim Pereira que me examinou a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar para elementar. Então o exame da 4.<sup>a</sup> classe fiz na escola oficial.

Irene: E o exame da 3.<sup>a</sup> elementar?

Narciso: O exame da 3.<sup>a</sup> classe quase que era automático.

Irene: Elementar?

Narciso: Sim, sim; era automático, mas feito nas missões.

Irene: Ah não, talvez haveria uma diferença entre Inhambane e Gaza. De acordo com os meus entrevistados que estudaram na missão de Tavane, Missão Nazarena, eles iam fazer exame da 3.<sup>a</sup> elementar e da 4.<sup>a</sup> classe na Escola Coronel Galhardo em Inhambane. Ah não, em Manjacaze.

Narciso: É isso que estou a dizer dependeu dos períodos; nós como tínhamos aquilo que era o ensino particular, o ensino particular dependeu das fases sim porque conforme estou a dizer, houve uma fase em que havia o ensino pré-primário mas houve uma fase que já não existia a pré-primária, houve uma fase em que havia 1.<sup>a</sup> adiantado, 3.<sup>a</sup> adiantado mas isso já extinguiu-se, dependeu das fases por exemplo, aquilo que estou a dizer eu fiz 3.<sup>a</sup> classe rudimentar na missão até o meu examinador ainda me lembro dele Joaquim Pereira que respondia pela missão de Mungue nessa altura.

Irene: E elementar?

Narciso: Elementar foi um exame interno, mas feito também pelos padres.

Irene: E não sei se chegou a acompanhar a relação que existia entre as missões e a clivagem entre a igreja católica e as missões protestantes, não sei se acompanhou, ou não, de perto.

Narciso: Ah eu ...

Irene: Para já, queria saber a sua religião.

Narciso: Eu sou católico. Eu tive problemas, a minha própria experiência. Eu fui incorporado no serviço militar obrigatório em 1967, colonial, saio no dia 1 de novembro de 1970, e volto para sala de aulas como docente, em 1971; no dia 2 de fevereiro de 1971, segundo trimestre, sou transferido. Era considerado professor eventual, assalariado, idôneo, está a ver esses adjetivos que nos atribuíam? Professor, eventual, assalariado, idôneo. Eu passei por essas fases quando dei aulas em Inharrime na Escola Oficial Caldas Xavier, em Inharrime.

Irene: Em que ano?

Narciso: Em 1971 depois não acabei o ano letivo porque quando é que era solicitado o professor do posto escolar para a escola oficial? Mais tarde então havia essa possibilidade de o indígena estar também na escola oficial, então era solicitado quando os professores primários - quais são os professores primários? São aqueles portugueses que tivessem feito o magistério primário quando os professores primários entrassem de licença graciosa. Está a compreender?

Irene: Sim.

Narciso: Então é que era solicitado o professor do posto escolar para substituir aquele período. Quando viesse, se era licença de parto, se era licença graciosa, acabava o emprego porque tinha de vir retomar as suas turmas, a si mandavam passear e me fizeram isso só que não me fizeram, faziam a muitos, a mim eu quando estive em Inharrime fui transferido para a Escola Carvalho de Araújo aqui que hoje é Escola do 3.º Congresso.

Irene: Aqui em Inhambane?

Narciso: Aqui em Inhambane, para regente do curso noturno então fui responder pela 3.<sup>a</sup> classe do curso noturno, então depois disso fui enviado portanto, para a Escola Primária Oficial de Homoine, quase que no mesmo ano, no ano letivo 1972, 1971-72 porque eu levei as turmas de alguém aqui que estava a dar o curso noturno no ano letivo de 1970-71, então 1971-72 estive em Homoine, sofri as

mesmas consequências. Cheguei lá afinal ia substituir as turmas de uma professora que era esposa do chefe dos correios, salvo o erro. Quando veio de Portugal acabou o emprego e disseram-me assim: o Sr. Narciso procure da sua transferência na repartição escolar distrital. Não entendi nada porque em menos de um semestre tinha passado por 3 escolas, eu disse basta! Sai fui para Nhamachafu fui pedir lá o emprego.

Irene: Em Inhambane?

Narciso: Em Inhambane, Inharrime, é uma escola particular. Estive lá, dei aulas, levei os alunos, fui apanhar alunos da 3.<sup>a</sup> classe levei os alunos até ao exame então os missionários lá esses americanos.

Irene: Protestantes?

Narciso: Da metodista Unida, Metodista Livre, desculpa, ficaram muito satisfeitos com o meu trabalho. Então preparávamos para o segundo semestre então eu pego, não era o segundo semestre não, era o ano seguinte, o ano seguinte 1972-73. Então tinham-me dado já a 4.<sup>a</sup> classe, ora no meio, em novembro, em novembro vêm-me tirar; para mostrar essa divergência que tínhamos!

Irene: Em novembro de ...

Narciso: 1972.

Irene: Quem veio tirá-lo?

Narciso: É o diretor da Repartição Escolar Distrital coordenado por (...) Logrado, veio me tirar. Veio, chamou-me, falou ao diretor, à diretora lá de Inharrime, 'eu estou a ter conhecimento que o Narciso Pedro está em Inharrime', diz "sim está em Inharrime". 'Diga-lhe para vir falar comigo ao telefone'. Então nessa altura tinha de andar para andar à procura de telefone, aqui em Chicunque não tinha telefone, comunicação exterior; na missão a comunicação era interna. Então sai de lá fui a Inharrime para esperar da chamada do diretor da Repartição Escolar Distrital que nessa altura chamava-se Repartição Escolar Distrital de Inhambane, era distrito este. Então ele liga, diz: 'Quem fala?' Eu disse, "Narciso Pedro" 'Narciso Pedro onde está?', 'Eu estou em Imhamachafu', 'A fazer o quê?', "A trabalhar", 'Com a licença de quem?', "sr. Diretor, com a licença do estômago", eu já estava um pouco tonto não é; 'Fique sabendo de que está a falar comigo!', digo "Sim, eu sei que estou a falar com o sr. Diretor". 'Mas sabe que eu mando aí onde você está e mando aqui onde eu estou? Eu sou capaz de dizer para você não dar aulas aqui na província?', "Eu sei muito bem disso, mas também fique sabendo de que eu tenho de trabalhar para sustentar a minha família e nunca para pagar as despesas de transferências porque vocês nunca me pagaram as transferências que estão a movimentar constantemente".

Irene: Falou assim?

Narciso: Falei, eu acabava de sair da tropa eu tinha um, já essa coisa da PIDE já não era comigo nessa altura pronto, 'Mas venha ter comigo aqui', "Está bom sr. diretor", pronto, eu fui falar que eh, estão me a chamar lá de Inhambane. Aqueles homens missionários acompanharam-me. Então quando chego lá uma chefe de secretaria eu digo, "quero falar com o sr. Diretor" 'a respeito de quê?' 'Se fosse um assunto para falar consigo ia transmitir ao sr. Diretor eu não diria que quero falar com o sr. Diretor'. então ela foi, 'Quem está aí?', "Narciso Pedro", 'Ah, Narciso Pedro anda cá, entra lá!', entrei. 'A discussão de ontem?' "Sr. Diretor eu não estava a discutir, é que eu estava no meio do primeiro período do trimestre do ano com os alunos, agora abandonar aqueles alunos? Eu primeiro tenho de satisfazer as minhas escolas, meter professores nas minhas escolas 'Quando restar a gente manda para lá, para lá para os missionários'. Então só para provar que havia de facto clivagem, havia clivagem e não eram autorizadas a lecionar até 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Quem?

Narciso: As escolas particulares missionárias, só tardiamente por causa da guerra conforme estava a dizer é quando já autorizavam, mas os exames tinham de ser feitos, mas já aqui nas escolas oficializadas já tinham autonomia de fazer, construir júris para dirigir os exames da 4.<sup>a</sup> classe, eu vivi essas fases. Então pronto carregaram-me, vieram-me colocar aqui na escola Carvalho Araújo disseram que eu me devia estagiar para ver até onde vão as coisas, devia-me estagiar porque ia abrir uma escola nova, colocaram-me numa escola aí fiquei uma semana a acompanhar as aulas de uma professora então no fim, eu no fim da aula comecei a dirigir perguntas aquela senhora sobre as metodologias, os princípios didáticos, os meios didáticos, as pulsões, então comecei a dirigir perguntas ela correu foi ter com o inspetor, *eia aquele rapaz aí!*, diz que "não aquele é professor nós estamos a colocar aí porque eh pá ele tem de ir abrir uma nova escola em vez de ficar cá fora por isso nós estamos a colocar ali, aquele é professor " *Então não vale a pena ele estar aqui!* Cá comigo "não há problema!" e *ri-se*.

Irene: *Rio-me também*, o aluno que sabe mais que o mestre!



Narciso: Isso acontece quando sai para Morrumbene ela me deixa com a turma, os alunos já não queriam da professora aquela professora branca não queriam, queriam continuar com o Narciso Pedro. Havia divergência muito forte, não poderiam fazer exames lá não, tinham de ser controlados aqui; não podiam ensinar 4.<sup>a</sup> classe mas a partir de 1961, 1960-61 já nas escolas havia uma expansão<sup>46</sup> porque na década 1957, o nosso caso aqui, só eram duas escolas que davam a 4.<sup>a</sup> classe aqui na Maxixe: era a Escola Paroquial e a Escola de Mongoé, eram 3 aliás: Paroquial, Mongoé e Mabili, o resto não dava a 4.<sup>a</sup> classe era 3.<sup>a</sup> rudimentar, elementar, parou aí, mas mais tarde já conseguiram isto por causa da revolução lá em cima, lá quando arrebenta a situação em 1960, mais coisas?

Irene: Hein é interessante. Olhe, já estamos a ter chuva! Esta chuva agora está a interromper-nos um bocadinho e parece que está mesmo a chover ... Posso dizer que foi muito interessante. Era só para saber a sua parte, mas parece que já disse, já falou de si, como evoluiu, porque estou interessada também nesse contexto, mas acho que já desenvolveu essa parte, que é saber como é que as pessoas, estes meus entrevistados, como é que depois dessa situação, como no seu caso de ensino rudimentar, como é que se efetuou a sua mobilidade até onde chegou.

Narciso: Foi difícil, eu saltei, foi difícil quando estive, eu tive uma situação um bocado complicada (*talvez puxarmos para a sombra, a sombra está aí* - sugere o entrevistado que nos desloquemos para debaixo da árvore pois a chuva já está a cair).

Irene: (Sugiro que *posso segurar o gravador é só um bocadinho, mesmo estando em pé*) Portanto, neste caso, a sua mobilidade, a sua ascensão, até ao último posto depois da independência...

Narciso: Isso foi uma vontade, eu tive uma vontade de dar continuidade com os estudos, tinha vontade de estudar.

Irene: Quando se deu a independência, estava onde?

Narciso: Eu estava em Homoine.

Irene: A lecionar em Homoine, escola primária?

Narciso: Não, não, estava em Chamane, a escola que eu fui abrir é em Chamane, aqui em Inhambane.

Irene: Na escola primária?

Narciso: Desculpa, no governo de transição é que eu estive aqui na escola primária de Chamane e a inspeção provincial tinha me proibido de então continuar com os estudos, concluir o 4.<sup>a</sup> ano porque eu não concluí o 4.<sup>a</sup> ano por causa do serviço militar obrigatório. Quando voltei quis concluir o 4.<sup>a</sup> ano a lecionar na escola oficial, os padres *não, você não pode continuar a estudar e a dar aulas na escola oficial não* portanto, riscam-me, mas com o governo de transição é o próprio inspetor que veio-me tirar disse “vai lá concluir o curso”. ‘O diretor lá disse que eu nunca mais podia tirar o 4.<sup>o</sup> ano porque estou a lecionar as escolas oficiais e a querer tirar o curso nas missões’, está a ver? Diz “vai lá, já falei com ele”. Eu fui lá concluir o 4.<sup>o</sup> ano, depois da conclusão do 4.<sup>o</sup> ano ora quis continuar. Tinha nessa altura a 8.<sup>a</sup> classe; não havia escola que desse a 9.<sup>a</sup> classe, o curso noturno. Aqui só em 1983 é que já havia o curso noturno, 9.<sup>a</sup> classe. Fiz 9.<sup>a</sup> classe, depois de fazer 9.<sup>a</sup> classe concorri para o Instituto de Formação de Professores Primários, Instituto Médio Pedagógico de Maputo, estava na Filipe Elija Machava. Então lá fui fazer o 3.<sup>o</sup> ano da língua portuguesa. Então voltei, continuei, hei desculpa! Eu fui à RDA onde fui tirar o curso de Direção e Organização da Educação.

Irene: Em que ano?

Narciso: Em 1982. Quando volto da RDA é quando me colocam como chefe do ensino pré-primário e como chefe do serviço provincial de educação.

Irene: Em Inhambane?

Narciso: Em Inhambane 1 ano como chefe do ensino primário provincial e 8 anos como chefe do serviço de educação, o chamado DDP mais tarde. Eu é que criei àquela Direção Provincial, o Departamento de Ação Pedagógica da Direção Provincial de Inhambane, em 1987. Depois disso é que fui fazer o Instituto Médio Pedagógico, por 3 anos, da língua portuguesa.

Irene: Foi fazer onde?

Narciso: No Instituto Médio Pedagógico. Depois de voltar de lá eu não quis continuar mais na Direção Provincial de Educação, queria estar na sala de aulas. Negaram-me, colocaram me como diretor de educação da cidade de Inhambane, em Maxixe, de 1993 até 1998, com a minha saída como presidente

---

<sup>46</sup> Ler discurso do Governador-Geral de Moçambique, M. M. Sarmiento Rodrigues, “Presença de Moçambique na Vida da Nação” – Vol. I (1961-62), Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1964.

do Conselho Municipal. Então 1998 aliás, em 1995-96, estive como substituto do Presidente do Conselho Executivo antes da criação das autarquias. Então nós fomos pioneiros das autarquias em 1998 até 2014 que eu entreguei a autarquia (ri-se).

Irene: Oh é muito bom, porque essa parte interessa também, é uma parte que interessa ao meu estudo, saber como do ensino rudimentar para os rudes, esses elementos conseguiram ascender até serem integrados pelo governo nacional e exercerem cargos de relevo.

Narciso: Até fazer licenciatura porque eu fiz licenciatura em História Política e Gestão Pública.

Irene: Em que ano?

Narciso: Fiz no ano passado, o ano passado era 2013, não é?

Irene: Sim.

Narciso: Fiz no ano passado.

Irene: Os meus parabéns!

Narciso: *Ri-se.*

Irene: A sua história de vida é muito interessante!

Narciso: É verdade. (*ri-se de satisfação*)

Irene: Gostei muito deste momento, desta entrevista, os seus dados são preciosos, preciosos para este meu estudo e só lhe desejo felicidades. E já agora, tem filhos, os seus filhos são formados?

Narciso: São todos eles.

Irene: Ah sim!

Narciso: Agora estou com os meus netinhos estão na 10ª classe.

Irene: Netinhos estão na 10ª classe e os filhos são formados!

Narciso: Sim, o que é que acontece? O meu filho ia casar com uma senhora, mas antes do casamento, no período dos namoros a senhora fica maluca. Fica maluca por duas vezes e o meu filho não aguentou, mas felizmente essa senhora apesar de não ter casado com o meu filho conseguimos fazer todos os possíveis; já é licenciada em Língua Portuguesa. Apanhamos um senhor chamado Mandevu, um curandeiro bom para essas coisas de maluquices. Esse senhor eu não sei quantas pessoas já mandei a partir desta minha nora não sei quantas pessoas mandei para lá, foi tratar as pessoas até hoje. Aquela senhora fez a Língua Portuguesa na Universidade Pedagógica, em Maputo, mas os miúdos estão a andar bem.

Irene: Olhe muito obrigada, agradeço imenso, muitíssimo obrigada.

Narciso: Mas pode ficar com o meu número em caso de situações quando quer algum esclarecimento.

Irene: Sim, sim, seria muito bom.

Narciso: Eu estou disponível.

Irene: Agradecia, agradecia. Entretanto posso terminar a entrevista, se calhar quer me ditar o número aqui.

Narciso: São números novos.

Irene: Mas caso contrário a entrevista está terminada.

Narciso: Mas queria dizer que eu estou deveras cheio de júbilo resultante desta oportunidade que eu tive de poder expressar sobre o meu percurso estudantil e profissional.

Irene: E profissional, sim.

Narciso: Faço votos que os resultados desta pesquisa sejam bons.

Irene: Só uma pergunta, aceita ser identificado nesta pesquisa, na escrita, aceita ser identificado como professor Narciso?

Narciso: Não tenho problemas.

Irene: Por que há outros por não quererem ser identificados, utiliza-se o nome fictício.

Narciso: Não, não, não eu falei com convicção.

Irene: Portanto, é professor Narciso Pedro, então vou identificá-lo como tal.

Narciso: Eu falo com convicção. Agora há aspetos que eu falei sobre acusar o Cardeal, o arcebispo D. Teodósio Pereira não sei se fica bem não é?

Irene: Não, não fica mal porque neste caso eu quero saber a perspetiva dos sujeitos que foram abrangidos no tempo colonial, caso contrário, a entrevista ficaria vaga porque a teoria escrita pelos portugueses já a tenho, portanto não fica mal.

Narciso: Então não há problema.

Irene: Muito obrigada, a entrevista está terminada.



## **Informante nº 28 – Prof. Carlos Mourana (ICM-78)**

Data da entrevista: 22/05/2014

Duração da entrevista: 21 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Carlos Mourana, de 78 anos, nasceu no distrito de Inhambane onde tem residido grande parte da sua vida. A sua trajetória profissional inicia-se como aluno do ensino rudimentar na Missão Anglicana com passagem para a escola católica, o que lhe permitiu concluir a 4.<sup>a</sup> classe. Obtém a qualificação de professor na Manhica, atividade que exerceu no ensino primário. Prossegue os estudos liceais ministrados pela tropa portuguesa destacada em Maxixe, e a sua habilitação de 5.<sup>o</sup> ano dos liceus vai-lhe permitir ingressar, em Lourenço Marques, no Instituto de Formação de Professores do Magistério. É integrado como professor aquando da independência, cessando a função há 25 anos quando atinge o limite de anos permitido por lei como funcionário público e passa à reforma. É integrado no Conselho Municipal, posteriormente, como presidente, cujo mandato terminou no ano transato, contudo, é convidado pela direção atual para trabalhar no departamento de Comunicação e Imagem do Conselho Municipal, onde está, presentemente, em atividade. Aliás foi no Conselho Municipal que a entrevista foi realizada.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia, prof. Carlos Mourana!

Carlos: Bom dia.

Irene: Agradeço, como acabei de dizer, este privilégio que o professor me concedeu de vir aqui nas instalações do Estado onde, daquilo que entendi, foi aqui que o senhor trabalhou e, de alguma forma ou outra ainda está ligado.

Carlos: Isso mesmo.

Irene: Agora o que me trouxe aqui é o seguinte, eu sou residente em Portugal, mas atualmente em Moçambique, no âmbito de uma pesquisa que estou realizando sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino rudimentar conforme lecionado pelas missões protestantes. Portanto, nesse contexto, desejo saber o que é que era o ensino rudimentar, a alternativa a esse ensino, pois se há ensino rudimentar significa que haveria outro tipo de ensino; depois a relação deste ensino rudimentar com a igreja católica, que relação existia, e mesmo a ligação do ensino rudimentar com as missões, dado que o meu estudo é sobre as missões. Saber qual é a relação que tinha esta escola com outra, esta missão com outra, desejo também conhecer os programas de ensino; como professor, diria que tudo o que me possa facultar da sua própria experiência, vivida e observada.

Carlos: Muito obrigado, eu vou tentar responder à sua preocupação e dizer que já vai muito tempo por isso não hei de dizer com detalhe tudo quanto era mas para dizer que no tempo colonial o ensino estava dividido em três: havia o ensino oficial que não lhe interessa muito mas havia o ensino oficial dedicado aos brancos, aos mistos e aos assimilados. Quem eram os assimilados? Eram os negros que tinham uma certa posição social e a esses concedia-lhes o estatuto de assimilados, esses é que frequentavam as escolas oficiais, com programas idênticos aos de Portugal. Depois havia o ensino oficializado que era ministrado nas missões católicas, ensino oficial ministrado pelas igrejas, igreja católica e o ensino particular que era ministrado nas igrejas protestantes. É só ver que tanto o ensino particular como o ensino oficializado só davam até a 3.<sup>a</sup> chamada, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. Os alunos ministrados nas igrejas protestantes mesmo quando era para fazer o exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar tinham que ir à escola oficial, enquanto que no ensino oficializado da igreja católica eram mesmo examinados lá, tinham esse privilégio, não sei se está a ver a diferença?

Irene: Estou a ver.

Carlos: Isso. Os programas, tanto uns, o ensino oficializado ou o ensino particular era os de Portugal, só programas de Portugal de tal maneira que os alunos conheciam mais a geografia e a história de Portugal do que da sua própria terra. O aluno aqui na 3.<sup>a</sup> classe cantava a história de Portugal, cantava a história de Portugal, viajava através das vias férreas de Portugal, estando aqui ignorando até onde é que fica por exemplo o rio Limpopo aqui, onde é que fica o rio Limpopo aqui, dava mais valor ao ensino de Portugal. Não sei o que é que quer mais que eu lhe diga? Ah também queria dizer que a formação de

professores estava a cargo da Igreja Católica, havia só uma única escola para formação de professores, Escola de Habilitação de Professores Indígenas no Alvor, na Manhiça, para a formação de professores e isso estava a cargo da Igreja Católica, essa escola era orientada pelos padres da igreja Católica.

Irene: Sim senhor, essa informação foi útil, portanto fico a saber que afinal havia três ...

Carlos: Sim. Ensino oficial, oficializado e particular.

Irene: E agora pode-me contar a sua experiência como professor, já que me disseram que o senhor foi professor; a sua proveniência é desse ensino rudimentar, do ensino oficializado, ou de qual deles?

Carlos: Sim, sim, eu fui do ensino particular na igreja Anglicana, das primeiras letras até à 3.<sup>a</sup> classe rudimentar porque eles só davam até à 3.<sup>a</sup> classe. Feita a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar eu passei para a 3.<sup>a</sup> classe elementar e isso na igreja Católica. Essa 3.<sup>a</sup> classe elementar e a 4.<sup>a</sup> classe, eu fiz na igreja Católica.

Irene. Onde, aqui?

Carlos: Aqui mesmo, aqui na Maxixe. A missão Anglicana onde eu estudei as primeiras letras até à 3.<sup>a</sup> classe fica sensivelmente há 2 km daqui.

Irene: E depois disso como é que prosseguiu?

Carlos: Quando conclui a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar na missão anglicana, porque eles não podiam dar mais, então passei para a igreja católica onde fiz a 3.<sup>a</sup> classe elementar e a 4.<sup>a</sup> classe. Agora terminada a 4.<sup>a</sup> classe ingressei na escola de formação de professores.

Irene: Onde?

Carlos: Na Manhiça, era a única que existia, na Manhiça.

Irene: Em que ano?

Carlos: Eu entrei lá em 1952, era dois anos de formação, em 1954, eu saí e comecei a lecionar.

Irene: A lecionar onde, onde é que começou?

Carlos: Eu comecei a lecionar primeiro para lá mesmo na Manhiça durante um ano, depois fui transferido para a minha terra que é aqui numa escola que fica depois de Chicunque chamada Nhamaxaxa, estive lá 9 anos. Estive lá 9 anos a formar alunos desde a 1.<sup>a</sup> até à 4.<sup>a</sup> classe e depois em 1963 eu interrompi para uma outra formação, o Instituto de Formação de Professores do Magistério Primário.

Irene: Onde?

Carlos: Em Lourenço Marques, isso em Lourenço Marques.

Irene: E os negros tinham acesso a esse instituto?

Carlos: Sim tinham acesso os negros que completassem, ou que fizessem o 5.<sup>o</sup> ano dos liceus nesse tempo ou que tivessem, já não me recordo bem, quantos anos de formação nas missões, por regra eram admitidos todos que tivessem o 5.<sup>o</sup> ano dos liceus ou uma exceção, ou os professores formados na missão com, não sei se eram 5 ou 10 anos de experiência, já não me recordo bem, isso era uma exceção.

Irene: Portanto, o senhor fez essa formação?

Carlos: Eu fiz essa formação.

Irene: Quanto tempo, quantos anos?

Carlos: Dois anos.

Irene: Dois anos também porque tinha o 5.<sup>o</sup> ano?

Carlos: Também eu tinha.

Irene: Ah, já tinha o 5.<sup>o</sup> ano?

Carlos: Também tinha.

Irene: Onde é que fez o 5.<sup>o</sup> ano?

Carlos: Aqui mesmo. Aqui com uma tropa portuguesa, uma tropa portuguesa quando baixasse à disponibilidade, tinham instalações aqui eles gratuitamente davam aulas noturnas: 1.<sup>o</sup> ciclo e o 2.<sup>o</sup> ciclo e eu com a formação de professores que tinha beneficiei dessa formação, gratuitamente aqui no quartel tropa portuguesa, gratuitamente, é isso.

Irene: Quanto tempo foi, aqui?

Carlos: Dois anos.

Irene: Portanto, saiu daqui já com o 5.<sup>o</sup> ano?

Carlos: Sim, eu não saí, continuei.

Irene: Não saiu daqui por ter feito o magistério?

Carlos: Fui fazer o magistério antes.

Irene: Ah, está bem, antes. É interessante, e há outro aspeto que queria explorar, a sua igreja?

Carlos: A minha igreja é a Igreja Católica, mas também eu lhe digo para ser mais preciso eu fui da Igreja Anglicana porque para entrar na formação de professores era preciso que fosse católico, portanto deixei de ser anglicano para poder beneficiar dos estudos então passei para católico e continuei como católico até hoje, é isso.

Irene: Portanto, pouco sabe sobre o trabalho, o ensino nestas missões. Por exemplo, a Missão Metodista aqui em Chicucue, em Cambine, sabe alguma coisa?

Carlos: Eu sei sim.

Irene: Então, da sua observação, o que é que sabe do ensino deles, como é que era?

Carlos: Os que beneficiavam de muitos privilégios eram apenas os da igreja católica, os outros eram marginalizados tanto o ensino particular era marginalizado.

Irene: O ensino das missões que era dito particular?

Carlos: Particular, esse era o ensino das missões. Os que tinham alguns benefícios era o ensino oficializado dos padres católicos.

Irene: Portanto, pode-me definir alguns aspetos em que se notava essa marginalização?

Carlos: Sim, no ensino oficializado, os alunos estudavam até a 3.º rudimentar e faziam o exame ali mesmo ao passo que os outros eram obrigados a ir fazer o exame no ensino oficial.

Irene: Neste caso, aqui em Inhambane.

Carlos: Esta aqui que é a Direção de Saúde. Era essa escola aqui mesmo, portanto vinham de Chicucue, vinham daqui de Chambone, da Missão Anglicana e faziam o exame aqui porque eram do ensino particular enquanto que no ensino oficializado na própria escola onde estudou é onde se fazia exame havia uma discriminação.

Irene: Já me disseram, não sei se me pode confirmar, que estas escolas do ensino particular eles ensinavam em alguns casos até 3.ª classe elementar e 4.ª classe, mas que era um ensino clandestino.

Carlos: Sim, no particular era clandestino, mas já no ensino oficializado não porque em 1940 houve uma Concordata, um acordo entre a Santa Sé que é a Igreja e as missões católicas.

Irene: Os professores nas missões, no ensino particular, os exames até à 3.ª rudimentar eram eles que faziam?

Carlos: Diga?

Irene: Os exames nas missões até à 3.ª classe rudimentar eram elaborados pelos professores?

Carlos: Até à 3.ª classe não, não eram eles que elaboravam, o exame era igual, o exame era igual.

Irene: Da 3.ª rudimentar?

Carlos: É verdade da 3.ª classe.

Irene: Elaborado pelo Estado?

Carlos: É verdade.

Irene: Mas, quer dizer, não faziam o exame ali na escola, o rudimentar?

Carlos: Não.

Irene: Ah sim, pensei que só não faziam o elementar.

Carlos: Vinham fazer aqui como eu lhe disse, como eu lhe disse senhora, eu era da Missão Anglicana, portanto particular, eu vim fazer exame aqui o rudimentar.

Irene: A passagem era só da 1.ª classe, 2.ª classe, rudimentar já não?

Carlos: Sim, Eu fiz não é coisa de ouvir eu fiz esse exame.

Irene: E os anos de escolaridade a partir do ingresso na escola, nas escolas particulares, até a 3.ª rudimentar, quantos eram?

Carlos: Era um ano para a 1.ª, um ano para a 2.ª e um ano para a 3.ª.

Irene: É que houve quem me dissesse que era 1.ª parte, 2.ª parte ...

Carlos: Acontecia isso.

Irene: 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª rudimentar, portanto o que me disseram não era geral?

Carlos: Não, não era geral.

Irene: No seu caso só fez ...

Carlos: Eu só fiz 1.ª, 2.ª e 3.ª rudimentar.

Irene: E já agora, em que ano é que entrou na escola?

Carlos: Eu não sei bem, só sei que o meu primeiro exame fiz em 1948.

Irene: 1948.

Carlos: Fiz a 3.ª classe rudimentar aqui.

Irene: Já agora, importa-se de dizer a sua idade?

Carlos: A minha idade são 78 anos.

Irene: E lecionou quantos anos?

Carlos: Eu ensinei muitos anos!

Irene: E em que escolas?

Carlos: Eu ensinei muitos anos e quando completei segundo o estatuto do funcionário, quando eu completei os anos permitidos pela lei eu passei à reforma e estou reformado como lhe disse estou há 25 anos.

Irene: Em relação aos exames, houve quem me dissesse que os exames eram feitos em Inhambane, no caso concreto Inhambane cidade, que é Inhambane Céu.

Carlos: Era um distrito não é, naqueles tempos os exames eram feitos lá. Eu penso que até o programa era oficial era ao nível provincial como se dizia, mas o que eu lhe posso garantir é que mesmo nas missões particulares o exame que se fazia era elaborado pelo Estado e era feito na escola oficial isso fiz eu, não é ouvir dizer.

Irene: Agora quanto às notas, as notas de passagem de classe, passavam muitos alunos africanos?

Carlos: Sim passavam por que, até talvez porque os professores dedicavam-se muito, os professores dedicavam-se muito, portanto passavam.

Irene: Não havia discriminação?

Carlos: Não, desde o momento que ele soubesse passava. Só que muitas vezes ficava por causa da pronúncia nos ditados que havia. Habitados à pronúncia dos negros quando vinha aquele era examinado pelos brancos, e chumbava no ditado por causa da pronúncia, mas passavam porque os respetivos professores preocupavam-se muito e queriam ver os seus alunos a brilhar, pois é.

Irene: Portanto, depois da independência, o senhor não teve nenhum problema, ficou integrado no Estado?

Carlos: Sim, eu até estava integrado antes da independência.

Irene: Sim, mas houve aquelas mudanças depois da independência, mas continuou aqui em Inhambane.

Carlos: Sim.

Irene: Sim, gostei muito deste desenvolvimento, este depoimento foi muito bom, explicitou-me e já tenho informação que, de certo modo, não a tinha da forma como o professor me expôs, portanto, estou muito agradecida. Agora que está aqui, tem alguma atividade?

Carlos: Sim, tenho alguma atividade, estou numa formação de assessoria e imagem.

Irene: Aqui no Conselho, isto é o Conselho Municipal?

Carlos: Sim aqui no Conselho Municipal.

Irene: Portanto, é uma atividade que tem que estar aqui diariamente?

Carlos: Eu fui presidente da Assembleia Municipal, o meu mandato terminou no ano passado mas o meu presidente convidou-me para trabalhar aqui na comunicação e imagem portanto, estou neste momento a participar nessa formação.

Irene: Mas não a tempo inteiro?

Carlos: Não, não.

Irene: Muito obrigada, agradeço muito.

Carlos: Não tem nada que agradecer, a gente tem que dar aquilo que tem, oxalá que eu tenha sido útil.

Irene: Foi, foi. A entrevista está terminada.

## **Informante nº 29 – Paulo Sueia (IPS-91)**

Data da entrevista: 02.07.2014

Duração da entrevista: 41 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Um ancião culto e com memória excelente para relatar a sua história de vida e o seu percurso académico e profissional desde 1933. Ano em que iniciou o ensino rudimentar na Missão Nazarena de Tavane e tendo, posteriormente, ido a Ricatla com o intuito de lá concluir o ensino complementar, o que não foi possível devido ao encerramento da escola da Missão Suíça, em Ricatla, pela tropa da cavalaria portuguesa. Trata-se de um acontecimento relevante, diria mesmo, histórico, o qual nenhum outro informante relatou. A sua passagem nos exames do ensino primário português em Moçambique, do ensino primário e secundário inglês na Suazilândia, e do curso de contabilidade na África do Sul, que o habilitou a ficar em 1.º lugar no concurso à vaga de contabilista nas minas da África do Sul, tudo isto, ilustra bem a capacidade intelectual de Moisés. A recusa do governo português em Moisés regressar a África do Sul para ocupar o cargo de contabilista, com direito a casa familiar e viatura, ditou a sua permanência em Moçambique, onde foi integrado como revisor de bilhetes dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia, vovô Sueia.

Sueia: Bom dia.

Irene: Oh, agradeço imenso este privilégio que me concedeu e a sua cunhada, aqui, que me trouxe para aqui porque eu não conhecia o senhor, não conhecia o senhor porque já lá vão muitos anos, se calhar. E o propósito da minha visita é o seguinte: eu estou em Portugal, é lá onde resido, atualmente estou em Moçambique. Vim a Moçambique para realizar uma pesquisa sobre o ensino colonial, concretamente, o ensino primário rudimentar conforme ministrado ou lecionado pelas missões protestantes e, neste caso, tendo conhecimento que o senhor é já daquele tempo, gostaria que me facultasse informação sobre esse tipo de ensino rudimentar, o que é que era, como é que era lecionado, os programas de ensino, e como é que se distinguia esse ensino, quais são os aspetos que distinguiam esse ensino com outro tipo de ensino da época. Portanto, agradecia da sua própria experiência vivida ou mesmo daquela observada e, por outro lado, também dado que estou estudando sobre missões, daquilo que sabe, a comparação do ensino onde o senhor estudou e das outras missões. Sinta-se à vontade se houver qualquer questão pode-me perguntar e eu também, à medida que for necessário irei colocando as questões, sinta-se à vontade, aqui não há restrições de tempo nem de nada.

Sueia: Muito obrigado, eu chamo-me Moisés Paulo Sueia. Eu comecei a estudar o ensino colonial em Tavane no ano de 1934. Foi lá, então o que notei o que é diferente é isto: o português branco não é, começava na 1.ª classe e nós os indígenas começávamos na Cartilha Maternal, havia Cartilha Maternal, João de Deus, e 1.ª parte, depois era durante um ano, depois no outro ano você ia na Cartilha Maternal, 2.ª parte já, é que então podia começar na 1.ª classe, está a ver a diferença?

Irene: Estou a ver.

Sueia: Enquanto os brancos começavam logo na 1.ª classe como estamos a fazer agora. Eu vi a diferença ali mas no estudo você saia na 1.ª parte livro escrito, os livros eram escritos por João de Deus e quando acabar Cartilha Maternal 1.ª parte no fim você já sabia ler e escrever, íamos na 2.ª parte enquanto já estamos bem batidos e no 3.º ano é que então levávamos a 1.ª classe; isto significa que quando começar juntamente com um branco ali ele já estaria à frente enquanto nós íamos na 1.ª classe ele já ia na 3.ª classe, ia na 3.ª classe porque começava logo 1.ª, 2.ª, 3.ª e vai se embora, nós era 1.ª parte, 2.ª parte é quando vais na 1.ª classe, é a 1.ª diferença que eu vi e ali de facto os professores estavam bem preparados, ensinavam bem tudo mais e quando passar a 1.ª classe ia para a 2.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe rudimentar para nós aqui mais um atraso, rudimentar, e isso fizemos, quando passar 3.ª classe rudimentar é que ia na 3.ª classe elementar, está a ver? E agora ia na 4.ª classe, admissão ao Liceu e à frente. Ai para nós acabávamos na 4.ª classe era 2.º grau, acabávamos aí no 2.º grau só quando for assimilado agora é que você passava para frente, esta, a diferença do ensino colonial foi essa. E quando, isto foi em parece 1939 ou 40 não sei, começaram tirar, quer dizer, o ensino oficial já para nós os indígenas não tínhamos, não íamos nas escolas oficiais não, estudávamos isto é muito interessante, os padres começaram controlar as escolas quando você não sabe a doutrina não passa a 3.ª classe



rudimentar nada não vais passar, tem de estudar, aquilo não é não é dicionário é catecismo eu queria dizer, quando você não conhece catecismo não ia fazer o exame. Nós fomos os primeiros a fazer o exame com, na escola, na Missão Católica em Mangunze. Fui eu e aí era muito restrito, éramos muitos na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar mas fomos escolhidos dois só (ri-se) por ver que não íamos passar, eles duvidavam porque aquilo saiu de repente e quando fomos lá como nas nossas missões o prof. Machava tinha explicado que vocês tem que seguir aquilo que nós ensinamos na Bíblia, segue aquilo se passam ou chumbam agora é que vamos requisitar os livros deles e mesmo seguimos aquilo quando fomos fazer exame nós os dois passamos, reprovaram os que estudavam o catecismo, nós passamos, e depois viram que eh como o ensino está assim mandaram-nos na Ricatla nós os dois eu e o José Langa, fomos a Ricatla e parece éramos três fomos eu e o José, um era o João Mtetwa, Malolongane, e fomos lá, quer dizer quem foi para Ricatla fui eu e o José Langa e lá também vimos que pelas dificuldades disto eles você ia logo na 3.<sup>a</sup> classe elementar A, segundo ano 3.<sup>a</sup> classe elementar B e passava e agora estava pronto, e fazia 2.<sup>o</sup> grau logo, mas acontece que por causa disto eles descobriram que ali ensinavam muito mais os suíços, o que fizeram? Em 1940 (ri-se) veio um grupo, quer dizer, é batalhão de tropa cavaleiros para, quer dizer, para apanhar qualquer aluno que seja encontrado ali porque diziam que os alunos ali estudam mais e são políticos. Eh pá, sorte os missionários souberam isso disseram que *amanhã vocês tenham cuidado quando a gente tocar campainha vocês fogem*, a nossa sorte é que Ricatla é redondo assim e o resto é uma mata grossa. E então aconteceu meio-dia quando a gente saia das aulas e quando começamos a comer ouvimos a campainha eu mesmo que falo saltei pela janela, saltamos pelas janelas e fugimos, entramos no mato quando chegaram os cavalos ali, *onde estão os alunos?* Ah *eles viram vocês vindo dali porque é planície ali pode se ver bem e eles fugiram logo*. Bom, está bem, tiraram papelinhos colaram em todas as casas *encerrado*, pronto, a escola estava encerrado porque ensinava mais do que a medida, não queriam que isso fosse, por azar não queriam ver isso e depois viemos cá em Covo aqui na Missão Suíça. Bom, eles nos arranjam uma escola particular para a gente acabar o 2.<sup>o</sup> grau e de facto conseguimos acabar, conseguimos acabar aqui e quase mas eles descobriram de que nós íamos fazer exame aqui nós que fugimos de Ricatla e o exame eh eh era tão pesado, tão pesado que eu não sei, e o que aconteceu nós todos vindos de Ricatla passamos todos, chumbou muita gente nesse ano, e foi em 1942 hein, tchê!

Irene: O exame de que classe, 4.<sup>a</sup> classe?

Sueia: Ya.

Irene: 2.<sup>o</sup> grau?

Sueia: É 4.<sup>a</sup> classe mesmo é mesma coisa, e depois como é isto? Pronto quando a gente passa o 2.<sup>o</sup> grau já o resto não posso contar a minha história porque já não pertence ao ensino colonial o que aconteceu.

Irene: Mas depende, se pertence...

Sueia: É bolsa de estudo que eu tinha.

Irene: Pode contar, interessa-me isso.

Sueia: Porque tinham-me escolhido que eu fosse à Suíça estudar continuar com a teologia lá na universidade porque aqui conseguimos tirar o ensino médio de teologia.

Irene: Onde, em Ricatla?

Sueia: Sim. E depois o meu amigo, que era da Missão Suíça, o Novidade foi a Brasil ele também tinha bolsa de estudo, eu perdi porque os missionários quando ouviram levaram me para a Suazilândia e pronto então ficou estagnado mas o ensino era assim como ensinavam e quando começou a ensinar e também o que notei é melhor dizer porque a missão católica quando começou a ensinar andavam aqueles jovens mais adultos não é, a apanhar os alunos à força para ir estudar, quando você faltar são palmatoadas aí que vais ter e tudo isto mas o ensino já quando foi a missão católica houve diferença daquilo que a gente vinha estudando, já abaixou um bocado, é aí onde é que vimos a diferença, de resto quando vinha era ensino oficial porque estudávamos juntos com brancos ali na escola.

Irene: Estudavam juntos com brancos?

Sueia: Ya.

Irene: Quando, até quando?

Sueia: Quando você está no 2.<sup>o</sup> grau não havia divisão já aí.

Irene: Mas isso foi onde, qualquer lado, aqui em Lourenço Marques, ou quê?

Sueia: L.M. aqui mas que segregação havia também porque havia lugares, olha esta escola aqui ensino secundário era para meninas brancas isto era coisa Dona quê da Costa Portugal, esta escola

porque quando estudávamos juntos ali no Liceu Salazar onde já é Josina Machel os rapazes andavam a conquistar as raparigas e aqueles os engenheiros, doutores reclamaram e fizeram esta escola para que estudasse somente as raparigas, D. Ana da Costa Portugal, mas não chegou a funcionar porque a independência veio logo, encontrou a escola enquanto está em via de acabamento. O ensino colonial ensinar ensinavam não podemos dizer que não ensinavam, ensinavam porque quando você passa I parte já podia ver, ler, só que para nós tinha uma coisa que eles punham, barreira de que estudar 1.<sup>a</sup> era o livro de João de Deus I parte, o João de Deus II parte, ainda não é contado como nada e agora vais começar mais uma vez na 1.<sup>a</sup> classe, faz a 2.<sup>a</sup>, faz 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e torna repetir agora a 3.<sup>a</sup> classe elementar, está a ver, depois é que faz 4.<sup>a</sup> classe e aí pronto acabou. Quando você não for assimilado acabou já não pode continuar.

Irene: Pois é, a informação é interessante ouvir, vários aspetos me interessaram, por exemplo, aquele caso que me falou...

Sueia: Olha lá também havia isto: você podia ver bichas e bichas das crianças que foram apanhados para não ir nas missões protestantes porque também nas missões protestantes haviam escolas, quando apanhar pronto você devia ir estudar na missão católica, era à força. Aqueles que não tiveram sorte tiveram que ir estudar.

Irene: E diga-me, disse-me que faziam 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> classe, mas será que sempre fizeram as missões, por exemplo, em Tavane também davam aulas da 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> classe?

Sueia: Em Tavane 4.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe elementar, começou com o meu vovô Beca, o vosso era porque o prof. Banze, James Banze estava em Xai-Xai, já ensinava no governo, ah não sabe disso?

Irene: Por acaso não sei.

Sueia: Eu entrei ali enquanto ele já tinha, não o encontrei foi quando ele saía eu entrava na missão em Tavane, só ele quando vir de férias entrava ensinar cantar, cânticos como tem aquele dom de cânticos.

Irene: Ele era professor no Xai-Xai, na escola do governo...

Sueia: Oficial.

Irene: Ah sim!

Sueia: Ensinava na escola oficial, não ensinava nestas escolas.

Irene: Mas se era negro, ensinava nas escolas oficiais, mesmo assim?

Sueia: Se ele era assimilado? Isto de que era negro, havia muitos desses professores assimilados, conheço outro que não quis quando foi chamado pelo Sr. administrador para lhe ajudar traduzir disse eu não sei falar língua do cão, ri-se.

Irene: Ah sim, um professor negro?

Sueia: Como era um bocado claro, só por questões de segurança não posso dizer o nome eh pá não podes falar língua de cão! Foi triste.

Irene: Ah, portanto na missão de Tavane foi ele que introduziu a 3.<sup>a</sup> elementar e 4.<sup>a</sup> classe, dava aulas ali?

Sueia: Sim, quando veio do Norte ou do centro não sei se esteve em Quelimane ou onde, ya, ele é que introduziu.

Irene E agora os exames, estou interessada em saber, esses exames de 3.<sup>a</sup> rudimentar, 3.<sup>a</sup> elementar...

Sueia: Eram feitos no governo aí, nós fazíamos em Manjacaze.

Irene: 3.<sup>a</sup> rudimentar?

Sueia: 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, elementar em Tavane não havia, isso nós fizemos em Ricatla e tudo mais.

Irene: Ricatla é que tinha isso tudo?

Sueia: Ricatla tinha, Ricatla tinha, chamava-se colégio ali, Colégio de Ricatla.

Irene: Colégio de Ricatla. Lembra-se dos professores missionários lá de Ricatla, quem eram?

Sueia: Eu conheço o, quem era grande M. Catan.

Irene: Quem?

Sueia: Munir Cataneio.

Irene: Missionário?

Sueia: Missionário suíço, ele é que dirigia quando eu estive lá.

Irene: Chegou a ouvir falar de um chamado Junod, Henri-Junod?

Sueia: Ah sim, esse era grande! Ya foi, Junod era grande esse!

Irene: Era grande esse?

Sueia: Mesmo era conhecido na África do Sul também, hein Junod esse foi grande homem!

Irene: Foi grande porquê, o que é que fazia?

Sueia: Os seus trabalhos.

Irene: Que trabalhos é que tinha?

Sueia: Fez livros, livros de Shangane, trabalhou muito esse.

Irene: Livros sobre quê?

Sueia: Sobre isto é, Changane aqueles livros traduzir Bíblias.

Irene: Junod?

Sueia: Sim, ele, Missão Suíça fez muita coisa, estas bíblias que ainda temos, graças a eles.

Irene: E depois, há outro missionário que ouvi falar, André-Daniel Clerc, não sei se conheceu?

Sueia: Ah, foi meu professor esse.

Irene: Ah sim!

Sueia: Aquele foi meu professor, André-Clerc, ah foi o meu grande professor aquele.

Irene: Em que classe?

Sueia: 1.º grau e depois 2.º grau foi um português que ensinava nos liceus que tinham porque éramos corridos de Ricatla não é tínhamos que arranjar professores particulares, havia aqueles brancos políticos também que não queria o governo de Salazar.

Irene: Havia brancos que não queriam o governo de Salazar.

Sueia: Hein Portugueses?!

Irene: Ah sim!

Sueia: Havia políticos contra, que eram contra, mas ensinavam muito, ensinavam muito.

Irene: Quem, esses brancos políticos?

Sueia: Hein, não, não, não.

Irene: O que é que ensinavam então eles, mais?

Sueia: Quer dizer, o nosso estudo...

Irene: No exame, o que é que saía concretamente, geralmente esse exame de 3.ª rudimentar, 4.ª classe?

Sueia: Vou dizer por exemplo na gramática, você tem que saber fazer análise lógica, saber bem, bem, bem aquilo e além disso havia muita outra coisa a gramática apertava muito por quê? Utilizávamos uma gramática que dizia que era do 1.º e 2.º ciclo, tínhamos que estudar aquela matéria mesmo aquela para prevenir nos exames.

Irene: Era a missão que dava isso?

Suei-a: A, a maior parte dos políticos aqui saíram da Missão Presbiteriana e lá para Inhambane também é na Missão Metodista e Metodista Livre.

Irene: Portanto, os exames faziam no governo?

Suei-a: Sim, sempre é no governo quem fazia exames hei você não podia fazer os seus exames, o governo é que lhe dava tudo, controlava tudo.

Irene: Quer dizer, iam à uma escola oficial, como é que era?

Suei-a: Era o governo também até a escola oficial é por isso que nós para fazer os exames era nas escolas oficiais só quando passou para a missão católica é que íamos fazer exame já nas missões católicas.

Irene: Mas do resto, então, acha que aquele ensino foi bom?

Suei-a: O ensino português ensinava muito e também não brincavam quando você não estudar era palmatoadas.

Irene: Ah sim!

Suei-a: Não deixava e por isso aqueles que estudaram nesse tempo, eh pá, aproveitaram, levando um aluno que estudou agora isto de coisa de frações ah, ah, ah, eh, eh, um aluno que está no 10º não sabe aquele que fazia aquele que estudava a 4.ª classe ou 2.º grau.

Irene: E no seu caso, fez a 4.ª classe e continuou depois da 4.ª classe?

Sueia: Continuei nas escolas particulares aqui, mas ao fazer exame exigiram bilhete de identidade como assimilado, os pais mandaram-me para a Suazilândia só continuei, estudei o ensino primário aí ensino secundário em Manzini e depois fui na África do Sul fazer contabilidade.

Irene: E ficou lá, ou vinha e ia?

Sueia: Lá fiquei trabalhar eu vim cá, eu vinha só assim mas quando fui apanhado porque já andavam à minha procura porque eu o meu pai e os missionários arranjam-me licença aqui, pediram licença para que eu fosse estudar, fui lá na Suazilândia como estudante já me procuravam em 1962 quando voltei estive na contabilidade isto é fizemos concurso.

Irene: Aqui em L.M.

Sueia: Lá, da contabilidade sobre coisa estatística.

Irene: Lá onde, na Suazilândia?

Sueia: Não, na África do Sul onde nas companhias de ouro querendo saber como é que vamos tratar esses países novos, países independentes e depois concorremos sem eles pensar eu classifiquei em 1.º lugar! Os boers disseram que eh pá, tenha paciência esses prémios disto você não pode ter vai levar a tua família nós damos-lhe licença levar a família está cá a casa, está cá o carro, vai levar a família é que você vai ter os prémios, quando cheguei cá já me procuravam também pronto você tinha que ir no quartel pedir licença de voltar e tudo ah, aquilo perdeu, aquilo perdeu mesmo.

Irene: E não pôde regressar, não?

Sueia: Não, não podia como? Eu disse que onde vou trabalhar não nós arranjamos qualquer trabalho vamos-te colocar nos caminhos-de-ferro à força. Puseram-me a mim como revisor de bilhetes.

Irene: Em que ano?

Sueia: Em 1963, em 1963, o estudo, o ensino foi assim, terminava no 2.º grau quando não ser assimilado só quando ser assimilado ah era fácil.

Irene: E para ser assimilado era difícil?

Sueia: Tinha que ter idade a partir de 18 enquanto você esta a trabalhar bem e como mesmo tendo 18-19 anos eu já tinha 19, mas quando o pai não tem aquela força de ter taco para fazer todos os documentos pronto.

Irene: E então foi trabalhar nos caminhos-de-ferro, quanto tempo trabalhou?

Sueia: Trinta anos.

Irene: Quando se deu a independência estava nos caminhos-de-ferro?

Sueia: Sim, trinta anos e alguns meses.

Irene: E então quando é que se reformou?

Sueia: Em 1991 pela idade, mas já tinha feito 30 anos.

Irene: Portanto, quando se deu a independência não houve mudança, continuou a trabalhar fazendo o mesmo serviço, não houve reestruturação, não?

Sueia: Não, só, quer dizer mudanças houve ali porque muitas coisas onde ficavam os portugueses nós tomamos parte porque muitos colonos foram se embora, deixaram vagas abertas.

Irene: Acho que a informação que me deu é bastante rica. Há uma coisa que queria perguntar, mas já me disse, os professores ali de Ricatla eram suíços?

Sueia: Não, havia eu vi um que era moçambicano, mas o resto eram estrangeiros por exemplo, Miss Bogg era suíço-russo, diziam que é russo, mas parece que nasceu na Suíça, ele.

Irene: Como se chamava?

Sueia: Boxe era nossa professora, ali eram eles a ensinar hein, eram eles.

Irene: Pois é.

Sueia: E muitas coisas era raro encontrar um professor negro a ensinar 4.ª classe, era ensinar até 3.ª classe rudimentar só quando for assimilado ah aí não havia barreiras.

Irene: E do meu pai, disse o que é que soube? Disse que esteve no Xai-Xai.

Sueia: Só quando ele reformou veio para a casa, ele quando saiu ele ficou muito aí porque aquela missão era Missão Metodista aí em Tavane, como os metodistas tinham outra missão em Cambine e quando a Missão Nazarena andava muito preocupada para ter coisa sede então eles ofereceram que comprassem aquela missão e de facto compraram e o Banze passou para nós já Missão Nazarena, era da Missão Metodista. Tinha uma residência aí na missão.

Irene: E foi nessa altura, então, que ele começou a ensinar ali na missão, ou não?

Sueia: Ensinou antes, era professor quando ainda era metodista e quando passou para nazareno ensinava também mas houve tempo em que ele passou a ensinar nas escolas oficiais porque tinha direito para isso também o taco era melhor do que ficar a ensinar 3.ª classe rudimentar, cá fora as escolas ensinavam somente até 3.ª classe rudimentar, elementar já era nas escolas oficiais.

Irene: Olha, agradeço muito! Já recolhi muita informação, é bastante rica pela antiguidade porque o senhor, neste caso, dá-me, por exemplo, aquela história que me contou a dos cavaleiros que apareceram em Ricatla, é a primeira vez que estou a ouvir isso.

Sueia: Oh eu próprio saí pela janela naquele tempo.

Irene: Apareceram cavalos, mesmo cavalos, tropa em cavalos!

Sueia: Cavalos, nós chamávamos *vamatangulane* nós chamávamos aqueles soldados *vamatangulane* hein esses eram maus mesmo aqui quando eles andarem a fazer fiscalização de passes ah oh, você não brincava com eles nada. Ah fugimos e entramos no mato.

Irene: Muito obrigada então, agradeço imenso, e está aqui a viver sozinho ou tem pessoas?

Sueia: Tem pessoas, mas saem de manhã, vão.

Irene: Desculpe-me por fazer esta pergunta, é viúvo já?

Sueia: Não, a minha esposa está em casa a fazer machamba.

Irene: Oh!

Sueia: Temos machamba lá só que eu não fico lá por causa das doenças e agora ela vem sempre.

Irene: E que idade tem ela, a sua esposa? Oh, já agora, a sua idade, que idade tem?

Sueia: Eu fiz 91 neste ano.

Irene: Ena! E a sua esposa?

Sueia: Menos dez.

Irene: Mas mesmo assim, graças a Deus. Os filhos já são criados todos, netos?

Sueia: Ah sim, o outro mais velho é esse Paulo que era diretor é até agora é diretor do campo, mas em dezembro vai reformar também.

Irene: Olha muito obrigada, que Deus continue a lhe guardar assim, pois pelo seu estado físico não parece que é de muita idade.

Sueia: Já estou debilitado, eu ninguém me conhecia mesmo só quando houve essa porrada que eu disse, senão eu fazia tudo aqui em casa fazia tudo, se eu pudesse andar até ali, é porque quando ando está mal, olha sou eu que estou a varrer.

Irene: Sim, tem que mexer o corpo.

Sueia: E quando está assim eu ando com uma cadeira e quando vejo que já não aguento fico.

Irene: Não tem canadianas?

Sueia: Não.

Irene: Eu vejo em Portugal as pessoas idosas andarem com canadianas e isso ajuda muito, os seus filhos não lhe podem arranjar canadianas?

Sueia: Eu ainda tenho fé que ainda vou ficar melhor.

Irene: A entrevista está terminada.

Sueia: Foi pena que não encontrou ninguém aqui em casa.

Irene: Fica para a próxima.

## **Informante nº 30 – Abel Guambe (IAG-80)**

Data da entrevista: 02.07.2014

Duração da entrevista: 41 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Nascido em 1934, Guambe iniciou o ensino primário em 1946, e em 1952, com a 4.<sup>a</sup> classe concluída, foi nomeado professor do ensino rudimentar na sua aldeia pelo arcebispo D. Teodósio Clemente de Gouveia, uma atividade que exerceu durante treze anos. Posteriormente, e até à independência de Moçambique, foi trabalhador agrícola por três anos, tendo aproveitado a ocasião para tirar a carta de condução. Veio para Lourenço Marques em 1968 e conseguiu um emprego como motorista do projeto de construção da barragem de Massingir, como motorista do pessoal de construção de linhas de alta tensão para Cabora Bassa e, eventualmente, ligado à equipa de topógrafos.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Olha, muito bom dia senhor..., não sei como é que o trate!

Guambe: Samuel José da Cruz.

Irene: Sr. Cruz.

Guambe: É Guambe.

Irene: É Guambe?

Guambe: Sou do apelido Guambe, mas por causa das informações que lhe vou explicar, sou Samuel José da Cruz.

Irene: Então prefere que eu o trate por Sr. Guambe ou por Sr....

Guambe: Bom oficialmente não sou Guambe porque não consta nos documentos, mas Guambe é a minha tradição familiar, toda a família Guambe sou eu o mais velho.

Irene: Sim senhor. Olha, agradeço muito o privilégio que me concedeu de vir aqui entrar em sua casa, para já, não nos conhecemos, foi a primeira vez, antes de ontem, que o vi ali.

Guambe: Na segunda-feira.

Irene: Pois, na segunda-feira, e transmiti-lhe o meu desejo de vir aqui em sua casa para conversarmos e o senhor logo aceitou o meu pedido e recebeu-me abrindo a porta. Agora vou explicar renovando o meu pedido que expliquei, assim mais ou menos em resumo. Eu sou residente em Portugal por causa dos estudos, mas atualmente estou em Moçambique a realizar uma investigação no âmbito dos estudos que estou fazendo em Portugal que é sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino primário rudimentar. No contexto do ensino primário rudimentar, estou interessado em saber como é que as missões lecionavam esse ensino, neste caso, os padres ou os pastores, e estou a tentar procurar junto de pessoas que conhecem esse ensino diretamente ou indiretamente, isto é, conhecem o ensino primário rudimentar porque foram alunos ou porque foram professores, quer dizer, por observação ou por experiência vivida; e é por isso que, tendo tido conhecimento que o senhor faz parte de um desses grupos, gostaria que me explicasse tudo o que se lembra da sua experiência sobre o ensino primário rudimentar: o que é que é, era para quem, quais eram os objetivos, a sua relação com outro tipo de ensino, porque se há ensino rudimentar significa que haveria outro tipo de ensino. Sinta-se à vontade, não há restrições de tempo.

Guambe: Muito obrigado pela sua comparência, muito obrigado, obrigadíssimo. Eu vou explicar naturalmente. Em 1946 o meu pai mandou-me para o distrito de Zavala frequentar numa escola doméstica do sr. Elias Mavuso Cuamba. Frequentei a 1.<sup>a</sup> classe, depois em 1948 deu-me um lugar para a 3.<sup>a</sup> classe onde fiz exame do ensino primário rudimentar no dia 28 de junho de 1948. Em 1949 continuei a 3.<sup>a</sup> elementar, mas quando fui me apresentar para fazer exame de admissão para a 3.<sup>a</sup> elementar padre Luís Feliciano dos Santos que estava na Missão de Sto. António de Mavila não me admitiu com os meus colegas porque éramos de uma escola privada não missionária, perdi o exame da 3.<sup>a</sup> elementar. O meu pai mudou-me para Banguza onde frequentei a escola da 3.<sup>a</sup> elementar, fiz exame em 1950, 3.<sup>a</sup> elementar fiquei aprovado com 13 valores. Voltei para Mujowoti de onde sou natural o meu pai deu-me 200\$00 de gratificação fiz 50 km a pé para ir comprar a roupa mais barata em Inharrime. Veio o Sr. padre para fazer reunião na escola perto da casa, o meu pai perguntou se havia lugar no internato para eu frequentar a 4.<sup>a</sup> classe. O trabalhador Manuel de Oliveira já falecido disse, a sua casa é perto? O meu pai disse é ali, vai buscar então a manta e a esteira então a minha mãe estava na machamba cheguei ali com o meu

pai matou uma galinha, assou de qualquer maneira e tirou amendoim já escolhido para semente assou um bocadinho que é para fazer merenda fui para a missão em 1950 nos meses de agosto e setembro fiquei no internato. Em 1951 perdi exame da 4.<sup>a</sup> classe porque o Sr. Padre Sebastião Sabino era preguiçoso, até disse que se ele soubesse que vinha para África ensinar os pretos não vinha, então em 1951 perdi o exame da 4.<sup>a</sup> classe porque o padre era preguiçoso, substituiu o padre Francisco José dos Santos que formou muitos alunos, ensinava muito bem, sempre que mandava para o distrito de Inhambane ficavam aprovados então foi transferido o Padre José dos Santos e substituído pelo padre Sebastião preguiçoso. Em setembro de 1951 fui nomeado pelo professor Filipe António Macauze que vinha da EHPI do Alvor em Manhiça para ensinar na 4.<sup>a</sup> classe. A partir daí é como se um livro ficasse aberto e quer dizer, aquilo que eu aprendia ao professor Elias hei, parecia mesmo uma coisa súbita para mim. Então em 1952 no mês de Junho fiz exame da 4.<sup>a</sup> classe do ensino primário complementar na companhia do Sr. Pascoal Mocumbi, ele tinha 12 eu tinha 16 anos, ele era (...) os pais eram trabalhadores continuou o ensino liceal e eu fui para casa porque o meu pai faleceu em fevereiro dia 25 de 1952 mas os padres tomaram conhecimento de mim porque estava no internato vieram-me pôr como professor do ensino primário rudimentar em Mujowoti e mandaram requerimento ao auxiliar do arcebispo D. Teodósio Clemente de Gouveia e a minha nomeação veio em novembro de 1952 como professor do ensino primário rudimentar a ganhar 350\$00. Passei muito mal porque na zona onde nasci ninguém supôs que eu podia ter um desenvolvimento já, Paulo, esse falecido Paulo teve um filho que já ensina os outros vocês não vão para a escola. Munjowoti, Xicongondzeni, Macongweni, Mulunguni Xilosalini são áreas que eu devia ter um movimento maior de alunos, mas só apanhava 15 ou 20 alunos por dia e para apanhar 50 alunos era preciso andar a apanhar mandriões! Por isso, no período de 1952 até 1957 lecionava em Mujowoti na minha terra natal, eu falei com o padre superior eu disse ninguém pode ser profeta na sua terra e ele transferiu-me para a escola de Mangorro, em Mocumbini, ele disse vais ser transferido para Mangorro tem poucos alunos mas não deixa de trabalhar por serem poucos alunos trabalha bem como vieste a trabalhar e fui transferido mas casei no dia 31 de julho de 1955 em Mujowoti como professor e depois do meu casamento já como casado passei a ganhar 400\$00. Quando foi pela experiência para Mangorro depois de 5 anos passei a ganhar 500\$00 mas havia um posto agrícola onde estava um mecânico a ganhar 1.500\$ por mês um mecânico, ele disse, não, sr. professor, eu vou-te ensinar conduzir que é para sair dessa desgraça de 500\$ eh pá pelo menos vais ganhar menos como condutor mas António Baptista de Abreu era da PIDE quando me viu a conduzir ficou aborrecidíssimo e de repente manda-me embora do professorado para dar lugar a um que vinha da Manhiça da Escola de Habilitação de Professores Indígenas eu não senti dor nenhuma fiz uma horta onde produzia cebola em excesso, tomate em excesso, vendido a 1\$50 ou 2\$00 em troca de mercadoria. Comecei a agarrar-me na agricultura, tinha uma machamba ali onde eu lecionava, tirei uma mandioca com 2.20 m que pesava 10 kg! A minha passagem incerta isso não é ouvir dizer são coisas concretas e então tirei carta de condução em 1967 e depois de tirar carta de condução trabalhei no posto agrícola a ganhar 800\$00 em vez de 500\$00 e depois veio um português que tinha loja arrancar-me ali para ganhar 1.000\$00 e depois de acabar a comercialização diz hei Samuel agora passa para 800\$00 porque não apanhamos nada na loja; eu ali lavei as mãos dizer muito obrigado, vou procurar emprego, vim para L.M. em 1968, fui nomeado como motorista e mandaram-me para a brigada que fazia estudos da barragem de Massingir, trabalhei com um colono que dizer, um regente agrícola chamado António Pereira Veloso era regente agrícola que fazia estudos da barragem, não era boa pessoa. Tínhamos duas viaturas lembro que quem conduzisse o carro dele era obrigado a limpar o volante e a alavanca porque o preto é que pegou; mas com muita paciência eu resignei não tive preocupação nenhuma eu fazia tudo aquilo depois de termos feito o estudo mandaram-me para o norte com ele, estive em Gurué, estive em Boroma, passamos para Montepuez concretamente em Balama então quando a província de Pemba era distrito de Porto Amélia. Ali onde era revolução nacional na 24 de julho era o nosso escritório. O nosso engenheiro Manuel Tavares Gomes de Sousa Lobo mandou bilhete de avião para Porto Amélia que é para deixarmos os carros lá e apanharmos o avião para passarmos o Natal com a nossa família. Arrancaram, esse António Veloso com Carlos da Silva Pimenta arrancaram o meu bilhete de avião, venderam a um português, disseram que o preto nunca subiu um avião. Eu viajei no navio Pátria em 1970 e apanhei em Porto Amélia quando era distrito, no dia 28 de dezembro de 1970. No dia 2 atracámos aqui. Está a ver, não é? Essa é a minha vinda para cá. O engenheiro Sousa Lobo ficou chateadíssimo porque é que esse condutor que só ganhava 1.800\$ não tinha subsídio ninguém soube explicar, então o engenheiro Sousa Lobo ficou chateado falou com um gerente da empresa técnica de levantamento de

areias disse *olha eu tenho o meu condutor que está habituado à vida do campo se tiver vaga admite-o*. Fiquei admitido na empresa técnica de levantamento de areias no dia 14 de abril, se não estiver em erro, de 1971 e transferiram-me para Malvénia que era para fazer transporte do pessoal que ia abrir a linha de alta tensão para Cabora Bassa. Apanhei o comboio internacional que comunicava Moçambique com Rodésia então desci em Malvénia; Malvénia fui para o acampamento da empresa. Cheguei ali estavam preocupados não conseguiam descobrir o marco que vai fazer trabalho em ligação com as linhas da África do Sul.

Irene: O barco?

Guambe: Marco. Então o topógrafo Sérgio Machado Durão diz *o senhor acaba de entrar, mas temos que apresentar a nossa preocupação há um marco que não conseguimos descobrir para iniciar os nossos trabalhos, ajuda-nos*. Eu disse, “Sr. Durão, dá-me 200\$00 eu vou à loja comprar qualquer coisa”. Deu-me 200\$00 fui comprar açúcar, farinha, sal, pão e 10 litros de surra. Andei à procura de um homem idoso com cerca de 70-80 anos. Disseram, *ah está aí, vai assim está ali àquele senhor*, eu fui no carro da empresa chego ali quando desci ele veio cumprimentar-me disse eu sou hóspede da casa, portanto chama a sua esposa para vir ter comigo. Chamou a esposa eu disse descarrega o que trago e traz um copo então aquela surra e disse vamos beber quando estávamos no terceiro copo perguntei aquele velho se conhecia algum marco aqui à volta. Aquele velho disse ao neto vai com este senhor ali naquela montanha não leva o carro porque não há entrada vai-lhe mostrar aquele marco. Então mostraram-me tirei o número, descrever com a motosserra fui continuar tomar aquele líquido e disse olha aquilo que eu trouxe é para o senhor comer não posso acabar a bebida bebam à vontade, aquilo que estou a procurar é porque estão para fazer ligação de alta tensão para a Cabora Bassa não é nenhum mal e então ele concordou e fui ao acampamento. Aquele topógrafo quando me viu perguntou-me se tinha sucesso eu disse que hei ficou muito contente, no dia seguinte começaram a fazer o trabalho de alta tensão para Cabora Bassa! O trabalho que fizemos até ao Rio Save é onde terminava os meus trabalhos está a ver, isso tudo no tempo colonial, em 1971. Eu ganhava 1.800\$ de ajudas de custo, que era o meu vencimento mas o gerente viu os meus trabalhos e disse olha o Samuel deve ganhar tal qual como o topógrafo portanto um topógrafo tem 220\$00 por dia ele também tem de ter isso e subsídio, quanto ao vencimento era, primeiro entrei com 5.000\$00, passei para 6.000\$00 no tempo colonial. Para eu estar aqui até agora é porque a nossa empresa foi nacionalizada quando nacionalizaram a empresa todos os topógrafos os de grande confiança cada qual foi à sua vida.

Irene: Depois da independência?

Guambe: Isso foi no dia 25 de outubro de 1975 então eu passei para a letra S a ganhar 5.050\$00, a minha vida ficou totalmente desfeita, mas estávamos nesta casa desde, foi antes, alugamos, pagávamos 1.400\$00 em 1977 agosto para aqui até hoje. Fui para a machamba estatal da Moamba perto do Destacamento Feminino como condutor.

Irene: Depois da independência?

Guambe: Depois da independência reduzido aquele vencimento que eu tinha os subsídios que eu tinha, a ganhar 5.000\$00 é a minha vida essa. Então a comissão administrativa reuniu-se e disse eh pelo menos vamos pagar 8.500\$00 o Samuel tem filhos, começaram a pagar-me 8.500, um diretor disse não eu vou pagar 12.00\$00 ao Samuel se alguém quiser me mandar embora pode-me mandar embora, aparece outro disse que não, o Samuel tem direito de ganhar 16.000\$00. Está a ver? É assim a vida eu como professor trabalhei mesmo treze anos até agora podemos ligar para um dos meus alunos que já reformou está agora em Zavala a trabalhar muito amigo se ligar-lhe agora dizer estou aqui com o teu professor ele vai dizer o meu professor é Samuel José da Cruz, que está com ele aí? Sim, é ele oh não sei como é que ele foi encontrar consigo. Passei a vida colonial, está a ver as coisas que eu passei. Perdi o avião porque era preto tirei carta de assimilado quer dizer o pedido de assimilado porque o preto não podia tirar carta de condução, o assimilado é que tinha direito por isso passei muito tempo com caderneta indígena e para ter o B.I. já para poder ter a carta de condução.

Irene: E não lhe custou o B.I.?

Guambe: Não, não, eu tinha, o mecânico que me ensinava era amigo, o regente agrícola que lhe mandava plantas em Manjacaze era amigo, então são testemunhas, testemunharam aquilo foi desde a leitura não custou, não tive problemas; depois é que fui admitido a inscrever-me na escola de condução, depois de ter bilhete já tinha 31 anos fiquei isento de cumprir o dever militar obrigatório português porque tinha 31 anos de idade. Então a partir da independência para aqui onde eu estou trabalhei na machamba estatal como condutor e passei a ser responsável do aprovisionamento. Então quando



mandaram um diretor para estar connosco a empresa M. dos Santos foi à falência porque era grande ladrão roubou muita coisa, dinheiro, ficamos um ano sem dinheiro. Ele fugiu, e eu com o senhor administrador Zeferino que está em Boane começamos a vender todos os bens da empresa: carros, tratores, motor-bombas para podermos fazer o pagamento a todos os blocos que eram da Moamba; é assim que foi à falência em 1992, se não me engano, pronto. Entrei no partido Frelimo a trabalhar como condutor a ganhar 90\$00 por mês, senhora.

Irene: Quando?

Guambe: Foi em 1996, foram-me aumentando porque eu era condutor, era responsável do comité da zona, adjunto do responsável do comité da zona, foram-me aumentando e pronto; mas no tempo colonial aqueles que trabalhavam comigo não eram boas pessoas. Já ouviu ter perdido o avião por ser preto, já viu o que é limpar o volante de um carro por ser preto? São essas informações. No ensino rudimentar trabalhei bem, mas os meus conterrâneos não concordavam com a minha sabedoria disse Paulo, o filho do Paulo onde é que ele aprendeu ser professor da escola ao ponto de hoje em dia a escola onde eu lecionava tem mais de 500 alunos, mais de 500 alunos. Eu sou de lá, sou de Mujowoti, Guambe pequeno, Inharrime, porque ali há Guambe Pequeno e Guambe Grande fica a 50 km do distrito de Inharrime e da minha casa para a casa onde nasceu o Pascoal Mocumbi são 15 km, é isso. Eu ensinei 13 anos, deixei.

Irene: Portanto, neste caso, foi professor por ter sido nomeado pelo padre.

Guambe: Pelo padre, professor do ensino rudimentar.

Irene: E nessa altura, quando foi nomeado professor, que classe tinha, 3.<sup>a</sup> classe?

Guambe: Tinha a 4.<sup>a</sup> classe porque antigamente a 4.<sup>a</sup> classe era feito no distrito, o distrito nosso era Inhambane que hoje é província, mas em 1952 passamos a fazer exame na nossa circunscrição, circunscrição, enquanto Inhambane continuava como distrito, tinha 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Então, foi nomeado professor depois de ter feito 4.<sup>a</sup> classe.

Guambe: 4.<sup>a</sup> classe do ensino primário complementar.

Irene: E qual é a diferença que havia, a 4.<sup>a</sup> classe era complementar?

Guambe: Era complementar porque quando fazer a 4.<sup>a</sup> classe na admissão aos liceus não tinha dificuldade, está a ver. Então o Pascoal Mocumbi fez exame de admissão aos liceus e continuou 1.º, 2.º e até ao 7º ano.

Irene: Portanto, pelo padre.

Guambe: Mandou o requerimento para cá onde morava o D. Teodósio Clemente de Gouveia, bispo.

Irene: Então, foi ele que autorizou a nomeação.

Guambe: Foi ele que autorizou a nomeação do professor e não o padre, só mandaram o requerimento.

Irene: E quem pagava o salário?

Guambe: Já recebíamos do Fundo da Missão porque a missão tinha um fundo, recebíamos diretamente da missão.

Irene: Então, neste caso, o senhor não chegou a ir a Alvor tirar o curso.

Guambe: Não, não, não fui eu devia ter ido aprendido na Missão de S. Miguel de Arcanjo na Manhiça não no Alvor mas a pessoa onde eu ia viver não tinha dinheiro de transporte a partir de Inharrime para o Alvor, pedi ao meu pai para fazer isso e o meu pai disse não eu só posso fazer transporte para o meu filho e para mim para ver onde é que o meu filho vai ensinar então passei para Bangunza em casa da minha irmã onde frequentei a 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: Agora, falou-me de que fez o ensino doméstico. Como é que era, quer dizer, não foi à escola, iniciou no ensino doméstico?

Guambe: Foi o professor onde aprendia a partir da 1.<sup>a</sup> classe até fazer rudimentar era escola doméstica de Chitondo.

Irene: Mas era uma escola?

Guambe: Era uma escola, pagávamos 50\$00 por ano com direito a trabalhar todas as 5<sup>as</sup> pagávamos 50\$00 ao professor e tinha de pagar 50\$00 de alojamento onde eu vivia mas era um professor doméstico que ensinava bem, por isso o meu pai tirou-me do Mujowoti para lá na escola doméstica, enquanto já andava fui batizado na missão quando andava lá em Mujowoti.

Irene: A escola era doméstica?

Guambe: Não.

Irene: Era particular?

Guambe: Sim, por isso que em 1951 o padre não me deixou fazer o exame da 3.<sup>a</sup> elementar porque aquela escola não era dos padres.

Irene: Era de quem, de uma pessoa?

Guambe: De uma pessoa.

Irene: Essa pessoa era um branco?

Guambe: Não era chamado Teimoso Alto Preço, Elias Mangunze, o filho era professor do ensino secundário na Francisco Manhanga faleceu.

Irene: E ele conseguia reunir alunos?

Guambe: Oh, sim, muito bem ensinava eu na matemática gostava muito da matemática porque o nosso professor ensinava muito bem, eu sabia, até agora posso fazer até segundos a minha idade multiplicar até segundos, medidas de tempo.

Irene: Mas, quer dizer, esse professor, não implicava com ele o governo por ter aquele ensino doméstico?

Guambe: Ele tinha um ensino doméstico, não sei como.

Irene: Não implicava o governo, nem os padres implicavam com ele?

Guambe: Com o governo então quando os padres negaram a nossa admissão foi ter com o governo porque ele tinha conhecimento do governo, mas os brancos chamavam-no teimoso alto preço.

Irene: Não o mandaram parar não?

Guambe: Não mandara não, ele quando eu já estava com, já estava aqui a trabalhar, encontrei-me com ele, ele a guiar o trator dele e disse *olha eu estou aqui com o meu trator não posso dar aos meus filhos são miúdos ainda senão estragar eu vou conduzir pessoalmente*, é assim a vida.

Irene: Então, como professor, gostou de dar aulas, o que é que ensinava aos seus alunos, o programa como é que era?

Guambe: Eu ensinava a partir de 1.<sup>a</sup> classe até 3.<sup>a</sup> rudimentar.

Irene: E diga-me, começavam tendo já a 1.<sup>a</sup> classe, como é que era? Começavam na 1.<sup>a</sup>, e depois?

Guambe: Para chegar à 1.<sup>a</sup> classe, o aluno tinha de saber escrever o nome, saber a matemática, saber o ditado.

Irene: Para chegar à 1.<sup>a</sup> classe.

Guambe: Já na 1.<sup>a</sup> classe fazia ditado, 2.<sup>a</sup> ditado, 3.<sup>a</sup> ditado está a ver nós ensinávamos rigorosamente, mas os padres uma metodologia de um livro que falava português e Chopi.

Irene: Português e Chopi?

Guambe: Sim, uma guia de conversação para as primeiras pessoas que entravam por exemplo, ninguém entrava com 6-7 anos, 8-9 ignorância não é, mas nós como professores ensinávamos a ler, escrever e contar.

Irene: Na 1.<sup>a</sup> classe?

Guambe: Na 1.<sup>a</sup> classe, um aluno devia saber fazer as contas na 1.<sup>a</sup> classe quando vai para a 2.<sup>a</sup> saber mais e quando vai para a 3.<sup>a</sup> oh!

Irene: Quantos anos era o ensino até chegar a ...

Guambe: Dependia da sabedoria da criança.

Irene: Sim, mas uma criança que soubesse bem, disse que ensinava até que classe, 3.<sup>a</sup> rudimentar?

Guambe: 3.<sup>a</sup> rudimentar.

Irene: Quantos anos? Uma criança que sabe bem, levava quantos anos?

Guambe: Fazia a 1.<sup>a</sup> classe, da 1.<sup>a</sup> a 2.<sup>a</sup>, de 2.<sup>a</sup> a 3.<sup>a</sup> rudimentar, depois era elementar, nós pedimos eu ensinava até a 3.<sup>a</sup> elementar, nós pedimos e então fomos autorizados a ensinar até a 3.<sup>a</sup> rudimentar, então se for inteligente não durava mais de 5 anos para se chegar a 3.<sup>a</sup> elementar.

Irene: E essa escola era católica?

Guambe: Católica.

Irene: Como se chamava?

Guambe: A primeira, S. Paulo de Mujowoti, fui transferido para a Escola de S. Miguel Arcanjo de Mangorro. Escola de São Paulo de Mujowoti, Escola de S. Miguel Aranje de Mangorro, Mocumbini,

Irene: Em Inharrime?

Guambe: Em Inharrime, tudo isto é em Inharrime.

Irene: Circunscrição?

Guambe: Sim, circunscrição de Inharrime, está bem.

Irene: Sim, isto é bom por causa dos nomes. E disse que os padres tinham um guia de conversação que utilizavam na escola.

Guambe: Pois é. Esse guia de conversação era contado como pré?

Irene: Como pré?

Guambe: Como aqueles livros que dão para pré não sei quê.

Irene: E era em português e em que língua?

Guambe: E Chopi, então o aluno quando já é admitido tinha que aprender dizer bom dia, boa tarde, boa noite, bom dia senhor, onde vai e essa coisa toda e são as primeiras instruções que a gente fazia para uma pessoa, para uma criança para ser admitido.

Irene: E quanto tempo levava para saber isso, um ano?

Guambe: Levava, dependia da ...

Irene: Capacidade.

Guambe: Da capacidade.

Irene: Podia levar até um ano.

Guambe: Levaria sim porque depois quando fizermos o exame é preciso vermos se sabem escrever o abecedário.

Irene: Ah, aprendia também nessa altura?

Guambe: Sim.

Irene: Antes da 1.<sup>a</sup> classe?

Guambe: Antes da 1.<sup>a</sup> porque quando vai para a 1.<sup>a</sup> classe deve saber ler, escrever e fazer ditado.

Irene: Quer dizer, aprendia naquela fase pré.

Guambe: Ya, e ensinar a doutrina para ser batizado também.

Irene: Tem que ser batizado antes de ...

Guambe: Não, não, o batismo, pode durar, pode ser batizado enquanto está na 1.<sup>a</sup>, ou na 2.<sup>a</sup>, depende.

Irene: Sim senhor, gostei muito do seu historial porque passou por várias fases, a começar a fase da infância, da juventude, etc. Como professor teve essa experiência e depois disso, então, para a agricultura?

Guambe: Ya, a agricultura foi depois de ter ficado em Massingir.

Irene: A agricultura não foi lá onde começou primeiro, não me falou?

Guambe: Sim falei.

Irene: Que já produzia?

Guambe: A agricultura foi depois de já ter sido mandado embora, produzia para poder tirar carta de condução, mas vinha trabalhando porque até agora estou habituado a acordar o mais tardar 4h00 porque da maneira como a gente vivia, o dinheiro não chegava tinha que madrugar ir para a machamba fazer isto e depois 7h00 deixava tomar banho e ir na escola.

Irene: Tem um historial muito interessante, uma experiência diversificada, o facto de ter trabalhado com os padres e depois com o regime, o regime colonial, neste caso. Aquelas peripécias também.

Guambe: Depois da independência trabalhei com uma delegação que vinha de Gana para assistir à independência, a nossa empresa tirou um carro para apoiar a visita; então os visitantes estavam hospedados no Hotel Tamariz ao lado da Minerva Central, ya.

Irene: E agora está a receber alguma reforma ou...

Guambe: Eu andei à procura dos meus documentos, não tenho nem uma quinhenta de reforma! Os padres, aqui no arcebispado tenho um documento, empresas onde eu trabalhei, não tenho nem pelo menos um quinhão.

Irene: Ninguém quer lhe dar qualquer coisa.

Guambe: Hei, tchê, procurei os meus documentos até o currículo vital, dactilografado eu preparei tudo antes de ontem para ver se apanhava, não apanhei, creio que deve estar com uma das minhas filhas que está em Congolote esses documentos porque está tudo dactilografado, mas como a senhora está aqui eu vou procurar, vamos conversar, e não sei quando é que volta para Portugal.

Irene: Ainda estou aqui, volto em outubro se Deus quiser. Disse, que idade tem?

Guambe: A minha idade provável são 78, mas tenho 80 porque eu fui nascido em 1934. Quando fui batizado os padres rejeitaram dois anos disseram não mas o meu pai como ele era da Metodista sabia ler Xitswa e escrevia, portanto a realidade é aquilo que o meu pai viu então passamos a 1936,

oficialmente a partir de 1944 dia 7 de maio de 1944 até o nome de Samuel José da Cruz no dia de batismo perguntaram com que nome desejava ser batizado: Abel Samuel Paulo Guambe. Não, não podemos batizar com o nome de esse nome da Bíblia, esse nome de Abel é da Bíblia, escolhe outro nome então Samuel Paulo Laice Guambe, agora Laice Guambe em Portugal não há esse costume porque estavam a considerar Laice Guambe como um gafanhoto qualquer então passei para Samuel José da Cruz a partir de 1944 dia 7 de maio data do meu batismo até hoje.

Irene: Então disse-me que o seu pai era da Igreja Metodista?

Guambe: Era da Metodista.

Irene: Era pastor ou não?

Guambe: Era evangelista, mas foi nomeado como induna do régulo e depois deixou.

Irene: Portanto, teve dois nomes, até determinada altura tinha um nome e depois passa por outro nome.

Guambe: Sou Abel 100%, mas tenho um Samuel, o meu filho dei o nome de Abel Samuel Paulo Guambe. A minha esposa está em Zimpeto agora, está em Zimpeto porque tínhamos de ir assistir o *lobolo* da nossa neta então os meus sobrinhos vieram buscar-me para o hospital na segunda-feira.

Irene: Hein, gostei muito da sua entrevista, do seu depoimento, da sua experiência que é enriquecedora, que nos lembra o que acontecia naqueles tempos, ou nos ensina, para quem não esteve naqueles tempos, valeu a pena. Olha, as coisas não correram bem, o desfecho, como disse, é triste que, depois de tanto trabalho, já não tem nem um centavo, mas tem os seus filhos pelo menos. Olha gostei muito e posso dizer que a entrevista está terminada.

Guambe: Muito obrigada se poder registar aí o nº do meu telefone era bom.

## **Informante nº 31 – João Torcato, Marista (IJT-69)**

Data da entrevista: 3 de julho, 2014

Duração da entrevista: 26 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Português de origem e nacionalidade, João Torcato, natural do concelho de Vila Nova de Ourém, veio de Portugal para Moçambique, trazido pelos Maristas em janeiro de 1956 quando tinha apenas 11 anos. Do seu historial, conclui-se que a sua permanência em Moçambique, durante as primeiras décadas, foi intermitente, sendo este fator que lhe permitiu estar em Angola, Itália e Brasil.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia, irmão João.

Torcato: Muito bom dia senhora Irene, obrigado.

Irene: Agradeço, irmão, esta belíssima oportunidade que me concedeu, acho que é um privilégio muito grande de eu poder vir aqui e deixar-me entrar em sua casa para este trabalho que eu vim realizar e, como estava a dizer, eu estou, tenho estado, residente em Portugal como aluna da instituição académica chamada ISCTE que fica em Lisboa, e estou realizando um trabalho no âmbito do meu doutoramento em Estudos Africanos sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino primário, e dentro do ensino primário, o foco é as missões, as missões protestantes, como é que o ensino primário era, que tipo de sistema de ensino primário havia, para já, e qual era o ensino primário específico para as missões e quais eram as missões; como é que as missões ministravam esse ensino, e tudo o que diz respeito ao ensino, os professores, os anos de escolaridade e qualquer outra informação, as variantes do ensino que haveria nessa altura, as provas, como é que eram feitas, portanto, tudo o que senhor me puder facultar, agradeço imenso.

Torcato: Bom, como disse praticamente trabalhei na preparação de professores primários para as missões na escola do Alvor ou na escola das que chamamos Escola Normal no Alto Molucue e eu era digamos um escravo do trabalho, saía pouco para ver, mas mesmo assim o que eu souber que possa ser útil para seu trabalho, seja o que Deus quiser está bem.

Irene: Portanto, quando é que chegou a Moçambique? Bem, para já, já me disse que não é daqui, não é natural de Moçambique, e de onde é que é?

Torcato: Eu sou natural de Portugal, concelho de Vila Nova Ourém, distrito de Santarém, freguesia de Chipite (ri) dos hospiteiros onde lá estiveram vê a nossa bandeira, além do emblema de S. Baptista que nós usamos, um emblema muçulmano foram muitos, muitos anos ocupados pelos muçulmanos, mas eu saí de lá com 11 anos incompletos, levado pelos maristas e estou aqui em Moçambique desde o dia 21 de Janeiro de 1956, saí sim senhor um ano para aqui, um ano para acolá mas a minha base tem sido sempre aqui.

Irene: E aqui em Moçambique, em que área é que tem estado integrado desde que chegou?

Torcato: Sempre no ensino, primeiro comecei aqui a trabalhar no ensino primário, professor de 3.<sup>a</sup> classe e depois fui subindo, fui à Angola um ano na atual Bié no ensino técnico e depois voltei para cá sempre no ensino liceal até que fui para a Escola do Alvor em 67, fui professor da escola do Alvor, então o ensino próprio da Escola de Preparação de Professores, a partir daí nunca mais lecionei outras coisas depois da independência também fui professor de física aqui na Josina Machel, na escola secundária de Manhiça que veio substituir a escola de professores então aí eu sempre dei um bocadinho de tudo, uma anedota, parece anedota, mas foi para lá o primeiro chefe político ouviu falar dos maristas, maristas, sim senhor, ele não sabia que nós já estávamos lá há muito tempo, camaradas eu quero vos apresentar os maristas são uns grandes polígamos, em vez de políticos disse polígamos, e para quem sabia.

Irene: Quem não soubesse era um escândalo.

Torcato: Mas a minha especialidade era Português e Francês, se bem que no ensino também fiz, ensinei música também trabalhei bastante como professor de desenho, a coisa que eu nunca ensinei foi matemática nem química, o resto graças a Deus eu tive uma preparação muito geral e muito boa.

Irene: Onde é que teve essa preparação?

Torcato: Na Itália e no Brasil, fiquei cinco anos na Itália e 3 e meio no Brasil e depois vim para aqui e depois sempre fiz cursos de aperfeiçoamento e eu sempre gostei de lidar com livros.

Irene: E agora, dado que o meu tema, neste caso, está relacionado com o ensino primário, agora não sei até que ponto, eu sei, o professorado faz parte realmente.

Torcato: Sim, faz, exatamente, eu trabalhei na escola dos professores, escola de preparação de professores para o ensino primário, nós preparávamos professores para o ensino primário das missões.

Irene: Onde?

Torcato: Em Alvor, Manhica, foi a primeira escola desse tipo que existiu em Moçambique para preparar professores para o povo, para os indígenas, aí também há histórias, dizem que o governador-geral naquele tempo era José Cabral, e vinham professores de Portugal para começar a trabalhar e ele um belo dia com os seus auxiliares não é justo com isto estamos a destruir a cultura do povo para impor a cultura de lá e aquilo que estava destinado para uma escola de artes e ofícios, construções várias, dispersas, ele disse se já temos em Moamba uma escola dessas, é bom fazer aqui uma escola de professores indígenas preparar pessoal do povo para ensinar o povo para mantermos a cultura dizem que teve como prémio foi transferido, política; era daqueles que já estavam agarrados à terra como em Angola tivemos o Norton de Matos, agarrados à terra, e queria evoluir aquilo com que ideias não sabemos mas foi assim que nasceu a primeira escola de professores indígenas.

Irene: E quando é que nasceu a escola?

Torcato: A escola nasceu em 1930, está aqui a história toda da escola.

Irene: E o irmão esteve lá quando, a partir de quando?

Torcato: Eu, a partir de 1967 até lá trabalhei no nosso colégio aqui em L.M. que agora é Universidade S. Tomás de Aquino e trabalhei também 6 anos na Beira naquilo também é, foi nacionalizado também, é também universidade católica da Beira.

Irene: Portanto eu tenho, eu faço esta pergunta porque não sou católica. Eu sei que havia colégio marista, o que são os Maristas?

Torcato: Maristas, somos uma associação religiosa.

Irene: Católica?

Torcato: Católica e temos o nome de maristas derivado de Maria mãe de Jesus porque dizemos vamos educar as crianças como Maria educava Jesus, por isso nos deram o nome de Maristas, temos em Lisboa, em Benfica o Externato Marista.

Irene: Portanto, Maristas não é só em Moçambique existe em Lisboa e em várias partes.

Torcato: Estamos olha, por acaso estava a fazer o trabalho, na África estamos aqui, no mundo estamos em 79 países.

Irene: Ah sim, e cada um desses países tem Maristas?

Torcato: Sim, sim.

Irene: O nome é esse?

Torcato: O nome é este no mundo inteiro, Marist brothers, irmanos maristas, irmãos maristas é o nosso nome e na África, na Argélia saímos, mas tornamos a voltar aqui não está marcado no Egito também nunca mais, saímos e nunca mais e estou exatamente a fazer umas estatísticas.

Irene: Estou a ver, "Marist Brothers".

Torcato: Pois é a África é Madagascar aqui está em francês, são as duas línguas que nós usamos aqui e aqui então em espanhol, está lá a presença marista, os países onde entramos, quando saímos, entramos, saímos e tornamos a entrar.

Irene: Isso é interessante, portanto, no tempo colonial tinham um colégio aqui?

Torcato: Tínhamos um colégio aqui e outro na Beira, na Beira foi o primeiro em 1941/8 foi o segundo liceu oficial de Moçambique.

Irene: Quer dizer, os vossos colégios, portanto, vocês, têm como uma missão abrir escolas.

Torcato: Abrir escolas; ensinar a juventude a ser bons cidadãos e ótimos cristãos é o nosso...

Irene: Nas escolas de quê, ensino primário?

Torcato: Tudo, quer dizer que na Beira, começamos na Beira apenas com o ensino secundário.

Irene: Em que ano começaram?

Torcato: Em 1948 tínhamos era o ensino oficial o segundo havia aqui o Liceu Salazar e lá foi o segundo e depois com o tempo começamos também o ensino primário aqui em L.M. em 1950 começamos logo o ensino primário e secundário aqui que agora é Universidade S. Tomás.

Irene: Agora, esse ensino primário era acessível a todos, ou era para... porque, dado que, pronto, daquilo que eu sei, o ensino primário rudimentar, vocês, davam esse ensino rudimentar.

Torcato: Nós chamamos o ensino o programa oficial.

Irene: Davam o programa oficial?

Torcato: Nós sempre dêmos os programas oficiais tanto nós tivemos na Beira, aqui, e depois a 3.<sup>a</sup> fundação foi no Molocué exatamente também numa escola para preparar professores para as missões e em 1959 tomamos aqui o Alvor, Manhiça a escola que já existia, para preparar professores para as missões para o ensino primário.

Irene: Mas esses professores eram professores indígenas?

Torcato: Indígenas.

Irene: Ali já era professores indígenas?

Torcato: Ali já era professores indígenas, em princípio era só para o pessoal indígena porque iam para as missões e até 1964-5 estavam dependentes completamente da Igreja.

Irene: Da igreja, qual igreja?

Torcato: Católica; portanto essas escolas foram entregues à Igreja Católica, eu não quero dizer, mas quem leu um bocado, a igreja era o criado do governo por isso havia uma certa proteção ao governo e mais privilégios, não sei se estou a errar, mas havia mais privilégios para as missões católicas que para as missões protestantes mas nós seguimos sempre os programas oficiais e depois disso quer dizer que em Moçambique continuamos escolas primárias propriamente ditas fizemos uma em S. Martinho de Bilene que era só ensino primário que está nacionalizada na praia do Bilene, é só ensino secundário.

Irene: Agora, lá no Alvor preparavam professores, inicialmente professores indígenas.

Torcato: Indígenas para o ensino nas missões católicas.

Irene: Para o ensino nas missões católicas, não nas missões protestantes?

Torcato: Desculpe, começar para as missões protestantes fui eu que comecei em 1968 o primeiro foi Alexandre Jaime Nabai da Missão Metodista de Cambine em Inhambane, foi o primeiro não católico a estudar na escola do Alvor e a partir daí começamos a admitir outros.

Irene: Antes disso?

Torcato: Era só católicos.

Irene: Só católicos é que iam ao Alvor?

Torcato: Sim, aliás todas as escolas de professores que havia em Moçambique desse estilo eram todas para as escolas das missões católicas e depois então quando houve a oficialização em 1967 aqui eu também fechei a escola durante um ano.

Irene: Onde?

Torcato: Aqui no Alvor a escola funcionava. Eu cheguei ali em 1967 comecei a ver as coisas, não, isto não forma gente, isto não forma pessoas, isto não sei quê e então fechei a escola durante um ano.

Irene: Em Alvor?

Torcato: Alvor a escola foi fechada.

Irene: Com que autorização?

Torcato: Com autorização do governo colonial e a pior que levou mais tempo a admitir foi a autorização da igreja, mas fechamos a escola.

Irene: Por que é que fecharam?

Torcato: Primeiro, digamos comportamento moral, organização, e eu digo francamente saíam dali mais catequistas católicos que professores, eram mais preparados para dar catequese, ensinar moral do que ensinar aulas e foi por isso que a igreja primeiro foi dirigida pela, desculpe, a escola primeiro foi dirigida pelo Estado de 1930 até 1938.

Irene: Era o Estado que dirigia?

Torcato: Era o estado que dirigia essa escola dos professores indígenas.

Irene: Não era a igreja, não?

Torcato: Aquilo é escola do estado. De 1938-1939 a escola foi transformada em quartel por causa do perigo alemão que vinha do Tanganhica, os alemães vinham invadindo Moçambique chegaram até Mocuba e então como é uma estrada nacional e principal o governo transformou aquilo em quartel e a escola ficou fechada para recomeçar em Maleice, Missão Católica, já sob a direção da igreja católica, até lá era dirigida pelo estado e aí foi entregue à missão católica.

Irene: Em que ano?

Torcato: Maleice, 1938-39 e um ano depois passou para São Paulo de Messano, em Macia, e com o fim da guerra, o governo devolveu as instalações que eram agora quartel à Igreja Católica e ficou sob a direção dos padres da Igreja Católica e vendo que o ensino não andava bem como já expliquei, os sacerdotes católicos preparavam mais catequistas que professores e então em 1959 devido à ação que já

tínhamos aqui no Colégio Pio XII Sua Eminência o Cardeal Teodósio Clemente de Gouveia, chamou-nos para o Alvor e tomamos conta da escola, de 1959 então estou bem mais ou menos eu agora posso contar mais histórias a partir de 1967 quando eu fui para ali comecei a ver as coisas não, isto não serve, isto não forma pessoas, o professor tem que ter um nível um bocadinho acima do povo para poder educar, tanto maneira de viver, maneira de se alimentar, maneira de estar em casa, fechamos a escola, uma limpeza total ao reabrir um ano depois apenas metade dos alunos foi readmitida.

Irene: Em que ano é que fecharam?

Torcato: Em dezembro de 1967.

Irene: Ficou fechada durante um ano?

Torcato: Um ano, abrimos em janeiro de 1969.

Irene: Isto é assim, em 1938 fechou-se a escola, 38-39 foram dois anos.

Torcato: Um ano letivo.

Irene: Um ano letivo fechou-se por causa daquela situação da invasão.

Torcato: A situação não quer dizer aqui, ai desculpa, estamos a trocar ideias, a escola fechou em 1938 por causa da guerra, 39-45 aí e agora eu estou a falar que depois voltou em 1945 de novo entregue agora à Igreja Católica, entregue aos padres, sacerdotes da igreja católica e vendo que a coisa não andava como devia ser Sua Eminência o Cardeal, chamou os irmãos maristas, especialistas em ensino e educação, eu gosto desse título que nos dão que é pura realidade, somos especialistas em ensino e em educação, temos carta aberta em todo o mundo e então aí como disse renovamos o pessoal e os edifícios pusemos mais condições humanas, mais condições humanas basta dizer eu quando me lembro bem há 3 semanas que tivemos uma reunião na Manhica o nosso fundador até foi um padre francês, fomos festejar o dia dele e daqui de Maputo foram nada mais que nada menos 12 antigos alunos nossos desta escola do Alvor ou da escola do Alto Molucué, entre eles o tal Cipriano só que há dois Ciprianos é um daqui e o outro é lá de Mugengo sei lá e falamos disso, formamos gente e eles dizem que o que nos valeu foi aquela revolução que o irmão João fez na escola, desculpe isto não havia condições de formar gente, basta ver que já existia um programa novo em 1964, um novo programa que transformava a escola preparação eram 3 anos transformava para 4 anos e nenhuma escola do país ainda tinha admitido esse programa que era um lindo programa aqui fala-se disso e então começamos aqui mas e os professores que até lá eram pertença da igreja católica depois igrejas protestantes foi como eu lhe disse a igreja metodista de Cambine é a primeira foi uma escola oficializada onde os professores voltavam para as missões mas já dependiam do governo já não dependiam diretamente dos padres apenas acabavam o curso são professores do governo.

Irene: A partir de 1967.

Torcato: De 1967 e então as escolas à medida que punham o programa em execução eram nós dizemos oficializados, o salário automaticamente dos 500-600\$00 passou para 2.000\$00 que era o salário de um professor primário estamos aqui, aqui na cidade quem fala muito disso é o um grande David Alberto Combo que foi diretor nacional do desporto um grande José Guerreiro que é professor aqui na UP e outros que andam por aí grandes professores, foi aquilo porque abriu-nos os olhos, abrir os olhos porque como diz aqui o programa seguido em 4 anos da escola de professores, seguiu-se o programa do ciclo unificado equivalente ao 2.º ano do liceu no papel desculpe dizer no papel eles queriam continuar a explorar muito difícil mas aos poucos uns quantos conseguiram, uns quantos conseguiram e abriram o caminho para todo o lado eles iam ensinar um ou dois anos e depois pernas para a catequese vamos evoluindo e é assim que a escola mudou e eu estou contente com aquele trabalho que fiz estou satisfeito por ver estes homens com 40 e 50 60 anos entusiasmados pelo que aprenderam connosco pela abertura que os maristas deram à escola porque inclusive, eu estou a falar que fizemos limpeza não só dos alunos os professores até lá eram todos maristas nós os maristas mudamos o pessoal e veio pessoal já um primeiro que veio foi um irmão que trabalhava em Lisboa no grande externato marista deixou veio para aí e depois vieram outros já categorizados porque essa escola como outras aquilo que não servia para os colégios, gente branca, vai para o Alvor.

Irene: Isto é lá em Portugal, aqui?

Torcato: Mesmo de lá vieram dois assim não presta, vai, vai para o Alvor aqui em Moçambique. Tínhamos um problema qualquer num colégio, vai para o Alvor, era um refugio e sabe o quê? Eu sempre gostei da juventude, gostei de não aceitei aquela situação até também há uma anedota que corre entre nós, mas é verdade, eu disse ao diretor irmão desculpa o senhor não tem capacidade para dirigir esta escola.



Irene: O diretor era quem?

Torcato: Era um português.

Irene: Marista também?

Torcato: Marista e tinha vindo para aqui ele não tinha capacidade pronto eu vou pedir demissão, peça, tinha um colega meu, irmão marista africano que depois nos deixou trabalho em Lisboa nas Belas Artes eu expliquei isso eu vou fazer o quê? Não tenhas medo tu vais continuar a estudar, ele só tinha o magistério primário vais continuar a estudar e foi assim depois foi para Lisboa ainda como marista ingressou nas Belas Artes lá, hoje é um grande artista e faz exposições, mas a coisa abriu-se ele veio aí veio mais pessoal para ali não refugio mas irmãos preparados e foi assim que a escola foi a primeira escola oficializada desta zona aqui o chefe do gabinete do senhor ministro foi aluno meu ali e outros que estiveram antes era o sr. José Viveiro Uqueio, o nome como disse estou falando porque como disse o pessoal tinha que evoluir porque a ideia não é minha e creio que também está aqui o governo português não queria na prática a evolução do indígena, havia um dilema, se nós não evoluirmos as N.U. tomam conta de Moçambique o problema que houve em 1957-58 por aí, havia esse zunzum, eu lembro-me um comício à frente da catedral onde um dos professores indígenas africanos, nós não somos caixas de fósforos para passar de mão em mão exatamente porque nas N.U. falava-se eu acompanhava, era rapaz novo mas acompanhava a política tirar isto é Portugal por digamos um protetorado das Nações Unidas para evoluir porque como disse se nós evoluímos o africano ele vai levantar a cabeça como já tinha começado a fervura, as panelas a ferver na África já tinha começado a independência, se nós não desenvolvemos as nações tomam conta se nós desenvolvermos eles abrem a cabeça, nós temos que abrir a cabeça se nós trabalhamos para os homens temos que abrir a cabeça das pessoas para elas evoluírem e não para evoluírem à maneira delas e não à nossa maneira são coisas que vêm aí...

Irene: É boa, é interessante essa história do Alvor! Portanto, aqueles primeiros anos de 1930 até 1938 era do Estado?

Torcato: É do Estado completamente.

Irene: Completamente do Estado e depois de 1938 por causa da guerra, a escola é encerrada.

Torcato: É encerrada e foi entregue à Igreja Católica.

Irene: Em 1938 mesmo?

Torcato: Não, foi em 1939 não, foi encerrada e depois recomeçou em Maleice, mas aí não posso especificar a data, mas entregue à Igreja Católica o governo sustentava, o governo sustentava, e depois então com o fim da guerra voltou para o Alvor em 1939.

Torcato: Em 1944-45 voltou para o quartel, já não tinha necessidade.

Irene: Então aquele tempo todo da guerra, a escola estava fechada?

Torcato: Aqui estava fechada.

Irene: Alvor estava fechada?

Torcato: Alvor era quartel.

Irene: Era quartel, é bom esse elemento, é importante, de 1938 a 44.

Torcato: 1943-1944 e quando se viu que o perigo alemão já tinha saído, a tropa foi embora, o governo reentregou os edifícios à escola, escola, mas nas mãos da Igreja Católica por causa da última Concordata entre o Governo português e Roma.

Irene: A Concordata de 1940.

Torcato: Exatamente, e então como nessa Concordata o ensino nas missões era entregue aos padres, então os padres é que vão dirigir a escola para preparação dos seus professores, isto é o Acordo Missionário havia uma Concordata e um Acordo Missionário, uma coisa era com o governo português.

Irene: O que é que era com o Governo português?

Torcato: Era a Concordata, e depois Acordo Missionário com as missões e o Governo português onde o governo português auxiliava as missões, os padres desculpe tinham um salário do governo, não era um salário, era um salário simbólico, porquê? Porque dirigiam as escolas.

Irene: Portanto, esse documento é importante.

Torcato: Tenho, ainda tem.

Irene: Sim é verdade que tem uma cópia, mas eu sou daquelas que quando alguém explica, consegue, capta-se melhor, como o senhor me está a explicar, não é? Eu tenho lido a Concordata, Acordo Missionário, mas uma coisa é o senhor estar a explicar-me...

Torcato: Sim, às vezes antigamente a gente tinha medo de falar, agora não tenho medo.

Irene: Portanto, havia a Concordata que era com o Estado e o Acordo era entre Roma, o Vaticano, e o governo português.

Torcato: Porque lá era a Maçonaria que dirigia tudo e tivemos aí o Oliveira Salazar, foi um grande homem que só estava agarrado à cadeira e então ele era católico e queria o povo é católico, digamos que 90% do povo português agora não sei como é que está isso, então quis facilitar ele já também aproveitando dessa coisa dos missionários que tinham experiência porque está dentro da história qualquer navio que os portugueses mandavam pelo mundo a partir de 1497 ao lado do soldado havia um missionário, a fé e o império foi por isso que vieram os missionários católicos para aqui em 97/98.

Irene: Quando?

Torcato: 1400 creio que 1497-98 é isso.

Irene: Portanto, temos Concordata e Acordo Missionário e isso é já entre o Estado e as missões católicas, que estabelecia que...

Torcato: O ensino era entregue à missão e os padres então é que iam preparar.

Irene: Ah, isso está no âmbito do Acordo Missionário!

Torcato: Acordo Missionário.

Irene: Agora, pronto, para ver se entendo bem, isto era o Acordo Missionário. E no âmbito da Concordata, o que concretamente foi acordado?

Torcato: Na Concordata a liberdade religiosa em Portugal e outras facilidades de já de missionários virem para cá porque nas missões muitos dos padres já a partir do Marquês de Pombal, em Portugal tudo o que era ordem religiosa em Portugal era tudo proibido, eram todas proibidas por isso é que dá maçonaria.

Irene: Portanto a Concordata já estabelecia liberdade.

Torcato: Liberdade de ensino, e pois é, e depois então nessa Concordata uma coisa que eu admiro o governo português vocês querem abrir um colégio em Portugal, tem que abrir uma nas colónias, porque nós começamos em Portugal em 1947 já tínhamos lá estado no século passado, mas depois em 47 não para serem reconhecidos pelo governo tem que ter missões em Moçambique e quem nos tratou disso foi o bispo da Beira D. Sebastião Soares.

Irene: Isso é interessante, essa parte é interessante.

Torcato: Sim isso é tudo político por isso é que eu disse que a igreja era um criado do Estado.

Irene: Não sei se me podia ajudar a fazer, assim que tiver oportunidade, um resumo, não preciso de muita coisa, o meu estudo é sobre o ensino rudimentar, é só um sumário relacionado com o ensino do Acordo Missionário e da Concordata, só escrever uma página, também não preciso detalhes é só para ter alguns pontos para que os possa enquadrar, nem que seja meia página, umas dez linhas. Só os termos, o que está relacionado, um resumo, só para poder enquadrar.

Torcato: Eu escrevo à máquina o meu computador, eu a escrever com uma máquina.

Irene: Isso já é muito, Acordo Missionário é isto, Concordata é isto.

Torcato: É por isso está também que o governo auxiliava as missões católicas e não as protestantes, nesse ponto aí o Eduardo Mondlane, dizem, ele frequentou sempre as escolas da Missão Suíça, ele era da Missão Suíça e contam, não tenho prova nenhuma, que um dia antes de ele receber uma bolsa de estudos para a África do Sul queria frequentar a escola dos professores em Alvor, mas como era católico, dizem não avanço mais nada porque apesar dos boatos sempre vamos compreendendo algumas coisas.

Irene: E o programa de ensino que ministravam lá aos alunos, e para professores o que é que tinham, que disciplinas?

Torcato: As disciplinas básicas do ensino unificado do programa português, o português, a história a geografia do ensino unificado e depois então tenho aqui muitas outras disciplinas, havia agricultura, havia saúde, havia sei lá pedagogia, sim senhor, um pouco de pedagogia eram ao todo creio que 14 disciplinas que nós tínhamos, tenho aqui neste livrinho que a senhora me deu onde pode encontrar as disciplinas do 2.º, 3.º ano estão aqui, isto era nos primeiros anos antes da escola de professores, começavam com isto no tempo dos padres e depois, com licença, aqui já vinha quando foi da escola de professores, essas cadeiras que estão aqui e depois está a ver prática de higiene, socorrismo, agricultura, atividades sociais, medicina, maturidade portuguesa, metodista, física, canto coral, estudo dirigido, tudo isto estava no programa exatamente a disciplina que me, que a polícia me atacou foi esta, aqui no Alvor eu era professor de atividades sociais no programa dizia e eu cumpria, ir de família em família ensinar um pouco de agricultura porque era tudo uma cultura tradicional, um pouco de higiene, a gente sempre

aproveitava para fazer um pouco de proselitismo religioso sem dúvida nenhuma e um chefe da polícia da PIDE que era dos nossos amigos hei cuidado irmão João anda muito pelas palhotas mais isto mais aquilo era bom transferi-lo, foi assim que eu fui parar à Zambézia e lá eu fiz pior paciência é que não é que a ideia base que também dizem aqui o governo não tinha muito interesse em desenvolver, fazer dele do indígena um bom criado, fazer do indígena um criado quantos é que havia digamos indígenas em postos do quadro? Havia uma meia dúzia de padres católicos, nenhum bispo africano antes da independência e quê? Eu só me lembro na Manhica houve um concurso para chefe do caminho-de-ferro, os operários que o governo naquela coisa de sei vamos lá sustentar o povo, escolheu um moçambicano, houve concurso, concurso documental não sei quê, e de facto um de cor era o primeiro classificado mas a resposta oficial não pode porque é de cor, aconteceu connosco, é um negro do Brasil, é seminarista quando chegou nós temos uma fase de preparação para fazer o que nós chamamos as promessas para a vida temos uma preparação de 5-6 anos, chegou o último ano não é admitido, isso no começo do século passado a coisa está aqui por isso os livros que eu tenho encontrado desloquei-os que isto é uma vergonha para nós não foi admitido porque é de cor em 1950-1952 ele viveu dizemos no mundo entre o povo como se fosse um religioso consagrado a Deus depois de muito trabalho foi readmitido como irmão marista mas não foi admitido num país como o Brasil basta ver mesmo que até 1960 no Brasil um país muito multicultural quantos homens de cor sofriam? Parece que há um que foi bispo que o chamou para o Brasil para ir estudar um dos grandes irmãos que trabalhou aqui faleceu há pouco tempo faz hoje dez anos que ele faleceu, irmão Justino Hartman ele foi a Brasil a férias, nós estamos aqui num país onde há todas as raças, nós temos brancos, temos monhês, temos pretos, temos chineses, onde é que há aqui um irmão de cor? E ele levantou-se de lá de Santa Catarina “já temos, temos o Xico preto era o apelido que davam a um irmão nosso que era um bocadinho mais bronzado já temos o Xico preto não queremos mais” autêntico, o racismo existia mesmo dentro da Igreja.

Irene: Como é que se chamava esse irmão?

Torcato: Joseph Hartman, qualquer pessoa instruída ele é padrinho de casamento do Simango aqui do presidente da câmara, Justino Hartman, irmão Justino, entre nós Hartman, viveu aqui nesta casa muitos anos, é verdade, a gente tem muita história bonita eu estou exatamente onde trabalho eu tenho aqui rascunhos e rascunhos de folhas que eu vou escrevendo está tudo disperso ainda.

Irene: Portanto, esses professores que formavam, enviavam para as escolas católicas.

Torcato: Para as escolas católicas.

Irene: Mas eles é que procuravam as escolas, como é que faziam exatamente?

Torcato: Não, não. Os padres é que escolhiam os jovens para virem para a nossa escola.

Irene: Ah eram enviados?

Torcato: Eram enviados, nós fazíamos a partir de certa altura não, o padre manda para aqui muitas vezes, muita gente, mas vamos fazer o exame de admissão e começamos a fazer exame de admissão à escola, vinham 40 e a gente aproveitava 10, 11, 12 às vezes 20, o resto.

Irene: E qual era o requisito?

Torcato: A gente fazia o exame da, fazíamos 4.<sup>a</sup> classe, fazíamos o exame da 4.<sup>a</sup> classe e quem já tinha mais instrução, 1.<sup>o</sup> ano do liceu que era muito raro porque em geral isto é o africano tirava a 4.<sup>a</sup> classe e pronto e vinha para a cidade à procura do emprego já não estudava, então os padres mandavam às vezes por amizade para as família para eles fazerem o, nós fazíamos uma seleção, seleção e pronto e depois da seleção, depois da tal revolução que eu fiz em 67/68 o ensino começou a ser de 4 anos e digamos 90% chegavam ao fim do curso, mas os padres mandavam para ali e eles voltavam para a mesma missão, muitos não queriam, não queriam voltar para a terra deles.

Irene: Queriam ir para onde?

Torcato: Para outras missões, para outros lugares, e depois a partir dessa coisa com o salário oficial como eram funcionários do governo, começaram a pedir transferências.

Irene: Ah, e isso começou a partir de 68.

Torcato: Quer dizer, a partir, quer dizer essa coisa, os primeiros, digamos diplomados com esse curso foi em 1970, foi a nossa escola do Alvor a pioneira, e depois disso aos poucos foi-se espalhando pelas 12 escolas de professores desta espécie que havia em Moçambique todas entregues à Igreja Católica.

Irene: Eram doze escolas?

Torcato: Eram 12 escolas, havia a nossa aí em Magude, irmãos Apresentação de Maria, em Magude, em Homóine, os padres franciscanos, no Dondo da Beira, Irmãs creio que também lá Irmãs

Apresentação de Maria, eu creio, em Borroma, Tete, os padres Jesuítas, depois em Nampula, Diuga sei lá quê, não posso dizer de cor.

Irene: Mas aqui no sul de Moçambique?

Torcato: Sei que eram 12 escolas.

Irene: No Sul do Save?

Torcato: No Sul do Save eram duas, não era três. Aqui no sul era a nossa, e depois em Homoine.

Irene: A vossa em Alvor?

Torcato: Alvor e Homoine.

Irene: Como se chamava a escola em Homoine?

Torcato: Escola, também Escola de Habilitação de Professores.

Irene: Em Homoine também?

Torcato: Essa começou a existir ora fui ali exatamente quando eu fechei a escola aqui e depois para ver as coisas fui ver como eles trabalhavam lá.

Irene: E quando é que foi?

Torcato: Isso foi em 60/80.

Irene: Isso foi depois da independência?

Torcato: Não, em 60. (alguém toca a campainha)

Interrupção, toca a campainha

Irene: Portanto, estivemos a falar, o irmão esteve a explicar-me sobre as escolas de formação de professores em Moçambique que eram 12 e eu estava a perguntar, no sul de Moçambique, e pelo que entendi, disse que no sul de Moçambique era Alvor e mais em Homoine.

Torcato: Esqueci Magude.

Irene: No sul de Moçambique era do Alvor, de Alvor como é que se chamava?

Torcato: A escola do Alvor era a Escola de Habilitação de Professores Indígenas, e a de Magude o título é igual também Escola de Habilitação de Professores Indígenas, quando as escolas foram oficializadas começaram a se chamar Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar a partir de do decreto de 1964 que punha o programa de 4 anos em vez de 3 preparação de professores em vez de 3 que era Escola de Habilitação de Professores Indígenas, Professores de Adaptação então com o programa de 4 anos começou a chamar-se Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar é a data que é Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar.

Irene: Sim, mas esteve-me a explicar que estiveram a cargo da Igreja Católica.

Torcato: Sim, a partir de, a seguir já, digamos do fim da guerra.

Irene: É que o irmão me esteve a dizer os nomes das escolas que eram 12 e tinha enumerado umas tantas, e eu quis saber no sul de Moçambique os nomes, porque aqueles nomes que me esteve a dizer eram nomes religiosos, irmãos tal, tal, tal ou talvez houvesse uma diferença neste caso.

Torcato: Não, os que dirigiam a escola eram todos ou padres ou irmãos ou irmãs da Igreja Católica.

Irene: Mas os nomes que me disse que atribuíam às escolas eram nomes religiosos dos irmãos não sei o quê...

Torcato: A gente é que chamava escola dos irmãos tal, tal, tal, mas o nome oficial era sempre o mesmo, Escola de Habilitação de Professores Indígenas ou de Posto, Escola de Habilitação de Professores do Posto Escolar, do Alvor, de Magude, de Homoine.

Irene: Mas esta designação de professores indígenas é a pioneira?

Torcato: É a primeira, foi a pioneira.

Irene: E as outras chegaram-se a chamar, aquela de Magude e de Homoine, chegaram a se chamar Escola de Habilitação de Professores Indígenas, ou não, ou foram Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar?

Torcato: Sim ainda não começaram já não tinham a palavra tinham a de Professores de Adaptação.

Irene: Quando é que começou a de Magude?

Torcato: A escola quando começou a funcionar não sei, mas já funcionava em 1967 com o nome de Escola de Habilitação de Professores, creio que é de adaptação e foi então a partir da nossa revolução aqui no Alvor que passou à Escola de Adaptação de Posto Escolar.

Irene: E a de Homoine?

Torcato: A mesma coisa.

Irene: Começou a funcionar como?

Torcato: Escola de Habilitação de Professores de Adaptação.

Irene: Quer dizer, Escola de Habilitação de Professores de Adaptação é de Posto Escolar, existe, ou não, alguma diferença?

Torcato: Não aí; quer dizer, mudou de nome quando apanhou o programa de 4 anos.

Irene: Portanto, tanto faz dizer, “Escola de Habilitação de Professores de Adaptação” ou “de Professores Posto Escolar”?

Torcato: Não. Adaptação e Indígenas era mesma coisa, mudou de nome só por causa da política.

Irene: Adaptação e indígenas é a mesma coisa?

Torcato: É a mesma coisa.

Irene: E a de Posto Escolar?

Torcato: Posto Escolar eram aqueles que estavam já destinados a serem professores do Estado, no novo programa.

Irene: Portanto, isto de Escolas de Professores de Adaptação era para tirar ao nome, a conotação de indígena?

Torcato: Pois é.

Irene: No fundo era mesma coisa?

Torcato: Era a mesma coisa.

Irene: Ao passo que, já quanto à Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar, já é diferente, tem objetivo diferente, de integrar aqueles professores no Estado.

Torcato: No Estado.

Irene: E isso começa quando?

Torcato: Digamos em 1970.

Irene: Portanto, até 1969 era indígenas, quer seja o nome Adaptação ou quê, era Indígenas?

Torcato: Indígenas, é por isso que havia o nome “*indígenas*”.

Irene: E os anos de escolaridade eram os mesmos?

Torcato: Não é que quando mudou de nome passou para 4 anos. Os professores indígenas e os professores de adaptação eram 3 anos de preparação.

Irene: A preparação?

Torcato: A preparação.

Irene: Relativamente aos alunos, quantos anos eram?

Torcato: Os 4 anos.

Irene: Refiro-me às crianças nas escolas?

Torcato: Quer dizer que a partir da habilitação de professores de posto escolar começava a admitir com o mínimo de 14 anos para acabarem o curso com 18 anos maior idade para poderem ser professores do Estado.

Irene: Agora, sabe-me dizer que os alunos das escolas das missões, os alunos desses professores indígenas, a escola de habilitação de professores indígenas, nessa época nas escolas, quantos anos levavam para concluírem o ensino primário, esses alunos que iam ensinar?

Torcato: Isso seria o programa oficial.

Irene: Eram 4 anos, era 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, com a 4.<sup>a</sup> classe?

Torcato: Oficialmente só podiam ensinar até a 3.<sup>a</sup> classe.

Irene: É essa parte que eu quero já, precisamente as crianças que os professores ensinavam, quantos anos?

Torcato: Em princípio 3.<sup>a</sup> classe, mas alguns já faziam 4.<sup>a</sup> classe, as escolas de habilitação de professores indígenas preparavam alunos até a 3.<sup>a</sup> classe.

Irene: Portanto, quantos anos de escolaridade? 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> classe?

Torcato: 3.<sup>a</sup> classe.

Irene: Terminava aí?

Torcato: Terminava aí e então a 4.<sup>a</sup> classe em princípio já eram as escolas do Estado nas vilas, na sede das vilas, nas missões em princípio já não davam aulas.

Irene: Mas esses alunos podiam ir para as escolas?

Torcato: Uns iam para lá continuavam a estudar mas a questão era o racismo que na prática existia no papel não existia mas na prática existia, é como os nossos colégios aqui, a escola em princípio era para brancos o nosso colégio aqui como todas as escolas o colégio era para brancos mas nós tínhamos alunos gratuitos africanos, na Beira tínhamos uns 20 internos aqui tínhamos uma meia dúzia deles

porque ainda havia racismo quer dizer queira ou não queira o preto não podia evoluir abria-se mais a cabeça.

Irene: É bom saber essa diferenciação, que, afinal, a formação de professores de adaptação era mesma coisa, era um nome já polido.

Torcato: Exatamente.

Irene: Isto é, para não dizer escola de habilitação de professores indígenas que a diferença surge quando aparece já a escola de habilitação de professores de posto escolar, aí é que está a diferença.

Torcato: Já há diferença.

Irene: A diferença é também em termos de anos de formação?

Torcato: Anos de formação.

Irene: E também de regalias porque já podiam receber do estado.

Torcato: Pois é, já podiam receber e muitos fugiam da educação para a saúde!

Irene: Ah sim!

Torcato: Porque nós tínhamos um programa por exemplo na escola ali no Alvor duas vezes por semana, uma vez vinha um enfermeiro, outra vez vinha um médico o programa assim estabelecia e eles aprendiam a enfermagem.

Irene: Aprendiam?

Torcato: Aprendiam os professores, era uma formação completa dali, digamos, iam para o mato e eram praticamente os donos da povoação donos das aldeias, professores, médicos, enfermeiros, catequistas, auxiliares dos padres nas missões, eram os donos da terra e foi aí que eles começaram a abrir os olhos.

Irene: Portanto, semanalmente vinha...

Torcato: O médico e o enfermeiro, davam aulas.

Irene: Davam aulas?

Torcato: Davam aulas teóricas e práticas.

Irene: Portanto, enquanto professores aprendiam também a dar injeções, essas coisas, fazer curativos, etc.

Torcato: Sim, exatamente faziam.

Irene: Portanto, o professor formado...

Torcato: Também era enfermeiro lá na zona onde ia.

Irene: Ah sim! Esteve-me a dizer que depois fugiam, quando é que começaram a fugir?

Torcato: Começaram quer dizer, viam que nas missões não podiam evoluir, começavam a fugir para a saúde ou para as escolas do Estado para poderem continuar porque ali nas escolas das missões continuavam sempre o quê apartacho.

Irene: É interessante que não sabia que afinal preparavam também, tinham aulas de enfermagem.

Torcato: Sim, sim, enfermagem e boa formação.

Irene: Em Homoine, disse-me em que ano é que começou, em 1967?

Torcato: Quer dizer o título de professor de posto escolar foi tudo a partir de 1967.

Irene: Sim, mas em Homoine a escola por si teve a Escola de Adaptação?

Torcato: Começou quando?

Irene: Não sei quando é que começou em Homoine?

Torcato: Não sei só sei que não foi há bastante tempo no começo esta escola do Alvor abrangia até ao rio Save e depois até está aqui o mapa e depois então abriu-se a de Homoine para atender Inhambane e aqui só atendíamos Gaza e Lourenço Marques.

Irene: Mas Magude existia.

Torcato: Magude existia não posso dizer quando é e foi exatamente por isso é que aqui também havia um jogo político com o arcebispo africano José Maria dos Santos, Alexandre José Maria sim foi com ele que Magude estava aqui, pertencia aqui a Maputo, não, pertencia a Gaza, Magude pertencia a Gaza e então para o arcebispo ficar também com a escola foi então que houve até houve mudança administrativa que Magude passou a pertencer o distrito de Lourenço Marques em 1971-72 para exatamente ele queria ficar com 2 escolas porque a ideia do governo era pôr uma escola para Gaza, outra para Maputo, outra para Inhambane e o arcebispo queria as duas escolas então o governo às vezes decidia perante a igreja política, politiquices e havia a escola do Alvor e a Escola de Magude que agora é escola secundária. Agora ali no Alvor é Instituto politécnico.

Irene: Ah sim, quando é que fechou a Escola de Adaptação do Posto Escolar em Alvor?

Torcato: Em 1976.

Irene: Fechou?

Torcato: A escola não, foi transferida para Namaacha que havia lá a escola de preparação de professores mais primários que eram da representação ainda, havia lá uma escola então os nossos alunos que estavam no 4.º ano foram para Namaacha acabar o curso da escola de professores do posto escolar e os que estavam até ao 2.º ano foram integrados na nova escola secundária que foi fundada ali mesmo no Alvor, eu fui o primeiro chefe, fiquei ali porque o governo decidiu pôr-nos entre a faca e a parede.

Irene: Já nacionalizada?

Torcato: Foi nacionalizada em 1975 como o resto mas o governo, nós tínhamos amigos dos dois lados, tanto na Frelimo, como noutro lado e então tínhamos amigos, amigos no governo da Frelimo e ainda no governo português basta dizer que quando houve aquela revolução de aqui do 7 de Setembro em 1974, depois dos tumultos que fecharam a estrada o governo moçambicano, o governo de transição mandou para a nossa escola do Alvor tropa portuguesa, comandos e guerrilheiros da Frelimo e ficaram a viver connosco um ano em comunidade, por isso é que nós éramos protegidos porque nós tínhamos fama de bons professores e bons mestres e tínhamos tido já alunos africanos aqui do colégio que em princípio porque não éramos racistas, os protestantes nesse ponto sempre nos ganharam foram mais, mais digamos mais para o povo do que nós quem queria comer.

Irene: E diga-me lá, isso não tinha a ver com o facto de serem maristas, neste caso, porque não seria correto dizer como católicos só.

Torcato: Olha, digamos é um partido da igreja católica.

Irene: Como maristas, qual era a vossa relação com as missões protestantes?

Torcato: Sempre fomos amigos Igreja Metodista de Cambine, Igreja Anglicana de Maciene, creio também que em Gaza nós sempre convivemos bem, muitos que vinham lá do interior de Inhambane, queriam vir aqui a capital muitas vezes paravam lá no Alvor e foi a partir daí que eu comecei a aceitar professores das missões protestantes eu já disse o nome Alexandre Jaime Nabai, foi o primeiro, primeiro da missão protestante.

Irene: Em 1960?

Torcato: Em 1967 se não me engano pois até foi administrador em Nampula.

Irene: Pois é, olha, gostei muito deste momento, soube informação que nunca tinha ouvido falar, a questão, o facto de aquele período de interrupção da formação, eu não sabia, não sei se está escrito aí?

Torcato: Da guerra está aqui, a da guerra está aqui.

Irene: Por acaso, vou dizer, eu não tirei cópias de todo o livro, tirei só de alguma parte porque estava a preparar o projeto, não li todo o livro, li só alguma parte porque estava ainda a fazer o projeto, houve aquele tempo que cessou, houve cessação?

Torcato: Eu não sei se tem índice.

Irene: Mas isso, depois eu posso adquirir o livro.

Torcato: Se houver eu já procurei porque este aqui tem uma falha, faltam oito folhas.

Irene: Há livros também que têm falhas.

Torcato: Faltam páginas de 15 a 25 as de 25 a 30 tenho aqui.

Irene: Há outro livro também que tenho em Portugal que tem falhas, foi escrito por quem? Pennevene, é a Pennevene também que faltam umas páginas.

Torcato: Escola de Habilitação de Professores Indígenas, capítulo I, professores indígenas José Cabral.

Irene: É essa parte que fechou aquele período.

Torcato: Pois é, o livro por acaso está muito bem escrito.

Irene: Gostei muito, e pronto. Gostei também por saber mais sobre as missões católicas, a entrega e aquilo que me falou sobre o acordo missionário. Embora já tenha lido vários livros sobre o assunto, eu pensava que fosse mais ou menos a mesma coisa, que a Concordata estivesse relacionada diretamente, mas afinal são coisas...

Torcato: São coisas separadas.

Irene: Sim, é importante quando eu estiver a escrever a tese, pelo menos saber demarcar essa diferença.

Torcato: Está bem, eu tenho uma memória visual, então agora posso arranjar no papel já sei o que vou fazer.

Irene: Sim, isso agradeço, não é preciso muita coisa, mas pronto, assim já posso, isso no âmbito da Concordata e do Acordo Missionário...

Torcato: Pois está bem, eu não sou muito especialista nessas políticas, mas tenho uma ideia por causas das escolas.

Irene: Agradeço também porque acho que a parte da formação de professores, porque a minha memória estava só centrada na Escola de Habilitação de Professores em Alvor, não sabendo que depois disso houve outras escolas, isso antes da independência, não estou falando de depois da independência.

Torcato: Antes da independência já havia, já houve, houve.

Irene: Não sabia que houve, a de Alvor é a pioneira. Até aqui eu podia pensar que foi a única, afinal de contas, não.

Torcato: Havia 12 em todo o país em todas as províncias.

Irene: Havia 12 em toda a província, mas neste caso posso delimitar as 3 que me disse, 3 no Sul do Save, essas 3 que é Alvor, Magude e Homoine, porque aquela de Maleice foi temporária.

Torcato: Maleice foi temporária, quer dizer de Maleice passou para Macie, São Paulo de Messano por causa das instalações, em Coluane onde há o rio.

Irene: Mas mesmo isso é importante saber, é importante. Foi bom saber disso e gostei muito, acho que desenvolveu muito bem, tenho muita informação, gostei mesmo e quero agradecer a sua disponibilidade e não sei se tem mais alguma coisa para podermos encerrar a entrevista, não sei.

Torcato: Tenho, Nós os maristas trabalhávamos como já disse para colégios sem distinção de raças, tínhamos alunos gratuitos, sobretudo tenho aqui o resumo, sobretudo aqui em L.M. no Colégio Pio XII tínhamos bastantes alunos e africanos gratuitos, havia uma coisinha que muitos criticavam-nos que para contribuição em vez de darem monetária nos intervalos varriam a sala, depois do almoço ajudavam a cozinhar, a lavar os pratos e alguns chamavam isso também de racismo. Ah porque é preto vai trabalhar o branco não vai trabalhar de maneira que tínhamos muito mais que era o falecido bispo D. Sebastião Soares de Resende tínhamos já bastantes outros aqui é para viver como os outros, desculpe se houve qualquer coisa que não lhe agradou na minha explicação.

Irene: Não, não, fiquei muito grata, só o pedido que lhe faço, é o que eu disse, quando puder eu ainda estou cá.

Torcato: Quando estiver pronto.

Irene: Quando estiver pronto, tem o meu contacto, eu ainda estou cá até outubro portanto tenho tempo, dê prioridade aos seus trabalhos.

Torcato: Os meus trabalhos, todos são prioritários, o primeiro é eu estar ocupada o dia todo.

Irene: Portanto, diria que a entrevista está terminada, muito obrigada.

Torcato: Obrigado.



## Informante nº 32 - Bispo Emérito D. Júlio Duarte Langa (IBDL-87)

Data da entrevista: 15 /07/2014

Duração da entrevista: 37 minutos

### Caracterização da entrevista

Entrevista realizada através do pároco da diocese, na casa do entrevistado, em frente à Catedral do Xai-Xai. Uma entrevista com dados relevantes e que permitem comparar o funcionamento do ensino nas missões católicas e nas missões protestantes.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito bom dia, senhor Bispo!

Bispo: Bom dia obrigado.

Irene: Agradeço muito esta oportunidade, a abertura que me concedeu de eu entrar aqui, em sua casa, através do padre Eugénio e, conforme estive a dizer há pouco tempo, eu vim aqui no âmbito de um estudo que estou realizando em Portugal sobre o ensino colonial aos indígenas, concretamente, o ensino primário e a respetiva profissionalização, portanto, pretendo saber a evolução deste ensino, os sistemas qual era o sistema do ensino durante o tempo colonial, o sistema de ensino apropriado para os indígenas, e qual seria a alternativa, o outro tipo de sistema, dado que, pelo que entendo, havia este sistema que era próprio para os indígenas, agora, qual seria o sistema para os europeus ou outros grupos e tudo o que o bispo me possa informar, quer da sua própria experiência, ou como aluno, ou como professor, ou mesmo como bispo, relacionado com o ensino, agradecia. Sinta-se à vontade, não há restrição de tempo nem de nada.

Bispo: Eu também sou filho de um professor (ri-se).

Irene: Oh!

Bispo: O meu pai era professor do Estado, mas era o tal chamado ensino rudimentar que é para os indígenas. Eu comecei mesmo com o meu pai na escola dele como professor do Estado e, mas depois veio o Acordo Missionário e as escolas também do Estado passaram para as missões; então ele também passou, portanto para o ensino das missões. Bem, eu para eu fazer as primeiras duas classes foi, portanto na escola do meu pai: a primeira Cartilha Maternal, primeiras leituras e depois eu fui para Lourenço Marques e fiz lá a 3.<sup>a</sup> classe, a tal 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e a 3.<sup>a</sup> classe elementar numa escola paroquial. Porque fui de criança não me dava muito em Lourenço Marques pedi para me tirarem *quero ir para casa não quero ficar aqui* voltei para casa então. Quando volto para casa, da minha casa para a missão eram 5-6 km, eu ainda era pequeno, e depois era o único que iria para a missão naquele ano, portanto eu vi que *não posso não vou* então voltei outra vez entrar na escola das missões para fazer rudimentar e depois então no ano seguinte é que arranjei um companheiro e fui. Então fomos para a missão para fazer a 3.<sup>a</sup> classe elementar, não havia 4.<sup>a</sup> classe no meu tempo, então parámos ali; mas quando depois decidi por seguir a vocação sacerdotal então fui parar em Magude, na Missão de Magude e fiz a 4.<sup>a</sup> classe, não posso precisar bem mas parece que foi para nós só, para os seminaristas porque não havia 4.<sup>a</sup> classe geral ali, não posso dizer a plena certeza mas parece que foi isso. Nós fizemos a 4.<sup>a</sup> classe, depois continuamos o curso do seminário. Portanto, este ensino das missões era mais ou menos isto: terminava na 3.<sup>a</sup> classe elementar, até elementar já era só na missão, as escolas rurais era 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e paravam ali mesmo. Em Maldisse quando cheguei também era assim, faziam rudimentar nas escolas todas, para a elementar vinham fazer na missão. Em Maleie já faziam até 4.<sup>a</sup> classe porque havia lá uma irmã que dava a 4.<sup>a</sup> classe também na Missão de Maleie.

Irene: Essa irmã era branca ou...

Bispo: Branca sim, uma alemã.

Irene: Portanto, o bispo está a dizer que teve que fazer 3.<sup>a</sup> rudimentar e elementar duas vezes?

Bispo: Repeti sim.

Irene: Porque é que teve de repetir?

Bispo: Não tinha nada a fazer minha filha, como sai de Lourenço Marques para ali e ali não havia outra coisa a fazer, a escola rudimentar era próxima da minha casa então fui lá outra vez.

Irene: Mas não será que já tinha o diploma?

Bispo: Bom, eu não posso responder essa pergunta porque a mim não me preocupava isso; não sei se o tio arranhou diploma ou não porque até tinha elementar, fiz elementar em Lourenço Marques, mas se tinha não apresentei também.

Irene: E esse elementar que fez em Lourenço Marques, em que escola foi?

Bispo: Paroquial na escola paroquial dali, mesmo na paróquia, chamam Paroquial da Catedral, o senhor Martins que era o pároco nessa altura tinha uma escola ali ao lado da paróquia.

Irene: E havia muitos africanos que frequentavam, ali?

Bispo: Nessa escola paroquial?

Irene Sim, sim.

Bispo: Praticamente éramos todos nós, não me lembro ter, éramos nós só.

Irene: Portanto, era um ensino distinto, racial, vamos lá dizer.

Bispo: Sim podemos dizer isso, por exemplo, o meu professor de rudimentar era um moçambicano mas de elementar era um português mas não me lembro, não sei; essa resposta não posso ser muito clara na medida em que naquela idade não me interessava ser branco ou ser preto éramos alunos, tudo igual para mim não pensava em muita coisa mas parece não havia, não havia nenhum branco éramos todos negros.

Irene: Diz que foi aluno do seu pai?

Bispo: Sim.

Irene: O seu pai foi formado onde?

Bispo: No Alvor.

Irene: No Alvor, em que ano?

Bispo: Olha o ano não vou precisar, mas eu creio que foram os primeiros alunos, aquela escola foi aberta por um ministro, o João Belo e deve ter sido depois daquele governo de Portugal de 1926/27 que houve esta escola. Sei uma coisa que posso dizer, eu nasci em 1927 e o meu pai era professor da missão em Chiavam. Se é Banze você conhece Chiavam.

Irene: Chiavam?

Bispo: Sim, não conhece?

Irene: Não conheço.

Bispo: Não viveu ali em Chidenguele?

Irene: Não, não, mas o nome era já Chizavane naqueles tempos?

Bispo: Sim, sim, bom, aquilo chamavam Mbabanine, mas era Chizavane então depois quando o governo pediu professores, alunos para a escola do Alvor então o meu pai também foi, o padre Fonseca alistou-lhe para ir para o Alvor para ir aperfeiçoar o professor.

Irene: Porque ele era professor, mas sem formação.

Bispo: Sim, é isso.

Irene: Na missão lá em Chizavane?

Bispo: Chizavane sim e depois então quando voltou já do Alvor já como professor já tinham escolas do Estado, já ele foi para (...) e outros foram para outras escolas; só realmente as datas é que me falham enquanto que eu conhecia as escolas todas da zona que estavam aqui que eram numeradas, mas os tempos já ...

Irene: E o bispo esteve a dizer que foi aluno do seu pai?

Bispo: Sim, primeiro para a Cartilha maternal, primeiras leituras, fiz lá em casa do meu pai.

Irene: Em casa, não na escola.

Bispo: É que morávamos ali.

Irene: Mas fez com os outros alunos?

Bispo: Sim com certeza.

Irene: Não foi o tipo de ensino que oiço dizer, é por isso que estou a perguntar, porque oiço dizer que havia aquilo a que chamavam ensino doméstico, agora não sei se estaria enquadrado no ensino do seu pai.

Bispo: Não.

Irene: Isso era outra situação?

Bispo: O ensino não sei que tipo de ensino, o que sei é que eu, por exemplo, quando fui-me apresentar ao meu pai para fazer o exame das primeiras leituras ele estranhou porque não sabia que eu estava na escola.

Irene: O seu pai não sabia que estava na escola, mas como, se era aluno dele?

Bispo: No nosso tempo ali, por exemplo, tinha 500 alunos naquela escola ali, 500 alunos um professor; então o quê que fazia? A maior parte dos iniciados estavam em baixo de uma árvore com uma Cartilha Maternal grande!

Irene: Isso de Cartilha Maternal, era tipo mapa ou quê?

Bispo: Era um livro, mas grande então punham assim num cavalete ali e todos podíamos ler mesmo de longe podia-se ler, também havia cartilhas maternais pequenas, mas aquele para o caso ali de tantos alunos era grande. Então eu aprendi, aprendi a brincar porque como era ali em casa e ver ali os meus conterrâneos da mesma idade era para mim uma brincadeira.

Irene: Portanto, os alunos sentavam-se, como é que faziam, sentavam-se ali no chão, e depois ...

Bispo: Um ia ler, por exemplo.

Irene: O professor o que é que tinha, tinha um pau ou qualquer coisa para orientar a leitura?

Bispo: Sim ele tinha para indicar a palavra, ou a letra, ou a palavra.

Irene: Sim, mas era o abecedário ali, como é que era?

Bispo: Começávamos no abecedário sim.

Irene: Na Cartilha Maternal.

Bispo: Sim.

Irene: A Cartilha Maternal continha o abecedário e mais o quê?

Bispo: Depois umas palavras era uma cartilha que tinha sido feita por um, aquele o João de Deus que era famoso, com palavras selecionadas, mas que realmente davam para a gente aprender a língua portuguesa.

Irene: Portanto, cerca de 500 alunos, mas tudo isso numa classe ou várias classes?

Bispo: Tinha e por isso é verdade o que é que acontecia? O meu pai como professor ele estava ocupado com a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> classe, aqui os alunos mais adiantados é que vinham ajudar os iniciados.

Irene: Não me diga!

Bispo: É assim mesmo que se fazia (ri-se).

Irene: Os alunos mais adiantados, quer dizer, mais adiantados como? Na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>?

Bispo: Sim na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>, portanto já vinham ou aquele que o professor visse que dava ou aqueles, porque não era o único você, hoje o diretor diz *vai para lá* e assim por aí...

Irene: E era assim até a 3.<sup>a</sup> rudimentar?

Bispo: Rudimentar sim.

Irene: E quando chegasse à 3.<sup>a</sup> rudimentar, para o aluno passar, como é que as passagens de classe se faziam? A partir da Cartilha Maternal?

Bispo: Bom, eu para os outros não saberei dizer; para mim o meu pai é que fazia por isso é que ele estranhou porque eu me apresentei para fazer a tal passagem, prova para passagem e ele é que me fez mas agora da 2.<sup>a</sup> para a 3.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe não sei parece-me que isso ou era a 3.<sup>a</sup> que já faziam em Manjacaze, eu sei que iam a Manjacaze e era o tal intendente, que era o diretor das escolas, faziam lá ele escolhia o professor por exemplo para fazer o ditado, ele é que escolheu o professor para fazer o ditado.

Irene: O ditado era prova de exame?

Bispo: Era uma das provas porque nós para aprendizagem tínhamos além da leitura tínhamos cópia, ditado, e ali também na 3.<sup>a</sup> classe parece que também tínhamos redação.

Irene: Não tinham contas, não?

Bispo: Oh capaz de faltar! Era a primeira coisa, Hein! Tabuada sabida de cor e salteado!

Irene: E tudo isso tinham que fazer no exame de 3.<sup>a</sup> rudimentar.

Bispo: Sim.

Irene: Era na escola oficial?

Bispo: Bom, naquele tempo na linguagem a escola oficial era dos brancos.

Irene: Agora a nossa como é que se chamava?

Bispo: Escola do Estado, ou escola; agora não me lembro bem se tinha uma classificação, talvez escola rudimentar; era o ensino rudimentar, escola rudimentar.

Irene: E então, quando o aluno terminasse, não é seu caso que como disse teve a vocação para o sacerdócio, os outros, o que é que faziam quando terminavam?

Bispo: Terminou, terminou.

Irene: Terminou, e depois o que é que vai fazer para o seu futuro, trabalho ou quê? Como é que é?

Bispo: É isso mesmo quer dizer, como também naquele, no meu tempo uma boa parte dos alunos eram adultos já, não eram crianças.

Irene: É verdade, entrava-se com que idade?

Bispo: Eh não havia idade limitada, só sei que os meus companheiros eram mais crescidos do que eu, eram mais velhos e, portanto, muitos deles quando já sabiam falar é que iam para L.M. para serem moleques, já podiam relacionar-se com a patroa ou com os senhores.

Irene: Com a 3.<sup>a</sup> rudimentar?

Bispo: Sim.

Irene: Ah sim, não havia saídas profissionais, por exemplo, sei que havia escolas de artes e ofícios ou coisas assim.

Bispo: Sim, escolas de artes e ofícios não sei quando é que teriam começado, eu conheci a escola de Moamba, mas a escola de Moamba conheci já estava no seminário; podia ser, quer dizer, o problema também era este: a escola de Moamba praticamente só ia quem queria e o nosso povo não estava interessado, não ligavam muito essas coisas de maneiras que quero-lhe contar uma coisa, eu depois, mas depois já de um tempo eu acho que tinha terminado o meu curso de seminário, estava a fazer o estágio na Missão de Matutuine, na Catembe, e o padre teve de alojar ali os alunos de 4.<sup>a</sup> classe e alimentá-los porque se não fizesse isso eles saltavam para o Natal, trabalhar, para eles era uma forma, a vida deles era no Natal ou lá no cultivo de cana doce então ele teve que pagar dar alimentação para poderem fazer exame porque tinham (...) mas chegava a altura cada qual debandava para onde queria então para não fugirem deu a alimentação ali. Portanto estudava-se, mas depois cada qual seguia a sua vida como todos estavam em casa.

Irene: Então, neste caso, qual era o objetivo do ensino, quer dizer, não tinha finalidade profissional, a pessoa estudava, mas os alunos que, vamos lá ver, os alunos que terminavam a 3.<sup>a</sup> rudimentar sabiam já ler e escrever?

Bispo: Ah, mas muito melhor talvez do que muitos das nossas graduações aqui! Isto porque, e é engraçado, aquilo que eu pelo menos tive experiência é que podia terminar a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar mas sem saber bem falar português porque faltava a prática por estar ali naquele ambiente, mas bastava entrar numa casa como moleque alguns meses depois falava perfeitamente porque a gramática estava gravada, a gramática estava gravada, pouco tempo depois falava muita coisa.

Irene: E já agora, o seminário onde estava, era para os nativos, os africanos?

Bispo: Sim, sim.

Irene: E esteve lá quantos anos?

Bispo: (Ri-se).

Irene: Foram muitos?

Bispo: Bom, o seminário, o seminário se for um seminário menor, eram 5 anos, mas lá está eu como sempre andei a começar era dos primeiros alunos então quando fiz, quando terminei o 5º ano, o bispo não tinha decidido ainda se abriam um seminário maior aqui ou íamos para Angola. Entretanto possivelmente porque também para abrir um seminário maior precisava de ter professores competentes e naquele tempo com conversões religiosas talvez tivesse muita dificuldade em encontrar; então naqueles anos eu fiquei a dar aulas no seminário, também perdi um ano a dar aulas no seminário depois é que então decidiu abrir o seminário em Namaacha.

Irene: Oiço dizer, já me informaram, que depois da Concordata, as escolas foram entregues à Missão Católica, à Igreja Católica, portanto, a Igreja Católica é que formava professores, mas alguém me disse também que as pessoas que iam para o seminário bastavam sair do seminário já podiam lecionar nas escolas. Gostava que me explicasse.

Bispo: Quer dizer, é o serviço mais fácil que alguém podia fazer uma vez que tinha aquela formação, os padres aceitavam com certeza. Por exemplo, esse meu companheiro que depois ia com ele à missão ele também foi para o seminário, mas ele saiu para professor lá na missão. Foram vários quer dizer, todos que foram meus companheiros depois foram professores.

Irene: É isso que me disseram, portanto, acabavam o quê, 5 anos e depois eram professores?

Bispo: Lá no seminário não era isso é que o aluno desistia de continuar o ensino do seminário.

Irene: Agora o que quero saber, esses que desistiam e iam para professor desistiam depois de quanto tempo? Queria saber se, por exemplo, podia-se desistir passado um ano e ir ser professor ou não, ou seria depois de 2-3 anos?

Bispo: Sim, porque não havia, não havia nas missões além dessas escolas do Estado que receberam e que eram poucas tinham as missões escolas próprias com catequistas que não tinham grande formação. Por exemplo, eu quando cheguei a Maleice o padre que encontrei, e trabalhei com ele, disse mesmo que *eu de noite passei aqui a ensinar os catequistas para ver se vão ensinar lá fora*. Ele é que formava ali os poucos, não havia gente formada, não havia escolas por isso é que a escola de Alvor foi a primeira a formar professores. Então foram buscar desses que já sabiam, que trabalhavam nas missões com os padres é que foram buscar.

Irene: E, portanto, depois como o ensino evoluiu consoante a época, esse ensino primário, dado ter havido esse rudimentar, quando já estava quase a independência houve reestruturação ou qualquer coisa, sabe-me dizer sobre isso?

Bispo: Isso já há de me escapar porque nessa hora eu estava no seminário, mas como digo aquilo que fui encontrar na Missão de Maleisse quando sai era isso mesmo porque davam o ensino rudimentar, mas já tinham que ter a 4.<sup>a</sup> classe e mesmo já faziam também o 1.<sup>o</sup> ciclo.

Irene: Ah sim, na Missão de Maleisse?

Bispo: Sim, e em Mangunze também.

Irene: A partir de que ano é que faziam já o primeiro ciclo?

Bispo: Já não posso lembrar as datas já me escapam. Eu já estava em Maleice, até o padre que fez isso lembro que foi pedir as irmãs e foram lá para...

Irene: E, portanto, como seminarista não tiveram problemas de indigenato, de serem indígenas. Será que não vos afetou que eram indígenas, por exemplo, terem sido perseguidos para chibalo, ou estavam mais seguros?

Bispo: Não; quero dizer, o chibalo se nós formos a ver era especialmente para aquelas pessoas desocupadas, portanto estão ali em casa deles na terra deles não fazem nada vão à caça, não faziam nada era a esses que quando o administrador queria um, quando uma empresa queria pessoal trabalhador o administrador mandava o régulo queremos tantos homens então o régulo apanhava a gente no seu regulado e mandava para o chibalo e agora se um aluno saiu do seminário esse já não está para chibalo lembro-me por exemplo havia o tal regime de assimilados que era preciso fazer eu não precisei disso.

Irene: Quem estivesse no seminário não era preciso?

Bispo: Claro, com a teologia que eu tinha o que é que queriam mais (ri-se), o que é que queriam mais?

Irene: Ah sim! Então no tempo colonial como sacerdote, chegou a trabalhar com outros sacerdotes brancos?

Bispo: Esse, o cónego Boavida estava lá na missão.

Irene: E não sentiam discriminação?

Bispo: Não, quer dizer eh ....

Irene: Não eram discriminados por outros sacerdotes?

Bispo: Não, porque o que acontece é o seguinte: ali por exemplo no seminário de Maleice ele já estava lá vários anos e praticamente passou anos com os indígenas por isso essa coisa de, é verdade que ele fazia porque isso é uma coisa também natural, o que é que fez, foi o seguinte: eu tinha um companheiro que estava no seminário, estávamos no mesmo seminário, então quando estava na filosofia e já andávamos de batina foi passar férias lá, comeu na cozinha.

Irene: Comeu na cozinha?!

Bispo: É verdade! Comia na cozinha e chocou-me um bocadito porque aqueles camponeses brancos que estavam lá comiam connosco na mesa, mas aquele não, já enfim...

Irene: É o ser humano esse...

Bispo: São inevitáveis coisas dessas mas é engraçado porque eu tenho uma coisa assim, até porque quando eu procuro na história ver, na Bíblia por exemplo, nós nunca encontramos essa distinção de pretos e brancos não há, portanto quer dizer naquele tempo ainda não havia isso mesmo na história civil assim só quando houve segundo a terra se é africana, se é cipriota e mais nada não falam de cor, a cor parece que é uma coisa recente.

Irene: Sr. Bispo, acho que já recolhi o essencial que eu precisava e quer a sua própria história de vida, realmente que é muito melhor, assim, porque a pessoa conta aquilo que passou não tem que pensar, não é aquilo que ouviu dizer. E agora está reformado não é, emérito?

Bispo: Sim.

Irene: Esqueci-me, gostaria de me certificar que Maleice era uma missão?

Bispo: Sim.

Irene: Pois, depois foi nacionalizada, após a independência.

Bispo: Sim tudo foi nacionalizado.

Irene: Tinha escola também lá?

Bispo: Claro tinha oficina também de carpintaria.

Irene: E recordo-me disto, já agora pode-me dizer, se bem que não se enquadra bem no tema, mas talvez também, até certo ponto, depois destas nacionalizações, porque levaram tudo, e depois passados os anos 1990, ou quê, o que é que receberam de devolução e qual é a situação atual das igrejas, das missões, no que toca ao serviço daquelas escolas que tinham tudo?

Bispo: Nós já não temos o ensino nas escolas.

Irene: Já não têm?

Bispo: Não se temos, temos as chamadas escolas privadas, mas isso é como cada qual quando pode.

Irene: Mas dirigidos pelas missões?

Bispo: Sim por exemplo aqui é diocese tem essa escolinha aqui, aqui mesmo atrás aqui da diocese e temos outra até 12.<sup>a</sup> classe lá em cima.

Irene: É gerida pela diocese.

Bispo: Mas isso é conforme as capacidades de cada um não é uma coisa assim.

Irene: De cada diocese?

Bispo: Quer dizer, antigamente por exemplo na missão de Mangunze existiam umas 50 escolas agora já não tem nada disso porque até mesmo escolas privadas lá nas missões não sei se há aqui na diocese na cidade sim é possível agora que me falou de um ensino doméstico não sei o que seria queria dizer o quê houve também um tempo em que houve escolas não sei se eram um professor por exemplo habilitado, abria uma escola que não era controlada pelo Estado nem pela missão era a escola dele mas os exames faziam oficialmente; eu conheci um que fazia mas havia vários mesmo agora até agora ainda há.

Irene: Portanto, a diocese aqui do Xai-Xai tem duas escolas: uma secundária e uma escolinha.

Bispo: Sim da cidade até a 7.<sup>a</sup> e depois a de lá até a 12.<sup>a</sup>.

Irene: Portanto os fundos são da diocese, ou vêm de Roma como é que é?

Bispo: Eh estas escolas são para os seus alunos.

Irene: Sim, mas para iniciar a escola, não foram os alunos que compraram as carteiras, que compraram isto, o material não é, a gestão, a manutenção, as escolas; penso eu que o que os alunos fazem é pagar as propinas.

Bispo: Sim, eu realmente não sei até porque por exemplo até fui eu que comecei aquela escola aqui, mas não posso-lhe dar como era uma necessidade, a escola que existia a escola paroquial antes.

Irene: Mas tinha sido nacionalizada, não é?

Bispo: Sim.

Irene: Será que haveria ainda nas escolas carteiras ou outro material?

Bispo: Não, não havia nada, mas depois entregaram, pedimos.

Irene: Entregaram a estrutura?

Bispo: Sim a estrutura.

Irene: Não a reposição dos vidros partidos e tudo mais.

Bispo: Nem pensar! Então reorganizamos pronto e agora já esta diretora que está lá já fez o 2.<sup>o</sup> andar ali naquele prédio e aquela escola também já construímos lá a escola secundária, de facto os alunos só pagam o valor das propinas.

Irene: E agora esses alunos tem como condição serem católicos, não é?

Bispo: Não, não.

Irene: Não?

Bispo: Até aqui há muitos muçulmanos ali.

Irene: Ah sim!

Bispo: Muitos.

Irene: Mas não tem ali uma aula de Moral, Educação Moral ou algo semelhante.

Bispo: Moral geral porque o país permite moral geral, mas não catequese, catequese não.

Irene: Portanto, não há nenhum espaço para evangelização, tratando-se de que é uma escola, são escolas da diocese, não há nenhum período para evangelizar os alunos.

Bispo: Diretamente assim não porque temos o programa oficial, a escola esta é nossa, mas o programa é um programa oficial por isso não há lá lugar para catequese nós não vamos pô-la.

Irene: Sim, mas não há lugar também para anunciar aos alunos que, “olhem ao domingo temos ali missa”, etc. e que devem ir?

Bispo: Não esse aspeto é porque isso não é só para esta nossa escola, mas é para todas as escolas que são desta zona, é para todas, portanto o que acontece é que nós ficamos assim a catequese agora é dada na paróquia ou na comunidade cristã, não na escola.

Irene: Mas como é que vão saber os alunos que têm que ir à aula de catequese?

Bispo: São os pais.

Irene: Não os professores?

Bispo: Não.

Irene: E os professores, são quaisquer professores, não têm que ser professores católicos, não têm preferência pelos católicos?

Bispo: Não, porque por exemplo, nós tínhamos até uma escola privada do seminário em Chongone e os professores não tinham dinheiro para pagar, os professores eram professores oficiais aqueles que se ofereciam ir dar aulas lá e nós pagávamos conforme podíamos.

Irene: Olha sr. Bispo, muito obrigada por este tempo; acho que já recolhi informação que eu precisava, que vai ser muito útil. Posso dizer que é o primeiro caso, eu entrevistar um sacerdote, estou muito grata por isso e quero agradecer a sua amabilidade. Da minha parte só se tiver uma questão, ou quê, caso contrária, daria a entrevista como terminada.

Bispo: Vai desligar agora?

Irene: Sim, se não tiver uma questão.

Bispo: Sim, a minha questão é outra coisa pode desligar.

Irene: Então a entrevista está terminada.

### **Informante nº 33 - Eugénio Simbine (IES-93)**

Data da entrevista: 20/07/2014

Duração da entrevista: 1 hora 10 min.

#### **Caracterização da entrevista**

O entrevistado é o mais velho de todos. Apresenta uma estrutura física perfeita: alto, com costas direitas, caminha a ritmo normal e fala com voz forte. Nascido em 1922, as memórias da sua infância, a pastorícia, o seu ingresso na escola, com oito anos de idade, em 1930, a identificação completa dos seus professores e da sua localidade, revelam uma excelente capacidade de memória. Comunica com energia e dá aulas em sua casa. Sempre ligado à Igreja Católica, por designação do Arcebispo de Lourenço Marques, D. Teodósio Clemente de Gouveia, após ter concluído a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, foi professor, nas missões católicas, dos alunos com quem estudava na 3.<sup>a</sup> classe e 4.<sup>a</sup> classe. Enquanto aluno-professor, passou com 18 valores no exame da 3.<sup>a</sup> classe elementar e com 16 valores no exame da 4.<sup>a</sup> classe. Revela um elevado nível de conhecimento sobre a política colonial. Dá explicações a grupos de alunos em sua casa. A entrevista foi realizada em casa do próprio.

#### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, prof. Simbine

Simbine: Muito boa tarde, minha senhora.

Irene: Agradeço esta oportunidade que me concedeu de eu vir aqui, entrar em sua casa. Não nos conhecemos, foi apenas através de um contacto com o padre, mas o professor teve confiança, confiou-me e já eu estou aqui. Acompanhou-me até aqui aquele senhor que também já entrevistei. O que me traz aqui é, concretamente, o tema. É sobre o ensino colonial em Moçambique. Estou neste momento, nestes últimos anos em Portugal, onde estou estudando, e o tema da minha pesquisa é o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino primário rudimentar no tempo colonial. O que eu pretendo saber, neste contexto, é a génese desse ensino rudimentar e a sua evolução até à independência. Portanto, estou a tentar recolher, mais informação possível, junto de pessoas que, através da sua própria história de vida porque eles próprios fizeram esse ensino, conhecem aquilo que é, ou porque foram também professores sabem aquilo que ensinaram, para que me digam concretamente o que é que foi esse ensino primário rudimentar, por que é que se chamava rudimentar, será que no tempo colonial seria o único sistema que haveria e se não, qual era o ensino alternativo, será que havia alguma saída profissional ou saídas profissionais para os alunos com o ensino primário rudimentar? Atendendo à sua idade, daquilo que me disse, parece que tem 92 anos, se não estou em erro, tudo o que o senhor me puder dizer, daquilo que se lembra, claro, não estou a pedir aquilo que não se lembra nem lhe estou a dar oportunidade de ir consultar; apenas tudo o que se lembra, sabe, pois a nossa memória é curta não podemos gravar tudo, mas tudo vai ser útil, portanto, agradeço, não lhe coloco restrições de tempo nem de nada.

Simbine: MUITÍSSIMO obrigado. Primeiramente agradeço a sua vinda aqui na minha casa e a confiança que depositou o padre Eugénio Mutimukulu porque eu não sabia que tenho história porque muitos desprezam os velhos. Pela vez primeira na história receber uma pessoa de grande carácter como a senhora, entretanto, eu vou tentar então explicar aquilo que eu fui. Sou Eugénio Simbine, natural de Incadine, localidade que é o posto administrativo de Chidenguele, distrito de Manjacaze, província de Gaza, mas nessa altura era distrito Gaza, não era província. Agora, nasci no dia 26 de fevereiro de 1922, agora entrei na escola com 12 anos, então em 1930 só ia lá brincar consideravam-me um menor. Na altura em que comecei a andar na escola saía da pastorícia, eu era pastor de dois currais então a minha vida foi esta: o primeiro professor foi o Ze Oloza em 1930-1932 até 33 é que saiu veio o professor Duarte D. Langa foi o segundo meu professor, o professor que ensinou até 1938, salvo o erro.

O ensino colonial aquilo que eu sei só investia nas escolas indígenas, nas escolas indígenas era escola oficial rudimentar agora as escolas oficiais só podiam encontrar então mais evoluídas só nas vilas como por exemplo, em Manjacaze havia uma escola oficial, mas também havia escola rudimentar que eu conheço um professor chamado Raul Chicoiane foi o melhor então professor que existiu em Manjacaze e era subinspetor. Ora quando eu entrei na escola para começar então a ensinar havia um livro grande na altura chamava-se Cartilha Maternal, com letras grandes, tinha cavalete para então encostar esse livro e tinha o livro da I Parte, I Parte o que ensinava é Cartilha Maternal a I Parte, e então vinha então a II Parte, essa II Parte saber, tem as letras já quem sabia ler e escrever o abecedário. A primeira coisa ensinava o abecedário e as vogais, tinha que saber escrever bem e escrever o seu nome.



Porque é que o branco, ou o português tinha criado então esse sistema? Ele preparava bem um indivíduo, um aluno ou um preto para poder compreender quando ele manda o trabalho, para trabalhar a gente compreender o português, preparava muito bem, as primeiras classes. Eu aprendi I Parte, Cartilha Maternal, feito por João de Deus e depois da II Parte era as primeiras leituras, chamávamos primeiras leituras, depois das primeiras leituras íamos para a 2.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe para nós o preto era 2.<sup>a</sup> classe já que tinha caducado na parte dos portugueses, deixavam para a gente aprender com aquele livro moral, educação e eu na altura como não sabia ler e escrever vinha o professor dava-me trabalho da casa, ir buscar água uma lata de 15 litros, eu tinha um comportamento positivo e o professor como via eu ganhei estima agora comecei a estudar até 2.<sup>a</sup> classe, com o professor Duarte Tomo, foi em 1938, foi substituído por Raul Jorge Matitimeni, um professor maronga então depois o professor Raul Jorge Mapequinine veio Zacarias Bento Guambe, em 1940 até 1942.

As escolas eram oficiais, a partir de 1926 até 1940 através da Concordata da Santa Sé. Eu aprendi doutrina em 1940-41-42-43, 4 anos, estávamos homens já dos seus 18 anos, 17 anos, então fui batizado em 1943 no dia 27 de novembro. Foi a única coisa que posso dizer que o governo português uma parte fez muito bem porque não sabíamos o que era respeitar, se é doutrina, respeitar o grande, era só ensinar, aprender só respeitar o branco o como é também não era coisa era o medo de palmatoadas, até fiquei como ajudante do professor, 41-42-43, veio o Ângelo Mafukeni Manhique esse que substituiu o prof. Zacarias Bento Bonifele Guambe. O meu comportamento não mudou foi um rapaz com princípio, respeitado era um visitante das escolas o inspetor. As escolas visitavam eram visitadas pelo inspetor. Qual era a missão do inspetor? Era de inspecionar o recinto, fazer provas pelas escolas, e o aproveitamento e então prova do exame delegava alguns professores com conhecimento para examinar, mas tinha a frente então um professor branco. A missão do inspetor inspecionar o ensino, colocar os professores, enquanto que o diretor trabalhava na secretaria, dar vencimento aos professores quando pagar e nomear e dizer o inspetor onde falta, onde há necessidade de professor. O diretor é que mandava, mandava o professor lá, e pagava os professores, era missão do diretor da escola, nessa altura era diretor escolar, que era diretor de um distrito. Qualquer professor mesmo que seja branco era diretor da escola, mas quando era distrito ou província é diretor escolar. Posso dizer que fui indicado como professor quando as escolas se passaram para as missões, quando os padres precisavam de professor iam ter com os professores que estavam lá. Qual era o rapaz muito bom com juízo? Então fui indicado então pelo professor da minha escola, que era meu professor. Posso falar temos tempo?

Irene: Sim, estou a gostar.

Simbine: Posso continuar?

Irene: Continua, continua.

Simbine: Ya, um professor antigamente era antes de passarem as escolas para as missões era mandado na administração, tinha um superintendente que zelava pelos professores das escolas, o superintendente é que era professor maior lá, de todos os professores desse distrito ou dessa localidade. Superintendente era o professor maior, todos prestavam ao professor, os professores prestavam contas ao superintendente que ficava na administração. Por exemplo na minha terra os superintendentes ficavam em Manjacaze é lá onde fui professor. Onde aprendíamos a escrever, ler era nas ardósias com ponteiros, eram lápis àqueles alunos mais adiantados tinham caneta, caneta com um aparo, o aparo que então tinha um tinteiro, deitavam tinta que vinha da inspeção, deitavam nos tinteiros, mergulhavam lá e escrevíamos com os ponteiros no papel almaço só os da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe. Por que é que chamaram escola rudimentar? Era o ensino que podia só limitar na 3.<sup>a</sup> classe quando muito 3.<sup>a</sup> classe elementar, mas tinha que deslocar até à administração para tirar 3.<sup>a</sup> classe elementar. 3.<sup>a</sup> classe elementar era 1.<sup>o</sup> grau, 4.<sup>a</sup> classe era 4.<sup>a</sup> classe complementar que tinha equivalência de 2.<sup>o</sup> grau nessa altura. Então passou a conviver neste sistema português. Como é que veio e aboliu a escola oficial porque havia o Alvor? É que os professores do Alvor eram ensinados por um branco e aplicava então a lei, sabia a lei tanto que um professor não podia ir à escola sem casaco, tinha que ir para a escola casacado com gravata ou então com balalique, era proibido. Quando ia para a escola ...

#### **Interrupção porque toca o telemóvel**

Irene: Continua.

Simbine: Os professores do Alvor não podiam ir à escola descasacados, tinham que levar casaco, gravata porque foram os primeiros civilizadores. Tinha que andar bem vestidos portanto recebiam 600\$00 na altura que era muito dinheiro na altura, 600\$00, não podia ir o professor na escola com uma camisa, com camisete não, era proibido porque estavam a civilizar e tinham leis portanto quando for a

administração, vão então bem vestidos gravatados, na escola também eram obrigados porque estavam a civilizar, portanto eu estava a dizer que, isto quer dizer, os professores como recebiam a lei durante as aulas em que estavam a receber no Alvor sabiam a lei mas quando tiver um problema de um professor, quando teve um problema o professor coloca ao administrador era resolvido na administração então o professor, o tal administrador queria bater o professor, bom o professor como sabia a lei disse não tem direito você de me bater, discutiu muitas vezes, muitos dos administradores não estavam bem preparados não sabia eram da 2.<sup>a</sup> classe, eram da 3.<sup>a</sup> classe sabiam mal falar alguns eram condenados vinham para Moçambique estou a esclarecer aquilo que eu sei portanto o professor fala, falou português andou a ensinar-me mal o professor, ensinou-me mal então o administrador ficou calado, caladinho não podia então foi quando então resolveu mandar então uma carta para o Salazar não pode formar gente, esta gente está a tornar-se dependente porque não nos respeita fecharam o Alvor, fecharam o Alvor por causa de que? Porque o professor discutia ativamente com o administrador, o administrador estava limitado porque apesar de ser a língua dele, mas ele não sabia de fundo eu julgo que talvez seja esse motivo que fecharam o Alvor ver se está lá para 1957, 47 o Alvor. O professor, o governo, as missões acabaram com o Alvor começaram então a recrutar pessoas com 3.<sup>a</sup> classe rudimentar para só ensinar até 2.<sup>a</sup> classe quando há um professor que só tirou tinha 3.<sup>a</sup> classe e tinha que ensinar 2.<sup>a</sup> classe, limitava-se só a 3.<sup>a</sup> classe e não podia passar mais para frente por essa razão Moçambique ficou atrasado por causa da política que veio abolir então o ensino, mas os primeiros portugueses eram mesmo queriam civilizar isto alguns descontentes que estavam cá queriam civilizar isto tanto que a inspeção faz prova de aproveitamento mensalmente porque tem que acompanhar o programa o inspetor, pode fazer essa prova de aproveitamento através daquilo que o professor ensina na escola mas vinha o oficial em todo do Rovuma até Maputo fazer inspeção às provas de aproveitamento. Agora não sei a missão do inspetor se visita a escola, se orienta a escola, não sei mas a verdade eu neste nosso governo eu tenho criticado quer dizer criticar não, eu tenho dito nas reuniões não é criticar porque criticar é dizer erradamente eu disse é melhor a pátria seja sentida nas escolas se mal preparado um aluno, mal instruído porque antigamente escola era instrução primária não era escola primária, escola primária rudimentar, falava de instrução, instrução isso é que era, instruir porque está instruir o mundo é melhor que quando a gente não instrui este mundo estamos então a instruir o veneno eu na minha vida um doutor não pode lutar pelo caminho com qualquer pessoa seja quem for fosse quem fosse que estudou um doutor, um engenheiro nunca pode zangar com uma pessoa no caminho não, só um buçal é que pode devemos preparar pessoas para o futuro deles de amanhã eu fui professor desde 1944 que me recrutaram eu ensinei até me aposentaram.

Irene: Em que ano?

Simbine: Eu me aposentei já estava a trabalhar na secretaria foi então em 1987 que me aposentei, trabalhei 45 anos como professor, não havia desconto era só basta reformar não tinha reforma para bem dizer reformava por velhice o que eu sei quando reformava os professores porque os professores não eram funcionários quando passaram as escolas para as missões já deixaram de ser funcionários agora só o Estado aquele que trabalhou como intérprete esses é que eram funcionários do Estado por quê? Podiam reformar, mas tinha que receber metade do seu vencimento. O professor da missão não era reformado até morrer o que eu sei portanto mas as igrejas, a Igreja Católica ajudou porque educou sabia que isto é pecado, isto é mal, não mata, tem que amar o irmão, a igreja trabalhou muito com Moçambique mas muito é claro que não há bem sempre que dure nem mal que sempre dure eu mesmo tiro o chapéu à Igreja Católica Apostólica Romana; saber o que é pecado, roubar é pecado, matar é pecado, faltar respeito é pecado e agora há muitos assassinos. Agora matar não digo que não matava na altura mas havia às vezes uma razão eram poucos também a população era pouca eu estou muito grato por ter vindo entrevistar-me para eu dizer aquilo que eu sei, aquilo que eu vi, sofremos na era colonial; o Mondlane quando doutorou-se em 1957 ficamos satisfeitos, o branco não queria que a gente lesse o jornal, não sei se está a entender, não queria que lêssemos o jornal porque se não ficávamos espertos mas a gente roubava ler o jornal o Brado Africano o primeiro jornal do preto vinha até Shangané mesmo ali e o português o Brado Africano portanto isso era o sistema colonial não podemos aumentar o dinheiro ao preto por quê? Se não casa com as nossas mulheres, casa com as nossas filhas quer dizer; portanto tínhamos o sistema do apartheid o mesmo na África do Sul o jornal que eu sei era o Brado Africano porque era o mesmo para os africanos veio o Notícias que foi fundado em 1926, veio o Diário era jornal do governo, o Diário, são esses jornais bem estes de agora, Tribuna é agora é agora Tribuna mesmo quando já tinham guerra, já começavam a ler tiraram esses problemas a gente conseguir comprar

portanto posso dizer que em suma agradeço imenso à Igreja Católica ensinou o respeito, ensinou o bem e apontar o mal, educou moralmente e educou civilmente, havia moral e educação cívica, moral cristã e educação cívica, essas duas coisas foram muito bem para aqui em Moçambique. Agora queria apelar para ensinar a nossa gente porque nós não, a gente não está a acabar hoje esta nossa terra não foge, não corre, e preparar bem os nossos filhos, os nossos netos para termos o nome amanhã e não hoje. Eu fui o primeiro aqui no Xai-Xai a ensinar a 4.<sup>a</sup> classe, do ensino rudimentar.

Irene: Em que ano?

Simbine: Foi em 1963, 62-63 comecei 4.<sup>a</sup> classe agora ali cada professor já tinha que agora ensinar mesmo aqueles do Alvor eram proibidos então darem a 4.<sup>a</sup> classe, só ensinavam na missão é que era aceite mas vi que era difícil sair daqui deslocar 7-8-10 km para aprender 4.<sup>a</sup> classe chegavam de desistir não concluir e eu criei doutores os meus colegas optaram por ensinar, veio encontrar a Frelimo enquanto já tem 4.<sup>a</sup> classe nas escolas também sempre há razão para o professor agora não pode ensinar ou deixa passar não ensina saber ler e escrever por causa de percentagem. Percentagem quando um professor não tem percentagem diz que é mandado embora, como é? Tem que repetir o aluno repetir até saber. Tem que repetir, quando não sabe tem que repetir, sabe como é que dizem sei ensinar a primeira coisa eu tenho que estudar o aluno ver se ele me vai compreender ou não tem que conhecer o aluno de fundo, e o aluno deve conhecer o professor para poder receber quer dizer, o aluno deve estar satisfeito para poder receber a explicação do professor, e o professor deve estar contente tem que entrar no aluno para quê? Para então o aluno perceber, está a compreender isso? Se então o aluno não conhece o professor como é que pode perceber bem, por que não aceita, o professor vai dar o aluno não percebe como é que pode saber vai dar, não sei, a minha maneira é um prisma que tem muitas faces outra pessoa vê a face do outro lado eu vejo do outro lado portanto não se pode eu agradecia, é um apelo isto que estou a fazer vocês que são doutores têm que explicar bem isso ao governo, vocês que estão ao pé do governo explicar, agora eu estou satisfeito por ter vindo cá entrevistar, dizer pode fazer perguntas agora para eu puder responder.

Irene: Muito obrigada, gostei muito, o desenvolvimento que fez é muito interessante e há aspetos aqui que posso dizer que desconhecia, a regra, a etiqueta dos professores, tinham que ir vestidos com casacos, essas coisas, e também aquele aspeto que me contou, a relação conflituosa inicial que conduziu a que Alvor se encerrasse, o facto de os professores conhecerem as leis e os administradores porque tinham 2.<sup>a</sup> classe, ou quê, isso é uma coisa que realmente desconhecia. E agora, claro, como disse, eu vou colocar algumas questões, é só para aprofundar, para eu ter conhecimento. Portanto, foi nomeado professor, não chegou a tirar o curso de formação de professor?

Simbine: Eu não cheguei a tirar o curso de professor, só que fui aperfeiçoando, até cheguei a ter vocação porque é preciso ter vocação quando não tem vocação não vale nada, não vale nada não vale a pena ser professor é preciso ter vocação; a vocação é força, vontade, eu quero ensinar mesmo com todo o coração, custa ou não custa mas tem que quando tem vocação não custa. Sabe, se a gente vai por dinheiro a gente não vai ensinar porque mesmo o dinheiro, porque com o dinheiro não se faz o murro é a pessoa, pedra completa faz murro não se pode fazer murro, ignorância com a preguiça sem vocação portanto é assim a minha maneira de ser.

Irene: E foi professor numa missão católica ou de uma escola católica, e onde?

Simbine: Fui professor em Baule, fui professor em Nhandimo, fui professor em Nhachiquene, fui aqui em Inhamissa.

Irene: No tempo colonial, tudo isso?

Simbine: No tempo dos padres, porque as escolas passaram em 1940 quando eu comecei a ensinar em 1944, já eram as missões que mandavam.

Irene: Missões católicas, a igreja católica.

Simbine: Exatamente no tempo de D. Teodósio Clemente de Gouveia que era Arcebispo de Lourenço Marques.

Irene: Sim, sim, sim. Então foi professor dessas escolas que enumerou, das missões/ou escolas católicas?

Simbine: Exatamente, sim das escolas; demorei, eu até estudei 4.<sup>a</sup> classe com os meus alunos.

Irene: Porque só tinha a 3.<sup>a</sup> rudimentar quando foi nomeado?

Simbine: Só tinha 3.<sup>a</sup> rudimentar.

Irene: E depois estudou 4.<sup>a</sup> classe através...

Simbine: 3.<sup>a</sup> classe elementar com os meus alunos, 4.<sup>a</sup> classe com os meus alunos.

Irene: E quem lhe fez as provas, a inspeção?

Simbine: A inspeção, vinham provas da inspeção porque havia escola oficial, tinha um inspetor, ia à missão quando for 4.<sup>a</sup> classe ia à missão, mas mandava as provas da escola da inspeção escolar que é oficial.

Irene: Mas como está a dizer, estou interessada porque diz que fez com os seus alunos.

Simbine: Exatamente, exames com os meus alunos.

Irene: E os alunos souberam que o professor também estava a fazer exame?

Simbine: Exatamente.

Irene: Souberam?

Simbine: Sim, eles tiveram os seus valores e eu com os meus valores.

Irene: Quantos valores já agora?

Simbine: Tive 18 valores 3.<sup>a</sup> classe elementar e agora no ensino da 4.<sup>a</sup> classe 16.

Irene: Pois é, eu estava a perguntar como é que os alunos reagiam se então o professor ia fazer as provas de exame com eles, como é que reagiram, fez exame com eles da 3.<sup>a</sup> classe elementar?

Simbine: Elementar e 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Como é que os seus alunos reagiram?

Simbine: Eu tinha que porque eu explicava que eu não tinha, mas eu ensinava matéria de 3.<sup>a</sup> classe elementar e então com eles ia fazer o exame, ensinava matéria da 4.<sup>a</sup> classe, acompanhava os alunos para o exame ia também fazer porque nessa altura no governo um professor sem 4.<sup>a</sup> classe não podia auferir um bom dinheiro.

Irene: E que notas teve? Que disse qual foi a sua nota de 3.<sup>a</sup> elementar?

Simbine: Cerca de 16.

Irene: E da 4.<sup>a</sup>?

Simbine: Da 4.<sup>a</sup> classe 16 valores agora da 3.<sup>a</sup> elementar 18.

Irene: E teve alunos da 3.<sup>a</sup> elementar que ensinou e que teve notas idênticas às suas?

Simbine: Até fiquei às vezes ultrapassavam a mim.

Irene: Já viu! Isso é engraçado.

Simbine: De maneira que isto depende da vocação.

Irene: Da vocação sim, portanto ensinou essa parte do ensino rudimentar, esse ensino rudimentar não chegou a cessar, continuou?

Simbine: Continuou.

Irene: Até quando?

Simbine: Bem, o ensino rudimentar foi até 1940 o ensino rudimentar só ficava então a escola primária, a partir de 1941/1942 era com as missões até chegar a independência.

Irene: Agora estou interessada, esteve-me a dizer qualquer coisa, conheceu o meu pai, o meu pai esteve aqui no Xai-Xai, ou quê? Como professor, pode-me explicar essa parte.

Simbine: O seu pai era religioso, quando passaram as escolas para as missões ele ensinava era um professor do oficial.

Irene: Onde?

Simbine: Ali na escola, hoje é Santa Isabel, agora havia quartos ali para ficar professor porque o governo colonial não podia fundar uma escola sem fazer a casa, não podia, tinha que fazer uma casa com quarto do professor com dois quartos pelo menos e agora ele ficava na escola, quando então passaram as escolas para as missões então o sr. Banze, James Banze, grande professor aquele! Grande professor ali é muito conhecido então detestou o problema de que não podia rezar foi então quando deixou então de ser professor dali porque ele não podia deixar a igreja, porque perseguiram as igrejas como na altura perseguiram as igrejas, católicas, os padres não é, os pastores não é, esses pastores da igreja protestante foram atrás dele, outros mesmo morreram na prisão, mas então foi quando então deixou o teu pai de Manjacaze lá para...

Irene: Tavane, exatamente.

Simbine: Foi grande professor ele!

Irene: Foi professor durante alguns anos, ali, na Escola Santa Isabel.

Simbine: Muitos anos foi até 1947, quando ele saiu.

Irene: E quem pagava o salário, era o Estado?

Simbine: Ele auferia o dinheiro do Estado, mas quando eles iriam-lhe cortar o dinheiro então bateu as asas.

Irene: Mas então, para ele ensinar ali, tinha sido nomeado por quem?

Simbine: Nomeado pelo governo.

Irene: Pelo governo, nomeação oficial?

Simbine: O governo por nomeação oficial.

Irene: Mas diga-me lá, estou interessada em saber, se é que foi o governo oficial, será que saiu no boletim?

Simbine: Saiu no boletim não pode ser transferido um professor sem sair, entrar no boletim oficial.

Irene: Então, neste caso, quer dizer se eu procurar nos boletins oficiais dessa altura posso encontrar.

Simbine: Você pode mesmo encontrar, transferências, tudo pode encontrar tem que sair no boletim oficial.

Irene: Então, neste caso, tinha que ser o boletim oficial dos anos 30, assim.

Simbine: Não, procura dos anos 30, 35, 37, 40 até 40 pode você encontrar, ou de 40 para trás há de encontrar, boletim oficial, não pode ser transferido um professor para outra escola sem sair no boletim oficial.

Irene: Mas, neste caso, ele foi transferido para onde? Bem, ele foi formado, não sabe da formação, onde ele foi formado?

Simbine: Aqui.

Irene: Onde ele tirou a formação, o meu pai, sabe?

Simbine: No Alvor.

Irene: Foi no Alvor?

Simbine: Sim.

Irene: Ah sim! Quero essa parte, porque há pessoas que me dizem que foi na Missão Suíça em Ricatla.

Simbine: Está bem mas tinha que passar por Alvor para ser oficial, tinha que passar por Alvor porque era lá contratado pelo Estado mesmo pessoa da 4.<sup>a</sup> classe porque não quer dizer que não havia professores de 4.<sup>a</sup> com 4.<sup>a</sup> classe que ensinavam no tempo colonial não, tinha professores com 4.<sup>a</sup> classe que tinham qualidade, não é verdade para ser professor tinha vocação, por ser como eu não é verdade sou considerado um professor do Alvor pelas minhas qualidades acharam que era assim, merecia receber esse dinheiro então o último professor que substituiu o meu professor Duarte Langa era com 4.<sup>a</sup> classe Raul Jorge Matitimela, o prof. Banze, pode procurar há de encontrar.

Irene: E ele foi substituído quando saiu ali, claro?

Simbine: Foi substituído por Paulino Chaves, Paulino Manuel Chaves também tirou curso não é foi em Chibuto, mas é oficial então ele é que substituiu o Banze.

Irene: É interessante saber isso sobre o meu pai.

Simbine: Claro era na altura não é verdade ele era mais velho, o teu pai, mais velho, exatamente, mas o Banze até o nome, até eu podia aquela escola ali onde passou seu pai podia então ser batizado por nome de Banze ou de Paulino porque é escola de Banze ali kaBanze.

Irene: Aliás, há uma pessoa que entrevistei que disse que ele sabia que era a escola do meu pai.

Simbine: Exatamente é isso mesmo, Banze agora depois quando saiu o Banze veio o Paulino, Paulino ensinava bem, podia ser batizado por esses dois nomes mas como, quem manda não erra.

Irene: Olha, posso dizer que gostei muito. Ah, depois, relativamente ao seu currículo, portanto, quando chegou a independência estava a dar aulas onde?

Simbine: Estava a dar aulas aqui na Inhamissa.

Irene: Em Inhamissa, onde?

Simbine: É aqui onde estou, Inhamissa hoje é Mariano Nguambi, mas era Inhamissa.

Irene: Então, foi enquadrado automaticamente, ou como é que foi?

Simbine: Fizemos o curso, não é orientado pelo inspetor e transitamos para o oficial.

Irene: Orientado por quem?

Simbine: Por o inspetor.

Irene: Inspetor já da Frelimo?

Simbine: Não, não.

Irene: Estou-me a referir depois da independência.

Simbine: Eu já estava reformado.

Irene: Já estava reformado, portanto, só continuou a dar aulas, não?

Simbine: Continuei a dar aulas porque eu posso dizer a Frelimo é que mudou muita coisa, mudou muita coisa, as escolas foram porque já os portugueses estavam a desenvolver já fortemente por verem que já tinham perdido o tempo sem fazer nada, mas começaram a criar escolas e eu aproveitei então pedi a escola de artes de ofícios de Inhamissa.

Irene: Inhamissa, é Inhamissua?

Simbine: Inhamissa é Inhamissa amesimo Inhamissua é lá em Inhambane, aqui é Inhamissa.

Irene: Está bem, mas a escola de artes e ofícios estava em Inhamissua.

Simbine: Inhamissua é lá, é em Inhamissa a Escola de Artes e Ofícios de Inhamissa, agora fui agora elogiado na era colonial pela minha maneira de ensinar, ensinar nunca tive rancor com ninguém e também não desejo ser rancoroso, odioso, se for buscar eu posso-lhe mostrar o diploma de honra.

Irene: Depois mostra-me, podia-me mostrar depois, agradecia.

Simbine: Ah está bem, é isso de maneira que qual é outra coisa.

Irene: E depois da independência, estava interessada neste caso, a integração no governo moçambicano como professor como é que foi?

Simbine: Trabalhei como professor.

Irene: Sem problemas quaisquer?

Simbine: Tive problemas de inveja, a minha escola era apresentável, era apresentável, de todas as escolas era apresentável, tinha conseguido adquirir carteiras, mapas, caixa médica mas os meus colegas não acataram bem quer dizer, não eram os meus colegas, alguns que trabalhavam até alguns que eu trabalhei com eles, não estavam me a olhar com bons olhos, fui elogiado quando fui formado no Alvor está a ver, fui chefe deles fiz cursos de aperfeiçoamento, mesmo aqui no Alvor eu com Ombe, Vicente Ombe.

Irene: Desculpa, chegou a estar no Alvor?

Simbine: Sim.

Irene: Ah sim, pensei que não.

Simbine: Fiquei ali no Alvor, fiz o curso ali, fizemos os cursos ali.

Irene: Quanto tempo esteve no Alvor, quantos anos?

Simbine: Foram dois anos ali no Alvor.

Irene: Em que anos?

Simbine: Foi então em 1979, não foi em 79, 1980, 80 e 81, é 80 e 81.

Irene: Está bem, depois da independência.

Simbine: Foi já em 80-81.

Irene: Depois da independência?

Simbine: Exatamente.

Irene: Ainda existia Alvor, formava professores Alvor, depois da independência?

Simbine: Ali formava eram os maristas que formaram e então os irmãos maristas foram evacuados, os maristas, e ficamos ali para o curso de aperfeiçoamento.

Irene: Já foi do tempo do governo moçambicano?

Simbine: O nosso governo.

Irene: Esteve-me a dizer que a sua escola, eu estava a perguntar se a sua integração foi assim pacífica, esteve-me a explicar que teve problemas com colegas, ou quê?

Simbine: Sim, acusaram-me, acusaram uma inspetora que ela até posso dizer que eu protegi, foi protegida por mim para ela poder frequentar o magistério primário até para internato foi com a minha filha mas tinha inveja comigo essa inveja que sou elogiado enquanto tenho menos académico tenho menos bagagem agora ele queria que fosse ela não é, mas não foi possível, então combinou com professores que estudavam comigo porque que estavam a ensinar comigo, ensinavam comigo a dizer temos que temos que tirar o prof. Eugénio ali mas para tirar tem que arranjar o meio para tirar o prof. Eugénio para ir a qualquer lado ou qualquer foi falar com o Diretor Nacional Matias Capelo, fizeram a exoneração sem eu saber, ele então quando fez exoneração enquanto eu estava a trabalhar então vieram reunir a população como sou velho aqui muito velho como professor para ver se apanha qualquer, agora para ver se tenho uma questão que pratiquei que eu fiz aqui como estou aqui há muito tempo então os professores diz que temos que mentir mesmo olha as vossas mentiras nós mesmos nós vamos aceitar então quanto perguntou aos alunos se eu era bom ou não disseram que eu era muito bom agora começaram os professores a mentir que este professor ele nos bate porque eu era diretor na escola agora os alunos fizeram barulho dizer que é mentira desmentir aquilo que estavam a dizer os professores então

o que fez a diretora mandou embora os alunos ficou com os pais e encarregados de educação, ficou a pesquisar ver se realmente eu era bom diz que este é o melhor professor que nós temos aqui agora ela abriu a boca a dizer assim nós temos que tirar o Eugénio porque anda bater os alunos isso é mentira se você quer tirar pode tirar mas não perguntar se é mau professor é muito bom para nós até as pessoas que assistiram ao vivo ficaram a saber que afinal tinham feito uma reunião um inquérito, uma reunião contra mim então fiquei na cadeia seis meses sem julgamento, aquelas pessoas que fui encontrar na cadeia respeitavam mesmo, o próprio os presos e a população foi gratidão para comigo eu por dia tinha almoço dois almoços que mandavam lá por dia.

Irene: Aqui no Xai-Xai, na prisão?

Simbine: Aqui no Xai-Xai na prisão e 8 mata-bichos então ficaram envergonhados não pude o próprio juízo não podia-me julgar porque sabe que eu era um bom professor era bom professor, não arranjaram matéria porque foi matéria falsa. Fiquei seis meses quando sai foi então mandaram para o curso de coisa, tirar o curso de agricultura colocaram-me porque o povo estava a resmungar porque estava contra a atitude da educação daquela diretora então fizeram-me transferência foi do Alvor então fiquei lá 80-81 eu fiz uma exposição agora dizer qual é que foi a minha culpa porque não foi julgado porque a questão não reza assim, não pode ficar preso sem motivo justificado então a educação viu que realmente este homem é inocente, fizeram uma guia de apresentação para a Escola de Artes porque disseram escolhe onde você quer estar porque eu disse eu não vou escolher, tem que voltar para a sua escola, eu não volto porque não é minha escola porque se fosse minha escola não me podiam usurpar mas eu quero estar eu quero ficar ao pé da minha mulher, minha mulher estava aqui, para poder sustentar e então me colocaram na Escola de Artes e Ofícios foi então quando então sai trabalhando na secretaria mas não apagaram aquela coisa de professor porque sabiam que eu era professor o mundo estava contra, fui aposentado como professor de posto escolar e eu sou mesmo, professor do posto escolar porque os professores do Alvor quando passaram para as missões ficaram a se chamar professores catequistas mas de posto escolar, catequistas eram aqueles que já tinham a 4.<sup>a</sup> classe os professores do Alvor eram professores do posto escolar. Eu voltei para ali trabalhei afincadamente até a minha aposentação eu não posso maldizer do povo e essa pessoa que é diretora que não foi diretora foi transferida para Nampula e lá foi ensinar pré-primária de diretoria para pré-primária aqueles que estavam que faziam parte da delegação da acusação explicaram me tudo mas eu não tenho rancor da senhora, nem tenho raiva, Deus me livre não tenho.

Irene: Pois é, gostei muito, o último episódio que me está a contar é bastante triste, mas a vida é assim mesmo.

Simbine: Olha sabe o que é Cristo ficou preso sem foi pregado Cristo por fazer bem até quando salvava dá vida disseram que era chefe de Beelzebub Beelzebub porque era chefe de demónios enquanto salvava aquelas pessoas é preciso ter paciência mas quer quem compreende a Bíblia, a moral e educação cívica, tem que ter paciência, olha eu não fico satisfeito mesmo que o meu governo tenha feito mal não posso insultar dizer que é democracia, democracia não é isso, para se insultar quem é que vai respeitar o governo? Eu não fico satisfeito não vejo com bons olhos o governo tem de ser o pai tem respeito pelos filhos pode o filho, o pai dar ovos aos filhos, mas não pode, não pode dar bife e também o pai comer bife insultar o governo não pode e depois também isso por insultar o nosso governo é humilhar nas outras nações não admite isso e nós quando é humilhado o nosso governo nós também somos humilhados e não sei se está a entender, temos é que ter calma, tem que saber qual é o resultado disto, o insulto a gente não pode insultar é o nosso governo portanto desculpa lá.

Irene: Não, eu é que agradeço, é que peço desculpa pelo tempo todo que levei.

Simbine: Tenho que entrar na política.

Irene: Mas é mesmo assim, eu concordo plenamente com aquilo que está a dizer, concordo plenamente, portanto, olha, agradeço muito, recolhi informação muito preciosa para este meu trabalho, quero agradecer muito e espero que a vida lhe corra da melhor forma possível, sei que neste momento está a enfrentar este dilema de doença da sua esposa, mas temos que confiar em Deus que, pronto, Ele sabe o que está a fazer, e termos fé. Há um ditado que diz “a fé é a última coisa a morrer” e também a Bíblia nos diz que com Deus tudo é possível. Portanto, se não houver mais nada, agradeço também informação sobre o meu pai que é preciosa para mim, e se não tiver mais nada, antes de declarar a entrevista como terminada, dou-lhe a última palavra.

Simbine: Obrigado, a confiança que tiveram para comigo caso homem simples, homem que não posso dizer que sou inapto, sou um homem simples eu agradeço essa confiança que depositou muito

mais ao padre Mutimukulu que é ele que indicou a mim, eu via não sabia que eu estava a fazer bem porque ninguém faz bem neste mundo, só vêm quando já está feito, isso é bom, muito obrigado a sua presença cumprimentos até à próxima quando Deus quiser.

Irene: E obrigada, declaro a entrevista como terminada.



### **Informante nº 34 – Enfermeira Carlota (IEC-77)**

Data da entrevista: 21/07/2014

Duração da entrevista: 11 minutos.

#### **Caracterização da entrevista**

Entrevista realizada em casa da informante. A senhora ingressou na Escola Particular de Machulane sob a gestão da Missão Nazarena em Tavane, no ano de 1947. Após ter concluído a 3.<sup>a</sup> classe elementar, foi para a Missão Metodista de Chicunque, entrou no curso de enfermagem, que frequentou entre 1955-1959. Findo o curso, regressou à Missão Nazarena onde trabalhou até casar em 1961, indo, posteriormente, para Lourenço Marques (Maputo) onde viveu como dona de casa até 1975, quando o governo moçambicano convocou, via rádio, todos os profissionais de saúde das missões coloniais para fazerem uma reciclagem, a fim de reintegrarem o Serviço Nacional de Saúde. Reformou-se em 1998 e permanece em casa.

#### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, enfermeira Carlota.

Carlota: Boa tarde, obrigada.

Irene: Agradeço muito esta oportunidade que me concedeu de eu vir entrar, aqui, em sua casa, e conforme eu estava a dizer, a minha vinda aqui é com o propósito de recolher informação junto da enfermeira sobre o seu percurso profissional ou estudantil como aluna, onde é que estudou, que tipo de ensino teve, daquilo que sei, parece que no tempo colonial havia ensino rudimentar, pode-me explicar a sua experiência sobre esse ensino rudimentar, onde é que estudou, quem eram os seus professores e também, por aquilo que me disseram, a senhora depois tirou o curso de enfermagem, qual foi o seu percurso até chegar à enfermagem, ao ensino da enfermagem e, posteriormente, onde é que trabalhou até a independência, é isso. Sinta-se à vontade, se tiver qualquer dúvida pode perguntar.

Carlota: Muito obrigado, eu fui na missão em 1947, fui estudar lá eu ficava em casa da mamã ...mamã...

Irene: Não se preocupe, ficava em casa de alguém, pronto, seja quem for.

Carlota: Fui estudar ficando em casa dela. Estudei, os meus professores era prof. Banze, prof. Jacinto Beca, mais Adelina Mathe e mamã Maria, outros professores sim. Eu estudei 3.<sup>a</sup> classe com o prof. Banze, passei 3.<sup>a</sup> classe em 19 e 19 e quê não me lembro muito bem.

Irene: 1950 e tal?

Carlota: 1950 e tal não.

Irene: 1960?

Carlota: Foi em 1945 e estudei com o prof. Jacinto Beca 3.<sup>a</sup> elementar, fui fazer exame em Chibuto e daí voltei para a missão e os meus avós pediram que eu fosse no curso fazer enfermagem; deixei de estudar fui à Chicunque em 1955, fui ficar lá frequentar o curso da enfermagem, 1955 até 1959, voltei para a missão em 1959. Trabalhei no hospital de Machulane com os missionários é Miss Leona e Miss Mewes e Miss Benedict depois disso não fiquei muito tempo em 1961 realizou o meu casamento, casei em 1961 só fiquei lá um ano depois sai para Maputo, antes da independência, independência já estive em Maputo.

Irene: E quando chegou aqui em Maputo, que era L.M., já não trabalhou como enfermeira, como é que foi?

Carlota: (...)

Irene: Sim, tirou o curso e casou em 1961 e depois veio para aqui, foi para L.M., era L.M. naqueles tempos, e deixou de trabalhar como enfermeira?

Carlota: Deixei de trabalhar, chamaram-nos.

Irene: Quando?

Carlota: Em 1965.

Irene: Em 1965?

Carlota: Sim.

Irene: Ah sim!

Carlota: Tornei a trabalhar em 1965.

Irene: Quem vos chamou?

Carlota: É o Estado.

Irene: Estado Colonial?

Carlota: Pediram aqueles que trabalharam nas missões.

Irene: Ah sim!

Carlota: Sim, e eu fui começar a trabalhar em Maputo.

Irene: Oh, mas como é que foi, como é que soube que a chamaram através de que processo?

Carlota: Chamaram através da rádio, comunicaram.

Irene: Na estação da rádio, comunicaram, chamaram o seu nome?

Carlota: Chamaram aqueles que trabalharam na missão que precisam dessas pessoas.

Irene: Ah sim! Mas qual é o hospital que precisava dessas pessoas, o Hospital Central?

Carlota: Central.

Irene: Oh! Quer dizer, quando saiu da missão souberam que o Estado soube que saiu da Missão, que a enfermeira saiu.

Carlota: Quer dizer, souberam que lá em Tavane quando nacionalizaram o hospital, havia trabalhadores lá.

Irene: Então, já estou a perceber, o que eu estou a dizer, em 1961 estava a trabalhar como enfermeira, não é isso?

Carlota: Foi isso.

Irene: E quando casou, logo foi a Lourenço Marques?

Carlota: Não foi logo, foi depois.

Irene: Foi depois?

Carlota: Casei depois estava a trabalhar na missão.

Irene: Continuou a trabalhar na missão?

Carlota: Sim, e depois saí.

Irene: Em que ano?

Carlota: Em 1963.

Irene: Sim, sim e foi para L.M.

Carlota: Sim.

Irene: E agora, eu quero saber, quando chegou a L.M. o que é que fez?

Carlota: Quando cheguei em L.M.

Irene: Em 1963, porque a independência foi em 1975.

Carlota: Sim.

Irene: O que é que fez durante esse tempo de 1963 até 1975?

Carlota: Estive a ficar lá em Maputo, não estava a trabalhar.

Irene: Não estava a trabalhar, parou, sem estar a trabalhar como enfermeira.

Carlota: Sim, mas depois fizer anúncio.

Irene: Depois da independência?

Carlota: Sim, que precisam daqueles que estavam na missão.

Irene: E depois, nessa altura foi-se apresentar?

Carlota: Fui apresentar, nessa altura era quem dos Recursos Humanos parece que era Ndlalane, o falecido.

Irene: Abraão Ndlalane?

Carlota: Sim, fui-me apresentar e depois colocaram-me no hospital José Macamo

Irene: José Macamo, ah, está bem. Portanto, esteve naquele tempo que não exercia, porque estava admirada, porque eu não estava a entender, será que o Estado colonial mandou chamar uma pessoa que veio da missão?

Carlota: Sim.

Irene: E não especificou aqui a missão, em que missão estudou, a escola?

Carlota: Foi lá em Tavane.

Irene: Que missão?

Carlota: Missão Nazarena de Tavane.

Irene: Estudou a partir de que classe?

Carlota: Da 1.<sup>a</sup> até 3.<sup>a</sup> classe elementar, antigamente era 3.<sup>a</sup> classe elementar.

Irene: Portanto, começou quando, na 1.<sup>a</sup> classe? Quero saber os anos quando entrou, entrou na 1.<sup>a</sup> mesmo, quando começou a estudar? Digo porque há pessoas que começaram pela pré, pela I Parte, no seu caso onde é que começou?

Carlota: Comecei na 1.<sup>a</sup> classe.  
Irene: Fez 1.<sup>a</sup> classe e depois?  
Carlota: Fiz 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> elementar  
Irene: Sim senhora, e depois da independência gostou de trabalhar, foi bom, não é? Começou a receber dinheiro.  
Carlota: Como eu comecei a trabalhar lá no Maputo, mas mesmo assim o salário dele era ...  
Irene: Não era grande coisa?  
Carlota: Não, não era grande coisa  
Irene: E quando é que se reformou?  
Carlota: Reformei em 1998 porque voltei para aqui em 1981.  
Irene: Está a receber reforma agora?  
Carlota: Estou a receber sim.  
Irene: Está bem, e a sua terra onde é que é?  
Carlota: Sou de Manjacaze, Njatigue.  
Irene: Njatigue, está bem. Olha muito obrigada, gostei muito desta informação, agradeço muito. Posso dizer que a nossa conversa está terminada.  
Carlota: Está bem.

### **Informante nº 35 – Prof. Artur Semende (IAS-76)**

Data da entrevista: 17.07.2014

Duração da entrevista: 56 minutos

#### **Caracterização da entrevista**

Professor habilitado pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas, no Alvor, na década de 50. Entrevista realizada em sua casa.

#### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa noite prof. Semende, não sei se estou a pronunciar corretamente?

Semende: Está a pronunciar bem, muito obrigado, minha senhora.

Irene: Olha, começo por pedir desculpas por chegar a esta hora assim tardia, é já noitinha, para já, não conhecia o lugar e depois também falei, tinha falado com o prof., o seu vizinho aqui, que me disse que chegasse depois das 17h00 e depois eu quis matar dois coelhos com uma cajadada, mas, todavia, agradeço por me ter recebido, pois não me conhece de lado nenhum, mas recebeu-me em sua casa. Agora, o propósito da minha vinda aqui está relacionado com o meu estudo, tenho estado residente em Portugal onde estou na universidade a trabalhar sobre a temática do ensino colonial em Moçambique, no sul de Moçambique, concretamente, conforme lecionado pelas missões, portanto no contexto do ensino colonial, a temática é a evolução do ensino primário ao longo do tempo até à independência: como é que é esse ensino primário destinado aos indígenas ou se haveria outra alternativa, quem eram os professores, como é que lecionavam, a sua relação com o estado ou com as missões. Tudo o que o professor me puder informar da sua própria experiência como professor, de acordo com o que me disseram, ou como aluno, agradecia. Não há restrições de tempo.

Semende: Muito obrigado, muito obrigado, primeiro pela honra de ter vindo ter comigo para falar do passado, isso para mim é uma grande honra de ser escolhido é como se fosse escolhido no Céu. Não será fácil descrever com toda a exatidão como seria desejável, se eu tivesse tempo de escrever aí sim eu era capaz de descrever tudo bem, mas não há dúvida que nós vamos olhar principalmente para as leis. Quando a igreja recebeu o ensino primário em Moçambique, em 1940, de facto as missões agarraram-se e espalharam as escolas no país e só que a língua portuguesa é a disciplina mais difícil de todas as disciplinas do mundo porque é variável, mas por ser variável é a língua mais bela por causa da sua variedade. Eu adoro a língua portuguesa por causa da sua variedade; e é verdade que a população não aceitava de boa mente receber o ensino primário porque não estavam a perceber que isto era importante para a humanidade estavam apenas a olhar para a operação colonial e assim para ir para escola era uma obrigação. Significa que os régulos tinham que andar atrás dos pais para os filhos poderem aprender, mas antes de avançar pelo passado vou recuar um pouco para a década de 70-74 da entrada da Frelimo onde o povo já virou a viragem, significa já percebeu que é necessário estudar, isso era influência da revolução na década de 70, 1974 as coisas viraram, já as crianças não eram obrigadas a ir para a escola já sabiam que deviam ir para a escola no entanto, voltando para trás, já sabe que o ensino quando não é materno é deficiente, primeiro, os primeiros professores que deram conhecimento aqui em Moçambique foram professores oficiais é que deixaram depois de dar aulas, isto é, morreram as escolas oficiais e os professores que tinham sido formados no ensino oficial passaram para as missões e a própria formação de professor passou para as missões mas os que iniciaram o ensino são os professores formados pelo estado que há aí, havia aí muitas escolas que eram escolas oficiais que depois foram entregues às missões. Como lhe digo há muita coisa para descrever, não se pode descrever numa sentada, seria melhor que houvesse, se quisesse e se tiver mais tempo eu posso alinhar um quadro para entender melhor como é que foi e ainda como dizia o ensino de português é complicado porque não havia nenhuma relação em relação à interpretação não é o mesmo que aprender língua materna porque as crianças atuais já há crianças que andam na escola já a falar português, esses são facilitados porque em casa falam português e na escola também falam português, esses têm mais facilidade do que no nosso tempo, era difícil, era muito difícil. É por isso que era necessário chamado pré-primária, que era o ensino do abecedário em geral, vocalização, como vou dizer, a silabação porque a silabação portuguesa é muito complexa então ali era preciso silabação muito bem feita, quando o aluno começasse ler e a leitura nessa altura, quando muito havia crianças que percebiam dentro de um ano ler eram excepcionais, mas a maioria só depois de dois anos é que começavam com a leitura, isto é, começavam de facto a perceber e eram capazes de ler alguma coisa e foi daí que quando nós aprendíamos tínhamos pré-primária, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª

classe rudimentar e 3.<sup>a</sup> classe elementar depois 4.<sup>a</sup> classe, cerca de 6 a 7 anos mas havia crianças que podia não levar os 6 ou 7 anos e podia fazer em pouco tempo essas são as crianças que no 1.<sup>a</sup> ano, como o ano começava em Setembro e acabava em Julho do ano seguinte, aqueles alunos inteligentes que adaptavam as coisas depressa até podiam duplicar a classe. Havia crianças que na 1.<sup>a</sup> classe tinham conhecimento de uma criança da 2.<sup>a</sup> classe, significa ela podia fazer 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe no mesmo ano, havia isso nas escolas oficiais porque nas escolas missionárias não era assim tão fácil para duplicar mas em relação à escola oficial era possível uma criança dobrar duas classes num ano quando o professor notasse que este aluno é inteligente então deixava avançar é assim que o colonial fazia; só que há um pequeno erro que aliás foi aliado a questões políticas porque as missões foram proibidas a ensinar para saber mas sim a ensinar para perceber as exigências dos portugueses, que era para os portugueses não terem dificuldade de se informar com um negro isso era fundamental, nunca para atingir o grau superior mas apesar dessa proibição, as missões puderam avançar com o ensino; elas é que formaram os professores no Alvor, que vieram a ocupar lugares de destaque eu lembro mesmo depois da independência porque eram os que mais sabiam português eram professores e enfermeiros porquê? O próprio governo colonial só devia-se ensinar para o negro 4.<sup>a</sup> classe, não podia ultrapassar 4.<sup>a</sup> classe mas os padres por sua vez aceitavam isso sim, mas eles davam mais que 4.<sup>a</sup> classe estou a falar ou estou a referir-me aos professores do Alvor e aos seminaristas porque esses então o ensino deles avançava sem o conhecimento do oficial porque para o estado português não estava interessado em que o negro soubesse melhor o português, porque na altura diziam que senão se metem connosco coisa assim mas os padres de um lado não deixavam de ensinar bem os seus quadros, professores e aqueles que aprendiam para a igreja, como por exemplo, os padres e as irmãs que tinham um curso do nível dos liceus mas de uma forma que uma vez esses do seminário não davam diploma do liceu; ah isso é ensino missionário mas era fechar porque eu vou-lhe falar daquilo que se passou comigo como professor formado no Alvor. Aconteceu que quando Portugal, respeitando as decisões da ONU, e acabaram com as colónias, aliás chamaram as colónias províncias portuguesas ultramarinas, naquela altura isso foi década de 1960 Portugal foi obrigado a abrir o magistério primário e estudos gerais em Moçambique, mas os estudos gerais não abriram logo, porquê? Por falta de professores, o magistério abriu primeiro e a nossa sorte por causa deste decreto de ter libertado, quer dizer, que levou os portugueses a transformar as colónias em províncias ultramarinas portuguesas, então aqui a nível do Xai-Xai a igreja então teve o direito de criar escola secundária Nossa Senhora do Rosário aqui no Xai-Xai. A Escola Secundária N. Senhora do Rosário no Xai-Xai, valeu a mim e a um outro colega porquê? Nós estudamos curso noturno, com o curso de Alvor, tínhamos que fazer o 1.<sup>a</sup> ciclo e nós fizemos o 1.<sup>a</sup> ciclo num ano já que nós tínhamos uma base no Alvor, quando o 1.<sup>a</sup> ciclo só se fazia em dois anos mas nós fizemos em um ano só e foi esse estudo do 1.<sup>a</sup> ciclo que nós fizemos em 1962 que nos permitiu vencer o exame do magistério primário porque quando abriram o magistério primário saiu um concurso que dizia os professores do Alvor com 5 anos de serviço tem direito de concorrer para o magistério primário e como nós acabávamos de fazer o 1.<sup>a</sup> ciclo naquele ano, fomos vencer o exame do magistério primário e frequentamos éramos dois, eu mais o Bartolomeu Mbalate e vencemos o magistério. Aqueles que vinham dos liceus perguntavam como é? Afinal como é esse Alvor? Estão equipados a nós que trabalhamos no liceu ou na escola técnica e sabem tanto e até talvez mais que nós porquê? Nós ficamos também surpreendidos. Isso é para ver e avaliar que os padres só não davam o diploma do 5º ano dos liceus porque eram proibidos, eram limitados, mas davam a matéria dessa maneira e assim nós sabíamos bem porque aquele que saísse do Alvor se concorresse para a saúde era preferido porque percebia rapidamente as matérias da saúde, aquele que saísse do Alvor e concorresse para a saúde incluindo os da 4.<sup>a</sup> classe os do Alvor eram mais preferidos isso é para entender a diferença e o trabalho religioso que se fez a nível de Sul do Save. E, no entanto, isso para ver que realmente há que saber destrinçar o ensino oficial e o ensino missionário. Falando do ensino oficial, não era permitido um negro estudar na escola oficial se não quando fosse filho de um assimilado. E a assimilação também era muito complicada, não vou perder tempo na assimilação, mas falando do ensino primário oficial não podia avançar sem ler e escrever devidamente, o que significa para entrar no ensino primário oficial tinha que de facto saber ler e escrever e eles também tinham esta pré-primária. Quer dizer, tinham praticamente os tais 2 anos de preparação da 1.<sup>a</sup> classe porque só quando sabia ler e escrever então tinham o direito de ser aluno da 2.<sup>a</sup> classe e então quando o aluno é da 2.<sup>a</sup> classe já está apto para perceber qualquer tipo de matéria que ele frequentasse e pronto avançava. A vantagem que havia no tempo colonial é que o aluno na 2.<sup>a</sup> classe como disse antes com as suas capacidades intelectuais podia também fazer 2.<sup>a</sup> classe e 3.<sup>a</sup> classe elementar porque o rudimentar estava nas missões, no oficial

não. Era pré-primária, 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup>, isso no ensino oficial. Aqui havia essa possibilidade o aluno da 1.<sup>a</sup> classe pelas suas capacidades intelectuais podia dentro do mesmo ano passar duas classes, fazer duas classes, da mesma maneira o aluno da 3.<sup>a</sup> classe, aliás da 2.<sup>a</sup> classe podia fazer exames da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe e depois aliás também havia 3.<sup>a</sup> classe elementar no oficial que era a tal base de só que elementar como estava a dizer não é, elementar esse aluno da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar podia avançar também para elementar isso lá no ensino oficial. Não sei se está a perceber bem? Significa que um aluno que está matriculado na 2.<sup>a</sup> classe por causa das suas capacidades o professor nota que este aluno sabe mais empurra para estudar 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e assim sucessivamente, era assim o ensino oficial e outra coisa que eu considero um pequeno defeito das missões é que eles não tinham muitos professores formados e mais dedicavam-se ao ensino da doutrina cristã segundo a exigência do governo e por causa de... já perdi o fio, por causa de...

Irene: Dedicavam-se mais ao ensino da doutrina, é o que me estava a dizer?

Semende: Ah sim, dedicavam-se mais ao ensino da doutrina à população e estavam mais virados aos casamentos, aos batismos, crismas, etc., etc., isso os padres não falhavam e assim faziam muitos batismos, muitos crismas, muitos casamentos e pouco produziam na matéria da 4.<sup>a</sup> classe, significa a 4.<sup>a</sup> classe aliás a 4.<sup>a</sup> classe só existia na sede de cada *(toca o telemóvel do informante, ele atende e olha para mim e eu digo-lhe que vou desligar o gravador)*.

Portanto por isso nós vimos a igreja a crescer de facto. Eu vou contar um caso muito importante sobre o crescimento da igreja: quando a igreja cresceu como eu disse que o serviço da igreja cresceu vertiginosamente do que o serviço científico porque os padres não podiam dar o ensino técnico é verdade que eles tiveram poucos ensinos técnicos como disse no seminário eles ensinavam qualquer coisa vital no Alvor também ensinavam qualquer coisa vital mas não tanto porque as escolas técnicas estavam nas mãos do estado como a escola de artes e ofícios estava nas mãos do estado e não dos missionários. Entretanto para ver que os padres avançaram no ensino religioso surpreenderam o governo colonial quando apresentam D. Alexandre como primeiro padre de Moçambique e como uma reação estupenda na cidade de Lourenço Marques, ficaram surpreendidos: um padre negro! Sim, e então por causa dessa surpresa os portugueses de L.M. não admitiram, não aceitaram que celebrasse a sua primeira missa em Moçambique na Catedral em Lourenço Marques. D. Alexandre foi obrigado a ir celebrar a sua primeira missa em Moçambique em S. José, Missão José, porque era uma missão entre os pretos e brancos lá ele podia celebrar e de facto foi lá que ele celebrou a sua primeira missa é por isso que quando também foram sagrados bispos em Moçambique D. Alexandre achou bem celebrar também a festa em S. José, nós celebramos a festa em S. José estiveram lá os nossos timbreiros a dançar em S. José a recordar a primeira missa que ele celebrou em S. José e ele como primeiro bispo também de Moçambique e então festejamos lá em S. José isso é para entender bem que os padres não se entendiam bem com os governantes coloniais havia esta separação e isso é para entender bem que foi uma grande surpresa quando os sacerdotes apresentaram um sacerdote negro eu ia parar aqui mais ou menos para fazer uma reticência e talvez outras perguntas, muito obrigado.

Irene: Muito obrigada, agradeço a sua informação que é muito útil e houve aspetos que para mim são novos, para a minha idade interessantes, para já, porque, pronto, a minha igreja, a minha família é da igreja protestante portanto pouco sei sobre a igreja católica, o que me está a falar da nomeação do ... é o bispo Alexandre não é, é o cardeal?

Semende: É o bispo, é uma novidade não sabia.

Irene: Bispo D. Alexandre em que ano, em que ano foi isso?

Semende: O ano não me recordei bem.

Irene: Nos anos 60 talvez?

Semende: Não, não, não, 70, é no ano 50.

Irene: 50!

Semende: É o primeiro, ele foi o primeiro padre negro, foi na década de 50.

Irene: Agora queria saber quando é que tirou o curso no Alvor, em que ano?

Semende: Em 1955.

Irene: Esteve lá quantos anos? Quando é que ingressou no Alvor para o curso?

Semende: Em 1952.

Irene: E que habilitações é que tinha?

Semende: Eu entrei lá com 4.<sup>a</sup> classe, isso se quer compreender melhor vou falar um pouco da minha autobiografia.

Irene: Com certeza.

Semende: Que é para saber exatamente, também é bom saber o que eu fui como estudante nessa altura.

Irene: Sim, sim, com certeza.

Semende: Eu ainda vou focar um aspeto um pouco político é que nós os machopes.

Irene: É machope?

Semende: Eu sou machope, natural de Zandamela.

Irene: O meu pai também é machope.

Semende: É o Banze, olha que o seu avô, o seu avô foi dos primeiros professores formados pelo estado, não sei se é James Banze.

Irene: James Banze é o meu pai.

Semende: Ele foi o primeiro professor aí.

Irene: É ele.

Semende: Então o James Banze é um dos professores formados pelo Estado nessa altura que passou para servir as missões porque o ensino então deixou de ser dirigido pelo Estado português para ser dirigido pela missão conforme aquele decreto não sei quê a Concordata de Roma com o governo português então todos aqueles que fossem professores do ensino primário foram entregues às missões, aliás que fossem negros foram entregues missões e os professores brancos ficaram para as escolas oficiais, foi assim nessa altura.

Irene: Portanto, o meu pai, é que estou interessada nessa parte do meu pai, quero saber essa parte, diz que foi dos professores ...

Semende: Foi dos professores que era do Estado, mas passou às missões digo que a escola dele hoje que chamamos 8 de março era Rainha Santa Isabel onde James Banze ensinou e então eu estava a querer falar exatamente para entender um pouco da minha autobiografia. Eu como disse nasci em Zavala e o missionário porque os brancos até hoje têm a mesma divisão, também os missionários e os colonialistas em conjunto tinham esta divisão: havia uns a favor e outros contra apesar de virem todos da mesma zona. Eu quando me lembro do padre Martinho da Rocha Barbosa tenho um registo negro por uma parte é que ele segundo a leitura que ele fez sobre a evolução de Zavala, não admitiu que houvesse ensino da 4.<sup>a</sup> classe em Zavala não, não havia ensino de 4.<sup>a</sup> classe em Zavala, os zavalenses só tinham que estudar até 3.<sup>a</sup> classe elementar e acabou porque nas missões, nas sedes dos distritos é que devia ensinar até 3.<sup>a</sup> classe elementar, e por vezes, 4.<sup>a</sup> classe e então em Zavala ele não aceitou, nas outras missões havia elementar e 4.<sup>a</sup> classe, em Zavala só terminava na 3.<sup>a</sup> classe elementar porque dizia ele *não estes são espertos não podem aprender até a 4.<sup>a</sup> classe só até a 3.<sup>a</sup> classe elementar*. Então eu com o meu irmão que já era majonijoni (mineiro), andava na África do Sul disse, meu irmão não pôde ir à África do Sul trabalhar, esse serviço é duro.

Irene: Nas minas?

Semende: E então ele procurou um professor formado pela Escola de Habilitação de Professores Indígenas do Alvor, o prof. Jacinto (...) falou com ele para me dar o ensino privado. Esse professor de facto me ensinou e me deu 4.<sup>a</sup> classe; como em Zavala não havia 4.<sup>a</sup> classe, ele falou com um professor de Mocumbini, para me incluir no grupo dele. Ele preparou-me depois me mandou para Mocumbine e o professor de Mocumbine e seus padres me receberam.

Irene: De que raça, era branco esse professor?

Semende: Era negro, era fruto do Alvor os dois eram fruto do Alvor. Veja lá aquilo que eu disse, eles tinham capacidade de ensinar até 4.<sup>a</sup> classe, mas eram chamados professores indígenas. Então de facto eu fui fazer exame em Inharrime. Já havia aquele sistema de verbete, eu vou falar um pouco daquilo que de facto mesmo perante os portugueses posso dizer porque foi uma realidade que eu vivi: de verbetes. Oh eu era um dos melhores alunos! Os padres de Mocumbine confiavam em mim e de facto nós fizemos um dos companheiros meus nessa altura é o Pascoal Mocumbi, um dos primeiros-ministros que tivemos neste país; ele era o mais novo o Pascoal Mocumbi, de todos nós, mas fizemos a 4.<sup>a</sup> classe no mesmo ano, o pai dele era enfermeiro por isso meteu o filho no liceu, eu só fiz a 4.<sup>a</sup> classe que me permitiu entrar no Alvor, mas essa minha 4.<sup>a</sup> classe teve problemas que depois deixaram em mim grande sorte porque como nós fazíamos o exame e os resultados eram mandados mais tarde, não era naquele dia que acabava o exame que sabíamos o resultado porque os exames tinham que ser examinado pela inspeção e então saiam dali sem a pauta e depois viria a pauta mais tarde nas escolas. Como no Alvor só podia ingressar com a 4.<sup>a</sup> classe e eu fiz a 4.<sup>a</sup> classe que era para ir para o Alvor, Escola de Habilitação

de Professores Indígenas, o meu professor não sei se agiu de esperteza ou quê, mas isso passou a ser sorte porque ele disse que eu tinha 4.<sup>a</sup> classe e o padre Martinho o mesmo que não queria que houvesse 4.<sup>a</sup> classe na missão dele, recebeu-me e aceitou que eu fosse para o Alvor para ser professor. De facto, fui para o Alvor, naquele ano fui o único professor de Zavala no Alvor. Então no fim do 1.<sup>o</sup> ano tive boas notas, passei o 1.<sup>o</sup> ano, no 2.<sup>o</sup> ano o diretor pergunta: *onde está o diploma da 4.<sup>a</sup> classe?* A missão o padre superior da missão responde que eu estava reprovado, e o diretor já me conhecia, já conhecia as minhas capacidades, deu-nos uma chapada psicológica na igreja aliás na capela porque ralhou comigo em conjunto com os outros mas por fim perdoou dizendo não vais ser expulso apesar de não teres 4.<sup>a</sup> classe já que nós vamos ter este ano a 4.<sup>a</sup> classe só que já não avança com o ensino volta para a 4.<sup>a</sup> classe, depois do 1.<sup>o</sup> ano do Alvor voltei para fazer a 4.<sup>a</sup> classe e de facto fiz a 4.<sup>a</sup> classe com os outros já, essa foi a minha sorte, a sorte grande e pronto continuei os estudos porque se não tivesse tido este atraso teria saído do Alvor porque eram 3 anos de formação é por isso em vez de sair em 1954 saí em 1955 foi assim a minha sorte como é que eu estudei eu fui acompanhado de sorte e até falando da minha autobiografia fui acompanhado de sorte desde o princípio até ao fim não posso perder tempo nisso não tem muito interesse.

Irene: E quando acabou então, quando é que foi lecionar as suas escolas?

Semende: Enviaram me para aqui para a Escola Paroquial João Belo.

Irene: E como é que foi?

Semende: Isso foi um trabalho grande, uma discussão grande com o padre Martinho porque ele já me queria para professor em Zavala, mas como os sacerdotes tem um carácter muito difícil, muito diferente mais justo, o arcebispo aquilo que tomasse como decisão ninguém mais podia travar, para vir até ao Xai-Xai quase um mês nós começávamos as aulas em setembro quando chega a altura de eu tomar a minha turma ou a minha escola fui à Zavala, à Mavila, falo com o padre, Sr. padre eu quero a minha escola para dar aulas diz que *ainda não veio a nomeação*, não veio a nomeação, como é porque já nos tinham dito que até dia x vão estar nomeados as aulas na altura começavam dia 10 de setembro de cada ano. Esse setembro eu não tive turma então tive que correr para o Alvor novamente, perguntar ao diretor, o diretor disse *não, a tua nomeação saiu você vai para Xai-Xai*. Ah sim? *Sim, vai para o Xai-Xai não é para a Zavala não*. Então vim arrumar as pastas, corri para o Xai-Xai e o que é que acontece? Eu tive este atraso, cheguei no Xai-Xai no dia 23 de setembro de 1955 e quando chego aqui os padres receberam muito bem infelizmente morreu o intendente que dirigia numa quarta-feira caiu na casa de banho mortalmente e então não pude iniciar as aulas porque era a cidade que estava de luto então depois fizemos o enterro do intendente na sexta-feira. Eu peguei àquela cruz acompanhado de calções, ainda não tinha calça, mas com o fardamento do Alvor fui enterrar o intendente, voltei. O padre não diz nada, eu pergunto, sr. padre onde está a minha escola? *Não, você há de começar a trabalhar na 2.<sup>a</sup> feira*, disse assim. Passa o domingo segunda-feira então quando eu vou de manhã disse a tua escola é esta. Era numa mangueira uma barraca que tinham feito eu então eu substituí o padre que dava aula da 3.<sup>a</sup> classe elementar e 4.<sup>a</sup> classe da missão daqui de João Belo, pronto, aceitei.

Irene: Onde, na cidade?

Semente: Aqui, aqui em escola João Belo que hoje chamamos Baixai. Eu recebi das mãos do padre o ensino da 3.<sup>a</sup> classe elementar e 4.<sup>a</sup> classe, veja lá isso? É quando começou a reavaliar que afinal de facto eu sabia português porque o padre já tinha informação de que eu vinha receber a escola para dar 3.<sup>a</sup> classe elementar e 4.<sup>a</sup> classe, já viu? Quer ouvir a minha biografia, não é?

Irene: Sim, sobre o ensino, neste caso sobre o ensino. Então deu aulas a partir dessa altura? Quero saber até a independência, como é que foi, difícil ou...

Semende: Exatamente. Então quando eu como eu disse entrei em 1955, 1960 as missões recebem o direito de terem o ensino secundário e as irmãs então queriam o colégio liceu N. Senhora do Rosário. No primeiro ano eu não estudei no curso noturno porque eu já tinha o meu curso noturno, eu dava aulas aos funcionários para poderem progredir no aparelho do estado, então naquele ano não entrei logo no ensino do primeiro ciclo continuei a dar o ensino noturno para os funcionários e esses puderam se avaliar para a 4.<sup>a</sup> classe, fazer exame extraordinário porque para entrar para o aparelho do estado tinha que ter 4.<sup>a</sup> classe então mas já havia muitos funcionários que já trabalhavam, mas eram considerados serventes. Para mudar disso e ser cidadão português de facto tinha que ter 4.<sup>a</sup> classe então auxiliei muitos nesse sentido, são muitos que foram promovidos para funcionários do estado por causa do meu trabalho na Escola Paroquial de João Belo e então no ano seguinte em 1962 quando a escola já estava a fazer o 2.<sup>o</sup> ano é que me preparei no 1.<sup>a</sup> ciclo abandonei o ensino noturno, afinal era sorte de vir entrar já no



magistério primário só que quando acabo no magistério primário em 1964 também já havia orientação de que até dia x nós deveríamos estar nas escolas e então o sistema era que indicássemos 3 escolas em cada distrito e concorrêssemos em 3 distritos então eu concorri para o distrito de Inhambane que é província de Inhambane, distrito de Gaza, que é província de Gaza, e distrito de L.M. que é província de Maputo. Eu não entrei logo por causa do meu diploma, porque a classificação que eu tinha era inferior porque já nos tinham dito que depois do concurso o estado aquele que tiver graduação superior podia entrar imediatamente para o aparelho do estado porque tínhamos que concorrer primeiro durante 3 anos, eu então tinha classificação baixa, 11 valores, então não fui considerado dos melhores mas aqueles que tinham acima dos 14 só requereram uma vez e depois (*toca o telemóvel do informante e desligo o gravador*).

Então depois disso tive que repetir por causa da minha classificação baixa não consegui entrar no aparelho do estado logo no primeiro ano. Aliás queria dizer que quando sai de L.M. Magistério Primário eles já tinham orientado que nós devíamos requerer e estes três distritos então eu perdi em todos os distritos em Inhambane, Gaza e Maputo os lugares que eu tinha concorrido havia uma vaga em Funhalolo, Inhambane, também correu da mesma maneira como correu no ensino primário significa eu tive que ir perguntar ao diretor daqui, o diretor do Xai-Xai e ele me informou que das vagas que eu tinha concorrido tinha perdido mas que havia uma vaga em Inhambane mas que se eu quisesse ir para Inhambane tinha que ir para L.M. que é para ir concorrer de novo. E então desloquei-me de facto a L.M. só que na altura quando a sra. Estava a passar a guia de marcha eu lhe disse senhora deve incluir a minha esposa e duas crianças, a senhora parou de escrever mesmo. Ah o sr. Semende é casado? A senhora não viu o requerimento que diz que é casado e até com o nome da mulher não viu isso? A senhora parou de escrever a guia e grita para o senhor diretor, *sr. diretor, o Semende é casado*. Porque eu ia para Funhalolo mas para ir viver juntamente com o sr. administrador do posto porque o professor oficial tinha o mesmo nível do administrador do distrito então como era professor primário podia muito bem viver com o sr. administrador só que ele era solteiro e eu era casado e então a lei portuguesa não permitia isso, então eu já não podia avançar para Funhalolo porque eu era casado então não podia viver com um solteiro na mesma casa porque era para viver na mesma casa. Então como havia uma vaga em Gaza também influenciaram porque eu disse que a minha esposa é professora na paróquia de S. João Batista isso tudo contribuiu para não ir a Funhalolo e ficar na província de Gaza.

Irene: Esta paróquia aqui?

Semende: Esta paróquia aqui, S. João Batista, então imediatamente entram em contato com a direção do Xai-Xai que é para ele dar-me o lugar de Zungwene que ficava à 50 km do Xai-Xai, eu podia dar aulas lá e no fim de semana voltar para o Xai-Xai, isso foi conseguido de facto. Então para você ver que fui acompanhado de sorte sempre e então vim parar em Zungwene, estive lá em Zungwene, então dois anos.

Irene: Escola secundária?

Semende: Escola primária e então um prof. que vinha de Portugal porque esse professor estava no navio como naquela altura o navio levava 30 dias de Lisboa para L.M. era 30 dias que levava então o homem estava no navio, o diretor nacional vou dizer assim mas na altura era chamado provincial disse ao diretor Nogueira que quando chegar esse que devia ir a Chongoene nós vamos criar-lhe a vaga. Dito e feito, ele chegou e abriram vaga mesmo na Escola Mouzinho de Albuquerque, Xai-Xai e, entretanto, ele veio fazer o meu primeiro exame na minha escola em Zungwene só que felizmente o ano correu bem, não tive problemas.

Irene: O seu primeiro exame de quê?

Semende: Da escola, o exame era escrito não é, ele veio assistir, eu dirigia o exame ele veio assistir, entretanto, o exame correu bem, não houve positivismo e isso serviu para garantir.

Irene: Os seus alunos eram de que classe?

Semende: Aquilo eram escolas mistas, eram escolas mistas só que os alunos seriam o máximo de 25 por causa das misturas eu era um professor que sabia equilibrar qual é a classe melhor então isso serviu de base para no ano seguinte concorrer só que no ano seguinte também não consegui o lugar que eu preferia e então continuei em Zongoene e no 3.º ano a vaga que eu queria que era Inhamissa já ficou aberta. E então fui para Inhamissa e é lá onde passei para o quadro.

Irene: Em que ano já?

Semende: Em 1966, bom em 67 porque como iniciávamos o ano em setembro, significa que quando requeri em agosto de 1966 já não requeri mais porque já passei para o aparelho do Estado, foi assim, foi naquele ano e então estive ali como professor primário.

Irene: Até quando? Estou interessada em chegar àquela fase quando se deu a independência.

Semente: A independência sim, sim. E então estive ali dei aulas como professor primário 1970 não me recordo bem se é 70 ou 71 que é (...) a escola de artes e ofícios.

Irene: Foi à escola de Artes e Ofícios?

Semente: Foi criada a escola de artes e ofícios ao lado da minha escola e veio um professor português lá da escola como se chama, do Chócue então esse é que devia dirigir a escola de artes e ofícios e isso tudo estavam a cumprir o programa de acabar com o indigenato então criou-se a escola para acabar com o indigenato então nessa ordem de ideias, em 1974 depois do 25 de Abril então os portugueses fugiram, o próprio professor (...) convida-me para ser professor da escola de artes e ofícios e eu requeri como tinha dito, requeri de facto, fui aceite e depois a nomeação só foi no ano seguinte já nas mãos da Frelimo porque quando arrebenta o 25 de Abril ele já arrumou as malas então preferiu deixar-me como diretor como era professor primário, os outros eram artistas, eram pedreiros, carpinteiros, serralheiros e então o professor primário era mais ou menos graduado talvez era para isso que ele me pediu para entrar na Artes e Ofícios só que a Frelimo em 1975 puxa-me para o centro de formação.

Irene: Para aquela escola de Artes e Ofício?

Semente: Não, só ensinei um ano, 1974, 75 já era, estávamos nas mãos da Frelimo. Fui puxado para ser instrutor de professores primários, fui dos primeiros instrutores que formamos professores primários nas províncias.

Irene: Portanto, neste caso, a formação foi onde?

Semente: Foi aqui na IMAP de Gaza.

Irene: IMAP, instituto quê?

Semente: Hoje é Instituto Pedagógico Eduardo Chambo Mandane aqui hoje, mas antes era Escola do Posto que não chegou de funcionar porque quando a Frelimo veio estava ainda em construção então a Frelimo é que inaugurou a Escola do Posto.

Irene: E neste caso, o senhor é que foi um dos professores.

Semente: Eu fui um dos instrutores pedagógicos da escola.

Irene: Ah, formaram professores!

Semente: Formamos professores.

Irene: Quantos?

Semente: Eu formei professores ali em 76 até 81 trabalhei ali naquela escola dali sai então para a escola secundária.

Irene: Ah sim, estive a lecionar na escola secundária aqui no Xai-Xai, até que ano?

Semente: Até que me reformei.

Irene: Quando é que se reformou?

Semente: Reformei-me em 1971, desculpa, em 1991.

Irene: E já agora, que idade é que tem, quando é que nasceu, em que ano?

Semente: Eu nasci em 1937 em 24 de dezembro.

Irene: Olha, é muita informação. Conforme disse, uma pessoa como o senhor tem muita coisa, portanto, tem que ser por temas, mesmo.

Semente: É verdade.

Irene: Mas olha, daquilo que eu preciso para o meu estudo, acho que já foi suficiente porque já me falou sobre a educação, como o ensino era, sobre o professorado também, por si, que é a sua própria história de vida, no que diz respeito à sua evolução literária; são esses aspetos que para mim são interessantes. Portanto, muito obrigada, quero agradecer muito, muito. Mais uma vez desculpa que tive que interromper o seu tempo, esta hora não é hora de estar a fazer este trabalho.

Semente: Eu é que agradeço, vai fazer voar o meu nome mais uma vez.

Irene: Ah, desculpa, aceita ser identificado neste trabalho, ou não?

Semente: Como.

Irene: Aceita ser identificado neste trabalho pelo seu nome, neste caso, professor.

Semente: Eu sou o responsável daquilo que eu disse.

Irene: Portanto é o professor quem?

Semende: Artur Semende Zandamele.

Irene: Está bem.

Semende: Não diga Zandamela não, Zandamela é nome da terra, o apelido é Zandamele, porque na nossa república ...

Irene: Bem, a entrevista está terminada, obrigada mais uma vez.

## **Informante nº 36 – Ana Gabriela (IAG-61)**

Data da entrevista: 18.07.2014

Duração da entrevista: 41 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Ana Gabriela, de 61 anos de idade é a mais nova dos 45 informantes que entrevistei, contudo ressalva-se o facto de entre os professores coloniais inseridos nesta investigação ser ela que mais revelou as precauções que o professor da primeira classe deve levar em conta ao ensinar alunos a ler e a escrever. Neste contexto, considera crucial que na primeira classe a criança seja ensinada a conhecer e distinguir que a letra *a* é escrita de quatro formas: 1) por letra manuscrita: maiúscula e minúscula; 2) por letra imprensa: maiúscula e minúscula. Revelou ter sido boa aluna do ensino primário e bem-comportada segundo a doutrina da Igreja Católica, o que lhe valeu, após a conclusão da quarta classe, ter sido nomeada professora da primeira classe pelo padre da missão e localidade de onde é natural e estudou, Missão de Chongoene. Salienta-se o facto de a entrevista ter sido realizada ao ar livre, junto à igreja, o que influenciou negativamente a reprodução do som, daí a existência de palavras e frases que não é possível captar para transcrever.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, irmã Ludovina.

Ana: Sou Ana Gabriela.

Irene: Ana, ai desculpa!

Ana: Ana Gabriela.

Irene: Muito boa tarde irmã, Ana Gabriela.

Ana: Muito obrigada.

Irene: Ai, desculpe-me o nome. Agradeço imenso este privilégio, considero uma honra a irmã ter aceitado o meu pedido quando telefonei pedindo para que nos encontrássemos aqui e aqui nesta igreja. E o objetivo da minha vinda aqui e do meu pedido é para que a irmã, atendendo que a irmã fez o seu estudo no tempo colonial. Daquilo que entendo, o ensino primário no tempo colonial é que a irmã me explique qual foi esse tipo de ensino, que tipo de ensino é que a irmã estudou, estou interessada mais no ensino primário, como é que a irmã estudou, onde é que estudou, como é que era esse ensino, e pronto, qual foi a sua saída profissional, se houve alguma, tudo o que a irmã me possa explicar quer da sua própria experiência, a sua própria experiência.

Ana: Bem, aquele ensino tem suas positivas e suas negativas. Positivas porque o aluno da 1.<sup>a</sup> classe saía da 1.<sup>a</sup> a saber ler e escrever, ia à 2.<sup>a</sup> classe a escrever bem com uma caligrafia bonita, é assim. Mas há uma negativa tão grande aí porquê? Por que naquele tempo um aluno tirar 4.<sup>a</sup> classe não era simples brincadeira por isso que conseguia 4.<sup>a</sup> classe aos seus 17-18 até 20 anos não conseguir tirar 4.<sup>a</sup> classe precisamente por isso que muitos de nós apenas estudávamos até 2.<sup>a</sup> classe porquê? Por que chegava até a 2.<sup>a</sup> classe nos seus 18-17 anos já não conseguia continuar e outra coisa porque bastava tirar 4.<sup>a</sup> classe já não havia maneira de continuar a estudar ora tem que os seus pais serem assimilados e ora tem que ter bilhete de inscrição de assimilado e pata essa assimilação era uma complicação e enfim não podíamos continuar a estudar e depois da 4.<sup>a</sup> classe havia aquilo que era 1.<sup>o</sup> ano do liceu, 2.<sup>o</sup> ano porque esta coisa de 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, é novo, depois da independência ali era 1.<sup>o</sup> ano do liceu, 2.<sup>o</sup> ano do liceu onde só podia entrar o filho do assimilado. Havia uma grande complicação ali, qual? Para o moçambicano não ir à frente com os seus estudos, o que é que o colono fazia? Àquela matéria que devia se dar na 8.<sup>a</sup> na 9.<sup>a</sup> na 10.<sup>a</sup> classe davam na 2.<sup>a</sup>. Então ali o aluno vai ficar muito tempo porque está a ser complicado ali para avançar e se não for daqueles tão inteligentes, tão inteligentes tal e qual o gravador não podia avançar. Mesmo aquele que conseguia a 4.<sup>a</sup> classe era respeitado porquê? Por que já se imaginava qual inteligência tem esta pessoa, porque a complicação era maior. Eu vou indicar bem o livro de aritmética da 4.<sup>a</sup> classe aquele livro não sei se alguém ainda o tem mas esse livro se aparecesse agora para estes que vão à escola que são licenciados não sei o que é que iriam falar desse livro só não sei quem pode ainda conseguir esse livro não sei se era 1.100 ou era 101 qualquer coisa esse livro era chamado de aritmética, complicação que havia nesse livro, mas graças a Deus alguns conseguiam e também tinham que indicar distritos de Portugal, províncias de Portugal, rios de Portugal e nunca, nunca, nunca falar daquilo que o aluno vê. Tinha que sempre falar de coisas que estão longe lá que nunca viu e nem sonha ver um dia isso é uma complicação para o aluno não transitar, mas às vezes aparecia que numa missão

conseguissem pelo menos 5 alunos que passavam 4.<sup>a</sup> classe num ano, está a ver tudo isto aqui, era uma complicação. E depois desta 4.<sup>a</sup> classe você não arranjava emprego quando muito o emprego que podia conseguir era de servir a eles como mainato porque esse (...) falava-se Shangana e o professor que está a dar aulas não é um professor preparado, não é preparado até chamávamos monitor ou catequista neste caso nas Missões, mas pelo menos eu digo missões lutaram. Havia padres de má fé, mas muitos deles lutaram por ensinar moçambicano ler e escrever porquê? Porque as escolas que sempre receberam moçambicanos para estudar foram escolas das missões eu mesmo fui aluna da missão desde a 1.<sup>a</sup> classe até 4.<sup>a</sup> e por último o padre meteu-me na coisa, nessa profissão de professorado eu a dar 1.<sup>a</sup> classe ali na escola e ao longo do tempo aperfeiçoei-me naquilo que aprendi durante o tempo que dei aulas então trabalhei ali até àquela época da revolução.

Irene: Trabalhou como quê?

Ana: Professora estava a dar aulas, dei aulas, chegou aquele tempo da revolução, continuei a trabalhar e então lá para os anos 1976 então Moçambique começou a preparar professores para ver se podia conseguir professores qualificados porque o qualificado era o professor de Alvor, era o único esse era o professor preparado do Alvor mas este professor do Alvor tinha que passar a ser ele o diretor distrital, provincial porque eles é que tinham mais ou menos o conhecimento favorável para isso porque (...) deixaram de qualquer maneira e as escolas ficaram connosco professores com 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Isso, depois da independência?

Ana: Sim, ficamos nós continuamos e então o governo sempre a capacitar e então em 1976 começou o ensino à distância, se não foi 1976, foi 1976/77 quando começou o ensino à distância e então é quando voltei a recomençar com os meus estudos, mas já à distância, tirei o 5º, tirei o 6º e formação à distância.

Irene: À distância, onde é que fazia os exames, as provas?

Ana: Na escola, na escola onde eu estava a trabalhar aqui na missão porque era o centro da vila.

Irene: Na missão católica?

Irene: Desculpe, estou a falar porque as igrejas foram e mais quê, foram nacionalizadas, é por isso que estou a perguntar.

Ana: Sim, mas continuamos ali a trabalhar ali depois dessas nacionalizações e antes de nacionalizações continuamos a trabalhar para se transferir a escola passar para um sítio qualquer que não é terreno da missão demorou um bocadinho.

Irene: Ah sim!

Ana: Continuamos a trabalhar porque os padres não moravam ali onde era escola não, os padres tinham residência aqui esta residência esta parte de cá enquanto que (...) lá em baixo.

Irene: Um bocadinho longe daqui.

Ana: Sim, então continuamos a trabalhar, e no andar do tempo viram que se devia transferir aquela escola para um sítio longe daqui para (...) e as casas até', mas antes disso continuamos aqui, tirei este curso estando a trabalhar aqui.

Irene: O Estado não interferiu consigo por estar aqui na igreja?

Ana: Não, o Estado sempre nos pagou quando nacionalizou as escolas, os hospitais, nós todos passamos para o estado, só a casa dos padres continuamos a utilizar.

Irene: Não foi nacionalizada a casa dos padres?

Ana: Foi nacionalizada e continuamos ali mas como depois tiveram que entregara de novo aquilo que era a casa dos padres então a escola não podia ser ali é quando foram construir do outro lado mas que no nosso tempo eu ainda aqui nesta escola e depois fui transferida para a Escola de Mucaveleni, depois da escola de Mucaveleni antes há uma escola anexa que está na aldeia, é a escola primária Emília Daússe, depois de lá passei para Mucaveleni, de Caveleini para a escola, chama escola B, a escola que era escola oficial, era escola só para os brancos que está ao lado do posto administrativo, que agora é administração aquela escola era só para os brancos, por isso aquilo está perfeito, têm casas de banho só que não tiveram um tratamento assim adequado, e as casas de banho ficaram assim já não serve mas tinha casas de banho, tinha tudo porque era dos brancos aquela escola ao passo que a escola para negros era esta aqui.

Irene: A escola para negros era aqui, foi aqui onde estudou?

Ana: Sim.

Irene: Portanto, a sua área de residência foi sempre aqui em Chongoene?

Ana: Sim sou desta zona sim, mas para quem entra para o interior.

Irene: Portanto, vinha dali para aqui, para a escola.

Ana: Sim, para a escola estudar.

Irene: E os professores eram os padres ou como é que era?

Ana: Não, eram esses que entravam como catequistas e que depois iam dar abecedário e depois disso indicavam como pode ler, como pode escrever.

Irene: Diga-me uma coisa, oiço dizer que aqui havia um seminário no tempo colonial.

Ana: Não, não.

Irene: Não havia seminário?

Ana: Não,

Irene: Não houve padres aqui?

Ana: Não, não, seminário é de agora estas residências que estão aqui por cima cá não existiam.

Irene: Portanto, aqui só havia escola e igreja.

Ana: Havia escola, havia residência dos padres e lá em baixo ali onde tem uma capela os primeiros padres que chegaram aqui em 2001, em 1900, em 1900 que chegaram ali porque primeiro construíram ali uma residência dos padres com 1.º piso, mas o 1.º piso não é como este atual porque era de madeira e depois uma capela e demoliram é onde era escola é onde funcionava a escola, então os alunos recebiam aulas debaixo das árvores, não tinham salas, porque só havia capela, residência dos padres, recebia-se aulas debaixo das árvores.

Irene: Quem ensinava, eram os padres?

Ana: Não, eram os professores, esses que tem 4.ª classe, basta saber ler e escrever mas se for esperto e o padre ver que ah este aqui é esperto ele vai-te ajudando porque o sistema do padre era este, se fui aluna depois professora na mesma escola onde aprendi, no fim do mês o padre reunia a todos e tinha determinado quinta-feira 1.ª quinta-feira de cada mês, os professores todos deviam vir aqui, aqueles professores que davam aulas pertencendo à igreja onde hoje chamam de comunidades, pequenas igrejas que estão espalhadas por aí havia uma em Conjweni, em Cavelene, em Banhine, em Siyaya, lá para Nhasembeni, haviam capelas onde o padre ia celebrar às vezes então ali estavam professores que davam aulas ali só que um professor podia dar 1.ª, 2.ª e 3.ª classe e às vezes só dava 1.ª e 2.ª porque não tinha capacidades de dar 3.ª classe, mas recebia aqui quando chega o fim do mês vinha receber aqui.

Irene: Porque isto era o quê?

Ana: Era missão.

Irene: Era missão, aqui era missão?

Ana: Então aquele professor sempre sabia que basta chegar 2.ª, 5ª feira de cada mês, era 2.ª? Sim, era 2.ª não era primeira, 2.ª e 5ª feira de cada mês tenho que ir à missão para receber o meu dinheiro, então chegava aqui, chegávamos posso dizer, chegávamos aqui primeiro cada um ia receber o seu dinheiro, ficávamos ali à porta, então entrava cada um pela sua vez aquilo nem era chamada mas tínhamos aquele respeito sei lá, faz favor e então entrava ia receber o seu dinheiro, saía e então (...) zangam aí com o padre agora (...) ele viu o meu valor e não podia; e então ele ia dar o vencimento com a porta fechada mas depois saíamos dali para a igreja. Na igreja não íamos rezar, íamos receber conselho. Sabe o que é professor? Professor é luz, professor não pode dar só o abecedário, dar conta e se a vida, se a vida não ensina o aluno não vai aprender nada. O professor não pode casar com outra mulher ou namorar alunas ou embriagar se cair na rua de qualquer maneira não, o professor é aquela pessoa que até o régulo, até o chefe das terras deve respeitar porque esses conselhos, esses conselhos dava o padre sempre tinha que ter um tema a dar em cada mês depois disso íamos sair com aquela disciplina e o professor como pode vestir e sim, a maneira de vestir não sei quê dava esses conselhos o padre e pronto íamos embora e entregava aquilo que pode levar para o giz se falta um quadro é neste dia que o professor vai dizer que o quadro ou caiu ou quê ele há de ir arranjar o quadro, levar no seu carro, ir entregar naquela escola onde já não tem quadro. Se aquela capela porque lá sempre havia aquela capela onde prestam orações então este professor vai dizer ah naquela capela pinga não sei quê ele vai carregar consigo o carpinteiro, o material.

Irene: É assim que funcionava, e os alunos como é que escreviam nessa altura?

Ana: Na ardósia.

Irene: Logo na 1.ª classe?

Ana: Utilizavam ardósia só que há quem não conseguia comprar ardósia porque estava 2\$50 há quem não conseguia 2\$50 porque ali ao comprar ardósia comprava também o ponteiro é assim e depois de escrever lava-se e amanhã volta a escrever, lava-se só que o chato ali é esta ardósia parte, é preciso ter um grande cuidado.

Irene: E quantos anos de escolaridade era o ensino primário? O aluno começava em que classe?

Ana: Tinha que começar com uma idade assim um pouco, tinha que começar um pouco cedinho, aos seus 8 anos, porquê? Por que primeiro não vai entrar à escolaridade, porque primeiro tem de passar dali da catequese.

Irene: É nisso que estou interessada, o primeiro passo é a catequese?

Ana: Tem que passar pela catequese.

Irene: Quanto tempo leva a catequese?

Ana: É um ano.

Irene: um ano, primeiro faz a catequese.

Ana: Sim, primeiro a catequese, no fim do ano o padre vem examinar, ali na catequese ali a coisa não era tão difícil, tal difícil porque era, mas era muita coisa, muita coisa hein!

Irene: Muita coisa, como quê?

Ana: Hein, era muita coisa.

Irene: Diga algumas coisas só!

Ana: Ali tinha que saber persignar e benzer, Pai-Nosso português-changana, Maria, português-changana, por isso ah o português deles, qual? Tinha que passar isto aqui. Ali é muita coisa porque é persignar e benzer.

Irene: O que é persignar?

Ana: É isto (...) persignar e benzer, depois Pai-Nosso, Ave-Maria, Credo, Salve-Rainha, Obras de Misericórdia, Pecados Capitais, Pecados que nos Brada ao Céu e que é aquilo aí e é muita coisa, os mandamentos da lei de Deus, os mandamentos da Santa Igreja, muita coisa, mas conseguíamos.

Irene: Durante um ano?

Ana: Durante um ano até lá para novembro o exame.

Irene: Como é que era o exame?

Ana: Era oral.

Irene: Mas tinha que saber Ave-Maria em Changane e em Português.

Ana: Sim e o Pai-Nosso em changane e em Português.

Irene: E quem ensinava em Changane?

Ana: Era um catequista, um catequista.

Irene: E em português, era o padre?

Ana: Era ele o catequista se tem catecismo, ele lê ele diz e vocês repetem e acabam gravando.

Irene: Acabam gravando, sabendo mesmo de cor, tinha que saber?

Ana: Sim por isso o Português ali no Pai-Nosso e Ave-Maria hei! Eram dizeres que nem em português nem em Shangane, mas ele entendia.

Irene: E então, depois da catequese é que entrava na 1.<sup>a</sup> classe?

Ana: 1.<sup>a</sup> classe porque é que hoje o nosso aluno não lê? Falhamos ali ao dar o abecedário á ali porque afinal o que é ler? Ler é conhecer, não é saber, é conhecer porque aquela letra A tem quatro desenhos, a tem A manuscrito tem A aquele A que posso de dizer a de máquina tem maiúscula, tem de minúscula, 4 posições da mesma letra então a criança tem que conhecer, não saber dizer A não, tem que conhecer que tem esta posição, quando é maiúscula está assim, quando é minúscula está assim, manuscrita assim, tem que saber essas coisas e saber quantas letras são afinal que tem que as conhecer e dantes eram 23 letras mas agora já são 25. Dantes eram 23 porque não entravam o Ipso e o w mais letras que deviam entrar porque o aluno vai encontrar essas letras em Changane mas havia essa falha e também essas letras não é mau dividi-las em duas partes: vogais e consoantes, não é nenhum mal, mas aí o aluno tem que as conhecer, o nosso aluno não as conhece, não as conhece, como é que vão ler, porque ler afinal é dizer o nome das letras. Quem conhece a letra facilmente lê porque vai dizer porque não adianta conhecer a Maria quando está de pé quando já está a dormir já não a conhece, mas não está coberta, não. Tens que conhecer a Maria quando está a dormir basta não estar coberta ver que esta é Maria apenas dormiu, mas ela é a Maria, está sentada, mas é a Maria, sim. Mas agora suponhamos vamos ver o P, o B, o 9 e o 6, o nosso aluno não consegue diferenciar isto, não sabe diferenciar o nosso aluno, por isso há tanta dificuldade da leitura, mas a dificuldade sai dali.

Irene: Mas ali na 1.<sup>a</sup> classe já se aprendia?

Ana: Aprendia-se só que àquela maneira também de aprender não adianta, não é aquela que é preferível.

Irene: Aquela do tempo colonial?

Ana: Sim, porque ali o professor chegava, escrevia todo o abecedário, minúscula e maiúscula, ia dar aulas noutro canto porque se não era assim ele talvez está sozinho e tem 5 turmas na escola. Senão ele chegava ali, deixava todo o abecedário ali e um da 2.<sup>a</sup> classe que já sabe dizer os nomes, chegava pegava no pau A e depois o resto lá repete, A, B, C e os outros ali repetem, mas pode dizer A, B, C a olhar para os lados, a coisa perde-se aqui, mas ali quando entrou o sistema nacional de educação

Irene: Que sistema, depois da independência?

Ana: Sim, eu gostei porque o que é que ele fez? Ensinou o abecedário, aquele que nós chamávamos de script, aquela letra da máquina e a manuscrita, e cada dia, cada letra, só que isto está acelerado, quando é cada dia, cada letra está muito acelerada, porque o aluno esquece àquela letra que ontem aprendeu e hoje já não tem oportunidade de repetir. O livro estava assim, não dava oportunidade para repetir aquela letra, era cada dia, cada letra, mas, eu achei que isso era mais ou menos.

Irene: Portanto a 2.<sup>a</sup> classe, da 1.<sup>a</sup> a pessoa ia para a 2.<sup>a</sup>?

Ana: Chegava ali na 2.<sup>a</sup> classe já a saber ler bem! A ler bem mesmo.

Irene: E depois ia para a 3.<sup>a</sup>?

Ana: Já a saber.

Irene: O exame quando é que fazia exame, cada ano fazia exame?

Ana: Sim, em junho.

Irene: Da 3.<sup>a</sup> não fizeram a 3.<sup>a</sup> rudimentar?

Ana: Não, eu não fui nessa rudimentar não, eu aprendi 1.<sup>a</sup>, mas a 1.<sup>a</sup> o exame eram os professores daqui, a 2.<sup>a</sup> classe é não, 2.<sup>a</sup> classe era mesmo exame, era exame mesmo.

Irene: Quem preparava essa prova?

Ana: Aquilo parece que vinha do ministério.

Irene: 2.<sup>a</sup> classe?

Ana: Sim, 2.<sup>a</sup> classe parece que vinha do ministério mesmo porque abria um envelope ali.

Irene: E a 3.<sup>a</sup> classe?

Ana: A 3.<sup>a</sup> classe também era mesma coisa.

Irene: E depois a 4.<sup>a</sup> classe?

Ana: Depois 4.<sup>a</sup> classe, os examinadores vinham de Lisboa.

Irene: Não me diga!

Ana: É verdade, inspetores, não é um qualquer não, inspetores, o exame só podia se realizar numa escola oficial.

Irene: Então a irmã não fez exame aqui na escola, aqui não?

Ana: Não.

Irene: Onde é que foi fazer?

Ana: Ali, ali naquela escola que está ao lado do posto.

Irene: Ah sim?

Ana: Porque era oficial.

Irene: E depois, quantos alunos eram, só desta escola ou eram das outras escolas também?

Ana: Ali não cheguei a entender se éramos só nós, não sei, mas somávamos umas 20 e poucos alunos.

Irene: Vinham professores de Lisboa?

Ana: De Lisboa.

Irene: E como é que era o exame então da 4.<sup>a</sup> classe?

Ana: Hein, hein, hein aquilo era terrível, 1.<sup>a</sup> coisa um branco que não acostumou mas está à tua frente numa carteira sofisticada aquilo que tu nunca viste, tinha um papel bem batido à máquina aquilo que nunca viste e ali só podes levar caneta, só caneta aquela de amparo, não queriam esta nossa confusão de lapiseira, era caneta aquela de amparo essa caneta era traçoeira também porque podia tirar tinta ali e borrar tudo ali, oh! Tinha que estar bem preparado e lá talvez levando umas duas ou três canetas, sua borracha e chegavas ali com toda a atenção você não pode olhar para os lados.

Irene: E os examinadores estão à tua frente?

Ana: Estão ali, até dão volta cada qual na sua carteira.



Irene: E a escrever provas de quê, de Português?

Ana: Português, Matemática.

Irene: De Português o que é que saia ali?

Ana: Era ditado.

Irene: E quem ditava, era esse português?

Ana: Sim, com aquela pronúncia dele que nem habituaste, mas tens que ouvir estando atento e poder saber que a palavra Coimbra é Coimbra, aquilo que o professor andou a ditar é Coimbra para facilitar a escrita ali, mas ele vai dizer Coimbra e não vai escrever Coimbra?

Irene: “Coimbra” com u?

Ana: Chumbas porque 1 erro vale 2.

Irene: Ah sim?

Ana: Sim. 1 erro, 1 erro falta do ponto do i ou de um acento é erro e vale 2.

Irene: E quantos erros podes fazer, o máximo, para passares?

Ana: Para passar, o máximo 2.

Irene: Tchê!...

Ana: Se já tens 4 não me diga que 6 erros ah não tens nada e depois o ditado não é aquele de duas frases não, é meio texto, é escrever e a história, são esses D. Dinis, só que ali na história, na história e geografia não era para escrever não, era oral. Eu recordo-me que nesse ano, no exame da 4.<sup>a</sup> classe fui calhar com o texto D. Isabel de Aragão, não tardou de me perguntar D. Isabel era filha de quem? Eu ali sem esperar, nunca ouvi porque isso não vinha ali no livro da história se era filha de quem só sabíamos que D. Isabel de Aragão é mulher de D. Dinis, o rei Lavrador agora lá de que é filha de quem, isso não sabia, mas tive que apalpar minha irmã: é filha do Aragão (ri-se) porque não tinha outra coisa a responder mas nem sei se é isso se não é, não sei até hoje, não sei.

Irene: E passou?

Ana: Passei.

Irene: E a aritmética?

Ana: Depois dali ah eu sempre eu sabia de antemão que ali ia sair com 20 valores no ditado não era escrever aquilo, não era escrever aquilo, eu escrevia, eu escrevia aí « eu escrevia, eu saía com 20, eu sabia que assim é agudo, assim é grave, esses acentos, aqui é eu sabia de tudo isso.

Irene: E depois a matemática ou aritmética?

Ana: A matemática, aquilo não era nada para mim.

Irene: O que é que saía na matemática?

Ana: O que estava complicado, que complicava os outros ali, essas coisas de fracções não entrava.

Irene: Não entrava?

Ana: É o complexo e um complexo ali nas horas ali havia jogo e problemas porque problemas podiam tirar um problema que exige 3 a 4 operações agora se a cabeça não está bem não joga bem ou pode fazer uma operação e sair e depois aquelas operações devem estar bem arrumadas e se colocas a operação que primeiro não tem demonstração ali que tipo de operação vais resolver aqui se é a segunda operação você vais chumbar por isso.

Irene: Hein, mas olha, a irmã fixou. Vê-se mesmo que é professora, não foi só tirar o curso, apenas, porque até agora lembra-se de tudo, lembra-se, fixou, portanto, valeu a pena esse ensino colonial, apesar de... o que é que acha?

Ana: Valeu, valeu debaixo de tanto sacrifício, sábado, sábado trabalhávamos muito porque tínhamos que começar o trabalho às 8h00 para sair às 12h00.

Irene: Onde, aqui na missão?

Ana: Sim, às 12h00 com a enxada na mão.

Irene: Porque é que iam trabalhar, para compensar, ou quê?

Ana: Ou eu não sei, trabalhávamos muito e se não és forte ali no trabalho.

Irene: A machamba era de quem?

Ana: Era da missão que dizer o cultivo era de amendoim muitas vezes, amendoim e feijão nhembe, essa coisa de mandioca não, também milho não, e tinha uma machambinha onde fazia hortas não sei quê mas ali não trabalhávamos, pagavam um homem que estava a trabalhar ali havia laranjeiras, tangerineiras, laranjeiras que davam laranja toda a hora, todo o ano tem laranja.

Irene: E já agora, a sua idade, quando é que nasceu?

Ana: Eu nasci em 1953.

Irene: Então começou a trabalhar com que idade, como professora?

Ana: 18 anos. Comecei a trabalhar aqui na missão, o padre é que me mandou chamar.

Irene: O padre é que mandou chamar?

Ana: Sim.

Irene: Depois de concluir a 4.<sup>a</sup> classe?

Ana: 4.<sup>a</sup> classe sim porque estava a estudar ao mesmo tempo a prestar trabalhos da igreja então o padre nos conhecia éramos um grupo de jovens que acabam de tirar a 4.<sup>a</sup> classe na missão e então mandaram-nos chamar e vim cá mas como calhei com uma situação de campanha de apanhar todas as moças que nas tardes dos sábados e domingos vão ali à uma loja ali chamam Loja Casa Fonseca e na Casa Fonseca havia um salão onde moços e moças e pais irresponsáveis iam ali brincar dançando aí, tocavam e bebiam aí e então houve uma campanha de apanhar todas as moças que lá vão não sei o que é que tinha acontecido por aí e eram apanhadas e levadas para a maternidade e então as parteiras iam observá-las, não sei o que é que tinha acontecido não sei, e felizmente eu me escapei porque não podia jogar duas coisas ir à essas confusões quando afinal de contas eu sou mana aqui na igreja, não podia e então eu não ia então nesse dia qualquer moça que ia buscar água lá na loja onde buscávamos água era apanhada mas a mim não me apanharam. Eu fui buscar água, saí voltei para a casa e depois a mamã papá ouviram dizer que eh toda a menina é apanhada então esses polícias passaram daí da casa, ah a ela não, a ela não se ela é da igreja, é da igreja mas aquelas outras também vinham à igreja só que não prestavam trabalho, eu prestava trabalho, tinha que varrer a igreja sempre nas tardes dos sábados embelezar altares depois ir para casa tinha que vir aos ensaios na terça-feira à tarde, junto às outras jovens e ali evoluía não me apanharam e então quando o padre me chama a primeira coisa que me perguntou foi: *você naquele dia não te apanharam?* Eu não, não me apanharam, e perguntou porquê? *porquê não te apanharam se apanharam toda as meninas deste colégio?*

Ana: Não eu até fui até à loja buscar água, ali não era apanhar toda a menina padre. Ali apanhavam meninas que nas tardes dos sábados e domingos vão dançar ali e aquela polícia as conhece porque dançam com elas ali. *E tu?* Eu não vou porque eu sou uma que não brinco naquela tarde eu fui dormir eu não vou ali e então pronto as outras minhas amigas da nossa área, duas, chumbaram porque foram apanhadas.

Irene: Quer dizer, o padre chamou-a, então, para ser professora, aqui?

Ana: Sim.

Irene: Convidou?

Ana: Sim e deu-me uma turma da 1.<sup>a</sup>.

Irene: A si, quem pagava era a missão, aqui?

Ana: Sim, quando comecei a trabalhar eu recebia 500\$00.

Irene: Disse que começou em que ano?

Ana: Em 1970. Recebia 500\$00, mas acho que esses 500\$00 valem 100\$00.

Irene: Naqueles tempos. Olha, irmã, gostei muito!

Ana: Ri-se.

Irene: A sua experiência é uma experiência singular, já recolhi informação de outras pessoas, mas olha, essa sua estou a gostar muito, é o mesmo tema, mas tem especificidades que não as tive nas outras, portanto, muito obrigada, agradeço imenso, a entrevista está terminada.

## Infomante nº 37 – Prof. André Langa (IAL-76)

Data da entrevista: 18/07/2014

Duração da entrevista: 32 minutos

### Caracterização da entrevista

Filho do primeiro grupo de professores indígenas da Escola de Habilitação de Professores Indígenas “José Cabral” no Alvor. O informante, que seguiu a profissão de seu pai, sendo também produto da E.H.P.I.J.C., foi professor indígena em escolas rudimentares a partir de 1956, ao abrigo da Concordata, e em 1970 professor de posto escolar. Função que exerceu até 1975 quando o governo moçambicano o integrou no Órgão de Direção de Educação onde trabalhou por dois anos e, eventualmente, nomeado chefe de serviço provincial de alfabetização e educação de adultos. Nascido em 1938.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito boa tarde, prof. André Langa.

André: Boa tarde.

Irene: Agradeço muito este privilégio, considero ser realmente um privilégio o facto de o professor, sem nunca me ter conhecido, permitir que eu entrasse aqui, em sua casa. E como estava a dizer há bocadinho, o propósito desta minha visita aqui, se posso chamá-la de visita, não é? Está relacionado com um estudo que estou realizando em Portugal, numa universidade, sobre o ensino colonial, concretamente o ensino destinado aos indígenas que parece se chamava ensino rudimentar. Estou a tentar recolher junto de pessoas que conhecem esse ensino direta ou indiretamente, ou porque foram professores, lecionaram, ou porque viveram nesse ambiente só não foram professores, ou porque eles próprios foram produto desse ensino, para que me possam explicar o que é que era esse ensino primário rudimentar, a sua evolução como é que veio, pronto, como é que evoluiu e será que havia saídas profissionais desses alunos que saíram desse ensino. Olha, toda a informação como professor de acordo com o que me disseram, tudo o que o professor puder desenvolver agradecia, não há restrição de tempo, excetuando as suas próprias limitações, o senhor é que sabe, caso contrário, da minha parte se houver alguma dúvida eu irei responder, sinta-se à vontade.

André: Muito obrigado pela honra que me dá e mesmo fazer este tipo de perguntas inesperadamente mas exatamente porque como dizia eu sou um produto do ensino colonial para indígenas, nasci no tempo próprio e vivi lá dentro até a altura em que pronto as coisas transformaram-se e eu continuei sempre aqui em Moçambique, meu pai foi professor e então as minhas primeiras letras a maneira de aprender também foi à minha forma com ele com meu pai, eu ia à sala como qualquer outra criança, eu era muito pequeno outras crianças eram já adultas, eu ia lá brincar mas pronto alguma coisa foi ficando, naquela brincadeira fui fazendo algumas coisas, isso chamava-se quando de facto comecei a estudar chamava-se I Parte, *Xipela* (Spelling). Aqui aprendia-se a falar português e traduzido na própria língua nesse caso para mim era Chopi. Eu aprendi português e chopi, *Xipela*, I Parte, isso durante um ano depois disso então começava a chamada 1.<sup>a</sup> classe onde já podia pegar nalguma coisa para escrever, mas fundamentalmente no chão. Aprendi a escrever as primeiras letras no chão. A tabuada com os meus professores íamos aprendendo o abecedário aos poucos depois chegou a vez em que já sabia escrever e entrei na chamada 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, chamava-se 3.<sup>a</sup> classe. Saía-se desta I Parte para uma 1.<sup>a</sup> classe e como passava-se este período sem classe a I Parte não tinha classe quando começava-se a dar a classe já há uma classe que mais ou menos não se diz exatamente a 2.<sup>a</sup>, já não se diz exatamente que o aluno está na 2.<sup>a</sup>, está na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar é quando eu comecei a saber o que é fazer um exame na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. Depois passei para a 3.<sup>a</sup> classe elementar, portanto há umas duas terceiras: faltou uma 2.<sup>a</sup> veio a aparecer uma 3.<sup>a</sup> classe elementar e então aparece, eu disse faltou a 2.<sup>a</sup>, mas houve uma 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e depois uma 3.<sup>a</sup> classe elementar, depois desse é que se podia ir para uma 4.<sup>a</sup> classe. Este é que era o nosso nível ir até a 4.<sup>a</sup> classe. Na 4.<sup>a</sup> classe quando alguém concluísse a 4.<sup>a</sup> classe não tinha hipótese de muita continuidade com os estudos, era o limite; mas bom mais tarde criou-se a escola de Artes e Ofícios da Moamba, criou-se a escola de formação de professores indígenas no Alvor; eram praticamente os dois caminhos abertos para nós. Quem quisesse ia para Moamba, se pudesse, e quem quisesse ia para o Alvor. O nosso ensino correu dessa maneira portanto eu fui daqueles que fui para o Alvor, então fui formado como professor indígena chamava-se Escola de Habilitação de Professores Indígenas no Alvor, eu fui formado lá e terminei o meu curso em 1956, comecei a trabalhar aqui, chamava-se João Belo, numa escola que era chamada Beato Nuno de Inhamissa aqui perto.

Comecei a trabalhar, dei aulas, como é que vou dizer? Tinha 1.<sup>as</sup>, 2.<sup>as</sup> e juntávamos alunos para dar estas aulas e era esta forma que nós tínhamos como professores, era um professor por cada escola então as crianças à medida que iam evoluindo iam mas iam só até a 3.<sup>a</sup> a maior parte, só iam até a chamada 3.<sup>a</sup> classe rudimentar porque a 3.<sup>a</sup> classe elementar já não era nestas escolas espalhadíssimas aqui, era na sede da missão. Como estávamos em Mangunze como estávamos nós em Mangunze saímos de uma escola chamada Inhafoco depois de fazer a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar avançava já para a missão para fazer a 3.<sup>a</sup> classe elementar e daí também conseguir fazer a 4.<sup>a</sup> classe. Então depois de ser professor é isso também que passei a ensinar os alunos até a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, porque depois da 3.<sup>a</sup> classe rudimentar tinham que passar para a 3.<sup>a</sup> classe elementar, na sede da missão aqui era na Paróquia de João Belo., então é lá onde faziam a 3.<sup>a</sup> classe elementar e faziam a 4.<sup>a</sup> classe. Eu é que depois rondei estive nessa coisa de Inhamissa e depois estive numa escola em (...) mas depois passei também para a sede para ir dar a 4.<sup>a</sup> classe porque o meu colega que estava lá concorreu para o magistério primário e foi estudar para magistério primário e passou a ser um professor oficial já não estava no grupo dos professores indígenas, passou a ser professor oficial e eu então fui substituí-lo na paróquia para continuar com os alunos já da 4.<sup>a</sup> classe. Tinha outros colegas que davam a 3.<sup>a</sup> e eu dava só a 4.<sup>a</sup> classe, é na altura que já as coisas começaram a distanciar-se não é, em vez de um professor para todas as classes eu já tinha chegado essa fase de dar só uma classe e haver outro que me dava a 3.<sup>a</sup> classe elementar. A evolução que eu posso dizer do ensino colonial foi esta, não foi fácil, levou muito tempo, muitos anos isto acontecer dessa forma. Havia escolas oficiais esses eram com eles, eles é que sabiam como é que faziam lá, os alunos que iam para lá deviam ter uma boa condição económica para frequentarem lá e os que não tinham essa condição esses é que ficavam connosco, mas quando chegasse a vez de fazer o exame da 4.<sup>a</sup> classe era lá que eram submetidos ao exame da 4.<sup>a</sup> classe com professores oficiais que sabiam falar, eram portugueses então aqui havia problemas sérios porquê? Eu, professor natural, a minha forma de falar, a minha pronúncia, dição e tudo é natural, mas quando passa para ali para aquele professor tem a pronúncia dele, a dição dele, e a primeira atividade que tinham que fazer no exame é ditado; então muitos dos nossos filhos, nossos alunos chumbavam porquê? Por causa da dição, o professor lá, o júri ditava, pronunciava à maneira dele, ou o aluno aqui passava mal não percebia quando tentava perguntar já era atrasado tinha que avançar para frente apanhava muitos erros, chumbava por isso, apesar de ter muitos conhecimentos, bastava ter cinco erros no ditado desculpa, acabou todo o ano até no ano seguinte. Não havia estas coisas que estamos a ver, a evolução que posso dizer do ensino para os indígenas que eu vi é mais ou menos esta, poderei dizer mais coisas mediante a sua curiosidade.

Irene: Portanto, esse ensino indígena é aquele que chamamos ensino rudimentar?

André: Sim, que ia só até a 4.<sup>a</sup>.

Irene: Sim, mas pode-me dizer, dado que eu falei da evolução, o seu pai foi professor?

André: Foi.

Irene: Formado onde?

André: No Alvor também.

Irene: Em que anos?

André: Foi na década de 1930.

Irene: Então, foi daqueles primeiros professores.

André: Acho que foi colega do seu pai, foi colega do seu pai, mas é isso o Banze que deu aulas aqui.

Irene: Sim, é que o meu pai, pelo que sei, não tenho a certeza, parece que foi formado em Ricatla.

André: Talvez.

Irene: Mas seja o que for, o seu pai foi dos primeiros.

André: Ele foi do primeiro grupo que foi para o Alvor. Há os que dizem que começaram em Malaíce e depois foram transferidos para o Alvor, começaram a estudar em Malaíce, e depois acho quando ainda não tinham aquela escola ali e foi quando foram transferidos para o Alvor.

Irene: E foi aluno do seu pai?

André: Um bocadinho.

Irene: Quando ele saiu, concluiu o curso de professor, onde é que foi colocado?

André: Ele esteve em Chizavane

Irene: É uma missão católica?

André: Não, nessa altura era escolas mesmo oficiais, nessa altura, mas espalhados pela província.

Irene: Ah!

André: Esteve em Chizavane, esteve em Matimula e depois foi para Massingir, foi para Guija, Macarretane então a última parte onde estou a dizer ele estava em Macarretane e eu fui assistir as aulas dele em Macarretane, mas depois as escolas passaram já para as missões.

Irene: Estou interessada nessa parte porque concerne à evolução. Perguntaria, quando as escolas estavam sob a tutela do estado, então o ensino primário era rudimentar ou não?

André: Não sei, mas penso que era rudimentar, não sei bem.

Irene: Estou a tentar estabelecer, porque há quem me diga que parece que o ensino rudimentar entrou ou com a Concordata...

André: Em 1940 porque foi nessa altura que a Santa Sé tem um acordo com Portugal e passa a tomar conta das escolas, essas escolas que eu referi algumas delas passam para as missões com os respetivos professores.

Irene: Missões católicas?

André: Sim, particularmente, esse acordo da Santa Sé são missões católicas.

Irene: E agora, o que estou a tentar estabelecer é que, disse que a partir de 1940 o ensino era rudimentar, mas antes disso as escolas eram oficiais, o ensino era oficial também para os indígenas?

André: Creio que sim, creio que sim.

Irene: É essa parte?

André: Essa parte não posso fundamentar.

Irene: Então, rudimentar foi a partir de 1940, até quando, até à independência, em 1975?

André: Sim.

Irene: Foi rudimentar, rudimentar, rudimentar.

André: Uh, mais tarde chamou-se ensino primário não é, chamou-se ensino primário não totalmente rudimentar.

Irene: É que, já me falaram de professores do posto escolar, quando é que começou isso, alguém me deu a entender que parece que aquele rudimentar, apesar de ter continuado a existir, na prática, mas parece que o nome em si, devido à conotação, passou a ser substituído para posto escolar.

André: Bom pronto eu fui professor de posto escolar (*ri-se*). Fui professor de posto escolar e quando é que aparece este nome de posto escolar? Em 19.....69, 69 quando se abre um concurso aberto, público para os professores concorrerem para esta categoria, é uma categoria que foi dada para professores de posto escolar. Eu bom, na altura apesar de ser professor do chamado ensino rudimentar por qualquer circunstância eu tinha saído das missões, era professor assalariado do estado, encontrava-me em Massanjena quando se abriu o concurso.

Irene: Massanjena?

André: Massanjena lá no norte da província.

Irene: No Norte?

André: No Norte desta província de Gaza. Então eu concorri, meti os documentos era um concurso documental, concorri, meti os documentos e por sinal ganhei o lugar de professor do posto escolar para como se chamava? Era distrito, distrito de Gaza só havia 15 lugares, eu fiquei no 14.º então estive lá dentro e passei a ser chamado professor de posto escolar em 1970.

Irene: E os anos de escolaridade eram os mesmos no ensino de posto escolar, se é que podemos chamar-lhe ensino?

André: Não o que existia já nessa altura havia a chamada 3.ª classe rudimentar, a 3.ª classe elementar e 4.ª classe sempre continuou; como não havia aquelas coisas de 1.ª parte, 2.ª parte desconhecida isso já tinha sido posto de lado.

Irene: Portanto, o professor ensinou quantos anos, a partir de 1957 ou 56?

André: Foi 1956.

Irene: De 1956 até quando?

André: Foi até 1975. Dei aulas, era professor de giz e quadros de 56 até 75.

Irene: Em 1956 estava vinculado ao Estado ou à missão?

André: Não.

Irene: À missão?

André: Sim.

Irene: À missão até quando?

André: Até 1969 quando passei para professor do posto, mas continuei nas missões essa coisa de estar vinculado nas missões foi até ao fim, até 74, até a independência.

Irene: E quem pagava, as missões?

André: Pagavam, mas em coordenação com o governo. O governo atribuía um valor para as missões pagarem aos professores e bom quando passamos para essa questão já de professores de posto já tínhamos passado mesmo para o Estado, já recebíamos diretamente do estado.

Irene: Mas no vosso caso, como professores da Missão Católica?

André: Estávamos na missão, mas já pagava o estado.

Irene: E teriam alguma relação com os professores das missões protestantes ou sabe alguma coisa de colegas seus que estiveram nas missões protestantes, para saber como é que era o ensino nas missões protestantes.

André: Infelizmente eu não tive contacto com professores protestantes.

Irene: É católico, não é?

André: Sim, sim, não tive primeiro porque pronto, os protestantes só estavam em Maciene lá, na Escola Anglicana de Maciene, na escola como se chama ali em Chicumbane.

Irene: Missão Suíça, Chicumbane?

André: Aqui só éramos nós aqui não então quando já éramos professores de posto escolar, algum momento o governo tentou fazer reuniões onde eles também participavam eram aqueles reuniões, encontros de aperfeiçoamento do fim do ano, para darem, chamavam aperfeiçoamento no sentido de nos atualizarmos nas questões pedagógicas então às vezes estávamos com os professores vindos de Chicumbane ou vindos de Maciene mas era num seminário não posso explicar.

Irene: E quando se deu a independência ficou integrado, como é que foi o seu cargo, dadas as nacionalizações, não terá ficado afetado?

André: Não, não fiquei. Felizmente não fiquei e penso que muitos outros também não ficaram porque o estado absorveu, absorveu todo o pessoal que era da missão passou para o estado e o estado passou a pagar-lhes, ninguém ficou prejudicado.

Irene: Portanto, não ficou prejudicado por causa de ser religioso, da nacionalização das igrejas, etc.

André: Não, o estado absorveu tudo, nacionalizou as missões não sei quanto, mas as escolas que estavam nas missões o governo tomou conta.

Irene: E lecionou até que ano?

André: Eu como já havia dito dei aulas até 1975, de 1956 até 1975, de 1975 para a frente passei para Órgão da Direção de Educação.

Irene: De educação, aqui no Xai-Xai?

André: Aqui no Xai-Xai. Quando cheguei aqui não havia, quando o governo toma conta das escolas cria órgãos para poderem dar continuidade uma vez que os outros já tinham saído, então eu fui chamado para ser um sub-inspetor escolar, trabalhei um ano ou dois como isso mas depois passei para um serviço, um serviço de alfabetização e educação de adultos, caminhei nessa área até quase até no fim, trabalhei como chefe de serviço provincial de alfabetização e educação de adultos mas pronto quando a minha falecida mãe andava mal aqui tal, tal eu estava em Maputo a minha esposa também estivemos juntos ela teve que adiantar para vir tomar conta para não ficar sozinha pedi transferência quando vim para aqui já não continuei como chefe do serviço passei para diretor de educação da cidade do Xai-Xai então dirigia a educação aqui na cidade do Xai-Xai desde 1989 até 1994 é quando me reformei.

Irene: E em que ano é que nasceu, já agora?

André: O meu nascimento foi em 1938.

Irene: Portanto, tem uma vasta experiência!

André: Exato, mas ela também foi professora.

Irene: Ah, ela foi professora?

André: Sim.

Irene: A sua esposa foi professora, também formada no coiso?

André: Não, não foi foram aquelas pessoas contratadas ainda no tempo das missões, foi contratada, e deu aulas quando houve aquela absorção ela também passou para o estado, passou para o estado, trabalhou algum tempo não foi mais além devido à saúde, teve uma quebra.

Irene: Quantos anos ela trabalhou como professora?

André: Já não me lembro.

Irene: Já não se lembra, queria saber, era só para avaliar o tempo, para ver se vale a pena entrevistá-la ou não, mas se foram pouquíssimos...

André: Quando é que terminou a dar aulas? (*Pergunta à esposa que responde foi em 1982*)

Irene: E quando é que começou?

André: Ela já não se lembra.

Irene: Está bem, então deixemos, eu acho que já explicou tudo. E gostou de dar aulas?

André: Gostei.

Irene: E os seus alunos no tempo colonial tinham boas notas?

André: Ya, no princípio tiveram dificuldade porque eu também ainda não tinha muita experiência de dar aulas mas depois fui ganhando experiência de tal forma que bom muita gente recorria à procura do prof. André para significa que algum valor estava a (...) especialmente nessa altura que passei dar só uma turma, uma turma de 4.º classe então já era muito procurado, os meus alunos também quando fossem para os exames também tinham bons resultados. E lembro-me até de uma façanha em que num dos exames, havia provas orais, na altura já podíamos nós irmos assistir as provas orais sentado lá no cantinho o júri lá chama um dos meus alunos porque sabia que o aluno vinha da missão ao sentar antes de fazer a pergunta fazia assim, é o que os padres fazem.

Irene: Os alunos têm que fazer isso?

André: Sentados, então começa a perguntar se o aluno queria ser interrogado em português ou em aritmética, na altura era aritmética, hoje chamam matemática. Então o aluno disse que queria fazer aritmética. *Queres aritmética?* Sim. *Vamos ao quadro.* Os dois lá fez os bonecos ali e tal com ponto de interrogação o aluno olhou para aquilo interpretou, pegou no giz, escreveu, resolveu, era um problema que tinha sido colocado ali, o aluno percebeu aquele desenho que estava ali, interpretou e fez o que devia fazer. Não ficou satisfeito, *isto pode ter não sei quê.* Criou uma outra situação. O aluno da mesma forma o aluno olhou para aquilo também resolveu, mandou-lhe sentar não lhe perguntou mais nada. É um aluno excelente, foi um aluno excelente mais tarde sei que ele estava a trabalhar na função pública, no Ministério das Finanças, está ali.

Irene: Esteve-me a dizer que na I Parte tinha Xipela?

André: Ali era português-chopi, para nós cá, noutras zonas era português-shangana.

Irene: Não me diga, e quem é que editava esses livros?

André: A missão.

Irene: A própria missão, não era o estado, não?

André: Não.

Irene: Eram os padres, neste caso?

André: Sim, sim.

Irene: Isso é engraçado, não sabia.

André: Os padres fizeram alguma coisa.

Irene: Fizeram alguma coisa, tinham preocupação com a língua nativa.

André: Claro faziam juntamente com os professores, ele enquanto fazia em português o professor tinha que traduzir e é assim que editavam aqueles pequenos manuais.

Irene: Na primeira parte, o aluno aprendia a ler na sua própria língua e o português.

André: Era mais ou menos a tentativa disso, mas não houve muita pressão para ele saber aprender e escrever era só para poder perceber o português aquela tradução ali, era para perceber o português.

Irene: Agora, o que quero saber é, esse ensino rudimentar distinguia-se de outro tipo de ensino, não é?

André: O oficial.

Irene: Qual era a diferença?

André: No ensino oficial não havia essas coisas de português, chopi, a criança que fosse na escola ia entrar na 1.ª classe, e da 1.ª para a 2.ª, da 2.ª para 3.ª, eles aí não perdiam tempo.

Irene: E qual seria o objetivo deste ensino rudimentar?

André: O objetivo penso eu, talvez era exatamente de incutir nestas crianças a falarem português, compreenderem português para responderem as preocupações do português porque como não tínhamos muita habilitação nas repartições não estávamos lá era para poder responder as preocupações do português domésticas, do trabalho não sei quantos para poder ele comunicar-se e o criado saber responder.

Irene: O criado?

André: O criado. São poucos que evoluíram é verdade que depois houve essa questão que se chamava assimilação, os filhos dos assimilados iam à escola.

Irene: Olha, acho que já foquei todos os aspetos que eu precisava para este meu trabalho, acho que já os abordou, portanto, acho que não há mais nada, a não ser que tenha alguma coisa, mas da minha parte acho que é tudo, e só quero agradecer. Mais uma vez, muito obrigada, e posso declarar a entrevista como...

André: Encerrada e muito obrigado.



### **Informante nº 38 – Joel (IJ-64)**

Data da entrevista: 20/07/2014

Duração da entrevista: 15 minutos

#### **Caracterização da entrevista**

Entrevista realizada espontaneamente no jardim do município de Manjacaze, quando o entrevistado, um conhecido da enfermeira Sara Mambo, que a bolseira acabava de entrevistar, ao passar pelo jardim, parou para cumprimentar a enfermeira, tendo este, posteriormente, sido referenciado à bolseira como um potencial informante, visto ter sido professor durante o regime colonial. A pedido da bolseira, o informante aceitou dar a entrevista, após reticências, que justificou pela necessidade de ter de conhecer os temas da entrevista para realizar um trabalho de casa. Valeu a insistência da bolseira, reiterada pela enfermeira, para dissuadir o informante da sua pretensão e, por conseguinte, dar a entrevista que, embora curta, contém aspetos que atualmente se considerariam desregulados, sobre o modelo de contratação de professores nas missões católicas.

#### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, professor, o seu nome...

Joel: Joel "..."

Irene: Muito boa tarde prof. Joel! Agradeço imenso esta oportunidade improvisada de o senhor se disponibilizar para dar a sua informação, alguma informação sobre a temática que estou estudando que é sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino primário, o ensino aos indígenas e atendendo a que o senhor foi professor, para já, foi aluno antes de ser professor, gostaria que o senhor me pudesse explicar da sua experiência, o que é que foi o ensino aos indígenas no tempo colonial. Em primeiro lugar para si, o que significou para si e em segundo lugar o professorado, pronto, como é que o senhor se enquadrou como professor, o que é que achou da sua experiência, sintase à vontade.

Joel: Eu porém quando era aluno comecei em 1964 a entrar na escola tendo 14 anos fui pastor.

Irene: 1964?

Joel: 1964 tinha 14 anos fui pastor e 1964 como aluno, 1965 fui batizado na Missão Santo António de Mavila, Zavala, 1966 fui crismado estudando e então comecei lá na nossa terra, Zavala, freguesia Banguza, Zavala, saí em 1966 para cá Manhique, Ferrão pertence cá em Gaza, comecei a estudar também com os meus irmãos já tinham saído da Escola de Habilitação de Professores de Alvor, em Manhica eles já começaram a ser professores, fiquei com eles. Em 1966 andava na 3.<sup>a</sup> classe, 1967 reprovei a 3.<sup>a</sup> classe continuei, 1968 dispensei a 3.<sup>a</sup> classe, 1969 fiz a 4.<sup>a</sup> classe. Então o meu irmão era professor em 1970 eu fiquei na escola de São Boaventura de Ferrão Manhique, como auxiliar, eu dava aula da 3.<sup>a</sup> classe e ele dava 4.<sup>a</sup> classe, 1971 foi chamado à tropa fiquei a substituir, fiquei a substituir o lugar dele como professor então comecei a dar aulas na Escola de Chilumbele, 6 de Fevereiro de 1968 até eu reformar e andei em várias escolas. Qual era a nossa educação principalmente ali? Era Moral e Cívica, educação moral e cívica, doutrina e não deixava alunos com sujidade, obrigava os alunos que pegassem, escovar os dentes, roupa limpa e tudo mais. Não havia indisciplina como existe agora mesmo que visse um professor lá longe ia cumprimentar, talvez era escravatura em comparação com o tempo de agora mas duma e doutra forma era moral posso dizer assim agora hoje alguém pode cruzar-se com pessoas aqui não se interessa por mais que se conheça não diz nada evolução vamos dizer assim e acabei 37 anos como professor o 37º ano o diretor não queria que eu pedisse reforma então o docente disse que não merece segundo vem no estatuto do funcionalismo um professor deve trabalhar ou um funcionário vamos dizer assim, deve trabalhar durante uns 35 anos e este já é o 37º e diz não, não merece isso e então ali o diretor por sua vez escreveu um documento para eu vir apresentar cá então quando cheguei aqui dei aquele documento desligado do serviço então meti ali onde se fotocopiam levei o original fui pôr em casa, levei o fotocopiado fui dar à escola, até agora estou, foi em Junho de 2008 até agora estou reformado, sou escultor.

Irene: Escultor?

Joel: Vim cá em Manhique em 9 de Abril de 1977 como professor transferido de Ferrão para cá comecei a dar as aulas naquele edifício ali e sofri muitas mudanças das escolas segundo à ordem como sou escultor, comecei a fazer as minhas obras aqui de escultura micombe que é luco logicamente espécie de colher de pau em Moçambique então quando comecei a fazer micombe aqui como eu tento fazer de boa forma não é vinham pessoas a pedir que eu fizesse e eu fazia muitas peças ali eu fazia pequenos

pilões, açucareiras, micombe e colher de pau e mais outras peças vi que as pessoas comprem e então no ano passado pedi dinheiro ao município deu-me então eu fui comprar um torno.

Irene: Comprar o quê?

Joel: Torno, motosserra para eu fazer grandes gamelas e mais outras peças interessantes e agora está a dar volta e hoje madruguei fui cortar árvores com a qual faz micombe e agora voltei fui descansar lá em casa e vi que o tempo está a andar dei volta fui até à vila e agora estou de regresso quero ir lavar a minha roupa para ir à igreja amanhã.

Irene: Tem uma história de vida interessante, portanto, trabalhou 37 anos como professor, mas durante o tempo colonial quantos anos foram como professor?

Joel: 1971 para 1975 parece que foram quatro anos.

Irene: Sim. E diga-me, a designação, nesse caso, era professor de quê? Porque oiço dizer que houve, depois parece que foi extinto, aquele nome de professores do ensino rudimentar ou professores de posto escolar, neste caso, foi professor de quê nesses anos que deu aulas?

Joel: Não me recordo da designação, mas eram professores primários.

Irene: Professores primários?

Joel: Então, quem eram designados ali eram os professores que vinham da Escola de Habilitação de Professores de Alvor, Manhiça porque eram professores de posto escolar não sei há os outros professores que eram da escola oficial qual era a designação deles não me recordo, mas parece que não tínhamos designação.

Irene: E nesse caso, na altura em que fez o ensino primário, começou em que classe, quantos anos de escolaridade fez a primária?

Joel: Comecei Cartão nº 1, Cartão nº 2, bem abate.

Irene: O quê?

Joel: Cartão nº 1, Cartão nº 2, bem abate ata bata, bem abate ata batata, então a partir da 1.<sup>a</sup> classe, a partir de Cartão para a Pré.

Irene: Portanto, Cartão nº 1.

Joel: Sim.

Irene: E depois, Cartão nº 2?

Joel: Sim.

Irene: E depois, Pré?

Joel: Sim.

Irene: E depois?

Joel: 1.<sup>a</sup> classe.

Irene: E depois?

Joel: 2.<sup>a</sup> classe sucessivamente.

Irene: 2.<sup>a</sup> classe e depois?

Joel: 3.<sup>a</sup>.

Irene: 3.<sup>a</sup> quê?

Joel: Ali não havia dantes era 3.<sup>a</sup> rudimentar e elementar, eu não vi rudimentar.

Irene: Só fez 3.<sup>a</sup>.

Joel: Era 3.<sup>a</sup> não havia rudimentar, era 3.<sup>a</sup> classe Terra Bem-Amada.

Irene: Portanto, disse-me qual foi a escola em que estudou o ensino primário.

Joel: Ensino primário, Escola de São João Baptista de Banguza, Zavala.

Irene: Era escola dos padres?

Joel: Sim dos padres.

Irene: Era uma escola, não era missão?

Joel: Não, não, não; missão era Missão Mavila, era escola.

Irene: Neste caso, as provas de exame no Cartão nº 1, Cartão nº 2, faziam provas de exame ou não?

Joel: Não, não, não, vinha o professor a examinar.

Irene: Cartão nº 1 e Cartão nº 2?

Joel: Sim, vinha o professor examinar àquelas classes que ele estava a dar aulas ali, vinha examinar.

Irene: Vinha de onde o professor?

Joel: Ficava ali na sala, e nós estávamos fora.

Irene: O vosso professor?

Joel: Sim, o nosso professor saía da sala para cá fora.

Irene: E quando foi a 3.<sup>a</sup> classe, como é que foi a prova?

Joel: As provas não havia sítio onde se apontavam os resultados.

Irene: Sim, mas o exame por si, da 3.<sup>a</sup> classe, onde é que fez, na mesma escola?

Joel: Foi em Manhique, pertence cá, escola de S. Boaventura de Ferrão, 3.<sup>a</sup> classe.

Irene: Onde fez a 3.<sup>a</sup> classe?

Joel: Mas estava a estudar lá mas fiz em Mangunze.

Irene: Fez em Mangunze, na missão?

Joel: Na missão.

Irene: O exame da 3.<sup>a</sup> classe?

Joel: Sim, fiquei reprovado.

Irene: E quem fazia esse exame?

Joel: Era um professor enviado pelos padres.

Irene: Um professor africano, ou quê?

Joel: Africano, só a 4.<sup>a</sup> classe é que fomos examinados nas escolas europeias.

Irene: O professor da 4.<sup>a</sup> classe era branco?

Joel: Foi branco na mesma missão.

Irene: Vinha donde, dali da escola?

Joel: Não vinha de Xai-Xai.

Irene: E lembra-se do exame da 4.<sup>a</sup> classe, como é que era?

Joel: Mas como eu fui repetente não é dominei muito mais, então a lição foi o cajueiro.

Irene: E agora, para a sua formação de professor, como é que foi? Aquele processo como é que foi, até ser professor?

Joel: Ao ponto de ser professor Não havia formação.

Irene: Foi nomeado onde, na escola, pela escola?

Joel: Fui substituir o meu irmão, basta ter 4.<sup>a</sup> classe os padres caçavam quem tinha 4.<sup>a</sup> classe é que queria que fosse professor.

Irene: Foi substituir na mesma escola em que estudou, ou não, ou foi noutra escola?

Joel: Não, não, foi noutra.

Irene: Foi noutra escola.

Joel: Foi noutra escola, Ferrão é este lado cá na nascente agora Chilumbene fica um pouco perto da Missão Mangunze.

Irene: É onde era a escola do seu irmão?

Joel: É onde substitui o meu irmão.

Irene: Portanto, quem o chamou foi o padre?

Joel: Não, não foi meu irmão, para ir substituí-lo como ele ia à tropa.

Irene: Sim, mas para substituir, o padre teve que autorizar, não é?

Joel: Primeiramente eu fui com o meu irmão ao padre.

Irene: Ao padre?

Joel: Sim, disse: Sr. padre eu estou para ir à tropa e agora quero que o meu irmão substitua o meu lugar e não teve problema o padre

Irene: Ah, e foi professor.

Joel: E fui professor até hoje.

Irene: Pois, portanto, não chegou a tirar o curso, assim de formação?

Joel: Não, só mais tarde é que houve reciclagem, houve capacitação e mais outras formas de valorizar o professor.

Irene: Mas isso, depois da independência ou antes?

Joel: Não, não, não, antes não havia isso, foi depois da independência.

Irene: Pronto, eu acho que gostei dessa experiência. E gostou de dar aulas?

Joel: Ah Gostei.

Irene: Já no tempo colonial?

Joel: Foi o meu quotidiano.

Irene: Gostou. Portanto, quando dava aulas, quem lhe pagava era a missão?

Joel: Antes, no passado.

Irene: Sim.  
Joel: Antes da independência era o padre.  
Irene: Antes da independência eram os padres que pagavam?  
Joel: Sim.  
Irene: Está bem, olha gostei muito.  
Joel: É pena porque encontramos-nos aqui bruscamente.  
Irene: Mas olha, a informação que me deu, eu precisamente, eu queria precisamente aquilo que me informou, já me disse tudo o que queria, só tenho que agradecer. Já agora, como escultor como é que aprendeu?  
Joel: Isso foi de nascença quando eu era pastor.  
Irene: Ah sim! Foi pastor de gado.  
Joel: Fui pastor de gado sim, cada dia eu cortava uma árvore fazia aquilo que não conseguia lançava fora e ia arranjar outra até ficar perfeitamente.  
Irene: E agora vive disso, não é?  
Joel: Agora sou técnico.  
Irene: Técnico, sim senhor, os meus parabéns!  
Joel: Ri-se.  
Irene: Só lhe desejo muito sucesso, há quantos anos, a idade, faz favor.  
Joel: São 64 anos.  
Irene: 64 anos.  
Irene: Muito obrigada, agradeço imenso. Agradeço esse depoimento, é muito importante para o meu estudo e oxalá que tudo corra bem e tenha saúde. E posso dizer que a entrevista está terminada.

## **Informante nº 39 - Enfermeira Sara (IESM-74)**

Data da entrevista: 21.07.2014

Duração da entrevista: 15 minutos

### **Caraterização da entrevista**

Entrevista realizada no jardim do município de Manjacaze aonde a informante veio, propositadamente, deixando a sua casa para se encontrar com a bolseira, que não via há 36 anos. A entrevista foi precedida por um momento de conversa sobre o passado de ambas na Missão Nazarena em Tavane onde os pais da bolseira trabalharam. A informante não pôs quaisquer objeções ao pedido para ser entrevistada, sendo de assinalar que, apesar de curta, o conteúdo da entrevista é abrangente, no que se refere ao objetivo específico do presente projeto, que é descrever o intercâmbio que existiu entre as missões protestantes no ensino e profissionalização.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, enfermeira Sara.

Sara: Boa tarde mamã.

Irene: Agradeço muito esta oportunidade que me concedeu de eu puder entrevistá-la sobre um tema que estou estudando e realizando uma pesquisa, que é sobre o ensino colonial no sul de Moçambique, nas missões. Portanto, neste contexto, pretendo recolher informação junto de pessoas que conhecem este ensino, o ensino primário, para que me digam da sua própria experiência como é que estudaram, como é que fizeram o ensino primário, tudo o que eles sabem, as fases, as classes que fizeram, etc., e depois também interessa-me saber a saída profissional, alguns desses alunos saíram, foram tirar o curso de carpinteiro, outros de pedreiro, se calhar outros. No caso da senhora, foi tirar o curso de enfermagem, portanto o que eu pretendo saber é a sua própria experiência, a sua história de vida nesse campo, no ensino, no ensino literário e na enfermagem, tudo o que me possa dizer.

Sara: Muito obrigada, boa tarde.

Irene: Boa tarde.

Sara: Eu chamo-me Sara Enoque Mambo, natural de Manjacaze na regedoria Mazucane, então os meus pais foram pastores da Igreja do Nazareno em Mazucane e para adquirirmos o ensino primário tiveram que nos levar com os meus irmãos para a missão americano, nazarena em Tavane aqui em Manjacaze é lá onde aprendi escrever, ler e falar a língua portuguesa e tive lá como meu professor o prof. James Banze, o prof. Mestre Guambe, o prof. Fenias Tamele e mais outros. Fiz a 1.<sup>a</sup> classe na mesma missão Nazarena mesmo e então depois de ter feito a 1.<sup>a</sup> fiz a 2.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> examinadores são os meus professores lá em Tavane então entrei na 3.<sup>a</sup> rudimentar e a 3.<sup>a</sup> rudimentar tive que vir fazer aqui em Manjacaze, sede na escola Coronel Galhardo com os professores portugueses. Voltei para continuar com o ensino, fiz a 3.<sup>a</sup> classe elementar e vim fazer o mesmo exame aqui na escola Coronel Galhardo em Manjacaze com os examinadores portugueses e voltei para continuar com 4.<sup>a</sup> classe e a 4.<sup>a</sup> classe fui fazer na Escola que não me lembro do nome em Xai-Xai com os examinadores portugueses, mas passei eu não sei o que é chumbar nunca chumbei. Então depois disso voltei e os missionários americanos me escolheram com outras colegas para irmos tirar o curso de enfermagem na Missão Metodista unida em Chicuke, Inhambane. Fui eu com a enfermeira falecida Carlota com a outra minha colega Perola Vasco Mondlane e lá fomos apanhar outras amigas vindas de outras missões, éramos uma turma de 24 enfermeiras mas a enfermagem eramos ensinados por uma enfermeira-chefe americana chamada Vitória Lang e durante o tempo de estudo das 7h até 11h30 eram aulas teóricas todos os dias de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira e das 12h00 até 13h00 estávamos a almoçar e depois íamos na aula prática saber tratar um doente como tratar, como aprender examinar uma mulher grávida, como distinguir se de facto esse bebé está vivo dentro do ventre da mãe ou quê, isso aprendíamos na aula prática a fazer, mas para um teste nesse tempo, um teste de ver se essa pessoa vai continuar a ser enfermeira ou não tínhamos que trabalhar como servente durante 6 meses usar a roupa de servente, tinha que saber fazer as limpezas nas latrinas, lavar o doente, ver o seu amor com a profissão de tratar um paciente então depois dos 6 meses é quando nos

davam a bata branca mas sem toca que representa a enfermagem e a duração do nosso curso foi de três anos e isso entrámos no dia 28 de Fevereiro de 1959 e a graduação de sermos ditas enfermeiras-parteiras foi no dia 4 de Março, 1962 mas nós sabíamos fazer um pouco de tudo, tínhamos que saber um pouco da farmácia, tínhamos que saber um pouco do laboratório, tínhamos que fazer um pouco de tudo mas baseando na maternidade e é por isso que a nossa especialidade eramos enfermeiras ou somos enfermeiras-parteiras nessa altura do colono mas agora há separação nesta medicina atual dizem que tem enfermeira de saúde materno-infantil que só sabe trabalhar com uma senhora só e o enfermeiro só sabe tratar uma pessoa doente não sabe nada da maternidade mas para nós o nosso curso sabíamos fazer tudo, a medicina preventiva, vacinar a criança, assistir um parto, fazer as consultas pré-natais, fazer planeamento porque essa coisa de planeamento não é de agora já vínhamos fazendo, aprendemos isso tudo na enfermagem nesse tempo do colonial e assim posso explicar até aqui.

Irene: Então, quando acabou, fez esse curso em Chicuke na missão metodista e diga-me lá, agora, depois disso, qual foi o seu percurso, depois de terminar o curso até à independência.

Sara: Eu depois do curso, quando saí do curso comecei a trabalhar no dia 14 de Abril de 1962 no hospital de Tavane na Missão de Tavane como enfermeira-parteira, lá trabalhei durante 13 anos, quando chega a independência nacional houve nacionalização dos hospitais privados como eram hospitais das missões, 6 meses depois da independência vieram-me pedir para me tirar da missão para me pôr neste hospital rural atual de Manjacaze porque queriam aproveitar aquilo que disseram estamos a querer aproveitar os conhecimentos e a forma de como tratar um hospital porque este hospital dos americanos eram um hospital limpo mas bem limpo mesmo e então queriam que viéssemos fazer o trabalho aqui de igual maneira como nós fazíamos lá e viemos fazer e viram que os primeiros-ministros vieram visitar gostaram o Helder Martins e o Mocumbi vieram gostaram do hospital rural de Manjacaze de maneira como nós estávamos a tratar.

Irene: E neste caso, a sra. Enfermeira quando veio para aqui, nomearam-na quê? Era chefe, qualquer coisa...

Sara: Enfermeira-chefe do distrito.

Irene: Enfermeira-chefe do distrito, veio logo para ser enfermeira chefe do distrito?

Sara: Sim até andei na província com os chefes provinciais a fazer supervisões das outras unidades, transmitir a experiência.

Irene: E foi esse o trabalho que fez até depois da sua reforma?

Sara: Mas depois vieram aqueles que já foram capacitadas a este curso de saúde materno-infantil com o nível mais elevado, não o meu de 4.ª classe, para serem os nossos chefes, mas reformei ainda a trabalhar na saúde-materno infantil.

Irene: Mas quantos anos trabalhou como chefe depois da independência?

Sara: Trabalhei depois da independência 15 anos.

Irene: 15 anos como enfermeira-chefe, mas a sua designação oficial era quê?

Sara: Era enfermeira-parteira.

Irene: Sim, mas como chefe?

Sara: Enfermeira-chefe do distrito.

Irene: Portanto, fazendo um balanço, acha que valeu a pena o ensino colonial neste caso?

Sara: Agora eu posso dizer que havia disciplina e também a pessoa tinha que seguir um curso com vocação, com vocação e não alternativa porque agora vendo as coisas parece que é uma alternativa porque não conseguiu entrar no professorado ou na agricultura ou onde foi conseguir entrar na saúde tem aqueles que trabalham com amor e carinho mas tem aqueles que você vendo só vê que este aqui não tem vocação para saúde existe até agora mesmo.

Irene: Portanto, acha que valeu a pena?

Sara: Valeu a pena.

Irene: Mesmo aquele ensino rudimentar, acha que valeu a pena?

Sara: Sim.

Irene: Aprendeu muita coisa.

Sara: Sim, mas coisa boa.

Irene: E quando começou o ensino rudimentar, começou logo na 1.<sup>a</sup>, como é que foi, quantos anos de escolaridade, fez o ensino primário?

Sara: Eu fiz de 1952.

Irene: Começou em que classe ou ano?

Sara: Comecei na pré-primária.

Irene: E depois no segundo ano?

Sara: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> classe, depois 3.<sup>a</sup> rudimentar, depois 3.<sup>a</sup> elementar e 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Portanto, fez quantos anos?

Sara: 5 anos.

Irene: E passou com que nota a 4.<sup>a</sup> classe?

Sara: 4.<sup>a</sup> classe eu passei com 14 valores.

Irene: Muito bem!

Sara: Passei com 14 valores, é verdade.

Irene: Foi muito bom. Olha, só lhe dou parabéns pelo seu percurso, acho que foi muito bom, teve uma experiência enriquecedora, portanto não teve problema de integração depois da independência?

Sara: Nada, até agora estou a aproveitar, estou a trabalhar nuns projetos da saúde com a minha reforma.

Irene: Projetos do governo?

Sara: Sim, estou a trabalhar, ainda continuo a trabalhar com a mulher, idade fértil e a criança, de 0 até 5 anos.

Irene: Como se chama o projeto?

Sara: MX, MX.

Irene: O que quer dizer M?

Sara: É uma abreviação é um projeto que vela pela saúde, idade fértil e a criança de 0 a 5 anos.

Irene: Trabalha semanalmente, ou por dia?

Sara: É diário, mas nas comunidades não no hospital.

Irene: Todos os dias vai trabalhar?

Sara: Vou trabalhar fora nas comunidades.

Irene: Ah sim!

Sara: Fazer criação de comités de saúde na comunidade.

Irene: Portanto, está reformada, mas ainda está ativa.

Sara: Estou ativa porque ainda presto contas na direção distrital de saúde.

Irene: E recebe para isso, tem contrato?

Sara: Sim, dão alguma coisa.

Irene: E já agora, que idade tem?

Sara: Agora tenho 74 anos.

Irene: 74 anos, parece ter saúde, se for assim, vai continuar até aos 80 a trabalhar.

Sara: Vamos ver, se o governo querer que ainda continue posso continuar.

Irene: Olha, muito obrigada, acho que a sua experiência é exemplar, espero que os outros sigam o seu exemplo, os mais novos...

Sara: Sei lá.

Irene: Gostei muito dessa experiência, tudo o que passou. Portanto, de momento não tem problemas, está tudo normal.

Sara: Não tenho problemas, até agora não tenho.

Irene: Olha, a entrevista está terminada.

## **Informante nº 40 – Zimbico (IZ-68)**

Data da entrevista: 20/07/2014

Duração da entrevista: 43 min.

### **Caracterização da entrevista**

Zimbico, nascido em 1946, estudou na escola da Missão Nazarena em Tavane, designada oficialmente por Escola Particular de Machulane. É um dos poucos entre os entrevistados que, com o diploma da 4.<sup>a</sup> classe, e sem formação na escola de habilitação de professores em Alvor, foi em 1965 integrado no quadro oficial de professor-monitor, sendo-lhe atribuído assim o direito de dar aulas, atividade que exerceu até à independência. Salienta-se o facto de o exercício da função de professor por quem não estivesse habilitado era ilegal perante o Estado Colonial que, citado na cópia da carta de Andre-Daniel Clerc, da Missão Suíça, escrita às missões protestantes congéneres a 29-12-1955, dava indicação da ordem do governo que proibia a função de professor por alguém que não fosse habilitado em Alvor, ou previamente inscrito na Repartição Central. Salienta-se o facto de Zimbico ter exercido a função de professor-monitor até à independência, integrado pelo Estado moçambicano para dar continuidade à função e, eventualmente, tendo trabalhado na Direção Provincial de Educação, em Xai-Xai.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito boa tarde, prof. Não sei se o trato por professor, prof. Zimbico ou sr. Zimbico, não sei qual das designações devo usar.

Zimbico: Fui professor nos primeiros anos e nos últimos dez anos a igreja pediu-me para pastorear uma igreja.

Irene: Então, pronto. Neste caso, ainda quero fazer a introdução, era só cumprimentá-lo. Quero agradecer esta oportunidade de eu poder entrevistá-lo sobre um tema do meu estudo que é o Ensino Colonial em Moçambique, concretamente, a evolução do ensino primário e o ensino aos indígenas que chamavam ensino rudimentar nas missões do sul de Moçambique e atendendo que o professor, daquilo que entendi é daqueles tempos, que passou pela escola e parece que pelo professorado, gostaria que me informasse tudo sobre esse ensino primário do tempo colonial e tudo: como é que evoluiu, quem eram os professores, como é que se ensinava. Tudo o que se lembra, claro, até a independência e a sua integração ou a sua integração no aparelho do Estado; tudo o que se lembra, sabe que não se pode lembrar tudo, a memória é curta, mas não há restrições de tempo. Se houver qualquer dúvida, pergunte, que eu vou esclarecendo, e também eu se tiver perguntas irei perguntando.

Zimbico: Muito bem, obrigado, eu, é verdade fui professor na escola primária da Missão Nazarena em Machulane, Tavane, minha missão, minha igreja. Eu estudei lá até concluir o nível da 4.<sup>a</sup> classe; e então no mesmo ano que conclui a 4.<sup>a</sup> classe houve uma lei do governo de que os professores que estavam nas missões incluindo a nossa missão que tinham só 3.<sup>a</sup> classe ou 3.<sup>a</sup> classe elementar não deviam continuar, não deviam continuar dar aulas e que deviam só arranjar aqueles que têm o nível da 4.<sup>a</sup> classe e então foi sorte porque nós acabávamos de concluir eu próprio foi através do diretor Jacinto Mário Beca ele falou comigo e me enquadrou no grupo. Mas além de mim houve outros que também começaram a trabalhar comigo, houve Tomás Malate, já faleceu e então algumas professoras também, uma das professoras é Rosita João Muchave, filha do superintendente do distrito de Mavengane na Igreja do Nazareno e também houve outras. Ela depois de alguns anos até no ano de 1970 porque comecei a trabalhar no dia 9 de setembro de 1965 era o começo do ano letivo no tempo colonial e até junho-julho era o fim do ano, tempo dos exames, depois comecei a trabalhar e no ano de 1970 casámos. Casei com a minha colega e continuámos a trabalhar na mesma escola embora houve uma interrupção de alguns anos porque na missão para as senhoras não era permitido, não era possível continuar a trabalhar quando já está casado, tinha que ver as coisas da casa e tudo mais, porque eles reconheciam também que não tinham o suficiente para nos dar, agora quando está em casa podia fazer muito que podia ajudar a casa que é ir à machamba e outras coisas e foi assim mesmo. Agora quando já estávamos nas proximidades da independência é quando então viram a necessidade de que porque é que vamos arranjar outros quando temos uma que já foi assim, não estamos a ver uma ocupação assim tão grande, ela também podia de novo entrar aqui e foi assim. E não era só na escola primária, mesmo no hospital já estavam a fazer o mesmo e assim continuamos. Nós éramos professores com o nível de 4.<sup>a</sup> classe mas os nossos dirigentes eles tinham mais que isso porque até foram nas escolas de formação no Alvor, o diretor Jacinto Mário Beca foi lá, o outro que esteve muito tempo quando já era reformado, Pedro Jimo Tamele, ele foi



professor no Estado e quando reformou veio na missão, a missão é missão diferente do Estado e agora ele como ainda era saudável foi recebido e depois da reforma dele no Estado trabalhou 17 anos ali na nossa missão Pedro Jimo Tamele como professor e depois da independência é quando então chegam as nacionalizações e com as nacionalizações ele já não foi permitido ele que estava reformado e agora quem continuou embora já era velho foi Jacinto Mário Beca que era o diretor da escola e então continuou até a reforma dele e nós depois da reforma fomos transferidos, nós todos os professores, eram 12/13 professores incluindo a mamã Maria que dava na escola primária de manhã e à tarde dava a costura num outro lugar, agora quando ela foi transferida, se não me engano a transferência dela foi para Chokwe e outra também para lugares diferentes e eu fui para Chidenguele é onde estive seis anos 1977 até 1982, até no fim, mas 1982 havia já dificuldade que começou em Junho-Julho, da guerra, guerra esta que até hoje está a dar de fazer no seio do país, então chegou na zona onde estávamos é quando queimou toda a aldeia de Betula e então já ficamos agitados ali e no fim do ano «houve sorte de dar liberdade de cada um escolher onde é que queria estar e eu escolhi estar em Manjacaze mas em vez de Manjacaze fui para Xai-Xai e desde 1983 estou aqui no Xai-Xai e já não dava aulas e vi que não o melhor aqui que era preciso era trabalhar na direção provincial como dactilógrafo havia falta de datilógrafos. Eu na minha estadia nos primeiros anos estudei, tirei curso de datilografia com Miss Schultz na escola bíblica e também frequentei escola bíblica, conclui 2.º ano e frequência de algumas cadeiras de 3.ª ano embora não cheguei de concluir o 3.ª ano e então pronto voltei para a escola, continuei dar aulas é por isso que quando chego aqui quando viram que tinham falta mesmo pediram-me para pastorear uma das igrejas porque viram que a escola onde estudamos, escola bíblica, não havia aquela coisa de que este é para ser pastor este é para só fazer trabalhos da missão, estudamos da mesma maneira. Agora viram que ah alguma coisa pode fazer lá e assim foi; fui pastorear em Chicumbane no 4.º bairro, 10 anos, enquanto estou a trabalhar na educação e quando vi que já estava para reformar vi que não, há necessidade de eu apresentar isso também na igreja e no Estado já juntei também os documentos, tudo para eles também me deixarem em ambas as partes porque os anos que trabalhei, mesmo se tivesse permanecido lá era já necessário reformar como aqui quando estão contar também já completam 35 anos e assim foi e agora desde 2008 estou em casa. Em Tavane o regime de ensino no regime colonial era difícil, era difícil, o vencimento era pouco, muito pouco mesmo mas não é com isso que nós podíamos desanimar continuamos a trabalhar bem porque os que era um bocadinho melhor mas também pode ver o sacrifício, D. Maria sair de manhã vai à escola primária, volta almoçar vai à costura e volta à noite e ela tinha 3 períodos de trabalho, à noite dava aulas, tudo isso é para ver que eh pá, alguma coisa podia ajudar também essa falta que estou a referir, havia falta não sei se estou a falar de muitos lugares. D. Maria ela foi colocada como prof. de costura não porque conhecia aquele trabalho só, não, o marido James Banze mandou para a escola para professora; não é escola só onde ela podia conhecer aquelas coisas da costura para professora e quando veio trouxe diploma para professora de costura e assim foi uma coisa muito importante para a nossa missão porque nos distritos aqui antigamente onde estamos era distrito de Mavengane mas agora já houve nova divisão é distrito de Xai-Xai, há distrito de Manjacaze, há distrito de Chibuto, não havia isso antigamente mas todos mandavam meninas para melhor preparação em Tavane na escola da costura, quem era a professora? D. Maria Francisca, é isso, por isso ela trabalhava desta maneira enquanto nós quando já deixei de estudar na escola bíblica tinha que trabalhar de manhã e de tarde ou de manhã descansar à tarde para vir à noite porque lá tínhamos curso noturno autorizado mas vamos a ver nunca teve licença ou autorização de dar até 4.ª classe a escola primária em Moçambique, especialmente das missões embora não podemos confirmar que é isso desde que houve zunzum do Dr. Eduardo Mondlane que só por nível da 4.ª classe já ouviam muita coisa hei não era só aqui mesmo lá em Chicunque só podia dar até 3.ª classe, 3.ª classe elementar, quando chega tempo de exame tem de requerer para fazer exame de 4.ª classe e assim era possível concluir 4.ª classe muitos, porque ali em Tavane por causa da escola bíblica para ter formação que era exigido de 4.ª classe, 4.ª ano, era obrigado aquele que quisesse estudar escola bíblica sair da escola quando fez 4.ª ano e quando fez também 4.ª classe e então esse sacrifício todo era à noite, portanto foi assim, só ouvimos essa liberdade quando a escola foi nacionalizada já não podíamos requerer nem nada a consideração era a mesma, é por isso que optaram por transferir aqueles que estavam naquelas escolas porque faz de conta nós estávamos em casa e realmente pediram-nos deram-nos aquele trabalho porque tínhamos aquele nível exigido mas também filhos da Igreja do Nazareno, e então mais ou menos foi assim o ensino em Machulane. As classes davam antes do nosso tempo, 1.ª classe atrasada, 1.ª classe adiantado, depois é que vai para a 2.ª, depois 3.ª, 3.ª classe elementar, depois 4.ª classe e aquilo era muito bom porque

quando sai da atrasada chega na 1.<sup>a</sup> adiantada hei, já sabia ler um pouco e podia escrever antes de sair da 1.<sup>a</sup> adiantada para a 2.<sup>a</sup> classe. Já sabia ler, já sabia escrever, o que também estavam fazer lá na mintlawá, porque mintlawá que foi patrulha depois mintlawá, e no mintlawá ensinavam aqueles tidjonzo, estudos de mintlawá para jovens e também escrever por isso ensinavam, por isso tinham livrinhos chamados xiphela onde podiam ensinar no mintlawá, havia centros e instrutoras formadas por Ricatla para ensinar no mintlawá e alguns sabiam ler a Bíblia, sabiam a ler hinário, cantar nas igrejas através de mintlawá agora os que tinham possibilidades já podiam mandar para a escola, a única escola nazarena aqui em Gaza foi Tavane. *Vamos nosso Tavane querida escola* é isso é no tempo do James Banze, é no tempo de Jacinto Beca, é isso embora vieram outros depois foram vieram outros depois foram, foi no tempo deles, e nós desde que entramos lá nunca mais saímos mas eh pá é nossa pobreza conseguimos com aquilo mesmo aguentar até às nacionalizações das nossas escolas, portanto era assim o nosso ensino lá. O exame era feito lá na missão mas para a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e 4.<sup>a</sup> classe era feito em Manjacaze ou Xai-Xai quando não eles podiam de vez em quando destacar um professor do Estado para vir lá fazer trabalho na missão, examinar lá mas eh tínhamos dificuldade nós, tínhamos dificuldade porque quando mandam os alunos para exame os chumbos eram de mais, agora daí chegávamos ao ponto de dizer que eh pá é porque somos protestantes, deve aqui haver discriminação porque é de mais, mas com a independência tudo acabou mesmo, acabou, aqueles chumbos que verificamos já não, portanto era assim e quando já estávamos independentes tudo continuou bem, não havia diferença, eles não deixaram nenhum daqueles professores que encontraram na missão, não deixaram nenhum, até através de cursos formaram aqueles professores de uma forma que podiam acompanhar tudo e assim foi mesmo. É mais ou menos isso, não sei se há outra parte onde não contei bem.

Irene: Não, já explicou, mas há outras partes realmente que eu quero ficar mais esclarecida. Portanto, a primeira parte foi a parte inicial que me falou de que depois houve uma lei, ou quê, uma ordem do governo em que os professores não formados não podiam dar aulas, mas depois disso, sei que foi professor. Como é que então foi professor enquanto houve essa lei, é no tempo colonial?

Zimbico: É verdade, o trabalho que estávamos a fazer era a nível da escola, era a nível da escola primária da missão que os que controlavam é a própria missão por isso já estava um diretor nomeado pelo Estado, Jacinto Mário Beca e então quando a lei do Estado proíbe ...

Irene: Em que ano, lembra-se?

Zimbico: Talvez em 1964 ou 63 porque nós começamos em 1965.

Irene: Como professor?

Zimbico: Como professor, em setembro, conclui a 4.<sup>a</sup> classe em 1964 e no ano seguinte em setembro é quando começo a trabalhar.

Irene: Nomeado por quem?

Zimbico: Quem arranjava professores é o diretor da escola, Jacinto Mário Beca, que trabalhava por ordem do Estado e da Igreja porque a escola era da Igreja, agora quando ele falou comigo eu descobri ali que afinal não era eu sozinho, estavam outros também; e então começamos trabalhar naquele ano de 1965 aquilo era só a nível da escola porque mesmo nas escolas como católica era único professor em cada escola mas tinha ajudantes e ele tinha que escolher entre esses alunos ajudantes que podiam ajudar mas eles tinham aí um prémio não é que eles tinham porque depois de trabalhar alguns anos como professor, aquele professor tinha direito de propor ao padre para mandar este aluno que já é ajudante para Alvor e depois Alvor era um curso de 4.<sup>a</sup> classe mas 4 anos de formação, vinha com aquela formação mas já é professor mas na nossa missão não havia isso, entrou com 4.<sup>a</sup> classe pronto continua assim só quando já estávamos na proximidade da independência é quando houve um debate muito forte lá nas reuniões da igreja e lembro muito bem numa outra reunião a assembleia anual da igreja, o diretor Beca tirou 50 escudos, ainda era escudos, pedir que a nossa missão qual é o futuro da nossa missão? Chega isto que estamos assim? Eu estou a pedir mandar jovens da igreja do Nazareno para estudar não sei aonde mas para estudar e então receberam esse pedido e em vez de mandar só para estudar, para serem professores mandaram também alguns que podiam ser professores ou na escola bíblica porque eram muitos com 4.<sup>a</sup> classe que estavam lá a trabalhar lá na escola bíblica também, tinham o 4.<sup>o</sup> ano, tinham só 4.<sup>a</sup> classe, os que estavam mais lá na escola bíblica é o falecido Mainga também Mainga mais porque estive na Suazilândia, desenvolveu um pouco no Inglês lá. Prof. Vicente, que também estudou fora, eram os únicos que estavam com a Miss Schultz, depois muitos que estavam ali a apoiar só tinham 4.<sup>a</sup> classe, 4.<sup>o</sup> ano.

Irene: E os 50\$00 que tirou eram para quê?

Zimbico: Bem, era para o distrito, por exemplo aqui estamos no distrito de Xai-Xai, começar dar bolsa para mandar alunos estudar, estudar vir com formação para fazer melhor o trabalho do que esses porque nós não tivemos nenhuma formação; só pela experiência do trabalho, ah isto podemos fazer assim ah posso imitar assim como faz o meu professor, eram nossos diretores mas também foram nossos professores porque estudamos lá, é isso. Por isso depois de começar a trabalhar, houve uma seleção, pediram-nos documentos entregamos esse diploma da 4.<sup>a</sup> classe e outros que eram necessários depois mandaram para a repartição escolar em Xai-Xai é daí então onde fomos inscritos já como professores.

Irene: Foram inscritos?

Zimbico: Com certeza.

Irene: E no seu caso em que ano foi inscrito?

Zimbico: Eu vi no documento até 1967 já estava inscrito como professor monitor na escola primária de Machulane.

Irene: A designação era professor-monitor?

Zimbico: Sim, é isso, assim como outros também com o nível da 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Eram professores monitores?

Zimbico: Sim.

Irene: Portanto, foi a repartição de quê?

Zimbico: Escolar de Gaza, distrital, porque antigamente mesmo a estrutura do governo, isto tudo isto, Gaza, de Chicualacuala até aqui era distrito, mas agora é província. Distrito é Manjacaze que era considerado circunscrição de Manjacaze, circunscrição do Xai-Xai, circunscrição do Chibuto.

Irene: Ali que era distrito?

Zimbico: Sim, agora é que é distrito.

Irene: Naqueles tempos, Manjacaze era circunscrição, correspondia distrito, Chibuto circunscrição correspondia distrito?

Zimbico: Agora distrito.

Irene: Sim, sim. E agora, Lourenço Marques o que é que era, circunscrição do Xai-Xai o que era?

Zimbico: Xai-Xai era sede do distrito de Gaza, Xai-Xai.

Irene: Ah, portanto quero entender, estamos a falar de circunscrição de Manjacaze.

Zimbico: Exatamente.

Irene: Não era distrito, era circunscrição.

Zimbico: Não, não de Manjacaze, dos Muchopes.

Irene: Circunscrição do Chibuto, circunscrição tal e depois aqui distrito de Xai-Xai que englobava Manjacaze ...?

Zimbico: Que englobava Manjacaze, Xai-Xai, Bilene, Chokwe, Guijá, Massingir, Chicualacuala e hoje em dia temos Massangene e Chigubo, temos nove distritos.

Irene: Mas naqueles tempos eram menos três que pertenciam ao distrito do Xai-Xai.

Zimbico: E também havia um distrito vasto no norte depois do Guijá e Chokwe era chamado o único distrito de Chicualacuala lá mas agora já dividiram aquilo tem Massangena, tem Mabalane, tem Chicualacuala, tem Massangena e tem Chigubo, e está a ver, porque era muito grande.

Irene: Portanto, aqui era distrito de Xai-Xai, e depois tínhamos distrito de Inhambane.

Zimbico: Exatamente, Inhambane sede é Inhambane.

Irene: E depois, o que é que chamavam então Maxixe, era circunscrição?

Zimbico: Era isso mesmo.

Irene: E Morrumbene era circunscrição?

Zimbico: Sim, Lourenço Marques mesma coisa, essa coisa de cidade o quê é, é de agora.

Irene: Portanto, Lourenço Marques era sede de distrito.

Zimbico: Sim, e era Lourenço Marques também distrito.

Irene: Tinha circunscrições, Manhiça?

Zimbico: Exatamente, Boane.

Irene: Ah, então isso é bom! Essa é uma informação útil, que nunca tinha ouvido, o que me está a dizer agora, concretamente acerca de que professores monitores estavam inscritos.

Zimbico: É isso. Eram reconhecidos pelo Estado.

Irene: Em 1967, no seu caso foi em 1967?

Zimbico: Exato.

Irene: Começou a lecionar em 1965?

Zimbico: Exato.

Irene: E depois de 1967, então foi passado esse diploma?

Zimbico: É isso, ainda estavam em movimento aqueles documentos.

Irene: Documentos sim, como professor-monitor?

Zimbico: Exato.

Irene: E continuou a dar aulas como professor-monitor até a independência?

Zimbico: Até à independência.

Irene: E havia muitos outros professores-monitores?

Zimbico: Havia sim, havia.

Irene: Isto foi, quer dizer, neste caso, a ver se compreendo, depois do Estado ter proibido que não podiam ser professores, pessoas que não tivessem formação.

Zimbico: Que não tivessem 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Que não tivessem 4.<sup>a</sup> classe?

Zimbico: 4.<sup>a</sup> classe foi até à independência, porque não era só na Missão Nazarena, também nos católicos havia, missão suíça também, metodista tinham professores com aquele nível de 4.<sup>a</sup> classe. Missão Suíça tinha escola em Maússe, tinha escola em Chicumbane, tinha escola em Magude, tinha escola em Massinhane, lá em Manjacaze, lá sempre havia professor, só podiam arranjar às vezes um com nível da 4.<sup>a</sup> classe e alguns com um pouquinho mais da 4.<sup>a</sup> classe que era 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> esse heii era já um nível médio e conseguiam porque também por causa disso não era fácil, tinham que conversar bem com ele e aceitar porque embora estão pedir não é porque vão dar mais, vão dar o mesmo.

Irene: Portanto, a lei proibia que fossem integrados professores sem 4.<sup>a</sup> classe, não necessariamente professores sem formação, a lei não dizia que professores sem formação no Alvor, não?

Zimbico: Não, não estavam a exigir muito essa parte.

Irene: Sim, porque sei que anteriormente exigiu, anteriormente nos anos 50, tinham exigido que tinham que ser formados em Alvor.

Zimbico: Sim, Alvor foi só para a igreja católica, para a nossa parte na Igreja do Nazareno foi Miss Benedict do hospital que respondia também pela escola primária ela foi no Maputo no arcebisado pedir que temos jovens na Igreja do Nazareno que queremos que passam daquela escola do Alvor, ter aquele curso para lecionarem lá nas nossas escolas e pela primeira vez receberam o pedido e mandaram lá jovens que já tinham.

Irene: Mandaram para onde?

Zimbico: Para o Alvor.

Irene: Ah sim, lá em Tavane.

Zimbico: Sim foi uma vez só mandou para Alvor.

Irene: Em que ano foi?

Zimbico: Talvez no ano de 1965 ou 1966 porque chegam as nacionalizações quando já estavam lá, por isso nenhum voltou, quando concluíram lá souberam que eh pá isto já está.

Irene: Sabe de alguns jovens que foram para lá, saíram de Tavane?

Zimbico: Sim outro trabalha na rádio agora é crente da nossa igreja na Matola, Jaime Maússe.

Irene: Foi para o Alvor?

Zimbico: Sim, mandado pela missão e então depois daquilo entrou na rádio é onde está a trabalhar até agora, Jaime Maússe. Agora outro faleceu, João Simbine, também estava a trabalhar parece no Registo Civil, também tirou curso ali no Alvor mandado pela missão, era para irem trabalhar lá connosco, eram já professores com formação.

Irene: No seu caso não foi mandado.

Zimbico: Não, não, não.

Irene: Porque já estava casado?

Zimbico: É isso, eu não e quando cheguei aqui no Xai-Xai havia também alfabetização, continuei um bocadinho, estudar à noite.

Irene: Ah, esta parte já estou esclarecida. Agora, eu quero que me diga sobre o ensino primário, propriamente a sua experiência como aluno, como é que foi, como é que era, como é que achou aquilo, o ensino primário, em si, era o ensino rudimentar, não é?

Zimbico: Eh foi difícil mas também não foi difícil só para mim, foi difícil para nós todos que estávamos a estudar nessa altura, não só para alunos e professores também, eu lembro nos primeiros anos de estudo o meu professor que um deles, vovô Banze, James Banze, ele estava a viver sozinho, nós víamos ainda miudinhos que coitado está sozinho a sofrer porque a mamã Maria estava na escola e os filhos também, nós acompanhávamos sempre quando vinham da Suázi, com aqueles bonés vermelhos às vezes cantavam ali e saudavam ali na igreja e não, mas mesmo assim houve esforço por parte dos professores, alunos também que dos alunos avançar e da escola também mas hei foi muito difícil, nós estudávamos bem mas porque os professores não recebiam nada era muito pouco no fim da semana nós os alunos era preciso dividir os alunos: este grupo vai na machamba do prof. X, este grupo vai na machamba do prof. X, eles tinham machambas, davam milho, amendoim para apoiar o pouco que eles também recebiam e nós os alunos estávamos a fazer isso, é isso.

Irene: Hein, eu acho que já me explicou muita coisa, explicou-me e acho que esta entrevista foi bastante útil, especialmente aquela parte que eu desconhecia.

Zimbico: Mas também como a escola era da igreja, não faltava reclamações dos donos, dos filhos, aí os nossos filhos estão a sofrer muito, há calor os professores mandam para machambas distantes, é difícil é muito difícil e lá na reunião anual da igreja tentaram então ver que não, é bom isto parar, e parou muito cedo, quando nós entrámos, quando nós começamos a trabalhar já não havia isso, nos sábados só íamos limpar a escola e nas casas de alguns professores esses nossos dirigentes, o diretor e este outro que referi o Tamele, vovô Banze ah ele faleceu em 1969 não é? Em 1960, 1969 foi o Machava, parece que foi o Machava, eles só aproveitaram essa parte, anos atrás é esse apoio que eles tinham, há em dinheiro não recebiam nada, nós víamos.

Irene: Pois, e com que idade é que entrou na escola?

Zimbico: Para dar aulas?

Irene: Não, como aluno.

Zimbico: Como aluno?

Irene: Bem, já agora a sua idade, nasceu em que ano?

Zimbico: Eu nasci em 19 e o que vem nos meus documentos, 1948, agora na escola primária parece que seria em 1953, 1952.

Irene: Nasceu em 1948?

Zimbico: Sim.

Irene: É a idade real? Porque há aqueles que não foram registados.

Zimbico: Não, real não é, é o que vem nos documentos.

Irene: Mas, neste caso, a real qual seria?

Zimbico: Foi em outubro de 1946, no ano que já estava a estudar parece que não é no ano que comecei, vovô Banze, o meu professor, vinha com a Glória, acompanhava o papá para estar ali e ajudava qualquer coisa; ela começou com o próprio pai, estávamos juntos ali na antiga igreja Ntpondzweni.

Irene: Olha, pronto, acho que é tudo o que eu pretendia.

Zimbico: É verdade.

Irene: Obrigada por este desenvolvimento, já tenho, são coisas que, em princípio, tratando-se de missão, muitas vezes, a informação que temos é da parte bíblica, etc. e pouco se fala sobre o ensino literário que é uma componente importante do ensino.

Zimbico: Na Bíblia só aproveitei até o 2.º ano.

Irene: Mas neste caso, o meu tema é mais sobre o ensino literário nas missões e não esse bíblico, não.

Zimbico: É isso que estávamos a fazer lá é noutras missões também, eu quando fui para Chicuke em 1969 para curso de reciclagem eu em conversa ali soube que também davam até 3.ª classe. O Dr. Almeida Penicela, bispo, que depois foi bispo, quando veio doutor, deram só 2.ª classe e estava a ensinar e era mucoquele, adjunto do pastor; não havia outra coisa, mas ele recebeu com agrado e depois foi bispo com grande formação no exterior. Nas missões era sempre assim tanto na Missão Suíça por isso em Chicuke, Metodista, na Missão Suíça mesmo ali em Maússe quando passa pela linha férrea via uma barraca muito perto da estrada porque não podia estar integrado lá no recinto da escola, é onde davam a 4.ª classe mesmo de dia, quando há visita só podia observar aquilo que está dentro do recinto escolar, 4.ª classe eh não temos 4.ª classe.

Irene: Não podia dar?

Zimbico: Nada, é Maússe, Missão Suíça, nós também no nosso caso há uma barraca lá em baixo lá na direção da mamã Maria quando vem da estação, uma casa muito grande ali, é ali onde davam 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Porque não podia dar?

Zimbico: Não, não era autorizado.

Irene: O Estado não autorizava?

Zimbico: Não autorizava não o Estado. Os protestantes não com o nível muito baixo fazem coisas admiráveis.

Irene: Ah sim, portanto o ensino da 4.<sup>a</sup> classe era clandestino.

Zimbico: É isso, clandestino mesmo.

Irene: Os professores davam aquilo em clandestino?

Zimbico: Só os católicos, nós víamos nas missões católicos como em Maleisse, dava mesmo ali na escola, porque aquela missão, aquela igreja era considerado pelo Estado, era igreja do Estado e nós protestantes.

Irene: Então, muito obrigada, agradeço mais uma vez esta disponibilidade, o seu tempo, tinha outros trabalhos seus, mas agradeço mesmo, e a entrevista foi bastante útil e posso dá-la como encerrada, a não ser que tenha outra coisa...

Zimbico: Nada, muito obrigado também.

Irene: A entrevista está terminada então.

## **Informante nº 41 – Prof. Vitorino Uamusse (IVU-69)**

Data da entrevista: 21/07/2014

Duração da entrevista: 52 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Ingressou na educação como ajudante de professor, antes da 4.<sup>a</sup> classe, dirigindo as aulas na ausência do professor. Teve o apoio do padre, com quem viveu, para conseguir estudar a 4.<sup>a</sup> classe e, posteriormente, ingressar na Escola de Habilitação de Professores Indígenas, no Alvor, onde obteve a habilitação de professor em 1964, equivalente ao curso elementar, tendo exercido a função de professor durante cinco anos. Posteriormente, trabalhou como eventual no Registo Civil e mais tarde na PSP. A entrevista revela que o informante é um homem inteligente e com paixão pela política nacional e portuguesa, pois recorda com precisão as datas, os decretos, os nomes e a posição dos intervenientes nos acontecimentos históricos que marcaram a vida dos moçambicanos.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia, prof. Nuamusse.

Vitorino: Bom dia, obrigado.

Irene: Agradeço imenso este privilégio, considero ser mesmo um privilégio ter-me concedido esta oportunidade de poder entrevistá-lo sobre um tema que tenho estado a trabalhar, que é o ensino colonial em Moçambique, no concreto, o ensino primário rudimentar no contexto das missões religiosas. Isto é, pretendo saber através de informação gravada, como esta, o que é que o ensino colonial era, o que é que o ensino rudimentar era, como é que se iniciou, preciso de conhecer a sua génese e como é que, pronto, se é que chegou a acabar até à independência e junto de pessoas que foram, ou alunos, ou foram professores. E há uma segunda parte que pretendo saber também, dado que em 1975 tivemos a nossa independência, qual foi o enquadramento que, no seu caso, entendo que o senhor era professor, qual foi o seu enquadramento como professor no novo regime.

Vitorino: Correto.

Irene: Portanto, tudo o que me possa dizer não há restrições de tempo e de nada, se tiver qualquer dúvida pergunte, eu também, que queira ainda, ou talvez interromper, farei, portanto, sinta-se à vontade.

Vitorino: Obrigado. O ensino no tempo colonial foi dividido em duas partes: a linha A ensino para ensino primário oficial, a linha B ensino primário para os indígenas. Desta divisão considera-se fruto de um acordo entre o governo português e a Igreja Católica em Portugal, acordo que ficou conhecido na história por A Concordata. O governo português celebrou um acordo no dia 28 de maio de 1940 concedendo a gestão do ensino para os indígenas à Igreja Católica em Portugal. Portugal Metrópole não tinha esse ensino só as chamadas províncias ultramarinas. Dizia o acordo o governo português foi representado por S. Exa. o Presidente do Conselho de Ministros e Primeiro-Ministro português, Prof Doutor António de Oliveira Salazar. A Igreja Católica em Portugal foi representada por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Como já disse o acordo estabeleceu que a gestão do ensino para os indígenas é confiada à Igreja Católica em todos os territórios ultramarinos portugueses. O ensino pretendia, falo do ensino rudimentar, ensino de adaptação, isto quer dizer indígena ou autóctone ou nativo, famílias que não tem como língua materna o português, a língua portuguesa não têm como língua materna; então sentarem-se na mesma carteira crianças brancas que falam português em casa que é língua materna com esta criança indígena que não fala atrase a criança branca então era preciso separar mas o ensino em si é o mesmo, é o mesmo só que esta criança que não fala português em casa leva mais tempo para concluir o ensino primário. De 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> são quatro classes para os brancos e assimilados, estava-me a esquecer. Ensino para os indígenas tem que repetir as classes. Vamos ver: I Parte que nem se chamava classe, I Parte mais tarde se chamou pré-primária tinha o português e a língua local moçambicana se é changana é changana se é macua é macua *ave, ave vo, nyanyana nyanyana yahaha*, assim então já sabendo ler passa para a 1.<sup>a</sup> classe, o novo livro, o livro de leitura, 1.<sup>a</sup> classe, só português já. Desta 1.<sup>a</sup> classe passa para a 2.<sup>a</sup> classe. Daqui para frente é só português, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar que quer dizer de adaptação tem que se adaptar à língua, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar; a seguir 3.<sup>a</sup> classe elementar para complementar esta, ou seja completar, e 4.<sup>a</sup> classe então são seis anos para o indígena para fazer 4.<sup>a</sup> classe, para ficar maduro. Feita a 4.<sup>a</sup> classe já no liceu, na escola industrial, na escola comercial podem-se matricular no 1.<sup>o</sup> ano na mesma carteira branco e

preto como eles diziam porque já fala português tem 4.<sup>a</sup> classe já fala português: Este ensino, antigo sistema tanto para o branco como para o português havia convergência, um ponto de convergência que é depois da 4.<sup>a</sup> classe para ingressar no liceu, escola secundária, liceu, escola comercial, escola industrial, tinha que passar por um exame chamado de admissão ao ensino secundário. Então este sistema também do exame de admissão foi extinto em 1968 já não me recordo o decreto, mas foi em 1968 que foi extinto o exame de admissão, foi extinto o 1.<sup>o</sup> ciclo do liceu, 2.<sup>o</sup> ciclo do liceu, 3.<sup>o</sup> ciclo do liceu. Com a extinção do exame de admissão introduziu-se o ciclo preparatório para o ensino secundário, quer dizer, o aluno fez a 4.<sup>a</sup> classe tem que passar por uma transição durante dois anos a preparar-se para que escola secundária vou seguir? Comercial, industrial ou liceal, 1.<sup>a</sup> ano do ciclo preparatório, 2.<sup>o</sup> ano do ciclo preparatório, não é preciso fazer admissão basta apresentar este 2.<sup>o</sup> ano do ciclo preparatório vai para a escola secundária que deseja seguir. Então com a extinção do 7.<sup>o</sup> ano, 5.<sup>o</sup> ano introduziu-se o 3.<sup>o</sup> ano como sendo o ensino secundário, o antigo 5.<sup>o</sup> ano passou a ser o 3.<sup>o</sup> ano porque este é do ciclo preparatório e então no ensino secundário só tem 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ano, é 3.<sup>o</sup> ano, substitui o antigo 5.<sup>o</sup> ano. Extinto o antigo 7.<sup>o</sup> ano introduzido o 5.<sup>o</sup> ano do liceu porque se aqui já fez o 3.<sup>o</sup> ano então passa para o antigo 6.<sup>o</sup> ano e o antigo 7.<sup>o</sup> ano passa para o 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> e então o ensino secundário parou em cinco classes. Depois deste ciclo, vai para o que substitui o antigo 7.<sup>o</sup> ano dos liceus, já como 5.<sup>o</sup> disse não é, como 5.<sup>o</sup>. Falou do período da independência chamou-se ao antigo 6.<sup>o</sup> e 7.<sup>o</sup> curso propedêutico que era dado na universidade, são dois anos na mesma então o curso propedêutico, depois do curso propedêutico já ingressa na faculdade conforme a inclinação, foi assim.

O período da independência considerou isto desde o 1.<sup>o</sup> ano do ciclo preparatório introduziu as 5.<sup>as</sup>, chamada 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup> que em termos de tempo é o antigo 7.<sup>o</sup> ano a 11.<sup>a</sup>. Depois introduziu-se em 1983, as crianças matriculadas em 1983 tem mais um ano introduziu-se a 12.<sup>a</sup> que substitui a antiga 11.<sup>a</sup> ou seja o antigo 7.<sup>o</sup> ano do liceu, passaram a ser até hoje são 12 anos para concluir, chama-se escola secundária completa, completa. Significa nível básico e nível médio a escola secundária completa dá nível básico e dá nível médio e depois do nível médio os institutos porque a engenharia é mais complicada, leva mais tempo, mas em termos de tempo estamos a ver que esse tal nível médio ou instituto depois do ingresso concluindo o nível médio, ou seja instituto; então ingressa na faculdade, já está no ensino superior, foi assim. Depois vou dizer um decreto que acabou com o indigenato. Não sei se tem algo a dizer.

Irene: Sim, diria que foi bom, porque me explicou sobre a evolução, o resumo, deu-me a síntese do tipo do ensino, dos sistemas do ensino que havia, a sua evolução até a atualidade, portanto, foi muito bom, foi um resumo. Agora, pretendia que me desenvolvesse mais, o ensino rudimentar em si, consistia em quê, portanto, como professor ou como aluno. Estou interessada em saber exatamente o que é que se aprendia, já me falou das classes, o que é que se aprendia seja na 1.<sup>a</sup> classe ou na pré, ou seja em que classe for e, no seu caso, a sua experiência como aluno e como professor. Estou interessada em saber a formação desses professores, onde é que eram formados, tinham alguma formação, como é que era. Pode-me desenvolver essa parte?

Vitorino: Correto. Disse inicialmente que os programas eram os mesmos apenas a separação; então as classes antes da 4.<sup>a</sup> classe são classes sem exame chama-se transitar, o aluno transita. Naquela altura dependia do professor ver que este pode passar de 1.<sup>a</sup> para a 2.<sup>a</sup> mas o novo currículo parece-me que é o próprio estado que diz só nas classes que tem exame quem não está maduro vai ficar aí na classe que é submetido ao exame vai ficar já é o próprio novo currículo mas no antigo sistema era o professor.

Irene: Novo currículo quando, depois da independência?

Vitorino: O novo currículo depois da independência, o novo currículo é depois da 12.<sup>a</sup>, parece que esse novo currículo introduz uma 13.<sup>a</sup>, o novo currículo, mas vamos voltar ao ensino para os indígenas e ensino oficial. Nas classes que têm exame, tem que fazer na escola oficial para ter o diploma da 4.<sup>a</sup> classe comum para todos. O que se fazia na missão era transitar era o sacerdote da igreja católica, este acordo conferiu sacerdotes da Igreja Católica mesmo incluindo um irmão como quadros do ensino para os indígenas, são funcionários do estado, iam à licença graciosa, não era a igreja que suportava isso.

Irene: Ah sim!

Vitorino: Não, não, não, fazia-se a contagem de tempo, no Boletim Oficial daquele tempo há de encontrar padre Fulano tal, tal, tal 5 anos que é a diuturnidade que dá direito a ir, porque trabalhavam 5 anos ao 6.<sup>o</sup> ano vai de 5 meses de licença graciosa e um ano de licença anual, são 6 meses, vai visitar a sua família e volta por conta do estado e não por conta da igreja, a igreja não geria o Boletim Oficial



que hoje se chama Boletim da República, é um diário do Estado para ver que eles eram missionários, as missões católicas só. As Missões não católicas, que a linguagem na altura eram as protestantes, também lecionavam porque têm bagagem académica para tal, mas eram tidas como escolas privadas. A escola da igreja católica é que era do estado e o diretor tem que ser padre da igreja católica.

Irene: O diretor tem que ser padre?

Vitorino: Sim, da Igreja Católica e o irmão tinha um papel também tem vencimento por parte do estado e tem vencimento por parte da igreja como religioso. São coisas separadas quer dizer, andavam de mãos dadas e isto talvez para entender melhor o Salazar foi seminarista, fez o curso de padre e não foi ordenado, também não quis casar ficou com aquela mas não se casou e então ainda não se esqueceu da igreja que o formou porque depois foi fazer o curso de Economia e conseguiu a pasta de Ministro das Finanças em 1928. Como Ministro das Finanças em 1928 a 1929 houve uma crise mundial, crise económica mundial, ele ofereceu-se a recuperar a economia de Portugal, criando muitos impostos, eu recorde-me o falecido presidente Samora Machel disse herdamos uma situação muito difícil, muitos impostos para o povo e aboliu muitos impostos na República Popular no Moçambique independente, aboliu muitos impostos, mas voltando para a recuperação da economia de Portugal, ele chamou o Estado Novo, Estado Novo é aquilo que nós consideramos pré: Programa de Reabilitação Económica.

Irene: Ah!

Vitorino: É, é correspondente sim para recuperar a economia de um país. O pré também no tempo de Samora foi PEC, PPI Plano Prospetivo Indicativo, Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento 1980-1990. Esses transportes daqui há nada cada distrito vai ter uma UP (Univ. Pública) o que na altura era preciso ir a Lisboa para fazer curso superior, só depois de 1961 quando foi entrevistado o primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Chivambo Mondlane aquando daquela sua visita como alto-funcionário da ONU, como investigador para a África se não gostaria de voltar a trabalhar na sua terra em Moçambique. Ele disse que gostava mas só que é pena Moçambique não tem universidade e aquilo que ele ama mais do que tudo é a vida universitária então na volta criam Estudos Gerais de L.M. mais tarde deu o nome de Universidade de L.M. aquela universidade de Eduardo Chivambo Mondlane, o nome foi bem dado é graças a ele que temos universidade aqui, graças a ele, então os próprios seminaristas faziam a filosofia e teologia e depois tinham que ir repetir o exame na escola oficial para aqueles seus estudos poderem ter validade oficial. Depois viu-se que isso era um transtorno e então passaram os seminários a prepararem os alunos, o exame é feito na escola oficial, na escola secundária, conforme o nível, se for nível básico, nível médio, nível superior, para evitar o aluno tinha de fazer exame aqui. Eu fiz o nosso curso, as escolas eram três aqui: de formação de professores indígenas.

Irene: Aqui onde, em Moçambique?

Vitorino: Moçambique, três na altura: o Alvor abrangia Lourenço Marques, Gaza e Inhambane. O Centro tinha Borroma, Tete, portanto abrangia a zona centro que é Manica, aliás Sofala, Manica, Tete e Zambézia. Zona norte: em Nampula, outra escola.

Irene: Como se chamava essa, essa do centro, como se chamava?

Vitorino: De Tete é Borroma, de Nampula parece que funcionou mesmo em Nampula para Nampula, Cabo Delgado e Niassa, três eram escolas regionais. Veja só para dar três classes depois da 4.<sup>a</sup> classe, 4.<sup>a</sup> mais três, só 3 escolas para este Moçambique todo, quadros do ensino, um deles sou eu.

Irene: Depois da 4.<sup>a</sup> classe?

Vitorino: Sim, a formação para os indígenas.

Irene: Para os professores indígenas?

Vitorino: Exato, eram só três escolas.

Irene: E como se designavam essas escolas, vamos começar por esta aqui do sul.

Vitorino: Eram todas Escolas de Habilitação de Professores Indígenas seja do Alvor, que é Manhiça, Boroma que é Tete, de Nampula é que não me recorde bem, bem, mas todas escolas de habilitação de professores indígenas; agora com a extinção do indigenato, com a extinção do indigenato passaram a ser denominadas escola de habilitação de professores de posto escolar.

Irene: A partir de que ano, então?

Vitorino: A extinção do indigenato data de 1961 mas a sua publicação foi em 1963 o decreto é o 44.916 de 13 de Março, com efeitos a partir de 18 de Setembro de 1961 já não há indigenato na caderneta indígena, um único bilhete de identidade para todos mas o falecido presidente Samora falava da Ultradireita com esta extinção do indigenato aqueles que não concordavam com ideias de Salazar que era o presidente do Conselho de Ministros introduziram a caderneta de identidade.

Irene: Ah sim!

Vitorino: Sim para não, este indígena não chegar a ter direito ao bilhete de identidade, de identidade, de identidade, porque aquilo que se chama partido nessa altura tudo, quer seja branco quer seja era tratado na administração, a administração era Direção dos Serviços da Administração Política e Civil da Província Ultramarina de Moçambique. Para assuntos políticos e administrativos tinha que se dirigir à administração seja ele branco, seja ele preto. Então com esta extinção houve separação, o partido o de Salazar é União Nacional, significa o administrador era automaticamente o primeiro-secretário deste partido. Para ser funcionário tinha que declarar o repúdio ao comunismo porque Portugal é um país capitalista, queres ser meu funcionário então não pode admitir comunismo, não podes admitir socialismo, compromisso, era assim; mas como é política, falou da evolução das coisas depois da independência viu-se que aquilo era, o cidadão era forçado, quer emprego, tem que aceitar ser português e repudiar o comunismo como o próprio S. Paulo é palestino mas na Itália teve um documento como italiano, chegou a ser polícia do sumo-sacerdote, e chegou a ser apóstolo até chamado gentio porque é aquele apóstolo que aparece depois de Judas Iscariotes não é aquele apóstolo que andou com Jesus, os 12 discípulos, ele aparece depois porque o conhecimento não deve desmoronar, não deve desaparecer, como está fazendo não é, está se formando os seus conhecimentos tem que injetar nas novas gerações e para isso não desaparecer, exato, era assim.

Irene: E agora, estou interessada neste aspeto, falou-me depois da abolição do indigenato, o que surgiu foi a caderneta de identidade, quanto tempo funcionou?

Vitorino: Salazar, nas suas leis dizia, *cumpra-se como nele se contém* então há aqueles que desrespeitam as leis, houve insistência acabou desaparecendo a caderneta de identidade, ficou B.I. para todos os cidadãos.

Irene: Mas aquilo funcionou durante algum tempo, caderneta de identidade?

Vitorino: Sim, a caderneta funcionou, 1964 ainda havia caderneta de identidade mas viam que ninguém era chamado para ir cumprir o serviço militar porque ainda não é conhecido na conservatória, tem que ser registado no tempo de *chibalo*, trabalho forçado, para ir à tropa é apanhar na rua pronto vai para a escola de formação militar mas porque é indígena então quando é agarrado mesmo depois da extinção da assimilação diz-se Portugal multirracial de igualdade de direitos de justiça igual para todos então depois do registo de nascimento, atinge a idade faz o recenseamento militar, faz a inspeção sanitária se tem boa saúde aguenta ser soldado ou não depois de apurado nesta inspeção sanitária e tem robustez física chamavam nesse tempo robustez física então aos 21 anos de idade é que era a maioridade para cumprir o serviço militar, se entra com 18 anos eram os chamados voluntários porque havia daqueles jovens que diziam que ah não tenho nenhuma ocupação prefiro entrar mais cedo saio e depois procuro emprego então se entra aos 18 anos antes dos 21 é voluntário se entra a partir dos 21 anos de idade já é tempo regulamentar, tempo normal para cumprir o serviço militar, se aparece depois dos 25 anos tinha que pagar uma taxa militar durante um período para reforçar as despesas do exército é tido como quem cumpriu mas pagando uma taxa, era assim, mas eu cumpri o serviço militar.

Irene: Ah sim!

Vitorino: Cumpri, em 1968.

Irene: Diga-me lá, agora, nasceu em que ano?

Vitorino: 17 de fevereiro de 1945, estou com 69 anos de idade.

Irene: E a sua formação como professor, explica-me lá.

Vitorino: É isso, a minha vocação.

Irene: A sua vocação?

Vitorino: A minha vocação como é que nasceu? Eu fui aluno quem vai a Manjacaze há uma escola S. Teresinha do Menino Jesus de Caveleni onde nasceu a minha mãe, eu sou do Ngangaleni.

Irene: Ngangaleni é Manjacaze?

Vitorino: Não, não é Manjacaze é Xai-Xai. Mesmo Caveleni só a estrada é que vai para Manjacaze, Manjacaze começa a partir de Xilumbela até Conjuene é distrito de Xai-Xai para quem vai a Inhambane até Chissubuca, Chissubuca já é província de Inhambane para cá é Gaza mas vamos lá, eu cresci até aos 10 anos não ia à escola porque ficavam distantes, então eu sou charrá (*homónimo*) do avô da mamã, *eh meu vovô ainda é criança não pode ir à escola é longe no verão não vai aguentar não sei quê* até aos 10 anos. Shih mamã quero ir à escola. Não, não, não, quero ir à escola. Na altura começava 10 de setembro. Disse *o ano já acabou vai começar em fevereiro*. Comecei no dia 1 de Fevereiro de 1956 matricular-me na chamada pré, na 1.ª parte, fiz a catequese, fui batizado, fui crismado e depois da

3.<sup>a</sup> classe elementar esse professor não tinha nível académico para dar a 4.<sup>a</sup> classe tinha que vir à sede Missão de N. Senhora de Lurdes, para quem vai à Chibuto há uma missão, Missão N. Senhora de Lurdes, a 1.<sup>a</sup> missão Católica aqui no Xai-Xai, de 1906, a 1.<sup>a</sup> na província é S. Paulo de Messano, em 1901, segunda Chongoene, por aí fora, então eu fiz a 3.<sup>a</sup> classe e o sr. professor que foi meu padrinho do batismo já que aqui não leciona a 4.<sup>a</sup> peço que me acompanhe para o sr. padre vamos pedir que ele lhe consiga um internato que me receba para fazer a 4.<sup>a</sup> classe, na altura eu já tinha 15 anos e fomos lá segundo domingo de Agosto de 1960 ter com o missionário, 60 é o ano que fiz a 3.<sup>a</sup> classe elementar, vimos e ele disse ao padre, este é meu aluno venho pedir ao sr. padre para ver se o pode colocar no internato Então o padre perguntou que idade tem ele? Tem 15 anos, o ensino primário vai até aos 14, o internato só recebe com idade inferior a 14 anos, até 14 anos tem que estar a sair do ensino primário já para o ensino secundário, portanto, não há hipótese o que vamos fazer vem ficar aqui comigo faz a 4.<sup>a</sup> classe. Combinado pronto abriu o ano letivo fui ficar com este padre e tinha um irmão e outros dois alunos, éramos três. Pronto, fazíamos trabalhos domésticos, ele entregava todo o material didático que é necessário na escola, entregava todo o material didático porque era para não chamar criado esse trabalho doméstico mas ele precisa de uma companhia e então dá todo o material didático, aprendemos, fizemos a 4.<sup>a</sup> classe em Maio de 1961 ele chama-me ao seu gabinete, escritório e disse-me dia 10 de Junho tenho um convite para participar na cerimónia de homenagem ao primeiro doutor preto moçambicano, Eduardo Chivambo Mondlane, na praia de Sepúlveda, em João Belo, praia do Xai-Xai, chamava-se Praia de Sepúlveda e depois dessa homenagem seguirei à metrópole em gozo de licença graciosa de seis meses então vocês hão de ficar a fazer a 4.<sup>a</sup> classe na minha ausência. Quero que me digas agora o que é que pensas fazer depois da 4.<sup>a</sup> classe, onde é que pensas continuar a estudar. Eu era órfão de mãe na altura, o papá radicado na África do Sul, Pretoria a trabalhar nos caminhos-de-ferro, saiu daqui dos caminhos-de-ferro daqui meteu-se nos caminhos-de-ferro do Xai-Xai, conseguiu documentos e radicou-se lá, não provia, não sustentava a família porquê? Porque arranja outra mulher lá ou outras mulheres então essas têm tendência de olha se és meu não fales mais de Moçambique, de filhos, madrasta, minha rival pronto cortou a assistência aos filhos. Então tenho a 4.<sup>a</sup> classe, não tenho quem me pague para o ensino secundário, a única alternativa é voltar para o ensino para os indígenas há essas escolas de formação de professor ou artes e ofícios da Moamba, sapateiro, alfaiate, e curso de enfermagem para os indígenas, então o que é que eu quero? Bom, eu tinha o hábito de na ausência do professor era chefe de turma, fazer tudo quanto faz o professor, então dar aulas aos meus colegas, dirigir a escola como se fosse adjunto dele, então ganhei experiência de professor.

Irene: Quer dizer, o padre onde vivia, autorizava que desse aulas na ausência do professor?

Vitorino: Não estou a recuar, ali na sede havia professor para todas as classes, não havia chefe de turma capaz de dirigir uma aula porque os professores eram à volta de 3 ou 5 então eu disse ao padre que gostava de ir para a escola de formação de professores indígenas, então fez a nota, a minuta de requerimento, fez o requerimento, atestado de saúde, robustez física, atestado de residência mandamos para escola, reservar a admissão.

Irene: Mandaram para o Alvor?

Vitorino: Exato. Então fui admitido, fui aceite e passei também, nunca chumbei e portanto no ano letivo 1961 para 1962 fiz o 1.<sup>o</sup> ano, de 1962 para 1963 fiz o 2.<sup>o</sup>, 1963 para 1964 fiz o 3.<sup>o</sup>, médias: na 4.<sup>a</sup> classe conclui com 14 valores e no 1.<sup>o</sup> ano conclui com média final 13 valores, no 2.<sup>o</sup> ano média final 14 valores, 3.<sup>o</sup> ano média final 14 valores e dispensado das provas orais.

Irene: Que bom!

Vitorino: Então, mas este é chamado curso elementar, este de professor indígena é chamado curso elementar equivalia o antigo primeiro ciclo para fins profissionais, mas para fins académicos tinha que se matricular no primeiro ano do liceu ou no 1.<sup>o</sup> ano da escola comercial, 1.<sup>o</sup> ano da escola industrial então depois do cumprimento do serviço militar não voltei mais para o ensino, trabalhei uns meses nas brigadas do registo civil como eventual mas já tinha concorrido para guarda-fiscal chamam polícia aduaneira só que são ramos, tudo é polícia e então não fui colocado na polícia aduaneira ou seja guarda-fiscal como eles chamavam fui colocado na PSP com o vencimento do professorado com diuturnidade de 5 anos tinha direito a 1.100\$00 contra 3.800\$00 já na polícia então a luta é pela melhoria salarial e sai da função pública não por mal, da docência não por mal mas para melhoria salarial. Trabalhei na PSP até a independência e depois houve aquilo que se chamou de escangalhamento das estruturas do aparelho do estado do tipo colonial fascista português criar novas estruturas de um aparelho do estado do tipo novo então rotação de quadros, não expulsão, rotação de quadros então do Ministério do Interior

são polícias para o Ministério do Comércio Interno é onde trabalhei até à minha reforma em 1999 apurados 35 anos de serviço que me dão direito à reforma, requeri a aposentação voluntária como comecei a trabalhar com 19 anos de idade, portanto até 1999 já tinha uns 35 anos de serviço para a reforma.

Irene: Portanto, terminou, não como professor depois da independência, mas como...

Vitorino: Como técnico profissional em administração pública do último quadro geral do Ministério da Indústria e Comércio.

Irene: O que é que fazia lá, concretamente?

Vitorino: Fiquei mais na área da administração, secretaria e depois fui submetido a um curso de reciclagem sobre administração e recursos humanos então porque a seção de pessoal funcionava na administração, na secretaria, então separou-se recursos humanos para um lado tem o seu chefe, a administração tem o seu chefe, então fundei este sector dos recursos humanos no Ministério.

Irene: Isso é em Maputo?

Vitorino: Em Maputo, pedi transferência para trabalhar aqui na província e fundei também os recursos humanos.

Irene: Quando é que veio para aqui, para a província?

Vitorino: Em 1985.

Irene: Então, esteve lá em Maputo.

Vitorino: Depois do serviço militar que sai em 1971 passei uns 7 meses no registo civil como eventual e depois ingressei na polícia, cheguei a ir ao norte já como polícia, fui preso político porque cumpro o serviço militar lá e estou novamente lá como polícia significa que os terroristas são meus amigos, significa que não tenho medo tinha que ter medo de quem luta pela minha situação, porquê?

Irene: Mas quem é que o transferiu para lá?

Vitorino: O comandante da polícia de choque queria que depois da instrução, porque a instrução era ali em Tavane, gostaram tive a média de 14 também tive uma esferográfica de recordação por ser classificado no curso policial, por ser classificado, queria que eu ficasse a trabalhar lá mas o chefe da esquadra, da 5ª esquadra da zona militar estava à minha espera queria que eu ficasse lá, então para me separar deles são dois portugueses este puxa de um...

Irene: “A brasa à sua sardinha”

Vitorino: Exato então eu para me separar deles para não dizer não a este não a aquele então preferi trabalhar longe fui transferido por conveniência de serviço só que a polícia política chamavam PIDE acompanha os passos de cada cidadão assim que estamos aqui estamos sendo acompanhados isto é assim então transferem a ficha olha está aí novamente convosco, perseguem, perseguem mas como, é do sul e nunca mais sai daqui por que é que não tem medo destes porque chamavam Moçambique é uma parcela de Portugal já se chamava o estado português ultramarino de Moçambique, Angola, estado português ultramarino de Angola, são parcelas de Portugal, são províncias de Portugal porque davam mais nas vistas a audição colónia de Moçambique então acabaram com isso mas esses assimilados que tiveram acesso ao ensino secundário foram conhecendo a história que isto é nosso Vasco da Gama nem conhecia isto, à caminho da Índia no século XV foi conhecendo estas terras e ele chamou a isso de Descobertas, o presidente Samora pergunta será que estávamos escondidos, estávamos cobertos e eles descobriram-nos? Não é correto isso, não é correto, portanto foi assim.

Irene: Depois de lá, foi preso e depois veio para Maputo.

Vitorino: No governo de transição, 25 de Abril de 1974 oficiais portugueses fizeram revolta que não existe nenhum Portugal no ultramarino nem pensar nos nossos antepassados não podemos derramar o nosso sangue por uma causa não justa, não faz sentido jovens vão ao ultramar deixam suas jovens antes do casamento, a noiva fica viúva antes do casamento já é viúva porque o namorado sacrificou a vida e são pais que sacrificam as suas vidas por uma causa não justa porque não existe Portugal ultramarino é invenção dos homens para defenderem a exploração do homem pelo homem para defenderem a história do colonialismo então estes jovens oficiais fazedores do 25 de Abril de 1974 MFA cavalaria, tomam o poder durante o governo transitório o presidente da Junta Nacional de Salazar dizia Salazar e Caetano é que eram mentirosos agora é que vamos ser portugueses de igualdade e de direito, os fieis à revolução de 25 de Abril disseram não, não é isso que nós queremos tiraram o Gen. António Spínola e colocaram o Marechal Costa Gomes então ele como fiel garantiu o processo de conversações e do calendário para a proclamação das independências não sei quê e depois foi para a ONU como representante de Portugal e ficou no seu lugar o General António Ramalho Eanes, foi o primeiro

presidente da República depois do Moçambique independente e eles até consideraram o sangue derramado vamos esquecer serviu de ponte para ligar a Europa e África somos povos independentes tanto que temos uma associação que se chama AMAS Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade para com os Povos.

Irene: Portanto, esteve-me a explicar que depois voltou para L.M.

Vitorino: Sim, fui desmobilizado lá.

Irene: Depois da prisão?

Vitorino: Exato, porque o Decreto nº 125/74 de 25 de Abril concedeu amnistia aos presos políticos, um político não é criminoso não tem nada que ser preso só porque tem uma visão de que se for dirigente pode traçar um programa para desenvolver uma zona no país isso não é crime portanto quem quiser volta para o seu posto de trabalho com todos os seus direitos e então voltei.

Irene: Para L.M.?

Vitorino: Exato. Só que em 1974 houve já, cumprindo uma palavra de ordem tal escangalhamento, decidido na plenária de Mocuba em 20 de Maio de 1975, 5ª sessão do Comité Central do Partido na altura ainda era Frente da Libertação de Moçambique, Frelimo, decidiu o escangalhamento não expulsão porque no âmbito dos acordos de Lusaca em cada conversação o português sempre quis saber os funcionários que até aqui eram portugueses quem não optar por esta nacionalidade vai ter emprego no estado independente? No nosso caso Samora disse o cidadão é livre de optar de facto se fica português então o governo português que respeite os seus direitos no posto de trabalho, eu também vou fazer o mesmo eu como quem diz nós o governo moçambicano e foi cumprido só que não foi digamos Ao nível de tal enquadramento porque alguns só sabiam trabalhar com a arma então vamos para o setor civil lá no ministério do interior como polícia trabalhava com arma, aqui a arma era a caneta vamos às provas então alguns não puderam foram a Wenela tornaram-se mineiros por aí fora outros morreram e tal, tal existe a comunidade de países de língua portuguesa então aquilo que pode parecer uma violação aos acordos quer dizer onde há falha sempre há correção, há correção então em 1991 foi corrigida essa parte em relação aos funcionários desmobilizados no tempo colonial que não puderam mais ter ingresso na função pública então o estado chamou-os, deem provas da vossa admissão e desde quando e estão aqui reformados também ... *(a bolseira pede licença ao entrevistado e interrompe para atender a chamada do prof. Simbine que com ele combinara um contacto àquela hora para entrega de um documento relacionado com a entrevista que deu no dia anterior)*

Irene: Acho que já acabamos a conversa e quero agradecer, pois foi muita informação preciosa que neste tempo pude recolher, portanto, muito obrigada.

Vitorino: Mesmo estando na Europa se quiser entrar comigo já que tem o número, às ordens, estarei sempre à sua disposição.

Irene: Obrigada mais uma vez e a entrevista está terminada.

## **Informante nº 42 – Lázaro Gumende (ILG-78)**

Data da entrevista: 28/07/2014

Duração da entrevista: 28 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Da Igreja Metodista e natural de Manjacaze, Lázaro Gumende ingressou na Escola Particular de Machulane sob a gestão da Missão Nazarena em Tavane, onde frequentou e concluiu a 3.<sup>a</sup> classe elementar. Porém, com a transferência do pai, em serviço, para a Missão Metodista de Cambine, fez a 4.<sup>a</sup> classe na escola da Missão Metodista tendo, posteriormente, ingressado no curso de carpinteiro-marceneiro da Missão, com a duração de quatro anos. Após ter concluído o curso em 1959, trabalhou um ano no Xai-Xai, outro no Chibuto e finalmente em Lourenço Marques (Maputo) onde se fixou em 1960. Assim que se casou, em 1963, teve que prestar serviço militar obrigatório, inicialmente em Lourenço Marques e depois em Nampula, indo para o teatro de guerra onde, ao invés de se especializar em guerra, se especializou na profissão de carpinteiro, ao trabalhar nas carpintarias dos quartéis do Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Regressou a Lourenço Marques em 1969. Em 1970 foi admitido no Laboratório de Engenharia de Moçambique como chefe da secção de carpintaria, onde trabalhou até ser integrado nos quadros moçambicanos após a independência. Descreve com profundidade o sistema de ensino colonial. A entrevista foi realizada em sua casa.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia, irmão Gumende.

Lázaro: Bom dia, bom dia minha irmã.

Irene: Agradeço imenso este privilégio que o senhor e a sua esposa me concederam de eu entrar aqui, em vossa casa, e é para poder realizar este meu trabalho e que é, conforme estive a dizer e vou repetir em resumo, sobre o ensino colonial em Moçambique, concretamente, o ensino conforme lecionado pelas missões protestantes no sul de Moçambique. Isto é, pretendo saber qual era o sistema de ensino da época, ou sistemas que haveria porque podia ser que houvesse ensino rudimentar e, se havia ensino rudimentar, provavelmente, haveria outro tipo de ensino também. Pretendo que me diga isso, as respetivas saídas profissionais, quer dizer a pessoa que fizesse seja qual fosse o ensino e concluísse, qual era a sua expectativa, o que fazia depois e, nesse contexto de ensino, que tipo de professores tinham, enfim, qualquer outra informação que me possa contar da sua própria experiência vivida ou observada. Sinta-se à vontade, não há restrições de tempo nem de nada, aquilo que se lembra, não lhe estou a pedir aquilo que não se lembra.

Lázaro: Muito obrigado pela escolha da pessoa são bastantes dessa época, mas graças a Deus foi inspirada para ter algumas palavras por este senhor chamado Lázaro Gumende. O ensino nessa altura era composto de ensino primário era dividido logo no princípio 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte. Essa parte estudava-se alfabetização, números, contagem de números e escrever. Entrar na 1.<sup>a</sup> classe enquanto já sabe toda a alfabetização a junção das palavras e sua compreensão. Passando aí você estando na 1.<sup>a</sup> classe era um aluno que já sabia começar a ler logo na 1.<sup>a</sup> classe porque a 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte te instruiu de que você começasse a saber ler logo na 1.<sup>a</sup> classe. Assim sendo, passado a 1.<sup>a</sup> classe ia à 2.<sup>a</sup> classe, depois da 2.<sup>a</sup> classe ia para a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, daí você já na parte gramatical você era um indivíduo minimamente informado, conjugação de verbos, pronomes e toda a informação gramática já era dado na 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. Para dizer que completou o ensino primário tinha que entrar de novo no ensino elementar, elementar, que dava toda a informação deixada no rudimentar, elementar acrescentava tudo aquilo que faltava daí é que já tinha possibilidade de entrar naquilo que se chamava 3.<sup>a</sup> elementar depois 4.<sup>a</sup> classe. Aí um indivíduo era o conhecedor de toda a informação gramática, toda a informação matemática, capaz logo daí para o liceu, ia ao liceu quando tinha toda a informação o que é que seguiria depois. O ensino, aquilo que nós chamamos o ensino rudimentar, elementar parava na 4.<sup>a</sup> classe. Veja: 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte, depois 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe, depois 3.<sup>a</sup> classe elementar, depois é que é 4.<sup>a</sup> classe, hei é um indivíduo completamente informado na expressão, na matemática, na história era um elemento minimamente informado quando acabasse a 4.<sup>a</sup> classe daí você tinha que escolher se você quer continuar consoante as capacidades que você tem, se quer continuar nos liceus porque aí para os liceus já era uma porta bem fechada não era todo o mundo para lá então podia escolher qual é a área que você pretende, é parte profissional? Você é que escolheria o que é que você quer seguir, daí pronto você podia seguir

aquilo que você podia seguir ou procurar outro trabalho onde você poderia ser capaz. Nos serviços quando quer uma pessoa minimamente informada queriam uma pessoa com 4.<sup>a</sup> classe, hei era um indivíduo altamente informado, uma pessoa com 4.<sup>a</sup> classe era um elemento minimamente informado que podia fazer qualquer tipo de trabalho, ele podia escrever um português certo não esperava que até entrasse nos liceus não, já tinha formado todas as áreas da vida escolar em poucas palavras as missões tinham este trabalho de ensinar não só a palavra de Deus e é também ensinar como viver com a palavra de Deus no coração essa era a missão das missões ontem no tempo colonial, foi esta abertura que serviu até hoje sermos aquilo que somos foi aquela porta porque outros lados não era permitido um moçambicano ou um preto, desculpa a expressão, um preto entrar mas graças às missões é que fez esta abertura.

Irene: Muito obrigada, porque daquilo que falou, já entendo o quadro geral do ensino referente ao africano, consigo entender. Foi boa a sua exposição, mas agora gostaria de saber a sua própria história de vida, integrada neste ensino, como é que foi?

Lázaro: Por esta abertura a minha vida foi aberta deste ensino logo que eu concluí 3.<sup>a</sup> classe elementar.

Irene: Desculpe, conclui tendo começando de onde?

Lázaro: Começando da informação que eu dei, eu comecei da 1.<sup>a</sup> parte.

Irene: Ah, está bem.

Lázaro: A minha escolarização começou da I Parte, II Parte, 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe elementar, 4.<sup>a</sup> classe foi essa via que passei e daí comecei e o que é que vou fazer com esta 4.<sup>a</sup> classe que eu tenho porque não tive possibilidade para continuar no ensino superior, assim o meu pai e a Igreja Metodista como éramos da Igreja Metodista foi votado à ir em Cambine, em Inhambane. Foi em Cambine em 1953, agosto de 1953, chegando lá só tinha concluído na Missão Nazarena 3.<sup>a</sup> elementar, fui concluir a 4.<sup>a</sup> classe lá, depois da 4.<sup>a</sup> classe é que entrei na carpintaria, no curso de carpintaria.

Irene: Onde?

Lázaro: Em Cambine, em Inhambane.

Irene: Desculpe, quer dizer, iniciou a escolarização em que escola?

Lázaro: Começou a minha escolarização em Missão Nazarena, em Manjacaze.

Irene: Qual era o nome dessa escola?

Lázaro: Chamava-se Benizele, Missão ....era escola ...

Irene: Houve quem me dissesse que era Escola Particular de Machulane.

Lázaro: É Escola Particular de Machulane, particular é essa expressão.

Irene: O que é que quer dizer essa expressão, escola particular, no contexto da época?

Lázaro: O contexto de particular provém da toda a escola que era dada pelas missões o colonialismo considerava isso particular. O oficial era toda a escola dada pela missão católica, essa é que é oficial, claro que todas as escolas dadas pelas missões eram particulares, assim sendo era escola particular de Machulane.

Irene: Foi lá onde ingressou?

Lázaro: Foi ali onde eu comecei a e depois foi na escola de Cambine, em Inhambane, é onde fui concluir a 4.<sup>a</sup> classe e o curso de carpintaria-marcenaria.

Irene: Portanto, em Cambine havia cursos de artes?

Lázaro: Cambine havia, a serralharia, a carpintaria e a agricultura. Mais tarde enquanto estávamos em Cambine entrou a questão de dactilografia porque essa coisa você sai tem 4.<sup>a</sup> classe mas não sabe escrever à máquina como era recebido na função laboral eles queriam a pessoa sabia escrever a máquina assim é que havia curso de carpintaria, havia curso de dactilografia, havia curso de serralharia e são estes três cursos grandes que fazia lá independentemente da questão teológica isso era outro ramo, assim conclui a carpintaria-marcenaria e voltei para a casa.

Irene: Fez as duas coisas?

Lázaro: Sim.

Irene: Durante quanto tempo, quantos anos?

Lázaro: Foram logo quatro anos. Você tinha que perceber quando você ver um prédio saber o que é que este prédio levou até chegar a este ponto? Da área do pedreiro, da área da carpintaria, da área da pintura, tinha que entender isso; assim sendo eu fui aberto à minha visão nessa matéria.

Irene: E diga-me, os professores quem eram? Bem, vamos começar pela escola em Machulane, os professores que tinham, eram professores formados ou como é que era, tinham alguma qualificação?

Lázaro: Tinham uma qualificação na ..., uns chamavam escola que foram se profissionais na área de ser professor, tinham essa formação tinham estudado lá outros estudaram fora ou, assim sendo tinha que haver uma equivalência e esses professores aprenderam assim, nós só sabíamos que eram professores onde foram estudar isso não, não era nossa matéria era matéria da missão, eles é que sabiam de onde vinham, onde foram estudar.

Irene: E lá em Cambine, os professores que vos ensinavam essas artes eram formados?

Lázaro: Eram formados, uns foram formados no Zimbabwe.

Irene: Ah sim, mas moçambicanos africanos.

Lázaro: Africanos.

Irene: A missão mandava para o Zimbabwe?

Lázaro: Iam lá de outra maneira, as missões por ver a abertura das pessoas eles levavam como se fosse para ir à questão teológica, mas quando chegam lá eles iam se formar nessas áreas.

Irene: Portanto, eram os próprios africanos?

Lázaro: Eram os próprios africanos, mas que foram formados fora do país.

Irene: Carpintaria, marcenaria?

Lázaro: Marcenaria sim esses também da dactilografia, eram formados fora, até a maioria dos nossos professores nessas áreas foram formados dessa maneira, uns eram filhos dos pastores saíam iam como é que é iam como se fosse à procura de serviço mas quando chega lá envolve-se na aprendizagem de ser professor e depois volta aqui há aceitação é em casa de resto eram os missionários. Uns na área normal da escolarização formados tinham uma outra maneira de ser formado até ter 2.º ano, outros tinham 5º ano e eram aproveitados dar um bocadinho de mola até preferiam voltar ser professores nas missões porque não havia, essa questão de reforma não havia isso, por isso era mesma coisa vale a pena ir ser professor na minha missão do que ficar em qualquer lugar portanto foi assim.

Irene: Portanto, concluiu o curso em que ano, 1957? Fez quatro anos?

Lázaro: Conclui em 1959 já.

Irene: Em 1959, carpinteiro-marceneiro, e depois onde é que foi trabalhar, arranjou trabalho logo, como é que foi?

Lázaro: Arranjei logo, quando voltei, 60, estive em...

Irene: Saiu de lá da missão?

Lázaro: Saí da missão, voltei para casa.

Irene: A sua terra onde é que é, Manjacaze?

Lázaro: Então preferi sair vir à procura do serviço em Xai-Xai, fiquei um ano em Xai-Xai e depois não me agradou, houve uma abertura nas carpintarias do Chibuto, deixei Xai-Xai fui a Chibuto, mas sempre com a preparação de vir a Maputo e me preparar também para casar. Logo em 60 vim para Maputo, saí do Chibuto também era à procura de meios para eu poder viajar, e assim vim parar Maputo, estou em Maputo.

Irene: Desde 1960?

Lázaro: Desde 1960 estou em Maputo (ri-se). Vim preparar voltei fui casar em 1963 depois de ter havido meios para poder casar, voltei para casar, mas infelizmente antes de ir para longe a questão militar veio à minha trás, depois de casar a questão militar já eu era assimilado nessa altura, eu fui requisitado para ir à tropa.

Irene: Quanto tempo, quatro anos?

Lázaro: Eram 3 anos, quatro porque você entra no meio do ano vai sair no meio do ano, parece quatro anos.

Irene: Mas foi para a guerra?

Lázaro: Foi no tempo da guerra, mas felizmente graças a Deus pela profissão, então quando eu entrei na tropa e juramos a bandeira a minha mão diária era ajudar quem está no trabalho que os quartéis precisavam, eu não ia à guerra, entrei logo a ser aproveitado a fazer coisas para os quartéis, quando estive em Boane.

Irene: Na sua área de carpintaria.

Lázaro: Na minha área da carpintaria, a minha especialização em vez de especialização de guerra, eu fui a especialização que já trazia em mão, pronto daí fui transferido para aqui em Lourenço Marques, portanto foi ali nas carpintarias dos quartéis, daí havia uma necessidade de um elemento como eu para



Nampula, fui transferido para Nampula. Na área de Nampula já é que dei toda a volta, mas saia de Nampula ir fazer quartéis, voltar ali, sair ir fazer quartéis não sei quê, a guerra nós apanhamos na ida porque lá está, de onde é que você anda? Percebemos a guerra de libertação nesse sentido, quando nós íamos indo formar quartéis, tantos soldados que vieram não tinham onde ficar, nós andávamos lá a transformar armazéns em residências de soldados, foi essa a nossa missão no quartel. Conhecemos Niassa, conhecemos Cabo Delgado, saindo de Nampula ir fazer e voltar para Nampula, ir fazer quartéis e voltar para Nampula, assim sucessivamente até os meus tempos.

Irene: E quando saiu lá da tropa, o que é que fez a nível de trabalho?

Lázaro: Quando sai vim continuar os meus trabalhos aqui, fui logo admitido no Laboratório de Engenharia de Moçambique como chefe da seção de carpintaria.

Irene: Em que ano foi isso?

Lázaro: Foi em 70 e, nós voltámos do quartel antes de 70.

Irene: Foi antes de 1970?

Lázaro: Sim.

Irene: E assim trabalhou lá como chefe?

Lázaro: Ya, na carpintaria foi 1969-70 quase por aí.

Irene: Então deu-se a independência quando estava a trabalhar cá?

Lázaro: Sim.

Irene: E depois o que é que aconteceu?

Lázaro: Logo apoiamos a Frelimo numa forma muito positiva, éramos dos Grupos Dinamizadores, eu respondia pelo sector de assuntos sociais, hei, foi uma alegria grande, uma alegria grande, àquela confusão que nós aqui quando os colonos queriam perceber que a entrada dos moçambicanos por via da Frelimo que iam levantar poeira e nós apertamos logo para não haver, houve poeira queimamos carros, todos os colonos que estavam aqui, era um problema sério, os colonos abriram logo as portas logo a Frelimo entrou aqui em Maputo e éramos Grupos Dinamizadores a apoiar a Frelimo a entrar para a independência era uma alegria para nós.

Irene: E a nível de trabalho, ficou integrado, como é que foi?

Lázaro: Sim.

Irene: Não mudou?

Lázaro: Não mudei.

Irene: Trabalhou no mesmo sítio?

Lázaro: Trabalhei no mesmo sítio e estava a acompanhar essa questão política, mas sempre estava no Laboratório de Engenharia de Moçambique.

Irene: Como chefe também, continuando como chefe?

Lázaro: Sim, então sai pela necessidade do Ministério das Obras Públicas na sede e então fui transferido do Laboratório de Engenharia de Moçambique para o Ministério das Obras Públicas para a mesma função então mas lá a minha situação era para responder no sector de manutenção interna porque ah, as casas nessa altura, os gabinetes nessa altura, tinham que ter uma pessoa que assim como a seção era composta de carpinteiros, pintores, canalizadores, eletricitas, esses quadros é que fez responder toda a necessidade que era preciso às vezes urgências de maior respondia esta seção foi por causa disso que eu tive uma sorte de quando queria chegar quase no fim da reforma fui beneficiado porque tinha passado mais de 10 anos nesta chefia, assim privilegiou em manter o vencimento da chefia não voltei mais para a categoria, reformei assim.

Irene: E está a receber aquilo que recebia?

Lázaro: Sim.

Irene: E há quanto tempo é que está reformado?

Lázaro: Já vai, comecei a estar em casa desde 2009.

Irene: Mas está rijo, e já agora que idade tem, nasceu em que ano?

Lázaro: Nasci em 7 de julho de 1936.

Irene: Mas está rijo ainda!

Lázaro: Mas quando eu queria ir à Cambine queria documentação e disseram que epa se você registar estas datas vamos-te chamar lá para pagar imposto, então reduziram-me, oficialmente sou de 1941 que é para poder estar em Cambine para não poder ser chamado porque já chegou a idade para pagar o imposto, assim oficialmente sou de 1941 mas a realidade sou de 1936.

Irene: Portanto, acha que aquele ensino rudimentar, o ensino nas missões, valeu para seu futuro, olhando para trás?

Lázaro: Para mim valeu muito porque me formou profissionalmente, me formou espiritualmente.

Irene: Não fez mais que aquela 4.<sup>a</sup> classe, não?

Lázaro: Não, eu fiz até 2.<sup>o</sup> ano dos liceus.

Irene: Ah sim, fez onde?

Lázaro: Vim fazer aqui em Maputo.

Irene: Quando, depois da independência ou antes?

Lázaro: Depois da independência.

Irene: Ah, está bem.

Lázaro: Fiz até 2.<sup>o</sup> ano.

Irene: Portanto, está realizado.

Lázaro: Ah, aquilo que pude fazer desde que me deu qualquer coisa para comer.

Irene: Está bem. Olha, muito obrigada gostei muito.

Lázaro: Muito obrigado mais uma vez.

Irene: Gostei muito da sua história de vida; praticamente tenho entrevistado poucos, não, não sei se este é o primeiro caso, acho que sim, assim um homem das artes, não, não tenho entrevistado não. Muitos deles foram para as outras coisas, mas o seu caso ajuda-me a perceber melhor e ver a valorização das artes como no seu caso, foi mesmo as artes lá da missão que...

Lázaro: Lá da missão que até deu a minha vida depois.

Irene: Pois, portanto, essa parte foi muito boa. Olha, muito obrigada por esta disponibilidade, mais uma vez, portanto a entrevista está terminada.

Lázaro: Muito obrigado.

## **Informante nº 43 – Enfermeira Nosta (IEN-77)**

Data da entrevista: 28.07.2014

Duração da entrevista: 26 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Esposa do entrevistado anterior, Lázaro, a visita à casa do casal estava destinada a entrevistar apenas ao marido. Ao aperceber-me que a esposa é enfermeira, que naquele dia estava de folga, decidi aproveitar a oportunidade de entrevistar a senhora. O currículo da senhora é relativamente invejável. Primeiro, pelo facto de no ensino rudimentar ter feito duas classes num ano e ter passado a 3.<sup>a</sup> classe elementar com 14 valores. Segundo, realça-se o facto de, sendo enfermeira aposentada, estar a trabalhar no âmbito de um projeto de saúde para a Comunidade de Santo Egídio.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia, enfermeira Nosta.

Nosta: Muito obrigada Dra.

Irene: Agradeço muito esta oportunidade que a enfermeira me concedeu de entrar aqui, em sua casa, para poder conversar consigo no âmbito de uma entrevista, não é? Dado o que vou querer, importa que esta informação seja registada por gravação sobre o tema Ensino Colonial em Moçambique nas missões protestantes e as respetivas áreas de profissionalização, portanto o que eu pretendo saber, no caso da enfermeira é, concretamente, onde é que estudou e que tipo de ensino, qual era o sistema de ensino que a abrangeu e o que é que achou desse tipo de ensino e qual foi. Será que esse ensino lhe permitiu tirar alguma profissão, subentendo que a senhora é enfermeira, será que foi através desse ensino, como é que foi? E pronto, a evolução da sua vida socioprofissional, tudo o que me possa explicar daquilo que se lembra, claro, agradecia.

Nosta: Muito obrigada sra. Dra. pela oportunidade que Deus me deu neste momento e eu agradeço muito porque nunca tive esta oportunidade de ser entrevistada sobre a minha vida. Eu estudei numa escola particular de Machulane, nos anos de 1949, vinha duma povoação lá de Macupulane onde nasci. O meu tio era professor, era pastor naquela missão, então não tive oportunidade de viver com o meu pai; o meu pai me nasceu mas faleceu o meu tio que é o irmão da minha mãe chamou-nos, ele queria o nosso bem e eu fui uma das filhas mais privilegiada porque eu era a filha mais velha e tinha outra minha irmã mais nova e então o tio chamou-nos fomos viver em casa dele, para ajudar a irmã que era viúva. Estudei, a escola era assim: tinha 1.<sup>a</sup> parte, 2.<sup>a</sup> parte, 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe, 3.<sup>a</sup> classe rudimentar e 3.<sup>a</sup> classe elementar. Eu tive oportunidade, 1.<sup>a</sup> parte era um ano, 2.<sup>a</sup> parte era um ano depois é que passava para a 1.<sup>a</sup> classe. Eu com sorte, eu digo, graças a Deus porque a 1.<sup>a</sup> parte e 2.<sup>a</sup> parte fiz em um ano. A escola nessa altura, começávamos em fevereiro era o ano letivo até dezembro. Então de Fevereiro até julho fiz a 1.<sup>a</sup> parte, a 2.<sup>a</sup> parte fiz de julho a dezembro e pronto passei, transitei logo para a 1.<sup>a</sup> classe, isso em 1950. 1951 estive na 1.<sup>a</sup> classe, fiz a minha 1.<sup>a</sup> classe, 1952 a minha 2.<sup>a</sup> classe, 1953 a minha 3.<sup>a</sup> classe rudimentar. Tínhamos uns professores muito bons! Muito bons! Gostavam de mim eu também gostava deles, então passei nesse ano de 1953 o exame já não era ali na missão tinha que ir para Manjacaze, no Estado. Fomos fazer exame, passei, voltei, então não havia meio para continuar. O que é que fiz? Um dos professores que era assimilado, o meu tio não era assimilado, mas esse prof. Jacinto Mário Beca era assimilado, tinha direito de ensinar os seus filhos é quanto fiz a 3.<sup>a</sup> elementar em nome de ser a filha do professor. Então fiz essa 3.<sup>a</sup> elementar, eh fui bem acompanhada, chegou o tempo de fazer exame, fomos fazer exame em nome dele, somos filhas dele porque não havia acesso, quem não é assimilado. Pronto eu tive a sorte de voltar a fazer em Manjacaze, outros foram para Xai-Xai e outros foram para Chibuto, porque tinha que distribuir. A Missão não tinha o direito de ensinar até elementar, era só ensino primário. Então fizemos esse exame em 1954, passei vitoriosa e fui das primeiras, eu é que tive mais valores, 14.

Irene: Exame de quê?

Nosta: De 3.<sup>a</sup> elementar. Então comparando aqueles que foram fazer em Xai-Xai e aqueles que foram fazer em Chibuto, eu fui a 1.<sup>a</sup> classificada. Nessa altura, os últimos testes para ir ao exame porque nós fazíamos sempre ali perguntaram cada qual o que é que queria fazer depois de passar, eu escolhi a enfermagem: eu quero ser parteira. Pronto, os nossos missionários que estavam aí que eram nossos chefes aí, educação, saúde e cursos bíblicos então viram que ah esta aqui escolheu esta profissão, foram ter com o meu tio, disseram *olha a sua neta quer a enfermagem, nós vamos mandar para Chicucue,*

*Inhambane*, então concederam-me uma bolsa, concederam-me uma bolsa o que é que fizeram? Tinha uma machambazita que punham mandioca ali para quando precisarem de mandioca tirar naquela machambazita aí e então uma das missionárias que era a enfermeira-chefe lá no hospital, eu já era filha dela e ela disse olha para ter os livros qualquer coisa que você quer para a escola, vai fazer limpeza aí naquela machambazita ali eu vou pagar qualquer coisa do seu material escolar. Não me deu dinheiro, mas deu-me oportunidade de ter livros ora caneta ora tinta ora qualquer coisa, caderno, livro, ela pagava na livraria da missão e eu consegui concluir essa 3.<sup>a</sup> elementar. Então chegou o tempo de irmos para Chicique, fomos propostas porque a seleção saía das provas que fizéssemos, as últimas provas para ir ao exame, o último exame da 3.<sup>a</sup> elementar. Então em 1955 eu fui para Chicique, Inhambane, numa missão metodista porque havia intercâmbios, Conselho Cristão: é Metodista, é Nazareno, é Metodista livre é Missão Suíça, essas quatro igrejas eram igrejas irmãs. Então fomos para lá em Chicique, 1955 comecei o meu curso de enfermagem e então como davam também cursos bíblicos comecei ali o 1.<sup>a</sup> ano de enfermagem e o 1.<sup>a</sup> ano do curso bíblico, de manhã íamos ao curso de enfermagem, nas aulas então, das 7h00 às 8h00 era Bíblia, estudar o curso bíblico então depois disso íamos para o hospital às aulas práticas, à tarde aulas teóricas, é isso que nós fizemos e então davam enfermagem e parteira. Eu fiz esse curso em 1955, 1956, 1957, 1958, 1959 concluí o meu curso, voltei outra vez para Machulane, na missão trabalhei, trabalhei a estudar à noite 4.<sup>a</sup> classe, eh já tínhamos essa *chance* de dar 4.<sup>a</sup> classe à noite e então estudei, estudei, estudei, fiz exame, passei, a trabalhar, à noite ia para a escola, de dia ia trabalhar, já sabe trabalhar na medicina e trabalhar na maternidade é confuso mas nos dias que não tinha trabalho eu ia para a escola, nos dias que tem trabalho ficava lá no hospital a trabalhar; e então nisso aí apareceu este senhor aqui (ri-se) pedir casamento.

Irene: Já tinha que ser, não é?

Nosta: (Ri-se) E tinha que ser não é, quando viram que ele me pediu, disseram que hi nossa filha perdeu-se. Vai casar metodista? Eu sim vou casar metodista. Vai casar metodista? Sim, vou casar metodista, sim eu gostei daquele senhor eu tenho que casar com ele, Deus me deu aquele ali não interessa ser metodista eu nazareno não. Eu conheço metodista porque eu casei lá, não achei nenhuma diferença de metodista e nazareno, tudo aquilo que se fazia lá em Chicique na igreja metodista é quase aquilo que fazíamos porque éramos todos iguais e pronto em 1963 casámos e passamos a viver em Maputo, Lourenço Marques então. Em 1964 tivemos a nossa primeira filha, pronto, 1965 ele é chamado para a tropa porque já era assimilado, por causa de querer casar porque não podia fazer um casamento civil sem ser assimilado, então foi obrigado a ir para a tropa. O que é que eu fiz? Voltei outra vez para Machulane e os missionários receberam-me, ajudaram-me com a minha filha, e o meu irmão que estava lá Ver. Simeão Mathe, meu irmão que eu seguia a ele, então fiquei lá, ele cumpriu a tropa, quando cumpriu a tropa, quase que ia terminar, voltou para Maputo, então ex Lourenço Marques então na altura, e chamou-nos e voltamos, despedimos lá e voltamos para aqui, isso em 1968-69. Ya, ficámos, ficamos, ficamos, ficamos, já não podia trabalhar lá porque já é lá e aqui já era difícil, mas um médico do hospital que tinha a sua clínica aqui no Xipamanine precisou de uma enfermeira para ir trabalhar. Nessa altura eu não podia porque tinha gêmeas mas eh pá perdi essa vaga pronto quando chegou a independência em 1975 abriram-se exceção todas as enfermeiras que trabalharam nas missões, que trabalharam onde, nós estamos a precisar porque os colonos já estavam a ir, então chamaram-nos, chamaram-nos fomos para lá, cada qual tinha que procurar o seu currículo para ir entregar, então com as minhas gêmeas já não podia porque tinha estas últimas gêmeas em 1975, tive em Maio de 1975. Pedi a ele foi para Chicique, foi buscar a minha documentação toda, então vim entregar aqui no Hospital Central de Maputo, no ministério, ali receberam e pronto colocaram-me no Hospital Central pronto e eu trabalhei, 1975, 1976, 1977, 1978, 19, 1980, 1981, 1982, 1983, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, reforma!

Irene: Reforma!

Nosta: Reforma sim, contou aquele tempo que eu fiz lá, tive a minha reforma então nessa altura quando me tratam a nota de ir assinar os expedientes, fui entregar à minha diretora porque nessa altura já estava a trabalhar já num serviço de transfusão sangue primeiro trabalhei na medicina, trabalhei numa enfermaria de oncologia, trabalhei nas crianças, na pediatria e pronto, eu fui mostrar a minha diretora; hi, gostaram muito do meu trabalho, diz hi, hi, não, não pode, está aqui uma nota escreve para continuar a trabalhar.

Irene: Não pode ter reforma!

Nosta: Contrato (ri-se). Trabalhei 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 então uma amiga minha que eu trabalhei com ela numa das enfermarias ali que está num projeto de uma igreja

aqui, uma igreja católica chamada Comunidade Santo Egídio, então veio me chamar e diz olha ali estamos a precisar de alguém e eu achei que devia ser tu. Como é que hei de fazer, diz que *é isso*. Então o que é que eu fiz? Não fugi, fui ter com o meu diretor, olha, Sr. diretor, eu estou a pedir uma ausência de 3 meses. O que é enfermeira? Eu estou a pedir uma ausência de 3 meses para eu tratar assuntos da minha vida. Pronto, fiz um requerimento para me conceder esses 3 meses, aí fui trabalhar lá nesse projeto onde estão a ajudar as pessoas. Ei, cheguei lá nos primeiros dias tive dificuldade porque é um serviço que nunca fiz não é mas eles foram muito fiéis para mim explicaram-me tudo o que se faz ali, receberam bem as pessoas, dar conselho às pessoas e pronto, fiquei ali até hoje, até hoje graças a Deus.

Irene: E está em regime de contrato?

Nosta: Em regime de contrato.

Irene: O contrato como é que é, é renovável?

Nosta: É renovável, mas ultimamente me deram um contrato indeterminado.

Irene: Indeterminado, pode terminar até ...

Nosta: Posso trabalhar até onde, é assim.

Irene: E agora, recebe do Estado e recebe desses?

Nosta: Sim, da reforma.

Irene: Da reforma também. E como é que é o seu horário, então?

Nosta: O meu horário é o horário normal, mas quando cheguei lá no projeto era das 8h00 até às 16h00, mas com unificação porque depois de um certo tempo, acho que foi em 2006 se não 2007, houve um barulhito assim de que ah não é possível fazer sistema de coisa .... como é que é? Está-me a falhar a memória, projeto de centro de... Porque nós estamos a trabalhar com as pessoas com H.I.V. então o nosso ministro nessa altura não queria que houvesse isso tinham que ser sempre no hospital então é quando houve esse barulho mas conseguiram superar, fizeram uma questão de pedir para ajuda às crianças e mulher, então tive oportunidade de ficar ali, então a partir de 2007 eu fui uma das pessoas que foi escolhida para formar um centro para formar um centro.

Irene: Ah sim!

Nosta: Para formar um centro.

Irene: Como se chama esse centro?

Nosta: É Centro Dream, Centro Dream, mas é da Comunidade de Santo Egídio, onde ajudam as crianças e mulher grávida, sim nesse sentido, prevenção de transmissão vertical, é nesse projeto que estou lá.

Irene: Portanto, é a Comunidade de Santo Egídio que paga?

Nosta: Sim, é a Comunidade de Santo Egídio que paga então hei agora passei a gostar do trabalho ajudar as pessoas que sofrem e o muito importante que eu gostei é porque é uma missão eu fui formada por uma missão, faz de conta estou a continuar a trabalhar com aquelas irmãs!

Irene: Oh!

Nosta: É verdade, é verdade, é um trabalho muito bonito! Nós não recebemos nada do doente, não, ao contrário, eles é que compram medicamentos então nos primeiros dias onde a pessoa começa a tomar medicamentos dão alimentação, dão conforto, é isso.

Irene: Uma história de vida muito interessante, bastante linda. E diga-me lá, conte-me lá alguma coisa sobre o vosso curso de enfermagem em Chicunque, como é que era, não faço ideia.

Nosta: O nosso curso de enfermagem em Chicunque foi muito bom, muito bom; porque era assim: Se esse mês tenho de trabalhar na medicina, tenho que trabalhar na medicina, se este mês você tem que ir trabalhar na maternidade, tens que estar na maternidade, se este mês quer trabalhar no coiso, porque o nosso ensino é ensino geral lá, é geral fizemos tudo, laboratório, medicina, até extração de dente sem anestesia, mas fazíamos tudo completo! Era uma formação muito boa porque daí você iam por num sítio onde você tem que ir trabalhar, temos que fazer tudo pré-consulta à espera do médico já sabe irmã que ali em Tavane não tínhamos médico, o médico tinha que vir do Estado, em Manjacaze, nós é que fazíamos tudo ali, se o parto é complicado então é que transferíamos para Manjacaze, foi assim.

Irene: Portanto em Chicunque era assim a aprendizagem?

Nosta: A aprendizagem era assim, era geral, era geral, só que depois da independência tinha que haver especialidade não sei quanto, não sei quanto por isso é que fiquei na enfermagem, mas eu sou enfermeira-parreira.

Irene: Depois da independência tinha que haver especialidade?

Nosta: Sim, tinha que escolher uma parte, tinha que escolher uma parte, não podia ser enfermeira-parteira, porque desprezavam a missão.

Irene: Não me diga!

Nosta: Desprezavam a Missão, mas nós tivemos até para ter a categoria que nós temos agora de enfermagem tivemos que fazer requerimento para o Estado para entender que o enfermeiro que foi formado assim, assim, fez o curso geral e é verdade. Ali em Tavane nós fazíamos tudo, tudo, era consulta, tudo, tudo, tratar da mãe que está à espera do bebé, chegou o tempo do bebé, nós é que fazíamos tudo.

Irene: Ih, foi uma história de vida bastante profissional, muito rica mesmo, muito rica, e o seu percurso é uma mobilidade ascendente, está a envelhecer, mas a subir, não é envelhecer, a voltar para trás...

Nosta: Não, não, não, e dou graças a Deus.

Irene: Graças a Deus mesmo. Ainda não teve a oportunidade de ir para fora, não?

Nosta: Não, fora não fui.

Irene: Digo, era bom, espero que a Comunidade Egídio lhe dê a possibilidade de ir para fora nem que seja para ver como é que se trabalha lá fora, mas há de ir, espero, há de ir.

Nosta: Por enquanto não.

Irene: Mas sente-se realizada?

Nosta: Sinto-me realizada, e gosto muito do meu trabalho.

Irene: Mas vai todos os dias?

Nosta: Sim, Todos os dias, assim pedi férias porque tive que ir para Manjacaze, todos os dias.

Irene: Faz o horário do trabalho, mesmo?

Nosta: Sim, de trabalho mesmo.

Irene: Entra a que horas?

Nosta: Entro às 7h30 e saio às 6h30.

Irene: Desculpe-me, que idade é que tem, nasceu em que ano?

Nosta: Nasci em 1937.

Irene: Tchê, mas tem ainda essa genica?!

Nosta: Graças a Deus.

Irene: Olha, fiquei muito contente, para já entrevistar uma mulher, e sabemos que nós, pela nossa tradição em Moçambique, as mulheres são uma classe rejeitada, especialmente quando já é casada, o teu papel é a casa, mas olha posso dizer que, parabéns, tem um bom marido porque não podia prosseguir se o marido fosse daqueles tradicionais, dizer que não, não, não pode, ela não pode ser mais que eu, não pode ser como eu, mas felicito-a por ter um bom marido porque chegou onde chegou, agora, onde está agora, graças a ele. Portanto, desejo-lhe felicidades, muita saúde e que tudo corra bem para si e para os seus netos. Olha, dou a entrevista como terminada.

Nosta: Muito obrigada dra., muito obrigada.

## **Informante nº 44 – Celeste (ICM-69)**

Data da entrevista: 29.07.2014

Duração da entrevista: 41 minutos

### **Caracterização da entrevista**

Celeste, criada como aluna na Missão Free Metodista (ou Metodista Livre) sita em Inhamachafu, no distrito colonial de Inharrime, revelou, no decurso da entrevista, ser uma mulher inteligente. Após tê-la convencido que, para a entrevista, não necessitaria de preparação prévia mediante uma leitura de questões formuladas, demonstrou, no decurso da entrevista, boa capacidade de coordenação de ideias e da fala em língua portuguesa. O facto de a Celeste ter, eventualmente, exercido a função de professor eventual na missão que frequentou, poderá ter contribuído para o desenvolvimento dos seus dotes.

### **Conteúdo da entrevista**

Irene: Muito bom dia, irmã Celeste!

Celeste: Bom dia, irmã.

Irene: Minha irmã, agradeço muito esta oportunidade que a irmã me concedeu, sei que foi um bocado de sacrifício para si vir até aqui para nos reunirmos para esta pequena conversa que eu tenho, e conforme estive a explicar há pouco tempo, eu dei um resumo daquilo que vim fazer, eu tenho estado aqui em Moçambique há alguns meses, vindo de Portugal, com o objetivo de recolher informação sobre o ensino colonial, conforme lecionado pelas missões protestantes, àquelas que pertenciam ao Conselho Cristão e, portanto, significa Missão Nazarena, Missão Metodista, Missão Metodista Livre e acho que são mais ou menos estas; e, portanto, já recolhi alguma informação, e ontem, quanto tive conhecimento de que parece que a irmã, ou estudou, ou foi da igreja Free Metodista portanto, eu achei que seria bom que eu pudesse ter um encontro com a irmã para a irmã me facultar informação sobre esse ensino, concretamente, o que eu preciso saber, irmã, é sobre o ensino, dado que o ensino começava no ensino primário, começava por aí não é?

Celeste: Sim

Irene: O a, b, c, d e tudo aquilo?

Celeste: Exatamente.

Irene: Gostava que a irmã me pudesse dar informação sobre aquilo que foi o ensino primário, da sua própria experiência, e quem eram os professores, o que é que se aprendia, e depois os exames como é que se faziam e depois na conclusão desse ensino primário, o que é que esses alunos sucedidos faziam, e mesmo, neste caso, alguns desses alunos até conseguiram evoluir, posteriormente, e dizer realmente, se for no seu caso, o que é que a irmã depois fez, tudo. Olha, sei que é muita coisa, não precisa de se preocupar aqui, a irmã só me diz daquilo que se lembra e depois, quanto mais possível da sua própria experiência e não a experiência do outro.

Celeste: Olha é um prazer realmente estarmos juntas como irmãs e darmos uma e outra alguma experiência que nós acolhemos nesse tempo colonial. Eu julgo que é um momento que foi muito útil para nós, muito útil porque nesses tempos os nossos pais sobretudo os pais que não eram crentes não queriam deixar os filhos para irem à escola, muito mais as meninas porque eles achavam que é perder tempo deixar as meninas ir para a escola porque ao fim ao cabo vão para os lares para servirem para os maridos e essas coisas todas, mas para o meu caso posso dizer que tive uma bênção porque os meus pais e os meus avós nos admitiram irmos para a escola e isso para nós foi uma bênção grande porque pelo menos tivemos uma formação que é para podermos viver. Essa instituição da Igreja Metodista Livre é uma das instituições que entrou muito cedo aqui em Moçambique porque chegou aqui em 1885 e ela portanto tinha como uma missão muito relevante ensinar o evangelho, fazer com que as pessoas soubessem mais ou menos ler e escrever sobretudo evangelizar as pessoas, essa é que era a grande missão deles mas viram que era necessário ter umas aulas que dá para as pessoas também ter uma preparação como o ensino académico portanto não posso precisar neste momento em que ano eles começaram a dar essas preparações às pessoas que deviam estudar pelo menos de pré-primária até a que se chamava de 1.ª grau até 2.º grau mas estou certa que a partir dos anos que eles entraram esse ano 1885 começaram por evangelizar e depois conseguiram também abrir o acesso para a escolaridade que se chama alfabetização. Eles fizeram muito sacrifício claro que foi uma instituição que não teve muita força de abrir as portas para as pessoas terem conhecimento a mais do que aquilo que eles eram não é. Há uma coisa que nós devemos anotar nestes nossos missionários, alguns missionários tinham alvo de as pessoas terem noção da vida mas essa instituição, os missionários que foram para lá, deram alguma

ajuda mas com uma restrição mesmo assim a pessoa que ia lá com a noção de querer sair com alguma coisa adquiria aquilo que precisava. Começamos a ter ensino primário precisamente na década de 40, eles começaram a dar ensino académico a partir da década 40 porque os meus pais estiveram lá como estudantes no curso bíblico, ele, o meu pai foi para lá tinha 3.<sup>a</sup> classe, conseguiu fazer 3.<sup>a</sup> elementar lá mesmo porque teve acesso à escolaridade deles lá. Eles começaram a evoluir ao andar dos tempos porque o governo colonial assistia aos trabalhos de ensino lá em todas as escolas dos missionários o governo colonial ia assistir ver o que é que estão a fazer lá nas escolas é certo que havia uma privacidade porque um aluno que estava na 3.<sup>a</sup> elementar por exemplo, 3.<sup>a</sup> rudimentar devia ir fazer exames já como aluno externo, eles tinham que fazer lista dos alunos que vão fazer exame, ir entregar lá na escola oficial, neste caso nós como pertencíamos o distrito de Inharrime éramos obrigados a levar a lista dos alunos que iam fazer exame nesse ano ser entregue lá na escola entrávamos geralmente como alunos externos mas ao fim ao cabo conseguíamos passar das classes porque tinha que ir bem preparado lá quem não fosse bem preparado porque tinha que abonar o professor ou o examinador ficava mesmo com vergonha pelo que todos aqueles que passaram daquela instituição adquiriram mais experiência de preparação como quem diz o evangelista esse é que era o maior alvo deles, eles davam mais os cursos de evangelista, os cursos de instrutor, os cursos de catequista esses é que estavam a trabalhar muito nessa área mas com a apreensão do governo colonial até conseguiram ter internato para poderem internar os alunos que viviam lá naquela instituição e então tínhamos dois sítios que acolhiam os alunos, uma parte para meninas outra parte para os rapazes, portanto havia 3 turmas para poderem dar aulas a esses alunos; a primeira turma entrava às 7h30 até lá para às 10h e alguma coisa, segunda turma entrava às 11h até 15h a 3.<sup>a</sup> entrava às 16h até as 19h porque às 19h em diante tínhamos orações todos os dias, tínhamos que ir para as orações isso para dizer que quanto ao ensino terminava na 3.<sup>a</sup> elementar, 4.<sup>a</sup> classe tinha que ir fazer na escola oficial em Inharrime porque aí não havia acesso a fazer 4.<sup>a</sup> classe dar aulas da 4.<sup>a</sup> classe aí na própria missão não por falta de professores eles é que limitavam o governo é que limitava que não davam para poder dar até a 4.<sup>a</sup> classe então o aluno era obrigado a ir estudar em Inharrime e depois ir fazer exame lá mas foi caminhando até que entrou a independência é quando deram a prioridade de começarem a dar até 4.<sup>a</sup> classe hoje que vão até à 6.<sup>a</sup> classe, não posso precisar agora porque desde que fui lá em 1971 não sei de nada daquilo que estão a fazer agora porque até aí os missionários alguns tinham abandonando por causa da ameaça da guerra mas julgo eu que agora devem estar mais evoluídos porque aquilo está sob o controlo do governo sobretudo a parte do ensino mas no nosso tempo eu posso dizer que aproveitamos muito porque como aluno vivendo no internato havia mais educação, mais respeito, mais experiência que às vezes nos davam porque não era como crianças como agora que estão internar criancinhas dos seus 12/15 anos você apanhando uma menina de 20/20 e tal anos é com sorte num internato é com sorte agora todas são crianças isso porque nós nesses tempos que estudamos admitiam meninas de 16 anos até 20 anos iam à escola até essas meninas não sabiam nem escrever pelo menos o seu próprio nome através do sacrifício que os professores davam pelo menos saia dali com uma instrução de saber ler, e escrever e contar sobretudo mas os pais muitas das vezes mandavam essas pessoas para irem colher alguma preparação para o lar porque também eles preparavam nesse campo os missionários que viviam lá connosco e no nosso internato como meninas havia senhoras que eram zeladoras nossas elas tinham que nos acordar muito cedo irmos trabalhar nas machambas depois voltávamos íamos às orações íamos matabichar voltamos de novo para trabalhar aquela hora das 9h00 9.30 já terminava o trabalho do campo e vínhamos para casa para poder prepararmos e entrarmos na preparação da matéria escolar ,depois da preparação da matéria escolar voltávamos lá para sala de aulas, sala de aulas voltávamos para casa é assim que nós pelo menos passamos o tempo na escola e naquela missão Metodista Livre. É uma instituição posso dizer que ajudou em parte a própria área de Inhamachafu porque são pessoas que não sabiam nada daquilo que se chama civilização sobretudo o evangelho, estavam muito atrasados nessa parte mas o que posso garantir é que pelo menos a pessoa saia dali com uma formação de poder sair com o que nos pode começar falar com alguém pedir o pão e começar arranjar outra forma de progredir com o seu estudo para poder ir avante com a sua vida formação como tal eles não tinham coitados porque como disse davam com muita a preparação para essa parte de alunos, o que eles tinham de mais era enfermagem porque tinha hospital lá, havia um hospital que preparavam, algumas pessoas saiam com o curso de enfermagem e parteiras até agora essa instituição existe só que a maneira de trabalhar já não sei como é que eles estão a trabalhar. Por mês vinha um médico oficial para assistir os doentes lá por essa razão essa parte também foi muito evoluída por eles, os missionários. Onde viviam os rapazes, coitados por serem rapazes não tinha condições como



no internato das meninas. Tinham que ir tirar água nos baldes para poderem tomar banho, para poderem fazer comida aquele movimento que faz sentido para a pessoa viver não é era dessa forma que eles faziam mas nós como meninas nós tínhamos o sítio onde algum grupo ia lá fazer, utilizar bomba manual para a água entrar no tanque que é para as meninas entrar na casa de banho tomar banho e não só havia outro grupo que trabalhava para a cozinha, mensalmente indicavam algumas meninas para entrar na cozinha, fazer comida e depois tínhamos matabicho à hora, almoço e jantar, aquele grupo que estava a trabalhar estava sempre permanente a fazer esse trabalho enquanto as zeladoras sempre nos controlavam, não há uma pessoa que podia entrar na mesa sem pelo menos estar em condições de entrar para pegar o prato saborear a comida que estava pronta para ser consumida. Havia uma rigorosidade, mesmo nos quartos onde nós dormíamos havia uma vasculha bastante de quem não saber arranjar as suas próprias mantas, hei era uma situação muito dolorosa, se não for bem arranjada o seu quarto, ou seja, a sua cama tinha castigo de ir ter que cortar uma árvore até lixar toda aquela árvore, uma árvore grande! Tinha que pôr a cair e depois repartir aquela árvore ali se não for esse castigo davam-te outro castigo que merecia para você sentir que se não for arranjar bem a sua cama como é que você vai viver no seu lar, eles preparavam-nos muito nessa área e depois havia uma outra coisa que eles faziam de que se você vai lá para buscar o conhecimento na escola deve saber respeitar aos mais velhos e não só, não deve se entregar muito na conversa com os rapazes, aí havia rigorosidade maior nem que seja seu familiar, se é para cumprimentar o familiar tem que ir pedir à zeladora quero ir saudar a minha irmão e eles vão dar tempo para você conversar com o seu familiar. E assim que nós passamos. No meu caso eu fiz a minha 3.<sup>a</sup> rudimentar lá, sai em 1960 vim para aqui, fiz 3.<sup>a</sup> rudimentar, elementar digo, e depois 4.<sup>a</sup> classe em 1963 ainda na era colonial porque o meu tio onde eu vivia tinha dificuldades, em 1966 voltei de novo para àquela missão mesmo, fui trabalhar já como professora também para os alunos que estavam na pré-primária ajudei a minha igreja em ensinar alguns alunos que estavam a começar a escrever os seus nomes, apontar os números e tudo mais aquilo que era do ensino primário mesmo, dei o meu saber lá. Depois disso, fiquei doente saí, voltei para a casa dos meus pais, dois anos depois apareceu a sorte de me casar, casei-me então é quando passei já para a Igreja Metodista Unida, mas toda a minha infância foi da Igreja Free Metodista. Dou graças a Deus por isso porque o pouco que Ele me deu transformou muita coisa a mim porque consegui aumentar a capacidade cada dia que passasse para mim até o nível que tenho graças à Metodista Livre. É essa experiência que eu posso-lhe dizer. Saí pelo menos com uma formação de puder dar instrução à outra pessoa eles me prepararam nesse sentido. Aqui na Igreja Metodista Unida não dou aulas como escola académica, mas dou aulas como igreja ajudo a minha igreja a ensinar as pessoas, exortar, pregar e tudo mais que eu consigo fazer para o bem da igreja graças a Deus (ri-se).

Irene: Hein, gostei muito, tem um historial de vida muito interessante, é muito interessante, por acaso. Olha, posso dizer que é a primeira pessoa que me conta, já entrevistei, conforme, não sei se tinha dito, cerca de 30 pessoas, mas olha, é a primeira que me fala sobre, pronto, dedica-se a sua entrevista, está mais dedicada nas meninas. Eu não tenho, porque todas as outras pessoas falam-me do ensino como tal, mas as meninas, a atenção que era dada, a atenção que a missão dava às meninas, específica, quer as particularidades do comportamento, o ensino, as meninas, a diferença que existia entre meninas e rapazes, portanto, acho essa coisa muito interessante.

Celeste: Muito interessante.

Irene: Porque até agora, pronto, eu não tinha nada concreto sobre as meninas, era uma coisa generalizada. E agora, uma pergunta que eu vou-lhe colocar, é que é pela primeira vez... como disse, não entrevistei ninguém da Igreja Metodista Livre, a senhora é a primeira. Da minha leitura, eu não sabia que a igreja Metodista Livre tinha também um curso. Na Missão Metodista tirava-se também o curso de enfermagem.

Celeste: Tinha, muitos enfermeiros e enfermeiras saíram daquela instituição, foram formadas lá, foram formadas muitas pessoas, bastava uma aluna ou aluno ter 4.<sup>a</sup> classe era logo alinhar para o curso de enfermagem, caso não quisesse continuar porque não tinha outro curso é claro que havia uma oficina aí onde preparavam alguns alunos para serem carpinteiros e tudo mais mas os rapazes porque queriam progredir saíam para estudar mal que terminassem a sua 3.<sup>a</sup> classe ou 4.<sup>a</sup> classe vinham para cá para a cidade, mas as meninas a maior parte delas entravam logo na enfermagem.

Irene: Porque eu pensava, daquilo que tenho ouvido, do intercâmbio que havia entre as igrejas Metodistas, Nazarena não sei até que ponto, com a Missão Suíça, que as meninas iam até Chicupe tirar

o curso de enfermagem e agora, neste caso, o curso de enfermagem de Nhamachafu, não vinham pessoas das outras missões.

Celeste: Algumas iam lá para estagiar.

Irene: Para onde?

Celeste: Para Nhamachafu, iam lá para estagiar algumas pessoas vinham das outras instituições para irem estagiar lá, no caso mesmo da nossa conselheira Lucia Madonela, a esposa do bispo Machado foi trabalhar lá em Inhamachafu, foi trabalhar em Inhamachafu mas eu não posso contar quantos são e nós temos um outro sítio também que até agora estão a operar melhor em relação à própria missão lá em Nhaloi na Massinga, temos uma outra instituição também que deu continuação dessa coisa de hospital de saúde temos um hospital em Massinga que está operacional até de momento e tenho lá um enfermeiro de longa data chamado Alfredo Seveno Khan esse enfermeiro é de longa data.

Irene: Que está onde?

Celeste: Está em Massinga, em Inhaloi, a trabalhar como hospital da missão, portanto esses sítios, minha irmã, são sítios que geralmente para esquecer não é tão fácil porque são sítios que deram muito para o saber de toda a humanidade da localidade, nessas localidades as pessoas aproveitaram alguma coisa através dos ensinamentos que eles deram.

Irene: É uma novidade que, afinal, ali mesmo em Inhamachafu tirava-se o curso de enfermagem.

Celeste Tiraram.

Irene: Mas não tinham um médico, a irmã disse-me que o médico vinha ...

Celeste: O médico é o que vinha do hospital oficial, do governo.

Irene E quem ensinava então?

Celeste: Havia a equipa médica ali que dava instruções de matéria.

Irene: Essa equipa médica vinha donde, eram missionários?

Celeste: Eram missionários porque o que é que eles faziam? Admitiam as pessoas para começarem a estudar aí mesmo na missão, aprendiam às vezes faziam esse intercâmbio de irem a Chicuke algumas delas para irem aumentar mais capacidade mas já quando é tempo final vinham já para casa, faziam o seu encerramento dos cursos e entravam na igreja a tirar o curso mostrar a comunidade em como já concluíram os seus estudos, são enfermeiros, são parteiras que dá para trabalhar para o povo. Eu assisti esses cursos a serem feitos por várias vezes.

Irene: O hospital é grande, lá, era grande?

Celeste: Era, era grande, tinha maternidade, tinha consulta de genecologia, consulta de vária ordem, tinha, tinha mesmo. Ajudou muitas mulheres aquele hospital para questão nossa como uma mulher planeamento familiar, ajudou muito essa parte e como no tempo colonial havia um fenómeno que em todas as missões aos hospitais ocorriam muitas pessoas tinham grandes feridas, aquelas que se chamam feridas crónicas que não se saravam é o meu caso eu tenho uma cicatriz aqui que ao ver pode pensar que podia ser está a ver esta cicatriz, esta ferida tive quando estava lá isso porque eles estavam mais se dedicando em curar aquelas feridas que quando alguém tivesse essa ferida não era fácil de sarar mas havia uma equipa que se entregava mais para tratar aquela ferida até ficar sarado e não só, tuberculose é uma das doenças que enfermava muita gente e não conseguia ser tratado mas eles sabiam dar orientações aos doentes para poderem fazer isto, isto até que a pessoa ficasse curada. Há uma outra particularidade que eles faziam porque quando falo das meninas eles faziam questão de ter um tempo de ensinar só as meninas, as causas que podem vir a acontecer, cedo ou tarde quando elas fossem desobedientes, eles nos davam essas instruções que não devem fazer isto façam assim para poderem viver, nos instruíram muito, portanto são assuntos que são difíceis de esquecer.

Irene: Não são de esquecer. Portanto, disse-me que quando veio cá tirou a 3.<sup>a</sup> elementar e a 4.<sup>a</sup> classe em que escola, oficial?

Celeste: Primeiro, a 3.<sup>a</sup> elementar fiz na Escola Bairro Indígena nos tempos, chamavamos Bairro Indígena aqui que chamam agora Munhuana, então 4.<sup>a</sup> classe fiz aí naquela escola que está ao lado do quartel-general hoje em dia chamava-se Escola Paiva Manso, agora é Escola do Alto Maé, Escola Primária do Alto Maé mas pertenceu ao governo aquela escola ali porque foi à noite porque já a minha idade não permitia que fosse de dia, ao passo que 3.<sup>a</sup> classe fiz de dia aqui na Escola Bairro Indígena, nos católicos, na Igreja Católica.

Irene: Mas aquela era escola para os africanos, só para os africanos?

Celeste: Aqui?

Irene: Sim, no Bairro Indígena?

Celeste: Era para africanos mesmo porque era uma escola que estava no meio de um bairro indígena como sempre falou se bairro indígena mas parecia uma escola que foi instituída pelos lá fui-me matricular já sabe como é que era na altura os padres também quando fossem mexer à eles, eles queriam que os alunos passassem a rezar com eles, quem não fosse marcar presença aos domingos na missa deles no domingo não tinha acesso de entrar na sala de aulas, nessa escola onde eu estudava, no domingo tinha que ir assistir a missa deles e depois é que vinha para assistir a sua missa. Era obrigatório que eu fosse lá nas manhãs 7h ou 8h assistir a missa deles porque se não for assistir a missa na segunda-feira não tinha acesso à escola, então tinha que ir assistir missa e depois voltar, como nós nesses tempos quando estávamos aqui na cidade de L.M. os cultos passavam-se na Igreja Presbiteriana aqui no Chamanculu era às 15h então dava-me o tempo de ir assistir a missa deles lá, voltava fazer as minhas coisas e depois às 15h ia para a minha igreja.

Irene: E agora, quando regressou? Disse que regressou, foi professora uns dois anos, ou quê, lá em Inhamachafu?

Celeste: Quando regressiei em 1966 fui trabalhar como professora do ensino primário mesmo.

Irene: Ah sim, mas nomeada por quem?

Celeste: Aí era uma escola particular, não tinha nomeação nenhuma, todos os professores que passaram por aí naqueles tempos éramos.

Irene: Por aí onde?

Celeste: Lá em Inhamachafu, éramos eventuais.

Irene: Ah, eram professores eventuais!

Celeste: Éramos eventuais, não havia nomeação nenhuma porque aquilo era uma escola particular na altura, por isso que eu digo quando fôssemos fazer exame lá éramos contados como alunos externos porque não era escola oficial era da missão.

Irene: E o Estado não se opunha a isso?

Celeste: Ih, por que não?

Irene: Isso de haver professores eventuais...

Celeste: Ah eles só queriam saber se os professores são pagos ou não, eles exigiam ver a lista dos professores e se estão sendo compensados ou não.

Irene: É o que o Estado exigia?

Celeste: É o que exigia porque às vezes fazia mesmo visita o Estado para saber como é que está se comportar a Igreja com os professores aí, havia rigorosidade, às vezes surpreendia a autoridade da escola para saber como é que vocês estão a agir com os trabalhos aqui, o nosso bem é que nós tínhamos alguém que era crente que trabalhava na administração de Inharrime quando eles preparassem uma vinda para a missão ele mandatava alguém para vir alertar que cuidado aí arrumem as coisas em ordem porque parece que esta semana vão ter surpresa então nessa altura que ele está a mandar alguém para vir nos informar, 1-2 dias realmente a autoridade governamental aparecia para poder investigar uma e outra coisa.

Irene: Ih, é muito interessante! E depois casou-se aqui em Maputo, está aqui em Maputo?

Celeste: Eu quando vim, eu depois da minha vinda por casa da doença para a casa dos meus pais, fiquei lá tratei da minha doença até ficar melhor, quando preparava voltar ainda para dar continuidade de dar aulas lá aparece a sorte do casamento.

Irene: Em que ano?

Celeste: 1970, fui anelada em 1970 então 1971 casei-me 30.1.71 casei-me com o sr. Mutola não sei se conheceu, Paulino Paulo Mutola, não lhe conheceu?

Irene: Não.

Celeste: E então casei-me e vim para aqui em 1971, daí para cá estou aqui ainda nesta grande cidade histórica.

Irene: E quando veio para aqui não fez nenhum trabalho ligado a ..

Celeste: Não fiz porque já sabe como é que era os homens nos tempos aquela coisa não posso ir trabalhar você também sair, mas ao fim ao cabo ele foi ganhando a ideia de que devia também trabalhar para ajudar algumas despesas só que foi tardia a ideia dele porque ele foi transferido para a África do Sul por causa do serviço.

Irene: Ele era quê? Pastor, ou quê?

Celeste: Não, ele era um funcionário do governo; então foi nomeado para trabalhar na África do Sul, um ano depois veio me levar fui para lá é quando viu a necessidade que não minha mulher você

também tem que começar a trabalhar só que na altura fiquei grávida e então não havia como me ingressar no governo enquanto estava grávida mal você deu parto e depois começar a ver o bebé o desenvolvimento dele vai trabalhar porque a nossa sorte não foi como nós desejávamos, nos ao voltarmos aqui de férias gozamos as nossas férias de regresso já à África do Sul tivemos acidente onde ele perdeu a vida.

Irene: Quem, o seu marido?

Celeste: O meu marido.

Celeste: Então ele perdeu o ano...

Irene: Hein, em que ano, desculpa lá?

Celeste: Em 1980, dezembro de 1980.

Irene: Passados mais ou menos uma década de casamento?

Celeste: Quase que íamos fechar uma década porque nesse 1980 estávamos para 1981 fecharmos 10 anos para dizer que nós só vivemos 9 anos e 11 anos juntos e ele me deixou com cinco filhos, aliás 4 filhos menores de idade e uma grávida de 5 meses é só ver que qual foi a turbulência foi maior mas nem com isso Deus é grande minha irmã, ajudou-me tanto porque a própria Igreja Metodista assumiu a responsabilidade para poderem-me colocar firme como já estou, graças a Deus, entretanto assim que perdi o meu marido o serviço por sua vez demorou-me aceitar para continuar já com o trabalho lá.

Irene: Os serviços dele?

Celeste: Sim, mas acabaram me recebendo porque fui vagueando, fui vagueando com os documentos até que eles aceitaram.

Irene: Mas já os serviços daqui e não da era colonial.

Celeste: Ainda na era colonial, não, não.

Irene: Agora, já depois da independência?

Celeste: Sim, agora porque ele foi nomeado quando já estávamos na independência e então quando começo a trabalhar a minha última filha tinha quantos anos? Tinha 2 anos, tinha que deixar com alguém ir trabalhar sempre esse movimento já sabe como é que é mas graças a Deus hoje ela é licenciada na história.

Irene: Parabéns!

Celeste: E está a fazer alguma coisa para ajudar a mãe já que estou reformada.

Irene: Muitos parabéns!

Celeste: Então para dizer que esta vida que nós estamos a levar hoje em dia lamentamos porque a sociedade em si já deixou aqueles ensinamentos que nós adquirimos nos tempos, tentamos dar nas casas mas quando os nossos filhos saem fora a educação é outra não é aquela que nós tivemos quando íamos para a escola e em casa apanhávamos a mesma educação mas que fazer, é evolução.

Irene: Ih, gostei muito. Mas agora é só um aspeto que me estou a lembrar, que quero mesmo especificar para ter a certeza: portanto, naquela escola de enfermagem de Inhamachafu, o médico, ou os médicos, eram oficiais do Estado, eram portugueses?

Celeste: Sim, sim.

Irene: Vinham lá semanalmente?

Celeste: Sim ou mensalmente consoante às enfermidades que tinha lá porque eles iam lá consoante às consultas que as pessoas tinham que fazer com eles.

Irene: Com o médico?

Celeste: Sim, portanto eles telefonavam a pedir para que o médico fosse lá ver os doentes que tinham lá ou quando não transferiam os doentes para Inharrime porque lá sempre haveria. Os médicos, minha irmã, vinham de Inhambane. O próprio Inharrime não tinha médico estacionado lá, os médicos vinham de Inhambane.

Irene: Sim, sim, portanto, ali o que tinham era enfermeiras missionárias?

Celeste: Sim.

Irene: Quando houvesse, assim, qualquer problema, elas comunicavam ao médico de Inhambane.

Celeste: Sim, sim, mesmo em Inharrime porque às vezes podiam fazer o seguinte: um doente grave era transferido para Inharrime, para o hospital de Inharrime e depois se for muito grave passava para Inhambane.

Irene: Portanto, quem dava as aulas teóricas eram as enfermeiras missionárias.

Celeste: Eram as missionárias, mas também havia uma doutora da igreja, essa doutora não vivia ali em Inhamachafu, vivia em Massinga como disse que tínhamos hospital que até agora existe esse hospital em Massinga, isso porque lá em Massinga havia.

Irene: Havia uma missão?

Celeste: Sim lá na Massinga as condições eram melhoradas do que aqui em Inhamachafu então preferiram pôr essa médica lá em Massinga, essa médica vinha fazer as suas consultas, mas também vinha na companhia de médicos oficiais do governo, não podia trabalhar sozinha.

Irene: Ah está bem, portanto em Massinga havia outra escola também.

Celeste: Havia uma escola de enfermagem lá.

Irene: Ah sim!

Celeste: Havia outra escola de enfermagem lá, mas todos cooperavam com Chicunque.

Irene: Com Chicunque?

Celeste: Algumas especialidades que deviam fazer as enfermeiras ou sejam parteiras iam buscar algumas instruções em Chicunque e isso não faltou.

Irene: Não faltou; e agora, sabe-me dizer, talvez não, mas sabe-me dizer a relação que havia, que a vossa missão tinha com a Missão Suíça? Havia alguma relação ali, um intercâmbio qualquer, ou não?

Celeste: A relação que tinha nessa altura realmente não era assim muito íntima como tinha com a Igreja Nazarena; a nossa igreja Free Metodista teve mais relação com a Igreja Nazarena muito mais também, muito mais também como tal com a Igreja Metodista Unida mas com a Igreja Presbiteriana não era assim tão, tão relevante porque sempre as coisas foram assim como disse que os nossos missionários da Igreja Free Metodista não abriram tanto aquela questão de cooperação com as outras comunidades, com as outras igrejas tinham àquela, àquela limitação de não querer que as pessoas conhecessem mais algo lá à frente está a ver muitas pessoas que passaram daquela instituição vieram desenvolver após a saída lá porque eles lá não tinham o alvo de pôr as pessoas em nível superior porque tinham medo que talvez podiam ser mais do que eles, esse é que era o problema deles sabiam muito bem que se uma pessoa quando tem mais conhecimento às vezes se não tiver preparação gosta de se colocar como que eu tenho mais condições do que outra pessoa eles tinham esse medo de não, nós não podemos pôr o africano ter mais matéria se não ainda pode se orgulhar perante nós que trouxemos o evangelho ou seja a civilização para aqui.

Irene: Talvez seja por isso que, em relação com a Igreja Metodista e a Igreja do Nazareno, o relacionamento era melhor.

Celeste: Eu não posso precisar, mas mesmo eles tinham esse problema a Igreja free Metodista teve esse problema de não desejar o desenvolvimento como as outras igrejas fez, mas o que posso dizer é que eles, o alvo deles era de todas as pessoas passassem de curso bíblico, aqueles cursos que dá para sair dar é instrutor, é catequista é não sei quantos. Depois uma coisa que eles faziam quando alguém quisesse dar mais ênfase no trabalho da Igreja lhe mandavam para aqui para Ricatla tirar o curso de instrutor, um curso só durava quase 6 meses não levava muito tempo para ser instrutor, dirigir a estrela só, um instrutor é só para dirigir estrela.

Irene: O que é estrela?

Celeste: É aquele grupo de crianças na igreja, o grupo de crianças que quando estamos na igreja então reunimos com as crianças doutro lado.

Irene: Era Ricatla?

Celeste: Era em Ricatla que dava esse curso de instrutores, mesmo lá na nossa Igreja Metodista davam esses cursos de instrutor, entretanto, a nossa igreja quando disser que ah estamos a mandar alguém para a escola só mandavam para vir tirar este curso, eu ainda me recordo que um senhor que era amissíssimo do meu tio foi mandatado para vir fazer esse curso aqui em Ricatla saiu com o curso de instrutor voltou para Inhamachafu para trabalhar com crianças e com a juventude só, não com outras pessoas.

Irene: Sim senhora, olha, acho que tivemos uma longa e boa conversa, cheia de informação útil.

Celeste: É verdade

Irene: Útil, e posso dizer que típica, porque as matérias, em grande parte, nas outras entrevistas, tirando o ensino rudimentar, o ensino elementar, as escolas e escolas oficiais, tirando aquela parte, realmente tudo o resto é novo, portanto, estou muito grata, muito obrigada pela sua disponibilidade, mais uma vez.

Celeste: De nada.

Irene: Só desejo tudo melhor para si, que Deus continue, depois daquele problema que teve, depois de estar casada 9 anos, mas até aqui Deus tem sido bom para consigo que Ele continue, Ele vai continuar, e que tudo corra bem para consigo e para os seus netos. Muito obrigada, e a entrevista está terminada.

## Informante nº 45 – Martinho (IM-68)

Data da entrevista: 3 de agosto de 2014

Duração da entrevista: 25 minutos

### Caracterização da entrevista

Martinho, nome atribuído para esta entrevista por ter declarado não querer ser identificado pelo nome real, é da Igreja Metodista Livre, também designada por *Free Methodist*. Martinho fez a escolaridade até à 3.<sup>a</sup> classe rudimentar em Lourenço Marques, foi para a Missão Metodista Livre de Inhamachafu, em Inharrime, onde repetiu a 3.<sup>a</sup> classe rudimentar, fez a 3.<sup>a</sup> elementar, interrompeu a 4.<sup>a</sup> classe para vir dar continuidade aos estudos em Lourenço Marques, na escola oficial. Após conclusão da 4.<sup>a</sup> classe, foi admitido como funcionário do arquivo do hospital central, Hospital Miguel Bombarda, onde terá trabalhado até às vésperas da independência e posteriormente ter ido para outra localidade.

### Conteúdo da entrevista

Irene: Muito boa tarde, Senhor...

Martinho: Obrigado.

Irene: Agradeço imenso por me permitir entrar aqui, em sua casa, não nos conhecemos de nenhum lado, mas agradeço a sua simpatia, estou aqui em sua casa. Conforme estive a dizer há bocadinho e resumindo, eu vim aqui a sua casa no âmbito de um trabalho que estou realizando como aluna em Portugal que é sobre o Ensino Colonial, concretamente, o ensino das missões protestantes no tempo colonial. É do meu conhecimento que no tempo colonial, as escolas ou as missões protestantes tinham escolas. Agora, pretendo saber junto de pessoas que foram desse tempo ou que conhecem esse ensino, ou porque eles foram alunos, ou porque foram professores, para que me digam a sua experiência desse ensino, quer seja o ensino primário, têm-me falado sobre o ensino rudimentar, e as saídas profissionais, enfermagem, etc. portanto, neste caso, presumindo daquilo que acabei de ouvir que o senhor também esteve numa dessas escolas, gostaria que me dissesse, me explicasse toda a informação sobre isso, se tiver qualquer dúvida pergunte e eu também, se tiver qualquer questão irei colocar, sinta-se à vontade.

Martinho: Obrigado Sra....

Irene: Irene Banze.

Martinho: Irene Banze. O que posso recordar do ensino protestante no tempo colonial é o seguinte: Foi em Nhamachafu que era a missão da Metodista Livre na altura, estabelecida em 1885 pelos missionários que vieram dos E.U. e o propósito da vinda deles neste território moçambicano era incorporar o evangelho e no âmbito dessa incorporação encontraram meios de fazer isso: um era através do ensino primário, estabeleceram lá a escola primária de Inhamachafu para ensinar crianças não somente o a, b, c, e 1 + 1 mas também a palavra de Deus. Antes de começarem aulas entoava-se um hino e fazia-se oração depois procedia-se com as aulas. Havia lá professores qualificados pelo governo português que faziam bom trabalho nisso eu fui um dos alunos lá e a escola primária de Inhamachafu era de ensino básico de 1.<sup>a</sup> classe até 4.<sup>a</sup> classe, 4 anos. Portanto através desta escola primária muitas crianças vieram a conhecer Jesus Cristo como Salvador com o interesse nas crianças os pais dessas crianças também foram pescados para Cristo assim a Igreja aumentou em número. O outro meio de incorporar o evangelho era através de um programa da escola de enfermagem e hospital ao mesmo tempo. Os missionários viram que os africanos sofriam de várias doenças e na altura não havia nenhum médico naquela área então os missionários procuraram meio de trazer um médico e estabeleceram a escola de enfermagem em Inhamachafu e Inhloi na Masinga. Nestes hospitais não somente medicavam as pessoas, mas também através destes remédios evangelizavam as pessoas. Como faziam isso? Antes ou depois de medicarem as pessoas havia um capelão ali que lia uma passagem bíblica e explicava dando exemplos de como o Cristo também curou doenças e no fim faziam oração e assim as pessoas apanhavam medicamento e apanhavam medicamento espiritual através desse mecanismo muitos vieram a conhecer e a receber Jesus Cristo como seu Salvador. O hospital então, uma parte do hospital era tinha esse programa de escola de enfermagem onde jovens moçambicanos aprendiam essa arte de medicar as pessoas participaram na escola de enfermagem e vieram dar o certificado no fim do curso e tinham essa experiência então de poder administrar remédios nas pessoas. Assim a igreja cresceu que muitos jovens não necessariamente cristãos, mas também da população em geral vinham enrolar-se ou participar nesta escola e aí então aceitavam Jesus Cristo como seu Salvador. O outro terceiro meio era através de uma

escola que chamavam Escola Bíblica dos evangelistas. Homens com a experiência no evangelho vinham com as suas esposas e os seus filhos para a Escola Bíblica dos evangelistas lá eram treinados como evangelistas, como ler a Bíblia como interpretar a Bíblia de manhã. A maior parte das mulheres vinha ali sem saber ler e escrever; e então a Escola Bíblica dos evangelistas tinha um programa extra ali, a alfabetização. Então essas senhoras iam participar ali e podiam sair dali já sabendo ler e escrever e o outro elemento que fazia parte desse pacote era a costura então as mulheres aprendiam fazer vestuário e isto e aquilo e as crianças iam para a escola primária portanto toda a família tinha algo de fazer ali então esta escola com a formação destes obreiros fez o evangelho espalhar naquela parte do país especialmente naquela província de Inhambane até que esse mesmo evangelho através da igreja chegou aqui em Maputo portanto a igreja aqui cresceu em breve é isto que, esta foi a minha experiência não só a escola bíblica ensinou a bíblia, costura e a alfabetização mas também a cultura da terra, havia um programa que fazia parte desse pacote ou currículo, onde os evangelistas eram ensinados como cultivar a terra cada família tinha duas ou mais machambas para produzir assim saíam dali com essas experiências, experiência espiritual, experiência académica e também agrícola quando voltassem para casa então sabiam cultivar a terra duma forma desenvolvida isso contribuiu grandemente porque lá quando voltam lá sabiam que iam ensinar outras pessoas como fazer as coisas acho que vou parar aqui.

Irene: Muito obrigado, tocou, posso dizer, quase todos os aspetos que eu iria focar, que me interessam, posso dizer isso, e agradeço muito. Falou, neste caso, do próprio ensino académico, portanto profissional, neste caso, a costura, tudo isso, a alfabetização e o ensino bíblico também, e enfermagem, que é muito importante, é uma profissão. E agora, se me permite, gostaria que me desenvolvesse os seguintes aspetos, em cada um desses aspetos, vou querer mais desenvolvimento, a começar pela escola: disse-me que ensinavam da 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> classe.

Martinho: Sim.

Irene: Agora, não sei se no seu tempo não foi abrangido por aquilo que dizem o ensino rudimentar, ou não, porque daquilo que tive conhecimento, houve alunos que foram abrangidos pelo sistema de ensino primário rudimentar, que era diferente do ensino primário elementar que é oficial, não sei da sua própria experiência.

Martinho: O que lembro é que você começava pela 1.<sup>a</sup> classe, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e depois havia 3.<sup>a</sup> rudimentar, 3.<sup>a</sup> elementar depois 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: E no seu caso concreto, passou por essas fases todas?

Martinho: Sim.

Irene: Entrou, quando entrou, entrou logo na 1.<sup>a</sup>?

Martinho: Sim.

Irene: E já agora, portanto, estudou na missão ou numa escola da missão, como se chamava?

Martinho: Em Inhamachafu foi um dos lugares onde eu passei.

Irene: Mas aquilo era missão?

Martinho: Inhamachafu era missão.

Irene: Como é que se chamava?

Martinho: Missão da Metodista Livre, Inhamachafu.

Irene: Pois, pergunto, porque havia Missão Metodista de Chicuke.

Martinho: Esses trabalhavam em colaboração.

Irene: Até porque, vai-me explicar, vai focar esse aspeto. Portanto, quando entrou, entrou logo na 1.<sup>a</sup> classe, logo?

Martinho: Quando fui para Inhamachafu eu já tinha feito a 2.<sup>a</sup> classe, a 3.<sup>a</sup> fui entrar na 3.<sup>a</sup> rudimentar.

Irene: Ah vindo de onde, já agora?

Martinho: Vindo de Maputo, estive em Maputo e depois Inhambane e depois Inhamachafu.

Irene: Desculpe, já agora, para melhor recolher a sua história de vida, portanto, começou em Maputo?

Martinho: Sim.

Irene: Em que escola?

Martinho: Escola de Santo António de Asilo.

Irene: Na Mahlangalene?

Martinho: Sim.

Irene: Então iniciou, ingressou na escola católica?



Martinho: Sim.

Irene: O que é que fez ali?

Martinho: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> a 3.<sup>a</sup> rudimentar depois fiz também.

Irene: E agora, interessa-me saber como é que foi o ensino ali na escola do Asilo.

Martinho: Eu digo positivo porque é lá onde pela primeira vez consegui saber ler e escrever.

Irene: E o exame da 3.<sup>a</sup> rudimentar, fez ali na escola, no Asilo?

Martinho: Sim.

Irene: Dentro da escola, eles é que davam o exame e era corrigido ali?

Martinho: Sim.

Irene: E quem eram os professores?

Martinho: Eram irmãs.

Irene: Eram as freiras?

Martinho: Sim.

Irene: Portanto, as freiras tinham autorização para elaborar e corrigir os exames?

Martinho: Sim, sim a Igreja católica tinha toda autorização de fazer tudo, faziam ali.

Irene: E então, depois da 3.<sup>a</sup> rudimentar saiu, não continuou?

Martinho: Saí fui para Inhamachafu.

Irene: Em Inhamachafu o que fez, elementar?

Martinho: Repeti a 3.<sup>a</sup> classe.

Irene: Repetiu, mas qual 3.<sup>a</sup> classe?

Martinho: Sim repeti a 3.<sup>a</sup> classe elementar e fiz a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: Porque já tinha feito a rudimentar?

Martinho: Sim.

Irene: E como é que foi o exame?

Martinho: Qual.

Irene: De elementar, fez lá em Inhamachafu?

Martinho: Fiz lá em Inhamachafu sim.

Irene: Na missão?

Martinho: Na missão mandavam examinadores de Inharrime.

Irene: Ah, é essa parte que queria saber. Portanto, o exame não foi elaborado pela escola, não?

Martinho: A escola só elaborava testes.

Irene: Portanto, fez o exame ali na escola, na missão?

Martinho: Da 3.<sup>a</sup> elementar

Irene: E os examinadores de onde é que vinham?

Martinho: Vinham de Inharrime.

Irene: Esses examinadores eram brancos, eram africanos ou...

Martinho: Africanos.

Irene: Pois é essa parte que me interessava saber, e a 4.<sup>a</sup> classe, onde é que fez o exame, lá? Estudou lá?

Martinho: Comecei a estudar a 4.<sup>a</sup> classe lá em Inhamachafu, mas então a missão entrou em problemas com o governo português fecharam essa parte da 4.<sup>a</sup> classe, voltei para Maputo, portanto, fiz o exame cá mas estudei lá em Inhamachafu a 4.<sup>a</sup> classe.

Irene: E o exame como é que foi, só veio para Maputo para fazer o exame, ou teve que ingressar numa escola?

Martinho: Tive que ingressar numa escola que é para fazer a revisão, está a ver aquela Paiva Manso, Escola Paiva Manso perto do Quartel-General é aonde fui ingressar depois fui fazer exame numa escola perto do hospital em frente da Oftalmologia.

Irene: E não teve problemas com o ingresso naquela escola, que idade tinha, já agora? Ingressou com outros alunos, com outros alunos brancos?

Martinho: Não eram brancos, eram moçambicanos. Na altura crianças brancas tinham as suas escolas, raras vezes misturava-se com moçambicanos.

Irene: Portanto, naquela escola Paiva Manso eram os africanos?

Martinho: A maioria era, não me estou a lembrar a existência de crianças brancas.

Irene: Já agora, em que ano foi aquilo?

Martinho: Muitos anos atrás, cerca de 50.

Irene: Sabe porque é que estou a perguntar em que ano, é porque houve uma fase em que havia o indigenato e depois acabou e, portanto, quando eu perguntar o ano, é para saber. Estou a tentar associar se o facto de ter havido, ou não, brancos, era porque já o indigenato estava, ou não, abolido.

Martinho: Isso é lá na década de 60.

Irene: E quando concluiu, depois não regressou a Inhamachafu? Veio fazer a 4.<sup>a</sup> classe e depois daí, pronto?

Martinho: Comecei a, na altura um moçambicano basta fazer a 4.<sup>a</sup> classe não tinha possibilidade de ir além, ir além eram filhos daqueles que tinham (...).

Irene: E já agora, o que é que pôde fazer até à independência depois de ter a 4.<sup>a</sup> classe?

Martinho: Arranjei emprego trabalhei no hospital.

Irene: Ah sim, era o quê?

Martinho: Trabalhei no arquivo médico.

Irene: Quer dizer com a sua 4.<sup>a</sup> classe foi admitido, foi admitido como, oficialmente, não é?

Martinho: Sim.

Irene: Então, o que é que acha desse ensino primário daquele tempo, mas que lhe valeu?

Martinho: Valeu-me

Irene: Lembra-se em que ano foi admitido lá no hospital?

Martinho: Acho que foi em 1964, trabalhei ali em 1964.

Irene: E continuou ali depois da independência?

Martinho: Depois desapareceu.

Irene: Portanto, não teve a experiência de ser indígena, chegou a passar por ela ou não?

Martinho: Houve aquela coisa de assimilação, encorajavam muito as pessoas a adquirir aquele B.I. da cidadania portuguesa, mas eu resisti não quis aquilo, continuei indígena, continuei com a caderneta indígena.

Irene: Até quando?

Martinho: Saí fora com essa caderneta indígena e essa caderneta desapareceu lá fora.

Irene: Agora, outro aspeto que focou foi a enfermagem, havia uma escola de enfermagem em Inhamachafu?

Martinho: Sim.

Irene: Ensinava pessoas, os alunos de onde é que vinham?

Martinho: De várias partes, alguns eram filhos dos membros da igreja e outros eram da comunidade em geral.

Irene: E quem eram os professores?

Martinho: Eram enfermeiras.

Irene: Digo, os professores que davam as aulas de enfermagem?

Martinho: Eram enfermeiras qualificadas dos Estados Unidos.

Irene: Missionários?

Martinho: Sim, e a própria médica estava lá.

Irene: E de onde é que vinha a médica?

Martinho: Dos Estados Unidos, os missionários também eram dos Estados Unidos ou Canadá.

Irene: Portanto, tinha ali o hospital?

Martinho: Sim.

Irene: Portanto, os alunos vinham dali daquela zona e...

Martinho: Não só daquela zona, mas de outras partes também.

Irene: Sim, há outro aspeto que queria enquadrar aí, porque me falou de um intercâmbio, a Igreja Free Metodista tinha intercâmbio com outras igrejas, quais igrejas?

Martinho: Nazarena, Metodista Unida, muito mais essas e American Board.

Irene: Em que áreas, concretamente?

Martinho: Muito mais na área espiritual.

Irene: A enfermagem não abrangia?

Martinho: Não tenho conhecimento, muito mais na área espiritual.

Irene: Será que da vossa missão vinham pessoas aqui para Ricatla, por exemplo?

Martinho: Não, veio um jovem uma só vez daquilo que eu lembro, mas não me lembro a igreja ter mandado uma outra pessoa para Ricatla.

Irene: A informação que tenho recolhido, é que em Cambine havia escola de artes e ofícios e será que no âmbito desse intercâmbio haveria pessoas que saíam da vossa missão para Cambine?

Martinho: Não, não.

Irene: E os professores que ensinavam ali na escola, de onde é que vinham? Onde é que foram formados?

Martinho: Foram formados no sistema colonial, na formação de professores do sistema colonial.

Irene: Que era onde?

Martinho: Não sei onde, mas eram qualificados no sistema colonial.

Irene: É que, por exemplo, sei que houve professores que foram formados, que foram enviados para Ricatla, houve outros que foram formados no Alvor.

Martinho: Mas não na Metodista Livre.

Irene: Olha, e já agora, em que ano é que nasceu? Desculpe-me por fazer essa pergunta.

Martinho: Ah o meu documento diz que fui nascido em 1946 no dia 18 de julho de 1946, sou ainda jovem.

Irene: Olha, muito obrigada, já recolhi a informação que é muito útil, irei transcrevê-la. Não sei se aceita ser identificado?

Martinho: Há necessidade?

Irene: Não, depende da opção da pessoa.

Martinho: Não.

Irene: Muito obrigada e dou a entrevista como terminada.